CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DAS SESSÕES 50 A 54 DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

VOLUME 36 Nº 11
2 A 9 DE ABRIL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2012

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2011-2012)

PRESIDENTE	**Senador**	**JOSÉ SARNEY**	**(PMDB-AP)**
1ª VICE-PRESIDENTE	**Senadora**	**MARTA SUPLICY**	**(PT-SP)**
2º VICE-PRESIDENTE	**Senador**	**WALDEMIR MOKA**	**(PMDB-MS)**
1º SECRETÁRIO	**Senador**	**CICERO LUCENA**	**(PSDB-PB)**
2º SECRETÁRIO	**Senador**	**JOÃO RIBEIRO**	**(PR-TO)**
3º SECRETÁRIO	**Senador**	**JOÃO VICENTE CLAUDINO**	**(PTB-PI)**
4º SECRETÁRIO	**Senador**	**CIRO NOGUEIRA**	**(PP-PI)**

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	**CASILDO MALDANER**	**(PMDB-SC)**
2º Senador	**JOÃO DURVAL**	**(PDT-BA)**
3ª Senadora	**MARIA DO CARMO ALVES**	**(DEM-SE)**
4ª Senadora	**VANESSA GRAZZIOTIN**	**(PC do B-AM)**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

ÍNDICE TEMÁTICO

Pág.

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Considerações acerca do endividamento dos estados federativos brasileiros. Senador José Pimentel. 935

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Considerações a respeito da transposição efetiva dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União. Senador Valdir Raupp. 395

Considerações sobre o federalismo, e comentários acerca da Proposta de Emenda Constitucional nº 113, de 2011, que dispõe sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS). Senador Ricardo Ferraço. 417

Considerações acerca das constantes dificuldades administrativas enfrentadas pelo Distrito Federal (DF), com destaque as áreas da saúde, da segurança pública, da educação e da preservação ambiental. Senador Rodrigo Rollemberg..... 929

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. Senador Cristovam Buarque..... 931

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. Senador Aníbal Diniz..... 932

ARTIGO DE IMPRENSA

Registro de matéria intitulada "Muito além da cortesia", publicada na revista *Época*, edição de 30 de março de 2012. Senador Anibal Diniz. 425

Registro de matéria intitulada "O cruel teorema da saúde", publicada na revista *Veja*, edição de 31 de abril de 2012. Senador Eduardo Suplicy..... 589

Registro de matéria intitulada "Decreto regulará compra verde do governo", publicada no jornal *Folha de S.Paulo,* edição de 8 de abril de 2012. Senador Anibal Diniz..... 945

Pág.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Registro acerca das atividades de Sua excelência, que acompanhou o governador Tião Viana em seus compromissos no Estado do Acre. Senador Anibal Diniz..... 425

Observações acerca da atuação parlamentar do senador Jorge Viana, que possibilitou a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2012, em detrimento da Emenda Constitucional nº 47, 2005. Senador Jorge Viana. 475

Considerações acerca da saída de Sua Excelência do Senado Federal. Senador Lauro Antonio. 481

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Magno Malta. 482

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Paulo Paim..... 483

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Blairo Maggi..... 483

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador João Ribeiro. 484

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Vital do Rêgo. 484

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Randolfe Rodrigues. 485

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senadora Lídice da Mata. 485

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Cyro Miranda. 486

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Anibal Diniz..... 486

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Lindbergh Farias. 486

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Ana Amélia. 486

Aparte ao senador Lauro Antônio. Senador Antonio Carlos Valadares. 487

Pág.

Considerações acerca da participação de Sua Excelência nas atividades do Senado Federal. Senadora Ivonete Dantas. 621

Aparte à senadora Ivonete Dantas. Senador Paulo Paim..... 622

CALAMIDADE PÚBLICA

Considerações acerca da estiagem no Estado da Bahia, bem como apelo para a liberação de recursos para amenizar a situação. Senador Walter Pinheiro..... 599

Considerações acerca da estiagem no Estado da Bahia, que decretou estado de emergência. Senadora Lídice da Mata..... 612

COMÉRCIO EXTERIOR

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2006 (nº 717/2003, Da Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação Técnica Federal. Senador Alvaro Dias..... 459

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2006 (nº 717/2003, Da Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação Técnica Federal. Senador Eduardo Suplicy. 459

CORRUPÇÃO

Considerações acerca da necessidade de maior rigor nos julgamentos de corrupção, com destaque ao inquérito do senador Demóstenes Torres. Senadora Ana Amélia..... 324

Aparte à senadora Ana Amélia. Senador Roberto Requião. 326

Aparte à senadora Ana Amélia. Senador Eduardo Suplicy. 327

Considerações sobre a necessidade de defesa do senador Demóstenes Torres, envolvido em denúncias de corrupção. Senadora Ana Amélia.... 406

Considerações sobre denúncias do envolvimento do senador Demóstenes Torres com corrupção, com destaque ao envio do ofício que requer agilidade na Manifestação do Conselho de Ética. Senador Randolfe Rodrigues. 407

Considerações a respeito da conduta do senador Demóstenes Torres, envolvido em denúncias de corrupção. Senador Eduardo Suplicy..... 415

Considerações acerca da necessidade de investigação a denúncias que envolvem o Ministério da Pesca. Senador Alvaro Dias. 418

Pág.

Considerações acerca de reportagem exibida no dia 18 de março de 2012 na Rede Globo, que denuncia às práticas corruptas do mercado de fornecedores de hospitais públicos, e destaca a necessidade de um debate para discutir o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos hospitais privados. Senador Pedro Taques. 607

Considerações acerca do envio de ofício ao presidente do Senado José Sarney, que solicita ao procurador geral da República, informações sobre o caso de corrupção do Carlinhos Cachoeira. Senador Pedro Taques..... 939

Considerações acerca dos crescentes casos de corrupção, com destaque a reportagem: "Mensalão será o julgamento do século", publicada na revista *Veja*. Senador Alvaro Dias..... 940

Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Pedro Taques..... 942

DATA COMEMORATIVA

Considerações acerca do feriado nacional da Argentina, em homenagem aos veteranos e aos mortos na guerra das Malvinas, comemorado no dia 2 de abril. Senador Roberto Requião. 328

Aparte ao senador Roberto Requião. Senador Eduardo Suplicy. 330

Aparte ao senador Roberto Requião. Senador Randolfe Rodrigues. 331

Comemoração pelo transcurso do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, em 02 de abril. Senador Paulo Paim. 407

Considerações acerca do dia do jornalismo comemorado em 7 de abril. Senadora Lídice da Mata..... 515

Considerações acerca do dia do jornalismo comemorado em 7 de abril. Senadora Vanessa Grazziotin..... 595

Aparte à senadora Vanessa Grazziotin. Senadora Ana Amélia..... 597

Homenagem ao dia do jornalista, comemorado no dia 7 de abril. Senador Eduardo Lopes. ... 791

DIREITOS HUMANOS

Considerações acerca da ditadura militar de 1964 no Brasil, e apelo à presidente Dilma Rousseff para que instale a Comissão da verdade. Senador João Capiberibe..... 397

Aparte ao senador João Capiberibe. Senador Eduardo Suplicy. 400

Pág.

Aparte ao senador João Capiberibe. Senador Randolfe Rodrigues. 400

Aparte ao senador João Capiberibe. Senador Cristovam Buarque. 401

Aparte ao senador João Capiberibe. Senador Rodrigo Rollemberg..... 401

Considerações acerca da Lei de anistia durante a ditadura militar no Brasil, com destaque ao depoimento da vitima Hildegard Angel publicado no *blog Repiquete no Meio Mundo* de autoria de Alcilene Calvalcante, e também do artigo de mesma ordem da jornalista Miriam Leitão no jornal *O Globo*. Senador Randolfe Rodrigues. 404

Considerações acerca da votação da Lei da palmada, que tem como objetivo evitar a violência praticada contra a criança e o adolescente. Senador Cristovam Buarque. 413

Críticas acerca das decisões do Supremo Tribunal de Justiça, o primeiro sobre a absolvição de um pedófilo e a segunda acerca da não necessidade de bafômetro na campanha da Lei seca, bem como do envio de um documento ao Ministério Público da União, que denúncia o Pastor Silas Malafaia de incitação à violência contra os homossexuais. Senador Magno Malta..... 493

Aparte ao senador Magno Malta. Senador Lindbergh Farias. 497

Considerações acerca do lançamento, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do programa criança não é de rua. Senador Paulo Paim. 504

ECONOMIA NACIONAL

Considerações acerca da economia brasileira, com destaque a necessidade de uma estratégia econômica de médio e longo prazo. Senador Cristovam Buarque. 435

Comentários a respeito da mobilidade social no Brasil e da adoção, pelo Governo Federal, de políticas públicas que tem como objetivo a redução da pobreza e o aumento da qualidade de vida no País. Senadora Ana Rita. 618

EDUCAÇÃO

Considerações acerca da educação com destaque à pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), acerca do índice de leitura no Brasil. Senador Paulo Paim..... 793

Pág.

ENSINO SUPERIOR

Considerações acerca da Lei nº 9.394, que prevê a concessão de bônus de 30% aos alunos vestibulandos residentes nas cidades onde houver Instituições de ensino superior. Senador Cícero Lucena..... 438

ESPORTE

Considerações acerca da Lei da Copa, com destaque ao requerimento enviado FIFA, que requer a participação do presidente Joseph Blatter nas discussões gerais referentes à Copa de 2014. Senadora Ana Amélia..... 498

Preocupação com a decisão da Câmara dos Deputados, que liberou a venda de bebidas alcoólicas em estádios nacionais durante a Copa do Mundo de 2014. Senador Cristovam Buarque..... 933

ESTADO DEMOCRÁTICO

Leitura do artigo publicado na revista *Época,* que aborda o encontro dos ex-presidentes, Lula e Fernando Henrique Cardoso, no hospital Sírio-Libanês, com destaque para a fortificação da democracia no País. Senador Anibal Diniz..... 425

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Apreensão com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, em não considerar estupro relações sexuais com as chamadas prostitutas infantis menores de idade. Senador Cristovam Buarque..... 933

Aparte ao senador Cristovam Buarque. Senador Aloysio Nunes Ferreira. 934

HOMENAGEM

Registro acerca da homenagem feita ao ex-presidente Lula, que recebeu o premio internacional de Catalunha 2012. Senador Anibal Diniz..... 425

Solidariedade ao ex- presidente Lula, após ter se recuperado de um câncer. Senador Jorge Viana..... 445

Aparte ao senador Jorge Viana. Senador Eduardo Suplicy. 446

Voto de aplauso ao Município de Marabá localizado no Estado do Pará, que completa no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de emancipação. Senador Flexa Ribeiro. 517

Pág.

Homenagem aos trabalhadores da TV Senado e Rádio Senado que completa no mês de abril, 15 anos de existência. Senador Anibal Diniz..... 800

Homenagem aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Senadora Ana Amélia..... 909

HOMENAGEM PÓSTUMA

Voto de pesar pelo falecimento do atleta de futebol, Airton Pavilhão. Senador Paulo Paim. 793

Leitura do artigo do ex-deputado Jarbas Lima em que homenageia a filha falecida, Gisela. Senador Paulo Paim..... 962

IMPRENSA

Registro do convite do sindicato de jornalistas para que Sua Excelência participe do 35º Congresso Estadual dos Jornalistas, bem como da festa dos 70 anos de fundação da entidade, no Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Ana Amélia. 498

JUDICIÁRIO

Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de ações de improbidade administrativa contra autoridades com foro especial por prerrogativa de função. Senador Pedro Taques. 441

Elogios à entrevista do ministro Carlos Ayres Brito, concedida à revista *Veja*. Senadora Ana Amélia..... 922

Congratulações pela eleição da ministra Carmem Lúcia como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do ministro Ayres Brito para o Superior Tribunal da Justiça (STJ). Senador Vicentinho Alves. 943

LEGISLAÇÃO PENAL

Considerações acerca do aumento da criminalidade praticada por crianças e adolescentes, e sugestão para que se aumente para 21 anos a maior idade penal. Senador Paulo Bauer. 613

MEDIDA PROVISÓRIA

Medida provisória nº 563, de 2012, que Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências..... 952

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 27, de 2012 (nº 114, na origem) que submete a consideração do Senado Federal, a autorização e contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$$ 60, 000,000. 00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da America), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento-BIRD (banco mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "programa com enfoque setorial amplo das áreas de saúde e recursos hídricos do Estado da Bahia", de conformidade com a inclusa exposição de motivos do ministro de Estado da fazenda. 635

MULHER

Críticas acerca da decisão do Superior Tribunal de Justiça, que absolveu um homem sob a acusação de estuprar três crianças de 12 anos, ante a argumentação de já serem prostitutas, e faz também observações sobre a inexistência de dotação orçamentária específica para o enfrentamento da violência contra a mulher em São Paulo. Senadora Marta Suplicy. 448

Aparte a senadora Marta Suplicy. Senador Eduardo Suplicy..... 450

PARECER

Parecer nº 292, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2008 (nº 609/ 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária São Vicente de Paula para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Delcídio Amaral..... 1

Pág.

Parecer nº 293, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2009 (nº 1.269/ 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à empresa de comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba. Senador Cícero Lucena..... 5

Parecer nº 294, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2009 (nº 1.270/ 2008, na Câmara dos Deputados), que prova o ato que outorga permissão à empresa de comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba. Senador Cícero Lucena..... 9

Parecer nº 295, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2010 (nº 2.244/ 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba. Senador Vital do Rêgo..... 13

Parecer nº 296, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2011 (nº 2.639/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à associação cultural de difusão comunitária FM Cabana 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará. Senador Vital do Rêgo..... 17

Parecer nº 297, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2011 (nº 2.779/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SBC- radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará. Senador Vital do Rêgo. 21

Parecer nº 298, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2011 (nº1. 589/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio difusora de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo. Senador Ciro Nogueira..... 25

Pág.

Parecer nº 299, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2011, (nº 163/2011 na Câmara Dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação pesquisa e cultura Mipibuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte. Senador Lobão Filho. 29

Parecer nº 300, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2011 (nº 2.981/2010, na Câmara dos deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Walter Pinheiro. 33

Parecer nº 301, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2011 (nº 3.024/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Dias & Novato comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais. Senador Ricardo Ferraço. 37

Parecer nº 302, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2011 (nº 3.083/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Marano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco. Senador Valdir Raupp. 41

Parecer nº 303, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2011 (nº 2.224/2009, na Câmara dos Deputados), que prova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina. Senador Walter Pinheiro. 45

Parecer nº 304, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2011 (nº 2.519/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó,

Pág.

Estado de Santa Catarina. Senador Rodrigo Rollemberg. 50

Parecer nº 305, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2011(nº 2.618/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina. Senador Benedito de Lira. 54

Parecer nº 306, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2011 (nº 2.879/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia. Senador Sérgio Souza. 58

Parecer nº 307, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2011 (nº 2.894/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina. Senador Ciro Nogueira. 62

Parecer nº 308, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2011 (nº 2.905/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais. Senador Ricardo Ferraço. 66

Parecer nº 309, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2011 (nº 2.969/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Senadora Angela Portela. .. 70

Parecer nº 310, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2011 (nº 2.989/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Star Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais. Senador Walter Pinheiro..... 74

Parecer nº 311, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2011 (nº 3.022/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará. Senador Paulo Paim..... 78

Parecer nº 312, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2011(nº 108/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Eunício Oliveira. 83

Parecer nº 313, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2011 (nº 122/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senador Ivo Cassol..... 87

Parecer nº 314, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2011 (nº 170/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. Senador João Ribeiro..... 91

Parecer nº 315, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2011 (nº 210/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Grande Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Senador Sérgio Souza..... 95

Parecer nº 316, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2011 (nº 251/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

Pág.

em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Senador Ivo Cassol..... 99

Parecer nº 317, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2011 (nº 260/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais. Senadora Lídice da Mata..... 103

Parecer nº 318, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2011 (nº 2.306/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina. Senador Eunício Oliveira. 107

Parecer nº 319, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2011 (nº 2.929/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros (ACCDIP) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senadora Lídice da Mata..... 111

Parecer nº 320, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2011 (nº 2.911/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Delcídio do Amaral..... 115

Parecer nº 321, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº403, de 2011 (nº 3.015/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Caeté Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais. Senador Walter Pinheiro. 120

Parecer nº 322, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2011 (nº 2.061/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salete -SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina. Senador Anibal Diniz..... 124

Parecer nº 323, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2011 (nº 2.849/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Neusa e Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia. Senador Benedito Lira..... 128

Parecer nº 324, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2011 (nº 3.047/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. Senador Delcídio do Amaral..... 132

Parecer nº 325, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2011 (nº 180/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais. Senador Cyro Miranda. 136

Parecer nº 326, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 (nº 4.796/2005, na Câmara dos Deputados), que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962. Senador Marcelo Crivella..... 140

Parecer nº 327, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 (nº 4.796/2005, na Câmara dos Deputados), que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962. Senadora Angela Portela..... 146

Parecer nº 328, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2012, que altera o art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, a fim de prorrogar por 180 dias o prazo para o exercício da autorização para a contratação de operação de crédito. Senador Eduardo Suplicy..... 431

Parecer nº 330, de 2012 (Da Comissão Diretora), que dá redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 717, de 2003,

Pág.

na Câmara dos Deputados). Senador Waldemir Moka..... 459

Parecer nº 333, de 2012 (De Plenário), que dá constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2012. Senador Lindbergh Farias..... 470

Parecer nº 334, de 2012 (Da Comissão Diretora), que dá redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010- Complementares (nº 277, de 2005- Complementar, na Câmara dos Deputados). Senador João Ribeiro... 477

Parecer nº 335, de 2012 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que seja transmitido ao governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. Senador Pedro Simon..... 526

Parecer nº 336, de 2012 (Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo. Senador Marco Marciel..... 530

Parecer nº 337, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que seja transmitido ao governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. Senador Lindbergh Farias..... 534

Parecer nº 338, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que seja transmitido ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. Senador Walter Pinheiro..... 537

Parecer nº 339, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar. Senador Pedro Taques.. 571

Pág.

Parecer nº 340, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2012 (nº 1.830/2011, na casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências. Senador Clésio Andrade..... 576

Parecer nº 341, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2012 (nº 1.834/2011, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR e dá outras providências. Senador Alvaro Dias..... 581

Parecer nº 342, de 2012 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício "S" nº 57, de 2011(nº 22/2011, na origem), do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que solicita que sejam justificadas as faltas dos senadores, Ciro Nogueira, Eunice Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bouer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembleia da União Interparlamentar que será realizada em Berna-Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011. Senador Blairo Maggi. 918

POLÍTICA AGRÍCOLA

Considerações acerca da Lei nº 12.599, sancionada pela presidente Dilma, que prorroga o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores da região Nordeste. Senador Eunício Oliveira..... 437

Considerações acerca do baixo desempenho industrial em detrimento do setor agrário, e preocupações acerca do programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção Agropecuária (PRODECOOP). Senador Sérgio Souza. 601

Registro acerca da presença da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na cidade de Cocal localizado no Estado de Rondônia, com o objetivo de estimular a retomada do crescimento da produção de café no Estado. Senador Acir Gurgacz. 603

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Registro da visita de Sua Excelência a municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os programas municipais que visam o desenvolvimento urbano. Senadora Ana Amélia... 324

Pág.

Considerações acerca da transposição do rio São Francisco para o Estado da Paraíba. Senador Cícero Lucena. 419

Considerações acerca do conjunto de medidas anunciadas pelo Governo Federal, que representa uma nova etapa do Plano Brasil Maior. Senador Armando Monteiro..... 510

Considerações acerca do segundo Plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico Brasileiro. Senador José Pimentel..... 623

Considerações acerca da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o segundo plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico brasileiro e comentário a respeito de investimentos e superfaturamentos em determinados setores do governo. Senador Alvaro Dias. 627

Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador José Agripino..... 629

Critica ao Governo Federal acerca do segundo Plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico Brasileiro. Senador Aloysio Nunes Ferreira. 630

Considerações a respeito da instalação de 23 Zonas de Processamento de Exportação até o ano de 2014 com destaque à instalação de uma zona na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Senadora Angela Portela..... 927

POLÍTICA DE TRANSPORTES

Considerações acerca da necessidade de investimentos no transporte coletivo, e do uso de campanhas que promovam a paz no trânsito do distrito federal. Senador Rodrigo Rollemberg..... 403

Considerações acerca de audiência ocorrida com a ministra Gleisi Hoffmann, sobre o programa Pró- transporte, destinado às cidades para pavimentação das ruas e avenidas. Senadora Ana Amélia. 498

Apelo à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para que fiscalize com mais rigor a empresa aérea GOL. Senador Alvaro Dias..... 940

POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Registro acerca do evento Financial Times que ocorreu no dia 29 de março na cidade de Londres, cuja abertura do evento propôs um debate acerca da agricultura sustentável no Brasil. Senadora Kátia Abreu. 633

Considerações acerca da revista Amazônia S/A, pelo trabalho desenvolvido pela indústria Plasacre que está reciclando o lixo e transformando-o em uma serie de produtos úteis para a sociedade do Acre. Senador Anibal Diniz. 800

Considerações acerca dos estímulos do governo as indústrias para que fabriquem produtos mais sustentáveis, com destaque ao Projeto de Lei nº 25, de 2007, que modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público. Senador Anibal Diniz..... 945

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Considerações acerca da indústria do Estado do Paraná e do Brasil. Senador Sérgio Sousa..... 512

Considerações acerca da ascensão econômica da população brasileira, com destaque a publicação do artigo “Como o Brasil virou o país da classe C”, no jornal *O Estado de S. Paulo,* edição de 24 de abril de 2012. Senadora Ana Rita..... 619

Considerações acerca da publicação de um estudo feito pela consultoria *Austin Rating*, sobre as bases de ganhos dos bancos sobre empréstimos que fazem aos seus clientes, denominado de *spread* e destaque a necessidade de transparência e aprimoramento no atendimento ao cliente do banco Basa. Senador João Capiberibe. 792

POLÍTICA ENERGÉTICA

Comentários a respeito da iniciativa dos agricultores do Estado do Mato Grosso que utilizam a usina de cana-de-açúcar para adaptação de processamento de milho, que tem como finalidade o aumento da produção de etanol. Senador Blairo Maggi..... 416

POLÍTICA EXTERNA

Considerações acerca da libertação de dez militares brasileiros que há dez anos estavam sequestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Senador Eduardo Suplicy..... 452

Comentário acerca do acolhimento de 270 refugiados haitianos no País que estavam isolados na cidade de Iñapari no Peru, com destaque a concessão de documentos de imigração aos haitianos, para que possam trabalhar formalmente no Brasil. Senador Anibal Diniz. 945

Pág.

POLÍTICA FISCAL

Considerações acerca da necessidade de uma reforma tributária no Brasil. Senador Antonio Russo..... 450

Considerações acerca da unificação da tarifa para as importações. Senador José Pimentel. 935

Aparte ao senador José Pimentel. Senador Wellington Dias. 936

POLÍTICA INDUSTRIAL

Registro acerca das informações divulgadas pelo Governo Federal, que diz respeito às novas medidas que serão adotadas no intuito de propiciar um avanço no crescimento econômico brasileiro e, sobretudo proteger a indústria nacional. Senadora Vanessa Grazziotin..... 434

Considerações acerca do plano econômico apresentado pelo Palácio do Planalto, que visa mudança no direcionamento da economia. Senadora Angela Portela. 442

Considerações acerca da economia brasileira, com destaque a necessidade de inovação tecnológica no Brasil para a obtenção de crescimento econômico. Senador Eduardo Braga. 447

Considerações acerca do anúncio de medidas do governo, sobre a desoneração da folha de pagamento de quinze novos setores da indústria. Senador Alvaro Dias..... 454

Considerações acerca da concretização das medidas anunciadas pela presidenta Dilma, que dá novas medidas para impulsionar a economia e aumentar investimentos privados. Senador Anibal Diniz..... 487

Considerações acerca do crescimento da economia Brasileira, com destaque a necessidade de desenvolvimento tecnológico para a obtenção de um maior crescimento econômico. Senador Walter Pinheiro..... 489

Aparte ao senador Walter Pinheiro. Senador Lindbergh Farias..... 492

Considerações acerca do pacote de medidas anunciadas pelo Governo Federal com o intuito de conter a desindustrialização no Brasil. Senadora Ana Amélia. 586

Comentários a respeito do lançamento pelo Governo Federal de um pacote de medidas para melhoria na crise do setor industrial. Senador Acir Gurgacz. 603

Considerações acerca do pacote de medidas anunciadas pelo Governo Federal com o intuito de conter a desindustrialização no Brasil, e destaque a apresentação de requerimento de Sua Excelência para a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Senador Valdir Raupp. 617

Considerações acerca da necessidade de uma salvaguarda na indústria de vinhos do Brasil, com destaque a necessidade da redução de impostos no setor. Senador Paulo Paim..... 962

POLÍTICA MINERAL

Comentários a respeito do domínio da China na exportação de minérios terras raras, destinados a produção de tecnologia industrial, bem como defesa da retomada da produção desses elementos químicos no Brasil. Senador Valdir Raupp..... 395

Considerações acerca da necessidade de um novo código de mineração, que regularize todo o processo e que também traga uma melhor remuneração para a União. Senador Romero Jucá..... 421

Aparte ao senador Romero Jucá. Senador Ricardo Ferraço. 421

POLÍTICA TRABALHISTA

Considerações acerca da luta internacional contra as doenças e acidentes de trabalho, com destaque aos crescentes casos de acidentes no Brasil. Senador Paulo Paim. 962

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Lindbergh Farias. 465

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senadora Vanessa Grazziotin. 467

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Rodrigo Rollemberg. 467

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Inácio Arruda..... 471

Pág.

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Magno Malta. 472

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Alvaro Dias..... 472

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Gim Argello..... 473

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Eduardo Lopes..... 473

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Aécio Neves. 473

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Romero Jucá..... 474

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Randolfe Rodrigues. 474

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Flexa Ribeiro. 475

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. Senador Renan Calheiros. 475

Considerações acerca da previdência social em detrimento do Plano Brasil Maior, com destaque ao artigo publicado no jornal *Zero Hora*, intitulado "o outro lado da desoneração", de autoria de Sua Excelência. Senador Paulo Paim. 793

Pág.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2012 (nº 2.330/2011, na casa de origem), que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003..... 332

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2012 (nº 6.316/2009, na casa de origem), que inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional..... 804

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2012 (nº 1.806/2011, na casa de origem), que dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências..... 812

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2012 (nº 1.833/2011, na casa de origem), que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) e dá outras providências..... 824

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2012 (nº 1.874/2011, na casa de origem), que dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências..... 844

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2012 (nº 5.149/2011, na casa de origem), que dispõe sobre informações a serem prestadas pelas instituições de ensino superior aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores..... 865

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2012 (nº 7.104/2002, na casa de origem), que dispõe sobre inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação. 868

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2013 (nº 805/2007, na casa de origem), que altera a Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. 875

Pág.

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2012 (nº 838/2007, na casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica. 877

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012 (nº 3.706/2008, na casa de origem), que dispõe sobre a alteração dos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003. 880

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012 (nº 4.651/2009, na casa de origem), que altera o art. 26 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 884

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2012 (nº 5.672/2009, na casa de origem), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante..... 887

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012 (nº 6.096/2009, na casa de origem), que altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho. 889

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2012 (nº 6.336/2009, na casa de origem), que Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação. 892

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2012 (nº 7.412/2010, na casa de origem), que Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências..... 894

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2012, que altera o art. 29 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estabelecer novas regras para o cálculo do benefício de aposentadoria por invalidez e dá outras providências. Senador Cícero Lucena..... 200

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior. Senador Cícero Lucena. 439

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2012, que altera a isenção do Imposto sobre produtos industrializados, incidente sobre forro de PVC. Senador Acir Gurgacz. 519

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2012, que concede licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública. Senadora Vanessa Grazziotin..... 522

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012, que altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º- à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Senador Eduardo Lopes. 523

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012, que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências. Senador Lobão Filho..... 564

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2012, que modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista. Senador Eduardo Lopes. 566

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2012, que estabelece diretrizes para a implantação de Redes Elétricas Inteligentes nos sistemas de distribuição de energia elétrica geridos por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências. Senador Blairo Maggi. 568

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2012, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer, no âmbito civil, administrativo e eleitoral, efeitos automáticos da sentença que reconhece a prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa. Senador Paulo Bauer..... 615

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2012, que altera a redação do artigo 6º da Consti-

Pág.

tuição Federal para acrescentar o meio ambiente saudável entre os direitos sociais. Senador Cristovam Buarque..... 547

REQUERIMENTO

Requerimento nº 242, de 2012, que requer solicitação ao ministro de Estado dos Transportes, informações relativas à realização de obras e serviços de engenharia com recursos do Orçamento da União em trechos de rodovias e ferrovias submetidos a regime de concessão ou arrendamento a empresas privadas. Senador Pedro Taques. 197

Requerimento nº 243, de 2012, que requer ao ministro de Estado dos Transportes, informações relativas subconcessão do trecho Açailândia- Palmas da ferrovia norte-sul licitada no ano de 2007. Senador Pedro Taques. 197

Requerimento nº 244, de 2012, que requer a realização de uma sessão especial, no dia 21 de maio de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Defensor Público. Senador Gim Argello..... 198

Requerimento nº 245, de 2012, que requer que o Projeto de Lei nº 438, de 2011, que altera a Lei nº 7.802 e a Lei nº 8.702 para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas, que seja ouvida também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA. Senador Acir Gurgacz. 431

Requerimento nº 246, de 2012, que requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2012, que prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010. Senador Delcídio do Amaral. 461

Requerimento nº 247, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do escritor Millôr Fernandes. Senadora Vanessa Grazziotin..... 478

Requerimento nº 248, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Município de Rio Preto da Eva - AM pelos 31 anos de sua criação. Senadora Vanessa Grazziotin..... 479

Requerimento nº 249, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCTI pelos 17 anos de existência do Bosque da Ciência. Senadora Vanessa Grazziotin..... 479

Requerimento nº 250, de 2012, que requer informações ao ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, sobre as políticas públicas relativas à intensificação

Pág.

do combate, controle e fiscalização dos medicamentos falsificados e/ou adulterados que entram no País, ou mesmo que são produzidos em território nacional. Senadora Vanessa Grazziotin. 480

Requerimento nº 251, de 2012, que requer voto de aplauso ao Município de Marabá, que completará no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de existência. Senador Flexa Ribeiro..... 519

Requerimento nº 252, de 2012, que requer informações ao ministro do planejamento, orçamento e gestão acerca do andamento do processo nº 04500.012265/2011-31 - consignação - cadastramento de consignatária da cooperativa de crédito mútuo dos servidores da união no Paraná e em Santa Catarina – Federalcred sul. Senador Roberto Requião..... 560

Requerimento nº 253, de 2012, que requer informações ao ministro da Justiça acerca das atividades do conselho administrativo de defesa econômica (CADE) no que se refere aos frigoríficos no Brasil, especialmente no Estado de Rondônia. Senador Benedito de Lira..... 560

Requerimento nº 254, de 2012, que solicita apresentação pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do músico Ederaldo Gentil, ocorrido no dia 30 de março de 2012. Senadora Lídice da Mata..... 561

Requerimento nº 255, de 2012, que solicita a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva por ter recebido o prêmio Internacional da Catalunha 2012. Senadora Vanessa Grazziotin. ... 562

Requerimento nº 256, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso a Raquel Macêdo por ter sido eleita para a União das Mulheres Indígenas da Amazônia - Umiab, em eleição no dia 02 de abril de 2012. Senadora Vanessa Grazziotin. 562

Requerimento nº 257, de 2012, que requer voto de aplauso ao hospital do câncer de Barretos pelo transcurso do seu aniversário de 50 anos no dia 24 de março de 2012. Senador Randolfe Rodrigues..... 563

SAÚDE

Considerações acerca do trabalho desenvolvido durante cinquenta anos pelo hospital do câncer de Barretos. Senador Antonio Russo..... 424

Comentários a respeito da matéria publicada na revista *Veja* que denuncia o desvio de recursos públicos na área da saúde. Senador Eduardo Suplicy..... 589

Pág.

Registro do descaso do governo do Estado do Rio Grande do Sul que não cumpre os percentuais mínimos de investimentos na área da saúde. Senadora Ana Amélia..... 595

SEGURANÇA PÚBLICA

Considerações acerca dos 15 anos do respeito á faixa de pedestre no Distrito Federal, e destaca a importância das campanhas educativas. Senador Rodrigo Rollemberg..... 402

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. Senador Cristovam Buarque..... 402

Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à alteração na legislação que define a Lei Seca. Senador Ricardo Ferraço.. 453

Preocupação com o excesso de mortes no trânsito durante o feriado da Páscoa, bem como destaque para a necessidade de combate á violência no trânsito brasileiro. Senadora Ana Amélia. ... 922

SENADO FEDERAL

Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2011, que trata da tramitação das Medidas Provisórias. Senador Paulo Bauer. 444

Indicação do nome do senador Wellington Dias para assumir a presidência do Conselho de Ética do Senado. Senador Walter Pinheiro..... 456

Considerações acerca da imagem negativa do Senado Federal decorrente dos inúmeros casos de impunidade nas CPIs, com destaque a CPI do senador Carlinhos Cachoeira. Senador Pedro Simon. 956

Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Pedro Taques..... 958

TURISMO

Considerações acerca da inclusão de alguns segmentos da cadeia do turismo no programa Brasil Maior. Senadora Lídice da Mata..... 515

Considerações acerca da importância do turismo para a economia brasileira com destaque a necessidade de investimentos no setor. Senador Antonio Russo..... 960

Ata da 50ª Sessão, Não Deliberativa em 2 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Anibal Diniz e Ricardo Ferraço

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 292, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2008 (nº 609/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Vicente de Paula para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 223, de 2008 (nº 609, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária São Vicente de Paula* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 223, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 223, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária São Vicente de Paula* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 223, de 2008

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 223 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 293, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2009 (nº 1.269/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 663, de 2009 (nº 1.269, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 663, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 663, de 2009

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. CÍCERO LUCENA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (PRES. EVENTUAL)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL POS N.º 663/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 294, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2009 (nº 1.270/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 664, de 2009 (nº 1.270, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 664, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 664, de 2009

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. CICERO LUCENA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) RES EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 669 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 295, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2010 (nº 2.244/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**
RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 264, de 2010 (nº 2.244, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 264, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen. Cyro Miranda, Presidente Eventual

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 264, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. VALDIR RAUPP (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AD HOC	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunicio Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 264 / 2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 296, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2011 (nº 2.639/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária FM Cabana 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

RELATOR "AD HOC": Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 29, de 2011 (nº 2.639, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Difusão Comunitária FM Cabana 103,3* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

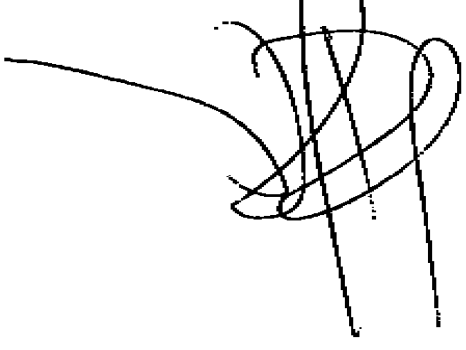
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 29, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 29, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Difusão Comunitária FM Cabana 103,3* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. OFÍCIO MIRANDA, Presidente EVENTUAL



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Cyro Miranda (Presidente Eventual)

RELATOR: Sen. Valdir Raupp (AO MDB)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AO MDB	2. Luiz Henrique (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) SUPLENTE	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE C NCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMU CAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL RQS N.º 29 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 297, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2011 (nº 2.779/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SBC - Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 55, de 2011 (nº 2.779, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *SBC - Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

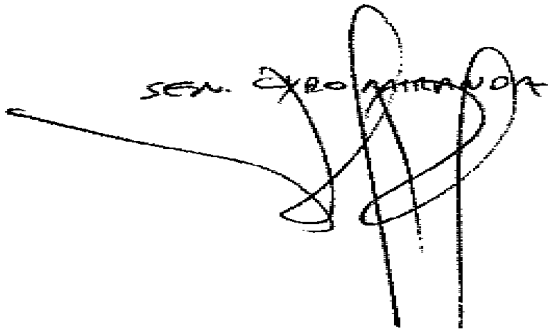
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 17/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *SBC - Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.



, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AD HOC	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) VICE-EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PPS N.º 55 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES- PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 298, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2011 (nº 1.589/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**
RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 199, de 2011 (nº 1.589, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Difusora de Catanduva Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 140/2011-CCT, de 5 de outubro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 199, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Difusora de Catanduva Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA , Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 199, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 199 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 299, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2011 (nº 163/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação, Pesquisa e Cultura Mipibuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 226, de 2011 (nº 163, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação, Pesquisa e Cultura Mipibuense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de [illegible] e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

51054.12456

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação, Pesquisa e Cultura Mipibuense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 226, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PELO EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 226 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES – PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 300, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2011 (nº 2.981/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 260, de 2011 (nº 2.981, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Ponto Norte Rádio FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 166/2011-CCT, de 18 de outubro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 260, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Ponto Norte Rádio FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 260, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 260/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 301, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2011 (nº 3.024/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Dias & Novato Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 265, de 2011 (nº 3.024, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Dias & Novato Comunicações Ltda.* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 166/2011-CCT, de 18 de outubro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 265, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Dias & Novato Comunicações Ltda.* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AD HOC	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) VICE EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 26/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 302, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2011 (nº 3.083/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Marano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 269, de 2011 (nº 3.083, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Marano Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 269, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Marano Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen Cyro Miranda, Presidente Eventual

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 269/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES – PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR – PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 303, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2011 (nº 2.224/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 300, de 2011 (nº 2.224, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se

que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

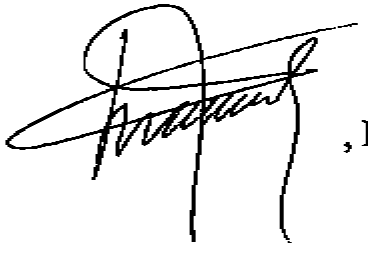
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 300, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 300, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA , Presidente EVENTUAL



, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 300, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL POS N.º 300 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 304, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2011 (nº 2.519/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 303, de 2011 (nº 2.519, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 303, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 303, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. RODRIGO ROLLEMBERG

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PELO S. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 303 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 305, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2011 (nº 2.618/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 306, de 2011 (nº 2.618, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Jaraguá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 306, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Jaraguá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 306, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 306 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT				
ANIBAL DINIZ – PT	X			
WALTER PINHEIRO – PT	X			
JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X			
VITAL DO RÊGO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
PAULO PAIM – PT				
CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
LÍDICE DA MATA – PSB	X			
EDUARDO LOPES – PRB				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO SOUZA – PMDB				
LUIZ HENRIQUE – PMDB				
RICARDO FERRAÇO – PMDB				
RENAN CALHEIROS – PMDB				
IVO CASSOL - PP				
BENEDITO DE LIRA – PP	X			
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JOÃO RIBEIRO – PR				
SUPLENTE – PSD/PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 306, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2011 (nº 2.879/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 311, de 2011 (nº 2.879, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 311, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 311, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC. SEN. ANIBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT) AD HOC	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 311 /2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 307, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2011 (nº 2.894/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**
RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 312, de 2011 (nº 2.894, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 312, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen. Cyro Miranda, Presidente Eventual

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 312, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunicio Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 312 /2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT					DELCIDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 308, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2011 (nº 2.905/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR "AD HOC" Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 315, de 2011 (nº 2.905, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Fundação Frei Rogério* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 315, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Fundação Frei Rogério* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 315, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) AD HOC	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 3/5 /2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 309, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2011 (nº 2.969/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 319, de 2011 (nº 2.969, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 319, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relatora

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 319, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (TES. EVENTUAL)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB) AD HOC	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 319 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** _____ **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 310, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2011 (nº 2.989/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Star Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 321, de 2011 (nº 2.989, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Star Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 206/2011-CCT, de 16 de novembro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 321, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Star Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRO. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL POS N.º 321 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 311. DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2011 (nº 3.022/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**
RELATOR "AD HOC": **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 326, de 2011 (nº 3.022, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Terra FM Ltda. – ME* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a

vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

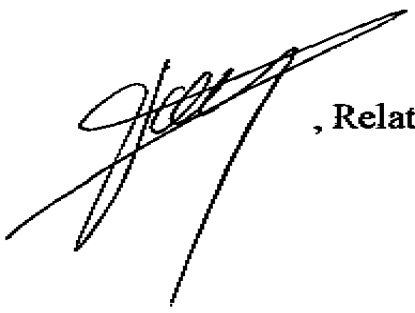
Em atendimento ao Ofício nº 206/2011-CCT, de 16 de novembro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 326, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Terra FM Ltda. – ME* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL



, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 326, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) AES EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS Nº 362 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT				
ANIBAL DINIZ – PT	X			
WALTER PINHEIRO – PT	X			
JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X			
VITAL DO RÊGO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO – PTB				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
PAULO PAIM – PT				
CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
LÍDICE DA MATA – PSB	X			
EDUARDO LOPES - (PRB)				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO SOUZA – PMDB				
LUIZ HENRIQUE – PMDB				
RICARDO FERRAÇO – PMDB				
RENAN CALHEIROS – PMDB				
IVO CASSOL-PP				
BENEDITO DE LIRA – PP	X			
SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR – PTB				
SUPLENTE - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JOÃO RIBEIRO – PR				
SUPLENTE – PSD/PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, 28/03/2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 312, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2011 (nº 108/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 334, de 2011 (nº 108, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Esperança Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 334, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Esperança Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 334, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. ANIBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT) AD HOC	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 334/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (Cyro Miranda)

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 313, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2011 (nº 122/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**
RELATOR "AD HOC": Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 337, de 2011 (nº 122, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio São Paulo Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 337, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio São Paulo Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA , Presidente EVENTUAL



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 337, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) AD HOC
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 337/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 314, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2011 (nº 170/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**
RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 343, de 2011 (nº 170, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 343, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 343/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

Publicado no **DSF**, de 03/04/2012.

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 315, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2011 (nº 210/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Grande Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequencia modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 351, de 2011 (nº 210, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio e Televisão Grande Rio FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 351, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio e Televisão Grande Rio FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. ANIBAL DINIZ (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT) AD HOC	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunicio Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS **N.º** 351 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 316, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2011 (nº 251/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**

RELATOR "AD HOC": Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 353, de 2011 (nº 251, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 353, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 353, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT) AD HOC
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim ~~(PT)~~
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 353 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 317, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2011 (nº 260/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 355, de 2011 (nº 260, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 355, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 355, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SENCYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

Lídice da Mata e Souza, Relatora

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. LÍDICE DA MATA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) VICE EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 355/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES- PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 318, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2011 (nº 2.306/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de santa Catarina.

RELATOR: Senador **EUNICIO OLIVEIRA**

Relator "AD HOC": Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 362, de 2011 (nº 2.306, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: AD HOC SEN ANIBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT) AD HOC	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) RES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 362 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 319, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2011 (nº 2.929/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Palhereiros – ACCDIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhereiros, Estado de São Paulo.

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 374, de 2011 (nº 2.929, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Palhereiros - ACCDIP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhereiros, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina especifica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 374, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 374, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Palhereiros - ACCDIP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhereiros, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen. Cyro Miranda, Presidente Eventual

Lídice da Mata e Souza, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 374, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. LIDICE DA MATA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (EVENTUAL)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 374 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 320, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2011 (nº 2.911/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 391, de 2011 (nº 2.911, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Editora Magia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder

concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 222/2011-CCT, de 14 de dezembro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 391, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Editora Magia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 391, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS N.º 391 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT				
ANIBAL DINIZ – PT	X			
WALTER PINHEIRO – PT	X			
JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X			
VITAL DO RÊGO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
PAULO PAIM – PT				
CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
LÍDICE DA MATA – PSB	X			
EDUARDO LOPES- PRB				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO SOUZA – PMDB				
LUIZ HENRIQUE – PMDB				
RICARDO FERRAÇO – PMDB				
RENAN CALHEIROS – PMDB				
IVO CASSOL - PP				
BENEDITO DE LIRA – PP	X			
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JOÃO RIBEIRO – PR				
SUPLENTE – PSD/PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 0 ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 321, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2011 (nº 3.015/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Caeté Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **GIM ARGELLO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 403, de 2011 (nº 3.015, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Caeté Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 403, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Caeté Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 MAR 2012

SEN CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 403, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO (AD HOC)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) AD HOC	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 403 / 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 322, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2011 (nº 2.061/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **ANIBAL DINIZ**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 407, de 2011 (nº 2.061, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa,

radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 407, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 407, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

Relator

SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 407, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. ANIBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (RES. EVENTUAL)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º 407 / 2011**

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 323, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2011 (nº 2.849/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Neusa e Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 422, de 2011 (nº 2.849, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Neusa e Lemos Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do

art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 222/2011-CCT, de 14 de dezembro de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 422, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Neusa e Lemos Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 422, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (EVENTUAL)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL ROS **N.º** 422/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR (CYRO MIRANDA)

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 324, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2011 (nº 3.047, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 428, de 2011 (nº 3.047, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a *Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada a *Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. CYRO MIRANDA, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 428, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. CYRO MIRANDA (EVENTUAL)

RELATOR: SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) PRES. EVENTUAL	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS N.º 428/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 325, DE 2012

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2011 (nº 180/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 441, de 2011 (nº 180, de 2011, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Painense de Rádio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 441, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 441, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Painense de Rádio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

SEN. RODRIGO ROLLEMBERG, Presidente EVENTUAL



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 441, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. RODRIGO ROLLEMBERG

RELATOR: SEN: CYRO MIRANDA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB) REQS. EVENTUAL	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) AO TOC	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS N.º** 44/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PR**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PSD/PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 MAR 2012

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECERES
Nºs 326 E 327, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 (nº 4.796/2005, na Casa de origem, da Deputada Jandira Feghali), que *regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.*

PARECER Nº 326, DE 2012

(Da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.408 de 2007)

RELATOR: Senador Marcelo Crivella

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 117, de 2006 (PL nº 4796, de 2005, na origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali.

Regularmente processada na Casa de origem, a matéria foi recebida nesta Casa em 30 de novembro de 2006, sendo, originariamente, remetida à Comissão de Assuntos Sociais, onde não recebeu emendas e foi designado relator o Senador Flávio Arns.

Antes, contudo, da manifestação do Senador, apresentamos o Requerimento nº 1408, de 2007, solicitando a remessa do Projeto a esta Comissão, por entendermos necessária nossa participação, dada a afinidade temática da matéria com os temas elencados na competência dela, nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Deferida a remessa da proposição, fomos designados para relatá-la. Não houve, no Senado, a apresentação de qualquer emenda ao projeto.

A proposição regulamenta a profissão de geofísico, que, até o presente momento, não conta com qualquer norma específica acerca dos requisitos para seu exercício. Ainda, introduz alterações na Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, que regula a profissão de geólogo.

O art. 1º define, para efeitos da lei, o campo de atuação da geofísica e seus ramos. Os requisitos para o exercício da profissão são definidos no art. 2º, ao passo que os arts. 3º e 4º asseguram a inserção dos profissionais no sistema do Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Engenharia e Arquitetura (CONFEA/CREA).

No art. 5º, definem-se as atividades que podem ser exercidas por geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, dentro de suas respectivas áreas de atuação, que, nos termos do art. 6º, podem ser estendidas pelo CONFEA.

O art. 7º estabelece que as competências e garantias atribuídas pela Lei aos geofísicos são concedidas sem prejuízo daquelas conferidas a outros profissionais pela legislação que lhes é específica.

O art. 8º modifica o art. nº 4.076, de 1962, alterando as atividades de competência do geólogo e inserindo novas hipóteses. Finalmente, o art. 9º determina a entrada imediata da Lei em vigor, se aprovada.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nos termos do art. 104-C, incisos VIII e IX, manifestar-se sobre a regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática e sobre questões correlatas.

Da mesma forma, à União e ao Congresso Nacional compete legislar sobre direito do trabalho e sobre as condições para o exercício das profissões, conforme o art. 22, incisos I e XVI, da Constituição Federal.

Nada cabe a observar quanto à constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição, adequada quanto a esses aspectos, salvo, quanto a sua adequação ao art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as normas de técnica legislativa. Com efeito, dispositivos referentes às competências do geólogo são estranhos à matéria do projeto – a regulamentação da profissão de geofísico –, ainda que também seja possível afirmar que há relação de afinidade entre os dois temas, dada a evidente afinidade que há entre as duas profissões.

No mérito, a matéria merece prosperar, a profissão de geofísico, ainda que relativamente recente, possui importância capital para o desenvolvimento econômico do Brasil, já que sua participação é essencial para a eficiente consecução de inúmeras atividades econômicas, tais como a prospecção e lavra de diversos recursos minerais, inclusive águas subterrâneas e petróleo.

Sua importância, contudo, não pode ser resumida à importância econômica da categoria. A atuação do geofísico é essencial para, por exemplo, o estudo das condições sismológicas do solo brasileiro e a segurança da população, agora que está estabelecida a possibilidade de ocorrência de tremores de terra em diversos pontos de nosso território.

A maior dificuldade no tocante à aprovação da proposição se encontra, justamente, na inclusão de disposições referentes à profissão de geólogo, em proposição que deveria regulamentar unicamente a profissão de geofísico.

Efetivamente, parece-nos excessiva e, mesmo, intempestiva, a inserção de tais disposições, que modificam a Lei nº 4.076, de 1962.

Tanto a profissão de geofísico quanto a de geólogo se encontram incluídas na competência dos mesmos órgãos de fiscalização profissional, o sistema formado pelo Conselho Federal e pelos diversos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA/CREA), que engloba um conjunto bastante variado de ocupações, além daquelas arroladas em sua sigla.

Referidos órgãos, apesar de sua composição heterogênea, conseguem atuar de forma eficiente na fiscalização e na regulamentação das diversas profissões que os integram.

Ora, ainda que distintas, as atribuições e as habilitações profissionais do geofísico e do geólogo são inequivocamente próximas, bem como a desses profissionais com as do engenheiro-geólogo e, mesmo, com aspectos daquelas do engenheiro de minas e do engenheiro civil.

A proximidade evidente do objeto dessas profissões torna a definição de suas áreas de atuação, por meio de lei, um exercício complexo e, mesmo, arriscado.

Em nosso entendimento, embora justa e devida a regulamentação da profissão de geofísico, de capital importância, que ainda não goza da proteção concedida pela legislação, é inadequada a inclusão de dispositivos legais que fixem, de forma tão estrita quanto a contida na proposição, as competências de geofísicos e geólogos.

Melhor seria, julgamos, remeter tal regulamentação ao órgão de fiscalização profissional, que já vem realizando tal atividade há tempos, com inegável competência e preparo técnico.

Tal solução, ainda, seria melhor quanto à flexibilidade da definição, já que qualquer alteração decorrente, por exemplo, de modificações tecnológicas, poderá rapidamente ser introduzida na regulamentação, por meio de resolução do próprio órgão, sem necessitar de nova proposição legislativa.

Assim, optamos pela supressão dos dispositivos referentes à fixação de competências profissionais e pela sua atribuição ao CONFEA, ouvidos os membros das profissões envolvidas.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CCT

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

Art. 3º Aplica-se aos geofísicos, aos geólogos e aos engenheiros-geólogos, o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, observado o disposto no art. 6º.

EMENDA Nº 2-CCT

Dê-se à ementa do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a competência para determinar a competência profissional dos geofísicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

EMENDA Nº 3-CCT

Dê-se ao art. 6º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

Art. 6º O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos.

EMENDA Nº 4-CCT

Suprimam-se os arts. 5º e 8º do PLC nº 117, de 2003, renumerando-se os demais.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLC 117/2006 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA **RELATOR**	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

PARECER Nº 327, DE 2012
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora Angela Portela

I – RELATÓRIO

Em análise, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali. Trata-se da regulamentação do exercício profissional dos geofísicos. A proposta define a geofísica, relaciona os ramos de atividade envolvidos e os habilitados ao exercício profissional e, finalmente, estabelece as áreas de competência e outras normas complementares.

A matéria está, segundo a autora, adequada à nova realidade do mercado de trabalho, "no qual se observa uma crescente demanda por serviços de Geofísica aplicada à prospecção de petróleo e às questões ambientais e geotécnicas". Afirma, ainda, que, apesar dessas oportunidades, os profissionais da área ainda não dispõem de um respaldo legal capaz de dar-lhes condições de igualdade de inserção no mercado.

Registra, também, entre os elementos favoráveis à regulamentação, um levantamento dos cursos existentes e um histórico do processo de especialização e capacitação que promove o surgimento de profissionais com formações diversas.

Segundo a defesa da proposta, esses profissionais, sem a devida regulamentação da atividade, estariam privados de registrar seus respectivos acervos técnicos, dada a recusa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) de aceitar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) por eles encaminhadas. Nessas condições, estariam correndo o risco do exercício ilegal da profissão.

É importante registrar, finalmente, que o exercício profissional da Geofísica inclui um rol de atividades de alta especialização técnica, em última instância associadas à segurança e saúde da população, mas, sobretudo, à saúde e segurança dos "trabalhadores que lidam diretamente com a exploração petrolífera, mineral, trabalhos ambientais e geotécnicos".

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, a matéria foi aprovada, com a adoção de quatro emendas. Nesta Comissão de Assuntos Sociais, sem que tenham sido apresentadas emendas, foram recebidos relatórios dos Senadores Lobão Filho e Valdir Raupp, com manifestação a favor da aprovação da matéria nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tais relatórios, entretanto, não chegaram a ser apreciados, razão pela qual recebemos a incumbência de relatar a matéria.

O processado foi arquivado em razão do término da legislatura (art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal) e desarquivado em face da aprovação do Requerimento nº 184, de 2011.

II – ANÁLISE

Nas normas constantes da redação final adotada na Casa de origem não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos da autora. Os profissionais da geofísica conseguiram, na prática, o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica que desenvolveram e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Nosso parecer subscreve as manifestações anteriores, dos relatores designados que nos antecederam.

Os geofísicos não reivindicam área de atuação privativa ou fixação de reserva de mercado e nem pretendem ocupar espaços profissionais similares, como aqueles em que atuam geólogos e engenheiros-geólogos. Reivindicam, na legislação, o reconhecimento de sua profissão e a definição de algumas regras mínimas de procedimento na fiscalização do exercício profissional.

Reivindicam, ainda o direito ao registro da responsabilidade por seus trabalhos técnicos, mediante as ARTs. Essas anotações também interessam ao Poder Público para que, em caso de eventual acidente, seja possível identificar e responsabilizar os autores. E isso não só quando se trata de vidas humanas, mas também quando venham a ocorrer danos ambientais.

O texto é revelador, ainda, de harmonia entre geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, facultando-se, desde que a matéria esteja dentro da área de atuação do profissional, o exercício das atividades relacionadas na proposição por especialistas de diversas origens.

Analisando as quatro emendas aprovadas na CCT, firmamos opinião favorável à adoção das mudanças propugnadas. As duas primeiras são de redação e promovem a adequação do texto às alterações decorrentes da terceira e da quarta emendas.

A Emenda nº 03 transfere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o poder de determinar, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos. Em nosso entendimento, aquele órgão profissional é depositário do conhecimento para definir essas competências e possui a estrutura necessária para, em diálogo democrático e aberto com os interessados, estabelecer parâmetros seguros e justos para a repartição dos espaços de cada um nesse vasto campo de atividade.

Por sua vez, a quarta emenda suprime o art. 5º (relação de áreas de atuação) e o art. 8º do PLC (mudanças na Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, incluindo disposições referentes à profissão de geólogo em proposição que pretende regulamentar a profissão de geofísico).

No que se refere ao art. 5º, trata-se de mera adequação do texto à mudança promovida pela terceira emenda.

Em relação ao artigo 8º, o argumento vitorioso na CCT considera esta norma excessiva e mesmo intempestiva. Ocorre que, embora todas as profissões dessa área tenham proximidade de objeto, seria um exercício complexo e arriscado tentar a definição de seus campos de atuação. Volta-se, assim, ao teor da Emenda nº 03 que remete a temática ao CONFEA.

Finalmente, a Lei nº 12.378, de 2010, que Criou os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU), excluiu os arquitetos e urbanistas do âmbito de fiscalização do CONFEA. Assim, fazem-se necessárias subemendas de redação para atualizar a nomenclatura.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, na forma do texto encaminhado pela Casa de origem, com as emendas adotadas na CCT e as seguintes subemendas de redação:

SUBEMENDA (CAS) À EMENDA Nº 02 – CCT

Dê-se à ementa do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

> "Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a competência para determinar a competência profissional dos geofísicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos".

SUBEMENDA (CAS) À EMENDA Nº 03 – CCT

Dê-se ao art. 6º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 6º O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos".

Sala da Comissão. 28 de março de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova Relatório que passa a constituir Parecer da CAS, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali, com as Emendas nºs 1-CCT-CAS e 4-CCT-CAS; com a Emenda nº 2-CCT-CAS nos termos da Subemenda nº 1-CAS e com a Emenda nº 3-CCT-CAS nos termos da Subemenda nº 2-CAS.

EMENDA Nº 1-CCT CAS

Dê-se ao art. 3º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

Art. 3º Aplica-se aos geofísicos, aos geólogos e aos engenheiros-geólogos, o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, observado o disposto no art. 6º.

EMENDA Nº 2-CCT CAS
(com a Subemenda nº 1-CAS)

Dê-se à ementa do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a competência para determinar a competência profissional dos geofísicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

EMENDA Nº 3-CCT CAS
(com a Subemenda nº 2-CAS)

Dê-se ao art. 6º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

"**Art. 6º** O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos".

EMENDA Nº 4-CCT CAS

Suprimam-se os arts. 5º e 8º do PLC nº 117, de 2006, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão. 28 de março de 2012.



Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006

ASSINAM O PARECER, NA 10ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR: Senadora Angela Portela

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT) Relatora	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
C. Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM) Presidente	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios

.....

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

.....

LEI Nº 4.076, DE 23 DE JUNHO DE 1962.

Regula o exercício da profissão de geólogo.

.....

LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966.

Dispõe sôbre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

.....

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 7.410, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985.

Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências.

.....

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

.....

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

Relatório

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali. A iniciativa pretende regular o exercício profissional dos geofísicos, define a geofísica, relaciona os ramos de atividade envolvidos e os habilitados ao exercício profissional, estabelece as áreas de competência e outras normas complementares.

A autora registra a adequação da matéria à nova realidade do mercado de trabalho, "no qual se observa uma crescente demanda por serviços de Geofísica aplicada à prospecção de petróleo e às questões ambientais e geotécnicas". Afirma ainda que, apesar dessas oportunidades, os profissionais da área ainda não dispõem de um respaldo legal capaz de dar-lhes condições de igualdade de inserção no mercado.

Da justificação consta também um levantamento dos cursos existentes e um histórico do processo de especialização e capacitação que promove o surgimento de profissionais com formações diversas.

Infelizmente esses profissionais, sem a devida regulamentação profissional, estariam privados de adquirirem seus respectivos acertos técnicos, dada a recusa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) de aceitar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART). Nessas condições, estariam correndo o risco do exercício ilegal da profissão.

Da argumentação exposta, finalmente, ainda é importante registrar que o exercício profissional da Geofísica constitui um rol de atividades de alta especialização técnica, em última instância associadas à segurança e saúde da população, mas, sobretudo, à saúde e segurança dos "trabalhadores que lidam diretamente com a exploração petrolífera, mineral, trabalhos ambientais e geotécnicos".

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, a matéria foi aprovada, com a adoção de quatro emendas.

II – ANÁLISE

Analisando os diversos dispositivos constantes da redação final adotada na Casa de origem, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

No mérito, consideramos plenamente válidos os argumentos da autora. Os profissionais da geofísica conseguiram, na prática, o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica que desenvolveram e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Não estão reivindicando área de atuação privativa ou reserva de mercado alguma e nem estão pretendendo impedir a ocupação de espaços profissionais de outros profissionais de ocupação similar, como geólogos e engenheiros-geólogos. Reivindicam apenas o reconhecimento de sua profissão e a definição de algumas regras mínimas de procedimento na fiscalização do exercício profissional.

Reivindicam, também, o reconhecimento de um direito que praticamente já é deles, ou seja, o direito ao registro da responsabilidade por seus trabalhos técnicos, mediante as ART's. Também interessa ao Poder Público que essas anotações ocorram, para que, em caso de eventual acidente, seja possível identificar e responsabilizar o autor. E isso não só quando se trata de vidas humanas, também quando possam ocorrer danos ambientais.

Além disso, o relevante papel econômico que desempenham os geofísicos para o fortalecimento e ampliação da produção do petróleo e de minérios, por si só, já os torna merecedores do reconhecimento legal.

Registre-se, ainda, que o texto revela uma harmonia entre geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, facultando-se, desde que a matéria esteja dentro da área de atuação do profissional, o exercício das atividades relacionadas na proposição por especialistas de diversas origens.

Com relação às quatro emendas aprovadas na CCT nossa opinião é contrária. As duas primeiras são de redação e promovem a adequação do texto às alterações decorrentes da terceira e da quarta emendas.

A Emenda nº 03 transfere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o poder de determinar, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos.

Em nosso entendimento é, no mínimo, de duvidosa constitucionalidade uma norma que atribua à uma autarquia administrativa, como o CONFEA, funções ou atribuições. Seria ingerência numa matéria que é de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, no mérito, consideramos inconveniente a atribuição, ao CONFEA e aos próprios interessados, do poder de determinar quais são as competências da profissão. Obviamente pode haver interesse em ocupar o máximo possível de espaço no mercado de trabalho. Não há garantia alguma de que não serão invadidas áreas de outras profissões, como a dos geógrafos, por exemplo. O ideal, portanto, é que essas competências sejam definidas claramente em lei.

Por sua vez, a quarta emenda suprime o art. 5º (relação de áreas de atuação) e o art. 8º (que acrescenta competências na legislação relativa aos geólogos). No primeiro caso, trata-se de mera adequação do texto à mudança promovida pela terceira emenda. Quanto ao artigo 8º, argumenta-se que ele introduz matéria estranha ao texto geral. Em nossa visão, não é esse o caso, tendo em vista que os geólogos estão entre as profissões que o PLC pretende disciplinar, pelo menos parcialmente.

Ademais, com as alterações propostas, o PLC perde muito de seu sentido, restando apenas as exigências para o exercício profissional.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, na forma do texto encaminhado pela Casa de origem.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Relatório

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão analisa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali. A proposição regulamenta o exercício profissional dos geofísicos, define a geofísica, relaciona os ramos de atividade envolvidos e os habilitados ao exercício profissional e, finalmente, estabelece as áreas de competência e outras normas complementares.

A autora defende a adequação da matéria à nova realidade do mercado de trabalho, "no qual se observa uma crescente demanda por serviços de Geofísica aplicada à prospecção de petróleo e às questões ambientais e geotécnicas". Afirma, ainda, que, apesar dessas oportunidades, os profissionais da área ainda não dispõem de um respaldo legal capaz de dar-lhes condições de igualdade de inserção no mercado.

Consta, também, entre os argumentos favoráveis à regulamentação, um levantamento dos cursos existentes e um histórico do processo de especialização e capacitação que promove o surgimento de profissionais com formações diversas.

Segundo a defesa da proposta, esses profissionais, sem a devida regulamentação da atividade, estariam privados de registrar seus respectivos acervos técnicos, dada a recusa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) de aceitar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) por eles encaminhadas. Nessas condições, estariam correndo o risco do exercício ilegal da profissão.

Da argumentação exposta, finalmente, é importante registrar que o exercício profissional da Geofísica constitui um rol de atividades de alta especialização técnica, em última instância associadas à segurança e saúde da população, mas, sobretudo, à saúde e segurança dos "trabalhadores que lidam diretamente com a exploração petrolífera, mineral, trabalhos ambientais e geotécnicos".

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, a matéria foi aprovada, com a adoção de quatro emendas. Nesta Comissão, sem que tenham sido apresentadas emendas, foi recebido relatório do Senador Lobão Filho, que afastou-se dela em função do retorno do titular do mandato, com manifestação a favor da aprovação da matéria nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tal relatório, entretanto, não chegou a ser apreciado, razão pela qual recebemos a incumbência de relatar a matéria.

II – ANÁLISE

Analisados os diversos dispositivos constantes da redação final adotada na Casa de origem, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inscrem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos da autora. Nesse sentido, adotamos como nossos os diversos argumentos expostos pelo Relator anteriormente designado, Senador Lobão Filho.

Os profissionais da geofísica conseguiram, na prática, o reconhecimento de sua especialização, em consideração à competente formação técnica que desenvolveram e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Não se trata de reivindicação de área de atuação privativa ou fixação de reserva de mercado e nem pretendem os geofísicos ocupar espaços profissionais similares, como aqueles em que atuam geólogos e engenheiros-geólogos. Reivindicam, na legislação, o reconhecimento de sua profissão e a definição de algumas regras mínimas de procedimento na fiscalização do exercício profissional.

Reclamam, também, o reconhecimento de um direito inegável e próprio, ou seja, o direito ao registro da responsabilidade por seus trabalhos técnicos, mediante as ARTs. Também interessa ao Poder Público que essas anotações ocorram, para que, em caso de eventual acidente, seja possível identificar e responsabilizar o autor. E isso não só quando se trata de vidas humanas, mas também quando venham a ocorrer danos ambientais.

O relevante papel econômico e social, além disso, que desempenham os geofísicos para o fortalecimento e ampliação da produção do petróleo e de minérios, por si só, já os torna merecedores do reconhecimento legal.

O texto é revelador, ainda, de harmonia entre geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, facultando-se, desde que a matéria esteja dentro da área de atuação do profissional, o exercício das atividades relacionadas na proposição por especialistas de diversas origens.

Analisando as quatro emendas aprovadas na CCT, firmamos opinião contrária à sua adoção. As duas primeiras são de redação e promovem a adequação do texto às alterações decorrentes da terceira e da quarta emendas.

A Emenda nº 03 transfere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o poder de determinar, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos.

Em nosso entendimento é, no mínimo, de duvidosa constitucionalidade uma norma que atribua a uma autarquia administrativa, como o CONFEA, funções ou atribuições. Seria ingerência numa matéria que é de iniciativa privativa do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

No mérito, também consideramos inconveniente a atribuição, ao CONFEA e aos próprios interessados, do poder de determinar quais são as competências da profissão. Obviamente pode haver interesse em ocupar o máximo possível de espaço no mercado de trabalho. Não há garantia alguma de que não serão invadidas áreas de outras profissões, como a dos geógrafos, por exemplo. O ideal, portanto, é que essas competências sejam definidas claramente em lei.

Por sua vez, a quarta emenda suprime o art. 5º (relação de áreas de atuação) e o art. 8º (que acrescenta competências na legislação relativa aos geólogos). No primeiro caso, trata-se de mera adequação do texto à mudança promovida pela terceira emenda. Quanto ao artigo 8º, argumenta-se que ele introduz matéria estranha ao texto geral. Em nossa visão, não é esse o caso, tendo em vista que os geólogos estão entre as profissões que o PLC pretende disciplinar, pelo menos parcialmente.

Ademais, com as alterações propostas, o PLC perde muito de seu sentido, restando apenas as exigências para o exercício profissional.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, na forma do texto encaminhado pela Casa de origem, com consequente rejeição das Emendas nº 1 a 4-CCT.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Em análise, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2006, de autoria da Deputada Jandira Feghali. Trata-se da regulamentação do exercício profissional dos geofísicos. A proposta define a geofísica, relaciona os ramos de atividade envolvidos e os habilitados ao exercício profissional e, finalmente, estabelece as áreas de competência e outras normas complementares.

A matéria está, segundo a autora, adequada à nova realidade do mercado de trabalho, "no qual se observa uma crescente demanda por serviços de Geofísica aplicada à prospecção de petróleo e às questões ambientais e geotécnicas". Afirma, ainda, que, apesar dessas oportunidades, os profissionais da área ainda não dispõem de um respaldo legal capaz de dar-lhes condições de igualdade de inserção no mercado.

Registra, também, entre os elementos favoráveis à regulamentação, um levantamento dos cursos existentes e um histórico do processo de especialização e capacitação que promove o surgimento de profissionais com formações diversas.

Segundo a defesa da proposta, esses profissionais, sem a devida regulamentação da atividade, estariam privados de registrar seus respectivos acervos técnicos, dada a recusa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) de aceitar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) por eles encaminhadas. Nessas condições, estariam correndo o risco do exercício ilegal da profissão.

É importante registrar, finalmente, que o exercício profissional da Geofísica inclui um rol de atividades de alta especialização técnica, em última instância associadas à segurança e saúde da população, mas, sobretudo, à saúde e segurança dos "trabalhadores que lidam diretamente com a exploração petrolífera, mineral, trabalhos ambientais e geotécnicos".

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) desta Casa, a matéria foi aprovada, com a adoção de quatro emendas. Nesta Comissão de Assuntos Sociais, sem que tenham sido apresentadas emendas, foram recebidos relatórios dos Senadores Lobão Filho e Valdir Raupp, com manifestação a favor da aprovação da matéria nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tais relatórios, entretanto, não chegaram a ser apreciados, razão pela qual recebemos a incumbência de relatar a matéria.

O processado foi arquivado em razão do término da legislatura (art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal) e desarquivado em face da aprovação do Requerimento nº 184, de 2011.

II – ANÁLISE

Nas normas constantes da redação final adotada na Casa de origem não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos da autora. Os profissionais da geofísica conseguiram, na prática, o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica que desenvolveram e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Nosso parecer subscreve as manifestações anteriores, dos relatores designados que nos antecederam.

Os geofísicos não reivindicam área de atuação privativa ou fixação de reserva de mercado e nem pretendem ocupar espaços profissionais similares, como aqueles em que atuam geólogos e engenheiros-geólogos. Reivindicam, na legislação, o reconhecimento de sua profissão e a definição de algumas regras mínimas de procedimento na fiscalização do exercício profissional.

Reivindicam, ainda o direito ao registro da responsabilidade por seus trabalhos técnicos, mediante as ARTs. Essas anotações também interessam ao Poder Público para que, em caso de eventual acidente, seja possível identificar e responsabilizar os autores. E isso não só quando se trata de vidas humanas, mas também quando venham a ocorrer danos ambientais.

O texto é revelador, ainda, de harmonia entre geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos, facultando-se, desde que a matéria esteja dentro da área de atuação do profissional, o exercício das atividades relacionadas na proposição por especialistas de diversas origens.

Analisando as quatro emendas aprovadas na CCT, firmamos opinião favorável à adoção das mudanças propugnadas. As duas primeiras são de redação e promovem a adequação do texto às alterações decorrentes da terceira e da quarta emendas.

A Emenda nº 03 transfere ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o poder de determinar, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos. Em nosso entendimento, aquele órgão profissional é depositário do conhecimento para definir essas competências e possui a

estrutura necessária para, em diálogo democrático e aberto com os interessados, estabelecer parâmetros seguros e justos para a repartição dos espaços de cada um nesse vasto campo de atividade.

Por sua vez, a quarta emenda suprime o art. 5º (relação de áreas de atuação) e o art. 8º do PLC (mudanças na Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962, incluindo disposições referentes à profissão de geólogo em proposição que pretende regulamentar a profissão de geofísico).

No que se refere ao art. 5º, trata-se de mera adequação do texto à mudança promovida pela terceira emenda.

Em relação ao artigo 8º, o argumento vitorioso na CCT considera esta norma excessiva e mesmo intempestiva. Ocorre que, embora todas as profissões dessa área tenham proximidade de objeto, seria um exercício complexo e arriscado tentar a definição de seus campos de atuação. Volta-se, assim, ao teor da Emenda nº 03 que remete a temática ao CONFEA.

Finalmente, a Lei nº 12.378, de 2010, que criou os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU), excluiu os arquitetos e urbanistas do âmbito de fiscalização do CONFEA. Assim, faz-se necessária subemenda de redação para atualizar a nomenclatura.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, na forma do texto encaminhado pela Casa de origem, com as emendas adotadas na CCT e a seguinte subemenda de redação:

SUBEMENDA (CAS) À EMENDA Nº 03 – CCT

Dê-se ao art. 6º do PLC nº 117, de 2006, a seguinte redação:

"Art. 6º O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia determinará, ouvidos os profissionais envolvidos, a competência profissional de geofísicos, geólogos e engenheiros-geólogos".

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 39, de 2012**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 223, de 2008; 663 e 664, de 2009; 264, de 2010; 29, 55, 199, 226, 260, 265, 269, 300, 303, 306, 311, 312, 315, 319, 321, 326, 334, 337, 343, 351, 353, 355, 362, 374, 391, 403, 407, 422, 428 e 441 de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of.nº.039/2012 – CCT

Brasília, 28 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo: 223 de 2008; 663 e 664 de 2009; 264 de 2010; 29, 55, 199, 226, 260, 265, 269, 300, 303, 306, 311, 312, 315, 319, 321, 326, 334, 337, 343, 351, 355, 362, 374, 391, 403, 407, 422, 428 e 441 de 2011. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 39, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 223, de 2008; 663 e 664, de 2009; 264, de 2010; 29, 55, 199, 226, 260, 265, 269, 300, 303, 306, 311, 312, 315, 319, 321, 326, 334, 337, 343, 351, 353, 355, 362, 374, 391, 403, 407, 422, 428 e 441 de 2011 sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 326 e 327, de 2012**, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei Câmara nº 117, de 2006.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 19, de 2012** (nº 87/2012, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2012, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 19, DE 2012

Aviso nº 87/GMF

Brasília, 29 de março de 2012

Assunto: Artigo 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de fevereiro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos da dívida consolidada foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: www.tesouro.fazenda.gov.br/irf/ No mapa apresentado, selecionar o "Estado", "Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado:28/03/2012 R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11	30/8/11	31/12/11
AC	705.934	663.786	703.747	694.081	718.119	655.806	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.022	1.153.204	1.159.735	1.498.775
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	6.613.624	6.584.805	7.009.717
AM	1.925.679	1.568.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.958	1.453.311	1.424.022	n.d.
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	107.239	105.204	n.d.
BA	8.362.057	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	7.881.740	7.639.453	8.917.888
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	1.379.320	1.326.436	3.221.715
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	1.484.298	1.084.769	2.046.859
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	932.909	625.798	1.335.776
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	13.553.278	11.697.404	13.680.116	13.259.839	13.053.110	12.770.815
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.544.650	3.306.980	3.805.114
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.560.659	52.264.415	60.499.483	60.200.681	62.120.939	67.779.833
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.301	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.529.483	6.499.343	6.781.344
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.130.550	3.002.689	3.121.225
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	1.811.001	1.399.678	2.020.345
PB	2.438.937	1.977.969	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.181.311	989.503	1.493.822
PE	2.961.347	4.253.625	5.495.023	5.429.048	5.495.263	5.230.444	4.930.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	3.877.805	3.817.859	5.676.720
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.270.496	2.219.921	2.867.500
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.514.480	13.608.099	14.950.807
RJ	23.870.049	25.840.552	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.258	51.041.607	47.204.513	53.952.732	52.204.589	52.359.790	57.269.426
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.556	10.696	612.752	775.654
RO	1.802.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.649.206	1.666.582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	1.912.239	1.957.720	2.222.441
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	506.160	73.668	-674.316	-558.037	-228.747
RS	17.740.010	18.535.183	23.496.895	27.606.812	30.053.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.677	43.437.027	44.071.366	44.476.609	46.874.223
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.063.824	6.312.345	7.464.223	6.505.150	5.883.725	6.298.321
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.366	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	1.768.183	1.852.281	2.133.519
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.039	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.942	150.510.608	151.587.574	157.407.281
TO	323.219	291.442	515.266	403.239	607.264	312.939	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	189.261	267.619	939.303
Total	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.027	364.848.999	353.270.448	404.273.068	387.823.716	388.407.375	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/12/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 28/3/2012 no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado:28/03/2012

R$ mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11	30/8/11	31/12/11
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.796.676	2.900.722	2.975.828
AL	1.195.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.985	4.205.565	4.472.144	4.500.852	4.801.099
AM	1.925.171	2.288.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	7.696.511	7.918.383	n.d
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.589.763	2.721.078	n.d
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	17.852.940	18.527.850	19.226.970
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.193.483	10.651.373	10.966.435
DF	3.209.332	3.419.963	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	11.756.723	12.328.889	12.859.742
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	8.665.794	9.343.793	9.772.998
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	11.196.674	11.542.121	12.639.405
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.930.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	7.389.601	7.831.887	8.065.450
MG	9.629.796	11.412.858	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.480	29.118.470	33.179.152	34.773.289	35.223.077	37.284.184
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.350	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.438.549	5.704.470	5.993.642
MT	1.748.543	2.085.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.291.678	7.572.356	7.820.279
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.417.950	9.535.122	9.985.842	10.426.350
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.434.801	5.674.559	5.992.568
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	13.289.311	13.863.388	14.549.104
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	4.736.221	4.893.228	5.050.101
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.483.743	15.092.440	16.958.377	17.613.451	18.481.468	19.713.389
RJ	11.529.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	35.447.216	37.107.943	39.268.345
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.732.464	5.921.625	5.915.554
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.134	3.976.875	4.077.637	4.480.602
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	1.934.958	2.138.240	2.373.210
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	20.876.006	21.202.486	21.927.905
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	12.463.117	13.229.904	13.791.477
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.892.171	4.924.866	4.914.198
SP	32.298.817	35.683.659	39.675.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	102.799.944	104.958.534	106.633.424
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.135.492	4.378.998	4.548.795
Total	108.432.525	123.170.204	139.075.233	158.653.755	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	374.980.974	387.605.571	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 30/12/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 28/3/2012 no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado:28/03/2012

UF	Relação DCL / RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	30/4/11	30/8/11	31/12/11
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,41	0,40	0,50
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,46	1,48
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,18	n.d
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,04	0,04	n.d
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,03	0,82	0,72	0,63	0,52	0,44	0,41	0,46
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,14	0,12	0,29
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,13	0,09	0,16
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,11	0,07	0,14
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,18	1,13	1,01
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,48	0,42	0,47
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,73	1,76	1,87
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,20	1,14	1,13
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,43	0,40	0,40
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,14	0,19
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,22	0,17	0,25
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,29	0,28	0,39
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,48	0,45	0,57
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,82	0,74	0,76
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,47	1,41	1,46
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,00	0,10	0,13
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,48	0,48	0,50
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,35	-0,26	-0,10
RS	2,66	2,58	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,11	2,10	2,14
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,52	0,44	0,46
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,36	0,38	0,43
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44	1,48
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,05	0,06	0,21
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,03	1,00	n.d.

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n ° 583/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível
Obs: Os dados referentes a 30/12/2011 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011 homologados e publicados até 28/3/2012 no SISTN.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001315/2011-68	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Andirá	PR	Operação Contratual Interna		253 meses	2.085.935,37	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 441	02/02/2012	Arquivamento		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.002075/2011-39	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Sangão	SC	Operação Contratual Interna		48 meses	2.090.000,00	9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Ofício nº 488	06/02/2012	Cumprimento de Limites e Condições		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001395/2011-71	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Cruz das Almas	BA	Operação Contratual Interna		254 meses	1.998.305,76	6% a.a.acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 496	07/02/2012	Arquivamento		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001394/2011-27	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Cruz das Almas	BA	Operação Contratual Interna		254 meses	1.387.657,20	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 517	07/02/2012	Arquivamento		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001280/2011-87	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Cascavel	CE	Operação Contratual Interna		249 meses	2.929.983,54	6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 529	08/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001324/2011-79	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Buritis	RO	Operação Contratual Interna		254 meses	7.000.000,00	6% a.a acrescidos de índice de atualização das contas do FGTS (atualmente, TR)
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 585	09/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001340/2011-61	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Humaitá	AM	Operação Contratual Interna		254 meses	7.727.899,71	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 583	09/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.002037/2011-86	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Jequié	BA	Operação Contratual Interna		260 meses	21.840.000,00	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 571	09/02/2012	Arquivamento		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001308/2011-86	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal	PR	Operação Contratual Interna		262 meses	987.800,00	6,0% a.a. acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 559	09/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001226/2011-31	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Tangará da Serra	MT	Operação Contratual Interna		250 meses	9.930.000,00	6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 566	09/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001378/2011-34	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Taquarana	AL	Operação Contratual Interna		254 meses	2.567.852,38	6% a.a. acrescido da atualização das contas do FGTS (atualmente, TR)
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 573	09/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001250/2011-71	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Araricá	RS	Operação Contratual Interna		278 meses	3.660.000,00	6% a a acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 588	10/02/2012	Arquivamento		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001261/2011-51	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Catalão	GO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 268 meses	**Valor:** 10.475.248,55	**Juros Efetivos:** 6% a.a acrescidos da atualização das contas do FGTS
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Ofício:** Ofício nº 594	**Data:** 10/02/2012	**Posicionamento:** Arquivamento		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001249/2011-46	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Goiânia	GO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 258 meses	**Valor:** 62.130.000,00	**Juros Efetivos:** 6,00% a.a., acrescido de atualização monetária igual à atualização das contas do FGTS
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Ofício:** Ofício nº 596	**Data:** 10/02/2012	**Posicionamento:** Arquivamento		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001729/2011-15	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri	PA	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 254 meses	**Valor:** 16.662.000,00	**Juros Efetivos:** 6% a.a acrescida de atualização das contas do FGTS
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Ofício:** Ofício nº 590	**Data:** 10/02/2012	**Posicionamento:** Arquivamento		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001233/2011-33	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Italinga	CE	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 249 meses	**Valor:** 6.836.027,64	**Juros Efetivos:** 6% acrescido de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Ofício:** Ofício nº 598	**Data:** 10/02/2012	**Posicionamento:** Arquivamento		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001248/2011-00	Interessado: Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás	GO	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 245 meses	Valor: 3.481.750,00	Juros Efetivos: 6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 609	Data: 10/02/2012	Posicionamento: Arquivamento	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000986/2011-21	Interessado: Prefeitura Municipal de Assaí	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 252 meses	Valor: 1.180.856,68	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 638	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001337/2011-48	Interessado: Prefeitura Municipal de Coari	AM	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 252 meses	Valor: 21.805.350,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 634	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Arquivamento	

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001383/2011-47	Interessado: Prefeitura Municipal de Divinópolis	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 75 meses	Valor: 750.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos de atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 636	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Arquivamento	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 26/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001328/2011-57	Interessado: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	PE	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna		Prazo: 260 meses	Valor: 10.044.512,00	Juros Efetivos: 6% a. a. acrescidos de TR (índice de atualização das contas do FGTS)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 619	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001350/2011-05	Interessado: Prefeitura Municipal de Jaguarari	UF: BA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna		Prazo: 251 meses	Valor: 5.900.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. SFT - TABELA PRICE
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 614	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001256/2011-48	Interessado: Prefeitura Municipal de Janaúba	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna		Prazo: 255 meses	Valor: 8.030.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente, a Taxa Referencial - TR)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 640	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001345/2011-94	Interessado: Prefeitura Municipal de Manaus	UF: AM	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna		Prazo: 254 meses	Valor: 55.000.000,00	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente a Taxa Referencial - TR)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Ofício: Ofício nº 632	Data: 13/02/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001112/2011-91	Interessado:		Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Patrocínio	MG	Operação Contratual Interna		247 meses	1.682.550,76	6% a.a. acrescido de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 642	13/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.001272/2011-31	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Siqueira Campos	PR	Operação Contratual Interna		288 meses	2.120.000,00	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 621	13/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.000603/2011-15	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Itanhaém	SP	Operação Contratual Interna		264 meses	16.472.907,31	6% a.a acrescidos de atualização igual às contas do FGTS
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 690	16/02/2012	Arquivamento		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944.000778/2011-22	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal	SP	Operação Contratual Interna		54 meses	1.250.000,00	4% a.a acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:		
	Agência de Fomento do Estado de São Paulo		Ofício nº 713	17/02/2012	Cumprimento de Limites e Condições		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.002091/2011-21	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Antonina	PR	Operação Contratual Interna	120 meses	341.000,00	6% a.a acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Agência de Fomento do Paraná S/A		Ofício nº 733	23/02/2012	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944.002104/2011-62	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Curitiba	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	18.800.000,00	6% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Agência de Fomento do Paraná S/A		Ofício nº 773	27/02/2012	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944.000977/2011-31	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Ipiranga	PR	Operação Contratual Interna	255 meses	959.687,86	6,0% a.a. acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		Ofício:	Data:	Posicionamento:	
	Caixa Econômica Federal		Ofício nº 799	28/02/2012	Arquivamento	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/03/2012

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2012 a 29/02/2012

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	1	2.090.000,00
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1	1.250.000,00
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	2	19.141.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	27	285.666.324,76
	Totais das Operações dos Municípios:	**31**	**308.147.324,76**

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2011
data-base 30/12/2011

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN — Posição: 22/02/2012

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 3o Quadrimestre 2011	RCL 3o Quadrimestre 2011	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	3.377.293,04	415.350.055,35	0,81
AL	MACEIO	27	430	2	80.032.429,94	1.245.571.916,48	6,43
AM	HUMAITA	13	170	4	11.699.871,29	52.039.678,08	22,48
AM	MANAUS	13	260	3	(110.265.301,11)	2.427.606.500,68	-
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	(405.935,02)	167.867.026,12	-
BA	ANTONIO CARDOSO	29	170	0	10.313.569,69	16.508.397,94	62,47
BA	ARACATU	29	200	5	8.873.428,74	20.793.313,50	42,67
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	5.951.364,73	28.015.031,47	21,24
BA	BRUMADO	29	460	5	4.096.595,35	86.465.189,39	4,74
BA	CAMACAN	29	560	2	21.827.253,27	36.300.844,01	60,13
BA	CAMACARI	29	570	1	431.357.439,04	629.061.812,70	68,57
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	29	685	7	4.777.500,38	16.219.222,98	29,46
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	32.958.854,68	-
BA	GAVIAO	29	1125	3	(437.516,43)	9.428.579,71	-
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(466.234,73)	13.282.119,15	-
BA	ITIRUCU	29	1690	6	(1.582.124,03)	16.191.738,13	-
BA	LAJEDAO	29	1890	2	1.157.152,79	10.030.252,67	11,54
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(36.556.792,93)	298.420.051,72	-
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	(1.108.916,17)	47.893.381,41	-
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	9.818.958,72	96.510.946,95	10,17
BA	MUCURI	29	2200	3	56.376.974,82	83.774.181,09	67,30
BA	OLINDINA	29	2310	0	2.580.089,08	32.595.233,53	7,92
BA	PINTADAS	29	2465	2	(363.911,83)	15.523.972,40	-
BA	POJUCA	29	2520	4	15.346.406,64	77.924.065,05	19,69
BA	PORTO SEGURO	29	2530	3	137.400.598,61	31.674.660,38	433,79
BA	RIBEIRA DO AMPARO	29	2650	9	727.480,73	22.189.789,94	3,28
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.727.013.949,15	3.373.200.721,14	51,20
BA	SANTANOPOLIS	29	2830	7	1.024.023,99	12.640.589,09	8,10
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(13.102.445,99)	103.499.507,43	-
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	1.539.692,02	53.993.929,70	2,85
BA	SAUBARA	29	2975	0	(407.434,00)	18.296.495,00	-
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	29	3000	6	11.436.218,65	16.976.039,57	67,37
BA	SERRA PRETA	29	3040	2	3.106.127,62	21.687.812,40	14,32
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(381.644,32)	10.324.759,44	-
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	2.181.666,54	31.947.023,15	6,83
BA	UIBAI	29	3240	8	(574.421,97)	18.118.571,56	-
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	3.966.231,46	19.685.140,60	20,15
CE	ACOPIARA	23	30	9	26.453.007,24	59.982.223,90	44,10
CE	ARATUBA	23	140	6	6.720.543,48	19.554.012,45	34,37
CE	BEBERIBE	23	220	6	8.994.365,04	65.651.501,62	13,70
CE	CRATEUS	23	410	3	13.255.292,09	80.324.609,40	16,50
CE	FORTALEZA	23	440	0	8.044.920,51	3.525.071.149,32	0,23
CE	FORTIM	23	445	9	(3.000.250,58)	23.145.801,81	-
CE	HORIZONTE	23	523	3	13.525.580,62	101.066.006,01	13,38
CE	IGUATU	23	550	6	30.921.826,01	120.173.976,14	25,73
CE	IRAUCUBA	23	610	8	4.723.788,46	33.115.444,82	14,26
CE	ITAPAGE	23	630	5	14.468.924,87	57.789.288,31	25,04
CE	MARACANAU	23	765	0	(46.961.778,10)	422.939.688,49	-
CE	MILAGRES	23	830	2	1.997.381,56	33.033.130,84	6,05
CE	QUIXADA	23	1130	6	19.868.439,78	88.343.260,69	22,49
CE	REDENCAO	23	1160	3	7.045.799,62	37.352.925,05	18,86
CE	SOBRAL	23	1290	8	(13.605.351,17)	328.715.655,87	-
ES	ALEGRE	32	20	1	929.653,79	54.424.632,61	1,71
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	6	(3.868.057,00)	28.448.260,61	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(69.125.839,00)	259.423.823,00	-
ES	FUNDAO	32	220	7	(8.615.375,77)	44.066.232,89	-
ES	LINHARES	32	320	5	(22.693.391,03)	380.848.367,04	-
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	(4.663.427,53)	81.045.783,49	-
ES	SERRA	32	500	2	225.749.115,44	771.912.829,74	29,25

ES	VITORIA	32	530	9	19.778.904,57	1.228.648.529,56	1,61
GO	BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	7.499.857,28	39.729.416,31	18,88
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	(323.252,13)	18.847.074,90	-
GO	CACU	52	430	0	-	23.040.402,99	-
GO	EDEIA	52	740	2	(76.531,88)	23.562.074,45	-
GO	NOVA ROMA	52	1490	3	(908.015,00)	8.564.835,00	-
GO	TRINDADE	52	2140	3	15.231.654,40	91.379.608,42	16,67
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	77.277.507,67	330.181.851,71	23,40
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(11.463.266,15)	156.865.564,53	-
MA	SAO LUIS	21	1130	0	40.190.018,56	1.743.528.457,15	2,31
MG	ALFENAS	31	160	7	34.319.597,40	127.361.141,58	26,95
MG	CABO VERDE	31	950	1	940.524,20	16.268.347,40	5,78
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	3.468.244,50	24.515.094,89	14,15
MG	CARATINGA	31	1340	4	5.046.502,37	100.660.097,65	5,01
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	(232.553,70)	17.096.784,36	-
MG	CONTAGEM	31	1860	1	369.867.215,31	901.789.979,86	41,01
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	1.426.736,42	12.049.311,28	11,84
MG	CORONEL FABRICIANO	31	1940	1	(17.202.767,00)	101.886.356,00	-
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	70.064.158,60	322.732.261,00	21,71
MG	FRUTAL	31	2710	7	11.367.316,60	77.411.727,13	14,68
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	96.110.449,01	406.863.286,44	23,62
MG	GUAPE	31	2810	5	2.248.743,00	22.581.608,96	9,96
MG	ITAUNA	31	3360	8	28.782.939,33	144.621.725,96	19,90
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	12.004.925,00	129.612.417,00	9,26
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(4.970.902,65)	830.841.992,61	-
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(1.544.774,87)	1.955.457,22	-
MG	MACHADO	31	3900	3	(3.510.209,99)	45.881.321,29	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(687.102,06)	10.214.503,33	-
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.109.052,98)	16.966.270,08	-
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(3.972.043,64)	106.938.298,14	-
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	4.144.564,64	204.003.237,54	2,03
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	1.458.585,52	49.518.685,03	2,95
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	9.325.100,92	112.233.936,05	8,31
MG	TIROS	31	6890	3	206.804,28	11.340.257,95	1,82
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	8.820.015,85	92.033.750,17	9,58
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	(1.623.444,44)	71.469.441,70	-
MG	UBA	31	6990	1	(41.362.800,56)	104.579.141,86	-
MG	UBERABA	31	7010	7	74.880.348,90	525.398.511,35	14,25
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	13.376.394,00	1.109.457.695,00	1,21
MG	VESPASIANO	31	7120	4	5.674.199,18	127.122.039,52	4,46
MG	VICOSA	31	7130	3	(34.912.702,10)	94.776.494,36	-
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(2.101.417,44)	22.741.613,28	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(142.850.925,68)	1.797.367.485,26	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	-	29.018.053,39	-
MS	JAPORA	50	480	9	(1.124.020,11)	17.059.793,74	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	(961.709,98)	92.699.074,42	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(110.479,85)	234.022.601,97	-
MT	AGUA BOA	51	20	1	(5.641.696,49)	43.673.013,92	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(11.490.856,83)	47.104.974,13	-
MT	ALTO BOA VISTA	51	35	9	31.307,70	11.755.026,73	0,27
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(53.719.349,68)	92.002.076,02	-
MT	CANABRAVA DO NORTE	51	269	4	(983.508,38)	10.896.068,07	-
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(4.310.331,83)	12.809.763,66	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	221.101,55	18.485.201,57	1,20
MT	COLIDER	51	320	5	(14.591.088,56)	42.227.755,22	-
MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	51	380	9	(789.251,08)	8.343.247,66	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	(3.407.201,93)	40.072.851,45	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(4.724.958,24)	16.833.235,82	-
MT	MATUPA	51	560	6	(6.494.865,52)	24.076.614,58	-
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(2.631.742,97)	29.644.948,04	-
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(1.234.292,13)	9.152.735,64	-
MT	NOVA UBIRATA	51	624	0	(3.618.089,52)	23.742.700,36	-
MT	PARANAITA	51	629	9	(7.599.492,39)	20.127.515,95	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	15.034.059,80	345.469.720,37	4,35
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(1.157.125,64)	9.216.155,49	-
MT	SAO JOSE DO POVO	51	729	7	(3.524.079,36)	7.757.289,48	-

MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(13.625.010,19)	24.386.258,62	-
MT	SINOP	51	790	9	(2.320.330,14)	177.459.900,80	-
MT	SORRISO	51	792	5	(43.768.656,84)	125.085.200,14	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	12.630.216,17	118.847.893,98	10,63
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(1.106.632,09)	9.365.280,56	-
MT	VERA	51	850	1	(7.299.221,06)	17.942.672,25	-
MT	VILA RICA	51	860	0	(13.054.683,50)	29.371.357,23	-
PA	BELEM	15	140	2	53.066.572,00	1.692.753.587,00	3,13
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	(67.681.452,77)	165.905.746,38	-
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	182.911.602,69	456.126.095,11	40,10
PB	JOAO PESSOA	25	750	7	(416.841.189,03)	1.208.186.378,61	-
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	18.346.036,61	84.516.634,14	21,71
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	11.491.832,02	43.325.687,67	26,52
PE	AFRANIO	26	20	3	5.757.737,95	6.595.575,12	87,30
PE	AGRESTINA	26	30	2	7.622.159,48	29.187.882,13	26,11
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.075.926,89	46.615.550,06	23,76
PE	ALAGOINHA	26	60	9	2.006.924,15	20.025.557,85	10,02
PE	ANGELIM	26	100	3	(280.462,88)	15.407.747,07	-
PE	ARCOVERDE	26	120	1	5.495.445,01	69.650.342,76	7,89
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	11.145.546,84	17.382.383,18	64,12
PE	BARREIROS	26	140	9	21.734.592,56	47.237.515,99	46,01
PE	BELO JARDIM	26	170	6	2.508.487,94	89.474.959,90	2,80
PE	BEZERROS	26	190	4	4.014.604,27	57.230.945,41	7,02
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	3.841.113,41	49.243.366,12	7,80
PE	BONITO	26	230	8	17.165.092,57	46.731.855,10	36,73
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(567.957,16)	15.954.741,35	-
PE	BUIQUE	26	280	3	7.892,50	54.660.311,16	0,01
PE	CABROBO	26	300	9	8.890.021,38	39.294.267,00	22,62
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	5.568.339,31	22.227.959,15	25,05
PE	CALCADO	26	330	6	(87.105,91)	16.326.027,87	-
PE	CALUMBI	26	340	5	31.062,05	12.115.823,19	0,26
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	13.198.464,95	159.727.070,07	8,26
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	3.625.668,28	22.554.616,62	16,08
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.017.722,60	18.232.014,64	11,07
PE	CANHOTINHO	26	370	2	4.832.110,48	28.817.995,74	16,77
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(2.237.475,74)	18.027.089,86	-
PE	CARPINA	26	400	7	13.292.835,84	67.438.005,36	19,71
PE	CATENDE	26	420	5	15.105.350,65	27.633.860,69	54,65
PE	CEDRO	26	430	4	(1.537.026,02)	17.710.402,21	-
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.212.962,67	18.123.273,72	6,69
PE	CHA GRANDE	26	450	2	2.850.849,43	32.496.360,36	8,77
PE	CONDADO	26	460	1	23.368.475,26	29.012.794,92	80,55
PE	CORTES	26	480	9	8.348.827,80	24.142.917,31	34,58
PE	CUPIRA	26	500	4	7.593.075,90	23.932.547,56	31,73
PE	CUSTODIA	26	510	3	11.061.166,00	22.142.765,00	49,95
PE	DORMENTES	26	515	2	6.460.734,01	20.947.166,00	30,84
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	4.801.041,99	24.749.622,14	19,40
PE	FLORESTA	26	570	7	11.957.792,97	52.032.823,76	22,98
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.714.038,81	18.561.518,12	20,01
PE	GAMELEIRA	26	590	5	13.912.132,91	29.703.199,27	46,84
PE	GARANHUNS	26	600	2	(5.816.369,81)	146.813.329,76	-
PE	GOIANA	26	620	0	(5.823.447,68)	97.568.034,55	-
PE	GRAVATA	26	640	8	15.586.810,15	88.589.229,82	17,59
PE	IBIMIRIM	26	660	6	4.981.990,51	32.898.649,48	15,14
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	4.952.846,53	12.802.140,99	38,69
PE	IGARASSU	26	680	4	(34.389.261,84)	110.060.575,00	-
PE	INAJA	26	700	0	(992.446,20)	22.679.004,65	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	-	372.747.525,01	-
PE	ITAMBE	26	765	3	6.954.242,23	38.593.220,40	18,02
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	32.887.479,65	618.852.142,48	5,31
PE	JAQUEIRA	26	795	0	5.321.214,94	18.475.765,28	28,80
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	7.766.305,35	35.888.684,69	21,64
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	1.570.027,04	25.884.065,30	6,07
PE	JUCATI	26	825	5	495.512,60	17.704.856,35	2,80

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	JUREMA	26	840	4	6.272.736,07	19.494.672,02	32,18
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	7.380.102,93	19.818.744,48	37,24
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	-	31.957.576,46	-
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	790.331,37	20.877.912,50	3,79
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	1.215.111,74	10.146.394,08	11,98
PE	LAJEDO	26	880	0	4.263.410,52	47.916.064,51	8,90
PE	LIMOEIRO	26	890	9	16.701.588,07	56.324.327,89	29,65
PE	MARAIAL	26	920	4	4.819.215,91	18.941.689,11	25,44
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	17.688.527,96	32.020.483,07	55,24
PE	OURICURI	26	990	7	22.412.097,79	71.880.641,00	31,18
PE	PALMARES	26	1000	4	4.428.103,24	4.428.103,24	100,00
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.553.279,61	12.770.087,75	19,99
PE	PANELAS	26	1020	2	12.379.171,02	39.689.708,32	31,19
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.202.675,10	18.465.363,82	6,51
PE	PAUDALHO	26	1060	8	18.564.993,91	56.404.998,99	32,91
PE	PAULISTA	26	1070	7	66.735.950,70	242.214.618,38	27,55
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	9.490.691,93	67.328.188,85	14,10
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	-	69.166.895,33	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	54.800.550,23	342.234.537,59	16,01
PE	RECIFE	26	1160	6	174.757.525,73	2.646.517.967,24	6,60
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	5.277.714,10	28.059.300,52	18,81
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	12.272.715,75	36.590.275,31	33,54
PE	SAIRE	26	1200	0	11.164.832,55	18.736.099,69	59,59
PE	SALGADINHO	26	1210	9	1.437.442,51	12.103.667,84	11,88
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	10.106.903,28	79.180.742,42	12,76
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	5.280.114,62	17.161.584,00	30,77
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	99.861,45	16.642.248,83	0,60
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.344.610,89	18.080.802,22	29,56
PE	SAO BENTO DO UNA	26	1300	8	3.814.267,65	56.042.108,75	6,81
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	18.951.897,76	37.340.102,28	50,75
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.956.199,01	4.628.951,90	150,28
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	(730.425,12)	38.528.767,38	-
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	913.997,67	37.405.179,00	2,44
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	15.094.194,59	87.188.338,16	17,31
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	15.840.215,12	47.737.674,60	33,18
PE	SOLIDAO	26	1440	2	604.455,17	5.796.616,67	10,43
PE	SURUBIM	26	1450	1	(4.375.053,02)	55.037.353,18	-
PE	TABIRA	26	1460	0	(192.927,39)	15.945.822,50	-
PE	TACAIMBO	26	1470	9	4.227.472,33	15.852.888,48	26,67
PE	TAMANDARE	26	1485	7	18.032.015,78	35.674.189,81	50,55
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	14.653.424,78	28.353.711,64	51,68
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.827.071,32)	14.107.738,00	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	16.541.592,30	58.339.706,09	28,35
PE	TORITAMA	26	1540	9	(2.809,62)	36.931.046,32	-
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	2.542.212,32	13.346.725,72	19,05
PE	VERTENTES	26	1620	9	(6.457.340,97)	25.435.324,35	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	6.217.040,82	39.988.253,85	15,55
PE	XEXEU	26	1650	6	14.379.572,47	23.848.090,66	60,30
PI	TERESINA	22	1100	1	(211.643.452,57)	1.289.518.622,23	-
PR	ANTONINA	41	120	0	3.286.725,74	29.798.692,22	11,03
PR	ARAUCARIA	41	180	4	(100.450.962,30)	519.426.095,69	-
PR	BOCAIUVA DO SUL	41	310	7	(1.142.589,90)	18.595.132,92	-
PR	CAFEARA	41	340	4	490.993,69	7.912.374,20	6,21
PR	CAMBIRA	41	380	0	2.661.406,26	14.672.361,55	18,14
PR	CAMPO LARGO	41	420	4	(23.975.544,68)	136.457.029,28	-
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	(3.854.165,01)	142.464.445,53	-
PR	CASCAVEL	41	480	8	44.296.163,53	363.123.045,35	12,20
PR	CIANORTE	41	550	8	(12.998.688,28)	109.895.148,02	-
PR	CURITIBA	41	690	2	139.558.253,36	4.208.761.741,78	3,32
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	84.123.074,88	448.955.089,93	18,74
PR	IBAITI	41	970	8	(1.647.635,74)	31.200.741,93	-
PR	JUSSARA	41	1300	7	386.859,00	12.748.061,02	3,03
PR	LONDRINA	41	1370	0	174.923.414,88	840.660.118,04	20,81
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(5.103.596,38)	82.202.459,19	-
PR	MARINGA	41	1520	0	285.418.757,18	620.381.348,60	46,01

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(2.397.374,83)	13.707.473,78	-
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(4.533.248,47)	130.783.166,54	-
PR	PINHAIS	41	1915	2	(24.758.993,79)	185.865.493,61	-
PR	ROLANDIA	41	2240	4	6.047.144,27	78.909.419,91	7,66
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2460	8	189.347,39	12.852.645,34	1,47
PR	SENGES	41	2630	6	(4.990.858,75)	26.800.090,03	-
PR	TELEMACO BORBA	41	2710	6	(3.183.102,88)	95.825.143,84	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	6.987.847,80	188.561.021,38	3,71
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	(9.901.791,90)	160.679.532,40	-
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(20.208.279,40)	140.826.890,10	-
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	30.032.465,60	290.761.148,00	10,33
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	17.833.796,30	400.828.398,50	4,45
RJ	ITABORAI	33	190	0	44.904.678,60	365.447.145,70	12,29
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	7.603.757,90	166.370.216,40	4,57
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	252.300.073,70	736.285.836,90	34,27
RJ	RESENDE	33	420	1	87.252.635,80	280.726.482,20	31,08
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	6.832.015.062,74	14.160.729.120,18	48,25
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	(81.022.146,30)	359.622.054,20	-
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(1.535.249,30)	43.910.727,60	-
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(115.156.887,20)	139.695.526,20	-
RJ	VALENCA	33	610	7	20.113.507,90	112.283.124,90	17,91
RN	ACU	24	20	8	(2.982.159,67)	72.559.613,35	-
RN	MOSSORO	24	800	3	53.861.411,14	179.954.271,94	29,93
RN	NATAL	24	810	2	489.266.772,77	1.184.610.835,04	41,30
RO	CACOAL	11	4	9	(8.475.185,70)	112.538.631,66	-
RO	JARU	11	11	4	16.129.134,08	73.374.650,12	21,98
RO	JI-PARANA	11	12	2	2.618.095,44	139.363.939,77	1,88
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(6.818.704,78)	30.110.940,98	-
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	9.842.913,92	46.294.857,49	21,26
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(86.243.288,66)	764.871.339,21	-
RO	VILHENA	11	30	4	21.040.308,43	126.553.187,19	16,63
RS	ALEGRETE	43	40	6	117.635.525,61	107.347.530,72	109,58
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	862.555,41	10.371.293,84	8,32
RS	ALVORADA	43	60	4	11.183.816,54	173.112.869,83	6,46
RS	BAGE	43	160	2	3.045.132,71	180.365.535,29	1,69
RS	BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(354.021,54)	12.176.677,94	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	8.746.942,52	106.267.244,62	8,23
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	19.705.065,84	204.104.899,72	9,65
RS	CAMAQUA	43	350	9	(5.490.586,92)	80.937.595,55	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	4.243.740,89	112.641.028,16	3,77
RS	CANGUCU	43	450	7	(4.255.282,19)	73.405.307,39	-
RS	CANOAS	43	460	6	99.808.736,23	633.808.556,87	15,75
RS	CARAZINHO	43	470	5	(8.536.349,58)	91.082.514,90	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(34.553.170,21)	962.296.033,81	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(15.147.043,80)	134.960.582,75	-
RS	ESTEIO	43	770	8	(30.105.834,49)	157.579.308,47	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(9.059.756,11)	116.402.575,76	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.958.879,40)	7.943.485,04	-
RS	GRAVATAI	43	920	9	307.480.582,66	378.035.069,45	81,34
RS	GUAIBA	43	930	8	(7.809.537,32)	129.661.884,86	-
RS	IJUI	43	1020	7	(25.418.349,78)	155.382.428,86	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.670.876,83	47.350.442,65	52,10
RS	ITAQUI	43	1060	3	(1.991.616,74)	63.001.344,60	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(38.159.312,42)	120.056.228,03	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	51.753.063,81	94.621.482,31	54,69
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	467.507,41	13.483.499,84	3,47
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(2.749.227,04)	41.737.890,64	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	26.629.851,74	466.750.332,34	5,71
RS	PAROBE	43	1405	0	(3.258.479,63)	67.827.655,95	-
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(44.172.272,29)	278.403.536,82	-
RS	PEDRO OSORIO	43	1420	9	181.975,10	10.430.736,96	1,74
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	1.470.381,58	23.540.466,17	6,25
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(19.682.590,42)	3.556.791.715,90	-
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	9.612.503,71	323.589.711,67	2,97
RS	RIO PARDO	43	1570	1	9.610.949,55	46.617.962,21	20,62
RS	RIOZINHO	43	1575	0	156.139,25	10.808.680,37	1,44

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ROLANTE	43	1600	6	(299.736,50)	27.319.343,83	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	17.936.467,30	218.840.316,92	8,20
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(733.243,11)	9.245.822,15	-
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	31.331.078,37	274.100.372,47	11,43
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(11.302.625,99)	125.663.501,11	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	12.447.689,79	51.709.271,64	24,07
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	2.155.475,89	90.148.341,52	2,39
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(4.049.458,00)	76.504.432,00	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	130.501.609,92	399.821.227,84	32,64
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.113.509,04)	11.205.003,63	-
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(20.559.355,14)	111.062.899,49	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	38.258.955,92	198.934.554,57	19,23
RS	SOLEDADE	43	2080	0	869.050,55	39.331.136,30	2,21
RS	TAQUARA	43	2120	4	5.323.855,66	67.774.372,76	7,86
RS	TAVARES	43	2135	2	779.399,25	10.188.212,39	7,65
RS	TORRES	43	2150	1	14.305.412,03	69.163.468,15	20,68
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	36.629.291,32	149.396.581,47	24,52
RS	VACARIA	43	2250	9	(8.424.027,07)	89.113.756,55	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(22.567.883,29)	90.550.299,77	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(4.571.658,51)	44.639.901,82	-
RS	VIAMAO	43	2300	2	89.561.963,33	195.847.599,82	45,73
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	2.711.266,80	52.448.972,42	5,17
SC	ARMAZEM	42	150	5	(879.143,18)	11.035.251,14	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(2.115.235,17)	16.218.524,23	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(102.939.593,99)	355.965.171,93	-
SC	BOTUVERA	42	270	1	(2.053.385,10)	9.995.126,11	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	41.359.768,43	185.697.079,75	22,27
SC	CAMBORIU	42	320	4	(3.251.269,72)	87.483.858,50	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	(5.259.185,19)	80.010.839,99	-
SC	CHAPECO	42	420	2	17.028.106,29	375.556.246,72	4,53
SC	CONCORDIA	42	430	1	(12.402.918,00)	22.723.207,70	-
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(1.930.358,34)	21.636.130,12	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	247.995.819,24	899.643.860,15	27,57
SC	GALVAO	42	560	5	(129.190,57)	8.837.197,13	-
SC	GASPAR	42	590	2	(20.448.151,69)	104.100.688,76	-
SC	GRAO PARA	42	610	8	(2.751,13)	12.106.176,68	-
SC	IBIAM	42	675	1	(990.043,52)	8.244.586,93	-
SC	INDAIAL	42	750	2	(8.233.989,48)	94.578.443,08	-
SC	IPIRA	42	760	1	(1.305.609,12)	10.842.945,20	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	(5.545.654,92)	106.588.920,05	-
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.883.215,00	28.516.613,00	10,11
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(33.746.226,02)	396.463.329,08	-
SC	JOACABA	42	900	3	(15.791.190,40)	73.217.479,12	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	480.376.990,80	1.003.587.544,47	47,87
SC	LAGES	42	930	0	12.859.910,53	269.509.945,73	4,77
SC	LAGUNA	42	940	9	(1.278.204,12)	57.694.093,04	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.895.867,02)	12.356.783,70	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	(125.738,95)	7.868.275,30	-
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(3.477.342,94)	111.649.217,80	-
SC	PALHOCA	42	1190	0	(32.814.230,02)	191.662.961,17	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(1.395.290,96)	10.479.077,46	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(7.353.846,37)	140.006.204,97	-
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	4.905.728,07	73.266.990,09	6,70
SC	SALETE	42	1530	7	(1.930.362,01)	13.237.795,05	-
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	(1.451.186,87)	163.905.600,43	-
SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	42	1605	7	(1.968.270,85)	10.318.259,46	-
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	812.930,02	21.666.933,42	3,75
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	(2.685.730,78)	16.372.398,65	-
SC	URUBICI	42	1890	5	(1.541.707,80)	15.978.965,10	-
SC	VARGEAO	42	1910	1	(1.412.806,37)	10.871.431,77	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(732.174,38)	15.469.009,30	-
SC	XANXERE	42	1950	7	4.450.111,85	66.413.369,42	6,70
SE	ARACAJU	28	30	8	73.853.064,37	951.804.290,80	7,76
SE	ESTANCIA	28	210	6	9.799.811,00	105.780.240,96	9,26
SE	LAGARTO	28	350	0	20.012.554,00	107.652.801,96	18,59
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	(2.068.385,83)	38.326.368,26	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(1.686.278,45)	79.749.426,24	-
SP	AGUAI	35	30	3	1.307.966,83	53.547.256,66	2,44

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	(274.144,92)	39.311.253,83	-
SP	ALUMINIO	35	115	2	2.318.211,44	52.933.301,95	4,38
SP	ANALANDIA	35	200	2	(2.779.057,00)	16.905.915,00	-
SP	ARACATUBA	35	280	4	179.613.069,06	356.941.457,83	50,32
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(1.667.292,29)	50.745.109,22	-
SP	ARARAQUARA	35	320	8	6.617.364,47	470.449.374,03	1,41
SP	ARUJA	35	390	1	(18.694.913,77)	150.647.459,25	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	(17.678.956,40)	283.115.445,96	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.115.620,54	21.050.050,11	5,30
SP	BASTOS	35	580	7	1.513.838,54	35.846.314,21	4,22
SP	BAURU	35	600	3	113.968.050,20	593.006.058,10	19,22
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	630	0	(1.867.263,77)	18.163.216,25	-
SP	BIRIGUI	35	650	8	(24.630.526,01)	187.130.858,38	-
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.134.837,01)	15.618.208,96	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	3.319.973,07	25.780.222,87	12,88
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.880.504,37)	11.596.571,13	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.285.139.080,59	2.598.377.336,09	49,46
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	17.758.791,00	78.368.322,00	22,66
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	1.602.383,21	33.301.144,70	4,81
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	58.919.301,00	323.911.047,00	18,19
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	2.159.250,00	33.995.167,00	6,35
SP	CONCHAL	35	1220	9	8.666.401,97	50.695.116,72	17,10
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(487.236,00)	14.861.271,00	-
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	42.546.269,06	105.007.784,30	40,52
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(475.954,24)	16.683.962,35	-
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	(13.725.810,65)	63.370.816,73	-
SP	CRUZALIA	35	1330	6	522.909,86	10.602.996,44	4,93
SP	DIADEMA	35	1380	1	185.282.561,76	707.824.084,49	26,18
SP	DIVINOLANDIA	35	1390	0	4.713.912,15	19.205.350,47	24,54
SP	DOURADO	35	1430	4	(1.368.735,96)	16.023.953,74	-
SP	EMBU	35	1500	4	(12.959.912,50)	305.668.641,87	-
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(10.749.315,85)	69.005.576,18	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(1.655.602,13)	13.662.361,98	-
SP	FRANCA	35	1620	0	(74.880.142,90)	400.389.947,48	-
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(60.506.821,46)	164.657.482,91	-
SP	GLICERIO	35	1710	9	285.092,27	12.980.780,82	2,20
SP	GUAIRA	35	1740	6	(41.211.460,24)	99.808.672,19	-
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(1.575.444,66)	39.341.672,55	-
SP	GUARACI	35	1790	1	6.350.054,46	27.377.171,03	23,19
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(21.159.067,93)	140.972.894,77	-
SP	GUARUJA	35	1870	1	488.452.673,05	752.460.071,08	64,91
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	637.628,56	16.239.717,85	3,93
SP	ILHABELA	35	2040	0	(13.981.276,18)	120.824.307,17	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(561.298.962,00)	551.950.101,90	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.149.105,88)	10.213.173,56	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	63.153,47	31.972.316,78	0,20
SP	IPUA	35	2130	9	(1.959.904,19)	34.482.857,83	-
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(35.094.249,27)	250.640.282,94	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	(22.860.005,74)	239.241.387,19	-
SP	ITAPEVA	35	2240	6	36.960.482,16	170.892.025,77	21,63
SP	ITARARE	35	2320	6	12.740.425,62	75.211.393,26	16,94
SP	ITATIBA	35	2340	4	(28.344.475,18)	216.714.511,10	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	2.019.168,00	38.570.760,00	5,23
SP	ITU	35	2390	9	64.121.118,33	342.347.215,41	18,73
SP	ITUPEVA	35	2400	6	4.031.547,10	119.191.545,48	3,38
SP	JACAREI	35	2440	2	50.120.900,35	425.603.307,24	11,78
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	3.262.572,46	28.464.126,31	11,46
SP	JARINU	35	2520	1	(1.844.222,01)	55.097.763,57	-
SP	LINS	35	2710	8	(10.513.651,80)	115.096.319,60	-
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(200.953.175,11)	232.731.692,01	-
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(736.345,98)	9.320.995,71	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(20.059.242,72)	131.958.040,06	-
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(1.186.211,66)	9.498.453,90	-
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	14.996.189,36	43.779.948,36	34,25
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	3.515.203,47	18.688.610,00	18,81
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	8.255.871,98	728.864.711,55	1,13
SP	NARANDIBA	35	3220	7	343.213,92	16.526.300,20	2,08
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(222.439,53)	21.022.720,03	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(920.018,38)	8.301.002,04	-
SP	ORINDIUVA	35	3420	3	(5.612.347,74)	18.559.134,81	-
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(3.109.303,04)	46.395.027,37	-
SP	PACAEMBU	35	3490	6	2.068.784,90	16.524.268,53	12,52
SP	PALMITAL	35	3530	9	(4.555.642,26)	45.456.415,55	-
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(15.582.234,41)	72.470.293,86	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	9.687.738,59	81.957.296,29	11,82
SP	PEDRINHAS PAULISTA	35	3715	6	-	11.475.870,15	-
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(1.092.508,12)	20.631.439,30	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	29.261.397,54	116.474.557,70	25,12
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	15.387.955,24	-
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(66.935.878,27)	323.884.230,93	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	(546.141,00)	12.394.096,00	-
SP	PIQUETE	35	3850	1	662.180,55	18.842.852,26	3,51
SP	PIRACAIA	35	3860	0	128.994,98	43.546.477,18	0,30
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(38.720.160,35)	871.389.623,24	-
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(12.766.482,73)	138.188.420,54	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	(7.134.585,77)	66.124.374,85	-
SP	PLATINA	35	3970	7	(1.453.476,70)	10.985.517,14	-
SP	POA	35	3980	6	(47.717.255,93)	281.203.249,70	-
SP	POTIM	35	4075	4	812.230,56	31.554.039,93	2,57
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	28.607.559,86	705.440.191,14	4,06
SP	PRESIDENTE BERNARDES	35	4120	8	4.612.445,27	25.900.437,10	17,81
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	35.787.257,22	352.404.886,47	10,16
SP	RANCHARIA	35	4220	6	2.138.569,90	55.973.447,42	3,82
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(7.194.245,59)	24.968.534,75	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(11.317.762,27)	19.622.256,88	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	24.535.791,79	185.713.782,82	13,21
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	10.478.215,41	72.350.701,65	14,48
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	9.388.825,72	48.034.169,95	19,55
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(618.447,10)	21.689.608,54	-
SP	ROSEIRA	35	4430	1	4.371.734,30	18.148.322,04	24,09
SP	SALES OLIVEIRA	35	4490	5	-	23.248.703,23	-
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	(4.893.513,37)	70.739.814,65	-
SP	SALTO GRANDE	35	4540	7	2.944.098,61	16.166.446,48	18,21
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	739.503,00	13.386.696,00	5,52
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	(1.236.323,16)	74.222.500,63	-
SP	SANTA GERTRUDES	35	4670	2	224.913,47	58.068.805,45	0,39
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(13.715.067,22)	90.905.707,64	-
SP	SANTA RITA D'OESTE	35	4740	3	684.968,52	10.946.185,20	6,26
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	31.599.552,12	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	49.327,41	13.464.150,48	0,37
SP	SANTOS	35	4850	0	92.003.090,43	1.316.366.271,74	6,99
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	703.933.410,87	2.319.520.222,86	30,35
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	15.858.233,60	471.727.083,89	3,36
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	1.237.486,22	79.747.374,35	1,55
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(11.893.395,09)	873.984.624,49	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(147.791.111,60)	1.665.416.076,13	-
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	35	5020	9	-	45.787.450,43	-
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	(1.955.604,55)	16.666.048,16	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(21.554.118,77)	435.148.149,95	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	69.339.552,96	609.427.171,22	11,38
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(979.789,12)	13.908.900,71	-
SP	SERTAOZINHO	35	5170	2	3.714.135,51	275.650.795,63	1,35
SP	SOROCABA	35	5220	5	64.999.334,36	1.312.320.496,54	4,95
SP	TABATINGA	35	5270	0	(1.892.277,24)	25.686.132,52	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	(645.618,00)	12.847.025,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	1.733.281,86	45.328.496,84	3,82
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	1.031.127,60	37.580.384,22	2,74
SP	TATUI	35	5400	3	10.185.590,64	185.971.001,13	5,48
SP	TEODORO SAMPAIO	35	5430	0	14.108.291,27	42.268.647,52	33,38
SP	TUPA	35	5500	0	(5.675.593,29)	94.840.188,03	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	(170.297.714,83)	197.262.235,82	-
SP	UCHOA	35	5560	4	562.234,81	21.111.999,58	2,66
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(3.434.339,22)	8.984.999,20	-
SP	URU	35	5590	1	(248.275,40)	9.412.452,67	-
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	35	5645	3	6.379.532,36	81.646.850,94	7,81
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(4.093.862,81)	19.984.868,77	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	8.588.126,69	140.626.326,79	6,11
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	(534.924,19)	7.478.491,84	-
TO	GURUPI	17	950	0	5.335.389,75	83.936.791,94	6,36

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Liquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2011
data-base 30/12/2011

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 22/02/2012

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2011	RCL 1º Semestre 2011	DCL/RCL
BA	ABAIRA	29	10	8	6.732.816,87	11.697.969,99	57,56
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	6.003.366,57	12.953.652,11	46,34
BA	CORIBE	29	910	9	7.740.987,19	23.512.877,48	32,92
BA	GLORIA	29	1140	2	(1.041.914,17)	26.469.610,28	-
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(4.867.736,21)	21.460.517,36	-
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	4.720.386,59	11.475.067,31	41,14
CE	IBIAPINA	23	530	8	4.139.916,60	33.239.472,64	12,45
CE	MERUOCA	23	820	3	2.995.527,35	21.917.616,29	13,67
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	7.330.268,39	42.275.024,13	17,34
CE	PARACURU	23	1020	9	17.805.461,02	49.897.447,48	35,68
CE	PARAIPABA	23	1025	8	5.882.126,13	38.270.002,95	15,37
CE	UBAJARA	23	1360	9	1.577.412,14	41.741.375,26	3,78
CE	UMIRIM	23	1375	7	2.107.392,95	25.538.209,28	8,25
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(9.767.284,34)	53.809.792,46	-
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	(115.243,24)	17.293.585,12	-
ES	CASTELO	32	140	7	(9.630.057,25)	62.997.613,87	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(3.749.192,25)	27.312.182,18	-
ES	ITARANA	32	290	0	(4.674.294,75)	23.082.979,92	-
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(3.493.758,88)	23.037.043,10	-
ES	MARILANDIA	32	335	3	(3.022.995,79)	23.660.201,90	-
ES	PANCAS	32	400	5	-	35.297.604,10	-
ES	SANTA TERESA	32	460	9	(3.144.520,06)	46.680.254,28	-
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(2.828.500,63)	20.380.167,61	-
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	495	5	(4.068.640,22)	22.180.075,41	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(1.679.092,97)	41.324.291,00	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(7.612.373,39)	42.072.472,94	-
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	1.713.761,22	5.798.455,06	29,56
MG	ALTEROSA	31	200	1	(1.058.920,99)	18.489.243,42	-
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	6.190.226,36	18.638.342,57	33,21
MG	ANDRADAS	31	260	5	5.404.301,87	45.885.344,27	11,78
MG	AUGUSTO DE LIMA	31	480	9	589.956,60	5.092.459,51	11,58
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	708.914,45	13.934.502,27	5,09
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	787.368,76	12.704.344,65	6,20
MG	BURITIZEIRO	31	940	2	9.321.258,89	36.091.151,94	25,83
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.092.323,65)	14.411.528,94	-
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	1.050.438,03	14.040.308,75	7,48
MG	CAMBUI	31	1060	8	(19.756.876,63)	37.595.532,83	-
MG	CAMPANHA	31	1090	5	382.837,52	20.878.775,35	1,83
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(2.371.160,79)	17.316.955,70	-
MG	CARANGOLA	31	1330	5	1.361.907,67	37.238.046,92	3,66
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(2.528.815,44)	30.952.371,37	-
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(1.860.358,11)	8.819.771,12	-
MG	CATUTI	31	1547	4	(268.695,95)	9.501.634,01	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	2.123.256,24	13.061.719,23	16,26
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	2.634.203,86	50.861.925,23	5,18
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	31	1750	4	(3.041.916,27)	30.347.486,19	-
MG	CONQUISTA	31	1820	5	2.914.482,21	14.813.443,25	19,67
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(935.592,62)	7.664.365,88	-
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	-	10.408.884,25	-
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	623.126,43	8.370.890,39	7,44
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.542.510,05)	8.836.411,98	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	63.900,76	6.991.414,31	0,91
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	220.453,40	9.081.143,72	2,43
MG	FORMOSO	31	2620	8	(398.314,28)	13.233.050,70	-
MG	FORTUNA DE MINAS	31	2640	6	-	8.044.693,19	-
MG	GRUPIARA	31	2790	9	(2.153.774,86)	9.372.422,01	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	GUARANESIA	31	2830	3	(4.201.804,16)	28.085.101,06	-
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(451.772,96)	14.939.469,89	-
MG	GUIMARANIA	31	2890	7	(2.553.421,55)	5.583.719,93	-
MG	IGARAPE	31	3010	1	4.331.118,34	48.217.453,04	8,98
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	393.742,14	10.375.068,35	3,80
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	2.000.863,70	22.203.350,01	9,01
MG	ITAPEVA	31	3360	0	3.418.665,18	15.199.010,77	22,49
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	-	8.409.795,21	-
MG	JAIBA	31	3505	0	4.739.792,09	36.254.170,12	13,07
MG	JOSENOPOLIS	31	3657	9	-	9.770.975,23	-
MG	LAGAMAR	31	3710	6	(108.474,00)	6.170.434,00	-
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	335.789,19	8.937.886,32	3,76
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	12.146.486,58	-
MG	LUISBURGO	31	3867	4	-	9.562.951,21	-
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(698.574,06)	17.283.862,40	-
MG	MINDURI	31	4190	0	654.727,46	8.332.025,03	7,86
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(5.381.236,27)	36.920.103,21	-
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(1.372.170,77)	28.282.459,67	-
MG	NATERCIA	31	4440	9	220.806,59	8.751.230,64	2,52
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	994.700,49	29.626.143,48	3,36
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(465.692,43)	8.828.496,65	-
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(3.285.315,28)	55.689.021,38	-
MG	ORIZANIA	31	4587	7	(580.695,47)	10.989.555,99	-
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(1.115.031,60)	21.270.543,39	-
MG	PECANHA	31	4860	8	1.063.584,05	20.286.920,03	5,24
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	31	4915	0	61.327,78	13.417.406,44	0,46
MG	PERDIZES	31	4980	4	8.246.791,79	31.562.537,50	26,13
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(1.092.995,77)	8.602.157,12	-
MG	PIRACEMA	31	5060	4	-	9.686.094,26	-
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	(409.176,04)	10.603.071,25	-
MG	PITANGUI	31	5140	4	10.054.881,38	25.366.818,86	39,64
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	56.495,95	19.098.093,53	0,30
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(12.423.720,86)	28.701.869,73	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.989.858,38	27.554.054,69	14,48
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(198.811,18)	8.475.619,07	-
MG	RIO ESPERA	31	5520	7	99.923,15	3.791.006,15	2,64
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	2.516.212,94	26.408.083,01	9,53
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.595.246,44)	10.523.510,08	-
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	(819.689,34)	11.587.047,97	-
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	3.047.397,45	21.309.762,37	14,30
MG	SANTA RITA DE MINAS	31	5935	7	(194.808,72)	10.559.598,70	-
MG	SANTANA DA VARGEM	31	5830	0	(555.927,70)	11.092.572,84	-
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	4.241.420,88	9.979.248,87	42,50
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	31	6130	4	3.017.729,33	14.689.891,67	20,54
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	1.888.932,35	28.252.966,52	6,69
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(1.375.015,76)	10.646.716,98	-
MG	VISTA	31	6440	7	454.014,95	9.248.667,48	4,91
MG	SARDOA	31	6550	3	136.171,34	9.169.215,98	1,49
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(442.912,74)	9.327.712,56	-
MG	SERITINGA	31	6640	2	34.891,64	7.228.863,70	0,48
MG	SERRA DA SAUDADE	31	6660	0	(247.047,28)	7.231.799,47	-
MG	SERRANIA	31	6690	7	(680.302,14)	11.478.547,47	-
MG	SILVIANOPOLIS	31	6740	0	-	4.926.453,07	-
MG	TABULEIRO	31	6790	5	176.135,84	7.859.219,09	2,24
MG	TIRADENTES	31	6880	4	(2.183.852,62)	11.613.371,62	-
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.473.631,22	12.155.117,99	12,12
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	916.394,22	46.395.127,26	1,98
MS	CAARAPO	50	240	7	148.223,23	45.666.121,82	0,32
MS	CASSILANDIA	50	290	2	(17.977.969,84)	41.659.462,10	- -
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	(1.355.337,10)	59.812.722,30	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	(2.410.903,55)	60.119.905,68	-
MS	COXIM	50	330	6	-	53.097.211,82	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(15.527,21)	12.363.064,03	-
MS	INOCENCIA	50	440	3	(2.921.683,27)	24.361.555,07	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	(88.283,22)	32.811.076,44	-
MS	LADARIO	50	520	2	(2.426.038,63)	31.217.973,60	-
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	(2.496.929,11)	11.129.101,74	-

- Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	2.149.690,73	40.031.491,76	5,37
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(9.797.392,79)	79.084.357,90	-
MS	ROCHEDO	50	750	5	813.027,07	13.461.550,60	6,04
MT	CANARANA	51	270	2	(3.971.115,26)	33.827.534,57	-
PB	BOQUEIRAO	25	250	8	11.720.075,10	21.192.237,44	55,30
PB	OLIVEDOS	25	1050	1	-	8.059.693,23	-
PB	QUEIMADAS	25	1250	7	9.842.824,59	42.445.436,59	23,19
PB	VIEIROPOLIS	25	1720	9	16.174,95	8.368.613,30	0,19
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	4.537.643,89	17.704.768,41	25,63
PE	BETANIA	26	180	5	1.445.304,96	18.858.000,02	7,66
PE	BODOCO	26	200	1	28.628.311,66	46.790.982,00	61,18
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.011.651,91)	13.316.862,16	-
PE	CARNAIBA	26	390	0	913.676,29	14.234.471,17	6,42
PE	CASINHAS	26	415	5	4.165.316,00	24.458.775,01	17,03
PE	CUMARU	26	490	8	13.041.749,00	22.825.559,48	57,14
PE	FERREIROS	26	550	9	93.131,39	15.709.243,74	0,59
PE	FLORES	26	560	8	3.107.975,74	29.563.560,50	10,51
PE	IGUARACI	26	690	3	(157.025,12)	15.356.064,23	-
PE	INGAZEIRA	26	710	9	407.427,40	11.290.380,69	3,61
PE	ITACURUBA	26	740	6	2.768.498,22	20.457.561,77	13,53
PE	ITAPETIM	26	770	3	1.329.350,29	19.280.031,85	6,89
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.758.119,00)	33.869.836,01	-
PE	MACHADOS	26	910	5	4.309.705,00	19.275.938,39	22,36
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	892.139,27	19.152.076,42	4,66
PE	OROBO	26	970	9	13.531.439,65	31.327.913,08	43,19
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.906.250,00	35.690.200,70	8,14
PE	PEDRA	26	1080	6	(3.668.916,22)	26.018.728,73	-
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	10.727.387,42	17.671.907,31	60,70
PE	QUIXABA	26	1153	3	4.314.924,65	11.890.944,18	36,29
PE	SANHARO	26	1240	6	(1.825.629,67)	25.964.604,01	-
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	25.189.780,12	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(369.092,22)	17.432.099,19	-
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	(856.652,24)	26.589.137,07	-
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	2.174.240,00	26.650.214,70	8,16
PE	SERRITA	26	1400	6	485.213,20	28.010.856,57	1,73
PE	TACARATU	26	1480	8	(2.875.085,56)	25.038.578,73	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	2.759.336,12	22.980.807,78	12,01
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	66.806,37	13.351.017,79	0,50
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.606.988,14	14.001.998,86	25,76
PR	ALTO PARANA	41	60	8	(1.071.799,86)	18.945.503,01	-
PR	ALTONIA	41	50	9	2.631.276,02	29.563.093,78	8,90
PR	AMPERE	41	100	2	1.771,98	22.739.852,43	0,01
PR	ARAPOTI	41	160	6	2.251.992,42	43.320.754,29	5,20
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	93.581,13	8.035.104,50	1,16
PR	ASSAI	41	190	3	(434.208,68)	23.787.760,50	-
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	1.294.359,75	48.064.624,93	2,69
PR	ASTORGA	41	210	9	3.630.627,61	35.346.287,51	10,27
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	(42.764,22)	9.103.041,79	-
PR	BITURUNA	41	290	1	1.758.945,58	30.973.199,42	5,68
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	1.980.965,04	15.344.068,23	12,91
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	2.692.442,04	9.879.075,66	27,25
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	1.559.665,36	10.013.529,96	15,58
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	7.795.884,04	22.569.489,03	34,54
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(1.118.130,66)	10.021.656,31	-
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	1.212.812,13	36.368.797,05	3,33
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.606.856,30	43.120.125,78	8,36
PR	CARLOPOLIS	41	470	9	3.588.728,41	20.033.129,33	17,91
PR	CEU AZUL	41	530	0	(3.165.224,37)	25.767.341,62	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	1.113.551,65	41.116.958,70	2,71
PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	-	19.009.285,58	-
PR	CORUMBATAI DO SUL	41	655	5	(630.515,44)	9.088.083,79	-
PR	CRUZEIRO DO OESTE	41	660	5	878.843,48	29.564.346,92	2,97
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(458.632,41)	11.314.800,04	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	3.224.490,91	52.753.336,14	6,11
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	2.850.425,11	9.888.767,35	28,82

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(480.601,91)	7.054.388,72	-
PR	FENIX	41	770	2	1.984.477,49	10.034.855,98	19,78
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	648.099,47	20.442.875,82	3,17
PR	GUARANIACU	41	930	2	(1.095.151,04)	24.830.921,33	-
PR	IGUATU	41	1005	2	166.604,69	7.594.665,04	2,19
PR	IPIRANGA	41	1050	8	(250.081,98)	23.313.423,60	-
PR	IPORA	41	1060	7	3.983.691,26	22.936.707,81	17,37
PR	IRETAMA	41	1080	5	4.248.662,99	16.933.684,33	25,09
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	(33.572,35)	18.707.470,55	-
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	920.347,50	26.868.036,60	3,43
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	305.343,38	8.230.971,13	3,71
PR	IVATE	41	1155	5	2.293.986,60	12.331.289,17	18,60
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	1.936.851,61	51.387.731,93	3,77
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(9.640.094,29)	54.246.961,31	-
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	187.105,43	18.181.509,04	1,03
PR	MARIALVA	41	1480	7	5.620.635,48	45.862.157,99	12,26
PR	MARILENA	41	1500	2	(159.728,16)	11.049.868,50	-
PR	MARILUZ	41	1510	1	1.946.945,17	16.412.497,12	11,86
PR	MATINHOS	41	1570	5	(6.687.545,44)	61.153.554,23	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	10.265.897,02	55.829.872,45	18,39
PR	MERCEDES	41	1585	3	(447.399,78)	14.959.211,99	-
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	3.118.441,42	34.363.730,32	9,07
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	(144.626,90)	11.228.194,98	-
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	4.543.780,74	19.339.010,90	23,50
PR	PALMAS	41	1760	2	6.012.804,89	55.632.564,32	10,81
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	343.272,01	10.331.268,56	3,32
PR	PIEN	41	1910	3	320.167,38	22.524.452,66	1,42
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(611.425,83)	9.655.057,50	-
PR	PORTO RICO	41	2020	0	714.905,11	9.265.518,35	7,72
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(1.255.015,75)	11.060.396,91	-
PR	PRUDENTOPOLIS	41	2060	6	2.006.785,87	56.240.127,03	3,57
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	1.900.348,13	41.998.621,17	4,52
PR	QUEDAS DO IGUACU	41	2090	3	(1.081.741,06)	40.424.074,85	-
PR	QUERENCIA DO NORTE	41	2100	0	3.104.742,88	18.270.873,70	16,99
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	19.219.654,90	52.311.492,46	36,74
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(2.677.477,69)	45.914.631,60	-
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	2.836.239,46	21.266.487,70	13,34
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.429.908,09	18.766.619,90	7,62
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	1.161.385,53	25.406.705,07	4,57
PR	SAO JOAO	41	2480	6	(82.721,35)	18.090.927,13	-
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(496.576,92)	15.887.503,75	-
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(4.656.708,93)	32.248.868,13	-
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	96.643,30	9.013.008,64	1,07
PR	SAO MATEUS DO SUL	41	2560	5	(940.952,45)	58.172.624,56	-
PR	SULINA	41	2665	2	(230.401,78)	9.605.695,19	-
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(2.166.817,34)	17.704.395,12	-
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	4.982.227,49	22.625.550,08	22,02
RJ	ITALVA	33	205	6	(1.641.093,80)	37.033.137,39	-
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.691.668,68)	20.851.342,66	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(5.934.960,51)	13.498.430,98	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(827.746,89)	10.706.110,85	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(2.947.946,93)	25.131.395,46	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(1.420.195,40)	9.109.681,66	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.639.788,03)	14.162.986,96	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(533.603,98)	11.630.274,92	-
RS	AGUDO	43	10	9	488.835,27	26.782.920,42	1,83
RS	AJURICABA	43	20	8	-	14.391.041,38	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(886.520,59)	9.939.888,41	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	(4.330.968,74)	17.001.038,44	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.608.097,37)	9.176.598,40	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	1.013.980,99	10.918.427,23	9,29
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(312.481,23)	12.892.552,00	-
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.850.910,59)	7.183.732,22	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(460.204,62)	12.258.797,11	-

Relação Dívida Consolidada Liquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	(761.064,18)	22.514.837,66	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(15.663.135,16)	11.453.784,74	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(8.827.411,35)	34.572.834,75	-
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	115.201,56	18.762.943,76	0,61
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	(883.532,98)	28.958.292,10	-
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	(266.812,50)	16.065.697,82	-
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(2.424.313,62)	14.471.189,47	-
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	539.618,36	26.676.873,29	2,02
RS	BARAO	43	165	1	677,00	11.786.571,00	0,01
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(2.716.845,00)	12.938.972,00	-
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(793.606,97)	13.124.615,07	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	154.127,56	8.337.267,07	1,85
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(935.678,22)	5.511.662,36	-
RS	BARRACAO	43	180	0	(823.418,14)	13.780.108,61	-
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	1.016.736,67	18.379.171,43	5,53
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(825.064,70)	8.282.263,83	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	318.511,99	8.677.966,99	3,67
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	(36.782,36)	13.686.846,46	-
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.690.920,62)	11.284.949,77	-
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(975.516,25)	10.635.538,32	-
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.539.563,58	19.412.282,20	59,44
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	2.885.524,44	24.173.792,91	11,94
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(529.906,13)	7.845.198,45	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	306.170,97	14.569.052,77	2,10
RS	BOZANO	43	258	4	(2.118.691,02)	7.666.046,86	-
RS	BRAGA	43	260	0	406.109,83	10.507.106,10	3,87
RS	BUTIA	43	270	9	5.456.946,72	28.175.247,20	19,37
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(2.810.691,79)	44.597.423,25	-
RS	CACEQUI	43	290	7	3.732.257,91	21.568.545,79	17,30
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(373.323,38)	9.764.090,28	-
RS	CAIBATE	43	330	1	(1.031.282,28)	10.161.150,74	-
RS	CAICARA	43	340	0	127.973,47	9.786.616,73	1,31
RS	CAMARGO	43	355	8	(4.608.758,35)	10.248.849,07	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(500.703,30)	10.997.108,23	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.379.216,26)	11.418.972,73	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(3.183.993,42)	12.953.441,58	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	12.888.130,95	38.634.242,76	33,36
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(465.232,71)	12.231.965,94	-
RS	CANELA	43	440	8	(10.518.226,30)	73.193.396,88	-
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(104.274,48)	83.913.859,66	-
RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	-	11.526.739,98	-
RS	CAPITAO	43	469	7	(307.528,32)	11.237.472,94	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(10.764.372,48)	55.258.861,07	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(84.140,59)	6.743.060,26	-
RS	CATUIPE	43	500	9	(96.635,38)	15.194.147,19	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	(1.585.638,76)	8.534.481,13	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(216.097,00)	7.242.032,00	-
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(710.128,93)	15.436.141,58	-
RS	CHAPADA	43	530	6	(3.053.270,78)	18.156.608,74	-
RS	CHARRUA	43	537	1	(4.565.573,00)	8.309.876,00	-
RS	CHIAPETTA	43	540	5	2.033.496,33	11.662.224,56	17,44
RS	CHUVISCA	43	544	7	(1.721.396,05)	10.612.314,44	-
RS	CIDREIRA	43	545	4	8.369.995,28	31.911.627,79	26,23
RS	COLINAS	43	558	7	(774.657,48)	8.761.147,30	-
RS	COLORADO	43	560	3	(5.227.888,21)	11.264.745,27	-
RS	CONDOR	43	570	2	55.198,53	14.404.098,68	0,38
RS	CONSTANTINA	43	580	1	(1.039.185,69)	16.346.697,98	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(859.833,81)	7.522.396,42	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.448.574,40)	9.414.071,61	-
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(710.271,96)	7.960.182,42	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(2.275.166,00)	10.438.988,00	-
RS	COXILHA	43	597	5	(1.878.685,09)	9.890.724,78	-
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(1.271.122,36)	22.540.634,16	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.991.622,15)	11.954.906,18	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(425.160,95)	18.190.622,16	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.883.780,40)	10.350.479,97	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(6.846.340,22)	47.734.353,19	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.540.016,49)	24.355.325,12	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.189.734,35)	7.573.976,80	-
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	(828.289,42)	9.201.365,22	-
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.280.977,00)	12.757.604,00	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(4.193.892,24)	62.478.187,44	-
RS	ENCANTADO	43	680	9	(3.237.189,04)	35.980.799,16	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(5.182.842,09)	6.193.822,66	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	(161.905,16)	15.416.160,15	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	(984.649,43)	10.495.070,66	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	514.273,84	10.740.474,48	4,79
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.304.417,00)	11.475.767,00	-
RS	ESTACAO	43	755	9	233.876,93	12.257.063,35	1,91
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(3.979.879,97)	70.077.796,68	-
RS	ESTRELA	43	780	7	(4.962.316,68)	55.035.097,85	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-	10.088.152,44	-
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(619.284,22)	9.633.346,01	-
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(533.803,55)	8.478.955,77	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(1.531.454,00)	11.393.697,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	(6.964.167,96)	24.114.127,08	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(10.824.859,14)	50.896.035,48	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(4.564.597,37)	7.981.000,11	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(2.586.031,75)	19.516.405,91	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(1.793.266,73)	11.453.959,39	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	(11.077.847,00)	60.970.123,24	-
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.529.420,54)	11.690.669,69	-
RS	GIRUA	43	900	1	(380.169,87)	35.473.421,05	-
RS	GRAMADO	43	910	0	(5.709.974,72)	86.842.890,70	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	464.970,71	8.034.981,82	5,79
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(890.717,27)	9.231.966,54	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.299.029,43)	7.320.231,64	-
RS	HARMONIA	43	955	5	349.798,29	12.682.136,90	2,76
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.575.285,84)	8.685.916,67	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(11.666.719,61)	37.321.116,05	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(901.703,04)	12.471.322,98	-
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.116.639,32)	10.285.725,54	-
RS	IBIACA	43	980	3	(442.716,19)	11.785.499,91	-
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	(107.719,20)	13.538.771,50	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	-	10.585.324,40	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.467.386,77)	31.997.938,91	-
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.838.393,40)	9.753.026,89	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(24.021,57)	12.935.716,41	-
RS	IRAI	43	1050	4	(164.110,47)	5.764.719,07	-
RS	ITAPUCA	43	1057	9	757.290,25	7.445.988,96	10,17
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	554.122,29	10.004.249,44	5,54
RS	IVOTI	43	1080	1	(3.604.287,21)	33.492.135,60	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(1.282.411,46)	7.928.430,73	-
RS	JARI	43	1113	0	(3.129.031,00)	9.972.220,00	-
RS	JOIA	43	1115	5	(26.011,66)	19.380.734,05	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(3.308.317,37)	36.436.999,41	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(891.354,36)	8.360.396,63	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(5.523.955,56)	40.812.320,14	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(821.037,15)	16.009.186,26	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.065.621,19)	11.284.451,39	-
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(3.921.197,73)	7.294.111,27	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	459.328,02	13.948.134,08	3,29
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(5.490.880,67)	13.844.395,03	-
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	-	7.682.552,59	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	218.785,76	14.266.482,16	1,53
RS	MARATA	43	1179	1	(3.844.811,38)	9.180.067,12	-
RS	MARAU	43	1180	9	(8.138.421,30)	68.237.742,97	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.547.976,72)	11.093.164,54	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.698.881,14)	9.117.544,15	-
RS	MATA	43	1210	4	711.177,52	10.523.722,60	6,76

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(1.759.429,92)	11.329.567,31	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(608.440,45)	7.539.258,59	-
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(2.503.342,12)	13.814.444,10	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.527.682,32	9.009.334,42	28,06
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(880.642,30)	9.393.798,69	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(571.164,31)	8.995.705,50	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(906.677,46)	7.485.059,98	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.402.427,82)	10.695.940,47	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(355.446,77)	12.223.637,53	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(1.182.642,18)	24.269.906,11	-
RS	MUCUM	43	1260	9	125.972,15	11.244.086,20	1,12
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(55.404,29)	12.631.328,90	-
RS	MULITERNO	43	1262	5	(428.942,35)	8.397.779,52	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(3.047.560,81)	31.465.512,52	-
RS	NONOAI	43	1270	8	5.489.614,67	19.459.711,30	28,21
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(447.693,33)	10.966.083,92	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(3.136.078,30)	12.315.096,85	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(9.186.100,32)	20.707.985,25	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	(466.942,58)	8.618.380,14	-
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(1.969.431,74)	9.809.320,56	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.178.940,15)	14.309.899,02	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(6.061.721,89)	35.570.876,66	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(2.377.988,49)	9.000.997,86	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	(633.239,94)	12.531.958,88	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(1.561.485,92)	9.943.973,46	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	134.677,83	7.921.390,28	1,70
RS	OSORIO	43	1350	8	(33.743.314,12)	152.931.254,29	-
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(248.071,10)	9.872.134,53	-
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(288.485,07)	12.383.404,84	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	(5.225.454,02)	76.508.500,16	-
RS	PARAI	43	1400	1	52.731,73	14.702.544,54	0,36
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(1.319.663,94)	10.819.620,77	-
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	26.862,09	11.877.325,45	0,23
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(843.950,78)	7.502.964,41	-
RS	PAVERAMA	43	1415	9	623.133,00	11.640.032,11	5,35
RS	PEJUCARA	43	1430	8	601.755,09	12.523.902,62	4,80
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(1.226.702,31)	15.606.290,69	-
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(1.246.345,24)	16.977.871,72	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(562.192,41)	10.229.596,93	-
RS	PIRAPO	43	1455	5	(518.300,52)	7.974.215,32	-
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.003.203,14	31.388.252,95	3,20
RS	PLANALTO	43	1470	4	(828.491,12)	14.817.098,44	-
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.144.985,10)	8.668.647,92	-
RS	PONTAO	43	1477	9	(5.879.695,11)	11.650.181,04	-
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.655.991,45)	8.297.351,00	-
RS	PORTAO	43	1480	3	(7.696.866,73)	26.495.550,53	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(743.370,78)	16.650.617,34	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.284.352,27)	7.902.470,76	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(1.836.299,35)	11.726.741,59	-
RS	PROTASIO ALVES	43	1517	2	(2.076.738,61)	7.843.994,61	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	(187.348,82)	12.204.619,76	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(411.646,73)	7.317.608,75	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(639.775,17)	11.956.003,99	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	768.975,49	14.914.971,01	5,16
RS	RELVADO	43	1545	3	(530.041,40)	7.976.617,10	-
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	3.771.741,22	9.992.369,38	37,75
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(3.764.002,79)	17.364.495,20	-
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(924.915,88)	11.021.988,80	-
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	9.031.602,32	-
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	335.386,27	19.135.518,09	1,75
RS	RONDINHA	43	1620	4	(1.122.287,10)	10.425.982,61	-
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	(1.249.582,30)	13.031.279,00	-
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	3.848.084,04	23.657.274,42	16,27
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.048.887,62)	10.379.393,88	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.100.659,89	15.068.831,91	7,30
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.654.330,95)	8.438.947,85	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(3.062.963,79)	6.336.654,86	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	218.564,60	218.564,07	100,00
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.620.592,11)	7.226.709,35	-
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(810.882,10)	14.993.739,29	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	7.755.425,63	61.352.510,98	12,64
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(3.289.540,15)	54.587.101,68	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(399.790,73)	8.686.211,39	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	(159.145,08)	8.502.874,91	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(1.100.793,33)	8.779.129,72	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.070.245,02	32.055.966,99	9,58
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.458.984,00)	32.336.342,86	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.138.307,74)	7.915.101,24	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-	11.666.691,55	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(495.003,41)	8.165.296,07	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(830.599,24)	12.333.503,49	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(332.145,40)	9.509.419,80	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(16.429.837,62)	63.209.485,79	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	637.418,18	11.020.761,06	5,78
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(649.795,99)	8.614.223,60	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(3.428.687,97)	18.199.325,12	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	-	10.473.494,37	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(403.909,04)	8.780.983,40	-
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.063.381,40)	13.700.501,25	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	(2.004.492,21)	38.503.029,85	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(20.795.573,00)	38.160.113,00	-
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	212.206,27	9.260.930,39	2,29
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.870.454,00)	7.993.063,13	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(1.170.357,00)	9.225.516,00	-
RS	SARANDI	43	2010	7	(3.310.567,06)	31.075.354,52	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(793.686,00)	18.146.216,25	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(200.732,71)	11.422.621,25	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.606.409,39)	8.331.944,07	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(185.891,02)	29.996.857,57	-
RS	SERTAO	43	2050	3	(1.585.658,19)	13.167.188,38	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(755.810,32)	10.898.429,82	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(263.348,55)	7.916.769,99	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	(6.212.210,68)	16.356.307,01	-
RS	TABAI	43	2085	9	(337.816,06)	9.660.159,90	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(3.347.215,15)	32.786.511,68	-
RS	TAPERA	43	2100	6	1.175.484,46	18.959.920,79	6,20
RS	TAPES	43	2110	5	459.376,04	25.314.075,57	1,81
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.550.383,78)	8.445.245,11	-
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(2.643.657,49)	14.833.972,02	-
RS	TEUTONIA	43	2145	1	409.656,54	46.357.806,30	0,88
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(502.106,87)	9.089.162,34	-
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.048.685,27)	10.625.561,70	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.099.528,97)	9.928.150,40	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.507.082,61)	15.170.754,37	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(588.927,85)	11.788.810,20	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	162.881,29	34.403.106,32	0,47
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(803.401,76)	11.089.545,32	-
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.194.100,87)	11.237.013,76	-
RS	TUNAS	43	2215	2	1.437.877,86	9.242.088,35	15,56

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(893.743,46)	7.730.908,65	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	(134.609,47)	16.538.859,68	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(563.833,90)	13.670.952,52	-
RS	TURUCU	43	2232	7	(1.634.313,93)	9.315.658,76	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.870.511,71)	7.694.163,20	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	866.753,00	10.615.202,07	8,17
RS	VANINI	43	2255	8	(1.398.254,79)	7.912.814,56	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.378.055,27)	8.249.157,51	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(415.920,21)	10.845.943,67	-
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(478.911,54)	9.690.208,60	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	1.756.047,16	10.780.588,98	16,29
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	553.756,05	9.308.784,55	5,95
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(900.172,56)	13.595.101,10	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(160.758,85)	8.391.992,82	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(1.195.861,05)	10.214.814,49	-
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	404.928,47	8.940.195,59	4,53
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	(148.446,98)	8.750.906,38	-
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	2.763.609,89	34.289.253,18	8,06
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(1.542.852,93)	10.059.549,36	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(3.663.782,39)	19.871.338,55	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.375.392,38)	12.605.527,27	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(1.113.969,37)	9.088.926,61	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(126.126,91)	10.271.581,82	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(1.817.239,78)	19.035.625,88	-
SC	APIUNA	42	125	7	(1.374.039,28)	19.159.530,38	-
SC	ARVOREDO	42	165	3	612.271,00	7.568.776,00	8,09
SC	ASCURRA	42	170	3	(556.280,17)	11.981.229,38	-
SC	ATALANTA	42	180	2	(540.525,68)	7.844.172,83	-
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(614.721,16)	16.292.991,63	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(1.131.571,34)	12.642.436,57	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(265.980,40)	8.068.864,93	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(3.217.980,84)	16.117.592,05	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(167.742,80)	9.748.351,04	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(784.633,40)	7.557.121,93	-
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.702.669,34)	13.097.374,06	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.643.976,77)	11.532.861,35	-
SC	CAIBI	42	310	5	(465.072,29)	12.380.090,33	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.752.964,86)	11.038.338,62	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.173.374,03)	14.044.479,05	-
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.715.088,14)	16.581.548,85	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(485.713,54)	12.351.576,20	-
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	707.093,06	10.912.263,61	6,48
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(779.231,32)	12.905.207,83	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.208.039,92)	19.033.368,27	-
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(3.553.776,80)	29.305.982,60	-
SC	CORUPA	42	460	9	(1.256.208,50)	25.912.790,01	-
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(826.931,54)	17.071.703,70	-
SC	CUNHATAI	42	475	6	(673.692,15)	7.694.360,44	-
SC	DESCANSO	42	490	5	(984.317,53)	13.265.893,51	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(2.614.368,25)	22.331.069,39	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(153.559,41)	8.815.008,73	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	-	8.508.333,37	-
SC	ERMO	42	519	1	84.281,09	7.779.615,53	1,08
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.737.688,50)	10.502.216,99	-
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(2.124.363,06)	8.625.701,27	-
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(2.844.194,71)	38.982.902,08	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(10.403.577,46)	61.442.069,74	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.405.732,88)	8.097.613,70	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	GAROPABA	42	570	4	(2.824.841,95)	32.682.683,82	-
SC	GRAVATAL	42	620	7	1.292.059,31	14.493.254,45	8,91
SC	GUARACIABA	42	640	5	(367.672,67)	8.195.772,50	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(4.467.248,81)	72.936.513,87	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(537.542,79)	10.083.020,32	-
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(3.468.299,41)	32.942.249,21	-
SC	IBICARE	42	680	1	(2.216.454,39)	9.139.590,91	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(3.437.762,93)	29.861.898,85	-
SC	ICARAI	42	720	5	1.786.127,37	14.981.725,87	11,92
SC	IOMERE	42	757	7	(2.236.739,55)	11.685.819,69	-
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(2.993.806,43)	15.435.784,35	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(516.858,12)	9.331.882,43	-
SC	IRANI	42	780	9	57.356,74	16.932.271,26	0,34
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(1.561.180,02)	17.896.535,96	-
SC	ITA	42	800	5	(763.947,29)	32.211.908,81	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(2.445.380,78)	33.206.836,40	-
SC	JABORA	42	860	9	(579.380,89)	5.978.756,45	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(177.031,11)	16.815.373,92	-
SC	JUPIA	42	917	7	(1.214.115,05)	7.874.453,70	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(407.654,02)	7.875.790,65	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	(293.517,69)	11.247.336,99	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(1.254.511,94)	9.331.841,12	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.768.697,35)	6.248.503,63	-
SC	LONTRAS	42	990	4	(1.487.462,71)	17.338.071,22	-
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(3.219.338,09)	19.590.052,28	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(310.943,37)	8.284.885,45	-
SC	MARACAJA	42	1040	7	(324.318,69)	12.201.184,86	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	-	26.105.474,50	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	459.893,24	14.366.019,57	3,20
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(708.902,48)	8.629.240,44	-
SC	MODELO	42	1090	2	1.267.044,92	9.669.753,85	13,10
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	(156.710,56)	13.055.264,34	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(3.406.879,79)	29.171.129,53	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(392.493,42)	9.981.384,11	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(353.113,79)	11.456.079,13	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(823.136,25)	11.342.032,52	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(799.593,71)	21.545.975,41	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(2.469.924,80)	24.313.239,15	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(1.007.427,79)	9.085.526,51	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	800.051,25	9.105.862,59	8,79
SC	PALMEIRA	42	1205	6	(59.000,74)	9.046.024,57	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(387.670,62)	27.934.069,51	-
SC	PASSO DE TORRES	42	1225	4	(18.708,55)	11.593.791,51	-
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.697.176,28)	13.604.941,90	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	349.808,80	12.633.225,66	2,77
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(792.146,59)	8.799.129,17	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(813.508,16)	8.717.752,78	-
SC	PICARRAS	42	1280	9	(5.583.688,99)	39.076.777,37	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	145.355,74	10.017.808,41	1,45
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(269.527,44)	8.313.111,16	-
SC	POMERODE	42	1320	3	(4.606.238,16)	65.816.511,74	-
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(4.160.194,32)	18.744.408,28	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(5.966.765,70)	44.157.372,96	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(1.054.331,11)	25.379.147,70	-
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	495.458,86	11.278.617,56	4,39

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(508.956,87)	8.010.933,75	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(1.157.161,99)	26.269.329,12	-
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(478.965,25)	4.027.445,63	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(1.375.468,14)	19.256.250,02	-
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(608.154,85)	9.562.747,65	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(2.288.341,48)	15.060.321,03	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	708.514,65	10.442.810,62	6,78
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.299.242,80)	12.522.688,58	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(3.987.855,83)	17.468.106,16	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(1.891.890,03)	4.970.069,09	-
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(671.904,45)	9.684.001,60	-
SC	SANGAO	42	1545	5	(905.455,38)	15.437.874,51	-
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.202.474,06	25.207.501,04	4,77
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.755.285,61)	8.006.879,21	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(663.728,88)	7.384.429,90	-
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(677.278,43)	8.004.937,67	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.473.750,79)	7.236.877,28	-
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(1.020.785,80)	7.819.429,81	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(2.946.247,10)	18.538.980,09	-
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.652.799,24)	15.742.299,17	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(2.657.312,49)	40.724.285,97	-
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.696.218,95)	12.012.603,68	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(3.700.986,63)	21.965.022,65	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(4.846.257,69)	36.368.972,27	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(1.305.419,00)	20.688.879,83	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	7.944.835,01	52.912.393,44	15,02
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(2.007.982,96)	9.650.859,90	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	(1.119,75)	14.998.398,88	-
SC	SEARA	42	1750	1	(87.248,23)	31.780.889,55	-
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	(973.920,90)	7.617.188,89	-
SC	SOMBRIO	42	1770	9	6.738.860,77	37.192.393,38	18,12
SC	TANGARA	42	1790	7	(531.125,22)	19.898.541,73	-
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(1.322.905,73)	7.374.994,79	-
SC	TIJUCAS	42	1800	4	(2.177.073,07)	52.093.483,23	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(962.944,15)	10.167.931,70	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(19.902.696,69)	82.867.353,46	-
SC	TREVISO	42	1835	0	(789.443,99)	14.621.258,69	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(228.516,74)	12.140.982,07	-
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(751.702,12)	14.585.339,95	-
SC	TURVO	42	1880	6	805.811,66	22.329.075,50	3,61
SC	URUPEMA	42	1895	4	(840.927,02)	7.572.522,19	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(395.018,86)	14.308.628,86	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(435.550,04)	9.973.168,40	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.648.724,30)	9.070.002,81	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(1.487.304,35)	5.930.106,56	-
SC	XAXIM	42	1970	5	1.541.189,81	47.408.842,27	3,25
SE	CAMPO DO BRITO	28	100	9	463.897,52	21.315.941,31	2,18
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(2.275.304,62)	101.205.160,98	-
SE	SAO FRANCISCO	28	690	9	(208.643,80)	8.932.979,49	-
SP	ADOLFO	35	20	4	(373.918,72)	12.537.465,79	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	(423.342,35)	15.915.846,23	-
SP	AGUDOS	35	70	9	13.927.331,64	75.335.572,87	18,49
SP	ALTAIR	35	90	7	277.406,16	13.187.156,73	2,10
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(890.723,05)	11.384.881,12	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(779.491,10)	12.216.597,68	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.909.559,00)	42.940.282,00	-
SP	BADY BASSITT	35	460	2	2.861.809,00	26.844.085,50	10,66
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	(1.189.064,31)	9.863.646,37	-
SP	BARRA BONITA	35	530	2	(3.801.680,67)	70.658.564,09	-
SP	BILAC	35	640	9	(3.117.566,90)	15.486.896,45	-
SP	BOCAINA	35	680	5	107.611,26	25.788.258,35	0,42
SP	CAIUA	35	910	6	-	16.560.975,40	-
SP	CANDIDO MOTA	35	1000	5	65.221.308,95	58.443.108,50	111,60
SP	COLINA	35	1200	1	18.977.644,81	44.362.449,57	42,78
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	641.000,00	17.036.886,89	3,76
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.521.865,54)	7.942.294,97	-
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.028.695,89	29.864.735,89	10,14
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(215.748,52)	9.843.622,31	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(116.934,74)	17.777.419,27	-
SP	FLOREAL	35	1590	5	(10.623.400,50)	11.028.788,91	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	935.338,64	19.222.684,02	4,87
SP	IACRI	35	1920	4	(1.994.430,46)	13.473.989,06	-
SP	IBATE	35	1930	3	(2.963.356,15)	53.923.198,92	-
SP	IBIRA	35	1940	2	-	21.784.632,00	-
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	3.133.017,82	41.897.206,50	7,48
SP	IRAPUA	35	2150	7	(498.644,24)	13.822.569,44	-
SP	ITAJOBI	35	2190	3	893.784,09	30.261.085,26	2,95
SP	ITAJU	35	2200	0	-	11.055.022,94	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	(618.109,85)	15.076.868,80	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(8.994.101,95)	56.296.073,13	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(2.491.480,83)	11.156.035,11	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.250.711,83	35.052.061,69	3,57
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	(2.642.764,12)	49.387.399,54	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	(538.391,41)	8.751.882,32	-
SP	MACEDONIA	35	2820	5	(6.001.921,08)	11.164.127,01	-
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	(36.530,15)	9.868.838,58	-
SP	MIRACATU	35	2990	6	(1.153.595,34)	40.733.222,10	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.112.481,07)	11.653.661,91	-
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(1.050.444,10)	12.912.925,66	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	6.540.194,98	16.491.600,35	39,66
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	2.287.403,00	14.509.181,82	15,77
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(3.420.673,50)	30.346.491,70	-
SP	QUATA	35	4170	3	(3.212.995,29)	26.907.661,97	-
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	(271.267,58)	15.302.218,29	-
SP	RIFAINA	35	4360	0	(1.058.546,89)	17.943.285,15	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.003.867,14)	16.107.178,32	-
SP	SAGRES	35	4470	7	(220.468,00)	8.170.196,36	-
SP	SALES	35	4480	6	437.758,28	15.942.757,38	2,75
SP	SALMOURAO	35	4510	0	662.762,91	9.853.219,03	6,73
SP	SALTINHO	35	4515	9	(1.022.619,73)	16.049.189,59	-
SP	SANDOVALINA	35	4550	6	4.776.342,05	19.313.983,07	24,73
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	-	27.034.075,07	-
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(317.825,55)	13.464.958,66	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(760.308,97)	10.043.406,47	-
SP	SANTA LUCIA	35	4690	0	735.939,30	13.065.432,95	5,63
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(1.654.019,91)	10.328.731,44	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(1.134.878,95)	9.200.483,29	-
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(5.914.233,48)	22.886.506,00	-
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(1.979,90)	61.694.068,04	-
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	1.567.386,70	14.164.177,90	11,07
SP	TORRINHA	35	5470	6	483.410,73	16.014.732,89	3,02
SP	URUPES	35	5600	8	-	24.045.625,99	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.873.299,69)	19.637.152,99	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	264.326,44	32.322.807,25	0,82
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(473.539,12)	6.415.431,12	-
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.692.218,09	12.729.624,55	13,29

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Aviso nº 19, de 2012, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO
Nº 242, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à realização de obras e serviços de engenharia com recursos do Orçamento da União em trechos de rodovias e ferrovias submetidos a regime de concessão ou arrendamento a empresas privadas:

I) relação das obras e serviços de engenharia realizadas nos exercícios de 2008 a 2012 com recursos do Orçamento da União em trechos de rodovias e ferrovias submetidos a regime de concessão ou arrendamento a empresas privadas, especificando:

a) descrição física da obra ou serviço de engenharia;

b) local da obra ou serviço realizado;

c) órgão ou entidade federal responsável pela execução orçamentária da obra ou serviço, com o respectivo valor empenhado;

d) órgão ou entidade federal responsável pela execução física da obra ou serviço

d) grau de execução física da obra ou serviço realizado;

e) empresa privada concessionária ou arrendatária do trecho rodoviário ou ferroviário onde se realizou a obra ou serviço.

II) para cada obra ou serviço descrita nos termos do inciso I:

a) indicação da cláusula contratual ou editalícia do processo de concessão ou arrendamento respectivo que, eventualmente, atribua a responsabilidade da obra ou serviço à União;

b) número do processo administrativo no qual se procedeu à estimativa de impacto da obra ou serviço no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento respectivo;

c) data de publicação no Diário Oficial da União do termo aditivo de repactuação do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento respectivo em função da obra ou serviço realizado (ou, em sua ausência, número do processo administrativo em que tal repactuação foi formalizada);

d) data de publicação no Diário Oficial da União de qualquer outro instrumento contratual celebrado com a empresa beneficiária da concessão ou arrendamento respectivo em razão da obra ou serviço realizado (ou, em sua ausência, número do processo administrativo em que tal ajuste foi formalizado);

Justificação

A realização de obras em trechos de rodovias ou ferrovias federais tem suscitado grande atenção por parte do Congresso Nacional, tendo em vista seus reflexos na política de transportes e as disposições da lei de licitações. Por várias ocasiões, parlamentares e doutrinadores têm levantado os riscos jurídicos e econômicos de se reassumir obrigações de investimento que foram, por processo licitatório, atribuídas previamente ao agente privado concessionário ou arrendatário da infraestrutura de serviços públicos concedidos.

O primeiro passo para o tratamento desses casos é conhecer detalhadamente a situação. O presente Requerimento tem por finalidade colher as informações oficiais a respeito da eventual ocorrência deste fenômeno, para permitir ao Senado Federal uma avaliação objetiva sobre a sua regularidade e consequências. – Senador **Pedro Taques.**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO
Nº 243, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à subconcessão do trecho Açailândia-Palmas da Ferrovia Norte-Sul licitada no ano de 2007:

I) cópias dos termos de recebimento do trecho (ou seus subtrechos) por parte da empresa privada subconcessionária da exploração;

II) relação das obras e serviços de engenharia realizadas pela VALEC em cada subtrecho da ferrovia após o início da exploração por parte da subconcessionária, especificando:

a) descrição física da obra ou serviço de engenharia;

b) local da obra ou serviço realizado;

d) grau de execução física da obra ou serviço realizado;

e) valor empenhado na obra ou serviço.

III) cópia do contrato de subconcessão, bem como indicação dos dispositivos contratuais ou editalícios do processo de subconcessão que, eventualmente, atribuam à VALEC ou à União a responsabilidade por obras ou serviços de engenharia e especifiquem quais obras ou serviços estão abrangidos por essa responsabilidade.

Justificação

Em audiência pública realizada por iniciativa do Senador que subscreve este Requerimento, a Comissão de Serviços de Infraestrutura discutiu com preocupação a intenção da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. de realizar a suas expensas obras no trecho da Ferrovia Norte-Sul já subconcedido a uma empresa privada. Mais preocupação ainda suscitou a informação de que se trataria de um suposto passivo contratual da empresa, estando tais obras incluídas em rol de obrigações do poder concedente.

Trata-se de grande risco às finanças públicas e a uma infraestrutura tão importante do transporte brasileiro, o que necessita de acompanhamento muito pormenorizado por parte do Senado Federal. Registro a particular responsabilidade que me assiste como representante do povo matogrossense, uma vez que a Ferrovia Norte-Sul, embora não atingindo Mato Grosso, é o potencial vetor de escoamento de grande parte da carga do Estado para o exterior e os centros do Sudeste, quer por integração intermodal, quer por conexão com a futura Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO). Portanto, acompanhar a Norte-Sul é acompanhar o futuro do transporte também em Mato Grosso.

O primeiro passo para o tratamento desses casos é conhecer detalhadamente a situação. O presente Requerimento tem por finalidade colher as informações oficiais a respeito das condições da subconcessão no que se refere a eventuais obrigações relativas a obras, para permitir ao Senado Federal uma avaliação objetiva sobre a conjuntura atual e as providências que se fazem necessárias em seu papel constitucional. – Senador **Pedro Taques.**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 244, DE 2012

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Sessão Especial, no dia 21 de maio de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Defensor Público.

JUSTIFICAÇÃO

Criada pela Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública tem como finalidade prestar assistência jurídica gratuita àqueles cidadãos que não têm condições de pagar pelo serviço jurídico prestado por um advogado particular. Embora a Carta Magna tenha definido a Defensoria Pública como Insituição essencial à função jurisdicional do Estado, nota-se claramente que esse Órgão de Defesa ainda não está estruturado de maneira compatível com a nobre função que a Constituição Cidadã lhe outorgou.

Estatísticas recentes demonstram que cerca de 130 milhões de brasileiros são assistidos em potencial da Defensoria Pública. No âmbito da União, todavia, existem apenas 480 defensores públicos federais para atender a população carente nas causas perante a Justiça Federal,Trabalhista, Eleitoral e Militar, e também nas demandas relacionadas à Administração Pública Federal.

Com o fito de se discutir o importante papel da Defensoria Pública, seus rumos e desafios, é que se propõe, então, a realização de Sessão Solene nesta Casa Legislativa em homenagem a Dia da [redacted] - 19 de maio.

Sala das Sessões,

Senador GIM ARGELLO (PTB/DF)

	MOZARILDO
	LOBÃO
PEDRO TAQUES	
[illegible]	
LAURO ANTONIO	

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado, que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 77, DE 2012

Altera o art. 29 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estabelecer novas regras para o cálculo do benefício de aposentadoria por invalidez e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29. .....

.....

I – .....

II – para os benefícios de que tratam as alíneas *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

III – para o benefício de que trata a alínea *a* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) maiores salários-de-contribuição imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data de entrada do requerimento, apurados em período não superior a 72 (setenta e dois) meses.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

Justificação

O Senado Federal aprovou, esta semana, proposta de emenda constitucional (PEC nº 05, de 2012, da Dep. Andreia Zito e outros) que restabelece direitos de servidores públicos no que se refere ao benefício da aposentadoria por invalidez. Constatou-se que havia uma agressão ao princípio isonômico, eis que mudanças repentinas na legislação afetaram expectativas de direito e desconsideraram situações específicas decorrentes de doença profissional ou de acidente de trabalho. Estava havendo, em última instância, um tratamento desigual dos servidores acometidos pela invalidez em relação aos servidores saudáveis.

Atentando para o contexto geral da seguridade social no Brasil, a partir desse acontecimento comemorado pelos servidores, constatamos que os segurados submetidos ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) também sofrem, em muitos casos, com a redução descabida no valor de sua renda, quando precisam substituir salário ou remuneração de trabalho pelo benefício decorrente da aposentadoria por invalidez.

Nesses casos, aumenta o custo de manutenção pessoal com a doença profissional ou acidente de trabalho e, concomitantemente, o segurado passa a ter menos disponibilidade econômica, em decorrência do cálculo desvantajoso da prestação continuada da Previdência Social. Isso acaba tendo impactos em todo o equilíbrio e ajustamento familiar com possível agravamento das sequelas da doença incapacitante ou do infortúnio laboral.

É flagrante a injustiça, principalmente se considerarmos a imprevisibilidade da invalidez, evento sempre indesejável. Precisamos trabalhar para que os benefícios sejam, cada vez mais, de valores aproximados àqueles auferidos pelo trabalhador durante o seu período produtivo.

Cremos que o momento é oportuno para que essa questão seja discutida. Os segurados do regime geral não devem ser esquecidos quando se trata de aposentadorias que, em grande parte, são mantidas com receitas públicas.

Atualmente o cálculo do benefício, para essa modalidade de aposentadoria, utiliza como base oitenta por cento de todo o período contributivo. Isso acaba reduzindo substancialmente os proventos do aposentado por invalidez. Nossa proposta limita a trinta e seis meses o período a ser utilizado para a apuração. Assim, com certeza, o resultado obtido tende a ser bem próximo ao do salário-de-benefício do segurado no momento em que vier a se aposentar.

Pelas razões expostas, estamos convencidos de que a iniciativa merecerá o acolhimento e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários por parte dos ilustres membros desta Casa. – Senador **Cícero Lucena.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Regulamento
Texto compilado
Normas de hierarquia inferior
Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários

meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

I – universalidade de participação nos planos previdenciários;

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;

IV – cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;

V – irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;

VI – valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;

VII – previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;

VIII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Parágrafo único. A participação referida no inciso VIII deste artigo será efetivada a nível federal, estadual e municipal.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

~~I – 4 (quatro) representantes do Governo Federal;~~

~~II – 7 (sete) representantes da sociedade civil, sendo:~~

~~**a**) 2 (dois) representantes dos aposentados e pensionistas;~~

~~**b**) 2 (dois) representantes dos trabalhadores em atividades;~~

~~**c**) 3 (três) representantes dos empregadores.~~

I – seis representantes do Governo Federal; (Redação dada pela Lei nº 8.619, de 1993)

II – nove representantes da sociedade civil, sendo: (Redação dada pela Lei nº 8.619, de 1993)

a) três representantes dos aposentados e pensionistas; (Redação dada pela Lei nº 8.619, de 1993)

b) três representantes dos trabalhadores em atividade; (Redação dada pela Lei nº 8.619, de 1993)

c) três representantes dos empregadores. (Redação dada pela Lei nº 8.619, de 1993)

§ 1º Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

§ 2º Os representantes dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais.

§ 3º O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (quinze) dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.

§ 4º Poderá ser convocada reunião extraordinária por seu Presidente ou a requerimento de um terço de seus membros, conforme dispuser o regimento interno do CNPS.

~~§ 5º As decisões do conselho serão tomadas com a presença de, no mínimo, 6 (seis) de seus membros.~~ (Revogado pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 6º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores em atividade, decorrentes das atividades do Conselho, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 7º Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao CNPS os meios necessários ao exercício de suas competências, para o que contará com uma Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social.

§ 9º O CNPS deverá se instalar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS:

I – estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II – participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária;

III – apreciar e aprovar os planos e programas da Previdência Social;

IV – apreciar e aprovar as propostas orçamentárias da Previdência Social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da Seguridade Social;

V – acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos no âmbito da Previdência Social;

VI – acompanhar a aplicação da legislação pertinente à Previdência Social;

VII – apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas da União, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa;

VIII – estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida a anuência prévia do Procurador-Geral ou do Presidente do INSS para formalização de desistência ou transigência judiciais, conforme o disposto no art. 132;

IX – elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. As decisões proferidas pelo CNPS deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 5º Compete aos órgãos governamentais:

I – prestar toda e qualquer informação necessária ao adequado cumprimento das competências do CNPS, fornecendo inclusive estudos técnicos;

II – encaminhar ao CNPS, com antecedência mínima de 2 (dois) meses do seu envio ao Congresso Nacional, a proposta orçamentária da Previdência Social, devidamente detalhada.

~~Art. 6º O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) deverá indicar cidadão de notório conhecimento na área para exercer a função de Ouvidor Geral da Previdência Social, que terá mandato de 2 (dois) anos, sendo vedada a sua recondução.~~

~~§ 1º Caberá ao Congresso Nacional aprovar a escolha do ouvidor referido caput deste artigo.~~

~~§ 2º As atribuições do Ouvidor Geral da Previdência Social serão definidas em lei específica.~~

Art. 6º Haverá, no âmbito da Previdência Social, uma Ouvidoria-Geral, cujas atribuições serão definidas em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20.11.98)

~~Art. 7º Ficam instituídos os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais de Previdência Social – respectivamente CEPS e CMPS -, órgãos de deliberação colegiada, subordinados ao Conselho Nacional de Previdência Social, observando para a sua organização e instalação, no que couber, os critérios estabelecidos nesta Lei para o CNPS, adaptando-os para a esfera estadual ou municipal. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~§ 1º Os membros dos CEPS serão nomeados pelo Presidente do CNPS e o dos CMPS, pelos presidentes dos CEPS. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~§ 2º Os representantes dos trabalhadores em atividade e seus respectivos suplentes serão indicados, no caso dos CEPS, pelas federações ou centrais sindicais, e, no caso dos CMPS, pelos sindicatos ou, na ausência destes, pelas federações ou ainda, em último caso, pelas centrais sindicais ou confederações nacionais. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~§ 3º Os representantes dos aposentados e seus respectivos suplentes serão indicados, no caso dos CEPS, pelas federações ou confederações, e, no caso dos CMPS, pelas associações ou, na ausência destes, pelas federações. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~§ 4º Os representantes dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados, no caso dos CEPS, pelas federações, e, no caso dos CMPS, pelos sindicatos, associações ou, na ausência destes, pelas federações. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~Art. 8º Compete aos CEPS e ao CMPS, nos âmbitos estadual e municipal, respectivamente: (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~I – cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNPS; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~II – acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~III – propor ao CNPS planos e programas para a Previdência Social; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~IV – acompanhar, apreciar e dar conhecimento ao CNPS, através de relatórios gerenciais por este definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~V – acompanhar a aplicação da legislação pertinente à Previdência Social; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

~~VI – elaborar seus regimentos internos. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.01)~~

TÍTULO II
Do Plano de Benefícios da Previdência Social

Capítulo Único
Dos Regimes de Previdência Social

Art. 9º A Previdência Social compreende:

I – o Regime Geral de Previdência Social;

II – o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

~~§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei específica.~~

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que

trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especifica.

TÍTULO III

Do Regime Geral de Previdência Social

Capítulo I

Dos Beneficiários

Art. 10. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

Seção I

Dos Segurados

~~Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:~~

~~I – como empregado:~~

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

I – como empregado: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais. (Incluída pela Lei nº 8.647, de 1993)

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social ; (Incluída pela Lei nº 9.506, de 1997)

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)

II – como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

III – *como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não-empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural*; (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)

~~IV – como trabalhador autônomo:~~

~~a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;~~

~~b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;~~ (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)

~~V – como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;~~

~~b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;~~

~~c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;~~

~~d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio;~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~b) pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo —, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~d) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio. (Incluída pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

V – como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~**a**) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9º e 10 deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~**c**) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)

~~**d**) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Alínea realinhada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

VI – como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

~~VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam~~

~~suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91).~~

~~§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.~~

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e *b* deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea *g* do inciso I do *caput* ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 6º Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 7º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou de trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do caput deste artigo, em épocas de safra, à razão de, no máximo, 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 8º Não descaracteriza a condição de segurado especial: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinqüenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

III – a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

IV – ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

V – a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art.

25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

VI – a associação em cooperativa agropecuária. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 9º Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído nos termos do inciso IV do § 8º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 julho de 1991; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

IV – exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

V – exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

VI – parceria ou meação outorgada na forma e condições estabelecidas no inciso I do § 8º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

VII – atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

VIII – atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 10. O segurado especial fica excluído dessa categoria: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

I – a contar do primeiro dia do mês em que: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

a) deixar de satisfazer as condições estabelecidas no inciso VII do caput deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei, ou exceder qualquer dos limites estabelecidos no inciso I do § 8º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

b) se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos incisos III, V, VII e VIII do § 9º deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

c) tornar-se segurado obrigatório de outro regime previdenciário; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

II – a contar do primeiro dia do mês subseqüente ao da ocorrência, quando o grupo familiar a que pertence exceder o limite de: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

a) utilização de terceiros na exploração da atividade a que se refere o § 7º deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

b) dias em atividade remunerada estabelecidos no inciso III do § 9º deste artigo; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

c) dias de hospedagem a que se refere o inciso II do § 8º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 11. Aplica-se o disposto na alínea *a* do inciso V do caput deste artigo ao cônjuge ou companheiro do produtor que participe da atividade rural por este explorada. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

~~Art. 12. O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta lei, desde que esteja sujeito a sistema próprio de previdência social.~~

~~Parágrafo único. Caso este servidor venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-á segurado obrigatório em relação a essas atividades.~~

Art. 12. O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.(Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 2º Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação, nessa condição, permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras

que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Art. 13. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

Art. 14. Consideram-se:

I – empresa – a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional;

II – empregador doméstico – a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

~~Parágrafo único. Considera-se empresa, para os efeitos desta lei, o autônomo e equiparado em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.~~

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.(Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I – sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II – até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

III – até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV – até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;

V – até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;

VI – até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

§ 1º O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Os prazos do inciso II ou do § 1º serão acrescidos de 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 3º Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 4º A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

~~I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;~~

~~I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

II – os pais;

~~III – o irmão, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;~~

~~III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

~~IV – a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60(sessenta) anos ou inválida. (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

~~§ 2º Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado; o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda; e o menor que esteja sob sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.~~

§ 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Seção III
Das Inscrições

Art. 17. O Regulamento disciplinará a forma de inscrição do segurado e dos dependentes.

~~§ 1º Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.~~

§ 1º Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado. (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado.

~~§ 3º A Previdência Social poderá emitir identificação específica, para os segurados referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 11 e no art. 13 desta Lei, para produzir efeitos exclusivamente perante ela, inclusive com a finalidade de provar a filiação.~~ (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 4º A inscrição do segurado especial será feita de forma a vinculá-lo ao seu respectivo grupo familiar e conterá, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pela unidade familiar. (Incluído Lei nº 11.718, de 2008)

§ 5º O segurado especial integrante de grupo familiar que não seja proprietário ou dono do imóvel rural em que desenvolve sua atividade deverá informar, no ato da inscrição, conforme o caso, o nome do parceiro ou meeiro outorgante, arrendador, comodante ou assemelhado. (Incluído Lei nº 11.718, de 2008)

§ 6º Simultaneamente com a inscrição do segurado especial, será atribuído ao grupo familiar número de Cadastro Específico do INSS – CEI, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias. (Incluído Lei nº 11.718, de 2008)

Capítulo II
Das Prestações em Geral

Seção I
Das Espécies de Prestações

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I – quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria por idade;

~~**c**) aposentadoria por tempo de serviço;~~

c) aposentadoria por tempo de contribuição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

d) aposentadoria especial;

e) auxílio-doença;

f) salário-família;

g) salário-maternidade;

h) auxílio-acidente;

~~i) abono de permanência em serviço;~~ (Revogada pela Lei nº 8.870, de 1994)

II – quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

b) auxílio-reclusão;

III – quanto ao segurado e dependente:

a) pecúlios; (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)

b) serviço social;

c) reabilitação profissional.

~~§ 1º Só poderão beneficiar-se do auxílio-acidente e das disposições especiais relativas a acidente do trabalho os segurados e respectivos dependentes mencionados nos incisos I, VI e VII do art. 11 desta lei, bem como os presidiários que exerçam atividade remunerada.~~

~~2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ela retornar, somente tem direito à reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e aos pecúlios, não fazendo jus a outras prestações, salvo as decorrentes de sua condição de aposentado, observado o disposto no art. 122 desta lei.~~

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos nos incisos I, VI e VII do art. 11 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

~~§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ela retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família, à reabilitação profissional e ao auxílio-acidente, quando empregado.~~ (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social–RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 3º O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

§ 4º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I – doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II – doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I – o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III – a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de

acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças – CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento. *(Vide Medida Provisória nº 316, de 2006)* (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 1º A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

§ 2º A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

§ 5º A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do caput do art. 21-A. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)

Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

Seção II

Dos Períodos de Carência

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (Vide Medida Provisória nº 242, de 2005)

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

~~II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial e abono de permanência em serviço: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.~~

II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994)

III – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado." (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

~~I – pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente e pecúlios;~~

I – pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

II – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da

Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

III – os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei;

IV – serviço social;

V – reabilitação profissional.

VI – salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I – referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos I e VI do art. 11;

~~II – realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados referidos nos incisos II, III, IV, V e VII, este enquanto contribuinte facultativo, do art. 11 e no art. 13 desta lei.~~

II – realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos II, V e VII do art. 11 e no art. 13. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Seção III

Do Cálculo do Valor dos Benefícios

Subseção I

Do Salário de Benefício

~~Art. 28. O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.~~

Art. 28. O valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

~~§ 1º Quando o benefício for decorrente de acidente do trabalho, considerar-se-á, ao invés do salário-de-benefício calculado de acordo com o disposto nesta subseção, o salário-de-contribuição vigente no dia do acidente se mais vantajoso, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º do art. 29.(Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

~~§ 2º Entende-se como salário-de-contribuição vigente no dia do acidente ou contratado para ser pago por mês, dia ou hora, no mês do acidente, que será multiplicado por trinta quando diário, ou por duzentos e quarenta quando horário, para corresponder ao valor mensal que servirá de base de cálculo para o benefício.(Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

~~§ 3º quando a jornada de trabalho não for de oito horas diárias, será adotada, para fins do disposto no parágrafo anterior, a base de cálculo a ela correspondente.(Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

~~§ 4º Quando, entre o dia do acidente do trabalho e a data do início do benefício, ocorrer reajustamento por dissídio coletivo ou alteração do salário-mínimo, o benefício deverá iniciar-se também com a renda mensal reajustada, nos mesmos índices deste ou de acordo com a política salarial.(Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)~~

~~Art. 29. O salário-de-benefício consiste na média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.~~

Art. 29. O salário-de-benefício consiste: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

I – para os benefícios de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

II – para os benefícios de que tratam as alíneas *a*, *d*, *e* e *h* do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 1º *No caso de aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por idade, contando o segurado com menos de 24 (vinte e quatro) contribuições no período máximo citado, o salário-de-benefício corresponderá a 1/24 (um vinte e quatro avos) da soma dos salários-de-contribuição apurados*. (Parágrafo revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)

§ 2º O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

~~§ 3º Serão considerados para o cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.~~

§ 3º Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina). (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994)

§ 4º Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

§ 5º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

~~§ 6º No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste: (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

§ 6º O salário-de-benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário-mínimo, ressalvado o disposto no inciso II do art. 39 e nos §§ 3º e 4º do art. 48 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

~~I – para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)~~

~~II – para os benefícios de que tratam as alíneas a, d, e e h do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)~~

§ 7º O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 9º Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados: (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

I – cinco anos, quando se tratar de mulher; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

II – cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

III – dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre as remunerações dos segurados. (Incluído pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)~~

Art. 29-A. O INSS utilizará as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre os vínculos e as remunerações dos segurados, para fins de cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)

~~§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente. (Incluído pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)~~

§ 2º O segurado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, exclusão ou retificação de informações constantes do CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios dos dados divergentes,

conforme critérios definidos pelo INSS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 3º A aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS, inclusive retificações de informações anteriormente inseridas, fica condicionada à comprovação dos dados ou das divergências apontadas, conforme critérios definidos em regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 4º Considera-se extemporânea a inserção de dados decorrentes de documento inicial ou de retificação de dados anteriormente informados, quando o documento ou a retificação, ou a informação retificadora, forem apresentados após os prazos estabelecidos em regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 5º Havendo dúvida sobre a regularidade do vínculo incluído no CNIS e inexistência de informações sobre remunerações e contribuições, o INSS exigirá a apresentação dos documentos que serviram de base à anotação, sob pena de exclusão do período. (Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

Art. 29-B. Os salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004)

~~Art. 30. No caso de remuneração variável, no todo ou em parte, qualquer que seja a causa da variação, o valor do benefício de prestação continuada decorrente de acidente do trabalho, respeitado o percentual respectivo, será calculado com base na média aritmética simples:~~

~~I – dos 36 (trinta e seis) maiores salários-de-contribuição apurados em período não superior a 48(quarenta e oito) meses imediatamente anteriores ao do acidente, se o segurado contar, nele, mais de 36 (trinta e seis) contribuições.~~

~~II – dos salários-de-contribuição compreendidos nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao do acidente ou no período de que trata o inciso I, conforme mais vantajoso, se o segurado contar com 36 (trinta e seis) ou menos contribuições nesse período.~~ (Revogado pela Lei nº 9.032, de 1995)

~~Art. 31. Todos os salários-de-contribuição computados no cálculo do valor do benefício serão ajustados, mês a mês, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao período decorrido a partir da data de competência do salário-de-contribuição até a do início do benefício, de modo a preservar os seus valores reais~~ (Revogado pela Lei nº 8.880, de 1994)

Art. 31. O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria, observado, no que couber, o disposto no art. 29 e no art. 86, § 5º. (Restabelecido com nova redação pela Lei nº 9.528, de 1997)

Art. 32. O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as normas seguintes:

I – quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-beneficio será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição;

II – quando não se verificar a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponde à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício calculado com base nos salários-de-contribuição das atividades em relação às quais são atendidas as condições do benefício requerido;

b) um percentual da média do salário-de-contribuição de cada uma das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completo de contribuição e os do período de carência do benefício requerido;

III – quando se tratar de benefício por tempo de serviço, o percentual da alínea "b" do inciso II será o resultante da relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço considerado para a concessão do benefício.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011** (nº 1.964/2007, na Casa de origem, do Deputado Edson Ezequiel), que dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débi-

tos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, com emenda, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2006**, do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008**, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011**, do Senador João Durval, que *autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011**, do Senador Itamar Franco, que *acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2011**, do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011**, do Senador Humberto Costa, que *estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011**, do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 203, de 2006; 152 e 423, de 2011, rejeitados, vão ao Arquivo; e os Projetos de Lei do Senado nºs 26, de 2008; 220, 464 e 475, de 2011, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 6, de 2012-CN** (nº 163-GP/TCU/2012, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 6, DE 2012-CN
(Nº 163-GP/TCU/2012, na origem)

Aviso nº 163-GT/TCU

Brasília, 27 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório das Atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2011.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

http://www.tcu.gov.br

Relatório Anual de Atividades

2011

Brasília-DF

2012

APRESENTAÇÃO

"Todos os cidadãos têm o direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.". Esses são direitos proclamados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão votada em 1789. No Brasil, os direitos, correlatos, de vivermos sob a proteção de um Estado transparente e do controle deste pelo cidadão estão garantidos na Constituição Federal de 1988:

A fiscalização é uma irrecusável prerrogativa de soberania popular, contudo, são prioritários a institucionalização e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e colaboração dos cidadãos na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, onde os Tribunais de Contas desempenham papel preponderante. Além disso, tais tribunais, em face das relevantes atribuições conferidas pela Constituição, assumem a importante missão de fazer cumprir os postulados que sustentam o regime democrático e os princípios que, por determinação constitucional, regem a atividade administrativa pública.

Nesse contexto, é com grande satisfação que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente a 2011.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. Traz os referenciais adotados pelo Tribunal, no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas, para o controle da Administração Pública.

O TCU, como impulsionador da racionalização do gasto público e mantenedor da moralidade administrativa, bem como, visando à melhoria da Administração Pública, torna disponíveis aos gestores orientações, determinações, recomendações e avaliações, com o objetivo de corrigir falhas, evitar desperdícios e melhorar a gestão e o desempenho de órgãos, entidades e programas de Governo.

Todo esse acervo constitui, em essência, fonte inestimável de informações, que serve de subsídio à melhor formulação das políticas públicas, ao incremento da qualidade de bens e serviços, à melhoria do desempenho dos controles internos, bem como ao aprimoramento da legislação federal e à disseminação das melhores práticas observadas na Administração Federal. Controlar é, antes, orientar, avaliar, recomendar melhorias e agir preventivamente. Almeja o TCU ter uma visão cada vez mais proativa da Administração, antecipando-se aos problemas e às irregularidades e evitando a sua consumação, tornando-se, assim, elemento imprescindível para a gestão competente.

Entre as funções do Tribunal, destaca-se a **apreciação das Contas do Governo da República**, encaminhada ao Congresso Nacional para julgamento. Nesse exame, o papel do TCU vai além da mera verificação da conformidade dos balanços apresentados, da execução orçamentária, da situação patrimonial e das questões contábeis. O TCU elabora verdadeiro instrumento voltado ao aperfeiçoamento da Administração Pública, cuja análise e conhecimento são essenciais ao exercício da gestão pública.

Também aponto, entre os relevantes trabalhos realizados pelo Tribunal, o **relatório consolidado das fiscalizações em obras públicas** custeadas com recursos federais, cujo montante fiscalizado, em 2011, superou R$ 36 bilhões. A atuação técnica e especializada do TCU na fiscalização de obras, além de trazer diversos benefícios para o Estado e para a sociedade, possibilitou a conclusão de empreendimentos com os padrões necessários de qualidade, preço e prazos.

Além disso, a atuação do Tribunal gera expressivos benefícios financeiros ao erário, mensuráveis e não mensuráveis. **No ano de 2011, tais benefícios superaram R$ 14 bilhões**, o que significa que para cada real investido no Tribunal o País economizou R$ 10,5. Isto sem contar a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, que envolveu a cifra de R$ 6,2 bilhões. Tais resultados evidenciam o mérito da visão proativa adotada pelo Tribunal em relação à despesa pública.

Por tudo isso, é lícito reconhecer que o Tribunal, apresenta-se como Órgão de vanguarda na defesa dos interesses maiores do erário e da Cidadania, ao contribuir não só para o aperfeiçoamento da Administração como também para a implementação das políticas governamentais. Conferindo, assim, eficácia aos esforços despendidos no cumprimento de missão institucional do TCU de controlar a Administração Pública para promover seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.

Brasília, março de 2012.

Benjamin Zymler

Presidente

1. NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS
2. PRINCIPAIS TRABALHOS
3. SOBRE O TCU
3.1. Competência e Jurisdição
3.2. Transferências Constitucionais e Legais
3.3. Estrutura
3.4. Deliberações dos Colegiados
4. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO
4.1. Fiscalizações Realizadas
4.2. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente
4.3. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente
4.4. Medidas Cautelares
4.5. Julgamento de Contas
4.6. Condenações e Sanções Aplicadas
4.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU
4.8. Benefícios Financeiros das Ações de Controle
4.9. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida
4.9.1. Administração-Geral
4.9.2. Defesa Nacional e Segurança Pública
4.9.3. Desporto e Turismo
4.9.4. Educação
4.9.5. Energia
4.9.6. Habitação e Urbanismo
4.9.7. Gestão Ambiental e Agricultura
4.9.8. Saúde
4.9.9. Trabalho
4.9.10. Transporte
5. CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA
Monitoramento das Recomendações do Exercício de 2009
6. OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS
7. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO
7.1. Audiências no Congresso Nacional
7.1.1. Câmara dos Deputados

7.1.2. Senado Federal .....
7.1.3. Câmara dos Deputados e Senado Federal .....
7.2. Acordos de Cooperação e Parceiras .....
7.3. Atuação Internacional .....
7.4. Ouvidoria do TCU .....
7.5. Divulgação Institucional .....
8. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....
8.1. Estratégias e Planos .....
8.1.1 Planejamento Anual .....
8.1.2 Novo Plano Estratégico .....
8.2. Gestão de Pessoas .....
8.3. Recursos Orçamentários e Financeiros .....
9. ANEXO .....
"Organograma do Tribunal de Contas da União" .....

1. NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no ano de 2011 estão sintetizados abaixo

• Benefício potencial total das ações de controle	R$ 14,19 bilhões
• Medidas cautelares adotadas	113
• Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R$ 9,2 bilhões
• Responsáveis condenados em débito e/ou multados	3.123
• Valor das condenações	R$ 1,45 bilhões
• Processos de cobrança executiva formalizados	2.632

•Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R$ 969,9 milhões
•Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	157
•Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	117
•Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	2.750
•Processos julgados conclusivamente	6.626
•Acórdãos proferidos	24.736
•Recursos julgados	1.680
•Atos de pessoal analisados	415.855
•Fiscalizações concluídas	1.010

2. PRINCIPAIS TRABALHOS

A seguir estão relacionadas as principais ações de controle empreendidas pelo TCU em 2011

FUNÇÃO		ASSUNTO ABORDADO
Administração-Geral	1.	Eficácia dos programas governamentais presentes no PPA
	2.	Determinação à Petrobras para alteração na forma de indenização por danos sofridos com chuvas
	3.	Irregularidades em licitação do Ministério da Justiça
	4.	Prejuízo de R$ 1,4 milhão em ações do Instituto Treinar
	5.	Indícios de irregularidades nos sistemas de compras e licitações do Governo Federal
	6.	Irregularidades em projeto da BR-101/AL
	7.	Prorrogação de prazo para substituição de terceirizados irregulares
	8.	Medidas para aprimorar o Siconv
	9.	Fiscalização da aplicação de recursos do DPVAT
	10.	Melhorias do Siasg
	11.	Medidas para aprimorar Reidi
	12.	Novo Sistema de Inidôneos e Inabilitados
	13.	Aprovado Aeroporto Internacional no Estado do Rio Grande do Norte
	14.	Avaliação da atuação e funcionamento da Anac
	15.	Auditoria nos aeroportos brasileiros

Defesa Nacional e Segurança Pública	16.	Concessões nos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos
	17.	Ações governamentais de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres
	18.	Sobrepreço em obras de cadeias públicas
	19.	Falhas no gerenciamento de ações do Pronasci
	20.	Monitoramento de ações da Defesa Civil para socorro e prevenção de desastres
	21.	Falhas nas ações de reconstrução de municípios atingidos por enchentes/PE
Desporto e Turismo	22.	Irregularidades em licitação da Embratur para divulgar Brasil no exterior
	23.	Transparência em atos do Ministério do Turismo
	24.	Evidências de fraude em convênio do Ministério do Turismo
	25.	Repasses entre MTur e Ibrasi
	26.	Levantamento de convênios do Ministério do Turismo
	27.	Melhorias no apoio ao esporte de alto rendimento
	28.	Falhas nas ações gerenciais para a Copa do Mundo de 2014
	29.	V Jogos Mundiais Militares
	30.	Ações gerenciais para a Copa do Mundo de 2014
	31.	Redução de custo da reforma do Maracanã
	32.	Financiamento das obras do Estádio Fonte Nova na Bahia
	33.	Risco de atrasos em obras para a Copa do Mundo de 2014
	34.	Convênios do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte
Educação	35.	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
	36.	Procedimentos relacionados à realização do Enem
	37.	Ações de educação profissional
Energia	38.	TCU contribui para que energia elétrica chegue a famílias de áreas isoladas do País
	39.	Leilão e concessão da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio
	40.	Desvio de combustíveis
	41.	Determinações para aprimorar sistema de custos do setor energético
	42.	Deficiências na Comissão Nacional de Energia Nuclear
	43.	Fatores de risco da Eletronorte
	44.	Estrutura das agências reguladoras
	45.	Irregularidades em contrato para obras na Usina de Simplício
	46.	Obras de implantação de usinas
	47.	Plano de ação para concessões do Setor Elétrico
	48.	Leilão de 8 usinas e linhas de transmissão
	49.	Interrupção de energia em sete estados do Nordeste
Habitação e Urbanismo	50.	Uso de inteligência em auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida
Gestão Ambiental e Agricultura	51.	Concessão de crédito pelo Pronaf apresenta fragilidades
	52.	Falhas nas ações públicas para combate a queimadas e incêndios florestais
	53.	Ações de revitalização do Rio São Francisco
	54.	Ações de sustentabilidade ambiental
	55.	Ações governamentais relacionadas a mudanças climáticas
	56.	Desperdício de mais de R$ 90 milhões em Programa para coleta de lixo
	57.	Licenciamento ambiental de obras
	58.	Irregularidades na destinação de recursos para compra de medicamentos no DF
	59.	Falhas no controle de vacinas contra a Gripe H1N1

FUNÇÃO		ASSUNTO ABORDADO
Saúde	60.	Falhas no sistema de transplantes do Rio de Janeiro
	61.	Falhas no monitoramento da assistência farmacêutica no País
	62.	Programa Farmácia Popular
	63.	Ação da Funasa para melhoria do manejo de resíduos sólidos
	64.	Política Nacional de Assistência Oncológica
	65.	Gestor relaciona melhorias em programa de saúde à ação direta do TCU
Trabalho	66.	TCU contribui para aperfeiçoar o Programa Seguro-Desemprego
Transporte	67.	Desequilíbrio de contratos de concessões de rodovias federais
	68.	Falhas em sistema do Dnit
	69.	Sobrepreço em trecho da Ferrovia Norte-Sul
	70.	Correção em licitações e contratos para recuperação de rodovias
	71.	Indícios de irregularidades graves em obras da rodovia BR-440/MG
	72.	Sobrepreço nas obras da BR-493
	73.	Descontrole na cobrança de faturas da Codesp
	74.	Auditoria do TCU reduz preço de obra no Porto de Natal/RN
	75.	Transporte e locomoção em cidades brasileiras
	76.	Edital para arrendamento no Porto de Suape/PE
	77.	Sobrepreço de R$ 9 milhões em obra de manutenção rodoviária em Alagoas
	78.	Obras do cais comercial do Porto de Vitória
	79.	Sobrepreço em obras na BR-104/PE
	80.	Sistema Viário Marginal Baquirivu pode causar prejuízo aos cofres públicos
	81.	Irregularidades em trecho rodoviário na BR-101/(BA)
	82.	Irregularidades em obras do Dnit no ES
	83.	Obras de restauração da BR-393/MG

3. SOBRE O TCU

Nossa missão é controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade

O Tribunal de Contas da União, criado em 1890 pelo Decreto nº 966-A, por iniciativa de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda à época, norteia-se, desde então, pelo princípio da autonomia e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública.

A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional. Esse privilégio, se por um lado o distingue de forma singular, por outro aumenta a sua responsabilidade e compromisso para com a sociedade.

3.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, deve ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, demanda moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado e passa a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude e do desvio na alocação de recursos federais, bem como contribui para a transparência e melhoria da gestão e do desempenho da Administração Pública.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

Mais recentemente, teve destaque, a ampliação do leque de competências do Tribunal de Contas da União por meio da Lei nº 11.578, de 26.11.2007. Tal ato normativo, que trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estabeleceu que compete ao TCU, juntamente com a Controladoria - Geral da União (CGU), fiscalizar a aplicação desses recursos e prevê situações em que deverá ser encaminhada denúncia ao Tribunal.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

Competências Constitucionais	Artigos
Apreciar as contas anuais do presidente da República.	71, inc. I
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.	71, inc. II
Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.	71, inc. III
Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.	71, inc. IV
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.	71, inc. V
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios.	71, inc. VI
Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.	71, inc. VII
Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.	71, inc. VIII a XI
Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.	71, inc. X
Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.	72, § 1º
Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.	74, § 2º
Efetuar o cálculo das contas referentes aos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.	161, § único

3.2. *Transferências Constitucionais e Legais*

O TCU calcula as quotas dos fundos constitucionais (parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal) e fiscaliza a entrega das parcelas a Estados, Distrito Federal e Municípios. Compete também ao Tribunal efetuar o cálculo dos percentuais individuais de participação da contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide - Combustíveis).

A consulta aos coeficientes de participação nos recursos do FPM, FPE e do IPI – Exportações, para o ano de 2011, bem como dos percentuais de recursos da Cide - Combustíveis, está disponível na página do TCU na Internet.

Os normativos que definem os coeficientes para 2012 são os seguintes:

Decisão Normativa nº 120, de 8 de fevereiro de 2012	• Aprova, para o exercício de 2012, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III, e § 4º, da Constituição Federal (Cide - Combustíveis).
Decisão Normativa nº 118, de 23 de novembro de 2011	• Aprova, para o exercício de 2012, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a, b, e, do § 3º da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei nº 861/1981.

3.3. Estrutura

O Tribunal é integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao TCU.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro ministros. Os ministros-substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

O Plenário e as duas Câmaras reúnem-se de 17 de janeiro a 16 de dezembro em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias

No dia 28 de outubro, a Senhora Ana Lúcia Arraes de Alencar tomou posse como Ministra do TCU. Ela foi escolhida para o cargo por meio do Decreto Legislativo nº 295, de 27.9.2011 e assume a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar.

Os ministros Benjamin Zymler e Augusto Nardes foram reeleitos, no dia 7.12.2011, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do TCU para o ano civil de 2012.

O Tribunal de Contas da União, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais cometidas ao TCU. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

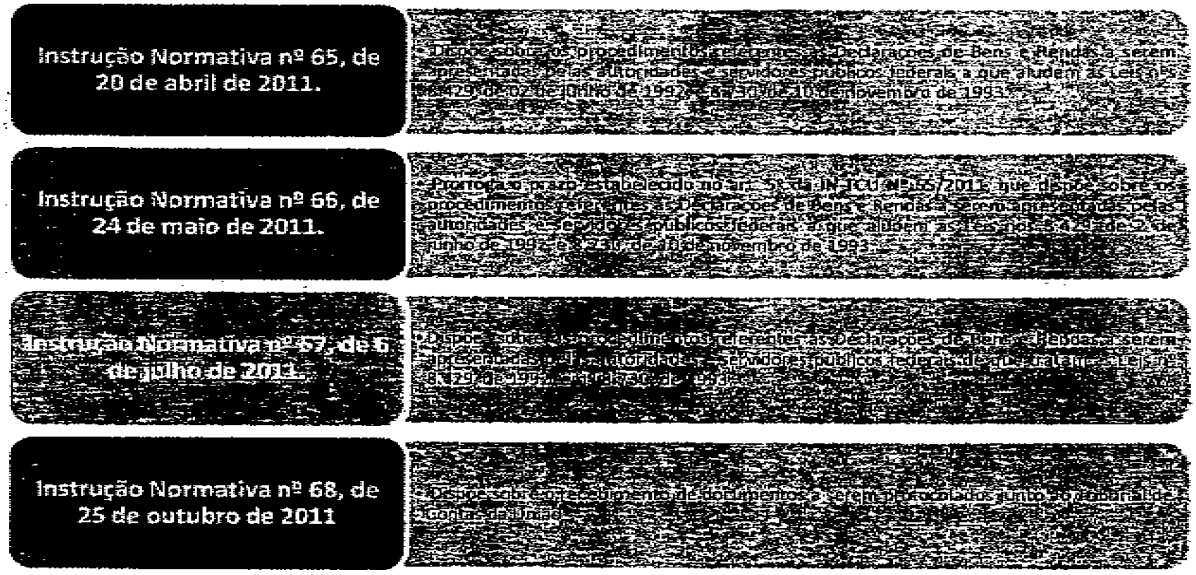
Subordinadas à Segecex, estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br. O organograma do TCU consta do Anexo I deste relatório – "Organograma do Tribunal de Contas da União".

3.4. Deliberações dos Colegiados

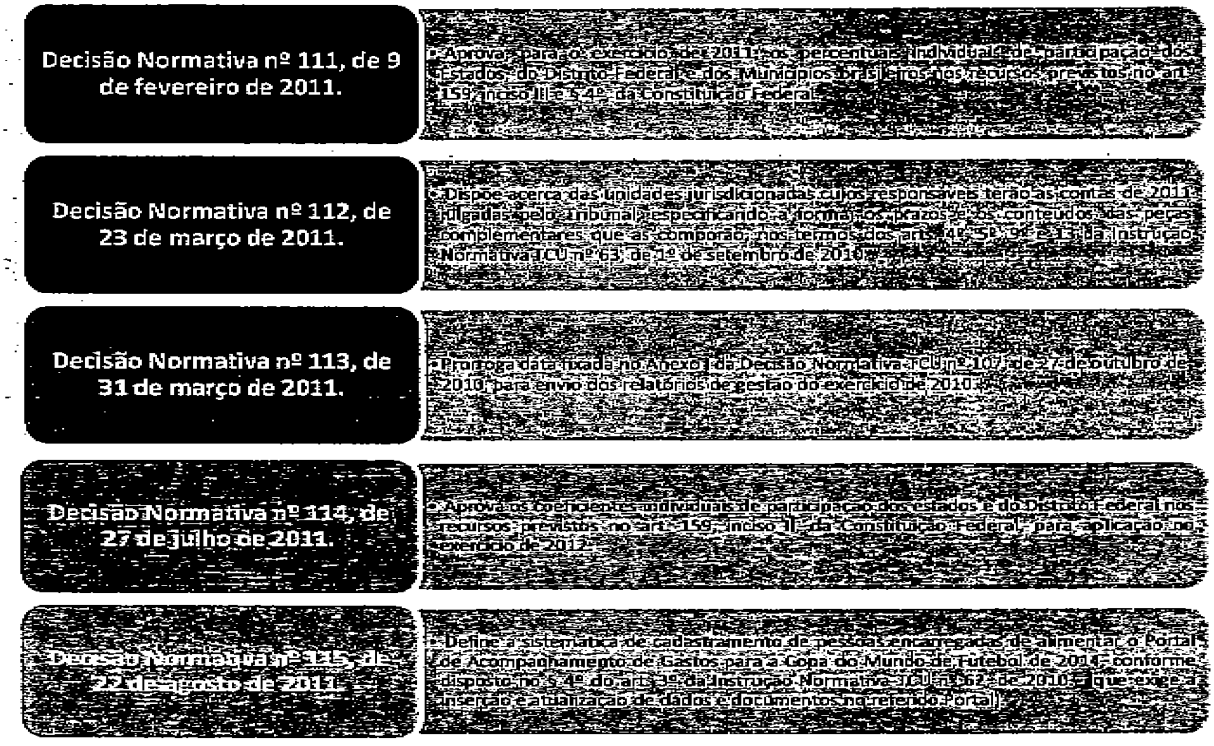
As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 1992, pode expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse intuito, o TCU aprovou em 2011 quatro instruções normativas, oito decisões normativas, e sete resoluções. Apresenta-se, a seguir, a ementa desses normativos.

Instruções Normativas



Decisões Normativas



Decisão Normativa nº 116, de 28 de setembro de 2011	Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa TCU nº 114, de 27 de julho de 2011.
Decisão Normativa nº 117, de 19 de outubro de 2011	Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2011 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 9º, 58, 99 e 113 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.
Decisão Normativa nº 118, de 23 de novembro de 2011	Aprova, para o exercício de 2012, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "a", "b" e "d", da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 1981 (Fundo de Participação dos Municípios).

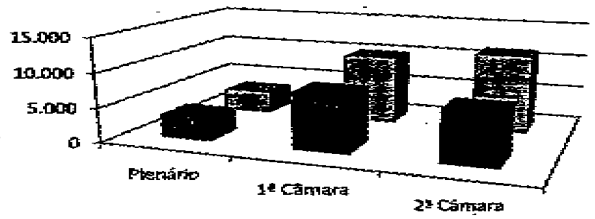
Resoluções

Resolução nº 241, de 26 de janeiro de 2011.	Estabelece procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiverem as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral e dá outras providências.
Resolução nº 242, de 26 de janeiro de 2011.	Altera a Resolução TCU 233/2010, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos oferecidos por meio de solução denominada TCU eletrônico - e-TCU.
Resolução nº 243, de 25 de maio de 2011.	Altera a Resolução TCU nº 154, de 4 dezembro de 2002, que dispõe sobre as atribuições dos cargos e das funções de confiança do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.
Resolução nº 244, de 20 de julho de 2011.	Altera dispositivos da Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, que estabelece diretrizes a serem observadas pelas unidades internas do Tribunal na elaboração das normas previstas em Instrução Normativa do TCU e no tratamento das peças e conteúdos relacionados à prestação de contas das unidades jurisdicionadas.
Resolução nº 245, de 3 de agosto de 2011	Altera a Resolução TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, que dispõe sobre normas atinentes à distribuição de processos a ministros e auditores no âmbito do Tribunal de Contas da União.
Resolução nº 246, de 30 de novembro de 2011	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002.
Resolução nº 247, de 7 de dezembro de 2011	Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (PGTI/TCU).

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no exercício de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

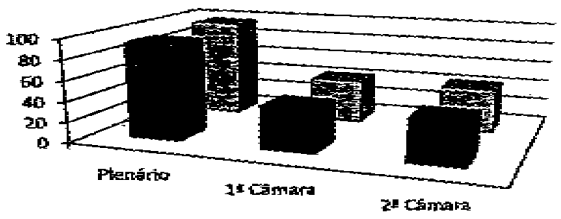
Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	2010	2011	2010	2011
Plenário	94	97	3.367	3.278
1ª Câmara	42	43	8.170	10.046
2ª Câmara	42	43	7.379	11.412
Total	178	183	18.916	24.736

Acórdãos Proferidos



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Acumulado 2010	3.367	8.170	7.379
Acumulado 2011	3.278	10.046	11.412

Sessões Realizadas



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Acumulado 2010	94	42	42
Acumulado 2011	97	43	43

Os dados acima mostram significativo aumento na quantidade de acórdãos proferidos pelo TCU, fruto do aumento do empenho e da dedicação ao longo de 2011 para melhoria do andamento processual. Parte expressiva desse acréscimo deveu-se, em grande medida, à elevação do número de atos de pessoal apreciados pelo TCU. O item 4.3 deste relatório traz o detalhamento dessas apreciações

4. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO

O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no ano de 2011.

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal (CF). Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

4.1. Fiscalizações Realizadas

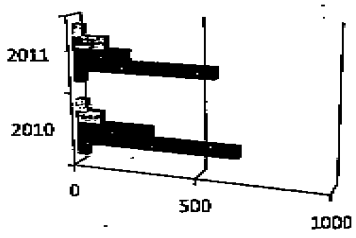
Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução TCU nº 155/2002), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento.

No período, foram concluídas 1.012 fiscalizações, envolvendo um esforço de 65.935 Homens-Dia de Fiscalização (HDF). O quadro adiante apresenta a distribuição dessas fiscalizações por função de Governo.

É preciso ressaltar que uma fiscalização pode envolver mais de uma função de governo. Por esse motivo, a soma dos HDFs e das fiscalizações por função é maior que o número total de HDFs e fiscalizações realizadas no período.

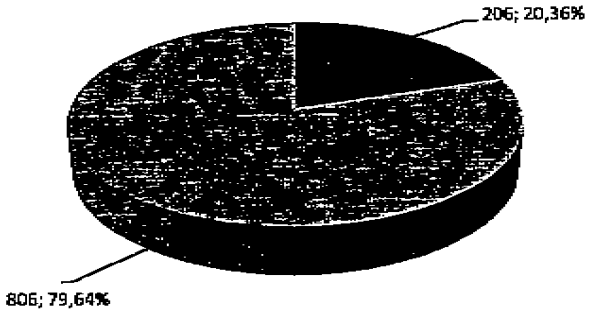
Os gráficos a seguir apresentam as fiscalizações concluídas no período por tipo de fiscalização e por iniciativa. Do Total, 20,36% (206) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 79,64% (806), foi de iniciativa do próprio Tribunal.

Fiscalizações Realizadas por tipo



	2010	2011
Monitoramento	44	40
Levantamento	104	139
Inspeção	308	225
Auditoria	653	569
Acompanhamento	42	39

Fiscalizações Realizadas por Iniciativa em 2011



4.2. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

No ano, foram autuados 5.850 processos referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram apreciados de forma conclusiva pelo Tribunal 6.542 processos da mesma natureza.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente em 2011 e 2010.

Processos Autuados e Apreciados Conclusivamente no período (exceto processos de pessoal e sobrestados)

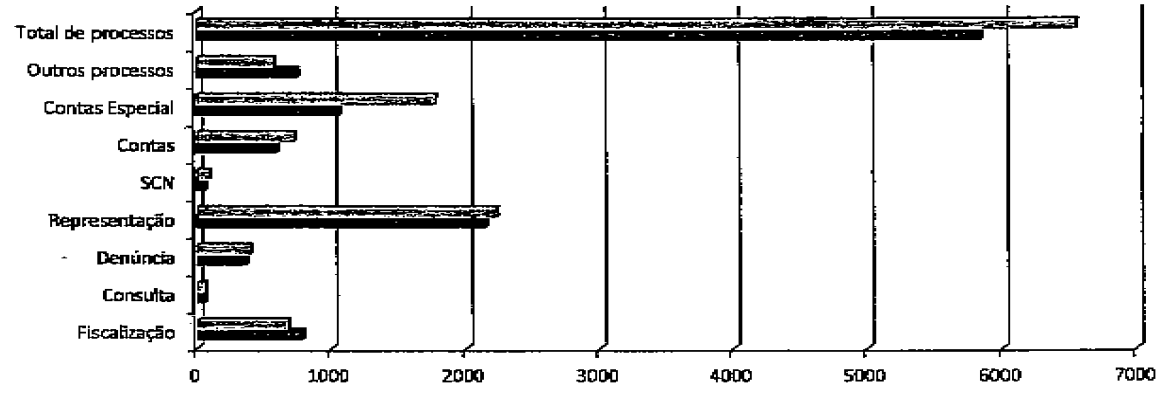
Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	2010 [1]	2011	2010 [1]	2011
Fiscalização	771	786	575	682
Consulta	51	63	66	64
Denúncia	386	366	471	398
Representação	2.023	2.146	2.454	2.232
Solicitação do Congresso (SCN)	96	69	143	98
Contas	567	600	1.000	723

[1] Valores revisados em relação ao publicado no Relatório de Atividades de 2010 devido a alterações nos critérios de cômputo de apreciações conclusivas e à reclassificação de tipos processuais de pessoal

Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	2010 [1]	2011	2010 [1]	2011
Contas Especial	1.391	1.070	2.016	1.771
Outros processos*	458	750	292	574
Total de processos	5.743	5.850	7.017	6.542

*Processos do Tipo: acompanhamento, monitoramento, comunicação, desestatização e contestação de coeficientes de transferências obrigatórias.

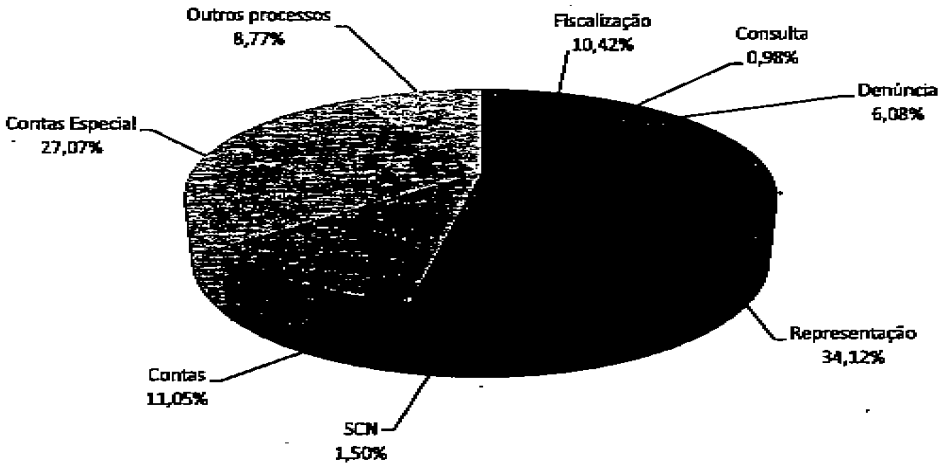
Comparativo Autuados x Apreciados em 2011



	Fiscalização	Consulta	Denúncia	Representação	SCN	Contas	Contas Especial	Outros processos	Total de processos
Apreciados 2011	682	64	398	2.232	98	723	1771	574	6.542
Autuados 2011	786	63	366	2.146	69	600	1.070	750	5.850

Apreciados 2011 Autuados 2011

Distribuição dos processos apreciados em 2011



Observa-se uma pequena flutuação (em torno de 7%) na quantidade de processos apreciados conclusivamente pelo Tribunal em 2011, em relação a 2010. O aumento da complexidade dos processos de controle externo, retratada em parte na redução da quantidade de processos apreciados conclusivamente por relação (de 3.249 no ano de 2010 para 2.743 no ano de 2011) e na nova sistemática de apresentação de Contas de forma consolidada e contendo maiores elementos para análise da gestão, constitui elemento essencial para compreensão apropriada da variação. Adicionalmente, houve necessidade de redistribuição de esforço, em virtude do aumento expressivo no número de atos de pessoal apreciados em 2011, os quais não estão incluídos na tabela acima e cujo detalhamento pode ser observado no item 4.3 deste relatório.

Não obstante a maior complexidade dos processos de controle externo, o Tribunal vem sendo capaz de reduzir e melhorar a qualidade do estoque de processos pendentes de apreciação conclusiva, conforme mostra a tabela abaixo. O estoque foi reduzido de 8.570 para 7.878, e o índice de processos antigos foi reduzido de 26% para 23%.

Fluxo de Processos (exceto processos de pessoal e sobrestados)

	2010	2011
Estoque no início do ano [2]	**9.844**	**8.570**
Autuações	**5.743**	**5.850**
Apreciações	**7.017**	**6.542**
Estoque no final do ano [2]	**8.570**	**7.878**
Com mais de 2 anos	**2.241 (26%)**	**1.860 (23%)**
Com menos de 2 anos	**6.329 (74%)**	**6.018 (77%)**

4.3. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No período, foram autuados 98.319 atos de pessoal e apreciados 419.749 atos dessa natureza.

A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br

[2] Processos pendentes de apreciação conclusiva

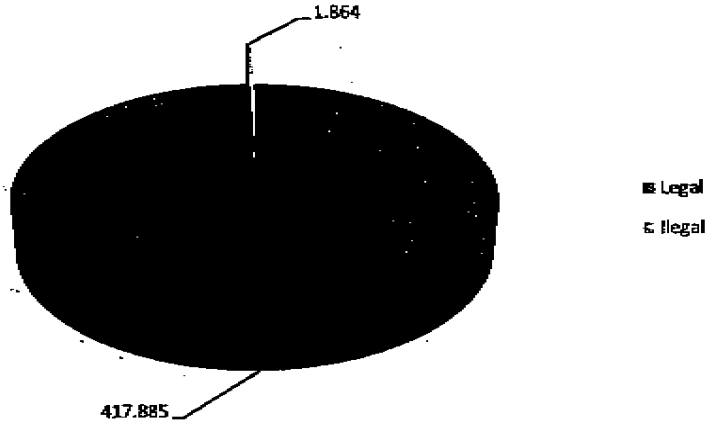
O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no ano de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	Total 2010	Total 2011
Autuados	116.686	98.319
Apreciados	107.761	419.749
Ilegais	2.035	1.864
Legais	105.726	417.885

Do total de 419.749 atos referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no ano, 1.864 tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

Julgamento de Atos de Pessoal pela Ilegalidade



4.4. Medidas Cautelares

A tempestividade na atuação é fundamental para conferir efetividade e relevância às ações de controle externo. A atuação tardia, além de lesiva à imagem institucional, não contribui para a defesa dos interesses do erário, nem para o atendimento às expectativas do cidadão.

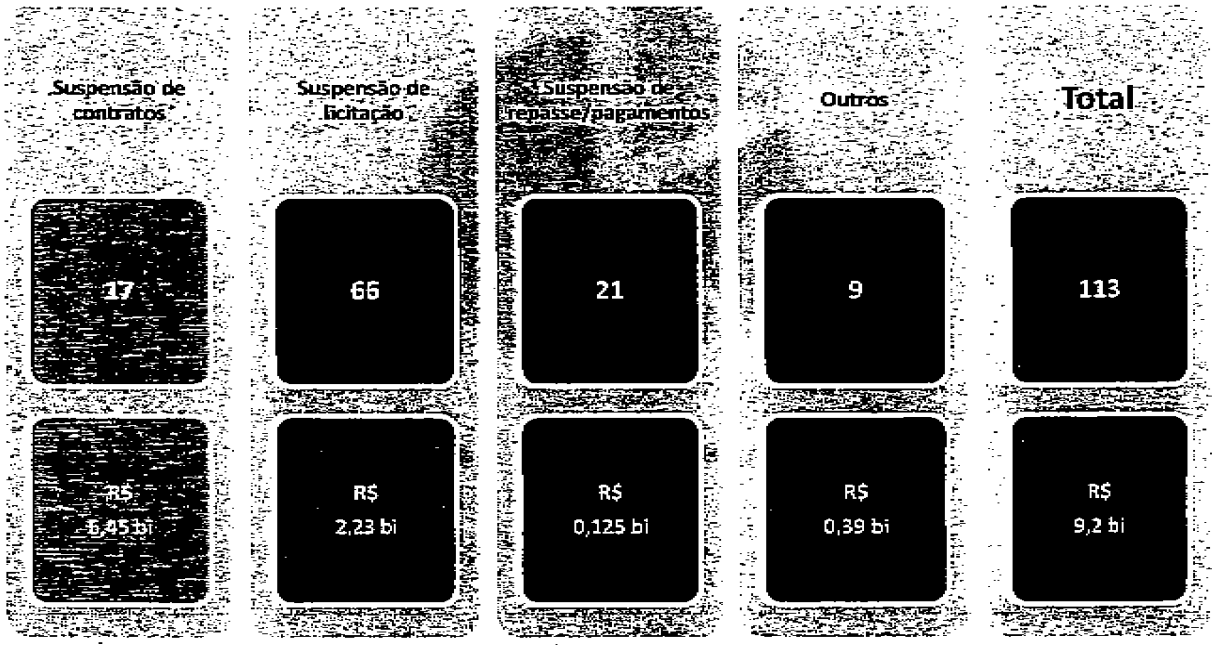
O TCU deve responder de forma célere, tempestiva e completa às demandas que lhe são apresentadas. Atuar de forma preventiva e simultânea e agir proativamente, são condições essenciais para assegurar a efetividade do controle e melhorar a imagem do Tribunal perante a sociedade.

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No ano, foram adotadas **113** cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a **R$ 9,2 bilhões**, conforme se verifica no quadro adiante.

Medidas Cautelares Expedidas por Tipo (Quantidade e Valor)



4.5. Julgamento de Contas

As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas são atualmente estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 63/2010.

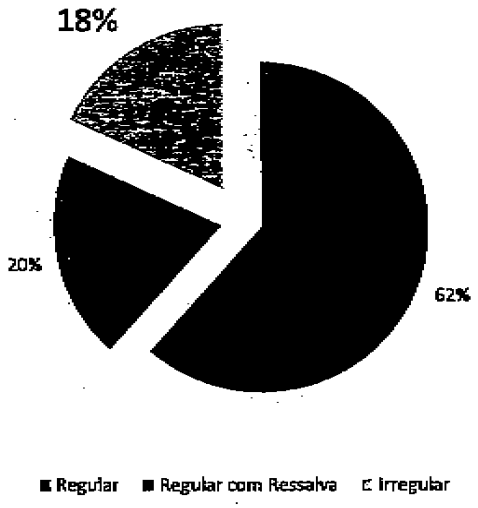
Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade

administrativa competente deve instaurar tomada de contas especial (TCE), para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

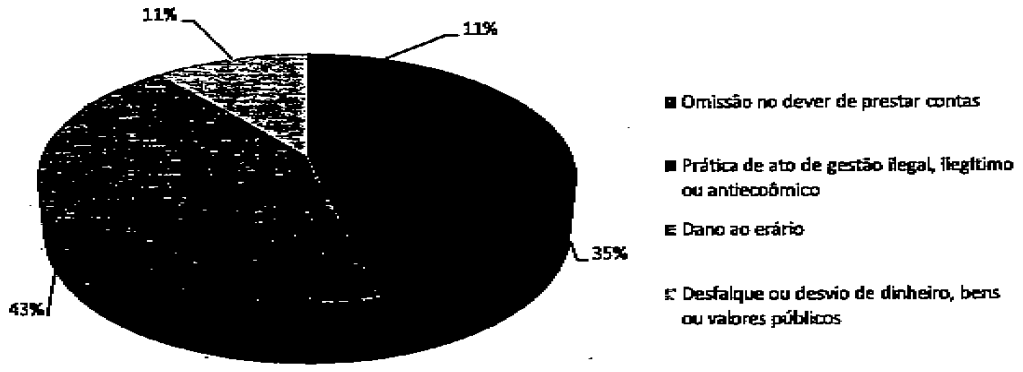
No ano, o TCU julgou de forma definitiva contas de 12.833 responsáveis. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no ano de 2011, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas.

Detalhamento em 2011



Motivo do julgamento pela irregularidade das contas



4.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os **2.556 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no período, 1.392 (54,46%) condenaram 2.671 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito.** Além disso, em outros **197 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 476 responsáveis.**

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados nos anos de 2011 e 2010.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	2010	2011	2010	2011
Prestação de contas	83	83	199	280
Tomada de contas	43	40	88	127
Tomada de contas especial	1.391	1.269	2.163	2.264
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	1.517	1392	2.450	2.671
Outros processos	195	197	435	476
Total	1.712	1.589	2.885	3.123

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito no valor de **R$ 1,45 bilhões**, atualizados até a data de 31.12.2011. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram **R$ 3,69 milhões.**

Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU nos anos de 2011 e 2010.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	2011 (R$)			2010
	Débito	Multa	Total	(Débito + Multa)
Prestação de contas	10.973.426,86	2.143.060,05	13.116.486,91	8.632.414,16
Tomada de contas	44.009.821,17	1.430.539,40	45.440.360,57	8.495.017,89
Tomada de contas especial	1.357.035.268,52	39.512.755,04	1.396.548.023,56	1.448.332.878,07
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	1.412.018.516,55	43.086.354,49	1.455.104.871,04	1.465.460.310,12
Outros processos	-	3.699.533,99	3.699.533,99	4.559.071,14
Total	1.412.018.516,55	46.785.888,48	1.458.804.405,03	1.470.019.381,26

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do ano de 2011, 157 responsáveis foram considerados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e 117 empresas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal.

Podem ser consultados no Portal TCU os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

4.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores. Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No ano de 2011, foram autuados 2.632 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R$ 696,9 milhões. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 20.517 processos.

Classe de Assunto	2010	2011
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	9.949	16.578
Auditoria, inspeção e levantamento	54	89
Consulta	5	7
Denúncia	37	43
Representação	218	225
Solicitação do Congresso Nacional	1	4
Tomada e prestação de contas	2.790	2.583
Tomada de contas especial	1.232	955
Outros processos	17	33
Total	14.303	20.517

4.8. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

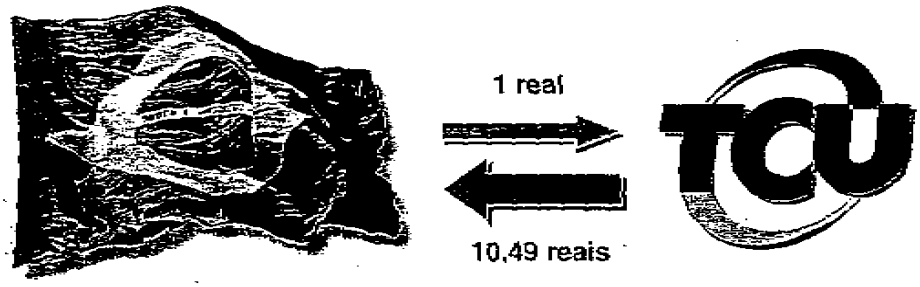
Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No ano, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

Benefício	Valor (R$)
Correção de vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado	3.720.238.803,16
Compatibilização do objeto contratado com as especificações ou com o projeto	3.359.098.392,86
Obras públicas fiscalizadas	2.463.900.000,00
Redução de preço máximo em processo licitatório	1.807.500.252,17
Elevação de preço mínimo para privatização de empresa	379.148.019,61
Elevação da receita	367.931.802,90
Interrupção do pagamento de vantagem indevida	232.321.043,24
Redução de valor contratual	177.340.872,45
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	85.620.000,00
Redução de tarifa pública	67.550.450,00
Glosa ou impugnação de despesa	50.390.970,40
Restituição de recursos ao órgão repassador	12.573.994,69
Elevação da arrecadação	8.259.342,00
Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de programa de governo	5.335.202,23
Compensação financeira	3.660.505,73
TOTAL	12.740.869.651,44

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também, como benefício das ações de controle, os valores das condenações em débito e aplicação de multas (R$ 1.458.804.405,03). O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos benefícios financeiros por tipo de benefício.

O benefício financeiro total das ações de controle, no ano de 2011, atingiu o montante de R$ 14.199.674.056,47, valor 10,49 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (R$ 1.354.248.218,00).



4.9. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no ano de 2011, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas, agrupados por Função de Governo ou área envolvida.

4.9.1. Administração-Geral

TCU avalia eficácia dos programas governamentais presentes no PPA

Com a finalidade de verificar a adequação de programas constantes no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 aos objetivos do Governo, o Tribunal avaliou o trabalho da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento. A equipe técnica do TCU constatou que a qualidade das informações inseridas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan) é deficiente e não reflete a real execução dos programas pelos órgãos responsáveis.

Devido à importância do sistema informatizado para o monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, o TCU determinou a adoção de algumas medidas para aperfeiçoar a operacionalização. O Comitê de Gestão do PPA deverá apresentar plano de ação que contenha medidas visando ao fortalecimento da gestão para resultados e deverá encaminhar ao Tribunal os principais resultados do processo de monitoramento estratégico do PPA, identificando eventuais problemas nas etapas de planejamento e avaliação dos programas do Governo Federal.

O TCU determinou ainda à SPI que encaminhe cronograma de capacitação de servidores envolvidos com a elaboração de programas e indicadores em todas as áreas do Plano Plurianual 2008-2011. (Acórdão nº 117/Plenário, de 26.1.2011, TC 014.899/2009-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Semag).

TCU determinou à Petrobras alteração na forma de indenização por danos sofridos com chuvas

O Tribunal determinou que a Petrobras modifique a metodologia de pagamento de verba de chuva em diversos contratos para a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Verba de chuva é o ressarcimento de valores correspondentes a gastos em decorrência de prejuízos com chuvas e descargas atmosféricas.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e envolve o equivalente a R$ 23 bilhões. De acordo com o relatório do TCU, os valores das indenizações poderiam custar em torno de R$ 300 milhões. Os técnicos do Tribunal constataram que o método utilizado pela Petrobras para o cálculo de verbas indenizatórias é inadequado.

A Petrobras alegou que não haveria por que se preocupar com a imprecisão dos valores previstos para as verbas de chuvas, uma vez que apenas os custos efetivamente incorridos serão pagos como ressarcimento dos valores decorrente da paralisação. A auditoria sustentou que gastos com consumo de combustíveis, óleos lubrificantes e manutenção não devem ser contabilizados quando os equipamentos estão parados. O TCU verificou, ainda, que os critérios utilizados pela Petrobras para o ressarcimento não estão explícitos nos contratos ou nos editais enviados às empresas convidadas a participar das licitações.

O Tribunal determinou que a Petrobras adote outro mecanismo para o cálculo de custos indenizatórios em relação às chuvas. O cumprimento da determinação do TCU pode alcançar uma redução de até 75% no valor das indenizações, um benefício de R$ 225 milhões. (Acórdão nº 271/Plenário, de 9.2.2011, TC 009.758/2009-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 3ª Secob).

TCU constata irregularidades em licitação do Ministério da Justiça

Dois funcionários do Ministério da Justiça (MJ) foram condenados pelo Tribunal por irregularidades em licitação para serviços de informática. Os referidos servidores, à época Coordenadores-Gerais de Tecnologia da Informação e de Logística da Secretaria-Executiva do MJ, também foram individualmente multados. Os gestores foram condenados por terem aprovado a contratação de serviços em bloco, contrariando a Lei 8.666/93, que prevê a divisão do objeto licitado "em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis".

O TCU determinou, ainda, prazo para que o MJ verifique se a empresa contratada, Politec Tecnologia da Informação S/A, pagou percentual superior ao previsto em lei para 13º salário e FGTS dos empregados. O Ministério deverá providenciar a recuperação dos valores cobrados indevidamente pela empresa.

O contrato em questão foi firmado entre o Ministério da Justiça e a então Politec Informática Ltda. para serviços de consultoria, desenvolvimento, manutenção, implantação, suporte e operação de

sistemas, rede corporativa e teleprocessamento. Mas, segundo verificou o TCU, os serviços eram técnica e economicamente passíveis de serem licitados em separado.

Uma das considerações apresentadas pela defesa afirma que não houve divisão em razão de haver risco de se contratar empresas que utilizassem tecnologias divergentes que poderiam não se comunicar bem. Os argumentos foram considerados improcedentes pelo Tribunal, que já havia multado responsáveis do Ministério da Justiça pelo mesmo motivo. Cabe recurso da decisão ao TCU. (Acórdão nº 372/Plenário, de 16.2.2011, TC 003.739/2008-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 6ª Secex).

Ações do Instituto Treinar causam prejuízo de R$ 1,4 milhão

O TCU encontrou irregularidades em parcerias e convênios celebrados entre a União e o Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, sediado em Florianópolis/SC. A Instituição catarinense, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), recebeu recursos para projeto de capacitação de empregadas domésticas, fortalecimento de rede de ONGs geridas e mantidas por negros, e para evento de lançamento do plano nacional de ações integradas para enfrentar o crescimento da AIDS entre mulheres.

Dois dos convênios foram firmados com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e um com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Segundo os relatórios do TCU que tratam do assunto, as irregularidades na gestão envolvem indícios de conluio entre as licitantes, ausência de licitação e uso de comprovantes que não demonstram a aplicação do dinheiro na finalidade dos convênios. Entre os comprovantes estão notas fiscais de churrascarias, lanchonetes, supermercados e bares.

As irregularidades na execução das ações provocaram prejuízos que, somados e atualizados, chegam a mais de R$ 1,4 milhão. O responsável legal pelo Instituto Treinar e as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda., YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda., VK Consulting – Videira & Kuchiniski e Fala Produções foram condenados a devolver os recursos.

O relatório do TCU destaca que as empresas VK Consulting e Logos pertencem ao Diretor-Geral do Instituto Treinar e a sua irmã. A empresa Fala Produções tem como sócia principal pessoa que também possui estreitas relações com o Instituto. Os responsáveis ainda foram multados. Cabe recurso das decisões. (Acórdãos nºs 273, 274 e 275, todos do Plenário, de 9.2.2011, TC nºs 020.737/2008-1, 020.981/2008-0 e 020.988/2008-1, respectivamente, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-SC).

TCU encontra indícios de irregularidades nos sistemas de compras e licitações do Governo Federal

Auditoria do Tribunal identificou indícios de falhas e irregularidades nos principais instrumentos gerenciadores de licitações e compras do Governo Federal. Foram avaliados o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), utilizado para operacionalizar atividades inerentes às contratações, e o Comprasnet, portal de compras do Governo que permite a realização de pregões eletrônicos e o acesso a informações sobre licitações e contratos.

Segundo o relatório do TCU, algumas das informações constantes nas bases de dados dos sistemas não são confiáveis, os controles para inibir a ocorrência de falhas e fraudes não são suficientes e o comportamento inadequado de empresas e de servidores propiciam a ocorrência de fraudes nas licitações, ocasionando possíveis prejuízos ao erário.

A auditoria também identificou, entre outras irregularidades, empresas concorrentes com sócios em comum disputando uma mesma licitação, contratações com quantitativos superiores a 100% do definido em atas de registro de preço, contratações de empresas declaradas inidôneas, contratos firmados com empresas pertencentes a parlamentares e, ainda, contratos firmados com empresas cujos sócios são servidores públicos do próprio órgão contratante.

O Tribunal, com o intuito de melhorar a gestão desses sistemas, determinou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), entre outras deliberações, que implante controles nesses sistemas de forma a evitar algumas irregularidades relacionadas ao registro de preços e ao uso indevido do lance de desempate em pregões por micro e pequenas empresas. (Acórdão nº 1.793/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 011.643/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Sefti).

TCU encontra irregularidades em projeto da BR-101/AL

O Tribunal fiscalizou as obras de conservação e recuperação rodoviária da BR-101 em Alagoas, maior rodovia federal que cruza o Estado. A auditoria constatou falta de embasamento técnico do projeto do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), a partir de irregularidades encontradas em alguns itens.

O TCU avaliou o edital para contratação da empresa encarregada da execução dos serviços e apontou impropriedades como a adoção de níveis de esforços distintos dos recomendados pelo próprio Dnit, a não consideração da duplicação da Rodovia e a adoção de preço de cotação no mercado sem analisar a viabilidade da produção do serviço em usina.

Nos três pontos observados, o Dnit se limitou a analisar questões periféricas, sem apresentar justificativas técnicas capazes de dar suporte aos níveis de esforços adotados. Declarou que não era possível prever as condições futuras da rodovia e apresentou argumentos incompatíveis com a realidade dos fatos.

Segundo o Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, as argumentações do Dnit para justificar as irregularidades encontradas "carecem de fundamentação técnica adequada, por meio de

estudos sérios e com base científica". Além disso, o Órgão utilizou, "de forma injustificada, parâmetros que estão contraditórios com os próprios manuais do Dnit".

O TCU determinou que o Dnit ajuste os quantitativos dos serviços, informe as medidas adotadas e envie estudos técnicos se entender necessária a adoção de outros níveis de esforços. (Acórdão nº 2.012/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 000.868/2011-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU prorroga prazo para substituição de terceirizados irregulares

O Tribunal prorrogou até dezembro de 2012 o prazo para que órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional apresentem o resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares. O TCU fará fiscalizações periódicas com o objetivo de garantir que a determinação seja cumprida dentro do novo prazo e também para identificar possíveis práticas omissas ou comissivas em relação ao assunto.

A decisão foi tomada após monitoramento realizado para verificar o cumprimento de determinação anterior do Tribunal, feita em 2006. O trabalho concluiu que o cronograma de substituição de postos de trabalho na Administração Pública foi parcialmente cumprido por meio da substituição de terceirizados por servidores concursados. (Acórdão nº 2.681/Plenário, de 5.10.2011, TC nº 016.954/2009-5, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: 8ª Secex).

TCU aponta melhorias do Siasg

O Tribunal recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) que revise as formas de apresentação e consulta das informações sobre contratos, em especial as restrições impostas pelos filtros de pesquisa, no sítio ComprasNet (portal de compras do Governo Federal).

A recomendação decorreu de monitoramento realizado pelo TCU para verificar o cumprimento de determinações e recomendações feitas em 2009 para que órgãos e entidades da Administração Pública Federal utilizassem o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg).

Pelo Siasg, é possível cadastrar fornecedores do Governo Federal, o que facilita processos de compras e contratação de serviços, além de propiciar transparência nos atos da Administração. O uso do sistema leva à redução de custos de transação de licitações e aumenta a competição dos processos em âmbito federal. (Acórdão nº 2.854/Plenário, de 25.10.2011, TC nº 017.810/2010-8, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Unidade Técnica: Semag).

TCU determina medidas para aprimorar o Siconv

O Tribunal considerou não cumprido o prazo para implantação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), sistema de informática que permite o acompanhamento online dos convênios, acordos, ajustes, contratos de repasse, entre outros.

Um dos benefícios do Siconv é que o conjunto de informações coletadas e disponibilizadas em meio digital permitirá a fiscalização *online* e simultânea pelo órgão concedente dos recursos públicos, pelos órgãos de controle e pela sociedade. Outra vantagem é a extinção dos processos em papel, pois todas as informações previstas para registro estarão em meio digital.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Augusto Sherman, "a conclusão desse sistema é fundamental, haja vista o alto volume de recursos transferidos mediante transferências voluntárias, que necessitam de controle mais eficiente e de maior transparência". Ele observou que, somente em 2010, as transferências voluntárias atingiram um montante de quase R$ 30 bilhões, sendo que, no mesmo ano, havia 43 mil prestações de contas não analisadas e 2,8 mil não apresentadas.

"A conclusão do Siconv está obstando, inclusive, a adoção do levantamento de recursos humanos e materiais necessários às tarefas envolvidas com a gestão adequada dos convênios", advertiu o Ministro. Ele acrescentou que o TCU já alertou o Poder Executivo para o fato de que os sucessivos atrasos nos cronogramas de implementação do Siconv estão impedindo uma melhor gestão orçamentária desses recursos objeto de transferências voluntárias.

O Tribunal determinou prazo para que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) apresente o cronograma adaptado ao prazo de conclusão do Siconv fixado pela Portaria Interministerial nº 507/2011, ou seja, 01.07.2012. Determinou também aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal listados na decisão que registrem, a partir de 1º de janeiro de 2012, atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse, entre outros instrumentos, no Siconv, condicionando rigorosamente os correspondentes repasses de recursos ao prévio cumprimento dessa determinação. (Acórdão nº 3.304/Plenário, de 07.12.2011, TC nº 000.828/2011-4, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 8ª Secex)

TCU fiscalizará aplicação de recursos do DPVAT

O Tribunal fará auditoria na Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, para verificar a formação e a pertinência dos custos que compõem o prêmio de seguro de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Seguro de natureza

obrigatória e arrecadado anualmente, o DPVAT tem como objetivo ressarcir os danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

A decisão do TCU decorreu de levantamento realizado na Susep, com o fim de conhecer aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e operacionais relacionados à arrecadação e ao emprego de recursos do seguro DPVAT e que identificou irregularidades como despesas incluídas indevidamente na formação da tarifa do seguro. Segundo o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, a diferença entre a receita de prêmios e o volume de indenizações pagas, entre 2006 até 2010, deu um salto da ordem de 470%. "Em 2010 a arrecadação dos prêmios tarifários, suportada pela sociedade, atingiu o montante de R$ 5,7 bilhões, e o volume de indenizações pagas a importância de R$ 2,02 bilhões", exemplificou o Ministro. Outra irregularidade foi o pagamento de despesas judiciais decorrentes de sinistro indevidamente repassadas à Seguradora Líder, gestora do consórcio DPVAT.

O Tribunal fixou prazo para que Susep fiscalize a Seguradora Líder, a fim de verificar a legalidade e adequação das provisões para pagamentos de ações judiciais, promover levantamento das ações referentes a sinistros ocorridos antes da criação do convênio DPVAT e avaliar a adequação das despesas administrativas do consórcio DPVAT, que influirão na formação da tarifa do DPVAT para 2012.

A Susep também deverá fiscalizar a Líder e demais seguradoras participantes dos consórcios DPVAT para verificar se o proprietário de veículo automotor de via terrestre está pagando dois prêmios pelo mesmo objeto segurado, no caso de uso de seguro facultativo.

O Tribunal fixou, também, prazo para que o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) adote medidas para aplicar os 5% do DPVAT - que são destinados ao Órgão exclusivamente – para a previsão de acidentes de trânsito. (Acórdão nº 3.130/Plenário, de 30.11.2011, TC nº 005.624/2011-8, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 9ª Secex).

TCU determina medidas para aprimorar Reidi

O Tribunal constatou que o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) não tem alcançado todos os setores previstos na norma que regulamenta o incentivo fiscal. Auditoria do TCU detectou que o benefício está concentrado principalmente em projetos de energia e transportes em detrimento de projetos de saneamento básico e irrigação.

O Reidi foi criado em 2007 para beneficiar empresas com projetos de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação, com a suspensão da contribuição para o

Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), em determinadas vendas, importações e alugueis destinados aos referidos setores.

A auditoria envolveu a Receita Federal, responsável pela habilitação das empresas no Reidi, os ministérios responsáveis pelos projetos a serem beneficiados e as agências reguladoras dos setores de transporte e energia que também atuam na análise dos projetos. O TCU identificou ausência parcial de regulamentação específica e inexistência de sistemas informatizados para gerenciamento da aprovação de projetos e para a habilitação das empresas beneficiárias. Além disso, não há o acompanhamento dos projetos de infraestrutura incentivados pelo Reidi e nem procedimento para o controle do usufruto do benefício fiscal por parte das empresas beneficiadas.

O Tribunal fez uma série de determinações para aperfeiçoar a legislação e os procedimentos do Reidi, visando aumentar a efetividade da renúncia fiscal, que este ano deve chegar perto de R$ 2 bilhões. (Acórdão nº 3137/Plenário, de 31.11.2011, TC nº 030.315.2010-7, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Semag).

TCU lança novo Sistema de Inidôneos e Inabilitados

O Tribunal disponibilizou em sua página o novo Sistema de Inidôneos e Inabilitados. O sistema apresenta a relação atualizada dos responsáveis declarados inidôneos para licitar e aqueles considerados inabilitados para o exercício de cargo ou função pública.

O novo sistema conta com a vantagem de atualizar as informações em tempo real, o que possibilita a publicação da informação na internet assim que é feita a homologação da situação do responsável.

A implantação dessa nova ferramenta de consulta tem como público-alvo os usuários externos e está disponibilizada na aba do portal dedicada ao cidadão. Essas informações representam importante subsídio para a Controladoria-Geral da União (CGU) e para o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) disponibilizado no Portal da Transparência (http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao).

4.9.2. Defesa Nacional e Segurança Pública

TCU aprova Aeroporto Internacional no Estado do Rio Grande do Norte

O Tribunal aprovou o primeiro estágio da outorga de concessão da construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, futuro aeroporto da região metropolitana de Natal/RN. A licitação é conduzido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O acompanhamento do processo pelo TCU constitui trabalho inédito, destinado a examinar o primeiro projeto de concessão aeroportuária conduzido pelo Poder Executivo Federal.

O exame do Tribunal é realizado em quatro estágios, mediante análise de documentação remetida pela Anac, e tem por objetivo verificar a regularidade, a consistência e a exatidão dos valores, estudos e licenças relativos aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e ambientais que caracterizam a concessão da obra aeroportuária. O Tribunal fez recomendações à Anac e determinou, entre outras medidas, ajustes no edital.

Nessa primeira etapa, foram identificadas oportunidades de melhoria que levaram ao aumento do valor mínimo da outorga para R$ 51,7 milhões, o que equivale a um benefício de R$ 48 milhões. O valor inicialmente proposto era de aproximadamente R$ 3,7 milhões.

Em razão da Copa do Mundo de 2014, a cidade de Natal prepara-se para receber maior fluxo de turistas. Só no ano de 2010, o atual aeroporto que atende a capital potiguar recebeu 2,4 milhões de passageiros, um incremento de quase 30% em relação a 2009. Foram 28.623 aeronaves, 24% a mais em comparação ao ano anterior. Em 2014, quando o novo aeroporto começa a operar, a estimativa é de 3 milhões de passageiros por ano. Ao final da concessão, em 2038, estima-se um fluxo anual de 11,4 milhões de pessoas. (Acórdão nº 939/Plenário, de 13.4.2011, TC nº 034.023/2010-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: 1ª Sefid, 1ª Secob e 8ª Secex).

Tribunal avalia atuação e funcionamento da Anac

A partir de auditoria realizada na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o TCU determinou à entidade que encaminhe plano de ação para concluir a nova regulamentação sobre o acompanhamento econômico-financeiro das empresas prestadoras de serviços aéreos. O objetivo da auditoria é a identificação de pontos relevantes para futuras ações de controle externo no que se refere à regulação exercida pela Anac e ao planejamento do sistema nacional de aviação civil.

Desde a crise de 2006, conhecida como "apagão aéreo", caracterizada por imensas filas em aeroportos brasileiros, o TCU tem dedicado especial atenção ao setor aeroportuário com objetivo de propor medidas capazes de reverter o quadro de estrangulamento do sistema e de suprir deficiências identificadas.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Augusto Sherman, o setor vem, nos últimos anos, sofrendo os impactos de forte ritmo de crescimento da demanda, que não foi acompanhado pelo incremento condizente da infraestrutura aeroportuária, com perda de qualidade dos serviços prestados aos usuários.

O Tribunal determinou que a Anac, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), sob coordenação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, encaminhem ao Tribunal, plano de ação para realização de estudos com o objetivo de identificar a proposição de cronograma de implementação da metodologia a ser utilizada, de forma a permitir a correta responsabilização dos agentes em eventuais casos de deficiência na prestação dos serviços de transporte aéreo.

O TCU também recomendou à Anac que promova estudos para ajustar a estrutura organizacional da Agência, crie um canal de comunicação específico dedicado à ouvidoria e estabeleça forma efetiva e sistemática de fiscalização e monitoramento dos Horários de Transporte (Hotrans), além de adotar ações destinadas a aprimorar pareceres conclusivos emitidos pelos membros da Comissão de Coordenação de Linhas Aéreas Regulares (Comclar).

Além disso, o Tribunal determinou à Anac que encaminhe, assim que concluídos, os estudos do grupo de trabalho criado para avaliar a necessidade de adequações regulamentares normativas e procedimentais relativas à Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC). (Acórdão nº 2.686/Plenário, de 05.10.2011, TC nº 012.342/2008-5, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidades Técnicas: 1ª Sefid, Seprog e 3ª Secex).

TCU inicia auditoria nos aeroportos brasileiros

O Tribunal iniciou auditoria que tem por objetivo avaliar a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Polícia Federal e pela Receita Federal nos aeroportos brasileiros. Trata-se de tema relevante para o País, pelo fato de a fiscalização nos aeroportos ser atividade fundamental para garantir a segurança nacional, seja no controle da entrada e saída de pessoas do País, seja no combate ao tráfico internacional de drogas e à entrada ilegal de produtos.

Além disso, o turismo é atividade econômica de grande importância para o Brasil e pode ser afetada por uma possível má prestação dos serviços oferecidos nos aeroportos brasileiros.

Já se observa que o movimento nos aeroportos brasileiros vem aumentando sensivelmente nos últimos anos, provocando estrangulamento dos serviços relacionados ao controle imigratório do Brasil e à fiscalização de bagagens. Muitas são as reportagens publicadas pela mídia sobre problemas e reclamações observados na prestação desses serviços. É certo, ainda, que a demanda aumentará com os eventos internacionais da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016. (TC nº 026.156/2011-3, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidades técnicas: Seprog e 8ª Secex)

TCU aprova, com ressalvas, estudos para concessões nos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos

O Tribunal aprovou com ressalvas os estudos referentes ao primeiro estágio de concessão dos aeroportos internacionais de Guarulhos, Brasília e Viracopos (Campinas/SP). Na apreciação, o TCU identificou superestimativas nos investimentos alocados para as futuras concessionárias dos três aeroportos, falta de parâmetros objetivos e quantificáveis na minuta contratual para mensurar a utilização das instalações de pista e pátio e ausência de detalhamento adequado das características das obras a serem realizadas, nos Planos de Exploração Aeroportuária.

Em razão dos estudos realizados, o Tribunal alterou os valores mínimos de outorga dos três aeroportos. No aeroporto de Guarulhos, o valor mínimo passou de R$ 2.292 milhões para R$ 3.811 milhões (aumento de 66,3%); em Viracopos, a quantia passou de R$ 521 milhões para R$ 1.739 milhões (aumento de 234% no valor mínimo); e, em Brasília, o valor mínimo, que era de R$ 75,5 milhões, passou para R$ 761 milhões (aumento de 907%).

As quantias serão revertidas ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) e deverão ser aplicadas no desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e na infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil. A responsável pela aplicação desses recursos é a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. No entanto, devido aos riscos associados, o TCU acompanhará a regulamentação do uso desses valores.

Para o Tribunal, o principal objetivo da concessão é a prestação de serviço adequado, o que pressupõe qualidade (regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade) e modicidade das tarifas. Nesse sentido, o Ministro Relator dos processos, Aroldo Cedraz, ressaltou que, "para os cidadãos, além do cálculo adequado do valor mínimo das outorgas, é indispensável que os contratos a serem firmados permitam aos órgãos controladores exigir dos concessionários a adequada qualidade dos investimentos a serem feitos e, principalmente, dos serviços aeroportuários oferecidos aos usuários finais".

O TCU fixou também prazo para que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) encaminhe plano de ação que inclua estabelecimento de padrões de desempenho dos Indicadores de Qualidade de Serviço

para as concessões em exame. Para o regime tarifário, a Anac deverá reverter ganhos de produtividade em favor dos usuários dos serviços aeroportuários. (Acórdãos nºs 3.232, 3.233 e 3.234/Plenário, de 7.12.2011, TC nºs 032.786/2011-5, 032.696/2011-6 e 032.695/2011-0, respectivamente, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU identifica falhas no gerenciamento de ações do Pronasci

O Tribunal identificou irregularidades nos convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, e os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Segundo auditoria do Tribunal, há fragilidade no acompanhamento e fiscalização dos convênios, deficiência na interação entre as ações do Programa, inexistência de critérios para inclusão de jovens e mulheres nos programas Mulheres da Paz e Protejo e execução parcial dos objetivos do convênio. O TCU fiscalizou três ações do Pronasci: Territórios da Paz: Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Projeto Mulheres da Paz e Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

O Programa, criado a partir da necessidade de implementação de políticas voltadas à redução dos índices de violência, destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

Para sanar tais irregularidades, o TCU recomendou à Senasp e à Secretaria Executiva do Pronasci que adotem medidas para normatizar as ações e projetos do Programa, fixando critérios, parâmetros e regras para sua implantação. Recomendou, ainda, que estabeleçam critérios técnicos e específicos para definir o público-alvo e a forma de seleção dos participantes do Protejo. (Acórdão nº 1.672/Plenário, de 22.6.2011, TC nº 023.312/2010-6, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 8ª Secex).

TCU monitora ações da Defesa Civil para socorro e prevenção de desastres

Monitoramento realizado pelo Tribunal detectou falhas no acompanhamento de recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional a estados e municípios para programas de prevenção a desastres. Esse monitoramento foi realizado em complemento a uma auditoria de 2010. À época, o Senado Federal solicitou ao TCU que avaliasse os principais fatores que dificultavam a atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) nas ações de prevenção e resposta aos desastres.

Já a auditoria mais recente foi realizada a pedido do Ministério da Integração em razão do desastre climático ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, e teve como objetivo avaliar não só as ações de Defesa Civil, mas também as mudanças ocorridas na legislação sobre a transferência de recursos federais.

O TCU constatou que alterações ocorridas na legislação que rege a transferência de recursos tornaram o mecanismo de repasse mais flexível e rápido. Por isso, foi destacada necessidade de fiscalização efetiva, por parte do Ministério, para assegurar a correta aplicação dos recursos federais. A ausência de acompanhamento eficaz deixa vulnerável a transferência de recursos nos programas contra desastres e a ausência de normatização gera subjetividade na classificação das ações da Defesa Civil.

Também foi apontada a necessidade de reestruturação da Sedec, tendo em vista que a carência de recursos humanos na Secretaria, verificada pelo Tribunal em 2010, permanece e prejudica o acompanhamento dos processos em execução, bem como a análise tempestiva das prestações de contas.

O TCU determinou ao Ministério da Integração que elabore normativo que oriente os entes federados quanto à distinção entre as denominadas "ações de resposta" (socorro e assistência às vítimas), "ações de reconstrução" (resposta aos desastres e reconstrução) e "ações de prevenção". (Acórdão nº 1.781/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 000.741/2011-6, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Seprog).

TCU avalia ações governamentais de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres

O Tribunal iniciou auditoria operacional para avaliar as iniciativas governamentais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

A auditoria foi motivada por representação do Ministério Público junto ao TCU, que identificou a necessidade de avaliar o atual estágio da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A iniciativa considerou diversos relatos de falhas no atendimento e na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e o dever constitucional do Estado de defender os direitos humanos referentes à vida, à integridade física e à liberdade. O relator do trabalho é o Ministro Aroldo Cedraz. Unidades Técnicas envolvidas na auditoria: Seprog, 6ª Secex e as Secex dos estados do AP, BA, CE, ES, MS, PA, RJ, SP e TO.

TCU encontra sobrepreço em obras de cadeias públicas

O Tribunal identificou irregularidades nos contratos firmados entre o Estado do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal para a construção de cadeias públicas nas cidades de Ceará Mirim e Macau.

Relatório do TCU identificou, em ambos os contratos, projeto básico incompleto e preços excessivos em relação ao mercado, resultando em sobrepreço de R$ 728,8 mil. O Tribunal também constatou que os critérios de habilitação nas obras da cadeia de Ceará Mirim estavam em desacordo com a Lei de Licitações. A Secretaria da Justiça e Cidadania e a Secretaria de Infraestrutura são responsáveis pela aplicação dos recursos e pela fiscalização e contratação das obras.

Por esses motivos, o TCU determinou prazo para que as referidas secretarias e Caixa apresentem justificativas acerca das irregularidades apontadas. A empresa M&K Comércio e Construções Ltda., contratada para execução das obras, deverá apresentar justificativa para o sobrepreço apontado. (Acórdãos nºs 1.883 e 1.884/Plenário, de 20.7.2011, TC nº 011.664/2011-8 e nº 011.665/2011-4, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU identifica falhas nas ações de reconstrução de municípios atingidos por enchentes/PE

O Tribunal constatou irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional ao Governo do Estado de Pernambuco para atender a 41 municípios na região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.

Auditoria do TCU apontou despesas executadas em desacordo com os planos de trabalho dos termos de compromisso, falhas nas composições de preços de serviços de transporte de material e no controle da remuneração financeira dos recursos repassados; deficiências no processo de fiscalização e de controle de qualidade das obras; além de falhas de atestação de despesas e de organização documental.

O trabalho do Tribunal teve por objetivo avaliar a atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) em relação ao Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução, e analisar aspectos relativos aos critérios de distribuição de recursos para prevenção de desastres.

Segundo o Ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo, agilidade e desburocratização na transferência e aplicação dos recursos federais são necessárias à tempestiva ação governamental e a preocupação com o controle da aplicação dos recursos é aspecto essencial da gestão.

Para sanar as falhas constatadas, o TCU determinou prazo à Sedec do Ministério da Integração Nacional para que informe o resultado da análise das alterações propostas pelo Governo do Estado de Pernambuco e também determinou ao Comitê Gestor da Operação de Reconstrução de Pernambuco que avalie a composição de preços e, caso necessário, faça a devida correção baseada na tabela do Sistema de Preços, Custos e Índices (Sinapi). (Acórdão nº 1.790/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 019.362/2010-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-PE).

4.9.3. Desporto e Turismo

TCU identifica irregularidades em licitação da Embratur para divulgar Brasil no exterior

A política nacional de turismo, que inclui promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, é feita pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que pertence ao Ministério do Turismo.

O Tribunal realizou auditoria no Instituto e encontrou indícios de irregularidades na licitação destinada à contratação de serviços de consultoria e execução de relações públicas e assessoria de imprensa para divulgar o Brasil no exterior como destino turístico.

Uma contratação para divulgação do Brasil no exterior se torna ainda mais relevante diante da aproximação da Copa do Mundo. A licitação envolve cerca de R$ 40 milhões, que representam 17% do orçamento geral da Embratur para 2011.

As irregularidades encontradas, além de poderem representar riscos à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa, poderiam também configurar prejuízos à fiscalização e ao acompanhamento do contrato. Chamou a atenção a previsão de contratação de serviços de artistas, atletas ou qualquer personalidade que, a princípio, não têm relação com os serviços de consultoria, assessoria de imprensa ou relações públicas.

O TCU determinou à Embratur que, ao demandar a contratação de artistas, atletas ou qualquer personalidade, demonstre a relação do serviço pretendido com o objeto da contratação e, além disso, explicite as razões pelas quais eles não poderiam ser realizados sem a intermediação da empresa vencedora. (Acórdão nº 608/Plenário, de 16.3.2011, TC nº 020.598/2010-6, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex).

TCU incentiva transparência em atos do Ministério do Turismo

A transparência é um dos maiores compromissos da administração pública com os cidadãos. Por isso, tanto na Constituição Federal como em inúmeras leis há a previsão de publicidade dos atos. Isso quer dizer tornar públicas as ações realizadas pelo Governo, diminuindo, assim, a chance de ocorrer fraudes, corrupção ou outros atos ilícitos.

Para colaborar com essa política, o Tribunal determinou ao Ministério do Turismo que na celebração de convênios, especialmente quando se tratar de objeto estratégico para o setor de turismo do País, realize o chamamento público, previsto em Portaria Interministerial, de modo a selecionar o parceiro

mais apto a cumprir o objeto, a partir de critérios técnicos e objetivos para medir a qualificação técnica e a capacidade operacional.

A determinação ocorreu após o Tribunal identificar irregularidades analisando convênio realizado pela Secretária Nacional de Turismo, que aprovou o Plano de Trabalho do referido acordo sem que o interesse recíproco dos participantes estivesse evidenciado.

Além disso, foi autorizada pela mesma Secretaria a realização de estudos e pesquisas abrangendo todas as cidades candidatas a sediar a Copa do Mundo de 2014, antes mesmo da definição oficial de quais cidades seriam escolhidas, resultando na produção de informações que não foram utilizadas. O TCU cobrou explicações dos responsáveis, sujeitando a multa os que não cumprirem com as determinações do Tribunal. (Acórdão nº 2.163/2ª Câmara, de 5.4.2011, TC nº 016.324/2009-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex).

TCU identificou evidências de fraude em convênio do Ministério do Turismo

O Tribunal verificou irregularidades graves em convênio celebrado entre entidades privadas e o Ministério do Turismo (MTur), destinado ao cumprimento de estudos e pesquisas sobre logística no turismo no Estado do Amapá. Segundo o Ministro Augusto Nardes, relator do processo, foram apuradas "fortes evidências da ocorrência de fraudes nos procedimentos de contratação das empresas".

Presença de entidade privada sem qualificação técnica e sem capacidade operacional, ausência de fiscalização dos recursos aplicados, ausência de prestação de contas e falta de comprovação de execução dos serviços conveniados são algumas das impropriedades identificadas pelo Tribunal.

O TCU observou também indícios de existência de arranjo entre a Cooperativa de Negócios e Consultoria Jurídica (Conectur) e outras empresas envolvidas devido à relação de parentesco e ao direcionamento das contratações. Além disso, os recursos públicos destinados à Conectur não foram aplicados corretamente, o que gerou prejuízos aos cofres públicos.

Os responsáveis deverão apresentar justificativas para as irregularidades, ou recolher os valores referentes ao dano causado. O Tribunal determinou, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens dos responsáveis pelo período de um ano. Determinou, ainda, prazo ao Banco do Brasil para que disponibilize cópias dos documentos que identificam os responsáveis por depósitos e retiradas da conta bancária do referido Convênio. (Acórdão nº 2.141/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 006.542/2011-5, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AP).

TCU suspende repasses entre MTur e Ibrasi

O Tribunal suspendeu a execução do convênio entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi) para ações de fortalecimento da cadeia produtiva de turismo no Amapá. O Ibrasi não deverá receber repasses de recursos até que o TCU decida, de forma definitiva, sobre as irregularidades encontradas. Também não deverá utilizar qualquer parcela dos R$ 4 milhões já liberados. A Caixa Econômica Federal, ainda segundo a decisão do TCU, deverá bloquear de imediato saque ou transferência desse montante ou de qualquer outra parcela recebida.

O convênio, no valor de R$ 5,5 milhões, foi celebrado com entidade privada sem qualificação técnica para gerir o acordo. O Tribunal verificou inexistência ou insuficiência de fiscalização e ausência de registro de dados sobre a execução do convênio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sincov).

As informações apresentadas ao TCU não justificaram ou sanearam as irregularidades. Os responsáveis serão ouvidos novamente e deverão apresentar razões de justificativa para as irregularidades apontadas. (Acórdão nº 2.066/Plenário, de 10.8.2011, TC nº 005.361/2011-7, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AP).

TCU determina levantamento de convênios do Ministério do Turismo

O Tribunal realizará levantamento para identificar convênios do Ministério do Turismo firmados entre 2008 e 2011 voltados a ações de desenvolvimento ou capacitação na área turística do Brasil. Caso sejam encontrados indícios de irregularidades, o TCU deverá realizar auditoria.

Os ministros do TCU aprovaram proposta do relator Augusto Nardes, formulada em razão de irregularidades graves constatadas em três convênios do Ministério para capacitação de pessoal e de acontecimentos noticiados desde a realização da Operação Voucher, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) com apoio do Ministério Público Federal (MPF). Dentre as irregularidades encontradas pelo TCU e outros órgãos de controle estão contratação de entidades sem condições técnicas operacionais, direcionamento e fraude nas contratações e pagamento antecipado de serviços.

A partir das fiscalizações do TCU e dos fatos noticiados, o Ministro Augusto Nardes constatou que as irregularidades não foram notadas apenas na execução dos três convênios examinados e que não se trata de casos isolados. (Comunicação em Plenário, em 17.8.2011, pelo Ministro Augusto Nardes, relator da matéria, Unidades técnicas: Adplan e 5ª Secex)

TCU recomenda melhorias no apoio ao esporte de alto rendimento

O Tribunal identificou falhas que comprometem o sucesso das ações de apoio ao Esporte de Alto Rendimento, voltado a resultados e a competições nacionais e internacionais. Auditoria realizada pelo TCU constatou precariedade das estruturas de treinamento, falhas nos programas de apoio financeiro e inexistência de um sistema nacional para identificar talentos esportivos.

A concessão de Bolsa-Atleta foi a ação que mais utilizou recurso dentre as ações estruturantes do Programa. A bolsa tem o objetivo de auxiliar com uma quantia mensal o desenvolvimento de atletas que não possuem patrocínio. Porém, não alcança atletas de base, geralmente os mais necessitados de apoio financeiro. Outras ações consideradas importantes para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no País apresentam financiamento descontínuo e baixa ou nenhuma execução, como no caso das ações para fomento à infraestrutura.

Segundo a auditoria, faltam incentivos e oportunidades para a prática esportiva. Escolas públicas não possuem estrutura e é "notável" a deficiência na formação de professores. Nos clubes, as limitações estão ligadas ao custo para a população se associar e ao grau de endividamento em que se encontram alguns dos principais clubes brasileiros, o que contribui para uma redução nos investimentos em modalidades olímpicas.

A auditoria verificou ainda carência de um instituto governamental específico de pesquisa para o esporte e apoio multidisciplinar para os atletas de alto rendimento. Há apenas um projeto interinstitucional conhecido como Rede de Centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp), que possui baixa articulação com confederações e federações do esporte.

Entre as recomendações do TCU à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) para adequar as ações ao objetivo do Programa, destaca-se a elaboração e a implementação de um plano nacional para universalizar a iniciação à prática esportiva, a estruturação de plano estratégico para o direcionamento dos recursos disponíveis à Rede Cenesp e a ampliação da cobertura do Programa Bolsa-Atleta.

Essas e outras recomendações buscam garantir maior efetividade às ações de detecção de atletas de alto rendimento no Brasil, aperfeiçoamento do processo de concessão do apoio financeiro prestado ao atleta por meio da bolsa, estruturação de sistema de apoio ao pós-carreira do atleta e melhoria das condições de infraestrutura de treinamento existentes. (Acórdão nº 357/Plenário, de 16.2.2011, TC 003.701/2010-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas nas ações gerenciais para a Copa do Mundo de 2014

O Tribunal identificou falhas nas ações gerenciais do Ministério do Esporte para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Segundo relatório do TCU, a matriz de responsabilidades encontra-se desatualizada no que se refere a prazos e valores de diversas obras de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos.

A matriz de responsabilidades, instrumento indispensável ao conhecimento dos cronogramas críticos do evento, foi criada para dimensionar e consolidar as previsões de gastos nas três esferas de governo e possibilita visão geral das fontes de financiamentos utilizadas na execução de todos os projetos para os jogos.

Segundo o Ministro Valmir Campelo, relator dos processos que envolvem o mundial, a não-contemplação de todos os gastos em um único documento representa riscos para a realização bem-sucedida do evento. Por essas razões, o TCU alertou o Ministério do Esporte que essa situação põe em xeque o necessário dimensionamento das medidas ainda faltantes para a viabilização da Copa.

O TCU determinou, ainda, prazo ao Ministério para que encaminhe relação contendo a descrição das ações do segundo ciclo de planejamento do mundial, com a especificação das etapas, valores e responsáveis e os respectivos cronogramas das ações. O Ministério deverá encaminhar, bimestralmente, relatório da implementação e execução físico-financeira das ações do primeiro, segundo e terceiro ciclos de planejamento. (Acórdão nº 1.592/Plenário, de 15.6.2011, TC nº 023.291/2010-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU fiscaliza V Jogos Mundiais Militares

O Tribunal identificou irregularidades na gestão dos V Jogos Mundiais Militares, também conhecidos como Jogos da Paz, realizados em julho deste ano, no Rio de Janeiro.

Os principais dados médios de planejamento dos jogos levam em consideração 60 áreas esportivas e de apoio; 1.206 apartamentos residenciais; 5.700 trabalhadores voluntários, civis e militares; 18 eventos simultâneos; 450 veículos de transporte coletivo; 25.000 refeições diárias.

Auditoria do TCU verificou incompatibilidade entre o planejamento orçamentário e a execução financeira das obras das vilas olímpicas, emissão de empenhos elevada e com falta de clareza na descrição, contratações com dispensas de licitações e ausência de incorporações de bens adquiridos.

O Tribunal determinou prazo para que o Ministério da Defesa verifique a regularidade da execução das despesas dos jogos e também comprove o devido registro de incorporação patrimonial dos bens adquiridos.

De acordo com o relator do processo, Ministro Walton Alencar Rodrigues, a iniciativa de fiscalização sobre o empreendimento justifica-se pela magnitude dos recursos federais envolvidos, estimados atualmente em cerca de R$ 1,5 bilhão, e pela importância do evento para a projeção do Brasil no cenário mundial de esportes olímpicos. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.443/Plenário, de 1.6.2011, TC nº 029.738/2010-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU solicita balanço dos Jogos Militares ao Ministério da Defesa

O Tribunal determinou ao Ministério da Defesa que encaminhe balanço de cada um dos projetos de infraestrutura física relacionados aos jogos mundiais militares realizados em julho deste ano no Rio de Janeiro, bem como quadro demonstrativo de descentralização de créditos orçamentários destinados ao evento esportivo.

A menos de dois meses do início da quinta edição dos jogos, o TCU constatou baixa realização das despesas referentes a diversas áreas estratégicas para a concretização das competições, o que pode ter causado superestimativa de custos. As determinações do Tribunal buscam conferir se os saldos orçamentários das atividades foram efetivamente revertidos aos jogos.

O TCU recomendou ao Ministério que, caso decida utilizar os créditos orçamentários remanescentes do evento em despesas diferentes das originalmente previstas, obtenha prévia autorização legislativa. (Acórdão nº 2.157/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 002.649/2011-0, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU encontra indícios de sobrepreço na locação de bens móveis para os V Jogos Mundiais Militares

O Tribunal determinou ao Ministério da Defesa a retenção de pagamento do saldo contratual referente à locação de móveis utilizados para equipar as vilas olímpicas do Exército, Marinha e Aeronáutica, durante a realização dos V Jogos Mundiais Militares. Os jogos foram realizados no Rio de Janeiro, em julho de 2011.

Em auditoria, o TCU detectou indícios de superfaturamento e de sobrepreço no contrato, calculados, juntos, em mais de R$ 4 milhões. O Tribunal solicitou que o Comitê de Planejamento Operacional Rio 2011 e que a Base de Apoio Logístico do Exército se manifestem quanto às irregularidades constatadas. (Ata nº 38/Plenário, de 14.9.2011, TC nº 029.040/2011-6, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU acompanha ações gerenciais para a Copa do Mundo de 2014

Monitoramento feito pelo Tribunal constatou que foi cumprida apenas metade das determinações feitas em 2010 para minimizar possíveis riscos para a execução da Copa do Mundo de 2014. Foram avaliados os riscos a que o evento está sujeito nas áreas de construção e reforma dos estádios, infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana, bem como na sistemática de gerenciamento dessas ações pelo Governo Federal.

Segundo relatório do TCU há fragilidade quanto às informações gerenciadas pelo sítio do Ministério do Esporte. Em alguns temas, como meio ambiente e turismo, as informações constantes na página do Órgão carecem de dados acerca das decisões já tomadas em cada área de atuação.

Além disso, verificou-se que das 54 operações de mobilidade urbana, 17 ainda não possuem contratos de financiamento assinados. De acordo com a Caixa Econômica Federal, alguns empreendimentos não têm sequer projeto básico concluso.

O TCU recomendou ao Ministério do Esporte que disponibilize em sua página na internet as atas das reuniões e as deliberações tomadas no âmbito das câmaras temáticas criadas dentro da estrutura de governança da Copa. (Acórdão nº 2.000/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 028.888/2010-3, Relator: Valmir Campelo, Unidade Técnica: Seprog).

TCU avalia financiamento das obras do Estádio Fonte Nova na Bahia

Auditoria realizada pelo Tribunal detectou que investimentos relacionados a obras de acesso ao Estádio Octávio Mangabeira (Arena Fonte Nova), em Salvador/BA não estão inseridas na Matriz de Responsabilidades para a Copa de 2014. O TCU está acompanhando a concessão de crédito firmada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Estado da Bahia para as obras no estádio, onde serão realizados jogos do mundial de 2014.

O modelo de contratação para intervenções no estádio foi a Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo do Estado da Bahia e a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Fonte Nova Negócios e

Participações S.A. (FNP). A Entidade é formada pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestruturas Ltda. e a Construtora OAS Ltda. Os investimentos na Fonte Nova superam os R$ 714 milhões.

De acordo com a auditoria do Tribunal, as obras de acesso são igualmente necessárias para o adequado funcionamento e operação do estádio. O Ministro Valmir Campelo, relator do processo, destaca que a inclusão na matriz de responsabilidade de todas as ações necessárias à realização bem-sucedida da Copa é condição primeira para a identificação dos caminhos críticos necessários à conclusão tempestiva das obras para o mundial.

O TCU alertou o Ministério do Esporte quanto à necessidade de que os investimentos relacionados à acessibilidade urbana da Arena Fonte Nova passem a integrar a Matriz de Responsabilidades para a Copa de 2014. O Tribunal também acompanhará o contrato de financiamento a ser realizado entre a FNP e o Banco do Nordeste com vistas à demolição e reconstrução do referido estádio. Cabe ao Tribunal analisar os procedimentos de contratação de crédito e a verificar a adequação e a suficiência das garantias. Já a fiscalização da aplicação dos recursos obtidos para as obras cabe aos tribunais de contas dos estados e dos municípios. (Acórdão nº 1.794/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 026.869/2010-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 9ª Secex).

Atuação do TCU reduz custo da reforma do Maracanã

O Tribunal, ao analisar os orçamentos da reforma do estádio Mário Filho (Maracanã), reduziu em R$ 97 milhões o custo da obra, que agora está estimada em R$ 859 milhões. Com orçamento inicial de R$ 705 milhões, a obra originalmente não previa a demolição da cobertura do estádio, o que levou o Governo do Rio a elaborar outro projeto, que alcançou R$ 956,8 milhões.

Ao ser questionado pelo TCU em relação ao aumento de mais de R$ 250 milhões, o Governo do Rio apresentou como justificativa a reconstrução da cobertura do estádio. Após as análises dos auditores do Tribunal e da Controladoria-Geral da União (CGU), foram feitas correções no orçamento, até se obter o montante de R$ 859 milhões.

Com a redução ou o aumento em alguns itens, o Tribunal identificou sobrepreço de 2,08% do total contratado que, de acordo com o Ministro Valmir Campelo, relator do processo, "pode ser considerado inexpressivo, em face do valor total analisado".

A reforma recebe recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que está autorizado a repassar até R$ 400 milhões para a obra. No entanto, o Banco só pode liberar parcelas acima de 20% do valor total do empréstimo, caso o projeto apresente os custos detalhados da obra e a definição de métodos e prazos para sua execução.

Quanto ao Portal de Acompanhamento da Copa (www.copatransparente.gov.br), o TCU reforçou ao BNDES e ao Governo do Rio que a alimentação contínua do *site* é condição para o regular fluxo de recursos aos financiamentos do Programa ProCopa Arenas. (Acórdão nº 2.333/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 015.231/2011-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: 9ª Secex e 1ª Secob).

TCU identifica risco de atrasos em obras para a Copa do Mundo de 2014

O Tribunal avaliou os riscos de atraso na conclusão das obras de mobilidade urbana, construção e reforma dos estádios e infraestrutura aeroportuária, consideradas imprescindíveis à realização da Copa do Mundo de 2014. Diante da proximidade das datas de entrega dos trabalhos, o TCU recomendou aos Ministérios do Esporte, Turismo, Cidades, a Casa Civil e a Infraero que acompanhem os problemas encontrados.

Grande parte dos contratos para as obras de mobilidade urbana nem sequer foram assinados, assim como algumas obras aeroportuárias com previsão de término para o último trimestre de 2013 ainda não foram contratadas. Existem também investimentos no entorno dos estádios, necessários à acessibilidade das arenas, que não foram incluídos na Matriz de Responsabilidades do evento.

O Ministério do Turismo deverá entregar, no prazo de 30 dias, a previsão de oferta dos hotéis para receber os turistas durante os jogos e, se possível, a estimativa de investimentos, com os prazos de início e conclusão, além dos valores aplicados e das linhas de crédito.

O Tribunal determinou ao Ministério do Esporte que preste esclarecimentos quanto à desatualização da matriz de responsabilidades, no que se refere aos prazos e valores de todas as obras dos estádios que receberão os jogos. Até o momento, as intervenções do TCU já proporcionaram um benefício de quase meio bilhão de reais. (Acórdão nº 3.134/Plenário, de 30.11.2011, TC nº 028.253/2011-6, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: 1ª Secex, 2ª Secex, 9ª Secex, Secex-MT, Secex-CE, Secex-AM, Secex-PE, Secex-PR, 1ª Secob e Adplan).

TCU fiscaliza convênios do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte

Encontra-se em andamento no âmbito do Tribunal auditoria que tem por objetivo apurar irregularidades em convênios do Programa Segundo Tempo, celebrados entre o Ministério do Esporte e a ONG "Pra Frente Brasil" (anteriormente denominada "Bola pra frente").

A referida auditoria foi determinada pelo Acórdão nº 1.097, de 27.4.2011, em virtude de denúncias anteriores veiculadas pela imprensa, bem como por representações do Ministério Público junto ao TCU e de parlamentares. A fiscalização do Tribunal visa, além de apurar as irregularidades denunciadas, analisar procedimentos de celebração, fiscalização e aprovação de contas de convênios firmados no âmbito do Programa Segundo Tempo, que tem mais de R$ 259 milhões de dotação orçamentária para 2011.

Ressalte-se que o TCU tem atuado na fiscalização do referido Programa, desde sua inclusão no PPA 2004-2007. Ainda em 2004, foi realizada fiscalização com objetivo de conhecer as políticas públicas de apoio e incentivo ao desenvolvimento do esporte. Na ocasião, o Tribunal determinou a realização de auditoria no Programa Segundo Tempo, a qual foi apreciada por meio do Acórdão n. 214/2006, sendo expedidas diversas recomendações aos órgãos gerenciadores do Programa, objetivando seu aperfeiçoamento, o que foi, ainda, objeto de monitoramentos por parte do TCU. (Acórdãos 704, de 2004; e 214, de 2006)

Além disso, também estão em tramitação fiscalizações destinadas a examinar a regularidade de repasse de recursos federais para Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em especial no que se refere ao Programa Segundo Tempo. (Comunicação em Plenário do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, em 19.10.2011, TC nº 012.710/2011-3, Unidade técnica: 6ª Secex).

4.9.4. Educação

TCU fiscaliza Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Para reintegrar jovens, entre 15 e 29 anos, ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Com a finalidade de verificar a eficácia desse programa, o Tribunal realizou auditoria em 14 municípios que o executaram. O trabalho do TCU avaliou a regularidade da gestão e da execução do Programa e verificou a eficiência das ações de supervisão e fiscalização dos órgãos que o coordenam.

O Programa é constituído por quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo. A auditoria do TCU constatou falhas como baixa frequência de execução de fiscalização, ausência de procedimentos padronizados, falta de planejamento das ações e não-circulação de informação entre os órgãos centrais e os estados sobre os trabalhos realizados.

Para corrigir tais falhas, o Tribunal determinou à Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS) que elabore plano de ação contendo dados relativos à frequência dos alunos do Projovem Adolescente, para o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais adotados.

O TCU também determinou à SNAS que implemente mecanismos de controle impeditivos do acesso e da permanência no Programa de jovens que não atendam aos critérios de elegibilidade especificados na respectiva legislação. (Acórdão nº 488/Plenário, de 23.2.2011, TC nº 019.571/ 2009-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU analisa procedimentos relacionados à realização do Enem

Em agosto, o Tribunal determinou, por medida cautelar, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) suspendesse pagamentos à Fundação Universidade de Brasília (FUB), contratada para prestar os serviços destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A decisão foi devido a indício de que o valor estimado para a aplicação do exame seria três vezes superior ao gasto em 2010 e por constatar que a contratação da FUB foi realizada sem licitação.

Posteriormente, o TCU autorizou o Inep a liberar pagamentos à Fundação para realização do Enem. No entanto, o Tribunal apurou que as informações trazidas pelo Inep apontam que o custo do Enem 2011 é superior em 30%. Para o relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, esse percentual deve-se ao fato de que o Inep teve de investir na área de segurança e sigilo do exame. Caso ainda assim haja sobrepreço, os valores poderão ser compensados em 2012, no decorrer da execução do contrato.

A decisão do TCU considerou que a suspensão dos pagamentos do contrato celebrado poderia comprometer o Enem 2011, tendo em vista as várias etapas executadas e a inscrição confirmada de 5,3 milhões de estudantes. (Ata nº 34/Plenário, de 17.8.2011 e Ata nº 38/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 004.055/2011-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU avalia ações da educação profissional

No período, teve início auditoria nas ações de ensino técnico profissionalizante. A fiscalização tem por objetivo avaliar o desempenho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no que se refere à seleção/oferta de cursos e interação com os arranjos produtivos locais, utilização/ociosidade da estrutura física, disponibilidade do corpo docente, políticas de acesso de alunos, políticas de permanência do aluno e acompanhamento da qualidade dos cursos ofertados. O trabalho abrange instituições sediadas nos estados de MG, ES, PE, RJ, RS e SP.

Vislumbra-se grande oportunidade na realização desta auditoria, pois segundo informações no site do Ministério da Educação, a rede federal de educação profissional está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1990 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no País. Nos últimos sete anos, porém, o Ministério da Educação já entregou à população várias unidades das 214 previstas no plano de expansão da rede federal. Em 2010, o número de escolas deveria ultrapassar as 354 unidades previstas, com 500 mil vagas em todo o País.

Considerando as ações orçamentárias que tratam do funcionamento e da expansão da rede federal, o total de recursos liquidados em 2010 foi de R$ 2,93 bilhões. (TC nº 026.062/2011-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidades técnicas: Seprog e Secex MG, ES, PE, RJ, RS e SP)

4.9.5. Energia

TCU contribui para que energia elétrica chegue a famílias de áreas isoladas do País

Muitas famílias no interior do Brasil vivem isoladas e sem acesso à energia elétrica. Para tentar acabar com essa exclusão, há alguns anos o Governo Federal está implementando o "Luz para Todos". De 2003 até 2010, esse Programa beneficiou mais de 13 milhões de moradores que vivem no meio rural.

No entanto, o Tribunal verificou que ainda é preciso atender milhares de outras famílias. No início do Programa a meta referente à quantidade de famílias que seriam beneficiadas foi baseada no censo do IBGE de 2000. Porém, na época, muitas famílias não foram contempladas, o que obrigou o Governo a ampliar o Projeto e consequentemente estabelecer novos prazos.

O TCU realizou auditoria no Programa e constatou que 28% da meta inicialmente estipulada estão pendentes, sendo que a região Norte possui a maior deficiência. Isso significa que pelo menos 830 mil famílias ainda estão sem energia elétrica.

Para a execução das obras nas residências atendidas, foram utilizados aproximadamente R$15 bilhões. Esses recursos são, em sua maioria, provenientes das tarifas de energia pagas pelos consumidores em todo o País, mais um motivo para uma minuciosa atuação regulatória. O Tribunal determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, melhore os métodos de fiscalização.

O TCU determinou, ainda, a atuação dos órgãos e instituições envolvidas, como o Ministério de Minas e Energia e a Centrais Elétricas Brasileiras, de modo a aperfeiçoarem o planejamento de suas ações, bem como possibilitar o efetivo atendimento da universalização, sem que ocorram impactos tarifários indevidos. (Acórdão nº 371/Plenário, de 16.2.2011, TC 028.492/2007-5, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU acompanha leilão e concessão da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio

A energia é um bem que tem se mostrado cada vez mais importante no dia a dia. Para garantir o fornecimento de energia elétrica, o Brasil tem procurado novas fontes. Uma delas virá da construção da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, que faz parte do Complexo do Rio Madeira em Porto Velho/RO e que também inclui a Hidrelétrica Jirau.

Trata-se de um empreendimento estratégico para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com potência instalada de 3.150 MW. Os investimentos inicialmente previstos são de R$ 9,5 bilhões e a previsão para início de operação é em 2012. O valor da tarifa de energia oriunda dessa usina impacta diretamente milhares de consumidores no País.

O Tribunal acompanhou o leilão e a concessão de uso de bem público para exploração e aproveitamento hidrelétrico pela empresa vencedora. Depois de estudos detalhados das quatro etapas, o TCU aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do acompanhamento do Leilão 005/2007 e aprovou, plenamente, os demais estágios.

As recomendações emitidas pelo TCU e que foram acatadas possibilitaram um ganho efetivo do controle da ordem de R$ 345 milhões em 5 anos. A tarifa teto do leilão passou de 130 R$/MWh para 122 R$/MWh. A atuação do Tribunal contribuiu não somente para o aperfeiçoamento desse leilão, mas também dos leilões de geração que o sucederam, como Jirau e Belo Monte. (Acórdão nº 373/Plenário, de 16.2.2011, TC 021.731/2007-4, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU verifica desvio de combustíveis

O Tribunal fiscalizou a Companhia de Energia do Amazonas (CEAM) e a Manaus Energia S.A. para averiguar desvio de combustíveis pagos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL). Tais recursos são administrados pela Eletrobrás e têm como finalidade o reembolso de parte das despesas com combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em favor de usinas localizadas em regiões isoladas.

A auditoria do TCU apontou divergência elevada entre o estoque físico informado pelo operador da usina e o apropriado no sistema de informatização com base nas notas fiscais emitidas para faturamento, fato de conhecimento da Eletrobrás; divergências nas planilhas mensais de controle de combustíveis informadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); pagamentos de combustíveis feitos pelo total emitido na nota fiscal sem conferência das quantidades entregues nas usinas; não-entrega de parte do volume de óleo enviado pela Petrobrás Distribuidora e ausência de manutenção em equipamentos das usinas termelétricas.

Para corrigir tais irregularidades, o TCU determinou à Manaus Energia S.A. que reduza ou elimine o déficit causado pelos desvios e fraudes de energia elétrica; adote providências junto aos seus funcionários, em especial, àqueles responsáveis pelo recebimento, guarda e administração do óleo diesel destinado às suas usinas; e que efetue a manutenção de equipamentos das usinas termelétricas. (Acórdão nº 671/Plenário, de 30.3.2011, TC nº 017.225/2006-5, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AM).

TCU fez determinações para aprimorar sistema de custos do setor energético

O Tribunal determinou prazo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que comprove a utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi) como referência de custos para serviços. A Agência também deverá justificar os casos nos quais julgue inadequada a adoção desse sistema.

A decisão do TCU estabelece, ainda, que a Aneel detalhe o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) incidente sobre o total parcial do orçamento de construções civis e verifique eventuais cobranças em duplicidade.

De acordo com o Ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo, as determinações têm o objetivo de aperfeiçoar as sistemáticas de custos utilizados na elaboração dos orçamentos de geração e transmissão de energia pela Aneel e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O TCU recomendou à Empresa de Pesquisa Energética que disponibilize, em seu sítio eletrônico, o Sistema Informatizado de Orçamentação de Usinas Hidrelétricas e que analise os preços dos insumos coletados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), de forma a adequá-los aos preços de mercado constantes nos sistemas Sinapi e Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). (Acórdão nº 1.140/Plenário, de 4.5.2011, TC nº 029.178/2007-4, Relator: Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU identifica deficiências na Comissão Nacional de Energia Nuclear

Ao monitorar o cumprimento das deliberações expedidas nos Acórdãos 519/2009 e 1.904/2010, ambos do Plenário, o Tribunal constatou que ainda existem deficiências estruturais nas unidades gestoras do Programa Nacional de Atividades Nucleares, em especial na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Relatório do TCU identificou carência de servidores na área de fiscalização e necessidade de completar a estruturação do plano de emergência externo.

A previsão de aumento das demandas advindas da retomada do Programa Nuclear Brasileiro e a expansão de instalações que utilizam materiais radiativos, como indústrias e serviços médicos de radioterapia, determinam a necessidade de repor e ampliar o quadro de funcionários da CNEN.

Segundo a auditoria, o plano de emergência externo ainda não foi concluído. Para o relator do processo, Ministro-Substituto Augusto Sherman, a existência de planejamento das ações de proteção à população a serem empreendidas no caso de emergência nuclear é pré-requisito para a operação das Usinas Nucleares, localizadas em Angra dos Reis/RJ.

O TCU já havia feito recomendações às entidades do setor nuclear, em razão dos achados de auditoria contidos nos acórdãos mencionados. Cabe ressaltar que a grande maioria das recomendações foi atendida ou se encontra em atendimento.

Com a finalidade de continuar o monitoramento das ações, o Tribunal recomendou à Comissão, entre outros, que encaminhe, anualmente, aos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), estudos e levantamentos com as necessidades de adequação, reposição e ampliação de seu quadro funcional. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.550/Plenário, de 8.6.2011, TC nº 002.567/2011-3, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 9ª Secex).

TCU identifica fatores de risco da Eletronorte

Levantamento realizado pelo Tribunal na operacionalização das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) identificou alguns fatores de risco decorrentes das atividades-fim da entidade. Segundo o relatório do TCU, dois temas merecem destaque: o planejamento inadequado do setor elétrico e o equívoco na modelagem dos leilões.

Há ainda outros fatores que influenciam nos resultados da Eletronorte e que devem ser analisados em auditorias operacionais, como seleção de parceiros para a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), formatação da proposta para participação em leilão, falhas na transmissão da Região Norte, limitações à fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de riscos na obtenção de financiamentos e riscos empresariais e ambientais.

Levantamento é uma das modalidades de fiscalização utilizadas pelo TCU e tem por objetivo conhecer com maior profundidade a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos poderes da União. Para o Ministro José Múcio, relator do

processo, esse tipo de trabalho demonstra que um mapeamento apropriado das possíveis falhas estruturais fornece elementos para o direcionamento mais eficiente de novas ações ligadas à auditoria operacional. (Acórdão nº 1.614/Plenário, de 15.6.2011, TC nº 032.090/2010-2, Relator: Ministro José Múcio, Unidades Técnicas: 1ª Secex e Seprog).

TCU avalia estrutura das agências reguladoras

O Tribunal constatou falhas estruturais nas agências reguladoras de infraestrutura no Brasil. Mecanismos de controle como prestação de contas, transparência e controle social não funcionam de maneira adequada, o que prejudica a avaliação de atividades e metas e impossibilita o balanço de ações.

Auditoria do TCU verificou que não há procedimentos padronizados para retorno (feedback) de contribuições recebidas por audiências públicas, o que pode desmotivar a participação da sociedade. Ao analisar os processos de divulgação institucional, constatou-se que grande parte das agências não expressa de forma evidente seus atos. Em relação às práticas de transparência, os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) constituem uma boa prática e devem ser utilizados como parâmetro pelas outras agências.

O Tribunal observou, ainda, falta de regulamentos que disciplinem a substituição de conselheiros e diretores por motivos de impedimento, afastamento ou vacância. A única exceção encontrada foi a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No que diz respeito à autonomia, as agências precisam se posicionar com neutralidade entre interesses do Governo, de investidores e de consumidores. Assim, o TCU recomendou à Casa Civil que eleve o período de quarentena dos dirigentes de quatro meses para, no mínimo, um ano. Essa mudança busca impedir a pressão a que os diretores estão sujeitos. Por haver situações em que há uma demora na indicação de candidatos para funções de diretores, o Tribunal considera a normatização de prazos para indicação e nomeação uma prática que pode aprimorar a governança.

O TCU fixou prazo para que as agências analisadas regulamentem a substituição de conselheiros e diretores e definam normas e prazos para publicação dos relatórios de contribuições da sociedade. Foi recomendado, também às agências, que vinculem as unidades de auditoria interna aos respectivos órgãos colegiados, estruturem políticas voltadas para a divulgação de suas ações e estabeleçam requisitos de transparência nos processos decisórios. (Acórdão nº 2.261/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 012.693/2009-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

Contrato para obras na Usina de Simplício tem irregularidades

O TCU apontou sobrepreço nas obras de implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (AHE) de Simplício, conduzidas por Furnas Centrais Elétricas e pelo Consórcio Construtor Simplício. O Complexo está localizado no rio Paraíba do Sul, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Auditoria do Tribunal identificou deficiência no projeto básico e acréscimos indevidos no contrato. O empreendimento fará parte do Sistema Integrado Nacional e engloba três obras distintas: uma pequena central hidrelétrica (PCH), uma usina hidrelétrica (UHE) e obras de interligação, como túneis, diques e canais.

O TCU determinou à Furnas que repactue o valor do contrato com o consórcio e que desconte dos próximos pagamentos, caso exista saldo suficiente, o montante pago a maior. A estatal deverá, ainda, informar ao Tribunal, em prazo determinado, o resultado dessas providências, bem como informar as medidas adotadas para reduzir o Bônus e Despesas Indiretas (BDI) aplicável aos pagamentos efetuados ao consórcio. (Acórdão nº 1.789/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 008.970/2007-8, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidades Técnicas: Secex-RJ, Secob e Sefid).

TCU fiscaliza obras de implantação de usinas

O Tribunal determinou à Furnas Centrais Elétricas S.A. e ao Consórcio Construtor Simplício que se manifestem acerca dos indícios de sobrepreço na obra de Implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica de Simplício, situado na divisa entre o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Auditoria do TCU apontou sobrepreço de R$ 59,7 milhões no contrato das obras da usina hidrelétrica, executado pelo Consórcio.

O Tribunal também determinou que a Furnas retenha o valor do sobrepreço até que haja decisão definitiva sobre a questão e que, como alternativa à retenção de valores, propicie ao Consórcio Construtor Simplício a oportunidade de oferecer nova fiança bancária. (Acórdão nº 2.234/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 008.970/2007-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-RJ).

Governo terá que elaborar plano de ação para concessões do Setor Elétrico

O Tribunal discutiu o vencimento dos contratos de concessão, previsto para ocorrer a partir de 2015. Em razão da relevância do tema, o TCU determinou que o Governo elabore Plano de Ação para lidar de forma adequada com a questão. Em 2011, expira o prazo de contratos que envolvem 18% de toda a geração de energia elétrica do País, 84% da rede básica de transmissão e 37 distribuidoras de energia elétrica, das atuais 64. Essas concessões, outorgadas até 1995 e não precedidas por licitação, foram prorrogadas por prazo máximo de 20 anos.

A determinação do Tribunal foi em virtude de fiscalização realizada para identificar e avaliar as oportunidades e os riscos envolvidos nas ações em preparação pelo Governo em relação a tais concessões. A auditoria destacou a pouca informação disponível, em especial a carência de Planos de Ação para tratar questões consideradas estratégicas para a tomada de decisão. Entre elas, o conhecimento e a valoração dos bens reversíveis das concessões e a análise pormenorizada dos aspectos jurídicos e da metodologia para fixação de tarifas e preços públicos após o vencimento.

O TCU constatou que o Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de estudos conclusivos nem definiu diretrizes sobre o tema, embora tenha criado grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética com o objetivo de elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios destinados a subsidiar definições acerca do vencimento das concessões.

Segundo o Ministro José Múcio, relator do processo, "ainda que a tomada de decisão caiba totalmente ao poder concedente, havendo até especulações acerca de eventuais modificações do marco legal visando à prorrogação das concessões vincendas, a consistência técnica da decisão está relacionada a ações tempestivas do MME, da Aneel e da Eletrobras, que independem da solução legislativa. Mesmo porque, até a solução política não pode estar desvinculada de estudo prévio adequado, cuja ausência pode ensejar riscos de natureza jurídica, econômica e social, em contraste com as oportunidades que se apresentam de melhoria de gestão do setor elétrico, valendo dizer que a escolha pode representar um paradigma para outros setores de serviços públicos prestados mediante concessão".

Ao deliberar sobre a matéria, o TCU fixou prazo para que a Aneel elabore Plano de Ação (o que inclui datas, atribuições e responsáveis) para a avaliação dos ativos das concessões que vencem a partir de 2015. Também o MME deverá encaminhar Planos de Ação para definição do modelo a ser adotado, definição da metodologia para a fixação de tarifas e preços associados às concessões vincendas, além da elaboração de estudos acerca das implicações econômicas do modelo a ser adotado. (Acórdão nº 3.012/Plenário, de 16.11.2011, TC nº 028.862/2010-4, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: 2ª Sefid).

TCU avalia estudos para leilão de 8 usinas e linhas de transmissão

O Tribunal aprovou os estudos técnico-econômicos que suportam os editais dos leilões para compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração (A-5) e linhas de transmissão.

O leilão A-5 engloba estudos de 8 usinas hidrelétricas que totalizam 1.750 MW de capacidade instalada e previsão de investimentos de quase R$ 7 bilhões. O início de suprimento de energia está previsto para janeiro de 2016.

Nos casos das usinas Sinop/MT e Cachoeira Caldeirão/AP, a aprovação foi condicionada à expedição de licença ambiental prévia. Quanto às usinas São Manoel/MT, São Roque/RS e Ribeiro Gonçalves/PI, o TCU apontou necessidade de correção das estimativas de investimento e consequente modificação dos preços de referência. As demais hidrelétricas são Castelhano, Estreito e Cachoeira, localizadas no Piauí.

Em relação ao leilão de linhas de transmissão, que deverá envolver 10 lotes de empreendimentos, com investimentos previstos de quase R$ 1,7 bilhão, o Tribunal registrou não ter se manifestado ainda sobre o banco de preços de referências que embasam a estimativa de investimentos das linhas a serem leiloadas. (Acórdão nº 3.005/Plenário, de 16.11.2011, TC nº 029.150/2011-6, Relator: Raimundo Carreiro, Unidades Técnicas: 2ª Sefid, 3ª Secob e 8ª Secex).

TCU verifica causas da interrupção de energia em sete estados do Nordeste

O Tribunal realizou auditoria para averiguar as causas da interrupção de energia elétrica em sete estados do Nordeste em fevereiro de 2011. Na execução dos trabalhos, foram constatadas deficiências na área de gestão operacional.

Ao deliberar sobre a matéria, o TCU fixou prazo para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) encaminhe informações atualizadas sobre o resultado das medidas tomadas em função do blecaute. Além disso, recomendou ao Ministério de Minas e Energia que adote providências visando à revisão dos estudos da reserva adequada de potência reativa para a região Nordeste.

A gestão do sistema de geração e distribuição de energia é feita por sete entidades, que devem atuar de maneira coordenada. Três dessas entidades foram analisadas pelo Tribunal: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Aneel.

O Tribunal constatou que o blecaute decorreu de provável deficiência na atuação da Chesf e da ONS. Foram encontradas quinze possíveis falhas que, somadas, contribuíram para o blecaute em grande extensão geográfica e por longa duração. Há três pontos críticos de risco de operação no sistema: incerteza quanto às verificações necessárias para religar uma linha de transmissão após desligamento, incerteza quanto à suficiência da reserva de potência reativa no Sistema Nordeste e incerteza quanto à solução proposta pela Chesf para evitar outro blecaute. (Acórdão nº 2.744/Plenário, de 19.10.2011, TC nº 003.868/2011-7, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-PE).

4.9.6. Habitação e Urbanismo

TCU faz auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida utilizando recursos de inteligência

O Tribunal verificou a conformidade na aplicação dos recursos financeiros do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, em especial quanto à compatibilidade da renda de cada beneficiário com a modalidade de financiamento contratada, bem como a aplicação de critérios e procedimentos para a seleção dos beneficiários. A auditoria foi realizada na Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das

Cidades e na Caixa Econômica Federal. O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante superior a R$ 18 bilhões.

Nesse trabalho, utilizou-se a metodologia de inteligência para verificar e analisar contratos no âmbito do Programa. Isso foi feito por meio de cruzamento do banco de dados do Minha Casa Minha Vida com outras bases de dados da Administração Pública Federal, como Rais, FGTS, para verificar a renda dos beneficiários do Programa. Houve a seleção das diversas inconsistências, tais como beneficiários desenquadrados das regras estabelecidas. Depois foi feita uma depuração a partir dos casos concretos.

O Tribunal determinou à Caixa Econômica Federal que revise os 530 contratos com indícios de enquadramento indevido de pessoas físicas como beneficiárias do Programa, bem como os 8.098 contratos com indícios de enquadramento de beneficiários em faixa de renda menor que a devida, entre outras determinações. O acórdão traz também determinações e recomendações à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Na auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida, o TCU trabalhou, em um prazo muito curto, com quase 300 mil contratos e isso foi possível devido à utilização dos recursos de inteligência, que permite a mineração de banco de dados. Essa metodologia mostra como o Tribunal pode agir proativamente e de forma cooperativa com o Governo para determinar nortes e correção de rumos nos programas implementados. (Acórdão nº 2.988/Plenário, de 16.11.2011, TC nº 028.461/2010-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 6ª Secex).

4.9.7. Gestão Ambiental e Agricultura

Concessão de crédito pelo Pronaf ainda apresenta fragilidades

Monitoramento feito pelo TCU constatou que o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) carece de mecanismos que possam barrar a concessão irregular de crédito. O Pronaf faz parte do Sistema Nacional de Crédito Rural e oferece incentivos, subsidiados pelo Governo, à introdução de métodos racionais de produção.

Para ter acesso ao benefício, o interessado deve possuir uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para obter o documento, é necessário apresentar dados socioeconômicos que enquadrem o beneficiado no Programa. Entretanto, o sistema de coleta de dados é baseado nas informações oferecidas pelo interessado sem checagem do que é declarado.

A facilidade para ocorrência de irregularidades é produto da baixa fiscalização do Banco Central do Brasil (Bacen) e das limitações para desclassificação de financiamentos irregulares do Registro Comum de Operações Rurais (Recor). O Bacen informou que há um projeto em andamento para solucionar os problemas do Recor.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, "é necessária ação coordenada entre diferentes órgãos e entidades integrantes da estrutura de concessão de benefícios".

O Tribunal determinou à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) que estabeleça uma rotina de trabalho para verificar a veracidade das informações prestadas para a concessão de DAPs, encaminhe à instituição financeira e ao Banco Central a relação de DAPs não validadas e, no caso dos 3.439 beneficiários do Pronaf titulares de mais de um Documento de Aptidão, que seja anulado pelo menos um dos registros, de que forma que reste apenas um DAP por beneficiário. O acórdão também determinou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário envie ao TCU, plano de ação que permita atestar as exigências para inclusão no Pronaf.

Apesar das falhas observadas, o TCU identificou avanços no Programa, como implantação de cálculos automatizados para emissão das DAPs, o que permite o correto enquadramento do requerente do crédito, e a extinção de DAPs em papel. (Acórdão nº 2.029/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 012.908/2010-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Semag).

TCU constata falhas nas ações públicas para combate a queimadas e incêndios florestais

O Tribunal realizou auditoria para verificar as principais causas e vulnerabilidades da elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais e constatou, entre outros, deficiências na integração de políticas, planos e programas de governo para prevenção e combate.

Segundo a auditoria, a atividade econômica na Região Amazônica e no Centro-Oeste, sobretudo na pecuária extensiva e na agricultura de grande porte, é a causa fundamental do desmatamento, do uso do fogo na agropecuária e das queimadas. Constatou-se que o Governo incentiva a agropecuária na Região, por meio do crédito rural e de financiamentos à construção de frigoríficos, sem condições adequadas de produção e sem ações de fiscalização e monitoramento.

A fiscalização do TCU também apontou que 75% das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral (UCs) não possuem plano de manejo, principal instrumento para o planejamento e gestão das unidades. Verificou-se, ainda, que não há indicadores oficiais de áreas queimadas no Brasil,

apenas dados aproximados de desmatamento que não permitem uma avaliação da magnitude e da evolução do problema.

De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), somente no ano de 2010, os incêndios florestais destruíram 28% das unidades de conservação federais, o que corresponde a quase 1,5 milhão ha de áreas queimadas. O Parque Nacional das Emas queimou 90%, o da Chapada dos Veadeiros 70% e o do Araguaia 50%, aproximadamente.

Foi determinado ao ICMBio que encaminhe ao TCU plano de ação contendo as medidas necessárias à elaboração dos planos de manejo em todas as unidades de conservação federais e o cronograma de execução das medidas.

O Tribunal recomendou à Casa Civil da Presidência que possibilite a institucionalização do Centro Integrado de Multiagências de Coordenação Operacional, de modo a disponibilizar, em nível nacional e em caráter permanente, um efetivo capacitado e equipado para a realização de ações preventivas. O TCU recomendou ao Ministério da Educação que examine a oportunidade de incluir no currículo do ensino regular disciplina de educação ambiental para despertar crianças e adolescentes para a necessidade de se conservar o meio ambiente; e ao Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) que desenvolva indicadores de áreas queimadas em território brasileiro. (Acórdão nº 2.516/Plenário, de 21.9.2011, TC nº 028.459/2010-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 8ª Secex).

Tribunal inicia fiscalização nas ações de revitalização do Rio São Francisco

Por meio de auditoria operacional o TCU avaliará as ações executadas na revitalização do Rio São Francisco. A transposição das águas do São Francisco é um projeto prioritário para o Governo Federal.

Apesar das polêmicas entre estados doadores e receptores da água, é consenso que o grande desafio do Governo é conciliar a revitalização do Rio com a sua transposição. O sucesso do empreendimento depende de

ações que tenham como objetivo a preservação do Rio e o uso sustentável dos recursos naturais, evitando erosão e assoreamento.

No PAC 2007 a 2010 foram previstos recursos orçamentários da ordem de R$ 4,1 bilhões na revitalização da Bacia do São Francisco. (TC nº 026.570/2011-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades técnicas: Seprog e 8ª Secex).

TCU fiscaliza ações de sustentabilidade ambiental

O Tribunal constatou que programas governamentais voltados para a implementação de ações de uso racional e sustentável de recursos naturais, em especial o consumo de energia elétrica, água e papel, são conduzidos de forma desarticulada e possuem baixa adesão pelos órgãos e instituições públicas federais.

Auditoria do TCU verificou que existem fontes de financiamento para promover a eficiência energética em prédios públicos que não têm sido utilizadas pelo Governo Federal. Além disso, foi evidenciado baixo nível de institucionalização das ações de uso racional e poucas campanhas de conscientização da importância do tema sustentabilidade. Chamou atenção o fato de que 73% dos órgãos fiscalizados não realizam licitações sustentáveis.

O Tribunal avaliou três programas do Governo que tratam sobre o tema: Agenda Ambiental na Administração Pública, Programa de Eficiência do Gasto e Subprograma Procel Eficiência Energética em Prédios Públicos. Segundo a auditoria, caso fossem solicitados, esses programas não seriam capazes de atender à real demanda das entidades públicas, visto que a má estruturação resulta em sobreposição e dispersão de esforços e recursos.

Na tentativa de melhorar os problemas levantados, o TCU recomendou ao Ministério do Planejamento (MP) que elabore plano de ação visando a orientar e a incentivar órgãos e entidades da Administração Pública Federal a adotarem medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel.

O Tribunal também recomendou ao MP, à Eletrobrás e ao Ministério do Meio Ambiente que ampliem a divulgação de seus respectivos programas, informando sobre o apoio prestado e a existência de banco de dados contendo boas práticas. (Acórdão nº 1.752/Plenário, de 29.6.2011, TC nº 017.517/2010-9, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidades Técnicas: 8ª Secex e Seprog).

TCU irá monitorar ações governamentais relacionadas a mudanças climáticas.

O Tribunal fará monitoramento de determinações e recomendações formuladas a órgãos e entidades do Poder Executivo com o objetivo de aperfeiçoar as ações governamentais relacionadas às mudanças climáticas. As determinações e recomendações resultaram de auditorias que tiveram como foco a Amazônia Legal, o Semiárido Brasileiro, as zonas costeiras e a agropecuária.

O trabalho do TCU foi parte integrante da Auditoria Global em Mudanças Climáticas realizada pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) que compõem o Grupo de Trabalho de Auditorias Ambientais da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (WGEA/Intosai).

O relator do processo, Ministro Aroldo Cedraz, afirmou que o monitoramento poderá oferecer oportunidade para se obter uma visão ampla da questão das mudanças climáticas, englobando, inclusive, os resultados alcançados a partir dos compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências da ONU para mudanças climáticas em Copenhagen, na Dinamarca, e em Cancun, no México. Acrescentou ainda que o trabalho poderá resultar em subsídios às discussões que serão realizadas na Conferência Rio+20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em 2012. (Acórdão nº 3.247/Plenário, de 07.12.2011, TC nº 021.051/2009-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 8ª Secex)

TCU verifica desperdício de mais de R$ 90 milhões em Programa para coleta de lixo

Auditoria realizada pelo Tribunal no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos estimou que o desperdício de recursos públicos, entre 2000 e 2011, pode chegar a R$ 92 milhões, equivalente a 57% do valor transferido para as ações. Somente com convênios para construção de aterros sanitários, que foram abandonados ou que retornaram à condição de lixões, o prejuízo chega a R$ 20 milhões. A projeção desse percentual sobre o total dos valores ainda a liberar, para todos os convênios pactuados de janeiro de 2000 a abril de 2011, pode atingir cerca de R$ 200 milhões.

O Programa, gerenciado pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa), tem como objetivo a ampliação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com destaque para o encerramento de lixões e para a redução,

reaproveitamento e reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores. Uma das ações do Programa é a implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50 mil habitantes.

Há aproximadamente dez anos, o Governo Federal destina recursos a municípios de pequeno porte para implantação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Apesar do apoio financeiro, 67% dos municípios de até 50 mil habitantes, ainda apresentam disposição final inadequada do lixo, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2008.

Durante a auditoria, o Tribunal identificou a pulverização de recursos para o financiamento de aterros sanitários de pequeno porte ou para aquisições isoladas ou mal dimensionadas e a subjetividade da seleção dos municípios contemplados. Verificou, também, como causas de desperdício de recursos públicos, a deficiência dos controles e a baixa capacidade institucional, técnica e financeira dos municípios de pequeno porte para operar os sistemas de resíduos sólidos financiados.

O TCU determinou à Funasa uma série de medidas, como a mudança na forma e no objeto de alocação de recursos, priorizando investimentos em soluções consorciadas baseadas em planos de gestão de resíduos sólidos, o cancelamento de convênios irregulares, a realização de processos seletivos por meio de edital, a contratação direta de projetos pela Funasa e a utilização do estudo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como padrão de avaliação de viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, a adoção dessas medidas pode evitar desperdícios estimados de R$ 97 milhões anuais. (Acórdão nº 2.697/Plenário, de 05.10.2011, TC nº 029.173/2010-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Seprog).

Licenciamento ambiental de obras é voltado a aspectos formais

O Tribunal analisou procedimentos de licenciamento ambiental em obras de infraestrutura na rodovia BR-101 – trecho Florianópolis/Osório - e na Ferrovia Transnordestina – trecho Salgueiro/Missão Velha. O objetivo do levantamento foi, a partir dessas amostras, identificar pontos que pudessem ser aperfeiçoados em todo o processo.

No caso da BR-101, a auditoria do TCU envolveu as obras no trecho da rodovia que liga Palhoça, nas proximidades de Florianópolis, a Osório, no Rio Grande do Sul. O projeto prevê a duplicação da rodovia interligando-a com a rodovia existente que conecta Osório a Porto Alegre, atravessando 18 municípios em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul.

A Ferrovia Transnordestina é um projeto de interligação entre os portos de Pecém/CE, Suape/PE e o interior de Pernambuco, Ceará e Piauí. O trecho analisado na auditoria, é de 96 km entre Missão Velha/CE e Salgueiro/PE. As obras desse trecho compreendem infraestrutura (serviços de terraplanagem, construção de obras de arte e de sistema de drenagem) e superestrutura (grade ferroviária sobre lastro de brita) ferroviária. Além da construção de duas pontes e três viadutos.

O Tribunal observou deficiência no acompanhamento realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ausência de avaliação da efetividade do licenciamento, deficiências no processo de participação de órgãos da administração federal e nos projetos, o que possibilita a ocorrência de impactos adversos.

Outra constatação do TCU em relação ao licenciamento é a atuação federal mais voltada para a emissão de licenças, em detrimento da avaliação dos efeitos ambientais resultantes de ações empreendedoras. Já no que diz respeito ao acompanhamento do licenciamento, segundo o relator o processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho "se este não for confiável e periódico, o licenciamento poderá ser comprometido como um todo".

O Tribunal recomendou ao Ibama que avalie sistematicamente os relatórios de acompanhamento enviados pelos empreendedores para examinar os resultados apresentados. O Instituto recebeu ainda recomendação para elaborar parecer técnico final das obras, avaliando a eficácia dos programas ambientais implantados, e exigir contratação de supervisão ambiental em empreendimentos de grande potencial poluidor.

Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), o Tribunal recomendou a preparação de um documento que avalie os resultados do gerenciamento ambiental das obras para comparação entre o que era esperado e o que foi obtido. (Acórdão nº 2.856/Plenário, de 25.10.2011, TC nº 025.829/2010-6, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 8ª Secex).

4.9.8. Saúde

TCU encontra irregularidades na destinação de recursos para compra de medicamentos no DF

O Tribunal identificou que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal vem comprando medicamentos com recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Segundo o relator do processo, Ministro José Jorge, "a adoção de tal prática compromete as ações e serviços de atenção à média e alta complexidade, resultando em atendimento de pior qualidade à população".

Também não há estudo de demanda que evidencie a quantidade necessária de cada medicamento da farmácia básica, o que causa desabastecimento do estoque de medicamentos. Segundo auditoria realizada pelo TCU, toda a compra do DF é realizada com base em um único parâmetro: consumo médio mensal. Além disso, há falhas na utilização do sistema informatizado e na comunicação da Secretaria com a população, que não obtém a informação necessária a respeito da regularização e fornecimento de medicamentos.

O Tribunal determinou à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que realize as despesas com medicamentos da assistência farmacêutica básica com recursos destinados especificamente ao Programa. O Órgão deverá corrigir falhas no sistema de controle de estoque, para melhorar a gestão e evitar desvios de medicamentos. (Acórdão nº 182/Plenário, de 2.2.2011, TC 018.405/2010-0, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas no monitoramento da assistência farmacêutica no País

Auditoria do Tribunal identificou falhas na implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica em todo o País. Foram analisadas, nos três níveis da federação, questões relativas ao planejamento da assistência farmacêutica, à seleção e programação de medicamentos, armazenamento, distribuição em postos de saúde e dispensação para a população.

O trabalho observou situações específicas presentes no Distrito Federal e em dez estados da federação – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo. A auditoria apontou deficiências no sistema de acompanhamento utilizado pelo Ministério da Saúde (MS), assim como no controle da aplicação dos recursos repassados a estados e municípios.

Foi constatado que o único instrumento utilizado pelo Ministério para monitorar e avaliar a assistência farmacêutica é o Relatório Anual de Gestão (RAG). Entretanto, muitos municípios deixam de elaborar o relatório, o que torna o sistema ineficiente para fins de fiscalização. Com vistas a auxiliar a elaboração do RAG, o MS desenvolveu o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão SARG-SUS. Contudo, o fato de a utilização desse sistema não ser compulsória implica risco potencial ao sucesso da ferramenta.

Os dados mostram que as principais falhas nos estados e municípios referem-se à falta ou precariedade de planejamento nas compras dos remédios, condições inadequadas de armazenagem e falta de controle no fluxo dos estoques. O Ministro José Jorge, relator do processo, destacou que existem diversas

unidades de monitoramento do Ministério atuando de forma fragmentada e seguindo orientações diferentes, o que dificulta um diagnóstico exato da atual situação do sistema de distribuição de remédios.

O TCU determinou ao Ministério da Saúde que apresente plano de ação com o objetivo de instituir a obrigatoriedade da alimentação do SARG-SUS por estados e municípios, além de publicar os relatórios na internet para consulta. Em acórdão, o TCU também determinou a criação de mecanismos que incentivem a atuação dos gestores nas atividades relativas à assistência farmacêutica básica. (Acórdão nº 1.459/ Plenário, de 1.6.2011, TC nº 011.290/2010-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas no sistema de transplantes do Rio de Janeiro

O Tribunal acompanhará operacionalização do Programa Estadual de Transplantes (PET), criado pelo Governo do Rio de Janeiro com o objetivo de aumentar o número de transplantes de órgãos e tecidos, custeados com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O trabalho será realizado por meio de monitoramento nos próximos dois anos e verificará a evolução dos dados estatísticos de notificações de morte encefálica, causas da não-efetivação das doações, número de transplantes realizados e evolução da lista de espera. Caso não haja evolução nos indicadores acompanhados após o prazo estabelecido, o TCU irá realizar nova auditoria.

A razão para o acompanhamento do programa decorre das falhas identificadas no sistema de transplantes do Rio de Janeiro, como baixo desempenho na especialidade implante de córnea, deficiência nos indicadores de desempenho de transplantes, não-integração dos hospitais federais à estrutura do programa estadual de transplantes, ausência de plano de ação contendo o cronograma de adoção de medidas necessárias e carência de treinamentos específicos para profissionais de saúde que trabalham em setores de emergência e UTIs. (Acórdão nº 1.686/Plenário, de 22.6.2011, TC nº 027.415/2010-4, Relator: Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU aponta falhas no controle de vacinas contra a Gripe H1N1

O Tribunal constatou que estão vencidas cerca de 6,5 milhões de doses de vacinas contra a gripe influenza A (H1N1). Auditoria realizada com o objetivo de avaliar os procedimentos relacionados à aquisição de vacinas para combate à referida gripe verificou deficiência no controle de estoques e no processo de compra.

A avaliação do TCU apontou deficiência nos procedimentos de pesquisa de preços, contratações diretas indevidamente fundamentadas e descumprimento da entrega emergencial em dispensa de licitação. As falhas apuradas podem acarretar prejuízo da ordem de R$ 78 milhões, caso as medidas corretivas não sejam adotadas.

O TCU determinou ao Ministério da Saúde que negocie com os fabricantes das vacinas a substituição dos lotes vencidos. O Tribunal também recomendou ao Ministério que mantenha atualizado o Sistema de Informações de Insumos Estratégicos (SIES), de modo a permitir que as informações contidas no sistema relatem a real validade dos medicamentos. (Acórdão nº 1.457/Plenário, de 1.6.2011, TC nº 010.800/2009-1, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 4ª Secex).

TCU alerta para necessidade de lei no Programa Farmácia Popular

O Tribunal alertou a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional para a necessidade de elaboração de lei específica que autorize o repasse de recursos, do Fundo Nacional de Saúde (FNS), à rede privada de farmácias e drogarias credenciadas a fornecer medicamentos no âmbito do Programa Farmácia Popular. O objetivo do Programa é possibilitar à população menos favorecida a aquisição de remédios a preços acessíveis.

De acordo com o relator do processo, Ministro José Jorge, "é imprescindível a prévia autorização legislativa, por intermédio de lei específica, para que seja possível a destinação de recursos para cobrir as necessidades de pessoas físicas como as aqui focadas". Para ele, no entanto, como o Programa possui alta relevância social, "a abrupta paralisação poderia acarretar sérias complicações na saúde dos usuários dos medicamentos".

O Programa Farmácia Popular atua com unidades próprias, desde junho de 2004, que são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com municípios e estados e, também, mediante o credenciamento de farmácias e drogarias privadas, onde o Ministério da Saúde arca com 90% de um valor de referência estabelecido para o medicamento adquirido pelo cidadão.

(Acórdão nº 2.918/Plenário, de 9.11.2011, TC nº 027.102/2010-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

TCU monitora ação da Funasa para melhoria do manejo de resíduos sólidos

O Tribunal realizou, na Fundação Nacional da Saúde (Funasa), o segundo monitoramento na ação "Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos e Manejo de Resíduos Sólidos em Município de até 50.000 habitantes" e estimou o valor de R$ 44 milhões desperdiçados, entre 2000 e 2009, na construção de aterros sanitários que foram abandonados ou retornaram à condição de lixões.

Os objetivos do acompanhamento são estimar o desperdício de recursos públicos e avaliar as causas da baixa efetividade das ações destinadas a alertar para a perda de investimentos governamentais.

O relatório do TCU apontou que os motivos para desperdício de financiamento pela entidade decorrem da subjetividade da seleção de municípios e também da baixa capacidade institucional, técnica e financeira de cada um. Para modificar esse cenário, a Política Nacional de Resíduos Sólidos propõe, entre outros, meta para extinção de lixões em quatro anos e induz a formação de consórcios.

De acordo com o monitoramento, o consórcio públiico interfederativo pode ser vantajoso, pois permite redução do custo de investimento per capita e torna viável estrutura administrativa técnica e estável. Por esses motivos, os consórcios públicos constituídos para gestão de resíduos sólidos têm preferência na aquisição de incentivos do Governo.

O TCU fixou prazo à Funasa para que disponibilize, em seu sítio na internet, lista de todos os empreendimentos na área de resíduos sólidos apoiados pela Fundação e os respectivos valores transferidos. Também recomendou que adote processo de seleção de propostas para celebração de convênios a partir de editais com critérios de elegibilidade e prioridade.

Outras recomendações à entidade são a elaboração de documento que auxilie a análise de viabilidade técnica e financeira dos empreendimentos, a capacitação de engenheiros na área de resíduos sólidos e o cancelamento de convênios com municípios que não apresentaram projeto básico, licença ambiental ou plano de trabalho aprovado. (Acórdão nº 2.697/Plenário, de 5.10.2011, TC nº 029.173/2010-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Seprog).

TCU verifica implementação da Política Nacional de Assistência Oncológica

O Tribunal realizou auditoria operacional no Ministério da Saúde, na Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) e no Instituto Nacional do Câncer (Inca), para verificar a implementação da Política Nacional de Assistência Oncológica.

Na execução dos trabalhos, o TCU averiguou se a estrutura da rede de atenção oncológica tem possibilitado aos doentes de câncer acesso ao diagnóstico e ao tratamento da doença. Foram observadas carências estruturais na rede, acarretando dificuldade de acesso aos seus serviços de diagnóstico e tratamento da doença por parte dos pacientes com câncer.

A carência de instalações para atender à demanda por serviços relacionados à atenção oncológica, somada à demora no diagnóstico da doença e no tratamento promovido pelo SUS, prejudicam as chances de cura dos pacientes. Levantamento constatou que o tempo decorrido entre o diagnóstico da doença e o início do tratamento de quimioterapia ou radioterapia ultrapassa trinta dias.

Ao deliberar sobre a matéria, o TCU recomendou à SAS que desenvolva plano com o objetivo de sanar as carências existentes na rede de atenção oncológica, o qual deve contemplar, dentre outras, as seguintes medidas: articulação com os gestores locais do SUS com vistas a considerar as necessidades de estrutura da rede de assistência oncológica em cada Unidade da Federação; a ampliação da oferta de serviços e a definição de prazos e metas progressivos, até a solução definitiva das carências existentes.

O Tribunal recomendou ainda à Secretaria que adote medidas para assegurar a efetividade do Sistema de Registros Hospitalares de Câncer, como, por exemplo: obrigatoriedade de participação de todos os estabelecimentos habilitados, acompanhamento e divulgação periódica do grau de adesão dos estabelecimentos, cálculo e divulgação dos indicadores de desempenho, mapeamento e acompanhamento periódico das principais carências profissionais existentes. (Acórdão nº 2.843/Plenário, de 25.10.2011, TC nº 031.944/2010-8, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

Outras Ações

Gestor relaciona melhorias em programa de saúde à ação direta do TCU

O Gerente de Apoio Diagnóstico da Diretoria de Assistência Especializada da Secretaria de Saúde do Distrito Federal encaminhou mensagem ao TCU para informar sobre avanços nos serviços de mamografia, decorrentes de deliberações do Tribunal em auditoria realizada em 2009.

Segundo o Gerente, o mês de outubro deste ano iniciou-se com a fila de espera zerada, contrato de manutenção para todos os mamógrafos e com dez dos onze aparelhos em funcionamento. Na mensagem, ele afirma que esses resultados são frutos da auditoria realizada pelo Tribunal.

O trabalho, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, originou-se de solicitação do Congresso Nacional para que o TCU verificasse a aplicação de recursos federais na aquisição, controle e manutenção dos mamógrafos na rede pública de saúde, bem como a capacidade do SUS de realizar exames de mamografia, como previsto na legislação. (Acórdão nº 247/Plenário, 24.2.2010, TC nº 033.176/2008-4, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades técnicas: 4ª Secex e Seprog).

4.9.9. Trabalho

TCU contribui para aperfeiçoar o Programa Seguro-Desemprego

Quando um trabalhador é dispensado de seu emprego contra sua vontade, o Ministério do Trabalho e Emprego lhe fornece, por meio do Programa do Seguro-Desemprego, assistência financeira temporária, bem como orientação e qualificação para procurar um novo emprego.

Trata de um programa que envolve recursos públicos federais e, assim, compete ao TCU fiscalizá-lo. Em auditoria realizada em 2009, o TCU encontrou diversas oportunidades de melhoria. Foram realizadas visitas técnicas a unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) nos estados de São Paulo, Paraná, Amazonas e Bahia, selecionados em razão do número de requerentes e segurados do Seguro-Desemprego.

O enfoque da fiscalização foi nos mecanismos de controle das ações envolvidas, avaliando-se, entre outros aspectos, o desempenho dos trabalhos realizados pelo Sine e a confiabilidade dos sistemas de pagamento dos benefícios.

Constatou-se que não há padronização em alguns procedimentos, como nos sistemas utilizados para a inclusão dos requerimentos do Seguro-Desemprego. Outra deficiência está na demora da apreciação dos recursos recebidos. O Tribunal recomendou à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) que edite norma estabelecendo prazo para a apreciação desses recursos administrativos.

Em alguns estados, o acesso aos sis-temas de apoio é possível por meio de apenas um terminal em cada posto, o que prejudica a consulta durante os atendimentos. Em outros, nem se tem acesso a todos os sistemas. Há ainda locais em que 33% dos postos sequer são informatizados. A SPPE deve adotar medidas no sentido de implantar os sistemas no maior número de postos possível, segundo a recomendação do TCU.

As determinações expedidas pelo Tribunal deverão resultar no aperfeiçoamento do Sine devido à melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. As orientações quanto ao controle da execução dos serviços e os correspondentes pagamentos às empresas envolvidas na operacionalização do Seguro-Desemprego podem gerar economia aos cofres do Ministério do Trabalho e Emprego. (Acórdão nº 304/Plenário, de 9.2.2011, TC 021.496/2009-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 5ª Secex).

4.9.10. Transporte

TCU determina correção para desequilíbrio de contratos de concessões de rodovias federais

O Tribunal determinou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que adote metodologia adequada na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos da primeira etapa do programa de concessões de rodovias federais.

A metodologia deverá ser utilizada para eventos decorrentes de investimentos não previstos originalmente nos encargos das concessionárias, e no remanejamento ou adequação, com aumento de valor, de investimentos previstos originalmente. Os contratos de concessão foram celebrados com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra (NovaDutra), Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer), Concessionária Rio-Terezópolis S.A. (CRT), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte) e Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre (Concepa).

"Os contratos de concessão se encontram, há vários anos, em visível desequilíbrio econômico-financeiro, o que prejudica e onera os usuários do serviço público, com tarifas indevidamente aumentadas", argumentou o Ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do processo.

Ele acrescentou que nessas concessões rodoviárias está ameaçado o princípio fundamental das concessões, a "modicidade tarifária", premissa da adequação do serviço público concedido, expressamente prevista na legislação. O Ministro explicou, que esse princípio significa que a tarifa cobrada do usuário deve ser apenas suficiente para remunerar adequadamente a prestação do serviço outorgado, garantindo sua continuidade e qualidade, com os lucros normais do empreendimento, sem, porém, prover o acréscimo de lucros exorbitantes à concessionária, mediante novas obras, realizadas muito posteriormente aos contratos, remuneradas com taxas não condizentes com o mercado. (Acórdão nº 2.927/Plenário, de 9.11.2011, TC nº 026.335/2007-4, Relator: Walton Alencar, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU encontra falhas em sistema do Dnit

O Tribunal encontrou falhas no Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac), utilizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para gerenciar contratos e medições de obras em todo o País.

De acordo com auditoria realizada pelo TCU, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, foram encontradas falhas relacionadas à ausência de normativo regulamentando a utilização do sistema, à inexistência de política de controle de acesso (PCA) e de procedimento de gerenciamento de acesso dos usuários do Siac, às contas de usuários ativas indevidamente e à atribuição de perfis de usuários em desconformidade com as regras de segregação de funções e com os controles de acessos sensíveis.

Constatou-se, também, indícios de inconsistências nos valores dos contratos e nos respectivos itens de serviço cadastrados, de existência de índices de reajustamento em desacordo com os calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de uso indevido do sistema por usuários ativos e de realização de operações em desacordo com as regras de segregação de funções e com os controles de acessos sensíveis. Além disso, foram identificadas falhas no cadastro dos contratos e dos fiscais de contrato e, ainda, processamento de medições fora dos prazos legais.

Concluiu-se que o Siac, sistema de suporte ao principal processo de trabalho de medição e pagamento de obras do Dnit, apresenta relevantes falhas que incutem, de maneira direta, riscos no principal processo de trabalho da Autarquia. Dessa forma, foram propostas orientações ao Dnit com vistas a sanar as impropriedades encontradas, bem como a evitar sua ocorrência futura.. (Acórdão nº 2.831/Plenário, de 25.10.2011, TC nº 010.474/2010-2, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades Técnicas: Sefti e 2ª Secob).

TCU determina correção em licitações e contratos para recuperação de rodovias

O Tribunal determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) uma série de medidas para a correção das licitações e contratos para obras de manutenção de rodovias previstas no Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Crema).

Auditoria do TCU analisou os projetos, editais, atos e contratos referentes ao Programa em que detectou cláusulas contratuais em desacordo com a Lei de Licitações, adoção de regime de execução contratual inadequado, restrição à competitividade e projeto básico deficiente ou desatualizado. O Programa prevê a recuperação e conservação de 32 mil quilômetros de rodovias, correspondentes a mais de 40% da malha federal, divididos em 43 segmentos, dos quais 13 já contam com projeto aprovado, sendo iminente o início dos respectivos certames licitatórios.

As contratações estabelecem uma intervenção de tapa-buracos logo no início do contrato, com vistas à recuperação funcional do pavimento que dê ao usuário condições mínimas de trafegabilidade, segurança e conforto, seguida de restauração para dotar a rodovia de estrutura capaz de suportar o

tráfego por toda a sua vida útil (geralmente 10 anos). Os serviços de manutenção da pista e dos acostamentos estendem-se por todo o contrato. (Acórdão nº 3.260/Plenário, de 07.12.2011, TC nº 008.979/2011-1, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: 2ª Secob)

TCU encontra sobrepreço em trecho da Ferrovia Norte-Sul

O Tribunal fará Tomada de Contas Especial para identificar os responsáveis por irregularidades em contrato firmado entre a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Construtora TIISA – Triunfo Iesa Infraestrutura S.A. para construção de trecho ferroviário na Ferrovia Norte–Sul, entre Aguiarnópolis e Palmas, no Tocantins.

Auditoria do TCU constatou sobrepreço de mais de 19% em contratos do empreendimento, o que equivale a cerca de 29 milhões de reais, decorrente da sobreavaliação dos preços unitários dos serviços.

Além disso, foi identificada diferença entre os quantitativos pagos e os efetivamente executados para os serviços de superestrutura da ferrovia. (Acórdão nº 3.061/Plenário, de 23.11.2011, TC nº 010.530/2010-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 4ª Secob).

TCU encontra indícios de irregularidades graves em obras da rodovia BR-440/MG

Em decorrência de fiscalização realizada, o Tribunal comunicou à Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional que foram encontrados indícios de irregularidades graves nas obras de implantação da Rodovia BR-440 no segmento de nove quilômetros compreendido entre a BR-040 e a BR-267, em Juiz de Fora/MG. A execução da obra, que está sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), deve ficar condicionada ao saneamento das irregularidades apontadas.

A fiscalização constatou que não houve análise adequada da Concorrência, o projeto básico é deficiente e o contrato foi sub-rogado e reajustado acima do limite legal. O TCU determinou ao Dnit que rescinda o contrato firmado com a Construtora Empa S/A Serviços de Engenharia, tendo em vista a irregularidade consubstanciada na sub-rogação do contrato a empresa não participante da licitação. O Tribunal ainda apura se houve indícios de sobrepreço no contrato.

"Esta Corte de Contas não pode compactuar com tais atitudes e empreendimentos da natureza do que ora se analisa, os quais têm sido uma constante nas obras públicas brasileiras. A falta de projetos, as obras feitas a qualquer custo, pior ainda, a prática constante do instituto do fato consumado precisam ser extirpados das ações quotidianas das administrações públicas federal, estadual e municipal", observou o Ministro Raimundo Carreiro, relator da matéria.

O Ministro acrescentou que as alegações de que tais obras irão propiciar conforto e segurança aos veículos e pedestres não são compatíveis com boas práticas de gestão da coisa pública. "A rodovia não pode continuar a ser construída sem que haja um projeto executivo adequado e bem elaborado, contendo estudos atualizados e de qualidade, com nível de detalhamento suficiente para que sejam evitados sobrepreços e superfaturamentos", concluiu. (Acórdão nº 3.285/Plenário, de 07.12.2011, TC nº 006.957/2010-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidades Técnicas: 2ª Secob e Secex-MG)

TCU identifica sobrepreço nas obras da BR-493

O Tribunal constatou indícios de sobrepreço nos contratos celebrados entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Secretaria de Obras do Rio de Janeiro (Seobras) para a execução das obras da BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Rio de Janeiro (Arco Metropolitano).

Auditoria do TCU identificou alterações substanciais no projeto básico das obras, o que causou um desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com as empresas executoras do empreendimento. O preço do serviço "indenização de jazida", utilizado para terraplanagem, chegou ao custo unitário de R$ 11,11 m³, valor muito superior ao do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro 2).

O TCU determinou à Seobras que adote providências no sentido de garantir que o pagamento, com recursos federais, de toda a execução do serviço "indenização de jazidas" limite-se ao valor de R$ 1,25/m³ e que envie ao Tribunal as planilhas aditivadas dos contratos celebrados.

O Tribunal determinou ainda ao Dnit e ao Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) que promovam, em conjunto, estudos com vistas a estabelecer critérios e limites para a indenização de jazidas. Os responsáveis pelas irregularidades deverão apresentar justificativas sobre as ocorrências citadas.

O relator do processo, Ministro José Jorge, registrou que este empreendimento, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), "reveste-se de grande importância, pois, além de desafogar e melhorar as vias de acesso à região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, visa contemplar melhores condições de acessibilidade ao porto de Itaguaí e ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em implantação". (Acórdão nº 2.919/Plenário, de 9.11.2011, TC nº 014.919/2010-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU aponta descontrole na cobrança de faturas da Codesp

Auditoria do Tribunal identificou descontrole da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) no que concerne à administração dos seus direitos creditícios referentes a serviços portuários.

Foram fiscalizados cerca de R$ 698 milhões referentes a faturas em aberto no setor de cobrança da Codesp. O trabalho verificou a sistemática de emissão, controle, rotinas e avaliou os controles internos e critérios fixados para acompanhamento das faturas enviadas para cobrança judicial relativas aos serviços portuários sob a administração da Companhia.

A fiscalização do TCU identificou faturas vencidas e não pagas, sem adoção de medidas para cobrança, cancelamento de faturas, não encaminhamento de faturas para os cartórios de protestos e inconsistência entre as informações fornecidas pelo setor de faturamento e as prestadas pela superintendência jurídica.

O Tribunal determinou à Codesp que promova, entre outros, a implementação de controle e acompanhamento do pagamento das faturas dos serviços portuários e de medidas administrativas para cobrança das faturas pendentes. A Companhia deverá encaminhar ao TCU plano de ação contendo o prazo e o responsável pelo desenvolvimento das ações. (Acórdão nº 3.069/Plenário, de 23.11.2011, TC nº 021.623/2010-4, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-SP)

Auditoria do TCU reduz preço de obra no Porto de Natal/RN

O custo total das obras de implantação do terminal marítimo de passageiros no Porto de Natal/RN teve redução de R$ 2,9 milhões. A diminuição do valor foi resultado de levantamento de auditoria realizado pelo Tribunal no edital de licitação para as referidas obras. O empreendimento está inscrito na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

O TCU identificou, entre outros, sobrepreço de 13,95% no orçamento das obras que estão estimadas em quase R$ 54 milhões. Após ser notificada quanto aos achados de auditoria, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), responsável pela obra, suspendeu o edital de concorrência e reconheceu a necessidade de promover alterações no orçamento da obra.

A edificação do terminal de passageiros compreende a revitalização do armazém desativado, denominado antigo frigorífico, onde será construída uma estrutura com dois pavimentos e um novo acesso. O Tribunal determinou à Companhia que ajuste o orçamento base da licitação de acordo com o Sistema de Custos Rodoviários (Sicro2) e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), que finalize estudos geológicos, e que designe fiscais responsáveis para atestar, in loco, o real comprimento dos elementos de fundação, realizando os devidos ajustes contratuais necessários.

O TCU comunicou à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades graves que recomendem a paralisação da obra. (Acórdão nº 3.272/ Plenário, de 7.12.2011, TC nº 032.199/2011-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 4ª Secob)

TCU avalia transporte e locomoção em cidades brasileiras

O Tribunal avaliou a situação da circulação e do transporte em grandes cidades brasileiras. O panorama constatado pela auditoria revela crescimento desordenado dos municípios, desarticulação entre planejamento urbano e de transportes e uso crescente de transporte individual. O levantamento do TCU foi realizado em municípios com mais de 100 mil habitantes que integram regiões metropolitanas ou de influência.

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob) do Ministério das Cidades define mobilidade urbana como o conjunto de articulação das políticas públicas de transporte, de circulação e de acessibilidade com a política de desenvolvimento urbano. A matéria diz respeito, assim, à expansão e à organização dos municípios, à eficiência econômica da circulação, à ocupação e ao uso do solo, à sustentação ambiental, à oferta de transporte público e, principalmente, à qualidade de vida da população e à mitigação da desigualdade social.

Na avaliação do Tribunal, há três problemas principais relacionados à dificuldade de mobilidade urbana: congestionamentos cada vez maiores, baixa adesão ao uso do transporte público coletivo e baixa qualidade das vias urbanas. Para o Ministro Aroldo Cedraz, relator do trabalho, o "cenário decorre

fundamentalmente da precariedade do planejamento dos municípios e da deficiência da integração dos planos das cidades com os das regiões onde influem". Dos 53 municípios analisados, apenas quatro apresentaram plano de transporte de forma integrada.

Quanto à coleta e tratamento de informações referentes à mobilidade urbana, o Ministro relator ressaltou, ainda, que "diante da carência de dados e de indicadores de desempenho, ficam extremamente comprometidos o diagnóstico de problemas, a tomada de decisões, a elaboração e o acompanhamento da execução de planos e projetos e a avaliação dos resultados obtidos".

O Tribunal recomendou ao Ministério das Cidades que estabeleça sistema de tratamento e coleta de informações que permita identificar os problemas, as necessidades e as possíveis soluções ligadas à mobilidade urbana de porte médio, em capitais, aglomerados urbanos e regiões metropolitanas. (Acórdão nº 1.373/Plenário, de 25.5.2011, TC nº 018.005/2010-1, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades Técnicas: Seprog, 2ª Secob, 6ª Secex e Secex-MT).

TCU aprova edital para arrendamento no Porto de Suape/PE

O Tribunal aprovou o segundo e o terceiro estágios da licitação para arrendamento de áreas e instalações do terminal açucareiro do Porto de Suape, no Estado de Pernambuco. A área objeto do arrendamento destina-se à implantação de terminal para movimentação e armazenagem de açúcar.

Ao analisar a questão, o TCU entendeu que as exigências anteriormente feitas foram cumpridas e comprovadas. Assim, o Tribunal revogou a medida cautelar que suspendeu a Concorrência nº 25/2009 e determinou à Autoridade Portuária de Suape que apresente nos próximos editais de licitação a indicação dos parâmetros mínimos de qualidade para a prestação do serviço adequado. A Autoridade deverá ainda estabelecer nas minutas e nos contratos de arrendamento critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço. (Acórdão nº 1.274/Plenário, de 18.5.2011, TC nº 018.373/2010-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Sefid).

TCU aponta sobrepreço de R$ 9 milhões em obra de manutenção rodoviária em Alagoas

O Tribunal encontrou irregularidades na licitação realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a execução de obras de conservação e recuperação da BR-101, no Estado de Alagoas.

Auditoria realizada pelo TCU apontou indício de sobrepreço de mais de R$ 9 milhões em itens do Plano Anual de Trabalho e Orçamento da rodovia. Além disso, identificou adoção de níveis de esforço

superiores aos recomendados no Manual de Conservação Rodoviária do Dnit e aquisição no mercado de materiais existentes na região que poderiam ser explorados pelo executor da obra.

Foi determinado prazo para que o Dnit apresente justificativas acerca das irregularidades encontradas na auditoria, caso contrário, o TCU poderá adotar medida cautelar. Também alertou o Órgão para o fato de que a eventual consumação de prejuízos ou o agravamento das irregularidades apuradas em face do prosseguimento da licitação sujeitará os responsáveis às sanções cabíveis. (Acórdão nº 1.451/Plenário, de 1.6.2011, TC nº 000.868/2011-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU fiscaliza obras do cais comercial do Porto de Vitória

O Tribunal identificou sobrepreço de mais de R$ 3,6 milhões nas obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória/ES. O valor corresponde a irregularidades em 10 itens da planilha de orçamento.

O TCU concedeu prazo à Companhia Docas do Espírito Santo S.A. (Codesa) para repactuar os valores dos itens com preços irregulares, constantes no contrato com a empresa Carioca Christiani Nielsen Construtora S.A. Foi analisada a documentação enviada pela Codesa e pela empresa contratada, no entanto, a documentação encaminhada ao Tribunal foi considerada insuficiente para afastar o sobrepreço.

Inicialmente, o valor encontrado pelo TCU ultrapassava a casa dos R$ 20 milhões. Após visitar o local da obra, conversar com técnicos da Codesa e da empresa contratada, consultar fabricantes de equipamentos e realizar pesquisas de mercado, foi possível reduzir o sobrepreço, com montante fixado em torno de R$ 3,6 milhões.

A empresa contratada afirmou que o item do processo "Trilho para porteiner/3º trilho para guindastes antigos" seria excluído do contrato, o que contribui para diminuição do sobrepreço. Já o item "Escavação em rocha sã" foi estudado para analisar sua real produtividade.

O TCU decidiu não suspender a obra, acolher parcialmente as justificativas apresentadas pelos membros da Codesa e informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o sobrepreço de mais de R$ 3,6 milhões, além de determinar a continuidade de acompanhamento de sua execução. (Acórdão nº 1.894/Plenário, de 20.7.2011, TC nº 007.403/2010-0, Relator: Raimundo Carreiro, Unidades Técnicas: 1ª Secob e 4ª Secob).

TCU identifica sobrepreço em obras na BR-104/PE

O Tribunal multou gestores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco (DER/PE) em razão de irregularidades graves identificadas nas obras de adequação do trecho rodoviário – entroncamento PE-160 e PE-149 na BR-104/PE.

Auditoria do TCU constatou os seguintes indícios de irregularidades graves: critério de medição incompatível com o objeto pretendido; sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado e de itens em duplicidade; desvio do objeto contratado devido a alterações qualitativas; ausência de prestações de contas e alterações no contrato sem o respectivo termo aditivo.

O TCU determinou prazo ao DER/PE para que providencie, nas medições futuras do contrato, o desconto do valor de mais de R$ 3,2 milhões, em razão de pagamentos indevidos nas faturas anteriores.

Tendo em vista as irregularidades, o Tribunal também determinou ao Dnit que fiscalize a execução dos serviços em conformidade com o projeto de engenharia e as revisões apresentadas e que providencie os devidos ajustes nos demais itens da obra apontados no relatório da auditoria. (Acórdão nº 1.788/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 008.224/2010-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU: Sistema Viário Marginal Baquirivu pode causar prejuízo aos cofres públicos

O Tribunal constatou que as obras de implantação do Sistema Viário Marginal Baquirivu, no Município de Guarulhos/SP, ainda não foram concluídas e que o sobrepreço encontrado no contrato pode causar prejuízo de quase R$ 7 milhões aos cofres públicos. O empreendimento está sendo realizado por meio de acordo firmado entre o Município de Guarulhos e a Construtora OAS Ltda.

A auditoria do TCU também ressaltou que não foram identificadas novas irregularidades na etapa mais recente de fiscalização. Isso porque as obras, além de estarem parcialmente concluídas, estão paralisadas e não contaram com novos recursos federais.

Ao ser questionado pelo Tribunal, o Município, representado pelo Prefeito, limitou-se a informar que considera a obra concluída e que, por esse motivo, o contrato não estaria mais vigente. Outra alegação foi a de que os processos administrativos relativos às obras estariam em poder do Ministério Público Federal, em razão de decisão judicial.

Diante das constatações, o TCU comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram implementadas pelo Órgão gestor as medidas indicadas

pelo Tribunal para sanear os indícios de irregularidades graves. Também foi informado que o saneamento do prejuízo depende do desconto no pagamento dos serviços a serem executados, além da análise de adequabilidade dos preços contratados para serviços futuros, com os valores do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). O Tribunal ainda sugere, caso necessário, a renegociação dos preços das obras a serem executadas. (Acórdão nº 2.007/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 013.223/2011-9, Relator: Augusto Nardes, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU aponta irregularidades em trecho rodoviário na BR-101/(BA)

O Tribunal recomendou ao Congresso Nacional o bloqueio de recursos para as obras de duplicação e restauração da BR-101, no trecho entre os Estados da Bahia e de Sergipe. A decisão decorre da identificação sobrepreço de R$ 69 milhões, que corresponde a aproximadamente 10% do valor total da contratação.

Auditoria do TCU constatou previsão do uso de brita comercial na obra em valores acima do preço referencial estabelecido no sistema de custos de obras rodoviárias do Dnit (Sicro-2). Verificou-se, também, ausência de estudos de viabilidade técnico-econômica acerca da possibilidade de utilização da brita produzida em vez da brita comercial.

O Tribunal determinou que o Dnit faça a revisão do orçamento da licitação e adote para todos os insumos e serviços a tabela do Sicro-2. O Órgão também deverá estudar a utilização de pedreiras vizinhas aos trechos das obras que não possuam licenciamento ou lavra concedida, mas que possam ser objeto de prévio bloqueio das jazidas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). (Acórdão nº 2277/Plenário, de 24.9.2011, TC nº 002.560/2011-9, Relator: Ministro-Subsituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU encontra irregularidades em obras do Dnit no ES

O Tribunal encontrou irregularidades na condução de concorrências realizadas pela Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Espírito Santo (Dnit-SR/ES). As licitações em questão visam à construção de passarelas metálicas nas rodovias BR-262/ES e BR-101/ES.

A Superintendência do Dnit/ES exigiu como requisito de comprovação de aptidão profissional e operacional serviços que não atendem a pressupostos de relevância técnica e de valor significativo. Outra irregularidade constatada foi a alteração, já no período de julgamento, no quantitativo da planilha orçamentária e da única proposta de preço existente. O valor orçado teve aumento de cerca de 80%. Essas modificações, nessa fase do processo, exigiriam republicação do edital. Além disso, o Tribunal apontou irregularidades relacionadas à publicidade dos orçamentos das concorrências.

Diante das verificações, o TCU determinou que o Dnit/ES proceda à anulação das referidas concorrências ou, ao menos, à declaração de nulidade dos procedimentos licitatórios subsequentes à publicação dos editais, retificando-os quanto às irregularidades e republicando-os. (Acórdão nº 2253/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 005.410/2011-8, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-ES).

TCU fiscaliza obras de restauração da BR-393/MG

O Tribunal realizou inspeção nas obras de restauração da rodovia BR-393/MG, sob responsabilidade da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Minas Gerais (DNIT/MG), contratadas com o consórcio Fidens-Empa-Terrayama.

Para o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "a fiscalização evidenciou um fato importante para a gestão de obras públicas: o consórcio responsável pelas obras fiscalizadas, por razões técnicas, passou a adquirir brita junto a outros fornecedores, mais distantes". No entanto, em atendimento à exigência da área de fiscalização do Dnit, essa mudança não implicou aumento no custo contratual. O aumento de custo foi compensado pelo incremento de eficiência da contratada, que concordou com a solução adotada. (Acórdão nº 1.938/Plenário, de 27.7.2011, TC nº 003.296/2011-3, Relator: Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-MG).

5. CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA

A emissão de parecer prévio constitui etapa fundamental no processo de controle externo da gestão pública, pois subsidia o Poder Legislativo com os elementos técnicos de que necessita para emitir o seu julgamento acerca das Contas do Governo.

O Tribunal de Contas da União detém, no amplo espectro de sua atuação, a importante atribuição constitucional de apreciar e emitir parecer prévio conclusivo sobre as contas que o Presidente da República, nos termos do art. 71, inciso I, da Constituição Federal, deve prestar anualmente ao Congresso Nacional. A emissão de parecer prévio constitui etapa fundamental no processo de controle externo da gestão pública, pois subsidia o Poder Legislativo com os elementos técnicos de que necessita para emitir o seu julgamento acerca das Contas do Governo. O relatório sobre as Contas do Governo da República contempla, ainda, informações sobre os demais Poderes e o Ministério Público, compondo assim um panorama da Administração Pública Federal.

O TCU emite parecer prévio apenas sobre as Contas prestadas pelo Presidente da República, pois as Contas atinentes aos poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, não são objeto de pareceres prévios individuais, mas são efetivamente julgadas pelo Tribunal, conforme Decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 2.238-5/DF.

Compõem as contas os Balanços Gerais da União, o relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução orçamentária e os demais demonstrativos e relatórios exigidos pela legislação. Desse modo, o parecer prévio é acompanhado de relatório contendo informações sobre o desempenho dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual, bem como sobre o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País.

Além dos exames feitos pelo TCU nos documentos, balanços e demonstrativos contábeis encaminhados pelos órgãos dos três Poderes, o Tribunal também realiza levantamentos e auditorias para subsidiar a elaboração do parecer prévio a ser emitido.

As contas referentes ao exercício de 2010 tiveram como relator o Ministro Aroldo Cedraz, que apresentou parecer técnico submetido à apreciação pelo Tribunal.

O TCU concluiu que o Poder Executivo Federal observou os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, que os balanços demonstram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31.12.2010, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvado, no entanto, alguns aspectos.

As ressalvas mais relevantes referem-se:

- ao baixo percentual de execução de 20% das ações relacionadas como prioritárias no Anexo I, Prioridades e Metas, da Lei 12.017, de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), que receberam dotação orçamentária;
- à execução de despesas orçamentárias, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, à conta de fontes de recursos sem suficiente disponibilidade financeira;
- à execução de despesa sem suficiente dotação no Orçamento de Investimento;
- à extrapolação da dotação autorizada, no Orçamento de Investimento, nas fontes "Recursos de Geração Própria", "Recursos para Aumento de PL – Controladora" e "Outros Recursos de Longo Prazo – Outras Estatais";
- ao descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, na Região Centro-Oeste, nos vinte e cinco anos subsequentes à promulgação da Carta Magna, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação;
- ao reduzido percentual de arrecadação das multas aplicadas pelos órgãos e entidades federais de regulação e fiscalização, com possíveis danos ao Erário em caso de prescrição;
- à divergência entre os valores de arrecadação da dívida ativa de 2010 registrados no Siafi e aqueles contidos no sistema Cadastro Integrado da Dívida Ativa (CIDA) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e
- a inconsistências contábeis e procedimentos inadequados detalhados no Relatório que afetaram a evidenciação do patrimônio da União nas demonstrações financeiras do exercício de 2010.

Foram feitas recomendações à Presidência da República, às secretarias do Tesouro Nacional (STN) e de Orçamento Federal (SOF), aos ministérios da Fazenda, das Comunicações, de Minas e Energia,

do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Banco Central do Brasil e a diversas entidades estatais.

Diante disso, e considerando que as ressalvas, embora não constituam motivo maior que impeça a aprovação das contas, requerem adoção de medidas saneadoras pertinentes, o Plenário do TCU aprovou, por unanimidade, em 1.6.2011, o relatório e o parecer prévio conclusivo sobre as contas do Presidente da República, referentes ao exercício de 2010. A síntese do relatório e as declarações de voto dos Ministros foram entregues ao Presidente do Congresso Nacional no dia 9.6.2011.

Monitoramento das Recomendações do Exercício de 2009

Durante o exame das Contas do Governo da República de 2009, o TCU formulou recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela realização das receitas e pela execução das despesas públicas, buscando assegurar a observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade e economicidade na gestão pública. Com o propósito de assegurar a continuidade das ações de controle, o Tribunal monitorou o efetivo cumprimento das recomendações e sugestões dirigidas a diversos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Ao longo do exercício, os responsáveis são chamados a informar e comprovar a adoção de medidas para cumprimento das recomendações ou a apresentar motivos para sua não-aceitação. Constatou-se que, das 34 recomendações feitas no relatório sobre as Contas de Governo de 2009, 7 (25,8%) foram atendidas plenamente, 12 (35,2%) atendidas parcialmente, 5 (14,7%) estão em processo de implementação e 10 (29,4%) não foram atendidas.

A íntegra do relatório e do parecer prévio pode ser acessada no site: www.tcu.gov.br/contasdegoverno (Acórdão nº 1.406/Plenário, de 1º.6.2011, TC nº 004.748/2011-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Semag).

6. OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS

Desde 1997, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que o TCU envie ao Congresso Nacional, anualmente, informações sobre as obras fiscalizadas.

Desde 1997, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que o TCU envie ao Congresso Nacional, anualmente, informações sobre as obras fiscalizadas. Desse modo, o Tribunal prepara um relatório que reúne dados sobre as auditorias realizadas e apresenta a situação geral das obras examinadas a deputados e senadores, que definem como será a distribuição de recursos no orçamento do ano seguinte.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2012), Lei nº 12.465, de 12.8.2011, a seleção das obras e serviços a serem fiscalizados deve considerar, entre outros fatores, os valores autorizado e empenhado no exercício anterior e no exercício atual; os projetos de grande vulto; a regionalização do gasto; o histórico de irregularidades pendentes e a reincidência de irregularidades cometidas; e as obras contidas no Anexo de Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da lei orçamentária, que ainda apresentarem problemas.

No entanto, a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios ficará condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição. Desse modo, O TCU, previamente à entrega anual do relatório consolidado sobre fiscalização de obras (Fiscobras), informa as irregularidades ao Congresso Nacional à medida que vão sendo constatadas. Os gestores também tomam ciência das constatações feitas pelo Tribunal no decorrer das fiscalizações, e têm oportunidade de apresentar justificativas ou comprovar a adoção de medidas saneadoras.

Assim, no dia 8.11.2011, o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, entregou ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, relatório consolidado das fiscalizações realizadas em obras públicas no ano de 2011. O trabalho, além de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas, também tem por objetivo prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária de 2012.

A LDO/2012 considera irregularidades graves os atos e os fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço, que sendo materialmente relevantes, tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros, possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato, ou configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

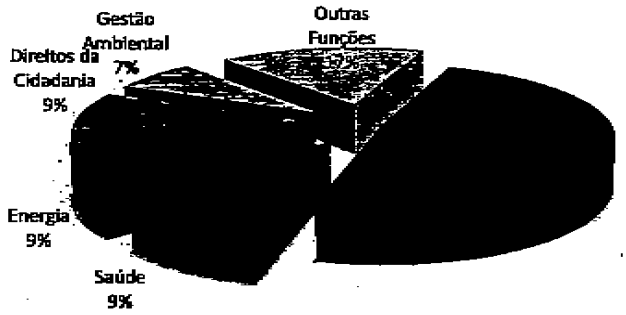
ções



Após o encaminhamento do relatório consolidado ao Congresso Nacional, o TCU continua a análise dos processos, considerando as justificativas dos responsáveis envolvidos. Cumpridas as determinações, o Tribunal informa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso a eliminação de óbices à continuidade das obras saneadas.

No decorrer dos trabalhos do Fiscobras 2011, o TCU realizou 230 fiscalizações in loco, as quais contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento-Geral da União de 2011. Entre as auditorias destacaram-se, em relação à quantidade de fiscalizações realizadas, as funções Transporte, Saúde, Energia, Direitos da Cidadania e Gestão Ambiental, com 112, 22, 21, 20 e 16 fiscalizações, respectivamente.

Distribuição da quantidade de fiscalizações por Função de Governo



O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R$ 36 bilhões. A função Energia foi a que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R$ 22,3 bilhões – 60,69%). Em segundo lugar apareceu a função Transporte (R$ 9,2 bilhões – 25,14%).

Sob a ótica dos programas orçamentários, verificou-se que as subfunções Infraestrutura, com 117 fiscalizações, e Justiça e Defesa, com 34, foram destaques em quantidade de fiscalizações realizadas. Já a subfunção Obras Especiais, com dotação superior a R$ 22 bilhões, foi a subfunção mais expressiva quanto ao volume de recursos fiscalizados.

O TCU efetuou 161 fiscalizações em obras do PAC, o que representa 70% das auditorias realizadas. Foram apontados indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação em 19 destas obras, o que equivale aproximadamente a 0,5% do total de empreendimentos compreendidos nesse Programa.

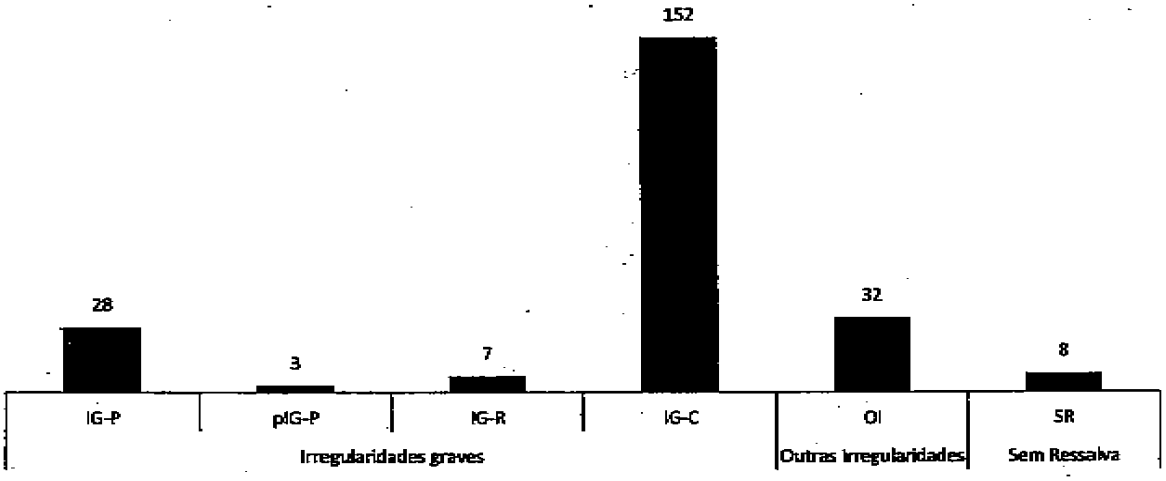
Os achados de auditoria foram classificados, em consonância com as inovações introduzidas pela LDO/2012, como "indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IGP)", "indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores (IGR)", "indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade (IGC)", "proposta de recomendação de paralisação, feita pela Unidade Técnica, mas ainda não apreciada pelo TCU (pIGP)", "indício de outras irregularidades (OI)" e "sem ressalva (SR)".

Das 230 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 190 obras (82,6%). Desses, em 26 casos (11,2%), os indícios são potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra. Nos outros 7 casos (3,04%), recomendou-se retenção cautelar (casos em que o prosseguimento da obra é autorizado desde que haja retenção de valores suficientes para compensar o possível dano ao Erário).

Distribuição da quantidade de fiscalizações por Função de Governo

Indícios	Quantidade	%
Irregularidades graves	190	82,6%
IGP	28	12,2%
pIGP	3	1,3%
IGR	7	3,0%
IGC	152	66,1%
Outras irregularidades (OI)	32	13,9%
Sem Ressalva (SR)	8	3,5%
TOTAL	230	100,0%

Nos últimos dez anos, houve uma queda nos indícios classificados como irregularidades graves com recomendação de paralisação – IGP. Conforme se depreende da figura a seguir, em 2001, 121 obras foram classificadas como IGP; em 2010, esse número caiu para 32, chegando a 28[3] em 2011.



Essa trajetória de queda deveu-se, em grande parte, às alterações progressivas do conceito do IGP que têm ocorrido nas últimas edições da LDO, mormente sob o ângulo da relevância material absoluta da irregularidade, à atuação prévia do TCU, à criação, no último ano, de mais uma secretaria especializada em fiscalização de obras, à contratação de novos servidores, iniciativas que se conjugam para, no essencial, dar efetividade à tendência de aumento na capacidade de fiscalização e ensejar maior interação do TCU com os administradores e responsáveis sob sua jurisdição, visando à melhoria da gestão pública.

Em relação às unidades orçamentárias (considerando somente aquelas com mais de duas obras fiscalizadas) que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves do tipo IGP, IGR e pIGP, a relação entre o número de subtítulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser observada na tabela a seguir.

[3] Com a reclassificação das obras "(PAC) BR-487/PR Construção Porto Camargo - Campo Mourão" e "Construção de Penitenciária em Passo Fundo-RS", cujos IGP foram excluídos em face do anúncio de medidas corretivas pelos respectivos gestores, . o número real de obras com IGP no Fiscobras 2011 passa a ser 26, e não 28.

Indícios	Obras Fiscalizadas	%			
		IGP	IGR	pIGP	%IG
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.	3	0	2	1	100,0%
VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	6	3	1	0	66,7
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS	4	2	0	0	50,0%
Ministério das Cidades	8	4	0	0	50,0%
Ministério da Integração Nacional	11	3	1	0	36,4
Fundação Nacional de Saúde	20	5	0	2	25,0
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT	87	8	3	0	14,9

O somatório dos benefícios potenciais resultantes da fiscalização de obras em 2011 atingiu cerca de R$ 2,5 bilhões. O quadro a seguir apresenta a origem dos benefícios potenciais apurados em 2011.

Indícios	Benefício Estimado (R$ milhão)
Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Norte) – Região Nordeste	339,6
Revitalização da BR-364/RO – CREMA 2ª Etapa	184,2
Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife/PE	123,9
BR-448/RS – Implantação e Pavimentação	115,0
BR-116/RS – Melhoria de capacidade incluindo duplicação	100,5
BR-135/MA – Adequação e Restauração	85,0
BR-364/AC – Construção Sena Madureira/Cruzeiro do Sul	78,1
BR-153/TO – Construção de ponte sobre o Rio Araguaia (ligando Xambioá/TO a São Geraldo do Araguaia/PA)	77,4
Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea/PB	75,4
Aeroporto de Confins/Tancredo Neves/MG	72,0
Aeroporto de Manaus/AM	70,0
Demais Benefícios	1.142,8
TOTAL	2.463,9

A relação das obras com indícios de irregularidades graves detectadas pelo Tribunal está disponível para consulta no Portal TCU - http://www.tcu.gov.br. (Acórdão nº 2.877/Plenário, de 8.11.2011, TC nº 028.136/2010-1, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras 1ª Secob).

7. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania.

O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição de foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização no âmbito de toda a Administração Pública.

7.1. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação, ao Parlamento, de trabalhos relevantes do Tribunal.

A participação do Tribunal em reuniões de Comissões e em audiência pública se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional. Estão relacionadas a seguir as participações do Tribunal nesses eventos no ano de 2011

7.1.1. Câmara dos Deputados

Em 15 de setembro, o Tribunal participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, organizada por iniciativa do 2º Vice-Presidente da Câmara, Deputado Eduardo da Fonte. A reunião discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2011, que trata da devolução de cerca de R$ 7 bilhões cobrados indevidamente dos consumidores pelas concessionárias de energia elétrica entre 2002 e 2009, em razão de falhas identificadas pelo Tribunal em auditoria sobre reajuste das tarifas, conforme os Acórdãos do TCU nº 2.210 e 2.544, ambos de 2008. O Deputado é um dos autores do referido Projeto.

Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)

No dia 5 de abril, o Tribunal participou de audiência pública para discussão sobre a redução gradual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos municípios que tiveram perdas referentes ao Censo 2010.

No dia 14 de junho, representante do Tribunal participou de audiência pública para discussão sobre o tema Convênios e Repasses da CEF.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Dirigentes do TCU participaram, no dia 15 de março, de reunião com o novo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Deputado Sérgio Brito, na Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião foi apresentar as ações desenvolvidas pelo Tribunal ao novo Presidente da CFFC.

No dia 17 de maio, o Ministro Aroldo Cedraz participou de reunião oficial para exposição de temas relacionados às contas de governo do ano de 2010. Na mesma data, representantes do Tribunal participaram de audiência pública para apresentação de esclarecimentos acerca de possível desvio de medicamentos na rede pública de Saúde no Rio de Janeiro.

No dia 1º de junho, representantes do Tribunal e do Ministério Público junto ao TCU participaram de seminário para exposição sobre o tema Avaliação da Eficácia da Estrutura do Poder Fiscalizatório no Brasil. Na mesma data, representantes do TCU participaram de seminários para exposição sobre os temas Obras da Copa do Mundo e Olimpíadas e Fiscalização das Obras Públicas.

No dia 28 de junho, o Tribunal participou de audiência pública para apresentação de esclarecimentos sobre irregularidades relacionadas ao Consórcio Jirau, no Rio Madeira-RO (cumprimento de convênios junto ao Município de Porto Velho-RO e o Governo de Rondônia).

Em 1º de julho, representante do TCU, juntamente com membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, participou de visita técnica às obras do Aeroporto Tancredo Neves e ao Estádio do Mineirão em Belo Horizonte/MG. Posteriormente, no dia 28 de setembro, de igual modo, foi realizada visita às obras da Estrada da Boiadeira e do Contorno de Maringá no Paraná.

No dia 9 de agosto, o Tribunal participou de audiência pública na Câmara dos Deputados. O evento, promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tratou da uniformização dos procedimentos de liberação e prestação de contas de contratos, convênios e transferências obrigatórias destinados à Defesa Civil. O representante do TCU destacou a importância da fiscalização concomitante com a aplicação dos recursos repassados para atendimento às situações de emergência.

O Tribunal também participou, no dia 30 de agosto, do Fórum de Debates sobre Governo Aberto promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara (CFFC). O evento discutiu temas que seriam objeto de abordagem na Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro deste ano, sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, especialmente transparência, participação e cidadania. Também foram abordados os temas Rede de Controle existente no Tribunal, a segurança da informação – com destaque para o levantamento realizado pelo TCU sobre a governança de TI – e a necessidade de investimento no setor.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

No mês de agosto, representantes do TCU reuniram-se com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Deputado Giovani Cherin, para informar-lhe sobre os resultados dos trabalhos realizados pelo Tribunal no âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares. Tratou-se, também, de determinações e recomendações do TCU relacionadas ao Programa.

No dia 6 de dezembro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu visita de integrantes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. O encontro, que também contou a participação da coordenadora de projetos da área de políticas públicas do Instituto Ethos e de representantes do Sindilegis, teve como finalidade a entrega de documento elaborado por aquele Instituto para subsidiar os debates acerca do posicionamento do Brasil durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

No dia 29 de março, representantes do TCU foram recebidos pelo Deputado Bruno Araújo, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados. O propósito da visita foi apresentar informações técnicas a respeito de importantes auditorias feitas pelo Tribunal relacionadas ao trabalho da Comissão.

No dia 27 de abril, o Tribunal participou de audiência pública para discussão de denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo Governo Federal.

No dia 8 de novembro, o TCU participou de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. A audiência, requerida pelo Deputado Silas Câmara, tratou da aplicação dos recursos destinados à publicidade do Governo Federal.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

No dia 27 de abril, representantes do Tribunal e Ministério Público junto ao TCU participaram de seminário para discussão do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que trata da Previdência Complementar do Servidor Público.

7.1.2. Senado Federal

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

No dia 21 de setembro, o Ministro-Substituto André Luís participou de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O evento discutiu o Projeto de Lei nº 1.292/1995 do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.666, de 1993, norma que regulamenta licitações e contratos da Administração Pública.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

No dia 17 de agosto, representantes do Tribunal participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O evento, presidido pelo Senador Paulo Bauer, discutiu aspectos referentes aos recursos financeiros destinados à Educação nos anos de 2009 e 2010. Trataram também de achados mais relevantes de auditorias relacionadas à área e as respectivas determinações e recomendações proferidas pelo TCU.

Representante do TCU também participou, em 27 de setembro, de audiência pública na Comissão de Educação para tratar de aspectos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às olimpíadas de 2016.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

No dia 24 de agosto, representantes do Tribunal participaram de seminário para discutir o Projeto de Lei nº 84, de 1999, que trata de crimes cometidos pela internet. Realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o evento abordou os temas: tipos penais, formas de investigação, economia e segurança, direitos fundamentais e cidadania.

Comissão de Desenvolvimento Regional no Senado Federal (CDR)

No dia 23 de março, representante do Tribunal participou da 4ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), no Senado Federal. Também participaram da reunião, o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, e o Senador Vital do Rêgo. Na reunião, foram apresentadas a estrutura e as competências do TCU, bem como as diversas formas pelas quais os parlamentares podem entrar em contato com o Tribunal e fazer requerimentos.

Comissão de Direitos Humanos (CDH)

No dia 25 de abril, representantes do Tribunal participaram de audiência pública para apresentação de projetos sociais do Tribunal de Contas da União – TCU.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

No dia 17 de maio, o Ministro Aroldo Cedraz participou de reunião oficial para exposição sobre as contas do Governo do ano de 2010.

No dia 13 de julho, o Ministro José Jorge participou de reunião na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para tratar do lançamento do Portal de Fiscalização da Copa 2014.

No mês de agosto, representantes do TCU reuniram-se com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Senador Rodrigo Rollemberg, para informar-lhe sobre os resultados dos trabalhos realizados pelo Tribunal no âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares. Na reunião, trataram também de determinações e recomendações do TCU aos órgãos e entidades que atuam naquele Programa, com vistas à adoção de medidas administrativas que contribuam para o aprimoramento da segurança no setor.

Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

No dia 29 de junho, representante do Tribunal participou de audiência pública para debate sobre propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infraestrutura financiados com recursos públicos.

No dia 22 de novembro, representantes do Tribunal compareceram à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado. A audiência, que também contou com participação de representante do Departamento de Polícia Federal, teve a finalidade de prestar esclarecimentos acerca de indícios de superfaturamento em obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), objeto de matéria veiculada pela imprensa. Também estiveram presentes, o Senador Álvaro Dias, autor do requerimento, o Senador Sérgio Souza e o Delegado da Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayahi, para prestar esclarecimentos sobre o processo que se iniciou a partir da reportagem publicada.

Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

No dia 11 de outubro, o Tribunal participou de audiência pública na Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A audiência teve por objetivo debater sobre a transparência dos gastos públicos desses eventos. Também participaram da discussão a Senadora Lídice da Mata, Presidente da Subcomissão, o Senador Zezé Perrella e Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU).

7.1.3. Câmara dos Deputados e Senado Federal

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

No dia 24 de maio, o Ministro Aroldo Cedraz participou de reunião oficial com as lideranças para exposição sobre as Contas de Governo de 2010.

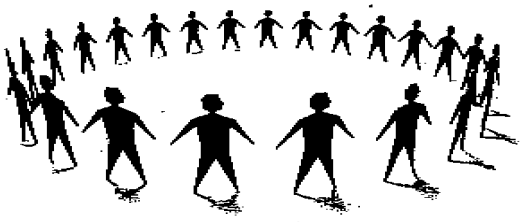
Em 11 de agosto, representantes do TCU participaram de reunião no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) da Comissão Mista de Orçamento. O Comitê é coordenado pelo Deputado Weliton Prado e tem como propósito elaborar relatório, a ser apresentado no Plenário da CMO, sobre as obras consideradas irregulares. No encontro discutiram-se obras relacionadas à Valec, à Funasa, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

No dia 18 de agosto, representantes do Tribunal foram recebidos pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras de Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). A reunião tratou de irregularidades constatadas em fiscalizações do TCU; da necessidade de repactuação de valores do contrato das obras de contenção e ampliação do cais do Porto de Vitória/ES, atualmente paralisada; de medidas saneadoras para a construção das barragens de Oiticica e de Congonhas; e, ainda, da situação das obras em presídios, verificada no âmbito da auditoria realizada na Penitenciária de Passo Fundo/RS. Também participaram da discussão, representantes da Secretaria Especial de Portos, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

No mês de setembro, representantes do Tribunal também participaram de reunião do referido Comitê para discutir obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Estiveram presentes na reunião os Deputados João Magalhães, João Dado e Marinha Raupp.

No dia 8 de novembro, representantes do Tribunal participaram de importante audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O evento teve por objetivo discutir questões relacionadas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves e contou, ainda, com a participação de técnicos do Dnit, Valec, Ministério das Cidades e Funasa.

7.2. Acordos de Cooperação e Parceiras

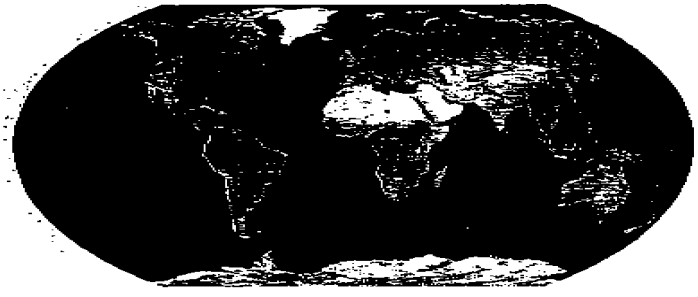


Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo do TCU no cumprimento de sua missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal seguidamente tem celebrado acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicos, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado saudável na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211/2008.

Ao fim de 2011, o TCU mantinha 72 (setenta e dois) acordos de cooperação com diversos órgãos públicos e entidades.

7.3. Atuação Internacional



O TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

Não obstante encontrarem-se em vigor vários acordos bilaterais celebrados entre o Tribunal e outras EFS, maior ênfase tem sido dada à cooperação técnica que se desenvolve no contexto de acordos multilaterais de cooperação. Além de manter intercâmbio com entidades da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e de um de seus grupos regionais, a Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o Tribunal mantém cooperação com a Organização das Instituições Supremas de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP) e da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

Participação do TCU em Organizações Internacionais de Fiscalização

Organização	Comissão técnica/grupo de trabalho/	Função
Intosai	Comitê de Normas Profissionais	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Desempenho	Presidente
	Subcomitê de Auditoria de Conformidade	Membro
	Subcomitê de Auditoria de Controle Interno	Membro
	Comitê de Dívida Pública	Membro
	Comitê de Auditoria de Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental	Membro
Olacefs	Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente – Comtema	Membro
	Comissão Técnica de Avaliação de Desempenho das EFS e Indicadores de Desempenho – Cedeir	Membro
	Comitê de Capacitação Regional	Membro
	Comissão Técnica Especial de Ética Pública, Probidade Administrativa e Transparência – Cepat	Membro
Organização das ISC da CPLP	Secretaria-Geral	Membro
Organização das EFS dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile	Secretaria-Executiva	Membro

7.4. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU. No período de 2004 a 2011, o Tribunal recebeu aproximadamente 39 mil manifestações. A seleção dessas manifestações é feita pela Ouvidoria, que as encaminha para a unidade técnica competente.

O Tribunal lançou em 2011 novo sistema de ouvidoria, o Sisouv Web, que tem como objetivo aprimorar o tratamento das manifestações e facilitar o acesso do cidadão. O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, ressaltou, na cerimônia de lançamento do sistema, a relevância do controle social. "É muito importante facilitar a participação do cidadão no controle da gestão pública. É o cidadão que possui a exata dimensão do sucesso ou do fracasso das medidas públicas, do mau uso dos recursos públicos e exerce papel fundamental no fortalecimento das ações de controle."

A atual versão do sistema agrega novas funcionalidades, entre elas:

- possibilidade de o cidadão disponibilizar mais de uma forma de contato;
- capacidade de recepção de até 4 arquivos de áudio, vídeo, imagens ou documentos com tamanho de até 5MB cada.
- redução da quantidade de intervenções manuais da Ouvidoria no processo de análise.
- eliminação de outros sistemas necessários para o tratamento de manifestações.

O acesso ao Sisouv se dá pelo Portal TCU, no endereço: http://www.tcu.gov.br/sisouv_web ou pela central de atendimento 0800-644 1500, opção 1, em que um dos atendentes cadastrará a manifestação no sistema. A Ouvidoria também pode ser acessada via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No período, foram registrados 6.819 chamados, sendo 59,68% de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e 40,32% referentes a indício de irregularidade na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU podem autuar processos de denúncia e representação, que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do Tribunal no ano de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	2010	2011
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	2.196	2.750
Outros*	4.070	4.069
Total	6.266	6.819

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

7.5. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

Portal TCU	• http://www.tcu.gov.br
Página Contas Públicas	• Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br
Portal da Rede de Controle da Gestão Pública	• http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole
Relatórios Institucionais	• Encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU
Demais publicações	• Revista do TCU, Auditorias do TCU e Informativo TCU
A voz do Brasil	• Notícias do TCU veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras
Portal de Fiscalização dos gastos da Copa de 2014	• http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

Revistas do TCU de nº 117 a 121. Periódico quadrimestral destinado à divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos e está disponível no portal do TCU na internet (http://www.tcu.gov.br).

Orientações para Conselheiros de Saúde. Trata-se de publicação elaborada com o objetivo de concorrer para a otimização do desempenho dos Conselhos de Saúde, estimular o exercício do controle social e colaborar para a melhoria e evolução do SUS. Os Conselhos são instrumentos de controle social que unem o cidadão usuário aos responsáveis pela elaboração e execução das ações de Saúde, possibilitando a participação da coletividade na formulação de planos e diretrizes dessa importante área.

Orientações para elaboração de documentos técnicos de Controle Externo. O objetivo da publicação é contribuir para o aprimoramento dos documentos de controle externo. Considerando o rol de questões levantadas em decorrência do controle de qualidade elaborado no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, em lugar de instituir modelos optou-se pela padronização dos documentos nos aspectos que lhes são comuns e pela definição de diretrizes que orientem a criação e/ou atualização dos modelos considerados necessários pelas unidades técnicas do Tribunal.

O TCU e a Copa do Mundo de 2014. Publicação que tem por objetivo apresentar um resumo gerencial das ações adotadas pelo Tribunal para acompanhar os processos referentes à preparação e à realização da Copa de 2014.

O Congresso Nacional e o TCU (2ª edição). Publicação que objetiva levar aos parlamentares uma síntese das técnicas funcionais e dos principais procedimentos desenvolvidos pelo TCU, a fim de que o Congresso Nacional, em sintonia com Tribunal, possa exercer de maneira ainda mais profícua a missão constitucional afeta ao controle externo.

Levantamento de Governança de TI 2010. Publicação que traz as principais informações obtidas em auditoria realizada em 2010 com o objetivo de avaliar a situação da governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal. O relator do trabalho foi o Ministro Aroldo Cedraz (Processo TCU nº 000.390/2010-0, Acórdão nº 2.308/2010, do Plenário).

Auditoria Interna e Controle Governamental. Trata-se de coletânea que sintetiza artigos apresentados como trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, promovido pelo Tribunal, com o apoio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR), da Câmara dos Deputados. A publicação é o resultado da cooperação entre a

AGU, a Câmara dos Deputados, a CGU e o TCU no aperfeiçoamento científico e profissional dos servidores que, em cada uma dessas instituições, têm a responsabilidade de realizar o controle da aplicação dos recursos públicos.

Auditoria Esporte de Alto Rendimento (relatório e *folder*). Apresenta os resultados da auditoria que analisou as ações de apoio ao esporte de alto rendimento sob as dimensões da detecção de atletas, ciência do esporte, Bolsa-Atleta, pós-carreira e infraestrutura de treinamento.

Auditoria Farmácia Básica (relatório e *folder*). Divulga os resultados da auditoria que teve como objetivo analisar a implantação e a operacionalização da assistência farmacêutica básica, avaliando a eficiência na gestão dos recursos pelos entes estaduais e municipais e os controles realizados pelo Ministério da Saúde.

Auditoria Proteção ao Depoente Especial (relatório e *folder*). Publicação que traz os resultados da auditoria solicitada pelo Ministério Público Federal (MPF), que objetivou avaliar o funcionamento e o desempenho do Serviço de Proteção ao Depoente Especial. Também foram avaliados pontos de interface do Serviço com outros programas de proteção, entre eles o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (a cargo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República) e os Provita dos estados. Nessa vertente, foram investigados fatores que limitam a atuação do SPDE e desses outros programas de proteção a testemunhas.

Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, exercício de2010. Trata-se da publicação do Relatório das Contas de Governo do Exercício de 2010, o qual traz uma discussão do cenário econômico e das ações governamentais. Essa discussão objetiva promover a *accountability* governamental, bem como dar transparência às ações estatais; avaliar o desempenho do Governo; incentivar o aperfeiçoamento da gestão pública em seus mais variados aspectos; fornecer um parecer sobre os dados financeiros, patrimoniais e contábeis da União; além de realizar um diagnóstico profundo em temas importantes para a sociedade, tais como mobilidade urbana, saúde, educação e direitos dos usuários de serviços públicos.

Fiscalização de Desestatização e Regulação. Trata-se de coletânea de trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal na área de fiscalização de desestatização e regulação. A atuação do TCU no controle externo das agências reguladoras fundamenta-se em competência definida pela Constituição Federal, especialmente no que se refere à realização de auditorias operacionais e à prestação de contas de pessoas que gerenciem bens e valores públicos pelos quais a União responda. Esse controle é realizado para verificar a legalidade, a eficiência, a transparência e a melhoria da gestão do setor de infraestrutura

federal, sobretudo quando decorre da atuação das agências reguladoras e dos entes responsáveis pela formulação de políticas públicas e pelo planejamento da expansão e da operação dos serviços.

Conhecendo o Tribunal (5ª edição). Esta publicação apresenta explicações sobre o que é o TCU, como ele se estrutura, onde atua, de que modo funciona; quando, por que e para que age, quais são suas funções e tendências principais. Esta quinta edição reúne informações sobre o TCU e sobre sua atuação no controle externo da gestão de recursos públicos federais, além de informações sobre o portal do TCU na internet, que permite acesso rápido a informações sobre o Tribunal tanto para o cidadão quanto para o gestor público.

8. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

8.1. Estratégias e Planos

Ser capaz de definir hoje os caminhos para alcançar o patamar de desempenho esperado pela sociedade é um dos principais desafios das organizações públicas. A escolha de opções equivocadas no presente exigirá tempo e altos investimentos no futuro para que a instituição se recupere e possa retomar o rumo adequado.

8.1.1 Planejamento Anual

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas; e atua, também, como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

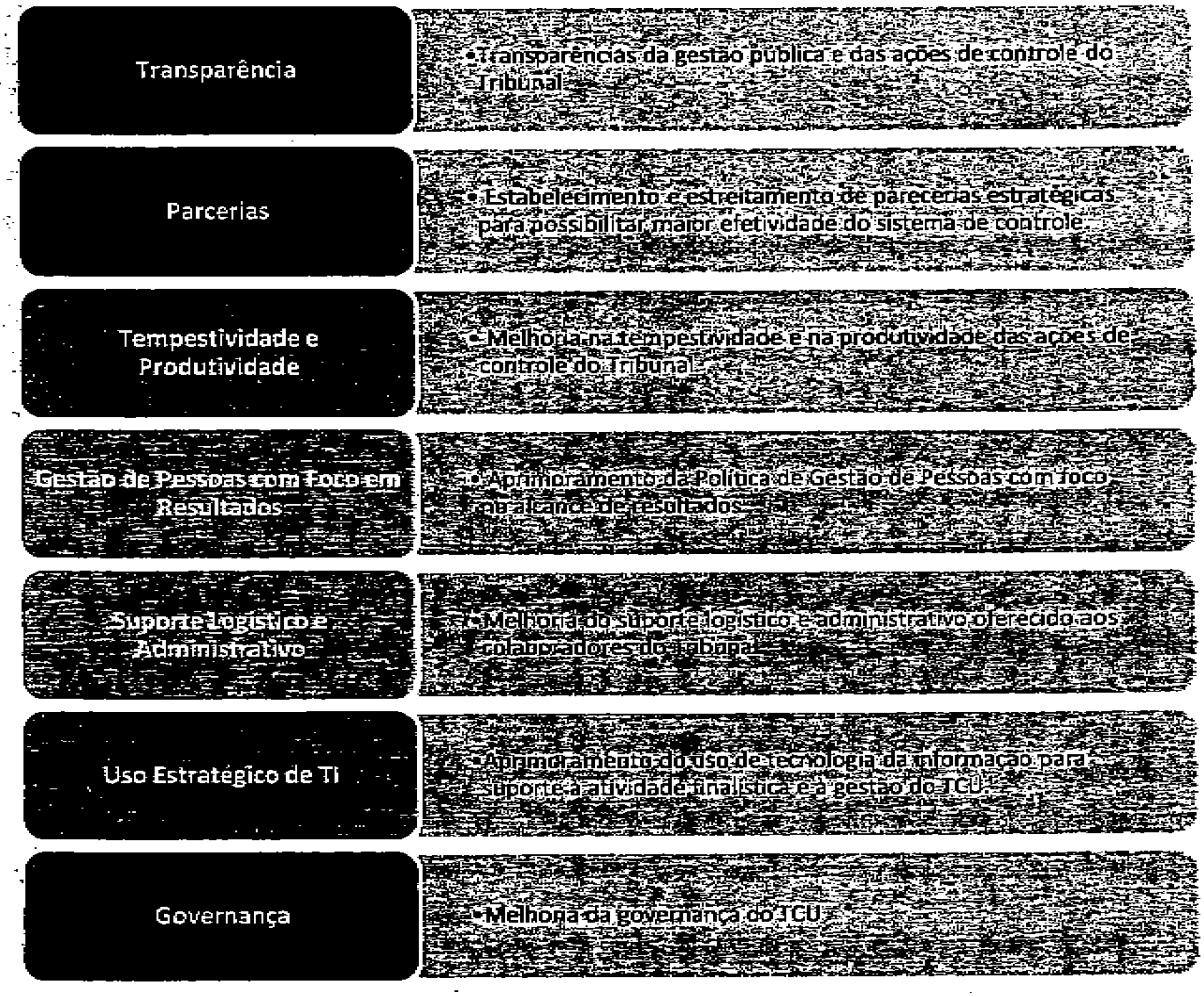
No 1º trimestre de 2011, foi realizado o 33º Encontro de Dirigentes do TCU. O evento contou com a participação dos principais gerentes das unidades da Sede e dos estados.

Durante o encontro, foram abordados assuntos relativos ao controle externo, ao aprimoramento da articulação do Tribunal com outros órgãos responsáveis pelo controle e ao

alinhamento de atividades de apoio estratégico e administrativo como catalisadores do alcance das metas institucionais.

Ainda durante o período, foram definidas as prioridades gerais de atuação do TCU para 2011. Essas prioridades estão expressas no Plano de Diretrizes do TCU. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal, contém os objetivos que devem pautar as ações do TCU, além dos principais desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

As prioridades do TCU foram divididas em sete grandes áreas:



As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o exercício de 2011 foram distribuídas ao longo do ano, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas alcançou o valor de 115,22%.

Grau de Alcance das Metas em 2011

Indicador	PESO*	META 2011	REAL 2011	%
1. Apreciações de processo em grau de recurso	5,41%	1.150	1.680	146,09%
2. Atos de pessoal apreciados conclusivamente	8,11%	100.000	407.036	407,04%
3. Homens-dia de fiscalização (HDF)	27,03%	68.500	73.485	107,28%
4. Índice de redução do estoque de processos autuados até 2007	13,51%	56%	111,56%	199,22%
5. Índice de redução do estoque de processos de controle externo autuados até 2010	13,51%	60%	65,42%	109,04%
6. Índice de redução do estoque de processos sobrestantes	2,70%	40%	14,08%	35,20%
7. Processos de controle externo apreciados conclusivamente	27,03%	7.000	6.616	94,51%
8. Regimento Interno revisto	2,7%	1	1	100%
Resultado do TCU no exercício de 2011				115,22%

* Peso do indicador no alcance do Resultado

Cabe ressaltar que uma parcela da remuneração dos servidores da instituição está atrelada ao alcance de resultados institucionais. Essa prática tem contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades do Tribunal. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com os destinos traçados para o TCU.

8.1.2 Novo Plano Estratégico

Após um período de discussão com todos os servidores desta Casa e com diversos peritos externos, foi aprovado o novo Plano Estratégico do TCU, que apresenta as principais orientações do Tribunal para o período de 2011 a 2015. Trata-se de um importante instrumento gerencial na busca por resultados mais efetivos para a sociedade na medida em que expressa, traduz e comunica a estratégia de atuação institucional.

O TCU é um dos poucos órgãos da República com dupla preocupação em relação ao planejamento da Administração Pública: por um lado, na sua atuação administrativa, o Tribunal tem o dever de otimizar seus processos e servir de exemplo a todos os gestores; por outro lado, em sua atuação na área fim, o controle externo, precisa contribuir para o aperfeiçoamento de todos os demais órgãos e entidades.

Um Plano Estratégico define, em linhas gerais, o caminho a ser seguido para reforçar a legitimidade de uma organização ao longo do tempo. Podemos caracterizá-lo, ainda, como o conjunto de

objetivos e ações necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro de cada instituição.

Para que o Tribunal possa cumprir sua missão de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública e alcançar sua visão de ser reconhecido como instituição de excelência no controle externo, foi materializado mapa estratégico que contempla grupo de objetivos inseridos nas perspectivas de "Resultados" esperados, de "Processos Internos" a serem desenvolvidos, de "Pessoas e Inovação" e de "Orçamento e Logística".

O raciocínio traduzido no referido mapa é muito simples: é preciso assegurar recursos para capacitar pessoas que serão responsáveis pelo aprimoramento dos processos institucionais com vistas ao alcance dos resultados almejados.

Por esse motivo, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias que assegurem o cumprimento da missão e o alcance da visão institucional com resultados capazes de atender às expectativas da sociedade, do Congresso Nacional e do Estado em relação à atuação e ao papel conferido, ao longo da história, ao TCU.

Os objetivos inseridos na primeira perspectiva, "Orçamento e Logística", permitirão ao TCU promover a melhoria de sua governança e intensificar o uso de tecnologia da informação em suas ações de controle, bem como proporcionarão a modernização de sua gestão.

Já na perspectiva de "Pessoas e Inovação", será preciso investir constantemente no desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais do corpo técnico do Tribunal. Certamente conhecimentos deverão ser adquiridos ou aprimorados para que o TCU esteja preparados para enfrentar os desafios futuros que se aproximam, como, por exemplo, novas tecnologias, áreas de inovação e cenários imprevistos.

De modo concomitante, devem ser feitos investimentos na estruturação da gestão do conhecimento organizacional e na modernização e integração das práticas de gestão de pessoas, sempre com foco no fortalecimento da cultura orientada a resultados e na inovação.

Espera-se que o alcance dos objetivos das duas perspectivas anteriores seja lastro para o sucesso da terceira: "Processos Internos".

Nela, estão contemplados objetivos relacionados à governança e desempenho; parcerias com órgãos e entidades que zelam pela qualidade do gasto público, em especial com o Congresso Nacional; tempestividade

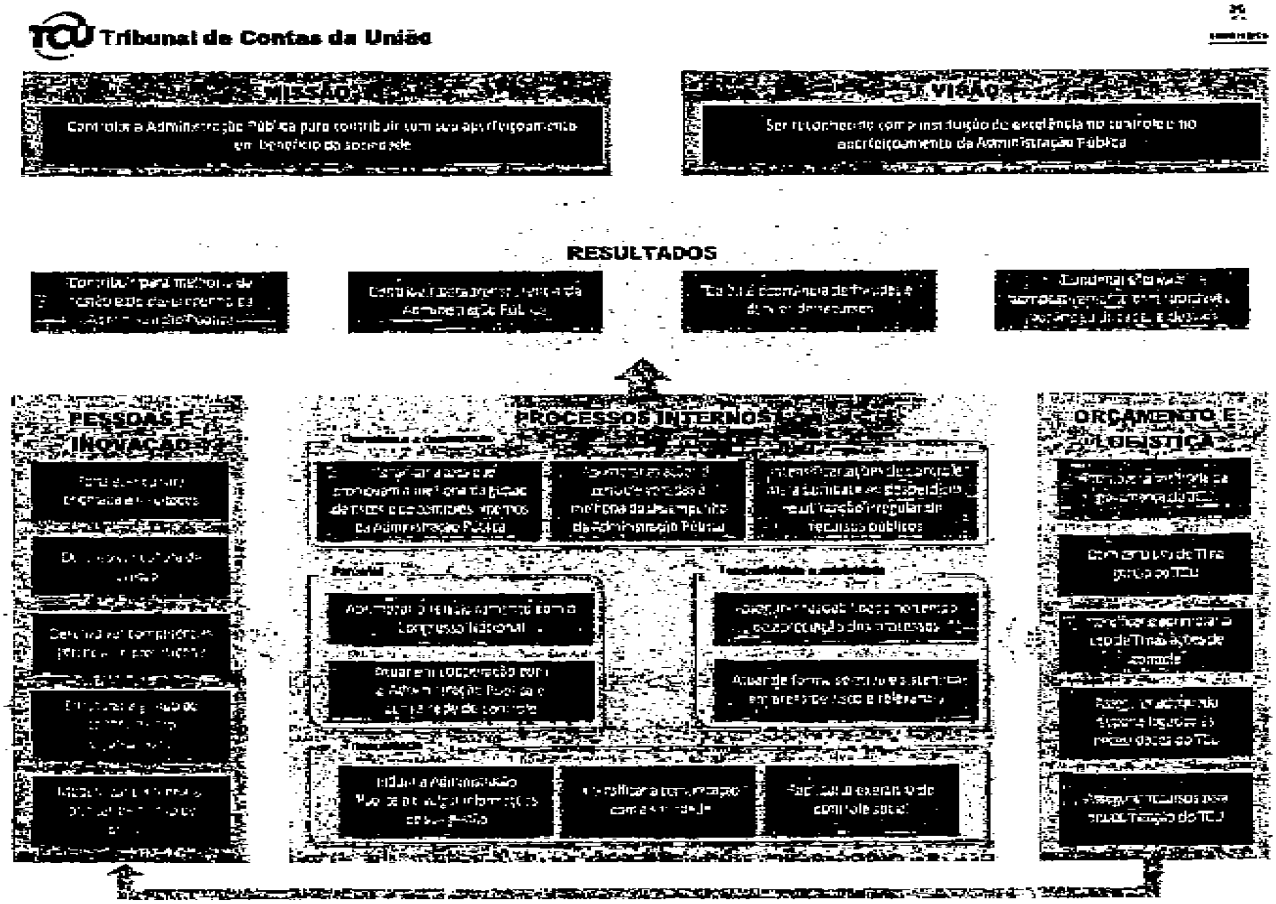
e seletividade das ações de controle; indução da Administração Pública para divulgação de informações de sua gestão e intensificação da comunicação com a sociedade para facilitar o controle social.

Espera-se que a melhoria desses processos de trabalho seja marco para a geração contínua de resultados concretos à sociedade. O Mapa Estratégico prevê quatro diretrizes de resultados para a atuação do Tribunal de Contas da União: contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da Administração, contribuir para transparência dos gastos e ações governamentais, coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos, e condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios de recursos.

A íntegra do plano pode ser acessada em www.tcu.gov.br

Por fim, cabe ressaltar que o planejamento materializado neste plano é dinâmico e precisa ser constantemente avaliado e aprimorado.

Mapa Estratégico do Tribunal de Contas da União



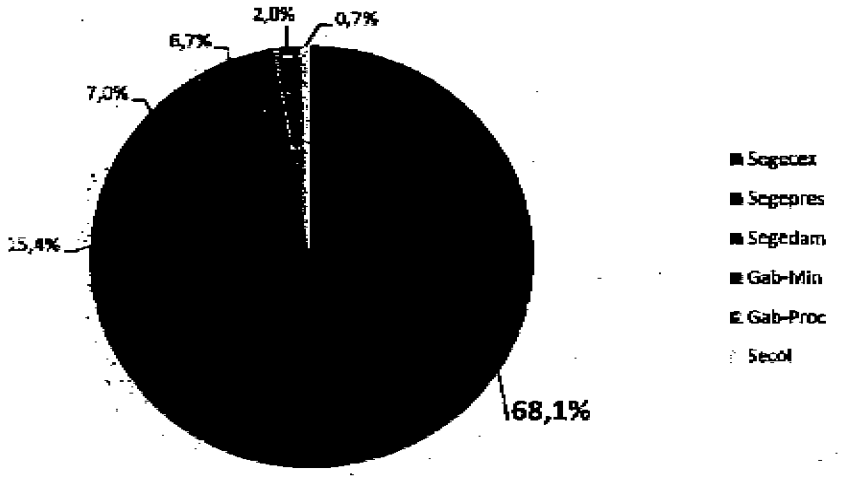
8.2. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.572 estavam ocupados no final do período.

Quadro de Pessoal da Secretaria do TCU

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupado
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.568	1.470
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	199	196
Subtotal	1.767	1.666
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	157	157
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	751	729
Subtotal	908	886
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	2.695	2.572

Distribuição da força de trabalho dos auditores do TCU



Desenvolvimento Profissional e Capacitação

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do TCU. A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para a consolidação da imagem de excelência da instituição.

Nas organizações, a preparação das pessoas e a criação de condições para que elas desempenhem suas atribuições funcionais, ao lado da devida valorização do esforço laboral, constituem

aspectos críticos para o sucesso. São as pessoas, capacitadas e motivadas, que operam os processos de uma instituição e fazem com que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

Sintonizado com esse contexto, o Tribunal tem investido significativamente em ações de treinamento, desenvolvimento de competências e educação continuada de seu corpo técnico. A profissionalização do servidor público é essencial à promoção de inovações na Administração Pública e à melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

No TCU, as atividades de seleção, capacitação e desenvolvimento profissional estão a cargo do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), criado na Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992) e instituído pela Resolução-TCU nº 19, de 09.11.1994. Como unidade gestora das ações de educação corporativa no TCU, o ISC tem, nos últimos anos, trilhado diversos caminhos de modernização técnica, administrativa e gerencial, com a vista a atender às necessidades de desenvolvimento institucional do Tribunal e às exigências da sociedade brasileira por excelência na gestão pública.

Nos últimos anos foram implementadas diversas ações de reestruturação e modernização, tais como: modelagem de processos de trabalho; estrutura organizacional matricial; adoção das diretrizes de qualidade propostas pela norma ISO 10.015; organização dos eventos educacionais em programas de desenvolvimento de competências; especialização da equipe; atualização e melhoria do referencial normativo balizador da educação corporativa; ampliação da educação a distância; aperfeiçoamento do modelo de gestão de pessoas por competências; promoção de ações de capacitação da cadeia de valor do TCU; e estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica e operacional.

8.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do TCU para o ano de 2011 apresentou dotação de R$ 1.354.248.218,00. A despesa liquidada até o final do ano foi de R$ 1.346.531.785,39 (99,43%) da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária (Situação em 31.12.2011)

Natureza de despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	1.312.178.205,00	1.306.385.187,06
Pessoal	1.164.794.006,00	1.164.794.006,00
Ativo	629.167.753,00	629.167.753,00
Inativo e Pensionista	421.121.446,00	421.121.446,00
PSSS*	114.504.807,00	114.504.807,00
Juros e encargos da dívida	76.284,00	76.283,34
Outros custeios	147.307.915,00	141.514.897,72
Material de consumo	2.746.405,61	2.746.356,59
Serviços de terceiros	91.025.346,25	85.259.586,59
Auxílio financeiro	46.796.461,51	46.795.151,28
Outras despesas	6.739.701,63	6.713.803,26
Despesas de capital	42.070.013,00	40.146.598,33
Total	1.354.248.218,00	1.346.531.785,39

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

Proposta Orçamentária para 2012

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária para 2012 foram observadas as necessidades e anseios do Tribunal. A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TCU, após o tratamento das informações obtidas junto às diversas unidades da Casa, definiu as bases dessa proposta.

Fomos informados inicialmente pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) que o limite orçamentário total cabível para o ano de 2012 era de R$ 1.349.175.060,00. Dessa importância, R$ 1.159.181.874,00 destinavam-se ao atendimento de dispêndios com pessoal e encargos sociais e R$ 189.993.186,00 para os grupos de natureza de despesa "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos", sendo R$ 38.993.186,00 direcionados ao pagamento de benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes; montante que foi posteriormente incrementado em R$ 11.665.593,00. Nesse contexto, o teto orçamentário disponibilizado ao TCU, exclusive doações (BIRD), amortização e juros, alcançou a cifra de R$ 1.360.840.653,00;

Dentre as ações atendidas com o teto orçamentário fixado destacam-se o projeto de reforma do Edifício Sede do TCU, no qual foram alocados R$ 14.000.000,00; R$ 2.580.000,00 direcionados aos dispêndios relacionados à comunicação e divulgação institucional e R$ 300.000,00 para início das obras de construção da Escola Superior de Controle.

A parcela concernente ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) "Pessoal e Encargos Sociais" foi definida a partir dos seguintes critérios:

a) Projeção dos dispêndios com base na execução orçamentária efetiva do TCU observada no mês de março de 2011; e

b) Anualização do impacto decorrente de concurso público, com posse prevista de 80 novos servidores, referente ao anexo V da Lei Orçamentária vigente, Lei nº 12.309, de 2011.

Nesse contexto, ressalta-se que o referencial monetário informado pela SOF não contemplou os elementos abaixo relacionados, os quais foram objeto de pleito junto ao Congresso Nacional pelo TCU, por intermédio de emendas ao orçamento:

a) elevação da despesa com aposentadorias e pensões em decorrência de decisão judicial (1ª instância) com mérito pela procedência do pedido de alteração do critério de mensuração da gratificação de desempenho (GD), ao custo de R$ 31.343.000,00;

b) reestruturação do plano de carreira dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União, objeto do Projeto de Lei nº 1.863, de 2011, alcançando a importância de R$ 303.332.988,00;

c) elevação nos subsídios de Ministros e membros do Ministério Público junto ao TCU, em função do Projeto de Lei 7.749, de 2010, o qual estabelece o aumento do valor do subsídio dos Ministros do STF, passando de R$ 26.723,13 para R$ 30.675,48, e do PL 7.753, de 2010, que prevê o aumento dos subsídios dos membros do Ministério Público para o mesmo patamar; e

d) ampliação do parque computacional, mediante o aporte de R$ 29.000.000,00 com o intuito de viabilizar o incremento da capacidade de armazenamento, processamento e comunicação de dados.

Entretanto, o autógrafo da lei orçamentária para o ano de 2012 encaminhado pelo Congresso Nacional à Presidência da República no início do mês de janeiro não abrange nenhum desses elementos.

O quadro geral abaixo, detalhado por grupo de natureza de despesa e de acordo com o montante disponibilizado pela Secretaria de Orçamento Federal, apresenta a proposta orçamentária do TCU encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo que a parcela destinada ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida foi oportunamente incluída pela SOF previamente ao envio do projeto da lei orçamentária ao Congresso Nacional:

Grupo de Despesa	Proposta Orçamentária para 2012
Pessoal e Encargos Sociais	1.159.181.874
Outras Despesas Correntes	159.557.255
Outras Despesas Correntes (exceto doações e Benefícios)	108.810.390
Outras Despesas Correntes (doações)	88.086
Outras Despesas Correntes (Benefícios)	50.658.779
Investimentos	42.189.610
Total	1.360.928.739

Informações sobre Transferências de Crédito Orçamentário ao longo do exercício financeiro de 2011.

Em 2011 foi transferido o montante de R$ 1.536.554,01, a título de descentralização externa de crédito, conforme discriminado a seguir:

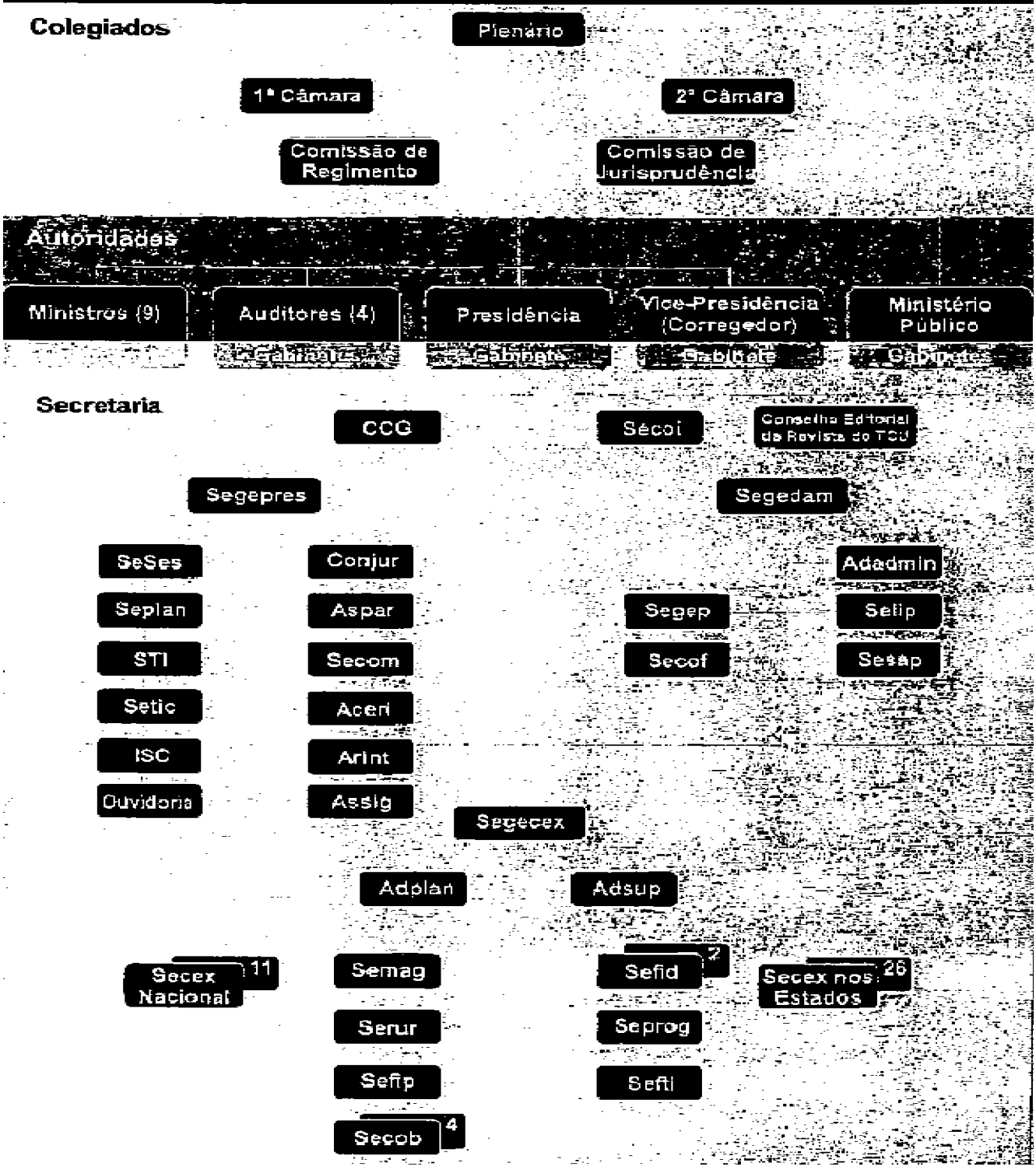
a) R$ 1.553.543,31 para o Ministério da Fazenda (MF), em cumprimento às Portarias-TCU nº 69, de 11/3/2011, nº 78, de 17/3/2011, nº 79, de 21/3/2011, nº 133, de 30/5/2011 e nº 157, de 21/6/2011, para atender ao rateio das despesas com obras de recuperação estrutural no prédio do MF, ocupado pelas Secretarias de Controle Externo sediadas no Estado do Rio de Janeiro – RJ, e parcela das despesas condominiais, por compartilharem as instalações do Ministério e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Deste total, foi inscrito em Restos a Pagar, pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RJ, UG 170114, o montante de R$ 568.083,76.

b) R$ 3.010,70 para o Ministério das Relações Exteriores - MRE, em cumprimento à Portaria-TCU nº 269, de 7/10/2010, para atender ao dispêndio decorrente da contratação de tradutor em decorrência da participação de representantes do TCU em reunião técnica realizada na Universidade de Harvard.

Ressalta-se, por fim, que os diversos acordos de cooperação e parcerias celebrados pelo TCU com órgãos e entidades da Administração Pública não são onerosos e envolvem eminentemente colaboração técnica das partes.

9. ANEXO

"Organograma do Tribunal de Contas da União"



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 2-4-2012

até 7/4 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 22/4 prazo para apresentação de relatório;

até 27/4 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 4/5 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 3 de abril do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 18, de 2012**, da Liderança do PP, a Senadora Ana Amélia para integrar, o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 18/2012-GLPP

Brasília-DF, 2 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senhora Senadora Ana Amélia Lemos para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Cordialmente, – Senador **Francisco Dornelles**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 19, de 2012**, da Liderança do PP, o Senador Ciro Nogueira para integrar o Programa Senado Jovem Brasileiro.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 19/2012-GLPP

Brasília-DF, 2 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senhor Senador Ciro Nogueira para representar o Partido Progressista na Comissão do Projeto Jovem Senador.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de estima e apreço.

Cordialmente, – Senador **Francisco Dornelles**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 22/2012/CJECP

Brasília, 30 de março de 2012

Assunto: Comunicação de Afastamento dos Trabalhos da Comissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Doutor René Ariel Dotti solicitou seu afastamento dos trabalhos da Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal, a partir de 21 de março do corrente.

Atenciosamente, – Ministro **Gilson Dipp**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Como oradora inscrita, Senadora Ana Amélia, do PT do Rio Grande do Sul... Não, do PP do Rio Grande do Sul – isso foi uma homenagem a V. Exª. *(Risos.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Sr. Senador Valdir Raupp, Srªs e Srs. Senadores, servidores desta Casa, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, inescapável hoje deixar de abordar mais uma vez as denúncias que tomaram conta das manchetes dos jornais envolvendo o Senador Demóstenes Torres.

Nos mais recentes capítulos das investigações, o Supremo Tribunal Federal, provocado pela Procuradoria-Geral da República, autorizou abertura de inquérito para investigar o Senador de Goiás e determinou a quebra do sigilo bancário do Senador Demóstenes Torres.

O agravamento das denúncias levou a Ordem dos Advogados do Brasil a pedir a renúncia do Senador do Democratas. O resultado das investigações, Senador Roberto Requião, até agora indica uma ligação do Senador de Goiás a um esquema de associação com o empresário Carlos Augusto Almeida Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira, acusado de chefiar uma quadrilha de exploração de jogos ilegais e que continua preso na Polícia Federal.

Quem acompanha os trabalhos do Plenário do Senado deve lembrar muito bem que nós aqui defendemos a moralidade, a ética e a honestidade na política, usando esta tribuna ou outra, no plenário ou nas comissões, pela ordem ou para uma comunicação inadiável ou comunicação de liderança, mas poucos Senadores

o fizeram com tanto destemor e contundência quanto o Senador Demóstenes Torres.

O Senador de Goiás, aliás, foi ironicamente o relator da Lei da Ficha Limpa. Ele próprio escreveu no prefácio do livro *Ficha Limpa: a vitória da sociedade,* de autoria do Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, a seguinte e emblemática frase:

> Não se admite que os destinos da Nação possam ser geridos por representantes que não possuem conduta adequada à dignidade das relevantes funções públicas.

E o que o eleitor sente quando um representante do povo prega o fim da corrupção, o fim do erro e da roubalheira, mas, em seguida, esse mesmo líder aparece enredado na teia de escândalos e denúncias?

Esse eleitor, senhoras e senhores, perde a confiança na política, nos partidos, no Poder Público, porque esses poderes deveriam estar trabalhando pela moralidade e pela construção de um Brasil menos corrupto.

A imagem do Parlamento brasileiro está, nos últimos anos, em constante discussão e, é claro, também em avaliação sob o crivo exigente da sociedade. E isso, Srªs e Srs. Senadores, é preocupante, porque o que se discute, ao fim e ao cabo, é a democracia e os pilares que a sustentam aliados à ética, à honestidade e à responsabilidade.

Durante anos, lutamos por eleições diretas, por direito de voto e por uma sociedade mais justa.

O que se vê hoje nas redes sociais, como Twitter e Facebook, uma realidade da comunicação direta, são eleitores revoltados com o Poder Legislativo brasileiro, provocando inclusive indagações sobre qual o real valor do Congresso Nacional. É o resultado de tanta frustração e de tanta perplexidade.

Não podemos admitir que o povo brasileiro considere que erros praticados por membros do Legislativo sejam imputados à instituição. Esta é perene, permanente. Os Senadores passam, o Senado como instituição fica. E será tanto mais fortalecido quanto mais rápidas as suas instâncias reagirem no caso Demóstenes Torres. Eu me refiro, especialmente, ao Conselho de Ética desta Casa e também à sua Corregedoria.

As cenas de deboche aos políticos brasileiros em programas de humor na televisão podem ser muito criativas e até bem engraçadas, mas são muito tristes quando se analisa que a ética virou uma piada nacional.

Podemos usar explicações históricas para entender a existência da corrupção. Os primeiros registros de práticas de ilegalidade no Brasil são do século XVI, no período da colonização portuguesa. Mas o eleitor brasileiro do século XXI, que a cada dois anos vai às urnas para escolher o seu representante municipal, as câmaras municipais, as assembleias legislativas, os governos estaduais e também a Presidência da República e o Congresso Nacional, esse eleitor está cansado de ver e ouvir os inúmeros casos de irresponsabilidades envolvendo autoridades do setor público e agora também de outros poderes, no caso, o Poder Judiciário, conforme constatação feita pelo Conselho Nacional de Justiça, que também trabalha para ter no recrutamento daqueles cargos de confiança a aplicação dos critérios da ficha limpa.

Ética, Srªs e Srs. Senadores, é um ramo da filosofia dedicada aos assuntos morais e, como palavra derivada do grego, significa aquilo que pertence ao caráter.

A defesa da integridade do Legislativo está em jogo.

Apoio o trabalho sério de investigação que vem sendo feito pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República, apoiados pelas decisões do Supremo Tribunal Federal. Essas instituições devem manter o espírito republicano e apurar tudo, até confirmar as denúncias e punir os responsáveis.

Mas a agilidade também precisa ser vista aqui no Congresso Nacional. O Presidente do Senado, José Sarney, já convocou reunião do Conselho de Ética desta Casa, o que deve acontecer na próxima semana, e a escolha de um presidente do Conselho deve facilitar a convocação do Senador Demóstenes Torres para que apresente explicações das denúncias a todos os Parlamentares.

Vejo também como muito positiva a postura do partido do Senador Demóstenes.

O Democratas já afastou o Senador do cargo de Líder nesta Casa e pede explicação imediata do membro do partido acusado de envolvimento com o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Recebo uma nota dizendo que o Presidente do Democratas, nosso colega Senador José Agripino Maia, terá, nesta segunda-feira, o que classificou como "uma conversa definitiva" com o Senador e ex-Líder do Partido Demóstenes Torres, para ouvir dele as explicações sobre as denúncias de envolvimento em negócios ilícitos conduzidos pelo empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

A finalidade é encaminhar as explicações à Executiva Nacional para que o órgão decida sobre a permanência de Demóstenes nesta legenda. Devem participar do encontro também o Presidente do Diretório Regional de Goiás, Deputado Ronaldo Caiado, e o Líder do Partido na Câmara, Antônio Carlos Magalhães Neto.

Segundo o Presidente do Democratas, não havia, até o fim da manhã, nem hora nem local para essa

reunião. Mas a atitude do partido já dá a segurança de que ele será também implacável, como foi em casos passados recentes.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Volto a afirmar que não compactuo com o erro. Em pouco mais de um ano como Senadora, já assinei lista favorável à realização de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias e irregularidades, como foi o caso do ex-Ministro Antonio Palocci. Fui favorável à CPI da Corrupção, à CPI dos Transportes e, mais recentemente, à CPI da Saúde.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Não se podia esperar de V. Exª, Senadora Ana Amélia, outra posição. A firmeza e a franqueza de se manifestar a respeito, como diria a nossa Presidenta Dilma, dos malfeitos de um Senador que conviveu conosco, que era respeitado, nesta Casa, pela sua posição, pela sua postura e que, agora, aparece envolvido nesse escândalo denunciado pela revista *Veja* e por quase todos os jornais brasileiros. Mas isso não é uma exceção goiana, Senadora. No Paraná, acontecia a mesma coisa. E eu, quando Governador, utilizando, inclusive, a televisão do Estado, a Paraná Educativa, nas escolas de governo, que se dava toda terça-feira pela manhã, referia-me a isso. Eu denunciei membros do governo que me antecedeu, que, aliás, até foram, posteriormente, condenados pela Justiça Federal. Mas o envolvimento do jogo e da corrupção no Brasil é muito sério. Eu fui condenado por danos morais e fui obrigado a indenizar autores de desfalques monumentais na Companhia Paranaense de Energia Elétrica, proprietários de bingos que atuavam a partir da Casa Civil do Governo do Estado. Essas condenações foram feitas por juízes, um deles até hoje afastado pelo Conselho Nacional de Justiça, mas eu continuo a ser condenado, respondendo processos. O envolvimento do jogo encontra patrocínio inclusive no Congresso Nacional. É recorrente a tentativa de reapresentar projetos de legalização, como essa armadilha patrocinada pelo Cachoeira – que, parece, nem o Senador Demóstenes entendia bem o que tramita na Câmara Federal. Então, a atitude do Senado tem que ser firme. Apesar do constrangimento pessoal que nos causa a participação de um par respeitado – é preciso que se diga isso, que o Senador Demóstenes era respeitado como um guerreiro da moralidade no Plenário do Senado Federal –, essa decepção, esse constrangimento têm de ser superados. É por isso que quero louvar seu pronunciamento. Temos que passar por cima dos constrangimentos pessoais, varrer todo o laivo de corporativismo que possa ter o Senado da República, e todos nós temos de tomar a atitude que V. Exª está tomando neste momento. Por isso, peço a palavra para cumprimentá-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito, Senador Roberto Requião. Como V. Exª, eu tenho muita tristeza de estar aqui nesta tribuna. Eu não gostaria, sinceramente, mas é uma responsabilidade do mandato que V. Exª tem e que eu e os demais Senadores temos de prestar uma satisfação da nossa atitude não corporativa, mas uma atitude de responsabilidade que a sociedade nos exige, a sociedade que fez esta Casa e a Câmara aprovarem a Lei da Ficha Limpa, empurrando o Legislativo a uma decisão necessária para que os malfeitos não aconteçam.

O aparte de V. Exª realmente confirma que todos nós estamos muito perplexos, muito constrangidos. Pessoalmente, estou muito triste com tudo o que está acontecendo. Por isso, não podemos nos calar diante do que está ocorrendo. Devemos exigir que a ele seja dado o direito de defesa no Estado democrático de direito, mas temos, acima de tudo, de preservar a instituição.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Até porque todos nós presentes no plenário no dia em que o Senador ocupou a tribuna nos manifestamos, tomados pela surpresa e pela incredulidade, a respeito das acusações que eram feitas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – E outro dia, pela Internet, alguém me perguntou: "Mas e agora, Senador Requião, o que você tem a dizer"? Só uma coisa, Senadora: quem nunca errou que atire a primeira pedra. Nós erramos, mas o Senado irá, coletivamente, corrigir esse erro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada novamente, Senador Roberto Requião, por esse aparte que realmente completa aquele pensamento que tenho em relação a essa matéria tão delicada, tão complexa, tão difícil para todos nós, especialmente para V. Exª, que teve um trabalho tão importante no combate aos desmandos no seu Estado do Paraná, com todos esses problemas que aconteceram.

Nós tivemos uma Juíza muito corajosa, Denise Frossard – depois foi Deputada Federal – que botou na cadeia os bicheiros, coisa que parecia impensável. Mas é possível quando há decisão e disposição política, tal como está fazendo agora a Presidente do Conselho Nacional de Justiça em relação a colocar também um foco de luz sobre uma área que era, até há pouco, nebulosa.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ana Amélia, eu fiz questão de chegar hoje aqui no início da sessão da tarde porque tenho a expectativa de que o Senador Demóstenes Torres use a tribuna nesta tarde. Imagino que tudo aquilo que está publicado na imprensa nas últimas duas semanas e, em especial, no último final de semana leva-o à necessidade premente de explicar os fatos. Naquela tarde em que o Senador Demóstenes Torres fez o pronunciamento, primeiro, disse que ele seria o primeiro a solicitar o esclarecimento cabal, completo de todos os fatos, que ele iria colaborar para que fosse realizado o esclarecimento, a apuração completa dos episódios. O Senador Demóstenes Torres tem sido um dos mais veementes, aguerridos, assertivos inquiridores daquelas autoridades que, em algum momento, vieram, foram chamados a dar explicações aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, em Comissões Parlamentares de Inquérito ou nas comissões regulares. Ele sempre foi um dos mais severos arguidores, e também todos nós nos lembramos da maneira como tão incisivamente ele cobrou explicações daqueles que foram indicados para o Conselho Nacional de Justiça, assim como para os indicados aos superiores tribunais. O Senador Demóstenes Torres, que tem grande conhecimento jurídico e, por isso, é muito respeitado entre todos nós, ele nos surpreendeu conforme V Exª e o Senador Roberto Requião acabam de afirmar. Então, tem razão V. Exª: trata-se de uma situação difícil para nós. A nossa responsabilidade nos manda cobrar, mesmo com o sentimento que V. Exª diz, de tristeza, porque nós tínhamos no Senador Demóstenes Torres uma pessoa que era por todos nós muito respeitada pela forma como sempre cobrou a correção no trato da coisa pública por todos os agentes de governo em todos os níveis. E eu quero aqui transmitir, como colega do Senador Demóstenes Torres, que, naquela tarde, fui o primeiro a pedir o aparte após o seu pronunciamento, o que levou inúmeras pessoas a perguntarem, inclusive dentro do PT: "mas como é que o Senador Eduardo Suplicy faz uma ponderação dessa natureza?" O que eu disse naquele dia foi a expressão completa do meu sentimento, o mais sincero. E quero dizer ao Senador Demóstenes Torres, com quem sempre tive uma relação de muita construção aqui dentro, se algum dia ocorrer comigo algum episódio que envolva a necessidade de esclarecimento completo, que seja ele a primeira pessoa a dizer a mim: "Senador Suplicy vá à tribuna e explique tudo". E V. Exª tem toda a razão, é direito constitucional do Senador Demóstenes, antes que haja uma decisão sobre...até mesmo a eventual decisão de renunciar, que se colocou; ou de o seu partido expulsá-lo ou de ir ao Conselho de Ética, o que seja, mas a primeira coisa é que ele possa aqui dar explicações. Quando houve episódios relativos a outros Senadores, eu fui o primeiro, eu fui um dos que sugeriu, inclusive ao Presidente José Sarney: "compareça ao Conselho de Ética e explique, ou aqui no plenário, todos os episódios que estão a exigir explicações, as mais completas. Então, quero congratular-me com V. Exª por essa postura aqui de dizer ao Senador Demóstenes Torres que o seu direito à defesa está assegurado, queremos ouvi-lo acerca de tudo que foi divulgado na imprensa, o relacionamento dele com o Sr. João Cachoeira, para as mais diversas ações e formas de interferir em designações no Governo Federal, ali no Superior ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No Supremo Tribunal Federal, aqui no Senado Federal e ali no Governo de Goiás. Essas coisas precisam ser esclarecidas. Então, meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, por esta sua postura e pronunciamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Eduardo Suplicy, eu lhe agradeço muito a argumentação usada em relação ao direito inarredável que tem o Senador – e todo cidadão brasileiro, constitucionalmente, num País democrático – à sua defesa.

O que aconteceu naquela tarde, quando 44 Senadores manifestaram solidariedade, eu apenas levantei a questão da perplexidade com as informações, com aqueles trezentos telefonemas trocados entre o Senador Demóstenes e o Carlinhos Cachoeira, que é o líder do jogo ilegal.

Na verdade, naquele momento, nenhum de nós, Senadores, tinha ideia do que viria na sequência em relação ao agravamento e à profundidade das denúncias que agora estão aflorando e que não envolvem apenas o Senador Demóstenes Torres. É bom que se diga que parlamentares de outros partidos também estão envolvidos nessa relação promíscua com o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

O Senado, Senador Eduardo Suplicy, deve dar o exemplo para toda a sociedade. E é exatamente isto que nós queremos aqui: uma atitude republicana, de responsabilidade, respeitado o direito do Senador à sua defesa.

Se um representante do povo, se um parlamentar, que é eleito para legislar e fiscalizar a aplicação das leis, não respeitar essas leis, nosso País não irá nunca amadurecer como democracia, não irá nunca erradicar a cultura da impunidade, acobertado – ao

fazer esses malfeitos – ou por um mandato ou por um cargo titulado, seja no Judiciário, seja no Executivo.

Temos de ser implacáveis com essas questões sob pena de desmoralizarmos a própria instituição da qual fazemos parte.

O mesmo Supremo Tribunal Federal, que tomou a decisão correta, Senador Paim, de abrir inquérito neste rumoroso caso que envolve o nosso colega Demóstenes Torres, abrindo o inquérito, tem a responsabilidade gigante de corresponder à expectativa da sociedade brasileira julgando adequadamente outro caso também rumoroso chamado mensalão .

A relatoria do processo do mensalão está nas mãos do Ministro Ricardo Lewandowski, o mesmo que autorizou a quebra do sigilo do Senador Demóstenes Torres. Se esse processo não for julgado este ano, existe uma enorme probabilidade de arquivamento, isso quer dizer, enorme possibilidade de reforço da impunidade, o que seria o pior dos mundos para o Brasil.

Do mesmo Supremo Tribunal Federal esperamos, também, o julgamento da ação indenizatória por perdas tarifárias da extinta Varig. Dos R$4 bilhões que a Varig pode receber do Governo Federal com essa ação, parte desses recursos, Senador Paulo Paim, pode recompor a perda dos aposentados e ex-funcionários da Varig. São mais de oito mil famílias do Fundo Aerus de Previdência que vivem hoje de forma precária e esperam pela decisão há quase seis anos. O caso está com a Ministra Carmem Lúcia, Relatora do processo de defasagem tarifária movido pela Varig. É um tema que V. Exª, o Senador Alvaro Dias e eu, temos cuidado com muita atenção e prioridade.

Em um encontro, há um ano, com a Ministra Carmem Lúcia, encontro do qual participamos, nos foi garantida a prioridade desse julgamento. Mas, no entanto, Srªs e Srs. Senadores, não há notícias de que esse processo tenha avançado no Judiciário. A demora está armando uma bomba-relógio, pois o saldo do fundo Aerus, que paga os benefícios dos aposentados acaba em maio, próximo mês. Uma decisão sobre a indenização à Varig precisa ser tomada com urgência. Uma justiça lenta, todos nós sabemos, contribui com um ambiente de impunidade.

Para concluir este pronunciamento, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de relatar uma experiência positiva que tive no final de semana passado, quando visitei, no meu Estado, Rio Grande do Sul, os Municípios de Nova Santa Rita, São Leopoldo, Camaquã e Canoas. É sempre muito gratificante ter o contato com as lideranças políticas e empresariais das cidades e tomar conhecimento do dia a dia do verdadeiro Brasil, daquele Brasil que trabalha, vendo como as lideranças cumprem sua missão de responsabilidade.

Em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, falei na reunião-almoço promovida pela Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Município. Canoas, um pólo industrial importante, que tem a quarta maior população do Estado gaúcho e trabalha para a melhoria da mobilidade urbana.

Em parceria com o setor privado, o governo municipal pretende desenvolver projetos de melhorias na BR-116, principal rodovia da região, e qualificar o transporte público. Uma comissão especializada trabalha, por exemplo, no projeto de rebaixamento da linha do Trensurb, importante meio de transporte para milhares de moradores.

O que gostaria de destacar, Senador Paulo Paim, e V. Exª conhece Canoas, porque fez a sua vida sindical em Canoas, é que esse município tem uma pauta especial para o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, mas projetos que visam à qualidade de vida acabam ficando no papel, ou atrasando o andamento, por conta da burocracia. É o caso de projetos que necessitam de licença ambiental. É uma precaução mais do que legítima, mas que, mesmo sendo respeitada, não deve ser motivo de atraso ou problemas para a realização das obras necessárias para o seu desenvolvimento.

Como vemos, Srªs e Srs. Senadores, o crescimento econômico, assim como a base da nossa sociedade, também precisa de instituições não só fortes, sérias e respeitadas, mas também ágeis e eficientes.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

Passamos a palavra, neste momento, conforme entendimento feito já com o Senador Valdir Raupp, para o Senador Roberto Requião, que vai falar sobre as Ilhas Malvinas, se não em engano.

Já digo ao Senador Valdir Raupp que V. Exª falará, por cedência, em seguida, do Senador Cristovam.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Raramente V. Exª se engana, Senador Paim.

Eu quero registrar a presença, no plenário, do Embaixador da Argentina, Luis María Kreckler, do Sr. Mariano Vergara, conselheiro da embaixada, do Ministro Facundo Vila, e do Secretário Juan Antonio Barreto.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, falo neste momento na condição de Presidente da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, o Parlasul.

No dia de hoje, os argentinos vivem um feriado nacional. Não é propriamente uma celebração, mas uma lembrança, uma triste lembrança dos seus mortos na Guerra das Malvinas. A Presidente Cristina Kirchner

comandou o ato principal da nação argentina, na chamada cidade do fim do mundo, Ushuaia. Lá, inaugurou uma praça e acendeu a chama eterna.

As Ilhas Malvinas, complexo de ilhas cujas principais são as Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul, fica a 760 km de Usuhaia e a 14.000 km de Londres. Para os argentinos é um momento de luto, de renovação do seu sentimento nacional e de reflexão. Para nós, brasileiros, deve ser também um momento de reflexão e de afirmação da nossa identidade sul-americana e latino-americana e de afirmação do nosso repúdio claro e inequívoco ao colonialismo. A questão das Malvinas deve ser vista sob este prisma, o do anacronismo absoluto deste resquício colonialista no solo sul-americano em pleno século XXI.

Os argentinos tiveram amargas lições com a Guerra das Malvinas. Setores da sociedade argentina aprenderam que não deveriam mais contar com os militares para resolver conflitos ideológicos, políticos, sociais. Que as ditaduras militares não são remédio e alternativa à luta política franca, aberta. Os argentinos perderam a Guerra das Malvinas e ganharam seu caminho de volta à democracia.

Nosso apoio incondicional à soberania argentina sobre as Malvinas não se confunde com a valorização do ato insano da ditadura militar, que usou o legítimo direito como meio oportunista para ganhar sobrevida, atirando à morte certa jovens e inexperientes recrutas, quando não torturando-os para que se jogassem como suicidas na batalha desigual.

Nosso ato de solidariedade é, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de denúncia da ditadura.

O aprendizado, as lições da guerra são mais amplos ainda. Aprenderam o que o Brasil já sabia desde o século XIX. Aprenderam que os Estados Unidos têm a América do Sul como parte do seu Império. Com o apoio político e militar norte-americano à Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, ficou totalmente desmascarada a política norte-americana, a Doutrina Monroe e todas as suas políticas.

Como nos ensina o professor Moniz Bandeira, os argentinos e os sul-americanos aprenderam que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) só existiam para defender sua predominância sobre a América Latina e servir aos seus interesses de grande potência no conflito Leste-Oeste. Nesse sentido, os EUA sofreram contundente derrota na Guerra das Malvinas.

A doutrina Monroe, sintetizada na expressão "A América para os americanos", foi desenvolvida pelo presidente norte-americano James Monroe (1817 a 1825). Dela derivaram todas as iniciativas dos EUA em relação ao continente latino-americano: o pan-americanismo, as guerras de ocupação, o apoio a ditaduras militares e governos entreguistas, a Alca e o Consenso de Washington com a imposição de políticas neoliberais, infelizmente ainda incensadas por desavisados e adesistas em nossos países, inclusive no nosso próprio Governo e nesta Casa.

Com a "traição" dos EUA, a Argentina aprendeu o que o Brasil sempre soube. Em artigo denominado "O continente enfermo", publicado em 3 de maio de 1899, Rui Barbosa assim desmonta a doutrina Monroe: "A doutrina Monroe, no uso diplomático dos Estados Unidos, tivera, em todos os tempos, um caráter exclusivamente norte-americano" e que, cerrando, por aquela fórmula memorável, o continente americano à cobiça européia "não fizeram mais do que reservá-lo para os futuros empreendimentos de sua ambição". Isso o Brasil sempre soube, mas alguns, entre nós, no Governo, no comando dos partidos ditos de esquerda, no Congresso Nacional ainda precisam aprender. Aprender o que na verdade, Senador Paim, o Brasil sempre soube.

Se a Guerra das Malvinas desmoralizou a política norte-americana para a América Latina, por outro lado, aproximou argentinos e brasileiros. A posição acertada do Brasil no conflito criou as condições que fosse dissipado o estúpido sentimento de rivalidade entre os nossos países. O Brasil colaborou com a Argentina não apenas durante a Guerra, mas em seguida a ela.

Quando a Comunidade Econômica Europeia impôs sanções comerciais à Argentina no pós-guerra, ao invés de tirar tolas vantagens comerciais imediatas da situação, colocando os seus produtos nos mercados antes ocupados pelos argentinos, o Brasil agiu estrategicamente, oferecendo facilidades para que as exportações argentinas de produtos agropecuários fossem realizadas através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro. Com isso, foram criadas as condições de confiança para a futura integração econômica e social entre os nossos países.

O Parlasul, cuja Representação Brasileira eu presido, tem sido um espaço privilegiado da manifestação da solidariedade dos brasileiros, paraguaios e uruguaios, aos irmãos argentinos na questão das Malvinas. A mais recente declaração do Parlasul sobre o tema é fruto de proposta de minha autoria, na reunião plenária realizada na sede do Parlasul, em Montevidéu, em 02/12/2012.

Trata-se de uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum, o órgão decisório supremo do Mercosul, integrado pelos Presidentes da República, para a solução pacífica para o problema das Ilhas Malvinas. Através dela, o Parlasul recomenda ao Conselho do Mercado Comum o que segue: "Nas negociações de todos os tratados e

acordos entre o Mercosul e demais blocos ou países, será levada em conta a questão das Malvinas ocupadas, buscando-se uma solução pacífica para o problema."

Pois bem. Neste 2 de abril, os argentinos estão em vigília pela recuperação das Malvinas. Eu assinei, e vários Senadores e Deputados já assinaram, uma declaração, que passo a ler, convidando aos Srs. Senadores para que também firmem, como expressão do nosso fraterno apoio a esta causa, que é tão cara aos argentinos e aos sul-americanos. Vamos à Declaração:

> DECLARAÇÃO DE APOIO À REPÚBLICA ARGENTINA PELAS ILHAS MALVINAS, GEORGIAS E SANDWICH DO SUL
>
> As Ilhas Malvinas constituem uma parte integral e indivisível do território argentino. Em 1833, foram ocupadas ilegitimamente pela Grã-Bretanha e sua população foi expulsa. Desde então, a República argentina denunciou e reclamou ao país ocupante, solicitando iniciar as negociações que permitam encontrar uma solução para a disputa de soberania.
>
> O reclamo de soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas é uma causa de todos os países da América Latina e da comunidade internacional. Queremos somar-nos a este reclamo, pois é um sentimento comum que provém de uma história de lutas compartilhadas contra o colonialismo e a favor da liberdade.
>
> Nossa história está profundamente castigada pelo sofrimento que durante séculos nossos povos tiveram que enfrentar pela opressão e dependência de potências estrangeiras.
>
> O colonialismo foi causa do saqueamento dos nossos recursos naturais que condenaram à pobreza países ricos, injusta e ilegitimamente. Antes, foram a borracha, o ouro, a prata, as madeiras preciosas; hoje, as reservas petrolíferas do nosso subsolo continental, oceânico, e as imensas riquezas pesqueiras de nossos mares.
>
> Queremos que esta declaração se converta num apelo para gerar um amplo e aberto âmbito a todas as correntes e ideias políticas, a partir do qual se poderá conhecer e difundir melhor tudo o que significa o regime colonial e a presença militar britânica nas Ilhas Malvinas e que expresse nossa convicção de que somente por via das negociações se alcançará uma solução pacífica e definitiva. Já não há lugar nem tempo em nosso continente para que esta anacrônica situação continue."

As Malvinas, Senador Randolfe, são argentinas. E o caminho para sua retomada é o da pressão política, da negociação, o caminho da solução pacífica. É o que, como Presidente da Seção Brasileira do Parlasul, tinha a dizer.

Concedo um aparte, primeiramente, ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Roberto Requião, em primeiro lugar quero, de pronto, pedir licença para assinar o documento que V. Exª acaba de ler e convido todos os colegas Senadores para também assinarem, porque V. Exª colocou aqui, e de uma maneira muito clara, que as Ilhas Malvinas, em verdade, pertenciam à Argentina originalmente. Elas constituem uma parte integrante e indivisível do território argentino e foram ocupadas, em 1833, pela Grã-Bretanha. E, para quem apenas observa os fatos recentemente, do que aconteceu há 30 anos, quando o governo Gualtieri resolveu ali obter uma reação que acabou resultando em um conflito armado, com desastres humanos muito sérios, e para quem simplesmente assistiu ao filme "A Dama de Ferro", que mostra a Srª Margaret Thatcher com uma forma muito incisiva de ali obter a volta das Ilhas Malvinas – ali denominadas pelo Reino Unido de Ilhas Falklands, como se fossem originalmente da Grã-Bretanha –, é importante que conheça esse lado em profundidade e o resgate de tudo o que aconteceu nesse período de colonialismo, de imperialismo, para termos a verdade completa. Sobretudo, avalio como muito importante que V. Exª, como presidente da representação junto ao Mercosul do Congresso Nacional brasileiro, esteja liderando esse apelo de uma forma negociada, de uma forma a procurarmos todos colaborar para que haja um entendimento pacífico e não se utilizem de forças armadas para assegurar esse melhor entendimento com o Reino Unido. E para nós, brasileiros, que temos uma relação muito positiva com o Reino Unido, como também a Argentina teve em tantas oportunidades – e sobre muitos aspectos ela tem –, é importante que os países da América Latina todos possam estar solidários a essa causa. Acho que o caminho do documento que V. Exª aqui coloca é muito construtivo, em termos adequados, e por isso eu o cumprimento e manifesto minha vontade de, de pronto, também assiná-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Suplicy, a ofensiva dos militares argentinos se destinava a dar uma sobrevida à ditadura militar. A manutenção desse enclave das Malvinas não é interessante nem para os ingleses e muito menos para os argentinos. Ela vinha sendo negociada com alguma tranquilidade e a perspectiva de um acordo era bem clara. Os militares tentaram garantir a sua continuidade com o ataque onde esperavam que os EUA cumprissem os acordos feitos com os países sul-americanos,

o que não aconteceu. E serviu para a queda dos militares, mas para a ascensão, na Inglaterra, do liberalismo econômico reforçado por uma recondução fantástica da Margareth Thatcher. Ruim para os ingleses, ruim para os argentinos, mas muito bons incidentes para as relações sul-americanas que foram, com isso, reforçadas.

Eu pessoalmente acredito que, com a firmeza do Mercosul, a firmeza assumida pelo Governo das posições públicas e clara da Presidenta Dilma e a manifestação dos nossos Congressos, nos encaminharemos para uma solução definitiva. Esse enclave colonialista a 14 mil quilômetros da Inglaterra não tem sentido algum mais, até porque, na Inglaterra, os ingleses já sentem os efeitos do liberalismo econômico da ex-Primeira-Ministra Margareth Thatcher com a revolta dos jovens desempregados e sem perspectiva de emprego nas ruas.

Eu concedo um aparte ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Roberto Requião, primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa em nome da sua condição de representante da missão do Parlasul aqui no Brasil. Segundo, quero solicitar sua autorização para escrever o nosso nome e, assim como fez o Senador Eduardo Suplicy, reitero o convite a todos os colegas, em um manifesto que V. Exª acaba de pronunciar, de dizê-lo da tribuna do Senado. Parece-me inequívoca a demonstração do Parlamento brasileiro em associação com um país que tem uma relação amiga, com um país que tem relações construídas há pelo menos dois séculos, independente das relações que o Brasil tem, em função de ser um pleito justo. Não há razão para que aquele arquipélago seja de propriedade inglesa. É o resquício do tempo da Rainha Vitória, onde a Inglaterra era o Império onde o sol nunca se punha. Nós não estamos mais nesse tempo e a Inglaterra, convenhamos, não é mais o Império onde o sol nunca se põe. Por razões óbvias e lógicas, o arquipélago é Malvinas e não Falklands, e o Brasil, se não pesar as relações políticas, as relações que possuímos com os argentinos, deve pesar a razão de justiça. Portanto, quero cumprimentar V. Exª e solicitar a V. Exª que me inclua entre os signatários do manifesto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida, Senador. Aliás, eu solicito à assessoria do meu gabinete que faça chegar às mãos do Senador Suplicy e do Senador Randolfe a nossa declaração, que será levada ao Plenário do Parlasul, no dia 13, em Montevidéu.

Presidente, no dia em que se comemora esse movimento pela independência das Malvinas da Inglaterra e a sua anexação definitiva à Argentina, eu agradeço a generosidade de V. Exª com o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Requião, permita-me, no exercício da Presidência, dizer, primeiro, que já assinei o documento como, inclusive, parlamentar – órgão que V. Exª dirige – no Parlasul. Em segundo lugar, cumprimento o Embaixador da República da Argentina, Sr. Luis Maria Kreckler, que está aqui, neste momento, nesta sessão.

Convido, neste momento, a usar a palavra o Senador Valdir Raupp, que gentilmente fez a permuta com o Senador Requião, para que ele se posicionasse em relação à situação das Malvinas, no momento em que a delegação da Argentina se encontra conosco aqui, neste plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente Paulo Paim, com a licença do Senador Valdir Raupp, sempre tão atencioso com os colegas Senadores. Queria apenas, porque estava atendendo a um chamado, ratificar também o apoio ao manifesto do Senador Roberto Requião, pois a Argentina é um país que integra o Mercosul, e temos uma relação de solidariedade política e institucional.

Eu aproveitaria, também, a presença do Embaixador da Argentina – como somos, o senhor, eu e o Senador Pedro Simon, representantes do Rio Grande do Sul – para dizer que a Argentina tenha, no âmbito do comércio, uma atitude colaborativa com o nosso Estado, que é um Estado eminentemente exportador, para que possamos ter uma convivência pacífica também nesse campo.

Então, a nossa solidariedade, de um lado, e a solicitação de que, institucionalmente, a Argentina tenha um acerto melhor em relação às questões comerciais, pois o nosso Estado está enfrentando sérios problemas neste contencioso.

Muito obrigada, Senador Valdir Raupp.

Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, vou encaminhar também essa solicitação ao Embaixador, em nome da Bancada do Rio Grande do Sul.

Senador Valdir Raupp, permita-me ainda, com a tolerância de V. Exª, pois sou obrigado a ler este ofício, para encaminhamento da nossa burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara n° 10, de 2012** (n° 2.330/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis n°s 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2012

(nº 2.330/2011, na Casa de origem)

(De iniciativa da Senhora Presidente da República)

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013, à Copa do Mundo Fifa 2014 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I - *Fédération Internationale de Football Association - FIFA* - associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II - Subsidiária Fifa no Brasil - pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à Fifa;

III - Copa do Mundo Fifa 2014 - Comitê Organizador Brasileiro LTDA. - LOC - pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela Fifa, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014, bem como os eventos relacionados;

IV - Confederação Brasileira de Futebol - CBF - associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V - Competições - a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014;

VI - Eventos - as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela Fifa, Subsidiárias Fifa no Brasil, LOC ou CBF:

a) os congressos da Fifa, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) seminários, reuniões, conferências, *workshops* e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exibições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (*Football for Hope*) ou projetos beneficentes similares;

d) partidas de futebol e sessões de treino; e

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, *marketing*, divulgação, promoção ou encerramento das Competições;

VII - Confederações Fifa - as seguintes confederações:

a) Confederação Asiática de Futebol (*Asian Football Confederation* - AFC);

b) Confederação Africana de Futebol (*Confédération Africaine de Football* - CAF);

c) Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (*Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football* - CONCACAF);

d) Confederação Sul-Americana de Futebol (*Confederación Sudamericana de Fútbol* - CONMEBOL);

e) Confederação de Futebol da Oceania (*Oceania Football Confederation* - OFC); e

f) União das Associações Europeias de Futebol (*Union des Associations Européennes de Football* - UEFA);

VIII - Associações Estrangeiras Membros da Fifa - as associações nacionais de futebol de origem estrangeira, oficialmente afiliadas à Fifa, participantes ou não das Competições;

IX - Emissora Fonte da Fifa - pessoa jurídica licenciada ou autorizada, com base em relação contratual, para produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básicos ou complementares dos Eventos com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia;

X - Prestadores de Serviços da Fifa - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos, tais como:

a) coordenadores da Fifa na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de Ingressos;

b) fornecedores da Fifa de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação; e

c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela Fifa para a prestação de serviços ou fornecimento de bens;

XI - Parceiros Comerciais da Fifa - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluindo as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

XII - Emissoras - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em relação contratual, seja pela Fifa, seja por nomeada ou licenciada pela Fifa, que adquiram o direito de realizar emissões ou transmissões, por qualquer meio

de comunicação, do sinal e do conteúdo audiovisual básicos ou complementares de qualquer Evento, consideradas Parceiros Comerciais da Fifa;

XIII - Agência de Direitos de Transmissão - pessoa jurídica licenciada ou autorizada com base em relação contratual, seja pela Fifa, seja por nomeada ou autorizada pela Fifa, para prestar serviços de representação de vendas e nomeação de Emissoras, considerada Prestadora de Serviços da Fifa;

XIV - Locais Oficiais de Competição - locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, localizados ou não nas cidades que irão sediar as Competições, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela Fifa ou de Ingressos;

XV - Partida - jogo de futebol realizado como parte das Competições;

XVI - Períodos de Competição - espaço de tempo compreendido entre o 20° (vigésimo) dia anterior à realização da primeira Partida e o 5° (quinto) dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

XVII - Representantes de Imprensa - pessoas naturais autorizadas pela Fifa, que recebam credenciais oficiais de imprensa relacionadas aos Eventos, cuja relação será divulgada com antecedência, observados os critérios previamente estabelecidos nos termos do § 1° do art. 13, podendo tal relação ser alterada com base nos mesmos critérios;

XVIII - Símbolos Oficiais - sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade da Fifa; e

XIX - Ingressos - documentos ou produtos emitidos pela Fifa que possibilitam o ingresso em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

Parágrafo único. A Emissora Fonte, os Prestadores de Serviço e os Parceiros Comerciais da Fifa referidos nos incisos IX, X e XI poderão ser autorizados ou licenciados diretamente pela Fifa ou por meio de uma de suas autorizadas ou licenciadas.

CAPÍTULO II
DA PROTEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS

Seção I
Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos

Art. 3º O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI promoverá a anotação em seus cadastros do alto renome das marcas que consistam nos seguintes Símbolos Oficiais de titularidade da Fifa, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996:

I - emblema Fifa;

II - emblemas da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014;

III - mascotes oficiais da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e

IV - outros Símbolos Oficiais de titularidade da Fifa, indicados pela referida entidade em lista a ser protocolada no Inpi, que poderá ser atualizada a qualquer tempo.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 4º O Inpi promoverá a anotação em seus cadastros das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da Fifa,

nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 126 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, conforme lista fornecida e atualizada pela Fifa.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 5º As anotações do alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da Fifa produzirão efeitos até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das anotações realizadas antes da publicação desta Lei.

§ 1º Durante o período mencionado no *caput*, observado o disposto nos arts. 7º e 8º:

I - o Inpi não requererá à Fifa a comprovação da condição de alto renome de suas marcas ou da caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas; e

II - as anotações de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da Fifa serão automaticamente excluídas do Sistema de Marcas do Inpi apenas no caso da renúncia total referida no art. 142 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º A concessão e a manutenção das proteções especiais das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas deverão observar as leis e regulamentos aplicáveis no Brasil após o término do prazo estabelecido no *caput*.

Art. 6º O Inpi deverá dar ciência das marcas de alto renome ou das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da Fifa ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, para fins de rejeição, de ofício, de registros de domínio que empreguem expressões ou termos idênticos às marcas da Fifa ou similares.

Art. 7º O Inpi adotará regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca apresentados pela Fifa ou relacionados à Fifa até 31 de dezembro de 2014.

§ 1º A publicação dos pedidos de registro de marca a que se refere este artigo deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação de cada pedido, ressal-

vados aqueles cujo prazo para publicação tenha sido suspenso por conta de exigência formal preliminar prevista nos arts. 156 e 157 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 2º Durante o período previsto no *caput*, o Inpi deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação referida no § 1º, de ofício ou a pedido da Fifa, indeferir qualquer pedido de registro de marca apresentado por terceiros que seja flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos Símbolos Oficiais, ou que possa causar evidente confusão ou associação não autorizada com a Fifa ou com os Símbolos Oficiais.

§ 3º As contestações aos pedidos de registro de marca a que se refere o *caput* devem ser apresentadas em até 60 (sessenta) dias da publicação.

§ 4º O requerente deverá ser notificado da contestação e poderá apresentar sua defesa em até 30 (trinta) dias.

§ 5º No curso do processo de exame, o Inpi poderá fazer, uma única vez, exigências a serem cumpridas em até 10 (dez) dias, durante os quais o prazo do exame ficará suspenso.

§ 6º Após o prazo para contestação ou defesa, o Inpi decidirá no prazo de 30 (trinta) dias e publicará a decisão em até 30 (trinta) dias após a prolação.

Art. 8º Da decisão de indeferimento dos pedidos de que trata o art. 7º caberá recurso ao Presidente do Inpi, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de sua publicação.

§ 1º As partes interessadas serão notificadas para apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º O Presidente do Inpi decidirá o recurso em até 20 (vinte) dias contados do término do prazo referido no § 1º.

§ 3º O disposto no § 5º do art. 7º aplica-se à fase recursal de que trata este artigo.

Art. 9º O disposto nos arts. 7º e 8º aplica-se também aos pedidos de registro de marca apresentados:

I – pela Fifa, pendentes de exame no Inpi; e

II – por terceiros, até 31 de dezembro de 2014, que possam causar confusão com a Fifa ou associação não autorizada com a entidade, com os Símbolos Oficiais ou com os Eventos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a terceiros que estejam de alguma forma relacionados aos Eventos e que não sejam a Fifa, Subsidiárias Fifa no Brasil, LOC ou CBF.

Art. 10. A Fifa ficará dispensada do pagamento de eventuais retribuições referentes a todos os procedimentos no âmbito do Inpi até 31 de dezembro de 2014.

Seção II
Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à Fifa e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da Fifa ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 Km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

Seção III
Da Captação de Imagens ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição

Art. 12. A Fifa é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões.

Art. 13. O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa, será realizado exclusivamente pela Fifa, conforme termos e condições por ela estabelecidos.

§ 1º Até 180 (cento e oitenta) dias antes do início das Competições, a Fifa deverá divulgar manual com os critérios de credenciamento de que trata o *caput*, respeitados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

§ 2º As credenciais conferem apenas o acesso aos Locais Oficiais de Competição e aos Eventos, não implicando o direito de captar, por nenhum meio, imagens ou sons dos Eventos.

Art. 14. A autorização para captar imagens ou sons de qualquer Evento ou das Partidas será exclusivamente concedida pela Fifa, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa.

Art. 15. A transmissão, a retransmissão ou a exibição, por qualquer meio de comunicação, de imagens ou sons dos Eventos somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização da Fifa.

§ 1º Sem prejuízo da exclusividade prevista no art. 12, a Fifa fica obrigada a disponibilizar flagrantes de imagens dos Eventos aos veículos de comunicação interessados em

sua retransmissão, em definição padrão - SDTV ou em alta-definição - HDTV, a critério do veículo interessado, observadas as seguintes condições cumulativas:

I - que o Evento seja uma Partida, cerimônia de abertura das Competições, cerimônia de encerramento das Competições ou sorteio preliminar ou final de cada uma das Competições;

II - que a retransmissão se destine à inclusão em noticiário, sempre com finalidade informativa, sendo proibida a associação dos flagrantes de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de *marketing*;

III - que a duração da exibição dos flagrantes observe os limites de tempo de 30 (trinta) segundos para qualquer Evento que seja realizado de forma pública e cujo acesso seja controlado pela Fifa, exceto as Partidas, para as quais prevalecerá o limite de 3% (três por cento) do tempo da Partida;

IV - que os veículos de comunicação interessados comuniquem a intenção de ter acesso ao conteúdo dos flagrantes de imagens dos Eventos, por escrito, até 72 (setenta e duas) horas antes do Evento, à Fifa ou a pessoa por ela indicada; e

V - que a retransmissão ocorra somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a Fifa ou pessoa por ela indicada deverá preparar e disponibilizar aos veículos de comunicação interessados, no mínimo, 6 (seis) minutos dos principais momentos do Evento, em definição padrão - SDTV ou em alta-definição - HDTV, a critério do veículo interessado, logo após a edição das imagens e dos sons e em prazo não superior a 2 (duas) horas após o fim do Evento, sendo que deste conteúdo o interessado deverá selecionar trechos dentro dos limites dispostos neste artigo.

§ 3° No caso das redes de programação básica de televisão, o conteúdo a que se refere o § 2° será disponibilizado à emissora geradora de sinal nacional de televisão e poderá ser por ela distribuído para as emissoras que veiculem sua programação, as quais:

I – ficarão obrigadas ao cumprimento dos termos e condições dispostos neste artigo; e

II – somente poderão utilizar, em sua programação local, a parcela a que se refere o inciso III do § 1°, selecionada pela emissora geradora de sinal nacional.

§ 4° O material selecionado para exibição nos termos do § 2° deverá ser utilizado apenas pelo veículo de comunicação solicitante e não poderá ser utilizado fora do território nacional brasileiro.

§ 5° Os veículos de comunicação solicitantes não poderão, em nenhum momento:

I – organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de *marketing* associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizado nos termos do § 2°; e

II – explorar comercialmente o conteúdo disponibilizado nos termos do § 2°, inclusive em programas de entretenimento, documentários, sítios da rede mundial de computadores ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo.

Seção IV
Das Sanções Civis

Art. 16. Observadas as disposições da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, fica obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que pra-

ticar, sem autorização da Fifa ou de pessoa por ela indicada, entre outras, as seguintes condutas:

I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

II - publicidade ostensiva em veículos automotores, estacionados ou circulando pelos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

III - publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, aeronaves ou embarcações, nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

IV - exibição pública das Partidas por qualquer meio de comunicação em local público ou privado de acesso público, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado Ingresso;

V - venda, oferecimento, transporte, ocultação, exposição à venda, negociação, desvio ou transferência de Ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos de forma onerosa, com a intenção de obter vantagens para si ou para outrem; e

VI - uso de Ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos para fins de publicidade, venda ou promoção, como benefício, brinde, prêmio

de concursos, competições ou promoções, como parte de pacote de viagem ou hospedagem, ou a sua disponibilização ou o seu anúncio para esses propósitos.

§ 1º O valor da indenização prevista neste artigo será calculado de maneira a englobar quaisquer danos sofridos pela parte prejudicada, incluindo os lucros cessantes e qualquer proveito obtido pelo autor da infração.

§ 2º Serão solidariamente responsáveis pela reparação dos danos referidos no *caput* todos aqueles que realizarem, organizarem, autorizarem, aprovarem ou patrocinarem a exibição pública a que se refere o inciso IV.

Art. 17. Caso não seja possível estabelecer o valor dos danos, lucros cessantes ou vantagem ilegalmente obtida, a indenização decorrente dos atos ilícitos previstos no art. 16 corresponderá ao valor que o autor da infração teria pago ao titular do direito violado para que lhe fosse permitido explorá-lo regularmente, tomando-se por base os parâmetros contratuais geralmente usados pelo titular do direito violado.

Art. 18. Os produtos apreendidos por violação ao disposto nesta Lei serão destruídos ou doados a entidades e organizações de assistência social, respeitado o devido processo legal e ouvida a Fifa, após a descaracterização dos produtos pela remoção dos Símbolos Oficiais, quando possível.

CAPÍTULO III
DOS VISTOS DE ENTRADA E DAS PERMISSÕES DE TRABALHO

Art. 19. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para:

I - todos os membros da delegação da Fifa, inclusive:

a) membros de comitê da Fifa;

b) equipe da Fifa ou das pessoas jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, de cujo capital total e votante a Fifa detenha ao menos 99% (noventa e nove por cento);

c) convidados da Fifa; e

d) qualquer outro indivíduo indicado pela Fifa como membro da delegação da Fifa;

II - funcionários das Confederações Fifa;

III - funcionários das Associações Estrangeiras Membros da Fifa;

IV - árbitros e demais profissionais designados para trabalhar durante os Eventos;

V - membros das seleções participantes em qualquer das Competições, incluindo os médicos das seleções e demais membros da delegação;

VI - equipe dos Parceiros Comerciais da Fifa;

VII - equipe da Emissora Fonte da Fifa, das Emissoras e das Agências de Direitos de Transmissão;

VIII - equipe dos Prestadores de Serviços da Fifa;

IX - clientes de serviços comerciais de hospitalidade da Fifa;

X - Representantes de Imprensa; e

XI - espectadores que possuam Ingressos ou confirmação de aquisição de Ingressos válidos para qualquer Evento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no País possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos.

§ 1º O prazo de validade dos vistos de entrada concedidos com fundamento nos incisos I a XI encerra-se no dia 31 de dezembro de 2014.

§ 2° O prazo de estada dos portadores dos vistos concedidos com fundamento nos incisos I a X poderá ser fixado, a critério da autoridade competente, até o dia 31 de dezembro de 2014.

§ 3° O prazo de estada dos portadores dos vistos concedidos com fundamento no inciso XI será de até 90 (noventa) dias, improrrogáveis.

§ 4° Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada ou para o ingresso no território nacional o passaporte válido ou documento de viagem equivalente, em conjunto com qualquer instrumento que demonstre a vinculação de seu titular com os Eventos.

§ 5° O disposto neste artigo não constituirá impedimento à denegação de visto e ao impedimento à entrada, nas hipóteses previstas nos arts. 7° e 26 da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 6° A concessão de vistos de entrada a que se refere este artigo e para os efeitos desta Lei, quando concedidos no exterior, pelas Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira, Vice-Consulares e, quando autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelos Consulados honorários terá caráter prioritário na sua emissão.

§ 7° Os vistos de entrada concedidos com fundamento no inciso XI deverão ser emitidos mediante meio eletrônico, na forma disciplinada pelo Poder Executivo, se na época houver disponibilidade da tecnologia adequada.

Art. 20. Serão emitidas as permissões de trabalho, caso exigíveis, para as pessoas mencionadas nos incisos I a X do art. 19, desde que comprovado, por documento expedido pela Fifa ou por terceiro por ela indicado, que a entrada no País se destina ao desempenho de atividades relacionadas aos Eventos.

§ 1º Em qualquer caso, o prazo de validade da permissão de trabalho não excederá o prazo de validade do respectivo visto de entrada.

§ 2º Para os fins desta Lei, poderão ser estabelecidos procedimentos específicos para concessão de permissões de trabalho.

Art. 21. Os vistos e permissões de que tratam os arts. 19 e 20 serão emitidos em caráter prioritário, sem qualquer custo, e os requerimentos serão concentrados em um único órgão da administração pública federal.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Art. 22. A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do § 6º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 23. A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos, exceto se e na medida em que a Fifa ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano.

Parágrafo único. A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

Art. 24. A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos.

CAPÍTULO V
DA VENDA DE INGRESSOS

Art. 25. O preço dos Ingressos será determinado pela Fifa.

Art. 26. A Fifa fixará os preços dos Ingressos para cada partida das Competições, obedecidas as seguintes regras:

I – os Ingressos serão personalizados com a identificação do comprador e classificados em 4 (quatro) categorias, numeradas de 1 a 4;

II – Ingressos das 4 (quatro) categorias serão vendidos para todas as partidas das Competições; e

III – os preços serão fixados para cada categoria em ordem decrescente, sendo o mais elevado o da categoria 1.

§ 1º Do total de Ingressos colocados à venda para as Partidas:

I – a Fifa colocará à disposição, para as Partidas da Copa do Mundo Fifa 2014, no decurso das diversas fases de venda, ao menos, 300.000 (trezentos mil) Ingressos para a categoria 4;

II – a Fifa colocará à disposição, para as partidas da Copa das Confederações Fifa 2013, no decurso das diversas fases de venda, ao menos, 50.000 (cinquenta mil) Ingressos da categoria 4.

§ 2º A quantidade mínima de Ingressos da categoria 4, mencionada nos incisos I e II do § 1º deste artigo será oferecida pela Fifa por meio de um ou mais sorteios públicos, a pessoas naturais residentes no País, com prioridade para as pessoas listadas no § 5º deste artigo, sendo que tal prioridade não será aplicável:

I – às vendas de Ingressos da categoria 4, realizadas por quaisquer meios que não sejam mediante sorteios;

II - aos Ingressos da categoria 4 oferecidos à venda pela Fifa, uma vez ofertada a quantidade mínima de Ingressos referidos no inciso I do § 1° deste artigo.

§ 3° Será garantida, no mínimo, a venda de 10% (dez por cento) do total de Ingressos de cada partida para a categoria 4 em que participe a Seleção Brasileira de Futebol, dentro de prazo razoável que evite filas ou constrangimento.

§ 4° Os sorteios públicos referidos no § 2° serão acompanhados por órgão federal competente, respeitados os princípios da publicidade e da impessoalidade.

§ 5° Em todas as fases de venda, os Ingressos da categoria 4 serão vendidos com desconto de 50% (cinquenta por cento) para as pessoas naturais residentes no País abaixo relacionadas:

I - estudantes;

II - pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; e

III - participantes de programa federal de transferência de renda.

§ 6° Os procedimentos e mecanismos que permitam a destinação para qualquer pessoa, desde que residente no País, dos Ingressos da categoria 4 que não tenham sido solicitados por aquelas mencionadas no § 5° deste artigo, sem o desconto ali referido, serão de responsabilidade da Fifa.

§ 7° Os entes federados e a Fifa poderão celebrar acordos para viabilizar o acesso e a venda de Ingressos em locais de boa visibilidade para as pessoas com deficiência e seus acompanhantes, sendo assegurado, na forma do regulamento, pelo menos, 1% (um por cento) do número de Ingressos ofertados, excetuados os acompanhantes, observada a existência de instalações adequadas e específicas nos Locais Oficiais de Competição.

§ 8° O disposto no § 7° deste artigo efetivar-se-á mediante o estabelecimento pela entidade organizadora de período específico para a solicitação de compra, inclusive por meio eletrônico.

§ 9° As disposições constantes da legislação estadual e municipal referentes a descontos, gratuidades ou outras preferências, aplicáveis aos Ingressos ou outros tipos de entradas para atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer, não se aplicam aos Eventos, excetuando-se o disposto no § 10 deste artigo.

§ 10. Os descontos previstos na Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, aplicam-se à aquisição de Ingressos em todas as categorias, respeitado o disposto no § 5° deste artigo.

§ 11. A comprovação da condição de estudante, para efeito da compra dos Ingressos de que trata o inciso I do § 5° deste artigo é obrigatória e dar-se-á mediante a apresentação da Carteira de Identificação Estudantil, conforme modelo único nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais estudantis, com Certificação Digital, nos termos do regulamento, expedida exclusivamente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pelos Diretórios Centrais de Estudantes das Instituições de Ensino Superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e pelas uniões estaduais e municipais de estudantes universitários ou secundaristas.

§ 12. Os Ingressos para indígenas e proprietários ou possuidores de armas de fogo que aderirem à campanha referida no inciso I do art. 29 serão objeto de acordo entre o poder público e a Fifa.

Art. 27. Os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação,

marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais dos Eventos serão definidos pela Fifa, a qual poderá inclusive dispor sobre a possibilidade:

I - de modificar datas, horários ou locais dos Eventos, desde que seja concedido o direito ao reembolso do valor do Ingresso ou o direito de comparecer ao Evento remarcado;

II - da venda de Ingresso de forma avulsa, da venda em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade; e

III - de estabelecimento de cláusula penal no caso de desistência da aquisição do Ingresso após a confirmação de que o pedido de Ingresso foi aceito ou após o pagamento do valor do Ingresso, independentemente da forma ou do local da submissão do pedido ou da aquisição do Ingresso.

CAPÍTULO VI
DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 28. São condições para o acesso e permanência de qualquer pessoa nos Locais Oficiais de Competição, entre outras:

I - estar na posse de Ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela Fifa ou pessoa ou entidade por ela indicada;

II - não portar objeto que possibilite a prática de atos de violência;

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, xenófobo ou que estimule outras formas de discriminação;

V - não entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, inclusive instrumentos dotados de raios *laser* ou semelhantes, ou que os possam emitir, exceto equipe autorizada pela Fifa, pessoa ou entidade por ela indicada para fins artísticos;

VIII - não incitar e não praticar atos de violência, qualquer que seja a sua natureza;

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores, Representantes de Imprensa, autoridades ou equipes técnicas; e

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.

§ 1° Fica ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana.

§ 2° O não cumprimento de condição estabelecida neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso da pessoa no Local Oficial de Competição ou o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO VII
DAS CAMPANHAS SOCIAIS NAS COMPETIÇÕES

Art. 29. O poder público poderá adotar providências visando à celebração de acordos com a Fifa, com vistas na:

I - divulgação, nos Eventos:

a) de campanha com o tema social "Por um mundo sem armas, sem drogas, sem violência e sem racismo";

b) de campanha pelo trabalho decente; e

c) dos pontos turísticos brasileiros;

II - efetivação de aplicação voluntária pela referida entidade de recursos oriundos dos Eventos, para:

a) a construção de centros de treinamento de atletas de futebol, conforme os requisitos determinados na alínea d do inciso II do § 2º do art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998;

b) o incentivo para a prática esportiva das pessoas com deficiência; e

c) o apoio às pesquisas específicas de tratamento das doenças raras;

III – divulgação da importância do combate ao racismo no futebol e da promoção da igualdade racial nos empregos gerados pela Copa do Mundo.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES PENAIS

Utilização indevida de Símbolos Oficiais

Art. 30. Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer Símbolos Oficiais de titularidade da Fifa:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Art. 31. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque Símbolos Oficiais ou produtos resultantes da reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas de Símbolos Oficiais para fins comerciais ou de publicidade:

Pena – detenção, de 1 (um) a (três) meses ou multa.

Marketing de Emboscada por Associação

Art. 32. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta, com os Eventos ou Símbolos Oficiais, sem autorização da Fifa ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela Fifa:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da Fifa ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de Ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos Eventos a ações de publicidade ou atividade comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.

Marketing de Emboscada por Intrusão

Art. 33. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados pela Fifa ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência dos Eventos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Art. 34. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante representação da Fifa.

Art. 35. Na fixação da pena de multa prevista neste Capítulo e nos arts. 41-B a 41-G da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, quando os delitos forem relacionados às Competições, o limite a que se refere o § 1º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, pode ser acrescido ou reduzido em até 10 (dez) vezes, de acordo com as condições financeiras do autor da infração e da vantagem indevidamente auferida.

Art. 36. Os tipos penais previstos neste Capítulo terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 37. Fica concedido aos jogadores, titulares ou reservas das seleções brasileiras campeãs das copas mundiais masculinas da Fifa nos anos de 1958, 1962 e 1970:

I - prêmio em dinheiro; e

II - auxílio especial mensal para jogadores sem recursos ou com recursos limitados.

Art. 38. O prêmio será pago, uma única vez, no valor fixo de R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao jogador.

Art. 39. Na ocorrência de óbito do jogador, os sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial expedido a requerimento dos interessados, independentemente de inventário ou arrolamento, poder-se-ão habilitar para receber os valores proporcionais a sua cota-parte.

Art. 40. Compete ao Ministério do Esporte proceder ao pagamento do prêmio.

Art. 41. O prêmio de que trata esta Lei não está sujeito ao pagamento de Imposto de Renda ou contribuição previdenciária.

Art. 42. O auxílio especial mensal será pago para completar a renda mensal do beneficiário até que seja atingido o valor máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, considera-se renda mensal 1/12 (um doze avos) do valor total de rendimentos tributáveis, sujeitos a tributação exclusiva ou definitiva, não tributáveis e isentos informados na respectiva Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Art. 43. O auxílio especial mensal também será pago à esposa ou companheira e aos filhos menores de 21 (vinte um) anos ou inválidos do beneficiário falecido, desde que a invalidez seja anterior à data em que completaram 21 (vinte um) anos.

§ 1° Havendo mais de um beneficiário, o valor limite de auxílio *per capita* será o constante do art. 42 desta Lei,

dividido pelo número de beneficiários, efetivos, ou apenas potenciais devido à renda, considerando-se a renda do núcleo familiar para cumprimento do limite de que trata o citado artigo.

§ 2° Não será revertida aos demais a parte do dependente cujo direito ao auxílio cessar.

Art. 44. Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS administrar os requerimentos e os pagamentos do auxílio especial mensal.

Parágrafo único. Compete ao Ministério do Esporte informar ao INSS a relação de jogadores de que trata o art. 37 desta Lei.

Art. 45. O pagamento do auxílio especial mensal retroagirá à data em que, atendidos os requisitos, tenha sido protocolado requerimento no INSS.

Art. 46. O auxílio especial mensal sujeita-se à incidência de Imposto sobre a Renda, nos termos da legislação específica, mas não está sujeito ao pagamento de contribuição previdenciária.

Art. 47. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O custeio dos benefícios definidos no art. 37 desta Lei e das respectivas despesas constarão de programação orçamentária específica do Ministério do Esporte, no tocante ao prêmio, e do Ministério da Previdência Social, no tocante ao auxílio especial mensal.

Art. 48. O art. 9° da Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1° a 5°:

"Art. 9°.....

§ 1° O visto poderá ser obtido no país de origem do estrangeiro, perante as Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira, Vice-Consulados e, quando autorizados pela Secretaria de

Estado das Relações Exteriores, pelos Consulados honorários, ou por meio eletrônico, para fins de captação de turistas.

§ 2º Para a obtenção de visto por meio eletrônico, o estrangeiro deverá:

I - preencher e enviar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do seu embarque para o Brasil, formulário eletrônico de solicitação, disponível no sítio do órgão competente;

II - apresentar, por meio eletrônico, os documentos solicitados para comprovar o que tiver sido declarado no requerimento;

III - pagar os emolumentos e taxas respectivos;

IV - seguir o rito procedimental previsto no regulamento desta Lei.

§ 3º O resultado da solicitação de visto por meio eletrônico deverá ser comunicado ao solicitante, em prazo com caráter prioritário, contado da data do envio da solicitação, respeitado o horário oficial brasileiro, conforme dispuser o regulamento desta Lei.

§ 4º Em caso de necessitar viajar com urgência para o Brasil, o estrangeiro poderá requerer o visto nos termos do regulamento desta Lei.

§ 5º O valor do visto solicitado por meio eletrônico não poderá ser superior ao cobrado nas representações diplomáticas." (NR)

Art. 49. O art. 13-A da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"Art. 13-A.....

.....

X - não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.

....."(NR)

Art. 50. A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 9º-A e 9º-B:

"Art. 9º-A O estrangeiro que fornecer informações falsas ou descumprir as regras previstas nesta Lei e nas demais normas legais pertinentes estará sujeito às penalidades fixadas nos incisos I, III, IV, V, XIII, XV e XVI do art. 125 e no art. 126 desta Lei, sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis."

"Art. 9º-B O descumprimento do que dispõe o § 2º do art. 9º desta Lei acarretará, para os servidores ou agentes públicos responsáveis, a incidência das penalidades previstas nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a Fifa, as Subsidiárias Fifa no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos arts. 22 e 23, para que informe se possui interesse de integrar a lide.

Art. 52. As controvérsias entre a União e a Fifa, Subsidiárias Fifa no Brasil, seus representantes legais, em-

pregados ou consultores, cujo objeto verse sobre os Eventos, poderão ser resolvidas pela Advocacia-Geral da União, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente à União e às demais pessoas referidas neste artigo.

Parágrafo único. A validade de Termo de Conciliação que envolver o pagamento de indenização ficará condicionada:

I - à sua homologação pelo Advogado-Geral da União; e

II - à sua divulgação, previamente à homologação, mediante publicação no Diário Oficial da União e a manutenção de seu inteiro teor, por prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, na página da Advocacia-Geral da União na internet.

Art. 53. A Fifa, as Subsidiárias Fifa no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé.

Art. 54. A União colaborará com o Distrito Federal, com os Estados e com os Municípios que sediarão as Competições, e com as demais autoridades competentes, para assegurar que, durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios, onde sejam realizados os Eventos, estejam disponíveis, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso exclusivo da Fifa.

Art. 55. A União, observadas a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as responsabilidades definidas em instrumento próprio, promoverá a disponibilização para a realização dos Eventos, sem qualquer custo para o seu Comitê Or-

ganizador, de serviços de sua competência relacionados, entre outros, a:

I - segurança;

II - saúde e serviços médicos;

III - vigilância sanitária; e

IV - alfândega e imigração.

Art. 56. Durante a Copa do Mundo Fifa 2014 de Futebol, a União poderá declarar feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos poderão declarar feriado ou ponto facultativo nos dias de sua ocorrência em seu território.

Art. 57. O serviço voluntário que vier a ser prestado por pessoa física para auxiliar a Fifa, a Subsidiária Fifa no Brasil ou o LOC na organização e realização dos Eventos constituirá atividade não remunerada e atenderá ao disposto neste artigo.

§ 1° O serviço voluntário referido no *caput*:

I - não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim para o tomador do serviço voluntário; e

II - será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade contratante e o voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

§ 2° A concessão de meios para a prestação do serviço voluntário, a exemplo de transporte, alimentação e uniformes, não descaracteriza a gratuidade do serviço voluntário.

§ 3° O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 58. O serviço voluntário que vier a ser prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou

instituição privada de fins não lucrativos, para os fins de que trata esta Lei, observará o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 59. As atividades de serviço voluntário não poderão substituir empregos assalariados ou precarizar relações de trabalho já existentes, sob pena de se configurar a relação de emprego e a aplicação das normas trabalhistas.

Art. 60. Aplicar-se-ão a todos que prestarem serviço voluntário as disposições atinentes às profissões regulamentadas, e não será permitido o serviço voluntário em atividades que possam colocar em risco a segurança e o bem-estar do público.

Art. 61. Durante a realização dos Eventos, respeitadas as peculiaridades e condicionantes das operações militares, fica autorizado o uso de Aeródromos Militares, para embarque e desembarque de passageiros e cargas, trânsito e estacionamento de aeronaves civis, ouvidos o Ministério da Defesa e demais órgãos do setor aéreo brasileiro, mediante Termo de Cooperação próprio, que deverá prever recursos para o custeio das operações aludidas.

Art. 62. As autoridades aeronáuticas deverão estimular a utilização dos aeroportos nas cidades limítrofes dos Municípios que sediarão os Eventos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 22 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, à entrada de estrangeiro no território nacional fazendo uso de Aeródromos Militares.

Art. 63. Os procedimentos previstos para a emissão de vistos de entrada estabelecidos nesta Lei serão também adotados para a organização da Jornada Mundial da Juventude - 2013, conforme regulamentado por meio de ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. As disposições sobre a prestação de serviço voluntário constante do art. 57 também poderão ser adotadas para a organização da Jornada Mundial da Juventude - 2013.

Art. 64. Em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo Fifa 2014 de Futebol.

Art. 65. Será concedido Selo de Sustentabilidade pelo Ministério do Meio Ambiente às empresas e entidades fornecedoras dos Eventos que apresentem programa de sustentabilidade com ações de natureza econômica, social e ambiental, conforme normas e critérios por ele estabelecidos.

Art. 66. Aplicam-se subsidiariamente as disposições das Leis nºs 9.279, de 14 de maio de 1996, 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, e 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 67. Aplicam-se subsidiariamente às Competições, no que couber e exclusivamente em relação às pessoas jurídicas ou naturais brasileiras, exceto às subsidiárias Fifa no Brasil e ao LOC, as disposições da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 68. Aplicam-se a essas Competições, no que couber, as disposições da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, excetuado o disposto nos arts. 13-A a 17, 19 a 22, 24 e 27, no § 2º do art. 28, nos arts. 31-A, 32 e 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, VIII, IX e X da referida Lei.

Parágrafo único. Para fins da realização das Competições, a aplicação do disposto nos arts. 2º-A, 39-A e 39-B da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, fica restrita às pessoas jurídicas de direito privado ou existentes de fato, constituídas ou sediadas no Brasil.

Art. 69. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias Fifa no Brasil e ao LOC, as disposições relativas à Fifa previstas nesta Lei.

Art. 70. A prestação dos serviços de segurança privada nos Eventos obedecerá à legislação pertinente e às orientações normativas da Polícia Federal quanto à autorização de funcionamento das empresas contratadas e à capacitação dos seus profissionais.

Art. 71. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As disposições constantes dos arts. 37 a 47 desta Lei somente produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.330, DE 2011

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I - **Fédération Internationale de Football Association** - FIFA - associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II - Subsidiária FIFA no Brasil - pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III - COPA DO MUNDO FIFA 2014 - COMITÊ ORGANIZADOR BRASILEIRO LTDA. - LOC - pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014, bem como os eventos relacionados;

IV - Confederação Brasileira de Futebol - CBF - associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V - Competições - a Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014;

VI - Eventos - as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, LOC ou CBF:

a) os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) seminários, reuniões, conferências, **workshops** e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exibições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (**Football for Hope**) ou projetos beneficentes similares;

d) partidas de futebol e sessões de treino; e

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, **marketing**, divulgação, promoção ou encerramento das Competições;

VII - Confederações FIFA - as seguintes confederações:

a) Confederação Asiática de Futebol (**Asian Football Confederation** - AFC);

b) Confederação Africana de Futebol (**Confédération Africaine de Football** - CAF);

c) Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (**Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football** - CONCACAF);

d) Confederação Sul-Americana de Futebol (**Confederación Sudamericana de Fútbol** - CONMEBOL);

e) Confederação de Futebol da Oceania (**Oceania Football Confederation** - OFC); e

f) União das Associações Europeias de Futebol (**Union des Associations Européennes de Football** - UEFA);

VIII - Associações Estrangeiras Membros da FIFA - as associações nacionais de futebol de origem estrangeira, oficialmente afiliadas à FIFA, participantes ou não das Competições;

IX - Emissora Fonte da FIFA - pessoa jurídica licenciada ou autorizada, com base em relação contratual, para produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básicos ou complementares dos Eventos com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia;

X - Prestadores de Serviços da FIFA - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e produção dos Eventos, tais como:

a) coordenadores da FIFA na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de ingressos;

b) fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação; e

c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela FIFA para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

XI - Parceiros Comerciais da FIFA - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluindo as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

XII - Emissoras - pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em relação contratual, seja pela FIFA, seja por nomeada ou licenciada pela FIFA, que adquiram o direito de realizar emissões ou transmissões, por qualquer meio de comunicação, do sinal e do conteúdo audiovisual básicos ou complementares de qualquer Evento, consideradas Parceiros Comerciais da FIFA;

XIII - Agência de Direitos de Transmissão - pessoa jurídica licenciada ou autorizada com base em relação contratual, seja pela FIFA, seja por nomeada ou autorizada pela FIFA, para prestar serviços de representação de vendas e nomeação de Emissoras, considerada Prestadora de Serviços da FIFA;

XIV - Locais Oficiais de Competição - locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, localizados ou não nas cidades que irão sediar as Competições, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de Ingressos;

XV - Partida - jogo de futebol realizado como parte das Competições;

XVI - Períodos de Competição - espaço de tempo compreendido entre o vigésimo dia anterior à realização da primeira Partida e o quinto dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

XVII - Representantes de Imprensa - pessoas naturais que recebam credenciais oficiais de imprensa relacionadas aos Eventos;

XVIII - Símbolos Oficiais - sinais visivelmente distintivos, emblemas, marcas, logomarcas, mascotes, lemas, hinos e qualquer outro símbolo de titularidade da FIFA; e

XIX - Ingressos - documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitam o ingresso em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

Parágrafo único. A Emissora Fonte, os Prestadores de Serviço e os Parceiros Comerciais da FIFA referidos nos incisos IX, X e XI poderão ser autorizados ou licenciados diretamente pela FIFA ou por meio de uma de suas autorizadas ou licenciadas.

CAPÍTULO II
DA PROTEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS

Seção I
Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos

Art. 3º O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI promoverá a anotação, em seus cadastros, do alto renome das marcas que consistam nos seguintes Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996:

I - emblema FIFA;

II - emblemas da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014;

III - mascotes oficiais da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014; e

IV - outros Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, indicados pela referida entidade em lista a ser protocolada no INPI, que poderá ser atualizada a qualquer tempo.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o art. 124, inciso XIII, da Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 4º O INPI promoverá a anotação, em seus cadastros, das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 126 da Lei nº 9.279, de 1996, conforme lista fornecida e atualizada pela FIFA.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o art. 124, inciso XIII, da Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 5º As anotações do alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA produzirão efeitos até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das anotações realizadas antes da publicação desta Lei.

§ 1º Durante o período mencionado no **caput**, observado o disposto nos arts. 7º e 8º:

I - o INPI não requererá à FIFA a comprovação da condição de alto renome de suas marcas ou da caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas; e

II - as anotações de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA serão automaticamente excluídas do Sistema de Marcas do INPI apenas no caso da renúncia total referida no art. 142 da Lei nº 9.279, de 1996.

§ 2º A concessão e manutenção das proteções especiais das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas deverão observar as leis e regulamentos aplicáveis no Brasil após o término do prazo estabelecido no **caput**.

Art. 6º O INPI deverá dar ciência das marcas de alto renome ou das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, para fins de rejeição, de ofício, de registros de domínio que empreguem expressões ou termos idênticos às marcas da FIFA ou similares.

Art. 7º O INPI adotará regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA ou relacionados à FIFA até 31 de dezembro de 2014.

§ 1º A publicação dos pedidos de registro de marca a que se refere este artigo deverá ocorrer em até sessenta dias contados da data da apresentação de cada pedido, ressalvados aqueles pedidos cujo prazo para publicação foi suspenso por conta de exigência formal preliminar prevista nos arts. 156 e 157 da Lei nº 9.279, de 1996.

§ 2º Durante o período previsto no **caput**, o INPI deverá, no prazo de trinta dias contados da publicação referida no § 1º, de ofício ou a pedido da FIFA, indeferir qualquer pedido de registro de marca apresentado por terceiros que seja flagrante reprodução ou imitação, no todo ou em parte, dos Símbolos Oficiais, ou que possa causar evidente confusão ou associação não autorizada com a FIFA ou com os Símbolos Oficiais.

§ 3º As contestações aos pedidos de registro de marca a que se refere o **caput** devem ser apresentadas em até sessenta dias da publicação.

§ 4º O requerente deverá ser notificado da contestação e poderá apresentar sua defesa em até trinta dias.

§ 5º Após o término do prazo para contestação ou defesa, o INPI decidirá no prazo de trinta dias, e sua decisão deverá ser publicada em até trinta dias após a prolação.

§ 6º No curso do processo de exame, o INPI poderá fazer, uma única vez, exigências a serem cumpridas em até dez dias, durante os quais o prazo do exame ficará suspenso.

Art. 8º Da decisão de indeferimento dos pedidos de que trata o art. 7º caberá recurso ao Presidente do INPI, no prazo de quinze dias contados da data de sua publicação.

§ 1º As partes interessadas serão notificadas para apresentar suas contrarrazões ao recurso no prazo de quinze dias.

§ 2º O Presidente do INPI decidirá o recurso em até vinte dias contados do término do prazo referido no §1º.

§ 3º O disposto no § 6º do art. 7º aplica-se à fase recursal de que trata este artigo.

Art. 9º O disposto nos arts. 7º e 8º aplica-se também aos pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA pendentes de exame no INPI e aqueles apresentados por terceiros até 31 de dezembro de 2014 que possam causar confusão ou associação não autorizada com a FIFA, com os Símbolos Oficiais ou com os Eventos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a terceiros que estejam de alguma forma relacionados aos Eventos e que não sejam a FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, LOC ou CBF.

Art. 10. A FIFA ficará dispensada do pagamento de eventuais retribuições referentes a todos os procedimentos no âmbito do INPI até 31 de dezembro de 2014.

Seção II
Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso

Art. 11. A União colaborará com Estados, Distrito Federal e Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

Parágrafo único. Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados.

Seção III
Da Captação de Imagem ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição

Art. 12. A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões.

Art. 13. O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa, será realizado pela FIFA conforme termos e condições por ela estabelecidos.

Parágrafo único. As credenciais conferem apenas o acesso aos Locais Oficiais de Competição e aos Eventos não implicando o direito de captar, por nenhum meio, imagens ou sons dos Eventos.

Art. 14. A autorização para captar imagens ou sons de qualquer Evento ou das Partidas será exclusivamente concedida pela FIFA, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa.

Art. 15. A transmissão, a retransmissão ou a exibição, por qualquer meio de comunicação, de imagens ou sons dos Eventos somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização da FIFA.

§ 1º Sem prejuízo da exclusividade prevista no art. 12, a FIFA fica obrigada a disponibilizar flagrantes de imagens dos Eventos aos veículos de comunicação interessados em sua retransmissão, observadas as seguintes condições cumulativas:

I - o Evento seja uma Partida, cerimônia de abertura das Competições, cerimônia de encerramento das Competições, ou sorteio preliminar ou final de cada uma das Competições;

II - a retransmissão se destine à inclusão em noticiário, sempre com finalidade informativa, sendo proibida a associação dos flagrantes de imagens a qualquer forma de patrocínio, promoção, publicidade ou atividade de **marketing**;

III - a duração da exibição dos flagrantes observe os limites de tempo de trinta segundos para qualquer Evento que seja realizado de forma pública e cujo acesso seja controlado pela FIFA, exceto as Partidas, para as quais prevalecerá o limite de três por cento do tempo da Partida;

IV - os veículos de comunicação interessados comuniquem a intenção de ter acesso ao conteúdo dos flagrantes de imagens dos Eventos, por escrito, até setenta e duas horas antes do Evento, à FIFA ou a pessoa por ela indicada; e

V - a retransmissão ocorra somente na programação dos canais distribuídos exclusivamente no território nacional.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a FIFA, ou pessoa por ela indicada, deverá preparar e disponibilizar aos veículos de comunicação interessados, no mínimo, seis minutos dos principais momentos do Evento, logo após a edição das imagens e dos sons e em prazo não superior a duas horas após o fim do Evento, sendo que deste conteúdo o interessado deverá selecionar trechos dentro dos limites dispostos neste artigo.

§ 3º O conteúdo disponibilizado nos termos do § 2º para a emissora geradora de sinal poderá ser por ela distribuído para as emissoras que veiculem sua programação, as quais também ficarão obrigadas ao cumprimento dos termos e condições dispostos neste artigo.

§ 4º O material selecionado para exibição nos termos do § 2º deverá ser utilizado apenas pelo veículo de comunicação solicitante e não poderá ser utilizado fora do território nacional brasileiro.

§ 5º Os veículos de comunicação solicitantes não poderão, em nenhum momento:

I - organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de **marketing** associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizado nos termos do § 2º; e

II - explorar comercialmente o conteúdo disponibilizado nos termos do §2º, inclusive em programas de entretenimento, documentários, sítios da rede mundial de computadores ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo.

Seção IV
Dos Crimes Relacionados aos Eventos

Utilização indevida de Símbolos Oficiais

Art. 16. Reproduzir, imitar ou falsificar indevidamente quaisquer Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 17. Importar, exportar, vender, oferecer, distribuir ou expor para venda, ocultar ou manter em estoque Símbolos Oficiais ou produtos resultantes da reprodução, falsificação ou modificação não autorizadas de Símbolos Oficiais, para fins comerciais ou de publicidade, salvo o uso destes pela FIFA ou por pessoa autorizada pela FIFA, ou pela imprensa para fins de ilustração de artigos jornalísticos sobre os Eventos:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Marketing de Emboscada por Associação

Art. 18. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os Eventos ou Símbolos Oficiais, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela FIFA:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos Eventos a ações de publicidade ou atividades comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.

Marketing de Emboscada por Intrusão

Art. 19. Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional não autorizados pela FIFA ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos Locais Oficiais dos Eventos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 20. Nos crimes previstos nesta Seção somente se procede mediante representação da FIFA.

Art. 21. Na fixação da pena de multa prevista nesta seção e nos artigos 41-B a 41-G da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, quando os delitos forem relacionados às Competições, o limite a que se refere o §1º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pode ser acrescido ou reduzido em até dez vezes, de acordo com as condições financeiras do autor da infração e da vantagem indevidamente auferida.

Art. 22. Os tipos penais previstos nesta Seção terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

Seção V
Das Sanções Civis

Art. 23. Para os fins desta Lei, e observadas as disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, consideram-se atos ilícitos as seguintes condutas, praticadas sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outros:

I - atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

II- publicidade ostensiva em veículos automotores, estacionados ou circulando pelos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

III - publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, aeronaves ou embarcações, nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles;

IV - exibição pública das Partidas, por qualquer meio de comunicação, em local público ou privado de acesso público, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado ingresso;

V - a venda, o oferecimento, o transporte, a ocultação, a exposição à venda, a negociação, o desvio ou a transferência de ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos de forma onerosa, com a intenção de obter vantagens para si ou para outrem; e

VI - o uso de ingressos, convites ou qualquer outro tipo de autorização ou credencial para os Eventos para fins de publicidade, venda ou promoção, como benefício, brinde, prêmio de concursos, competições ou promoções, como parte de pacote de viagem ou hospedagem, ou a sua disponibilização ou o seu anúncio para esses propósitos.

§ 1º O valor da indenização prevista neste artigo será calculado de maneira a englobar quaisquer danos sofridos pela parte prejudicada, incluindo os lucros cessantes e qualquer proveito obtido pelo autor da infração.

§ 2º Serão solidariamente responsáveis pela reparação dos danos referidos no **caput** todos aqueles que realizarem, organizarem, autorizarem, aprovarem ou patrocinarem a exibição pública a que se refere o inciso IV.

Art. 24. Caso não seja possível estabelecer o valor dos danos, lucros cessantes ou vantagem ilegalmente obtida, a indenização decorrente dos atos ilícitos previstos no art. 23

corresponderá ao valor que o autor da infração teria pago ao titular do direito violado para que lhe fosse permitido explorá-lo regularmente, tomando-se por base os parâmetros contratuais geralmente usados pelo titular do direito violado.

Art. 25. Os produtos apreendidos por violação ao disposto nesta Lei serão, respeitado o devido processo legal e ouvida a FIFA, destruídos ou doados a entidades e organizações de assistência social, após a descaracterização dos produtos pela remoção dos Símbolos Oficiais, quando possível.

CAPÍTULO III
DOS VISTOS DE ENTRADA E DAS PERMISSÕES DE TRABALHO

Art. 26. Até 31 de dezembro de 2014 serão concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada para:

I - todos os membros da delegação da FIFA, inclusive:

a) membros de comitê da FIFA;

b) equipe da FIFA ou das pessoas jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, de cujo capital total e votante a FIFA detenha ao menos noventa e nove por cento;

c) convidados da FIFA; e

d) qualquer outro indivíduo indicado pela FIFA como membro da delegação da FIFA;

II - funcionários das Confederações FIFA;

III - funcionários das Associações Estrangeiras Membros da FIFA;

IV - árbitros e demais profissionais designados para trabalhar durante os Eventos;

V - membros das seleções participantes em qualquer das Competições, incluindo os médicos das seleções e demais membros da delegação;

VI - equipe dos Parceiros Comerciais da FIFA;

VII - equipe da Emissora Fonte da FIFA, das Emissoras e das Agências de Direitos de Transmissão;

VIII - equipe dos Prestadores de Serviços da FIFA;

IX - clientes de serviços comerciais de hospitalidade da FIFA;

X - Representantes de Imprensa; e

XI - espectadores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos válidos para qualquer Evento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no país possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos.

§ 1º Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada ou para o ingresso no território nacional o passaporte válido ou documento de viagem equivalente, em conjunto com qualquer instrumento que demonstre a sua vinculação com os Eventos, nos termos deste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não constituirá impedimento à denegação de visto a indivíduos, nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Art. 27. Até 31 de dezembro de 2014, serão emitidas as permissões de trabalho, caso exigíveis, para as pessoas mencionadas nos incisos I a X do art. 26, desde que comprovado, por documento expedido pela FIFA ou por terceiro por ela indicado, que a entrada no País se destina ao desempenho de atividades relacionadas aos Eventos.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, poderão ser estabelecidos procedimentos específicos para concessão de permissões de trabalho.

Art. 28. Os vistos e permissões de que tratam os arts. 26 e 27 serão emitidos em caráter prioritário, sem qualquer custo, e os requerimentos serão concentrados em um único órgão da administração pública federal.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Seção I
Da Responsabilidade da União

Art. 29. A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus respectivos representantes legais, empregados ou consultores, na forma do art. 37, §6º, da Constituição.

Art. 30. A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano.

Parágrafo único. A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

Seção II
Do Seguro

Art. 31. Em complemento ao disposto na Seção II, a União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos, conforme previsto nas Seções I e II do presente Capítulo.

CAPÍTULO V
DA VENDA DE INGRESSOS

Art. 32. O preço dos Ingressos será determinado pela FIFA.

Art. 33. Os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais dos Eventos serão definidos pela FIFA, a qual poderá inclusive dispor sobre a possibilidade:

I - de modificar datas, horários ou locais dos Eventos, desde que seja concedido o direito ao reembolso do valor do Ingresso ou o direito de comparecer ao Evento remarcado;

II - da venda de Ingresso de forma avulsa ou conjuntamente com pacotes turísticos ou de hospitalidade; e

III - de estabelecimento de cláusula penal no caso de desistência da aquisição do Ingresso após a confirmação de que o pedido de Ingresso foi aceito ou após o pagamento do valor do Ingresso, independentemente da forma ou do local da submissão do pedido ou da aquisição do Ingresso.

Art. 34. São condições para o acesso e permanência de qualquer pessoa nos Locais Oficiais de Competição, entre outras:

I - estar na posse de Ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela FIFA ou pessoa por ela indicada;

II - não portar objeto que possibilite a prática de atos de violência;

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, xenófobo ou que estimule outras formas de discriminação;

V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo;

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, exceto equipe autorizada pela FIFA ou pessoa por ela indicada para fins artísticos;

VIII - não incitar e não praticar atos de violência, qualquer que seja a sua natureza; e

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores, Representantes de Imprensa, autoridades ou equipes técnicas.

Parágrafo único. O não cumprimento de condição estabelecida neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso da pessoa no Local Oficial de Competição ou o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, seus respectivos representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos arts. 29 e 30, para que informe se possui interesse de integrar a lide.

Art. 36. As controvérsias entre a União e a FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores cujo objeto verse sobre os Eventos, poderão ser resolvidas pela Advocacia-Geral da União, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente à União e às demais pessoas referidas neste artigo.

Art. 37. Poderão ser criados Juizados Especiais, varas, turmas ou câmaras especializadas para o processamento e julgamento das causas relacionadas aos Eventos.

Art. 38. A FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé.

Art. 39. A União colaborará com o Distrito Federal, com os Estados e com os Municípios que sediarão as Competições, e com as demais autoridades competentes, para assegurar que, durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios, onde sejam realizados os Eventos, estejam disponíveis, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso exclusivo da FIFA.

Art. 40. A União, observadas a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as responsabilidades definidas em instrumento próprio, promoverá a disponibilização para a realização dos Eventos, sem qualquer custo para o seu Comitê Organizador, de serviços de sua competência relacionados, entre outros, a:

I - segurança;
II - saúde e serviços médicos;
III - vigilância sanitária; e
IV - alfândega e imigração.

Art. 41. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos poderão declarar feriados os dias de sua ocorrência em seu território.

Art. 42. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da Lei nº 9.279, de 1996.

Art. 43. Aplicam-se às Competições, no que couber, as disposições da Lei nº 10.671, de 2003, excetuado o disposto nos arts. 13-A a 17, 19, 24, 31-A, 32, 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, IX e X da referida Lei.

Parágrafo único. Para fins da realização das Competições, a aplicação do disposto nos arts. 2-A, 39-A e 39-B da Lei nº 10.671, de 2003, fica restrita às pessoas jurídicas de direito privado ou existentes de fato, constituídas ou sediadas no Brasil.

Art. 44. Aplicam-se subsidiariamente às Competições, no que couber e exclusivamente em relação às pessoas jurídicas ou naturais brasileiras, as disposições da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 45. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias FIFA no Brasil e ao LOC, as disposições relativas à FIFA previstas nesta Lei.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

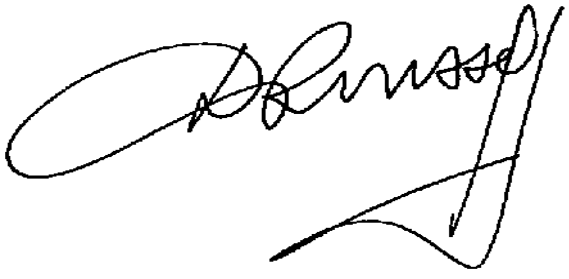
Brasília,

Mensagem nº 389, de 2011

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil".

Brasília, 16 de setembro de 2011.



EM Nº 00015/ME/MRE/MTE/MJ/MF/MDIC/MC/MINC/AGU/MP

Brasília, 16 de setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Geral que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil.

2. Tais medidas se fazem necessárias para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Governo Federal perante a FIFA, quando da escolha do País como sede das Competições.

3. O Capítulo I (Das Disposições Preliminares) trata das definições acerca de entidades, pessoas, locais, objetos e eventos abrangidos pelo presente projeto. É importante mencionar que tais definições observam o Caderno de Encargos elaborado pela FIFA, sendo similares às definições utilizadas na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre as medidas tributárias para realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Tal padronização se mostra indispensável à segurança jurídica nas relações envolvendo as Competições.

4. O Capítulo II (Proteção e Exploração de Direitos Comerciais) é dividido em cinco seções, conforme a seguir explicitado.

4.1. Na Seção I, é concedida aos Símbolos Oficiais da FIFA a qualidade de "Marca de Alto Renome" e "Marca Notoriamente Conhecida", nos termos dos artigos 125 e 126, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, além de definidas regras e prazos para depósitos de pedidos e concessão de registros de marcas diferentes daqueles determinados naquela Lei, possibilitando um tratamento mais célere e favorável à FIFA.

4.2. A Seção II trata das áreas de restrição comercial e vias de acesso, prevendo que a União deverá colaborar com os entes federativos competentes para assegurar, durante os Períodos de Competição, a divulgação das marcas da FIFA e outras atividades promocionais nos Locais Oficiais de Competição. A redação proposta atende o disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios competência para "legislar sobre assuntos de interesse local". Considerando esta competência legislativa, privativa dos Municípios, o dispositivo do anexo Projeto de Lei não poderia estabelecer regras definidas, o que caracterizaria invasão de competência, razão pela qual a redação proposta é abrangente.

4.3. A Seção III trata da captura de imagem ou de sons, radiodifusão e acesso aos Locais Oficiais de Competição, estabelece exclusividade à FIFA de todos os direitos relacionados às imagens e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo o direito de explorar, negociar, autorizar e proibir a transmissão ou retransmissão de imagens. Ressalte-se que estão mantidas as regras da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, no que se refere a flagrantes jornalísticos.

4.4. Na Seção IV, são definidos os "Crimes Relacionados às Competições" e são criados novos tipos penais: (a) uso indevido de Símbolos Oficiais, (b) Marketing de Emboscada por Associação e (c) Marketing de Emboscada por Intrusão, os quais não estão contemplados na legislação penal brasileira, atualmente em vigor. Tais tipos penais, caracterizados como crimes de ação penal condicionada à representação da FIFA, são de menor potencial ofensivo.

4.5. Na Seção V, são estabelecidas as Sanções Civis em complemento aos tipos penais propostos na Seção anterior do Projeto de Lei Geral. Nesta Seção, fica estabelecido que as eventuais violações aos direitos comerciais da FIFA também constituirão ilícito civil, sendo assegurada a indenização integral dos danos causados, incluindo os lucros cessantes e qualquer lucro obtido pelo autor da infração.

5. No Capítulo III (Visto de Entrada e das Permissões de Trabalho), é proposta a criação de regras para entrada e saída de pessoas e obtenção de vistos de trabalho.

6. O Capítulo IV (Da Responsabilidade Civil) define a responsabilidade do Governo Federal perante terceiros. Para além da responsabilidade prevista no art. 37, §6°, da Constituição federal, o Brasil assume, no exercício de suas competências e dentro dos limites constitucionais e legais, os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA nas hipóteses de ocorrência de danos relacionados à segurança do Evento, ressalvadas as hipóteses em que a FIFA ou a vítima tiver concorrido para a ocorrência do dano.

7. O Capítulo V dispõe sobre a venda dos ingressos. Dentre outros aspectos, deixa claro que o preço dos ingressos será definido pela FIFA, assim como os critérios para cancelamento, devolução e reembolso.

8. O Capítulo VI trata das "Disposições Finais". O Projeto de Lei possibilita a criação de Juizados, Varas e Câmaras Especializadas para julgamento de causas relativas às Competições. Também define que a FIFA, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, salvo comprovada má-fé.

9. O Projeto de Lei Geral, dessa forma, atende aos compromissos assumidos pelo Brasil com a FIFA. Está, pois, apto a ser enviado ao Congresso Nacional.

10. São essas, portanto, Senhora Presidenta, as razões que justificam o presente Projeto de Lei que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, com a solicitação de que esta proposta seja encaminhada ao Congresso Nacional, a fim de que se converta em Lei.

Respeitosamente,

Assinado por: Orlando Silva de Jesus Junior, Antonio de Aguiar Patriota, Paulo Roberto dos Santos Pinto, José Eduardo Martins Cardozo, Guido Mantega, Fernando Damata Pimentel, Paulo Bernardo Silva, Anna Maria Buarque de Hollanda, Luis Inacio Lucena Adams e Miriam Aparecida Belchior.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos

Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tri-bunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

.....

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

.....

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980.

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

.....

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:

I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;

II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou

V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

.....

Art. 9º O visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada.

.....

Art. 22. A entrada no território nacional far-se-á somente pelos locais onde houver fiscalização dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda.

.....

Art. 26. O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça.

§ 1º O estrangeiro que se tiver retirado do País sem recolher a multa devida em virtude desta Lei, não poderá reentrar sem efetuar o seu pagamento, acrescido de correção monetária.

§ 2º O impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo o grupo familiar.

.....

Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - entrar no território nacional sem estar autorizado (clandestino):

Pena: deportação.

III - deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido nesta Lei (artigo 30):

Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência.

IV - deixar de cumprir o disposto nos artigos 96, 102 e 103:

Pena: multa de duas a dez vezes o Maior Valor de Referência.

V - deixar a empresa transportadora de atender à manutenção ou promover a saída do território nacional do clandestino ou do impedido (artigo 27):

Pena: multa de 30 (trinta) vezes o Maior Valor de Referência, por estrangeiro.

.....

XIII - fazer declaração falsa em processo de transformação de visto, de registro, de alteração de assentamentos, de naturalização, ou para a obtenção de passaporte para estrangeiro, laissez-passer, ou, quando exigido, visto de saída:

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e, se o infrator for estrangeiro, expulsão.

.....

XV - infringir o disposto no artigo 26, § 1º ou 64:

Pena: deportação e na reincidência, expulsão.

XVI - infringir ou deixar de observar qualquer disposição desta Lei ou de seu Regulamento para a qual não seja cominada sanção especial:

Pena: multa de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o Maior Valor de Referência.

Parágrafo único. As penalidades previstas no item XI, aplicam-se também aos diretores das entidades referidas no item I do artigo 107.

.....

Art. 126. As multas previstas neste Capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quíntuplo. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

.....

Art. 124. Não são registráveis como marca:

.....

XIII - nome, prêmio ou símbolo de evento esportivo, artístico, cultural, social, político, econômico ou técnico, oficial ou oficialmente reconhecido, bem como a imitação suscetível de criar confusão, salvo quando autorizados pela autoridade competente ou entidade promotora do evento;

.....

Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.

Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º *bis* (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

§ 1º A proteção de que trata este artigo aplica-se também às marcas de serviço.

§ 2º O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida.

.....

Art. 142. O registro da marca extingue-se:

I - pela expiração do prazo de vigência;

II - pela renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca;

III - pela caducidade; ou

IV - pela inobservância do disposto no art. 217.

.....

Art. 156. Apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data de depósito a da sua apresentação.

Art. 157. O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 155, mas que contiver dados suficientes relativos ao depositante, sinal marcário e classe, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas pelo depositante, em 5 (cinco) dias, sob pena de ser considerado inexistente.

Parágrafo único. Cumpridas as exigências, o depósito será considerado como efetuado na data da apresentação do pedido.

.....

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.609 , DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998.

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

.....

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, cujo prazo não poderá ser superior a 5 (cinco) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

§ 2º É considerada formadora de atleta a entidade de prática desportiva que: (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

II - satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

d) manter alojamento e instalações desportivas adequados, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade; (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

.....

LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....

LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

.....

Art. 2º-A. Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

CAPÍTULO II

DA TRANSPARÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º São asseguradas ao torcedor a publicidade e transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto, bem como pelas ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 1º As entidades de que trata o caput farão publicar na internet, em sítio da entidade responsável pela organização do evento: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - a íntegra do regulamento da competição; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

II - as tabelas da competição, contendo as partidas que serão realizadas, com especificação de sua data, local e horário; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

III - o nome e as formas de contato do Ouvidor da Competição de que trata o art. 6º; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IV - os borderôs completos das partidas; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

V - a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição; e (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VI - a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010)

§ 2º Os dados contidos nos itens V e VI também deverão ser afixados ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as entradas do local onde se realiza o evento esportivo. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 3º O juiz deve comunicar às entidades de que trata o caput decisão judicial ou aceitação de proposta de transação penal ou suspensão do processo que implique o impedimento do torcedor de frequentar estádios desportivos. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 6º A entidade responsável pela organização da competição, previamente ao seu início, designará o Ouvidor da Competição, fornecendo-lhe os meios de comunicação necessários ao amplo acesso dos torcedores.

§ 1º São deveres do Ouvidor da Competição recolher as sugestões, propostas e reclamações que receber dos torcedores, examiná-las e propor à respectiva entidade medidas necessárias ao aperfeiçoamento da competição e ao benefício do torcedor.

§ 2º É assegurado ao torcedor:

I - o amplo acesso ao Ouvidor da Competição, mediante comunicação postal ou mensagem eletrônica; e

II - o direito de receber do Ouvidor da Competição as respostas às sugestões, propostas e reclamações, que encaminhou, no prazo de trinta dias.

§ 3º Na hipótese de que trata o inciso II do § 2º, o Ouvidor da Competição utilizará, prioritariamente, o mesmo meio de comunicação utilizado pelo torcedor para o encaminhamento de sua mensagem.

§ 4º O sítio da internet em que forem publicadas as informações de que trata o § 1º do art. 5º conterá, também, as manifestações e propostas do Ouvidor da Competição. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 5º A função de Ouvidor da Competição poderá ser remunerada pelas entidades de prática desportiva participantes da competição.

Art. 7º É direito do torcedor a divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes e não-pagantes, por intermédio dos serviços de som e imagem instalados no estádio em que se realiza a partida, pela entidade responsável pela organização da competição.

Art. 8º As competições de atletas profissionais de que participem entidades integrantes da organização desportiva do País deverão ser promovidas de acordo com calendário anual de eventos oficiais que:

I - garanta às entidades de prática desportiva participação em competições durante pelo menos dez meses do ano;

II - adote, em pelo menos uma competição de âmbito nacional, sistema de disputa em que as equipes participantes conheçam, previamente ao seu início, a quantidade de partidas que disputarão, bem como seus adversários.

CAPÍTULO III

DO REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

Art. 9º É direito do torcedor que o regulamento, as tabelas da competição e o nome do Ouvidor da Competição sejam divulgados até 60 (sessenta) dias antes de seu início, na forma do § 1º do art. 5º. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 1º Nos dez dias subseqüentes à divulgação de que trata o **caput**, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao Ouvidor da Competição.

§ 2º O Ouvidor da Competição elaborará, em setenta e duas horas, relatório contendo as principais propostas e sugestões encaminhadas.

§ 3º Após o exame do relatório, a entidade responsável pela organização da competição decidirá, em quarenta e oito horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e sugestões relatadas.

§ 4º O regulamento definitivo da competição será divulgado, na forma do § 1º do art. 5º, 45 (quarenta e cinco) dias antes de seu início. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 5º É vedado proceder alterações no regulamento da competição desde sua divulgação definitiva, salvo nas hipóteses de:

I - apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subseqüente, desde que aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte – CNE;

II - após dois anos de vigência do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo.

§ 6º A competição que vier a substituir outra, segundo o novo calendário anual de eventos oficiais apresentado para o ano subseqüente, deverá ter âmbito territorial diverso da competição a ser substituída.

Art. 10. É direito do torcedor que a participação das entidades de prática desportiva em competições organizadas pelas entidades de que trata o art. 5º seja exclusivamente em virtude de critério técnico previamente definido.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de entidade de prática desportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.

§ 2º Fica vedada a adoção de qualquer outro critério, especialmente o convite, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 3º Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, será observado o princípio do acesso e do descenso.

§ 4º Serão desconsideradas as partidas disputadas pela entidade de prática desportiva que não tenham atendido ao critério técnico previamente definido, inclusive para efeito de pontuação na competição.

Art. 11. É direito do torcedor que o árbitro e seus auxiliares entreguem, em até quatro horas contadas do término da partida, a súmula e os relatórios da partida ao representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 1º Em casos excepcionais, de grave tumulto ou necessidade de laudo médico, os relatórios da partida poderão ser complementados em até vinte e quatro horas após o seu término.

§ 2º A súmula e os relatórios da partida serão elaborados em três vias, de igual teor e forma, devidamente assinadas pelo árbitro, auxiliares e pelo representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 3º A primeira via será acondicionada em envelope lacrado e ficará na posse de representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao setor competente da respectiva entidade até as treze horas do primeiro dia útil subseqüente.

§ 4º O lacre de que trata o § 3º será assinado pelo árbitro e seus auxiliares.

§ 5º A segunda via ficará na posse do árbitro da partida, servindo-lhe como recibo.

§ 6º A terceira via ficará na posse do representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao Ouvidor da Competição até as treze horas do primeiro dia útil subseqüente, para imediata divulgação.

Art. 12. A entidade responsável pela organização da competição dará publicidade à súmula e aos relatórios da partida no sítio de que trata o § 1º do art. 5º até as 14 (quatorze) horas do 3º (terceiro) dia útil subsequente ao da realização da partida. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas. (Vigência)

Parágrafo único. Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - estar na posse de ingresso válido; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VI - não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VII - não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

VIII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza; e (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

IX - não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, da área restrita aos competidores. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

a) o local;

b) o horário de abertura do estádio;

c) a capacidade de público do estádio; e

d) a expectativa de público;

III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e

b) situado no estádio.

§ 1º É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

Art. 15. O detentor do mando de jogo será uma das entidades de prática desportiva envolvidas na partida, de acordo com os critérios definidos no regulamento da competição.

Art. 16. É dever da entidade responsável pela organização da competição:

I - confirmar, com até quarenta e oito horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;

II - contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio;

III – disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida;

IV – disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; e

V – comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão e dos órgãos responsáveis pela segurança pública, transporte e demais contingências que possam ocorrer, das localidades em que se realizarão as partidas da competição. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão; e

II - deverão ser apresentados previamente aos órgãos responsáveis pela segurança pública das localidades em que se realizarão as partidas da competição.

§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.

§ 3º Os planos de ação serão divulgados no sítio dedicado à competição de que trata o parágrafo único do art. 5º no mesmo prazo de publicação do regulamento definitivo da competição.

.....

Art. 19. As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo.

CAPÍTULO V

DOS INGRESSOS

Art. 20. É direito do torcedor partícipe que os ingressos para as partidas integrantes de competições profissionais sejam colocados à venda até setenta e duas horas antes do início da partida correspondente.

§ 1º O prazo referido no **caput** será de quarenta e oito horas nas partidas em que:

I - as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios; e

II - a realização não seja possível prever com antecedência de quatro dias.

§ 2º A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.

§ 3º É assegurado ao torcedor partícipe o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.

§ 4º Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o § 3º.

§ 5º Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

Art. 21. A entidade detentora do mando de jogo implementará, na organização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.

Art. 22. São direitos do torcedor partícipe: (Vigência)

I - que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e

II - ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.

§ 1º O disposto no inciso II não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.

§ 2º A emissão de ingressos e o acesso ao estádio nas primeira e segunda divisões da principal competição nacional e nas partidas finais das competições eliminatórias de âmbito nacional deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos eventos esportivos realizados em estádios com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

Art. 24. É direito do torcedor partícipe que conste no ingresso o preço pago por ele.

§ 1º Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor do estádio não poderão ser diferentes entre si, nem daqueles divulgados antes da partida pela entidade detentora do mando de jogo.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um conjunto de, no mínimo, três partidas de uma mesma equipe, bem como na venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.

.....

Art. 27. A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

I - serviços de estacionamento para uso por torcedores partícipes durante a realização de eventos esportivos, assegurando a estes acesso a serviço organizado de transporte para o estádio, ainda que oneroso; e

II - meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto neste artigo fica dispensado na hipótese de evento esportivo realizado em estádio com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

Art. 28. O torcedor partícipe tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local.

.....

§ 2º É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.

.....

CAPÍTULO VIII

DA RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM ESPORTIVA

Art. 30. É direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.

Parágrafo único. A remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo.

Art. 31. A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão convocar os agentes públicos de segurança visando a garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.

Art. 31-A. É dever das entidades de administração do desporto contratar seguro de vida e acidentes pessoais, tendo como beneficiária a equipe de arbitragem, quando exclusivamente no exercício dessa atividade. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 32. É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados.

§ 1º O sorteio será realizado no mínimo quarenta e oito horas antes de cada rodada, em local e data previamente definidos.

§ 2º O sorteio será aberto ao público, garantida sua ampla divulgação.

CAPÍTULO IX

DA RELAÇÃO COM A ENTIDADE DE PRÁTICA DESPORTIVA

Art. 33. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, cada entidade de prática desportiva fará publicar documento que contemple as diretrizes básicas de seu relacionamento com os torcedores, disciplinando, obrigatoriamente: (Vigência)

I - o acesso ao estádio e aos locais de venda dos ingressos;

II - mecanismos de transparência financeira da entidade, inclusive com disposições relativas à realização de auditorias independentes, observado o disposto no art. 46-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

III - a comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva.

Parágrafo único. A comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva de que trata o inciso III do **caput** poderá, dentre outras medidas, ocorrer mediante:

I - a instalação de uma ouvidoria estável;

II - a constituição de um órgão consultivo formado por torcedores não-sócios; ou

III - reconhecimento da figura do sócio-torcedor, com direitos mais restritos que os dos demais sócios.

CAPITULO X
DA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 34. É direito do torcedor que os órgãos da Justiça Desportiva, no exercício de suas funções, observem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência.

Art. 35. As decisões proferidas pelos órgãos da Justiça Desportiva devem ser, em qualquer hipótese, motivadas e ter a mesma publicidade que as decisões dos tribunais federais.

§ 1º Não correm em segredo de justiça os processos em curso perante a Justiça Desportiva.

§ 2º As decisões de que trata o caput serão disponibilizadas no sítio de que trata o § 1º do art. 5º. (Redação dada pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 36. São nulas as decisões proferidas que não observarem o disposto nos arts. 34 e 35.

Art. 37. Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de administração do desporto, a liga ou a entidade de prática desportiva que violar ou de qualquer forma concorrer para a violação do disposto nesta Lei, observado o devido processo legal, incidirá nas seguintes sanções:

I – destituição de seus dirigentes, na hipótese de violação das regras de que tratam os Capítulos II, IV e V desta Lei;

II - suspensão por seis meses dos seus dirigentes, por violação dos dispositivos desta Lei não referidos no inciso I;

III - impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal em âmbito federal; e

IV - suspensão por seis meses dos repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 1º Os dirigentes de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão sempre:

I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e

II - o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3º A instauração do processo apuratório acarretará adoção cautelar do afastamento compulsório dos dirigentes e demais pessoas que, de forma direta ou indiretamente, puderem

interferir prejudicialmente na completa elucidação dos fatos, além da suspensão dos repasses de verbas públicas, até a decisão final.

.....

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 39-B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

Art. 41-B. Promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas o torcedor que: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I - promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

II - portar, deter ou transportar, no interior do estádio, em suas imediações ou no seu trajeto, em dia de realização de evento esportivo, quaisquer instrumentos que possam servir para a prática de violência. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 2º Na sentença penal condenatória, o juiz deverá converter a pena de reclusão em pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 3 (três) meses a 3 (três) anos, de acordo com a gravidade da conduta, na hipótese de o agente ser primário, ter bons antecedentes e não ter sido punido anteriormente pela prática de condutas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 3º A pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, converter-se-á em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 4º Na conversão de pena prevista no § 2º, a sentença deverá determinar, ainda, a obrigatoriedade suplementar de o agente permanecer em estabelecimento indicado pelo juiz, no período compreendido entre as 2 (duas) horas antecedentes e as 2 (duas) horas posteriores à realização de partidas de entidade de prática desportiva ou de competição determinada. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

§ 5º Na hipótese de o representante do Ministério Público propor aplicação da pena restritiva de direito prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o juiz aplicará a sanção prevista no § 2º. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 41-C. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 41-D. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 41-E. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 41-F. Vender ingressos de evento esportivo, por preço superior ao estampado no bilhete: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Art. 41-G. Fornecer, desviar ou facilitar a distribuição de ingressos para venda por preço superior ao estampado no bilhete: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Pena - reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Parágrafo único. A pena será aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o agente for servidor público, dirigente ou funcionário de entidade de prática desportiva, entidade responsável pela organização da competição, empresa contratada para o processo de emissão, distribuição e venda de ingressos ou torcida organizada e se utilizar desta condição para os fins previstos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Lei da Câmara n° 10, de 2012**, vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Económicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Valdir Raupp, com a palavra, pelo tempo que for necessário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, eu queria também me associar e me congratular com as palavras do Senador Requião a respeito da Argentina, das Ilhas Malvinas. Creio que o Brasil, como a sexta ou a quinta potência mundial, em breve, poderá intermediar diplomaticamente a questão. Sei que o Brasil já está trabalhando nisso e certamente se esforçará ainda mais.

Eu quero também me associar e assinar, como membro do Parlamento do Mercosul, esse documento que o Senador Requião está assinando.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, quando vou falar da oportunidade que o Brasil está tendo de explorar as terras raras do nosso País e não deixar mais a China quase como única exportadora desse produto, eu queria falar um pouco da questão da transposição, Sr. Presidente. V. Exª acompanhou a nossa luta, desde o mandato passado. Já faz uns quatro anos ou mais, quando a Senador Fátima estava aqui, companheira de Partido de V. Exª, e eu fui relator aqui no Senado desse projeto que transpõe para os quadros da União em torno de 20 mil servidores do ex-Território Federal de Rondônia.

Esse benefício já foi alcançado pelo Estado do Senador Capiberibe, o Amapá, e por Roraima há 23 anos e Rondônia vem sofrendo para conseguir esse benefício. E mesmo com esse projeto sancionado pelo Presidente Lula há mais de um ano e meio, promulgado pelas duas Casas, Câmara e Senado, e a Presidente Dilma tendo estado em Rondônia no ano passado assinando a regulamentação, até agora ainda não tivemos esse benefício.

A bancada vem, de certa forma, pagando o preço, porque os sindicatos cobram, a população cobra, o governo do Estado cobra, com razão, que a bancada dê conta de resolver essa questão, e nós, nos últimos dias, começamos a intensificar as conversas com a assessoria do Ministério do Planejamento, tentando marcar audiência com a ministra, o que está sendo muito difícil, até porque não há parecer final da consultoria jurídica do ministério, da Advocacia Geral da União e alguns desencontros estão ocorrendo. Eu estive, recentemente, mais precisamente na última semana, tratando do assunto uma vez com o Advogado Geral da União, Ministro Adams, e uma com o Advogado Geral adjunto, Dr. Fernando Albuquerque, e a Deputada Marinha Raupp, como coordenadora da bancada, esteve ainda uma terceira vez tratando do mesmo assunto.

O que está acontecendo? Há alguns desentendimentos na forma de cumprir esse projeto. Uns falam que vai até 1987, outros advogados falam que vai até 1991, e nós entendemos que a lei, que a Constituição de 1988 diz que a União deveria tutelar por dez anos os ex-Territórios, e Rondônia fez o pagamento desses servidores exatamente por dez anos, de 1981 a 1991.

Então, o primeiro relatório da Conjur, do Planejamento, saiu dizendo que, realmente, aqueles que receberam pela União durante esses dez anos têm o direito, agora, a entrar na transposição.

Não estão querendo nada além disso, que os servidores que receberam pela União durante dez anos – o Estado fazia a folha e a União pagava – agora sejam transpostos para os quadros da União.

Eu acredito que, depois da conversa que tivemos na Advocacia Geral da União, esse parecer possa sair de acordo com o primeiro relatório da Conjur, da Consultoria Jurídica, do Ministério do Planejamento, que dizia que esses servidores que receberam, durante dez anos, pela União deveriam integrar os quadros da União.

Haverá amanhã, Sr. Presidente, uma reunião, que a Deputada Marinha como coordenadora da bancada está marcando, da Bancada Federal de Rondônia. Ela deve convidar ainda hoje os três Senadores e os oito Deputados Federais para conversar sobre esse assunto. Já estão também em Brasília uma representação dos sindicatos, com membros da comissão intersindical, e também a comissão estadual de acompanhamento da transposição liderada pelo Secretário de Estado Rui Vieira. Então, acredito que, amanhã, essa reunião será de fundamental importância. Até lá, os documentos estão chegando à Advocacia-Geral da União, para que eles possam ter um entendimento claro a respeito desse período de dez anos que a União tutelou o Estado de Rondônia, que pagou os servidores de Rondônia, e de que, agora, eles terão direito a ingressar nos quadros da União.

A respeito desse assunto, Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Entrarei agora na questão do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das principais batalhas comerciais dos próximos anos promete ser a que envolve a produção e a comercialização mundial dos 17 elementos altamente estratégicos conhecidos como terras-raras.

Um fato interessante, Sr. Presidente, é que, até a segunda metade do século XX, esses elementos químicos – do qual fazem parte, entre outros, o lantânio, o neodímio e o ítrio – não recebiam muita atenção nem dos governos, nem da iniciativa privada. Sua exploração e sua produção eram relativamente restritas e não ensejavam grandes disputas.

Tudo mudou com a chamada terceira onda – a revolução científica e tecnológica que marcou o século XX e revolucionou a forma como nos comunicamos, produzimos energia, nos deslocamos e interagimos com o meio ambiente.

Nesse mundo novo, Srªs e Srs. Senadores, os elementos terras-raras são fundamentais, essenciais, estratégicos. Eles formam a base de componentes sem os quais uma boa parte dos aparelhos, máquinas e equipamentos modernos simplesmente não funcionaria. As telas de televisores, monitores e *tablets,* por exemplo, dependem de quatro terras-raras – o európio, o cério, o térbio e o ítrio – para a formação de cores e a estabilização das imagens emitidas por esses aparelhos.

Nossos celulares vibram graças à ação do neodímio, elemento a partir do qual se produz o ímã mais poderoso já criado. As propriedades magnéticas do neodímio e do disprósio também são essenciais para as turbinas eólicas modernas, sendo que cada turbina usa até duas toneladas de terras-raras em sua construção.

Os carros híbridos e elétricos, verdadeiros símbolos das tecnologias limpas e renováveis e do combate à emissão de gás carbônico, não funcionariam tão bem sem o lantânio, que, combinado com o níquel, dá maior autonomia às baterias desses veículos. Uma única bateria precisa de até 15 quilos de lantânio para ser construída. Sem as terras-raras, os motores e os geradores dos carros elétricos seriam pesados e ineficientes ao ponto de comprometer sua viabilidade.

As aplicações desses elementos, Sr. Presidente, são inúmeras e se estendem pela indústria aeroespacial, a indústria de armamentos, a construção de computadores de ponta, de lâmpadas, de aparelhos de uso médico, enfim, são raríssimos os exemplos de indústrias de tecnologia moderna que não façam uso de pelo menos um dos 17 elementos terras-raras.

O lantânio, particularmente, é fundamental para uma indústria fortíssima em nosso País: a indústria petrolífera. Dependemos do lantânio para o refinamento do petróleo – e essa dependência, Srªs e Srs. Senadores, tende a aumentar logo que começarmos a explorar o petróleo da camada pré-sal.

Diante disso, Sr. Presidente, é, no mínimo, preocupante que mais de 90% da produção dos elementos terras-raras se concentre em uma única nação – a China.

Os chineses chegaram a responder por 97% da produção mundial entre 2008 e 2009, mas a produção do resto do mundo vem crescendo nos últimos anos – uma reação, talvez, à excessiva preponderância dos chineses nesse ramo.

Ainda assim, é a China quem determina os grandes movimentos na oferta, na demanda e, principalmente, no preço dos elementos terras-raras. Embora as reservas chinesas correspondam a cerca de 40% das reservas globais, o volume da produção chinesa e as quotas de exportações praticadas por Pequim é que determinam, em última instância, a flutuação dos preços das terras-raras.

E esses preços, Sr. Presidente, têm subido consideravelmente nos últimos anos, o que tem originado uma série de reclamações por parte dos países mais industrializados em relação à política de exportação de terras-raras praticada pelos chineses.

Em outubro de 2010, a China já havia bloqueado a exportação de elementos terras-raras para o Japão, com a justificativa oficial de que o bloqueio seria uma represália à captura do comandante de um barco pesqueiro chinês, que teria invadido águas japonesas.

Mais recentemente, no último dia 13 de março, os Estados Unidos e a União Europeia se uniram ao Japão e apresentaram, perante a Organização Mundial do Comércio, uma reclamação contra a China, que, nos últimos três anos, reduziu em 40% suas quotas de exportação, hoje em torno das 30 mil toneladas, o que, segundo os países ocidentais, além de ser insuficiente para atender a demanda de suas indústrias, provoca o aumento artificial dos preços e contraria as práticas comerciais aceitas e defendidas pela OMC – Organização Mundial do Comércio –, entidade à qual a China se integrou em 2011.

No mercado interno chinês, os preços praticados são metade dos preços de exportação que vêm sofrendo aumentos substanciais. Entre 2008 e 2010, por exemplo, as terras-raras chinesas sofreram aumentos de até 1.000%, e a tonelada chegou a bater em US$109 mil.

Essa é uma disputa, Sr. Presidente, que não afeta direta e imediatamente o Brasil, mas na qual já podemos vislumbrar uma janela de oportunidade com grande potencial de bons frutos para o nosso País.

Um dos fatos que as várias reportagens recentes sobre as terras-raras não mencionaram é que o Brasil já ocupou a posição que hoje é da China. Sim, Sr. Presidente, nós já fomos os maiores produtores mundiais de elementos terras-raras. A indústria de terras-raras brasileira era a maior, isolada, até 1915, e, entre 1915 e 1945, nós nos alternávamos no primeiro e no segundo lugar com a Índia.

Fomos, também, pioneiros na exploração desses elementos. As primeiras grandes reservas mundiais de terras-raras foram descobertas exatamente aqui, em nosso País. A exploração começou na Bahia, ainda no século XIX, mais precisamente em 1886.

Depois de várias décadas de liderança no mercado, fomos perdendo fôlego ao longo da segunda metade do século XX, processo que se intensificou em meados dos anos 80, quando a China passou a dominar o mercado. Os baixos preços então praticados pelos chineses desestimularam a produção no resto do mundo. A produção brasileira de concentrados de terras-raras foi encerrada, finalmente, em 1995, quando produzimos apenas 110 toneladas de óxidos – um grão de areia diante da produção mundial, que é, atualmente, de 150 mil toneladas por ano.

A boa notícia é que nossas reservas são significativas, e estão prontas para serem exploradas. Temos, por exemplo, grandes reservas conhecidas em Goiás: os estimados 30 milhões de toneladas de minério de monazita presentes numa reserva em Catalão, Goiás, podem gerar mais de dois milhões de toneladas de óxidos de terras-raras. Temos também notícias de empresas estrangeiras que já exploram terras-raras em Minas Gerais e no Amazonas. A Bahia e o Espírito Santo igualmente têm jazidas à espera da devida exploração.

Precisamos, Sr. Presidente, tomar as rédeas desse processo e retomar a produção de terras-raras no Brasil. O quadro não poderia ser mais favorável: somos donos de reservas significativas e inexploradas desses elementos altamente estratégicos para a indústria tecnológica moderna, com a vantagem de estarmos lidando com matérias-primas que não nos são estranhas, pois já lideramos, não muitas décadas atrás, sua produção mundial. Quero crer que as autoridades da área de minas e energia já estão atentas a essa importante oportunidade que se apresenta para o Brasil, que tem tudo para reassumir uma posição que já foi sua e figurar, assim, como protagonista nesse mercado que só tende a crescer nos próximos anos.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, no ano passado, já atento à questão, o Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, apresentou requerimento junto a CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – solicitando a realização de audiência pública para debater a exploração das terras-raras, o que, de acordo com a Comissão, deverá ocorrer ainda neste mês.

Estou pedindo à minha assessoria que encaminhe também o nome do pesquisador geólogo Dr. Reinaldo Brito, da CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, para compor essa comissão que vai discutir em uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Vamos, de imediato, mediante acordo feito aqui com o Senador Randolfe, passar a palavra ao Senador João Capiberibe. Com a permuta realizada, V. Exª dispõe do tempo de 20 minutos.

O Senador João Capiberibe é do PSB.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul, terra onde Leonel Brizola se alçou para garantir a posse de João Goulart. Começo destacando isso porque hoje gostaria de registrar o 48º ano do Golpe Militar de 1964.

O Golpe Militar de 1964 é desfecho de uma conspiração que começou desenhada uma década antes. Os eventos trágicos do dia 31 de março de 1964, que culminaram, no dia seguinte, 1º de abril, com o fim do governo democrático do Presidente João Goulart, não se resumem ao que é contado nos bancos escolares de hoje em dia. É uma longa história até hoje mal contada.

A meu ver, é preciso viajar no túnel do tempo até o ano de 1954. Nesse ano, o Governo do Presidente Getúlio Vargas era atacado violentamente por seus adversários da União Democrática Nacional, a UDN, comandados pelo jornalista udenista e dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, apoiado por um grupo de militares.

O clima de confronto ultrapassava a palavra, tanto que um atentado, atribuído a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do Presidente, feriu Carlos Lacerda e matou o Major da Aeronáutica Rubens Vaz.

A oposição, valendo-se do episódio do atentado, aumentou a carga contra Vargas e pedia a renúncia do Presidente.

A auxiliares, a amigos do Catete e ao amigo jornalista Samuel Wainer, dono do jornal carioca *Última Hora*, Vargas confidenciou, 24 horas antes do suicídio: "Só morto sairei do Catete".

Às 8 horas e 30 minutos do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio se suicida com um tiro no coração, em seus aposentos no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Com a morte de Vargas, assume o Vice-Presidente Café Filho, do PSP, que governou em um período de agitação manipulado por militares e políticos da UDN.

Sob a presidência de Café Filho, no dia 3 de outubro de 1955, o Brasil foi às urnas escolher, em eleições separadas, um novo Presidente e Vice-Presidente do

País. Ganhou a eleição o candidato da coligação PSD/PTB, a mesma que havia elegido Getúlio Vargas, o ex-Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, com 3.077.441 votos, contra 2.610.462 votos do candidato dos militares e da UDN General Juarez Távora.

Aqui, gostaria de fazer uma observação. Em 1955, a população do Brasil era da ordem de 58 milhões de habitantes e, naquela eleição, votaram 9.887.873 eleitores, o que corresponde a algo em torno de 20% da população nacional. Comparada à eleição de 2010, para uma população de 190 milhões de habitantes, votaram 106 milhões de eleitores, o que corresponde a mais de 60%.

Vejam como a ampliação da democracia, da participação cidadã na construção democrática deste País é lenta! E olhem que em 1955 as mulheres já votavam, mas o analfabetos não votavam, não votam os jovens. Hoje estamos com uma participação cada vez mais ampla, e o cidadão sabe que o poder constituído pelo seu voto, que o poder é político.

Mas vejam os percalços da democracia. Vale lembrar que foi muito difícil o lançamento da candidatura de Juscelino, pois se acreditava em um veto militar a ela. JK era acusado de ser apoiado pelos comunistas.

Somente quando o Presidente da República Café Filho divulgou a carta dos militares na *Voz do Brasil*, foi que Juscelino se lançou candidato, alegando que a carta dos militares não citava seu nome. Na verdade, era um veto. Os militares tinham poder de veto sobre a vida política do País.

Foi eleito Vice-Presidente da República João Goulart, o Jango, da mesma coligação de Juscelino, com 3.591.492 votos, 500 mil a mais que os depositados em JK. O candidato da UDN, Milton Campos, também recebeu mais votos do que o militar Juarez Távora.

Em novembro de 1955, após a eleição ser realizada, Café Filho é afastado do Governo após um ataque cardíaco. Assume o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, da UDN. A UDN tenta impugnar o resultado das eleições.

Olha a falta de costume com a democracia neste País! Nós somos um País sem a mínima tradição democrática. Um Presidente eleito pelo voto do povo e há uma tentativa de golpe dentro do Parlamento. A UDN tenta impugnar o resultado da eleição sob a alegação de que Juscelino não obteve vitória por maioria absoluta dos votos. Isso aconteceu em 1970, na eleição do Presidente Allende, no Chile, que também não teve a maioria absoluta dos votos e a decisão era levada para o Parlamento. Mas o povo, na rua, queria ver a sua vontade prevalecer.

A posse de Juscelino e do Vice-Presidente eleito, João Goulart, só foi garantida pelo Ministro da Guerra. No Chile, foi pelo povo nas ruas; no Brasil, foi pelo Ministro da Guerra, o General Henrique Teixeira Lott, que, em 11 de novembro de 1955, depôs o então Presidente interino da República, Carlos Luz. Suspeitava-se que o udenista Luz não daria posse ao Presidente eleito Juscelino Kubitscheck.

Assume a Presidência o Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, do partido de JK, o PSD, que conclui o mandato de Getúlio Vargas que fora eleito para governar de 1951 a 1956.

O Brasil permanece em estado de sítio até a posse de JK, em 31 de janeiro de 1956.

Em fevereiro de 1956, ocorre a Revolta de Jacareacanga, um esboço de reação militar contra a posse de Juscelino Kubitscheck na Presidência do País. Três anos depois, nova rebelião contra Juscelino.

Em 2 de dezembro de 1959 ocorre a Revolta de Aragarças, uma conspiração com a participação do mesmo grupo de Jacareacanga que havia sido anistiados por JK.

O objetivo era iniciar um "movimento revolucionário" para afastar do poder o grupo que o controlava e cujos elementos seriam, segundo os líderes da conspiração, corruptos e comprometidos com o comunismo internacional.

É bom lembrar que nós estávamos em plena guerra fria.

Apesar das turbulências, Juscelino cumpre o mandato.

Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros é eleito pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, para o mandato de 1961 a 1965, com 5,6 milhões de votos – a maior votação até então obtida no Brasil –, vencendo o Marechal Henrique Lott de forma arrasadora, por mais de dois milhões de votos. Porém, não conseguiu eleger o candidato a Vice-Presidente de sua chapa, Milton Campos. Quem se elegeu para Vice-Presidente foi João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro. Os eleitos formaram a chapa conhecida como chapa Jan-Jan.

Finalmente, a UDN e os militares aliados chegam ao poder. Mas, logo perceberam que Jânio era um insubordinado. Tanto que Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, percebendo que Jânio foge ao controle das lideranças da UDN, mais uma vez se coloca no comando de uma campanha contra Jânio, como havia feito com relação a Getúlio Vargas e tentado, sem sucesso, com relação a Juscelino Kubitschek. Não tendo como acusar Jânio de corrupto, tática que usou contra seus dois antecessores, decide impingir-lhe a pecha de golpista.

No dia 21 de agosto de 1961, Jânio Quadros assina uma resolução que anulava as autorizações ilegais outorgadas a favor da multinacional americana

Hanna e restituí as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Quatro dias depois, os ministros militares pedem a renúncia de Quadros.

Em um discurso no dia 24 de agosto de 1961, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, Lacerda denuncia uma suposta trama palaciana de Jânio e acusa seu ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, de tê-lo convidado a participar de um golpe de estado.

Na tarde de 25 de agosto, Jânio Quadros, para espanto de toda a nação, anuncia sua renúncia, que foi prontamente aceita pelo Congresso Nacional.

Jânio Quadros alega a pressão de "forças terríveis" que o obrigam a renunciar, forças que nunca chegou a identificar. Com sua renúncia abre-se uma crise, pois os ministros militares vetam o nome de Goulart.

Com a renúncia, Lacerda e os militares aliados pressionam o Congresso Nacional a não dar posse ao Vice-Presidente, João Goulart, cuja fama de "esquerdista" agravou-se após Jânio tê-lo enviado em missão comercial e diplomática à China, onde se encontrava no momento da renúncia de Jânio.

A fama de "esquerdista" fora atribuída a Jango quando ele ainda exercia o cargo de Ministro do Trabalho no governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), durante o qual o salário mínimo foi aumentado em 100% e é promovida a reforma agrária – atitudes consideradas "comunistas" pelos setores conservadores na época.

Imaginem se nós considerarmos que em oito anos o salário mínimo cresceu 500%, 600%, um Governo que aumenta o salário mínimo, que amplia o poder de compra do trabalhador não resistiria no Brasil de 30 anos, 40 anos atrás.

Com o impasse, assume provisoriamente Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados, enquanto acontece a Campanha da Legalidade, comandada por Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango. Uma belíssima campanha!

A solução chega com a adoção do regime parlamentarista, aceito pelos militares, pois reduzia os poderes presidenciais.

Jânio assume, mas quem governa é o Primeiro-Ministro do Brasil, Tancredo Neves.

A experiência parlamentarista, contudo, é revogada por um plebiscito em 6 de janeiro de 1963, depois de também terem sido Primeiros-Ministros Brochado da Rocha e Hermes Lima.

O País volta ao presidencialismo. Com plenos poderes, Jango inicia a continuidade da política de iniciada no governo democrático de Vargas.

A UDN e os militares aliados aceleram os planos do golpe que vinham amadurecendo aos poucos, retomando o discurso anticomunista.

Fiz essa viagem no túnel do tempo para mostrar que o golpe militar de 1964 começa dez anos antes, em 1954.

Getúlio Vargas abafou a primeira tentativa de golpe militar em 1954 com a sua própria vida.

Em 1955, os militares tentaram impedir as eleições. Uma nova tentativa de golpe é impedida pela ação firme e corajosa do Marechal Henrique Lott, que garantiu a eleição e a posterior posse de Juscelino Kubitschek.

Em 1961, com a renúncia de Jânio, os militares voltam à carga, novamente sem sucesso. A solução parlamentarista é um contragolpe em suas intenções.

Em 1963, com a volta do sistema presidencialista, expressa pelo voto popular em plebiscito, os Governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em conluio com chefes militares, iniciam o processo de desestabilização do governo Jango, contando com o apoio das elites e da imprensa.

Finalmente, em 31 de março, quase dez anos após a primeira tentativa de golpe militar, os militares chegam ao poder e decidem não reparti-lo com os golpistas civis da UDN.

Nesses 10 anos, conspiraram contra os avanços conquistados por Vargas, Juscelino e Jango as forças retrogradas da imprensa, do empresariado e da Igreja Católica em sintonia com militares e agentes do governo dos EUA.

Lembro-me muito bem – e eu ainda era estudante da escola secundária – quando recebemos a visita do Embaixador Lincoln Gordon. Fomos recebê-lo no aeroporto, em Macapá, para. depois, ouvirmos uma palestra sua, no único anfiteatro da cidade, falando dos perigos do comunismo internacional, da possibilidade de o Brasil se tornar um País comunista onde os pais não teriam poder sobre os filhos, onde as religiões seriam proibidas. Na verdade, assustando uma comunidade isolada com um discurso absolutamente anticomunista, aterrorizando aquela população. Ele fez o seu discurso, tomou um avião e foi para outra cidade brasileira. Era uma pregação do Embaixador americano propondo um golpe militar, a intervenção militar.

A partir daí, o País amargou 21 anos de ditadura. Contra a democracia, rasgaram a Constituição, fecharam o Congresso, cassaram mandatos, prenderam, torturaram e exilaram centenas, milhares de brasileiros.

A tortura e a perseguição política se espalharam em todo o País. Ao longo de muitos anos, muitos patriotas, alguns dos quais hoje estão governando este País, como a nossa Presidenta Dilma Rousseff, passaram pelos porões da ditadura militar. É necessário que a gente relembre esses fatos. É necessário que as

gerações que cresceram na democracia, de 1985 em diante, saibam que, para garanti-la, muitos brasileiros foram sacrificados, alguns deles nem estão aqui para contar a história.

Aproveito para lembrar que o dia 31 de março é um dia de luto; foi o dia em que enterraram a democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Capiberibe, V. Exª, ainda dentro de seu tempo, dispõe de oito minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me com a análise que V. Exª fez do golpe militar de 1964, com a maneira como historiou os principais personagens e, sobretudo, porque aqui assinala o anseio democrático do povo brasileiro. A democracia ali foi gravemente interrompida, mas, felizmente, nós conseguimos superar esse período, sobretudo através da resistência, da organização do povo, pela mobilização popular, pelas inúmeras campanhas e manifestações, como as Diretas Já, as campanhas para que houvesse anistia a todos aqueles que haviam sido condenados pelo regime militar, as diversas manifestações estudantis, como a passeata dos cem mil, que ocorreu ali no Rio de Janeiro, multiplicada por muitas outras cidades brasileiras. E esse anseio de democracia nos faz aqui, hoje, estar com muita vontade de aperfeiçoar o nosso sistema democrático. Muitas coisas ainda precisam ser realizadas para que tenhamos sempre à frente do Poder Executivo, tanto ao nível federal, quanto estadual e municipal, e, sobretudo, também nas Casas legislativas, pessoas que estejam comprometidas com o aperfeiçoamento da democracia, com a seriedade no trato da coisa pública, com a transparência. V. Exª, como governador e Senador, é um dos que tanto têm contribuído para tais propósitos, e, por isso, é muito importante que V. Exª aqui relembre o que foi a interrupção da vida democrática brasileira e, hoje, o fato de estarmos, felizmente, vivendo num regime democrático. Todos nós precisamos contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas do Brasil. Meus cumprimentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Eu queria lembrar-lhe que a volta de muitos brasileiros que estavam no exílio se deu em função dessas mobilizações, da exigência da opinião pública, do povo brasileiro para que se encerrasse a ditadura. Todavia, até hoje, ainda temos algumas seqüelas, e eu queria aproveitar suas palavras, antes de passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para fazer um apelo à Presidenta Dilma Rousseff para que instale a Comissão da Verdade.

O Brasil precisa saber o que nos aconteceu. Eu mesmo vivi uma experiência, e vivo ainda, obscurantista. O jovem Senador que está aqui sabe que eu era tratado como terrorista, comunista durante praticamente toda a minha vida política, pois as pessoas não têm as informações, não se sabe o que aconteceu nesse período difícil e longo da ditadura militar no Brasil.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Capiberibe, eu estou inscrito para falar exatamente sobre o mesmo tema. Fiz questão, em virtude de uma entrevista que tive que conceder, de permutar com V. Exª. Mas acho que, independente do acaso da entrevista me solicitar isso, nada mais ideal e adequado, porque quem tem mais autoridade para falar desse tema é V. Exª. V. Exª foi vítima de um dos períodos mais brutais e trágicos da história brasileira. E eu, na condição de historiador, não vivi, obviamente, os acontecimentos, mas minha geração de movimento estudantil teve duas inspirações: a primeira inspiração, a luta pela manutenção da democracia. A segunda inspiração, beber na fonte dos feitos realizados pela geração de V. Exª. E V. Exª tem um experiência que inspira as gerações atuais. Alguém que lutou pela democracia no Brasil, foi exilado em decorrência disso, foi para um outro país, que vivia uma das mais belas experiências democráticas do continente, e viveu lá também a ação do sequestro do sonho de milhões de chilenos de construir uma nação democrática e justa para os seus filhos. Foi exilado em virtude disso. Enfim, a história de V. Exª se confunde, e muito, com a história desse período de trevas, esse período trágico não só para o Brasil, mas para a América Latina. Por onde V. Exª passava, um golpe militar passava perseguindo V. Exª e todos que lutavam por justiça. Então, quis esse acaso ser mais adequado. O depoimento de V. Exª na tribuna é um depoimento com mais autoridade do que qualquer um daqui do Plenário deste Senado, porque V. Exª viveu, V. Exª esteve presente, V. Exª inspira gerações como a minha a continuar a luta pela nossa democracia, que ainda é frágil, não nos iludamos, é muito frágil e ainda precisa de muitas ações para a sua consolidação. É tão frágil que ainda vivemos o absurdo de ter alguns que acham que a data fatídica de ontem pode e deve ser comemorada. Portanto, quero cumprimentar V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado. O Golpe Militar de 31 de março de 1964, que é comemorado todos os anos, é uma agressão ao Estado de direito, é uma agressão à democracia. Só a democracia permite esse tipo de manifestação, o que por si só é um valor fundamental.

Assistimos, na quinta-feira passada, à manifestação no Clube Militar, e no outro lado da rua à manifestação daqueles que perderam seus entes queridos, daqueles que desapareceram e nunca mais foram encontrados.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Capiberibe, felizmente V. Exª trouxe o assunto a essa tribuna. Muitos dizem que deveríamos deixar passar essa data como se ela não tivesse acontecido. Ouvi até alguém dizer que foi um primeiro de abril e primeiro de abril a gente não leva a sério. Mas tem que levar a sério mesmo. Foram 21 anos de um regime de exceção, com conseqüências extremamente duras no que se refere à democracia. Obviamente os governos podem mostrar as obras que foram feitas, o salto na industrialização, mas ninguém pode esquecer que houve um regime de exceção com tortura, com assassinatos, com exílio, com o Congresso fechado. Ninguém deve esquecer isso, faz parte da própria história do Brasil e a história tem que ser lembrada. Muitos falam que já houve a Lei da Anistia. Anistia não é amnésia. São duas coisas diferentes, uma é punir os que cometeram os atos, essa é uma discussão; a outra é lembrar dos atos, e aí não há por que ninguém se envergonhar pelos atos que cometeram se fizeram em nome da Pátria. Que digam! Eu matei, eu torturei em nome da Pátria! Quem cometeu ato terrorista que diga: eu fiz em nome de um projeto para a minha Pátria! Mas a verdade tem que ser conhecida. Nesse sentido é preciso defender que o mais rápido possível seja implantada, como disse o Senador Randolfe, a Comissão da Verdade. O Brasil não tem o direito, com as gerações futuras, de ficar com uma comissão implícita da mentira, uma comissão implícita do silêncio. Precisamos de uma comissão explícita da verdade. E isso não tem nada a ver com punição daqueles que cometeram os atos, embora todos os outros países que votaram a democracia – Turquia, Grécia, Chile, Argentina –, todos tiveram suas punições. Mas aqui houve a opção pela anistia, mas não pelo esquecimento, não pela amnésia. O Brasil precisa saber tudo que aconteceu naquele período. Por isso, parabenizo o seu discurso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Muito obrigado, Senador. Vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg e, em seguida, vou encerrar, contando a história da colunista Hildegard Angel, que escreveu uma crônica em que ela relata o encontro que ela teve, na quinta-feira, com a manifestação em frente ao Clube Militar. Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Capiberibe, quero cumprimentar V. Exª, que traz com muita propriedade o debate desse tema. Tenho dito que um patrimônio da população brasileira é a conquista da democracia. Hoje, temos inúmeras divergências no cenário político nacional, mas não temos nenhuma voz relevante que defenda a volta da ditadura. Portanto, a democracia se transformou num patrimônio nacional. É claro que muitos foram responsáveis por isso e muitos tombaram na luta pela conquista da democracia para a população brasileira. Portanto, entendo que nós devemos, sim, em nome da história, em nome da importância do conhecimento verdadeiro da história para as futuras gerações, fazer com que essa verdade venha à tona. Nesse sentido, quero cumprimentar a Presidenta Dilma e dizer que o País está aguardando a nomeação dessa Comissão da Verdade. É importante que sejam pessoas extremamente respeitadas pela população e que possam fazer isso num ambiente de serenidade, de tranqüilidade, mas fazendo com que a verdade possa aflorar para que jamais, no nosso País, alguém possa pensar em atentar contra a democracia que hoje, sem dúvida, é o maior patrimônio do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Obrigado, Senador. Eu queria encerrar, Presidente, primeiro agradecendo o tempo. Mas é duro esquecer essa história da colunista Hildegard Angel, que saiu da sua casa para um grande evento. Ela se produziu, como deve se produzir uma colunista social, ia passando em frente ao Clube Militar e viu aquela manifestação. Olhou e viu alguns cartazes com a foto da sua mãe e do seu irmão, que foram assassinados pela ditadura.

Ela casualmente se deparou com esta situação, desceu do carro e foi acompanhar essa movimentação. Portanto, parece-me que não dá para simplesmente, como disse o Senador Cristovam, dar um ataque de amnésia na sociedade brasileira. Precisamos saber, não há nenhum sentido revanchista, absolutamente nada disso. O que se pretende apenas é que a sociedade brasileira conheça a história, saiba de fato o que aconteceu para que nunca mais volte a acontecer.

Fico feliz porque a geração do Randolfe – uma geração angustiada, do ponto de vista político, sei disso, a geração da abertura, a geração de grandes movimentos de rua – escapou da prisão, da tortura, dos absurdos cometidos com muitos brasileiros. E devo dizer o seguinte: diz-se que a esquerda pegou em arma. Não! A repressão atingiu a todos indiscriminadamente. E eu destaco aqui o assassinato cruel do jornalista Vladimir Herzog e do operário Fiel Filho como um símbolo da brutalidade daquilo que nós não podemos nunca mais tolerar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Capiberibe, pelo seu pronunciamento, V. Exª que é um líder em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Meus cumprimentos ao Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá, pelo seu pronunciamento.

Por permuta com este Senador, passamos a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB de Brasília.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, prezados Senadores, prezadas Senadoras, ontem os brasilienses comemoraram os quinze anos do respeito à faixa de pedestres no Distrito Federal, uma conquista histórica para a cidade, que foi a primeira do País a implantar de forma sistemática o respeito às faixas, em 1º de abril de 1997, exatos nove meses depois do início da campanha Paz no Trânsito, que marcou profundamente a história da Capital por sua força de mobilização.

É muito importante que esteja aqui presente entre nós o Senador Cristovam Buarque, à época Governador do Distrito Federal, que disse, em entrevista ao *Correio Braziliense*, que, mesmo contra a opinião de assessores, resolveu levar esta campanha em frente.

E é importante ressaltar isso porque, nos últimos anos, Brasília tem sido muito castigada, muito maltratada com a veiculação de uma imagem negativa no cenário nacional. Naquele momento, nós todos, brasilienses que amamos esta cidade, sentíamo-nos muito orgulhosos pelo reconhecimento, em todos os rincões deste País, em relação a essa política governamental, que mostra algo que se faz muito pouco hoje no nosso País e que deveríamos fazer muito mais: o efeito de uma campanha educativa e de um processo mobilizador da população.

Se formos imaginar o custo de uma campanha dessas, de um esforço desses, para o benefício que ela produziu para o conjunto da população, vamos perceber que a relação custo-benefício é muito favorável ao interesse coletivo, ao interesse conjunto da população, por quê? Porque mobilizou as pessoas em torno de um objetivo comum. As pessoas faziam parte, sentiam-se importantes ao estarem no volante respeitando a lei; o pedestre se sentia importante ao ver uma pessoa com o carro respeitando o seu direito de atravessar a rua. E a população, de certa forma, passou a fiscalizar qualquer tipo de desvio cometido pelos condutores de veículos no Distrito Federal.

E para que vocês tenham uma ideia do que isso significa, no ano anterior à constituição da faixa de pedestres, no ano de 1996, 652 pessoas perderam a vida atropeladas no Distrito Federal. Portanto, é um exemplo de como a sociedade pode se mobilizar para enfrentar um problema.

Essa questão se torna hoje muito mais grave no Distrito Federal porque temos mais de um milhão de carros transitando diariamente nas ruas. A questão do trânsito, que não era um problema no Distrito Federal, passou a ser também um problema sério do cotidiano das pessoas, fazendo com que percam um tempo imenso nos deslocamentos, aumentando, inclusive, a violência no trânsito. Daí a importância de campanhas como essa, o efeito de campanhas como essa para a civilidade no trânsito por parte dos moradores de Brasília.

Lembro que essa foi uma campanha que mobilizou toda a sociedade e os meios de comunicação – e aí o jornal *Correio Braziliense* teve um papel importante. Lembro-me da publicação de uma capa antológica em que reproduzia a imagem da capa daquele disco dos Beatles, Abbey Road, em que os mostrava atravessando corretamente a faixa de pedestres, e outra imagem que mostrava autoridades atravessando incorretamente, desrespeitando a faixa de pedestres. Houve uma mobilização muito grande dos meios de comunicação. As escolas se envolveram nisso, passaram a debater essa questão. A sociedade incorporou isso como valor, e, efetivamente, nós passamos a ter uma mudança de postura em relação ao trânsito e, especialmente, em relação à faixa de pedestre.

E eu fico pensando, Senador Cristovam, quanto nós poderíamos fazer neste País em várias outras áreas relativas ao cotidiano das pessoas apenas com o processo de educação, apenas com o processo de mobilização da população.

Ouço V. Exª com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo, primeiro, uma informação sobre essa parte da primeira página do *Correio Braziliense* em que os Beatles atravessavam na faixa e as autoridades não atravessavam. Aquelas autoridades eram a atual Senadora Marta Suplicy e eu próprio. Aquela primeira página tem uma manipulação muito grande, porque aquela faixa não era em via normal, aquela faixa é dentro do complexo onde está o governo do Distrito Federal: Palácio do Buriti, Codeplan e outros órgãos. Além disso, como eram autoridades, naquele momento, e muitos outros por perto, havia guardas parando se algum carro dos funcionários, em que não é uma via, estivesse passando por ali, mas, no fim, ficou uma primeira página de que ele, o *Correio Braziliense*, orgulha-se muito, mas em que há essa correção a ser feita. Mas isso não é importante, o importante é que o senhor está trazendo aqui, com a sensibilidade correta, uma campanha que todos pensam que é de trânsito;

na verdade, é de educação e cidadania. O trânsito foi o meio onde aconteceu, e aquilo foi uma campanha educativa da população – motoristas e pedestres –, e usamos muito, como educadores, as crianças. Foi uma campanha que se fez nas escolas, e as crianças passaram a exigir dos pais, dentro dos carros, para que parassem para que os pedestres atravessassem, e as crianças passaram a exigir dos pais que atravessavam que estendessem a mão, que não se aventurassem loucamente e nem irresponsavelmente. Foi uma campanha de meses. E ai o jornal *Correio Braziliense* foi fundamental nessa campanha, como também a Rede Globo. Em poucos meses nós conseguimos mudar a mentalidade de uma maneira definitiva. É interessante dizer que isso não precisou de lei, precisou apenas de mentalidade. O Brasil tem leis que não pegam e tem hábitos que pegam sem necessidade de leis nem multas. E pegou. Tanto que faz 15 anos e continua de pé, depois de diversos governadores que vieram depois. Devo dizer que tentaram, alguns, ou um, parar – inclusive chegou a pintar as faixas, Senador Paulo Paim, mas depois percebeu o erro –, e os governadores seguintes a mim melhoraram, colocaram a iluminação, por exemplo, que não tinha no meu tempo, e virou um programa que é da cidade, não tem dono. Mas há uma figura que eu gostaria de homenagear, o Engenheiro Miura, que era o Diretor do Departamento de Trânsito, que foi quem me trouxe a ideia e quem fez toda a engenharia necessária para que a educação desse resultados. Eu agradeço ao senhor por trazer a lembrança desses 15 anos de uma das coisas que eu considero que é uma marca do meu governo, e fico feliz que o senhor faça isso em nome do Distrito Federal, até porque o senhor acompanhou todo esse trabalho, como Secretário que era do meu governo, na área do Turismo. Muito obrigado por lembrar essa ação conjunta que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, antes que V. Exª responda, já que estão falando dois Senadores de Brasília, quero registrar a presença conosco de um grupo de diplomatas sul-americanos, que, neste momento, estão ouvindo o Senador Cristovam, aqui de Brasília, e o Senador Rodrigo Rollemberg, também aqui de Brasília.

Sejam bem-vindos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB– DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sejam bem-vindos. É muito honra recebê-los aqui no Senado.

E quero registrar, Senador Cristovam, que dou esse depoimento e faço esse pronunciamento com muita alegria, como cidadão brasiliense que fica feliz toda vez que vê a imagem da cidade ser associada a questões positivas, a questões de vanguarda.

Inclusive, considero, Senador Paim, que esta é a vocação de Brasília, de ser vanguarda de um novo Brasil, de ser vanguarda de novas posturas que signifiquem modernidade, que signifiquem uma verdadeira modernidade e um verdadeiro avanço.

Vejo, prezado Senador Paim, prezadas Senadoras e prezados Senadores, todos os governos no nosso País utilizando quantias expressivas de publicidade. Na utilização desses recursos de publicidade, os governos insistem muito em dizer o que estão fazendo. Muitas vezes o governo mal começou e já está anunciando que está fazendo isso, aquilo, quando a população sabe que muito daquilo ainda é uma mera intenção, mas os governos colocam aquilo como se já estivessem realizando grandes obras.

Eu fico pensando se não seria muito mais inteligente utilizar esses recursos, mobilizando esses meios de comunicação de massa, campanhas educativas, campanhas mobilizadoras, como foi a campanha Paz no Trânsito, ou seja, com objetivos que tenham resultados muito mais concretos e que criem uma sinergia com a vontade da sociedade, com a vontade da população, construindo novos parâmetros para a vida na cidade.

Quero registrar que, hoje, o Distrito Federal, como outras unidades da Federação, mas me refiro especificamente ao Distrito Federal, recolhe uma quantia bastante significativa de recursos em função de multas no trânsito, em função de recolhimento de IPVA, e nós precisamos garantir que esses recursos retornem à população não apenas em melhorias nas vias públicas do Distrito Federal. Há alguns dias, um cidadão fez um protesto contra os buracos das vias públicas do Distrito Federal, pintando "IPVA" ali e deixando muito claro que uma boa utilização com o recurso auferido com o IPVA seria a melhoria, a conservação das vias públicas do Distrito Federal. Mas devemos, também, utilizar esses recursos, especialmente os recursos auferidos com as multas de trânsito, em programas educativos que contribuam para melhorar essa conscientização da população, que contribuam para esse debate sobre posturas positivas em relação à criação de novos paradigmas.

É claro que a melhoria do trânsito, a transformação de um trânsito extremamente violento num trânsito mais civilizado, num trânsito mais humanizado tem muito a ver também com a melhoria do transporte coletivo. Eu tive oportunidade de dizer outro dia aqui e repito: o transporte coletivo no Distrito Federal é uma indignidade, é uma agressão à cidadania, é um desrespeito ao cidadão. Os ônibus do Distrito Federal talvez sejam os mais velhos do País, só andam lotados,

vivem quebrando e trazem um transtorno imenso à população do Distrito Federal.

Eu acredito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a população do Distrito Federal deva gastar, em média, umas três horas por dia no uso do transporte coletivo – uma hora e meia para chegar, uma hora e meia para voltar. Isso em média, sendo que, em algumas regiões mais distantes do Distrito Federal ou no entorno do Distrito Federal, esse tempo é muito maior.

E nós precisamos, é claro, investir em novas alternativas de transporte, especialmente o metrô, ampliar o metrô, o veículo leve sobre trilhos.

Outro dia, num debate com Senadores do Distrito Federal, eu defendia que Internet banda larga gratuita em todo o Distrito Federal vai fazer com que, no futuro, parte das pessoas que trabalham grande parte do seu dia ou da sua semana usando computador possa trabalhar em casa, impactando menos o transporte coletivo.

Eu quero registrar uma ação correta do Governo do Distrito Federal de lançar um edital de licitação para a concessão, para que novas empresas de transporte coletivo de todo o Brasil possam operar o transporte público no Distrito Federal, com ônibus novos, mais confortáveis, mais seguros. Essa é uma medida correta, embora, é claro, tenhamos que acompanhar, fiscalizar e cobrar para que efetivamente saiamos da ideia para a prática; façamos com que um edital de licitação se transforme efetivamente em novos contratos, com novas empresas operando o transporte no Distrito Federal.

O que não podemos é conviver com essa falta de respeito total e absoluta em relação aos cidadãos do Distrito Federal por parte de poucas empresas, um verdadeiro cartel do transporte coletivo no Distrito Federal, que domina o transporte coletivo no Distrito Federal há muitos anos. Certamente, é uma atividade extremamente lucrativa, porque coincidentemente esses empresários que vivem reclamando que o transporte coletivo no Distrito Federal dá prejuízo, é muito caro, é muito oneroso, todos eles acabaram se transformando também em donos de grandes empresas de aviação no País. É difícil entender como uma atividade econômica que seria pouco rentável ou muito onerosa permite que seus donos se transformem nos maiores de companhias de transporte aéreo do Brasil.

Portanto, quero registrar que nós, ao mesmo tempo em que aplaudimos e concordamos com a decisão do Governo do Distrito Federal de licitar a operação dessas concessões de transporte coletivo em todo o Distrito Federal, vamos acompanhar. Estamos acompanhando passo a passo para que efetivamente nós possamos implementar uma nova política de transporte coletivo no Distrito Federal, oferecendo à população da Capital brasileira um transporte decente, um transporte de boa qualidade.

Mas hoje, aqui, quero cumprimentar a população do Distrito Federal, toda a sociedade brasiliense, especialmente o hoje Senador e então Governador Cristovam Buarque, comandante dessa grande mobilização do Distrito Federal, e todos os veículos de comunicação que participaram disso, todas as escolas, toda a população do Distrito Federal, porque realmente foi um grande feito, um feito, como disse o Senador Cristovam, de educação e que tem um caráter simbólico que não podemos esquecer, que é o que uma cidade pode fazer quando se une, quando se mobiliza em torno de um interesse comum como esse de fazer um trânsito mais civilizado no Distrito Federal, na Capital da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como orador que vai falar pela Liderança, Senador Randolfe.

Em seguida, Senador Cristovam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pessoas que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, quero, continuando na linha que foi iniciada nesta tarde pelo Senador Capiberibe, falar sobre as repercussões das celebrações – vou abrir aspas para tanto – e contracelebrações do golpe de Estado de 1964.

Quero fazê-lo, Sr. Presidente, destacando duas manifestações veiculadas pela imprensa esta semana. Uma, já citada aqui pelo Senador Capiberibe, é o depoimento de Hildegard Angel, irmã e filha de duas vítimas da ditadura militar, em relação à manifestação dos estudantes em frente ao Clube Militar do Rio de Janeiro.

A força desse depoimento me chama a atenção. A força desse depoimento sintetiza o que significou aquela manifestação, assim como o que significou a reação àquela manifestação por parte de jovens que se dirigiram para a frente do Clube Militar.

Tive acesso ao depoimento de Hildegard Angel, no Blog Repiquete no Meio do Mundo, da querida Alcilene Cavalcante, blog dos mais lidos no Amapá. Eu queria aqui destacar alguns trechos do depoimento de Hildegard Angel. Diz ela:

> Foi um acaso. Eu passava hoje pela Rio Branco, prestes a pegar o Aterro, quando ouvi gritos e vi uma aglomeração do lado esquerdo da avenida. Pedi ao motorista para diminuir a marcha e percebi que eram os jovens estudantes caras-pintadas manifestando-se diante do Clube Militar, onde acontecia a anunciada

reunião dos militares de pijama celebrando o "31 de Março" e contra a Comissão da Verdade.

Mais adiante, ela fala:

> Os cartazes com os rostos eram sacudidos. À menção de cada nome de desaparecido ao alto-falante, a multidão berrava: "Presente!". Havia tinta vermelha cobrindo todo o piso de pedras portuguesas diante da portaria do edifício. O sangue dos mortos ali lembrados. Tremulavam bandeiras de partidos políticos e de não sei o que mais, porém isso não me importava. Eu estava muito emocionada. Fiquei à parte da multidão. Recuada, num degrau de uma loja de câmbio, ao lado da portaria do prédio. A polícia e os seguranças do Clube evacuaram o local, retiraram todo mundo. Fotógrafos e cinegrafistas foram mandados para a entrada do "corredor", manifestantes para o lado de lá do cordão de isolamento. E ninguém me via.

Mais adiante, diz Hildegard:

> Até que fui denunciada pelas lágrimas. Uma senhora me reconheceu, jogou um beijo. E mais outra. Pessoas sorriram para mim com simpatia. Percebi que eu representava ali as famílias daqueles mortos e estava sendo reverenciada por causa deles. Emocionei-me ainda mais. Então e enfim, os PMs me viram. Eu, que estava todo o tempo praticamente colada neles! Um me perguntou se não era melhor eu sair dali, pois era perigoso. Insisti em ficar, mesmo com perigo e tudo. E ele, gentil, quando viu que não conseguiria me demover: "A senhora quer um copo d'água?". Na mesma hora, o copo d'água veio. O segurança do Clube ofereceu: "A senhora não prefere ficar na portaria, lá dentro?". "Ah, não, meu senhor. Lá dentro, não. Prefiro a calçada". E nela fiquei, sobre o degrau recuado, ora assistente, ora manifestante.

Conclui Hildegard:

> A manifestação havia sido anunciada. Porém, eu estava nela por acaso. Um feliz e divino acaso. E onde estavam naquela hora os remanescentes daquela luta de antigamente? Aqueles que sobreviveram àquelas fotos ampliadas em preto e branco? Em seus gabinetes? Em seus aviões? Em suas comissões e congressos e redações? Será esta a lição que nos impõe a história: delegar sempre a realização dos "sonhos impossíveis" ao destemor idealista dos mais jovens?

Hildegard termina essa reflexão dela, esse comovente depoimento sobre a manifestação, Senador Cristovam, e a contramanifestação do Clube Militar do último dia 31 de março, fazendo este questionamento:

> A quem ficará a tarefa da História de lembrar esses acontecimentos? Será que essa tarefa só caberá aos mais jovens? Será que essa tarefa também não é nossa?

Eu vi V. Exª aqui, Senador Cristovam, aparteando o Senador Capiberibe, e vi o Senador Capiberibe com a autoridade com que se pronuncia por ter sido vítima desse período... Aliás, denominação equivocada se o tratarmos aqui somente como golpe militar, como diz o historiador Daniel Aarão Reis Filho: "A obra do golpe de Estado de 31...". Eu prefiro dizer 1º de abril, Senador Cristovam, porque, de fato, historicamente, parece-me mais adequado à consolidação dos acontecimentos, porque, lembremos, foi aqui, no Congresso Nacional, na tarde de 1º de abril, que o então Presidente Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República, quando o Presidente em exercício, João Goulart, estava no pleno... E, assim, naquela noite de 1º de abril de 1964, havia sido advertido o Presidente do Congresso Nacional, pela carta encaminhada para cá pelo Chefe da Casa Civil do Governo Jango, Darcy Ribeiro, dando conta de que o Presidente da República estava em pleno uso de suas atribuições, deslocando-se de Brasília para Porto Alegre. Portanto, no âmbito do território nacional, e não poderia ter sido afastado do cargo.

Portanto, prefiro aquela definição que denomina o golpe ocorrido como um golpe de Estado e não responsabiliza somente as Forças militares. Lembremos que, lamentavelmente, da triste cena daquele golpe, mesmo tendo sido depois vítima, o Congresso Nacional brasileiro dele participou. Foi o Congresso Nacional brasileiro que declarou vaga a Presidência da República, dessa forma ferindo frontalmente a Constituição em vigor, de 1946, quando o Presidente da República estava no exercício de suas atribuições em território nacional.

Lembremos que as manifestações favoráveis ao golpe contavam naquela época com a ampla participação de massivos setores organizados da sociedade brasileira.

Então, tem que ser feita a justiça. O golpe foi uma obra realizada a várias mãos, foi uma obra realizada contra a democracia brasileira.

Outro artigo a que quero me referir é o artigo de ontem da jornalista Miriam Leitão, também na sua coluna do jornal *O Globo*. Quero concordar com o afirmado no disposto naquele artigo, em especial com a afirmação de que nós, agora, na democracia restabelecida sob a vigência do Estado democrático de direito, não

podemos fazer a confusão do não punir previsto na Lei da Anistia de 1979 com o não saber. Nós não podemos apagar o ocorrido e não podemos deixar famílias...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós não podemos fazer a confusão do não punir previsto na chamada Lei da Anistia com o não saber.

A sociedade brasileira, a nossa redemocratização cometeu esse equívoco, realizou essa confusão quando não instituímos, já em 1988, uma comissão da verdade que investigasse os acontecimentos que envolveram mais de 500 brasileiros, uma lista de desaparecidos com mais de 500 brasileiros, fora outros tantos atingidos pelo exílio, atingidos pela censura, enfim, fora outros tantos que foram vítimas da longa noite de trevas que se abateu por 20 anos sobre a democracia brasileira.

Então, nós não podemos continuar a ser motivo de constrangimentos internacionais. Agora, a Organização dos Estados Americanos condenou o Estado brasileiro em virtude da morte de Vladimir Herzog, e nós não conseguimos oficialmente deixar às claras o ocorrido naquela circunstância – Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho, todos envolvidos na Guerrilha do Araguaia. Enfim, centenas de brasileiros foram vítimas do período de exceção instaurado em 1964.

Portanto, apresentei um requerimento e quero fazer aqui coro com o apelo feito há pouco pelo Senador Capiberibe, reiterado de sua bancada pelo Senador Cristovam Buarque e que, com certeza, é consoante com o conjunto desta Casa, que aprovou, por unanimidade, a instalação da Comissão da Verdade.

Não podemos tardar mais. A Presidente não pode tardar mais em instalar a comissão, em designar seus membros. A não instalação é o triunfo das vozes do medo, e foi o triunfo do medo que aconteceu em 1º de abril de 1964.

Foi o triunfo do medo o que aconteceu em 1º de abril de 64.

Foi o triunfo do medo sobre a esperança de dias melhores para o Brasil que fez com que a sociedade brasileira, parte dela achasse que o melhor caminho seria quebrar a ordem democrática, o Estado democrático de direito que estava estabelecido.

A melhor resposta que podemos dar à OEA é instalar a Comissão da Verdade iniciando as suas atividades.

É uma resposta também a bravos combatentes como os procuradores da República, que recentemente moveram uma ação na Justiça Federal entendendo que o Sr. Curió, um dos notáveis e conhecidos torturadores da ditadura, que vive no sul do Pará, deve responder pelos crimes que cometeu. Por isso, moveram uma ação junto à Justiça Federal.

Então, em nome disso, em nome do que já foi aprovado, peço a instalação já que estamos nessa data ainda próxima do aniversário, o que não pode ser celebração. Aliás, este é um equívoco: celebração não pode ser feita em relação ao 31 de março e 1º de abril. Celebração é a reafirmação de um conjunto de valores e convicções. Aquelas convicções não são para a vida brasileira. Mas a data não pode ser esquecida. Não pode ser esquecida, em especial, para que ela nunca volte a ocorrer. Não pode ser esquecida, em especial, para que ela nunca volte a acontecer.

Para isso é fundamental, o quanto antes, por parte da Presidente da República, a instalação imediata da comissão que foi aprovada por unanimidade pelo Plenário deste Senado, a fim de que nós possamos pôr a limpo o que ocorreu durante o período da ditadura que se instalou no País. E mais do que isso: para que nós possamos fazer, de fato, a reconciliação nacional, porque não se faz qualquer tipo de reconciliação nacional quando o próprio País não faz a sua autopsicologia, não faz sua autocrítica pelo que ocorreu durante o terrível período de vinte anos da ditadura que estabeleceu a tortura, por exemplo, como crime de Estado.

É a melhor resposta que podemos dar à OAE; é a melhor resposta que podemos dar à nossa história a instalação, o quanto antes, o quanto mais breve, da comissão da verdade.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, na abertura dos trabalhos e da sessão de hoje, fiz uma referência a respeito da necessidade de que as instâncias desta Casa, como o Conselho de Ética e também a Corregedoria, manifestem-se a respeito do processo que envolve as denúncias graves contra o Senador Demóstenes Torres, dando a ele, claro, todo o direito de defesa.

Na verdade, não cabe, não é competência do Presidente da Casa provocar o Conselho de Ética. O próprio Conselho de Ética tem, como me alertou a Drª Cláudia, a responsabilidade e a prerrogativa de tomar essa decisão. O Conselho de Ética está hoje com o

Vice-Presidente, o Senador Jayme Campos, e acho que não seria conveniente a espera de uma eleição nesse Conselho para que fosse evocado e agisse, de acordo com suas prerrogativas, no caso que envolve as denúncias, para apurar, exercendo aí todas as prerrogativas. Então, resguardando que não cabe ao Presidente, mas, sim, ao próprio Presidente do Conselho de Ética.

Eu queria também fazer um comunicado, Sr. Presidente, a esta Casa.

O Presidente da Fifa, Joseph Blatter, indicou o Sr. Jérôme Valcke como seu representante para falar, no próximo dia 11, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, por requerimento feito por mim à Comissão, para tratar, exatamente, da Lei Geral da Copa, que chegou a esta Casa e foi lida há pouco pelo Senador Paulo Paim. Esse projeto vai passar, não em caráter terminativo, não só pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas também pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Como é tema de grande interesse nacional, estou fazendo essa comunicação sobre essa audiência pública, que terá não só a presença do Jérôme Valcke e de quatro dirigentes da Fifa, mas também a presença do Ministro do Esporte, Ministro Aldo Rebelo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Excelência. Serei breve, nos mesmos termos do que aqui destaca a querida Senadora Ana Amélia.

É do conhecimento de todos a representação feita ao Conselho de Ética da Casa, de autoria do Partido Socialismo e Liberdade, assim como a primeira representação ao Presidente da Casa, Presidente José Sarney, assinada por mim e pelo Senador Pedro Taques.

Em virtude disso – e quero assim, de pleno, concordar com a interpretação feita pela Senadora Ana Amélia em relação ao Regimento –, não cabe, concretamente, ao Presidente ou à Mesa da Casa uma resposta às representações feitas ao Conselho de Ética, mas cabe ao Conselho de Ética. E o Conselho de Ética é uma instituição que funciona na Casa, que tem um Presidente no exercício de suas atribuições, embora o titular tenha se afastado do cargo. Em decorrência dessas razões e em virtude das graves denúncias que pesam sobre o Senador Demóstenes, hoje protocolizamos um ofício ao Conselho de Ética pedindo que a manifestação do Conselho seja a mais rápida possível, que me parece que lá é o espaço adequado para que haja uma manifestação e uma resposta por parte do Senador, para que ele possa manifestar o seu amplo direito de defesa na Casa.

Mas é necessária e urgente uma rápida manifestação do Conselho de Ética desta Casa em relação a esse tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Randolfe.

O Senador Jayme Campos já informou à Mesa e enviou expediente a todos os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Ética convocando uma reunião para o dia 10, terça-feira, às 14 horas, exatamente para a eleição do novo Presidente e, consequentemente, o início da análise da representação feita pelo PSOL em relação ao Senador Demóstenes Torres.

Agora, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz uma permuta com o Senador Cristovam, que falará na sequência, pois eu estava inscrito e falaria logo após.

Sr. Presidente, venho à tribuna neste 2 de abril para lembrar que hoje, no mundo todo, está havendo manifestações relativas ao dia mundial sobre conscientização do autismo.

Sr. Presidente, esta data foi definida como um marco da mobilização mundial para aumentar o nível de consciência das pessoas quanto ao que vem a ser o autismo e a informar a necessidade do diagnóstico e do tratamento precoces.

É comum associarmos a imagem do autista a Raymond, personagem autista vivido por Dustin Hoffman no filme *Rain Man*. Raymond possui grandes habilidades para lidar com números e tem uma memória fora do comum. A personagem tinha a Síndrome de Asperger, uma das formas mais raras e leves do espectro autista.

Atribuir a uma pessoa com deficiência um caráter de heroísmo e genialidade também não é algo benéfico, seja essa deficiência da natureza que for. As pessoas com deficiência não possuem poderes sobrenaturais, de superação.

Também não são pobres coitadinhos como alguns tentam apontar. São pessoas como todas as outras. Por isso, vim à tribuna neste dia 2 de abril para que o Senado também analise essa questão. São pessoas com fragilidades, com potencialidades, sonhos, anseios, capacidade para trabalhar, estudar, ora sentem desânimo, ora estão muito dispostas. Enfim, elas possuem defeitos e qualidades, que fazem parte de todo e qualquer ser humano. E, dessa forma, são também portadores de direitos, capazes de contribuir e cum-

prir com seus deveres e anseios, como todos nós, por cidadania.

Sr. Presidente, é importante lembrar, também, que não existe apenas um tipo de autismo. O correto hoje em dia é dizer distúrbios ou transtornos de aspecto autista. Embora haja um grande desconhecimento sobre o autismo, é bom lembrar que os distúrbios que compõem o seu espectro não são raros. De acordo com o Centro para Controle de Doenças e Prevenção, em média, uma em cada cento e dez crianças nascidas nos Estados Unidos possuem esse distúrbio. No Brasil, precisamos avançar nas estatísticas. Um estudo realizado numa cidade do interior de São Paulo apontou uma entre 368 crianças, de 7 a 10 anos, com algum distúrbio do aspecto autista.

Em evento realizado pela Universidade Federal de São Carlos, no início do ano, sobre Ciência Avançada em Autismo, foram apresentadas por especialistas da área as principais novidades em diagnósticos e tratamento do distúrbio autista. Segundo Caio Miguel, pesquisador brasileiro, da Universidade Estadual da Califórnia, todos são capazes de aprender, mas as crianças com distúrbios autistas não aprendem da mesma forma que os demais. Eles não aprendem apenas observando casualmente; elas precisam aprender pela repetição.

Anteriormente, Sr. Presidente, as pessoas com deficiência, e principalmente aquelas com deficiência intelectual, eram isoladas em instituições, apartadas das famílias e da sociedade. Os avanços médicos para o diagnóstico e tratamento permitiram uma ampliação na abordagem dos distúrbios autistas, envolvendo não apenas tratamentos médicos, mas também procedimentos pedagógicos, psicológicos e terapias que englobam arte, música e terapias com animais.

A sensibilidade e a observação dos pais também são fundamentais para o progresso dos filhos com o espectro autista.

Sr. Presidente, de acordo inclusive com informações que nos chegam,a ciência médica pouco conhece a respeito do autismo, que foi diagnosticado pela primeira vez em 1943, mas incluído na classificação internacional de doenças (CID) somente em 1993.

Uma unanimidade, entretanto, para os especialistas, é de que quanto mais cedo se descobrir e mais cedo se começar a estimular uma criança com espectro autista, melhores serão os resultados.

Buscando contribuir para uma maior conscientização das famílias de crianças com espectro autista, o jornalista Paiva Jr. escreveu o livro “Autismo, não espere, haja logo”.

O livro possui uma linguagem simples, de pai de uma criança com espectro autista para outros pais com o mesmo desafio. Paiva Jr. também é editor da revista *Autismo*, (única do gênero na América Latina). É importante cada vez mais conhecer e se aprofundar sobre essa situação.

Ao contrário do que muitos pensam as pessoas com espectro autista não vivem em um mundo próprio.

Aquelas com as formas mais severas da síndrome possuem grandes dificuldades de comunicação, não por não desejarem se comunicar, mas porque simplesmente não conseguem fazê-lo facilmente.

Desmistificar essa idéia de que os autistas possuem um mundo próprio é o primeiro passo para que não os isolemos ainda mais.

Perceber que as pessoas com distúrbios autistas são capazes de aprender e de se desenvolver, que elas podem se comunicar com aqueles que as cercam é perceber a necessidade de incluí-las, de respeitá-las em seus direitos de desenvolvimento.

A incidência de espectro autista entre os recém-nascidos pode ser considerada alta.

Segundo estimativas devem existir mais de 2 (dois) milhões no Brasil, mas apenas menos da metade dos casos possuem diagnóstico.

Recebi, na semana que passou, um relatório, ou melhor, um dossiê sobre o autismo lá do meu querido Rio Grande do Sul.

Sou o autor de uma lei que nós construímos de forma coletiva aqui na Comissão de Direitos Humanos, que está na Câmara dos Deputados – hoje inclusive, lá na Câmara, está havendo uma grande audiência para que os Deputados votem essa lei.

O conteúdo, enfim, voltando ao dossiê, é um vídeo que traz depoimentos de 47 familiares de pessoas com autismo. Esses familiares relatam experiências vividas em 13 Municípios gaúchos: Alegrete, Bento Gonçalves, Erechim, Esteio, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Taquara. Eles falam pelas 120 mil famílias de pessoas com autismo no Estado do Rio Grande do Sul.

Na seção Educação temos, por exemplo, o depoimento de Janir, mãe de Marcos Alexandre, 29 anos

> (...) Tenho um filho autista com nome Marcos Alexandre, ele tem 28 anos. Eles têm as leis, têm os direitos, mas não estão sendo cumpridos, porque meu filho vive, ele me foge, vai pra rua, praticamente vive à mercê das pessoas que batem nele, surram, tudo assim...
>
> (...) Porque não tem atendimento. Eles precisam de um lugar onde possam cuidar, tratar eles bem. Até mesmo pela segurança deles, porque meu filho tá sendo agredido constantemente (...)

> (...) Por causa que eu não tenho como segurar ele em casa. Eu não tenho como manter ele só em roda de mim. E tem horas que ele me foge, ele sai. Ele vem espancado, ele vem judiado. E eles precisam de alguém que entendam eles, (...)
>
> (...) alguém que ensine, que batalhe pela educação, pelas coisas que eles precisam. E minha maior tristeza é ver meu filho na rua, apanhando dos outros, sofrendo agressão, sofrendo injúria, chamado de louco. A sociedade ainda não entende o que é um autista.

Enfim, cartas como esta são depoimentos de um vídeo que estão, neste momento, inclusive, fazendo parte de um belo debate lá na Câmara dos Deputados.

Mas, enfim, Senhoras e Senhores, o Decreto Federal nº 3.298/99, art. 24, § 3° determina: "A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano".

Mas, o depoimento de Lucélia, mãe de Eduarda, 9 anos, mostra que não é bem assim. Diz ela, também no vídeo:

Bom, na educação, é muito a desejar. No nosso município não tem profissionais especializados pra atender. Na área da educação, pro autista, na nossa cidade, na verdade não tem nada. É inexistente.

Em relação à sessão Saúde, o depoimento de Lygia, mãe de Fabrício, 34 anos, relata:

> Dentre tudo, dentre várias dificuldades encontradas no atendimento de todas as áreas, uma das mais sérias que eu digo foi a parte odontológica. Mas, o desconhecimento, o total desconhecimento dos profissionais sobre o autismo foi uma coisa, foi muito difícil. Eu recorri aos órgãos públicos no começo.
>
> Tive uma dificuldade enorme de aceitação, teria que ser um atendimento hospitalar. Não tinha condições de ser clínico. E a dificuldade de levar meu filho até a porta, até a entrada de um hospital, foi tudo muito desgastante.
>
> Pra ele deve ter sido muito pior do que pra nós, com certeza. Até culminando no fato de entrar no hospital com uma maior dificuldade, traumatizando até ele por tudo diferente. Pra ele, aquilo tudo era monstruoso. Conseguimos entrar num hospital com muita dificuldade.
>
> Conseguimos um quarto que também não era um quarto adequado, porque teria que ter alguma coisa privativa, e não aconteceu.
>
> Era um quarto com mais três pessoas. E culminando de que ficar um dia e meio no hospital sem o médico chegar. O médico, o profissional no caso, ele toda vez se mostrou com medo de chegar perto do meu filho sem nem chance de conhecer.

Ou seja, quem atendeu a criança dava a impressão, segundo a mãe, de que tinha medo de chegar perto da criança.

> Ele não tava preparado, não tinha preparo algum, desconhecimento total, e foi a pessoa que foi indicada pela secretaria da saúde.
>
> E culminou no fato de ele ficar no hospital no dia que foi marcado, simplesmente o médico disse que não poderia atender porque tinha uma outra urgência.

Vejam a gravidade da situação!

> Como se o meu filho não fosse urgência, no momento a urgência era ele. E, no final das contas, eu tive que fazer um atendimento particular no caso, em outra cidade, porque na minha cidade não tinha.
>
> E foi tudo mais difícil ainda, se tornou muito mais difícil porque ele já tava traumatizado. Então essa é uma situação assim que eu acredito que muitas famílias tenham passado.
>
> Então, essa é uma situação assim que eu acredito que muitas famílias tenham passado [e não só eu]."

Em outro depoimento, que também deixa a gente perplexo, Alessandra, mãe de Pedro, cinco anos, conta:

> Fui numa instituição que atende crianças especiais e o próprio neurologista disse, olhou pro meu filho e disse assim: "Tem certeza que ele é autista?". Aí eu disse:"Óbvio, tenho laudos, tenho tudo, né. [Como é que ele não é autista?]
>
> Aí eu fiquei pensando assim [diz ela], os profissionais já hoje, da área da saúde, acho que têm que se informar muito mais [tem de conhecer mais] sobre o autismo, né [diz ela].
>
> Depende. Se é severo, vê. Mas, de grau leve, não vê. Eu acho que a faculdade de medicina devia ver mais isso na pediatria, na neurologista, por causa que eu lidei com profissionais [estou lendo aqui o que ela escreveu] e os profissionais nem sabiam que o meu filho era autista.

Esse dossiê tem vários depoimentos, e eu gostaria de poder ler todos eles, mas é impossível. Apenas registrei aqui alguns casos. Mas tenho de falar pelo menos de mais dois em relação ao transporte.

O primeiro deles é de Marlene, mãe de Sherman, 12 anos:

> E transporte, ele não consegue andar de ônibus, ele se agride, fica tenso, nervoso, e eu tava esperando o ônibus e tinha uma senhora e ele deu um tapa na senhora e a senhora xingou ele, mandou que levasse ele pro sanatório [veja bem, ele fez um gesto, que poderia ser um tapa ou um carinho, mas mandaram ele ir para o sanatório, e disseram que ele era louco], que lugar de louco é lá, no sanatório... Isso me machucou bastante, sabe. Eu... (ela teve que parar de falar porque começou a chorar).

O outro depoimento é de Lisiane, mãe de Murilo, 3 anos:

> Mas, para passe livre e aposentadoria que ele tem direito, por ser autista, eu fui informada que na prefeitura aqui são alguns casos extremos de deficiência e que, provavelmente, ele não se enquadraria. [Aí, começou toda uma novela].
>
> Ele não teria direito a passe livre nem a aposentadoria. Mas que eu podia tentar ver se dava sorte, que é analisado, quem sabe eu conseguiria. Foi bem com essas palavras.

É uma lástima, Sr. Presidente, ver o modo como a questão do espectro autista é tratada neste País.

Por isso, na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos aquele projeto e o mandamos para a Câmara.

Então, neste dia em que a gente lembra, 2 de abril, e que todo o mundo faz manifestação – apagam luzes, acendem luzes, luz azul –, nós temos é que, de forma concreta, agir; e agir aprovando a lei que nós, aqui no Senado, já aprovamos em 2 de abril do ano passado, portanto, há um ano. Chegamos novamente em 2 de abril, data desse debate, e nada aconteceu.

O Brasil fez o maior evento da sua história, lembrando essa importante data do ano passado, 2011, em todos os Estados. Agora, estamos em 2012, o evento colore novamente o Brasil e o mundo de azul. Monumentos estão iluminados de azul: Cristo Redentor, Ponte Estaiada, Viaduto do Chá, Monumento à Bandeira, Fiesp, Assembleia Legislativa de São Paulo, torre da Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, prédio do Ministério da Saúde, em Brasília, e muitos outros.

É claro que esses movimentos ajudam. Essa iluminação de grandes monumentos na cor de azul começou nos Estados Unidos e no Canadá.

A cor azul foi escolhida porque a incidência de distúrbio autista é maior entre meninos: são quatro meninos para cada menina.

Mas eu quero aqui repetir que não adianta só acenderem e apagarem as luzes. É preciso ação. Eu, da tribuna, neste momento, estou cobrando responsabilidade da Câmara dos Deputados.

O Senado, eu sei que fez a sua parte, porque já aprovou este projeto. Aprovamos o PLS nº 168, em 2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, da qual fui Relator, e que é fruto da Sugestão nº 1, de 2010, apresentada pelos próprios autistas na Comissão de Direitos Humanos.

Esse projeto reconhece o autista como pessoa com deficiência e prevê:

– diagnóstico precoce;
– tratamento multidisciplinar;
– acompanhamento para as famílias;
– educação adequada;
– direito ao lazer;
– estatísticas, e
– direito a horário especial no trabalho.

Enfim, meus companheiros da causa azul tiveram, há poucos dias, mais uma grande vitória!

O projeto, que agora tramita na Câmara dos Deputados, o PL nº 1.631, de 2011, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Agora, depois dessa votação na Comissão, depende da votação final em plenário. Eu gostaria até que não tivessem apresentado recurso e que fosse direto para a Presidência da República.

Finalizo, Sr. Presidente, e faço questão de agradecer também o convite que me foi enviado para participar da mesa de abertura do III Seminário Paulista sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, que aconteceu no dia 30 de março. Infelizmente, eu não pude estar em São Paulo, porque estava lá em João Pessoa, digo, eu estava lá em Natal, no Rio Grande do Norte; em João Pessoa, estarei no próximo dia 30, para participar de um debate sobre a Previdência.

O evento foi realizado em conjunto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Movimento Pró-Autista e o Programa de Pós-Graduação em Distúrbios de Comportamento da Universidade Presbiteriana de São Paulo.

Eu gostaria de ter podido participar, mas – reafirmo – estava cumprindo agenda em Natal, no Rio Grande do Norte, com a presença da Anfip e do próprio Ministro da Previdência, Garibaldi Alves.

Venho à tribuna no dia de hoje falar sobre esse tema tão importante para milhões e milhões de homens e mulheres.

Ao movimento autista no Brasil, o meu fraternal abraço, meu profundo respeito e meu reiterado apoio

nessa caminhada, hoje, 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo.

Por fim, Sr. Presidente, só peço a V. Exª que dê como registrado um belíssimo artigo em defesa do Estatuto da Pessoa com Deficiência,...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –... que trata também da questão do autista, publicado hoje no jornal *Correio do Povo*, lá do Rio Grande do Sul, defendendo que o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que nós aprovamos por unanimidade seja aprovado na Câmara dos Deputados.

Vou ler só essa parte, porque alguns disseram que era muita coisa de gaúcho, mas vou repetir, sim, o que escreveu o autor desse belíssimo artigo.

O texto é de autoria de Jorge Amaro de Souza Borges, Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que diz, amparado inclusive por Moisés Bauer, que é o Presidente do Conade:

> O texto, já aprovado por unanimidade no Senado, está na Câmara dos Deputados, cujo Presidente é gaúcho. O Presidente do Conade é gaúcho. A Ministra dos Direitos Humanos [é gaúcha]. O [autor] do projeto, [que cumpria o papel de relator, já que foi da Comissão de Direitos Humanos], é gaúcho. A Presidente da República [é mineira, mas tem o coração no Rio Grande] é gaúcha.

Então, ele cobra, cobra de nós todos, inclusive de mim e dessa gauchada toda, inclusive a Presidenta: "Já que falam tanto do autista, por que não aprovam então o projeto?

Fica uma cobrança aqui – inclusive me incluo – de todos os gaúchos e gaúchas que ocupam cargos: o projeto poderia ter sido aprovado, mas infelizmente, até o momento, não o foi.

Então, a melhor forma de homenagear os autistas neste momento é aprovando o projeto e discursando menos. Por isso, vou encerrar, mas não ampliando somente o discurso.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita satisfação que vou ler aqui na tribuna a artigo "Estatuto da Pessoa com Deficiência", publicado no dia de hoje, no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre.

O texto é de autoria Jorge Amaro de Souza Borges – vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Coepede).

Diz o artigo:

"Tramitando há mais de dez anos no Congresso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD) ainda não foi votado.

O Brasil é um dos poucos países no mundo (são, aproximadamente, 50) que possui legislações específicas que garanta os direitos das PCDs.

Além disso, ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, inclusive como emenda à Constituição federal, sendo o único instrumento internacional com esta condição.

Estamos avançando também nos investimentos federais em favor das políticas públicas para PCDs, aumentando de R$ 2,4 bilhões para R$ 7,6 bilhões, com o lançamento recente do Plano Viver sem Limite.

Mas, afinal, em que ajudaria o estatuto? Primeiro, ele pode auxiliar na regulamentação da legislação, bem como ajudaria a implementar a convenção.

Mesmo com a transição de um sujeito tutelado para um indivíduo livre e com direitos, muitas ainda são as barreiras, preconceitos e violência, às quais a PCD é submetida cotidianamente.

Assim, o estatuto deve prever sanções a toda e qualquer violação de direitos pela qual passe a pessoa com deficiência.

Dentre os aspectos positivos do estatuto está a força política que ele representa, já que, junto com a convenção e a legislação brasileira, oferece às PCDs condições para enfrentar as extremas desigualdades que vivenciam, por meio da criação de um sistema articulado de políticas públicas, hoje inexistente.

O atual texto carece de uma revisão, que precisa ser complementada com novos conceitos e políticas surgidas nos últimos anos.

Mas ele, necessariamente, deve ser aprovado como forma de reconhecimento da sociedade a este segmento que, conforme o IBGE em 2010, representa mais de 40 milhões de brasileiros.

Já ocorreram mais de mil debates sobre o tema, além de ele ser aprovado em duas conferências nacionais dos direitos da PCD, e mais cinco encontros regionais do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

O texto, já aprovado por unanimidade no Senado, está na Câmara dos Deputados, cujo presidente é gaúcho. O presidente do Conade, Moisés Bauer, é gaúcho.

A ministra dos Direitos Humanos também. A presidenta da República é gaúcha de coração.

O proponente do projeto de lei, o senador Paulo Paim, é gaúcho. Há ambiente mais favorável do que este para o RS ser protagonista deste processo? Por que não votar?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

V. Exª será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso n° 8, de 2012**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado n° 61, de 2010, do Senador João Durval, que *altera a Lei n° 9.250, de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei n° 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física*.

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 8, DE 2012

Senhor Presidente,

Com base no art. 91, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2º, inciso I, da Constituição Federal, solicitamos que o PLS nº 61 de 2010, que "Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física", seja submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Senador **João Durval**

Parlamentar	Assinatura

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o que me traz, hoje, aqui, de certa maneira, é um apelo que quero fazer aos nossos Deputados Federais.

Muitas vezes, o nome de uma coisa determina o que a coisa é para nós. Isto acontece muito, Senador Presidente, em relação às leis: coloca-se um nome em uma lei, e as pessoas passam a ver aquela lei conforme aquele nome. E isso inviabiliza certas leis.

Uma lei, Senador Aloysio, de origem do Executivo, que tenta regulamentar o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente de maneira que evite violências caiu no uso da população com o nome de Lei da Palmada e com a ideia de que qualquer pai que, por acaso, um dia, querendo colocar ordem em casa, faça um agrado desses que se faz com uma pancadinha vai ser preso.

Apesar dessa deformação na ideia da lei – e vou ler como é o artigo –, a lei avançou, avançou, avançou e terminou o seu processo na Câmara; estava pronta para vir para cá, quando um grupo de Deputados, na verdade cinco grupos de Deputados, cinco iniciativas diferentes, pediram para levar isso para o plenário.

Por um lado, é interessante levar projetos de lei para o plenário, pois permite um debate maior. Mas, neste caso, significará um adiamento maior que ninguém sabe por quanto tempo e de uma lei que o Brasil precisa desesperadamente, porque, no ano de 2010, 18 mil crianças sofreram violências graves no País, Senador Alvaro, ou seja, aquelas que a gente toma conhecimento, inclusive assassinatos, como vemos na televisão e nos jornais. E o Brasil é campeão mundial em violência contra criança.

Precisamos levar adiante esse projeto que visa regulamentar a maneira como as violências ao serem ocorridas são tratadas. E vou mostrar como elas serão tratadas, para ver como a lei é branda ao que se propõe.

Primeiro, o que se propõe? Acrescentar um artigo 17-A no Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz:

> A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou vigiar, sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação, ou qualquer outro pretexto.

Quem é que pode ser contra isto? Depois eu fecho a definição de cada uma dessas coisas. Quem é que pode ser contra a ideia de que a criança tem que ser protegida contra o uso de castigo corporal ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação, ou qualquer outro pretexto?

> Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se
>
> (...)
>
> I – castigo corporal: ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em dor ou lesão à criança ou adolescente.

O problema é a palavra "dor", porque, quando se diz uso da força que resulte em lesão, ninguém tem dúvida. A dúvida é quando coloca "dor". Será que alguém acredita que um pai ou uma mãe será punido porque puxou a orelha, como fazia há pouco o Senador Aloysio e, ao puxar a orelha, teve dor? Não. Mas vamos supor que seja. Vamos supor que haja uma exceção tal que uma criança possa chegar, ela própria, a denunciar os pais ou alguém. Sabe qual é a punição?

> Art. 18-B. Os pais, integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou proteger crianças e adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:
>
> I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
>
> *[*Alguém é contra encaminhar uma pessoa que cometeu um ato, mesmo simples, a programa oficial ou comunitário de proteção à família?*]*
>
> II – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
>
> III – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
>
> IV – obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
>
> V – advertência

Será possível que alguém ache que essas – chamemos – penalidades são graves suficientes para impedir a aprovação de uma lei que visa, sobretudo, a evitar lesão contra as crianças, crueldade contra as

crianças? Será que alguém acha que, pelo fato de um puxão de orelha provocar uma dor, se por acaso alguém achar que essa dor levaria à punição de acordo com o art. 17-A, será encaminhado para uma advertência, para um apoio psicológico? Será que alguém acha que vale a pena impedir a aprovação de uma lei apenas por essa simples desconfiança que dificilmente acontecerá? E, se acontecer, não trará nenhum constrangimento que possa significar algo ruim para o adulto que provocar essa dor.

Quero lembrar que não faz muito tempo o Brasil usava palmatória. E o uso da palmatória virou crime no País. Alguém acha que um professor, no momento em que foi proibida a palmatória, seria punido por puxar a orelha de um aluno? Hoje em dia talvez seja, mas quando eu era menino não seria punido. Nenhum país, hoje, que eu saiba, tem a ideia da palmatória, pelo menos país civilizado. O último, aliás, a acabar com a palmatória na escola foi a Inglaterra. E faz pouco tempo: em 1989! Pouquíssimo tempo. Não há mais palmatória nas escolas. Como ainda insistimos em deixar que, para permitir pequenos constrangimentos físicos que um pai possa fazer, como um puxão de orelha – volto a insistir por sugestão do Senador Aloysio, que fez um gesto aqui –, por causa dessa margem que a lei daria à interpretação falsa, justifique impedir uma lei que visa parar a crueldade, o assassinato, a pancada nas crianças do Brasil?

O principal motivo para crianças saírem das escolas e irem para a rua é a violência doméstica. A principal causa de crianças na rua é o desejo de fugir da violência doméstica, e nós não temos uma lei – nem mesmo o Estatuto da Criança, como está hoje, contempla isso – que proteja as crianças contra essas violências, que provocam baixa aprendizagem, provocam desajuste social.

Eu quero aqui, Senador, como eu dizia, fazer um apelo, em nome das 18 mil crianças que sofreram violência no ano passado, de um total de 55 milhões de crianças que o Brasil tem. Em nome dessas crianças, quero fazer um apelo aos Deputados que assinaram um documento pedindo que a lei não viesse para o Senado antes de passar por um debate, interminável provavelmente, no plenário. Faço um apelo a esses Deputados: que afastem essa preocupação que eles têm porque ela é infundada. Não há o risco de ninguém ser preso, porque aqui o máximo que se faz é uma análise psicológica, no caso de gravidade. No caso das simples ações que os pais às vezes tenham de praticar, sem crueldade, sem dor... Dor é uma coisa muito variável, mas, quando se diz dor aqui, é dor, não é um incômodo que possa sofrer uma criança. Por favor, não deixem essa lei continuar no Congresso sem ser aprovada! Vamos dar este recado ao mundo de que este é um País civilizado, que não apenas não usa palmatória nas escolas, coisa que já abandonou há bastante tempo, mas também não aceita a ideia de que educação se faz com base em pancada sobre criança. É um apelo que eu faço e que complemento.

Acreditando que esse apelo será ouvido – e eu o farei pessoalmente a cada Deputado que assinou o documento –, eu peço que, quando chegar aqui o projeto de lei, nesta Casa o assunto seja examinado com a rapidez de que o Brasil precisa. Não podemos continuar tolerando o Brasil ser campeão mundial de violência contra a infância. E isso exige leis, isso exige cuidados – nem disse punição – com aqueles que fazem ligeiros gestos que podem passar incomodo à criança, que é diferente de dor.

E não toleremos nenhuma daquelas violências cruéis, às quais estamos quase ficando insensíveis, de tanto ver noticiários pela televisão, pelos jornais, e ouvir pelas rádios.

Vamos parar com essa insensibilidade que está tomando conta da sociedade brasileira diante da violência contra as crianças. Não podemos continuar insensíveis a isso. E uma das maneiras de não sermos insensíveis é tentar gestos que deem um basta ao uso de violência contra crianças.

Esse projeto de lei é uma das maneiras. E nós não podemos demorar mais a aprová-lo. E a maneira de dar avanço é considerar aprovado na Câmara dos Deputados, como foi em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça. Não há justificativa para que isso vá a plenário.

Aqui fica o meu apelo aos Deputados da Câmara dos Deputados que estão tentando impedir que o projeto venha ao Senado, em nome das crianças, sobretudo essas 18 mil que sofreram violências graves no ano passado. Vamos aprovar o mais rápido possível essa lei, que não é Lei da Palmada. É lei da violência cometida contra infância. Lei que barra a violência contra a infância. E é o nome que deveria ter sido desde o primeiro momento e que terminou sendo, pela chacota até, chamada Lei da Palmada.

Fica aqui, Sr. Presidente, a minha fala com o meu apelo aos Deputados e também a nós, colegas Senadores, para que façamos com que as crianças do Brasil tenham instrumento de proteção contra a violência, pois estamos ficando insensíveis a ela, de tanto que acontece no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Anibal Diniz; Srs. Senadores; Srªs Senadoras, fui o primeiro a apartear o Senador Demóstenes Torres quando, há cerca de três semanas, ele aqui fez o seu pronunciamento sobre a chamada Operação Monte Carlo, realizada pela Polícia, pelo Ministério Público e pela Receita Federal em cinco Estados, na qual o Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, teria aparecido nas gravações, com inúmeras ligações telefônicas para o Senador.

Naquela ocasião, o Senador deu explicações, dizendo, sobretudo, que mantinha relações apenas de amizade pessoal, de natureza privada, o que não significava qualquer ação de comprometimento com atividades ilícitas ou com tráfico de influência que representasse qualquer ferimento dos dispositivos constitucionais e daquilo que se espera de um Senador. Quarenta e quatro Senadores, naquela tarde, manifestaram-se. Eu, inclusive, fui o primeiro a dizer do meu respeito ao Senador Demóstenes Torres. Eu o cumprimentei pela atitude de dizer que gostaria de colaborar para que houvesse a mais completa apuração a respeito de todos os episódios.

Nas últimas semanas, desde que houve aquelas divulgações, praticamente todos os principais órgãos de imprensa do País, tanto as revistas semanais quanto os principais jornais brasileiros, divulgaram, com detalhes, dezenas de diálogos obtidos nas gravações realizadas pela Polícia Federal, com autorização judicial, não porque eram conversas com o Senador, mas porque eram conversas do Sr. Carlos Cachoeira. Dessa forma, como o Senador Demóstenes Torres era um dos principais interlocutores do Sr. Carlos Cachoeira, ficou evidenciado algo surpreende para praticamente todos os Senadores, inclusive para mim, o que, de alguma forma, entristece todos nós.

Até aquele dia, conforme mencionei, eu via o Senador Demóstenes Torres como uma pessoa que aqui havia se destacado pelo seu conhecimento jurídico e também pela forma com que defendia os princípios da ética, sempre com exigências muito fortes de como essa deveria ser a característica de qualquer pessoa com responsabilidade na Administração Pública, fosse Ministro de Estado, dirigente de empresa ou de instituição governamental ou pessoa designada pelo Presidente da República, por exemplo, para ser membro dos Tribunais Superiores, inclusive do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Superior Tribunal Militar.

Também se destacou o Senador Demóstenes quando, por exemplo, estiveram, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pessoas designadas para serem membros do Conselho Nacional de Justiça. O Senador Demóstenes Torres se destacou pela maneira como arguiu essas pessoas e como exigiu esclarecimentos de cada uma delas.

O Senador Demóstenes Torres, como outros Senadores – inclusive, eu –, no sítio eletrônico *Congresso em Foco*, que também tem publicação escrita, foi considerado um dos Senadores que mais se destacaram na história do Senado, desde 2003, quando ele chegou aqui. Ao lado de Senadores como Paulo Paim, Pedro Simon, Cristovam Buarque, eu próprio e muitos outros, o Senador Demóstenes sempre foi um dos que ganhou destaque naquela qualificação realizada pelo *Congresso em Foco*.

Hoje, quero transmitir, com todo o respeito e consideração pelo Senador Demóstenes Torres, que considero muito importante que ele dê explicações, as mais completas, sobre tudo que signifique a quebra dos princípios éticos que se esperam de um Senador da República, que tem a responsabilidade de sempre respeitar o decoro parlamentar, bem como os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

O relacionamento com o Sr. Carlos Cachoeira, com a possível utilização do mandato para percepção de vantagens indevidas, caracteriza uma irregularidade grave no desempenho do mandato, se isso for confirmado. É claro que precisamos assegurar o direito completo de defesa ao Senador Demóstenes Torres. Isso é um imperativo constitucional. E, antes de se propor sua renúncia, sua cassação ou quaisquer penas previstas, faz-se necessário cumprir o direito constitucional de o Senador Demóstenes Torres aqui se explicar, seja da tribuna do Senado, seja perante o Conselho de Ética.

O § 1º do art. 55 da Constituição da República diz que é incompatível com o decoro parlamentar a percepção de vantagens indevidas. Na sua primeira manifestação em plenário, o Senador Demóstenes Torres afirmou a todos nós que não mantinha relações políticas, financeiras ou de qualquer ordem com o Sr. Cachoeira. Disse, textualmente, que apenas tinha com o citado senhor relações de origem estritamente privada. Não é, porém, o que constatamos ao ouvir e ler as gravações telefônicas publicadas pelos meios de comunicação, pela mídia falada e pela mídia escrita. Daí por que considero necessário que o Senador Demóstenes Torres ocupe a tribuna do Senado nesta circunstância, para prestar esclarecimento a toda a opinião pública e, sobretudo, para informar a todos nós, Senadores e Senadoras, seus eleitores do Estado de Goiás e toda

a população brasileira se tem responsabilidade sobre isso. É preciso que ele informe qual sua parcela de responsabilidade, diante das graves acusações que pairam sobre sua pessoa e que constam das revistas e dos jornais dos últimos dias.

Com todo o respeito ao Senador Demóstenes Torres, quero dizer que, se algum dia avaliar ser necessário que eu, pessoalmente, esclareça episódios que porventura possam significar quebra de decoro parlamentar ou quebra de princípios éticos, pode o Senador Demóstenes Torres ser aquele que, primeiro, venha a solicitar de mim um procedimento tal como o que estou propondo a ele próprio.

Então, quero dizer que o sentido das minhas palavras guarda semelhança com aquilo que, ainda hoje, a Senadora Ana Amélia e o Senador Roberto Requião disseram.

Avalio como importante a solicitação de apuração completa desses fatos, solicitação essa que, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Senador Walter Pinheiro encaminhou, na semana passada, ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel. Mas é também muito importante que o Conselho de Ética possa examinar com atenção a solicitação encaminhada pelo PSOL àquele Conselho, por intermédio do Senador do PSOL.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar essa manifestação de sentimento não fácil, mas importante para todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy. V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

E, agora, com a palavra o Senador Blairo Maggi, que se inscreveu pela Liderança do PR.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu apenas queria citar o Senador Randolfe Rodrigues, que encaminhou a representação ao Conselho de Ética.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vou ocupar aqui o espaço da Liderança do PR para fazer um breve comentário e um comunicado a todos aqueles que nos assistem.

O Brasil, há muito tempo, vem buscando fontes alternativas para substituir o petróleo e também caminha na vanguarda de energias renováveis. Todos sabem que o Brasil é um País que lidera na questão do álcool, e até agora somos grandes produtores de etanol, a partir da cana-de-açúcar; e os Estados Unidos, um grande produtor a partir do milho.

Para nossa felicidade, há algum tempo, lá no Estado do Mato Grosso, discutimos como é que poderíamos também transformar as usinas de cana-de-açúcar, de etanol a partir de cana-de-açúcar, para ocupar na entressafra o consumo de milho daquele Estado.

E aí, Senador Russo, na semana passada, fui convidado por um grupo da Usimat, que fica no Município de Campos de Júlio, onde a Aprosoja, junto com essa usina, que é privada, do Grupo Ovetril, fez a primeira experiência e a primeira adaptação de uma usina de cana-de-açúcar que também faz etanol a partir de milho. E com uma relativa simplicidade, o que é mais importante ainda no processo industrial. Tem seu investimento a fazer, mas é possível, depois da entressafra da cana, entrar fazendo etanol a partir do milho. E é competitivo. Isso é o mais importante: é competitivo.

Alguns vão dizer – e antes que o digam: "Como é que vamos substituir comida – que é o grande argumento que se tem contra o programa de etanol americano – para fazer combustível?" O problema é que, no Centro-Oeste brasileiro, principalmente em Mato Grosso e principalmente ao norte de Mato Grosso, produz-se muito milho, mas nós não somos competitivos para trazer o milho para o sul do Brasil ou levar para os portos, para exportação. Podemos fazer isso nos momentos em que os mercados são muito favoráveis. Mas, quando os mercados não são favoráveis, temos que dar outra destinação ou simplesmente não utilizar a cultura de milho, para que possamos fazer a rotação de cultura, diminuir as pragas e fazer uma agricultura mais ecologicamente correta com alternância de culturas.

Então, eu gostaria de comunicar a todos que nos assistem, aos Senadores e até fazer um convite para que uma hora dessas pudéssemos fazer uma visita a essa usina, que se denominou usina flex, porque faz etanol a partir da cana-de-açúcar e faz etanol a partir do milho; e ainda sobra todo o resíduo DDGS que fica na ponta e que serve para alimentar bovinos, suínos, aves, com uma proteína de mais de 30%.

Portanto, antes que alguns combatam esse programa, que certamente será ainda objeto de estudos – e que a Aprosoja, que é a Associação dos Produtores de Soja e Milho mato-grossense, está incentivando –, estamos fazendo convênios com a Universidade Federal de Mato Grosso, com técnicos também do Imea, que é o nosso Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária, para conhecer a eficiência real de tudo isso e, obviamente, depois, poder levar para outras unidades do Estado do Mato Grosso e, quem sabe, para outros locais do Brasil, onde também o milho é necessário ser plantado, é importante, mas, com a estrutura atual de transporte que temos, não conseguimos levá-lo ao porto, ao sul do Brasil ou ao sudeste brasileiro,

onde o consumo é maior e onde teríamos dificuldade de fazer renda para o produtor.

Então, fica aqui a notícia de que o Estado de Mato Grosso, mais uma vez, inova, e os agricultores do Estado inovam no sentido de se buscar alternativas para o momento em que a agricultura ficar ruim, porque, neste momento, está indo tudo bem, muito obrigado. Não é preciso o apoio do governo no sentido de subsídios ou coisa parecida. Mas, como tudo sobe, um dia vai descer, e devemos estar preparados para os momentos de crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, os temas que estão mais diretamente relacionados, Senador Aloysio, ao tema da Federação, do federalismo, que estão diretamente relacionados ao papel constitucional do Senado, tem me chamado a atenção e, de certa forma, tem me colocado diretamente como protagonista, até por conta de um projeto de resolução que nós estamos relatando na Comissão de Constituição e Justiça, cujas teses tive a oportunidade de apresentar, não apenas no que diz respeito aos equívocos econômicos, mas também no que diz respeito à violação constitucional.

Tenho tido e tenho estado, naturalmente, muito atento com relação a eventuais iniciativas pontuais e tributárias que, eventualmente, aparecem como soluções milagrosas, como se nós fossemos tocados pela tradicional iniciativa do *stop and go*, em todo momento identificando essa ou aquela forma de resolver esse ou aquele problema circunstancial e conjuntural sem uma visão de futuro que possa, de fato, enfrentar os problemas e os desafios que precisam ser enfrentados, até por conta dessa necessária e inadiável iniciativa em ambientes que possam se traduzir na melhoria da competitividade da indústria nacional.

Em que pese nós estarmos na antevéspera de um anúncio ou de um pré-anúncio que, com muita ansiedade e expectativa, nós queremos conhecer e que possa, de fato, assegurar o crescimento sustentado para os meses que se avizinham, em razão dessa conjuntura, há enorme dificuldade de se chegar a uma posição comum diante de necessidades e interesses tão divergentes em um país como o nosso, de dimensões continentais e de extraordinárias complexidades regionais.

É o princípio que, a meu juízo, deve presidir as nossas ações e, naturalmente, presidir as nossas decisões: o princípio da justiça federativa, o princípio da solidariedade federativa entre os Estados, a partir da vocação e do potencial de cada um dos nossos Estados.

Temos um tema da maior relevância que está tramitando nesta Casa, a Proposta de Emenda Constitucional nº 113, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho e de tantos e diversos outros Senadores. Parece-me uma proposta muito debatida no âmbito do Confaz, o Conselho Fazendário, que reúne não apenas os secretários estaduais de fazenda, mas também o Ministério da Fazenda.

Essa proposta pressupõe uma nova sistemática para a cobrança do ICMS nas vendas interestaduais do nosso comércio eletrônico, que tem crescido muito nos últimos anos e vai crescer muito mais. A proposta, como eu disse aqui, tem um objetivo certeiro, o comércio eletrônico. Livros, roupas, calçados, móveis, acessórios, cosméticos, enfim, tudo quanto é tipo de produto e também de serviços.

O brasileiro descobriu, gostou e tem feito permanentemente uso do comércio eletrônico para facilitar o interesse e o acesso a bens e a produtos. Isso, de fato, facilita muito o dia a dia nas transações comerciais. O resultado dessa adesão do brasileiro, que se apropriou do comércio eletrônico assim como das redes sociais, nas quais participa ativamente, é que, em 2006, o faturamento com vendas *on-line* das "ponto com", no País, eram de R$2 bilhões. Em 2011, esse faturamento alcançou a cifra de R$19 bilhões, 26% de crescimento, vinte e seis pontos percentuais a mais do que em 2010.

A novidade que já não é novidade, vez que está apropriada à rotina e ao dia a dia dos brasileiros, já conquistou aproximadamente 32 milhões de brasileiros e 61% desses brasileiros acessam as "ponto com", através do comércio eletrônico; já estão em torno de 32 milhões de brasileiros. As perspectivas para 2012 é que o comércio virtual chegará à casa dos R$23,4 bilhões e, evidentemente, virá um crescimento exponencial ano após ano. Esses dados são da 25ª edição do relatório WebShoppers, elaborado pela *e-bit*, com o apoio da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico e da Federação de Comércio do Estado de São Paulo.

A justificação da PEC 113, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, cuja relatoria está designada ao Senador Armando Monteiro, chama a atenção para o aumento do número de estabelecimentos comerciais especializados em vendas *on-line.* Em 2005, eram 450 estabelecimentos. Em 2010, esses mesmos 450 já alcançam 3.500 estabelecimentos em todo o Brasil, inovando, de maneira sem precedentes, a forma de comercializar, de vender, de transportar,

exigindo alternativas no campo da logística e assim por diante.

Isso sem contar que essa forma de comércio tem sido usada não apenas por empresas virtuais, mas também por empresas fisicamente estabelecidas como forma de proteger e ampliar sua presença em todo o mercado nacional pela facilidade, pela forma horizontal que as redes sociais, que o mundo, que o comércio eletrônico gera de facilidades no dia a dia das empresas físicas, das empresas jurídicas, aproximando as pessoas e transformando o mundo num mundo cada vez menor, cada vez mais próximo.

Ora, é inegável que essa atual sistemática de tributação ao consumidor final, desenhada pela Constituição de 1988, muito antes da era do comércio *on-line*, não se adapta mais à nova realidade das transações comerciais; ou seja, todo o capítulo tributário da nossa Constituição, debatido e edificado em 1988, não considerava, evidentemente, a incorporação desses novos hábitos

É inegável também o impacto que essa nova realidade tem em nossas receitas governamentais, estaduais, na economia de cada um dos nossos Estados. A multiplicação das operações comerciais diretas entre fabricantes, atacadistas, varejistas e consumidores finais de outras unidades federadas vem minando os cofres dos Estados de destino, que não participam dessa arrecadação. Ou seja, não há um partilhamento interestadual do ICMS no âmbito do comércio eletrônico; todo o ICMS fica para o Estado de origem, não considerando o necessário compartilhamento com o Estado consumidor.

Vale lembrar que, pelas regras atuais, é o Estado de origem que fica com todo esse ICMS quando o consumidor final está em outro Estado e não é o contribuinte do imposto. Nem é preciso dizer que quase toda a receita desse tipo de ICMS do comércio eletrônico vai para o Sul e para o Sudeste, particularmente para São Paulo e Rio de Janeiro, onde se localiza, geograficamente, grande parte das empresas e das companhias "ponto com". Os outros Estados até tentam, de uma certa forma, participar dessas fatias e receitas governamentais de ICMS cobrando alíquotas adicionais de ICMS. Há tentativas, há iniciativas nessa direção, mas também o Supremo Tribunal Federal tem entendido que é uma flagrante bitributação, é o que muitos vêm chamando inclusive de mais uma etapa, mais um capítulo da guerra fiscal.

Recente reportagem, inclusive do *Valor Econômico*, dá conta de que Estados, como o Piauí, vêm reclamando evasão superior a R$140 milhões; Mato Grosso acumulando prejuízos de quase R$300 milhões; a Bahia, que teria deixado de arrecadar R$90 milhões somente em 2010, para ficar em alguns dos Estados que estão trabalhando, que estão pesquisando, que estão, enfim, procurando alternativas para que nós possamos regulamentar e aí fazer uma distribuição adequada e calibrada desse ICMS que tem como origem o comércio eletrônico.

É este o objetivo principal da PEC nº 113: o rateamento do ICMS entre Estados de origem e de destino nas operações que tenham como regra, que tenham como plataforma, que tenham como critério o comércio eletrônico.

Julgo absolutamente conveniente e necessário que nós possamos acelerar, quem sabe, esse debate na Comissão de Assuntos Econômicos pela importância que esse tema tem para o conjunto dos nossos Estados federados. É isto que pretendo na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos, dialogando com o Presidente da Comissão, com o Senador Delcídio Amaral, com o Senador Relator, Senador Armando Monteiro, que nós possamos acelerar esse debate na Comissão de Assuntos Econômicos e, assim, oferecer ao País uma forma equilibrada e abalizada de os Estados brasileiros construírem uma repartição muito equilibrada e justa desses recursos do comércio eletrônico.

Sr. Presidente, é esta minha manifestação que trago ao Plenário nesta tarde de segunda-feira, ou seja, a necessidade de o Senado da República, na condição de instituição, de Casa Legislativa, que representa os Estados brasileiros, acelerar, de maneira forte, uma nova regulamentação para o ICM do comércio eletrônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Agora, com a palavra, pela Liderança do PSDB, Senador Alvaro Dias.

Na sequência, teremos o Senador Cícero Lucena; pela Liderança do PMDB, Senador Romero Jucá e, depois, Senador Antonio Russo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, cumpro o dever de anunciar que, em nome da Bancada do PSDB no Senado, estamos encaminhando à Comissão de Ética Pública da Presidência da República representação para que se investigue as denúncias que envolvem o Ministério da Pesca. Já há antecedentes referentes a esta denúncia que ganhou repercussão nos últimos dias em função de uma doação à campanha eleitoral ocorrida em Santa Catarina. Doação efetuada para o Partido dos Trabalhadores, coincidentemente da empresa que venceu licitação contestada pelo Tribunal de Contas da União.

Em 24 de outubro de 2011, apresentei requerimento que se encontra na Ordem do Dia, até hoje, para ser votado – não foi votado –, solicitando ao Tribunal de Contas da União cópia do relatório da auditoria que apurou irregularidades no Ministério da Pesca. Dia 24 de outubro de 2011.

Esse relatório do Tribunal de Contas da União revelou uma série de irregularidades: superfaturamento; sobrepreço; pagamentos por serviços não executados; realização de pagamentos antecipados; ausência de monitoramento na utilização das lanchas e patrulhas cedidas a órgãos parceiros; não realização de pesquisa de preço que fundamentasse a estimativa do valor da aquisição; celebração de aditivos ao contrato para a aquisição de itens novos, com fuga ao procedimento licitatório; ausência de pesquisa de preço e da devida fundamentação quanto à necessidade da contratação; desclassificação indevida de licitante; etc.

Foram inúmeras as irregularidades. Elas foram atestadas pelo Tribunal de Contas da União. Nós não conseguimos cópia desse relatório. Agora encontra-se num outro estágio no Tribunal de Contas, no estágio da tomada de conta especial, fase em que os envolvidos em irregularidades são ouvidos pelo Tribunal de Contas, inclusive com os seus advogados. Por que estamos encaminhando à Comissão de Ética Pública da Presidência da República? Em razão da última denúncia, que tem conexão com essa licitação suspeita, com o superfaturamento.

Segundo o Tribunal de Contas, o superfaturamento foi de R$1 milhão. Houve uma doação para a campanha, uma doação oficial, portanto, com declaração à Justiça Eleitoral. Houve uma doação de R$150 mil à campanha do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina, doação essa feita pela empresa vencedora dessa licitação.

Há um depoimento importante. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República pode convocar, convidar para testemunhar o Deputado Luiz Sérgio, ex-Ministro da Pesca, também do PT, que afirmou ter encontrado malfeito no Ministério da Pesca. Ele disse, está estampado em manchete, no jornal *O Estado de S. Paulo*: "ministério não pode pedir a empresa contratada doação ao PT, como fez na campanha (...)", em Santa Catarina.

Portanto, o próprio ex-Ministro, que é do PT, critica o malfeito denunciado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Concluindo, Sr. Presidente, essa é a comunicação que cumpro o dever de fazer à Casa, manifestando um voto de confiança na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, pedindo a instauração dos procedimentos para a investigação desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apaziguar o sofrimento dos nordestinos e das nordestinas que, corajosamente, vivem e produzem no semiárido sempre foi e é uma das minhas principais missões.

Em 1995, quando fui Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma das realizações que mais me deixaram orgulhoso foi, justamente, a discussão, a retomada do projeto da transposição das águas do rio São Francisco.

Naquela oportunidade, no caso específico do meu Estado, a Paraíba, só havia uma entrada, que era perto da minha querida cidade, São José de Piranhas, Jatobá. De passagem, essa água iria atender o Rio Grande do Norte.

Conhecedor que era, por ter sido Governador do meu Estado e ter convivido com as dificuldades que a seca nos proporcionou naquele período, até 1994, quando nós tivemos de abastecer algumas cidades com água transportada por trem, porque não existiam mananciais próximos e viáveis para o transporte, mesmo sendo feito em carros-pipas, de forma precária, como todos nós conhecemos, coloquei o projeto inicial do chamado Eixo Leste, que, exatamente, entraria no Cariri paraibano, na cidade de Monteiro.

Naquela época, eu já sonhava com a água da transposição beneficiando cerca de 1,5 milhão de paraibanos na região do Cariri, do sertão e do Curimataú, além do Piemonte da Borborema, que é polarizada pela grande cidade de Campina Grande, uma das mais importantes cidades do Nordeste que, dois anos antes, já sofria a ameaça do racionamento de água para consumo humano.

Para V. Exª entender, Sr. Presidente, até João Pessoa, que é uma cidade litorânea, capital do nosso Estado, com a visão de futuro, com o compromisso do amanhã, será beneficiada no futuro pela transposição das águas do rio São Francisco. Parte dela será através de um abastecimento vindo pelo rio Paraíba até a barragem de Acauã e da barragem de Acauã...

Registro também, com muita satisfação, que participou desse projeto, com muito empenho, meu sucessor naquele ministério, o hoje presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, o Dr. Fernando Catão.

Durante o longo e laborioso planejamento que precedeu o início dessa grande obra, acompanhei de perto o desenvolvimento do projeto, certificando-me de sua importância e confirmando que a transposição do Velho Chico trará grandes benefícios à população

dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os impactos positivos já são visíveis, na forma, por exemplo, de milhares de empregos criados durante a construção. Ao fim da obra, surgirá uma nova realidade nas áreas contempladas: mais trabalho, mais renda, mais comércio, mais saúde, mais infraestrutura; em resumo, mais riqueza e mais felicidade para esse povo historicamente sofrido que habita com bravura essa terra difícil que é o semiárido do nosso Nordeste.

Foi com verdadeira preocupação, portanto, que recebemos a recente notícia de que as obras, em primeiro lugar, estão andando a passos de jabuti: bastante lentos. E, em segundo lugar, que vão custar muito mais caro do que o que se esperava. A obra, durante apenas quatro anos, está perto de completar seu quinto aniversário e já teve seu cronograma refeito algumas vezes. Só para se ter ideia, as últimas previsões dão conta de que o Eixo Leste deve ficar pronto apenas em dezembro de 2014, e o Eixo Norte, um ano depois, em dezembro de 2015.

O orçamento inicial da transposição, que era de R$4,6 bilhões, já foi reajustado três vezes desde 2007 – ano em que as obras começaram –, duas vezes no governo Lula e uma vez no Governo Dilma.

No ano passado, a previsão do custo total da obra já havia sido reajustada para R$6,85 bilhões. Agora, no início de março deste ano, o Governo já atualizou sua estimativa para R$8,18 bilhões, o que corresponde a um preço quase 80% maior do que a previsão inicial de 2007.

Sr. Presidente, minha voz é a voz dos meus conterrâneos do semiárido, que cobram uma justificativa para esse atraso e esse aumento excessivo. O Eixo Leste já deveria estar pronto desde 2010, anunciado pelo governo Lula à época. Nem metade da obra foi executada ainda. O Eixo Norte deveria ficar pronto até o final deste ano, mas a situação dele ainda é pior do que a do Eixo Leste: menos de 20% executados.

O povo do semiárido tem pressa, Srªs e Srs. Senadores. E como não teriam, diante dos anos e décadas, dos séculos de dificuldades que enfrentaram e continuam enfrentando numa das regiões mais inóspitas do País? Como não teriam, diante de todos os muitos benefícios que vão chegar junto com as águas do rio São Francisco, que os enche de esperança e de ansiedade para a conclusão das obras?

O Governo argumenta que os atrasos e as alterações de preço são provocados por coisas como questões técnicas, mudanças de metodologia, ajustes nos projetos executivos. Para o povo do semiárido, Sr. Presidente, essas palavras não querem dizer absolutamente nada. São palavras vazias que tentam esconder a incompetência, a má gestão dos recursos e o descaso e que estão atrasando e encarecendo a obra do rio São Francisco.

Uma coisa são pequenos acertos de percurso – afinal, é impossível prever tudo e controlar todas as variáveis num projeto desse porte –; outra coisa bem diferente é uma obra que foi planejada durante anos e anos acabar custando o dobro do previsto e levar duas vezes o tempo estimado para ser completada.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, diante desse fato no mínimo estranho, tomei a iniciativa de propor aqui, no Senado, a criação de uma comissão temporária para acompanhar de perto o andamento das obras de transposição do São Francisco.

Foi grande a minha alegria ao ver o meu requerimento aprovado por unanimidade no último dia 20 de março. Agradeço aos nobres colegas a sensibilidade e a prontidão com que deliberaram sobre a proposta.

A comissão temporária externa que nós criamos será composta por dez Senadores de todos os partidos políticos, de vários Estados, independente de ser Governo ou Oposição. Essa comissão irá acompanhar e fiscalizar todos os atos, normas e iniciativas referentes às obras. Faremos audiências públicas para garantir a transparência de todos os procedimentos realizados no âmbito desse projeto. Visitaremos as obras regularmente, faremos diligências externas sempre que necessário e acompanharemos o andamento da obra *in loco* sempre que possível.

Não faremos mais do que a nossa obrigação, Sr. Presidente, pois é de competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e acompanhar os atos do Poder Executivo, categoria na qual se enquadram evidentemente todas as iniciativas realizadas no âmbito do PAC II.

Quero finalmente garantir a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, especialmente ao povo do semiárido, que a comissão trabalhará incansavelmente para averiguar se a transposição do rio São Francisco está sendo feita com a transparência, a eficiência e, acima de tudo, a lisura que se espera de todos os atos que envolvam dinheiro público.

Assumimos esse compromisso sem perder de vista a preservação dos recursos naturais, para que o rio continue servindo com abundância. É importante salientar que esse projeto tem por objetivo melhorar as condições de vida do nosso povo, nesse caso, a brava gente do interior nordestino, para quem as águas do São Francisco representam abundância, felicidade e esperança de um futuro melhor.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Agora, com a palavra o Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante. Trata-se da necessidade de o Governo apresentar com urgência o novo código de mineração do nosso País.

É preciso que nós tenhamos um novo marco regulatório da mineração. É fundamental que as riquezas, que hoje são extraídas do minério, tenham a sua ação modernizada, possam ter a condição de remunerar melhor a União, os Estados, os Municípios, e que a própria utilização do minério possa ser redimensionada no sentido de que não haja reservas estratégicas, ficando por anos e anos sem exploração por conta exatamente do interesse de setores em congelar a exploração mineral em determinadas áreas.

O Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, tem dito que o Ministério concluiu os estudos do novo Código de Mineração; e agora essa matéria se encontra na Casa Civil para debate.

É fundamental que possamos interagir.

Eu pretendo fazer um convite ao Ministro Edison Lobão, ao Diretor-Geral da CPRM e ao Diretor-Geral do DNPM para virem à Comissão de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós tenhamos, aqui, um debate traçado exatamente sobre o rumo que esse novo Código de Mineração pretende dar ao País.

Nós temos de ampliar a cobrança dos *royalties* para as unidades federadas. Hoje, o que deixa a mineração é muito pouco. É importante que isso possa ser melhorado.

Nessa linha e nessa ótica, quero registrar também que a Associação Nacional dos Municípios Produtores (Anamup) de minérios vai realizar, nos dias 19 e 20 de abril, os fóruns Regionais dos Municípios Mineradores do nosso País exatamente para discutir o intercâmbio entre Municípios, a gestão ambiental, enfim, assuntos ligados à exploração mineral que ocorre nos Municípios brasileiros, de forma que essa ação possa ser modernizada e melhorada.

Concedo o aparte ao Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Romero Jucá, é apenas para me associar à manifestação de V. Exª nesse oportuno e tempestivo discurso que faz na direção de sensibilizar o conjunto do Governo para a necessidade de acelerarmos a remessa ao Senado do novo Código de Mineração em nosso País. Já estamos inclusive verificando conflitos nos Estados de Minas e do Pará, em que os Estados, absolutamente insatisfeitos com aquilo que é deixado de passivo ambiental, já estão cobrando taxas para esse tipo de reparação. Então, que possa o novo Código, adequado aos tempos em que estamos vivendo, ter como foco a extração, o desenvolvimento sustentável. O cuidado com os recursos naturais é mais do que bem-vindo. V. Exª está absolutamente correto em sensibilizar o Governo Federal para que possamos iniciar o debate o mais rápido possível aqui no Senado. Muito obrigado e parabéns a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço o aparte a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço. V. Exª é de um Estado que tem também uma questão mineral importante. Existem questões por todo o Brasil que precisam ser discutidas, V. Exª lembrou bem: vários Estados brasileiros estão cobrando taxas, e já começa a haver demanda entre os Estados e as mineradoras exatamente pela ausência de um procedimento mais forte de cobrança.

Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Se V. Exª me permite, eu sou do Espírito Santo e, além de produzirmos petróleo, enfim, temos, em nosso Estado, a produção de mármore e de granito. Somos responsáveis, hoje, por aproximadamente 80% de tudo aquilo que o Brasil produz em termos de rocha ornamental. Portanto, nesse debate, precisamos também enfocar a necessária reestruturação do DNPM, o Departamento Nacional de Produção Mineral, que precisa ser fortalecido com recursos humanos e recursos materiais, para que possa cumprir com suas funções legais e constitucionais. Temos lá valorosos profissionais, mas que estão muito aquém da demanda necessária não apenas em nosso Estado, mas em nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – V. Exª tem razão também, Senador Ricardo Ferraço. Estive pessoalmente com o Diretor-Geral do DNPM, Dr. Sérgio Dâmaso, tratando com a CPRM, exatamente para verificar de que forma pode se reforçar a atuação desses organismos.

Temos de ter um Código de Mineração moderno que, efetivamente, remunere Estados e Municípios e trate dessa questão ambiental, mas temos que ter também um órgão fiscalizador, um órgão que possa proceder a licitações, que possa, enfim, modernizar o processo de concessão de alvarás, de pesquisa e de exploração, para que tenhamos efetivamente a riqueza mineral do nosso País a serviço dos brasileiros.

Além disso, temos que ampliar a exploração mineral do Brasil de forma coerente, de forma responsável com o meio ambiente, mas de maneira que isso financie o desenvolvimento do País dentro do interesse do próprio Brasil.

Então, eu agradeço o aparte a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

Sr. Presidente, eu vou apresentar os requerimentos de convite às autoridades que nomeei – o Ministro Edison Lobão, o Diretor-Geral do DNPM e o Diretor-Geral da CPRM – exatamente para que possamos debater esse assunto.

Ao invés de aguardar o projeto chegar à Câmara dos Deputados e, portanto, demorar a chegar ao Senado, queremos antecipar o debate aqui no Senado, exatamente para que tenhamos condição de influir e melhorar a proposta do Executivo.

Peço a transcrição do registro que fiz sobre o ciclo da Associação Nacional dos Municípios Produtores de Minérios, que será realizado entre 19 e 20 de abril.

Era esse o registro que gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Associação Nacional dos Municípios Produtores - ANAMUP tem o prazer de convidá-lo para:

Ciclo **ANAMUP** de
Fóruns Regionais
dos Municípios Mineradores

EDIÇÃO: SUL

19 e 20 de Abril

Centrosul - Centro de Convenções de Florianópolis - SC
Av. Gustavo Richard, 850, Centro.
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil.

Inscrições:
www.anamup.org.br
www.fecam.org.br

Informações:
ciclo@anamup.org.br
anamup.nacional@gmail.com
(61) 3224-4747 / 3225-7748 / 3225-7866 / 9202-3891

O CICLO

Com uma proposta de ampliar seus olhares, a Associação Nacional dos Municípios Produtores - ANAMUP levantou em 2010 a bandeira da mineração e, para os anos de 2011 e 2012, programa a realização do Ciclo ANAMUP de Fóruns Regionais dos Municípios Mineradores. O Ciclo é composto de quatro edições macrorregionais e uma nacional; e tem o intuito de reunir os municípios que convivem com a extração mineral em seu território e construir um espaço de debates para o tema.

OBJETIVOS

O objetivo central do Ciclo é conscientizar prefeitos, secretários e gestores municipais acerca da legislação vigente da mineração, os benefícios econômicos que a mineração gera, mostrando principalmente, a ação necessária dos municípios frente à fiscalização, os passivos ambientais e o novo Marco Regulatório da Mineração. Também fazem parte dos objetivos:

- Contribuir com a formação dos gestores municipais, a fim de melhorar as práticas na administração pública municipal;
- Promover a integração entre prefeitos, gestores, empresários e autoridades que lidam, de alguma maneira, com a extração mineral;
- Possibilitar o contato de prefeitos e gestores dos diversos municípios para troca de informações e experiências;
- Integrar as prefeituras com os órgãos federais e estaduais gestores da atividade de mineração;
- Dar visibilidade a empresas de mineração que atuam respaldadas pelos princípios da sustentabilidade;
- Atualizar os gestores acerca dos direitos dos municípios quan a CFEM – Compensação Financeira pela Extração Mineral;
- Definir uma agenda própria dos municípios mineradores para o novo Marco Regulatório da Mineração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Agora, com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, foi com profunda expectativa, curiosidade e emoção que visitei, na semana passada, o Hospital de Câncer de Barretos. O motivo da minha primeira visita foi a comemoração dos 50 anos da instituição. Na mesma data, inaugurou-se a unidade de atendimento infanto-juvenil, denominada Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É impossível deixar de ficar emocionado, quando se conhece as instalações e o trabalho do Hospital de Câncer de Barretos. Fiquei orgulhoso de ser brasileiro naquele momento.

Conhecendo as instalações do Hospital, ficamos sensibilizados em ver como ali a solidariedade humana se materializa e ganha uma dimensão especial.

Ficamos profundamente comovidos ao constatar como a atenção, o carinho e a dedicação de funcionários, atendentes, assistentes sociais, médicos, enfermeiras, enfim, toda uma comunidade, são fundamentais para a valorização da vida.

Srªs e Srs. Senadores, quero dizer a todos nesta Casa que ali a experiência humana ganha uma grandeza que nos enche de esperança. Presenciamos todos os dias as mazelas de nosso País, sobretudo nas áreas sociais, e pensamos, muitas vezes, que levaremos ainda muito tempo para solucionar nossos problemas nas áreas da saúde.

Mas quem conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido no Hospital de Câncer de Barretos verá que a convergência de senso de justiça, trabalho humanitário, gestão solidária, esforço coletivo, pesquisa, dedicação e amor ao próximo são fundamentais para criar a força transformadora que fará do Brasil um País cada vez melhor.

Ali temos o exemplo de que é possível vencer as dificuldades e superar nossos problemas.

Posso dizer que saí do Hospital do Câncer de Barretos no último dia 24 de março com outra visão de País. Mesmo tendo presenciado dramas humanos dos mais terríveis, pude compreender que a esperança de cura de uma doença que atinge milhares de brasileiros de todas as idades e classes sociais pode também nos confortar e nos fortalecer.

Considero fundamental oferecer este depoimento a esta Casa, porque posso afirmar que o Hospital de Câncer de Barretos é uma referência de sucesso no Brasil. É um trabalho que tem encantado milhares de brasileiros que hoje têm contribuído voluntariamente para seu crescimento e viabilidade.

O Hospital do Câncer nasceu na década de 60. A origem da unidade deu-se por uma razão muito simples: o único hospital especializado para tratamento de câncer situava-se na capital do Estado de São Paulo, e os pacientes que apareciam no Hospital São Judas, de Barretos, com a doença eram, em sua maioria, previdenciários de baixa renda com alto índice de analfabetismo.

Esses brasileiros pobres e desesperados tinham dificuldades de buscar tratamento na capital por falta de recursos, receio das grandes cidades, além da imprevisibilidade de vaga para internação.

E, assim, o hospital foi crescendo e se desenvolvendo, com dificuldades, mas também com apoio da comunidade, dos governos, da iniciativa privada e da ampla rede de entidades filantrópicas existente no País.

No ano de 1989, Henrique Prata, filho do Dr. Paulo Prata e da Drª Scylla Duarte Prata, casal de médicos fundadores do hospital, abraça a ideia do pai e, com a ajuda de fazendeiros da cidade e da região, realiza mais uma parte do projeto, inaugurando o pavilhão Antenor Duarte Villela.

Assim nasceu a Fundação Pio XII, que vem investindo recentemente na área de ensino para médicos e outros profissionais de sua equipe multidisciplinar, através de programas de residência médica e cursos de especialização.

Em 2004, a Fundação iniciou o Programa Institucional de Intercâmbio com instituições de ensino superior, visando o intercâmbio tecnológico e o aperfeiçoamento de seus profissionais de saúde.

Assim, gradativamente, desenvolveram-se parcerias com a Escola Politécnica da USP e convênios com a Faculdade de Medicina da USP, Unifesp e Unesp. Atualmente 65% dos médicos do corpo clínico da Fundação Pio XII estão cursando ou já têm título de pós-graduação, mestrado, doutorado e livre-docência.

Seguindo o histórico de expansão do complexo hospitalar e em concordância com uma tendência internacional, a diretoria do Hospital Pio XII decidiu investir na área de pesquisa básica aplicada. Essa área tem como objetivo promover a aplicação direta de resultados de pesquisa básica na prática clínica, neste caso com o objetivo último de beneficiar o paciente com câncer.

O Hospital de Câncer de Barretos possui 70.000m^2, registra 3.500 atendimentos/dia, todos 100% provenientes do SUS. Mesmo com o déficit mensal de R$5,5 milhões, o hospital acolhe pacientes de todo o País, recebendo 11 mil casos novos por ano. O hospital tem mais de 75 mil amostras dos mais de 110 tipos

de câncer, formando o maior laboratório de estudos da doença no País.

Em 2000, a instituição foi escolhida pelo Ministério da Saúde como o melhor hospital público do País, mantendo este título nos últimos três anos. O Hospital encerrou 2011 com 549.104 atendimentos realizados a 97.630 pacientes advindos de 1.527 Municípios de todos os 27 Estados do País e do Distrito Federal. Um recorde de cobertura.

Ao todo, o Hospital de Câncer de Barretos reúne 250 médicos que trabalham em tempo integral e dedicação exclusiva e mais de 2.500 colaboradores. São mantidos treze alojamentos – sendo dois deles infantis – para 650 pacientes e seus acompanhantes, oferecidos gratuitamente e são servidas seis mil refeições diárias.

Srs. Senadores e Senadoras, o Hospital de Câncer de Barretos, que atende a apenas pacientes do SUS, inaugurou na semana passada sua unidade infanto-juvenil em parceria com duas instituições americanas que são referência no mundo em tratamento oncológico, o MD Anderson e o Saint Jude Children's Hospital.

Nesse aspecto, quero homenagear o presidente do hospital, Henrique Prata, homem de notáveis talentos, que tem dedicado a vida a manter essa obra magnífica para atender a doentes e confortar famílias.

Considero Henrique Prata um dos grandes brasileiros deste País, um homem que deve figurar no topo de qualquer *ranking* da cidadania, pois ele trabalha numa atividade que pode ser considerada a mais nobre de todas: a de salvar vidas, dar esperança, alegria e amor aos brasileiros de todas as origens e de todas as formações.

Gostaria que todos os Senadores conhecessem de perto o trabalho do Hospital de Câncer de Barretos. Trata-se de uma experiência nacional que transcende Estados e Municípios.

Quem sabe um dia essa experiência possa ser transposta para outras regiões brasileiras, para atender inclusive a outras doenças e outros males.

Quero deixar aqui registrado esse trabalho porque ele representa um ponto de excelência do esforço de brasileiros e brasileiras em favor do próximo. Posso dizer sem medo de errar que o Hospital de Câncer de Barretos enaltece nossa brasilidade e nos enche de orgulho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Russo.

Eu convidaria o Senador Ricardo Ferraço a assumir a Presidência, para que pudéssemos dar continuidade à lista dos oradores.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a desistência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, passo a palavra ao eminente Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para fazer alguns registros que considero da máxima importância. Primeiro, gostaria de dizer que estivemos, no final de semana, no Acre cumprindo uma agenda muito produtiva, acompanhados do Governador Tião Viana. Mas falarei sobre esse assunto na parte final do meu pronunciamento.

Quero iniciar este pronunciamento destacando um acontecimento bastante marcante, ocorrido na semana passada. Esse acontecimento mostrou que vivemos um momento de comovente amadurecimento democrático no Brasil.

Aos 48 anos após o golpe militar, o golpe de Estado que mergulhou nosso País num período de exceção, que se estendeu por vinte anos, agora vivemos ares saudáveis de uma democracia que amadurece e se consolida a cada dia.

Ainda hoje, nesta sessão, tivemos vários pronunciamentos a respeito do que significou para o Brasil o período duro, caracterizado pelo regime de exceção do regime militar; o quanto isso mexeu com a vida das pessoas, quantas barbaridades e atrocidades jurídicas, quanta tortura foi praticada para opositores do regime. E, agora, depois desse período muito turbulento, vivemos um período de paz institucional, de consolidação da vida institucional.

O ato que eu queria realçar como uma comprovação desse momento especial que estamos vivendo foi o encontro entre os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que aconteceu no Hospital Sírio-Libanês, na semana passada.

Em relação a esse acontecimento, amplamente noticiado por todos os veículos de comunicação, eu tirei um texto que foi publicado na revista *Época*, da semana, que retrata muito bem o que significou esse encontro; qual a simbologia desse encontro entre dois líderes que marcaram profundamente o período de redemocratização do Brasil, por suas contribuições fantásticas ao Estado brasileiro, cada qual do seu jeito, da sua maneira. Dois homens que formaram dois partidos políticos que governaram o Brasil nos últimos 16, 17 anos e que tiveram uma participação muito importante nesse processo de democratização do nosso País.

O texto a que faço referência, publicado na página "Opinião", da revista *Época*, diz o seguinte:

Muito além da cortesia

A visita de Fernando Henrique a Lula revela o amadurecimento democrático do País

O encontro de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, no Hospital Sírio-Libanês, foi mais do que um momento de cortesia entre ex-presidentes .Entre gestos educados de palavras amáveis, foi uma demonstração do amadurecimento das instituições brasileiras. É uma imagem que os brasileiros terão dificuldade de esquecer.

Lula e Fernando Henrique são dois dos maiores políticos brasileiros de qualquer época. Não só porque ocuparam o cargo mais alto da República, função que reserva desafios tão imensos que jamais se recebe com garantia prévia de sucesso. Mas porque, cada um a sua maneira, foram capazes de deixar uma herança positiva para o País.

Embora sejam políticos de uma geração diferente, os dois foram contemporâneos em vários momentos da história política do País. Andaram juntos e também andaram separados. O Brasil ganhou com isso. Eles se aproximaram no esforço pela democratização, quando Fernando Henrique retornou do exílio, na mesma época em que Lula dava os primeiros passos como uma liderança sindical destacada.

Em 1978, Lula chegou a distribuir panfletos em porta de fábrica para pedir votos para Fernando Henrique, candidato a Senador pelo PMDB. Os dois caminharam juntos nos meses seguintes, participando de articulações que pretendiam criar um partido socialista, proposta abandonada quando ambos concluíram que tinham projetos diferentes demais para caber numa legenda só. Lula já tinha em mente o PT, enquanto FHC preferiu permanecer no PMDB até 1987, quando fundou o PSDB.

A cultura política brasileira tem uma convivência difícil com a diferença de opiniões e o confronto ideológico. Isso é ruim, pois ambos ajudam a formar uma democracia. Lula e FHC tiveram muitas diferenças nas últimas décadas – e o país ganhou com elas. Se tivesse concordado com a incompreensão de seus adversários sobre a importância de manter a inflação sobre controle e a necessidade de livrar o Estado brasileiro de empresas inúteis e despesas desnecessárias, FHC não teria feito o Plano Real, o primeiro plano anti-inflacionário que resistiu à prova do tempo. (Nenhum dos anteriores sobreviveu a um ano.)

Se tivesse se limitado a dar continuidade ao que recebeu na herança de seu antecessor, Lula não teria construído um projeto de distribuição de renda ambicioso e bem-sucedido, ajudando a transformar o Brasil num país de classe média. Se tivesse procurado o consenso permanente com a oposição, dificilmente seu governo teria sido capaz de mobilizar consumidores e empresários para um novo impulso ao crescimento depois que, em 2008, a economia mundial ingressou numa das piores crises da história do capitalismo.

Ocorrido, por coincidência, na semana que marca o 48º aniversário do golpe militar de 1964, o encontro dos ex-presidentes é, acima de tudo, a celebração da democracia brasileira. Ela permite o convívio civilizado entre diferenças e a preservação da unidade da nação em torno de valores como a liberdade e o direito à opinião, que permitem aos brasileiros acreditar que o país do futuro pode se transformar em presente com mais rapidez do que se costuma imaginar.

Então, Sr. Presidente, o registro que faço deste editorial da revista *Época* é algo que acho que deve constar dos Anais do Senado, porque é uma importante lição de que vivemos em um país com muitas diferenças e respiramos um ar de democracia que há muito não vivíamos.

Gostaria também de aproveitar para destacar hoje, com muita satisfação, que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o Prêmio Internacional da Catalunha 2012 por sua luta e pelo seu combate à pobreza e à desigualdade social. A informação foi divulgada hoje pelo Instituto Lula e por vários veículos da imprensa.

Lula foi premiado com o 24º Prêmio Internacional Catalunha 2012 concedido pelo governo autônomo da Catalunha, na Espanha. Foi uma vitória extremamente significativa. Lula venceu por unanimidade uma eleição que teve a concorrência de 177 personalidades, de 57 países. Isso é extraordinário!

Quando anunciou o prêmio, o Presidente do Governo catalão Arthur Mas, fez questão de afirmar que a escolha de Lula foi motivada pela luta que o ex-Presidente brasileiro travou, em seus dois mandatos presidenciais, pelo crescimento econômico do Brasil e para "erradicar a pobreza e a miséria" do País. Arthur

Mas disse ainda que Lula enfrentou a luta contra a pobreza e a desigualdade com criatividade e coragem.

Na cerimônia de entrega do prêmio, foi lida uma carta em que Lula manifesta "alegria e orgulho" pelo prêmio. Ele disse, no texto, que se trata de "uma conquista que reforça a minha convicção na importância de lutar por uma sociedade mais justa e democrática, sem fome e sem miséria".

De acordo com o Instituto Lula, o júri, presidido pelo escritor e filósofo Xavier Rubert de Ventós, também elogiou a política adotada pelo ex-presidente, "a serviço de um crescimento econômico justo, que colocou seu país à frente da globalização". Esse prêmio é, sem dúvida, um orgulho para nosso País e para nosso projeto de desenvolvimento.

O Prêmio Internacional Catalunha é concedido anualmente, desde 1989, a personalidades internacionais do meio político, do meio econômico e do meio cultural. Entre os homenageados estão ex-presidentes, como o norte-americano Jimmy Carter, em 2010, ou o ex-presidente da República Tcheca, Václav Havel, em 1995. Um brasileiro de origem catalã também já foi agraciado com esse prêmio, trata-se de Dom Pedro Casaldáliga, que foi Bispo de Conceição do Araguaia, em 2006.

Ao anunciar o Prêmio Internacional da Catalunha para o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprimento o nosso ex-Presidente Lula por mais esse reconhecimento e manifesto o sentimento que sei ser da maioria absoluta do povo brasileiro, uma manifestação de solidariedade. Também cumprimento o Presidente Lula, que acaba de vencer o câncer, já está curado do câncer e, se Deus quiser, vai estar plenamente habilitado para os embates político-eleitorais que se avizinham, inclusive neste ano de 2012. Ele certamente vai nos orientar, como uma espécie de facho de luz, a conduzir a boa política do Brasil no próximo período.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, gostaria de fazer referência à agenda que cumpri no Estado do Acre, no último final de semana, quando tive a oportunidade de acompanhar o Governador Tião Viana numa agenda superprodutiva pelo Vale do Alto Acre, visitando os Municípios de Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia. Nesses Municípios, nós pudemos participar de atos iniciais das ações do programa Ruas do Povo, um programa que pretende pavimentar todas as ruas urbanas das cidades do Acre, que está bastante avançado e que tem mobilizado muito as comunidades, tem tido uma participação muito importante.

Então, tivemos a oportunidade de estar com a comunidade de Epitaciolândia, onde fomos recebidos pelo Prefeito José Ronaldo e também pelas lideranças locais. Depois, estivemos em Brasileia, com a Prefeita Leila Galvão, uma cidade que sofreu muito com a alagação do rio Acre, que foi muito forte neste ano de 2012, mas que agora já começa a ter ânimo para retomar a normalidade da vida, principalmente com esta presença, que foi possível agora, do Governo do Estado, a partir dos investimentos que foram levados, tanto na parte de pavimentação de ruas quanto na parte de esgotamento sanitário e de tratamento de água potável.

Então foi uma agenda muito positiva. E depois repetimos a mesma agenda no Município de Assis Brasil, onde estivemos com a Prefeita Eliane Gadelha, que também sofreu bastante com a alagação e vinha passando por muitas dificuldades para dar sequência ao seu trabalho. Mas é uma Prefeita muito atenciosa na sua ação, tem feito um trabalho exemplar, mantido a cidade absolutamente limpa, com investimentos sempre no sentido de melhorar a qualidade de vida do povo de Assis Brasil, de tal maneira que nós pudemos participar dessa agenda com o Governador Tião Viana.

E vale ressaltar que todos os recursos para os investimentos anunciados – com as máquinas inclusive presentes, já prontas para iniciar os trabalhos – todos esses investimentos foram frutos de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado junto ao BNDES e também como parte do Programa de Aceleração do Crescimento.

E, nessa agenda que foi feita pelos Municípios do Vale do Alto Acre, foram anunciados próximo a R$100 milhões em investimentos. Foram R$51 milhões em Epitaciolândia, depois tivemos mais um investimento de R$30 milhões em Brasileia e depois outros R$20 milhões em Assis Brasil, formando um total aproximado de investimento de R$100 milhões.

Vale ressaltar que o Governador Tião Viana tem tido uma energia invejável nessa sua ação como Governador. Ele aprendeu muito no seu período de Senador da República, nos 12 anos em que esteve aqui prestando serviços ao Brasil e ao Senado Federal. E agora que ele está nessa função do Executivo, está assim com uma energia a toda prova, fazendo com que todas as ações aconteçam de maneira muito acelerada, de tal maneira que ele tem mobilizado o Estado do Acre todo nas suas agendas. E todas as vezes em que tenho podido participar tenho me sentido muito feliz por ver o ânimo das pessoas no sentido de estarem presentes, acompanhando, fiscalizando e participando diretamente das ações que o Governo do Estado está desenvolvendo, para tornar cada vez melhor a vida do povo acreano.

Eram esses os registros que gostaria de fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade e gostaria de pedir a gentileza de registrar nos Anais do Senado o docu-

mento da revista *Época*, ao qual fiz referência, para que fique o registro positivo desse encontro do mais alto nível que aconteceu entre os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

*Vivemos um momento de comovente amadurecimento democrático do Brasil.

48 anos após o Golpe Militar, o Golpe de Estado que mergulhou nosso país num período de excessão que se estendeu por 20 anos, vivemos ares saudáveis de uma democracia que amadurece e se consolida a cada dia.

Muito além da cortesia

A visita de Fernando Henrique a Lula revela o amadurecimento democrático do país

O encontro de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, no Hospital Sírio-Libanês, foi mais do que um momento de cortesia entre ex-presidentes. Entre gestos educados e palavras amáveis, foi uma demonstração do amadurecimento das instituições brasileiras. É uma imagem que os brasileiros terão dificuldade de esquecer.

Lula e Fernando Henrique são dois dos maiores políticos brasileiros de qualquer época. Não só porque ocuparam o cargo mais alto da República, função que reserva desafios tão imensos que jamais se recebe com garantia prévia de sucesso. Mas porque, cada um a sua maneira, foram capazes de deixar uma herança positiva para o país.

Embora sejam políticos de uma geração diferente, os dois foram contemporâneos em vários momentos da história política do país. Andaram juntos e também andaram separados. O Brasil ganhou com isso. Eles se aproximaram no esforço pela democratização, quando FHC retornou do exílio, na mesma época em que Lula dava os primeiros passos como uma liderança sindical destacada.

Em 1978, Lula chegou a distribuir panfletos em porta de fábrica para pedir votos para Fernando Henrique, candidato a senador pelo PMDB. Os dois caminharam juntos nos meses seguintes, participando de articulações que pretendiam criar um partido socialista, proposta abandonada quando ambos concluíram que tinham projetos diferentes demais para caber numa legenda só. Lula já tinha em mente o PT, enquanto FHC preferiu permanecer no PMDB até 1987,quando fundou o PSDB.

A cultura política brasileira tem uma convivência difícil com a diferença de opiniões e o confronto ideológico. Isso é ruim, pois ambos ajudam a formar uma democracia. Lula e FHC tiveram muitas diferenças nas últimas décadas – e o país ganhou com elas. Se tivesse concordado com a incompreensão de seus adversários sobre a importância de manter a inflação sob controle e a necessidade de livrar o Estado brasileiro de empresas inúteis e despesas desnecessárias, FHC não teria feito o Plano Real, o primeiro plano anti-inflacionário que resistiu à prova do tempo. (Nenhum dos anteriores sobreviveu a um ano.)

Se tivesse se limitado a dar continuidade ao que recebeu na herança de seu antecessor, Lula não teria construído um projeto de distribuição de renda ambicioso e bem-sucedido, ajudando a transformar o Brasil num país de classe média. Se tivesse procurado o consenso permanente com a oposição, dificilmente seu governo teria sido capaz de mobilizar consumidores e empresários para um novo impulso ao crescimento depois que, em 2008, a economia mundial ingressou numa das piores crises da história do capitalismo.

Ocorrido, por coincidência, na semana que marca o 48º aniversário do golpe militar de 1964, o encontro dos ex-presidentes é, acima de tudo, a celebração da democracia brasileira. Ela permite o convívio civilizado entre diferenças e a preservação da unidade da nação em torno de valores como a liberdade e o direito à opinião, que permitem aos brasileiros acreditar que o país do futuro pode se transformar em presente com mais rapidez do que se costuma imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª, Senador Anibal Diniz, será atendido na forma regimental.

De fato, foi um encontro entre dois dos maiores Presidentes que este País já teve, tanto o ex-Presidente Fernando Henrique quanto o ex-Presidente Lula, dois homens que deram uma contribuição extraordinária ao Brasil.

A meu juízo, inclusive, quero crer que, do ponto de vista histórico, quando os historiadores forem analisar esse período não o foram como esse ou aquele governo, mas farão como um período histórico de muitas mudanças e muitas transformações.

O gesto dos dois ex-Presidentes foi não apenas de absoluta solidariedade, mas também um gesto de civilidade e de maturidade política.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não havendo mais oradores inscritos, vamos encerrar a presente sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2010 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 214, de 2012 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar (nº 277/2005-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Leonardo Mattos), que *dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.*

Pareceres sob nºs 1.068 e 1.069, de 2010; e 214, de 2012, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Sérgio Zambiasi, favorável;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, favorável;

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 73, de 2011), Relator: Senador Lindbergh Farias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constittucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que *inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

5

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (exercício da profissão de instrumentador cirúgico).*

6

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulamenta o exercício da acumpuntura).

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 17 minutos.)

Ata da 51ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Paulo Paim, Sérgio Souza e Armando Monteiro

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 6 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

51ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 3/4/2012 07:37:06 até 3/4/2012 21:07:11

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X

Compareceram: 60 Senadores

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 3/4/2012 21:09:41

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais que o Projeto de Lei nº 438 de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas, que além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. – Senador **Acir Gurcacz.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/6, de 2012** (s/nº, na origem), da Prefeitura Municipal de Caucaia, que encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o Contrato de Concessão Administrativa e cópia da publicação de extrato do referido contrato, relativo a parceria público-privada.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº S/6, de 2012

Em 4/2012

Exmo. Presidente do Senado Federal
Senador José Sarney

Washington Luiz de Oliveira Góis, Prefeito do Governo Municipal de Caucaia, no uso de suas atribuições legais, vem, mui respeitosamente, perante V. Exª, encaminhar Contrato de Concessão Administrativa e Cópia da publicação de extrato do Contrato relativos à Parceria Público-Privada (PPP), para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo de Caucaia.

Ademais, informamos ainda que o mesmo processo fora encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional nos termos do artigo 28 da Lei nº 11.079/2004.

Destarte, na oportunidade reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Caucaia – CE, 20 de março de 2012. – **Washington Luiz de Oliveira Góis**, Prefeito Municipal, Governo Municipal de Caucaia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 328, DE 2012

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2012, do Senador Walter Pinheiro, que altera o art. 4° da Resolução n° 46, de 31 de agosto de 2010, a fim de prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o exercício da autorização para a contratação de operação de crédito.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução n° 6, de 2012, de autoria conjunta da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro.

A proposição altera a Resolução (RSF) n° 46, de 2010, do Senado Federal, para prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo nela estipulado para que o Estado da Bahia contrate operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O art. 2° do projeto determina a cláusula de vigência da resolução, que terá efeitos retroativos a partir de 22 de fevereiro de 2012.

A matéria foi distribuída a esta Comissão, tendo o seu Presidente me designado relator.

Não houve emendas ao projeto no prazo regimental.

II – Análise

A Constituição Federal confere competência privativa ao Senado Federal para, entre outras matérias,

dispor sobre os limites e condições das operações de crédito interno e externo dos entes federados. Com efeito, esta Casa regulamentou o assunto mediante a edição de normas gerais, consubstanciadas especialmente nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001.

Consoante o art. 44 da citada Resolução n° 43, de 2001, é definido o prazo máximo para o exercício das autorizações concedidas pelo Senado Federal, aos entes federados, para contratarem operações de crédito.

No caso sob exame, em conformidade com essa determinação, o Senado Federal fixou o prazo máximo de 540 dias para o exercício da autorização senatorial.

A propósito, a RSF n° 46, de 2010, autorizou o Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao BID, no valor de até US$10 milhões, cujos recursos teriam como destinação o financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA)

Ocorre que, de acordo com o Ofício do Sr. Governador enviado a esta Comissão em fevereiro próximo passado, não foi possível concluir a contratação no prazo autorizado. Os argumentos governamentais constam da justificativa dos ilustres autores do projeto de resolução em comento, *in verbis*:

> "Em 16 de fevereiro de 2012, o Sr. Governador do Estado da Bahia encaminhou o Oficio n° 37/2012-G.E à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa solicitando a prorrogação de vigência da mencionada resolução, pelos seguintes motivos: até então, "não foi possível concluir o processo autorizativo para a contratação de crédito de que cuida a sobredita Resolução" e, por outro lado, "o Estado da Bahia já havia obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento as prorrogações necessárias para o cumprimento das respectivas pendências." A propósito, conforme o Ofício BID-CBR-453, de 13 de fevereiro de 2012, o Banco informa que prorrogou, até 12 de abril de 2012, o prazo para a contratação."

Ademais, os autores da proposição asseveram, com razão, que

> "o pleito do Sr. Governador não modifica as condições objetivas – materiais e financeiras – da autorização que o Senado Federal concedeu ao Estado da Bahia, em fins de 2010, para contratar a referida operação de crédito junto ao BID. O pedido formulado por Sua Excelência diz respeito tão somente ao aspecto formal da autorização, relativamente à prorrogação do prazo para o respectivo exercício. Nota-se, ademais, que o Ofício do Governador foi encaminhado a esta Casa antes do vencimento do prazo originalmente concedido."

Depreende-se, assim, que a prorrogação do prazo solicitado pelo Governo do Estado da Bahia, para ultimar a contratação da operação de crédito com o BID, não altera a substância da autorização concedida pelo Senado Federal em fins de 2010. Por outro lado, viabiliza a economia processual em todos os órgãos envolvidos nas respectivas negociações contratuais e, seguramente, contribui para a implementação do importantíssimo Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA).

III – Voto

Pelos motivos expostos, e em conformidade com o art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela aprovação do Projeto de Resolução n° 6, de 2012.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2012. – Senador **Eduardo Suplicy**, Relator.

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 03/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. LOBÃO FILHO, VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Antonio Russo	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 328, de 2012**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2012**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero solicitar a minha inscrição para falar no período da comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é a primeira inscrita.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Srª Presidente. Senador Eunício Oliveira. Também peço inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro o Senador Pedro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. Primeiro o Senador Eunício. O Eunício chegou primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O primeiro inscrito para falar é o Senador Cristovam Buarque, mas pediu que o primeiro da comunicação inadiável use a palavra antes.

Então, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin por cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Presidente, Senadora Marta, participamos – e lá estava V. Exª também ao lado de vários Srs. e Srªs Parlamentares: Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras – de um evento no Palácio do Planalto, onde foi divulgado mais um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de propiciar um avanço no crescimento econômico brasileiro e, sobretudo, na proteção da indústria nacional.

Aqui, eu quero deixar claro que, quando falo de proteção, não estou falando de protecionismo, porque tanto o Ministro Mantega como a Presidenta Dilma e os outros que falaram durante o evento – representantes dos trabalhadores: o Presidente da UGT, que representou todas as centrais sindicais; representante da indústria: o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias –, todos destacaram a necessidade dessas medidas em decorrência de estar a produção industrial, Srª Presidenta, caindo no mundo inteiro.

Hoje, todos os grandes jornais do País, jornais de todas as regiões, estampam que a Europa alcança, Senador Eunício, a mais elevada taxa de desemprego dos últimos 25 anos, ou seja, desde a criação da moeda unificada, a Europa unificada bateu todos os recordes no que diz respeito à taxa de desemprego. E isso faz com que esses mercados procurem uma expansão.

É até natural do sistema capitalista e, portanto, praticam e induzem todas as medidas no sentido de que seus produtos cheguem a mercados externos como o do Brasil e de outras nações do mundo inteiro.

Então, é preciso, sim, que o Brasil, assim como fazem vários países, perceba a importância do momento e tome medidas não só no sentido de desonerar a indústria brasileira, mas de promover a inovação, promover o nosso desenvolvimento interno, porque, se por um lado, é certo que crises trazem problemas graves, por outro lado, é certo também que crises, ao longo da história, têm se mostrado, Senadora Marta, como um momento de grandes oportunidades para que saltos mais importantes aconteçam. Daí o conjunto de medidas anunciadas hoje no Palácio do Planalto, que vão desde a desoneração até o incentivo à inovação. Poderíamos até classificar como uma segunda etapa do programa "Brasil Maior", lançado também no ano passado pela Presidenta Dilma.

É óbvio que eu não teria como analisar ponto por ponto, mas, em breve, voltarei à tribuna para fazer uma análise das medidas e o seu impacto em relação ao polo de eletroeletrônicos, ao polo industrial da cidade de Manaus, que, como todos sabem, é um importante polo de desenvolvimento nacional que tem mais de 500 indústrias instaladas.

Então, procurarei fazer um estudo a respeito dessas medidas com os técnicos da área, com o Governo do Estado do Amazonas, com a Superintendência da Suframa, com a representação de trabalhadores e empresários para fazer uma previsão dos impactos dessas medidas diretamente sobre o polo industrial de Manaus.

E, por fim, Srª Presidenta, nesse minuto que me resta e contando com a benevolência de V. Exª para usar um minuto a mais, quero dizer das importantes presenças essa semana, na última sexta-feira, de dois Ministros na cidade de Manaus: o Ministro dos Espor-

tes, Aldo Rebelo, e o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Ambos estiveram, no mesmo dia, participando de atividades diferentes, mas todas da maior importância para o meu Estado do Amazonas.

O Ministro Aldo Rebelo abriu o seminário nacional de engenheiros, que foi realizado na cidade de Manaus, e, durante o evento, assinou um protocolo entre o Ministério dos Esportes e a Federação Nacional dos Engenheiros acerca do acompanhamento das obras para a Copa do Mundo.

Também lançou a etapa 2012 do Programa Segundo Tempo, que, há alguns anos, o Ministério dos Esportes desenvolve no Brasil inteiro e, em meu Estado, em parceria com o Governo do Amazonas. Esse programa atende a um número significativo de crianças e jovens que, graças a ele, conseguem passar dois turnos na escola.

Quanto ao Ministro Fernando Bezerra, Srª Presidente – já caminho para concluir – fez um sobrevoo nos Municípios vizinhos à cidade de Manaus, viu o dilema da população e anunciou a liberação de aproximadamente R$82 milhões, quase R$40 milhões para o Programa Água para Todos, Presidente, e R$8 milhões serão destinados ao atendimento das pessoas que vivem no interior, isoladas pelas cheias, que deverão receber um cartão para comprar o rancho e ter seu sofrimento amenizado.

Feitos esses registros, quero cumprimentar o Ministro Fernando Bezerra, o Ministro Aldo Rebelo e o Governo da Presidenta, que tem dado muita atenção, muita atenção ao Brasil inteiro, a todas as suas regiões. Com o Amazonas, não tem sido diferente, temos recebido muita atenção de ambos.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito, por 10 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero, inicialmente, dizer que, apesar de tudo que estamos passando nesta Casa nos últimos dias, não podemos ficar paralisados diante do que acontece no País, sobretudo diante do que precisa ser feito no País.

Senador Paim, temos de falar sobre o futuro sem ficarmos presos ao presente. Entretanto, falar do futuro sem fazer uma referência ao presente pode parecer uma omissão. Por isso, quero iniciar a minha fala, que é sobre o que é preciso o Brasil fazer do ponto de vista da economia, deixando claro que esta Casa precisa, o mais rápido possível, tomar as medidas necessárias para deixar para trás o assunto que estamos vivendo e vem nos angustiando: o caso do Senador Demóstenes.

Aproveito, por isso, o início da minha fala para dizer que estou solidário com aqueles – creio que a Senadora Ana Amélia, o Senador Pedro Taques e o Senador Randolfe – que pediram a aceleração da instalação da Comissão de Ética e a análise do assunto que hoje nos angustia. Eu deixo isso claro para não parecer que temos de falar do futuro ignorando o presente.

Mas o que eu quero falar é sobre o futuro e diz respeito às medidas lançadas hoje pela Presidenta Dilma em relação à economia. Por um lado, é preciso começar dizendo que eu fico feliz em dizer que o Governo não está parado, que o Governo está descobrindo que nós vivemos uma crise, que nós estamos padecendo de problemas e que precisamos tomar cuidado e enfrentarmos com rigor os problemas que estamos atravessando. Ao mesmo tempo, dizer da preocupação de voltarmos ao velho, antigo estilo de pacotes, como se a economia pudesse ser regulamentada, incentiva, promovida por um pacote hoje, outro daqui a seis meses, outro um ano depois, dois anos depois e, no fim, voltarmos a ter a economia como uma colcha de retalhos, a política econômica sem uma linha clara de médio e longo prazo e uma economia sem a estabilidade necessária para poder funcionar sem intervenções a cada tanto tempo de pacotes.

Além disso, numa análise muito rápida, porque faz muito pouco tempo que saíram as medidas, as chamadas novas medidas do Plano Brasil Maior, é preciso dizer que o diagnóstico do Governo parte de que há uma desaceleração na indústria e diz que esse é um fenômeno global. Isso é uma meia verdade. Pode ser um fenômeno global pela passagem da economia em direção aos serviços, mas, no nosso caso, a chamada desindustrialização, a desaceleração da indústria tem um nível muito mais grave do que nos outros países. Fala da letargia dos países ricos que começa a afetar os emergentes. É verdade. Mas afeta, sobretudo, por falta da competitividade que o Brasil não vem tendo e que o plano reconhece ao colocar problemas que nós vivemos por causa do mercado interno dinâmico, de geração de emprego e renda, que nos dão fôlego por causa da solidez fiscal e da acumulação de reservas, que aqui, é preciso reconhecer, o diagnóstico está correto.

Mas quando fala em menor dependência dos mercados internos, nós não vemos ainda clareza de como conseguir essa redução de dependência, porque a simples desoneração de folha de pagamento, a simples redução de custos não vai trazer para nós menor dependência se nós não formos capazes de criar, no Brasil, produtos novos que dinamizem a demanda por

nossos novos produtos. Isso a gente não está tendo condições de fazer.

Fala de um grande programa de investimentos. É verdade! Mas não diz que esses investimentos, esse programa não está sendo realizado no ritmo proposto. E fala no controle da inflação, que pode até ser verdade sim, de certa forma. Mas não podemos fechar os olhos para os riscos de que a inflação volte. Esse é um bicho que nunca morre. Considerar a inflação morta é o maior risco para a volta da inflação.

Finalmente quero tocar nas medidas que fazem parte da estratégia e do desenvolvimento brasileiro, que é isso que dizem as novas medidas. Nós não temos visto com clareza uma estratégia de desenvolvimento brasileiro. A prova é que precisamos de pacote. Quando se precisa de pacote é porque não se tem uma estratégia de médio e longo prazo. E o pacote, gente, é preciso saber que, cada vez que ele resolve um problema, ele cria outro. A desoneração, por exemplo, de se não me engano, R$7 bilhões, ou um pouco mais de R$7 bilhões vai trazer um alívio. Pode até reduzir um pouco o custo de produção, pode, com isso, dinamizar a demanda, seja interna, seja externa, mas vai gerar um buraco nas estatísticas. E, ao mesmo tempo, quando a gente compara os valores, R$7 bilhões de renúncia fiscal daria para pagar dois anos do piso salarial que os governadores reclamam não ter dinheiro – não do piso inteiro, mas da complementação para atender as necessidades dos Municípios e dos Estados.

Nós precisamos fazer também alguns elogios. Por exemplo, ações sobre o câmbio. Claro que é correto fazer isso, sobretudo com o IOF, com medidas indiretas, como a redução da taxa Selic, mas isso não é eficaz a longo prazo. A longo prazo, câmbio se controla aumentando a entrada de divisas graças às exportações e não graças a fluxos de divisas que vêm aqui ficar algum tempo. Não é com impostos sobre câmbio que vai se resolver o problema do câmbio no médio prazo. Resolve imediatamente, por isso a gente não pode dizer que foi errado. Mas temos que dizer que foi certo, mas não foi permanente; foi conjuntural, foi circunstancial. Não é bastante, embora não seja errado.

É preciso lembrar também que, quando se fala em compra da produção nacional, as compras governamentais preferindo os bens nacionais, que isso é positivo. Claro que é positivo. Mas a pergunta é: quanto vai custar isso? Porque a gente vai terminar pagando mais caro do que se não comprasse os bens nacionais.

Estabelece uma prioridade para a aquisição de bens e serviços nacionais com margem de até 25% sobre produtos importados. Isso deve custar de R$3,5 a R$4 bilhões. É um valor substancial. É errado fazer isso? É certo? Mas é insuficiente. É certo? Mas é perigoso. É certo? Mas vai gerar outro problema noutro lugar. Isso é o que a gente não pode esquecer. Os pacotes resolvem um problema e criam outros. Uma estratégia de longo prazo, mesmo que problemas surjam, a gente pode enfrentar, porque sabe o rumo que vai ter.

Existe a tentativa, claro, a proposta, a defesa que se vai fazer defesa comercial. É errado? Não, é certo. Mas pergunto: combinaram com os nossos parceiros do exterior que nós vamos reduzir as importações deles? Combinaram ou eles vão fazer o mesmo que nós estamos fazendo? E aí o que a gente consegue aqui, ao controlar as importações, a gente perde quando eles controlam também as importações deles e diminuem as nossas exportações. E com um agravante, pagando um preço mais alto pelos produtos nacionais do que pelos produtos importados e, portanto, gerando o risco de uma pressão inflacionária.

Finamente eu quero falar dos incentivos ao setor de informação e comunicação. Isso devia ser ao setor de geração de conhecimento, não só de informação e comunicação. E é disto que a gente sente falta numa estratégia de longo prazo do Governo: um programa para resolver os nossos problemas através do investimento na criação no Brasil de um poderoso, vigoroso sistema nacional do conhecimento, com as escolas de educação de base, com as universidades, com o Sistema S, com as indústrias, com institutos de pesquisa, todos juntos auxiliando o Brasil a ter uma economia dinâmica. Mas não dinâmica só na taxa de crescimento; dinâmica no tipo de produto que nós temos.

E esse tipo de produto nós não vamos ter baseados na velha indústria mecânica que o País tem tido e que esse projeto, esse pacote, essas medidas vão ajudar; não vão desajudar a economia, não vão atrapalhar a economia, o setor industrial, vão ajudar, mas vão ajudar criando outros problemas e adiando, e adiando mais uma vez, o que deveria ser definitivo neste País, saber para onde nós queremos que vá nossa economia, que tipo de indústria nós queremos, que servirá para um país dinâmico, com uma demanda lá fora ganha a cada novo produto aqui dentro; com a competitividade ganha não graças a pacotes que reduzem o custo, pacotes necessários, volto a insistir, desoneração necessária, volto a dizer, mas que são restritos, limitados, não têm o poder que a 6ª economia do mundo precisa para dinamizar-se não até que o novo pacote volte, mas dentro de uma estratégia de médio e longo prazos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Concluo, Senadora, dentro desses dois minutos adicionais, dizendo que não está errado o pacote.

Está correto, mas é insuficiente, limitado e de curto prazo. Ainda ficamos devendo, nós, os líderes deste País, uma proposta de médio e longo prazos. Essa proposta não tem como fugir, vai ter de se beneficiar da construção de uma poderosa infraestrutura do conhecimento capaz de fazer não apenas uma economia que produza muito, mas que produza as coisas certas para o futuro do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente; os meus comentários sobre essas novas medidas lançadas hoje pelo Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela segunda vez na minha trajetória pública, graças à generosidade e à confiança do meu Partido e do povo do meu Estado, tenho a honra e a alegria de ver transformada em lei uma proposição por mim relatada sobre o mesmo tema, em benefício de numerosas famílias de produtores rurais cearenses, nordestinos, brasileiros.

No dia 23 último, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei n° 12.599, que prorroga, até 29 de março de 2013, o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores dos nove Estados do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A nova lei permitirá que até um milhão e seiscentos mil agricultores renegociem suas dívidas com base no valor original do empréstimo, sem incidência de juros, suspendendo as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais.

Agora, também um agricultor associado a uma cooperativa, por exemplo, poderá renegociar sua dívida separadamente e sem prejuízo dos demais companheiros. Tudo isso graças à possibilidade de individualizar operações de crédito coletivas contratadas no marco do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Há seis anos, Srª Presidente, quando eu ainda era Deputado Federal, fui o relator do projeto que, depois, se tornou a Lei n° 11.322, de 13 de julho de 2006, sancionada pelo Presidente Lula, como marca de sua generosidade de sempre. Aquela lei deu início ao processo de renegociação, naquela época, de dívidas de mais de 340 mil famílias de agricultores, de pequenos agricultores, gente humilde e trabalhadora, estabelecendo limite financeiro para a repactuação de débitos em até R$100 mil, mas beneficiando, principalmente, pequenos, micro produtores que tomaram empréstimos iguais ou inferiores a R$35 mil, contratados até 2001.

Como fizemos em 2006, estamos novamente contribuindo para que, com essa renegociação de dívidas de pequenos agricultores, milhares de famílias do Nordeste voltem a ter suas vidas bancárias normalizadas e assim trabalhar com tranquilidade, e não mais tenham que se envolver com assuntos alheios ao dia a dia, perdendo tempo nos intermináveis caminhos da burocracia.

Serão milhares de trabalhadores que, como disse, voltarão, em tempo integral, a contribuir com o desenvolvimento de suas famílias, com as comunidades onde vivem e com o Brasil. Sem esquecer que vão deixar de tirar do bolso recursos importantes do pouco dinheiro que possuem para o sustento.

No Banco do Nordeste, segundo informou a própria instituição, os descontos poderão variar entre 45% e 85%, dependendo da localização da propriedade ou do empreendimento, se está dentro ou fora da região do Semiárido nordestino.

Foi também com a preocupação com o nível de renda desses milhares de famílias que estabelecemos a suspensão das execuções judiciais dos respectivos processos.

Essa medida, Srª Presidenta, Srs. Senadores, garantirá que todos os mutuários desses empréstimos normalizem suas contas com as instituições financeiras; dinheiro que também irá beneficiar o comércio de diversas regiões brasileiras, principalmente do interior, e, assim, manter em funcionamento uma importante cadeia produtiva da nossa economia.

Ao termos a Lei n° 12.599 sancionada, o Governo Dilma e o Congresso Nacional reafirmam seu compromisso de defender e promover econômica e socialmente os pequenos produtores do Nordeste brasileiro.

Eu me sinto, Srª Presidente, extremamente orgulhoso e muito gratificado por ter contribuído para este resultado – repito, graças à generosidade e à confiança em mim depositadas pelo povo do Estado do Ceará e pelo meu Partido, o PMDB.

Assim, quero registrar que milhares de agricultores brasileiros, milhares de agricultores pobres do Nordeste, que não tinham mais a condição de continuar produzindo, voltarão agora, com essas medidas, a fazer com que suas familias possam ter tranquilidade e continuem a produzir para colocar comida na mesa, tanto deles como de diversos brasileiros.

Por fim, Srª Presidente, aproveitando o tempo que V. Exª generosamente me concede, quero registrar que, na manhã de hoje, participamos de um importante evento e, na noite de hoje, estaremos reunidos com o Ministro Guido Mantega para tratar do trâmite dessas medidas importantes que ele, hoje, pela manhã, junto com a Presidente Dilma, com o Ministro Fernando Pi-

mentel, anunciaram para que o Brasil possa, se Deus quiser, passar à margem dessa crise mundial que estamos vivendo, protegendo a indústria nacional, dando oportunidade para que milhares de pessoas empregadas nesse ramo, nesse tipo de atividade possam continuar com seus empregos.

Fico, portanto, muito feliz por ter participado desse evento, registrando que a Presidente Dilma, em sua sensibilidade, coloca, neste momento, o interesse brasileiro acima de qualquer outro interesse e coloca também o interesse do trabalhador em continuar produzindo no Brasil, dificultando um pouco as importações e permitindo que esse Brasil não seja um país desindustrializado, mas que, pelo contrário, seja um país industrializado, levando as indústrias para o interior do Brasil e dando oportunidade aos que lá vivem.

Muito obrigado, Srª Presidente, pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eunício Oliveira.

Com a palavra o Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Não se encontrando S. Exª, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, "a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". Com esse pensamento de Nelson Mandela, inicio o meu discurso para registrar iniciativa que acabo de apresentar, aqui no Senado Federal, como forma de democratizar o acesso dos nossos jovens às instituições de ensino superior.

O projeto de lei do Senado de minha autoria altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das Instituições de Educação Superior. Na prática, estamos inibindo algo que acontecia no passado, chamado "turismo de vestibulares", em que os candidatos que possuíam alto poder aquisitivo realizavam provas em vários Estados do Brasil, deixando candidatos locais à margem do processo.

Para tanto, este meu projeto de lei estabelece um bônus de até 30% na nota do candidato que cursou, pelo menos, dois anos do ensino médio no Estado sede da universidade, conforme previsão no regulamento e no respectivo edital.

Essa iniciativa é fruto da demanda que recebi dos alunos, num debate que fiz na Escola HBE, em João Pessoa, onde tive o prazer de debater os desafios e o futuro da educação, pelo projeto Fala Moçada, coordenado pelo comunicador Anchieta Maia.

A nossa proposição incide precisamente sobre o Enem, que, a nosso juízo, é, no mínimo, passível de aprimoramento.

Atualmente, as seleções realizadas com base nas notas do Enem incluem certames localizados, além de processos nacionais, coordenados pelo Ministério da Educação, no âmbito do chamado Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As duas sistemáticas se realizam em paralelo a exames de acesso tradicionalmente adotados pelas instituições.

É incontestável o caráter republicano da utilização das notas do Enem, inclusive por meio do Sisu, tendo em vista a premiação do mérito. Todavia, cabe apontar que a extrema desigualdade entre os sistemas de ensino do País pode gerar distorções e causar prejuízos aos estudantes de regiões onde o ensino padece da falta de qualidade.

É isso o que pode ocorrer com a facilitação da concorrência a diversos cursos e instituições, sem a necessidade de deslocamentos.

A respeito das consequências indesejáveis, não são insignificantes. Pelo relato de certames locais, a exemplo do realizado por instituições que ainda não aderiram ao Sisu, mas que adotaram os resultados do Enem, os candidatos locais ficam à margem do processo.

A esse respeito, é emblemático o caso do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, em que, dos quarenta aprovados – repito: dos quarenta aprovados – apenas um acriano foi aprovado, e nenhum compareceu à instituição para efetuar a sua matrícula.

Desse modo, pensando numa fórmula que iniba esse tipo de ocorrência nos processos seletivos, é que apresentamos este projeto, com vistas, ainda, a assegurar-lhes alguma equidade.

Na prática, sugerimos a concessão de bônus a estudantes do Estado sede da Instituição de Ensino Superior, de modo a compensar eventual desigualdade na qualidade da educação básica a que tiveram acesso.

Não se trata de nenhuma novidade. Ao que nos consta, a Universidade de Brasília, por exemplo, já garante reserva de vagas (quotas) por razões de residência nos cursos oferecidos no campus da cidade-satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. Ademais, muitas universidades garantem bônus para os estudantes de segmentos étnicos específicos (índios e negros) e sociais, como os estudantes oriundos de escolas públicas.

Desse modo, ao se transformar em lei, essa medida se somará às que já se encontram em vigor para assegurar maior equidade aos processos seletivos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

O que eu quero dizer com isso? É que neste nosso projeto estamos estabelecendo o limite de até 30% de bônus sobre a nota para alunos do seu Estado. Mas

existem universidades, como USP, UnB, ou outras entidades nacionais, que não precisam dar bônus para os estudantes que concorram à vaga daquela entidade.

Por isso, há a flexibilização, para que a própria entidade, fazendo uma avaliação, identificando a necessidade de haver compensação para termos oportunidade igualitária, é que estabeleça o percentual do bônus sobre a nota que achar conveniente após as suas avaliações.

Pelo alcance principalmente de caráter social e de inclusão, solicito aos nobres colegas parlamentares especial atenção a este projeto de lei. Vamos aprová-lo com urgência, para que esta medida possa beneficiar os milhares de jovens brasileiros, sobretudo os mais carentes ou de regiões em desenvolvimento, que sonham cursar o ensino superior gratuito e de qualidade. Esse é o dever constitucional da Nação. Esse é o nosso dever como representante do Estado. Esse é o nosso dever como cidadão.

Muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,* para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

"Art. 44. .....

§ 1º Nos casos em que o processo seletivo de que trata o inciso II do caput seja realizado com base em desempenho acadêmico obtido em exame de avaliação nacional, fica admitida a concessão de bônus a candidatos que cursaram pelo menos dois anos do ensino médio no Estado sede da instituição de ensino superior, conforme previsão no regulamento e no respectivo edital, limitado a 30% da pontuação obtida pelo candidato.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Justificação

Os exames nacionais de desempenho acadêmico, em todos os níveis de ensino, constituem importante vetor do desenvolvimento e da qualificação da educação brasileira. Sem um instrumento de diagnóstico, não há como realizar melhorias no ensino, um dos principais objetivos das instituições educativas.

Decorre dessa perspectiva a legitimidade do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Avaliação de Estudantes da Educação Superior (ENADE). Essas avaliações assumiram importância tal, que o Enem vem sendo testado como parte de processos seletivos de acesso a cursos superiores. No setor privado, o uso do Enem é uma realidade consolidada, graças, sobretudo, à política de seleção para concessão de bolsas adotada no âmbito do Programa Universidade para Todos (PROUNI), objeto da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. No setor público, a utilização de resultados do Enem para fins de recrutamento de novos alunos constitui inovação recente.

A nossa proposição incide precisamente sobre esse último uso, que, a nosso juízo, é, no mínimo, passível de aprimoramento. Atualmente, as seleções realizadas com base nas notas do Enem incluem certames localizados, além de processo nacional, coordenado pelo Ministério da Educação, no âmbito do chamado Sistema de Seleção Unificada (SISU). As duas sistemáticas se realizam em paralelo a exames de acesso tradicionalmente adotados pelas instituições.

É incontestável o caráter republicano da utilização das notas do Enem, inclusive por meio Sisu, tendo em vista a premiação do mérito. Todavia, é forçoso apontar que a extrema desigualdade entre os sistemas de ensino do País pode gerar distorções e causar prejuízos aos estudantes de regiões onde o ensino padece da falta de qualidade. É isso o que pode ocorrer com a facilitação da concorrência a diversos cursos e instituições, sem a necessidade de deslocamentos.

A respeito das consequências indesejáveis, não são insignificantes os relatos de certames locais, a exemplo dos que, realizados por instituições que ainda não aderiram ao Sisu, mas que adotaram os resultados do Enem, os candidatos locais ficaram à margem do processo. A esse respeito, é emblemático o caso do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, em que, dos quarenta aprovados, dos quais apenas um é acreano, nenhum compareceu à instituição para efetuar matrícula.

Desse modo, pensando numa fórmula que iniba esse tipo de ocorrência nos processos seletivos, é que apresentamos este projeto, com vistas, ainda, a assegurar-lhes alguma equidade. Na prática, sugerimos a

concessão de bônus a estudantes do Estado sede da IES, de modo a compensar eventual desigualdade na qualidade da educação básica a que tiveram acesso. Não se trata de nenhuma novidade. Ao que nos consta, a Universidade de Brasília, por exemplo, já garante reserva de vaga (quota) por razões de residência, nos cursos oferecidos no *campus* da cidade satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. Ademais, muitas IES garantem bônus para estudantes de segmentos étnicos específicos (índios e negros) e sociais, como os estudantes oriundos de escolas públicas.

Desse modo, ao se transformar em lei, essa medida se somará às que já se encontram em vigor para assegurar maior equidade aos processos seletivos de acesso aos cursos de graduação das instituições de educação superior.

A par da relevância social da iniciativa, pedimos o apoio dos nobres colegas à sua aprovação. – Senador **Cícero Lucena.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001
Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

.....

CAPÍTULO IV
Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula,

de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques, para uma comunicação inadiável.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as decisões judiciais devem ser cumpridas, mas no Estado democrático de direito elas podem ser debatidas, elas podem ser criticadas.

Nesta data, subo a esta tribuna do Senado da República para criticar uma decisão do Ministro do Supremo Tribunal, Ministro Fux, que entendeu que as ações de improbidade administrativa, ajuizadas em desfavor de autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função, também são julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Explico isso sem "juridiquês" à Srª Presidente. Eu, este Senador, juntamente com outros Senadores, como o Senador Alvaro Dias, o Senador Randolfe Rodrigues e outros, fizemos uma representação ao Sr. Procurador-Geral da República para que ele investigasse a prática de ilícito porventura cometido pelo Ministro Mantega ou "Mantega", como diz o Senador Requião. Muito bem, isso foi ao Procurador-Geral da República.

S. Exª o Procurador-Geral da República entendeu que não existia crime, ao menos até aquele momento, uma vez que os indícios revelados na documentação não davam conta de fumaça do bom direito da possibilidade de uma investigação criminal no Supremo Tribunal Federal. S. Exª o Procurador-Geral da República determinou que esta investigação fosse feita em primeiro grau de jurisdição pelo Ministério Público Federal aqui no Distrito Federal.

O Procurador da República lotado no Distrito Federal inaugurou um procedimento administrativo para investigar a prática de improbidade administrativa, que vem prevista na Lei nº 8.429/92. Repito: 92. A Lei de Improbidade Administrativa está a atingir 20 anos.

Muito bem. No dia 22 de março agora, S. Exª o Ministro Fux concede uma liminar em um mandado de segurança manejado pela Advocacia Geral da União e determina a remessa dos autos do primeiro grau de jurisdição ao Supremo Tribunal Federal. O que entendeu S. Exª o Ministro do Supremo Tribunal Federal? Que aqueles que são dotados de foro por prerrogativa de função – como nós Senadores, por exemplo, e os Deputados Federais –, que somos julgados pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de crimes, como é o caso de um Ministro de Estado, também seríamos julgados pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de improbidade administrativa.

O Supremo Tribunal Federal, com todo o respeito, é um intérprete da Constituição. O Supremo Tribunal Federal, em cada decisão de seu Ministro, não pode criar uma nova Constituição. No art. 102 da Constituição, inciso I, alínea "b", está escrito o seguinte: "cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar as autoridades ali elencadas pela prática de crime." E o Supremo Tribunal Federal de há muito já entendeu que improbidade administrativa não é crime. Com essa decisão, o Supremo Tribunal Federal, *data venia*, como se diz no "juridiquês", não está interpretando a Constituição, ele está se arvorando a ser um constituinte originário, o que não foi a vontade da Constituição. O Supremo não pode, a cada decisão, criar uma nova Constituição. O Supremo pode, sim, interpretar a Constituição da República. Essa decisão – mais uma vez expressando o respeito ao Ministro Fux – foge à história do Supremo Tribunal Federal.

Para encerrar, Srª Presidente, também causa espécie que o Advogado-Geral da União possa fazer a defesa de cidadãos, mesmo exercendo cargos públicos, como é o caso de Ministro, no Supremo Tribunal Federal. Não é esse o papel da AGU. A Advocacia Geral da União não é advogada do Governo ou dos membros

do Governo; é advogada, faz a defesa judicial daquela que é uma pessoa jurídica com capacidade política, que recebe o nome de União Federal, que não tem absolutamente nada a ver com um Ministro de Estado.

Assim, encerrando, Srª Presidente, aqui, ao meu juízo, há duas inconstitucionalidades:

Primeira decisão:

O Ministro criou um novo dispositivo no art. 112 da Constituição. Nesta decisão ao permitir que a improbidade administrativa também possa ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal; e uma outra inconstitucionalidade, o Advogado-Geral da União, não é pago por todos nós para fazer a defesa de Ministro de Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente, era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pedro Taques.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, como oradora inscrita.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª. Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, assim como há pouco tempo a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Cristovam Buarque e outros Senadores também se manifestaram neste plenário acerca do lançamento hoje, no Palácio do Planalto, pela Presidenta Dilma, de um plano que visa essencialmente fazer correções nos rumos da economia do nosso País.

E o objetivo é, de um lado, elevar as taxas de investimento do País e, de outro, combater a crescente desindustrialização. São os dois maiores desafios, hoje, na área econômica.

A economia brasileira enfrenta, historicamente, o grave problema representado pela baixa taxa de poupança interna, o que se reflete, é claro, em baixa taxa de investimento.

Só para se ter uma ideia, a taxa de investimento total no País, este ano, está em 19,3% do Produto Interno Bruto. Na China, essa taxa chega a 44% do PIB, na média dos últimos quatro anos. É o que explica os altos índices de crescimento da que é hoje a segunda economia do mundo.

Avaliação feita há pouco pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, indica que nossa taxa de investimentos precisa chegar a 25% ao ano, para que o País cresça, de forma sustentada, ao ritmo de 5% ao ano.

Esse é o grande entrave e também o grande desafio da economia brasileira.

O caminho para elevar essa taxa está, em primeiro lugar, no ajuste do setor público. O ponto de partida estaria no aumento da parcela ocupada por investimentos nos gastos governamentais, o que significaria redução do peso hoje representado pelas despesas correntes.

Srª Presidenta, também, a desindustrialização preocupa os brasileiros.

É verdade que, na origem do problema, estão fatores de natureza exógena, que o governo encontra dificuldades para combater. Um deles é a sobrevalorização do real, que tem como principal causa as emissões volumosas feitas pelos bancos centrais dos países industrializados em crise.

Outro está nas práticas de competição predatória. Subsídios disfarçados, estímulos cambiais e barreiras alfandegárias, ainda que disfarçadas, pesam nesse sentido. O Brasil tem sofrido muito com elas.

No entanto, há providências que estão dentro de nossa esfera de atuação, como a carga tributária, as falhas na infraestrutura e principalmente o alto custo do crédito interno. São esses pontos que o conjunto de medidas agora tomadas pela Presidenta Dilma procura corrigir.

Como mostra o Dieese, para países como o Brasil, além de deixar de gerar empregos qualificados, a diminuição do peso da indústria cria uma dependência perigosa, uma vez que todos consomem produtos industriais com mais qualidade e em quantidades cada vez maiores.

Uma nação, que sem completar seu círculo industrial, vê a indústria de transformação perder espaço para outros setores, principalmente os serviços, pode, em médio prazo, enfrentar graves problemas no setor externo, com crescentes déficits em conta corrente e conviver com reduções na geração e na qualidade dos empregos.

Depoimentos de industriais são alarmantes. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Aguinaldo Diniz Filho, assegura que "a indústria têxtil não mais existe no Brasil, pois, para os empresários do setor, tornou-se muito mais atrativo importar".

Esse é apenas um exemplo do que vem ocorrendo. A nossa indústria registra queda tão significativa que não constitui exagero dizer que caminhamos para trás.

Afinal, na década de 80, a produção da indústria brasileira era superior à do continente asiático. Hoje, o que produzimos representa só 15% do volume desses países.

Srª Presidenta, devo mencionar ainda uma medida que assume grande relevância para todo o país, mas que terá importância ainda maior para a região Amazônica e especialmente para o meu Estado de Roraima. É a desoneração dos equipamentos nacionais e das obras civis necessárias para a expansão da banda larga.

A partir da implementação do programa, deixam de incidir IPI e Cofins sobre equipamentos e obras, o que permitirá a ligação de 50% dos domicílios urbanos à Internet de alta velocidade até 2014.

Haverá ainda a reativação do programa Um Computador por Aluno, estendido até 2015. Para isso, haverá desoneração de IPI, PIS/Pasep, Cofins e Cide sobre fabricantes de computadores portáteis.

Cito ainda estímulo semelhante dado ao setor de semicondutores, os *chips* que estão por trás das telas interativas. Trata-se de componentes imprescindíveis para o desenvolvimento do setor no Brasil.

Essas medidas facilitarão a inclusão digital e terão grande peso para a incorporação de centenas de milhares de pessoas a esse novo mundo que se abre por meio da Internet. Deve apresentar efeitos significativos em Estados como Roraima, meu Estado, e em regiões como a região Norte, que lutam há anos com dificuldades para acesso à banda larga.

Srª Presidenta, faço essas considerações no momento em que a Presidenta Dilma Rousseff conclui um conjunto de medidas econômicas que visam justamente elevar a taxa de investimentos no País. Ampliam o Plano Brasil Maior, que traça as grandes linhas para uma nova política industrial brasileira.

Disse corretamente a Presidenta Dilma que o Brasil precisa aumentar o investimento do governo e, com ele, o investimento privado. "Temos necessariamente de fazer esse esforço", mostrou a Presidenta Dilma.

Na verdae, o atual governo já tem caminhado nesse sentido. Pretende agora incrementar os investimentos na habitação, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, que chegará a dois milhões de moradias, e também em transportes, em especial nos metrôs.

A Presidenta está consciente ainda de que o setor privado precisa participar desse grande esforço. O grande instrumento para essa mudança estrutural da taxa de investimentos será o BNDES. Com as demais instituições oficiais de crédito, deverá ocorrer uma ampliação das áreas com possibilidade de de receber empréstimos, redução das taxas de juros e maior prazo para pagamentos. A previsão, já oficial, é de um aumento de R$18 bilhões nos créditos, vinculados a projetos de investimento.

Serão incrementados, dessa forma, programas como o Revitaliza e o Programa de Sustentação do Investimento, lançado em julho de 2009 para enfrentar a crise internacional.

No PSI haverá uma linha especial para financiar projetos estratégicos, voltados para reduzir os custos das obras. Os créditos nessas linhas terão juros favorecidos, e o BNDES ampliará limites de investimento e prazos de pagamento.

Outra forma de incentivar o investimento privado será a redução da carga tributária. A Presidenta Dilma já disse ter plena consciência de que essa taxa precisa ser diminuída. Com efeito, está em torno de 35% do Produto Interno Bruto.

Tenho a convicção, Srs. Senadores, de que o Governo da Presidenta Dilma está no caminho certo ao anunciar essas importantes mudanças na economia do nosso País.

A Presidenta, que sempre assegurou a estabilidade macroeconômica, tem plena consciência da necessidade de crescimento contínuo e sustentado, o que só se garantirá com mais investimentos. As medidas que agora se anunciam apontam nesse sentido e deverão proporcionar futuro muito melhor para todos os brasileiros e brasileiras que acreditam e confiam na condução do nosso País pela Presidenta Dilma Rousseff.

Era isto que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu solicito a V. Exª minha inscrição para falar em nome da Bancada do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª deseja fazer uso da palavra antes da Ordem do Dia?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se assim quiser, é o primeiro inscrito e teria direito agora.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor.

Antes, eu gostaria de fazer uma leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

OFÍCIO N° 64, DE 2012

Nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, comunicamos que os Senadores que compõem as Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e do Partido da República – PR, constituem e criam, neste ato, o Bloco Parlamentar denominado União e Força.

Comunicamos, ainda, que, nos termos regimentais, a Liderança do Bloco Parlamentar União e Força será exercida pelo Senador Gim Argello, e as Vice-Lideranças, exercidas pelos Senadores Blairo Maggi, Alfredo Nascimento e João Vicente Claudino, respectivamente.

Assinam os dois Líderes, o Senador Argello e o Senador Blairo Maggi.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

OF. Nº 64/GLPTB/SF

Brasília, 3 de abril de 2012

Senhor Presidente José Sarney,

Nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, comunicamos a Vossa Excelência que os Senadores que compõem as Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e do Partido da República – PR constituem e criam, neste ato, o Bloco Parlamentar denominado "UNIÃO E FORÇA".

Comunicamos, ainda que, nos termos regimentais, a Liderança do Bloco Parlamentar UNIÃO E FORÇA será exercida pelo Senador Gim Argello e as Vice-Lideranças exercidas pelos Senadores Blairo Maggi, Alfredo Nascimento e João Vicente Claudino, respectivamente.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello,** Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – Senador **Blairo Maggi,** Líder do Partido da República – PR.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será encaminhada à publicação.

Com a palavra, o Senador Paulo Bauer, falando pela Liderança do seu Partido.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em março do ano passado, há mais de um ano portanto, apresentei a esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição que recebeu o número 8, de 2011, que trata da tramitação de medidas provisórias.

Sabemos todos, Srª Presidente, que o tema é importante, não só pelo impacto no bom andamento do trabalho legislativo, mas também pelos reflexos mais amplos que tem, inclusive sobre o delicado equilíbrio dos Poderes da República.

Minha proposição foi lida em plenário no dia 16 de março de 2011. No dia seguinte, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, onde se encontra, há mais de um ano, esperando a designação de relator.

Neste meio tempo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta Casa aprovou outra PEC sobre o mesmo assunto, a de n° 11, apresentada, portanto, após aquela à qual estou me referindo.

Agora se fala da necessidade de apresentação de nova PEC para disciplinar a tramitação das MPs. Isso tudo por conta de uma decisão do STF que determinou um novo procedimento desta Casa e do Congresso Nacional com relação à análise de medidas provisórias.

Recentemente, o Presidente da Câmara dos Deputados manifestou-se nos jornais de circulação nacional, dizendo que propostas apresentadas até o momento nas duas Casas são imperfeitas – inclusive, diz ele, a que aprovamos aqui no Senado – e que a necessidade de uma proposição regulamentando a questão ainda permanece. Já foi, inclusive, anunciada a intenção de se reunirem os Secretários das Mesas da Câmara e do Senado para discutir o texto e o assunto.

Ora, Srª Presidente, fico pensando com que fundamento o Presidente da Câmara dos Deputados pode emitir aquele juízo sobre a imperfeição das propostas se ainda hoje existem proposições, como a minha, que sequer foram apreciadas pela CCJ do Senado e, certamente, pela CCJ da Câmara dos Deputados. Minha proposta não passou pelo crivo de um relator, não passou pelo debate na comissão, não passou pela discussão no plenário. Não foi, portanto, objeto de uma apreciação que justifique qualquer juízo sobre o seu valor. Talvez seja, de fato, imperfeita, como todas as demais, no juízo do nobre Presidente da Câmara dos Deputados, mas, ao contrário das outras – igualmente imperfeitas, sempre segundo aquele juízo –, não teve sequer a oportunidade de ser posta à crítica e aperfeiçoada.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acredito que a PEC n° 8, de 2011, não teve a mesma sorte, porque nela estão contemplados três aspectos relevantes:

O primeiro trata do trâmite das medidas provisórias no Congresso nacional; o segundo relaciona-se à validade e aos efeitos jurídicos das medidas provisórias, enquanto não votadas por esta Casa Legislativa; e o terceiro, que, certamente, não interessará ao Governo, tampouco terá o apoio dele, veda a edição de medidas provisórias para criar tributos, cargos, empregos ou funções públicas; para criar, transformar ou extinguir ministérios, órgãos e entidades públicas e fixar ou alterar a remuneração de servidores públicos, mudanças que eliminariam, por exemplo, a possibilidade de se usar a máquina pública por motivações pontuais ou casuísticas.

Isso, certamente, contraria os interesses do Governo, mas o Governo precisa, pode e deve mostrar a cara, dizer o que quer e o que não quer. Esconder seu desejo, sua vontade, evitando o debate, não é

democrático, especialmente quando sabemos que, no passado, os atuais detentores do poder, na oposição, bombardeavam diária e sistematicamente o instituto das medidas provisórias.

Já concluindo, Srª Presidente, devo dizer que não estou aqui afirmando que a proposta de emenda à constituição que apresentei seja perfeita e mereça a aprovação. Defendo, claro, aquela proposta e acredito ainda hoje que ela pode ser uma resposta mais adequada à tramitação das MPs. Mas, ainda que não merecesse aprovação, temos o dever de examiná-la. Ela foi apresentada e deveria ser apreciada, pelo menos, por um relator. Isso, no entanto, não foi feito até hoje.

A PEC n° 11, de 2011, recentemente enviada à Câmara, não satisfaz, a julgar pelo que diz o Presidente daquela Casa, as necessidades do Parlamento, no que se refere à regulamentação da tramitação das MPs.

Então, diante disso, acredito recomendável dar tratamento adequado à minha proposta, que, aliás, foi subscrita e apoiada por outros 32 Senadores desta Casa. Acredito que ela deva ser submetida à crítica e à apreciação, conforme dita o Regimento. É isso que venho pedir. Aliás, o que peço não é outra coisa senão uma exigência do Regimento Interno desta Casa.

Antes de o Presidente da Câmara designar representantes da administração daquela Casa e desta Casa para propor textos e analisar, certamente deveria analisar as propostas que já tramitam na Casa, com a designação dos relatores competentes, inclusive a PEC nº 8, de minha autoria.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, como orador inscrito, em permuta com o Senador João Capiberibe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Srª Presidente, pela ordem, enquanto o Senador Jorge Viana chega à tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a apreciação pela Casa do Requerimento nº 1.552, de 2011, de minha autoria e outros Senadores, para uma sessão especial em homenagem aos 30 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência dará o encaminhamento regimental.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu, que tinha recorrido à tribuna desta Casa ao longo dos últimos meses – e o fazia sempre em nome de um número grande de colegas Senadores – para registrar a minha preocupação com o estado de saúde do Presidente Lula e para registrar também as manifestações que recebi de tantos acrianos e brasileiros sobre a situação de saúde do Presidente Lula, volto à tribuna para relatar um encontro dos mais prazerosos. Tive o privilégio de, junto com o Líder do PT nesta Casa, meu Líder Walter Pinheiro, ter um encontro com o Presidente Lula na última quinta-feira. Para mim, foi uma alegria muito grande.

Um dia depois de os médicos terem dado um parecer, um diagnóstico de que o enfrentamento do câncer havia sido exitoso, eu tive o prazer, a honra de encontrar uma pessoa muito especial na minha vida e – sei – na vida deste País, na vida do povo acriano. Encontrei um amigo, mas, mais que um amigo, uma pessoa que eu tenho como referência na luta política e como referência de líder deste País.

O Presidente Lula estava transpirando vida. O Presidente Lula, mesmo ainda fisicamente debilitado, estava ali se reencontrando com a vida e com a disposição de seguir lutando pelo nosso povo, pelo nosso País e por um mundo melhor para todos.

Eu e o Senador Walter ficamos impressionados com a disposição, com a preocupação e com a intenção de seguir ajudando, para que o Brasil siga mudando e melhorando especialmente a vida daqueles que ainda passam por dificuldades.

Eu sou do Estado do Acre. O Acre construiu uma relação afetiva, eu diria, com o Presidente Lula ao longo desses anos, especialmente da década de 80 para cá, do final da década de 70 para cá.

O Presidente Lula foi o mais solidário dos líderes brasileiros com o Acre, com os problemas que o povo acreano enfrentou ao longo desse tempo. Sempre que havia um problema, uma situação grave, ele era o amigo que estava presente. Sempre foi a pessoa a quem a gente recorria para organizar o nosso povo, para organizar a luta por um Acre melhor, para fundar um modelo de desenvolvimento no Acre e para enfrentar as injustiças. Daí, não menos do que nos outros Estados, no Acre nós tivemos um sentimento muito forte pela recuperação do Presidente Lula.

Eu que vim aqui e retratei o que ouvia e passei adiante, inclusive para o Instituto Lula, o sentimento do povo acreano, estou vindo hoje agradecer a todos aqueles que foram solidários, rezaram, oraram e pediram pela recuperação do Presidente Lula.

O Presidente Lula tem uma história de sobrevivência, é um verdadeiro sobrevivente: uma pessoa que corria risco de vida se ficasse no Nordeste acompanhando a mãe e outros irmãos; vai para São Paulo e enfrenta uma situação também gravíssima naquele Estado; sai do anonimato, junta-se a um movimento, em um período difícil, de organização do povo e vira o maior líder popular do movimento sindical da história deste País; funda um partido que é também sinônimo desse período da redemocratização do País; enfrenta todo tipo de dificuldades na luta política; assume um Governo, depois de tantas tentativas, e supera os desafios, o preconceito e os esquemas montados contra ele e contra seu Governo; e escreve, como governante, como líder deste País, uma das mais bonitas páginas da história da redemocratização do Brasil. Faz o Brasil voltar a crescer, e crescer forte, com inclusão social. Faz o Brasil ser respeitado mundo afora e a autoestima do brasileiro melhorar. Faz com que todos nós brasileiros retomássemos o ânimo de confiança e de fé no Brasil. Estabelece uma comunicação direta com o povo simples deste País.

E aí, depois de ter mais um sucesso na vida, que foi o de fazer sua sucessora a Presidente Dilma, ele se vê diante de um desafio de vida ou morte, um câncer, uma doença, antes de completar um ano de sua saída da Presidência da República.

Hoje, venho à tribuna para celebrar, junto com todos os brasileiros e as brasileiras, mais uma superação na vida dessa figura extraordinária que é o Presidente Lula. Ele, de fato, é merecedor de mais vida. A cura do câncer foi obtida a partir de um tratamento muito doloroso, do qual ele se queixa e se queixou para nós todos. Mas também nisso ele deixou o exemplo de que não é fácil superar os desafios de um tratamento intenso como aquele feito por ele, com quimioterapia e radioterapia. Mas acredito que ele também deixa, mais uma vez, um exemplo, para todos os pacientes, de que é muito importante ter fé e lutar pela vida. Diante do diagnóstico médico de câncer em um lugar muito complicado, de difícil tratamento, tendo como opção uma operação que o deixaria sem voz, ele, atendendo às recomendações médicas, resolveu fazer um tratamento doloroso, duro, difícil – assim como muitos brasileiros estão fazendo. Mas, certamente, ele também se tornou um paciente com um diferencial importante, quando, mais do que muitos, deixou muito clara a sua disposição de lutar pela vida.

Essa é uma maneira de valorizar a vida, uma maneira de ajudar no próprio tratamento médico. E que isso possa ficar como lição para todos aqueles que estão enfrentando dificuldades: sem fé, sem luta, sem confiança, sem valorizar a vida, sem procurar ser merecedor, às vezes a gente não consegue.

E venho à tribuna, Srª Presidente, para dizer da minha alegria.

Como eu disse ainda há pouco, ele está transpirando vida, está absolutamente determinado agora – tirando uns dias com D. Marisa e seus familiares – a recuperar a condição física para nos ajudar a continuar lutando por um Brasil melhor para todos.

Ouço, com satisfação, já ao final, o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jorge Viana, que boa nova V. Exª nos traz, uma vez que, juntamente com o Líder, Senador Walter Pinheiro, esteve com Presidente Lula há poucos dias, exatamente logo após ele ter recebido a notícia de seus médicos que, felizmente, o câncer que o havia atingido está inteiramente superado. Certamente, isso nos dá a esperança positiva de que o Presidente Lula, logo, logo, estará plenamente recuperado, tendo em conta os efeitos do tratamento a que se submeteu. Que bom para todos nós brasileiros, em especial para nós do Partido dos Trabalhadores, termos novamente o Presidente Lula tão bem, juntamente com a Marisa, seus filhos e netos – que já são muitos. Que bonita homenagem ele prestou à Marisa em suas últimas declarações, ao dizer o quão importante ela tem sido para que ele tenha toda a força para se recuperar. Então, quero também compartilhar da alegria que V. Exª aqui nos traz, ao saber que pessoas de todo o Brasil, inclusive do Acre, estão contentes com essa boa nova. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Srª Presidenta, concluindo, eu só queria dizer que o Presidente Lula falou do seu desejo de ir ao Acre, mandou um abraço carinhoso para o Governador Tião Viana, para o ex-governador Binho e para o povo simples, que é amigo dele de verdade.

Encerro apenas dizendo que este mundo, ainda tão cheio de conflitos e de injustiças, não pode prescindir de uma liderança como a do Presidente Lula. Um País como o nosso, que hoje lança esse programa de incentivo à indústria, pela Presidente Dilma, não pode prescindir de um líder como o Presidente Lula. Ele é um grande exemplo de estímulo para que todos nós renovemos, a cada dia, a confiança no nosso País, para que o Brasil se torne uma referência não só para os brasileiros, mas também para o mundo.

Graças a Deus, mais esse desafio está vencido na vida do Presidente e que, agora, o mais rápido possível, ele possa estar em Brasília, ajudando-nos a seguir lutando pelo Brasil.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jorge Viana, realmente as notícias são bastante estimulantes, e todos os brasileiros vão ficar muito contentes com essa nova que V. Exª traz .Esperamos que, no dia 14 de abril, o Presidente vá à inauguração do primeiro CEU em São Bernardo, que homenageia a sogra.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de falar em nome da Liderança do PR.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª então será o próximo inscrito. Antes, há um orador inscrito, que por acaso serei eu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, nossa Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs e Senhores que nos acompanham pelas diversas formas de comunicação do Senado, pela TV Senado, pela Rádio, pela mídia social do Senado.

Senhoras e Senhores, hoje a Presidenta Dilma lança mais uma etapa do enfretamento dessa crise internacional, voltando seus olhos para dois grandes setores da economia brasileira. Um, o setor dinâmico, pujante do mercado doméstico brasileiro, que cada vez mais se fortalece, que cada vez mais se amplia pela geração de emprego no Brasil, pela forma como o poder aquisitivo do ganho real do salário no Brasil vem se avolumando nos últimos anos pelas políticas de transferência de renda, que acabaram provocando o surgimento de milhares, de inúmeros arranjos produtivos locais, principalmente nas regiões periféricas do Brasil principalmente na Amazônia, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, nas regiões mais excluídas do Brasil. Milhares de arranjos produtivos surgiram a partir desses programas de transferência de renda.A primeira etapa do Brasil Maior, como todos lembram e como todos acompanharam, foi uma etapa muito importante, voltada para o primeiro enfrentamento dessa onda, dessa crise que estava ainda iniciando, mais precisamente na Europa, ainda com uma grande instabilidade na economia americana e com leves sintomas de desaceleração da economia em vários países emergentes, entre eles o principal propulsor da economia mundial, a China, que começava a apontar para uma desaceleração de sua economia.

No dia de hoje, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, lançamos para o Brasil –.a Presidenta Dilma e o Ministro Guido Mantega, Ministro Fernando Pimentel, bem como os nossos companheiros, tanto da CNI quanto dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores – o resultado de um avanço nessas políticas de geração de emprego e renda e do enfretamento da possibilidade de uma desindustrialização de nosso País diante da forte ação dos países emergentes em busca de novos mercados e de mercados emergentes.

Portanto, o que hoje assistimos foi ao Brasil dando passo à frente, fortalecendo a indústria brasileira, fortalecendo segmentos da nossa indústria, desonerando diversos setores da nossa economia do encargo sobre o trabalhador, fazendo com que o preço e o imposto a ser pago para geração de emprego formal diminua em setores estratégicos da economia.

É importante destacar que vários desses setores estavam perdendo competitividade porque há a questão da desvalorização das moedas, que tem feito com que haja um **tsunami** de liquidez, desvalorização de moedas tradicionais como o euro, como o dólar e até mesmo de outros setores da nossa economia internacional. Eu diria, Srª Presidente, que destaco o enfrentamento cambial, o enfrentamento da desoneração estratégica de setores estratégicos da nossa economia, o fortalecimento da questão dos bens de capital para que possamos ter competitividade nos bens de capitais. Façamos, portanto, uma política para a indústria automotiva, Senador Jarbas Vasconcelos, que possa efetivamente incluir tecnologia embarcada e inovação tecnológica dentro dessa indústria. Veja, Srª Presidenta, o Brasil tem, para alguns, o terceiro maior mercado; para outros, o quarto maior mercado mundial de automóveis, e não fomos capazes de gerar marcas mundiais nesse setor, enquanto países como a Coreia, Coreia do Sul mais precisamente, que não tem, portanto, um tamanho de mercado como o nosso, conseguiu gerar, em duas décadas, três grandes marcas mundiais, como é o caso da Hyunday, como é o caso da Subaru, como é o caso da Kia.

O que não é justo é que nós estejamos abrindo esse mercado, o nacional, para que esses produtos adentrem o nosso mercado, não gerando emprego no Brasil e, sim, exportando empregos. Nós não podemos destruir a indústria de autopeças no Brasil, gerando desemprego no Brasil e fortalecendo, fortificando uma indústria de autopeças fora do Brasil.

As indústrias de ar-condicionado – e posso dizer inclusive que no Estado do Amazonas, que não tem indústria automobilística, tem hoje indústrias do setor de ar condicionado fechadas – não conseguem competir com esse **tsunami** que vem com a desvalorização cambial, que vem com **dumping**, muitas vezes, e que

ainda acaba adentrando nosso território com uma falta de competitividade dos nossos produtos.

Eu quero portanto parabenizar, Srª Presidenta, Srs. Senadores, e destacar a importância ....

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Destaco a importância da decisão tomada pela Presidenta Dilma e o momento oportuno, porque exatamente no momento em que saem os índices do primeiro trimestre do crescimento da nossa indústria, que mostram números preocupantes, imediatamente o Governo vem e apresenta um leque de ações do na área de desoneração, como eu disse, na área cambial, como já disse, mas também na área de crédito – crédito para o financiamento das ações de investimento na economia brasileira e crédito também para financiar as nossas exportações, dando mais competitividade a nossa economia.

Eu sei que estou com o tempo estourado. Vejo o Senador Ricardo Ferraço querendo apartear, mas, como V. Exª sabe, eu teria dificuldades...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Liderança não pode ser aparteada, Senador.

(A Srª Presidente faz soar a campainha)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Então, Srª Presidenta, apenas para concluir.

Quero também destacar que aqui, na questão do "inovar para competir, competir para crescer", do Brasil Maior, foram destacadas ações com incentivo fiscal de crédito para as questões tecnológicas, para questões científicas e para questão de inovação tecnológica. Na área de oncologia, foram desonerados os investimentos, para que nós pudéssemos melhorar o investimento e a taxa de retorno de capital. Assim, saúde, na área de combate ao câncer, principalmente ao câncer de mama e ao câncer do colo do útero, terá vantagens financeiras, creditícias e de impostos, para que a gente possa avançar, também, nessa área tão importante.

Venho à tribuna, Srª Presidenta, para parabenizar e reconhecer o esforço do Governo num momento tão importante para a nossa economia e para os trabalhadores brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

Peço ao Senador Paim que assuma a presidência para que eu possa, como oradora inscrita, fazer uso da palavra. Em seguida, o Senador Antonio Russo falará pela liderança do seu Partido.

A Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, como oradora inscrita, pelo tempo de dez minutos e mais dois.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT– SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Prezados Colegas, Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e expectadores da TV Senado, subo nesta tribuna com muita indignação com a decisão do Superior Tribunal de Justiça de inocentar um homem acusado de estuprar três crianças de 12 anos, em São Paulo, em 2002.

Na decisão que foi divulgada na semana passada, os Ministros do STJ entenderam, por cinco votos a três, que o homem não poderia ser condenado porque as crianças "já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data", ou seja, eram "pequenas prostitutas". Foi uma decisão muito absurda, que desrespeita os direitos fundamentais das crianças e acaba responsabilizando as vítimas, que estão em situação de completa vulnerabilidade.

O STJ lembrou que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já havia inocentado o homem argumentando que "a mãe de uma das crianças afirmou que a filha enforcava aulas e ficava na praça com as demais para fazer programas com homens em troca de dinheiro".

Como diz a nota divulgada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, Sr. Presidente, "imaginar que uma menina de 12 anos – notavelmente em situação de exclusão social e vulnerabilidade – estaria consciente de sua liberdade sexual ao ir pela prostituição é ultrajante. A palavra usada pelo Procurador da República era "optar" pela prostituição. Substituí por "ir", pois não optou coisa nenhuma. Que possibilidade tem uma criança dessa idade, em situação de vulnerabilidade, de fazer essa opção?

Na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) desta Casa, que investiga a violência contra a mulher, da qual tenho a honra de participar, aprovamos uma nota repudiando a decisão do STJ. Lembramos que a decisão proferida afronta os direitos fundamentais das crianças, rompe com sua condição de sujeito de direitos e as estigmatiza para o resto de suas vidas. Rotuladas como "meninas prostitutas", essas crianças não têm direito à proteção juridicamente garantida. Criança é pessoa em desenvolvimento, vulnerável e, exatamente por essa condição, merecedora de todo o respeito e proteção conferida pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero aproveitar o registro dessa decisão absurda sobre esse crime bárbaro ocorrido em São Paulo, Sr. Presidente, para falar sobre algo que vem me deixando muito preocupada: o aumento da violência contra a mulher em meu Estado.

Na semana passada, foram aprovados na CPMI que investiga a violência contra a mulher dois importantes requerimentos meus. O primeiro deles pede a convocação da Exmª Secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Drª Eloísa de Sousa Arruda, para esclarecer perante a CPMI as causas do aumento da violência contra a mulher no meu Estado. O segundo requerimento pede a convocação do Exmº Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Ferreira Pinto, para esclarecer as mudanças na estrutura da Secretaria, que levou ao fechamento de inúmeras delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado de São Paulo.

É de fundamental importância, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que as autoridades paulistas dêem explicações sobre o assustador aumento da violência contra a mulher no Estado. Há algumas semanas, aqui nesta Casa, tivemos a divulgação de um relatório do Banco Mundial mostrando que só na cidade de São Paulo 27% das mulheres já tiveram algum episódio de violência doméstica. É um dado que muito me entristece, pois mostra que 1,6 milhão de mulheres estão sendo vítimas de maus tratos dentro de suas próprias casas. Lembro aqui que o Estado de São Paulo é signatário de uma série de tratados internos que visam reduzir a violência contra a mulher, tendo sido o primeiro Estado brasileiro a ter uma política específica para as mulheres. Os requerimentos que apresentei à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito são justamente para cobrar das autoridades paulistas políticas que foram deixadas de lado.

Quando fui prefeita de São Paulo, tive a oportunidade de realizar políticas específicas de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade. Além de recuperar a Casa Eliane de Grammont, primeiro serviço público municipal do país para atendimento integral às mulheres nos casos de violência doméstica e sexual, implantamos uma coordenadoria de políticas para as mulheres e criamos casas abrigos e centros de referências para atendimento a elas, Mas infelizmente essas políticas não foram priorizadas pelos governos que se seguiram.

Há alguns dias, encaminhei à presidenta da CPMI da violência contra a mulher, Deputada Jô Moraes, um ofício com dados e considerações sobre o aumento dos casos de violência contra a mulher no Estado de São Paulo. Considero as informações de fundamental importância para subsidiar a audiência pública que a comissão realizará na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no próximo dia 23 de abril.

Também espero, Sr. Presidente, que na mesma oportunidade consigamos ouvir as autoridades de São Paulo sobre a ausência de políticas e equipamentos públicos estaduais para enfrentamento da violência, fator que contribui para a maior penalização das mulheres vítimas dessa violência.

O balanço trimestral de crimes publicados pela Secretaria de Segurança Pública mostra que o número de casos de estupro no interior do Estado cresceu 17,6% em comparação entre o primeiro e o quarto trimestre de 2010. De janeiro a março do ano passado, foram 1.193 casos de abuso sexual. De outubro a dezembro, as delegacias do interior registraram 1.404 ocorrências.

Outro ponto que quero levar a debate na audiência pública é a inexistência de dotação orçamentaria específica para o enfrentamento da violência contra a mulher em São Paulo. O Governo Federai, através do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, destinou recursos de mais de R$ 9 milhões para implementação de ações de combate à violência contra a Mulher. No entanto, não há uma transparência nos valores aplicados pelo governo estadual para implementação de políticas públicas para esse fim.

Sobre a estruturação dos Equipamentos Públicos: o Estado de São Paulo tem 129 delegacias, distribuídas a partir de um critério político e não obedecendo aos índices de violência sexista. O governo estadual iniciou um processo de fechamento de delegacias especializadas e, atualmente, somente uma delegacia, a 1ª Delegacia no Centro de São Paulo, tem atendimento 24 horas, dando início a um pacote de mudanças na estrutura da segurança pública no Estado que deve afetar praticamente todas as 645 cidades paulistas, baseado na intenção de colocar as duas polícias estaduais para trabalhar de forma conjunta.

Não existe hoje em São Paulo um arranjo institucional executivo com capacidade de articular o conjunto de políticas de enfrentamento dos crimes de violência sexista no governo paulista, necessitando que seja urgentemente ampliado o número de varas especializadas, bem como o número de Delegacias Especializadas ao Atendimento à Mulher.

Por tudo isso, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, espero que na audiência do próximo dia 23 de abril tenhamos a oportunidade de apurar as causas que podem revelar as possíveis fragilidades e a insufici-

ência do aparato institucional do Estado brasileiro na proteção às mulheres.

Um País que tem a mulher como principal mandatária da Nação não pode tolerar, em seu maior e mais rico Estado, a omissão por parte do Poder Público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as suas mulheres.

Como primeira Senadora eleita pelo Estado de São Paulo e também como mulher vou levar isso bem adiante, e faço aqui também esse apelo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um apelo, Senadora Marta?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Queria congratular-me com V. Exª na análise que faz sobre a preocupação com respeito à violência que tem ocorrido contra as mulheres no Estado de São Paulo e as providências que está tomando para que, tanto a Secretária da Justiça com também o Secretário da Segurança, possam esclarecer o porquê de não estarem dando a devida atenção às delegacias das mulheres que tiveram importância significativa. Gostaria de informar que, ainda na tarde de ontem, tendo em conta que foi anunciada a saída do Comandante Geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo, eu telefonei para ele porque há três sextas-feiras o procurei para saber que resultado havia, por parte da Corregedoria da Polícia Militar, sobre os episódios todos que aconteceram ali em São José dos Campos, no dia da reintegração da área do Pinheirinho. Ele me disse que está saindo, porque cumpriu deu mandato de cinco anos – dois mais três anos – e na PM não poderia ficar. Mas que ele já informou ao corregedor da PM que serão encaminhadas as conclusões daquele inquérito, o que eu muito aguardo, assim como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Adriano Diogo, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Então, acho que essa é uma informação importante que também abrange a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É mais uma amostra, Senador Suplicy, do descaso com que são tratados os abusos. Nesse caso do Pinheirinho, há o caso de uma mulher que, na tal invasão, foi abusada sexualmente. Se não me engano, é esse o caso a que V. Exª se refere. Então me parece bastante demorado esse processo. Mas exatamente pode ser levado esse caso à comissão de inquérito que vai estar na Assembleia Legislativa e provavelmente o Deputado Adriano Diogo participará e poderá avivar essa questão junto às autoridades.

Eu ia falar mais um pouco hoje sobre o lançamento da Presidente em relação à indústria do País, e o tempo não sobrou. Mas quero dizer que foi um bom projeto, uma boa proposta e com muita participação da comunidade toda interessada, que são os trabalhadores e os empresários. Foi uma sessão muito forte, em que foram apresentados pontos que vários dos meus antecessores suscitaram. Então, vou me dar por satisfeita e agradecer o minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Aproveito para registrar a presença conosco dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe nº 5. Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Vocês ouviram a Senadora Marta Suplicy, que assume agora a Presidência, como Vice-Presidente da Casa.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Antonio Russo, pela Liderança do PR.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a reforma tributária é um tema que precisa se transformar numa agenda de compromisso desta Casa para com o País. O Brasil vai continuar patinando se não nos debruçarmos com vontade sobre essa importante matéria. Não podemos postergar e ficar paralisados diante das dificuldades oferecidas pelo tema.

Atualmente, o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os Secretários da Fazenda de 26 Estados e do Distrito Federal, discute uma proposta de reforma tributária que será encaminhada ao Senado. Penso que, da forma como está, tal proposta pode impor prejuízos para a economia e para a arrecadação de um conjunto de Estados, interrompendo drasticamente o seu desenvolvimento.

Sob o pretexto de acabar com a guerra fiscal, a proposta prevê redução na arrecadação estadual ao introduzir impostos a serem pagos pelo empresário, além de invalidar incentivos fiscais já concedidos devido à redução de alíquotas interestaduais de 12% para 4% e de 7% para 4%.

A reforma tributária não pode ser um pacote de medidas com o objetivo de fazer alterações repentinas no regime fiscal. Ela deve promover ganhos para todos, empresários, governos e consumidores, por meio de um processo de ajustamento racional ao longo do tempo, sempre buscando o equilíbrio dos fatores econômicos e o desenvolvimento do setor produtivo.

Se ocorrer o fim da concessão de incentivos fiscais como instrumento de atração de investimento, haverá perda de arrecadação. Além disso, haverá aumento do imposto a ser pago pelo empresário, encarecimento nos insumos e perda de competitividade.

Promover uma reforma tributária é tarefa complexa que não poderá perder a perspectiva de transparência e da multiplicidade de interesses existentes no processo produtivo. Afinal, reforma tributária não se faz para melhorar a arrecadação do Estado, desburocratizar a política fiscal e vitalizar o mercado consumidor interno. Entre perdas e ganhos, o conjunto da obra deve promover o bem comum e o ganho virtuoso para todos.

Não é exagero dizer que a reforma que vem sendo pensada poderá causar danos na indústria, no comércio e na agropecuária. A consequência dessa proposta será diretamente sentida por meio do aumento do desemprego nos mais diversos campos.

Nos Municípios, os prejuízos empresariais da Proposta 185/11 serão sentidos com a redução do valor do ICMS repassados pelos Estados que perdem arrecadação, a redução da capacidade de investimento com a diminuição da cota-parte, a redução da arrecadação própria, diante dos impactos negativos da proposta na economia local e, por fim, o desemprego.

Para evitar esse risco, que atenta contra o equilíbrio federativo e contra o desenvolvimento regional, tramita no Confaz a proposta de equilíbrio fiscal 113/11, que prevê a redução das alíquotas de 12% para 7% e de 7% para 2%, equilibrando a relação de perdas e ganhos entre os Estados.

Com essa proposta, teremos a compensação das perdas mediante criação de fundo de natureza constitucional de R$20 bilhões – R$15 bilhões a mais que o previsto na proposta 185/11. Além disso, haverá integração de Estados e Municípios na cobrança e arrecadação do Imposto de Renda e do IPI e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional com o aumento nos fundos de participação.

Ou seja, entre as vantagens da proposta de equilíbrio fiscal 113/11 está o aumento de repasse dos fundos para Estados e Municípios e a possibilidade de acordo nacional para resolver mudança no Fundo de Participação dos Estados determinada pelo STF.

Também garante o desenvolvimento regional e a autonomia de Estados e Municípios na concessão de incentivos fiscais, aprovados pelo Confaz; evita o aumento da carga tributaria, da inflação e do desemprego; garante a segurança jurídica; bem como evita o aumento de preços nos produtos da indústria e do comércio e dos insumos e frete na agropecuária nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Acredito que essa medida deve ser apoiada. Mas isso não encerra a questão. Há anos no Brasil se fala em reforma tributária. Precisamos aumentar a participação de Estados e Municípios na distribuição dos recursos.

Para mim, uma boa reforma tributária deve levar em consideração a proposta do Imposto Único, criada pelo professor Marcos Cintra. Nosso pensamento é tirar o imposto declaratório no Brasil.

O Imposto Único prevê a substituição de todos os tributos de natureza arrecadatória por apenas um. Haveria uma alíquota incidente sobre cada parte de uma transação bancária (débito e crédito). Com o Imposto Único, os custos de administração do Governo seriam reduzidos, tornando-se possível diminuir a carga tributária, sem redução de serviços públicos. Também seriam eliminadas as exigências de emissão de notas fiscais, preenchimento de guias de arrecadação, declarações de renda ou de bens e de qualquer outra formalidade fiscal. Acredito que a adoção do Imposto Único vai reduzir a corrupção, eliminar a sonegação e diminuir os custos tributários para empresas e trabalhadores.

Sei que muitos economistas desqualificam a adoção do Imposto Único. Trata-se daqueles que acreditam que a busca da simplificação é sempre danosa. Acreditamos que a sociedade participa mais de todo o processo quando entende claramente o que está ocorrendo. Complicar é elitizar e encerrar ideias e teorias numa redoma de cristal.

Srs. Senadores, por falta de tempo, não vou me ater a outras questões que dizem respeito à guerra fiscal, como o Projeto de Resolução 72/2010, que estabelece em 0% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. O PRS 72 é meritório, mas é necessário projetar uma visão mais realista sobre suas verdadeiras consequências.

A defasagem na infraestrutura logística, além da exorbitante carga tributária brasileira, aliada às altas taxas de juros e as atuais taxas cambiais,...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Para encerrar, Senador.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – ...contribuíram para a elevação dos custos de produção, solapando a competitividade econômica brasileira no cenário internacional.

Na avaliação dos economistas mais ponderados, a solução mais viável no contexto brasileiro deveria ser centrada na adoção de incentivos fiscais associada à renúncia de receitas.

Para concluir, Srª Presidente, nesse cenário, faz-se necessária a adoção de medidas urgentes. A introdução de alíquota zero nas operações interestaduais

com mercadorias importadas do exterior poderia ser uma alternativa, mas talvez não mais o centro pesado das medidas. Enfim, o debate é imprescindível e deve manter a chama da esperança por um Brasil mais republicano, mais igualitário.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente. Muito obrigado, obrigado pela sua tolerância. Eu sei que a senhora é muito exigente, portanto, obrigado por me ter dado um pouco mais de tempo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Antonio Russo pela estreia; eu creio que estreia também como Líder do Partido.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito. Aliás como primeiro orador, chamo o Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Não se encontrando presente, o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo regimental de dez minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, gostaria, em primeiro lugar, de saudar a presença, na nossa tribuna de honra, do Prefeito Renato Stasiak e do Vice-Prefeito Anízio de Souza, do Município de Porto União, em Santa Catarina, que hoje tem 33 mil habitantes.

Prefeito Stasiak, do PMDB, e Anízio de Souza, do PT, sejam bem-vindos ao nosso Senado.

Gostaria, Srª Presidenta, de dar uma boa notícia que aconteceu ontem, sobretudo porque também teve a participação do Brasil, das autoridades brasileiras. Refiro-me à libertação de dez pessoas – seis policiais e quatro militares – que há dez anos estavam sequestrados pelas Farc, na Colômbia. Eis que foram finalmente libertados, inclusive, com a colaboração da Cruz Vermelha do Brasil, que auxiliou com dois helicópteros, e ainda com 22 militares das Forças Armadas do Brasil, que colaboraram com o governo da Colômbia para que esse passo tão significativo fosse dado rumo à pacificação da Colômbia.

Leio aqui a notícia, que saiu de maneira semelhante nos principais jornais brasileiros:

> As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) entregaram ontem a uma missão humanitária seis policiais e quatro militares sequestrados há mais de dez anos, que seriam os últimos reféns políticos da guerrilha.
>
> O grupo foi recebido por familiares no aeroporto de Villavicencio (a 110quilômetros de Bogotá). Desembarcaram fazendo sinais de vitória e acompanhados por médicos. Depois, foram levados à capital, onde passaram por uma avaliação.
>
> "Conseguimos isso por meio do diálogo, sem derramar uma gota de sangue. É o reconhecimento de que o que a Colômbia mais quer é a paz", disse a ex-senadora Piedad Córdoba, da ONG Colombianos e Colombianas pela Paz, que negociou as liberações.

Cumprimento a Senadora Piedad Córdoba, que já esteve aqui, no Senado Federal, e com quem já estive, há alguns anos, quando em visita a Colômbia. Ela é uma das pessoas que muito se interessou pela proposição da Renda Básica de Cidadania.

Ressalto, assim, a importância desse passo dado na Colômbia com vistas à pacificação do longo conflito que existe entre as Farc e o Governo da Colômbia.

> Segundo a Cruz Vermelha, que coordenou a operação que levou mais de sete horas, os reféns foram entregues em uma zona rural do sudeste colombiano. A missão utilizou um dos dois helicópteros cedidos pelo Brasil, operado por militares brasileiros.
>
> "Hoje termina a agonia para estas famílias e isso nos enche de satisfação", disse o chefe da delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha na Colômbia, Jordi Raich, em um comunicado.
>
> A operação iniciada na sexta-feira – quando as aeronaves brasileiras partiram de Manaus (AM) – esteve prestes a ser cancelada na manhã de ontem, por conta do mau tempo. Iniciou-se, por fim, com duas horas de atraso.
>
> Em fevereiro, as Farc anunciaram o fim dos sequestros de civis e a soltura do grupo entregue ontem e relançaram ao Governo oferta para retomar as negociações de paz.
>
> A proposta, contudo, foi recebida com cautela pelo Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, que tem repetido que o fim dos sequestros é um "passo importante" para iniciar as conversas com a guerrilha, mas não suficiente".
>
> O Governo exige que a guerrilha mais antiga do continente, ativa desde os anos 60, abandone as armas e renuncie ao recrutamento de menores e ao narcotráfico.
>
> Mesmo debilitadas, as Farc resistem a aceitar as condições. Com efetivo reduzido pela metade – estima-se que sejam 9.000 homens –, tem optado por planejar atentados contra forças de segurança.
>
> Com as liberações de ontem, ativistas dizem que a meta agora é trabalhar para que

> um número indefinido de reféns civis que ainda está em poder da guerrilha não seja esquecido.
>
> "Não podemos esquecer que ainda há centenas de pessoas cativas que o grupo deve liberar se realmente pretende que a sociedade colombiana confie em seu anúncio de abandonar o sequestro como arma de guerra", diz Olga Gómez, diretora da ONG Fundação País Livre.
>
> Segundo a entidade, haveria 405 cativos na selva, à espera de pagamento de resgate.
>
> É a quarta vez desde 2009 que o Brasil auxilia no traslado de reféns unilateralmente libertados pelas Farc. O país colocou à disposição da Cruz Vermelha dois helicópteros Cougar, do Exército brasileiro, com capacidade para até 24 pessoas cada um.
>
> O Governo também enviou à Colômbia um avião cargueiro com peças de reposição dos helicópteros e equipe de mecânicos.

Quero cumprimentar o Ministro da Defesa, Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e a própria Presidenta Dilma Rousseff, que, tal como fez o Presidente Lula quando colaborou em ações dessa natureza, procederam da maneira aqui indicada.

E quero ressaltar e estimular as Farc a, efetivamente, caminhar na direção de uma forma de pacificar a Colômbia, de não haver mais os sequestros ou a utilização do narcotráfico como maneira de conseguir recursos e que possam as Farc dialogar com o governo com vistas mais a aplicar aqueles instrumentos que possam significar a realização, a consecução dos princípios de justiça na Colômbia e que possa, a exemplo do Brasil, caminhar celeremente para diminuir as desigualdades, caminhando em direção à eliminação da pobreza extrema e, para isso, que venham a considerar seriamente a proposta, como tenho dito à Senadora Piedad Córdoba e ao próprio Presidente Juan Manuel Santos, que considerem seriamente a proposição de uma renda básica de cidadania para toda a população da Colômbia.

Então, Srª Presidenta, que bom que houve esse passo que significa esperança para as condições de paz na Colômbia e na América Latina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, como orador inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antecedendo-me na tribuna, a Senadora Marta Suplicy, a meu juízo, de maneira muito apropriada, chamou a atenção para o absurdo que foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça, inocentando, não alcançando no rigor da lei, esse criminoso, criando, por conta disso, toda uma expectativa e uma percepção de impunidade em relação a um estuprador que, utilizando-se de crianças com 12 anos de idade, foi inocentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A indignação da Senadora Marta Suplicy, a indignação de outras Senadoras é também a indignação de todo o País para com esse equívoco de uma lei que foi interpretada sem considerar as consequências sociais e a impunidade que isso pode sinalizar para o conjunto de brasileiros, sobretudo quando uma decisão como essa vem de uma corte da envergadura e da responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça; mas não apenas isso, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores: também a decisão do Superior Tribunal de Justiça em relação à Lei Seca, quando concluiu uma evidência que já estava sinalizada de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, como conceito e como princípio universal – neste caso, o direito individual sobrepondo-se ao direito coletivo. Aquela regra básica: o meu direito termina onde começa o direito do meu semelhante. Que direito tenho eu de me embriagar, sair pela rua, colocando em risco a minha vida, colocando em risco a vida de um semelhante?

Quando, em 2008, a Lei Seca foi editada, logo nos seus primeiros meses, ela produziu resultados extraordinários, sobretudo nos Estados que desenvolveram estratégias presentes e eficientes, com recursos materiais, com recursos humanos, com estratégias, com informação e com inteligência.

O caso do Estado do Rio de Janeiro parece-me uma referência para todos os nossos governos e todos os nossos Estados, por conta das ações, das diretrizes do Governo do Estado, do Governador Sérgio Cabral, que trouxe, inclusive, para si, para perto de si, para o seu gabinete as diretrizes e a gestão de uma eficácia muito forte em torno da Lei Seca, logo quando foi editada, Senador Clésio Andrade.

Isso produziu resultados extraordinários. Tivemos uma redução superior a 30% no número de vítimas fatais no perímetro do Governo do Estado do Rio de Janeiro, nas avenidas, nas ruas, colocando disciplina, colocando limite, porque a Lei Seca era interpretada como uma ferramenta com capacidade de intimidar, de inibir, e os resultados na direção da preservação da vida foram eficazes. Não apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas também no meu Estado do Espírito Santo, observamos resultados bastante satisfatórios.

Ocorre que, no tempo, quando o mesmo Superior Tribunal de Justiça concedeu uma liminar na direção de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, ali começamos a perceber que a Lei Seca perdia eficácia, perdia possibilidade de continuar produzindo os resultados. E aí os indicadores voltaram a crescer e, de fato, a escalada da violência no trânsito brasileiro está fora de qualquer curva, transformando-se numa epidemia.

Foi nesse período que, chegando ao Senado, tomamos a iniciativa de apresentar um projeto que estabelece novos critérios para o art. 306 do Código Nacional de Trânsito, considerando não apenas o bafômetro, mas também outras formas com previsão legal, como a imagem, o vídeo, o testemunho, para que pudéssemos alcançar aquelas pessoas que, infelizmente, dirigem de forma inadequada, que fazem uso do álcool – e o álcool com a direção é um casamento absolutamente perverso e indesejado. E estamos assistindo no Brasil a uma verdadeira epidemia em nossas ruas, em nossas avenidas, levando e produzindo muita angústia, muito sofrimento, interrompendo muitas vidas.

Fizemos um debate aqui ao longo de todo o ano de 2011 e conseguimos aprovar, de forma terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esse projeto, que agora tramita na Câmara Federal.

E as manifestações do Presidente Marco Maia são absolutamente acolhedoras e bem-vindas. Ainda na sexta-feira, após a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que transformou a Lei Seca numa lei inócua, sem eficiência, o Presidente Marco Maia assegurou que, ainda no mês de abril, a Câmara Federal, os Deputados Federais poderão votar, quem sabe, até em regime de urgência, para que o Congresso Nacional – o Senado já o fez e, agora, se a Câmara o fizer – possa oferecer uma resposta à sociedade brasileira.

De igual forma, nós assistimos às manifestações do Ministro José Eduardo Cardozo, solidarizando-se, Senador Paim, com as necessidades de endurecermos o jogo para que possamos ter um trânsito mais humano.

Ontem, aqui no plenário, o Senador Rollemberg comemorava 15 anos de uma relação bastante respeitosa do pedestre aqui em Brasília com os veículos. O pedestre que atravessa a faixa branca é observado, é respeitado. Essa é uma iniciativa que se transformou numa cultura e num padrão de convivência e de convivência muito respeitosa.

Pois bem, também o Ministro José Eduardo Cardozo e o Ministro Alexandre Padilha...

Acho que nós precisamos fazer um mutirão, precisamos fazer um esforço, porque esse projeto endurece as regras. Ele não apenas mantém o bafômetro, mas também mantém outras formas de comprovar que o uso do álcool e da direção é um casamento muito perverso para a vida humana.

Alguns podem argumentar que pode haver um excesso de autoridade aqui e acolá. Pois bem, quando o excesso houver, o bafômetro será prova de defesa, e não de ataque, dando oportunidade às pessoas de fazerem uso do bafômetro como forma de provar a sua inocência.

É essa a manifestação que trago ao plenário do Senado, que já debateu esse assunto nas suas comissões de maneira exaustiva, já enviou esse projeto à Câmara Federal. Eu e um conjunto muito grande de especialistas e técnicos aguardamos que a Câmara Federal possa, de fato, ser diligente, votar esse projeto e oferecer uma resposta adequada e segura para essa questão, porque as nossas ruas e avenidas se transformaram numa praça de guerra.

É claro que a lei, por si só, não terá capacidade de produzir todos os resultados necessários, mas acredito que, com uma boa lei, calibrada e regulada como essa, com esse ambiente, com os governos estaduais atuando para equipar os seus batalhões de trânsito e com outras iniciativas, como educação para o trânsito nas escolas, nós poderemos, de fato, mudar essa cultura e partir para a cultura da paz, que é uma cultura necessária na convivência coletiva.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

Logo em seguida. iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Governo acaba de anunciar medidas de desoneração da folha de pagamento para quinze novos setores da indústria. Anunciou medidas para ampliar o financiamento, incentivar exportações, apoiar a competitividade dos produtos nacionais e baratear o crédito para a indústria.

Os setores que serão desonerados são: têxtil, confecções, couro, calçados, móveis, plásticos, materiais elétricos, autopeças, ônibus, naval, bens de capital (máquinas e equipamentos), mecânica, hotéis, tecnologia da informação, *call center* e *design house*.

A partir de junho, por exemplo, a contribuição previdenciária patronal para o INSS será eliminada em novos setores da indústria. Será substituída por uma compensação parcial, uma nova alíquota de 1% a 2,5% sobre o faturamento, tributo que não vai incidir sobre as exportações.

Ficou decidido, por medida provisória, que o Tesouro vai cobrir uma eventual redução na arrecadação da Previdência.

Srª Presidente, o Governo, desde 2007, já anunciou vários planos para salvar a indústria. A única novidade desse novo anúncio foi que o Governo não mudou o nome. Tanto que foi divulgado como novas medidas do Plano Brasil Maior, aquele mesmo apresentado há quase oito meses e que pretendia salvar a indústria. Nenhum deles salvou a indústria, tanto é que se está fazendo outro. Enfim, apesar de ser um novo plano, poderia perfeitamente ser chamado "plano mais do mesmo".

Novamente o Governo recorre ao BNDES. São vários mecanismos de redução das taxas de juros, de linhas de crédito oferecidas pelo banco. Incluiu mais setores, deu mais prazo, juros menores e cobre uma parte maior do investimento.

Quanto é que o Governo paga para rolar os seus títulos da dívida? Nove vírgula setenta e cinco por cento.

Quanto vai cobrar dessas operações? Cinco vírgula cinco por cento.

Está emprestando mais barato do que vai captar.

Qual é a vantagem disso para o País? Esta é a indagação: qual é a vantagem para o povo brasileiro? Em todos os casos haverá custo para o Tesouro. E o contribuinte, é ele mesmo: é o contribuinte mais uma vez arcando com esses benefícios.

Portanto, este Governo não tem capacidade criativa. É sempre mais do mesmo. Ressuscita velhos instrumentos, mas é incapaz de aperfeiçoar essas políticas. Ressuscitam instrumentos ultrapassados de décadas passadas. A competência gerencial está sempre em dúvida, se é que ela existe.

Pretendem dar nova denominação às antigas câmaras setoriais. Isso foi utilizado no passado, numa conjuntura totalmente adversa. Essa era uma política duvidosa onde os setores mais fortes, mais organizados, mais influentes vêm ao encontro do rei. E nessas negociações os métodos republicanos são questionáveis.

Já falei desta tribuna dos benefícios setoriais, critiquei essas iniciativas. São medidas de um governo que não pensa, e, quando pensa alguma coisa, pensa no curto prazo.

Repito: o que o Brasil precisa é de uma ampla reforma tributária para atingir a economia de forma horizontal. O grande desafio à nossa frente é a rediscussão do pacto federativo. As grandes reformas estão sendo ignoradas, não só a reforma tributária, mas as demais, como a administrativa, que seria mais simples, porque caberia ao Poder Executivo reduzir a estrutura agigantada que contempla a base aliada com os seus favores, quase sempre comprometendo a eficiência administrativa e abrindo as portas para a corrupção.

O que estão fazendo são medidas paliativas que atingem de forma vertical a economia ao beneficiar setores específicos, e não o conjunto da economia brasileira, que está asfixiada com o excesso de tributos e uma política cambial danosa aos nossos exportadores.

Representantes da indústria ficaram divididos. Para o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf:

> As medidas são muito pontuais e não atingem os problemas fundamentais que geram falta de competitividade das empresas brasileiras. Enquanto o Governo não atacar fatores que geram custos ao setor, como preço da energia, gás e defasagem cambial, a raiz do problema não será resolvida.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, ainda é cedo para uma análise de maior profundidade daquilo que anunciou o Governo, mas a impressão que fica é a de que, mais uma vez, o Governo é espetaculoso ao anunciar e, depois, é uma decepção ao executar.

Mais uma vez, insistimos: o Governo adota medidas assessórias para resolver uma questão que é macro. As grandes reformas continuam ignoradas. Por que ignorá-las?

Mas, antes de concluir, Srª Presidente, queremos, mais uma vez, comunicar à Casa que, cumprindo um compromisso assumido com o Ministro Mantega quando esteve no Senado Federal, estamos formalizando e encaminhando a ele algumas indagações que fizemos e, no momento, não pode responder, sobre o escândalo da Casa da Moeda.

Nós apresentamos um requerimento que convidava o Ministro Guido Mantega a falar sobre aquele episódio da Casa da Moeda e, com outros Senadores, protocolamos, na Procuradoria-Geral da República, uma representação.

Sobre esse assunto, o Senador Pedro Taques já veio à tribuna no dia de hoje e fez a abordagem competente, com o conteúdo de natureza jurídica que se deve fazer sobre esse assunto.

Segundo o Procurador Roberto Gurgel, por se tratar de suspeita de improbidade administrativa, um ilícito de natureza cível, o caso deveria ser tratado na primeira instância, uma vez que o foro privilegiado de que trata a Constituição Federal diz respeito à área criminal, e determinou o envio do procedimento à Procuradoria Regional do Distrito Federal.

Ela, por sua vez, deu início à investigação, mas a AGU recorreu ao Supremo para suspender o procedimento.

Seguindo outras decisões, o Ministro Fux suspendeu a investigação, entendendo que, nos casos de improbidade relativos a pessoas com foro privilegiado, a suspeita é de natureza criminal e não cível, razão pela qual deve ser processada na Procuradoria-Geral da República.

Vamos aguardar o procedimento do Procurador-Geral da República a respeito, mas estamos encaminhando ao Ministro Guido Mantega um ofício com as indagações que fizemos e que não foram respondidas quando ele aqui esteve para que ele possa responder de forma oficial e formalmente, porque, segundo ele, não conhecia o fato apresentado para os seus esclarecimentos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós voltaremos a esse assunto, Srª Presidente, já que a campainha anuncia que o meu tempo terminou e, obedientemente a ela, eu encerro o meu discurso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Está aberta a **Ordem do Dia**.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu solicito a palavra pela ordem, Srª Presidente, para, em meu nome, em nome do Senador Walter Pinheiro, da Bancada da Bahia, solicitar que V. Exª possa colocar em votação a Resolução nº 6, de 2012, que prorroga o prazo de um empréstimo já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, da Bahia, do BIRD e gostaríamos de poder votá-lo ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendida. Será o último item da de hoje.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas gostaria de consultar antes as lideranças se há algum impedimento. (*Pausa*.)

Não havendo nenhum impedimento, então será o último item da Ordem do Dia.

Nós temos aqui... Pois não, Senador Walter Pinheiro, Líder do PT.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senadora, antes de V. Exª começar a Ordem do Dia, eu queria fazer um comunicado em nome da Liderança do nosso Bloco Parlamentar, PT, PCdoB, PSB, PDT, PRB.

Imbuídos com o objetivo de que esse processo que a todos nós tem causado indignação, mas, ao mesmo tempo, uma disposição para que essas coisas possam andar, desde o processo da apuração por parte da Procuradoria-Geral da República, desde o processo de decisão da Procuradoria-Geral da República para encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o pedido de abertura ou a autorização para que parlamentares pudessem ser investigados, até o processo, inclusive, adotado pelo nosso Corregedor da Casa, Senador Vital do Rego, que solicitou à Procuradoria que, dentro dos trâmites legais – aliás, é bom frisar isso, medida essa que foi encabeçada também pelo nosso Presidente da Casa, Senador José Sarney, que de imediato remeteu para a Procuradoria Geral da República essa solicitação – para que a Casa e particularmente a Corregedoria, e de modo seguinte o Conselho de Ética, esses dois órgãos possam ter acesso às informações que até então estavam em poder da Procuradoria Geral da República, e que até então, só temos tomado conhecimento dela pela boa contribuição da imprensa. Mas eu diria, de maneira que essas informações têm vazado e assim nós temos tomado conhecimento.

Então, nesse sentido eu quero aqui, Srª Presidenta, em nome do nosso bloco, e aproveitando a própria conversa que tivemos no dia de hoje com diversos partidos e a decisão que tomamos na reunião do nosso bloco, é pedir a completa apuração sem nenhuma interrupção; nós queremos o completo processo de apuração, Senador Eduardo, de todo esses crimes e não só a questão do decoro, mas também a questão da apreciação e apuração da quebra de decoro parlamentar, mas nós queremos que todo o processo, que até então tem vazado, ele não sofra solução de continuidade, para que nós cheguemos ao extremo: avaliar, apurar e punir todos esses crimes cometidos.

Nesse sentido, para dar a contribuição aqui dentro como nós cobramos lá fora, o Partido dos Trabalhadores e o bloco apresentam o nome do Senador Wellington Dias para que o Partido, o PMDB – que tem a prerrogativa da indicação da Presidência no Conselho de Ética –, possa avaliar, assim como os outros partidos que compõem o Conselho de Ética, o nome de S. Exª para assumir a Presidência do Conselho de Ética, conseqüentemente no seu colegiado, portanto, no fórum adequado para eleição, uma vez que o presidente em exercício, o Senador Jayme Campos, solicitou que houvesse a eleição de um novo presidente com a vacância a partir, eu diria, da licença e não da saída do Senador João Alberto, para que a gente possa recompor o Conselho já marcado para a próxima terça-feira. E, óbvio,

se o PMDB assim concordar, ou se o PMDB tiver um outro nome, Senador Eduardo Braga, nós apoiaremos integralmente. Mas para contribuir no sentido da apuração, o bloco parlamentar que lidero apresenta o nome do Senador Wellington Dias, que já é membro do Conselho, para que o Senador possa assumir a Presidência daquele órgão, este órgão ser instalado e efetivamente começar o seu trabalho, inclusive de apuração a partir dos documentos quando aqui chegarem, a pedido inclusive do nosso Corregedor Vital do Rêgo.

Era esta a comunicação que eu gostaria de fazer nesta tarde, comunicação esta, Senadora Marta, que fiz ao Líder do PMDB, Renan Calheiros, a quem cabe a indicação para a Presidência do Conselho. Portanto sei que é uma decisão que cabe exatamente pelo tamanho da Bancada do PMDB, mas nós estamos tentando contribuir dessa maneira.

Conversei com o Senador Wellington Dias, eu, o Senador José Pimentel. O Senador Wellington Dias está fora, em missão oficial no dia de hoje, mas aceitou de pronto a tarefa se assim os membros do Conselho de Ética e os partidos concordarem com essa indicação, para que, recompondo aquele colegiado, ele possa exatamente, no dia marcado pelo Presidente em exercício, na próxima terça-feira, dar consequência a esse processo de apuração.

Era esta comunicação que gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que a Liderança do PMDB será sensível ao pleito que V. Exª acaba de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós temos sobre a Mesa o **Item 1**, que é o **Projeto de Lei da Câmara nº 40**, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao regime geral da Previdência Social.

É uma votação que necessita quórum de maioria absoluta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, inclusive para colaborar.

No Senado, obviamente, há um entendimento praticamente amplo com todas as Lideranças com relação a essa matéria. Mas, como V. Exª vinha colocando, esta é uma matéria que depende de quórum qualificado.

Portanto, para não prejudicar esta matéria, eu sugeriria à Mesa uma indicação de inversão na Ordem do Dia, para que nós votássemos uma autoridade para testarmos o quórum. E, tendo quórum, consultados os Líderes, não haveria nenhuma dificuldade de votarmos, portanto, o PLC nº 40, que é fruto de um amplo entendimento nesta Casa, Srª Presidente. E aí atenderíamos, portanto, uma demanda justa, absoluta e socialmente correta, que é a questão mencionada por V. Exª já no PLC nº 40.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu acho uma idéia bastante boa, mas quero consultar os líderes presentes para saber se estão todos de acordo com a sugestão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Pela ordem, Srª Presidente.

O PSDB concorda com a inversão de pauta, alertando para a hipótese de não alcançarmos os 41 votos e a sessão cair. Não haverá continuidade. Há um projeto que poderia, simbolicamente, ser votado antes das autoridades, o projeto do Deputado Mendes Thame.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem razão. Acho que vamos fazer desse jeito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Faremos a votação do projeto do Mendes Thame e, depois, votaremos as autoridades.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E o da Bahia também. É o mesmo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Há outro projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há o da Bahia. Vamos garantir o da Bahia e esse outro, se não for o mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O do Deputado Mendes Thame. Qual é o número do projeto?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se os outros Líderes acharem adequado, porque há também o Senador José Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Refiro-me ao Projeto nº 176, Srª Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, acho que é prudente a posição...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momentinho.

É a mesma coisa?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não podemos correr o risco de colocar em apreciação uma matéria com essa importância – aposentadoria para os deficientes – e essa matéria cair. Isso é uma longa luta, de muitos anos, que pode ter um fim aqui. Então, a gente tem que fazer uma *avant-première*. Acho que a *avant-première* é apropriada para o projeto em apreço.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Essa foi a ideia do Senador Eduardo Braga. Mas,

se, por acaso, não tiver quórum, a sessão cai. Então, vamos votar o que não precisa de quórum e garantir, se as Lideranças estiverem de acordo. Aí votaremos as autoridades. Se cair, caiu. Já votamos o mais importante, que é o da Bahia e o que o Senador Alvaro Dias mencionou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, sem nenhum problema. Há acordo com relação à proposta do Senador Aloysio, com relação à proposta do Deputado Thame. Não há nenhum problema colocá-los em votação. Logo a seguir, votaríamos uma autoridade, para podermos testar o nosso quórum qualificado para votarmos o PLC nº 40. É exatamente para que a sessão não caia e para que não fique prejudicada a votação do PLC nº 40. Inclusive, para todos aqueles interessados que estão aqui e que nos assistem pela televisão, Senadora Marta Suplicy, é importante dizer do esforço de entendimento das Lideranças para que nós possamos fazer essa votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esse cuidado está sendo tomado, Senador. Temos quatro itens e mais o da Bahia, que é o último, antes de votarmos as autoridades com tranquilidade. Depois, vamos avaliar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 3:**

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que i*nscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

Discussão da Emenda da Câmara em turno único.

Encerrada a discussão; votação da Emenda da Câmara, nos termos do art. 286 do Regimento Interno.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

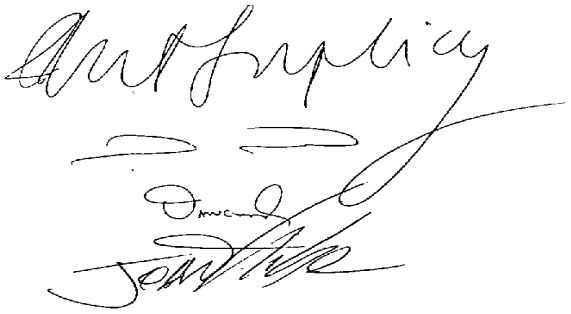
PARECER N° 329, DE 2012

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado n° 237, de 2007 (n° 4.253, de 2008, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n° 237, de 2007 (n° 4.253, de 2008, na Câmara dos Deputados), que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no **Livro dos Heróis da Pátria**, consolidando a Emenda da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.



ANEXO AO
PARECER N° 329, DE 2012

Inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro – no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Inscreva-se o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro – no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e das emendas em turno único. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode encaminhar, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Para informar apenas que estamos votando um projeto importante do Deputado Mendes Thame, que teve como Relatores, numa comissão, o Senador Aloysio Nunes e, em outra comissão, o Senador Eduardo Suplicy.

Esse projeto tem por objetivo aplicar, aos produtos importados para comercialização no País, as mesmas regras de avaliação de conformidade aplicadas aos produtos similares nacionais para conformação do atendimento da regulamentação técnica federal.

A proposta corrige distorção que existe atualmente, pois permitimos a entrada de produtos importados no País, sem que estes atendam as exigências de licenciamento e regra de conformidade que são impostas aos produtos fabricados no Brasil.

Portanto, essa matéria chega no momento adequado, quando este tema está em discussão no Congresso Nacional.

Nosso encaminhamento, portanto, é favorável, cumprimentando o Deputado Carlos Mendes Thame pela iniciativa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero confirmar. Fui relator na Comissão de Assuntos Econômicos e o projeto do Deputado Mendes Thame tem muita harmonia com o propósito hoje expresso pela Presidenta Dilma Rousseff, quando ela observou as normas que o Governo brasileiro está criando para permitir maior grau de competitividade para os produtos brasileiros, inclusive em formas que levam em consideração as regulamentações internacionais das quais o Brasil é signatário. O projeto do Deputado Mendes Thame está plenamente de acordo ao exigir, para os produtos importados, as mesmas exigências que são aplicadas aos produtos brasileiros.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, por consenso, esse projeto, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, eu gostaria de registrar a presença entre nós do Professor Alain Ruellan.

O Prof. Alain Ruellan é um amigo do Brasil, um amigo de Brasília. Ele participou da Expedição Poli Coelho, em 1947, que demarcou esse espaço em que estamos nos reunindo hoje. Por isso, faço questão de registrar. É um amigo do Brasil e um amigo do meu Amapá. Junto com ele, construímos um belo programa de desenvolvimento sustentável, mostrando a preocupação da humanidade, das pessoas do mundo todo, hoje, com as mudanças do Globo.

Portanto, é uma satisfação que ele esteja aqui nesta Casa que ele projetou lá atrás, em 1947.

Muito obrigado, Srª. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seja muito bem-vindo, professor.

Mais algum Senador quer se manifestar sobre o Projeto nº 176?

Não havendo mais nenhum manifestante, dou por encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 a 3 da CAE e da CMA e nº 4 da CMA.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Não havendo objeção do Plenário, passamos, então, à redação final.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 330, DE 2012

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 176, de 2008 (n° 717, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 176, de 2008 (n° 717, de 2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 abril de 2012.



ANEXO AO
PARECER Nº 330, DE 2012

Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

EMENDA N° 1
(Corresponde à Emenda n° 4 – CMA)

Dê-se ao art. 2° do Projeto a seguinte redação:

"Art. 2º A importação de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal, listados em regulamento, poderá estar sujeita ao regime de licenciamento não automático, com vistas a assegurar a garantia de conformidade."

EMENDA N° 2
(Corresponde à Emenda n° 1– CAE/CMA)

Dê-se ao art. 3° do Projeto a seguinte redação:

"Art. 3º É facultada aos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal de produtos a atuação no recinto alfandegado em que o produto esteja armazenado, para efeitos de comprovação de atendimento às regulamentações técnicas por eles expedidas, na forma do regulamento."

EMENDA N° 3
(Corresponde à Emenda n° 2 – CAE/CMA)

Dê-se ao capuz e ao § 1° do art. 4° do Projeto a seguinte redação:

"Art. 4° O produto importado que se apresente em desconformidade com a Regulamentação Técnica Federal correspondente será retido pela autoridade aduaneira por prazo a ser determinado pelo órgão ou entidade fiscalizadora competente para que o importador promova a adequação ou providencie a repatriação do produto.

§ 1° Caberá ao importador arcar com as custas de armazenagem do produto em recinto alfandegado, bem como os ônus do perdimento ou destruição, quando cabível.

....."

EMENDA N° 4
(Corresponde à Emenda n° 3 – CAE/CMA)

Dê-se ao § 4° do art. 4° do Projeto a seguinte redação:

"Art. 4° .....
.....

§ 4° Sem prejuízo da pena de perdimento, aplica-se ao importador que apresentar documentação falsa ou que fizer declaração dolosa quanto à regulamentação do produto importado, em qualquer fase do processo de importação, o disposto no art. 76 da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, quanto à suspensão e ao cancelamento da habilitação ou credenciamento para operar como importador."

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo mais discussão, vou colocar em votação.

Em votação.

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 5:**

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (exercício da profissão de instrumentador cirúrgico).

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulamenta o exercício da acupuntura).

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há sobre a mesa requerimento de urgência para o **Projeto de Resolução nº 6, de 2012**, referente à Bahia.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 246, DE 2012

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 6 de 2012, que "prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010".

Brasília, 2 de abril de 2012.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6 DE 2012
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 3 / 4 / 12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ACIR GURGACZ (PDT)	6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PV, PSC)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-CLÉSIO ANDRADE (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PR	
ANTONIO RUSSO	1-BLAIRO MAGGI
JOÃO RIBEIRO	2-ALFREDO NASCIMENTO
PSOL PSD	
KÁTIA ABREU (PSD)	1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 6, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro, que *prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º, da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 328, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, com a Relatoria do Senador Eduardo Suplicy.

Cópias do referido parecer encontram-se à disposição em suas respectivas bancadas.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o Projeto de Resolução. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação.

Não havendo nenhuma Liderança que queira encaminhar, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

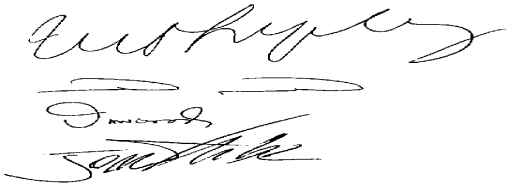
PARECER N° 331, DE 2012

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução n° 6, de 2012.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 6, de 2012, que prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4° da Resolução n° 46, de 31 de agosto de 2010.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.



ANEXO AO
PARECER N° 331, DE 2012

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 2012

Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4° da Resolução n° 46, de 31 de agosto de 2010, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É prorrogado em 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4° da Resolução n° 46, de 31 de agosto de 2010, do Senado Federal.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*.

Encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passamos agora às autoridades.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 9, DE 2012

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 9, de 2012, pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Renata Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora: Senadora Ana Amélia. (Parecer nº 332, de 2012–CRE.)

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Está em votação o nome da Srª Renata Stille como Embaixadora.

Chamo os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores que votem. Estou vendo muitos Senadores presentes que ainda não votaram. Temos que ter o quórum de 41 Senadores e Senadoras, no mínimo.

(Procede-se à votação.)

Chamo os Senadores e as Senadoras, informando que o quórum é de 41, o que já temos, mas acho que seria bom termos um pouquinho mais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidenta, quero convidar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estejam nos gabinetes para que venham ao plenário.

Estamos votando uma matéria que antecede a votação do PLC nº 40. Se alcançarmos, portanto, o número e o quórum nesta matéria, votaremos uma matéria extremamente importante para o Brasil, que, há anos, tramita nesta Casa e que, depois de longas negociações, está pronta para ser votada.

Portanto, eu convido todos os colegas Senadores e Senadoras que estejam nos gabinetes para que compareçam ao plenário da Casa, para que possamos votar esta matéria, que viabilizaria a votação do PLC nº 40, que é extremamente importante do ponto de vista social.

Eu gostaria de poder, mais uma vez, chamar e convidar todos os Senadores e Senadoras que estejam nos gabinetes. Eu estou vendo chegar o Senador Eunício Oliveira ao plenário, assim como o Senador Cyro Miranda. Com certeza, ainda há Senadores em seus gabinetes. Eu gostaria de convidar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para estarem no plenário e para poderem votar, alcançando o quórum tão importante para essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero saudar os alunos do curso de Direito do Uniceub, de Brasília, Distrito Federal. Muito bem-vindos a esta Casa!

Saúdo também o Deputado Romário e o Senador Lindbergh, que foram dois propulsores do Projeto nº 40, que vamos ver se conseguimos votar hoje. Parece que está tudo indicando.

Já temos 47 votos. Se atingirmos 51, acho que poderemos votar o Projeto nº 40. Como V. Exª vê, Senador Lindbergh? Acho que vai dar.

Aí eles têm de ficar aqui, agora.

Mais dois, e a gente vota.

Há mais uns dez Senadores na Casa, que registraram presença. Então, vamos insistir para que venham. Muitos eu sei que, às vezes, estão nos Ministérios.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, convido os nossos Pares para virem ao plenário, para que possamos chegar a pelo menos 50 Senadores e Senadoras, porque, em seguida, vamos votar uma matéria muito importante para os brasileiros e brasileiras, que é um projeto de lei complementar de autoria do Deputado Leonardo Mattos, de Minas Gerais.

Em 2005, no exercício do seu mandato, o Deputado Leonardo Mattos apresentou um projeto de lei complementar, para beneficiar as pessoas portadoras de deficiência, regulamentando um artigo da Constituição que vem de 1988. Ali ele cria regras diferenciadas para que esses trabalhadores e essas trabalhadoras portadores de deficiência possam aposentar-se com data diferenciada, com uma idade mais vantajosa, com tempo de serviço menor, para que possam efetivamente desempenhar, na sua plenitude, as suas atividades.

É verdade que o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou aquela legislação que trata das cotas para as pessoas portadoras de deficiência, para que as empresas que têm um determinado número de trabalhadores e trabalhadoras possam ter uma quota destinada aos portadores de deficiência. Mas falta a outra parte, que é exatamente a regulamentação de suas aposentadorias, de suas licenças-saúde, dos seus benefícios previdenciários. E esse projeto de lei complementar de 2005, de autoria do Deputado Leonardo Mattos, faz justiça a esse setor da sociedade brasileira, que quer e precisa de maior atenção.

Por isso, Srª Presidenta, peço aos nossos Pares que permaneçam presentes nesta sessão, para que possamos votar em seguida o Projeto de Lei Complementar nº 40. Com isso, fechamos um ciclo de regulamentação da previdência social brasileira.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pimentel.

Há alguns Senadores ligando e dizendo que estão a caminho.

A Senadora Vanessa chegou, o Senador Cícero diz que está a caminho.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF.) – Apenas para registrar a nossa posição favo-

rável e para dizer que o quórum de 53 Senadores já permite votar o Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2000, do Deputado Leonardo Mattos, projeto da maior importância.

Tive a honra de ser o autor do requerimento de urgência na Câmara dos Deputados para que esse projeto fosse apreciado em regime de urgência naquela Casa. Assim, teremos uma grande oportunidade, hoje, no Senado, de tomar uma decisão importantíssima ao garantir a aposentadoria especial às pessoas com deficiência.

Portanto, faço o pedido para que possamos encerrar esta votação e iniciar imediatamente a apreciação do PLC nº 40.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 9, DE 2012 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra.RENATA STILLE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO AO REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	3/4/2012 16:30:32
Data Sessão:	3/4/2012	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	3/4/2012 16:39:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PP	RO	IVO CASSOL	Votou
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	Votou
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto

Votos SIM : 48
Votos NÃO : 05 **Total : 53**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 3/4/2012 16:39:55

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores e NÃO, 05.

Não houve abstenções.

Total: 53 votos

Aprovada.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidenta da República sobre a aprovação da indicação da Srª Renata Stille como Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passamos agora ao que era o **Item 1** da pauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 40, DE 2010–COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 214, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar (nº 277/2005-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Leonardo Mattos), que *dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.*

Pareceres sob nºs 1.068 e 1.069, de 2010; e 214, de 2012, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Sérgio Zambiasi, favorável;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, favorável;

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 73, de 2011), Relator: Senador Lindbergh Farias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao...O Senador Rollemberg acabou de se expressar. Concedo a palavra, então, ao Senador Lindbergh, para discutir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou tentar ser breve. Mas queria começar agradecendo a todos os Senadores e a todas as Senadoras, porque temos votado aqui, semana após semana, uma pauta muito produtiva em relação aos temas das pessoas com deficiência. Começo fazendo este agradecimento sincero a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

Quero agradecer, também, os Deputados pelo esforço e pela luta. Primeiro, o autor do projeto, Deputado Leonardo Mattos, que não está mais neste Congresso, mas está acompanhando esta votação de Belo Horizonte. Também agradeço à Deputada Rosinha da Adefal, ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Mara Gabrilli, ao Deputado Otávio Leite, ao Deputado Walter Tosta. Faço uma saudação especial ao meu amigo de causa e de luta, o Deputado Romário, que está no plenário deste Senado Federal, acompanhando esta votação.

Devo citar que foi importante na votação deste projeto na Câmara dos Deputados o então Deputado e atual Senador Rodrigo Rollemberg, que hoje vai utilizar esta tribuna para fazer uso da palavra.

Não poderia esquecer de falar do ex-Senador Flávio Arns, atualmente vice-governador do Paraná, da sua luta incansável nesta Casa, juntamente com o Senador Paulo Paim, que sempre levantou essa bandeira; o Senador Wellington Dias, que é pai da Daniela; Senadora Ana Rita; Senador Alvaro Dias.

Vou explicar rapidamente, porque não quero me alongar. Eu era relator deste projeto na Comissão de Assuntos Econômicos há um ano. Fiz dezenas de reuniões envolvendo o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais. Demoramos, porque tínhamos que construir um consenso com o Governo. A preocupação inicial, Senador Alvaro Dias, V. Exª que me cobrava colocarmos em pauta, era que, quando se avaliava os números de 2010 do IBGE, o que se via: 23,91% da população têm algum tipo de deficiência. Nos debates internos, tentávamos fazer uma diferenciação desse tipo de deficiência. Desses 23,9%, por exemplo, 15,3% eram deficiência visual leve.

Quanto à deficiência severa, chegamos ao número de 6,7%. E o mais grave é que, quando fomos ver quem estava trabalhando – infelizmente, a luta pela inclusão no mercado de trabalho tem de ser uma luta constante –, constatamos que apenas 306 mil pessoas com deficiência severa estão no mercado de trabalho, segundo dados de dezembro de 2010 da Rais, ou seja, 0,7%. Apesar de as pessoas com deficiência severa constituírem 6,7% da população brasileira, apenas 0,7% estão no mercado de trabalho.

Então, Senador Eduardo Braga, construímos um acordo com o Governo Federal envolvendo vários

Ministérios, um acordo que considero muito bom para as causas da pessoa com deficiência: nos casos de deficiência grave, para os homens, em vez de 35 anos de contribuição, serão 25 anos e, para as mulheres, em vez de 30 anos de contribuição, serão 20 anos de contribuição; nos casos de deficiência moderada, serão 29 anos de contribuição para os homens e 24 anos para as mulheres; nos casos de deficiência leve, serão 33 anos de contribuição para os homens e 28 anos para as mulheres. A nossa negociação não envolveu deficiência severa, mas envolveu esses números da deficiência leve e da deficiência moderada, e este que lhes fala, inclusive, acha isso importante, porque esses números, quando são inflados, acabam dificultando a luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

Srª Presidente, não quero alongar-me, mas acho que este dia no Senado Federal é um dia importante para lutas históricas. Está aqui o Deputado Eduardo Barbosa, batalhador incansável, defensor da luta das pessoas com deficiência à frente das nossas Apaes pelo Brasil afora.

Hoje é um dia de conquistas, e encerro minha fala, dizendo que essa Emenda Constitucional, que é de 2005 e que já deveria ter sido regulamentada ao longo de todo esse tempo – por cinco anos, ficou na Câmara –, está no Senado hoje.

Senador Eunício, hoje é um dia de pauta positiva, hoje é um dia em que votamos um projeto que fala à vida das pessoas.

Quero agradecer a todos os funcionários, citando o Aires, um funcionário do Senado Federal que está neste plenário. Quero homenagear o Aires, que está nessa batalha em todos os instantes e que ajudou na construção do texto. Inclusive, o Senador Jorge Viana vai fazer uma emenda de redação a partir da contribuição do Aires, nosso funcionário do Senado.

Antes de encerrar minha fala, concedo um aparte ao Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Caro Senador Lindbergh...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço-lhe que aguarde um momento.

Nessa matéria, há três votações nominais, e, pela nossa observação, o quórum está diminuindo. Então, peço sensibilidade aos Srs. Senadores que queiram se manifestar, que consideram imprescindível a manifestação, para que o façam com a maior brevidade possível. São três votações nominais.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu pediria a V. Exª a abertura do painel.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma boa ideia!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Aqueles que quiserem encaminhar a votação poderão fazê-lo durante a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não havendo objeção por parte dos Líderes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro, vou pedir para abrir o painel. Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Como não há objeção, peço que se abra o painel para votação. As falas vão acontecendo. É uma ótima proposta!

(Procede-se à votação.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

Cumprimento o Senador Lindbergh.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem fala? Não o estou vendo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimento todos os que estão envolvidos na história desse projeto. É mais uma história bonita escrita no Parlamento brasileiro! O projeto dá tratamento diferenciado à pessoa portadora de deficiência, dando-lhe aposentadoria especial. É dada aposentadoria especial de 30 anos de contribuição para os homens e de 25 anos de contribuição para as mulheres. O projeto dá também a possibilidade de aposentadoria por idade, desde que a pessoa seja portadora de deficiência há 15 anos.

Eu queria apresentar uma proposta redacional. É um adendo ao parecer do Senador Lindbergh, é uma contribuição também do Aires, para aperfeiçoar esse projeto, que, hoje, é parte da história do Congresso Nacional.

A proposta, Srª Presidente, é de emenda de redação: onde se lê "social", no *caput* do art. 4º do Substitutivo, substitua-se por "funcional", para que não haja

insegurança jurídica na aplicação dessa lei. É muito importante que se faça essa alteração. Apresento e encaminho à Mesa, neste momento, um adendo, uma emenda de redação que faço ao parecer apresentado com tanto sentimento e competência pelo Senador Lindbergh.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – No turno suplementar, daqui a pouco, faremos a apreciação dessa emenda.

A Senadora Vanessa também quer fazer uso da palavra, bem como o Senador Rollemberg.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Srª Presidenta, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Também peço a palavra, Srª Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, primeiro, quero concordar com o encaminhamento feito, porque, ao mesmo tempo em que estamos garantindo o quórum elevado para votação, permitimos que todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se pronunciem sobre essa matéria de tamanha relevância.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Srª Presidente...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, fui Deputada, com muita alegria, juntamente com o Deputado Leonardo Mattos, que é cadeirante e que, apesar de toda a sua limitação física, em absolutamente nada foi limitado no desempenho do seu mandato parlamentar. Senadora Marta, juntos, nós fizemos uma viagem oficial à Palestina. Talvez, essa tenha sido uma das viagens mais difíceis de que participei oficialmente, e ali estava o Deputado Leonardo. Com muita alegria, quero dizer que essa postura dele, assim como a de muitas outras pessoas que vivenciam, no dia a dia, essas limitações, faz com que construamos uma sociedade melhor.

Não é a primeira matéria que estamos votando. Há alguns dias, votamos matérias importantes de iniciativa do Governo que permitem a inclusão de pessoas com deficiência física.

Então, quero falar da minha alegria e do privilégio de hoje votar essa matéria tão importante, que reduz o tempo de aposentadoria para as pessoas portadoras de deficiência.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de passar a palavra ao Senador Rollemberg, vou ler os inscritos: Inácio Arruda, Magno Malta, Alvaro Dias, Gim Argello e Eduardo Lopes.

Com a palavra, o Senador Rollemberg.

Senador, vou consultar o Plenário se há algum impedimento de conceder cinco minutos a cada orador, para que possamos manter o quórum. Há algum impedimento, ou todos concordam? (*Pausa.*)

Todos concordam.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente. Não usarei os cinco minutos, mas eu não poderia deixar de subir a esta tribuna, em primeiro lugar, para cumprimentar o Deputado Leonardo Mattos.

Quero registrar também a presença aqui do Deputado Romário e de outros Deputados que se têm destacado na luta em defesa das pessoas com deficiência.

Também cumprimento o Senador Lindbergh não apenas pelo seu parecer, mas por toda a articulação política que fez com o Governo, ajustando o texto e superando as resistências, para que tivéssemos a oportunidade de votar esse texto, hoje, aqui.

Eu me orgulho, Senador Lindbergh – já tive oportunidade de registrar isso –, de ter sido, na Câmara, o Deputado autor do requerimento de urgência que permitiu a aceleração da apreciação desse projeto.

Quero registrar aqui a participação das entidades representativas das pessoas com deficiência no Distrito Federal, que, desde aquela ocasião, sob a liderança do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep Brasil), mobilizaram-se para a apreciação desse projeto.

Com muita habilidade, o Senador Lindbergh conseguiu fazer com que o projeto que veio da Câmara mantivesse o mesmo tempo para aposentadoria por tempo de serviço para as pessoas portadoras de deficiência grave: 25 anos de contribuição para os homens e 20 anos para as mulheres. Houve um aumento do tempo de contribuição para os portadores de deficiência moderada, que era de 27 anos para os homens e de 22 anos para as mulheres, passando para 29 anos para os homens e para 24 anos para as mulheres, e para os portadores de deficiência leve, que era de 30 anos para os homens e de 25 anos para as mulheres, passando a ser de 33 anos para os homens e de 28 anos para as mulheres. Manteve-se no texto que, se a aposentadoria for requerida pelo critério de idade, aos 60 anos de idade para os homens e aos 55 anos

de idade para as mulheres, a aposentadoria está garantida desde que as pessoas tenham contribuído por pelo menos 15 anos.

Esse projeto, que é da maior importância, regulamenta um artigo da Constituição e caminha, mais uma vez, no sentido de dar cidadania às pessoas com deficiência. O Brasil é um País que pode se orgulhar – e o Congresso Nacional tem participação importante nisto – de, nos últimos anos, ter aperfeiçoado o sistema legal de proteção e de defesa das pessoas com deficiência. Foi assim com a Convenção da ONU, com o *status* constitucional que trata dos direitos das pessoas com deficiência. Avançou ainda com a medida provisória aprovada aqui que concede créditos ao BNDES para que este possa financiar as tecnologias assistivas. E, agora, regulamenta a aposentadoria especial para pessoas com deficiência.

Quero também registrar o trabalho do Deputado Eduardo Barbosa, incansável Deputado que sempre lutou em defesa dos direitos das pessoas com deficiências.

É o conjunto desses Parlamentares, Deputados e Senadores, com o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado, que tem permitido avanços expressivos, significativos para o direito das pessoas com deficiência no Brasil.

Portanto, fico muito feliz de o Senado Federal, neste momento, avançar mais uma vez, fazendo justiça, encontrando-se com o anseio da população de fazer justiça às pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente Marta Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidenta Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em nome do Partido Progressista, eu gostaria de apresentar apoio integral ao PLC nº 40, pela relevância social. Ao mesmo tempo, em nome do Líder Francisco Dornelles, eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Lindbergh Farias, pelo trabalho incansável que fez sobre matéria que ele, pessoalmente, conhece profundamente e que comoveu esta Casa, tratando das questões que envolvem as pessoas portadoras de deficiência.

De minha parte, fui autora, no início da Legislatura passada, de um requerimento de urgência para essa matéria. Houve o pedido do Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social – essa matéria tem todo o encaminhamento pela execução no Ministério da Previdência –, para que houvesse a retirada da urgência e para que houvesse uma negociação, que foi habilmente concluída pelas mãos do Senador Lindbergh Farias, com o apoio das lideranças de todos os partidos nesta Casa.

Então, Srª Presidenta, eu queria endossar, em nome do Partido Progressista, integral apoio ao PLC nº 40, cumprimentando o autor do projeto na Câmara e o Relator, Senador Lindbergh Farias.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de chamar o Senador Inácio Arruda, quero fazer uma consulta ao Plenário.

Há uma emenda. Poderíamos apurar essa votação. Continuam os discursos enquanto apresentamos as outras emendas. Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Então, com 52 votantes, Senador Eduardo Braga e Senador Lindbergh, abrimos a votação?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos apurar!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos apurar!

Está encerrada a votação, em turno único. *(Palmas.)*

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1 CAE, AO PLC Nº 40, DE 2010 (SUBSTITUTIVO/TURNO UNICO)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL À PESSOA COM DEFICIENCIA FILIADA AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	3/4/2012 16:48:34
Data Sessão:	3/4/2012	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	3/4/2012 16:58:24

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM

Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00
Total : 52

Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Votos SIM : 52

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 3/4/2012 16:58:26

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram 52 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.

Aprovado com 52 votos de todos os Parlamentares aqui presentes.

É uma grande honra presidir esta sessão numa votação tão especial!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, voltamos ao turno suplementar.

Fechamos o painel e já o abrimos para as próximas votações.

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga. Depois, falará o Senador Inácio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, no momento em que cumprimentamos esta Casa por essa importante e histórica votação, aproveitamos para cumprimentar todos os Parlamentares que participaram da votação. Para não cometer injustiça, não quero citar nominalmente os Parlamentares. Mas cumprimento todos os Senadores, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os ex-Deputados e os ex-Senadores que hoje ocupam outros cargos e que participaram da importante construção dessa matéria, que acaba de se concretizar com a votação por unanimidade no plenário desta Casa.

Também quero, Srª Presidenta, aproveitar a oportunidade para registrar os cumprimentos, em nome da Liderança do Governo, ao novo bloco, constituído pelo PTB e pelo PR nesta Casa. Ao fazê-lo, quero cumprimentar todos os Senadores do PTB e todos os Senadores do PR, na figura da Liderança do novo bloco, nosso Senador Gim Argello, esperando poder, com esse novo bloco de Senadores, poder ampliar a interlocução, ampliar a base e ampliar a sustentação ao Governo da Presidenta Dilma no Senado da República, ajudando a Presidenta no difícil desafio de continuar a transformação econômica e social do nosso País, preparando o Brasil para as futuras gerações.

Portanto, meus parabéns ao novo bloco de Senadores do PTB e do PR que compõe a base aliada do Governo nesta Casa, Srª Presidenta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Srª Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para sugerir a V. Exª que abra novamente o painel de votação enquanto os Senadores se sucedem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já está aberto.

Desculpe-me, Senador Inácio, que ia fazer uso da palavra, mas vou, primeiro, ler a emenda, para agilizar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Turno suplementar.

Estando a matéria em regime de urgência, passa-se imediatamente à sua apreciação em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Há sobre a mesa uma emenda.

Onde se lê "social", no **caput** do art. 4º do substitutivo, substitua-se por "funcional".

Justificação: trata-se de mera alteração redacional, que visa a adequar o substitutivo apresentado ao PLC nº 40, e, agora, sob análise deste Plenário, aos termos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, faz-se necessário corrigir o **caput** do art. 4, que traz a palavra "social" quando deveria constar a expressão "funcional", por ser o termo correto, adequado aos conceitos estabelecidos na convenção ratificada pelo Brasil com **status** constitucional em 2008.

Emenda do Senador Jorge Viana.

É a seguinte a emenda:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2010
EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – PLEN

Onde se lê "social", no caput do art. 4º Substitutivo, substitua-se por "funcional".

Justificação

Trata-se de nova alteração relacional, que visa adequar o Substitutivo apresentado ao PLC nº 40/2010, aprovado na CAE, e agora sob análise deste Plenário, aos termos de Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Faz-se necessário corrigir o **caput** do artigo 4º, que traz a palavra "social", quando deveria constar a expressão "funcional", por ser o termo correto, adequado aos conceitos estabelecidos na Convenção ratificada pelo Brasil, com **status** constitucional, em 2008. – Senador **Jorge Viana.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para proferir parecer sobre a emenda em substituição às comissões de despacho.

PARECER Nº 333, DE 2012 – PLEN

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Em

substituição à CAE, CDH e CAS, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da emenda do Senador Jorge Viana.

Nos agradecimentos, faltou me referir ao Senador Gim Argello, que teve um papel grande na mobilização.

Srª Presidente, solicitação do Senador Ricardo Ferraço, no sentido de se abrir o painel agora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, eu gostaria de saber do Plenário se podemos votar essa emenda.

Estão todos de acordo? (*Pausa*.)

Então, está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, que está aguardando há algum tempo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, estamos aqui pacientemente aguardando, porque essa é uma das matérias mais importantes que votamos no Senado Federal. Matéria que ensejou uma discussão muito positiva, primeiro na Câmara e, agora, no Senado, aqui conduzida com a sensibilidade do nosso Senador Lindbergh Farias, com a presença do nosso Deputado Romário, mas não nos poderíamos esquecer do trabalho do Senador Flávio Arns, o seu esforço e a sua dedicação para que nós reduzíssemos o tempo de aposentadoria para as pessoas que têm um grau muitas vezes razoável de normalidade, mas que possuem uma deficiência que lhes causa prejuízo do ponto de vista do trabalho, que cria dificuldades.

E é exatamente essa sensibilidade, essa compreensão que permite a correção que estamos fazendo no dia de hoje. Estamos reduzindo o tempo de aposentadoria de todos aqueles que possuem deficiência: homens, de 35 para 25 anos; e mulheres, de 30 para 20 anos. Isso é muito importante.

Isso ocorre um dia depois do Dia Mundial, que chama a comunidade internacional para discutir o autismo, uma deficiência que exige, talvez, o mais elevado grau de sensibilidade para compreendê-la.

Registro esse dia especialíssimo porque, ontem, foi o dia Mundial do Autismo e, hoje, é a votação que realizamos no Senado Federal, completando a votação da Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar todos aqueles que lidam com a causa dos autistas no Brasil e no mundo, em nome de uma médica cearense, Drª Fátima Dourado. Foi ali, no Ceará, que realizamos o primeiro congresso de autistas do Brasil, que reuniu os familiares e um número enorme de apoiadores, de colaboradores que se sensibilizam com as causas das pessoas que têm uma debilidade e uma deficiência, seja visual, auditiva.

Existe uma campanha recente, no Senado Federal, em torno das pessoas que têm deficiência auditiva. É um projeto que realizamos no Senado Federal – aprovado no Senado e na Câmara – e que foi sancionado pelo Presidente Lula.

Acho que nós vamos somando os esforços. É a sensibilidade dos Congressistas, do Governo e do nosso povo para aqueles que têm como contribuir para a sociedade, mas que precisam de sua colaboração e precisam da colaboração da sociedade para que eles tenham as garantias e os meios, a fim de que possam dar sua contribuição à sociedade brasileira.

Parabéns aos nossos colegas que conduziram as relatorias desse importante projeto que estamos aprovando neste dia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero deixar claro aos colegas Senadores e Senadoras que estamos votando, com autorização do Plenário, o substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar, com o texto da emenda apresentada no turno suplementar.

Continuamos a discussão.

Com a palavra o Senador Magno Malta, por cinco minutos.

Senador Aécio quer se inscrever?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estou solicitando a V. Exª há algum tempo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou inscrevendo o Senador Aécio e, depois, o Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Acredito que, para essa emenda, já temos número para fazer a apuração, porque temos outra emenda ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma votação só de tudo. Não vamos ter outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, já foi autorizado. Em vez de fazermos três, vamos fazer duas. Agora foi uma e vamos agora votar duas juntas. Agora, estamos ouvindo os discursos para fazer a apuração.

Eu vou lembrar a lista: o primeiro, agora, é o Senador Magno Malta; depois, Alvaro Dias, Gim Argelo, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Aécio Neves e Randolfe Rodrigues. Há mais algum?

Quero perguntar ao Plenário se podemos diminuir de cinco minutos para quatro minutos o tempo do orador.

Todos aceitam? (*Pausa*.)

Então, por quatro minutos, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senadora Presidente, Senadora Marta; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; público aqui presente e também aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos assistem pela TV Senado, este é um momento ímpar na nossa história, um momento absolutamente significativo, que emociona todos nós.

Eu tenho um sobrinho, Davi Guilherme, que é também uma criança absolutamente especial. Eu me lembro de que tivemos aqui uma sessão para homenagear as pessoas portadoras de deficiência, mas, na verdade, essas pessoas não são portadoras de deficiência coisa nenhuma, porque deficiência é mau-caratismo, deficiência é safadeza. Essas pessoas são especiais mesmo!

Acho que este momento em que todos os Senadores se inscrevem para falar e expressar suas emoções, juntando-se num momento ímpar, emocional e significativo para a vida da Nação, que começa a valorizar os seus especiais... Tenho ao meu lado o Romário, que é pai da Ivy, e o nosso querido Senador Lindbergh, que é pai da Beatriz. Nós temos n colegas nossos, militantes da vida pública, que têm filhos especiais e que, na verdade, a vida deles se tornou especial a partir desses filhos. Eu digo isso a partir da minha experiência, Romário, com o meu sobrinho, Davi Guilherme.

Por isso, Srª Presidente, movido por essa emoção, apoiando com todas as minhas forças essa iniciativa e abraçando a Apae do meu Estado, aqueles que militam de coração, sacerdotalmente, na causa dos autistas e de tantos outros que merecem cuidados, porque são patrimônio da família, patrimônio de todos nós, em nome da Frente da Família, que tenho o prazer de presidir, Srª Presidente, eu gostaria que ficasse registrado que – é uma proposta minha, Romário; é uma proposta minha, Lindbergh –, a partir de agora, quando nós nos referíssemos a essa lei, ela passasse a se chamar Ivy Beatriz, que é a junção dos nomes das filhas do Deputado Romário, do nosso mil gols, do nosso Camisa 11, e do Senador Lindbergh. Existe Lei Fleury, um nome que o povo no Brasil nem sabe quem é. Há uns nomes que ninguém sabe quem são, mas todos sabem quem é Romário, quem é Lindbergh. E os nossos queridos especiais do Brasil sabem – e daqui para frente muito mais –, porque eles são a alegria da família, a alegria de todos nós. Por isso, a Lei, a partir de agora, deve ser chamada de Ivy Beatriz, e todo mundo vai saber do que se trata neste País.

É a minha homenagem, em nome do meu sobrinho de quatro anos, Davi Guilherme, que vai ser o primeiro campeão de MMA com Síndrome de Down no mundo. O menino é adrenalina pura, Lindbergh, e vai ser campeão do mundo.

Por isso, fica aqui a minha proposta de essa Lei se chamar Ivy Beatriz.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para prestar as homenagens. É evidente que o nome invocado pelo Senador Magno Malta tem o nosso apoio.

Eu sei que muitas pessoas, como o autor do projeto, muitas pessoas merecem homenagem neste momento por esta vitória. Digo sempre que a nossa atividade é de incompreensões, muitas vezes de injustiças. Incompreensões que se justificam ou não se justificam, mas há momentos que certamente emocionam aqueles que são artífices de uma vitória como esta.

Eu queria homenagear o Senador Flávio Arns. Foi exatamente para homenageá-lo que, no ano passado, conseguimos assinatura de todas as lideranças e incluímos na Ordem do Dia, em regime de urgência, este projeto. Recebemos um apelo do Ministro Garibaldi Alves e suspendemos o regime de urgência para que pudesse acontecer uma negociação com o Governo e o projeto fosse aprovado. O Senador Lindbergh recebeu a missão de relatar a proposta e negociou com o Governo, obtendo consenso, para que pudéssemos, hoje, aprovar aqui, definitivamente no Senado, retornando à Câmara para a deliberação final.

A nossa homenagem, portanto, ao ex-Senador Flávio Arns, que é uma figura emblemática na defesa desta causa. Certamente, tem uma participação importante no resultado desta votação.

Sei que houve uma grande mobilização nas redes sociais. Inclusive, quando tomei a iniciativa de propor um requerimento com regime de urgência, eu o fiz por ter recebido apelos via redes sociais. Certamente, essa mobilização foi importante e será importante para que a Câmara dos Deputados delibere o mais rapidamente possível, a fim de que essa proposta se torne lei. Afinal, se há responsabilidade maior na atividade pública é exatamente a responsabilidade de fazer justiça àqueles que, muitas vezes, não estão no patamar de privilégio que existe no País. Não são os privilegiados, mas são aqueles merecedores da atenção maior do Poder Público. É o que faz, nesta hora, o Senado da República.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Lindbergh por ter relatado tão importante matéria, o Deputado autor e todos aqueles que participaram efetivamente. Foi feita justiça hoje. É um projeto muito, muito importante, que demorou muito, mas que, a partir de hoje, se tornou lei.

A todas as associações que se encontram aqui presentes, ao Deputado Iolando, a todos vocês, a todos que participaram efetivamente disso.

Tivemos reuniões com o Ministro Garibaldi, que estudou, durante muito tempo, debateu e ajudou a construir essa solução, ajudou a construir esse relatório, em conjunto com o Senador Lindbergh.

Então, quero parabenizar, porque, realmente, hoje é um dia muito especial para o Senado, por fazer uma lei tão importante para o País, principalmente para aqueles que mais necessitam.

Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Argello.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já foi votada, Senadora. Essa eu acabei de ler. São as duas juntas.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Srª Presente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidente, em 1998, dez anos após a promulgação da Constituição Cidadã, como foi chamada por Ulysses Guimarães a Constituição Federal de 1988, era promulgada a Emenda Constitucional n° 20.

Ela teve como grande mérito, em particular, o de permitir a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral do INSS, nos casos dos trabalhadores que exercem atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física, na forma como viesse a ser definido em lei complementar.

Nada mais justo, um verdadeiro prêmio natalino entregue ao povo brasileiro naquele 15 de dezembro de 1998, um reconhecimento aos trabalhadores que se dedicam a atividades penosas ou perigosas com prejuízo da própria saúde.

Contudo, se com aquele gesto este Parlamento deu sentido e eficácia ao conceito de isonomia cunhado por Ruy Barbosa, de que a verdadeira igualdade se resume em tratar "desigualmente os desiguais, na medida das suas desigualdades", tal providência viria se mostrar insuficiente, incompleta, na medida em que outra classe de trabalhadores restara discriminada daquela proteção constitucional.

Foi necessário o decurso de quase uma década para que, em julho de 2007, o Congresso Nacional mais uma vez alterasse a Constituição pela Emenda nº 47 para, desta vez, estender o mesmo tratamento aos trabalhadores que são portadores de deficiências.

Srª Presidente, Srs. Senadores, reza a Constituição que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Mas para a correta compreensão deste comando legal necessário é que nos façamos valer da lição de Ruy Barbosa. Segundo ela, a igualdade consagrada.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego dão conta de que, entre os anos de 2005 e 2010, foram incluídas no mercado de trabalho 143.631 pessoas com deficiência. Balanço divulgado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho daquele Ministério revela ainda que o número de inserções tem aumentado ano a ano: em 2005, foram 12.786 pessoas, saltando para 28.752 ao final de 2010. O aumento é de 124% em cinco anos.

Nos primeiros meses de 2011, 7.508 pessoas com algum tipo de deficiência foram inseridas no mercado de trabalho formal, crescimento de 40,7% em relação ao primeiro trimestre de 2010, quando foram incluídos 5.338 trabalhadores.

Assim, quero aqui declarar o apoio total a essa lei.

Agora, ela voltando para a Câmara, peço que também lá...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Que, então, na Câmara dos Deputados, seja dada a celeridade para que possamos concluir essa lei tão importante.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje o Senado vive um daqueles raros consensos. Consenso em torno de uma matéria de extraordinária relevância para uma parte expressiva de brasileiros. Não apenas brasileiros com deficiência, mas todos aqueles que se sensibilizam por essa causa.

Obviamente, a minha primeira manifestação é, mais uma vez, de reconhecimento e de cumprimentos ao Senador Lindbergh, que soube não apenas apresentar um correto substitutivo, mas abrir as portas da negociação com o Governo, superando algumas intransigências para a aprovação da matéria.

Mas é preciso, Srª Presidente, que nós, num momento em que fazemos tantas homenagens, lembremos aqui o processo que nos trouxe ao dia de hoje.

Na verdade, essa proposta tramita na Câmara dos Deputados desde 2005. É de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, aqui ao meu lado hoje, um grande parlamentar de Minas Gerais, dedicado a essa causa durante toda a sua vida política e pessoal, assim como do ex– Deputado Leonardo Mattos. Desde 2005 essa proposta tramita na Câmara dos Deputados. Portanto, já aprovamos aqui.

Não obstante a relevância do texto já com algum atraso, mas eu me lembro ainda, Srª Presidente, que, na reforma da Previdência, no ano de 2005, foi apresentada uma emenda pelo Deputado Eduardo Barbosa que já previa a aposentadoria especial no Regime Geral paras as pessoas com deficiência e também no regime público, no Regime Geral e no serviço público. A iniciativa em relação ao Regime Geral poderia ser como foi a dos parlamentares, em especial do Deputado Eduardo Barbosa. Em relação ao regime público, Srª Presidente, cabe ao Governo Federal essa iniciativa.

Então, no momento em que todos aqueles que participaram desse processo decisório merecem as nossas homenagens, é preciso que o Governo Federal tome, mais uma vez, já com grande atraso, a iniciativa, que é exclusiva do Governo Federal, de encaminhar ao Congresso Nacional essa mesma previsão da aposentadoria especial para os servidores públicos.

Já existe inclusive, segundo me relata o Deputado Eduardo Barbosa, mandados de injunção propostos por servidores públicos que buscam legitimamente esse direito. Aguardamos, portanto, vencidas as resistências até aqui, que o Governo Federal faça a sua parte...

(Interrupção do som.)

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador, por favor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E envie a esta Casa, Srª Presidente, a proposta, pois é de sua responsabilidade exclusiva estender esses benefícios também aos servidores públicos.

Meus cumprimentos ao Deputado Eduardo Barbosa e a todos aqueles que ao longo dessa trajetória contribuíram para que se faça justiça hoje, como fez a Câmara e faz o Senado da República, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos ainda dois oradores inscritos.

Depois abriremos a votação.

Primeiro é o Senador Jucá e depois o Senador Randolfe, que é o último inscrito antes da abertura da votação.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, vou somar minha voz à de todos e todas que falaram aqui e que ressaltaram essa vitória da sociedade brasileira.

Mais uma vez, o Senado Federal cumpre o seu papel. Nós que já aprovamos outros mecanismos a favor das pessoas portadoras de deficiência hoje aprovamos por unanimidade um projeto de lei complementar que reduz os prazos para a aposentadoria, fazendo justiça a esses brasileiros e brasileiras que merecem o nosso reconhecimento e o nosso apoio.

Quero parabenizar o Senador Lindbergh pela relatoria, todos os líderes da Casa, todos aqueles que debateram. Sem dúvida nenhuma, como eu disse, foi unanimidade a votação e também a posição tomada pelo Senado Federal.

Portanto, quero, em nome do PMDB, em nome da Liderança do PMDB, em nome do povo de Roraima, em nome, enfim, do meu mandato, dizer que estou muito feliz de ter votado essa matéria e de ter visto nesta tarde uma vitória importante como esta, fazendo justiça a milhares de brasileiros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jucá.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, estamos hoje votando uma lei complementar que na verdade regulamenta a Emenda Constitucional nº 47. Mas bem que esta votação poderia ser um dispositivo de regulamentação do art. 5º da Constituição.

O art. 5º da nossa Constituição trouxe o princípio da igualdade. O princípio moderno da igualdade é interpretado através da máxima "tratar igualmente os iguais e tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam". Ou seja, é o princípio da igualdade moderno, compreendendo que nós estamos em uma sociedade da diversidade e de muito acentuada desigualdade.

Claramente, o que existe no projeto de lei complementar que estamos votando e que vamos, se Deus quiser, aprovar daqui a pouco é realizar uma justiça entre os desiguais; é conceder uma aposentadoria

especial para aqueles que – é bom que se diga – não podem ser tratados com dó, com piedade, com pena. A palavra de ordem para o tratamento da pessoa com deficiência deve ser inclusão e cidadania.

Por isso, justifica a concessão de uma aposentadoria diferenciada, de uma aposentadoria especial, porque é o reconhecimento de que esses têm direito à aposentadoria diferente em virtude das suas diferenças dos demais cidadãos.

Este é o princípio da igualdade moderna: tratar os desiguais desigualmente na medida em que se desigualam e construímos, na verdade, uma sociedade baseada no princípio da igualdade positiva, presente no art. 5º da Constituição.

Quero saudar, já concluindo, Presidenta Marta Suplicy, dois lutadores dessa causa: o Senador Lindbergh aqui, no Senado, e o Deputado Romário, na Câmara Federal, que têm empunhado e empenhado seus mandatos em torno dessa causa, que é, sem dúvida nenhuma, uma causa cidadã e uma causa que dá cabo à real interpretação do princípio da igualdade que está presente em nossa Constituição.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Randolfe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria que ficasse registrado que a reforma da Previdência proposta pelo Presidente Lula teve como relator o então Senador Tião Viana, em 2005, que desdobrou a Emenda Constitucional nº 41 com a Emenda nº 47. É exatamente a aprovação da Emenda Constitucional nº 47 que permite que se possa fazer essa votação histórica aqui, no Senado, garantindo às pessoas portadoras de deficiência que tenham um tratamento adequado – eu não diria diferenciado, mas adequado – na hora de se aposentar, seja por tempo de serviço, no caso com 30 e 25 anos, seja por idade.

Então, eu queria registrar aqui, mais uma vez, a maneira que o Senado aqui, hoje, reconhece a atuação parlamentar do Senador Tião Viana, que desdobrou a reforma da Previdência com a Emenda Constitucional nº 47, que permite que se faça hoje essa votação histórica, que faz com que todos nós, aqui, no plenário, possamos estar orgulhosos da função de Senador, assim como devem estar, certamente, os Deputados que apresentaram essa proposta na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

O último orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. Aí, vou abrir o painel. É sobre o tema, Senador.

O Senador Renan também quer falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É, Presidenta.

Presidenta Marta, quero apenas parabenizar o Senado Federal. Estamos regulamentando aqui a Constituição Federal na Emenda nº 47, de 2005, que trata da aposentadoria especial para pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral da Previdência Social. É importante que se festeje hoje que estamos cumprindo a obrigação, quando aprovamos, por unanimidade, o substitutivo ao PLC nº 40, de 2010.

Entre os requisitos estabelecidos no projeto, está a exigência de tempo de contribuição diferenciada, conforme se trata de deficiência leve (30 anos, se homem; 25 anos, se mulher), de deficiência moderada (27 anos, se homem; 22 anos, se mulher) e de deficiência grave (25 anos, se homem; 20 anos, se mulher).

Então, quero aqui dizer, Senadora Marta Suplicy – e festejar –, que, dessa forma, o Senador Federal e o Congresso cumprem a obrigação e fazem justiça a todo o funcionalismo, que tem, nesta aprovação, a justiça feita neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Flexa.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros. E aí abrimos a votação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidenta Marta, quero reafirmar o posicionamento do PMDB com relação à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 40, que antecipa a aposentadoria dos portadores de necessidades especiais.

Essa é uma antiga luta, que prospera, com os cumprimentos devidos ao Senador Lindbergh, que cumpriu um importante papel com relação à tramitação e à aprovação dessa matéria.

É esse o posicionamento do PMDB, da Bancada do PMDB, aqui, no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a votação.

Abra-se o painel, por favor.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

SUBSTITUTIVO AO PLC Nº 40, 2010, E EMENDA Nº1-PLEN (TURNO SUPLEMENTAR)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL À PESSOA COM DEFICIENCIA FILIADA AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	3/4/2012 17:02:50
Data Sessão:	3/4/2012	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	3/4/2012 17:31:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PR	SE	LAURO ANTONIO	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 00 **Total : 54**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 3/4/2012 17:31:12

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Marta, pela ordem.

Eu gostaria de consignar, além desse voto que está aberto, agora exposto no painel, que o Senador Vital do Rêgo, na votação anterior, acompanhou a Liderança do PMDB em tão importante e nobre votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O resultado é realmente estupendo!

SIM, 54; zero NÃO.

Zero abstenção.

Cinquenta e quatro votos.

Aprovado por unanimidade, por todos os Senadores e Senadoras desta Casa. (*Palmas.*)

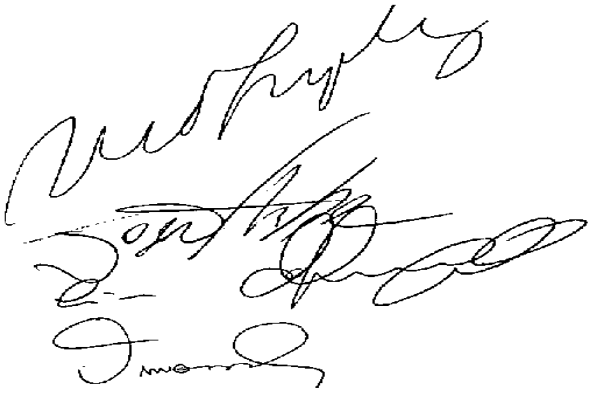
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER N° 334, DE 2012
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 40, de 2010 – Complementar (n° 277, de 2005 – Complementar, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 40, de 2010 – Complementar (n° 277, de 2005 – Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social, consolidando a emenda aprovada pelo Plenário no turno suplementar.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.



ANEXO AO PARECER N° 334, DE 2012

Regulamenta o § 1° do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Esta Lei Complementar regulamenta a concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de que trata o § 1° do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 2° Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata esta Lei Complementar, considera–se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3° É assegurada a concessão de aposentadoria, pelo RGPS, ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

I – aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II – aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III – aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV – aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Parágrafo único. Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

Art. 4° A avaliação da deficiência será médica e funcional, nos termos do Regulamento.

Art. 5° O grau de deficiência será atestado por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

Art. 6° A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

§ 1° A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 2° A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

Art. 7° Se o segurado, após a filiação ao RGPS, tornar–se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no art. 3° serão proporcionalmente ajustados, considerando–se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 3° desta Lei Complementar.

Art. 8° A renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será calculada aplicando–se sobre o salário de benefício, apurado em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, os seguintes percentuais:

I – 100% (cem por cento), no caso da aposentadoria de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º; ou

II – 70% (setenta por cento), mais 1% (um por cento) do salário de benefício por grupo de 12 (doze) contribuições mensais, até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso de aposentadoria por idade.

Art. 9° Aplicam–se à pessoa com deficiência de que trata esta Lei Complementar:

I – o fator previdenciário nas aposentadorias, se resultar em renda mensal de valor mais elevado;

II – a contagem recíproca do tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência relativo à filiação ao RGPS, ao regime próprio de previdência do servidor público ou a regime de previdência militar, devendo os regimes compensar–se financeiramente;

III – as regras de pagamento e de recolhimento das contribuições previdenciárias contidas na Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV – as demais normas relativas aos benefícios do RGPS;

V – a percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria estabelecida na Lei n° 8.213, de 1991, que lhe seja mais vantajosa do que as opções apresentadas nesta Lei Complementar.

Art. 10. A redução do tempo de contribuição prevista nesta Lei Complementar não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor 6 (seis) meses após a data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Aprovada.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Acabou a Ordem do Dia.

É a seguinte a matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), que oferece.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme as tradições da Casa, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Escritor Millôr Fernandes, bem como seja encaminhado o referido Voto à família, em nome do seu filho Ivan Fernandes, no seguinte endereço: Avenida Vieira Souto, 594 – Apto. 402 – CEP 22.420–000 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ.

Justificação

Millôr foi um gênio das artes, das letras, do humor, do pensamento, da inteligência, da irreverência, do bom gosto. Teve destaque como cartunista, humorista, dramaturgo, escritor e tradutor brasileiro.

Com passagem marcante pelos veículos impressos mais importantes do Brasil, como **O Cruzeiro, O Pasquim**, **Veja** e **Jornal do Brasil**, entre vários outros,

Millôr era considerado uma das principais figuras da imprensa brasileira no século XX. Multifacetado, obteve sucesso de crítica e de público em todos os gêneros em que se aventurou, como em seus trabalhos de ilustração, tradução e dramaturgia, sendo várias vezes premiado. Além das realizações nas áreas literária e artística, ficou conhecido também por ter sido um dos idealizadores do frescobol.

Autor de tiradas memoráveis, Millôr, não se contentava com pouco: alem de ser cartunista, era também, jornalista, roteirista de cinema e dramaturgo. Enfim, um artista completo.

Em 1985, Millôr passou a ser dono de um espaço cativo na página 11 da editoria de Opinião do **Jornal do Brasil**. Suas frases e desenhos marcaram época, temperados com o habitual humor, sutil e enxuto.

Sua primeira peça de teatro, "Uma mulher em três atos", foi apresentada no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo, e foi como dramaturgo, que Millôr mais colecionou prêmios. Como em "Um elefante no caos", em 1960.

Recebeu uma homenagem durante o carnaval carioca de 1983, quando foi samba–enredo da Escola de Samba Acadêmicos do Sossego, de Niterói (RJ). Millôr, inclusive, compareceu ao desfile.

Com a saúde fragilizada após um acidente vascular cerebral no começo de 2011, veio a falecer no dia 28 de março de 2012, aos 88 anos. Só nos resta imaginar como deve estar divertido lá em cima.

Perdemos um lutador, que sempre acreditou no uso do meio ambiente de forma responsável, e da inclusão social e respeito às populações tradicionais. Sua luta não foi em vão. Ele conquistou o respeito e admiração de todos nós.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO N° 248, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Rio Preto da Eva, por estar completando 31 anos de criação, comemorado no dia 31 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Municipal, Senhor Fúlvio Pinto, no seguinte endereço: Rua Governador Pimenta Bueno, 242 – Centro – Rio Preto da Eva – AM – CEP: 69.115–000.

Justificação

O nome Rio Preto da Eva veio devido às águas pretas do rio que banha o município, em suas margens foi implantada a colônia agrícola por imigrantes japoneses e alguns colonos brasileiros. Tem na agricultura e no turismo a principal fonte de renda.

Rio Preto da Eva é conhecida como a terra da Laranja. Localiza–se na Região Metropolitana de Manaus. A existência de inúmeros balneários públicos com quase uma centena de cachoeiras, além de sua proximidade com Manaus, transformaram o município no principal local de lazer dos manauenses.

As origens do município se prendem a Manaus. Sede da capitania em 1791, perdendo este título em 1799 e recuperando definitivamente em 1808, atual capital do estado foi elevada a cidade em 1856, quando contava com cerca de 4.000 habitantes.

Na última década do século passado e nas primeiras décadas do atual, com a fase áurea da borracha, a região conheceu notável surto de prosperidade. A urbanização da cidade ganhou características européias, surgindo construções grandiosas, como o Teatro Amazonas, o Palácio de Justiça, etc.

Com o advento da Emenda Constitucional n° 12, de 10 de dezembro de 1981, eleva à categoria de município, pela segunda vez, porém com o nome de Rio Preto da Eva, situado a altura do km 80 da rodovia Torquato Tapajós, também denominada como rodovia AM–010, ligando a capital à vizinha cidade de Itacoatiara.

Em fevereiro acontece no município o carnaval "Eva me leva"; em 29 de junho ocorre a festa de São Pedro, padroeiro do município; e na 1ª quinzena de agosto é realizada a Feira da Laranja.

Parabéns ao Município de Rio Preto da Eva por toda a sua riqueza e beleza.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 249, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA/MCTI, por estar completando 17 anos de existência do Bosque da Ciência, comemorado no dia 31 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Coordenador de Extensão do INPA – Dr. Carlos Roberto Bueno, no seguinte endereço: Av. Otávio Cabral, s/n – Bairro Petrópolis, Manaus – AM – CEP 69060–001.

Justificação

Inaugurado em 1° de abril de 1995, como parte das comemorações do 40° aniversário do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA, concreti-

zando–se, assim, um antigo sonho de abrir as portas do Instituto ao público.

O Bosque da Ciência que é uma área de aproximadamente 13 (treze) hectares, localizado no perímetro urbano da cidade de Manaus na zona central – leste, projetado e estruturado para fomentar e promover o desenvolvimento do programa de Difusão Científica e de Educação Ambiental do INPA, ao mesmo tempo preservando os aspectos da biodiversidade existente no local.

Entre os seus objetivos pretende oferecer à população uma nova opção de lazer com caráter sócio–científico e cultural, propiciando aos visitantes o interesse pelo meio ambiente, além de oferecer atrativos turísticos e entretenimento.

Com seus quase 13 hectares, o Bosque se solidificou como ferramenta de difusão científica e educação ambiental em Manaus. O contato entre a sociedade e o conhecimento científico promovido pelos projetos realizados no Bosque, como o próprio Circuito, o Educke e Jovens Ambientalistas, são de grande relevância para a formação dos cidadãos manauaras.

O parque conta, ainda, com trilhas educativas, tanques de peixe–boi, viveiro de ariranhas, Casa da Ciência, Ilha da Tanimbuca, casa da madeira, recanto dos inajás e condomínio das abelhas, além do Paiol da Cultura, da trilha suspensa, lago amazônico, viveiro dos jacarés e o contato com a fauna livre (macacos, cutias, araras), que são uma atração a parte.

O projeto Pequenos Guias do Bosque da Ciência, que já formou mais de 800 jovens e adolescentes, é referência no parque voltado à educação ambiental, está sendo reformulado, e vem com um novo formato, com mais novidades para o futuro, assim como os preparativos para a Copa de 2014, que também já estão sendo realizados.

O Bosque da Ciência passou a ser um dos maiores instrumentos de difusão científica e um espaço turístico também. Ele não é só do INDA e sim da sociedade e tem um papel fundamental para as 600 escolas que nos visitam por ano.

Parabéns, ao Bosque da Ciência por construir uma conscientização ambiental e científica entre jovens e crianças. São 13 anos se revelando como uma das ferramentas mais importantes de difusão das pesquisas realizadas pelo INDA para a comunidade manauense.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2012

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, informações sobre as políticas públicas relativas à intensificação do combate, controle e fiscalização dos medicamentos falsificados e/ou adulterados que entram no país, ou mesmo que são produzidos em território nacional, nos seguintes termos:

1. Quais são os dados que esse Ministério tem resultantes de estudos e/ou ações de controle informando as marcas e medicamentos mais falsificados e/ou adulterados?
2. Como se opera o controle de qualidade e fiscalização de medicamentos falsificados e/ou adulterados nos Estados brasileiros?
3. Quais Estados lideram o ranking de apreensões de medicamentos falsificados e/ou adulterados?
4. Qual o efetivo dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização de medicamentos, no Estado do Amazonas, no Ceará, em Minas Gerais, em São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul?
5. Quais os investimentos do governo federal previstos até 2014 no que se refere à política de combate à entrada e produção de medicamentos falsificados e/ou sua adulteração?
6. Quais são os meios utilizados por esse Ministério para combater a falsificação e/ou adulteração de medicamentos no país?

Justificação

A questão da falsificação de medicamentos e o seu devido combate e fiscalização, principalmente, nas regiões de fronteira do país, é um assunto de ordem pública, uma vez que envolve a saúde da população brasileira nos seus mais diversos aspectos.

Infelizmente, tal problema não é adstrito somente ao território nacional, uma vez que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), os medicamentos falsificados figuram como um problema global enfrentado pela saúde pública, com resultados os mais cruéis para a sociedade, matando, incapacitando e ferindo adultos e crianças indistintamente. Nenhum país está livre desse problema que assola tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Entre os principais medicamentos falsificados, estão remédios para disfunção erétil, para tratamen-

to de câncer, antibióticos e vacinas contra a gripe. De acordo com os dados da ANVISA, a maioria desses medicamentos é fabricada em países do Sudeste Asiático. Um dos países do mundo mais prejudicados com essa situação é a Nigéria, onde 85% dos remédios em circulação são falsos.

Por isso, uma das prioridades do governo federal deve ser o combate da venda de medicamentos em todo o país, devendo–se ter políticas públicas específicas, como por exemplo, realização de operações frequentes para apreensão desse tipo de mercadoria ilegal ou mesmo o monitoramento policial das quadrilhas formadas para explorar esse mercado negro instalado no país.

Nesse contexto, é possível reconhecer os grandes esforços do governo brasileiro para tomar medidas que coíbam essa prática maléfica e nefasta que mata homens, mulheres, crianças e idosos indistintamente, com grande potencial para incapacitar milhares de pessoas, podendo–se citar, por exemplo, modificações legais, incluindo a classificação do delito como crime hediondo, e, recentemente a publicação da Lei nº. 11.903, de 14 de janeiro de 2009, a chamada Lei da Rastreabilidade.

Outro grande passo dado foi a criação da ANVISA, à qual foi delegado um papel determinante para as ações de prevenção e combate à falsificação de medicamentos, proporcionou a estruturação dos órgãos de fiscalização componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e o estabelecimento de padrões e fluxos de trabalho em casos de investigação de suspeita de falsificação, a regulamentação e o controle da cadeia de produção e fornecimento de medicamentos no país, por meio da realização de cursos de capacitação para os agentes do SNVS, dentre outras medidas.

No entanto, apesar disso a OMS prevê também que cerca de 25% dos medicamentos utilizados em países em desenvolvimento, como Brasil, Índia, Rússia e Turquia, são contrafeitos ou de qualidade ruim. Essa situação torna–se ainda mais alarmante quando observado que apenas em 2010, mais de 16% das comercializações foram de produtos ilícitos e segundo as estimativas, a referência representa o prejuízo de US$ 75 bilhões no faturamento da cadeia farmacêutica mundial.

Fica evidente com tais dados que apesar dos esforços da polícia federal, polícias civis e militares dos estados, dos agentes de controle da Vigilância Sanitária dentre outros órgãos públicos, a cada ano esse mercado ilegal continua a crescer e desenvolver novos métodos para burlar as fiscalizações.

E tal fato faz pensar que os criminosos que cometem essas condutas ilícitas estejam envolvidos em outras organizações criminosas igualmente organizadas no país como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro dentre outras, mostrando–se, assim a importância de combater essa rede criminosa que atua no país e no mundo.

A situação causa inúmeros prejuízos não só à saúde da população que corre o risco até de morte ao ingerir medicamentos falsificados, mas também gera perda de arrecadação aos cofres públicos, onde a sonegação fiscal de medicamentos, o Brasil acumula um prejuízo de R$ 2 bilhões a R$ 3 bilhões, por ano, causa ainda prejuízos ao sistema previdenciário, perda aproximada de 2 milhões de postos de trabalho, menor geração de renda e fluxo de investimentos de grandes conglomerados do setor farmacêutico.

Portanto, é primordial que o governo federal crie sempre novos mecanismos de controle e fiscalização para o combate da produção e comercialização de medicamentos falsificados, atuando, principalmente, na desarticulação das organizações criminosas.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Voltamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito é o Senador Lauro Antonio.

Tem a palavra por vinte minutos, como orador inscritos após a Ordem do Dia.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, hoje, venho à tribuna desta Casa para agradecer por ter certeza de que a gratidão é um dos melhores sentimentos a serem cultivados juntamente com o amor na sua forma mais ampla e o respeito às individualidades.

Os que me conhecem sabem que a política nunca esteve na pauta da minha vida; tinha inclusive, no início, vergonha de me apresentar como político. Mas o que posso lhes dizer é que a vergonha inicial deu lugar ao orgulho. Fazendo parte desta Casa, conheci pessoas da mais alta competência, pessoas de bem que estão comprometidas com o desenvolvimento dos seus Estados e do Brasil.

Não posso deixar de citar o Senador Eduardo Amorim, amigo que me conduziu pelos corredores do Senado Federal, apresentando–me às lideranças e mostrando–me todos os caminhos. Com ele, aprendi

que “a política é uma ferramenta de transformação social”, e posso seguramente dizer que, de fato, o é.

Aqui também fiz grandes amizades e fortaleci laços do passado. Contei com o apoio, com o companheirismo e com o comprometimento das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, das equipes das comissões das quais participei, dos Deputados da bancada federal e, como não poderia deixar de citar, o carinho e o cuidado a mim dispensados pelos amigos do cafezinho.

Gostaria ainda de agradecer aos colaboradores do gabinete e aos colaboradores do meu Estado, pelo suporte em todas as situações. Hoje, vocês são parte integrante da minha grande família.

Falando em família, que, sem dúvida, é o lastro que nos dá sustentação durante a jornada da nossa vida, quero deixar um gesto de enorme gratidão à minha esposa, aos meus filhos, ao meu neto, aos meus pais, enfim à minha família de sangue e também àquela que escolhemos e da qual fazem parte nossos amigos irmãos, alguns desses amigos presentes aqui no plenário.

Peço a Deus que continue me dando forças e perseverança para prosseguir nessa jornada que outrora rejeitava, mas que hoje me encanta pela possibilidade de, efetivamente, ajudar a construir um futuro melhor para o nosso povo, para o nosso País.

Estarei sempre, esteja onde estiver, à disposição para me somar às causas em prol do desenvolvimento do Brasil, seja na educação, na saúde ou na desoneração dos custos, para que juntos possamos construir um país ainda melhor, do qual todos nós tenhamos ainda mais orgulho de pertencer e do qual o mundo sempre reconheça como uma grande nação.

Minhas amigas e meus amigos, perdoem–me a informalidade, mas é esse o sentimento que nutro em relação a todos vocês. Acredito, com toda a minha convicção, que a união realmente faz a força e muda destinos e, como um dia nos disse Raul Seixas: “Sonho que se sonha só, é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Meu muito obrigado a todos vocês.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Sr. Presidente, hoje é a despedida do Senador Lauro, portanto gostaria de contar com a benevolência da Mesa. Aliás, é uma característica de V. Exª, o seu coração misericordioso. Minha mãe, que era analfabeta profissional, dizia que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. Neste momento, a graça tem que ser maior do que o Regimento Interno, porque estamos despedindo–nos, ainda que temporariamente, de um companheiro dos mais queridos, que é o Senador Lauro Antonio, a quem todos nós aprendemos a admirar, a amar e a respeitar nesses quatro meses aqui. O Senador Lauro Antonio, eu diria em uma linguagem do pessoal da luta, do pessoal de academia, “tocou o terror”. Ele “tocou o terror” durante quatro meses aqui, não é, Vital? Ele “tocou o terror”. Foram quatro meses de muito trabalho. Agregou, construiu amizades com pessoas que o respeitam. Sente aqui, menino. Está comigo, está com Deus. É o seu filho, que veio homenageá–lo, abraçá–lo. O Regimento Interno diz que não pode, que a pessoa que não tem o botãozinho de Senador, que não tem nenhum voto, não pode sentar aqui. Mas hoje pode, até porque este é um momento importante para ele, que é seu fã, que o tem como ídolo, que o copia, é seu admirador, seu colaborador, seu filho. Nós o conhecemos muito bem, convivemos com V. Exª, e conhecemos a família que V. Exª tem. Portanto, receba o meu abraço. Sou muito grato por ter contraído essa amizade tão importante com uma pessoa simples, com muita capacidade, com um gerador de honra. Quem conhece V. Exª em seu Estado sabe que V. Exª é gerador de honra, porque quem gera emprego gera honra. V. Exª é um empresário bem–sucedido, com muitos trabalhadores, com muitos companheiros de trabalho – para não chamá–los de empregados. V. Exª tem a alegria de ajudar esses seus colaboradores a colocarem pão na mesa. Eu percebi isso quando a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional esteve em seu Estado – eu, o Senador Wellington, o Senador Vital, o Senador João Ribeiro, o Senador Perrela. Estivemos lá para discutir as potencialidades do seu Estado e, de perto – fomos testemunhas oculares –, pudemos constatar o que V. Exª representa para os seus, para aqueles que V. Exª tem como colaboradores, como companheiros, como amigos e para a sua família. Portanto, nós não perdemos, porque V. Exª não vai sair daqui. Faço o registro da instalação da Comissão Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores de Praia, que eu tenho o prazer de presidir tendo ao meu lado o Senador Vital do Rêgo e o Deputado Romário, que é o Vice–Presidente. V. Exª já sai daqui como vice–presidente, até porque ainda está no exercício do seu mandato, e ninguém pode tirá–lo, porque nós precisamos de V. Exª para fazer esse enfrentamento no Brasil àqueles que querem desalojar as pessoas que fazem o turismo neste País, o trabalhador formal e o trabalhador informal, que estão nas areias das praias deste País, sejam elas de água doce ou de água salgada. Vêm com a conversa de que é terreno de marinha, mas nós nunca vamos enfrentar os britânicos, nunca vamos enfrentar as doideiras de Bush, Bin Laden já morreu, ninguém vai nos atacar. Eles querem desalojar essas pessoas, como se ali fossem colocar um forte da Marinha, fossem colocar um canhão. Querem desalojar quem está gerando emprego e turismo neste País. V. Exª é parte integrante

disso. Por isso, eu abraço V. Exª. Por sua capacidade, receba todo o meu afeto. Foram quatro meses que representam muito mais do que os oito anos de muita gente que passou por aqui calada e saiu muda, sem ninguém saber o que veio fazer nesta Casa. V. Exª passou quatro meses muito significativos. Parabéns, receba o meu abraço até com certa tristeza, porque V. Exª está indo para casa e nos deixando aqui sozinhos.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Senador Magno Malta, pelas suas palavras carinhosas, e conte com meu apoio nessa frente que V. Exª abriu em defesa das pessoas que estão à beira–mar, à beira do rio, para poder movimentar esse turismo do nosso País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Lauro Antonio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – É um prazer grande.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Lauro Antonio, é o Senador Paim.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Posso falar? Ele não me localizou ainda. Aqui! Eu havia me comprometido com V. Exª e estou aqui de plantão, desde as duas horas. Eu só quero, rapidamente, dizer da minha alegria de conviver com V. Exª. V. Exª chegou à Comissão de Direitos Humanos *devagarito no más*, como falamos no Rio Grande. Foi relatando projetos, com competência, com sabedoria, com equilíbrio, e foi conquistando a Comissão. Não só relatou, como apresentou, como aprovou. E, também em outras comissões, V. Exª, relatando projetos de minha autoria, me chamava para conversar, estabelecia o diálogo: "O que você acha, Paim? Este aqui, se mudarmos aqui, se mudarmos ali, dá para aprovar, senão fica difícil." Sabedoria, competência, um grande Senador da República. Eu quero dizer que tenho orgulho de ter me tornado seu amigo. Além de um competente Senador, é um bom amigo. E, para mim, é muito bom poder dizer isso em público. Parabéns a V. Exª!

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelo carinho. Quero também ter o prazer e o carinho de recebê–lo, como já falei, lá em Sergipe, para passarmos uns dias juntos, se Deus quiser.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senador Lauro.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Senador Blairo, nosso Líder, com a palavra.

O Sr. Blairo Maggi (PR – MT) – Senador, eu quero cumprimentá–lo pelo tempo que passou aqui conosco, no Senado Federal, e dizer que, a exemplo de V. Exª, eu também, em 1998, em 1999, por aí, era suplente do nosso saudoso e querido Senador Jonas Pinheiro. Ele também abriu um espaço para mim, de quatro meses, e eu para cá vim, assim como V. Exª, e tive a minha oportunidade nesta Casa, não com tanto brilhantismo, com tanta dedicação como V. Exª. Mas a passagem pelo Senado foi muito importante para a minha formação política. E tenho certeza de que a sua passagem por aqui irá despertar em V. Exª a questão política. E queira Deus que V. Exª consiga dar os mesmos passos que eu consegui dar. Depois da suplência, eu disputei duas eleições para governador do meu Estado, fui eleito por duas oportunidades, e hoje estou aqui novamente no Senado. Então, eu quero desejar a V. Exª que trilhe o mesmo caminho que fiz para chegar aqui. Espero que eu possa, no futuro, reencontrá–lo aqui, no Senado Federal. Gostaria de fazer uma brincadeira, como fiz hoje pela manhã, na nossa reunião do PR. Eu disse que a gente acaba se sentindo como um pai que tem várias filhas. Eu tenho duas filhas. Cada vez, meus colegas Senadores, que as minhas filhas terminam um namoro, que deixam de namorar alguém, é um estrago para a gente também, porque a gente acaba acostumando com os garotos em casa, que passam a fazer parte da vida e depois, um dia, como não deu certo o relacionamento, eles vão embora. Não é o caso aqui, mas o sentimento é o mesmo com V. Exª. É um sentimento de perda. Eu sei que o mandato não é seu; é do Senador, querido colega nosso, Amorim. Mas o senhor chegou aqui e conquistou todos nós, conquistou não só individualmente cada um de nós, mas o Partido. O PR reconhece V. Exª como um grande parlamentar, um parlamentar que foi e é participativo nas reuniões do Partido, nas reuniões das comissões. O senhor faz parte de várias comissões pelo PR e, em nenhum momento, deixou de fazer aquilo que lhe foi determinado pela Liderança, pelo Partido ou pelo Bloco do qual nós fazíamos parte no passado. Então, quero cumprimentá–lo e lamentar a sua perda aqui, no Senado. Mas essa é a vida. O mandato não é seu. O senhor é suplente. Mas tenha certeza de que se, por qualquer motivo, o Senador Amorim tiver que deixar o Senado para ser Governador, por exemplo, o senhor chegará aqui com o respaldo de todos nós desta Casa, que o receberemos de braços abertos. Felicidades! O senhor tem aqui, nesta Casa, 81 companheiros, amigos que lhe podem prestar o serviço que for necessário para o bem do Estado de Sergipe. Parabéns!

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Senador Blairo. Hoje, na hora que V. Exª sobre falou sobre a perda, realmente, isso me deixou bem comovido. Agradeço–lhe as palavras. Conte comigo. Quero ter o maior prazer de recebê–lo em Sergipe com sua família.

O Sr. João Ribeiro (PR – TO) – Senador Lauro Antonio, eu estive em Sergipe, onde inclusive pude falar naquele encontro da Subcomissão de Infraestrutura e da Subcomissão de Turismo, ao qual estiveram presentes dez Srªs e Srs. Senadores. Foi realmente um fim de semana fantástico, porque pudemos ver de perto o seu Estado. Sei que é um Estado pequeno, o menor do Brasil, com 22 mil km² – eu até fazia os cálculos de que o Tocantins tem 286 mil km², mais de dez vezes o tamanho de Sergipe. Mas, na verdade, é uma economia muito forte, um Estado que gera muito emprego e renda. E V. Exª é um Senador que gera muito emprego e renda também. Estive ali no seu hotel *resort* – hotel fazenda –, juntamente com o seu filho Gustavo, que está querendo ser prefeito de uma cidade. E também o Senador Vital, que está ali aguardando para também aparteá–lo; o Senador Magno Malta; a Senadora Lídice; o Senador Wellington Dias; enfim, foram dez Srs. Senadores. O Governador estava ali. Muita gente foi àquele encontro. Foi muito bom! Pudemos perceber, naquele momento, o seu prestígio no Estado. É um empresário respeitado, que gera emprego e renda. E o Estado de Sergipe – eu disse ali e vou dizer aqui – pode se orgulhar muito do Senador Lauro Antonio, que aqui passou esses quatro meses e está se despedindo de hoje para amanhã. Ele é o 1º Suplente do Senador Eduardo Amorim, que também é um grande Senador. E tanto V. Exª quanto ele têm muito futuro político naquele Estado. Então, tenha certeza de que aqui V. Exª só construiu amigos. Ouvi o depoimento do Paim e o Senador Randolfe, do PSOL, quer aparteá–lo. Parlamentares de todos os partidos têm vontade de cumprimentar V. Exª. E o povo de Sergipe deve estar nos assistindo neste momento. V. Exª faz aqui a sua despedida temporária, porque voltará, com certeza, uma vez que marcou fortemente a sua posição aqui, no Senado Federal, preocupado em levar recursos, benefícios e gerar ainda mais emprego e renda. Então, em meu nome e da minha família que ali esteve comigo, minha esposa Cínthia, e de todos nós, digo que ficamos muito felizes em estar ali e presenciar o respeito por V. Exª, do homem público que é para aquele Estado. Parabéns! E que Deus o abençoe na sua caminhada, na sua jornada. Lembre–se sempre de que aqui, no Senador João Ribeiro, seu amigo e seu fã.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelo carinho. Foi muito importante, numa reunião do PR, quando olhei nos seus olhos, João, e fiz um convite, e você disse: "Eu vou a Sergipe". Foi muito bom você nos conhecer de perto, conhecer o nosso Estado. Agradeço muito. E estamos ali de braços abertos para recebê–lo novamente, quantas vezes você tiver tempo de nos visitar. E também irei a Tocantins, se Deus quiser, em breve, conhecer um pouco da cultura e do seu Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não, é um prazer.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Inicialmente, gostaria de dizer que o meu queridíssimo amigo e colega, Senador Eduardo Amorim, além de todos os atributos que detém, do seu caráter, da sua competência, do seu espírito público, da sua capacidade de fazer amigos, ganhou muitos aliados em futuras campanhas, em futuras jornadas nesses próximos seis anos. Parece que a saída para um cargo almejado por Eduardo, quem sabe, num futuro bem próximo, por força de uma nova representatividade do seu grupo, que cresce a cada ano no Estado de Sergipe, pode fazer com que nós tenhamos de volta, em definitivo, V. Exª. Isso foi o que eu ouvi, o que eu senti, o que eu vivenciei agora há pouco com os apartes que consagraram esses quatro meses de mandato. Parece que foi ontem que o Senador Eduardo Amorim chegava ao meu gabinete, renovando uma apresentação feita no maior São João do mundo, em Campina Grande, no ano passado, e entregando–me a companhia de V. Exª, que se tornou fraterna, que se tornou solidária, que se tornou amiga e decisiva, para que Sergipe tivesse um Senador a mais em assuntos comuns do interesse daquele estimado Estado. Eu, como todos aqueles que estiveram presentes, colegas e amigos que já se pronunciaram na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pudemos vivenciar a paixão que V. Exª tem pelo Estado, o seu comprometimento com aquelas causas, que foram tão nobres. Posso dizer, em alto e bom som: ninguém aproveitou tanto esses quatro meses de mandato quanto V. Exª. Nesses quatro meses, V. Exª pulverizou uma série infindável de ações políticas, legislativas, que culminaram com a conclusão de vários assuntos de interesse de Sergipe: do turismo rural, que tão bem V. Exª firmou um conceito novo em Sergipe, na região de Laranjeiras, criando talvez o mais importante *ecoresort* turístico na área rural do Brasil, criando um movimento do turismo rural, integrando escolas públicas na concepção de um aprendizado diferenciado para as escolas de Sergipe. Mas V. Exª foi mais além. V. Exª discutiu a questão das perdas de territórios das áreas próximas ao litoral de Sergipe, por força das movimentações marítimas, principalmente nas belas praias ligadas ao litoral do seu Estado. V. Exª discutiu o problema urbanístico do centro de Aracaju, discutindo a questão da proliferação de esgotos em rios importantes em Aracaju. V. Exª tra-

tou com o Ministro da Agricultura a presença de uma delegacia da Conab na região de Sergipe, coisa que hoje não existe. Então, vi, como seu amigo, seu parceiro, seu colega, o esforço que V. Exª fez para adotar, em pouco tempo, vida em seu mandato. Por isso, eu me orgulho muito dessa amizade pessoal, desse companheirismo. O nosso bloco me fez representá–lo neste momento de saudação, não saudação final, mas saudação final temporária a V. Exª. E dizer que nos sentimos profundamente honrados em ter V. Exª como nosso aliado. A Presidente Dilma se sente muito feliz em tê–lo como seu aliado. Certamente, destinos comuns, futuros próximos, belos futuros estarão reservados politicamente a V. Exª, em profunda justiça ao empenho que tem pelo povo de Sergipe.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Muito obrigado, Senador Vital. Agradeço muito o seu carinho, o seu empenho. V. Exª não mediu esforços em nenhum segundo. Eu batia à porta e V. Exª dizia: "Vamos lá resolver". Tanto é que hoje V. Exª tirou o dia para caminhar comigo. Fomos a quantos ministérios hoje para poder conversar e tratar de assuntos para o bem do nosso Estado e do nosso País?

Muito obrigado. Carinhosamente, estarei de braços abertos para recebê–lo sempre em Sergipe, V. Exª e sua família toda.

E estarei lá, no maior São João do mundo, em Capina Grande, se Deus quiser.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Lauro.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Antes a Senadora Lídice, por favor.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Por favor.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Lauro, queria cumprimentar primeiro Sergipe, porque encaminhou para o Senado Federal não somente um competente Senador, como é o Senador Eduardo, mas encaminhou para cá uma brilhante chapa de parlamentares. Vejo que V. Exª passou esse começo de verão aqui conosco, na condição de suplente, exercendo a titularidade na ausência do titular. Vou lhe dizer uma coisa: pelo perfil aguerrido de V. Exª, pela atuação de V. Exª aqui, pelos pronunciamentos de V. Exª, pelas posições tomadas, parece–me que V. Exª não demorará a voltar para cá, não mais na condição de suplente, mas na condição de titular da chapa senatorial. Quero cumprimentá–lo, em especial – o Magno está dizendo que eu não sou crente para fazer profecia, mas é porque há evidências que não precisam de profecia, Magno, para serem concretizadas – pela sua atuação aqui, Senador Lauro. Queria lhe cumprimentar pelas relações que V. Exª estabeleceu aqui e pela intensidade que V. Exª deu ao mandato, honrando o povo de Sergipe e honrando a chapa. Repito: via de regra há uma reclamação de que os suplentes, geralmente, são figuras políticas "de menor destaque do que o titular". Bom, este não é o caso de Sergipe e não é o caso dessa chapa, pelo menos. Não conheço o segundo suplente da chapa, mas, pelo titular, que é o Senador Eduardo e por V. Exª, eu não tenho dúvida de que o povo de Sergipe fez uma belíssima opção, fez uma belíssima escolha. Então, quero lhe cumprimentar. Tenho a certeza de que não demorará V. Exª voltar para cá ou alçar outros voos de mandatos Parlamentares em nome do povo de Sergipe.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelas palavras Senador Randolfe.

O segundo suplente é o KaKá, que também é uma pessoa que caminhou, foi à luta, portanto, uma pessoa bastante preparada para trabalhar em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado.

A Srª Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Senador Lauro...

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não Senadora.

A Srª Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Quero também expressar a minha alegria, em tê–lo aqui no Senado Federal, em nome do PSB, pois o PSB é seu parceiro, porque o Senador Antonio Carlos Valares, que é membro da nossa bancada, do nosso partido, é também parceiro de bancada de V. Exª em seu Estado. Nós já nos conhecíamos há muitos anos, tendo em vista a proximidade dos nossos Estados, que são fronteiriços e têm uma relação política e social muito intensa. Nós nos conhecemos em momentos outros. Conheci V. Exª inclusive pela sua correção como empresário, à época, do setor de transporte coletivo ou de transporte. Respeito muito a atuação que V. Exª teve em Salvador naquele período. Pude conhecê–lo agora como Senador. O esforço que fez em todas as comissões, a presença, a sua busca de, no pouco tempo que tinha, em aproveitar cada minuto, cada segundo no Senado, para contribuir efetivamente com o trabalho do Senado. Isso tudo, digamos assim, teve o seu ponto alto na nossa audiência pública da Subcomissão do Nordeste, quando tivemos a oportunidade de conhecer o seu projeto de ecoturismo e de turismo rural naquele Estado. Tenha a certeza de que V. Exª deixou uma grande contribuição em todas as comissões de que participou, não apenas pela sua presença, mas pela contribuição de mérito que deu à discussão de cada matéria, pelo acompanhamento, pela solidariedade e, portanto, pela aprovação deste Senado de sua atuação. Quero parabenizá–lo e desejar–lhe boa

sorte na continuidade de sua atividade política, porque sorte, como empresário e competência, V. Exª já demonstrou ter em seu Estado.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelo carinho. Eu agradeço também à V. Exª a visita a Sergipe durante a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste. E dia 27 estarei, se Deus quiser, em Salvador, participando desse encontro lá também.

Então, muito obrigado.

Estaremos em Sergipe de braços abertos, sempre, para poder receber a senhora.

Obrigado, Senadora.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco/PSDB – GO) – Dr. Laurinho, quero me irmanar a todos os colegas que – acho – já falaram tudo o que nós gostaríamos de falar, mas dizer que muitos poucos que passaram pouco tempo aqui deixaram uma marca tão grande como a que V. Exª deixou. O carinho que sempre dispensou para com os seus colegas, a sua solicitude... Hoje, V. Exª nos deixa, mas com uma amizade muito grande. Pode ter a certeza, Senador Lauro, de que o senhor vai deixar sempre saudades aqui. Volte mais vezes. E quero corroborar também com as palavras do Senador Randolfe. Em breve, daqui a quatro anos, o teremos aqui com um mandato. E aqui falo de suplente para suplente; o meu carinho.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado pelo carinho e pela atenção.

Quero ter o maior prazer, Senador, de recebê–lo lá em Sergipe, no momento em que tiver um tempo, para visitar toda a nossa família e nossos amigos.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Laurinho, quero dizer que a convivência com V. Exª nestes quatro meses foi muito saudável e salutar. V. Exª conquistou a todos por sua maneira simples, humilde, carinhosa e atenciosa para com todos. E isso reflete o valor intrínseco que está em sua pessoa. Eu quero poder contar com sua amizade. Tenho a certeza de que sua trajetória política vai ter continuidade com mais participação na política e mais presença aqui no Parlamento, no Senado, se Deus quiser. Quero dizer que foi uma honra conhecê–lo nessas condições. Espero que a gente possa ter muitos outros momentos de nos encontrarmos porque, na vida, a gente se encontra muito; a gente pensa que se distancia, mas, quando pensa que não, nos encontramos. Parabéns por seu trabalho, por sua visibilidade e pelo seu legado. De tão somente quatro meses que V. Exª passou aqui, já deixou, com esse número de amizades, demonstrado isso aqui, pelos apartes feitos, todos com muita sinceridade e em reconhecimento a V. Exª. Parabéns, e boníssima sorte em todos os seus projetos!

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Senador Anibal, pelo carinho. Também em Sergipe, terei o maior prazer em recebê–lo. Gostaria também de dar uma volta em seu Estado, o que, para mim, seria uma honra grande visitá–lo.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Lauro Antonio, também quero, rapidamente, parabenizar V. Exª. V. Exª chegou com muito gás, com vontade de atuar aqui neste Senado Federal. Hoje falava com V. Exª, pelos corredores, sobre sua forma afável no trato pessoal, e é por isso também que V. Exª está sendo aparteado por tantos Senadores desta Casa. V. Exª, em pouco tempo, pela gentileza, conquistou os Senadores de todos os partidos. Receba também os nossos cumprimentos. V. Exª sabe que o Senador Eduardo também é um dos Senadores mais atuantes desta Casa e representa muito bem o Estado de Sergipe, mas eu queria parabenizar a atuação de V. Exª nestes quatro meses.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Muito obrigado, Lindbergh. Na semana passada tivemos a oportunidade de pegar um voo, juntos, para o Rio e, ao descer no Rio, lá em um cantinho estava você, e nos encontramos novamente. Então, quero ter o maior prazer de recebê–lo em Sergipe. Quando você tiver um tempo, quero ter o prazer de receber você e sua família. Muito obrigado pelas palavras carinhosas.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Lauro Antonio, também me associo à sua despedida aqui pela forma como conviveu tão bem, tão dedicadamente, tão aplicado ao ofício da representação de Sergipe, representando este Estado com tanto zelo. Mais do que um Senador, que constitucionalmente é, representante do Estado, o caro colega foi um embaixador de Sergipe, mostrando a riqueza que o seu Estado tem, as potencialidades em todos os campos da economia, especialmente numa área em que V. Exª é especialista, que é a área do turismo. Lamento profundamente a sua saída também, porque V. Exª estava na Comissão de Desenvolvimento Regional relatando um Projeto de minha autoria, o de nº 356, um projeto do ano passado, que prevê que a União tenha de repassar aos Municípios – o senhor também um Senador municipalista como eu – recursos, para que os Municípios possam ter o auxílio financeiro e técnico da União na elaboração dos planos respectivos diretores e também outros temas correlatos a essa atividade tão importante na ocupação urbana das nossas cidades, independentemente do tamanho que elas tenham. Então, V. Exª me deixa agora, eu não diria órfã, porque outros Senadores se ocuparão dessa responsabilidade, mas queria lhe agradecer, porque o seu relatório que ficará certamente irá contribuir, porque V. Exª apoiou esse

projeto que interessa a todos os Municípios. Agradeço a convivência fraterna, cumprimentando Sergipe por ter enviado um representante tão à altura desse Estado tão importante da região Nordeste brasileira, Senador.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo carinho. Quero ter o prazer também de recebê–la em Sergipe, mesmo a senhora vivendo tão longe de Sergipe, no Rio Grande do Sul, mas, quando tiver um tempinho, será um prazer grande receber a senhora e a sua família lá no nosso Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me concede um aparte, Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Lauro Antonio, conterrâneo de Sergipe, V. Exª faz parte da nossa bancada. Foi um período muito construtivo para o Senado Federal a sua participação. Uma participação responsável, identificada com as aspirações do povo de Sergipe, com o povo do Brasil. Os suplentes merecem um lugar, um espaço, mas os suplentes têm de fazer a sua parte quando chamados, quando convocados para o exercício do mandato. V. Exª fez a sua parte de forma muito brilhante, despertando a admiração e o carinho de todos nós. Não ficarei com muita saudade de V. Exª porque sempre estarei a seu lado em Aracaju, em Sergipe, nos grandes eventos que V. Exª organiza como empresário e como amigo. Mas certamente o Senado sentirá sua falta, porque os seus projetos e a sua atuação marcante identificaram V. Exª como um Parlamentar consciente de suas responsabilidades. O Senador Amorim acertou ao escolher V. Exª como o suplente dele. Certamente, na trilha do trabalho que vinha realizando o Senador Amorim, V. Exª deu continuidade e mostrou ao Senado Federal e ao Brasil que temos políticos capazes de exercerem com eficiência o mandato eletivo de Senador da República. Às vezes, há quem critique o suplente por não é eleito diretamente. Mas eu, que participei da campanha, verifiquei que um suplente como V. Exª é um suplente ativo. Trabalhou diuturnamente para a eleição do Senador Amorim. Sua participação é integral, de corpo e alma. Agora, no Senado Federal, V. Exª demonstrou para o que veio. Portanto, que outras vezes V. Exª possa vir para cá, e que outros voos V. Exª possa alçar no futuro. E certamente V. Exª conseguirá, porque não lhe faltam mocidade, juventude e, acima de tudo, força de vontade para trabalhar em benefício do povo de Sergipe. Meus parabéns a V. Exª.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Senador Valadares, por suas palavras carinhosas.

Quero agradecer aqui também a presença da Deputada Lauriete, quero agradecer também a presença do Deputado Federal André Moura e agradecer ao nosso Presidente pela paciência em estender o tempo para todos os Senadores pudessem me apartear.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro, sei que a Presidência não tem apartes à fala do orador, mas eu gostaria de dizer a V. Exª que, nesse tempo em que passou pelo Senado, ocupou importantes posições nas comissões e também aqui no plenário desta Casa. O que nós ouvimos aqui nesses poucos minutos de declarações dos seus Pares é a verdade e a realidade, e, mais do que isso, é o sinônimo da sua atuação em favor do povo sergipano. Meus parabéns!

V. Exª sempre será bem–vindo a esta Casa. Conte sempre com esta Mesa Diretora.

Muito obrigado.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado, Presidente Sérgio. Obrigado a todos.

Estamos aí, de braços abertos para recebê–los em nosso Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Antonio, a Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Convido o Senador Anibal Diniz, como orador inscrito, para fazer uso da palavra.

V. Exª tem o prazo regimental de 20 minutos, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio Souza, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria de registrar, neste pronunciamento, que estive, hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, para acompanhar o cumprimento de uma atitude de ousadia, de comprometimento com o futuro do País e de cumprimento de uma palavra empenhada: há cerca de 10 dias, antes de sua viagem à Índia, a Presidenta Dilma Rousseff garantiu a empresários brasileiros que o Governo estava trabalhando em novas medidas para impulsionar a economia e aumentar investimentos privados. Essas medidas passariam por redução dos custos trabalhistas, com desoneração da folha de pagamento e redução dos juros sobre os créditos oficiais.

Hoje, dia 3 de abril, parlamentares, empresários e ministros ouviram, no Palácio do Planalto, o anúncio da concretização, não apenas dessas medidas, mas

também de um completo plano de incentivo à indústria, à economia e ao desenvolvimento do País.

A Presidenta Dilma Rousseff lançou a segunda etapa do Plano Brasil Maior e destacou que um país não faz um programa de enfrentamento de uma conjuntura econômica adversa de uma única vez. Por isso, o Governo investe no aprimoramento do Plano Brasil Maior e anuncia medidas em favor da indústria e da economia, um esforço que, esperamos, vai, com certeza, ajudar o Brasil a ter fôlego e a atingir a meta de 4,5% de crescimento este ano, contra 2,7% de crescimento em 2011.

Vale ressaltar que, se isso se concretizar, o Brasil será um dos poucos países do mundo que, neste ano de 2012, terá crescimento maior do que teve em 2011, já que, ao anunciar as medidas, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi enfático ao dizer que o ano de 2012 será marcado pelo baixo crescimento na economia mundial, em função da crise que atinge fortemente a Europa e os Estados Unidos, com reflexo certamente, também, nos países emergentes.

Por isso, a importância dessa série de medidas de incentivo anunciadas hoje pela Presidenta Dilma.

Uma medida de extrema relevância, por exemplo, vai dar mais tranquilidade ao setor produtivo e baratear o custo de um trabalhador contratado: é a redução dos gastos com a folha de pagamento para empresas dos 15 setores mais afetados pela crise econômica global e que estão sendo mais atingidos pela concorrência com produtos importados.

Esses 15 setores – setor têxtil, de confecções, couro e calçados, plásticos, material elétrico, móveis, autopeças, ônibus, caminhões e máquinas pesadas, setor naval, setor aéreo, bens de capital, mecânicos, hotéis, tecnologia da informação, *call centers* e *design houses* – vão deixar de pagar os 20% de contribuição patronal do INSS.

Essa contribuição patronal previdenciária sobre a folha salarial para esses setores será substituída por uma nova taxa de 1% a 2%, que incidirá sobre o faturamento dessas empresas.

Na reunião com os 28 maiores empresários do País, há cerca de duas semanas, a Presidenta Dilma havia afirmado que o Governo olharia com atenção para os setores que, hoje, são os mais prejudicados pela competição com os produtos importados.

E a Presidenta Dilma hoje deixou muito claro que não se trata de protecionismo ao empresariado nacional, mas se trata de uma defesa dos nossos empregos e, principalmente, daqueles que investem para tornar a nossa indústria competitiva.

Além da desoneração da folha, cinco setores industriais que atravessam mais dificuldades – autopeças, têxtil, confecção, calçados e móveis – também poderão adiar o pagamento de PIS e Cofins, de abril e maio, para pagá–los em novembro e dezembro, o que já deixa, imediatamente, essas empresas em uma situação de caixa mais confortável no momento.

Outra medida de peso foi a que garante estímulo à inovação e à produção. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) terá um aporte de R$ 45 bilhões, do Tesouro Nacional, para que possa aumentar linhas de financiamento para setores de inovação e reduzir suas taxas de juros. Isso permitirá, todos esperamos, um incremento de financiamento e de produção nacional.

Vale ressaltar que o pronunciamento do Líder da Oposição, o Líder do PSDB nesta casa, hoje, dizia que, na realidade, é custo muito alto para o contribuinte, mas o que nós temos da parte da Presidenta Dilma e do nosso Governo é uma opção clara, uma opção preferencial, uma opção social, uma opção pela proteção dos empregos gerados no nosso País.

E exatamente por isso esse esforço no sentido de proporcionar financiamentos a juros mais baixos, tanto para aquisição de equipamentos como para facilitar a proteção do trabalhador no seu trabalho.

Foi lançado ainda um novo regime automotivo, pelo qual, já a partir do ano que vem, as montadoras que já estão instaladas no País e as montadoras que venham a se instalar tenham desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de acordo com seus investimentos em pesquisa, inovação, conteúdo nacional e eficiência energética.

Haverá redução de até 30 pontos percentuais no IPI de carros de montadoras que usarem peças nacionais ou da região do Mercosul e investirem em inovação. Isso é muito importante, porque as importações criam dificuldades para indústria nacional e nós temos de estar atentos a esses aspectos e a equipe econômica do Governo está atenta e buscando saídas que não são fáceis. Com a liberdade de comércio em âmbito mundial, tem–se de buscar saídas criativas para a proteção da indústria nacional.

Em outra medida, para o Imposto de Renda, a novidade é de novas reduções do imposto. Os cidadãos e as empresas vão poder deduzir as doações e os patrocínios que fizerem em favor de pesquisas para o tratamento do câncer.

Outra intenção do Governo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é a universalização da informação. Para isso, o plano anunciado pretende levar banda larga à metade das casas nas cidades até 2014 e 15% das casas na área rural.

Todas essas medidas fazem parte de um grande projeto de país e de compromisso do Governo com o setor produtivo nacional. Temos um mercado

interno sólido, destacou a Presidenta Dilma, e saberemos sair de um cenário de crise internacional sem a antiga e perversa receita de recessão e da precarização do trabalho. O foco no investimento público e privado é um caminho válido e acertado, e seus resultados serão traduzidos em melhorias significativas e duradouras.

O Governo age com firmeza para defender as empresas, os empregos e a renda dos trabalhadores brasileiros. E isso como uma opção, como uma política de Estado no sentido de fazer com que o Brasil continue cada vez mais competitivo. Nesse sentido, foram instaladas as câmaras de competitividade e apontados os seus conselheiros. Todos os 19 tomaram posse no mesmo ato hoje, no Palácio do Planalto.

Concordamos com a nossa Presidenta Dilma: o Brasil já provou que não existe incompatibilidade entre o corte de gastos e o investimento no crescimento da economia. Nesse sentido, vale a pena ressaltar, mais uma vez, que, ainda que o Brasil tenha crescido apenas 2,7% do seu Produto Interno Bruto em 2011, esse crescimento foi um crescimento sustentável e um crescimento com distribuição de renda. Porque, veja, ainda que os demais países de BRICS, os países emergentes, tenham taxas de crescimento até maiores que as do Brasil, elas não se traduzem em distribuição de renda, em preocupação com as condições de empregabilidade e com a assistência social, a preocupação social que o nosso País tem. Então, esse crescimento do Brasil de 2,7% em 2011 foi um crescimento sustentável e sólido.

A notícia trazida pelo Ministro Guido Mantega nos dá tranquilidade em relação aos anos vindouros, porque ele já anuncia que teremos crescimento de 4,5% em 2012 e a continuidade dessa média de crescimento no futuro – isso em pleno cenário de crise internacional.

É exatamente por isso que viemos fazer este registro aqui, no Senado, para dizer que a Presidenta Dilma e a equipe econômica do Governo estão no caminho certo. O Ministro Fernando Pimentel, que está conduzindo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também apresentou as suas preocupações e os passos que devem ser dados. Em poucos dias, o nosso Ministro Pimentel estará no Acre, participando da implantação definitiva da nossa Zona de Processamento de Exportação, que conseguiu o alfandegamento, É a primeira Zona de Processamento de Exportação do Brasil, desde 2007, a conseguir o alfandegamento. De tal maneira que estamos presentes nesse cenário positivo que está se construindo no Brasil.

Estamos muito otimistas com os passos que estão sendo dados pela Presidenta Dilma, no sentido de fazer o Brasil crescer e mostrar a distribuição de renda a partir da preocupação com a empregabilidade, as condições de trabalho e o financiamento àqueles que verdadeiramente geram empregos, que são as indústrias e os setores produtivos do nosso País.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pela Liderança do PT.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. *Fora do microfone*.) – O PT é melhor do que eu?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Não, Senador Magno. Nesta Casa, nenhum Senador é melhor que outro. É que, regimentalmente, há uma intercalação entre orador inscrito e liderança de partido. V. Exª será o próximo orador inscrito, Senador Magno Malta.

Senador Walter Pinheiro, V. Exª dispõe do prazo regimental de 20 minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, tenha um pouco de calma, porque, na realidade, não há melhores nem piores. Aqueles que trilham este caminho aqui o trilham a partir de esforços, de acumulados, que vêm daqui, que vêm de acolá. Todos esses acúmulos nos fazem pessoas melhores. Portanto, as comparações são sempre perigosas. Por isso, o mais importante é olharmos as virtudes e até os defeitos de cada um e enxergá–los a partir do que cada um pode e, com certeza, tem condição de dar. V. Exª é uma dessas pessoas que podem contribuir.

O Sr. Magno Malta (PR - ES) – Deixe–me só consertar o que eu disse aqui, porque o Sr. Presidente não conhece o nível da nossa amizade. Sr. Presidente, eu e Pinheiro somos mais chegados que irmãos. Na verdade, eu estava me dirigindo a V. Exª, mas olhando a reação dele, porque somos amigos demais, somos irmãos. Então, foi só uma brincadeira que fiz com ele. Para o pessoal de casa entender, na verdade, a palavra é concedida a um orador inscrito e a um líder. O Senador Walter Pinheiro é o Líder do PT. Na verdade, fiz uma brincadeira com alguém que é mais chegado do que um irmão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu sei.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – A nossa amizade é mais nova. Então, de repente, V. Exª não sabe o nível de envolvimento que temos em lutas homéricas

no País, que não vale a pena nem relatar agora. Elas são tão grandes, que nos dão essa liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência sabe disso, sim, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Inclusive, por diversas vezes, Senador Sérgio, eu assisti ao Senador Magno Malta falar na minha frente, quando ele era Líder do PR – naquele período, eu ainda não ocupava a Liderança do PT nesta Casa.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores que assistem a esta sessão de hoje, quero tocar num assunto que tem sido recorrente. É um assunto que, no dia de hoje, foi merecedor, Senador Lindbergh, de uma atitude, mais do que intensa, importante. Não é uma atuação pontual. Refiro–me, meu caro Paim, ao ato referente à política de incentivos apresentada hoje pelo nosso Governo, que deu respostas e, ao mesmo tempo, construiu políticas. O que fizemos hoje não foi só dizer "não" a isso ou "não" àquilo: afirmamos peremptoriamente um caminho a seguir.

Eu diria que diversos indicadores econômicos, divulgados, principalmente, nos últimos dias, afastam, cada vez mais, a economia brasileira dessa chamada crise no horizonte. É óbvio que não estamos livres, nem somos uma ilha. Eu diria que esses indicadores ainda nos conduzem ao caminho do crescimento, se não nas taxas chinesas, meu caro Lindbergh, de maneira pelo menos estável, começando–se pelo mercado externo.

A balança comercial de março fechou com saldo superior a US$2 bilhões. As exportações foram de US$20.9 bilhões, e as importações, de US$18.8 bilhões, um resultado recorde para este mês, considerando–se, inclusive, todas as adversidades deste mês, segundo o Ministério da Indústria e Comércio. Embora esse aumento das exportações tenha sido puxado principalmente pela venda de produtos básicos, como petróleo e soja em grão – esses, é importante acentuar, têm a participação de 10,4% –, houve também um crescimento, ainda que leve, de exportações de manufaturados. E digo isso, levando em consideração que o câmbio continua ainda desfavorável à nossa economia.

Os importados que mais competiram com a indústria nacional dentro de nossas fronteiras, no mês de março, foram bebidas e tabacos, medicamentos, vestuário, alimentos e, principalmente, automóveis.

A entrada no mercado interno dos itens tradicionais da nossa manufatura pode ser represada ou desestimulada com pequenos ajustes nos instrumentos de defesa comercial. Mas isso deve ser feito com a devida cautela, para que não penalizemos, na outra ponta, principalmente, o consumidor brasileiro.

Outra boa notícia foi divulgada pelo IBGE, ao anunciar que a produção industrial do Brasil cresceu 1,3% no mês de fevereiro na comparação com janeiro. Esta boa notícia vem em momento importante: a Pesquisa Industrial Mensal apresentou o maior avanço desde fevereiro de 2011, quando atingimos a marca de 2,2% de crescimento.

Ainda de acordo com a Pesquisa, a produção, em fevereiro, cresceu em 18 dos 27 ramos industriais analisados pelo IBGE. Entre os segmentos industriais, o de bens de capital teve crescimento de 5,7%, revelando uma tendência principalmente a investimentos. Portanto, é uma perspectiva animadora.

Mas a queda de 4,3% na produção de bens de consumo deixa clara a exposição desse setor industrial, meu caro Paulo Paim, à concorrência dos importados. Portanto, se, por um lado, festejamos esse número, é importante, por outro lado, olhar esse número como um sinal de alerta para exatamente adotar e conduzir políticas que enfrentem essa situação.

O setor de autopeças é o que enfrenta as maiores dificuldades por não conseguir acompanhar o novo ciclo dos modelos mundiais das montadoras, onde a logística de produção, que é uma das grandes dificuldades do nosso País, dispensa estoques, e a montagem do veículo só ocorre depois da sua venda. Assim, deve esse segmento ter uma atenção muito mais dedicada, um olhar mais criterioso.

Foi destaque também nos jornais, no último fim de semana, a queda livre do trabalho informal no País. Senador Paulo Paim, V. Exª é um defensor árduo nessa questão. Toda e qualquer desoneração tem de ter compensação, tem de haver a geração de postos de trabalho. V. Exª, na chamada economia direta, sem muito economês, nem muita verborragia, vai exatamente ao âmago dessa questão.

Senador Paim, essa notícia do fim de semana foi importante, porque houve uma crescente formalização dos empregos apesar do pequeno desaquecimento que observamos na economia e a despeito de nenhuma mudança na legislação trabalhista. Todo mundo clama o aumento da carteira assinada, digamos assim, ou a formalização do emprego. Esse crescimento se apresenta mesmo com toda a choradeira de que temos de mexer na legislação.

Portanto, é importante olhar, por exemplo, o bom estudo da Fundação Getúlio Vargas, que mostra que, desde 2005 – portanto, nos últimos sete anos –, a ocupação informal no Brasil caiu 11 pontos percentuais, variando de 33,2% para 22,2%. Não é uma queda qualquer, é um descenso considerável! Portanto, Senador Paim, é algo que serve para nos animar, para que continue essa balada ou essa batida que V. Exª tem tanto encabeçado nesta Casa, no sentido de trabalhar permanentemente pela geração de postos de trabalho.

Afinal de contas, eles são os elementos centrais para a distribuição de renda e, consequentemente, o ponto principal para o consumo interno. Não há como fazer consumo interno sem postos de trabalho e sem renda.

Nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, a informalidade no mercado de trabalho caiu em todos os setores, e 75,3 mil trabalhadores passaram à formalidade. É importante que isso seja acompanhado do que, historicamente, meu caro Paulo Paim, V. Exª tanto clama em sua luta nesta Casa, das garantias e dos direitos dos trabalhadores, como a velha carteira assinada.

Essa crescente formalização do mercado de trabalho explica o pleno emprego atingido pela economia brasileira, que tem hoje a menor taxa de desemprego em sua População Economicamente Ativa (PEA), estabilizada em 5,7% ou em 1,5 milhão de desempregados em regiões metropolitanas no País.

Para manter essas bases e até mesmo galgar índices mais elevados de desenvolvimento econômico, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff anunciou hoje um conjunto de medidas para estimular a nossa produção industrial e para lhe dar mais condições de competitividade, principalmente para enfrentar a concorrência estrangeira dentro e fora das nossas fronteiras. Precisamos fazer isso aqui, precisamos produzir para o consumo interno, mas precisamos produzir também para que exportemos aquilo que efetivamente geramos com trabalho e com renda aqui dentro, ou seja, agregando valor. É importante salientar isso.

No âmbito do programa Brasil Maior, que, desde o ano passado, institui uma nova política industrial para o País, as medidas anunciadas durante a solenidade de hoje no Palácio do Planalto desoneram folhas de salário e vão reforçar ações futuras sobre o câmbio.

O Governo zerou a contribuição previdenciária, que era de 20%, para os 15 setores industriais mais submetidos à competição estrangeira.

É bom lembrar, Senador Paulo Paim, que, todas as vezes que falamos de competitividade, há um elemento decisivo nesse campo de batalha: a inovação tecnológica. Ora, se não adentrarmos esse mundo, será muito difícil conseguirmos uma grande vitória nesse mundo da competitividade. E inovação tecnológica não tem aplicação imediata, meu caro Lindbergh, pois depende de um processo longo de investimento, de pesquisa, de desenvolvimento científico, de absorção de conhecimento, de formação de mão de obra. Não se aplica inovação tecnológica da noite para o dia.

Se adquirirmos isso no chamado mercado ou nas ofertas existentes, efetivamente poderemos cometer um equívoco e conviver com a seguinte prática: introdução de novas tecnologias, mas com a aquisição dessas novas tecnologias lá de fora. Eu ganho na competitividade, mas perco na divisa. Portanto, é fundamental que adotemos medidas compatíveis com a nossa realidade, mas que continuemos numa luta permanente para ampliar o volume de investimento, para que esse desenvolvimento científico e tecnológico chegue à ponta, não somente aos desejos ou aos sonhos de cada um de nós.

É importante lembrar que, em contrapartida, as indústrias que receberam o novo incentivo, ou que receberão o novo incentivo, passarão a recolher uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento, o que não incidirá sobre as exportações.

Portanto, é outro estímulo para que nós possamos, efetivamente, Paulo Paim, parar de exportar *commodities*, e exportar manufaturados. Portanto, exportar aquilo que gera, para nós, posto de trabalho, que gera renda, que fica aqui.

Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que apresentou as medidas, a desoneração representará, em 2012, um impacto de 4,9 bilhões sobre a folha de pagamentos.

O governo lançou também um novo programa para o setor automotivo, estabelecendo que, a partir de 2013, as montadoras já em funcionamento, ou as que vierem a se instalar no País, farão jus a um desconto progressivo no IPI, de acordo com seus investimentos, principalmente em pesquisa, conteúdo nacional e eficiência energética.

Portanto, eu estou falando aqui hoje, no mês de abril, mas estou repetindo o mesmo discurso, Senador Magno Malta, que fiz aqui em 1º de março de 2011, quando estava discutindo a MP do setor automotivo, quando procurei o Ministro Fernando Pimentel, quando tínhamos a perspectiva da JAC Motors se instalar na Bahia. E eu dizia: é fundamental. Até porque nós tínhamos dado incentivo à Ford para se instalar na Bahia. Não basta dar incentivos a montadoras e não amarrar o investimento em desenvolvimento científico e tecnológico. É pouco.

Devemos dar o incentivo. Principalmente para aqueles que vão se instalar. Não podem ter o mesmo tratamento daqueles que trazem de fora, daqueles que não têm nenhuma perspectiva de se instalar aqui. E para os que têm essa perspectiva, fundamental é que adotemos essa medida. Pesquisa e inovação, conteúdo nacional e eficiência energética.

Portanto, combinando esse tripé, de certa maneira obrigando essas empresas a adotarem essas medidas que não serão só benéficas para sua produção, mas para a absorção do conhecimento, para a adoção de novas práticas e para até o conhecimento dessas novas ferramentas para serem aplicadas em

outras etapas aqui, no Brasil. É importante que nós tenhamos essa preocupação.

Os fabricantes de autopeças, os têxteis, confecções, calçados e móveis, que já estão sendo mais prejudicados pela competição dos importados, terão mais tempo para recolher o PIS e a Cofins, que deveriam pagar em abril e maio deste ano. Esse tributo poderá ser recolhido em novembro e dezembro. Será também implantado o Plano Nacional de Banda Larga, que vai triplicar a nossa rede, de 11 mil para 30 mil quilômetros até 2014.

Todo mundo acha que banda larga é só modismo; é a possibilidade do meu *smart phone*, de eu acessar, assistir, ver. Hoje, pelo telefone nem se fala mais, meu caro Paulo Paim. Ele é um instrumento de tudo, menos de fala. É assim, mas a banda larga é fundamental. Se eu não tiver banda larga, qual é o atrativo que vou apresentar? Assim como a energia é uma empresa para se instalar no Espírito Santo, ou no Bahia, ou no Nordeste, ou no Norte, ou no Centro–Oeste.

Esses são componentes decisivos. Então, a estrutura de banda larga, a estrutura da informação é base preponderante para estruturarmos todo e qualquer crescimento para atração, para estímulo, para formação. Então, é fundamental que nós façamos isso.

A renúncia fiscal para o programa é de 461 milhões este ano e de 970 milhões em 2013.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vou conceder.

O Governo também, meu caro Lindbergh, anunciou a prorrogação do Programa Um Computador por Aluno até 2015 e a suspensão da cobrança do IPI, PIS/Cofins, CID para os fabricantes de computadores portáteis na aquisição de matérias–primas. V. Exª é testemunha de que eu estou cobrando inclusive a ampliação desses incentivos. O setor de informática merece incentivo. Está aqui. Mas nós temos que ampliar esse incentivo, Paulo Paim, para o pessoal da manutenção. Majoritariamente, quem faz manutenção na área de informática no Brasil é empresa brasileira. Quando não brasileira, são empresas fixadas aqui. Não há telemanutenção. A manutenção se dá quase que ao vivo; e a manutenção no Brasil, se estimulada, cria outra rede de indústria, Paulo Paim. Às vezes, as pessoas não percebem sutilezas, mas, quando do surgimento da expansão do celular no Brasil, nós tivemos uma verdadeira explosão de pequenas fábricas, de indústrias, de componentes que não são sofisticados, que dependem de chipe ou de coisa do gênero, Lindbergh, mas são fundamentais para o funcionamento do celular a carcaça, a capa, que aí se aplica na manutenção e só vão gerando oportunidades. O polo de Manaus, por exemplo, cresceu muito com isso. O polo da Bahia, em Ilhéus, cresceu dessa forma. No Rio de Janeiro, várias indústrias cresceram em torno dessas unidades, inclusive o setor farmacêutico. Essa indústria, por exemplo, de pequenas coisas do setor de embalagem cresceu, quanto mais o setor eletroeletrônico.

Então, é fundamental que essas medidas sejam vistas não como uma espécie de distribuição de incentivos ou distribuição de migalhas, como alguns tendem a dizer, mas como verdadeiras medidas, para que possamos estimular.

Como destacou a Presidenta Dilma, as medidas anunciadas hoje são uma resposta, Lindbergh, do Governo brasileiro aos impactos da crise econômica mundial e ao protecionismo, velado ou não, mas que vem sendo praticado por muitos países desenvolvidos. Como fazem esses países, o Brasil está exercendo o seu sagrado direito de defender os seus interesses, protegendo, dessa forma, a sua indústria, os nossos empregos, os nossos trabalhadores e sustentando a nossa economia de maneira que ela possa crescer localmente.

Um aparte, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, só um minuto. Eu gostaria de prorrogar a sessão.

A Mesa prorroga a sessão pelo tempo necessário para a conclusão dos seus trabalhos.

V. Exª tem a palavra.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Eu queria parabenizar meu Líder, Senador Walter Pinheiro, por esse pronunciamento. Tenho muita confiança no futuro deste nosso País. Somos a sexta economia do mundo hoje e vamos ser a quarta economia em 2023, porque houve uma mudança neste País, a partir do Governo do Presidente Lula. Por ter feito inclusão social, por ter olhado para as pessoas que mais precisavam, nós acabamos criando um grande mercado de consumo de massa, Senador Walter Pinheiro, pois 39 milhões de brasileiros ascenderam à classe média e 28 milhões deixaram a pobreza extrema, por medidas concretas. O crédito, que era de 22% do PIB, saltou, agora, para quase 50%, para 49% do PIB. Houve recuperação do salário mínimo. Vivemos anos e anos, quando nos diziam que aumentar salário mínimo era inflacionário. E há um estudo do Ipea que aponta, na criação desse grande mercado de consumo de massas, para o papel do aumento do salário mínimo, principalmente pela Previdência Social. É o dinheiro que chega às mãos dos aposentados, que estimula a economia. Esse é um dinheiro investido imediatamente na compra de remédios, no pagamento de escolas para os netos. Há as

políticas de transferência de renda. Investimentos. Eu assisti a alguns debates aqui neste Senado, hoje, em que alguns Senadores da oposição reclamavam que o nosso investimento é baixo. É baixo! Temos que aumentar. Agora, quanto era o do PIB, no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso? Eram 15,3%. Saltamos, e isso é completamente insuficiente. Estamos em 19,4%. Temos que atingir a meta, até 2014, de 24% do PIB. Mas a recuperação e a retomada dos investimentos públicos por parte do Estado brasileiro vêm do Governo do Presidente Lula. Vejamos o papel dos bancos públicos, do BNDES. Não quero me alongar aqui. O Lula construiu um grande momento para a economia brasileira. Os desafios, hoje, são outros. Nós estamos, Senador Walter Pinheiro – e a Presidente resume bem, quando fala em *tsunami* monetário –, vivendo um momento de competição global agressiva. Vão tentar conquistar o nosso mercado de todas as formas. Então, esse plano que a Presidenta lançou hoje – eu só queria parabenizá–la – não é só um estímulo à exportação. É a discussão do nosso mercado, de como proteger, de como as nossas indústrias podem ter mais competitividade, porque o debate da competitividade também se coloca. Nós temos um problema no câmbio, mas temos o problema também de aumentar a nossa competitividade, a desoneração da folha. Mas, hoje, em especial – eu estou falando super rápido, para concluir –, fiquei muito animado quando a Presidente se centrou em vários momentos, falando em inovação tecnológica, em preparar este Brasil para o futuro. Uma coisa ela não aceita: virarmos simples exportadores de *commodities.* Eu queria passar isso para quem está nos assistindo agora, para quem acompanha o trabalho da nossa Presidenta. E não estou falando isso para elogiar a nossa Presidenta, mas, em relação a essa crise econômica internacional, ela está acompanhando dia a dia cada momento dessa crise, tomando as decisões na hora e com a força que têm que ser tomadas. Eu, nesse sentido, sinto–me muito seguro, como Senador da República, com o discernimento da nossa Presidente em relação a este momento. Nós não vamos aceitar virarmos exportadores de matéria–prima, exportadores de *commodities*. Por isso, nessa cerimônia de hoje, o que mais me chamava a atenção era essa centralidade do papel da inovação tecnológica. Não tem jeito de pensarmos o Brasil do futuro sem radicalizarmos os nossos investimentos em inovação tecnológica. Desculpe–me, Senador Walter Pinheiro, o aparte prolongado. V. Exª estava no final da sua fala. Mas vamos ter dias difíceis. O Brasil vai ter que enfrentar esse período e acompanhá–lo com muita inteligência. Senador Magno Malta, só um segundo – o Senador Magno Malta está fazendo pressão pelo seu discurso aqui. Mas eu tenho confiança de que nós vamos atravessar essa turbulência protegendo a nossa indústria e pensando no futuro, olhando centralmente para a inovação tecnológica. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Lindbergh, quero concluir e agradecer o aparte de V. Exª.

Tenho insistido muito no sentido de que, mais do que proteger, devemos exatamente criar os grandes estímulos e incentivos, para que a nossa indústria se coloque frente a frente.

Estamos numa época, Senador Lindbergh, em que as coisas acontecem tecnologicamente ao mesmo tempo em todos os lugares. Acabou aquela fase em que o Brasil era um centro de desova de tecnologia atrasada. Agora, precisamos fazer isso.

Portanto, essas medidas anunciadas hoje trazem esses alentos, trazem esses encaminhamentos, e não há outra coisa a dizer aqui senão que temos a convicção de que, agindo assim, a economia brasileira poderá sustentar, este ano, um crescimento, esperamos nós, de 4,5%. E com isso, meu caro Sérgio, manter estáveis a sua capacidade produtiva e a geração de emprego e renda no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, como orador inscrito, Senador Magno Malta.

V. Exª, Senador Magno Malta, tem o prazo regimental de 20 minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vania.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Lídice da Mata!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata, meu perdão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador, para que V. Exª possa me inscrever, no horário de liderança, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª será atendida, Senadora Lídice.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se V. Exª puder me inscrever também, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª também será atendido, Senador Lindbergh.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, Deputada Lau-

riete, aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, tenho 20 minutos, e no meu primeiro momento quero também cumprimentar aqui o nosso jovem Gustavo, filho do nosso querido Senador Lauro Antonio – parece o Leandro do KLB, não é Lindbergh? –, que veio aqui prestigiar o pai, no dia da despedida do pai. Eu conheci esse garoto lá em Sergipe. Confesso que o Senador Lauro realmente é uma pessoa diferenciada como ser humano, e os filhos da mesma forma.

Aliás, minha mãe, que era analfabeta profissional, dizia que casa de pai é escola de filho. Se pai é mau caráter, se pai é bêbado, se pai é fumante, desequilibrado, raramente, dificilmente você terá um filho que vai sair diferente disso. E o nosso querido Gustavo é mais ou menos a imagem do nosso querido Lauro Antonio.

Quero, rapidamente, no máximo em três minutos, Senador Lindbergh, repudiar com veemência a decisão da Relatora Ministra do STJ Thereza Rocha de Assis Moura, que decidiu, no julgamento de um pedófilo, estuprador, que estuprou uma criança de 12 anos de idade, uma menina, conceder a ele o benefício da liberdade, tirando–o da condição de criminoso.

Senadora Lídice, V. Exª acompanhou o julgamento do STJ com relação a esse caso absurdo? Tirou o criminoso da condição de criminoso e colocou a menina de 12 anos, vítima emocional, vítima moral, vítima física desse doente, desse maluco, que do alto da sua tara pessoal, para saciar sua lascívia, estupra uma menina de 12 anos, e você é obrigado a ler e ouvir um ministro ou ministra de tribunal superior dizer que essa menina já se prostituía.

Ora, Ministra, pelo amor de Deus! Alguém mexeu na sexualidade dessa criança, ainda na sua tenra idade. E é por isso que precisamos urgentemente de um tipo penal, que já foi proposto pela CPI da Pedofilia, chamado de bolinamento. Porque o sujeito bolina uma criança, toca nas emoções, toca na sexualidade de uma criança, aflora a sexualidade de uma criança, é pego como pedófilo e o advogado descaracteriza, porque não teve conjunção carnal.

Ora, quem toca na sexualidade de uma criança é pedófilo. Esse vagabundo estuprou uma criança, e a nossa Ministra agiu como se dissesse: "Ela passou batom, pegou uma bolsinha" – é verdade, Senadora Lídice –, "foi para a estrada, rodou a bolsinha...". E ele não sabia! Quem é que não conhece uma menina de 12 anos? Uma menina de 12 anos, se ela passa batom, se ela passa sombra, principalmente uma criança gasta pela noite, pelo sofrimento de disputar o pão, entregando o seu próprio corpo porque mexeram na sua sexualidade ou não, não é difícil descobrir uma menina de 12 anos, não confundi–la com uma de 20 ou de 19.

Mamãe me acode! Pára de brincadeira. Não sei de quem estão querendo zombar, mas é da sociedade.

Então vai aqui, Ministra, o meu repúdio. Como Presidente da CPI da Pedofilia, conheço profundamente o assunto. Eu lamento e repudio com veemência, porque se isso vira regra neste País, daqui a pouco, nossas crianças, que já são vulneráveis, nossas crianças, que estão sendo abusadas, vilipendiadas e desrespeitadas, com uma decisão como essa... Os bandidos estão à solta, eles estão livres, eles estão à vontade, porque um tribunal superior compreende que um homem feito – homem não, porque homem não estupra criança –, um vagabundo desses, fisicamente feito, estupra uma criança...

V. Exª, Senador Paim, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu acho que nós deveríamos convidar essa Ministra para vir aqui dar as explicações dela. Olha para um texto frio da lei, sem pensar numa criança desmoralizada, vilipendiada e sofrida. À criança e à sua família, vai aqui o meu respeito, vai aqui o meu respeito e o meu sofrimento junto, quando repudio o comportamento e a decisão dessa Ministra do STJ. O mesmo STJ que decidiu, Senador Paim, que o bêbado pode matar no trânsito. O mesmo STJ que decidiu, senhores, que o bêbado pode transgredir a lei. Ele não precisa fazer bafômetro, ele pode atropelar o que ele quiser, pode fazer vítimas na rua, pode fazer crianças tetraplégicas, pode fazer crianças órfãs, pode matar cidadãos trabalhando, cidadãos nas ruas, pode invadir um posto de gasolina e explodir com o seu carro por conta do seu alcoolismo, que está tudo certo.

É o fim do mundo. Senador Paim, os bêbados podem tudo.

O STJ decidiu que a chamada Lei Seca não vale nada. Que o cidadão comum se proteja. O cidadão que está nas ruas que se vire, Senador Lindbergh, porque o STJ decidiu que o bêbado no volante pode tudo. Ele não precisa se incriminar, ele não precisa fazer bafômetro. Não tem lei para ele. Ele pode matar, ele pode atropelar, ele pode fazer o que quiser, bêbado ao volante. É preciso que nós reajamos a tudo isso.

Neste País criou–se uma cultura de que ninguém tem coragem de fazer um pronunciamento se a sentença saiu do STJ, se saiu do STF. Todo mundo tem medo. Ora, tem medo quem deve. Mas eu reajo com veemência e com indignação a esse tipo de procedimento.

Feitas essas primeiras considerações, de fato, o segundo assunto é quanto à barbaridade – Brasil que me vê – que estão tentando fazer, Senador Paim, com o Pastor Silas Malafaia. Neste País, existem grupos de pessoas trabalhando no escuro porque há uma tentativa surda, Senador Lindbergh, de tirar a liberdade de expressão das pessoas. Há um grupo minoritário no

Brasil que faz um barulho tão grande que, em alguns momentos, Senador Paim, Senador Lindbergh, Deputada Lauriete, parece até que é maioria porque gritam tão alto. E eles fizeram uma ação mentirosa contra o pastor Silas Malafaia, conhecido no Brasil inteiro, um homem acostumado a assumir posições, um homem de posição, que não arrega, um homem que não esconde o que pensa e que tem conhecimento constitucional. Não é apenas um religioso fazendo enfrentamento no campo religioso e no debate meramente religioso. Ele conhece a Constituição, conhece os seus direitos à luz do ordenamento jurídico brasileiro e conhece o direito dos outros também.

Todo mundo conhece a posição de todo e qualquer cristão contra o homossexualismo. Minha posição é conhecida, gostem ou não gostem. Minha posição é conhecida, a dele é conhecida e a de tantos outros. Essa é a posição da Frente da Família. Mas é uma posição que respeita. Respeita, sim! O cidadão é aquilo que ele decide ser. Deus deu livre arbítrio ao homem, o homem segue o seu caminho e nós temos de respeitá–lo. Não precisamos e não devemos ser é intolerantes. Devemos ser tolerantes, Senador Lindbergh, com todos os cidadãos, independente de sua cor, do seu credo; de onde nasceu, de onde deixou de nascer; se tem dinheiro ou se não tem; se estudou, se não estudou; qual é a região do País ou do mundo de que veio. Nós precisamos ser tolerantes com as pessoas.

O pregador, Pastor Silas Malafaia, que é psicólogo, também está enfrentando outra aberração, porque eles entraram e pediram ao Conselho de Psicologia para tirar as credenciais do psicólogo Silas Malafaia. E esse é um debate a ser feito na CDH, Senador Paim, na Comissão de Direitos Humanos, para ouvirmos o Conselho de Psicologia para saber por que alguém que confessa a fé cristã e tem posições não pode ser psicólogo.

Silas Malafaia fez um pronunciamento após a Marcha para Jesus, em São Paulo. É uma Marcha que reúne três milhões, quatro milhões de pessoas. A Marcha do Rio também é muito grande. E, depois da Marcha Gay em São Paulo, eles exibiram, em sua passeata que acontece todo ano na Paulista, todos os símbolos da Igreja Católica e os levaram para a avenida, colocando–os na avenida em posição sensual.

Quem quer respeito tem de dar respeito. O senhor sabia disso, Senador Lindbergh? Os santos da Igreja Católica foram para a avenida em posições sensuais. Será que isso agradou a algum católico? Será que os católicos se sentiram bem com essa afronta? Lembro–me de que tivemos uma audiência pública aqui, na época da Senadora Fátima Cleide, em que eles trouxeram uma faixa. Era um movimento contra o aborto porque o Papa havia se pronunciado contra o aborto. Eles disseram, então: "Se o Papa engravidasse, aborto seria sacramento". Ora, o Papa é o líder de uma religião, de uma denominação neste mundo.

O Brasil é um país que tem na sua maior confissão católicos. Quem quer ser respeitado precisa aprender a respeitar os outros. Era isso o que o Pastor Silas Malafaia falava em seu programa. Ele fez uma série de considerações, ele disse: "Olha, a marcha teve mais de 3 milhões". Mas, quando a marcha é feita por evangélicos, a mídia diz que foram 300 mil pessoas. Se não for evangélico e tiver 300 mil pessoas vão dizer que foram 3 milhões. E dizia ele: "O que disse a manchete do O *Globo* com relação à marcha para Jesus?". Até está aqui. A marcha tinha 2 milhões de pessoas. Aí, diz ele: "Eu gosto dos números que são reais. Trazendo as considerações da Polícia Militar, que sabia exatamente os números que lá estavam". E ele traz o que diz a *Folha de S.Paulo*, ele traz o que diz *O Globo* a respeito da marcha e depois começa a falar do que as televisões disseram a respeito da marcha e começa a comparar o que disseram da marcha gay. Nada contra. Aí ele cita os símbolos católicos que estavam na avenida. E, na avenida... Vejo até o nosso jovem com um símbolo católico na lapela do paletó.

Preste atenção, naquela marcha, os símbolos da sua Igreja, da Igreja do Paim, da Igreja da Senadora Ana Amélia, do Lindbergh, os símbolos foram para a avenida em posição sensual na marcha gay. Agrada a V. Exª isso? Penso que é um desrespeito, uma agressão que não tem sentido.

Aqui, o Pastor Silas Malafaia na televisão dizia: "Por que os católicos não reagem? Eles deveriam reagir". E usa uma expressão forte dizendo o seguinte – eu não gosto de falar com papel que fico perdido –: "Os católicos deveriam reagir, os católicos precisavam se apresentar e bater nessa questão, baixar o pau". Aí entenderam, deduziram, fizeram a leitura do seu jeito e entraram com uma representação contra ele, dizendo que ele estava incitando a violência contra os homossexuais, numa incitação homofóbica. Eu tenho na minha mão o documento, a denúncia ao Ministério Público Federal.

> Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da Seção Judiciária em São Paulo.
>
> O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República infra-assinado, comparece perante Vossa Excelência para, com fundamento no art.(...)

Depois de fazer o que eles colocaram lá, foi uma montagem mentirosa, descabida do que o Pastor Silas Malafaia falou, numa tentativa de dizer que ele era

homofóbico e estava incitando a violência contra os homossexuais. O Procurador, então, faz um encaminhamento para o outro Procurador, e diz:

> Encaminho em anexo providências que V. Exª entender cabíveis, reclamação formulada pelo Presidente da Associação ABGLT [de Travestis e Transexuais] em face do 'programa religioso' transmitido na TV aberta no qual o Pastor Silas Malafaia promove explicitamente a violência em face dos homossexuais, ao afirmar que é preciso baixar o porrete em cima desses caras para aprenderem.

Estava falando de reação, de falar, porque os símbolos foram em posição sensual para a avenida, não falou de bater em ninguém, não falou de bater em ninguém, de agredir ninguém. Aí, eles abrem um procedimento contra o Pastor Silas Malafaia e abrem também contra a Bandeirantes, que não tem nada a ver com isso.

E, aí, eu passo a ler:

> "I – DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO
>
> *O objeto da presente ação consiste em obter provimento jurisdicional, que imponha:*
>
> **a)** *obrigação de não fazer a Silas Malafaia e Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda, no sentido de não proferirem e não exibirem, respectivamente, comentários homofóbicos ou que incitem violência ou desrespeito contra homossexuais;*
>
> **b)** *obrigação de fazer a Silas Malafaia e Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda para que exibam, durante a veiculação do programa Vitória em Cristo, mensagem de retratação dos comentários homofóbicos proferidos, com duração de, no mínimo, o dobro do tempo utilizado para exibição de referidos comentários; e*
>
> **c)** *obrigação de fazer à União, por meio da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, para que proceda à fiscalização da referida exibição.*
>
> *II – DOS FUNDAMENTOS DO FATO [só alguns trechinhos].*
>
> *(...)*
>
> *A instauração se deu a partir de reclamação do (...) ABGLT. Posteriormente, outras entidades também apresentaram reclamações (...)*
>
> *(...)*
>
> *Em resposta, o réu afirmou que sua manifestação tratou–se apenas de "crítica severa a determinadas atitudes de determinadas pessoas desse segmento social (...)"*
>
> *Por fim, defendeu que as expressões "baixar o porrete" (...) significam: "formular críticas, tomar providências legais".*
>
> *(...)*
>
> *No vídeo em que consta sua declaração completa no programa Vitória em Cristo, aos 08 minutos e 10 segundos, o réu Silas Malafaia diz:*
>
> *"Os caras na Parada Gay ridicularizaram símbolos da Igreja Católica e ninguém fala nada. É prá Igreja*
>
> Católica 'entrar de pau' em cima desses caras, (...) pra esses caras aprender (sic)". (...)
>
> As gírias "entrar de pau" e "baixar o porrete" têm claro conteúdo homofóbico, por incitar a violência em relação aos homossexuais (...)
>
> No site Verdade Gospel, indicado pelo réu Silas Malafaia, (...) este conclama seus fiéis a enviarem e–mail ao Procurador da República signatário e ao Ministro da Educação, incluindo o endereço de e–mail de ambos. (...)
>
> Em razão disso, centenas, de e–mails e correspondências foram recebidos, com o texto sugerido pelo referido réu, o que demonstra sua influência sobre seus espectadores (e telespectadores)."

Aí, ele segue dizendo o seguinte, Senador Lindbergh, preste atenção: "que os possíveis ouvintes telespectadores e seguidores de Silas Malafaia são potenciais assassinos de homossexuais". Isso é o fim do mundo para um Procurador escrever: potenciais assassinos de homossexuais.

A palavra "homofobia" neste País está banalizada!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Se você não concorda, se você reage, você é homofóbico. Se você se vê no direito – porque o direito existe – de livre expressão e fala o que pensa, você é homofóbico. Aqui não há nada de homofobia. E então o Procurador conclui dizendo – Sr. Procurador, pelo amor de Deus, isso aqui é atentar contra a inteligência humana – que os seguidores de Silas Malafaia são possíveis assassinos de homossexuais! Eu quero perguntar...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vim do meu Estado, um Estado pequeno, com 78 Municípios. Eu tive quase 1,5 milhão de votos e também não concordo. Eu faço resistência aqui. Eu faço resistência e farei até o final!

Então, quer dizer que essas pessoas que votaram em mim, acreditando nas minhas bandeiras, inclusive nessa luta, respeitando as pessoas – não as discri-

minando, mas não concordando com aquilo que elas querem no PL nº 122 –, que todos os meus eleitores são potenciais assassinos de homossexuais, Sr. Procurador? Todas as pessoas que acreditam, como eu, são potenciais...? Os católicos, que creem como eu? Os espíritas, que creem como eu? Todos os cristãos do Brasil são potenciais assassinos de homossexuais? Isso é uma brincadeira, Sr. Procurador!

V. Exª tem a palavra.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Magno Malta, este Senador que vos fala aqui tem–se posicionado sempre contra toda discriminação: discriminação quanto à orientação sexual, contra a violência... Eu fui prefeito de uma cidade, Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e não foram poucos os casos de homossexuais agredidos por serem homossexuais. Então, tenho uma postura, aqui, intransigente quanto a isso. Não podemos aceitar posicionamentos bárbaros. Acho, Senador Magno Malta, inclusive, que tínhamos de caminhar numa linha de entendimento nesta Casa, num grande movimento contra a intolerância. Acho que dá para tentar compatibilizar os direitos das pessoas, dos **gays**, das lésbicas, os direitos e a luta contra a violência e contra a discriminação com outros princípios. E estão aqui no art. 5º, inciso IV e inciso VI, liberdade de manifestação de pensamento e liberdade religiosa. Se a gente conseguir compatibilizar isso aqui, nós temos como sair com uma legislação que unifique este País, que não aceite violência contra qualquer pessoa na sua escolha em relação à orientação sexual, porque isso de fato existe hoje no País. Então, sou daqueles que, em vez de tocar fogo, quero buscar o equilíbrio nesse debate. Tenho procurado, não é fácil, construir um acordo que passe por uma campanha contra a intolerância. Intolerância contra os homossexuais e intolerância contra os evangélicos. Senador Magno, conheci esse caso do Pastor Silas Malafaia. Tive acesso à peça do Ministério Público Federal. Neste caso, há uma posição equivocada, porque quando se cita... E é uma posição não só equivocada, porque se edita o trecho da fala do Pastor Silas Malafaia. Queria chamar a atenção dos Senadores para isso e queria chamar atenção também do Ministério Público: nós não temos de colocar mais lenha nessa fogueira, não temos que agir com intolerância de um lado para outro, pelo contrário, temos de buscar pacificar. Qual é a frase pinçada do Pastor Silas Malafaia? "Baixar o porrete em cima para os caras aprenderem a ter vergonha". Eu fui ler, ver o contexto de toda fala. V. Exª, em seu pronunciamento, já antecipou que o Pastor Silas estava se referindo a passeata do orgulho *gay* quando se falavam em símbolos católicos. O que diz o contexto inteiro da frase? O Pastor Silas disse o seguinte: "Eu queria ver se um evangélico fizesse uma coisa contra a Igreja Católica, para ver se não iriam perseguir e meter o pau. Os caras da parada *gay* ridicularizaram o símbolo da Igreja Católica e ninguém fala nada. É para a Igreja Católica entrar de pau em cima desses caras". Neste caso, para mim, está claro que "entrar de pau" não é incitar a violência física. Nós, nos nossos debates, aqui no Senado não, mas nos debates nos nossos Estados, nas audiências públicas, sabemos que isso aqui está se referindo à crítica, a um ataque da posição, há uma crítica daquela posição tomada. Eu não vi em nenhum momento, li com atenção, nenhuma incitação a esse "cair de pau" como agressão física. Estou fazendo esse pronunciamento, Senador Magno Malta, V. Exª sabe das minhas posições, tenho tentado aqui buscar esse equilíbrio. Não aceito nenhuma tipo de discriminação contra homossexual e nenhum tipo de violência. Existe violência, sim, neste País pelas pessoas serem, simplesmente, homossexuais. Volto a dizer a V. Exª que fui Prefeito de Nova Iguaçu, na Baixada, e vi isso. Mas nós não podemos, no meio desse debate... Este Senado Federal tem de ter a maturidade para construir um texto equilibrado que protejam essas pessoas, mas que também protejam alguns princípios constitucionais que eu aqui citei. Mas acho sinceramente que, neste caso do Pastor Silas Malafaia – eu que olhei e li os documentos –, está havendo intolerância contra o pastor. Quero aqui trazer a minha solidariedade a ele. E se puder argumentar, onde for necessário, vou argumentar, para mostrar que as palavras do Pastor Silas Malafaia aqui não foram incitação à violência física. Na verdade, esse "meter o pau" era responder com força a uma posição, responder criticamente àquela posição. Faço questão de registrar isto aqui, até por conhecer o Pastor Silas Malafaia, que é referência no Brasil inteiro, mas é do meu Estado, o Rio de Janeiro. E quem conhece o Pastor Silas Malafaia sabe...

(Interrupção do som.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – O Pastor Silas Malafaia tem feito muitas críticas ao meu Partido. Mas uma coisa nós temos que reconhecer: esta não é uma prática dele, muito pelo contrário. Então, quero fazer aqui este registro e agradecer a V. Exª por este aparte.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Agradeço a V. Exª. Acrescenta muito a sua lucidez, até porque, com o aparte de V. Exª, fica claro que isso não é um embate de crente contra homossexual, de evangélico contra homossexual. A liberdade religiosa é de todos, e milhares creem como Silas Malafaia, não têm é coragem de se posicionar. Este é um drama: as pessoas que têm coragem e as que não têm coragem.

Sabe por que ele disse isso? Porque um dia o Bispo Von Helder, da Igreja Universal, chutou uma

imagem de Nossa Senhora ao vivo. A reação da Igreja Católica foi tão grande que parecia que eles iam sepultar os evangélicos naquela época. E sobrou para todo mundo, não foi só para a Igreja Universal, não...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – ...que foi feita com o símbolo da Igreja Católica. Então era isto que o Silas estava falando: se fosse um evangélico, a reação era grande. Mas os homossexuais, cadê a reação? Porque quem quer respeito tem que dar respeito. Como é que leva o símbolo da Igreja Católica, Senador Armando, em posições sensuais para a avenida? Para afrontar os cristãos? Para afrontar os católicos? Para afrontar quem? Aos espíritas, que acreditam também nos santos?

Ora, então foi isso que ele falou. Cadê a reação, que eu não vejo? Porque, na época do Von Helder, veio a Rede Globo para cima, veio todo mundo para cima, veio a Igreja Católica para cima. E realmente foi grosseiro ter chutado um símbolo da Igreja Católica na televisão.

Portanto, o aparte de V. Exª acrescenta muito. E é intolerância, eu sempre digo isso. Na verdade, o País não é homofóbico e eles querem a palavra homofobia, porque, se você não concorda com eles, você é homofóbico. (*Fora do microfone)* Se você não pensa como eles, é homofóbico. Então temos de ter coragem...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – O que eles querem é o inicial, que é o projeto de lei da Iara Bernardi: se você não aluga o seu imóvel para um homossexual, você pega sete anos de cadeia; se você demite um homossexual, cinco anos; se você não admite, cinco anos de cadeia; se você não aceita o ato afetivo, sete anos de cadeia. Ora, eu posso não alugar uma casa para um negro, eu posso demitir um portador de deficiência, eu posso não admitir um índio e não ir preso! Eu posso não aceitar o gesto afetivo de um casal heterossexual na porta da minha casa e dizer: "Vão se beijar de outro lado, minhas crianças estão aqui", mas, com homossexual, eu não posso, porque, com um simples boletim de ocorrência, eu pego sete anos de cadeia. Essa é a lei que eles querem, Senador Armando. Vão criar um império homossexual no Brasil?

Essa é a reação do Pastor Silas Malafaia. Essa é a minha reação. Aí, eu pergunto, Procurador: então, as pessoas que votam em mim, as pessoas, no Brasil, que acreditam como eu são potenciais assassinas de homossexuais? São homofóbicas?! Isso é brincadeira, Sr. Procurador! Isso é brincadeira! Vamos às últimas consequências. Eu quero tratar desse assunto com o Procurador–Geral da República, o Dr. Rangel.

Eu acho que precisamos defender aquilo em que nós acreditamos. Não somente os evangélicos, porque têm ateus também que creem em família, como nós acreditamos, com os mesmos princípios na criação. Católicos, budistas, hinduístas, ateus, judeus, quem for. É uma luta da sociedade que quer ter o direito de pensar, que quer ter o direito de ter liberdade de se expressar e não quer se ver tolhida como eles querem impor.

De maneira que fica para o Brasil a claridade dessa reação inconsequente feita contra o Pastor Silas Malafaia e acolhida por um Procurador sem o menor sentido...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. *Fora do microfone*.) –...e vamos até às últimas consequências.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Magno Malta. Partilho da preocupação de V. Exª, principalmente no ponto em que temos de criminalizar a bolinação. Eu acho um absurdo chegarmos ao ponto de o Poder Judiciário, sem uma opção na legislação, dizer que, como não houve conjunção carnal, isso não é crime e, portanto, não se pode penalizar o cidadão. Concordo com V. Exª. Acho que temos de tomar essa iniciativa aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, pela Liderança do PP.

V. Exª, Senadora, tem o prazo regimental de 20 minutos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Sérgio Souza, Senadores, Senadoras, nossos ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, na tarde de hoje, tivemos uma produtiva audiência com a Ministra Chefe do Gabinete Civil, nossa colega Gleisi Hoffmann, quando, mais uma vez, prefeitos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul foram à presença da Ministra para tratar de um tema extremamente sério, que diz respeito ao programa Pró–Transporte, destinado às cidades para pavimentação das ruas e avenidas.

O meu Estado – e também o Estado do Mato Grosso do Sul; estava presente o Senador Delcídio do Amaral – foi o que mais projetos apresentou nesse programa Pró–Transporte, de grande utilidade para as municipalidades, tendo em vista a situação financeira que a maioria dos Municípios gaúchos e brasileiros enfrentam do ponto de vista financeiro – muitos encargos e pouca receita, para resumir a situação.

Estavam presentes nesse encontro o Prefeito Lunelli, de Bento Gonçalves – o Município é o que tem o valor maior de recursos solicitados, R$113 milhões –; o Prefeito Branco, de Rio Grande; o Prefeito Ailton, de Carazinho; o Prefeito Cainelli, de Soledade; e o Prefeito

Colato, de Horizontina; o Deputado Paulo Pimenta; o Deputado Luis Carlos Heinze; e, como eu disse, o Senador Delcídio do Amaral, o Prefeito de Nova Alvorada do Sul, de Mato Grosso do Sul, e o representante de Amambaí, também de Mato Grosso do Sul.

Esse programa para transporte é, exatamente, uma alternativa extremamente importante para os Municípios. O mais grave é que ele foi lançado, foi divulgado o edital, os Municípios fizeram o dever de casa e contrataram as consultorias técnicas, os projetos aprovados foram submetidos à apreciação das respectivas câmaras de vereadores, houve discussão em audiências públicas, e, agora, até este momento, nenhum desses programas de financiamento foi aprovado.

O impasse se deu, porque, segundo a informação que recebemos, não houve comunicação do Ministério das Cidades, que é o agente promotor desse processo, com o Ministério do Planejamento e com o ministério da área econômica, nem interação com as áreas de execução orçamentária para um programa de tal envergadura.

Então, nós estamos num impasse. As prefeituras, ou seja, os prefeitos se comprometeram, as lideranças anunciaram, isso foi muito divulgado, e a situação agora ficou insustentável.

A Ministra Gleisi Hoffman, com sua habitual tranquilidade e correção nessas questões, admitiu os problemas existentes, mas disse que, na próxima semana, passada a Páscoa, esse tema será examinado no âmbito do Poder Executivo pelo grupo de gestão que está fazendo o acompanhamento das obras do PAC.

Mesmo que o projeto não esteja incluído na questão do PAC, ele terá um exame para inclusão desse grupo de execução orçamentária para ver o que será feito para resolver esse problema.

Não são apenas Municípios desses dois Estados, mas como o Senador Delcídio e eu tivemos uma interlocução por solicitação das prefeituras municipais, a Ministra nos recebeu hoje para tratar deste assunto.

Assim, renovo da tribuna, Senador Sérgio Souza – e imagino que o Paraná também tenha Municípios que também estejam pedindo a liberação desses recursos –, que isso é extremamente necessário. E como estamos passando um ano de disputa eleitoral no Município, imagine a situação de dependência da decisão do Governo Federal. Trata–se de um financiamento para os Municípios. Portanto, deveria ser examinado com cautela e cuidado sob todos os aspectos, para não aumentar o endividamento e para que aquilo que a comunidade discutiu e aprovou tenha um final adequado e positivo a essa demanda dos Municípios.

Portanto, penso que a ação da Ministra Gleisi Hoffmann avança no sentido de dar pelo menos um norte de se acreditar que o Gabinete Civil vai tomar as rédeas do desfecho desse projeto que é extremamente importante. Também tratei do assunto com o próprio Ministro Aguinaldo Ribeiro, preocupada com a questão dos Municípios do meu Estado. São ao todo 13 Municípios. Citei aqui os Municípios dos quais os prefeitos compareceram na reunião de hoje, na audiência com a Ministra, mas são 13 no total, administrados por vários partidos. Portanto, espera–se uma decisão do Governo favorável a esse processo, tanto do Ministro Aguinaldo Ribeiro, quanto da Ministra do Planejamento e da Ministra Chefe da Casa Civil, para que haja um desfecho para esse processo.

Também queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, já que V. Exª também tem uma atenção especial com a questão relacionada ao esporte e à Copa do Mundo, para fazer uma colocação. Pertenço à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo seu correligionário e também conterrâneo do Paraná, Senador Roberto Requião, que conduz essa Comissão com muita competência, muito rigor e muita disciplina em relação a decisões que tomamos nesse Colegiado. A Lei da Copa foi distribuída hoje para as três Comissões: a nossa, de Educação, a de Assuntos Econômicos e também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No caso da Comissão de Educação, o Senador Roberto Requião houve por bem me designar relatora da Lei da Copa. É claro que essa matéria não é terminativa no âmbito das comissões; será terminativa neste plenário. Na Comissão de Assuntos Econômicos, foi designado o Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro, meu Líder e Presidente do Partido. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba.

Tomei a iniciativa de fazer um requerimento para que o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, comparecesse a uma audiência pública para debatermos as questões relacionadas à Copa. A própria Fifa designou um representante, porém não o seu presidente, que alegou compromisso na data. Porém, nós já definimos, a Comissão de Educação, juntamente com o Senador Delcídio do Amaral, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, e o Senador Eunício Oliveira, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, que, para dar celeridade, economia de energia, de esforço e também uma aplicação maior de qualidade no trabalho feito, faremos conjuntamente as audiências públicas para tratar da Lei Geral da Copa no âmbito das três comissões. Assim fizemos, Senador Sérgio Souza, no trato do Código Florestal, o que foi extremamente produtivo. V. Exª foi testemunha de quão eficaz foi o debate com as três comissões. Da mesma forma agora, com a Lei Geral da Copa, faremos as três comissões, para não repetirmos as audiências públicas

com as mesmas pessoas e sobre os mesmos temas. Fazendo de forma conjunta, teremos um resultado muito mais eficiente e muito mais ágil, podendo concluir esse processo, talvez, no final do mês de maio. Com isso, o Senado ganha o empoderamento para decidir essa matéria e não apenas trazê–la de afogadilho, dando–lhe tramitação de urgência e designando–se apenas um relator para fazer todo o trabalho.

Dessa forma, penso que o Líder Eduardo Braga também agiu com a habilidade necessária nesse processo, no momento em que o Senado vive uma turbulência, provocada por crises de toda ordem, inclusive no enfrentamento do excesso de medidas provisórias e outras que envolvem um colega Senador, no caso o Senador Demóstenes Torres.

Penso que, dessa forma, ficaram atendidas todas as circunstâncias necessárias das prerrogativas das comissões e do empoderamento, para que possamos fazer uma discussão adequada sobre isso.

No dia 10, o Ministro Aldo Rebelo estará aqui. Nós, hoje, por meio de uma decisão de um requerimento de minha autoria, enviamos uma correspondência à Fifa para renovar o convite para que o Presidente Joseph Blatter compareça, considerando, agora, a circunstância de estarmos discutindo com três comissões, o que dá um relevo muito maior ao debate de uma matéria de grande interesse para a economia, para o esporte, para o futebol não só do nosso País, mas de todo o mundo, a Copa 2014.

Aqui, nesta Casa, teremos, como teve a Câmara dos Deputados, tempo suficiente para fazermos os aperfeiçoamentos necessários ou simplesmente aprovarmos o que a Câmara decidiu, dependendo da avaliação do texto que chegou aqui para o exame das Srªs e dos Srs. Senadores. Vamos fazer com muito empenho esse trabalho, dada a relevância da Copa do Mundo de 2014 para os interesses nacionais.

Claro que não vou entrar no mérito da discussão. Muitas pessoas falam que a Saúde vai mal, especialmente aqui no Distrito Federal, e que vamos investir 800 milhões para fazer um estádio quando não há leito para internamento de pessoas que estão nas filas em todas as cidades–satélites e até mesmo no Plano Piloto. Não se trata de dizer que se exclui uma coisa para atender outra; é importante a definição de prioridades. Assim, seria prudente que o Governador do Distrito Federal tivesse em mente dar a prioridade necessária também para as questões da Saúde – essa sim é questão prioritária para um bom gestor, que olha pelo atendimento às pessoas.

Por fim, caro Presidente Sérgio Souza, queria informar que recebi ontem em meu gabinete, com muita alegria, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, José Maria Rodrigues Nunes, e seu segundo vice–presidente, José Carlos de Oliveira Torbes. Eu recebi deles um convite para participar do 35º Congresso Estadual dos Jornalistas, cuja abertura será no dia 13 de julho, em Porto Alegre, e para a festa dos 70 anos de fundação da entidade, no dia 22 de setembro, também na nossa capital, Senador Paulo Paim, no Rio Grande do Sul – V. Exª também foi convidado por nossos colegas jornalistas e sindicalistas.

Como comunicadora que fui durante 40 anos, não poderia deixar de fazer este registro e de prestar homenagem à entidade que se envolveu nas grandes questões sociais e políticas nas últimas décadas e desempenhou um papel relevante na redemocratização do nosso País.

Fundado em 1942 por jornalistas, escritores e intelectuais gaúchos que atuavam em jornais, revistas e editoras, o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul teve um papel decisivo nas lutas pela liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

Uma das principais reivindicações do Sindicato e, portanto, da categoria hoje, é a aprovação da PEC nº 33, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que prevê a exigência do diploma do curso de nível superior em Jornalismo no exercício da função de jornalista, já aprovada em primeiro turno, com o meu voto favorável, é claro, no Senado, contando com que isso aconteça agora brevemente.

Isso foi feito em novembro do ano passado, apenas o primeiro turno. Esperamos que brevemente também o Plenário do Senado tome a decisão de votar o segundo turno dessa PEC que diz respeito à regulamentação do retorno do diploma de jornalista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia, tenho a certeza de que V. Exª fará um brilhante relatório para a Lei Geral da Copa, e na celeridade que o País precisa e com a inteligência de compor audiências públicas, ao mesmo tempo em todas estas três comissões, só tem a ganhar todo o Brasil.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 9, de 2012**, interposto no prazo regimental, no sentido da continuidade da tramitação do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando *sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.*

É o seguinte o Recurso:

RECURSO Nº 9, DE 2012

(Continuidade de tramitação da RQS nº 115, de 2012)

Senhor Presidente,

Com suporte no art. 254 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos o presente **RECURSO** para que o Requerimento (RQS) nº 115, de 2012, que envia ao "Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles, como a blogueira Yoani Sánchez, que criticam o regime político estabelecido na ilha", não seja arquivado definitivamente e tenha continuada sua tramitação.

JUSTIFICAÇÃO

O RQS nº 115, de 2012, que se constitui apenas numa moção do Senado Federal ao Governo Cubano para que "providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles, como a blogueira Yoani Sánchez, que criticam o regime político estabelecido na ilha", teve o relatório favorável do Senador Pedro Simon, na CRE, rejeitado em votação apertada.

Na mesma reunião da CRE, foi aprovado o relatório favorável do Senador Pedro Simon ao RQS nº 114, de 2012, também uma moção do Senado

Federal, mas esta ao Governo dos Estados Unidos da América, no sentido de que este país suspenda "o bloqueio econômico e comercial a Cuba, liberte os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos, como é o caso de Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerado Hernández Nordelo e René González, bem como feche definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo".

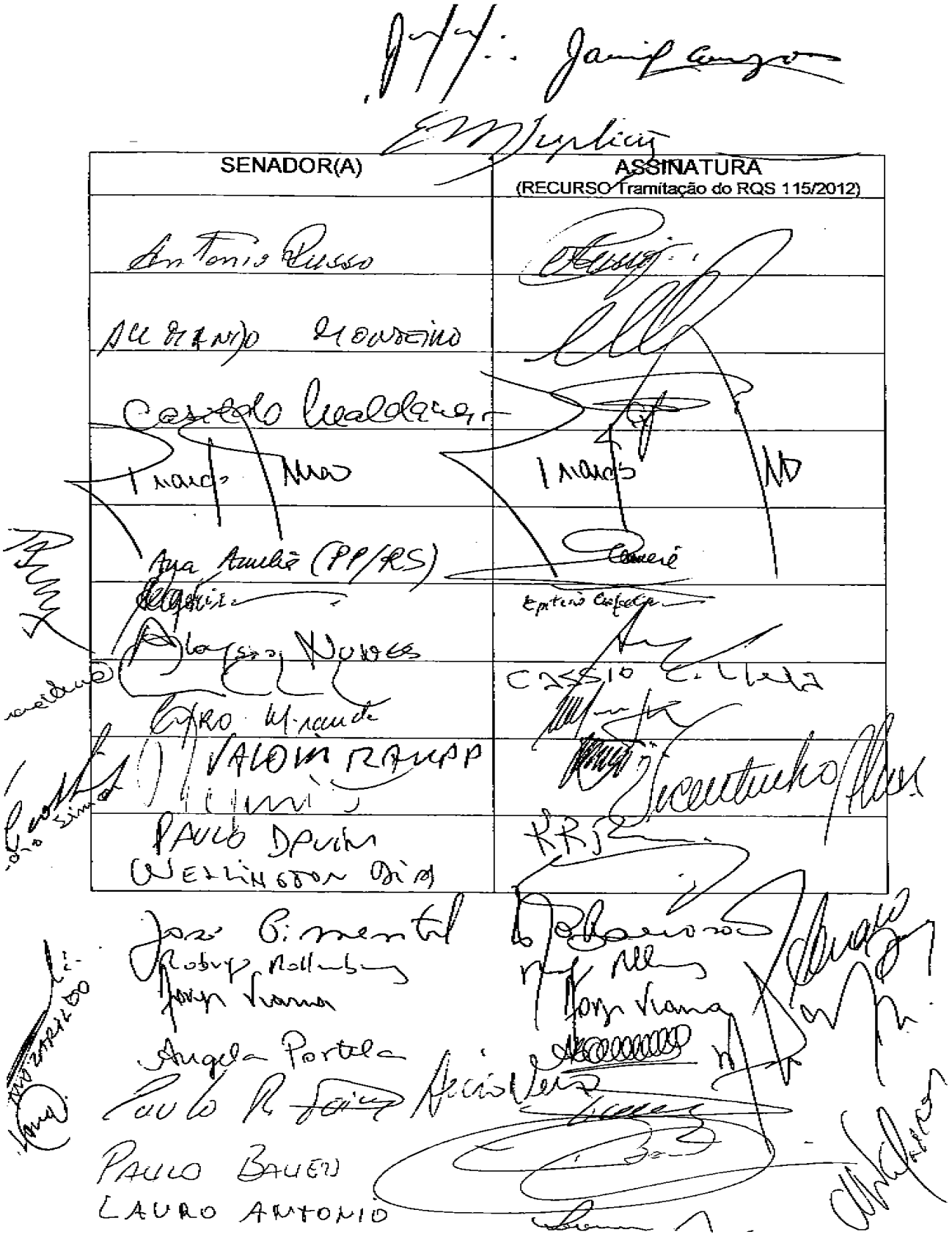
Sobre essas votações, retiramos das notas taquigráficas da reunião da CRE de 22/3/2012, a manifestação da Senadora Ana Amélia, que justifica o seu voto favorável aos dois requerimentos e destaca:

> Se, de um lado, se pede o fim do bloqueio, há uma reciprocidade diplomática e política. Não discuto aqui o mérito da intervenção nas questões internas de Cuba, mas a lógica e a coerência do requerimento do Senador Suplicy. Por isso, votei favoravelmente a esse requerimento, pela forma equilibradíssima como ele o apresentou: despindo-o de qualquer questão ideológica, mas, sobretudo com equilíbrio numa questão tão delicada como essa. E endosso o que disse o relator, Senador Pedro Simon, a respeito de se tratar com dois pesos e duas medidas uma questão que está intimamente relacionada.

Considerando que, na CRE, a matéria proporcionou uma discussão muito rica e que para rejeição do relatório do Senador Pedro Simon ocorreu por diferença de um voto, num total de apenas 9 senadores votantes, entendemos que o tema, pela atualidade das questões que desperta no seio da diplomacia internacional, deve ser trazido para a análise de todos os senadores e senadoras, no Plenário da Casa.

Sala das Sessões,

2



SENADOR(A)	ASSINATURA (RECURSO Tramitação do RQS 115/2012)
Antonio Russo	
Alfredo Nascimento	
Castro Waldemar	
Marcio Neto	Marcio
Ana Amélia (PP/RS)	
Alvaro Nunes	
Cyro Miranda	
Valdir Raupp	
Paulo Davim	
Wellington Dias	
José Pimentel	
Roberto Rollemberg	
Jorge Viana	
Angela Portela	
Paulo R. Farias	
Paulo Bauer	
Lauro Antonio	

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como orador inscrito, eu convido o Senador Paulo Paim, que já se encontra na tribuna, para fazer uso da palavra, pelo prazo regimental.

Senador Paim, V. Exª tem o tempo de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio Souza, Senador Monteiro, Senadora Ana Amélia, eu quero, primeiro, fazer dois registros, mas não vou deixar de comentar também o pacote lançado hoje pela Presidenta Dilma. Não sou contra, mas demonstrarei aqui onde está minha preocupação.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Leonardo Mattos – cadeirante, que não se reelegeu, infelizmente – pelo projeto que apresentou, dispondo sobre a concessão da aposentadoria especial à pessoa com deficiência.

E quero lembrar aqui de um nome que hoje à tarde não foi falado aqui em plenário. Quero lembrar o nome do Senador Sérgio Zambiasi, que, na comissão que eu presidia, eu o indiquei como relator. Ele fez um belíssimo trabalho. Quero lembrar, além do ex–Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Flávio Arns, que, como Vice–Governador do Paraná, pediu–me que cuidasse com muito carinho desse projeto. Pena que o Senador Lindbergh não esteja aqui, mas eu procurei o Senador Lindbergh para pedir–lhe que assumisse a relatoria desse projeto – e creio que não fui só eu que lhe pediu –, e ele fez um belíssimo substitutivo que hoje, nós, aqui, aprovamos.

Vamos nos lembrar também do nome do ex–Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, que foi o grande articulador da PEC paralela. Lembro–me de que, no dia em que aprovamos a PEC paralela, as galerias nos vaiaram, porque diziam que seria um engodo e que a PEC paralela nunca seria aprovada. Eu disse que seria aprovada. Viemos praticamente todas as semanas, durante um ano, até que a PEC paralela foi aprovada. E é lá na PEC paralela que foi assegurado o princípio que garantiu essa lei complementar da aposentadoria especial às pessoas com deficiência do Regime–Geral da Presidência, como também o da semana passada que aqui foi aprovado, que garantiu aposentadoria às pessoas inválidas no serviço público. Foi um trabalho longo de muitos anos. Começou o debate no início do Governo Lula, e agora nós o tornamos realidade. Digo, nós, Senadores e Deputados.

Que bom estar aqui neste momento.

Lembro ainda da Rosinha – cadeirante –, Deputada Federal que esteve aqui, do Romário, do Eduardo Barbosa, que foi o Deputado Federal à época que presidiu a Comissão Especial do Estatuto do Idoso, que hoje é lei e, casualmente, de minha autoria.

Além desse registro, quero também cumprimentar os Deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso que lançaram, hoje à tarde, o programa "Criança não é de Rua".

Como Presidente da CDH, fui convidado para estar lá. Não fui, mas fiz um vídeo em que dividi com eles a alegria dessa campanha tão bonita.

Então, cumprimento a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na pessoa do seu presidente, porque isto aqui eu gravei e foi lá para o Mato Grosso e foi mostrado na Assembleia hoje. Ao gravar o vídeo, eu disse a eles que eu leria o texto do vídeo na tribuna do Senado. Eu não sei quem é o Deputado do partido, mas, aqui, eu o agradeço, porque acho que a campanha é bonita. Então, não há nada vinculado com a questão partidária.

Agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do seu Presidente, Deputado José Riva, e também ao Deputado Luizinho Magalhães, bem como às entidades da sociedade civil pelo lançamento da Campanha Nacional "Criança Não é de Rua", que foi lançada hoje naquela Assembleia.

Quando falamos de criança – eu dizia – estamos falando dos nossos filhos, dos nossos netos, enfim, dos filhos do Brasil, daqueles que darão continuidade à construção desta querida Pátria. Acredito que o nosso carinho em relação a elas tem que ser especial, desde o ventre da mãe, com garantias de um acompanhamento médico para a gestante, passando pelo período de convivência nos primeiros dias de vida. E foi por acreditar nessa proposta que fui relator do projeto de autoria da ex–Senadora Patrícia Saboya, que ampliou a licença–maternidade para 120 dias.

Dizia eu também no vídeo que é nosso compromisso a defesa e ampliação para que o Teste do Pezinho seja de fato aplicado a todas as crianças. Há também outro projeto de nossa autoria, que é o do Teste do Olhinho, que eu espero seja aprovado com rapidez. E não somente a aprovação, mas uma vez aprovado, que seja aplicado. E queremos ver também o cumprimento, na íntegra, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto determina a prioridade absoluta à criança, ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e lazer e ainda ao acesso à cultura, à dignidade, à liberdade e ao convívio familiar e com a comunidade. Enfim, viver de forma fraternal, solidária e com muito carinho.

Quero render homenagens aos Conselhos Tutelares, verdadeiros guardiões do ECA. Na semana passada, aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e depois no Plenário, um projeto nesse sentido, que teve a relatoria do Senador Gim Argello.

Informo também a todos que, com muito carinho, eu, mais uma vez, destaco esse trabalho, essa iniciativa do povo do Mato Grosso: a Campanha Nacional "Criança Não é de Rua"; digo eu, que é de esporte, de amor, de carinho, de boas brincadeiras. Enfim, criança não é de rua, é de escola.

A Comissão de Direitos Humanos vem discutindo o combate à exploração sexual, ao tráfico de crianças, ao *bulling, à* efetivação do ECA, à questão das drogas. E tem um projeto, de minha autoria, que cria a chamada cultura de paz nas escolas, envolvendo a comunidade, os pais, os professores e os alunos, para proteger as nossas crianças.

Por fim, quero dizer que foi a partir do ECA que nós nos inspiramos, inclusive para que fosse aprovado, de nossa autoria, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da igualdade Racial.

Por fim, Sr. Presidente, deixo aqui registrada também uma bela poesia em homenagem à criança, que foi feita pela 3ª série da Turma B, da Escola Municipal de Neiva Ewald, de Cascavel, Paraná, e que foi publicada na edição impressa nº 4, do jornal **O Brasileirinho.** Não vou ler toda a poesia, mas a poesia é belíssima e fala da importância de amarmos e tratarmos com o carinho devido as nossas crianças, porque elas serão aquelas que vão dirigir o Brasil no futuro.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de dizer aqui, Senador Monteiro, que eu sei que fará um pronunciamento mostrando a importância do que foi aprovado hoje, do que foi lançado hoje pela Presidenta Dilma. Mas eu tenho dito, Senador Monteiro, e V. Exª tem posições muito claras e eu gosto de falar com V. Exª, porque V. Exª não é daqueles que têm meias–palavras, é jogo franco, um papo aberto, e sabe V. Exª o respeito que eu tenho pelas suas posições, mas tenho certeza que V. Exª também respeita as minhas posições e eu quero dizer onde estão as minhas preocupações.

As minhas preocupações, de novo, estão na questão da Previdência. Eu não tenho nada contra, e tenho uma relação excelente com os trabalhadores e com os empresários, não só os do meu Estado como também do Brasil. Estive recentemente fazendo uma palestra na Federação dos Bancos, em São Paulo, e perguntaram–me: "Mas tu vais almoçar com os dirigentes dos bancos?" Claro que fui, e fui muito bem recebido; travamos um bom diálogo sobre o empréstimo consignado, sobre o programa que eles têm de formação de jovens deficientes, o programa da acessibilidade, da inclusão de negros e de setores discriminados no mercado de trabalho. Enfim, foi um belo encontro, do qual voltei fazendo–lhes elogios, porque eles contrataram 10 mil pessoas com deficiência e deram a elas a formação e oportunidade de trabalharem. Então, não há problema algum quanto a isso.

Que ninguém entenda que o meu pronunciamento será contra o desenvolvimento e o fortalecimento do nosso setor empresarial, que é a fonte geradora de empregos. Se não fossem eles, eu não tinha trabalhado, eu não estava aqui, e os trabalhadores não estariam em plena atividade no Brasil.

Mas com que eu estou preocupado?

Mas por que estou preocupado? Porque, queiramos ou não, quando se desonera a folha de 20% para 1% ou 2% ou zero por cento, como já é para alguns setores, vai–se abrindo mão de receitas da previdência.

E eu, ao longo desses anos todos, aqui no Congresso Nacional, o que mais ouvi de todos os governantes é que a previdência estava falida. Engraçado que não vejo os grandes articulistas dizerem: "Bom, se está falida, como é que vou tirar 7 bilhões, 8 bilhões, 10 bilhões, 12 bilhões, 20 bilhões? E se continuar desonerando?"

O próprio Ministro diz na sua fala – e vou deixar nos Anais: "O Tesouro vai cobrir eventual déficit da previdência. Não haverá aumento do déficit. Vamos compensar parte dessa desoneração colocando uma alíquota sobre o faturamento. Essa alíquota representa um valor muito menor do que aquele que está sendo reduzido na folha de pagamento." Eu li na íntegra.

Ora, significa que, se retiro as contribuições do empregador sobre a folha... E há um movimento, não sou nada contra, desde que governo assuma as suas responsabilidades.

Meu amigo Senador Sérgio Souza, onde está o meu medo? Lembro–me muito bem quando a previdência começou, mais superavitária impossível. Pegaram o dinheiro da previdência, dizendo que, lá na frente, iam devolver. Aí construíram Brasília, a ponte Rio–Niterói, a Transamazônica, Volta Redonda e as grandes obras deste País. Só que o dinheiro da previdência nunca mais voltou.

Agora o que se alega? Não dá para dar aumento para o aposentado. Tem que tocar o fator previdenciário em cima dos trabalhadores, que corta pela metade o vencimento daquele que teria direito a se aposentar, por exemplo, com R$4 mil e se aposenta com R$2,1 mil, principalmente a mulher. Aí eu me preocupo.

Se eu começar a abrir mão de receitas da previdência especificamente, sem uma contrapartida, dizendo onde haverá o recurso para garantir a aposentadoria decente para o trabalhador brasileiro, nós caminharemos, a longo prazo – tomara que eu esteja errado –, para que tanto na área pública, quanto na área privada, a aposentadoria vai virar um seguro social de um salário mínimo.

E alguém poderia dizer: por que está falando da área pública? Porque a área pública agora, sim, com um fundo que aprovamos, com teto de também R$4 mil, o reajuste não vai acompanhar o crescimento do mínimo, o cidadão até se aposenta com R$4 mil, ou melhor, R$3.916,00 mas, depois, ano a ano, o salário dele vai caindo, como é uma realidade.

Tínhamos, há pouco tempo, repito esse dado, em torno de 12 milhões de pessoas que ganhavam salário mínimo no Regime Geral da Previdência. Hoje são mais de 20 milhões – em torno de 7,5 milhões que ganham um mais que um mínimo e a tendência é depois despencarem. Isso é matemática e sou favorável, claro, a que o salário mínimo suba.

A pergunta que fica, que me fazem os trabalhadores é a seguinte: Paim, por que vamos pagar sobre 5, 6 ou 7 se o nosso destino é ter uma aposentadoria de um salário mínimo e depois ter que optar, os que puderem, por um fundo da famosa aposentadoria complementar, que não sou contra. Quem pode que faça o fundo e vá para aposentadoria complementar.

Quero demonstrar aqui a minha preocupação, vou deixar o meu discurso aqui e quero que fique guardado para história. Eu estive aqui neste dia e falei – e sou da base do Governo – que estou muito, muito preocupado com a nossa Previdência, porque é uma conta que não bate, não tem jeito de bater. Por mais que eu faça força, sempre ouvi dizer que ela era deficitária. Acho que todos ouviram, o Brasil ouviu e como é que vou abrindo mão dos recursos da Previdência cada ano que passa. Se olharmos da Constituinte até hoje, abrimos mão de mais de R$100 bilhões de recursos da Previdência.

Se a folha, como alguns pensam, sonham e há estudos, vai sair de 20% para zero – num primeiro momento a intenção eu sei que é um – quem vai repor mais 133 bilhões que os empregadores pagam sobre a folha?

Aí nós podemos ir, sim, para o fim da previdência pública e todo mundo vai ficar com o seguro social de um salário mínimo. Ninguém consegue responder. Provoquei, na segunda–feira, um debate sobre esse tema. Quem foi lá do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho, concordou que é preocupante a situação da Previdência, porque cada vez mais diminuem os recursos que seriam destinados à Previdência.

Por isso, Senador Sérgio Souza, não quero na tribuna estar na contramão da História. Sei que estamos no momento de uma crise internacional, não queremos que ela chegue aqui, mas me preocupa quando o alvo de novo é a Previdência, porque eu olho para o passado.

Vocês lembram, no passado, qual era o teto, Senador Capiberibe, do trabalhador que se aposentava? Era de vinte salários mínimos. Depois os governos foram retirando a força da Previdência e passou para dez. Depois, de dez, hoje o teto é de seis e, desses seis, caminha para um. É fato, é real, não tem como ninguém mostrar o contrário. A ampla maioria hoje está em torno de dois, três salários mínimos. E vai terminar em um.

Eu quero, neste momento, estar aqui como alguém que quer fazer um alerta. O Regime Geral da Previdência – e não será mais só o Regime Geral – e, agora, também o do servidor público, a partir de primeiro de janeiro, terá o teto é R$3.916,00 e vai seguir as mesmas regras. Consequentemente, ele não terá o reajuste da inflação mais o PIB. Nós caminhamos para que todos passem a receber um salário mínimo.

E repito, então nos digam se é esse o jogo? Só nos digam, porque não tem porque alguém pagar sobre cinco ou seis, se a tendência é terminar recebendo somente um salário mínimo.

Essas são as minhas preocupações, que quero dividir, inclusive, com o Executivo. Estive dialogando, nesta segunda–feira, repito, com o representante do Ministério da Previdência. Ele disse que estava preocupado também. O representante do Ministério do Trabalho também estava preocupado, porque eles não acham uma fonte de recursos. Por exemplo, no ano passado, eu fiz de tudo para dar aquele reajuste, não era nem os 100% do PIB, era 80% do PIB, e me diziam o seguinte: "Paim, onde tu achas que nós vamos arrancar quatro bilhões? Não tinha R$4 bilhões. Não tem de onde tirar R$4 bilhões." Mas como é que agora tem? E diziam para mim o seguinte: "Abrimos mão de R$7 bilhões ou R$8 bilhões, porque depende se mais setores optarem." E quem vai devolver esses R$7 ou R$10 bilhões, se não tem?

Então alguém me mentiu. No mínimo, mentiram para mim quando disseram para mim que não dava para dar o reajuste do aposentado. E alguém me mentiu quando disse que não dava para acabar com o fator previdenciário, que é um redutor sacana, sacana mesmo, que primeiro calcula o benefício, como calcula para os outros setores, e depois aplica um redutor que reduz à metade o vencimento, principalmente o da mulher. Essa conta na minha cabeça não fecha. Eu ainda quero que alguém do Ministério da Fazenda ou do Ministério do Planejamento me mostre para onde vai a nossa previdência. Eu tinha que vir à tribuna senão não ia dormir esta noite. Eu não ia dormir, pelo compromisso que tenho – e não sou só eu que tenho, mas estou falando em meu nome – com os trabalhadores, com os aposentados, com os assalariados deste

País, como é que eu vou concordar que simplesmente retirem? As receitas da previdência não apontam outro caminho... Eles dizem: "Não, no futuro nós cobriremos, nós cobriremos..." E eu repito que essa história de que nós cobrimos eu já ouvi de outros governos que não cobriram e só vão arrochando o salário do trabalhador.

Fica aqui registrado. Eu não estou aqui com posição sectária nem fechada. Eu queria muito que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda me convidasse para uma conversa; pode ser que ele me prove o contrário; que o Ministro Mantega me convide para uma conversa. O Ministro Mantega que, quando lhe disse que o salário mínimo dava para ter reajuste, me disse que eu queria quebrar o País... Tudo bem, Ministro, sabe que eu o respeito! O mesmo Ministro que, em minha campanha, foi ao Estado e disse que os 80% do PIB, que Lula acabou dando, eu iria quebrar o País... Não quebrou e Lula deu... Eu tenho o maior carinho pelo Ministro Mantega.

Ministro Mantega, me convide, me explique onde fecha essa conta. Eu quero que alguém me explique como fecha a conta! Como vão ficar os trabalhadores da área pública e da área privada? Repito porque agora já estão todos no mesmo barco. Como fica a questão do fator e como fica o reajuste dos aposentados? Quero que me expliquem! Enquanto não me explicarem, eu me dou o direito de vir à tribuna e continuar perguntando: para onde vamos com a previdência do assalariado brasileiro? O setor empresarial, enfrentando esse debate – não é enfrentando, mas construindo esse debate –, muitos me ligaram e perguntaram para mim se eu era contra a desoneração. Eu disse que não sou contra, desde que alguém aponte o caminho. Estive, inclusive, na sala do Presidente Sarney, no debate sobre o PL 72. Eu não sou contra, eu só quero que alguém me diga como nós vamos manter a previdência!

Se vier para cá uma lei dizendo, por exemplo: "Olha, Paim, nós vamos manter o reajuste dos aposentados com a inflação mais 80% do PIB como Lula deu há um ano; nós vamos acabar com o fator e vamos zerar a contribuição para todos". Tudo bem, está feito o acordo: só corta o fator, garante–se o reajuste da inflação mais PIB para os aposentados e que a contribuição seja zero para o Governo e para todos os outros setores. Está resolvido! Mas tem que ter uma contrapartida, tem que olhar para o lado de cá um pouquinho, tem de olhar um pouquinho para o lado do aposentado, do trabalhador.

Diz um jornal de São Paulo hoje: "O aposentado está se sentindo um pouco desprestigiado..." Eu disse: me desculpe, não é um pouco desprestigiado; está é desmoralizado! Não há política alguma pensando no aposentado, no pensionista e na aposentadoria dos trabalhadores que estão produzindo e fazendo a economia deste País crescer." Naturalmente, claro, com o carinho e o respeito que a gente tem de ter com o empresariado. Mas não há uma única política que valorize o aposentado deste País e esse debate nós teremos de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que considere meu pronunciamento na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM – (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –Sr. Presidente,Srªs e Srs. Senadores, quero dizer que hoje está sendo lançado, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, o programa Criança Não é de Rua.

Como Presidente da CDH no Senado, tive a honra de ser convidado a gravar um texto que construí e que está sendo divulgado neste momento pela Assembleia.

Gostaria de compartilhar o texto nesta Tribuna:

Criança Não é de Rua.

Quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso na pessoa de seu presidente, Deputado José Riva e também do Deputado Luizinho Magalhães, e ainda as entidades da sociedade civil pelo lançamento da Campanha "Criança não é de rua", que acontece hoje.

Quando falamos de criança estamos falando dos nossos filhos, dos nossos netos, enfim, daqueles que darão continuidade a construção da nossa Pátria.

Acredito que o nosso carinho em relação a elas deve ser todo especial, desde o ventre da mãe, com garantias de um acompanhamento médico para a gestante, passando pelo período de convivência nos primeiros dias de vida. Por acreditar nisso fui relator do projeto que concede licença maternidade de 120 dias para as mães após o nascimento do filho, momento tão especial.

A nossa defesa vai da efetivação do teste do pezinho em todos os hospitais, ao cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto determina prioridade absoluta à criança, direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização. E, ainda, o acesso à cultura, à dignidade, à liberdade, ao convívio familiar e com a comunidade, entre outros.

Quero render homenagens aos Conselheiros Tutelares, verdadeiros guardiões do ECA. Na semana passada aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos, projeto que amplia direitos para estes profissionais.

Quero dizer aos matogrossenses, em alto e bom tom: "Criança não é de rua". É de esporte, é de amor,

é de carinho, é das boas brincadeiras, enfim, "Criança não é de rua".... é de Escola!

A comissão de Direitos Humanos vem discutindo o combate a exploração sexual, o tráfico de crianças, o bullyng, a efetivação do ECA, o problema das drogas e um projeto de minha autoria que cria uma cultura de paz nas escolas, envolvendo a comunidade, os pais, os professores e os alunos.

Por fim quero dizer que foi a partir do ECA que eu me inspirei para elaborar os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial.

Para deixar uma mensagem positiva aos que estarão no dia a dia desta Campanha, irei ler a Poesia que recebi em meu gabinete, feita pelos alunos da 3ª Série Turma B, da Escola Municipal Neiva Ewald, de Cascavel, Paraná, e publicada na edição impressa número 4 do jornal "O Brasileirinho", intitulada:

Prece aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Autoridades que estais no poder.

Santificadas sejam as famílias

Que amam e valorizam as CRIANÇAS.

Venha a nós o direito à saúde, à moradia digna,

À Escola de qualidade e ao respeito da sociedade.

Que seja respeitado o Estatuto da criança e do adolescente.

Assim no Brasil como no mundo.

Amor, carinho, respeito e dignidade nossa.

Dai–nos hoje e sempre.

Perdoai todos aqueles que nos violentam das mais variadas formas.

Assim como exaltai todos os que nos amam, nos valorizam, nos compreendem.

E não nos deixem abandonados a própria sorte.

Livrai–nos da discriminação, exploração, violência e opressão.

Deixai–nos conhecer a beleza e pureza das flores, mares, cachoeiras, brincadeiras inocentes.

Amizades sinceras e da família amorosa.

E que as famílias vivam em condições dignas de sua existência.

Amém.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM – (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Peço, respeitosamente, que entre nos anais desta Casa, entrevista concedida por este senador, ao site da liderança do PT no Senado, por entender que além de esclarecedora é um chamamento a nossa sociedade para que fique em alerta.

Diz o texto, que tem sob título "Desoneração da folha só com contrapartidas".

A desoneração da folha de pagamento, já concedida para alguns setores da economia, foi discutida, nesta segunda–feira, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e representantes dos trabalhadores, empregadores e governo.

Durante o debate, os trabalhadores reclamaram que a medida vai provocar uma série de problemas sociais para a categoria, como a quebra da Previdência Social.

A preocupação também foi demonstrada pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim.

Segundo ele, se o governo quer desonerar a folha de pagamento das empresas, paralelamente deverá definir outra fonte de recursos para cobrir os R$ 133 bilhões que deixará de arrecadar.

"Se o empregador não pagar sua parte da contribuição previdenciária, o governo terá de fazê–lo. Se não pagar, aí vai ser a quebradeira da Previdência", afirmou Paulo Paim.

De acordo com o representante do Ministério da Previdência Social, Eduardo Pereira, o governo vai complementar a receita previdenciária para evitar perdas aos trabalhadores.

A desoneração para setores estratégicos da economia está sendo implementada em etapas pelo governo que, por meio da medida, quer garantir o aumento das contratações e a manutenção dos trabalhadores nos postos de trabalho.

Para o senador Paulo Paim, o governo precisa negociar contrapartidas para evitar perdas para a maioria, já que, em outros países, a experiência não deu certo. Uma contrapartida pode ser o fim do fator previdenciário e uma nova fórmula de reajuste para pensões e aposentadorias.

Sr. Presidente, a matéria prossegue agora com perguntas e respostas:

Pergunta: Em sua opinião, o que a desoneração vai significar para o trabalhador?

Resposta: De fato, é uma areia movediça. Se você continuar nessa lógica de desonerar a folha de pagamento de 20% para 1% ou 0%, como já foi assegurado para alguns setores, nós entraremos, aí sim, no caos, no que tange à Previdência Social. E, se continuarmos assim, no futuro, o que se dirá? Não dá para reajustar aposentadorias, não dá para acabar com o fator previdenciário, como já estão dizendo, alegando falta de recursos. Eu não entendo como se diz que a Previdência não tem recursos, que ela é deficitária, e você abre mão de bilhões, via desoneração. É uma conta que não fecha. Como eu disse: isso é coisa para psiquiatra.

Pergunta: Quais os impactos que a desoneração pode gerar?

Resposta: Em primeiro lugar, se o projeto for aprovado, temos de saber quem vai pagar. Hoje, a folha de pagamento do empregador corresponde a mais ou menos R$ 133 bilhões. Quem vai pagar os R$ 133 bilhões?

Se o governo disser que não vai poder pagar, aí será a quebradeira geral da Previdência. Essa é a minha preocupação. Que me chamem e me mostrem qual é o caminho das pedras.

Eu estou preocupado que com uma previdência falida, o trabalhador é que vai ter de pagar mais uma vez. Além de já estar pagando a conta da dita crise, ele ainda vai ficar sem seu benefício.

Pergunta: As centrais sindicais falaram da possibilidade de negociar contrapartidas. O que, na sua opinião, pode ser proposto?

Resposta: Nós já estamos falando há tempos sobre as contrapartidas, com as Centrais e delegações, porque não dá para você dizer que "para o empregador tudo e para o trabalhador, nada"...

Porque estamos caminhando para isso. O que eu tenho dito é que, se querem desonerar a folha em até 100%, que desonerem.

Mas, então, digam para nós que o fator previdenciário não vai mais existir e que aposentados e pensionistas terão reajustes anuais conforme a inflação e o PIB.

É uma contrapartida. Se não querem pagar mais e nós vamos pagar, e o governo diz que a parte do empregador ele tem como repor, então garanta o fim do fator e o reajuste com base na inflação mais o PIB.

Pergunta: O senhor mostrou aqui a experiência do Chile, onde o empregador já é totalmente desonerado.

Resposta: Exatamente. No Chile, o sistema previdenciário faliu. O trabalhador paga 10% e o empregador paga 0%. O sistema já faliu. Eles não têm mais alternativas.

Mas, o que está acontecendo lá? O Estado está pagando. Se aqui no Brasil querem fazer algo como no Chile, dizer para o empregador pagar 0%, então nos digam que o governo vai pagar a aposentadoria integral para os trabalhadores, até o teto de R$ 4 mil, porque é o princípio assegurado para todos, e que vai ter reajuste real da inflação e o PIB, todo ano.

Pergunta: O Brasil teria condições de arcar com esse compromisso?

Resposta: Tem que estar. Quando eu digo que vou diminuir as receitas, eu tenho de dizer quem vai pagar as contas. Porque não somos nós que vamos pagar a conta.

É o governo brasileiro que está dizendo que está desonerando a folha de pagamento, mas é o Estado, a União, o Tesouro que vai pagar. E, se o governo vai pagar, que pague corretamente, sem fator e com o reajuste baseado na inflação mais o PIB.

Caso contrário, nós vamos entrar naquele velho projeto da direita conservadora, que quer acabar com a previdência pública e que fique apenas com um salário, o chamado seguro social de um salário mínimo.

Bom, se for esse o caminho, que nos avisem antes, para que todos os trabalhadores não paguem mais a previdência, e pague só com base em um salário mínimo, pois o seu benefício será de apenas um salário mínimo.

Concluo, Senhor Presidente, dizendo que esta história de que o Governo vai devolver o que está sendo retirado da Previdência, é um filme que eu já vi.

No passado usaram o orçamento da Previdência para construir Brasília, a Ponte Rio Niterói, a Transamazônica, a Usina de Volta Redonda, etc... O que foi usado nunca voltou!!!

O benefício era de 20 salários mínimos, foi para 10 salários mínimos. Hoje é de 6 salários mínimos caminhando para 1 salário mínimo.

A situação dos trabalhadores e aposentados só vai piorar!!!

Nós estamos pagando a conta da ameaça de uma crise que está na Europa e nos Estados Unidos mais uma vez.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paim, V. Exª será atendido na forma do Regimento desta Casa.

Há sobre a mesa expediente que passo a ler.

Senado Federal, Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, **Ofício CDHC nº 11, de 2012**. Brasília, 3 de abril de 2012. "*Sr. Presidente, com as minhas homenagens, comunico a V. Exª que o Conselho da Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua primeira reunião de 2012, ocorrida hoje, elegeu para a Presidência e Vice–Presidência os Senadores Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente".*

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício CDHC nº 11/2012

Brasília, 3 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua 1ª reunião de 2012, ocorrida hoje elegeu para a Presidência e Vice–Presidência os Senadores Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração. – Senador **Inácio Arruda,** Presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O expediente lido vai à publicação.

Convido a fazer uso da palavra o Senador Armando Monteiro, pela liderança do PTB. V. Exª tem o prazo regimental de 20 minutos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, e os companheiros Senadoras e Senadores, que saúdo aqui na figura do nosso Senador Flexa Ribeiro, presente nesta sessão.

Eu gostaria de comentar o conjunto de medidas anunciado hoje pelo Governo, que representa uma nova etapa do Plano Brasil Maior.

Como é sabido, o processo de desenvolvimento do País, sobretudo na perspectiva da manutenção do nosso ritmo de crescimento, vive, hoje, uma dificuldade que se localiza fundamentalmente na indústria. A indústria vive no Brasil um processo de perda relativa de importância na formação do nosso produto econômico. Essa posição vem declinando ao longo do tempo, e, nos últimos anos, essa situação de relativa desindustrialização vem sendo agravada pela forte penetração dos produtos importados, que já respondem por quase 25% do consumo de bens industriais no Brasil.

Meu caro Senador Flexa, esse número ainda não revela um coeficiente de importação, eu diria, dramático, mas é alta a velocidade com que esse processo vem acontecendo. Veja V. Exª que, em 2006, as importações de manufaturados respondiam por 11% do consumo de bens industriais no País e que, em cinco ou seis anos, dobrou essa posição. Esse processo, se não for de alguma forma contido, vai significar grave prejuízo para o conjunto da produção industrial do País. Portanto, o Governo Federal não poderia deixar, neste momento, de oferecer um conjunto de medidas que pudessem, de alguma maneira, representar não a proteção da indústria no sentido de se fazer uma ação artificial, mas algumas medidas isonômicas que contribuíssem para reduzir as desvantagens competitivas que, hoje, são claramente identificadas nesse quadro de competição em escala global.

Essas medidas, que correspondem a uma segunda geração de medidas naquilo que se convencionou chamar de Plano Brasil Maior, aprofundam e ampliam um conjunto de medidas de desoneração que alcançam um número maior de setores da indústria de transformação. De alguma forma, sobretudo no que diz respeito à desoneração da folha de pagamento, esse processo já vinha sendo testado em alguns setores como, por exemplo, o setor de calçados, o setor têxtil, especialmente de vestuário. Portanto, agora, essa medida de desoneração é ampliada, contemplando um conjunto de quase quinze setores da indústria no Brasil.

O Senador Paim, que nos antecedeu, manifesta sua preocupação com o reflexo desse processo nas contas da previdência, mas creio que não há efetivamente risco de que se possam prejudicar as contas da previdência, porque a medida que está sendo proposta transfere a contribuição da folha de pagamentos – que é a atual base e, nesse caso, a contribuição patronal – para um percentual sobre o faturamento das empresas, o que significa dizer que estamos mudando a base de contribuição e de incidência, que se desloca da folha de pagamentos para o faturamento. Se levarmos em conta o estímulo que essa medida vai produzir no sentido de reforçar a competitividade da produção brasileira, ao final, certamente, não haverá um efeito líquido que possa ser prejudicial à previdência. De qualquer forma, o Governo garante que o Tesouro Nacional, se houver qualquer desequilíbrio conjuntural, vai poder cobrir essa diferença.

Quero lembrar, inclusive, que haverá uma base de incidência nova, que é a elevação da cobrança do PIS/Cofins sobre as importações, para que se promova, dessa forma, uma condição mais isonômica na competição com os produtos importados. Essa nova base de contribuição que vai incidir sobre as importações, de alguma forma, também vai proporcionar ao Tesouro uma compensação se houver, eventualmente, alguma perda de arrecadação pela substituição da contribuição incidente sobre a folha por essa contribuição sobre o faturamento.

De igual modo, o Plano contempla ainda a manutenção da desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre vários segmentos da linha branca, especialmente, e também sobre outros setores e oferece uma série de incentivos na área creditícia, sobretudo para sustentar um amplo programa de investimentos, que, no Brasil, também beneficia, de forma direta, o setor de bens de capital.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi, durante a crise de 2008/2009, um instrumento valioso para garantir a sustentação da taxa de investimento do País, é, agora, por assim dizer, reforçado também com um novo aporte de recursos no sistema BNDES, que vai, por meio de uma capitalização direta, proporcionar a fonte de recursos necessária para a ampliação desse programa, um programa que oferece taxas de juros extremamente baixas, em padrões extremamente atrativos para o investimento privado, e que, de alguma forma, vai contribuir para

sustentar, sobretudo, o nível de atividade no setor de bens de capital do País.

Quero também registrar uma medida direta de amparo a alguns setores da indústria brasileira, como, por exemplo, o estabelecimento de imagens de preferência para a aquisição de produtos que vêm sofrendo de forma mais direta com esse acirramento da competição em escala global, às vezes com processos de concorrência que nem sempre observam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse sentido, haverá uma margem de preferência, em favor da produção nacional, de 25% nas compras, contemplando os setores de medicamentos, de fármacos e de biofármacos e ainda alguns outros segmentos, como, por exemplo, o de retroescavadeiras e motoniveladoras, que vêm sendo também atingidos com a penetração de produtos importados.

Quero destacar também algumas medidas de desoneração de investimento, sobretudo para estimular os investimentos na área de infraestrutura portuária no Brasil. O Reporto é um programa que estimula e desonera o investimento em toda essa infraestrutura portuária. Portanto, o programa contempla ainda medidas de apoio e de linhas de apoio à inovação, o que reconhecemos como sendo o elemento–chave, o elemento decisivo para que a indústria brasileira possa colocar–se, no futuro, em condições de enfrentamento dessa competição.

Reconhecemos que essas medidas, ainda que sejam amplas, não são suficientes. O Brasil precisa retomar uma agenda mais ampla de reformas, como a reforma tributária, como uma nova geração de reformas na previdência, como a reforma administrativa. Ou seja, precisamos melhorar a logística e a infraestrutura do País. Portanto, temos a consciência de que essas medidas não podem, em si mesmas, garantir as condições permanentes, vamos dizer, de competitividade que precisamos construir.

Nesse sentido, eu gostaria de destacar, ainda que reconhecendo o mérito desse pacote, duas omissões que me parecem, de alguma forma, reduzir o alcance dessas medidas. Eu gostaria de referir–me a duas áreas que, hoje, afetam diretamente o custo de produção no País. A primeira delas é a energia elétrica. Apesar de, no Brasil, haver um custo estruturalmente baixo na geração de energia, pelas condições de que se dispõem, paradoxalmente, há aqui um custo final de energia para o setor industrial que é dos mais elevados do mundo. Isso tudo por quê? Porque, quando agregamos os custos inerentes à transmissão e à distribuição, sobretudo, considerando que hoje a energia é uma base de tributação, é uma base impositiva de tributação, em que os Estados da Federação, sobretudo os Estados, têm sobrecarregado com alíquotas muito elevadas do ICMS, que alcançam 25%, nós vamos ter como resultante desse processo um custo elevadíssimo da energia que representa um insumo fundamental, um insumo básico para a indústria.

Quero, a propósito disso, destacar um estudo recente que foi divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que compara o custo da energia elétrica que hoje nós temos no Brasil. Há efetivamente simetrias, porque nós temos tarifas que não são uniformes no País. Há 64 empresas distribuidoras no País, e, evidentemente, em função da distância desses centros de geração de energia, nós temos custos e tarifas diferenciados. De qualquer forma, esse estudo aponta uma tarifa média no Brasil em torno de R$329 por megawatt/hora.

Imaginem os senhores que dados da Agência Internacional de Energia apontam que em 27 países que foram pesquisados o custo médio da tarifa alcança pouco mais de R$200 por megawatt/hora. E, se levarmos em conta o custo da energia em países emergentes que concorrem, hoje, diretamente com o Brasil – refiro–me à China, à Índia –, encontraremos tarifas ainda mais baixas, como, por exemplo, no caso da China, uma tarifa que se situa em pouco mais de R$130 em moeda equivalente.

Portanto, essa grande desvantagem que o Brasil tem hoje num insumo básico, que é a energia elétrica, também se constitui num fator, hoje, determinante da perda crescente de competitividade da produção nacional.

Quero também destacar, ainda, minha cara Senadora Lídice da Mata, outra questão que essa segunda geração de medidas do chamado Plano Brasil Maior não contemplou, que é exatamente a questão dos chamados **spreads** bancários.

O que são os **spreads** bancários? São as margens brutas de intermediação do sistema financeiro que são agregadas aos custos de captação e que, ao final, respondem pelo custo do tomador final. Ou seja, essa taxa Selic, a taxa básica do Banco Central, não é a taxa que o consumidor paga na ponta, seja a pessoa jurídica, a pequena empresa, o pequeno comércio ou, muito menos, o consumidor brasileiro, quando precisa financiar as suas contas. A taxa, lá na ponta, é a que resulta do somatório dos custos de captação e toda a margem que é agregada pelo processo de intermediação financeira. E aí nós temos vários componentes desse custo. Temos a tributação, a chamada cunha fiscal, que incide sobre as operações, tributos diretos e indiretos; nós temos o regime de depósitos compulsórios, que é uma parcela dos recursos que é recolhida ao Banco Central e que, portanto, represen-

ta, ao final, um ônus para o sistema financeiro; temos ainda os custos administrativos dos próprios bancos, uma margem para fazer face à inadimplência, que precisa também ser provisionada nessas operações; mas temos, finalmente, as margens, os lucros do sistema financeiro, a margem líquida de resultado do sistema.

Há um estudo recente, divulgado pelo jornal **O Globo**, que demonstra as distorções que estão presentes nesse ambiente. Vejam, por exemplo, que um estudo realizado por uma consultoria, a Austin Rating, aponta que, em que pese a redução muito significativa da taxa básica de juros no período que vai de dezembro de 2005 até fevereiro de 2002 – só para lembrar, essa taxa básica de juros se reduz de algo como 18% para agora pouco mais de 9%, 9,75% –, em que pese essa significativa redução na taxa básica, os **spreads** mantêm–se nos mesmos níveis de 2005, ou seja, de 28,6% para 28,4%, seis anos depois. Então, vejam o paradoxo: o custo de captação diminui, mas a margem bruta que é agregada às operações mantém–se a mesma, o que significa dizer que o dinheiro continua a ser muito caro para aqueles que se utilizam do crédito no Brasil.

Essa é uma agenda com que a própria Presidente Dilma vem, crescentemente, manifestando preocupação e que precisa ser atacada. Ela tem o mérito de proporcionar um benefício horizontalmente. Não se trata de eleger setores que têm desoneração. Essa é uma medida horizontal de desoneração, que vai resultar no estímulo ao consumo, que vai permitir, por exemplo, que os índices de inadimplência caiam, porque a inadimplência resulta, em grande medida, do elevadíssimo custo dos recursos que são oferecidos.

Para mim, o Plano Brasil Maior tem duas lacunas: não enfrentar a questão da redução do custo de energia, como aqui já demonstramos, e não oferecer medidas de desoneração na área da intermediação financeira e do crédito. Essa forte tributação que incide sobre as operações financeiras não penaliza, como alguns ingenuamente supõem, os bancos; isso penaliza o tomador do crédito, porque tudo isso é repassado nas operações que são realizadas pelo sistema.

Ao final, quero manifestar a minha convicção de que o Brasil precisa – e esta Casa do Congresso tem uma grande responsabilidade nisto – discutir, em caráter permanente, sobretudo dando um sentido de urgência, um conjunto de medidas de caráter mais estruturantes, que possam representar o enfrentamento dessa agenda pró–competitividade no Brasil. Se não, iremos assistir – e isso já se identifica em alguns setores – a uma perda de emprego no setor industrial do Brasil e, mais que isso, a um processo regressivo na nossa economia

O Brasil construiu uma base industrial importante, a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Não podemos permitir o desmonte disso que foi uma conquista de gerações de brasileiros.

É fundamental defender a indústria – defender a indústria com essas medidas que o Governo hoje anuncia –, mas, sobretudo, oferecer às empresas brasileiras um ambiente cada vez mais amigável, para que possam enfrentar esse processo de competição em escala global.

Então, quero deixar neste debate esta manifestação, que é, a um só tempo, uma manifestação de reconhecimento pelo esforço que o Governo Federal vem promovendo, mas, sobretudo, um alerta para que avancemos nessa agenda, para que o Brasil não seja imprevidente, porque a pressão competitiva no mundo é cada vez maior, sem contar que isso também nos leva a uma agenda que nos coloca o desafio na área da educação, da inovação. E o pilar da inovação é o capital humano, e, no capital humano, a educação.

Portanto, vamos cuidar dessa agenda mais estruturante, que é a agenda que nos haverá de conduzir ao futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Convido V. Exª a presidir a sessão por alguns instantes, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Fico honrado com seu convite. Eu ia sair, mas não posso ocultar–me.

O Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma oportunidade tê–lo na Presidência neste momento, como representante da Confederação Nacional da Indústria – representante aqui no Senado, junto com outros Senadores. Mas V. Exª é aquele que milita, e, no cotidiano da sua atuação neste Senado, a pauta número um para V. Exª sempre é a indústria.

Meu pronunciamento, na data de hoje, também vem na mesma linha.

Por sorte, Senadora Lídice da Mata, hoje tivemos o lançamento do Brasil Maior 2, que foi a ampliação daquilo que já foi colocado pelo Governo Federal como uma proposta de medidas de incentivo à indústria deste País.

Há algum tempo eu já havia meditado sobre esse assunto, e aqui no Senado temos conduzido, principalmente nas Comissões, debates nesse sentido. Recentemente, promovemos duas audiências públicas conjuntas entre a CAE e a CCJ para tratar desse assunto, mais especificamente para tratar da Resolução nº 72, que busca unificar a alíquota do ICMS para todos os Estados, o ICMS de importação.

Sr. Presidente, fiz alguns apontamentos importantes para levar ao cidadão brasileiro, ao Estado do Paraná e a todos os Estados da Federação, assim como a informação e também a nossa preocupação com relação à desindustrialização.

A economia brasileira cresceu apenas 2,7% em 2011, e isso se deve, em grande parte, ao crescimento mínimo, da ordem de 0,1%, do setor manufatureiro nacional. Entenda–se como setor manufatureiro o produto acabado, aquele produto que o cidadão consome no dia a dia.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, aponta que os produtos importados já representam 20% do que é vendido hoje no País, ou seja, um em cada cinco produtos industriais vendidos no Brasil em 2011 foi fabricado em outro país.

E aqui faço uma reflexão do que éramos em 1980, quando o Brasil, em comparação aos Tigres Asiáticos – aí incluindo, é claro, a China –, era cinco vezes maior em produção industrial. Passados pouco mais ou cerca de 30 anos, nós aumentamos e muito o nosso poder de consumo, mas perdemos e muito o poder da indústria. Hoje, os Tigres Asiáticos são cinco vezes maiores do que indústria brasileira. Isso é preocupante. É comum comprarmos, nas prateleiras dos supermercados, das lojas, produtos **made in** algum país asiático. E é preocupante, porque vemos que há um processo de desindustrialização.

O representante da Abimaq disse, recentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos, que não se fabricam mais máquinas de costura no Brasil, porque é mais caro fabricar no Brasil do que trazer da China. É mais fácil levar o minério de ferro até a China, transformá–lo e trazê–lo em trilhos, para assentarmos e construirmos nossas ferrovias, ou em máquinas, como produto indutor da nossa indústria, mas não é mais barato construirmos essa máquina aqui no Brasil.

Então, algumas reflexões têm de ser tomadas nesse sentido.

Em 2010, Sr. Presidente, os importados representavam 17,8% das vendas; em 2006, 15,1%. Então, vejam só: houve um aumento de produtos importados consumidos pelo brasileiro. No entanto, se compararmos a economia de 1996 à economia de 2012, a diferença é muito grande. Ou seja, o cidadão brasileiro está consumindo muito mais. Se levássemos o que o brasileiro consome hoje para a realidade da economia de 1996, tenho certeza de que esse índice seria muito maior.

E o pior é que houve forte queda da produção industrial entre janeiro e dezembro passado: 2,1%. No mês de fevereiro, houve leve crescimento comparado a janeiro, mas em relação a fevereiro de 2011 a produção industrial teve queda de 3,9%. Nos últimos 12 meses, o índice acumula redução de 1%. No acumulado do ano, a indústria caiu 3,4%.

Por isso, os analistas consultados pelo Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, revisaram para baixo as projeções para o crescimento da economia neste ano. O mercado cortou ligeiramente, de 3,23% para 3,20%, as estimativas para o avanço do PIB em 2012, segunda queda consecutiva.

No entanto, hoje, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, no Palácio do Planalto, que o PIB pode crescer este ano – é importante que se frise a palavra "pode" – cerca de 5,5%. Isso, é lógico, se considerarmos que medidas como as lançadas hoje realmente serão eficazes para garantir a produção industrial brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, nós devemos fazer estas reflexões sobre a indústria nacional.

Para 2013, a revisão do boletim Focus foi ainda maior: puxa de 4,29% para 4,20% o crescimento do PIB. No Paraná não é diferente. A projeção da Federação das Indústrias daquele Estado é de que as vendas industriais avancem 3,5%, contra 5,8% do ano passado. No meu Estado, a quebra ou a diminuição da safra agrícola devido a problemas climáticos será mais uma dificuldade que devemos superar.

O saldo da balança comercial paranaense saiu de um superávit de R$5,5 bilhões em 2005 para um déficit de R$1,4 bilhão em 2011. Cinco grupos de produtos fecharam o ano deficitários, entre eles aquele que é o maior problema do Brasil – considero eu – neste momento, porque gera milhares e milhares de empregos: a indústria têxtil. Também material elétrico e eletrônico, material de transportes, mecânica, petróleo e derivados e produtos químicos, segundo dados da *Gazeta do Povo* de ontem.

Como resultado desse quadro, a indústria do Paraná vem perdendo espaço. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ipardes, em 2004 ela respondia por 20,19% do PIB estadual, hoje está em 18,8%.

Devemos fazer uma reflexão. Houve um aumento considerável na renda do cidadão e, por consequência, o consumo do cidadão brasileiro aumentou muito. Aí, repito, houve uma redução do Produto Interno Bruto

nesse sentido também no meu Estado, o Estado do Paraná.

Tanto no Paraná quanto no resto do Brasil, os motivos para essa situação são variados:

– a produtividade industrial brasileira vem crescendo pouco, e sem produtividade não há como enfrentar a concorrência que vem de fora;

– o Brasil é o país mais caro. Acumula recordes mundiais em custos elevados em várias áreas, como na tributação, logística, energia e no custo de capital das empresas que não têm acesso ao BNDES, Senadora Lídice. Grande parte dos anúncios feitos hoje pelo Governo Federal é de recursos do BNDES, e esses recursos às vezes não atingem aqueles que mais precisam, aqueles que estão lá na ponta da cadeia, que são o micro e o pequeno empresário;

– o câmbio, que deveria neutralizar esses fatores, agrava ainda mais o desbalanceamento da competitividade da produção realizada neste País;

– o impasse industrial decorre ainda da crise mundial, que estreitou os mercados consumidores ao redor do mundo ao mesmo tempo em que ampliou a capacidade de produção de bens industriais, em especial do grande produtor manufatureiro que se tornou a China.

A crise é grave, preocupante e exige respostas urgentes. É de se louvar, portanto, o lançamento hoje das novas medidas do Plano Brasil Maior. O Governo reforçou ações sobre o câmbio, medidas tributárias, com a desoneração da folha de pagamento e estímulos à produção nacional.

Foram apresentadas medidas para reduzir o custo do comércio exterior e de defesa comercial, bem como incentivo ao setor de informação e comunicações.

Foram divulgadas ainda melhores condições de crédito, por meio do BNDES, e condições mais favoráveis para a indústria automobilística nacional.

Sobre o câmbio, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que as medidas terão caráter permanente, incluindo o aumento das reservas internacionais.

A política de aumentar a alíquota do IOF será mantida para taxar as operações especulativas.

Em relação à folha de pagamento, foi anunciada desoneração da alíquota de 20% do INSS para alguns setores estratégicos. Em contrapartida, o empresariado terá que recolher aos cofres do Governo de 1% a 2,5% do faturamento. Pelo Plano Brasil Maior, anunciado em agosto do ano passado, a alíquota era 1,5%, mas nem todos os setores aderiram. A estimativa é que a desoneração total anual seja R$7,2 bilhões. Para o ano de 2012, o montante será R$4,9 bilhões, já que as medidas passam a vigorar a partir de julho.

As novas medidas devem beneficiar quinze setores. São eles: têxtil, confecções, calçados e couro, móveis, plástico, material elétrico, autopeças, ônibus, naval, aéreo, bens de capital, mecânica, hotelaria e tecnologia de informação e comunicação, equipamentos para **call center** e **design house**, principalmente na confecção de **chips**. Desses, confecções, couro e calçados e a área da tecnologia de informação e comunicação já eram beneficiados pelo Brasil Maior e tiveram as alíquotas novamente reduzidas.

O Governo também estabeleceu prioridade para a aquisição de bens e serviços nacionais com margem de preferência de até 25% sobre os produtos importados nas compras governamentais, é claro.

Nesse ponto, gostaria de fazer uma reflexão. Eu não sou contra a globalização, Sr. Presidente; muito pelo contrário. O que eu penso que nós temos que fazer é proteger o nosso mercado interno de forma responsável e de forma que não venha a ferir direitos econômicos de outros países. Sou contra é que entrem produtos, neste País, cuja qualidade na produção, cujo custo do salário do cidadão que foi utilizado, da mão de obra do cidadão utilizada para a produção desse produto, incluindo aí encargos sociais e trabalhistas e por que não dizer previdenciários... Se for na mesma condição, o Brasil tem que se tornar mais competitivo, mas guerrear com esses países que incentivam a sua produção em detrimento da seguridade social e da seguridade previdenciária dos seus cidadãos não é justo com o Brasil.

E por isso, programas como este de incentivar e financiar a indústria nacional são necessários para podermos manter a competição. E garantir as compras brasileiras de produtos nacionais mesmo até 25% mais caro é uma medida justa, porque aqui geramos o emprego, a renda, agregamos valor a esses produtos e até mesmo mais impostos.

Para os medicamentos, por exemplo, a margem de preferência será 8%, com prazo de dois anos. Para fármacos, 20%, e biofármacos, 25%, ambos com prazo de cinco anos. O valor anual estimado de compras é R$3,5 bilhões; compras pelo Governo Federal.

Haverá também preferência na compra de retroescavadeiras com margem de 10% e motoniveladoras com margem de 18%, até dezembro de 2015. O valor anual estimado de compras do Governo Federal é R$3,5 bilhões para esses dois itens.

O Governo anunciou também o aporte de R$45 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES destinar mais recursos ao setor produtivo, incluindo o Programa de Sustentação do Investimento.

Para o setor de ônibus e caminhões, com produção nacional, as taxas de juros fixas caem de 10% ao ano para 7,7% e o prazo total do financiamento vai passar de 96 meses para até 120 meses. Os juros do Procaminhoneiro caem de 7% ao ano para 5,5%. Para os ônibus híbridos, a taxa de 5% ao ano foi mantida.

No caso dos bens de capital, a taxa de juros para grande empresa cai de 8,7% para 7,3% ao ano. Para as micro, pequena e média empresas, a taxa de juros cai de 6,5% para 5% ao ano. O prazo total de financiamento foi mantido em 120 meses, ou seja, dez anos.

As exportações também tiveram medidas de estímulo. Entre elas, a ampliação do prazo total de financiamento de 24 para 36 meses.

Sr. Presidente, o BNDES anunciou ainda medidas para estimular a inovação e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. O financiamento para inovação tecnológica foi mantido em 4% ao ano, mas os juros dos recursos para o Capital Inovador caíram de 5% ao ano para 4%.

Os recursos para Renovação da Produção caíram de 7% para 4% ao ano. O prazo de carência foi ampliado de 36 para 48 meses. Foi anunciado ainda um subprograma, dentro do PSI, para projetos de transformadores, com valores disponíveis ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – ...de R$8 bilhões.

Enfim, trata–se de um conjunto de medidas expressivo que certamente impactarão positivamente nosso setor industrial. Contudo, temos que ir além das medidas de curto prazo e realizar as reformas essenciais para dotar a economia brasileira da competitividade necessária para fazer frente às demais nações desenvolvidas e emergentes do mundo.

Ações e reformas em profundidade, capazes de reduzir efetivamente o custo Brasil, incentivar a inovação e o aumento da produtividade, e estabilizar o câmbio, tornando, assim, mais competitiva a nossa produção.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Pela liderança do PSB, eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDIDE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, gostaria de anunciar a presença neste plenário, nas nossas galerias, do prefeito de Brumado, importante cidade do interior do Estado da Bahia, o Sr. Eduardo Vasconcelos, que juntamente com mais 60 prefeitos vieram hoje à Capital para tratar, nas diversas instituições e Ministérios, a respeito das consequências danosas da seca que vem se abatendo sobre o nosso Estado.

Nós já tratamos deste assunto aqui mais de uma vez. Sabemos que o Governador Jaques Wagner está buscando inclusive uma audiência com a Presidente Dilma para tratar deste assunto, dada a extensão da seca que se tem abatido sobre os Municípios e a ideia de que, há muitos e muitos anos, não temos uma seca tão perversa sobre a nossa produção e a nossa gente, exigindo, portanto, medidas de emergência. E mais do que medidas de emergência, também medidas que possam garantir a sobrevivência e a convivência com a seca. Dentre outras medidas, as medidas também de compensação dos produtores agrícolas, dos pecuaristas – pequenos, médios e grandes –, que importam e incidem sobre a economia do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com o anúncio da Presidente Dilma do novo pacote de medidas de estímulo à industrialização, à economia, beneficiando 15 setores produtivos com desoneração da folha de pagamento e estímulo à produção, muitos Senadores hoje se pronunciaram a respeito deste assunto, inclusive os dois Senadores que me antecederam. Cada um buscando destacar uma ótica, uma visão a respeito dessas medidas definidas pela Presidente Dilma, especialmente buscando trazer uma visão otimista, desejando que elas alcancem o sucesso esperado.

Em tempo de globalização da economia, a desindustrialização que o nosso País vinha vivendo, não de agora, de muitos anos – que não é um resultado do Governo de Lula ou de Dilma, portanto dos governos do PT, mas que já vem de muitos e muitos anos no Brasil –, toma uma importância vital pela competitividade dos mercados internacionais, pela velocidade com que as mudanças técnicas atuam nesse mercado. Portanto, pela necessidade que o Brasil tem de se manter em condições de competir e de ganhar mercados.

Não podemos chegar ao nível a que chegamos de desenvolvimento da nossa economia e nos reduzirmos apenas a sermos exportadores de matéria–prima. É importante, fundamental, indispensável que o Brasil possa alcançar outro patamar, garantir a sua indústria e não apenas garantir a sua sobrevivência, mas, acima de tudo, crescer noutra direção com outras condições.

Para crescer e inovar é preciso, sem dúvida nenhuma, investir profundamente na educação e fazer isso de maneira rápida, objetiva, em projetos que possam gerar, imediatamente, nova mão de obra qualificada, além de, não tenho dúvida, termos que importar, em algumas áreas, recursos humanos e mão de obra qualificada.

Gostaria, Sr. Presidente, com este pacote, o Governo estima que a desoneração total, anual, alcance R$7,2bilhões – e já para este ano o montante será de R$4,9bilhões. Com essas medidas passando a vigorar a partir do mês de julho, quero destacar que, entre os setores beneficiados, estão alguns segmentos do turismo como o de hotelaria, o de transporte aéreo e ônibus, esperando, claro, que essas medidas possam significar uma imediata diminuição do custo Brasil no turismo e das tarifas da hotelaria e do transporte aéreo em nosso País.

A necessidade de desoneração da cadeia produtiva do turismo nacional foi justamente a principal reivindicação apresentada durante a última reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, realizada, na semana passada, aqui em Brasília.

A reunião contou com a participação de diversos líderes do *trade* turístico, além do Ministro interino do Turismo, Valdir Simão, já que o Ministro Gastão Vieira encontrava–se na Índia, com a Presidente Dilma, participando do encontro dos Brics.

Durante o Fornatur, o Secretário de Turismo da Bahia e Presidente do Fórum, Secretário Domingos Leonelli, manteve contato com o Ministro que antecipou, lá da Índia, esta primeira notícia: a de que a Presidente Dilma determinara a inclusão de alguns segmentos da cadeia do turismo no Programa Brasil Maior, com a desoneração de alguns itens da cadeia produtiva, antiga reivindicação do Fornatur e de todo o setor do turismo nacional. Tal pleito também integra a motivação central do Projeto de Lei nº 1.375, de 2007, de minha autoria quando Deputada Federal, juntamente com os Deputados Otavio Leite, do PSDB carioca, e de Carlos Zarattini, do PT paulista.

Temos convicção de que é imenso o potencial de contribuição do turismo para o desenvolvimento nacional com a criação de novos empregos e a geração de riquezas, incluindo os pequenos Municípios das regiões menos desenvolvidas de nosso País, como o Norte e o Nordeste.

Os números confirmam que o Brasil está na rota do turismo internacional. E, principalmente agora, com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016, nós não podemos deixar de ter no turismo um vetor essencial do desenvolvimento nacional.

A nossa preparação para a Copa do Mundo e as medidas que o Brasil tomar neste momento podem ou não fazer com que o Brasil dê um salto significativo, superando o patamar que até então nós não conseguimos suplantar, de 5 milhões de turistas internacionais/ano.

O que mais cresce, e cresce com muito vigor no nosso País, é o turismo interno, que se apresenta também como uma grande possibilidade de impulsionar o nosso desenvolvimento.

Essas medidas também surtirão efeito na pauta e na organização desse turismo interno no Brasil.

O Fórum Nacional do Turismo, Sr. Presidente, também se pronunciou sobre a necessidade de o Governo apresentar uma solução para a questão da contrapartida ao Prodetur, que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo. Antes essas contrapartidas eram asseguradas pelo próprio Governo Federal. Com a mudança de orientação, os Estados estão num impasse e, dessa forma, reivindicam os Secretários de Turismo do Brasil e os Governadores a criação de uma regra de transição que possa garantir a continuidade das obras, que são obras de infraestrutura essenciais para a criação de uma rede de infraestrutura que dê capacidade de competitividade do nosso turismo, com o turismo de outros países, de outras regiões, próximas da nossa, que já têm um grande desempenho internacional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pelo anúncio feito hoje, e também o Ministro do Turismo por esta vitória, há muito esperada no setor do turismo nacional, reiterando aqui desta tribuna os apelos feitos pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo para que se dê uma solução a esses problemas apresentados em relação ao Prodetur, que muito podem ajudar a continuidade do nosso desenvolvimento na área do turismo.

Como tenho o compromisso com o Senador Flexa Ribeiro – e que irei cumprir – de falar metade do tempo, quero, Sr. Presidente, solicitar a V. Exª que registre meu pronunciamento na íntegra quanto à passagem, no próximo sábado, dia 07, do Dia do Jornalismo que, neste momento, além da importância normal que essa data tem, se eleva na medida em que tramita nesta Casa a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2009, retomando a obrigatoriedade do diploma de graduação em Comunicação Social para o exercício profissional. Essa matéria foi de iniciativa do nobre e valoroso Senador do meu partido Antonio Carlos Valadares e que, já votada em primeiro turno, aguarda a votação em segundo turno, para que nós possamos dar essa vitória aos profissionais de comunicação em nosso País.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Exmºs Senadores e Senadoras, no próximo dia 7, sábado, comemora–se o Dia do Jornalismo. Embora a categoria tenha diferentes datas comemorativas, o dia 7 de abril foi instituído pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em homenagem a João Batista Libero Badaró, médico e jornalista, que morreu assassinado em 1830, em São Paulo. Segundo pesquisas históricas, o movimento popular gerado por sua morte levou à abdicação de D, Pedro I, no dia 7 de abril de 1831. Foi somente um século depois, em 1931, que a data passou a ser caracterizada como Dia do Jornalista, em alusão ao acontecimento.

Em relação aos jornalistas, importante destacar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2009, que retoma a obrigatoriedade do diploma de graduação de Comunicação Social para o exercício profissional, e que ainda está para ser apreciada, em segundo turno, pelo plenário desta Casa.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados pelo Portal Comunique–se e reproduzidos pela Agência Senado, cerca de 40% dos registros emitidos pelo Ministério nos dois últimos anos (2010 e 2011) foram para profissionais sem diploma na área. (OBS: de 1º de julho de 2010 até 29 de junho de 2011, foram concedidos quase 11.877 registros, sendo 7.113 entregues mediante apresentação de diploma e 4.764 com base na decisão do Supremo Tribunal Federal – STF).

Tais registros somente foram possíveis em função da decisão adotada em junho de 2009, quando o STF aprovou a não obrigatoriedade do diploma de Jornalismo,

No mesmo ano, por proposição do meu companheiro de partido, o nobre Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), foi apresentada a PEC 33/2009. Em seu parecer, o Nobre Senador Inácio Arruda (PCdoB–CE), relator da matéria, argumentou "que o projeto resgata a dignidade profissional dos jornalistas, fixando na Constituição que a atividade é privativa de portadores do diploma de curso superior".

O relator assinala, ainda, "a função social do jornalismo, que exige formação teórica, cultural e técnica, além de amplo conhecimento da realidade". E acrescenta que "a exigência do diploma de jornalismo não criará nenhum embaraço para a liberdade de expressão ou do pensamento".

Eu concordo e votei favoravelmente à proposta no primeiro turno. A ruptura da liberdade de expressão, como muitos argumentam, não passa, no meu modo de ver, pela não obrigatoriedade do diploma. A repressão à liberdade, em nosso País, por muito tempo, foi causada pela ditadura, pelo autoritarismo e pelo controle ideológico dos veículos de comunicação de massa.

Não foi (nem é) a exigência do diploma que impediu ou impedirá a liberdade de expressão. Esta continuará existindo, num país democrático como o que se tornou o nosso Brasil nas últimas décadas. O espaço para articulistas, comentaristas e outros especialistas continuará existindo nos meios de comunicação, nas mais diversas áreas.

Acredito que a retomada da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista só tende a valorizar nossos profissionais e também os cursos de graduação em Comunicação Social de todo o País.

Assim, considero a votação desta PEC essencial para que se recupere a valorização da boa formação acadêmica numa uma área profissional cada vez mais exigente, complexa, de grande responsabilidade e necessidade cada vez mais premente de senso ético, características estas fundamentais ao pleno e bom exercício do jornalismo.

Mais uma vez, parabéns a todos os jornalistas do Brasil, e em particular do meu Estado da Bahia, pelo seu dia!

Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, o Sr. Armando Monteiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata. V. Exª será atendida na forma do Regimento. Agradeço também a V. Exª pela deferência em favor do tempo.

São 20h54, Senador Flexa Ribeiro, e, hoje, começamos os trabalhos em uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, para discutir temas relacionados à Conferência Rio+20, às 8h30. O Senado é uma Casa que trabalha muito. Aqui, os Senadores têm atividades o dia todo e, às vezes, noite adentro.

V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, como Senador inscrito, dispõe do prazo regimental de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Sérgio Souza, Srª Senadora Lídice da Mata, eu quero agradecê–la por não ter usado o tempo regimental de 20 minutos, também eu não o usarei.

Mas eu não poderia deixar de vir à tribuna na noite de hoje para parabenizar antecipadamente os meus amigos do Município de Marabá, no sudeste do meu Estado do Pará, Município que, na próxima

quinta–feira, dia 05 de abril, completará 99 anos de emancipação política.

Começamos, portanto, Senador Sérgio Souza, a contagem regressiva para o primeiro centenário da cidade querida de Marabá, para que os nossos telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado, possam se situar, aqueles que não conhecem o Estado o Pará, que não são paraenses do meu querido Brasil, Marabá é o quarto maior Município do Pará em população, com quase 240 mil habitantes.

O Município ocupa uma posição estratégica na região sudeste do meu Estado, unindo diferentes modais de transporte.

O Município é cortado pela rodovia Transamazônica, pela PA–150, pela ferrovia de Carajás. Também é banhado por dois rios, o Tocantins e o Itacaiúnas.

Temos, portanto, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, como eu disse, todos os modais de transporte: o rodoviário, o ferroviário, o hidroviário, que, espero, em breve esteja totalmente implantado com a hidrovia do Tocantins e, mais à frente, com a tão sonhada hidrovia Araguaia/Tocantins.

Então, com essa característica que o diferencia de outros Municípios, não só no Pará como no Brasil, porque temos também o modal aeroviário, que completa os quatro modais de transporte, nós temos o Município de Marabá, como eu disse, diferenciado dos demais Municípios, porque, além de ter as riquezas naturais reconhecidas e conhecidas por todos, em especial, a mineração e a pecuária.

É, sem sombra de dúvida, o Município de Marabá um dos que mais crescem no Brasil.

Em 2010, Presidente Senador Sérgio Souza, a revista *Veja* chegou a classificar Marabá como "O Tigre da Amazônia", dando destaque ao crescimento econômico do Município, que beirava à taxa de 20% ao ano.

Para que esse potencial vire realidade, e junto com a emancipação política possamos comemorar a emancipação econômica e principalmente social dos marabaenses, temos que lembrar algumas ações que devem ser tomadas com urgência pelo Governo Federal.

Estivemos aqui há duas semanas, já relembrando e festejando o encontro que tivemos com a Ministra do Planejamento, Srª Miriam Belchior, quando ela anunciou que o Governo Federal iria executar a derrocada do Pedral do Lourenço, ou seja, a retirada das pedras para que a navegação, a montante das eclusas de Tucuruí pudesse efetivamente ocorrer durante todos os dias do ano, independentemente da fase de enchente ou de vazante do rio Tocantins, também a dragagem daquele trecho do rio, exatamente à frente do Município de Itupiranga. Festejamos naquele momento aquela notícia.

Mas é preciso também, e o povo, os nossos irmãos marabaenses – que festejam agora, dia 5 de abril próximo, na quinta–feira, os 99 anos de emancipação daquele Município – esperam que a Companhia Vale retome as obras de implantação da Alpa, a siderúrgica de Marabá, e que o Governo Federal também possa reativar o projeto de implantação do Porto Intermodal de Marabá e das obras de deslocamento da Transamazônica que terá de ser deslocada do seu traçado original, porque o traçado original da Transamazônica está na área onde será implantada a Alpa, para que todas essas obras possam efetivamente dar aquele avanço para que Marabá, então, ao final da implantação dessas obras todas, tenha a efetiva condição de se desenvolver para melhorar a qualidade de vida de toda a sua população.

Dessa forma, Presidente, Senador Sérgio Souza, venho, neste instante, já em hora avançada da sessão de hoje, trazer, nestas minhas palavras, esse abraço efusivo aos meus amigos, aos meus irmãos de Marabá, dizendo que temos muitas ações a fazer por Marabá e região.

Temos a Universidade Federal do sul e sudeste do Pará. O projeto tramita ainda na Câmara Federal e virá ao Senado. Já assumi compromisso com a população do sul e sudeste do Pará que tão logo chegue ao Senado Federal, assumirei esse projeto para que ele seja aprovado, aqui no Senado, no menor espaço de tempo possível.

O Governador Simão Jatene está implantando, já determinou a implantação, a instalação pela UEPA, a Universidade do Estado do Pará, do curso de Medicina. São ações importantes para a formação universitária da juventude do sul e do sudeste do meu Estado, com polo, com foco em Marabá. Essas ações, como eu disse, alavancam o desenvolvimento daquela região, que tem como polo o Município de Marabá.

Eu quero, ao terminar, Presidente Sérgio Souza, encaminhar à Mesa do Senado Federal um requerimento, que passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Município de Marabá, que completará, no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de emancipação.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

– Prefeito Municipal, Sr. Maurino Magalhães;
– ex-Prefeito e Deputado Estadual, Sr. Tião Miranda;
– Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves;
– Deputado Federal Asdrúbal Bentes;
– Senadora Suplente, Srª Bia Cardoso;
– Deputado Estadual, Sr. João Salame;
– Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá.

Peço a V. Exª, Senador Sérgio Souza, que faça constar, então, após aprovado o requerimento, que faça chegar às autoridades listadas o voto de aplauso aqui consignado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª será atendido, Senador Flexa, na forma do Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 251, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Marabá, que completará no dia 05/04/2009, 99 anos de existência.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

– Prefeito Sr. Maurino Magalhães;
– Ex–Prefeito e Deputado Estadual Sr. Tião Miranda;
– Deputado Federal Asdrúbal Bentes;
– Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves;
– Senadora Suplente, Srª Bia Cardoso;
– Deputado Estadual Sr. João Salame;
– Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá

Justificação

O Município de Marabá, criado pela Lei n° 1.278, cuja denominação, dizem os historiadores, é um termo tupi que significa "filho de francês com mulher índia", está situada às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Possui belezas naturais onde se destacam as famosas praias de rio, como a praia do Tucunaré, com cinco quilômetros de extensão, que surge no verão, entre os meses de abril até novembro.

Marabá é hoje uma cidade polo de desenvolvimento econômico do sudeste paraense. Sua história de crescimento e desenvolvimento é caracterizada por ciclos. Começou com a borracha, tornando–se depois o maior exportador de castanha–do–pará do mundo e hoje é uma província mineral, concentrando investimentos e empreendimentos importantes.

Peço o apoio de meus Pares na aprovação deste merecido Voto.

Sala das Sessões, em de abril de 2012. – Senador **Flexa Ribeiro.**

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2012

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica isento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o produto denominado forro de PVC (Policloreto de Vinila) do tipo utilizado em construção civil, classificado na Posição 39.16 da Tabela de Incidência do IPI.

Art. 2º É assegurada a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário utilizados na fabricação do produto de que trata o art. 1º.

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeito durante cinco anos, a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Justificação

Até os anos 1980, era normal que apenas as residências de classe média e alta fossem dotadas de forração, protegendo a parte habitável de insetos e pequenos animais (principalmente répteis e roedores) além de sujeiras danosas à saúde, passíveis de penetração pelo telhado.

Tradicionalmente, a forração era confeccionada de madeira ou constituída por laje de concreto, ambas as soluções de alto custo. A forração de madeira não apenas sempre foi razoavelmente cara para os padrões da população brasileira, como passou a se tornar praticamente proibitiva com a gradual escassez da ma-

téria prima e a crescente resistência da sociedade à devastação das florestas remanescentes. Com efeito, o fator custo e a conscientização ecológica tornaram imperativa a busca de soluções alternativas.

O forro de PVC, fabricado a partir do Policloreto de Vinila, tornou–se, nas últimas décadas, alternativa econômica, prática, de fácil aplicação e eficiente à classe média, principalmente a de menor poder aquisitivo. O produto é durável (podendo, estimativamente, chegar a cem anos) e tem uma grande qualidade em favor da sustentabilidade: é perfeitamente reciclável. Além da forração do teto, pode ser utilizado para várias outras finalidades na construção civil, dispensa pintura, é resistente à umidade e contribui para o isolamento acústico.

O bom desempenho do produto, associado ao baixo preço de instalação e de manutenção, deu–lhe popularidade como material de construção importante para residências de consumidores de menor poder aquisitivo, possibilitando um grande salto de qualidade nas condições de habitação e de preservação da saúde dos moradores.

Inegável, portanto, que o produto preenche as características de essencialidade que a Constituição Federal preconiza como requisito para a seletividade que deve orientar a incidência do IPI.

Neste momento em que o Governo Federal desenvolve grandes esforços, principalmente mediante o programa denominado Minha Casa Minha Vida, para diminuir o déficit habitacional e permitir o acesso da população de baixa renda à casa própria, a desoneração tributária do forro de PVC é mais que oportuna e necessária. – Senador **Acir Gurgacz.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem–estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Seção II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter–regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

Seção III

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

.....

CAPÍTULO III

Da Receita Pública

Seção I

Da Previsão e da Arrecadação

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no **caput**, no que se refere aos impostos.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238–5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exer-

cício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção II
Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário–financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1o;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública

Seção I
Da Geração da Despesa

.....

TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (TIPI)

BASEADA NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)

OUTRAS CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, TIRAS E LÂMINAS, DE PLÁSTICOS NÃO ALVEOLARES, NÃO REFORÇADAS NEM ESTRATIFICADAS, NEM ASSOCIADAS DE FORMA SEMELHANTE A OUTRAS MATÉRIAS, SEM SUPORTE

.....

3920.4 – De polímeros de cloreto de vinila

.....

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 80, DE 2012

Concede licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 97 .....

.....

§ 5º O servidor pode, ainda, ausentar–se do serviço, por um dia, a cada semestre, para atuar como voluntário junto à Defensoria Pública." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de conceder licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público da União possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública.

Com efeito, como sabemos, nos termos constitucionais, a Defensoria Pública destina–se a orientar juridicamente e a defender, em todos os graus, os necessitados (art. 134, **caput**).

Também é sabido que a Defensoria Pública padece de insuficiência de recursos humanos e materiais para a consecução de sua nobre função institucional.

Desse modo, como meio para conferir mais recursos humanos para a Defensoria Pública e, também, como forma de estimular o voluntariado dos servidores públicos junto à instituição que defende e orienta

juridicamente os necessitados, estamos adotando a presente iniciativa.

Recordamos que o art. 97 da Lei nº 8.112, de 1990 (Estatuto do Servidor Público) já concede licença para o servidor em caso de doação de sangue e para se alistar eleitor, entre outras hipóteses.

Em face do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Texto compilado
Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VI
Das Concessões

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar–se do serviço:

I – por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II – por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III – por 8 (oito) dias consecutivos em razão de :

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

~~*Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.*~~

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo–se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 44. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

~~*§ 4º Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário na forma do inciso II do* **caput** *do art. 44 desta Lei, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do art. 76–A desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)*~~

§ 4º Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do **caput** do art. 76–A desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende–se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2012

"Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º–A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta**:**

Art. 1º. A ementa da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência ou de doença grave ou incapacitante no sistema de transporte coletivo interestadual." (NR)

Art. 2º. O art. 1º da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência ou de doença grave ou incap acitante, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.
>
> § 1º. Para os fins do disposto no **caput**, considera–se sistema de transporte coletivo interestadual aquele integrado pelos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.
>
> §2º. Sem prejuízo de outras exigências fixadas em regulamento, a utilização do passe livre no transporte aéreo doméstico fica condicionada à comprovação de que a viagem tem por finalidade a realização de tratamento de saúde do beneficiário.
>
> §3º. Para atender aos beneficiários do passe livre, as empresas operadoras de serviços de transporte coletivo interestadual são obrigadas a reservar, em cada viagem realizada, dois assentos por veículo, no caso do transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, e um assento por aeronave.
>
> §4º. As reservas de que trata o § 4º serão mantidas disponíveis para os beneficiários do passe livre ao longo de todo o percurso ou extensão da linha ou serviço operado pela empresa transportadora.
>
> §5º. Na inexistência de operação de serviço de transporte da categoria convencional em determinada linha, a empresa transportadora é obrigada a conceder ao beneficiário do passe livre o direito à utilização de serviço de categoria especial, inclusive para complementação de viagem, quando necessário." (**NR**)

Art. 3º. A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar acrescida do art. 2º–A, com a seguinte redação:

> "Art. 2º–A. O benéfico de que trata esta lei será extensível ao acompanhante igualmente hipossuficiente, se atestada a imprescindibilidade do acompanhamento."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos sessenta dias após.

Justificação

A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 é uma norma bem simples, porém muito valorosa e que tem se mostrado altamente benéfica. Nesse sentido, o passe livre para deficientes no transporte coletivo interestadual representa importante conquista da sociedade brasileira.

Entretanto, tem se constatado que algumas empresas de transporte coletivo interestadual de passageiros não cumprem adequadamente a lei do passe livre, pois criam artifícios que inviabilizam o pleno gozo do benefício. Cito, por exemplo, a concessão da passagem apenas para parte do itinerário pleiteado pelo beneficiário, mesmo quando o veículo faz todo o trajeto, sem escalas. Tal prática, embora não seja combatida pelos órgãos competentes, é abusiva e lesiva ao direito da pessoa portadora de deficiência.

Por outro lado, a despeito do elevado caráter social da lei do passe livre, é chegado o momento de se ampliar ainda mais o seu alcance, a fim de incluir, no rol dos beneficiários, os portadores de doenças consideradas graves ou incapacitantes. As pessoas que sofrem com esse tipo de moléstia levam a vida com grandes dificuldades e limitações, principalmente aquelas mais necessitadas de recursos financeiros. E, mesmo assim, esses brasileiros e brasileiras não gozam dos mesmos direitos dados aos portadores de deficiência, quando também necessitam viajar para outras localidades a fim de realizarem tratamento médico.

Já o passe livre para as pessoas portadoras de doenças graves ou incapacitantes no transporte aéreo é necessária inovação à Lei, visto que, na prática, os tribunais já estão reconhecendo esse direito junto às empresas áreas, quando se trata de viagem para tratamento de saúde. Portanto, o que agora se propõe é uma adequação da norma já existente, de forma a torná–la mais eficaz, socialmente mais justa e com extensão insuscetível de questionamento judicial.

Entendo que os custos financeiros decorrentes da ampliação do benefício não representam impedimento para a aprovação do projeto. São custos que, ao fim e ao cabo, poderão ser suportados pelos demais usuários do sistema, com pequena revisão nos preços das passagens. Ademais, a própria Lei que criou originalmente o benefício para os portadores de deficiência também não previu a fonte de recursos para custeio das despesas nela previstas. Assim, da mesma forma, também invoco como causa inspiradora da presente proposição, a solidariedade humana e o seu relevante caráter social.

Nessa mesma linha de raciocínio, propomos estender o benefício do passe livre para o acompanhante que, comprovadamente, não disponha de recursos financeiros para arcar com os custos de uma passagem interestadual, devendo ser atestada a imprescindibilidade desse acompanhamento. Normalmente, essas pessoas são mães de crianças doentes e incapazes, ou alguém que é responsável pela assistência de pessoa

dependente e que necessita de tratamento de saúde em Estado diferente do seu. Nesses casos, o direito ao benefício somente será útil e eficaz se tiver esse caráter complementar; do contrário, a Lei não produzirá, na sua plenitude, os efeitos desejados e tão necessários.

Por fim, a proposta objetiva dar efetividade às garantias consagradas na Constituição Federal aos portadores de deficiência física e, por simetria imposta pela paridade de suas notórias limitações, às pessoas portadoras de doenças graves ou incapacitantes, a saber:

"..... ....

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

..... ."

Espero, portanto, contar com o apoio das senhoras senadoras e senhores senadores para a aprovação da presente matéria. – Senador **Eduardo Lopes.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"....

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

.....

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

....."

LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam–se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO – Cláudio Ivanof Lucarevschi – Leonor Barreto Barreto Franco.**

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 335, DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, que *requer, nos termos do inciso II do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra "a", do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos EUA o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os EUA suspendam o bloqueio econômico e comercial de Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que aquele país suspenda o bloqueio econômico e comercial de Cuba e liberte cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.

O Requerimento foi protocolado em 7 de março de 2012 e distribuído a este Relator no dia 12 de março subsequente.

II – ANÁLISE

O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba está em vigor há mais de cinco décadas e, como se sabe, não produziu nenhum resultado positivo para a promoção da democracia naquele país. Resquício das tensões da Guerra Fria, o bloqueio persiste ainda em pleno século XXI, levando escassez e sofrimento à população cubana.

Ademais, Cuba vem experimentando notáveis avanços tanto nas reformas econômicas como na questão do respeito aos direitos humanos. Para tanto, a solidariedade internacional é fundamental, porque só assim o país terá condições plenas para o progresso material e bases para promover as necessárias reformas políticas.

A diplomacia brasileira tem longa e notável tradição de apoio aos direitos humanos e ao multilateralismo no cenário internacional. Como assinala o ilustre Senador Eduardo Suplicy em sua justificação, em todas as 28 resoluções que o Conselho de Direitos Humanos adotou em seu 15° período de sessões, em 2010, o Brasil votou favoravelmente, contribuindo para o fortalecimento do arcabouço internacional de proteção dos direitos da pessoa humana. Além do mais, o Brasil é signatário de todos os instrumentos multilaterais e regionais relacionados ao mesmo tema, de defesa da democracia e de suas instituições.

Em suma, o Brasil busca promover a cooperação, a integração entre os países e o respeito à sua soberania, buscando, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento de suas democracias e a afirmação progressiva do respeito aos direitos da pessoa humana. É este o espírito da diplomacia brasileira.

Com base no princípio construtivo da solidariedade e do desejo de superação definitiva dos tristes dias da Guerra Fria, o presente requerimento propõe também que o governo dos Estados Unidos da América tome as medidas necessárias para libertar os prisioneiros Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerado Hernández Nordelo e René González, que se encontram presos naquele país. Em sua justificativa, o autor cita o ex-presidente americano Jimmy Carter, que expressou sua esperança de que o Presidente Obama lhes conceda indulto e os ponha em liberdade.

De fato, como bem assinala a justificativa, "(...) o conflito Cuba/EUA leva tensão desnecessária à América Latina, com prejuízos para todas as partes envolvidas."

A justificativa menciona também a prisão localizada na base norte-americana de Guantánamo, e formula respeitosa solicitação no sentido de que as autoridades dos Estados Unidos a desativem definitivamente, conforme promessa feita pelo Presidente Obama, e que os presos que lá se encontram sejam submetidos a julgamento justo, transparente e com amplo direito à defesa, como determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição dos Estados Unidos da América.

Na condição de Câmara Alta do Congresso Nacional brasileiro, ao Senado Federal é lícito manifestar-se sobre temas de interesse público, como a questão dos direitos individuais em outros países, uma vez que as instituições representativas não estão cerceadas, como o Poder Executivo, pelas imposições do princípio do direito internacional de não ingerência em assuntos internos de outras nações.

Por último, queremos registrar contribuição fornecida pelo próprio autor da matéria, Senador Eduardo Suplicy, para incorporar ao texto base do Requerimento outras manifestações que vem no mesmo sentido e complementam o texto original.

III – VOTO

Pelo exposto, opino pela aprovação, com a alteração proposta pelo autor, do Requerimento nº 114, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que aquele país suspenda o bloqueio econômico e comercial de Cuba e liberte cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. O Requerimento passa a ter a seguinte redação:

Requerimento nº , 2012

Requeremos, com suporte no inciso II do art. 4o da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, da letra "a", do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico, comercial e financeiro a Cuba, **assim como revisem os atos legais específicos que impõem restrições às atividades econômicas, comerciais e financeiras de Cuba e com Cuba,** libertem os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos, como é o caso de Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerado Hernández Nordelo e René González, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.

Sala da Comissão, 22 de março de 2012.

SENADOR FERNANDO COLLOR , Presidente

, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012**

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 22/03/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PR	
BLAIRO MAGGI	JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....

II - prevalência dos direitos humanos;

.....

PARECERES
Nºs 336 A 338, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.*

PARECER Nº 336, DE 2012
(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

RELATOR "AD HOC": Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, que busca permitir a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para a ampliar o acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou telefonia móvel.

De autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, a proposição altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fust. Nesse mister, dá nova redação ao art. 1º do mencionado

diploma com o intuito de estabelecer que o Fundo também terá como finalidade *financiar programas, projetos e atividades voltados a ampliar a cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo, prestado em regime privado.* Além disso, promove alterações no art. 5º da mesma Lei de modo a conformá-lo ao novo regime a ser instituído.

De acordo com os dados apresentados pelo autor do projeto, o Fust já arrecadou cerca de R$ 5 bilhões que ainda não foram utilizados. De outro lado, salienta, o SMP já atende a cerca de 51,75% da população, mas ainda não está disponível em 42% dos municípios, o que, segundo suas palavras, *significa a existência de uma grande área de sombra que deixa boa parte do território nacional sem esse importante veículo de comunicação.*

Ressalta ainda o autor que a proposição busca inspiração em projeto de mesma finalidade denominado Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais (Minas Comunica), instituído pela Lei nº 16.306, de 7 de agosto de 2006, daquele Estado.

Após o pronunciamento deste Colegiado, a proposição deverá ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, de modo terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Por derradeiro, cumpre observar que não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O Fust foi criado para financiar o cumprimento de obrigações de universalização atribuídas a prestadoras de serviços de telecomunicações prestados em regime público. Atualmente, consoante o disposto no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997, combinado com os arts. 1º e 3º do Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998, somente o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ou telefonia fixa, comporta exploração no regime público.

Para a superação desse impasse, todavia, não se mostra imprescindível a apresentação de proposição legislativa. De acordo com o art. 18, inciso I, da Lei nº 9.472, de 1997, incumbe ao Poder Executivo instituir ou eliminar a prestação de serviços de telecomunicações em regime público. Dessa forma,

por meio de decreto presidencial, poderia ser instituída a exploração em regime público do SMP, ou de outro serviço especificamente criado para essa finalidade.

Não obstante, observa-se a recente aprovação, por esta Casa, do PLS nº 103, de 2007, de autoria do Senador ALOIZIO MERCADANTE, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino.* Conquanto não faça referência expressa e específica à utilização dos recursos do Fsust na universalização do acesso ao SMP, a redação adotada acaba por abrir essa possibilidade a outros serviços de telecomunicações.

Com efeito, o PLS nº 103, de 2007, altera a Lei do Fust para ampliar as possibilidades de utilização dos recursos do Fundo. Além de novas aplicações decorrentes da fruição de serviços de telecomunicações prestados em regime público, os recursos podem ser utilizados para financiar programas, projetos e atividades governamentais destinados à ampliação do acesso da sociedade a serviços prestados em regime privado, aí incluído o SMP.

Em face das observações aqui relatadas, é possível concluir que os objetivos do PLS nº 311, de 2007, estão contemplados em proposição já aprovada por esta Casa. Além disso, suas finalidades podem ser alcançadas, ainda que de modo diverso, por meio de edição de ato regulamentar do Poder Executivo. Dessa forma, não se mostra oportuna sua aprovação.

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

Sala da Comissão, [illegible]

Senador Vicente Belo, Presidente

, Relator

, RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE /2010 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto	
RELATOR: Senador Gilberto Goellner "Ad Hoc"	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR)	**1-DELCÍDIO AMARAL (PT)**
RYS SLHESSARENKO (PT)	**2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)**
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	**3-TIÃO VIANA (PT)**
JOSÉ NERY (PSOL)	**4-VAGO**
MAIORIA (PMDB, PP)	
NEUTO DE CONTO (PMDB)	**1-VAGO**
VALTER PEREIRA (PMDB)	**2-PEDRO SIMON (PMDB)**
ROMERO JUCÁ (PMDB)	**3-VALDIR RAUPP (PMDB)**
ALMEIDA LIMA (PMDB)	**4-GERSON CAMATA (PMDB)**
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	**1-GILBERTO GOELLNER (DEM)**
MARCO MACIEL (DEM)	**2-JAYME CAMPOS (DEM)**
ROSALBA CIARLINI (DEM)	**3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	**4-KÁTIA ABREU (DEM)**
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	**5-CÍCERO LUCENA (PSDB)**
MARCONI PERILLO (PSDB)	**6-PAPALÉO PAES (PSDB)**
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	**7-TASSO JEREISSATI (PSDB)**
PTB	
GIM ARGELLO	1- MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

Atualizada em 19.11.10

PARECER Nº 337, DE 2012
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **LINDEBERGH FARIAS**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que propõe alterar a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), com o objetivo de permitir que esses recursos também sejam destinados ao Serviço Móvel Pessoal (SMP).

De acordo com a legislação vigente, os recursos do FUST só podem ser aplicados na universalização de serviços prestados em regime público, situação em que o SMP não se enquadra.

O Senador Flexa Ribeiro argumenta que o alcance da oferta e o nível de penetração do SMP justificam o aporte de recursos públicos. Segundo o autor, em meados de 2007 mais de 40% dos municípios ainda não estavam cobertos pelo serviço, cuja densidade populacional situava-se em torno 52%.

O PLS nº 311, de 2007, recebeu parecer contrário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e ainda será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

II – ANÁLISE

Na época em que o projeto foi apresentado, as operadoras do serviço móvel ainda não haviam assumido as obrigações de cobertura associadas às faixas de terceira geração, que determinaram o atendimento de municípios com menos de 30.000 habitantes em até oito anos. Como o edital foi realizado em dezembro de 2007, esses prazos ainda não se expiraram, mas a área coberta e, principalmente, o nível de penetração do SMP se expandiram significativamente.

Em maio de 2011, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) contabilizava 215 milhões de terminais móveis ativos e uma densidade de 110,5 por cem habitantes. São resultados que, isoladamente, comprovam a inadequabilidade do PLS nº 311, de 2007. Afinal, não foram necessários recursos públicos para fazer a densidade do serviço mais do que dobrar em apenas quatro anos.

O desafio a ser enfrentado pelo País nos próximos anos é, sem dúvida, o da banda larga, objeto de um plano parcialmente elaborado pelo Poder Executivo no ano passado e cujos custos de execução ainda estão sendo negociados com as operadoras privadas que detêm a infraestrutura de cabos.

Segundo estudos da consultoria LCA, o Brasil terá de investir, até o ano de 2020, R$ 145 bilhões para universalizar serviços de banda larga a uma velocidade mínima de 1 Mbps. Embora o SMP ofereça acesso à internet a taxas razoáveis, sabe-se que a tecnologia atual não permite oferecer tal capacidade média por usuário a um custo adequado à realidade brasileira. E as tecnologias de quarta geração não estarão disponíveis no País antes de 2015, razão pela qual não devemos depositar no SMP grande parcela das metas de banda larga.

Além disso, as empresas continuam a questionar a carga tributária incidente sobre os serviços prestados, exigindo reduções em contrapartida às metas a serem atendidas no Plano Nacional de Banda Larga. E não há como negar que 42% do valor pago pelo consumidor representam, de fato, um severo obstáculo ao acesso da população de baixa renda.

Assim, o setor de telecomunicações pressiona, simultaneamente, por redução de arrecadação e ampliação de investimentos públicos. É fundamental, portanto, que os escassos recursos sejam alocados corretamente.

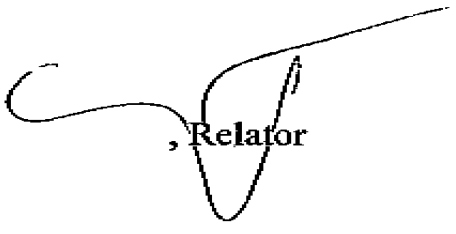
Por fim, registre-se que o Senado Federal já aprovou, na legislatura passada, projeto de lei que permite a alocação de recursos do FUST em serviços prestados em regime privado. Trata-se do PLS nº 103, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que hoje tramita na Câmara dos Deputados sob a designação de Projeto de Lei nº 1.481, de 2007. Assim, já estaria contemplada a possibilidade de se alocar recursos no SMP, conforme propõe o PLS nº 311, de 2007.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2011.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 311 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 8 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) (1)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
REDITARIO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) AUTOR	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

(1) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Atualizada em 3/8/2011

PARECER Nº 338, DE 2012

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se à deliberação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro. A iniciativa tem como objetivo permitir que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam aplicados em programas voltados à ampliação da cobertura do serviço de telefonia móvel, denominado, no jargão setorial, de Serviço Móvel Pessoal (SMP).

O autor da matéria argumentou, na justificação do projeto, que, à época de sua apresentação, 42% dos municípios brasileiros ainda não contavam com operações de telefonia móvel, sendo de extrema relevância levar esse serviço às regiões e localidades desatendidas.

Em 15 de dezembro de 2010, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) manifestou-se pela rejeição do PLS nº 311, de 2007, acolhendo relatório da lavra do Senador Marco Maciel, com relatoria *ad hoc* do Senador Gilberto Goellner.

Da mesma forma, no dia 16 de agosto de 2011, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovando o relatório do Senador Lindbergh Farias, manifestou-se contrariamente à sua aprovação.

Cumpre ainda informar que, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 104-C, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como à organização institucional do setor. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame desta Comissão.

O projeto propõe que recursos do Fust, compostos, entre outras fontes, pela contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta, excluindo-se os impostos, decorrente da prestação de todos os serviços de telecomunicações, possam ser aplicados em programas que tenham como propósito ampliar a cobertura do serviço de telefonia móvel, explorado em regime privado. Hoje,

por previsão legal e regulamentar, os recursos do Fundo estão destinados, exclusivamente, a financiar o cumprimento de obrigações de universalização da telefonia fixa, ou Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), único serviço de telecomunicações que comporta exploração no regime jurídico público.

Em que pese a não aprovação da proposta na CDR e na CAE, entendo que as medidas por ela preconizadas merecem a acolhida deste Colegiado. Senão vejamos.

Em 2007, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) realizou a licitação das faixas de frequência para a terceira geração (3G) da telefonia celular, impondo às empresas vencedoras dos certames rigorosos compromissos de cobertura. Essa estratégia impulsionou fortemente o crescimento da base de usuários atendidos e dos municípios cobertos pelo serviço.

Assim, se, em 2007, 42% dos municípios brasileiros não contavam com o serviço de telefonia móvel, no final de 2010, de acordo com o Atlas Brasileiro de Telecomunicações – 2011, ele estava disponível nos centros urbanos de todos os 5.565 municípios do País. A evolução da cobertura do serviço reflete-se na ampliação do número de acessos móveis ativos, que saltou de 114,69 milhões, em dezembro de 2007, para 231,6 milhões em outubro de 2011, fazendo que o Brasil ultrapassasse a marca de 118 acessos por 100 habitantes.

Note-se, no entanto, que, tanto pelas regras do edital de licitação quanto dos Termos de Autorização celebrados entre as operadoras e a Anatel, considera-se que um município esteja atendido quando a área de cobertura do serviço contenha, pelo menos, oitenta por cento da área urbana do Distrito Sede daquele município.

Nesse contexto, localidades mais distantes do Distrito Sede do Município bem como as áreas rurais, notadamente no interior do País, ainda sofrem com uma deficiência de cobertura do SMP.

Nada mais razoável, então, que a possibilidade de utilização de recursos do Fust, cujo objetivo é justamente disseminar o acesso aos serviços de telecomunicações a toda população brasileira, independentemente das regiões geográficas onde se encontra, para a ampliação da cobertura do SMP em localidades hoje não atendidas pelas operadoras do serviço. Proponho, assim, que a matéria seja aprovada.

Adicionalmente, proponho um pequeno ajuste na ementa da proposta, visto não ser adequada, no arcabouço legal e regulamentar que disciplina o setor de telecomunicações, a utilização do termo "universalização" para o SMP, estando a expressão vinculada às obrigações assumidas pelas concessionárias de telefonia fixa, prestada sob a égide do regime público.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na ampliação da cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo".

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen. Cyro Miranda, Presidente eventual

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. CYRO MIRANDA (Eventual)

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT) (Titular)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunicio Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Alfredo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS N.º 311 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES– PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB			X		CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 26 SIM: 08 NÃO: — ABS: — AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR (Cyro Miranda)
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL Emenda PLS N.º 311 / 2007
MCTI-CCT

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT					DELCÍDIO DO AMARAL – PT	X			
ANIBAL DINIZ – PT	X				PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA – PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA – PMDB					SÉRGIO SOUZA – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB	X				LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB					BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA – PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB				X	CÍCERO LUCENA – PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFREDO NASCIMENTO – PR					JOÃO RIBEIRO – PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 16 SIM: 08 NÃO: — ABS: — AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2007

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na ampliação da cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a:

I – cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

II – financiar programas, projetos e atividades voltados a ampliar a cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a subsituí-lo, prestado em regime privado. (NR)"

"**Art. 5º** A aplicação dos recursos do Fust observará, entre outras, as seguintes finalidades:

.....

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

, Presidente

, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei, por meio de decreto:

I - instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado;

.....

Art. 64. Comportarão prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar.

Parágrafo único. Incluem-se neste caso as diversas modalidades do serviço telefônico fixo comutado, de qualquer âmbito, destinado ao uso do público em geral.

.....

Art. 81. Os recursos complementares destinados a cobrir a parcela do custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de prestadora de serviço de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, poderão ser oriundos das seguintes fontes:

I - Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - fundo especificamente constituído para essa finalidade, para o qual contribuirão prestadoras de serviço de telecomunicações nos regimes público e privado, nos termos da lei, cuja mensagem de criação deverá ser enviada ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for constituído o fundo a que se refere o inciso II do *caput*, poderão ser adotadas também as seguintes fontes:

I - subsídio entre modalidades de serviços de telecomunicações ou entre segmentos de usuários;

II - pagamento de adicional ao valor de interconexão.

.....

LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000.

Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

.....

Art. 5º Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos:

I – atendimento a localidades com menos de cem habitantes;

II – (VETADO)

III – complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;

IV – implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;

V – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde;

VI – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;

VII – redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos freqüentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;

VIII – instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

IX – atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;

X – implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública;

XI – implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

XII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

XIV – implantação da telefonia rural.

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Sistema Telefônico Fixo Comutado – STFC nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

§ 2º Do total dos recursos do Fust, dezoito por cento, no mínimo, serão aplicados em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

§ 3º Na aplicação dos recursos do Fust será privilegiado o atendimento a deficientes.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

DECRETO Nº 2.534, DE 2 DE ABRIL DE 1998.

Revogado pelo Decreto nº 6.654, de 2008

Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.

.....

Of. nº. 040/2012 – CCT

Brasília, 28 de março de 2012.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "*Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo*" e a emenda n.º 01 – CCT.

SENADOR CYRO MIRANDA

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 335, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 114, de 2012.

A Presidência comunica que a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 40, de 2012**, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 40/2012 – CCT

Brasília, 28 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí–lo" e a emenda nº 1 – CCT. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com referência ao **Ofício nº 40, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2012

Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal para acrescentar 'o meio ambiente saudável' entre os direitos sociais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o meio ambiente saudável, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As Constituições atuais, da maioria dos países, abordam o meio ambiente como direito fundamental do ser humano.

A Constituição Federal de 1988 destina o Capítulo VI para tratar da questão do meio ambiente, em termos específicos e atuais. No art. 225 e em outras normas constitucionais, de forma expressa ou implícita, o tema é, sob a ótica do Direito Ambiental, interpretado como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida de todos, o que reforça a posição de que se trata também de direitos humanos e sociais.

Neste sentido a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente define o tema objeto como patrimônio público de uso coletivo que deve ser assegurado e protegido por todos.

O Capítulo VI – Do Meio Ambiente, está contido no título da Constituição Federal denominado "Da Ordem Social", o que faz concluir, que o meio ambiente é também um direito social do homem.

Por esta razão, nada mais natural do que explicitar que o meio ambiente saudável esteja também listado como um Direito Social assegurado pela Constituição Federal ao lado da educação, da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados

Para tanto, esperamos que nossa contribuição possa contar com a imprescindível atenção e apreciação dos membros desta Casa.

Sala das Sessões,

Senador CRISTOVAM BUARQUE

1 Lídice de Mata e Serys — Lídice da Mata

2 — CASSIO CUNHA LIMA

3

4 ANIBAL

5 Angela Portela

6

7

8 Ana Amélia (PP/RS)

9 PINHEIRO PT/BA

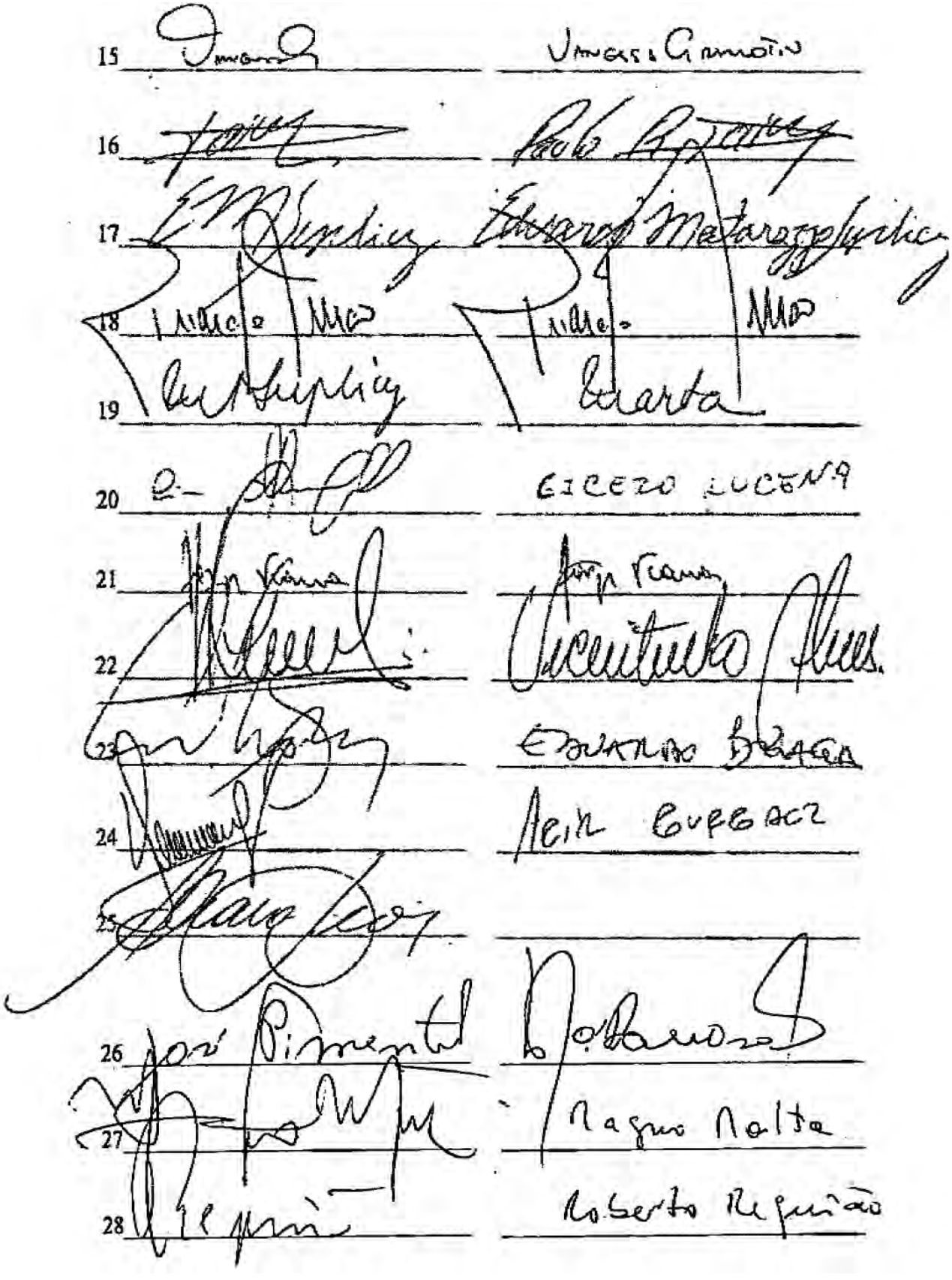
10 Aloysio Nunes

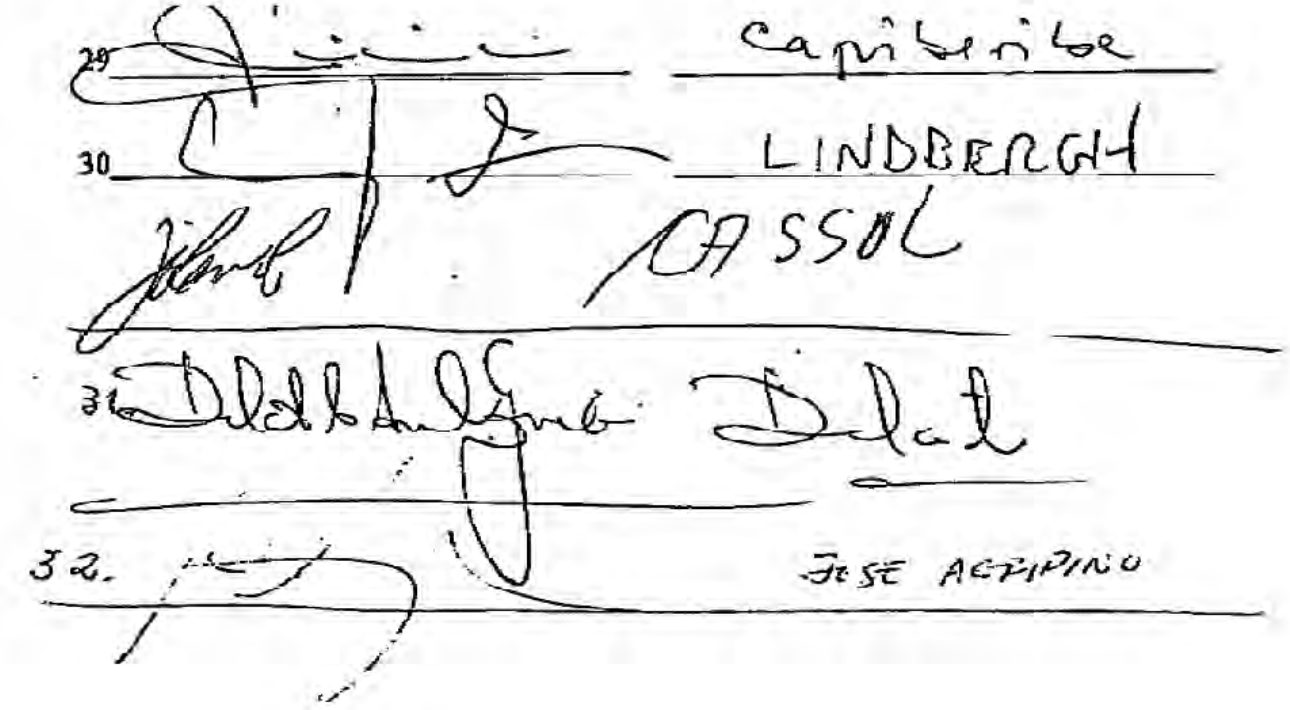
11 WALDEMIR MOKA

12 CYRO MIRANDA

13 PAULO BAUER

14 PEDRO TAQUES


15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
Roberto Requião



Legislação Citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

.....

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

.....

CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

.....

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Esta lei, com fundamento nos Incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

§ 1º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaboração normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º O s Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA.

DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 8º Compete ao CONAMA:

I - estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.

IV - homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental; (VETADO);

V - determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Parágrafo único. O Secretário do Meio Ambiente é, sem prejuízo de suas funções, o Presidente do Conama.

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzí-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

Art. 9º-A. Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

§ 3ª A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente.

§ 4ª Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

§ 5ª É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 2º - Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Art 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

Parágrafo único - As entidades e órgãos referidos no "*caput*" deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art 13 - O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo único - Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo.

§ 1º A pena é aumentada até o dobro se:

I - resultar:

a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente;

b) lesão corporal grave;

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado.

§ 2º Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas.

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Art. 17-A. São estabelecidos os preços dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a serem aplicados em âmbito nacional, conforme Anexo a esta Lei.

Art. 17-B. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais."

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

Art. 17-C. É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei.

§ 1º O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.

§ 2º O descumprimento da providência determinada no § 1º sujeita o infrator a multa equivalente a vinte por cento da TCFA devida, sem prejuízo da exigência desta.

§ 3º Revogado.

Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei."

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;

II – empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e igual ou inferior a R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

III – empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

§ 2º O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII desta Lei.

§ 3º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.

Art. 17-E. É o IBAMA autorizado a cancelar débitos de valores inferiores a R$ 40,00 (quarenta reais), existentes até 31 de dezembro de 1999.

Art. 17-F. São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.

Art. 17-G. A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo IX desta Lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subseqüente.

Parágrafo único. Revogado.

§ 2º Os recursos arrecadados com a TCFA terão utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental.

Art. 17-H. A TCFA não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;

II – multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subseqüente ao do vencimento;

III – encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.

§ 1º-A. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

§ 1º Os débitos relativos à TCFA poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser o regulamento desta Lei.

Art. 17-I. As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa de:

I – R$ 50,00 (cinqüenta reais), se pessoa física;

II – R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), se microempresa;

III – R$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;

IV – R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte;

V – R$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

Parágrafo único. Revogado.

Art. 17-L. As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Art. 17-M. Os preços dos serviços administrativos prestados pelo IBAMA, inclusive os referentes à venda de impressos e publicações, assim como os de entrada, permanência e utilização de áreas ou instalações nas unidades de conservação, serão definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto.

Art. 17-N. Os preços dos serviços técnicos do Laboratório de Produtos Florestais do IBAMA, assim como os para venda de produtos da flora, serão, também, definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto.

Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao IBAMA a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA.

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.

§ 2º O pagamento de que trata o *caput* deste artigo poderá ser efetivado em cota única ou em parcelas, nos mesmos moldes escolhidos pelo contribuinte para o pagamento do ITR, em documento próprio de arrecadação do IBAMA.

§ 3º Para efeito de pagamento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a R$ 50,00 (cinqüenta reais).

§ 4º O inadimplemento de qualquer parcela ensejará a cobrança de juros e multa nos termos dos incisos I e II do *caput* e §§ 1º-A e 1º, todos do art. 17-H desta Lei.

§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelos técnicos do IBAMA, estes lavrarão, de ofício, novo ADA, contendo os dados reais, o qual será encaminhado à Secretaria da Receita Federal, para as providências cabíveis.

Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental.

§ 1º Valores recolhidos ao Estado, ao Município e ao Distrital Federal a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA.

§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito de crédito do IBAMA contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.

Art. 17-Q. É o IBAMA autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA."

Art. 19. Ressalvado o disposto nas Leis nºs 5.357, de 17 de novembro de 1967, e 7.661, de 16 de maio de 1988, a receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

Art 20 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 21 – Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de agosto de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreazza

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 25, de 2012**, da Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

É o seguinte o Ofício:

GLPSB Of. nº 25/2012

Brasília (DF), 3 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando–o cordialmente, comunico a Vossa excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa o Deputado Paes Landim, como membro titular, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que "*Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências"*, conforme o **Ofício nº 92, de 2012**, da Liderança do PTB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 92/2012

Brasília, 3 de março de 2012

Assunto: Indicação para Medida Provisória nº 562

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência do Senhor Deputado Paes Landim (PTB–PI), em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB–GO), para a Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 562, de 21 de março de 2012 que "dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presidenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação de campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes,** líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 24, de 2012**, da Liderança do PSB, o Senador João Capiberibe para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

É o seguinte o Ofício:

GLPSB Of. nº 24/2012

Brasília(DF), 3 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando–o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador João Capiberibe (PSB/AP) para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do PSB no Senador Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar–se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador

Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constittucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.*

Parecer sob nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a alteração que propõe.

3

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2012)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.*

Parecer contrário, sob nº 227, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Está encerrada a sessão.

Boa noite a todos.

(Levanta–se a sessão às 21 horas e 6 minutos.)

Ata da 52ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 4 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Marta Suplicy, dos Srs. Pedro Taques e Anibal Diniz, da Srª Ana Amélia e do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 45 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

52ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 4/4/2012 07:37:39 até 4/4/2012 20:30:31

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	

Compareceram: 58 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 40, de 3 de abril de 2012**, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 1.591, de 2011, de informações, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais.

Uma cópia do Ofício foi encaminhada àquele Colegiado e outra foi juntada no processado do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, que retorna à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Requerimento vai ao arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na próxima segunda-feira, às 11 horas, destinada a comemorar os quarenta anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, nos termos do **Requerimento nº 27, de 2012**, do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2012

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca do andamento do processo nº 04500.012265/2011-31 - Consignação - Cadastramento de Consignatária da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da União no Paraná e em Santa Catarina - Federalcred Sul, CNPJ nº 13.782.900/0001-80, com sede na Rua da Paz, 690, Centro, CEP 80.060-160, Curitiba/Paraná.

Justificação

A teor do artigo 45, parágrafo Único, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e do Decreto nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, é da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão a competência para efetuar o cadastramento dos consignatários de que trata este Decreto.

Igualmente, nos termos da Portaria Normativa nº 01, de 25 de fevereiro de 2010 e da Portaria Normativa nº 01, de 15 de abril de 2011, é competência do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o cadastramento de consignatária.

O cadastramento é condição sem a qual a Federalcred Sul não pode exercer as atividades para as quais está constituída, o que vem em prejuízo da entidade e do quadro social.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2012. – Senador **Roberto Requião**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2012

(Requerimento de Informação nº 9, de 2012 – CRA)
(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações:

1. O real grau de concentração dos frigoríficos no Brasil e, também, no Estado de Rondônia, bem como os pressupostos legais que garantem as negociações de compra dos frigoríficos;
2. O papel desempenhado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) de regulação no processo de negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;
3. Análises, dos últimos cinco anos, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre as recentes aquisições de frigoríficos nos estados brasileiros, mormente no Estado de Rondônia;
4. Balanços do Cade, relativos aos últimos cinco anos, sobre a negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;
5. A opinião técnica do Cade sobre o papel desempenhado pelo frigorífico JBS nas negociações recentes de plantas no Estado de Rondônia; e
6. Que medidas vêm sendo tomadas pelo Cade para que sejam preservadas a livre concorrência e a defesa econômica no setor de carnes no Brasil.

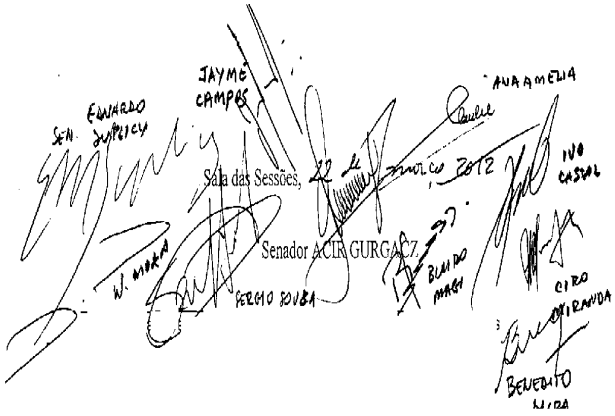
Justificação

Atualmente, o Estado de Rondônia conta com dezoito frigoríficos de médio e grande portes, sendo quatorze em plena operação. Recentemente, o frigorífico JBS adquiriu dual plantas do frigorífico Guaporé Carne, uma no município de São Miguel do Guaporé; outra, no distrito de Extrema em Porto Velho. Além disso, o JBS adquiriu o frigorífico Santa Marina em Ariquemes. Com essas operações, o JBS se tornou detentor de 50% dos frigoríficos rondonienses. Muitos alegam que a região norte do Estado ficou muito prejudicada com a concentração, já que conta com apenas uma rede de frigorífico, o que acarreta sérios prejuízos para população pela falta de concorrência.

No nível nacional, a situação nos parece igualmente preocupante. Nos últimos anos, o BNDES investiu pesadamente nos frigoríficos de grande porte, como o JBS, com aporte de recursos com a finalidade de incentivar a aquisição de outros frigoríficos de menor porte.

Por outro lado, dados mostram que, concomitantemente a esse processo, houve grande ampliação da concentração de mercado. A participação dos três maiores frigoríficos passou de 22%, em 2009, para 36%, em 2010. E o que é pior, pesquisas indicam que o preço da carne bovina, no período, subiu para os consumidores e caiu para os pecuaristas.

Esses sérios fatos nos levam a crer que as informações objeto desse Requerimento sejam essenciais para contribuir com a fiscalização desempenhada pelo Congresso Nacional e, em particular, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Cabe ao Cade, vinculado ao Ministério da Justiça, orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico e, também, zelar pela livre concorrência e pela defesa econômica no País.



(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 254, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que seja apresentado pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do músico Ederaldo Gentil, apresentando condolências à família.

Justificação

Faleceu em Salvador, na última sexta-feira, dia 30 de março, aos 68 anos, o sambista baiano Ederaldo Gentil, uma dos maiores expressões da nossa música, um talento excepcional, que deixa um acervo de mais de 200 composições, todas de grande qualidade.

Nascido em 7 de setembro de 1943, no Largo Dois de Julho, centro de Salvador, ainda criança se mudou com a família para o Tororó. À época o bairro abrigava grandes blocos, como os Apaches do Tororó e a escola de samba Filhos do Tororó, ambiente propício para despertar no garoto sua vocação musical. Vocação que se manifestaria tempo depois nas primeiras composições dedicadas à escola que muito admirava, Filhos do Tororó.

Suas músicas logo fizeram sucesso entre os baianos. Eram tão prestigiadas que na década de 1970 nove das dez escolas de Salvador desfilaram com sambas compostos por ele. Porém, o grande sucesso de sua carreira, que o tornou nacionalmente conhecido, aconteceu em 1973 com a gravação do compacto simples "Triste samba/O Ouro e a Madeira", lançado pela Chanteclair, também gravado pela saudosa cantora Clara Nunes. A poética canção "O Ouro e a Madeira" é considerada um dos mais belos sambas brasileiros. Vale ressaltar aqui um belo trecho da sua letra: "O Ouro afunda no mar/Madeira fica por cima/Ostra nasce do lodo/Gerando pérolas finas".

Em 1975, também pela Chanteclair, gravou o primeiro disco "Samba, Canto Livre de um Povo", que também incluía a exemplar "O Ouro e a Madeira". Ainda pela Chanteclair, gravou, em 1976, "Pequenino". Em 1983, lançou o álbum "Identidade", pela Nosso Som Gravações e Produções.

Em 1998, a EMI lanço o disco "Diplomacia", de Batatinha, que trazia Ederaldo ao lado do próprio Batatinha, além de Nélson Rufino, Walmir Lima, Edil Pacheco e Riachão na faixa "De revólver não". O disco trazia ainda uma de suas parcerias com Batatinha, "Ironia", interpretada por Jussara Silveira. Atualmente, um projeto da Garimpo Discos está em curso para relançar numa caixa os quatro discos do sambista.

A Copene – Companhia Petroquímica do Nordeste lançou, em 1999, o CD "Pérolas finas", produzido pelo também compositor Edil Pacheco. Esse CD deu reconhecimento à obra musical de Ederaldo Gentil e contou com a participação de expressivos nomes da MPB, a exemplo de Gilberto Gil, João Nogueira, Luiz Melodia, Elza Soares, Carlinhos Brown e Beth Carvalho interpretando suas composições.

Nos últimos anos, esquecido pela mídia, acometido de profunda depressão e desanimado com a vida artística, Ederaldo se isolou e viveu, durante os últimos anos, em sua casa no bairro da Vila Laura.

Enfim, apresentamos um breve histórico da trajetória desse notável compositor baiano que gerou muitas pérolas finas para a música popular brasileira.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e no de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse destacado artista brasileiro. – Senadora **Lídice da Mata**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por ter recebido um prêmio Internacional da Catalunha, no dia 2 de Abril de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao agraciado, no seguinte endereço: Av. Francisco Prestes Maia, n. 1501, Aptº. 122, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09770-000.

Justificação

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o vencedor do 24º Prêmio Internacional Catalunha 2012, concedido pelo governo autônomo da Catalunha, na Espanha. Lula venceu por unanimidade a eleição que contou com 177 personalidades de 57 países. Durante o anúncio do prêmio, Artur Mas, presidente do governo catalão, destacou o caráter do ex-presidente brasileiro, *que o permitiu enfrentar, com criatividade e coragem, a pobreza e a desigualdade*. O catalão disse, ainda, que a escolha do ex-presidente brasileiro foi motivada pela luta que travou durante seus dois mandatos pelo crescimento econômico pela erradicação da pobreza e da miséria.

Em uma carta lida durante a cerimônia, Lula manifestou *alegria e orgulho* pelo prêmio. *Uma conquista que reforça a minha convicção na importância de lutar por uma sociedade mais justa e democrática, sem fome e sem miséria*, diz o ex-presidente na carta.

O prêmio é oferecido às pessoas que contribuem com a promoção dos valores culturais, científicos e humanos em todo o mundo. Lula também foi agraciado por *sua trajetória pessoal e sua luta contra a pobreza e a desigualdade*. O Prêmio Internacional Catalunha é concedido anualmente desde 1989 às personalidades internacionais dos meios político, econômico e cultural.

Lula construiu as bases para o crescimento econômico do Brasil e entendeu, graças ao seu passado sindicalista e de esquerda, que sem crescimento econômico não há divisão de riqueza.

Desde que deixou o cargo, em janeiro de 2011, Lula já recebeu dezenas de homenagens e prêmios, no Brasil e no exterior. Entre eles estão o americano World Food Prize, em reconhecimento aos esforços do governo do petista no combate à fome e à pobreza no Brasil; o polonês Lech Walesa, criado em 2008 pela fundação do ex-presidente polonês para reconhecer personalidades destacadas por seu respaldo à liberdade, democracia e cooperação internacional; o mexicano Amália Solórzano, oferecido a personalidades que se destacaram no trabalho pelo desenvolvimento do seu país. Lula recebeu também em 2011 o título de Doutor **Honoris Causa** do Instituto de Estudos Políticos de Paris, **Sciences Po**. O petista recebeu títulos e homenagens em Portugal, Colômbia, Bolívia, entre outros.

Parabéns pela conquista do prêmio Internacional da Catalunha pelo combate à pobreza e à desigualdade.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos a Raquel Macedo, por ter sido eleita para a União das Mulheres Indígenas da Amazônia – UMIAB, em eleição havida no dia 2 de abril de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto à agraciada, no seguinte endereço: Avenida Ayrão, 235, Presidente Vargas, Manaus/AM, CEP 69025-005.

Justificação

Raquel Macedo, do povo Mundurucu, é a nova coordenadora da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB. Foi escolhida para gerir os próximos quatro anos da entidade, durante o encerramento da 1ª Assembléia Geral Extraordinária da UMIAB, que reuniu aproximadamente 40 delegadas dos estados amazônicos, durante três dias em Manaus. O encerramento foi no dia 2 de abril p.p., no Centro Amazônico de Formação Indígena – CAFI.

O encontro discutiu as instâncias de representatividade, os espaços políticos que devem ser ocu-

pados pelas mulheres, o Estatuto da UMIAB, além de apresentar uma discussão ampla sobre o movimento indígena. A nova diretoria foi eleita por unanimidade.

A UMIAB é uma continuidade do Departamento de Mulheres Indígenas que surgiu dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

Criada em 2009, a UMIAB tem o objetivo de promover, organizar, fortalecer, articular e defender a participação das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira nas diversas instâncias governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, visando assegurar e viabilizar a defesa e o exercício dos direitos e interesses das mulheres indígenas, promover a formação e capacitação das mulheres indígenas em temáticas de prioridade das demandas das organizações de mulheres indígenas, apoiando a participação delas no movimento indígena amazônico. O importante é que as mulheres concluíram mais um passo. É preciso agora o entendimento e planejamento com políticas próprias em defesa da mulher indígena.

Parabéns à nova diretoria que é composta por Rosimeire Arapasso, Vice-coordenadora; Olga Macuxi, Tesoureira; Fátima Saterê-Mawé, Vice-tesoureira; Mariazinha Baré, Secretária; Jeyci Mura, Vice-secretária; e Justina Kituna, Presidenta do Conselho Deliberativo e Fiscal.

Parabéns por rearticularem esse espaço político muito importante para o movimento indígena.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2012

Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Voto de Aplauso ao Hospital do Câncer de Barretos, pelo transcurso do seu aniversário de 50 anos no último dia 24 de março, com encaminhamento de manifestação de regozijo ao homenageado e registro nos Anais da Casa.

Justificação

O Hospital do Câncer de Barretos é atualmente referência no Brasil e exterior no tratamento de câncer por prestar atendimento oncológico de qualidade para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A realização dessa proeza começou com a abertura do Hospital São Judas Tadeu pelo abnegado médico, Dr. Paulo Prata, juntamente com a sua esposa, a também médica Scylla Duarte Prata, e dos médicos Miguel Gonçalves e Domingos Boldrini, em 24 de março de 1962.

Atualmente, tendo como mantenedora a Fundação Pio XII, criada por Henrique Eduardo Prata, filho do fundador, o Hospital do Câncer de Barretos continua o trabalho de oferecer tratamento de referência em câncer, reconhecido no Brasil e pelos mais renomados centros mundiais de tratamento.

Pela passagem de seu aniversário foi inaugurado no último dia 4 de março o Hospital Infanto-Juvenil em parceria como Saint Jude Children's Research – reconhecido como um dos mais conceituados centros de tratamento oncológico-pediátrico e instituição americana homônima que se dedica à mesma causa e tem a mesma missão: encontrar cura para as crianças com câncer através de pesquisa e tratamento, sem que as mesmas tenham de pagar qualquer coisa.

Por ser uma referência nacional, o Hospital do Câncer de Barretos registra cerca de 3.500 atendimentos por dia, atendidos pelo SUS e provenientes de todo o País, dando tratamento para cerca de 11 mil casos novos por ano, por intermédio direto do seu corpo clínico de 250 médicos especializados e mais de 2.500 profissionais de outras áreas da saúde e pessoal de apoio.

Através de um modelo único no Brasil, o Hospital oferece instalações para receber seus pacientes com conforto e qualidade, dispondo de alojamentos e refeições gratuitas, inclusive para os acompanhantes.

A prevenção e a oferta de tratamento do câncer no Brasil também são realizadas, de forma inédita, através da caravana do hospital – composta por seis unidades que rodaram mais de 75 mil quilômetros em 2011, que se desloca pelo País oferecendo exames para a prevenção de câncer de mama, de colo de útero, de próstata, de pele e até a realização de pequenas cirurgias.

Por último, merece ser destacado o empenho de seus administradores para manter o funcionamento do hospital e de todos os seus serviços através do apoio de doações realizadas por artistas e por outras personalidades, cujo reconhecimento está registrado nos nomes que são emprestados aos seus pavilhões.

Pelas razões expostas, requeremos o presente Voto de Aplauso, com encaminhamento de manifestação de regozijo ao homenageado e registro nos Anais, representando o reconhecimento desta Casa ao brilhante trabalho desenvolvido pelo Hospital do Câncer de Barretos ao longo dos 50 anos de sua história.

Sala das Sessões, . – Senador **Randolfe Rodrigues**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2012

Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a reabrir, de forma improrrogável, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para apresentação de requerimentos de retorno ao serviço de servidores públicos civis e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, referidos no art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 1º O Poder Executivo receberá, no mesmo prazo previsto no **caput**, os requerimentos de reconsideração de pedidos de retorno ao serviço que tenham sido indeferidos, anulados administrativamente ou arquivados.

§ 2º Os requerimentos de que tratam o **caput** e o § 1º deste artigo serão fundamentados e acompanhados da documentação pertinente e deverão ser encaminhados à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que os remeterá à Comissão Especial de Anistia.

§ 3º O prazo mencionado no **caput** iniciar-se-á 60 (sessenta) dias após o início da vigência desta Lei.

§ 4º A Comissão Especial de Anistia poderá valer-se de documentação produzida pelas Subcomissões Setoriais previstas no art. 5º da Lei nº 8.878, de 1994, ou por outra criada com a mesma finalidade.

Art. 2º É concedida anistia aos empregados demitidos, exonerados, despedidos ou dispensados, além do período estabelecido no art. 1º da Lei nº 8.878, de 1994, desde que mantidos para desempenhar suas funções no processo de liquidação ou de dissolução das empresas.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica às entidades cuja dissolução ou liquidação foram determinadas no âmbito da reforma administrativa empreendida no governo do Presidente Fernando Collor.

§ 2 º A anistia a que se refere o **caput** e o respectivo retorno ao serviço deverão observar as disposições da Lei nº 8.878, de 1994.

§ 3º Os empregados a que se refere o **caput** deverão apresentar os respectivos requerimentos de anistia nos prazos estabelecidos no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Inúmeros servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União foram injustamente demitidos entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, durante o Governo Collor de Mello, em uma atitude, no mínimo, reprovável, despótica e dissociada do Estado de Direito.

De uma hora para outra, muitos pais de família perderam seus empregos, sendo que se tratava de gente humilde e trabalhadora que, em muitos dos casos, não tinham como permanecer onde estavam para ganhar a vida e migraram para o campo, cidades do interior ou, em alguns casos, até para o exterior em busca de meios dignos para sustentar suas famílias.

A Lei n° 8.878, de 1994, convertida da Medida Provisória n° 473, de 1994, deu a possibilidade de anistia aos demitidos que quisessem retomar o seu trabalho. No entanto, essa Lei estipulou prazo inexplicavelmente exíguo para que os interessados no retorno apresentassem o requerimento a ser analisado pela Administração, além de não ter sido promovida a adequada publicidade, limitada à publicação no Diário Oficial da União (DOU). Ora, sabe-se que o DOU não é lido pela grande maioria dos brasileiros. A combinação da parca divulgação com o lapso temporal mínimo para apresentação dos requerimentos fez com que a imensa maioria dos que poderiam se beneficiar com o retorno às atividades profissionais de que foram alijados sequer tivesse tomado conhecimento dessa possibilidade.

Desde então, foram criadas comissões e subcomissões para analisar os requerimentos interpostos. Na maioria dos casos as anistias eram deferidas, vez que se reconhecia evidente motivação política. Contudo novas comissões foram criadas com o intuito de rever anistias já concedidas, tendo havido anulação de algumas delas.

A Lei previu o reingresso dos injustamente demitidos, mas a critério da Administração. Considerado todo o exposto e a realidade que se viveu, afirmo, sem medo de errar, que somente uma pequena parcela dos demitidos logrou retornar à ativa.

Apenas recentemente, já no Governo Lula, tornou-se viável o regresso dos trabalhadores aos postos dos quais foram abruptamente retirados em 1990. Em 2004, foram publicados os Decretos 5.115 e 5.215, instituindo nova comissão para análise das anistias, dessa feita nominada Comissão Especial de Anistia (CEI), que teria o encargo de reavaliar os processos de anistia interpostos em 1994.

Não obstante o ato memorável do Presidente da República, os mencionados decretos estabeleciam

prazo para interposição do requerimento. Prazo este novamente exíguo e, mais uma vez, não divulgado da forma adequada.

Repetiu-se o infortúnio de a maioria da população de demitidos, que estava lutando para conseguir seguir com a vida, alguns trabalhando e vários sem trabalho. Arrisco dizer que estes últimos constituíam e continuam a representar a grande maioria. Mais uma vez, cristalizou-se a perversa realidade de saírem prejudicados os mais carentes – a maior parte deles, que não têm acesso às notícias veiculadas no **Diário Oficial**.

Dessa maneira, a norma beneficiou apenas uma pequena parcela da população. Em grande monta, os que já estavam novamente integrados ao mercado de trabalho. Não é razoável que a lei beneficie poucos em detrimento dos muitos outros que se encontram na mesma situação. Tal procedimento feriu de morte o princípio da isonomia, pois os iguais devem ser tratados de forma igual, e os desiguais de forma desigual respeitando-se esta desigualdade.

Assim, muitos cidadãos deixaram de interpor o requerimento no prazo estipulado, ficando inteiramente prejudicados, pois, nos procedimentos levados a cabo pela CEI, a análise dos requerimentos está surtindo resultados e muitos dos que tiveram a anistia declarada ou ratificada pela Comissão já retomaram seus postos nas empresas e órgãos dos quais foram demitidos. E há, ainda, o plano de publicação de grande lista de servidores que já tiveram a anistia deferida para retomarem seus postos.

Apresento esta proposição, pois o direito de requerer a anistia e obter o seu deferimento, quando cabível, não pode ser recusado ao cidadão que teve a vida alterada em função de ato irresponsável dos representantes do Estado.

Trata-se apenas de uma reparação parcial do dano que lhes foi causado, vez que a devolução dos seus trabalhos não apagará os sofrimentos e privações por que passaram.

Ilustres colegas Parlamentares, estamos falando de ANISTIA!

Convicto da justiça, da relevância e do alcance social da proposição que apresento, bem como de seu elevado espírito cívico, peço o apoio dos nobres Senadores para sua aprovação. – Senador **Lobão Filho.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.878, DE 11 DE MAIO DE 1994

.....

Art. 1° É concedida anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, tenham sido:

I – exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal;

II – despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

III – exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego permanente à época da exoneração, demissão ou dispensa.

Art. 2° O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de sessenta dias, contado da instalação da comissão a que se refere o art. 5°, assegurando-se prioridade de análise aos que já tenham encaminhado documentação à Comissão Especial constituída pelo Decreto de 23 de junho de 1993.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos exonerados ,demitidos, dispensados ou despedidos dos órgãos ou entidades que tenham sido extintos liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da administração pública federal;

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da administração pública federal, hipótese em que o retorno dar-se-á após a efetiva implementação da transferência.

Art. 5° Para os fins previstos nesta Lei, o Poder Executivo, no prazo de até trinta dias, constituirá Comissão Especial de Anistia e Subcomissões Setoriais, com estrutura e competência definidas em regulamento.

§ 1° Das decisões das Subcomissões Setoriais caberá recurso para a Comissão Especial de Anistia, que poderá avocar processos em casos de indeferimento, omissão ou retardamento injustificado.

§ 2° O prazo para conclusão dos trabalhos dessas comissões será fixado no ato que as instituir

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2012

Modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea *f* do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 482. .....

.....

f) embriaguez em serviço;

..... " (NR)

Art. 2º O art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único para 1º:

"Art. 482. .....

.....

§ 2º Em relação ao alcoolista crônico, cuja condição seja comprovada clinicamente, a ocorrência do fato arrolado na alínea **f** somente permitirá a rescisão do contrato de trabalho se o empregado se recusar a se submeter a tratamento para sua condição." (NR)

Art. 3º O art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 132. .....

.....

Parágrafo único. Em relação ao alcoolista crônico cuja condição seja comprovada clinicamente, a demissão com fundamento nos incisos III e V somente será permitida se o servidor se recusar a se submeter a tratamento." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O alcoolismo, já há tempos, deixou de ser tido na conta de uma falha moral e foi reconhecido como a severa e altamente incapacitante moléstia que realmente é.

No entanto, a legislação social brasileira não acompanhou essa evolução. De fato, ao verificarmos três dos mais importantes diplomas legais de nosso ordenamento jurídico – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1991), verificamos que nenhuma delas contém disposições específicas para conceder um tratamento adequado aos alcoolistas.

A CLT arrola a embriaguez – habitual ou em serviço – como uma das causas para a rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Nesse sentido, reflete a concepção vigente em meados do século passado.

Já o Regime Jurídico Único não pune, diretamente, o alcoolismo, mas tampouco contemplam-no como a doença que é, e o alcoolista como sujeito que deve receber o amparo da Lei.

A presente proposição objetiva remediar essa situação, inserindo, nesses dois diplomas, disposições para conferir ao dependente de bebidas alcoólicas uma mais que necessária proteção legal, pois o alcoolismo crônico não deve ensejar a demissão por justa causa. Sendo reconhecido formalmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como doença e relacionado no Código Internacional de Doenças (CID) como "síndrome de dependência do álcool", ao alcoolismo não se aplicaria o artigo 482 da CLT, que inclui a "embriaguez habitual ou em serviço" entre os motivos para tal demissão.

Assim entendeu a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao dar provimento a embargos em recurso de revista (586.320/1999) movido por um ex-funcionário do Banco de Brasília.

Ante a posição atual da OMS, o ministro João Orestes Dalazen, Vice Presidente do TST, registrou no referido embargo que "o dramático quadro social advindo desse maldito vício impõe que se dê solução distinta daquela que imperava em 1943, quando passou a viger a letra fria e hoje caduca do art. 482, **f**, da CLT, no que tange à embriaguez habitual.". Em tais casos, diz o relator, "a despedida sumária do trabalhador, longe de representar solução, acaba por agravar a situação já aflitiva do alcoolista.".

A SDI-1 seguiu o voto do relator, que entendeu que "cumpre ao empregador, ao invés de dispensar o empregado por justa causa, encaminhá-lo para tratamento médico junto ao INSS, provocando o afastamento desse empregado do serviço e, por conseguinte, a suspensão do contrato de trabalho". Na avaliação do ministro Dalazen, "há aí certa incompreensão, ou, quando menos, falta de caridade, de magnanimidade para com situação grave, séria e dolorosa, do ponto de vista pessoal e social. Convém recordar que as empre-

sas têm também responsabilidade social decorrente de mandamento constitucional".

O alcoolismo é uma situação de saúde pública. A legislação deve, portanto, estabelecer condições para facilitar a recuperação do alcoolista. Para tanto, na CLT, propomos a modificação do art. 482 para excluir das hipóteses de justa causa a embriaguez habitual, mantendo a embriaguez em serviço naquelas hipóteses. O proposto parágrafo único esclarece, no entanto que, ao alcoolista diagnosticado, a justa causa somente será aplicável se o trabalhador deixar de se submeter a tratamento.

A mesma disposição foi inserida como parágrafo único do art. 132 da Lei nº 8.112, de 1990. Essa lei não contempla a embriaguez como causa de demissão do servidor público. Por isso, introduzimos proteção ao alcoolista que apresente dois dos mais notáveis sintomas de dependência: o absenteísmo e o comportamento incontinente e insubordinado – causas de demissão do servidor, nos termos dos incisos III e V do **caput** daquele artigo.

Para encerrar, destacamos que temos ciência de que na literatura médica o termo "alcoolista" designa o dependente alcoólico, o usuário crônico de bebidas. Unicamente, optamos por utilizar a forma "alcoolista crônico" no texto da proposição para facilitar sua interpretação pelos operadores jurídicos e pela população em geral.

Dessa forma, separamos o dependente alcoólico do simples usuário ocasional ou do consumidor regular que não apresenta padrão de dependência, para evitar a aplicação indiscriminada das disposições do Projeto a pessoas que não demandam proteção específica da Lei.

Destarte, pedimos o apoio de nossos pares para a aprovação do presente Projeto. – Senador **Eduardo Lopes.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

a) ato de improbidade;

b) incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

f) embriaguez habitual ou em serviço;

g) violação de segredo da empresa;

h) ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único – Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966)"

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a administração pública;

II – abandono de cargo;

III – inassiduidade habitual;

IV – improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117."

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2012

Estabelece diretrizes para a implantação de Redes Elétricas Inteligentes nos sistemas de distribuição de energia elétrica geridos por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica deverão ajustar seu sistema de distribuição para implantar todos os requisitos necessários à sua transformação em Redes Elétricas Inteligentes, na forma desta Lei.

Parágrafo único. O prazo para o ajuste de que trata o **caput** deste artigo é de até oito anos, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, estabelecem-se as seguintes definições:

I. Medição Líquida – funcionalidade associada a medidor eletrônico que permite a medição da potência e da demanda de energia de forma bidirecional, para uso em microgeração e minigeração distribuídas, e que apresenta apenas o balanço total da energia gerada e consumida;

II. Microgeração Distribuída – unidade geradora com até 100 kW de potência, que pode ser instalada em qualquer local da rede de distribuição;

III. Minigeração Distribuída – unidade geradora com potência entre 100 kW e 1.000 kW, que pode ser instalada em qualquer local da rede de distribuição;

IV. Posto Tarifário – nível tarifário programável no medidor eletrônico, ajustável em função das horas do dia e das estações do ano;

V. Rede Elétrica Inteligente – conjunto de linhas e equipamentos do sistema de distribuição de energia, cujo controle e comando é feito com o uso de tecnologia digital de informação, de medição, de monitoramento e de telecomunicação, e cuja adoção permite o provimento de novos serviços aos consumidores e a melhoria dos serviços existentes;

Art. 3º A Rede Elétrica Inteligente deve prover, em todo o sistema de distribuição e nas unidades de consumo, sensores de medição, dispositivos de automação, sistema confiável de comunicação entre todos os dispositivos de automação, a possibilidade de transferência instantânea e bidirecional de informações entre os dispositivos.

§ 1º Deverá haver capacidade de processamento central para proceder à análise das informações e à atuação remota, caso necessário, visando a corrigir eventuais não-conformidades do serviço prestado, a cortar e religar o consumidor remotamente e a interagir diretamente com o consumidor.

§ 2º As concessionárias e permissionárias de distribuição deverão prover um sistema georreferenciado de toda sua rede elétrica, nos termos do regulamento.

Art. 4º Os medidores eletrônicos imprescindíveis à implantação da Rede Elétrica Inteligente devem ter uma padronização mínima, que inclua as seguintes funcionalidades: medição de energia e de demanda ativas e reativas, fator de potência, freqüência, controle de perdas comerciais, comunicação bidirecional com fio ou não, corte e religamento remotos, apuração instantânea de indicadores individuais de qualidade, implantação de microgeração e minigeração distribuídas, pré-pagamento, protocolo aberto, medição líquida, quatro postos tarifários.

§ 1º A vida útil regulatória do medidor eletrônico deverá ser reduzida pelo poder concedente, na forma do regulamento;

§ 2° No início do período de que trata o *parágrafo único* do art. 1º, o poder concedente poderá autorizar a implantação de projetos-piloto prévios à troca maciça dos medidores eletromecânicos por medidores eletrônicos, com duração de até 18 meses contados a partir da publicação desta Lei;

§ 3º O Poder Concedente deverá regulamentar o destino final dos medidores eletromecânicos descartados.

§ 4º Caberá ao Poder Executivo implantar campanha de abrangência nacional de esclarecimento dos consumidores de energia elétrica quanto aos benefícios da substituição dos medidores, com ênfase na segurança do fornecimento, na qualidade do serviço, no uso eficiente da energia, possibilidade de novos serviços comerciais, microgeração e minigeração distribuídas, redução de perdas comerciais com impacto positivo sobre as tarifas;

§ 5º Ao consumidor deverão ser disponibilizadas minimamente as seguintes funcionalidades: visualização de informações do sistema elétrico, acesso aos dados instantâneos e acumulados, energia elétrica

ativa acumulada, fator de potência máximo e mínimo no ciclo de faturamento, postos tarifários;

§ 6º O processo de substituição de medidores não poderá ter impacto superior a dois por cento sobre as tarifas.

Art. 5º O consumidor de energia elétrica poderá produzir sua própria energia, parcial ou totalmente, e repassar eventuais excedentes para a rede elétrica.

§ 1º Eventuais medições líquidas positivas ao final de um mês poderão ser utilizadas pelo consumidor em meses subseqüentes, até a data do reajuste da concessionária ou permissionária;

§ 2º Medições líquidas positivas de energia ao longo de um ano, contabilizados na data do reajuste da concessionária ou permissionária, serão creditadas ao consumidor, em espécie, no valor da tarifa aplicável ao consumidor credor, na forma do regulamento;

§ 3º O consumidor que queira instalar microgeração ou minigeração distribuída em sua unidade de consumo deverá registrar previamente sua intenção perante a concessionária ou permissionária de distribuição, com antecedência mínima de seis meses;

§ 4º A concessionária ou permissionária de distribuição não poderá negar ao consumidor a solicitação de conexão de microgeração ou minigeração, salvo se apresentar, no prazo máximo de sessenta dias, relatório de inviabilidade técnica insanável ou de inviabilidade econômica, passível de fiscalização pelo poder concedente.

Art. 6º Passados cinco anos a partir da publicação desta Lei, todo novo consumidor, independentemente de sua carga instalada, poderá adquirir energia no mercado livre, podendo escolher qualquer fornecedor, inclusive a concessionária ou permissionária de distribuição local.

Parágrafo único. O direito de escolha do fornecedor de energia poderá ser estendido aos consumidores existentes, desde que a concessionária ou permissionária seja informada com antecedência mínima de dezoito meses

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil está atrasado em relação a outros países de mesmo porte econômico no que se refere à implantação de Redes Elétricas Inteligentes. Trata-se de uma verdadeira revolução na prestação dos serviços de energia elétrica, já iniciada em vários países da Europa, Estados Unidos e Ásia, com benefícios palpáveis aos consumidores, como redução de tarifa, maior transparência nas relações de consumo, direito de escolha do consumidor, extensão da atividade de geração também para pequenos consumidores, estímulo à expansão de fontes alternativas na matriz de energia elétrica.

Vários benefícios podem ser enumerados com a implantação das redes inteligentes: redução de custos com profissionais que medem o consumo mensalmente, com impacto positivo nos custos do serviço; aumento da eficiência operativa do sistema elétrico com redução de perdas técnicas; redução das perdas comercias, com impacto positivo na tarifa; aumento da confiabilidade da rede elétrica; antecipação à ocorrência de falhas; viabilização de microgeração e minigeração distribuídas, facultada a qualquer consumidor; universalização da tarifa horossazonal, que pode ser ajustada em função dos períodos do dia ou das estações do ano; viabilização de tarifação específica para consumo de veículos elétricos; acompanhamento instantâneo, por parte dos consumidores, de seus índices individuais de qualidade da energia fornecida pela concessionária ou permissionária; estímulo à economia de energia em horários de pico de consumo, o que resulta na postergação de investimentos e na redução de tarifas; possibilidade de o consumidor escolher o seu fornecedor de energia; possibilidade de instalação de tecnologias inteligentes interativas para otimizar a operação de aparelhos eletrodomésticos dentro das residências; viabilidade de técnicas avançadas de armazenamento de eletricidade e tecnologias de corte do pico de consumo, incluindo o uso de veículos elétricos e híbridos para gerar energia.

Urge, portanto, iniciar o processo de ajuste dos sistemas de distribuição de energia elétrica para alçá-los ao padrão de uma rede elétrica inteligente, pois é um processo lento, com duração da ordem de uma década.

O parque industrial brasileiro já tem capacidade para ofertar medidores eletrônicos, equipamento básico para a adoção de funcionalidades “inteligentes”, para todo o mercado brasileiro, em até em seis anos. Para isso, falta apenas se estabelecerem as especificações mínimas dos equipamentos.

Além dessas especificações, a proposição que ora apresento estabelece também diretrizes para acelerar esse salto de qualidade nos serviços de distribui-

ção de energia elétrica e para popularizar a atividade de geração de energia, na forma de microgeração e minigeração.

Uma funcionalidade fundamental para essa atividade é a "medição líquida", também conhecida como **net metering**, que é a capacidade de medir a energia em duas direções, fornecendo o valor líquido entre a energia consumida e a energia gerada (em kWh). Propomos sua adoção, pois ela não representa impacto tarifário direto para os consumidores. Trata-se de uma funcionalidade bastante racional, pois ela permite estimular a geração de energia alternativa, como cata-ventos residenciais, microgeradores de base térmica em porões, painéis fotovoltaicos, micro-usinas hidroelétricas, sem impacto direto nas tarifas.

A outra modalidade de medição bidirecional em voga no mundo é o mecanismo de "tarifa diferenciada de alimentação" ou **feed-in tariff**. Por esse mecanismo, a energia gerada pelo consumidor é tarifada a um valor maior do que a tarifa da energia que ele consome da distribuidora. Isso garante ao consumidor-gerador uma viabilidade econômica ao seu investimento, e o sobrepreço resultante é repassado à tarifa de todos os outros consumidores. Trata-se do principal mecanismo de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de geração de energia renovável no mundo. Mas, ao longo do tempo, ele tem se mostrado uma catástrofe, pressionando fortemente as tarifas para cima. Consumidores da Alemanha e da Espanha já demonstram clara insatisfação pela explosão tarifária patrocinada pelos incentivos à geração fotovoltaica, e seus governantes começam a voltar atrás.

Outra iniciativa importante que aduzimos à proposição é a garantia do direito de qualquer novo consumidor escolher seu fornecedor de energia. A condição de consumidor livre dada a todos os consumidores novos dará mais estímulos concorrenciais ao setor, pois aumentará enormemente os consumidores e ofertantes de energia, reduzindo o poder de mercado de grandes **players**. Previsto no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, esse direito nunca foi dado ao consumidor. Queremos que, em vez de ser condicionado à discricionariedade do poder concedente, esse direito seja obrigatoriamente outorgado ao final de cinco anos. A implantação de Redes Elétricas Inteligentes torna mais factível a garantia desse direito.

Por outro lado, a extensão desse direito aos consumidores existentes terá carência de vinte e quatro meses, para permitir que as concessionárias e permissionárias de distribuição tenham tempo para ajustar suas cargas aos contratos de longo prazo em vigor.

Em face da enorme importância da proposição que trago à consideração de Vossas Excelências, solicito o apoio para sua aprovação. – Senador **Blairo Maggi.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

.....

Seção III

Das Opções de Compra de Energia Elétrica por parte dos Consumidores

Art. 15. Respeitados os contratos de fornecimento vigentes, a prorrogação das atuais e as novas concessões serão feitas sem exclusividade de fornecimento de energia elétrica a consumidores com carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV, que podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica.

.....

§ 3º Após oito anos da publicação desta Lei, o poder concedente poderá diminuir os limites de carga e tensão estabelecidos neste e no art. 16.

.....

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 339, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012, que *dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar*.

O escopo da proposição é a criação de um cargo de Procurador da Justiça Militar e de dois cargos de Promotor da Justiça Militar.

São previstas na parte normativa da proposição a criação e o provimento dos cargos referidos condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual e a previsão de que as despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público da União.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, há que se anotar a inexistência de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa e, igualmente, a inocorrência de inconstitucionalidade material.

A técnica legislativa é satisfatória.

É de se registrar, contudo, a necessidade de alteração do quanto consta no parágrafo único do art. 1°, *litteris*:

> Art. 1°.....
>
> Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual do exercício de 2010, nos termos do art. 82 da Lei n° 12.017, de 12 de agosto de 2009.

A Lei nº 12.017/2009, citada, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Temos para nós, por conta disso, a demandar correção, que projeto de lei tramitando em 2012 e apto a tornar-se lei apenas a partir desse marco temporal faça referência expressa à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 e à Lei Orçamentária Anual de 2010, normas com nítida característica de eficácia temporal limitada, o que não ocorre com lei ordinária que tenha por objeto a criação de cargos públicos, especialmente nas carreiras do Ministério Público da União.

Entendemos, desnecessária portanto a referência do dispositivo ao condicionamento "*à expressa autorização em anexo próprio*" da Lei Orçamentária Anual de 2010. A proposição que temos sob exame, a prosperar e tornar-se lei, estará, em 2012, fazendo referência futura a uma lei passada, com vigência temporal limitada e exaurida.

Por conta disso, consideramos inócua a cautela consubstanciada na emenda apresentada na Câmara dos Deputados no que concerne a alusão à Lei Orçamentária cujo erro se denota na necessidade de apontar para uma lei que como ocorreu, pode já não mais vigorar.

Entretanto, tendo em vista a opção formulada por aquela Casa Legislativa, optamos por apresentar, conquanto não alcance a melhor técnica legislativa, uma emenda corrigindo o erro material na referência à LOA de 2010 para 2012. Saliente-se que as despesas com a criação dos referidos cargos estão devidamente previstas no anexo V desta última.

No mérito, somos pela necessidade de aprovação. A criação da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada no Distrito Federal, autorizada pela Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, reclama, à toda obviedade, a existência de membros do Ministério Público Militar para o desempenho das funções constitucionais e legais do *Parquet* perante a Justiça Castrense.

III - VOTO

À vista da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, somos pela **aprovação**, nesta Comissão, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012, com a seguinte emenda redacional.

EMENDA Nº 1-CCJ

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária anual para o exercício de 2012.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 01 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 04 / 12 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Pedro Taques	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. CLÉSIO ANDRADE
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

Atualizada em: 27/03/2012

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992.

Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 82. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2010, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000.

.....

PARECER Nº 340, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2012 (nº 1.830/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

RELATOR: Senador **CLÉSIO ANDRADE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 4, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.830, de 2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), pretende, em seu art. 1º, alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte e jurisdição sobre o Estado de Minas Gerais, de 36 (trinta e seis) para 49 (quarenta e nove) juízes.

No art. 3º, são criados no TRT da 3ª Região os cargos mencionados nos Anexos I a IV da proposição, quais sejam, 13 (treze) cargos de Juiz de Tribunal; 21 (vinte e um) cargos de Juiz do Trabalho; 329 (trezentos e vinte e nove) cargos efetivos de Analista Judiciário; 51 (cinquenta e um) cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados; 164 (cento e sessenta e quatro) cargos de Técnico Judiciário; e 59 (cinquenta e nove) cargos em comissão do tipo CJ-03.

O art. 4º veicula a criação de 21 (vinte e uma) novas Varas do Trabalho na jurisdição daquela Corte, sendo 8 (oito) na capital do Estado, Belo Horizonte, e as 13 (treze) restantes no interior.

O art. 5º condiciona a criação dos cargos à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal. Seu parágrafo único registra que *se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.*

Já o art. 6º diz que *os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no orçamento geral da União.*

Por fim, o art. 7º é a usual cláusula de vigência, a partir da data da publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada em três comissões, a saber, nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT), com uma emenda ao art. 5º; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com uma emenda supressiva relativa ao art. 6º originalmente proposto. Ambas foram absorvidas pelo novo texto da proposição, que chegou a esta Casa revisora e foi recebido nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 19 de março de 2012, tendo sido distribuído a este Relator no dia subsequente.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão pronunciar-se, conforme o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições, bem como sobre o seu mérito, quando a matéria figurar entre aquelas previstas no inciso II, no caso, especialmente o atinente à alínea *f*.

No tocante à sua constitucionalidade, cabe registrar que a matéria tratada no Projeto é de iniciativa privativa do Tribunal superior respectivo e não fere qualquer dispositivo da Carta Política, além de não entrar em desarmonia com a legislação vigente, inclusive quanto a aspectos regimentais. Assim, entendemos que o projeto não possui vícios de constitucionalidade

tampouco de juridicidade e regimentalidade, tendo sido, ainda, vazado em boa técnica legislativa.

No que diz respeito à adequação orçamentária e financeira, a Lei Orçamentária para 2012, a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, prevê, no item 2.6.9 do seu Anexo V.1, autorização para a criação dos cargos de que trata a proposição e para o provimento de 213 (duzentos e treze) deles no presente exercício.

Quanto ao mérito, o projeto nos parece adequado e relevante, haja vista as razões expostas pelo Tribunal Superior do Trabalho, corroboradas, inclusive, por parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), emitido conforme exigência do art. 77, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, a Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, no sentido da necessidade de incremento nos quadros de juízes e de servidores, bem como na quantidade e maior capilarização das Varas do Trabalho pelo interior do Estado de Minas Gerais, tudo no intuito de aperfeiçoar a prestação jurisdicional naquela Região.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2012.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 4 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 04 / 12 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Senador EUNÍCIO OLIVEIRA*	
RELATOR: Senador Clésio Andrade	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. CLÉSIO ANDRADE
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

Atualizada em: 27/03/2012

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

~~Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:~~

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências

.....

Art. 77. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

.....

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

.....

LEI Nº 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

.....

PARECER Nº 341, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2012 (nº 1.834/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, com sede na cidade de Curitiba (PR), 11 Varas do Trabalho, sendo uma Vara em cada uma dessas cidades: Apucarana (2ª), Bandeirantes (2ª), Cascavel (4ª), Colombo (2ª), Cornélio Procópio (2ª), Francisco Beltrão (2ª), Pato Branco (2ª), Ponta Grossa (4ª), Porecatu (2ª), São José dos Pinhais (4ª) e Toledo (2ª).

Cria, também, 11 cargos de juiz, 88 cargos efetivos de analista judiciário e 44 de técnico judiciário, 11 cargos em comissão de Diretor de Secretaria nível CJ-03, e 99 funções comissionadas, sendo 22 de Assistente FC-02, 22 de Secretário de Audiência FC-03, 22 de Calculista FC-04, 22 de Assistente de Juiz FC-05 e 11 de Assistente de Diretor de Secretaria FC-05. (Anexos I, II, III e IV do art. 2º).

A criação dos mencionados cargos *fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da*

Constituição Federal (art. 3º). Porém, se os recursos orçamentários forem suficientes apenas para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e respectivas dotações deverão constar do anexo da lei orçamentária que venha corresponder ao exercício em que forem considerados criados e providos (parágrafo único).

O art. 4º do Projeto determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que se quer aprovar correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no orçamento geral da União.

A justificação começa por informar que a iniciativa foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, na Sessão de 5 de julho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001909-24.2011.2.00.0000.

Em seguida, relata que a razão de ser do projeto se baseia no fato de que o Estado do Paraná conta com 399 municípios, que abrigam a sétima maior população jurisdicionada do País. Desses municípios, apenas 41 possuem Varas do Trabalho, cuja última ampliação foi feita em 2003, data a partir da qual houve incremento de quase 33% do volume processual em fase de conhecimento. Há necessidade, ainda, de se promover a modernização de sua estrutura administrativo-funcional, adequando-a às orientações do Conselho Nacional de Justiça sobre a melhora na acessibilidade da sociedade ao Judiciário, bem como a maior celeridade na prestação jurisdicional. Na previsão de crescente movimento processual de ora em diante, faz-se urgente a criação dos cargos de Juiz do Trabalho para compor as unidades a serem criadas, e também dos cargos de provimento efetivo, em comissão e as funções comissionadas com vistas à uniformização da estrutura administrativa dos órgãos do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O projeto veio acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, que considerou a razoabilidade da proposta em face do crescimento da demanda processual e da dificuldade de acesso da população em locais de aumento da atividade econômica. Nesse sentido, somente a criação dos referidos cargos com a ampliação das Varas podem garantir um desempenho satisfatório da Justiça do Trabalho na região.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com uma emenda, e também, com emenda, da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

II – ANÁLISE

O projeto mostra-se constitucional e jurídico, amparando-se no art. 96 da Lei Maior que, na letra *b* do seu inciso II, atribui privativamente aos Tribunais Superiores propor ao Poder Legislativo *a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver*.

A justificação da proposta revela com clareza a necessidade de se dotar o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região de mais órgãos e elementos humanos na sua estrutura, de modo a propiciar meios mais efetivos de prestação jurisdicional num Estado cuja população ativa cresce cada vez mais.

A maior rapidez na duração dos processos só pode se tornar realidade se houver Varas, juízes e servidores em quantidade suficiente para atender às demandas crescentes. O comando constitucional que garante a todos o amplo acesso à justiça, contido no inciso LXXVIII do art. 5° e que se firma como cláusula pétrea, torna digna de acolhimento a medida sob exame, que se respalda também no inciso XIII do art. 93 da Lei Maior, relativo à exigência de número de juízes proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Informamos, por fim, que a autorização relativa à criação dos cargos de Juiz e de servidores efetivos objeto do projeto sob estudo e para o provimento de parte deles no presente exercício encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no seu Anexo V.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2012.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 6 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/04/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Senador EUNÍCIO OLIVEIRA*	
RELATOR: Senador Alvaro Dias	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC e PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. CLÉSIO ANDRADE
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. LAURO ANTONIO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PR	
MAGNO MALTA	1. JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO

Atualizada em: 27/03/2012

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

.....

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

~~b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

~~Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a~~

~~qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:~~

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

.....

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os pareceres lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 339 a 341, de 2012**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os **Projetos de Lei da Câmara nºs 1, 4 e 6, de 2012**.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, a **Mensagem nº 113, de 2012**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2012-CN (proveniente da Medida Provisória nº 548, de 2011), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 460.530.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões e quinhentos e trinta mil reais), para o fim que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 12.606, de 2012.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta. Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro inscrito, Senador Suplicy.

Chamo, como primeira oradora inscrita do dia, em permuta com o Senador Sérgio Souza, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidenta Marta Suplicy, Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o Governo Federal mostrou eficiência ao anunciar ontem o pacote de estímulo à indústria brasileira. Digo eficiência, porque montou, mais uma

vez, em poucas horas, uma cerimônia concorrida no Palácio do Planalto, reunindo as principais lideranças industriais do País e conseguindo mobilizar a mídia em torno de um assunto muito importante, que viemos tratando aqui com muita frequência: a desindustrializaçao do setor produtivo brasileiro.

Em poucas horas, também, criou um pacote de medidas para quinze setores produtivos, incluindo desoneração da folha de pagamento, incentivos à exportação, redução do IPI para eletrodomésticos e móveis, novo regime automotivo e a injeção de R$45 bilhões no BNDES para serem usados em créditos de investimentos de longo prazo.

Novo pacote, mas com cara de velho, pois algumas medidas já haviam sido anunciadas antes e o estímulo à indústria de automóveis só entrará em vigor em 2013.

O Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, resumiu a impressão geral dos empresários: "Se o governo queria atender alguns setores, cumpriu. Se ele quer resolver o problema da competitividade da indústria, não conseguiu".

O Governo tentou mostrar, na cerimônia de lançamento do plano Brasil Maior, que faz um enorme esforço renunciando a arrecadação de impostos, mas a verdade é que todas as medidas vão representar a renúncia de somente um dia de tributos arrecadados pelo Governo, nos primeiros dois meses deste ano.

Em fevereiro, entrou no cofre do Governo Federal o valor recorde de R$71,9 bilhões em impostos; mais uma prova da fúria arrecadatória do Leão. A verdade é que o Governo dá com uma mão e tira com a outra; é o cobertor curto que cobre cabeça deixando os pés de fora, pois a redução de impostos para setores da economia será compensada com mais cobrança de impostos: com o aumento do IOF e com o já anunciado aumento de IPI para bebidas.

Importante saber onde todo este dinheiro, que pagamos em tributos, está sendo investido. Arrecadação alta mal utilizada significa que o contribuinte vai acabar pagando duas vezes.

Concordo com a opinião do Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, o Rio Grande do Sul, empresário Heitor Müller, que considerou o pacote de medidas como uma ação muito importante.

É sempre positivo ver o Governo empenhado em resolver os problemas do País, principalmente quando relacionados ao setor industrial, que tem um peso importante na economia e na geração de empregos. É nítido o esforço que a Presidenta Dilma Rousseff vem fazendo para tentar aplicar um modelo de gestão muito eficiente, porém os gargalos da burocracia ainda são um empecilho para que o Governo alcance os melhores resultados.

Essas medidas, Srªs e Srs. Senadores, são ações pontuais. É como reconhecer a situação crítica da saúde de um paciente, mas indicar um medicamento fraco que vai tratar da dor, não da doença.

É bom lembrar que esse paciente, a indústria brasileira, registrou uma queda de 3,9% da produção se compararmos com o mesmo mês de fevereiro do ano passado. É a sexta taxa negativa consecutiva registrada pela atividade industrial, de acordo com dados do IBGE.

Talvez não seja a melhor ideia comparar a indústria brasileira com um paciente adoentado. Tratar de questões da saúde não parece ser o forte do Governo. Então podemos dizer que ontem a indústria nacional ganhou uma reforma, dessas que a gente só mexe na fachada do prédio ou da casa, mas deixa a estrutura nas mesmas condições precárias.

Essa casa, Srªs e Srs. Senadores, tem problemas estruturais e um sistema hidráulico com goteiras para todo o lado. A instalação elétrica do prédio é uma dor de cabeça para os moradores, com gambiarras para todo o lado, o que resulta em uma conta de energia elétrica bastante aita.

Com anúncios como os de ontem, o Governo Federal mostra que vem atuando com reparos constantes na fachada da casa, ou melhor, da economia, da indústria brasileira. Mudaram as cores, até alguns vidros que quebraram com o passar do tempo, mas dentro das paredes estão os reais problemas, os problemas estruturais do setor produtivo.

Volto a afirmar que somente as reformas tributária e trabalhista e uma reviravolta nos investimentos para a infraestrutura do País vão dar ao setor produtivo regras mais claras e constantes e garantir a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados interno e externo.

É consenso geral que as medidas anunciadas ontem deixaram de fora, por exemplo, ações cambiais capazes de garantir uma melhor taxa do dólar, fator importante para a macroeconomia e, sobretudo, para o comércio internacional. Ontem mesmo, o dólar fechou com uma nova queda de 0, 26%, desvalorizando-se ainda mais.

As pequenas e médias empresas, o elo mais fraco na cadeia industrial, têm sofrido com a competição dos produtos importados que são ajudados pelo dólar baixo.

A indústria têxtil da serra gaúcha, no meu Estado, com malharias nas cidades de Farroupilha, Caxias e Gramado, por exemplo, tem investido muito em *design* e qualidade, mas perde competitividade para produtos chineses que entram no mercado e colocam a indústria familiar da malha gaúcha em perigo.

Os problemas de infraestrutura também não foram alvo do Governo. Não houve o anúncio de medidas para reduzir o custo da energia elétrica para o setor produtivo, por exemplo.

O País precisa reduzir o preço da energia elétrica para as indústrias. As empresas, no Brasil, pagam três vezes mais pela energia do que as empresas nos Estados Unidos. Uma redução dos tributos embutidos no preço da energia teria resultado em toda a cadeia produtiva.

Se a alternativa é o uso de gás para produzir, a dor de cabeça não é menor. Indústrias do Sul do Brasil avisam que a escassez do gás natural já ameaça os investimentos industriais nos estados do Rio Grande do Sul, meu Estado, Santa Catarina e Paraná.

Outro gargalo da infraestrutura está nas condições das estradas brasileiras. Somente 8% das nossas rodovias oferecem condições satisfatórias de uso. Nossas estradas cheias de buracos aumentam em até 30% o preço dos fretes e é impossível não repassar os custos de manutenção dos caminhões ao preço final do produto. Mais uma vez quem perde é o consumidor.

As obras de duplicação da BR-101, importante estrada para o escoamento da produção brasileira, se arrastam e parece não ter fim.

O transporte de cargas internacionais, responsável pela entrega das exportações brasileiras, é um dos setores fora do pacote de medidas do Governo. Segundo a Associação Brasileira de Transportes Internacionais, o setor sofre com a tributação exagerada e, especialmente, com medidas protecionistas adotadas pela Argentina.

Desde fevereiro do ano passado, as exportações para a Argentina caíram 38%. Se não há vendas, não há entregas. E o emprego de 80 mil motoristas de caminhões de carga pesada, só no Rio Grande do Sul, está ameaçado.

Os impostos penalizam também os produtores de vinhos do meu e de outros Estados brasileiros. Estudos mostram que até 63% do preço de uma garrafa de vinho são de tributos – a mesma carga tributária cobrada por uma arma de fogo, senhoras e senhores.

A discussão de salvaguardas e o aumento dos impostos para o vinho estrangeiros não irão solucionar o problema dos vitivinicultores. É preciso discutir, isto sim, o peso dos impostos e da infraestrutura precária e tornar o vinho brasileiro competitivo. Somente medidas de longo prazo, mas definitivas, dariam ao vinho nacional condições de competir no mercado com marcas importadas.

Os produtores de vinhos do Brasil têm investido pesado na melhoria do produto. Hoje o espumante fabricado no Rio Grande do Sul é destaque no mundo todo pela qualidade que alcançou nos últimos anos, mas perde competitividade por causa do alto imposto cobrado.

Se quisermos continuar crescendo e conquistando novos mercados, mais cedo ou mais tarde, as reformas estruturais precisam ser feitas.

No caso do vinho, eu gostaria até de lembrar, Senador Pedro Taques, que está aí uma discussão, que parece equivocada, entre donos de restaurantes, entre as pessoas especializadas na alta gastronomia, querendo boicotar o vinho gaúcho. Esse talvez não seja o caminho. O principal é que, se o Governo brasileiro reduzir a carga tributária, o vinho ganha competitividade. Está resolvido e nem precisa fazer salvaguarda. Pode entrar o vinho que quiser para o consumidor ter liberdade de escolha do vinho que quiser tomar. Essa é uma questão apenas de inteligência. Não adianta levantar salvaguarda porque ela provoca a ira dos restaurantes, dos consumidores que querem ter o direito de fazer a escolha do seu vinho e não serem obrigados a consumir o vinho do meu Estado apenas porque é o vinho nacional. Tem que merecer atenção? Tem, mas há uma forma inteligente de fazer isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou terminando, caro Presidente Pedro Taques.

Estamos orgulhosos de ser a sexta economia do mundo, mas ocupamos a posição número 53 no *ranking* da competitividade mundial, esta liderada pela Suíça, Cingapura e Suécia.

Nas atuais condições do mundo, é natural que o Brasil se proteja, que adote salvaguardas, mas uma

reação normal deve feita apenas a curto prazo. Nosso País não pode perder a visão de longo prazo e exige estratégias e planos de ação. O Brasil não precisa ser somente maior, mas pode e deve ser, sim, um País melhor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, a Srª Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo excelente discurso.

Passo a palavra, para uma comunicação inadiável, a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Notando que não há ainda outros oradores presentes, e como eu estava inscrito também como possível orador, ainda que ao final da sessão, porque já falei na segunda e terça-feira, se puder falar como orador inscrito, já que... Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim. Se até o término da fala de V. Exª outros oradores aqui não estiverem, V. Exª poderá falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques; prezada Senadora Ana Amélia e prezado Líder Walter Pereira... Walter Pinheiro, meu querido Walter Pinheiro, V. Exª vai... É porque eu estava muito preocupado com a presença de V. Exª porque, ainda ontem, eu lhe transmiti que iria hoje dizer aqui as observações do Ministério da Saúde relativamente à reportagem "O cruel teorema da saúde", da edição da **Veja** deste sábado, 31, pois o Ministério da Saúde quer esclarecer o seguinte:

1. O ministro da Saúde, Alexandre Padiíha, considera de extrema gravidade os fatos relatados, que se somam a outros fatos já identificados pelo Ministério da Saúde desde o início do processo de reestruturação administrativa dos seis hospitais federais do Rio de Janeiro iniciado em fevereiro de 2011.
2. Já na segunda-feira (26), ao tomar conhecimento ainda preliminar das denúncias contra o ex-assessor Edson Pereira de Oliveira, o ministro solicitou investigação da Polícia Federal e determinou a instauração de procedimento interno do Ministério da Saúde. Na quinta-feira (29), o procedimento interno migrou para a CGU (Controladoria-Geral da União), agora também responsável pela investigação.
3. O ex-assessor não faz parte do quadro do Ministério da Saúde desde 27 de dezembro de 2011.
4. Com o objetivo de combater desperdícios, melhorar o controle, aprimorar a gestão e ampliar a qualidade do atendimento, o Ministério da Saúde vem adotando uma série de medidas que demonstram a intolerância com desvios ou irregularidades. Elas têm como foco o aprimoramento contínuo dos processos e das instituições.
5. As medidas adotadas com a reestruturação nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro já geraram uma economia da ordem de R$50 milhões.
6. Com relação ao atendimento, foi feita a integração dos hospitais federais com a rede de serviços do Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde reabriu o programa de transplantes de fígado e aumentou em 14% o número de procedimentos cirúrgicos de médio e grande porte. Foram 18.800, em 2010, e 21.500, em 2011.
7. A ação de reestruturação teve início após revisão do sistema de compras do ministério, que demonstrou variações expressivas nos preços de produtos e serviços adquiridos pelos seis hospitais: Andaraí, Lagoa, Servidores, Bonsucesso, Cardoso Fontes e Ipanema. O diagnóstico embasou medidas como a centralização de compras de medicamentos e insumos e início da revisão dos contratos.
8. Para aprofundar a reestruturação, o ministro Alexandre Padilha pediu, em ofício assinado em 13 de abril de 2011, auditoria do Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do SUS) e da Controiadoria-Gerai da União (CGU) nos contratos dos hospitais. Também foi solicitado acompanhamento do Ministério da Justiça, por meio de ofício encaminhado na mesma data ao Ministro José Eduardo Cardozo.
9. Entre junho e dezembro, foram auditados 99 contratos. Os resultados preliminares apresentados pela CGU, em dezembro de 2011, apontaram para indícios de irregularidades como formação de cartel entre fornecedores, direcionamento de licitações, sobrepreço e cobranças indevidas de serviços não prestados ou produtos não entre-

gues. Por isso, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, determinou, em janeiro de 2012, a suspensão de 37 contratos de obras e o cancelamento imediato de quatro, de aluguel de equipamentos.

10. Desde então, já foram lançadas 32 licitações para substituir contratos nos hospitais federais.
11. A CGU está concluindo os relatórios finais das auditorias. O Ministério da Saúde tomará todas as medidas cabíveis para resgatar os recursos que tenham sido desviados dos cofres públicos, apoiando o Ministério Público e a Polícia Federal na responsabilização dos envolvidos.
12. Um novo passo para o aprimoramento dos mecanismos de gestão, controle e monitoramento, inclusive com a instalação de câmeras de segurança, é a implantação de um sistema de informatização nos hospitais federais do Rio. Esse processo já foi iniciado nos hospitais da Lagoa e de Ipanema e será estendido aos demais até o final do ano.
13. O Ministério da Saúde também vai prosseguir no processo de ampliação da transparência das movimentações financeiras. Desde o ano passado, todas as transferências feitas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos estaduais e municipais de saúde têm de ser feitas por meio de contas específicas e completamente rastreáveis.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A próxima etapa é garantir que os pagamentos feitos a fornecedores do SUS estejam integralmente disponíveis para consulta de qualquer cidadão. O Ministério da Saúde fechou acordo com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para que todos os pagamentos possam ser consultados no Portal da Transparência, no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.

Esta é a comunicação do Ministério da Saúde, de 31 de março de 2012.

Avalio, Sr. Presidente, que sejam muito importantes essas ações do Ministério da Saúde.

Eu solicito que sejam aqui anexadas as medidas que estão sendo tomadas para combater desperdícios, melhorar o controle de gastos, aprimorar a gestão e aumentar a fiscalização dos recursos públicos, que estão sendo adotados neste ano pelo ....

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... pelo Ministério da Saúde.

Gostaria, na conclusão, Sr. Presidente, de cumprimentar o Ministro Alexandre Padilha, o Dr. João Marcelo, que é um dos responsáveis por essas medidas que estão sendo tomadas no âmbito do Ministério da Saúde para prevenir e impedir que haja malfeitos como os que foram detectados e apontados nessa reportagem da revista **Veja**. É muito importante que possamos evitar os procedimentos que fazem com que o atendimento dos serviços de saúde do Ministério da Saúde acabem sendo conduzidos de uma maneira inadequada. É importantíssimo, dada a exiguidade dos recursos para a área da saúde, que eles sejam sempre muito bem aplicados e sem desvios dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA À IMPRENSA

A respeito da reportagem "O cruel teorema da saúde", da edição da revista Veja deste sábado (31), a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde esclarece que:

1. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, considera de extrema gravidade os fatos relatados, que se somam a outros fatos já identificados pelo Ministério da Saúde desde o início do processo de reestruturação administrativa dos seis hospitais federais do Rio de Janeiro iniciado em fevereiro de 2011.

2. Já na segunda-feira (26), ao tomar conhecimento ainda preliminar das denúncias contra o ex-assessor Edson Pereira de Oliveira, o ministro solicitou investigação da Polícia Federal e determinou a instauração de procedimento interno do Ministério da Saúde. Na quinta-feira (29), o procedimento interno migrou para a CGU (Controladoria Geral da União), agora também responsável pela investigação.

3. O ex-assessor não faz parte do quadro do Ministério da Saúde desde 27 de dezembro de 2011.

4. Com o objetivo de combater desperdícios, melhorar o controle, aprimorar a gestão e ampliar a qualidade do atendimento, o Ministério da Saúde vem adotando uma série de medidas que demonstram a intolerância com desvios ou irregularidades. Elas têm como foco o aprimoramento contínuo dos processos e das instituições.

5. As medidas adotadas com a reestruturação nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro já geraram uma economia da ordem de R$ 50 milhões.

6. Com relação ao atendimento, foi feita a integração dos hospitais federais com a rede de serviços do Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde reabriu o programa de transplantes de fígado e aumentou em 14% o número de procedimentos cirúrgicos de médio e grande porte. Foram 18.800, em 2010, e 21.500, em 2011.

7. A ação de reestruturação teve início após revisão do sistema de compras do ministério, que demonstrou variações expressivas nos preços de produtos e serviços adquiridos pelos seis hospitais: Andaraí, Lagoa, Servidores, Bonsucesso, Cardoso Fontes e Ipanema. O diagnóstico embasou medidas como a centralização de compras de medicamentos e insumos e início da revisão dos contratos.

8. Para aprofundar a reestruturação, o ministro Alexandre Padilha pediu, em ofício assinado em 13 de abril de 2011, auditoria do Denasus (Departamento Nacional de Auditoria do SUS) e da Controladoria Geral da União (CGU) nos contratos dos hospitais. Também foi solicitado acompanhamento do Ministério

da Justiça, por meio de ofício encaminhado na mesma data ao ministro José Eduardo Cardozo.

9. Entre junho e dezembro, foram auditados 99 contratos. Os resultados preliminares apresentados pela CGU em dezembro de 2011 apontaram para indícios de irregularidades como formação de cartel entre fornecedores, direcionamento de licitações, sobrepreço e cobranças indevidas de serviços não prestados ou produtos não entregues. Por isso, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, determinou, em janeiro de 2012, a suspensão de 37 contratos de obras e o cancelamento imediato de quatro de aluguel de equipamentos.

10. Desde então, já foram lançadas 32 licitações para substituir contratos nos hospitais federais.

11. A CGU está concluindo os relatórios finais das auditorias. O Ministério da Saúde tomará todas as medidas cabíveis para resgatar os recursos que tenham sido desviados dos cofres públicos, apoiando o Ministério Público e a Polícia Federal na responsabilização dos envolvidos.

12. Um novo passo para o aprimoramento dos mecanismos de gestão, controle e monitoramento, inclusive com a instalação de câmeras de segurança, é a implantação de um sistema de informatização nos hospitais federais do Rio. Esse processo já foi iniciado nos hospitais da Lagoa e de Ipanema e será estendido aos demais até o final do ano.

13. O Ministério da Saúde também vai prosseguir no processo de ampliação da transparência das movimentações financeiras. Desde o ano passado, todas as transferências feitas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos estaduais e municipais de saúde têm de ser feitas por meio de contas específicas e completamente rastreáveis. A próxima etapa é garantir que os pagamentos feitos a fornecedores do SUS estejam integralmente disponíveis para consulta de qualquer cidadão. O Ministério da Saúde fechou acordo com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para que todos os pagamentos possam ser consultados no Portal da Transparência, no site do Ministério da Saúde.

Brasília, 31 de março de 2012

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Subsídios a parlamentares (Ações do Ministério da Saúde)

Com o objetivo de combater desperdícios, melhorar o controle de gastos, aprimorar a gestão e aumentar a fiscalização de recursos públicos, o Ministério da Saúde vem adotando uma série de medidas que demonstram a inadmissibilidade de desvios ou qualquer outro tipo de irregularidade que prejudiquem os cofres públicos e a saúde da população. Entre elas, pode-se destacar:

- Realização de 1.001 auditorias e 3.125 visitas técnicas em todo o país, que culminaram no pedido de **ressarcimento de cerca de R$ 211 milhões ao Fundo Nacional de Saúde (FNS);**

- Além das auditorias pontuais, o Ministério da Saúde realizou ações inéditas de fiscalização e de avaliação do acesso e da qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS. Foram elas:

  - ✓ Força-tarefa para verificar funcionamento dos mamógrafos do SUS (abril);
  - ✓ Força-tarefa para avaliar hospitais psiquiátricos de todo o país (julho);
  - ✓ Força-tarefa para avaliar qualidade de exames preventivos contra câncer do colo do útero (agosto);
  - ✓ Ação periódica de auditoria para reforçar fiscalização do Aqui tem Farmácia Popular (outubro);
  - ✓ Ação de fiscalização sobre recursos repassados para tratamento de glaucoma (novembro).

- **Tomada de Contas Especiais:** Em 2011, o Ministério da Saúde instaurou 308 processos de Tomada de Contas Especiais. Com isso, foram restituídos mais de **R$ 5,2 milhões aos cofres públicos, referentes a 118 processos instaurados pelo Ministério** ao longo dos últimos anos. Outros 28 processos simplificados (cujos valores são inferiores a R$ 23 mil) foram inscritos em dívida ativa, o que representa um **retorno potencial de mais R$ 3,6 milhões.**

- Em todo o país, a compra centralizada de produtos estratégicos, a negociação direta do ministério com fornecedores e a adoção de bancos de preços internacionais **geraram economia de R$ 1,7 bilhão nos gastos com a compra de medicamentos e insumos em 2011 em comparação a 2010;**

- Ao combater o desperdício, o Ministério da Saúde conseguiu apresentar progressos que permitiram, por exemplo, **triplicar a oferta gratuita de medicamentos** para hipertensos e diabéticos pelo programa **Saúde Não Tem Preço**.

- **Emenda Constitucional nº 29:** O ano de 2011 também será lembrado pela regulamentação da EC 29. **Os recursos que deverão ser aplicados na saúde pública passaram a ficar claramente definidos.** A regulamentação obriga a União a aplicar na saúde o valor empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Já os estados e o Distrito Federal deverão investir 12% de sua receita, enquanto os municípios devem investir 15%.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS HOSPITAIS FEDERAIS – O Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e a Controladoria Geral da União (CGU) realizaram **auditorias em 99 ıtratações firmadas de 2008 a 2010 nos hospitais federais do Rio de Janeiro.**

- Essas **auditorias foram solicitadas pelo próprio ministro Alexandre Padilha**, em abril de 2011, quando também foi solicitado o acompanhamento do Ministério da Justiça;
- Após análises preliminares que apontaram para desperdício de recursos **foram suspensos 37 contratos de obras e engenharia** nos hospitais Andaraí, Lagoa, Ipanema, Cardoso Fontes, Servidores do Estado e Bonsucesso;
- Outros **quatro contratos de locação de equipamentos** nestes hospitais foram **cancelados;**

- Além das suspensões e cancelamentos, foram **abertas 32 novas licitações para substituir todos os contratos em andamento** nos hospitais federais;
- Medidas de aprimoramento de gestão adotadas desde janeiro de 2011 nos hospitais federais do Rio de Janeiro, como a centralização de compras e a padronização das contratações, além de ajustes de contratos, geraram **economia da ordem de R$ 50 milhões;**
- No hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, foram gastos R$ 70 milhões para aquisição de insumos, como gases e compressas, e medicamentos, em 2010. Em 2011, o mesmo hospital, gastou R$ 57 milhões com essas compras, o que significou **economia de R$ 13 milhões;**
- A readequação de sete contratos de aluguel de equipamentos de videocirurgia, endoscopia e hemodiálise nos hospitais do Rio de Janeiro já reduziu o valor mensal pago de R$ 1.886.421,55 para R$ 1.062.961,73 – uma **economia de 43,6% por mês;**

- O sistema de controle dos estoques dos hospitais foi aperfeiçoado para conter perdas;

- O planejamento de aquisição de insumos e medicamentos foi refeito de forma a permitir uma **melhora na avaliação das necessidades e dos procedimentos licitatórios.**
- Todas as licitações para aluguel de equipamentos, obras e serviços nos seis hospitais passam a ser centralizadas pelo DGH. Além de ganhar escala e poder de barganha, a unificação permite a uniformização das aquisições, **ampliando a transparência e facilitando a fiscalização.**
- Instauração de auditorias para **apurar a regularidade de contratos administrativos pelos três institutos federais:** Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras;

TRANSPARÊNCIA NO SUS – O Ministério da Saúde vem intensificando ações de controle e transparência para combater o desperdício de recursos do Sistema Único de Saúde. Algumas delas são:

- **Carta SUS** – Estimula o cidadão que foi internado na rede pública a avaliar o serviço e denunciar qualquer irregularidade como cobrança indevida;
- **Portal da Transparência do SUS** - torna públicas informações sobre repasses de recursos federais a estados e municípios e permite o acompanhamento das licitações em curso;
- **Ouvidoria 136** - utilizado para denúncias e queixas de todos os cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Suplicy, V. Exª será atendido na forma regimental no tocante aos documentos a que fez referência.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Na esteira do que acabou de falar o Senador Eduardo Suplicy sobre a questão da saúde, eu queria fazer um registro.

O Movimento Saúde Rio Grande, composto por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, secção Rio Grande do Sul; Associação Brasileira em Defesa dos Usuários do Sistema de Saúde; Associação Médica do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina e outras entidades, tem por objetivo destacar que o Governo do Estado não cumpre os percentuais mínimos de investimentos na saúde, determinados por lei.

Todos sabemos que a falta de recursos na área da saúde é o principal motivo do caos nas emergências dos hospitais gaúchos, da falta de leitos e das filas de espera por atendimento.

No ano passado, segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo estadual deixou de aplicar, na área da saúde, mais de um bilhão de reais, a metade do que deveria ser destinado para cuidar da saúde dos gaúchos. Os últimos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde mostram que o Estado do Rio Grande do Sul é o que menos investe na área da saúde, quando comparado com outros Estados da nossa Federação. São investidos somente 5% do orçamento do Estado na saúde, um setor vital para a população e que a Constituição Federal define como direito de todos e dever do Estado. A previsão de receitas de impostos e transferências para o Estado gaúcho é da ordem de R$40 bilhões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senadora Vanessa, V. Exª tem o tempo regimental.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Eu só gostaria, antes de iniciar o meu pronunciamento, Senador Pedro Taques, de me solidarizar com a Senadora Ana Amélia e de dizer que, infelizmente, o Rio Grande do Sul apresenta problemas não apenas na área da saúde, na área de educação, tem sido um dos Estados a alardear a impossibilidade do pagamento do piso salarial dos professores, do magistério brasileiro, que não chega a R$1.600,00. É lamentável que isso ocorra. Um Estado que tem uma renda *per capita* bem inferior à do Rio Grande do Sul, como o meu Estado, o Amazonas, aplica além daquilo que a Constituição determina para a saúde e também para o salário dos professores.

Somo-me a V. Exª em relação à preocupação que levanta aqui, Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, no próximo dia 7 de abril, sábado, portanto, estaremos comemorando a passagem do Dia do Jornalista. Como Senadora pelo PCdoB e, mais do que isso, como cidadã que compreende a importância da imprensa no País, eu não poderia deixar que esta data passasse em branco. E não poderia também deixar de falar a respeito do assunto.

Nós, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que já vivemos as agruras dos dias de chumbo, da falta de democracia, sabemos perfeitamente da importância desse profissional, do jornalista para o processo de formação e fortalecimento da democracia em nosso País.

Em poucas palavras, o jornalista pode ser considerado o divisor de águas, é o fiel escudeiro da democracia. É ele, Sr. Presidente, quem informa à população sobre temas de interesse da sociedade e é ele também que registra os fatos positivos e denuncia onde estão ocorrendo os erros, os desmandos, a corrupção, cobrando as providências por parte das autoridades públicas. Ao fazerem isso, os jornalistas assumem a função básica, a meu ver fundamental, de educar ou ajudar no processo da educação da sociedade e do fortalecimento da democracia.

Para isso, é necessário que o jornalista, para que cumpra perfeitamente as suas premissas no seu campo de trabalho, esteja muito bem preparado, como qualquer outra categoria. Um médico, para exercer a sua atividade tem que estar bem preparado. O farmacêutico, para exercer bem a sua atividade tem que estar bem preparado. Assim é com advogados, com engenheiros, com professores, enfim, com todas as profissões, e também deve ser com os jornalistas.

E digo isso porque o jornalista, quando escreve, ele não escreve somente para aquela pessoa ou aquelas pessoas que tiveram a oportunidade e a felicidade de concluir um curso superior. Escrevem para doutores, para pessoas extremamente preparadas em determinados assuntos, mas ele escreve, ao mesmo tempo, para aqueles, brasileiros e brasileiras. que não tiveram a felicidade e a oportunidade de desenvolver um estudo formal mais sólido. Portanto, o jornalista deve ser uma pessoa, poderia dizer, com jogo de cin-

tura, que saiba usar muito bem as palavras, que tenha uma boa cultura geral para que seja capaz de atingir todos os tipos e todos os níveis da nossa população, todos os extratos da nossa sociedade.

E se essa já era uma grande responsabilidade quando o rádio e a televisão apenas engatinhavam, hoje a responsabilidade é ainda maior. Vivemos na era da informação instantânea, da TV a cabo, da TV interativa, do **blog**, do **Ttwitter**, do **Facebook**, enfim, das mídias sociais também e, se o jornalista não for uma pessoa bem preparada para essa realidade, como esperar que ele desempenhe esse papel de educar, mas educar para a democracia?

É por esse motivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que nesse momento em felicito, em que cumprimento, em que saúdo todos os jornalistas e as jornalistas do Brasil pela passagem do seu dia, no próximo sábado, eu não poderia deixar de lembrar aqui de uma grande injustiça que foi cometida contra essa categoria justamente por aqueles que têm sobre si a responsabilidade maior de guardar as leis e a Constituição: o Supremo Tribunal Federal.

Em 2009, ao decidir pela não-obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, o Supremo deu um duro golpe contra todos aqueles que acreditam na liberdade de imprensa, que acreditam que uma Imprensa livre é imprescindível para o jogo democrático.

Como permitir que a veiculação de informações tão importantes para a sociedade fique eventualmente nas mãos de pessoas despreparadas, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista ético?

Foi por isso que, desde o primeiro momento, me posicionei ao lado dos jornalistas, ainda como Deputada Federal, subscrevendo a PEC n° 386, de 2009, que determina a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Aqui no Senado, essa luta também foi encampada desde o início por diversos Senadores, entre eles gostaria de destacar duas grandes figuras: primeiro, o Senador Antônio Carlos Valadares, autor do Projeto de Emenda Constitucional n.° 033/2009, e o Senador Inácio Arruda, relator da matéria e grande articulador para sua aprovação em primeiro turno.

De fato, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, entendo que faltou ao Poder Judiciário a capacidade de um melhor entendimento da matéria, talvez um diálogo mais profundo com os próprios profissionais do jornalismo.´

Quero lembrar aqui que essa medida, adotada pelo Supremo em 2009, não afeta apenas os jornalistas, mas também outras categorias. É bem verdade que para ser um articulista ou mesmo colunista não é exigido o diploma, de ninguém se exige diploma, mas jornalista é outra coisa, é uma profissão de uma responsabilidade muito maior, e isso pode acontecer, a liberação da exigência do diploma, como aconteceu com os jornalistas, pode acontecer com qualquer outra profissão amanhã.

Portanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal constitui, a meu ver, uma verdadeira afronta ao mundo trabalhista e atinge uma categoria muito importante para o processo de formação, repito, do povo brasileiro e da própria democracia.

Antes de suspender a exigência do diploma de jornalista, deveríamos fazer justamente o contrário! Deveríamos exigir uma formação mais sólida, mais acurada, com mais cultura, mais conhecimento e mais leitura. Aí, sim, estaríamos dando uma grande e valiosa contribuição para esses profissionais e para a própria democracia!

Muitas vezes preparamos o jornalista para uma função técnica, sem dotá-lo dos instrumentos para uma análise mais aprofundada da sociedade. É preciso abandonar um pouco o estereótipo de que jornalista deve apenas descrever o fato, de forma imparcial, e partir para um novo conceito, no qual o profissional também pode e deve analisar os fatos que descreve, mas sempre, sempre devendo fidelidade às informações e aos próprios fatos, para que não se permita a manipulação tendenciosa da realidade, que ela não seja tendencial, ou que não se desvirtue de uma realidade, Sr. Presidente.

Mas, para isso, é preciso – repito – que eles ou elas tenham uma sólida formação histórica, humana, social e, ao mesmo tempo, antropológica.

Agora, quando o Supremo acaba com a exigência do diploma de jornalista, ele torna medíocre o exercício dessa profissão e sinaliza para a sociedade: Olha, agora, qualquer um pode ser jornalista, porque não precisa mais ter diploma. Qualquer pessoa pode ser jornalista.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não vejo isso com bons olhos. Penso que não é bom para os jornalistas, não é bom para a sociedade, não é bom para o Brasil. Tenho plena convicção de que o Congresso Nacional, de modo geral, e o Senado da República, em particular, devem se posicionar contra esse verdadeiro atentado que foi cometido contra os jornalistas neste País, aprovando o quanto antes os projetos de emenda à Constituição que estão em tramitação.

Inclusive votando – já concedo o aparte a V. Exª, Senadora Ana Amélia –, em segundo turno, o Projeto de Emenda Constitucional nº 33, de 2009, repito, de autoria do Senador Valadares, que teve a sua votação

em primeiro turno, neste plenário, no dia 30 de novembro do ano passado, e contou com 65 votos favoráveis contra somente sete votos, o que mostra claramente a posição majoritária desta Casa a favor dos jornalistas e a favor da exigência do diploma.

Entendo que defender a valorização dos jornalistas, antes de ser uma questão meramente corporativa, é defender a valorização de um profissional de fundamental importância para a sociedade democrática.

Concedo o aparte a V. Exª, Senadora.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, fico muito feliz por vê-la tratando deste tema. Ontem também usei a tribuna, onde V. Exª está, para falar do mesmo tema, porque recebi a visita do Presidente do Sindicato dos Jornalistas do meu Estado fazendo referência ao apelo para apressar a votação, em segundo turno, da PEC nº 33, que teve também o apoiamento do Senador Inácio Arruda, do seu partido. É fundamental. Sou egressa de uma faculdade de comunicação; portanto, por coerência também, preciso, como jornalista por quarenta anos, apoiar essa iniciativa. Faço um registro a respeito do julgamento do Supremo Tribunal Federal, que aboliu a exigência do diploma: o Ministro Marco Aurélio Melo foi a voz solitária que manteve a exigência do diploma de jornalista no exercício dessa importante missão; cada vez mais importante, pelo que estamos vendo hoje acontecer em nosso País, particularmente nesta Casa. Cumprimento-a, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e concluo nesse um minuto que V. Exª tão gentilmente me concede.

Senadora Ana Amélia, quero aqui homenagear todos os jornalistas e todas as jornalistas do Brasil, homenageando V. Exª, que não apenas é jornalista por formação, mas em vida fez desta a sua profissão do dia a dia, e melhor que eu, porque milita na área e sabe da necessidade, da importância de uma boa, de uma sólida formação desses profissionais. Tenho dito ultimamente que a tarefa de educar não está mais só sobre a escola, sobre a educação formal, não está mais sobre a família, mas principalmente sobre os meios de comunicação.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma. Senado e Câmara, majoritariamente, já mostraram a sua posição. E nós precisamos disso, Senadora Ana Amélia. Conte comigo, conte com o Senador Inácio Arruda, que foi o relator da PEC, para que votemos imediatamente em segundo turno.

Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, no próximo dia 7 de abril estaremos comemorando o Dia do Jornalista. Como Senadora pelo PC do B e, mais do que isso, como militante de esquerda, não poderia deixar que esta data passasse em branco.

Nós, que já vivemos as agruras dos dias de chumbo, bem sabemos da importância do jornalista para a democracia.

Em poucas palavras, o jornalista é o divisor de águas, é o fiel escudeiro da democracia. É ele quem denuncia onde estão ocorrendo os erros, os desmandos, a corrupção, cobrando as providências por parte das autoridades públicas. Ao fazerem isso, os jornalistas assumem a função básica e, a meu ver fundamental, de educar a sociedade para a democracia.

Para isso, é necessário que o jornalista esteja bem preparado. Sim, porque ele deverá escrever tanto para o PhD, quanto para o semi-analfabeto. Portanto, deve ser uma pessoa com jogo de cintura, que saiba usar muito bem as palavras, que tenha uma boa cultura geral, para que seja capaz de atingir todos os tipos de público.

Se essa era uma grande responsabilidade quando o rádio e a televisão apenas engatinhavam, hoje ela é muito maior. Vivemos na era da informação instantânea, da TV a cabo, do Blog, do Twitter. Se o jornalista não for uma pessoa bem preparada para essa realidade, como esperar que ele desempenhe esse papel de educar para a democracia?

Por esse motivo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste momento em que felicito todos os jornalistas do Brasil pela passagem do seu dia, não poderia deixar de lembrar aqui de uma grande injustiça que foi cometida contra eles, justamente por aqueles que têm sobre si a responsabilidade maior de guardar as leis e a Constituição: o Supremo Tribunal Federal.

Em 2009, ao decidir pela não obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, o Supremo deu um duro golpe em todos aqueles que acreditam na liberdade de imprensa, que acreditam que uma imprensa livre é imprescindível para o jogo democrático.

Como permitir que a veiculação de informações tão importantes para a sociedade fique eventualmente nas mãos de pessoas despreparadas, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista ético?

Foi por isso que, desde o primeiro momento, me posicionei ao lado dos jornalistas, ainda como Deputada Federal, subscrevendo a PEC n° 386/2009, que determina a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Aqui no Senado,

essa luta também foi encampada, desde o início, pelo Senador Antônio Carlos Valadares, por meio da PEC n.° 033/2009, e pelo Senador Inácio Arruda, relator da matéria, e grande articulador para sua aprovação em primeiro turno.

De fato, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, houve uma incoerência muito grande do Poder Judiciário. Lembro que essa medida não afeta apenas os jornalistas, mas também outras categorias. É bem verdade que, para ser um articulista ou mesmo colunista, não é exigido o diploma; mas jornalista é outra coisa, é uma profissão de muito maior responsabilidade, e isso pode acontecer com qualquer outra profissão amanhã.

A decisão do STF constitui, a meu ver, uma verdadeira afronta ao mundo trabalhista e atinge uma categoria muito importante para a democracia.

Antes de suspender a exigência do diploma de jornalista, deveríamos fazer justamente o contrário! Deveríamos exigir uma formação mais sólida, mais acurada, com mais cultura, mais conhecimento e mais leitura. Aí sim, estaríamos dando uma grande e valiosa contribuição para esses profissionais e para a democracia!

Muitas vezes, preparamos o jornalista para uma função técnica, sem dotá-lo dos instrumentos para uma análise mais aprofundada da sociedade. É preciso abandonar um pouco o estereótipo de que jornalista deve apenas descrever o fato, de forma imparcial, e partir para um novo conceito, no qual esse profissional também analisa os fatos que descreve. Mas, para isso, e preciso que ele tenha uma sólida formação histórica, humana, social e, mesmo, antropológica.

Agora, quando o Supremo acaba com a exigência do diploma de jornalista, ele torna medíocre o exercício dessa profissão e sinaliza para a sociedade: "Olha, agora qualquer um pode ser jornalista".

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, isso é muito ruim. É ruim para os jornalistas, ruim para a democracia, ruim para o Brasil.

Acredito que o Congresso Nacional, de modo geral, e o Senado da República, de forma mais particular, devem se posicionar contra esse verdadeiro atentado que foi cometido contra os jornalistas neste País, aprovando, o quanto antes, as PECs que estão em tramitação.

Defender a valorização dos jornalistas, antes de ser uma questão meramente corporativa, é defender a valorização de um profissional de fundamental importância para a sociedade democrática. E digo isso com muita tranqüilidade. A tranqüilidade de quem sempre militou na esquerda, sempre defendeu a liberdade de imprensa e a valorização dos trabalhadores, em especial, dos jornalistas.

O fato, Sr. Presidente, é que nas sociedades onde há democracia o jornalismo encontra-se a seu serviço, Não existe registro, no mundo atual, de algum país democrático sem imprensa livre. Isso porque, numa democracia, a imprensa desempenha algumas funções básicas, muito bem definidas pelo pensador norte-americano Michael Schudson, que fortalecem a própria democracia:

– Primeira, obviamente, informar o público;
– Segunda, investigar a ação dos agentes políticos;
– Terceira, analisar os fatos, para que estes se tornem mais compreensíveis ao grande público;
– Quarta, dar visibilidade às minorias e aos excluídos;
– Quinta, gerar um espaço público de debates, no que a internet desempenha um papel cada vez mais fundamental;
– Sexta, atuar como um agente de mobilização social, galvanizando a atenção do público para temas de grande importância; e
– Sétima e última função, divulgar a própria democracia.

Além disso, se considerarmos a era digital em que vivemos, em que a informação circula numa velocidade espantosa, veremos que o jornalista desempenha uma função ainda mais fundamentai: cabe a ele resgatar a legitimidade que se perde, muitas vezes, no labirinto do cyber espaço, onde o internauta sofre um verdadeiro bombardeamento de dados, muitos dos quais sem comprovação e que pouco refletem a realidade.

O compromisso de um jornalismo ético e responsável mostra-se imprescindível na era digital, para que as pessoas não confundam matéria de qualidade, apurada e verificada de modo responsável por um profissional capacitado, com qualquer informação postada na internet, sem escrúpulo de nenhuma natureza.

Essa é, portanto, a responsabilidade do jornalista no século XXI.

Por tudo isso que acabei de mencionar, Senhor Presidente, a melhor maneira de esta Casa parabenizar os jornalistas pela passagem do seu dia, neste 7 de abril, é aprovando, sem mais delongas, as PECs que restauram a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Esse é o anseio, não apenas dos jornalistas, mas de todos que estão verdadeiramente comprometidos com a democracia!

Era o que eu tinha a dizer nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Falará, pela Liderança, o Senador Walter Pinheiro.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu me esqueci de pedir que fosse considerado como lido meu pronunciamento, que é uma homenagem aos jornalistas. Não pude fazê-lo na íntegra por falta de tempo, mas peço que V. Exª considere.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pelo tempo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde hoje, eu diria até muito chateado. Eu estive em Brasília no dia 4 de janeiro deste ano, portanto os trabalhos legislativos sequer estavam abertos, e nós alertamos diversos órgãos do Governo Federal sobre a situação que estava por vir. Refiro-me, Senadora Ana Amélia, à situação que os gaúchos estão enfrentando, e enfrentaram de forma muito dura – o Governo inclusive deslocou ministros e diversas pessoas para visitarem o Rio Grande do Sul. Não estou fazendo nenhuma comparação com o Rio Grande do Sul, apenas estou dizendo que é importante lembrar que o Nordeste convive com essa situação de seca permanentemente e, portanto, precisamos sim de ações emergenciais, mas precisamos de liberação de recursos para ações perenizadoras. Porque, senão, cada ano é isso.

Portanto, estive aqui no dia 4, estive aqui no dia 26 de janeiro, passei o mês de fevereiro todo, fizemos diversas movimentações junto aos ministérios. Ainda no mês de março, tivemos a presença do Ministro da Integração Nacional em Salvador assinando o convênio. Cobramos do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração. Ontem, à noite, estive com o Ministro Guido Mantega que, de forma muito sensível, imediatamente autorizou que um dos seus assessores e ao mesmo tempo secretário pudesse encaminhar o processo de renegociação de dívidas ou, inclusive, até uma coisa que eu levantei, Senadora Ana Amélia: não basta só renegociar a dívida, é necessário liberar um crédito emergencial para essa gente. Portanto, o Guido Mantega foi extremamente solícito, disparando isso ontem à noite, porque tem que movimentar o Conselho Monetário. Mas a minha reclamação aqui é a morosidade na liberação de recursos por parte do Ministério. Quem está morrendo de sede e fome não espera, nem pode esperar. Então, não dá para ser assim.

Estou cobrando aqui, efetivamente, isso – falei hoje com o Ministro Pepe –, a liberação dos processos do Seguro Safra, que não dependem de nenhum tipo de dotação orçamentária, não dependem de limite financeiro, basta a constatação; basta, inclusive, a comprovação; basta a decretação de emergência.

Estamos em uma situação gravíssima, Senador Pedro Taques. Estou falando em nome do Nordeste, mas, particularmente, no caso da Bahia. Nós solicitamos ao Ministério da Integração Nacional, que liberou R$10 milhões. Nós já tínhamos avisado: Ministro, essa quantia não é suficiente para atender à demanda de mais de 158 Municípios da Bahia que estão em situação de calamidade. Precisamos de mais R$20 milhões. Precisamos de mais recursos.

Portanto, quero fazer essa cobrança aqui, de público, porque passei hoje, por exemplo, a manhã inteira em uma relação com o Ministério da Integração Nacional. Aí o Ministro está ocupado, não sei quem está aqui, está ali, acolá. Estou fazendo essa cobrança de público. Não dá mais para isso.

Estamos solicitando, inclusive, uma audiência com o Governador do Estado e a Presidência da República para tratarmos dessa questão, que não é de brincadeira. Nós estamos enfrentando uma situação das piores. Todos os técnicos da área nos dizem, Senador Pedro Taques, que, nos últimos 30 anos, essa é a seca mais forte que a Bahia enfrenta. E nós não estamos propondo acabar com a seca. Eu não sou maluco! Com a seca se convive, mas se convive com políticas. Agora, é necessário ações emergenciais; é necessário que atitudes sejam tomadas. É necessário que se chegue com um elemento fundamental para que essas pessoas possam enfrentar essa dificuldade, que é a água e a comida. Portanto, não dá para ficar nessa morosidade, nem na letargia da burocracia para tentar promover a liberação de recursos.

Então, estamos fazendo um apelo dramático para essa situação. Não estamos tratando de brincadeira. Não é para fazer liberação de emendas, para ficar em um empurra-empurra, daqui vai para ali, vai para acolá. Mesmo que liberem recursos para compra de máquinas, vamos nos preparar para o futuro, e a expectativa é não chover nessa região nos próximos 60 dias. Portanto, quem convive com essas áreas é que efetivamente sabe. É fácil alguém, daqui de cima, ficar falando: Ah, falta o documento, vai mandar não sei o quê. Vai para lá, índio velho, para viver na seca lá, ver um animal morrer, ou uma criança não ter água para beber! Não é essa realidade que muita gente experimenta de longe.

Então, essa situação não pode ser tratada assim. E não é um caso isolado, nós não temos um, dois Municípios. A Bahia tem 70% do seu território no semi-árido. Setenta por cento do território! Portanto, nós estamos convivendo...

Tem projetos em curso? Tem. Nós estamos com vários projetos de adutoras em obra. Mas até essa obra ficar pronta milhares de pessoas já se foram.

Portanto, não é possível que essa questão seja tratada dessa mesma maneira. Volto a insistir, Senador Pedro Taques, não havia nenhuma condição de adivinho de minha parte, quando, em janeiro, tratamos esta questão aqui. É simplesmente você conviver com uma realidade que bate à porta todo ano, a todo momento, a cada instante.

Portanto, fica aqui para a Ministra do Planejamento, para a Ministra das Relações Institucionais, que ontem me informou que está liberando um empenho de R$25 milhões para o MDA, que é preciso chegar esse limite financeiro para o MDA autorizar a compra de máquinas, até para as pessoas poderem preparar o próximo passo, porque, mesmo se não fizermos nada agora, quando a chuva chegar, a chuva bate e vai embora.

Fazer aguada não é deleite, não é fazer lago. Fazer aguada é para retenção de água. É para isso que se cava tanque. É para isso que se faz aguada.

Esse debate, por exemplo, da renegociação da dívida, o Senador Acir abriu desde cedo na Comissão de Agricultura. O Senador Vital do Rêgo tem feito inclusive esse apelo veemente aqui.

Portanto, está na hora de nós, de certa forma, agirmos com isso, porque não dá mais para atravessar nenhuma barreira, a barreira da burocracia; porque, até a gente chegar lá, acabou, não vai dar tempo.

Então, eu estou aqui muito indignado fazendo este pronunciamento, porque sei que as coisas não podem ser tratadas desse jeito. Nós não estamos brincando.

E desafio aqui. Eu não ando em ministério atrás de história de liberação de emenda. Eu não ando em ministério atrás desse tipo de coisa. Tem ministério, inclusive nosso, que eu nunca nem fui. Não faço questão de ser recebido por ministro. Agora, os ministros precisam olhar para esta situação a partir do que é informado a eles. Essa é a diferença.

Portanto, eu quero que tenhamos respostas eficazes e coisas concretas para que possamos, inclusive, levar para essa gente a esperança.

Senadora Ana Amélia.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Pedro Taques, eu sei que o Regimento Interno não permite apartes em comunicação de liderança. Mas penso que V. Exª tem uma grande sensibilidade política, porque a veemência do Senador Walter Pinheiro e as imagens, que falam mais que do que mil palavras, vistas hoje, pela manhã, no Bom Dia Brasil, da seca que pega a Bahia... Eu vi as imagens e vi o meu Estado, Senador Walter Pinheiro. A burocracia não pode matar não só os animais, mas matar de sede...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Matar gente!

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) –... pela falta de liberação, na hora certa, desse recurso. Concordo plenamente com V. Exª. A sua indignação é também a minha, quando temos que percorrer os ministérios, porque não vamos tratar de liberação de verbas, mas atender questões coletivas e de forma republicana. Cumprimentos a V. Exª. V. Exª tem a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, V. Exª sabe que o Regimento Interno não permite, mas o Regimento Interno não pode se sobrepor à Constituição da República, que dá o direito a V. Exª de parlar, que é falar. Assim, aplicando o princípio da razoabilidade, V. Exª tem o direito de falar.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita, da mesma maneira, o Senador Acir e eu também. Em seguida, eu gostaria de compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Suplicy, em homenagem ao princípio da razoabilidade, V. Exª terá um minuto para o aparte e o Senador Acir, um minuto. E eu passo, ao último minuto desses três, ao Senador Walter, para fazer o encerramento da fala.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Walter Pereira, quero também...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pereira não! Pinheiro, Suplicy. Pelo amor de Deus, não complete minha ira. (Risos)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Walter Pinheiro, a veemência de V. Exª, às vezes, transforma tudo o que acontece ao redor de V. Exª. Inclusive, tenho certeza de que ela vai transformar a dedicação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social para prover a água devidamente para a Bahia. Tenho certeza.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Senador Walter Pinheiro, só para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que nós estamos juntos nesta linha de pensamento. Assim como lá na sua Bahia tem a seca, lá na nossa Rondônia tem o excesso de chuva. As estradas se acabaram. A BR–364 está praticamente interrompida, as vicinais não têm acesso. Então, é um momento em que precisamos ter o apoio do Ministério. É nesta hora que o Ministério precisa nos ajudar. Se não ajudar agora, vai ajudar a que hora? Quando estiver tudo bem? Aí não temos a necessidade. Por isso,

congratulo-me com V. Exª pelo seu pronunciamento. Muito obrigado e meus cumprimentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero só dizer o seguinte: o motivo da minha insatisfação é que eu não vim aqui... Acho que a Senadora Ana Amélia colocou muito bem, ao falar das imagens que apareceram ontem. Eu não vim aqui depois das imagens. Nós não estamos vindo aqui depois do fato consumado. Esta deve ser, só neste período do mês de março, talvez a quarta vez que eu uso esta tribuna para falar desta questão. Deve ser a quarta vez só neste mês. E volto a insistir: desde janeiro. Então, ninguém pode nos acusar de que esperamos o fato acontecer.

Agora, viemos aqui, colocamos a questão, cobramos atitude e, agora, nós estamos com a situação instalada. Então, não pode ser um processo de jogo de empurra, de ministro ficar dizendo que está faltando limite financeiro. A ação de defesa civil, meu caro Acir, não pode ficar dependendo de limite financeiro. Há um limite que se chama vida! Esta é a ação veemente para a qual precisamos ter resposta.

Era isso, Sr. Presidente. Desculpem-me, os telespectadores, por toda a minha ira, mas, na verdade, nós não estamos tratando de uma coisa que dá para fazer sem esta indignação. Perdoem-me, as pessoas, pela forma. Não é natural eu fazer isso, mas há coisas que batem no limite. Hoje, inclusive, falei ao governador. Eu disse: "Olha, governador, bateu na minha paciência. Ultrapassou o limite". Eu venho fazendo tranquilo, falando, falando, falando. Mas tem hora também que não dá. Acho que, hoje, eu até diria que, como a gente está falando de falta d'água, eu não posso nem dizer que a água chegou ao nariz. Porque nem água chegou. O que chegou foi a ira mesmo. Eu nem gosto de tratar nestes termos, mas é algo que mexeu, efetivamente, neste dia. E estamos brincando, com muita gente falando em Páscoa. Mas que Páscoa vão fazer milhões de nordestinos, nesta sexta e sábado agora? Portanto, não dá para tratar desse jeito.

É esse o apelo que faço veementemente, para que as coisas possam andar e para que, minimamente, essas pessoas tenham direito ao acesso à água neste momento de dificuldade que enfrentam.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Perdoe-me mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim, Senador Walter, que nós sejamos quentes ou frios, não mornos. V. Exª não é morno. Parabéns pela sua fala!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só me inscrever para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Acir, V. Exª será inscrito na forma regimental.

A próxima oradora é a Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Amélia, público aqui presente, vejam como é importante o Congresso Nacional e os debates que se fazem nas Comissões.

Tenho o privilégio de ser membro de uma Comissão do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e, agora, Senador Acir, sou Presidente da Subcomissão Permanente da Água. Hoje, houve a primeira reunião dessa Subcomissão, instalada no início deste mês. Foi uma audiência pública com a presença da Ministra Izabella Teixeira, com a presença de Benedito Braga, Presidente do Comitê do Fórum Mundial da Água, e também de Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Vejo o Senador Walter Pinheiro, da tribuna, manifestar sua indignação com a falta de agilidade ou sua frustração com a burocracia, com o engessamento da máquina pública, que não consegue socorrer a tempo aquele cidadão que está passando por um momento de desespero. Quero dizer que este Congresso Nacional tem a responsabilidade de buscar os mecanismos para dar a agilidade necessária a todos os fatores essenciais à sobrevida do ser humano, à vida do ser humano. Foi muito oportuna a fala do Senador Walter Pinheiro.

Dentro da mesma linha, venho falar sobre a agricultura deste País, Senador Presidente Pedro Taques e Senador Acir Gurgacz, Senador por Rondônia, meu conterrâneo do Estado do Paraná, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Ontem, a Presidente Dilma Rousseff lançou novas medidas no Plano Brasil Maior. Afinal, o Brasil experimenta uma crise no setor industrial responsável, negativamente, pelo reduzido crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ontem, desta tribuna, falei das dificuldades da indústria e, hoje, venho falar do setor que sustentou o crescimento de 2,7% do PIB, o agronegócio, a agricul-

tura e a pecuária brasileira, seja a agricultura familiar, seja a agricultura do grande produtor rural deste País. Afinal, o PIB do agronegócio brasileiro, estimado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, cresceu mais que o dobro do PIB nacional calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto o agronegócio avançou 5,73%, a economia como um todo expandiu 2,7%, segundo o IBGE. Com isso, a participação do agronegócio no PIB nacional aumentou de 21,78%, em 2010, para 22,74% em 2011.

Preços altos e volumes recordes de produção levaram o PIB do setor a R$942 bilhões, mesmo com os eventos climáticos desfavoráveis, principalmente no Sul do País, no Estado do Paraná e no Estado do Rio Grande do Sul. E isso ocorreu porque os efeitos da crise, a partir do segundo semestre, reduziram o ritmo de expansão. Afinal, em 2010, o PIB do agronegócio subiu 7,3%. A safra de grãos e de fibras atingiu um recorde de 162,8 milhões de toneladas no ano, favorecendo o resultado positivo do setor.

No ano passado, o melhor desempenho ocorreu da "porteira para dentro". O mercado de insumos para a agropecuária, como fertilizantes e rações, cresceu 11,4% no ano, enquanto a produção no campo, considerando lavoura e pecuária, aumentou 10,8%. Só nas lavouras, o avanço foi de 12,1%, com destaque para o algodão, cujo faturamento mais que duplicou. O PIB da pecuária subiu 8,8%. Mas, nesse caso, a alta de 8% nos preços médios foi a responsável pelo avanço, pois o volume de produção permaneceu estável. A produção de frango cresceu 30% no ano passado; a produção de leite cresceu 10%; e a produção de ovos cresceu 17%.

Entre todas as atividades do agronegócio, a indústria teve o desempenho mais modesto, encerrando o ano passado com variação de 0,66% positivamente no PIB. Das treze indústrias analisadas, apenas três cresceram: café, óleos vegetais e alimentos. Essas três indústrias estão ligadas ao setor da produção de alimentos neste País.

Segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o PIB do setor agropecuário em separado cresceu 10,83% no ano passado. A alta dos insumos, no entanto, reduziu a margem de lucro para os produtores rurais.

Atenção, Srªs e Srs. Senadores, em 2012, dificilmente, o bom resultado será repetido. Os preços das **commodities** não vão ajudar tanto como em 2011 e poderão ter efeito negativo no PIB. Além disso, como os efeitos da estiagem do início deste ano nas lavouras ainda são desconhecidos, há dúvida sobre a contribuição dos volumes produzidos no resultado geral.

Sendo assim, tal como a indústria brasileira, que, de forma correta e legítima, obteve a atenção e o socorro do Governo Federal, penso que o agronegócio, que, repito, sustentou o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro em 2011, merece todos os cuidados possíveis.

Por isso, exalto as necessidades e as demandas do setor apresentadas como sugestão para o Plano Safra 2012/2013.

Na semana passada, em Curitiba, foram apresentadas as últimas solicitações dos representantes do setor produtivo paranaense para o Plano Safra 2012/2013.

As proposições foram repassadas ao Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, o Sr. Caio Rocha. O documento com as propostas do Paraná cita medidas de melhorias para a política agrícola federal relacionadas ao apoio à produção, ao crédito de custeio, a programas de investimento, ao seguro agrícola, à comercialização, ao Proagro, ao Pronaf, entre outras proposições.

Aqui, quero citar também a necessidade de regulamentação do Fundo de Aval. O Fundo de Aval, que ainda depende de regulamentação, mas já aprovado pelo Congresso Nacional, vai garantir ao produtor brasileiro o direito à renda anual, não somente o Seguro Safra, ou seja, o seguro do custeio de sua safra. Uma vez que há a frustração de uma safra, o seguro hoje existente banca o seu custo. Mas como fica a alimentação do cidadão que vive no meio rural? Vejo a indignação do Senador Walter Pinheiro, a qual também vai nesse sentido.

O documento, Sr. Presidente, foi elaborado com a participação de produtores e de todos os setores organizados do meu Estado, entre eles a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) e também a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.

O documento pede o aumento dos recursos disponibilizados num total de R$150 bilhões, sendo R$128 bilhões para a agricultura empresarial e R$22 bilhões para a agricultura familiar.

O setor produtivo do Paraná também reivindica a redução da taxa de juros do crédito rural dos atuais 6,75% para 5,75% ao ano. Afinal, a taxa Selic caiu dez pontos percentuais nos últimos sete anos, enquanto a taxa de juros controlados decresceu apenas dois pontos percentuais.

Outra preocupação diz respeito ao Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) e ao

Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO). Para ambos os programas, pleitea-se um aumento do limite.

Além disso, o setor pede a estruturação e a ampliação do sistema de seguro rural.

No total, são mais de 70 propostas para a melhoria das condições de produção e renda da agropecuária.

O valor de R$107,2 bilhões disponibilizado no ano passado foi equivalente apenas à correção dos índices inflacionários.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Peço-lhe um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Para calcular o investimento no Plano Safra 2012/2013, é necessário levar em consideração o aumento do limite de crédito por produtor e a elevação dos custos de produção, que, na safra anterior, foi, em média, 15% maior para os produtores paranaenses e, por consequência, para os produtores brasileiros.

Enfim, Srªs e Srs Senadores, o Governo Federal fez muito bem em socorrer o setor industrial brasileiro em função das dificuldades que enfrenta. Entretanto, é imperioso fazer o mesmo pela agricultura nacional, responsável pelo crescimento do PIB em 2011 e por melhorar, sobremaneira, o saldo da balança comercial. Nada mais justo e legítimo do que estar efetivamente atento às principais demandas de um setor que tanto contribui para a riqueza nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Uma boa Páscoa a todos os cidadãos brasileiros!

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PSB, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz aqui é o assunto que nós acompanhamos ontem no Palácio com a nossa Presidenta Dilma: o pacote de ajuda à indústria anunciado pela nossa Presidenta que custará R$60 bilhões para o Governo em 2012.

Pode ser comemorado por alguns setores como uma boa medida para evitarmos a desindustrialização do País e a estagnação econômica. É uma medida acertada da nossa Presidenta Dilma. Ela contempla a desoneração da folha de pagamento, do IPI, e ainda aportes do Tesouro no BNDES para investimentos e para cobrir a renúncia fiscal previdenciária.

Essa é uma matéria que nós discutimos aqui por várias vezes. Pedimos uma ação forte do Governo para diminuir a carga tributária, diminuir o IPI e principalmente a desoneração da folha de pagamento. É uma matéria que já vem sendo debatida, discutida aqui por nós há muito tempo e também por empresários e por quem está preocupado com essa desindustrialização do nosso País.

Nós precisamos avançar ainda mais. Mas entendo que é o caminho correto o que está sendo feito. Como se diz, é uma reforma que está sendo feita aos poucos, em etapas, uma reforma fatiada, assim como querem alguns chamar.

Junto com outras ações que estão sendo tomadas pela equipe econômica, como a redução dos juros, essa nova medida deve surtir efeito positivo em curto prazo. De fato, a redução dos tributos e dos juros é realmente o caminho mais curto para o fortalecimento do mercado interno, para alavancarmos as exportações e para avançarmos no desenvolvimento da economia brasileira. A redução dos juros beneficia o consumidor que depende de financiamentos, o empresário que pode investir e gerar empregos, bem como o trabalhador.

Com essas medidas, mais o ajuste fiscal anunciado pelo Governo, vamos conseguir equilibrar as contas públicas e fazer os investimentos de que o Brasil precisa. Mas, para consolidarmos de vez a nossa economia, com competitividade no cenário internacional, será preciso muito mais. Além dos investimentos em educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e logística, serão necessárias a tão sonhada reforma tributária que, a meu ver, está sendo feita por etapas, está sendo feita fatiada, e a revisão do pacto federativo.

Sem isso, o chamado custo Brasil continuará sendo um fardo pesado para a nossa economia e para o produto brasileiro, que precisa ser exportado – o produto manufaturado, não apenas a exportação em **commodities**.

Se temos gordura a ser cortada para reduzir o nosso custo Brasil e deixar os nossos produtos mais atraentes, mesmo em tempos de dólar fraco, essa gordura é exatamente os impostos.

A Presidenta Dilma está no caminho certo, só entendo que é necessário que o Governo amplie para mais setores da economia os benefícios que estão sendo anunciados em etapas.

Srª Presidenta, na última sexta-feira, dia 30 de março, estivemos com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado em Cacoal, na região central do meu Estado de Rondônia, para discutir as condições de produção, estocagem e comercialização do café.

Cacoal, a capital do café de Rondônia, se tornou por um dia a capital nacional do café ao receber os Senadores desta Comissão e especialistas do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Embrapa e do governo local, além de empresários e produtores.

O auditório da Câmara de Vereadores do Município ficou lotado de agricultores, que ouviram propostas de técnicos, especialistas e representantes do governo para reverter o momento de crise por que passa a cafeicultura no Estado de Rondônia, que na última década viu a produção despencar, passando de quatro milhões de sacas em 2001 para um milhão e meio de sacas em 2011.

Agradeço ao Prefeito de Cacoal, Padre Franco, ao Presidente da Câmara de Vereadores, o Luiz Carlos Katatal, nossos anfitriões, e também ao Presidente do Senado José Sarney, que tem dado apoio ao trabalho da Comissão de Agricultura, viabilizando a transmissão ao vivo das audiências externas para todo o nosso País.

Os principais pontos de estrangulamento da produção de café em Rondônia apontados pelos expositores estão relacionados à falta de variedades de café adaptadas à Região Amazônica e licenciadas para a produção em grande escala de mudas no Estado de Rondônia: a inexistência de uma rede de laboratórios de análise de solos, a oferta insuficiente de fontes de calcário de boa qualidade, a falta de assistência técnica e, sobretudo, a escassez de crédito para o financiamento de novas plantações do café em Rondônia.

A audiência serviu para termos um bom diagnóstico da cafeicultura rondoniense, e sobre esse cenário discutimos algumas alternativas para melhorar as condições para o produtor.

Mais do que isso, saímos da audiência com o compromisso e missão de auxiliar na implementação de ações tais como: construção de um laboratório para análise de solo; o registro, no Ministério da Agricultura, das variedades adaptadas à Amazônia, em especial ao Estado de Rondônia, desenvolvidas já pela Embrapa; bem como auxiliar na reorganização do setor com ações coordenadas entre as escalas de Governo federal, estadual e municipal, viabilizando infraestrutura para o bom funcionamento da cadeia produtiva do café em nosso Estado.

Com relação ao registro das variedades desenvolvidas pela Embrapa, creio que teremos uma resposta positiva em curto prazo e esperamos fazer o lançamento dessas variedades registradas e genuinamente rondonienses na I Feira Tecnológica de Rondônia, que ocorrerá em maio, no Município de Ji-Paraná. Organizada pelo Governo do Estado, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Embrapa, da Emater. Entendo que daremos um salto muito grande na agricultura do Estado de Rondônia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A ausência do registro da variedade do tipo robusta ou conilon desenvolvidas para as condições climáticas e de solo de Rondônia tem atrapalhado investimentos na cafeicultura do Estado, pois, sem ele, é impossível, por exemplo, acessar recursos para investimentos, como os disponíveis no Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ). Sem contar que as variedades desenvolvidas pela Embrapa para o cultivo na Amazônia alcançam uma produtividade superior a 110 sacas por hectare, o que, sem dúvida, irá trazer muitos benefícios no setor, pois hoje a média de produção, Senador Pedro Taques, é de 12 sacas de café por hectare. Com essa nova variedade, passarão a produzir 110 sacas por hectare de café em Rondônia.

Somente com esse conjunto de ações vamos conseguir mudar o comportamento dos agricultores rondonienses que abandonam as lavouras de café quando o produto está em baixa e quando faltam assistência técnica e apoio governamental.

A Comissão de Agricultura promoveu esse debate com o objetivo de estimular a retomada do crescimento da produção do café no Estado, mas é preciso que o Governo do Estado, alinhado com o Governo Federal, assuma a responsabilidade de conduzir as ações necessárias. Esse trabalho tem que ser integrado e envolver todas as forças ativas de nosso Estado, pois o nosso café com leite de cada dia depende do agricultor, assim como o **superavit** de nossa economia, nos últimos anos, tem contado com a força de trabalho do agricultor.

Depois de quase 15 anos de uma constante queda na produção na área plantada e na produtividade do café, em Rondônia, observamos, nos últimos dois anos, uma retomada do crescimento. Em 2010, a produção de café atingiu um dos menores índices dos últimos 20 anos com queda de aproximadamente 70% da produtividade, nesse período, chegando ao pior índice do País, que é de 12 sacas por hectare.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu sei que meu tempo é curto, Srª Presidente, mas eu só queria concluir aqui dizendo que a nossa audiência pública foi muito importante para a agricultura no nosso Estado de Rondônia e, tenho certeza de que não só para o Estado de Rondônia, mas para toda a Amazônia, para todo o nosso País. O nosso trabalho à frente da Comissão, juntamente com V. Exª, que faz parte e tem uma atuação forte nas nossas audiências e em nossos debates, é no sentido de promover a agricultura no nosso País e cuidar, principalmente, da agricultura familiar, do pequeno agricultor.

Não quero dizer com isso que a agricultura, de um modo geral, não tenha importância. Tem e muita importância, mas o agricultor médio e grande já estão organizados, têm os seus escritórios, têm a sua assistência técnica, enquanto o agricultor familiar precisa do nosso apoio, precisa da atenção, pois muitos deles não têm condições de chegar até aos bancos para conversar, negociar, assinar contratos e, muito menos, fazer projetos. Precisam do apoio do Governo, e é o que está acontecendo hoje com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, junto com os governos dos Estados, junto com a Embrapa, junto com a Emater de todos os Estados.

Esse é o nosso dia a dia da Comissão, e assim vamos continuar trabalhando para desenvolver a agricultura e o agronegócio no País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ACIR GURGACZ

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, na última sexta-feira, dia 30 dia março, estivemos com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado em Caçoai, na região Central do meu Estado de Rondônia, para discutir as condições de produção, estocagem e comercialização do café.

Cacoal, a capital do café de Rondônia, se tornou, por um dia, a capital nacional do café ao receber os senadores desta Comissão e especialistas do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Embrapa e do governo local, além de empresários e produtores.

O auditório da Câmara de Vereadores do município ficou lotado de agricultores que ouviram propostas de técnicos, especialistas e representantes do governo para reverter o momento de crise que passa a cafeicultura no Estado, que na última década viu a produção despencar, passando de quatro milhões de sacas, em 2001, para um milhão e meio de sacas em 2011.

Agradeço o apoio do prefeito de Cacoal, padre Franco Vialetto, e do presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Carlos Katatal, nossos anfitriões, e também do presidente do Senado, José Sarney, que tem dado apoio para o trabalho da Comissão de Agricultura, viabilizando a transmissão ao vivo das audiências externas para todo o Brasil.

Sr. Presidente, os principais pontos de estrangulamento da produção de café em Rondônia apontados pelos expositores estão relacionados à falta de variedades de café adaptadas à região amazônica e licenciadas para a produção em grande escala de mudas no Estado; a inexistência de uma rede de laboratórios de análise de solos; a oferta insuficiente de fontes de calcário de boa qualidade; a falta de assistência técnica; e, sobretudo, a escassez de crédito para o financiamento de novas plantações.

A audiência serviu para termos um bom diagnóstico da cafeicultura rondoniense, e, sobre este cenário discutimos algumas alternativas para melhorar as condições para o produtor. Mais do que isso, saímos da audiência com o compromisso e a missão de auxiliar na implementação das ações: tais como a construção de um laboratório para análise de solos, o registro no Ministério da Agricultura das variedades adaptadas à Amazônia, desenvolvidas pela Embrapa, bem como auxiliar na reorganização do setor, com ações coordenadas entre as escalas de governo federal, estadual e municipal, viabilizando infraestrutura para o bom funcionamento da cadeia produtiva do café em nosso Estado.

Com relação ao registro das variedades desenvolvidas pela Embrapa, creio que teremos uma resposta positiva no curto prazo e esperamos fazer o lançamento dessas variedades registradas, e genuinamente rondoniense, na primeira feira tecnológica de Rondônia, que ocorrerá em maio no município de Ji-Paraná.

A ausência do registro de variedades do tipo robusta ou conilon, desenvolvidas para as condições climáticas e de solo de Rondônia tem atrapalhado investimentos na cafeicultura do Estado, pois sem ele é impossível, por exemplo, acessar recursos para investimentos, como os disponíveis no Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ). Sem contar que as variedades desenvolvidas pela Embrapa para cultivo na Amazônia alcançam uma produtividade superior a 110 sacas por hectare, o que sem dúvidas irá trazer muitos benefícios para o setor.

O café de Rondônia, senhoras e senhores senadores, é de excelente qualidade. Um dos melhores do Brasil, por conta das características climáticas e de solo. O que precisamos para reverter a crise é certificar as variedades desenvolvidas para estas condições, oferecer assistência técnica para os produtores

e o acesso a recursos dos programas governamentais e do Funcafé.

Somente com esse conjunto de ações vamos conseguir mudar o comportamento dos agricultores rondonienses, que abandonam as lavouras de café quando o produto está em baixa e quando falta assistência técnica e apoio governamental.

O produtor de café de Rondônia, formado em sua maioria por agricultores familiares, é extremamente vulnerável as oscilações do mercado e precisa desse apoio para que tenha um rendimento constante com a produção de café e não abandone a lavoura.

A Comissão de Agricultura, senhor presidente, promoveu este debate com o objetivo de estimular a retomada do crescimento da produção do café no Estado, mas é preciso que o governo do Estado, alinhado com o governo Federal, assuma a responsabilidade de conduzir as ações necessárias. Este trabalho tem que ser integrado e envolver todas as forças ativas de nosso Estado, pois o nosso café com leite de cada dia depende do agricultor. Assim como o superávit de nossa economia, nos últimos anos, tem contado com a força de trabalho do agricultor.

Depois de quase 15 anos de uma constante queda na produção, na área plantada e na produtividade do café em Rondônia, observamos nos últimos dois anos uma retomada do crescimento.

Em 2010, a produção de café atingiu um dos menores índices nos últimos 20 anos, com queda em mais de 70% na produtividade neste período, chegando ao pior índice do País - que é de 12 sacas por hectares.

Para este ano, a Conab e a Emater estimam um crescimento de 26 a 32% em relação ao ano passado. A área plantada de café conilon aumentou 5% este ano em Rondônia, e passa de 160 mil para 168 mil hectares.

O Estado, que é o sexto maior produtor de café do País, representando 5% da produção nacional, é responsável por 14% da produção nacional de café do tipo conilon.

Sr. Presidente, é possível salvar a cultura do café em Rondônia e estimular a retomada do crescimento do setor, mas para isso são necessários investimentos em novos cultivares, em clones de espécies adaptadas à região, em sistemas de irrigação e de condução das lavouras, bem como na organização de toda a cadeia produtiva, com maior integração do produtor ao comércio e a indústria. E, considerando que 80% dos produtores de café de Rondônia são pequenos produtores a agricultura familiar, é necessária uma ação forte do governo em todas as escalas.

Um bom exemplo de que é possível reverter esse quadro de crise é exemplo da Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para a Ajuda Mútua de Rondônia (COOCARAM), que esteve representada na audiência pelo seu gerente comercial, o Leandro Dias Martins, e que está conseguindo ampliar a produção e o retorno financeiro para os cooperados com a produção de café orgânico. Creio que essa experiência, sustentada na cooperação, pode ser tomada como o embrião para a reorganização do setor em todo o Estado.

Sr. Presidente, na sexta-feira pela manhã participei da inauguração do mini-laticínio da Cooperativa dos Agropecuaristas de Caçoai (Cooproac). Os agricultores da região se organizaram para vender o leite e derivados já beneficiados, o que considero ser o caminho para o fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia.

Seja na produção de leite ou de café, o cooperativismo é a melhor alternativa para o agricultor. Mas e preciso que os agricultores tenham orientação e recebam o apoio necessário para conquistar autonomia e empreender, como a Cooproac está fazendo. Os produtores de leite de Caçoai estão tendo esse apoio: seja da prefeitura, que doou o terreno, da Suframa, do Governo do Estado, e do senador Raupp, que destinaram recursos para a construção da obra, e contaram também com o nosso apoio, pois destinamos uma emenda parlamentar, no valor de R$ 500 mil, para a aquisição de um caminhão com carroceria refrigerada.

Meus parabéns a todos os cooperados desta cooperativa, ao seu presidente, o Nilvado Kester, que estão fazendo um grande trabalho e que agora poderão caminhar com as próprias pernas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, o pacote de ajuda à indústria que a presidenta Dilma Rousseff anunciou ontem, e que custará R$ 60,4 bilhões para o governo em 2012, pode ser comemorado por alguns setores como uma boa medida para evitarmos a desindustrialização do País e estagnação da economia. É uma medida aceitada da presidenta Dilma. Ela contempla a desoneração da folha de pagamento, do IPI, e ainda contempla aportes do Tesouro no BNDES para investimentos e para cobrir a renuncia fiscal previdenciária.

Junto com outras ações que estão sendo tomadas pela equipe econômica, como a redução dos juros, essa nova medida deve surtir efeito positivo em curto prazo. De fato, a redução dos tributos e dos juros é realmente o caminho mais curto para o fortalecimento do mercado interno, para alavancarmos as exportações e para avançarmos no desenvolvimento da economia brasileira. A redução dos juros beneficia o consumidor

que depende de financiamentos, o empresário que pode investir e gerar empregos, bem como o trabalhador.

Com estas medidas, mais o ajuste fiscal anunciado pelo governo, vamos conseguir equilibrar as contas públicas e fazer os investimentos que o Brasil precisa.

Mas para consolidarmos de vez a nossa economia, com competitividade no cenário internacional, será preciso muito mais. Além dos investimentos em educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e logística, serão necessárias a tão sonhada reforma tributária e a revisão do pacto federativo. Sem isso, o chamado "Custo Brasil" continuará sendo um fardo pesado para a nossa economia.

Precisamos de uma reforma tributária que seja capaz de reduzir a carga de impostos sobre a produção, que viabiliza uma maior geração de empregos e distribuição de renda, assim como um maior impulso ao consumo.

Tenho destacado essa necessidade aqui no plenário do Senado diversas vezes, e julgo ser uma ação mais do que eficaz para que possamos enfrentar uma guerra cambial como a que estamos vivendo hoje, quando com o dólar baixo, o nosso produto perde a competitividade muito rapidamente.

Se temos uma gordura a ser cortada para reduzir o nosso "Custo Brasil" e deixar os nossos produtos mais atraentes mesmo em tempo de dólar fraco, essa gordura é exatamente dos impostos. A presidenta Dilma está no caminho certo, só acho que é necessário que o governo amplie para mais setores da economia os benefícios que estão sendo anunciados em etapas.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Acir Gurgacz, eu endosso as referências ao apoio que o Presidente da Casa, Senador José Sarney tem dado ao trabalho externo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na transmissão pela TV Senado e pelos veículos da TV Senado das audiências públicas tão produtivas não só em Rondônia, mas no Paraná e em vários Estados, no meu Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, a sessão da tarde teve o pronunciamento de outro Líder, o Senador Walter Pinheiro, que deixou muito claros os dilemas que a agropecuária brasileira enfrenta. Agora, V. Exª também mostra o pequeno agricultor, o pequeno produtor e a questão da seca na Bahia e no Nordeste, que são problemas que também precisamos enfrentar diariamente, com muita coragem, como faz V. Exª. Então, cumprimentos pelo pronunciamento em relação aos problemas da agricultura no seu Estado de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Obrigado, Srª Presidente, peço para dar como lido o meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Na forma regimental, sua solicitação, seu pronunciamento será colocado na íntegra nos Anais do Senado Federal, Senador Acir Gurgacz.

Como orador inscrito, Senador Pedro Taques, do PDT do Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, cidadãos brasileiros que nos ouvem pelos veículos de comunicação do Senado Federal, no dia 18 de março deste ano, o programa "Fantástico", da TV Globo, veiculou extensa reportagem sobre práticas corruptas do mercado de fornecedores de hospitais públicos. Numa criativa abordagem, um hospital universitário permitiu a um repórter passar-se por gestor de compras e gravar as ofertas ilícitas que recebia dos candidatos a fornecer bens e serviços sem licitação.

Nós todos ficamos horrorizados, chocados.

A revelação dos fatos gravados logo provocou reações bastante ruidosas, Srª Presidente. Abriram-se inquéritos para apurar criminalmente os fatos noticiados. Iniciaram-se auditorias nos contratos que as empresas pilhadas nas condutas ilícitas mantém com a Administração Federal. Foram propostas providências de inabilitação dessas mesmas empresas para contratar com a União. Nada de novo.

Todas essas reações são positivas, pois revelam a força da indignação popular contra a corrupção, bem como a tomada de providências corretivas pela Administração Pública nos casos concretos.

Mas cabe a esta Casa Legislativa, como titular das altas funções de controle externo que lhe atribui o artigo 71 da Constituição Federal, fazer mais que isso. Repito: fazer mais que isso. É preciso olhar para o caso isolado revelado pela reportagem e analisar as suas características para criar meios de antecipar os riscos e prevenir as irregularidades. Se não fizermos isso, Srª Presidente, continuaremos apenas a reagir mecanicamente contra situações isoladas que vierem a ser flagradas por ações individuais. Ou seja, arrumar a tranca na porta depois que a porta já foi arrombada.

Como fazer isso? Primeiro, pela avaliação criteriosa dos aspectos comuns da prática de todas as empresas pilhadas na tentativa de corromper. Que aspectos seriam esses que todos têm em comum? Que todos os casos tem em comum?

Primeiro todos os casos foram de dispensa de licitação. Repito: dispensa de licitação por uma suposta situação de emergência, situação em que cabe um

alto grau de discricionariedade ao gestor público para selecionar as empresas, sem os procedimentos formais de licitação. Esta hipótese legal deveria ser utilizada apenas em casos excepcionalíssimos e o seu abuso apresenta riscos enormes de fraude nas compras públicas. Ou seja, o que é para ser exceção está se transformando em regra na República Federativa do Brasil.

Segundo, foram esses empresários que se aproximaram dos agentes públicos com o ânimo de oferecer-lhes vantagens ilícitas em troca de vantagens ainda maiores para suas empresas à custa dos cofres com os recursos para a saúde dos brasileiros. Os mecanismos de prevenção e repressão da corrupção precisam prever e tratar tão rigorosamente os agentes privados beneficiários do ilícito como tratam os servidores públicos que o comentem – até por que não há corrupto sem corruptor.

Terceiro, a fraude oferecida nesses casos seria tornada possível pela contratação a preços acima do custo de mercado dos bens e serviços oferecidos; os infames "dez por cento" ou "quinze por cento" sairiam do Tesouro Nacional, acrescidos, que seriam, ao preço que a empresa entendesse adequados à remuneração de seus serviços.

Isto nos recorda que uma das lacunas mais graves do atual sistema de controle é a deficiência na caracterização dos projetos básicos dos bens e serviços contratados, na elaboração dos orçamentos analíticos e na manutenção de padrões de referência confiáveis de preços de mercado, que permitam à Administração e aos órgãos de controle e fiscalização saberem se está sendo pago o preço justo em cada aquisição.

Falta uma melhor elaboração nos chamados projetos básicos.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, precisamos enfrentar cada um desses desafios, de forma mais abrangente e mais completa que a simples reação em um único caso isolado. Este é o nosso papel como representantes do povo, elaboradores das leis e responsáveis pela fiscalização das finanças públicas. É para isso que trago aqui um conjunto de medidas também imediatas.

Quais seriam essas? Em relação ao abuso da dispensa de licitação por emergência, a legislação ainda é muito genérica, mas temos muito pouco conhecimento ainda sobre as práticas que facilitam esse abuso. Precisamos focalizar nossa atenção como legisladores para essa realidade, e aprender mais sobre os fatos para concluir, no final, por uma redação legal que reduza as possibilidades dessa forma de fraude.

Por exemplo, apresentei um projeto de lei no ano passado. Esse projeto, que ainda não tem relator, obriga, no momento da contratação com dispensa de licitação, que o Ministério Público e os Tribunais de Conta possam ser notificados disso para que possam fazer esse acompanhamento. Como começar a fazer isso, Srª Presidente? Primeiro, criando recursos para direcionar à fiscalização.

Hoje sequer sabemos qual a proporção dessas dispensas de licitação, pois os registros contábeis e orçamentários sequer individualizam, nas consultas gerenciais, as diferentes modalidades de dispensa de licitação. Nisto, é possível agir imediatamente: essa informação, embora não seja objeto de individualização contábil, deve constar do documento de empenho, o que não ocorre. A partir daí, o Senado Federal pode contribuir diretamente através da extraordinária ferramenta que é o Siga Brasil, desenvolvido e mantido por esta Casa. Caso esse sistema incorpore a variável "inciso", presente nas Notas de Empenho individuais, o monitoramento dessa hipótese de exceção poderá ser conduzido com muito mais eficiência, representando mais uma grande contribuição do Siga Brasil às finanças públicas.

Srª Presidente, essa melhoria é objeto de Indicação que apresentarei à Comissão de Meio Ambiente, Defesa. Fiz essa indicação à Comissão, ao Presidente Rodrigo Rollemberg.

E preciso, porém, Srª Presidente, avançar desde já no conhecimento das práticas concretas de abuso. Procedi a um levantamento global das Unidades Gestoras da Administração Federal nas áreas de saúde e segurança pública, para avaliar a proporção das despesas de custeio e investimento executadas na modalidade de "dispensa de licitação" (já descartadas, naturalmente, aquelas relativas a compras de pequeno valor). Detectamos que várias unidades executam mais de 90% de suas despesas na modalidade de dispensa de licitação. Mais de 90% de sua despesa!

Embora essa execução possa incluir outras dispensas que não por emergência, por exemplo, trata-se de um primeiro indicador para examinar mais detalhadamente, de forma preventiva, essas unidades. Estou propondo, também à Comissão de Controle e Fiscalização, um requerimento de auditoria ao Tribunal de Contas da União para que a Corte de contas examine especificamente a prática da dispensa de licitação por emergência, identificando circunstâncias e lacunas que possam favorecer eventuais abusos. Este é, mais uma vez, o papel do Legislativo, ao menos ao meu juízo: identificar riscos e interagir com os trabalhos de fiscalização do controle externo no sentido de trabalhar questões de maior relevância.

Aliás, como todos sabemos, o Tribunal de Contas da União é um órgão que auxilia o Poder Legislativo.

Passamos então à questão, também gravíssima, da responsabilização dos terceiros privados que induzem atos de improbidade ou são por eles beneficiados. Eu me inclinava, inicialmente, Srª Presidente, a desenvolver proposições legislativas sobre o tema em caráter geral. No entanto, constato que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.826, de 2010, elaborado pela Controladoria-Geral da União exatamente com este objetivo. Portanto, não apresento o projeto nesse sentido.

Porém, muita coisa já se pode fazer no campo da definição legislativa de responsabilidades e de exigências relativas a projetos, orçamentos e critérios técnicos para contratos públicos. Comunico, com grande satisfação, que apresentei o Projeto de Lei 56, de 2012, que "institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências". Poderia ser denominado de um Projeto de Lei de Responsabilidade de Obras Públicas. Essa iniciativa traz um extenso conjunto de regras dando objetividade e precisão à gestão desse tipo de contrato. Uma proposição, registro com satisfação, que contou com a colaboração de vários especialistas em fiscalização de obras públicas em diferentes Tribunais de Contas do País, que nos reunimos aqui por várias vezes para debater junto com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) na construção deste projeto.

E não poderia deixar de fazer referência ao Senador Jefferson Praia, do PDT, que nos antecedeu na Bancada do PDT, que também contribuiu e iniciou este debate sobre a responsabilização dos agentes privados na prática de ilícitos.

Encerro, Srª Presidente, e proponho no PLS 56 que vá se aplicar imediatamente às obras públicas e poderá ser debatido em audiências públicas para que possamos aprimorá-lo.

Requeiro, na forma do Regimento, que este meu pronunciamento possa constar como lido por inteiro.

Por fim e não menos importante, Srª Presidente, entendo são formas de enfrentamento imediato dos riscos de malversação de recursos públicos e contemplam, em maior ou menor grau tudo aquilo que ele paga por meio dos impostos.

Eu venho muito a esta tribuna, Srª Presidente, falar sobre esses temas, mas a cada vez trago uma ação ou iniciativa diferente. Penso que essa seja a função de um Parlamentar. Se V. Exª me permite, eu encerro a minha fala trazendo a consequência da corrupção, da malversação do dinheiro público e da falta de fiscalização na saúde.

Recentemente, tivemos o falecimento, aqui em Brasília, de um jovem de catorze anos, filho do grande Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, Flávio Dino, que faleceu de forma estranha, para se dizer o mínimo, no Hospital Santa Lúcia, no Distrito Federal.

Esse jovem, chamado Marcelo, faleceu em situações, no mínimo estranhas, que quase chegam ao menos, em um juízo de valor superficial até agora, na prática de crimes. Muito bem! O Flávio Dino fez uma representação junto à Anvisa para que a Anvisa instaure um procedimento de averiguação, investigação e fiscalização junto a esse hospital porque imagine, Srª Presidente e cidadãos que estão nos ouvindo nesse momento.

As estradas são fiscalizadas, os aeroportos são fiscalizados, os portos são fiscalizados e os hospitais privados? Eles são fiscalizados ou não pela Anvisa? Será que os hospitais privados estão cumprindo a sua atribuição conforme determina a legislação e resoluções da Anvisa?

Eu comunico a esta Casa que o Flávio Dino fez uma representação junto à Anvisa no sentido de fiscalizar a conduta desse hospital e também dou ciência de que estou analisando, junto com a Assessoria Técnica do gabinete que ocupo nesta Casa, a possibilidade de nós convocarmos uma audiência pública para que possamos debater não só o papel da Anvisa na fiscalização desses hospitais privados, mas também a esse sistema, uma vez que todos sabemos que, em futuro próximo que se avizinha, teremos eventos internacionais no Brasil e precisamos saber e dar conta ao cidadão se essa agência está cumprindo a sua função constitucional.

Muito obrigada, Srª Presidente, pelo tempo e pela parcimônia em me ouvir.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO TAQUES

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, cidadãos brasileiros que nos ouvem pelos veículos de comunicação do Senado Federal,

No dia dezoito de março deste ano, o programa "Fantástico", da TV Globo, veiculou extensa reportagem sobre práticas corruptas do mercado de fornecedores de hospitais públicos. Numa criativa abordagem, um hospital universitário permitiu a um repórter passar-se por gestor de compras e gravar as ofertas ilícitas que recebia dos candidatos a fornecer bens e serviços sem licitação.

A revelação dos fatos gravados logo provocou reações bastante ruidosas. Abriram-se inquéritos para apurar criminalmente os fatos noticiados. Iniciaram-se auditorias nos contratos que as empresas pilhadas nas condutas ilícitas mantém com a Administração Federal.

Foram propostas providências de inabilitação dessas mesmas empresas para contratar com a União.

Todas essas reações são positivas, pois revelam a força da indignação popular contra a corrupção, bem como a tomada de providências corretivas pela Administração Pública nos casos concretos.

Mas cabe a esta Casa Legislativa, como titular das altas funções de controle externo que lhe atribui o artigo 71 da Constituição Federal, fazer mais que isso. É preciso olhar para o caso isolado revelado pela reportagem e analisar as suas características para criar meios de antecipar os riscos e prevenir as irregularidades. Se não fizermos isso, continuaremos apenas a reagir mecanicamente contra situações isoladas que vierem a ser flagradas por ações individuais.

Como fazer isso? Primeiro, pela avaliação criteriosa dos aspectos comuns da prática de todas as empresas pilhadas na tentativa de corromper. Que aspectos seriam esses que todos têm em comum?

Primeiro, todos os casos foram de dispensa de licitação por uma suposta situação de emergência, situação em que cabe um alto grau de discricionariedade ao gestor público para selecionar as empresas, sem os procedimentos formais de licitação. Esta hipótese legal deveria ser utilizada apenas em casos excepcionalíssimos e o seu abuso apresenta riscos enormes de fraude nas compras públicas.

Segundo, foram esses empresários que se aproximaram dos agentes públicos com o ânimo de oferecer-lhes vantagens ilícitas em troca de vantagens ainda maiores para suas empresas à custa dos cofres da saúde dos brasileiros. Os mecanismos de prevenção e repressão da corrupção precisam prever e tratar tão rigorosamente os agentes privados beneficiários do ilícito como tratam os servidores públicos que o cometem - até porque não há corrupto sem corruptor.

Terceiro, a fraude oferecida nesses casos seria tornada possível pela contratação a preços acima do custo de mercado dos bens e serviços oferecidos; os infames “dez por cento” ou “quinze por cento” sairiam do Tesouro Nacional, acrescidos que seriam ao preço que a empresa entendesse adequados à remuneração de seus serviços. Isto nos recorda que uma das lacunas mais graves do atual sistema de controle é a deficiência na caracterização dos projetos básicos dos bens e serviços contratados, na elaboração dos orçamentos analíticos, e na manutenção de padrões de referência confiáveis de preços de mercado, que permitam à Administração e aos órgãos de controle e fiscalização saberem se está sendo pago o preço justo em cada aquisição.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, precisamos enfrentar cada um desses desafios, de forma mais abrangente e mais completa que a simples reação em um único caso isolado. Este é o nosso papel como representantes do povo, elaboradores das leis e responsáveis pela fiscalização das finanças públicas. É para isto que trago aqui um conjunto de medidas também imediatas.

Em relação ao abuso da dispensa de licitação por emergência, a legislação ainda é muito genérica, mas temos muito pouco conhecimento ainda sobre as práticas que facilitam esse abuso. Precisamos focalizar nossa atenção como legisladores para essa realidade, e aprender mais sobre os fatos para concluir, no final, por uma redação legal que reduza as possibilidades dessa forma de fraude.

Como começar a fazer isso? Primeiro, criando recursos para direcionar a fiscalização. Hoje sequer sabemos qual a proporção dessas dispensas, pois os registros contábeis e orçamentários sequer individualizam, nas consultas gerenciais, as diferentes modalidades de dispensa de licitação. Nisto, é possível agir imediatamente: essa informação, embora não seja objeto de individualização contábil, deve constar do documento de empenho. A partir daí, o Senado Federal pode contribuir diretamente através da extraordinária ferramenta que é o SIGA Brasil, desenvolvido e mantido por esta Casa. Caso esse sistema incorpore a variável “Inciso”, presente nas Notas de Empenho individuais, o monitoramento dessa hipótese de exceção poderá ser conduzido com muito mais eficiência, representando mais uma grande contribuição do SIGA Brasil às finanças públicas. Esta melhoria é objeto de Indicação que apresentarei à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

E preciso, porém, avançar desde já no conhecimento das práticas concretas de abuso. Procedi a um levantamento global das Unidades Gestoras da Administração Federal nas áreas de Saúde e Segurança Pública, para avaliar a proporção das despesas de custeio e investimento executadas na modalidade de “dispensa de licitação” (já descartadas, naturalmente, aquelas relativas a compras de pequeno valor). Detectamos que várias Unidades executam mais de noventa por cento de suas despesas na modalidade de dispensa de licitação. Embora essa execução possa incluir outras dispensas que não por emergência, trata-se de um primeiro indicador para examinar mais detalhadamente, de forma preventiva, essas Unidades. Estou propondo, também à CMA, um requerimento de auditoria ao Tribunal de Contas da União, para que a Corte de Contas examine especificamente a prática da dispensa de licitação por emergência, identificando circunstâncias e lacunas que possam favorecer eventuais abusos. Este é, mais uma vez, o papel do

Legislativo: identificar riscos e interagir com os trabalhos de fiscalização do controle externo no sentido de trabalhar questões de maior relevância.

Passamos então à questão, também gravíssima, da responsabilização dos terceiros privados que induzem atos de improbidade ou são por eles beneficiados. Eu me inclinava, inicialmente, a desenvolver proposições legislativas sobre o tema em caráter geral. No entanto, constato que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6826, de 2010, elaborado pela Controladoria Geral da União exatamente com este objetivo de responsabilizar administrativa e civilmente as pessoas jurídicas envolvidas em atos contra a administração pública. Esse projeto tem recebido na Câmara Baixa uma intensa movimentação, indicando tramitação célere e grande atenção por parte dos deputados. Estando a matéria em estado tão avançado, entendo ser mais benéfico ao interesse público aguardar a chegada desse projeto ao Senado e colaborar no seu aperfeiçoamento, em lugar de iniciar do zero uma proposição com o mesmo objetivo.

Porém, muita coisa já se pode fazer no campo da definição legislativa de responsabilidades e de exigências relativas a projetos, orçamentos e critérios técnicos para contratos públicos. Comunico, com grande satisfação, que apresentei o Projeto de Lei 56, de 2012, que "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências". Essa iniciativa traz um extenso conjunto de regras dando objetividade e precisão à gestão desse tipo de contratos. Uma proposição, registro com satisfação, que contou com a colaboração de vários especialistas em fiscalização de obras públicas em diferentes Tribunais de Contas do país, reunidos através do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, que muito contribuíram para a redação do projeto.

Neste ponto, muitos cidadãos que nos ouvem poderão perguntar: "mas Senador, o problema divulgado no Fantástico é nas compras dos hospitais, o que tem um projeto sobre obras públicas a ver com isso?". E eu devo esclarecer essa dúvida, porque de fato o meu projeto pode ajudar muito, a curto e principalmente a médio prazo, também o setor da saúde. Em primeiro lugar, porque uma parte da despesa no setor de saúde refere-se a obras de construção e reforma de hospitais, postos de saúde, etc. Mas também porque as melhorias de gestão que nós conseguirmos na contratação de obras poderão ser depois transferidas para os demais contratos. Na verdade, aprender com as experiências bem sucedidas é um dos fatores mais importantes de sucesso na implementação de políticas públicas, e a fiscalização de obras públicas avançou muito nos últimos anos tanto pelo desenvolvimento técnico da engenharia quanto pelo trabalho intenso dos órgãos de controle exigindo melhores definições de projetos e orçamentos. E recomendável acumular experiências naqueles segmentos mais suscetíveis a gerar boas práticas, para depois estender com segurança as novas regras mais rigorosas a todos os setores da Administração.

E o que proponho no PLS 56, de 2012, que vai se aplicar imediatamente às obras públicas e poderá ser levado, após a acumulação de experiências e conhecimentos, a outras áreas de política pública?

Começamos tipificando de maneira precisa as definições das práticas irregulares na execução de contratos públicos, o sobrepreço, o superfaturamento e o "jogo de planilhas" - definições estas, aliás, que aplicam-se a qualquer compra ou serviço adquirido pela Administração. Detalhamos, ainda, as regras e condições para os diferentes regimes de execução contratual (empreitada por preços unitários, por preço global ou empreitada integral) que estão apenas genericamente descritos na lei de licitações - aqui também a generalização posterior dessas regras a todos os setores poderá ser feita com muita facilidade. Em todos os casos, definimos com muito detalhe cada um dos componentes que devem compor os projetos, inclusive os orçamentos.

Quanto à responsabilização, o projeto individualiza minuciosamente as obrigações da empresa contratada e da Administração como contratante, bem como a extensão das responsabilidades dos agentes responsáveis pelos projetos, pela ordenação de despesas, pelo recebimento das obras e serviços e dos demais intervenientes no processo de gestão. Destaque especial merecem as seções que regulam a subcontratação e os reajustamentos contratuais, matérias que são comuns em contratos de grande vulto e que geram sempre riscos de irregularidades.

A medição, fiscalização e recebimento das obras contratadas recebem também regras muito precisas, delimitando os procedimentos a serem seguidos e os critérios de regularidade da gestão - o que constitui instrumento concreto para a prevenção do prejuízo ao erário e, caso ocorra, para viabilizar a apuração das correspondentes responsabilidades. Também em matéria de fiscalização, explicitamos todo um leque de medidas acautelatórias que a Administração Pública está autorizada a adotar para prevenir prejuízos na execução do contrato e para garantir-se ante prejuízos financeiros antes mesmo que sejam impostos por condutas irregulares dos contratados.

Por fim, e não menos importante, diferentes dispositivos impõem exigências de transparência que são o melhor antídoto contra a corrupção: os editais

e contratos passam a ter de incluir cláusula de livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos livros e documentos da empresa contratada referentes à execução do contrato; os órgãos contratantes passam a ter de publicar normas internas uniformizando todas as suas práticas de licitação e contratação (diminuindo a possibilidade de tratamentos favorecidos a empresas individuais), além de disponibilizar na Internet todos os documentos relativos aos processos de licitação e contratação e a respectiva execução. Uma verdadeira "overdose" de transparência, que representa a curto prazo um investimento maior na organização interna e nos meios de tecnologia da informação, mas esse investimento se pagará muito rapidamente com a redução das oportunidades de corrupção e, por conseguinte, a eliminação dos custos adicionais que a corrupção impõe ao Tesouro e aos cidadãos.

Todas estas características do projeto são formas de enfrentamento imediato dos riscos de malversação de recursos públicos e contemplam, em maior ou menor medida, os problemas postos em evidência pela reportagem sobre a corrupção nos hospitais.

Por fim, na questão de referências de preços de mercado, destaco ainda que apresentei parecer favorável, como relator na Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado 104, de 2012, de autoria do Senador Jefferson Praia, que cria uma série de regras relativas à elaboração e composição de orçamentos e à verificação de compatibilidade dos preços das obras públicas federais com os preços de mercado, dando segurança jurídica para a utilização das melhores práticas de orçamentação e pesquisa de preços nesse campo. Também aqui muitas dessas boas práticas poderão ser estendidas, em breve tempo, às demais compras governamentais, inclusive no setor saúde.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs brasileiras que nos honram com sua atenção, combater a corrupção e melhorar a gestão pública são dois lados da mesma moeda: devolver ao contribuinte tudo aquilo que ele paga por meio dos impostos. Eu venho muito a esta tribuna falar desses temas, mas a cada vez trago uma ação ou iniciativa diferente. E não é por acaso: lutar contra a corrupção e a contra a má gestão é um trabalho "de formiguinha", um acúmulo de muitas iniciativas, cada uma delas aparentemente pequena, mas que em conjunto reduzem as oportunidades de desvios e desperdícios. A denúncia espalhafatosa de casos pontuais é, sem dúvida, necessária, mas jamais substituirá o paciente e contínuo trabalho de fiscalizar, monitorar, discutir a cada dia um problema concreto da administração publica, melhorar a cada dia um dispositivo da legislação. Essa vigilância permanente constitui um dos mais sagrados compromissos que o meu mandato assume com o povo de Mato Grosso e a cidadania brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, Senador Pedro Taques, será atendida a sua solicitação na transcrição, na íntegra, do seu pronunciamento. Quero dizer-lhe que são providências prudenciais de precaução no combate a um problema grave em nosso País e transformado em epidemia, que é a corrupção.

Cumprimentos a V. Exª.

Como oradora inscrita pela Liderança do PSB, Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, caras Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero voltar ao tema já abordado aqui pelo Senador Walter Pinheiro no início desta sessão de hoje. Ontem, praticamente encerrei a sessão de trabalho do Senado falando sobre ele.

Ontem, estiveram em Brasília 60 prefeitos da Bahia, que visitaram os diversos Ministérios. Em 45% das prefeituras do Estado da Bahia, está decretado estado de emergência. As medidas tomadas pelo Governo Federal, do ponto de vista do Ministério de Integração, foram a liberação de R$10 milhões para a Defesa Civil do Estado e a liberação do cartão da Defesa Civil Nacional diretamente para cada Município fazer o programa de atenção emergencial à população.

Em convênio com o Governo do Estado da Bahia, o Ministério da Integração destinou R$167 milhões ao programa Água para Todos, com a Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB) e com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), em ações mais de médio prazo. Houve a ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prometida e hoje aqui destacada pelo Senador Walter Pinheiro, com a liberação de R$25 milhões do Seguro Safra. No entanto, tudo isso, mesmo que seja apressada a liberação, ainda será pouco para a situação em que se encontram os Municípios e o Estado da Bahia no que diz respeito às consequências da seca.

Nós precisamos discutir, com vigor, medidas no sentido do perdão da dívida dos produtores e dos pecuaristas da Bahia, hoje com seus rebanhos bastante atingidos pela seca. Não me refiro apenas aos pequenos produtores rurais, aos assentados, mas falo também do médio produtor e do grande pecuarista, porque está sendo atingido o coração da nossa economia, da agropecuária na Bahia.

É preciso, eu diria, que seja editada uma medida provisória pela Presidente Dilma voltada ao atendimento da situação da seca, porque, se não chover, serão dois anos de seca consecutivos em nosso Estado. Essa situação de emergência e de necessidade de aprofundamento do Governo Federal sobre as medidas a serem tomadas para compensar a Bahia nessa situação e para socorrer, imediatamente, as famílias, a população e os rebanhos que estão morrendo de sede na Bahia traz a necessidade de que a Presidente Dilma e a Casa Civil cuidem com inteira prioridade dessa questão.

Como já foi relatado aqui, o próprio Governador Jaques Wagner pretende se dirigir à Presidente da República para solicitar medidas mais enfáticas na defesa da economia do nosso Estado.

Para finalizar, Srª Presidente, e voltarei a falar deste assunto, quero dizer que, ontem, saudei o Dia do Jornalista, que vai ser comemorado no dia 7 de abril, no próximo sábado, enfatizando a necessidade de que possamos votar, em segundo turno, a PEC do jornalista, que foi iniciativa do nosso Senador Antonio Carlos Valadares, com a relatoria do Senador Inácio Arruda. V. Exª, como representante da categoria, é uma das principais defensoras da causa na tribuna desta Casa e na articulação política entre nós. É extremamente importante para o Brasil, para a consolidação da democracia brasileira e para a consolidação de uma política de formação profissional que possa haver a votação, em segundo turno, dessa PEC.

Na próxima semana, falarei sobre as Zonas de Exportação, projeto nosso, que foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com o apoio de V. Exª e de outros Senadores, e sobre a importância de que, com esse pacote novo de medidas econômicas editadas pela Presidente Dilma, possamos também tornar realidade as Zonas de Processamento de Exportação no Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Lídice da Mata, renovo a solidariedade apresentada ao Senador Walter Pinheiro, quando abordou, com muita veemência, os problemas vividos pelos produtores rurais, especialmente no seu Estado, a Bahia, e que sofrem com uma seca prolongada. Também hipoteco solidariedade à manifestação da necessidade de apressar, em segundo turno, a votação da PEC nº 33, que trata da exigência do diploma de jornalista no exercício da profissão. Agradeço as referências.

Em permuta com a Senadora Ivonete Dantas, fala como orador inscrito o Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, é um prazer usar da tribuna, neste momento em que V. Exª preside esta sessão, depois de termos passado a manhã de hoje em uma audiência pública de grande relevância e importância. Aliás, audiência pública idealizada por V. Exª na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e que tratou exatamente do Acordo Ortográfico que o Brasil firmou com outros países que adotam a Língua Portuguesa como língua nacional e que precisa, sem dúvida nenhuma, ser revisto, ser atualizado, principalmente porque no Brasil estamos identificando uma série de dificuldades na aplicação das novas regras decorrentes deste acordo e temos notícia de que em outros países, principalmente em Portugal, os problemas também são idênticos.

Venho à tribuna desta Casa, nesta tarde, para falar de outro assunto. Considero que ele é pertinente, porque estamos exatamente na semana da Páscoa, uma semana na qual nós devemos falar dos problemas, falar das dificuldades, mas também devemos nos voltar para o sentido mais humano, mais cristão, mais fraterno, quando queremos resolver problemas.

Ao longo de toda a minha vida pública, principalmente agora, depois de eleito Senador, tenho recebido dezenas de manifestações, reiteradas vezes, de muitas pessoas, das mais influentes e ilustres da sociedade até as mais modestas, a respeito de um problema que preocupa todo o Brasil que é a criminalidade hoje praticada por adolescentes, quase crianças, que assusta a sociedade brasileira. A cada dia que se fala do problema, que se fala de um crime, a primeira solicitação que ouvimos de pessoas que não têm muita convivência com o mundo jurídico ou até pessoas que estão atuando na área jurídica é que devemos reduzir a maioridade penal. Muita gente quer que crianças, pré-adolescentes, adolescentes, com idade de 14, 15, 16 anos, sejam encarceradas por conta de algum crime cometido contra a vida ou algum crime mais violento que tenham praticado. A penalização de pessoas tão jovens desta forma, no meu ponto de vista, não resolve o problema no Brasil. Não é o melhor caminho.

Como ex-Secretário de Educação de Santa Catarina, tenho a convicção de que precisamos primeiro voltar a ter valores, critérios muito fortes de valorização da família. Isso é muito importante.

Segundo, temos que dotar o Estado de mecanismos fortes e eficientes de combate à droga, ao tráfico de drogas, à entrada de drogas no País, a atividades ilícitas que fomentam a droga, o uso e a comercialização.

Em terceiro lugar, precisamos investir muito mais em educação. A educação precisa ser feita dentro da-

queles padrões que no passado nós conhecíamos e que hoje estão-se perdendo.

Senadora Ana Amélia, antigamente, a gente ouvia falar que Português era uma disciplina, Matemática era uma disciplina, Geografia era uma disciplina. Hoje, ninguém mais denomina essas matérias como disciplina. Na verdade, antigamente, elas eram chamadas de disciplina para incutir, desde logo, na mentalidade do aluno, no ambiente da escola, esta imagem, esta ideia: escola é disciplina, e onde há disciplina não há indisciplina. Portanto, nós precisamos fazer mais pela educação.

Enquanto isso tudo não acontece, temos de tomar providências para reduzir e eliminar a criminalidade, principalmente essa praticada por menores. Por isso, trago uma contribuição e apresento um projeto de lei nesta data. Venho à ilustre presença de V. Exªs para apresentar uma solução para esse grave problema social que se enfrenta no País. Esse problema é a participação de adolescentes em crimes violentos.

É muito importante frisar, preliminarmente, que quero evitar essa polêmica que envolve a reforma da idade penal no Brasil. O que proponho, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é a alteração de foco; uma nova abordagem, um novo viés para o tratamento dessa grave realidade.

É fato, Srª Presidente, que a quantidade de adolescentes em conflito com a lei cresce a cada ano. O total de menores infratores já representa mais de 17% de toda a população carcerária do País. Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a quantidade de adolescentes brasileiros submetidos a medidas privativas de liberdade quadruplicou: de 4.245, em 1996, para 16.940, em 2009. Isso corresponde a um crescimento de 300% em um período de 13 anos. As taxas de crescimento nos últimos anos são relativamente baixas, mas, ainda assim, o número absoluto de adolescentes internados e apenados, mesmo que em estabelecimentos de recuperação e não em cárcere de privação de liberdade, cresce ano após ano.

Dessa forma, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, proponho, no projeto de lei que apresento, a apreciação por V. Exªs da instituição de determinados efeitos automáticos da sentença condenatória do menor infrator, no caso de delitos cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa.

Esses efeitos, todavia, não se referem à aplicação de normas de natureza penal.

Proponho, assim, o estabelecimento de três efeitos automáticos da sentença que atribui responsabilidade por ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça.

O primeiro dos procedimentos é a postergação do início da maioridade civil dos atuais 18 anos de idade para os 21 anos de idade. Quem cometer um crime, mesmo que tenha menos de 18 anos e a sua condenação ultrapassar 18 anos, automaticamente, perderia direitos civis que são inerentes à maioridade, e a sua maioridade se postergaria para 21 anos de idade.

O segundo efeito que proponho é a elevação, para 21 anos, da idade mínima necessária à habilitação para conduzir veículo automotor. Carteira de motorista para infrator de lei, para quem comete crime não pode ser fornecida.

Finalmente, o terceiro efeito proposto é a suspensão dos direitos políticos pelo período que durar a medida socioeducativa de internação.

Tais efeitos seriam positivados mediante a alteração de três diplomas legais: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Civil e o Código de Trânsito Brasileiro.

Essas medidas, Srª Presidente, justificam-se em face da convicção de que o adolescente infrator, ao cometer crimes violentos, demonstra, pelo menos, despreparo para o exercício de suas faculdades cívicas. Então, o que proponho é uma espécie de "estágio probatório", um adiamento da entrada definitiva do adolescente infrator na vida cívica. Ele ficaria proibido, até os 21 anos, de dirigir, de celebrar contratos, de contrair núpcias, de votar e ser votado e de ser investido em cargo público, enquanto durar a medida privativa de liberdade.

Com essa abordagem, Srª Presidente, desejo alcançar um duplo objetivo: por um lado, desestimular a prática de crimes violentos entre adolescentes, com o aceno de repercussões nas esferas cível, administrativa e eleitoral para os infratores; e, por outro lado, apresentar uma nova forma de abordar o combate aos crimes cometidos por crianças e adolescentes, uma abordagem que busque alternativas a toda a polêmica que envolve a reforma da idade penal e ao impasse que nos impede de avançar no debate sobre esse assunto.

Encerrando, peço o apoio de V. Exªs para que possamos aprovar esse projeto e assim avançarmos no equacionamento dessa questão tão fundamental, na medida em que ela envolve diretamente os futuros cidadãos do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, agradecendo a atenção e desejando a todos os senhores Senadores e Senadoras uma feliz e abençoada Páscoa, bem como a todos os brasileiros que nos ouvem.

Igualmente, desejo que a fraternidade e o espírito cristão, principalmente a amizade e o respeito ao próximo, se façam presentes e se renovem nesta época de reflexão, de amor e de fé.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, em nome dos Senadores.

Esta Mesa agradece ao Senador Paulo Bauer e, de fato, tudo o que V. Exª falou são aspectos muito importantes.

E, ao jovem de hoje, sobre a questão da escola e da educação, que V. Exª conhece bem, o aluno, o estudante de hoje é completamente diferente. Pena que a escola não se modificou diante das exigências deste novo aluno que tem uma aula dentro de um aparelho de telefone celular.

Então, esse talvez seja o motivo de tanta evasão escolar. A escola precisa se atualizar também.

Obrigada, Senador Paulo Bauer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2012

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer, no âmbito civil, administrativo e eleitoral, efeitos automáticos da sentença que reconhece a prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título III da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo VI:

CAPÍTULO VI

Efeitos Automáticos da Sentença

Art. 128-A. São efeitos automáticos da sentença que atribui responsabilidade por ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa:

I – o início da maioridade civil aos 21 anos;

II – a elevação, para 21 anos, da idade mínima necessária à habilitação para conduzir veículo automotor;

III – a suspensão dos direitos políticos durante o período de cumprimento da medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 4º .....

.....

V – os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos, que tenham sido responsabilizados, quando adolescentes, pela prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa.

..... " (NR)

Art. 3º O art. 140 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 140. .....

.....

§ 1º .....

§ 2º Será de 21 (vinte e um) anos a idade mínima necessária para obter o documento de habilitação de que trata o **caput** deste artigo, na hipótese em que o candidato tenha sido responsabilizado por ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição legislativa oferece nova perspectiva para o debate sobre a participação de adolescentes em crimes violentos.

Pretendemos, assim, nos desvencilhar da velha e repisada polêmica sobre a redução da maioridade penal. O foco é outro. Partimos do pressuposto de que a conduta do adolescente deve repercutir não na esfera penal, considerando o óbice do art. 228 da Constituição Federal, mas sobre os atos de sua vida civil, uma vez que a prática de ato infracional com as características mencionadas é uma demonstração cabal de imaturidade para que possa gozar de certas faculdades cívicas.

Em outras palavras, o adolescente que, por decisão judicial, for considerado autor de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa passará, doravante, por uma espécie de "estágio probatório" até que atinja a idade de 21 anos. Logo, não poderá conduzir veículo automotor, votar ou realizar diretamente atos da vida civil, como celebrar contratos, contrair núpcias etc.

O novo Código Civil de 2002 reduziu a maioridade civil de 21 para 18 anos, conforme dispõe o **caput** do seu art. 5º. A novidade não levou em conta, porém, a condição dos adolescentes infratores que praticaram atos gravíssimos e que, portanto, revelaram sérios desajustes em relação aos padrões sociais tolerados. Cremos, assim, que a presente iniciativa termina por proporcionar equilíbrio à legislação civil.

Conclusão é que, se aprovado o presente projeto de lei, não deixaremos passar em brancas nuvens o ato infracional. Além da medida socioeducativa de internação hoje agasalhada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), outras restrições passam a ser incorporadas como "efeitos automáticos da sentença", a saber: **a)** a maioridade civil só será conquistada aos 21 anos; **b)** esta também será a idade mínima para obtenção da carteira nacional de habilitação; **c)** e, finalmente, ficarão suspensos os direitos políticos até o cumprimento total da medida de internação, que pode se prolongar até os 21 anos, conforme dispõem os arts. 2º, parágrafo único, e 121, § 5º, do citado Estatuto. Para tanto, são necessárias alterações no ECA, no Código de Trânsito Brasileiro e no Código Civil.

Quanto à suspensão dos direitos políticos – que leva não só à incapacidade de votar e ser votado, como também à impossibilidade de investidura em cargo público, conforme dispõe o art. 5º, II, da Lei nº 8.112, de 1990 –, vale a pena ressaltar que a proposta ora apresentada apenas transpõe para o âmbito da legislação especial o que, **mutatis mutandis**, já está consagrado no art. 15, III, da Constituição Federal.

Em suma, podemos até discutir se e em quais circunstâncias os adolescentes deveriam ser responsabilizados criminalmente por seus atos. Trata-se de uma celeuma interminável. De forma mais pragmática, estamos plenamente convencidos, porém, de que as infrações graves praticadas por adolescentes devem repercutir nas esferas cível, administrativa e eleitoral, como propõe o projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional. – Senador **Paulo Bauer.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO V

Da Remissão

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

ÍNDICE

Texto compilado
Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro
Vide Lei nº 12.441, de 2011

Institui o Código Civil.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III – os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

IV – os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II – pelo casamento;

III – pelo exercício de emprego público efetivo;

IV – pela colação de grau em curso de ensino superior;

V – pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função

.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Mensagem de veto
Vide texto compilado

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO XIV
Da Habilitação

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

I – ser penalmente imputável;

II – saber ler e escrever;

III – possuir Carteira de Identidade ou equivalente.

Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH.

Art. 141. O processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos e à autorização para conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CONTRAN.

§ 1º A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Municípios.

§ 2º (VETADO

.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Concedo a palavra, pela liderança do PMDB, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, se fosse possível, eu precisaria de um pouquinho mais do que cinco minutos para finalizar meu pronunciamento.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos meses, vários Senadores e várias Senadoras vêm manifestando, da tribuna, uma legítima preocupação com os rumos da nossa indústria. Recordo-me, por exemplo, dos pronunciamentos dos nobres colegas Paulo Paim, Cyro Miranda, Ana Amélia, que neste momento preside a sessão, e Walter Pinheiro, entre muitos outros parlamentares no Senado e na Câmara dos Deputados que se mostraram e se mostram aflitos com a crescente desindustrialização do nosso País. Eu mesmo já expus alguns receios sobre esse assunto em mais de uma oportunidade, alertando para os perigos de não se tomarem atitudes firmes diante da crescente competitividade dos produtos oriundos dos demais países emergentes, sobretudo a China, cuja agressividade comercial é cada vez maior.

A bem da verdade, essa é uma preocupação que, hoje, toma conta não apenas dos parlamentares, não apenas da imprensa, não apenas dos empresários e industriais, mas de todos os cidadãos do País.

De fato, a queda gradual da participação da indústria na formação das riquezas nacionais é um processo que, em nosso País, já se verifica há, pelo menos, duas décadas. O que chama a atenção, no presente, é a intensificação desse processo, o consenso de que ele precisa ser revertido e, principalmente, a necessidade de se adotarem ações urgentes para reverter essa perigosa tendência.

Dessa forma, considero da maior importância que o Senado Federal contribua para esse debate, discutindo as causas da desindustrialização nacional e apresentando propostas para a interrupção e a reversão desse processo.

Foi com essa intenção, Srª Presidente, que apresentei requerimento para a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater a desindustrialização nacional. O requerimento já foi aprovado em ambas as Comissões, e nele propus que se convidassem, para a audiência, os Srs. Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Antônio Delfim Netto, economista; Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Artur Henrique, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; e Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo. O mesmo requerimento foi apresentado pelo Senador Moka, na CAS.

Acredito, Srª Presidente, que, reunindo autoridades representativas do Poder Público, da classe industrial e da classe trabalhadora, teremos uma excelente oportunidade de discutir as causas da desindustrialização e de, a partir daí, alinhavar algumas estratégias que nos permitam abandonar essa posição extremamente desconfortável. Teremos a oportunidade de discutir, por exemplo, a eficácia das diversas medidas que o Governo Federal vem adotando para combater esse processo, especialmente diante da complexidade do quadro econômico atual, que mescla aspectos positivos e aspectos negativos.

Ontem mesmo, a Presidente Dilma, com um conjunto de Ministros da área econômica, lançou um pacote, visando a melhorar essa situação. Tenho a certeza de que os R$19 bilhões colocados no BNDES para empréstimo às empresas e as desonerações de IPI de vários produtos poderão amenizar essa situação.

De fato, embora tenhamos ultrapassado o Reino Unido e assumido o posto de sexta economia do mundo, alguns dos nossos indicadores não deixam de ser preocupantes. Crescemos apenas 2,7% em 2011, menos do que a China, com 9% de crescimento; a Índia, com 7% de crescimento; e a Rússia, com 3,5% de crescimento. E, entre os setores da nossa economia, a indústria, mais uma vez, foi o que registrou o menor crescimento, 1,6%, enquanto o setor agropecuário cresceu 3,9%, e o setor de serviços, 2,7%.

O Governo Federal tem dado mostras de que a questão industrial é uma das prioridades no momento.

Medidas recentes para controlar a valorização do real diante do dólar e as sucessivas reduções da taxa Selic, que deve alcançar o patamar de 9% em futuro próximo, são indicações claras de que o Governo está tentando criar condições favoráveis à recuperação da indústria brasileira, que investiu pouquíssimo no segundo semestre do ano passado.

Tais ações vêm sendo reforçadas por declarações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que afirmou, em audiência pública no Senado, há alguns dias, que o Governo não abandonará a indústria e que prevê um crescimento de 4,5% para a economia brasileira em 2012. Compartilhamos, é claro, o otimismo do Ministro Mantega, mas não podemos deixar de perceber que as causas profundas da desindustrialização não vêm sendo combatidas com a devida firmeza.

Afinal, um real supervalorizado e uma taxa de juros alta não são os únicos, nem os principais obstáculos que a indústria brasileira tem enfrentado. A competitividade da indústria brasileira continuará seriamente comprometida enquanto impusermos ao setor produtivo uma das maiores cargas tributárias do Planeta, enquanto dificultarmos a criação de novas empresas e a formalização de novos negócios, enquanto não formarmos, educarmos e reciclarmos adequadamente nossos trabalhadores e, principalmente, enquanto não eliminarmos os inúmeros gargalos da nossa infraestrutura na energia, no transporte, na tecnologia.

Pergunto-me também se as recentes medidas protecionistas adotadas pelo Governo Federal, como as restrições impostas à importação de automóveis fabricados no México, não apontariam o surgimento de uma tendência perigosa na nossa política de comércio exterior. Nós, que, por muitos anos, criticamos o protecionismo praticado por norte-americanos e europeus em relação aos nossos produtos, agora nos valemos de práticas semelhantes, justamente quando deveríamos adotar uma postura mais voltada para a integração regional, para a valorização do Mercosul, para o estímulo ao comércio intracontinental. Enquanto os países da Europa, da Ásia e da América do Norte intensificam cada vez mais as transações comerciais intrarregionais, a América Latina segue na direção contrária. Estamos criando mais e mais empecilhos para o comércio com nossos vizinhos, e, no meu entendimento, essa é uma estratégia ruim no longo prazo, por mais benefícios que ela possa trazer no curto prazo.

Em suma, Srª Presidente, são questionamentos dessa natureza que eu gostaria de ver debatidos na audiência pública conjunta da CAE e da CAS que realizaremos no Senado. Tenho a certeza de que boas ideias e boas soluções surgirão desse encontro.

Nos mais de quinhentos anos da nossa história, nunca estivemos tão próximos da condição de país plenamente desenvolvido. O que nos impede de dar os últimos passos nesse caminho é justamente o fato de que não estamos explorando o potencial da indústria nacional. E um País com as dimensões do Brasil só alcançará o pleno desenvolvimento ancorado em uma indústria forte e competitiva. É nisso que temos de trabalhar no presente.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Valdir Raupp, que falou pela Liderança do PMDB.

De fato, essa audiência pode ampliar o grau de informação a respeito desse tema tão relevante para o nosso País.

Como orador inscrito, por permuta com a Senadora Angela Portela, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um assunto que conside-

ro muito importante ao nosso povo e também ao País. Assunto que está presente na sociedade e que, mais recentemente, tive a oportunidade de tratar de forma mais profunda através de um qualificado colóquio com a presença de pensadores do meio acadêmico, de lideranças de movimentos populares e sindical e também partidário.

O debate a que me refiro, não é necessário ser economista, administrador ou estatístico para se perceber. Estou me referindo aqui, Srª Presidenta, à intensa mobilidade social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos e às suas causas de fundo.

Ele tem se dado acerca, em que medida elas decorrem das políticas públicas adotadas para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população; ou em que medidas elas foram facilitadas pela conjuntura internacional existente até 2007; ou mesmo se a nova conjuntura internacional e as características estruturais da sociedade brasileira dificultam essa mobilidade social.

Contudo, o que ninguém consegue negar são as mudanças que ocorreram a olhos vistos, tal é o impacto do crescimento econômico associado a uma efetiva política de distribuição de renda. Assim, as famílias que já haviam se resignado a pagar aluguel pelo resto da vida, beneficiadas pelo emprego, pelo aumento da renda, pela estabilidade econômica e pelo acesso ao crédito, foram à luta em busca de uma casa própria.

Comportamento semelhante tiveram outras famílias, que não tinham qualquer perspectiva de ascensão social, mas que, beneficiadas por programas como o Prouni, por exemplo, passaram a acalentar o sonho de ver o filho com diploma de Ensino Superior.

A mobilidade social ganhou números confiáveis e atualizados no último dia 22 de março, quando foi divulgada uma pesquisa da Cetelem BGN, que faz parte do grupo BNP Paribas, atuante no ramo de financiamentos, demonstrando que, entre 2005 – início da série histórica da pesquisa – e 2011, nada menos que 63 milhões de brasileiros e brasileiras alteraram sua capacidade de consumo.

Aqui é importante deixar claro que não consideramos que essa mobilidade social possa ser caracterizada como mudança de classe. Em nossa opinião, o que está ocorrendo é uma metamorfose da classe trabalhadora brasileira: aqueles setores que foram lançados, historicamente, na exclusão, no subemprego, nos salários de fome, estão sendo incluídos no mercado de trabalho formal, recebendo salários mais elevados, tendo acesso ao crédito e a possibilidades de consumo que antes lhes eram negadas. Continuam trabalhadores e agora têm o desafio de, ao lado da melhor capacidade de consumo, adquirir também a consciência de classe trabalhadora, se organizar sindicalmente, adquirir uma consciência política e um nível cultural cada vez melhores.

Por isso, não nos agrada falar de classe média, até porque, como sabemos todos, ainda há muito que melhorar em termos de emprego, salários e capacidade de consumo.

Entretanto, seja como for, Srª Presidente, os dados são impressionantes. Aquilo que podemos chamar de segmento C da classe trabalhadora teria passado a contar com mais 2 milhões e 700 mil brasileiros oriundos dos segmentos D e E.

Além disso, o levantamento constatou que outros 230 mil brasileiros, então pertencentes ao segmento C, ascenderam aos segmentos A e B da classe trabalhadora.

Esses números demonstram que houve uma alteração na composição interna da classe trabalhadora brasileira: os segmentos D e E, que representavam quase 55% da população trabalhadora do Brasil em 2005, reduziram-se ao patamar de 24%; e o segmento C, que reunia aproximadamente 34% da classe trabalhadora brasileira, engloba agora cerca de 54%, ou seja, o segmento C tornou-se majoritário.

Em outras palavras, um quinto da população brasileira, enquadrado nos segmentos D e E da classe trabalhadora, subiu de patamar nesses últimos anos.

Em relação à renda mensal disponível, que é o resultado do salário expurgado dos gastos fixos, verificou-se também em 2011 um crescimento de 20%, passando do valor médio de R$368,00 para R$449,00.

A previsão de Marcus Etchegoyen, diretor-presidente da Cetelem, é a de que essa migração continue fortalecendo o segmento C da classe trabalhadora, ainda que ocorra uma retração no consumo este ano, em decorrência da crise mundial de 2011.

Esses números, Srs. Senadores e Senadoras, refletem um conjunto de ações e circunstâncias favoráveis no qual se destaca o acerto das políticas públicas destinadas a reduzir a pobreza e a melhorar a qualidade de vida do povo.

A geração de empregos, o Bolsa Família e a política de aumento real do salário mínimo, tão ironizado por alguns segmentos da nossa sociedade, mas tão elogiado por organismos internacionais de renome, são algumas das mais importantes medidas decisivas para o fortalecimento do mercado interno.

Ao mesmo tempo, setores populares tiveram amplo acesso ao crédito, garantindo a continuidade da demanda e, por conseguinte, a manutenção da

atividade produtiva nas crises de 2008 e 2011, com o auxílio também das medidas anticíclicas tomadas pelo Governo Federal.

Os prejuízos ocorridos na economia nacional, em comparação com os estragos que afetaram os países de economia central, comprovaram de maneira eloquente o acerto das políticas governamentais que tinham por objetivo enfrentar a crise sem maiores traumas.

Esse nutrido segmento C, que alguns vêm chamando, a nosso ver, equivocadamente de "nova classe média popular", tornou-se o centro de gravidade da economia, da política e das relações sociais do Brasil, na análise do economista Marcelo Neri, que dirige o Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

Num artigo intitulado "Como o Brasil virou o país da classe C", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** no último dia 24, o jornalista Fernando Dantas relata diversas ponderações do economista Marcelo Neri, entre elas a constatação de que o Brasil e o mundo crescem em sintonia, pois "as tendências brasileiras de redução da desigualdade e ascensão da classe C mimetizam um movimento global muito semelhante"; e questiona o que considera um ponto polêmico: a denominação de "nova classe média" ao grupo que emergiu das classes D e E nos últimos anos, com renda mensal familiar entre 1 mil e 700 reais e 7 mil e 500 reais.

O jornalista esclarece a posição do economista Neri a esse respeito. Não se trata de comparar a nova classe média brasileira com a classe média americana, por exemplo, com casa própria e dois carros na garagem, assim como não se podem comparar, igualmente, as classes A e B brasileiras com as classes A e B americanas. O economista da Fundação Getúlio Vargas justifica chamar a classe C de classe média por esta formar um grande contingente e situar-se no meio da distribuição da renda. Além disso, trata-se de um grupamento com características específicas, pois "anda com as próprias pernas", diferentemente da situação de dependência das populações mais pobres.

Nisto, como já dissemos, temos uma opinião distinta. Achamos que é mais adequado dizer que os trabalhadores, que continuam trabalhadores, estão podendo trabalhar, ter emprego e receber melhores salários. Pura e simplesmente isto.

O uso do termo classe média, além de ensejar comparações equivocadas com os EUA e mesmo com os altos padrões de consumo de certas camadas da sociedade brasileira, não estimula algo que consideramos essencial: que os que estão elevando sua capacidade de consumo também elevam sua capacidade de espiritual, cultural e política, assumindo o que são: filhos e filhas, integrantes de pleno direito da classe trabalhadora brasileira.

Basta dizer que o próprio Neri aponta como um dos grandes símbolos da ascensão do que ele chama de classe C a carteira assinada, ou seja, o emprego formal, afinal, desde que o ciclo de avanço social se iniciou, em 2004, a criação de empregos formais mais que duplicou, de 700 mil para 1 milhão e 500 mil por ano. Ele lembra ainda que essa nova classe "está trocando pneu com o carro andando", pois trabalha durante o dia e estuda a noite, demonstrando ambição e iniciativa própria.

A carteira de trabalho é um símbolo, sim, da classe trabalhadora.

Srª Presidenta, Srs. Senadores e Senadoras, para finalizar, o Brasil ainda é um País profundamente dividido pelas desigualdades sociais e regionais. Tivemos no passado alguns momentos de significativo crescimento econômico que foram, quase sempre, desperdiçados pela omissão dos governantes em reduzir a pobreza. A distribuição da riqueza e o combate à miséria, metas prioritárias dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, têm permitido reduzir a desigualdade existente no Brasil.

Há ainda, Srª Presidenta, muito por fazer, mas os números da recente pesquisa, destacados pela mídia, mostram que a política em curso desde 2003 está no caminho certo.

Era isso que gostaria de dizer, Srª Presidenta.

Muito obrigada pelo tempo que me foi concedido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RR) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

A Presidência abre a sessão deliberativa desta tarde e comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que a pauta que estava prevista para hoje foi transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária da próxima semana.

Fechamos a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art.

3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.

Parecer sob nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a alteração que propõe.

3

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2012)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Parecer contrário, sob nº 227, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Continuamos a relação dos oradores inscritos para a tribuna nesta tarde.

Senadora Ivonete Dantas, que havia feito permuta com o Senador Paulo Bauer.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o momento que eu não diria de despedida, mas um momento de muita gratidão. Agradecimento por ter desfrutado da convivência tão enriquecedora e estimulante dos membros da Casa Alta do Parlamento nacional.

Apesar do pouco tempo de exercício do meu mandato, que se iniciou em 7 de dezembro de 2011, dia que ficará marcado em minha memória, foram meses muito intensos, que abriram horizontes no meu percurso político. Aprendi muito neste curto tempo de convívio com V. Exªs. Não hesitarei em reconhecer que ter sido Senadora foi a maior honraria que a vida me reservou. No Senado, a Casa da Federação, é que a voz dos Estados se faz ouvir com mais força e nitidez.

Na condição de fiador do equilíbrio federativo, o Senado proporciona aos representantes de cada Estado a oportunidade de vocalizar a especificidade de sua origem. Aqui a diferença é uma qualidade certamente temperada pelos objetivos maiores da representação política.

Destarte minha atuação sempre foi orientada para o povo do Rio Grande do Norte e a saga de integração do Estado na unidade nacional, quando tomei posse no Senado, assumi o compromisso de contribuir, de forma positiva, com o Governo da Presidente Dilma para que o Brasil avançasse, cada vez mais, nos mecanismos de diminuição das desigualdades regionais e sociais e na inclusão educacional.

Considero que a Presidente Dilma está a fazer excelente administração, alcançando recordes de aprovação popular, deixando a sua marca pessoal e desfazendo a impressão que determinados setores alimentavam de se tratar de apenas simples continuidade do Governo Lula. A despeito de o País passar por mais uma crise aguda de dimensões mundiais, a Presidente Dilma manteve o ritmo do crescimento econômico a par do desenvolvimento de programas de inclusão social e de correção das disparidades de renda que caracterizam a nossa formação econômica.

Lamentavelmente, não tive tempo suficiente para construir todos os projetos que considerava necessários para o desenvolvimento potiguar e, sobretudo, para a parcela mais desfavorecida e menos privilegiada da população.

Ainda assim, recordaria que, ao me despedir dos trabalhos da CPMI da Violência contra a Mulher, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2012, para que os currículos do ensino fundamental e médio incluíssem conteúdos, adaptados para cada faixa etária, relativos à prevenção da violência contra a

mulher, a criança e o idoso, bem como mecanismos de proteção estabelecidos pela legislação para esses segmentos populacionais.

Também assinalaria as funções que desempenhei por indicação de meu Partido, o PMDB, como membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, participando das reuniões das comissões, das discussões e votações sobre propostas e assumindo relatorias de projetos.

Agradeço ao meu Partido, o PMDB, agremiação política que marcou a história nacional por sua trajetória de afirmação da justiça social e de luta pela democracia. Não poderia escolher melhor o partido a que dediquei minha militância política.

Sinto-me muito orgulhosa de ser a primeira mulher da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, a representar o povo no Senado. Desde o saudoso Monsenhor Walfredo Gurgel, a minha querida cidade de Caicó não tinha representante nesta Casa.

Lembro, Srªs e Srs. Senadores, que as mulheres de meu Estado, sempre estiveram na vanguarda da luta pelos direitos políticos femininos em nosso País. Tivemos a primeira mulher, uma brasileira do Rio Grande do Norte, a votar na América Latina e também a primeira prefeita, de Lajes, Alzira Soriano.

Tive o privilégio de fazer parte desse combatente grupo de Senadores e de Senadoras, que são multiplicadoras, levam suas vozes a todo o País e fazem trabalhos com muita determinação – aqui dedico esta honraria à Presidente, neste momento, Ana Amélia. Não obstante a diferença de número, as Senadoras têm-se destacado por forte protagonismo no cenário político brasileiro, confirmando a aptidão feminina para o exercício democrático do poder.

Também homenageio Ana Rita, com quem fizemos grandes encontros da CPMI, participamos de outros momentos, por exemplo a celebração de 8 de março.

Também faço aqui a todas as Senadoras o agradecimento desse bom convívio.

Encerro este discurso de despedida, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, manifestando minha alegria pelo retorno a esta Casa do Senador Garibaldi Alves, a quem tive o prazer de substituir, bem como pelo pronto restabelecimento do momento pelo qual passou.

Agradeço sobretudo aos técnicos, aos servidores desta Casa, a todos do gabinete, que foram grandes colaboradores na conquista deste período curto que passei aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Mesa apresenta a V. Exª os cumprimentos, desejando muito êxito à cara Senadora Ivonete Dantas. Particularmente, tivemos convivência em algumas das comissões técnicas e no plenário pela vizinhança da bancada – Rio Grande do Norte está do lado do Rio Grande do Sul, brincamos que somos conterrâneos, ao norte e ao sul deste País tão grande

Quero desejar-lhe muito sucesso, Senadora. Foi uma alegria a convivência com V. Exª, enriqueceu a bancada das mulheres do Senado Federal, que é mais de 10% dos 81 Senadores. Parabéns e cumprimentos. Continue nessa jornada de defender exatamente essa ação corajosa, destemida e disciplinada.

Cumprimentos à Senadora e tenha a nossa solidariedade no retorno ao seu Estado.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Orador inscrito Senador José Pimentel.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ivonete Dantas...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para pedir minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, está inscrito, Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ivonete Dantas, eu estava no meu gabinete e vim rapidamente quando percebi que a senhora estava na tribuna. Havia lhe dito ontem que eu fazia questão de fazer um aparte. Primeiro dizer que V. Exª, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, fez um trabalho excelente, foi uma grande Senadora, tanto na forma de votar em cada matéria como na defesa das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, no combate a todo tipo de preconceito. V. Exª, em nenhum momento, se intimidou quando alguns tentavam mostrar que aquele projeto poderia proteger os discriminados. V. Exª, inclusive, assumiu relatorias ad hoc, com convicção de que estava fazendo o bem. Eu quero só cumprimentar V. Exª, e volte para o seu Estado com enorme orgulho do dever cumprido. Eu estive no seu Estado e percebi o carinho, lá em Natal, que aquele povo tem com V. Exª. Eu fiquei muito feliz de trabalhar ao seu lado pela competência e pela qualidade do debate. Enfim, como fiz ontem, eu tenho orgulho de

dizer que fiquei também seu amigo, como fiz ontem com o Senador Lauro. Parabéns a V. Exª. Sua família e o povo do seu Estado podem ficar orgulhosos, estão recebendo uma grande Senadora que, quem sabe, mais hoje, mais amanhã, estará retornando ao Congresso Nacional. Parabéns a V. Exª.

A SRA. IVONETE DANTAS (Bloco/PMDB – RN) – Muito obrigada Senador Paulo Paim. Foi um convívio maravilhoso, aprendi muito e tive a honra realmente de fazer parte da comissão da qual V. Exª é presidente, e é realmente um Senador admirável pelo trabalho, pela dedicação às causas incontestes que V. Exª levanta e que faz ecoar aqui a voz a todos os brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada Senadora Ivonete Dantas.

Como havia chamado, o próximo orador é o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores,

A Confederação Nacional da Indústria, em conjunto com o Ibope, divulga hoje mais uma pesquisa sobre o Governo Dilma, sobre a Presidenta Dilma. E os dados são muito animadores. O primeiro deles demonstra que a pesquisa realizada em dezembro de 2011 para março de 2012, cresce a popularidade da Presidenta Dilma. Em 2011 era de 72%, agora foi para 77%. Se observarmos o percentual de brasileiros que confiam na própria Presidenta, veremos que elevou de 68% para 72%. E aqueles que consideram o Governo Dilma "bom" e "ótimo" estão em 56%. E esses dados, Srª Presidente, é resultado de um conjunto de ações que o governo vem desempenhando, que a Presidenta vem conduzindo e principalmente no fortalecimento da nossa economia, na geração de emprego e no combate à exclusão social.

Se analisarmos a redução do custo Brasil, nós tivemos os primeiros passos concretos sobre esse tema com o Simples Federal, em 1996. Em seguida, tivemos uma mudança muito profunda, em 2007, com o Simples Nacional, e que hoje inicio de 2012, já há seis milhões e duzentas mil micro e pequenas empresas e empreendedores individuais inscritos no Simples Nacional. E esse processo teve uma redução significativa no custo patronal para a previdência social. Parte deles tem zero de contribuição sobre a folha, outros tiveram as alíquotas reduzidas a exemplo do empreendedor individual, que saiu de 20% sobre o salário mínimo e foi reduzido para apenas 5%.

Esse conjunto de ações permitiu um crescimento significativo no mundo da empregabilidade. E agora, com o lançamento do programa Brasil Maior, que menciona o segundo semestre com algumas ações de desoneração que se intensificam com a segunda fase do programa Brasil Maior – e chega aqui na Casa mais uma medida provisória sobre esse tema – estamos tendo algo em torno de 15 segmentos da nossa economia, setores que são grandes empregadores brasileiros e que estão substituindo a contribuição patronal sobre a folha e transferindo para o faturamento.

E o Governo está fazendo isso porque hoje temos uma grande injustiça: a empresa que resolveu automatizar, substituindo a mão de obra humana por equipamentos, tem uma contribuição diminuta para a previdência social. A outra empresa, que produz a mesma mercadoria, que concorre no mesmo espaço de mercado, que prioriza a mão de obra como a grande fonte de geração de negócios, tem um custo muito maior e, a partir dali, os seus produtos chegam à praça brasileira com preço muito significativo.

E é por isso que tanto o setor empregador como o setor dos trabalhadores têm trabalhado no sentido de que deveremos, cada vez mais, desonerar a folha do pagamento no que diz respeito à contribuição patronal e transferir para o faturamento.

Nessas medidas divulgadas pela nossa Presidenta Dilma ontem, a contribuição do setor têxtil, que tem uma contribuição significativa para a geração de emprego e é um grande empregador, principalmente na região Nordeste, está sendo reduzida para apenas 1%, sobre o seu faturamento. Se pegarmos a média de financiamento do sistema previdenciário no setor têxtil, precisaríamos de 2,32%. Essa diferença será coberta pelo Tesouro Nacional, e a previdência social não terá nenhum prejuízo.

Exatamente por isso, desde quando o Presidente Lula iniciou esse processo de desoneração da folha de pagamento patronal, foi criado esse mecanismo de compensação por parte do Tesouro e, no Plano Brasil Maior, lançado no segundo semestre de 2011, tivemos o cuidado de incluir uma cláusula, um artigo, naquela legislação, determinando uma comissão composta por membros do Conselho Nacional da Previdência Social, que é paritário, com membros da Receita Federal, para tratar exatamente dessas compensações, para evitar qualquer prejuízo para a Previdência Social. Está inserido na Lei nº 12.546/2011.

Outro setor também extremamente empregador no Brasil é o setor das confecções. Neste, também, a contribuição sobre a folha está sendo reduzida para 1%. No setor de móveis, que teve o seu pedido de exclusão no Plano Brasil Maior do ano passado, também está sendo fixada agora em apenas 1%. A necessida-

de desse setor para compensar totalmente o seu custeio previdenciário deveria ser de 2,09%. Temos aqui, nesse conjunto de itens, 15 segmentos da economia que, a partir da medida provisória publicada, passarão a ter essa redução significativa na folha de pagamento como forma de proteger os empregos e fortalecer o mercado informal de trabalho.

Essas medidas tomadas, ontem, pelo Governo Federal implicarão em uma renúncia fiscal da ordem de R$7,2 bilhões, dados de 2012. Esse montante de recursos será compensado com recursos do Tesouro Nacional para que o Fundo Nacional de Previdência Social não tenha qualquer prejuízo.

Quando cheguei na Previdência Social, em junho de 2008, encontramos a previdência pública urbana, que é a previdência contributiva, com uma necessidade de financiamento da ordem de R$15 bilhões para fechar as suas contas entre a sua receita e o seu pagamento – esses dados são de 2007. Com o advento do Simples Nacional, por meio do qual reduzimos significativamente a carga tributária e mudamos profundamente a questão previdenciária, em 2011, ao fecharmos as contas da Previdência Social, tivemos um saldo positivo superior a R$14 bilhões, no que diz respeito à previdência contributiva urbana. Portanto, compensamos e cobrimos os R$15 bilhões de necessidade de financiamento que tínhamos em 2007 e passamos a ter um saldo positivo da ordem de R$14 bilhões.

Em outras palavras, entre 2007 e 2011, a Previdência Pública Urbana teve um acréscimo de receitas superior a R$29 bilhões, cobrindo totalmente o seu déficit ali existente e passando a ter um saldo positivo.

E essas medidas aqui tomadas no Programa Brasil Maior vêm no mesmo sentido, continuar fortalecendo o mundo do trabalho, continuar fortalecendo a empregabilidade, trazer setores que ainda estavam na informalidade, exatamente para que possamos ter, cada vez mais, o fortalecimento do poder de compra da classe trabalhadora. E, com esses mecanismos, fortalecer ainda mais o mercado nacional.

O Congresso Nacional, o Senado Federal está discutindo fortemente a chamada Resolução nº 72, que tem como objetivo por fim à chamada guerra dos portos, que é outra ação, que tem como objetivo fortalecer a indústria nacional.

Todos nós sabemos que alguns Estados começaram a fazer essa prática há bastante tempo, a exemplo do Espírito Santo, desde a década de 1970, que estimula e premia os importadores como forma de tornar mais atrativos os seus portos.

É necessário preservar os interesses do Estado do Espírito Santo, do Estado de Santa Catarina e, exatamente por isso, as lideranças no Congresso Nacional, as lideranças dos partidos políticos no Senado Federal, têm mantido um diálogo permanente com o Ministério da Fazenda, como forma de construir um desenho em que o Espírito Santo e Santa Catarina preservem os seus interesses, mas, ao mesmo tempo, possam por fim à chamada guerra dos portos, para fortalecer a indústria nacional, em especial a indústria de transformação.

E, nesse aspecto, se pegarmos os últimos dez anos, a indústria de transformação perdeu mais de novecentos mil empregos formais, fruto exatamente, de um lado, do custo Brasil, do outro lado, essa competição desigual feita por alguns portos brasileiros.

Essas medidas que estamos tomando têm como finalidade proteger o emprego, fortalecer a indústria brasileira e também assegurar um mercado crescente, um mercado de massas que o Brasil possui, que o Brasil constrói com muita dificuldade.

Se observarmos um dos grandes fatores atrativos de investimentos hoje no Brasil, é exatamente sua capacidade de compra, de consumo e, particularmente, a recuperação do Estado como indutor de investimento e da iniciativa privada como parceiro desse grande projeto de um País, que hoje é a sexta potência econômica do Planeta, um País que enfrenta que enfrenta concorrências desiguais e que precisa, cada vez mais, fortalecer seu setor de câmbio, fortalecer seu setor exportador, fortalecer sua economia.

É por isso que esse segundo Plano Brasil Maior traz um conjunto de ações voltadas para o mundo da exportação, para a proteção da nossa moeda, para estimular o setor de crédito voltado para a exportação, além de simplificar um conjunto de ações como forma de assegurar, cada vez mais, a nossa exportação que, em 2003, era de aproximadamente R$60 bilhões ao ano, e chegamos, em 2011, a mais de R$250 bilhões. Ao mesmo tempo, temos também ampliado o nosso setor importador particularmente de máquinas e equipamentos para fortalecer o nosso parque industrial para torná-lo cada vez mais competitivo, sem deixar de observar os gargalos, as dificuldades, os entraves que a nossa economia ainda tem e que precisa superar.

Exatamente por isso, o nosso Ministro da Fazenda Guido Mantega juntamente com as entidades representativas do setor exportador estão tomando uma série de medidas conjuntas entre iniciativa privada, entre o Estado nacional, envolvendo os vários setores da sociedade para que a nossa balança comercial continue crescendo, continue estimulando a importação e, ao mesmo tempo, protegendo o nosso mundo do emprego.

É bom lembrar que, desde a década de 90, o Brasil tem tomado uma série de medidas para desonerar as exportações de maneira que ela possa ter imposto zero nessa pauta, a exemplo dos demais países. Cada vez mais, precisamos tomar uma série de outras ações que dizem respeito ao custo do empréstimo, ao custo do dinheiro.

A nossa taxa Selic, que é a nossa taxa básica de juros, tem caído significativamente, a taxa de juros praticada pelo Bndes também tem tido redução significativa pelos bancos públicos, mas precisamos ter uma ação cada vez mais afirmativa junto ao sistema financeiro brasileiro para que essa taxa de juros venha para patamares civilizados, porque essa taxa de juros hoje praticada não tem qualquer justificativa para se manter nesses patamares. E lembro aqui muito bem de toda a trajetória política empresarial de um dos maiores empresários do Brasil, o nosso ex-vice-presidente José Alencar, que tinha quase como sacerdócio esse debate sobre a taxa de juros, deixando claro que estava na hora de a banca brasileira, aqueles que operam no mercado brasileiro, voltar a ter uma prática de juros mais compatível com os custos, com a realidade brasileira e com o mercado internacional.

É verdade que, ultimamente, temos tido uma diminuição na taxa de juros, mas ainda está muito longe da que entendemos que é razoável para o mercado brasileiro. De um lado, a taxa Selic, que é praticada pelo mercado quando financia os títulos públicos da dívida brasileira, tem tido redução, mas precisamos continuar com essa política de redução da taxa Selic. Acreditamos e esperamos que, na próxima reunião do Copom, do Banco Central, ela possa chegar à casa dos 9%, com a taxa de inflação na casa dos 5%. Ainda teria uma taxa real de juros em torno de 4% ao ano, sendo uma das maiores do mundo. Portanto, temos uma margem significativa para reduzir a taxa Selic, trabalhar junto ao mercado nacional para que a taxa de juros praticada também possa ter uma redução significativa. Tudo isso para continuar estimulando o mercado nacional, continuar estimulando a micro e pequena empresa, os setores produtivos, a preservação do emprego para os nossos trabalhadores e, acima de tudo, a recuperação do poder de compra.

São essas as ações, Sr. Presidente, nosso Senador Anibal Diniz, da Presidente Dilma, juntamente com os seus ministros, com o setor produtivo brasileiro, as entidades empresariais, os trabalhadores, nessa grande atividade realizada no dia de ontem, na parte da manhã, instalando ali vários conselhos dos comitês setoriais, das câmaras setoriais para enfrentar esse momento difícil por que passam as economias internacionais, as economias emergentes.

Aproveito aqui para registrar a participação da nossa Presidente Dilma nessa última reunião dos Brics, como chamamos, sediada na Índia, em que um dos grandes debates foi exatamente a necessidade de fortalecer nossas economias, protegê-las e, ao mesmo tempo, firmar um conjunto de convênios, de tratados, de interesses multilaterais, bilaterais para proteger toda a economia dos chamados países emergentes e, a partir dali, podermos ter, Sr. Presidente, um processo de fortalecimento da nossa economia.

Por isso, Sr. Presidente, quero dar como lido o nosso pronunciamento e, ao mesmo tempo, desejar à nossa Presidenta Dilma e aos seus ministros um bom desempenho ao lado de setor empresarial brasileiro e dos trabalhadores.

Quero registrar que este País tem um crescimento econômico consolidado, que os seus fundamentos econômicos são muito importantes e que precisamos ter uma sintonia muito integrada com os interesses do Estado nacional, independentemente de sermos da base do Governo ou da oposição, para que, no dia de amanhã, possamos dizer que a nossa economia continua cada vez mais sólida e que as desigualdades sociais estão diminuindo.

Por isso, todos nós estamos aqui, no Senado Federal, analisando, aprimorando, para que, no dia de manhã, todos possam dizer: somos parte desta Nação, que hoje é a sexta economia do Planeta, e queremos continuar crescendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vivemos um tempo de consolidação dos importantes avanços que conquistamos ao longo dos últimos anos nas áreas econômica e social,

Apesar das incertezas geradas pelos efeitos da crise econômica que atinge todas as nações, principalmente os países da chamada Zona do Euro, o Brasil vem tomando medidas muito concretas para minimizar esses efeitos. Estamos garantindo um crescimento sustentável com inflação controlada, preservando a competitividade da nossa indústria e mantendo a geração de empregos.

Ao retornar da reunião dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, índia, China e África do Sul), a nossa presidenta, Dilma Rousseff, destacou o pensamento convergente dessas Nações sobre a importância de

se apostar na inclusão social, na geração de empregos, no fortalecimento dos mercados internos e na competitividade, como formas positivas de combater os efeitos dessa crise.

Ontem, pela manhã, o Governo Federal deu mais um passo importante nessa direção com o lançamento das novas medidas do Plano Brasil Maior. Nós acompanhamos com muita atenção o lançamento dessas novas ações que fazem parte da Estratégia de Desenvolvimento Brasileiro e pretendem estimular os investimentos públicos e privados, aumentar a competitividade da nossa economia e, principalmente, reduzir custos tributários, econômicos e financeiros.

Um desses pontos que considero de extrema importância diz respeito à desoneração da folha de pagamento para mais 11 setores, totalizando 15.

Essa iniciativa tem entre seus objetivos ampliar a competitividade da indústria nacional pela redução dos custos laborais e estimular as exportações, que serão isentas das contribuições previdenciárias.

Também é importante destacar que a desoneração vai estimular ainda mais a formalização do mercado de trabalho e a geração de empregos, uma vez que a contribuição previdenciária dependerá apenas da receita e não mais da folha de salários.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta de desoneração da folha de pagamentos é constituída de duas medidas complementares.

Em primeiro lugar, o governo está eliminando a atual contribuição previdenciária sobre a folha. Mas não haverá prejuízo para a Previdência Social, pois estamos adotando uma nova alíquota tributária que incide sobre a receita bruta das empresas, descontando as receitas de exportação.

Em segundo lugar, essa mudança de base de contribuição contempla uma redução de carga tributária dos novos setores beneficiados, como por exemplo, o setor têxtil, o setor moveleiro, o setor de autopeças, o setor de hotéis, entre outros que se somam aos setores já beneficiados pela Lei 12.546, de 2012, que desonerou a folha de setores como o de confecções e o calçadista.

Importante destacar, senhor Presidente, que a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre o faturamento se aplica apenas à contribuição previdenciária patronal paga pelas empresas, equivalente a 20% de suas folhas salariais. Todas as demais contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos permanecem inalteradas inclusive o FGTS e a contribuição dos próprios empregados para o Regime Geral da Previdência Social, sem nenhum prejuízo para os trabalhadores.

Quero aqui destacar o compromisso da nossa Presidenta Dilma, na cerimônia de ontem, de que o Tesouro Nacional compensará as eventuais perdas de arrecadação decorrentes das contribuições previdenciárias e tomará todas as medidas para que não se crie a distorção de transformar em déficit da Previdência, o que é uma política de governo de desoneração de folha de pagamento. Isso garante que o ônus dos ajustes propostos não vai recair sobre os trabalhadores. Portanto, haverá redução do custo do trabalho sem a redução de salários e sem retirar direitos e conquistas dos trabalhadores.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, outro ponto que merece destaque nas medidas anunciadas ontem diz respeito às ações do nosso BNDES e o fortalecimento da atividade industrial no Brasil.

O BNDES fará uma redução significativa do custo de seus financiamentos para máquinas e equipamentos, ampliando prazos e aumentando seus níveis máximos de participação.

O Banco também melhorou as condições de seu apoio à inovação, lançando medidas para estimular a competitividade dos setores produtores de bens manufaturados e ampliando o acesso de recursos para capital de giro.

Também entre as chamadas medidas creditícias apresentadas está a prorrogação, até dezembro de 2013, do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES (PSI), que financia máquinas e equipamentos com redução de taxas, aumento de prazos e dos níveis de participação máxima do Banco. Com esse programa, os juros para a aquisição de máquinas e equipamentos caíram de 8,7% ao ano para 7,3%, no caso das grandes empresas, e de 6,5% para 5,5% no caso de micro, pequenas e médias empresas.

Outra mudança importante é a criação de um subprograma do PSI cujo objetivo é apoiar a sofisticação tecnológica do setor industrial brasileiro.

O BNDES PSI Projetos Transformadores vai financiar com taxa de 5% ao ano e prazo de até 144 meses investimentos que criem capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia. O foco é a produção de bens que ainda não são fabricados no País e que possam induzir encadeamentos e ganhos de produtividade e qualidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, finalizo reforçando as palavras da Presidenta Dilma e o compromisso do Governo Federal de total apoio e estímulo à indústria nacional.

Eu estou incluído no grupo dos otimistas, no grupo daqueles que acreditam que as medidas tomadas anteriormente e as que agora fazem parte do

Programa Brasil Maior serão ações eficientes para os novos enfrentamentos que o nosso País deve encarar no presente cenário da crise econômica internacional.

Com aumento da nossa competitividade, o fortalecimento da nossa indústria, com a manutenção e a geração de empregos e com a consolidação do nosso mercado interno, acredito que estaremos preparados para superar os desafios que agora se apresentam.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Pimentel.

V. Exª será atendido, nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra, pela Liderança do PSDB, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Governo lançou mais um plano de socorro à indústria, num momento em que o setor se encontra em dificuldades.

Ontem, já o abordamos de forma preliminar, e hoje voltamos ao assunto, porque consideramos da maior importância aprofundar a análise das decisões governamentais.

Mais uma vez, repete-se a sina de medidas pontuais, limitadas, sem um caráter estruturante ou capacidade de produzir algum salto relevante.

O pacote tem coisas boas e novas: infelizmente, o que é bom não é novo, e o que é novo não é bom. As medidas são a sexta tentativa, desde 2008, de ajudar a indústria a sair do poço profundo em que se encontra, especialmente em alguns segmentos.

A própria repetição do enredo já é capaz de sugerir que a estrada pela qual o Governo persevera não leva a um bom destino. Apenas para ilustrar, a indústria já caiu 3,4% nos dois primeiros meses deste ano, conforme informa o IBGE.

Em suma, o que foi anunciado ontem pelo Governo limita-se a desonerações tributárias, ao aumento e barateamento do crédito e a incentivos às exportações.

A cifra é portentosa: R$60,4 bilhões. Mas também enganosa: a maior parte serão novos aportes ao BNDES e uma ínfima parcela, apenas, de renúncia fiscal.

Para apoiar a indústria, o Governo deixará de arrecadar R$3,1 bilhões neste ano. Parece muito? Não é: equivale a cerca de um dia de arrecadação do Leão, de acordo com os números do primeiro bimestre.

Não é capaz, portanto, nem de fazer cócegas. A carga tributária total continuará em alta – alguns tributos serão, inclusive, majorados agora, como o PIS e Cofins.

O grosso do pacote virá de aportes ao BNDES, para que o banco conceda financiamentos a custos menores.

Serão mais R$45 bilhões. Com isso, subirá para R$285 bilhões o que a instituição recebeu do Tesouro desde 2009, de forma pouco transparente e a um custo fiscal completamente nebuloso. Isso significa que o contribuinte, ou seja, o povo brasileiro subsidiará taxas de juros privilegiadas que, certamente, alcançarão uma parte insignificante no contexto global da economia do País, atendendo, especialmente e em primeiro lugar, àqueles setores mais próximos do poder no País.

Para disponibilizar esses recursos às empresas, o Tesouro os tomará no mercado a juros de quase 10% ao ano e irá repassá-los ao BNDES, que dará crédito a juro de 5,5% a 7,7%.

"O plano peca por depender excessivamente do BNDES no financiamento das políticas, o que acaba sobrecarregando o Tesouro", comenta Julio Gomes de Almeida, do Iedi.

O "impacto do aporte ao banco é incógnita" ilustra manchete do **Valor**, esposando a opinião de vários economistas sobre o "pacote".

Vladimir do Vale, economista do Crédit Agricole, aponta que o atual nível de ociosidade da capacidade instalada na indústria não exige que as empresas tenham pressa em investir.

A ausência de uma estratégia de longo prazo para a indústria que otimize o novo aporte do Tesouro ao BNDES preocupa Mônica de Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças.

Segundo Mônica, o Governo optou pelo caminho mais fácil: conceder crédito público em um canal já conhecido, como o BNDES. Novamente temos intervencionismo estatal nos investimentos para a indústria, e esse tipo de intervencionismo nunca é eficiente, porque dá prioridade para coisas que estão na agenda do Governo, que não necessariamente representam o desenvolvimento do País como um todo, no longo prazo.

Aliás, o Tesouro é o pagador de todas as promessas. É o que vai transferir mais dinheiro ao BNDES. É o que vai cobrir o subsídio dos juros, a equalização de taxas, as renúncias fiscais. O Tesouro é o caixa forte do seu, do meu e do nosso dinheiro. O que aconteceu ontem foi mais uma distribuição dos recursos públicos.

É o comentário de Miriam Leitão em seu **blog** de hoje.

E certamente os Municípios brasileiros, por intermédio de seus prefeitos, poderão afirmar cortesia com o chapéu alheio. Cortesia não só com o chapéu das administrações municipais, mas, sobretudo, cortesia com o chapéu dos contribuintes brasileiros, que estarão subsidiando essas taxas de juros privilegiadas que, certamente, não alcançarão todos aqueles que produzem no País, mas, sabidamente, alcançarão alguns setores pontualmente definidos pelo próprio Governo.

Há, como se percebe facilmente, um custo não desprezível na operação, e a única forma de controlar esses gastos seria submeter ao Congresso a aprovação dos aportes ao banco, como, aliás, previa proposta do Senador Aécio Neves, vetada pela Presidente Dilma Rousseff no ano passado.

Entre as medidas de ontem, o Governo ressuscita câmaras setoriais, que, no passado, só serviram para atender *lobbies*, tanto de empresários quanto de trabalhadores.

Também erige novas barreiras protecionistas no comércio exterior: o novo regime automotivo dará condição privilegiada às quatro mais tradicionais montadoras instaladas no País, em detrimento das demais. E permite compras governamentais com sobrepreços de até 25%.

O Governo elegeu 11 dos 127 setores em que se decompõe o parque produtivo para receber os benefícios.

Portanto, menos de 10% do parque produtivo estará contemplado com as medidas anunciadas pelo Governo. E quem garante que o Governo escolheu os mais adequados? Quem garante que não deixou de fora alguns dos que mais precisavam, mas cujo *lobby* em Brasília não foi tão eficiente?

Justamente para evitar essa arbitragem temerária, melhor seria se as medidas contemplassem toda a indústria, de forma a aumentar a combalida competitividade do setor nesse quesito – somos apenas a 53ª nação entre 142 pesquisadas pelo Banco Mundial.

> *Os grandes gargalos que afetam a indústria brasileira só serão removidos com medidas horizontais, que atinjam todos os setores de forma abrangente. Nenhum país conseguiu se tornar desenvolvido sem garantir provisão satisfatória de infraestrutura, mão de obra qualificada e ambiente macroeconômico adequado.*

Assim sintetiza Maurício Canêdo Pinheiro, professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas.

Não será repetindo receitas carcomidas que o Governo Dilma conseguirá ressuscitar a indústria brasileira, abatida por barbeiragens decorrentes das políticas adotadas pelo Governo nos últimos anos. Só mudanças mais profundas, reformas estruturais, melhorias institucionais teriam o condão de catapultar, de fato, o ambiente produtivo no País. Com o que foi anunciado ontem, o voo deverá ser curto.

E o que é preciso destacar sempre: o Governo é eficiente no ato do anúncio, mas ineficaz na execução. Anuncia espetaculosamente, gera uma falsa expectativa e depois há a frustração.

É bom dizer que, em várias oportunidades tentamos, através de projetos ou mesmo de emendas a medidas provisórias, definir que toda concessão de natureza fiscal feita pelo Governo Federal, pelo Governo da União, tem de ser concessão bancada pela União, e não pelos Estados e pelos Municípios, já sufocados no ambiente em que o sistema federativo se transformou, no cenário de injustiças ignominiosas, já que a isonomia está afrontada, com unidades federativas sofrendo prejuízos, sobretudo em razão da concentração dos recursos tributários nos cofres do Poder central.

Não há reformas, não há interesse por elas. Há um esquecimento absoluto das promessas e dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral; não faz muito tempo, para que fossem esquecidos tão rapidamente desde a campanha eleitoral.

Hoje, há um grande desafio, que o próprio Senado da República, através da sua Presidência reconhece. Temos uma tarefa à frente, que é a de restabelecermos um sistema federativo que permita a todas as Unidades da Federação sobreviverem num ambiente de correção e de justiça, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos recursos e das potencialidades nacionais. Mas não se fala, a partir do Palácio do Planalto, em revisão do pacto federativo, como não se fala, pontualmente, na reforma tributária. De quando em vez, anuncia-se a intenção de reduzir a carga tributária, mas não há manifestação de vontade política que repercuta na prática, porque ações de natureza administrativa ou política não são desenhadas e apresentadas à sociedade. Nem mesmo a reforma administrativa. Não se faz uma reforma administrativa para reduzir custos da máquina, para reduzir despesas correntes, para elevar a capacidade de investimento do Poder Público, extremamente comprometida, em razão de gastos desnecessários numa máquina perdulária que sacrifica demais os investimentos nacionais.

Eu daria como exemplo, alvo de escândalo nos últimos dias, o Ministério da Pesca. O que justifica os gastos que são realizados para a manutenção dessa

estrutura? Qual é o resultado prático dessa estrutura? A compra de lanchas com superfaturamento? O repasse para a campanha eleitoral de parte desse superfaturamento?

Mas não é só o Ministério da Pesca. Há outros setores do Governo, secretarias com **status** de ministério, que gastam mais em sua manutenção do que investem produtivamente. Se há setores do Governo que gastam mais do que investem, não se justificam, especialmente se são setores fim, e não meio. Não é o Ministério do Planejamento. É o Ministério da Pesca, que não é ministério meio, é ministério fim. Não há investimento produtivo. O que há é gasto supérfluo e, por isso, não há razão para existir.

Concedo ao Senador Agripino, Presidente Líder do DEM, com satisfação, o aparte que solicita.

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, nesta quarta-feira, antevéspera da Semana Santa, nós estamos aqui ainda a postos, e V. Exª pronuncia um discurso consistente, fazendo uma avaliação, antes da Páscoa, do andamento do plano macro de um governo que anuncia índices de popularidade elevados. Eu temo, Senador Alvaro Dias, que esses índices, que não têm, na minha opinião, sustentação, venham, ao longo do tempo, a se pulverizar por uma razão muito simples: o Brasil, hoje, é um País que cresceu 2,7 pontos percentuais no PIB, ano passado, apenas por conta do agronegócio e por conta do consumo das famílias, consumo induzido por crédito, que foi levando as pessoas, e não as fábricas, a se modernizarem. Consumiu-se produto brasileiro e produto importado. É um País que cresceu 2,7 pontos percentuais e que, por conta disso, produziu, ontem, para a Photo Opportunity, uma reunião dos empresários do Brasil, chamados pela Presidente, para mostrar, talvez, ao País uma espécie de reação que não acontecerá, porque a substância, como V. Exª acabou de dizer, não acontece. As reformas estruturantes não acontecem. A infraestrutura brasileira não vai melhorar enquanto nós tivermos um Estado perdulário e gastador. Enquanto a poupança pública na China é de 50%, no Brasil, não chega a 17%, 18%. Portanto, não há investimento com recurso garantido. Com isso, fica comprometida, evidentemente, uma coisa que é fulcral, chamada competitividade, que é a palavra de ordem, que começa, por exemplo, com o **spread** bancário. Senador Aloysio Nunes, o Governo tem, seguidamente, baixado a taxa Selic. Vá lá perguntar ao consumidor se a taxa de juros com que ele está comprando o eletrodoméstico ou o automóvel, aquilo que ele compra a prazo, no Brasil, está caindo na proporção semelhante? Coisa nenhuma! Porque existe algo chamado **spread**, que significa credibilidade entre comprador e financiador; e não baixa. Por quê? Porque a estrutura do Brasil não permite uma credibilidade que baixe o **spread** e a taxa de juros entre quem produz e quem compra ou quem vende. Por que este País, na minha opinião, vai encontrar barreiras intransponíveis, se este Governo continuar? Porque ele não tem coragem – tem popularidade – de mexer na estrutura, para diminuir o tamanho do Estado, para diminuir o gasto público, para fazer uma reforma tributária consistente, para inspirar credibilidade ao Estado e às operações de compra e venda e baixar o **spread** bancário, para fazer o País competitivo. O Brasil virou um país caro, Senador Alvaro Dias. Já foi um País para onde valia a pena vir dos Estados Unidos para comprar sapato, roupa. Hoje, não mais. Hoje, quem quiser comprar algo de qualidade vá para fora, porque pode ter qualidade no Brasil, mas pelo preço dobrado em relação ao que se encontra em outros países. Estamos virando um País não competitivo, e isso é um perigo para a perspectiva de quem quer competir. A Presidente acabou de ir ao encontro dos Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Nós estamos longe de ter competitividade como tem a China, a Rússia; como a própria Índia está produzindo. Estamos longe disso, e o defeito está aqui. Não adianta dizer lá fora, com bravata, que não precisa do capital estrangeiro, deitar falação, porque os problemas estão aqui. Nós devemos nos coser com as nossas próprias linhas. Nós precisamos cuidar das nossas questões estruturantes, temos que cuidar do **spread** bancário, temos que cuidar do custo da máquina pública e da corrupção, que não é nem de longe tocada. Senador Alvaro Dias, o meu partido passou, agora, por mais um teste e soube se comportar, até para fazer história; história partidária. O meu partido passou por uma provação. O seu líder no Senado, meu companheiro, foi alvo de acusações procedentes, e o meu partido tomou posição. Na hora certa, tomou posição e fez com que ele se desligasse do partido, diferentemente do partido da Presidente Dilma, que recebe, sob aplauso, os "Delúbios Soares", os "Josés Dirceus", os Genoínos...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – ...todos eles que, acusados, são recebidos de volta no PT sob aplauso, gerando o pior dos exemplos para a sociedade brasileira, levando a que aconteçam denúncias como a que a Rede Globo mostrou nas concorrências da saúde. Esse é um exemplo a que o brasileiro comum assiste e se sente no direito de repetir, porque não há punição. Nós estamos caminhando para ser o País da impunidade, e, pelo nosso exemplo, não; pela nossa

ação, não. Por essa razão é que quero cumprimentar V. Exª pelo discurso oportuno que pronuncia nesta tarde de quarta-feira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Agripino.

Primeiramente, os cumprimentos pela posição vigorosa que, como Presidente dos democratas, assumiu, mesmo com todas as dores naturais de uma circunstância inusitada como essa. Mas o partido agiu com o rigor que se exige, como fez antes, no caso de Brasília, com o Governador de Brasília, e, agora, com o Senador. Esse é um exemplo que V. Exª, como Presidente do DEM, oferece à classe política brasileira: decisão rápida, evitando expedientes protelatórios diante de fatos que são reais, visíveis, inexplicáveis, incontestáveis. Há circunstâncias que, por mais dolorosas que sejam, exigem as providências, e V. Exª as adotou; V. Exª e os seus parceiros.

Para concluir, quero fazer referência à questão da competitividade, suscitada por V. Exª. Isso nos faz rememorar que o Plano Real recuperou a competitividade da economia brasileira, e nós a estamos jogando pelo ralo da incompetência de decisões que não alcançam as reais aspirações do setor produtivo nacional, que não atendem as exigências deste momento econômico que nós estamos vivendo no Brasil. Nós estamos perdendo, como disse V. Exª, a competitividade que readquirimos com o Plano Real, que foi a mudança histórica na vida de todos nós, brasileiros.

Faço referência também à questão da popularidade da Presidente. Os nossos cumprimentos a ela, mas pesquisa de opinião pública não existe apenas para ser lida; existe para ser interpretada. Há que se considerar que a Presidente Dilma vende um perfil que não é do político tradicional tão desgastado na vida brasileira. Isso soma a seu favor. De outro lado, ela é a grande novidade, a primeira mulher Presidente na história deste País. Portanto, isso, certamente, granjeia simpatia popular.

Mas a pesquisa tem que ser interpretada. A parte qualitativa da pesquisa é mais importante do que a quantitativa, que mede popularidade. Na qualitativa, verificamos que o desempenho do Governo é pífio nos setores essenciais e condenado pela opinião pública na saúde pública, na educação, na segurança, na questão dos impostos. E essa parte qualitativa da pesquisa é o sintoma para a queda de popularidade, se não houver correção de rumos.

Agora, no início da gestão, no primeiro ano da gestão, a pesquisa revela muito mais o desejo do que a constatação da realidade. E o desejo da população é que a Presidente vá bem, que ela tenha êxito. É também o desejo da oposição, que quer o País bem. Mas, ao final, o que se vai exigir e o que se vai verificar nas pesquisas de opinião pública é o resultado da gestão, é o desempenho do Governo.

Portanto, já vimos este filme várias vezes: altas popularidades se transformando em popularidades pífias. Não desejamos isso para a Presidente Dilma, mas, evidentemente, se o Governo continuar paralisado, as obras paralisadas, as reformas não acontecendo, o País perdendo competitividade, obviamente, ao final da gestão, o retrato apontado pela pesquisa de opinião pública poderá ser diferente.

Não é o que desejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou glosar o mote lançado aqui nesta tribuna pelo nosso Líder Alvaro Dias e continuar com o tema que S. Exª abordou com tanta propriedade e vigor no seu pronunciamento. Trata-se do pacote, para usar esse termo, industrial, lançado ontem pela Presidente Dilma, um pacote de socorro à indústria que vem precisando efetivamente, porque a indústria está na UTI.

Só nos primeiros dois meses deste ano, a indústria brasileira, que foi construída pelo esforço de décadas de brasileiros, com enormes sacrifícios e que é a fonte geradora de inovação, de geração de oportunidades melhores, de dinamismo na economia, a indústria, só nos dos primeiros meses deste ano, sofreu uma queda de 3,4%, meu caro Senador Aníbal Diniz. Realmente, está precisando de ajuda. O problema é qual tipo de ajuda, porque pacotes como esse se inscrevem na linhagem de medidas anunciadas com grande estardalhaço, mas que produzem resultados pífios.

Ele tem na sua origem, a mesma genealogia, que podemos encontrar o PAC 1, cujo resultado, cujo desempenho foi absolutamente decepcionante, a ponto de ser hoje candidato ao triste galardão de um dos maiores fracassos da história. O PAC 1 foi sucedido pelo PAC 2, que também não está saindo do papel, e aí tivemos o Plano Brasil Maior, que desagradou a gregos e a troianos e agora tem esse novo plano, que talvez se chame Plano Brasil Maior Ainda. Mas o fato é que o resultado disso tudo é fumaça e me dá a impressão que a grande figura deste Governo é o marqueteiro João Santana, porque em matéria de marketing nunca se viu nada igual na História deste País, como diria o Presidente Lula.

Tomemos o PAC. As grandes obras anunciadas hoje se encontram em estado de letargia, de paralisia ou de abandono: Transnordestina, Anel Viário do Rio de Janeiro, programas de mobilidade urbana nas capitais, transposição do rio São Francisco. O jornal *O Globo,* há pouco tempo atrás, fez um levantamento dessas obras e constatou que o atraso dessas obras na sua conclusão chega até 54 meses.

Obras que foram anunciadas no PAC 1 percorreram o PAC 1 sem sair do papel, vão atravessar o PAC 2, prometidas por Lula, e provavelmente não serão entregues por Dilma.

No campo, no setor que é vital da agricultura, vital sim, porque diz respeito à vida do povo brasileiro, do saneamento básico, o fracasso é ainda mais retumbante. Dos R$ 40 bilhões de reais anunciados em 2007, numa grande solenidade pelo Presidente Lula, R$ 40bilhões para saneamento básico, apenas R$1,5 bilhões foram efetivamente executados.

Essa é a situação de um País que 50% dos domicílios privados não têm acesso à rede de fornecimento de água potável e de esgoto sanitário, com os gravíssimos prejuízos que isso traz para a saúde das pessoas, para o desenvolvimento mental das crianças, que são vítimas de diarréias nos primeiros anos de vida, comprometendo com isso o seu desenvolvimento cerebral e orgânico.

Essa é a situação. No entanto, nada disso aparece. Os investimentos produtivos caem em detrimento do mau gasto, que é o gasto em custeio. Apenas nos primeiros dois meses deste ano, a diminuição, a queda no nível de investimento público, conforme relatou ainda há pouco o economista Mansueto de Almeida, foi de 30% no primeiro bimestre deste ano, mascarada essa queda pelo Governo, que faz mágicas contábeis, conseguindo travestir despesas de custeio e investimento, por exemplo, na conta do Ministério das Cidades.

Essas medidas, anunciadas pelo Governo depois de um encontro também para tirar fotografia da Presidente com os empresários, para ouvir deles aquilo que ela já sabia, ou que deveria saber, bastando para isso contratar um estagiário que pudesse reunir para ela recortes de jornais dos últimos cinco, seis anos, de queixas de industriais brasileiros, esse pacote que ainda não pode ser analisado, a rigor, porque nós só o conhecemos por notícia de jornal, e não o conhecemos pela notícia de jornal que vale que é o Diário Oficial.

Não há nem sequer um ato oficial materializando as medidas propostas e anunciadas pela Presidente Dilma nesse Plano Brasil Maior Ainda. Nem um decreto só! Provavelmente, por causa da pressa, da precipitação, da necessidade cronológica do **marketing** de anunciar alguma coisa depois da reunião com os empresários. Certamente, as medidas anunciadas, que agora estão sendo elaboradas e estão sendo apressadamente levadas para o papel pelos auxiliares da Presidente na Casa Civil e, seguramente, está sendo objeto, neste momento, de um puxa para cá; ajeita para lá; tira de cá, põe de lá, atendendo ao sabor dos *lobbies* que continuam e que, sendo responsáveis pela concepção das medidas, seguramente continuam agindo nos bastidores.

Esse pacote limita-se a desonerações tributárias, aumento e barateamento de crédito e incentivo à exportação. Nada se ouviu, como disse ainda há pouco na tribuna o Líder Alvaro Dias, a respeito de medidas de longo prazo, medidas estruturantes, como: incentivo à inovação, à competitividade, ao aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. A cifra é realmente portentosa! Não se trata de dinheiro pouco... O anúncio, ao menos o que foi feito, é de mais de R$ 60 bilhões. Mas, sendo portentosa, a cifra também é enganosa porque a maior parte disso – R$ 45 bilhões – é constituída por aportes do Tesouro ao BNDES, e o resto virá com renúncia fiscal.

Com esse novo empréstimo do Tesouro ao BNDES, o saldo de empréstimo a partir de 2008 já atinge a cifra de R$ 356 bilhões – trezentos e cinquenta e seis bilhões de reais, segundo mecanismos que já foram descritos aqui tantas vezes e que é aquela velha contabilidade criativa: o Tesouro toma do mercado empréstimo a juros de 10% ao ano, mais ou menos, repassa ao BNDES que empresta às empresas com juros que variam entre 5,5% e 7.7%... A diferença quem cobre? O contribuinte brasileiro! Aumenta o déficit público, aumenta a necessidade do seu financiamento e aumenta a pressão sobre a taxa de juros. Ou seja, é o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Essa é a situação: medidas tópicas, medidas tímidas, medidas que são – uma vez anunciadas – sujeitas a novos reajustes, a novas mudanças. Retira-se, exonera-se um determinado setor da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e troca-se essa contribuição por um tributo sobre o faturamento. Depois, verifica-se – como já se verificou no pacote Brasil Maior, esse é o Brasil Maior Ainda – que essa troca foi detrimentosa para a indústria, acabam pagando mais do que pagavam no regime anterior. Então, volta-se para trás. Ou seja, é o Governo perdido em medidas que variam ao sabor das pressões e que não dão certo. A prova de que não dá certo é que já estamos na sexta edição de anúncios de medidas da mesma natureza e a indústria continua cada vez mais combalida, o Brasil continua em passo cada vez mais

inexorável no rumo da sua desindustrialização. “Ah, vamos proteger o nosso mercado”. Agora, será que quando se protege o mercado a indústria se torna mais competitiva? Não creio que isso seja tão aritmético como o Governo deixa a entender.

O aumento da proteção adotada no pacote da Presidente Dilma com o aumento de IPI sobre carros importados e o aumento de Cofins sobre outros produtos importados certamente caminham no rumo da redução de oferta de produtos importados. Esse movimento diminui a concorrência, mas nada garante que esse tipo de protecionismo aumente a produtividade da indústria nacional, sobretudo porque esses estímulos tributários que implicam renúncias fiscais e que somam, segundo o jornal **O Estado de S.Paulo**, mais de cerca de R$ 70 bilhões nos últimos 6 anos não foram, não tiveram seus impactos reais avaliados. Até hoje não se sabe quais foram os efeitos reais dessas medidas, desses presentes tributários embrulhados nesses pacotes

Era absolutamente urgente que o Governo fizesse uma avaliação do custo-benefício dessas medidas, que diminuem a capacidade de investimento, aumentam a necessidade de financiamento do seu próprio déficit, mas cujo resultado não se pode avaliar. O Governo não se deu ao trabalho de avaliar.

O Governo elegeu 11 dos 127 setores em que se decompõe o parque industrial brasileiro para receber os benefícios.

Ora, qual foi o critério? Quem garante que ele escolheu corretamente? Quem garante que ele não deixou de fora alguns setores que precisavam mais, mas cujo **lobby**, em Brasília, não foi tão eficiente quanto o dos setores felizardos.

É justamente para evitar casuísmos nessa escolha de setores beneficiados que a oposição vem insistindo, no Senado e no Congresso Nacional, em medidas que contemplem o conjunto da indústria e não apenas que pincem este ou aquele setor para receber o bafejo dos favores oficiais.

Não seria ainda demais assinalar, Sr. Presidente, que esse pacote ressuscita as chamadas câmaras setoriais, que já existiram no passado e que acabaram por ser a institucionalização do **lobby** e a fragmentação de qualquer processo de formulação da política econômica, de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia, e que passam, cada vez mais, a trabalhar como se fosse uma colcha de retalhos de setores que são tratados isoladamente uns dos outros, sem que o conjunto componha um tecido minimamente harmonioso, de um País competitivo, de um País que cresça de uma maneira sustentável.

Restam, ainda, muitas dúvidas sobre a concepção desse último programa: qual será o seu impacto financeiro? Qual é o seu alcance real?

Na busca de um esclarecimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou apresentar requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, para que preste a esta Casa alguns esclarecimentos. Primeiro, sobre o conjunto do Programa:

1. Qual o montante global de empréstimos já concedidos pelo BNDES no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento-PSI, desde sua criação até o momento em que o Ministério responder a esta pergunta?
2. Qual o montante total de subsídios de crédito, subsídios creditícios (equalização da taxa de juros) assumido pelo Tesouro em relação aos empréstimos antes mencionados?
3. Qual o montante de prestações já vencidas do que foi contratado no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento? Qual o montante de subsídios nos créditos vencidos? Quanto foi efetivamente pago pelos mutuários? Quanto foi repassado pelo Tesouro Nacional relativo aos correspondentes subsídios?

O segundo grupo de indagações diz respeito a cada uma das operações, questões específicas sobre as empresas beneficiárias e o projeto em si. Então, para cada operação realizada no âmbito desse programa, criado e sucessivamente postergado por leis e medidas provisórias, responder, dentre outras questões relacionadas a:

a) nome e CNPJ do mutuário;

b) objetivo do projeto incentivado;

c) valor total do projeto, qual será o montante do aporte do mutuário e, do valor emprestado, quanto é destinado para investimentos e máquinas e equipamentos. Quanto será destinado a giro associado ou não ao projeto;

d) data da contratação, data das liberações e prazo total do vencimento;

e) valor do empréstimo, taxa de juros e demais encargos, e o correspondente valor da equalização assumido pelo Tesouro.

O terceiro ponto é o impacto na Previdência Social. O pacote substitui a contribuição previdenciária de 20% mensal por uma contribuição entre 1 e *2*% sobre o faturamento bruto anual, exclusive exportações. Qual será o impacto dessa medida no rombo da Previdência Social? O montante a ser arrecada-

do com a nova sistemática compensa a contribuição mensal de 20%?

São perguntas que formulo ao Ministro da Fazenda como sucedâneo de algo que deveria ser, numa democracia que funcionasse corretamente, que não estivesse submetida no seu funcionamento a um dirigismo iluminado da Presidente da República, que é a submissão desse tipo de questões ao Congresso Nacional, como já foi proposto nesta Casa, inclusive pelo Senador Aécio Neves, e vetado pela Presidente da República.

Na verdade, existe um orçamento paralelo. Na verdade, existe uma política econômica que é feita com recursos públicos, com dinheiro do Tesouro Nacional e que não é submetida à aprovação do Congresso. Não bastasse o próprio Orçamento, em si, ser absolutamente fictício pelo contingenciamento habitual e sistemático das dotações consignadas na peça orçamentária, além disso, nós temos um orçamento que corre por fora, ao sabor dessas maquinações e dessa mágica que é feita entre Tesouro e BNDES.

Como sucedâneo dessa que deveria ser uma atividade regular do Congresso Nacional é que vou encaminhar essas perguntas ao Ministro da Fazenda, esperando que ele responda com a objetividade que elas são formuladas.

Infelizmente, o que temos observado é que muitas das questões que são enviadas aos ministérios são respondidas por funcionários que não têm maior responsabilidade no funcionamento da máquina administrativa, simplesmente referendada pelo ministro, enviada com atraso e quando tentamos obter dos responsáveis mediante convocações ou meros convites, a base do Governo, que é tão vagarosa na aprovação de leis e medidas, que demora um ano e dois meses só para votar um projeto da Copa do Mundo na Câmara, essa base parlamentar é rápida, solerte e atuante quando se trata de impedir que o Congresso exerça as suas funções fiscalizadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Agora, fazendo revezamento entre oradores inscritos e lideranças, falará a Senadora Kátia Abreu, pela Liderança do PSD.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, gostaria de dar uma informação a esta Casa a respeito de um evento que aconteceu na última quinta-feira, em Londres, no dia 29 de março, um seminário promovido pelo **Financial Times**, um dos maiores jornais do mundo, e pela Embaixada do Brasil para o Reino Unido. Os coordenadores eram, pelo **Financial Times**, o Sr. Jonas Wetley; e pela Embaixada, o nosso Embaixador brasileiro para o Reino Unido, Roberto Jaguaribe. Lá estavam personalidades de todos os países do mundo, estavam jornalistas de todos os veículos importantes de comunicação da Europa e do mundo e, claro, autoridades do Brasil.

O Ministro Mendes Ribeiro fez a abertura do seminário que discutia o Brasil e cujo título era "A Cúpula de Agricultura Sustentável – desafios e inovação em um contexto de demanda crescente". Enfim, estávamos ali para discutir as questões brasileiras, o potencial da agropecuária brasileira e, claro, as questões ambientais.

Além do Ministro Mendes Ribeiro, que fez lá a sua apresentação à altura do Brasil, também estavam o Vice-Presidente do Banco do Brasil para agronegócio, o ex-Senador e nosso colega Osmar Dias, e representantes da União do Açúcar e Álcool (ÚNICA), representada pelo Marcos Jank; a CitrusBR, representada pelo Christian; a Ubabef, pelo Ministro Turra; e também a Abiec, representada pelo Fernando. Desse debate eu tive o prazer de participar e também fazer a palestra de encerramento.

O que eu gostaria de contar aqui, Sr. Presidente, é o episódio interessante que aconteceu nesse evento. Quando eu cheguei, no mesmo dia, o dia da minha fala, não pude assistir a todo o seminário, mas assisti à parte da tarde. Antes que eu usasse a palavra, eu assisti a um painel de que faziam parte dois ingleses, um representante do Greenpeace e um representante do WWF – duas ONGs que têm a sua sede na Europa – e outras personalidades.

Muito me estranhou a participação do Sr. John Clarke, que é Diretor de Assuntos Internacional II, Diretor-Geral do Desenvolvimento Rural e Agricultura da Comissão Europeia, um representante dos europeus. E, assim como as ONGs, esse cidadão, esse senhor declarou no seminário que o novo Código Florestal Brasileiro, se votado pelo Congresso Nacional, traria aumento de desmatamentos para o Brasil. Não quero nem considerar que eles estavam falando desse assunto num território onde já devastaram todas as suas florestas, e isso não é o pior: sequer consideram a hipótese de recompor os erros cometidos. Se a Europa desmatou tudo, inclusive suas matas ciliares, nós não estamos aqui para acusar ninguém, colocar o dedo no rosto de ninguém. A Europa passou por uma guerra, passou por duas guerras, passou por fome, e a prioridade foi a produção de alimentos. Mas já que chegou a orientação ambiental, o debate ambiental, a

Europa podia, sim, estar discutindo a recomposição de suas matas ciliares, a recomposição de suas nascentes, como está fazendo o Brasil, como estão fazendo os produtores rurais. Aqueles que cometeram erros, equívocos, depois da legislação alterada, terão que recompor as suas matas ciliares se quiserem se ver livres das suas multas pesadas que têm hoje junto ao Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

Mas à Europa, infelizmente, ainda não chegou essa consciência. A tese na Europa é a seguinte: o Brasil precisa recompor nos seus biomas; os europeus podem recompor em qualquer lugar do planeta, de preferência fora da Europa. Então, são coisas que nós temos dificuldade de compreender – tanta exigência por parte dos brasileiros e tanta leniência por parte de outros países que não querem reconhecer os seus erros cometidos.

Mas, em determinado momento, assim que esses dois representantes – o Sr. Pat Venditti, do Greenpeace, e o Sr. Bryan Weech, do WWF – declararam com muita altivez e com muita convicção que o Código Florestal brasileiro traria desmatamentos para o Brasil, o Sr. Osmar Dias, Senador da República que foi pelo Paraná, vice-presidente de agronegócio do Banco do Brasil, levantou e pediu uma pergunta. Ele disse aos dois cidadãos que estavam no palco naquele momento do debate que ele era, admiravelmente, um grande conhecedor do Código Florestal brasileiro. Ele pelo menos estava ali tentando colocar-se como um grande conhecedor, apesar de inglês. E o Senador Osmar Dias, então, pediu a ele que pudesse colaborar com o Brasil, porque ele estava retornando ao Brasil para um debate importante sobre o Código e poderia trazer essa contribuição do WWF e do Greenpeace. Que ele nos apontasse qual era o número do artigo, do inciso e do parágrafo do Código Florestal que indicaria um desmatamento no futuro. Que ele pudesse mencionar objetivamente onde estava escrito isso no texto, porque nós não estávamos conseguindo enxergar onde estava essa questão.

É claro, é óbvio que esse cidadão do Greenpeace e do WWF passou por um constrangimento, porque ele não pôde objetivamente responder a essa questão, simplesmente porque não existe no Código Florestal nenhum artigo, nenhum inciso, nenhum parágrafo que insinue sequer a permissão de aumento de desmatamento.

Ao contrário, Sr. Presidente. Ainda disseram que o Brasil é risco máximo ambiental por conta desse aumento do desmatamento. E a resposta que ele deu, em vez de, objetivamente, citar o parágrafo tal, inciso tal, artigo tal onde estaria escrito que aumenta o desmatamento, ele disse que era porque estava dando anistia, porque o art. 1º agora estava colocando que a propriedade privada, além de ter zelo com o meio ambiente, também tem que ter zelo com a produção, e depois disse que ia aumentar o desmatamento porque estava mandando alguma legislação para os Estados.

Em seguida a esse debate, eu fui a seguinte e a última a usar a palavra. Eu disse para a plateia que estava ali presente que são esses equívocos, esses engodos, esses enganos que algumas ONGs tentam propagar contra o Brasil. Eu até admito: eles são ingleses, eles estão tentando defender os seus produtores e a sua agropecuária, assim como o Comissário da União Europeia. Eles não poderiam defender os brasileiros, os produtores do Brasil. Agora, eu estava lá; Osmar Dias estava lá; a Unica, a Citrus, a Ubabef, a Abiec, todos nós estávamos lá para, sim, defender o Brasil. E nós declaramos para aquela plateia que esses enganos, esses equívocos não mais seriam permitidos pelos brasileiros, que, se tem alguém na face deste Planeta que tem autoridade moral para ir a qualquer fórum, a qualquer debate para discutir meio ambiente, somos nós, brasileiros, por um simples motivo: nós conseguimos fazer uma das maiores, com certeza uma das melhores e mais baratas agriculturas do Planeta usando apenas 27,7% do território nacional, preservando 61% dos nossos biomas, enquanto a Europa preserva 0,2% das suas florestas e, nos Estados Unidos, não chega a 26%. Mas o Brasil preserva 61%. É a maior preservação de biodiversidade de todo o mundo tropical.

E ainda tem mais, Sr. Presidente: nós, brasileiros, os produtores do Brasil, com as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, é que, de fato, conseguimos desenvolver técnicas que evitam a emissão de CO_2, que são técnicas ligadas à agricultura de baixo carbono, o plantio direto. Quase 70% das nossas lavouras estão sendo plantadas através da técnica de plantio direto. Ou seja, não tem a aração da terra; a terra não fica descoberta de matéria orgânica; a semente, no plantio, é jogada em cima da palha da lavoura colhida no ano anterior. Isso é extraordinário! E os outros países de clima temperado, de clima úmido, não podem fazer isso, porque têm gelo, neve e infelizmente precisam, todos os anos, arar a sua terra, passar subsolador, e tudo isso faz com que o CO_2 seja jogado para a atmosfera.

Também, no Brasil, desenvolvemos a técnica de integração lavoura/ pecuária/floresta, uma técnica especial em que os pecuaristas utilizam a lavoura para reformar e minimizar a questão da degradação de suas terras.

Como se não bastasse, o Governo brasileiro ainda deu um financiamento, o ABC, com juros subvencionados de 5,5% ao ano, com prazos longos, para que os produtores pudessem minorar a degradação de suas terras, para que pudessem fertilizar as suas áreas e suas terras.

E pergunto: qual é o país do mundo que tem uma legislação tão rigorosa, tão detalhada quanto a que o Brasil tem? Nenhum país do mundo tem uma legislação que fala de APP, de preservação das matas ciliares, de preservação das nascentes, das áreas de recarga. Não! Nós somos o único país do mundo que trata de APP.

Por isso, levamos uma proposta, assinada pela CNA, por mim, pela Embrapa e pela Agência Nacional da Água, no sentido de que o mundo inteiro faça também uma legislação, uma norma vinculante, que obrigue a preservação da qualidade e quantidade da água – a APP global, para todos os países, porque já existe um consenso entre os cientistas do mundo de que o conceito de APP é importante.

Quantos metros ficarão de um lado e de outro ou quem vai pagar essa conta, isso é um problema de cada país, que, de forma soberana, de forma independente, deve resolver seus problemas.

Mas o conceito de APP precisa, sim, ser adotado, e nós, brasileiros, temos autoridade moral, porque temos a legislação, e a grande maioria dos rios do Brasil estão intactos, maciçamente intactos, com a vegetação nativa.

E os erros que foram cometidos na APP... Se serão 15, 30, 40 ou 100 metros não importa: serão recompostos. Os erros serão corrigidos. Com uma diferença, Sr. Presidente: hoje, pela conta e ônus dos produtores rurais, porque, se o debate se iniciar na Europa e nos Estados Unidos e se eles se virem também obrigados a terem as APPs, a terem preservadas as suas matas ciliares, as margens dos rios e a área em volta das nascentes, eu tenho certeza de que haverá indenização e remuneração para seus produtores. Só aqui no Brasil que o meio ambiente traz conforto e um bem coletivo com um ônus individual, estrita e exclusivamente por parte dos produtores do Brasil.

Portanto, encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria de ter estado em Londres, participando desse seminário do **Financial Times**, com a nossa Embaixada brasileira, para que pudéssemos ter a oportunidade, assim como os demais palestrantes do Brasil, de mostrar que essas ONGs não falam a verdade sobre o Brasil e também não querem reconhecer os erros cometidos pela Europa: 100% dos rios da Europa não têm uma árvore na mata ciliar, não têm uma árvore nas suas nascentes e não estão discutindo a recomposição de todo esse instrumento poderoso da água, sua qualidade e sua quantidade.

No Fórum Mundial da Água, discute-se a demanda da água, mas não se discute a origem e a proteção da fonte da água. É justamente a APP que faz com que isso aconteça. Nós vamos, na Rio+20, nos unir a mais outros cientistas de várias partes do Planeta – já temos confirmados oito países – e produziremos um documento recomendando ao mundo e que a ONU adote como meta, incorpore nas suas prerrogativas que a APP seja global, que seja adotado esse conceito em todos os países do mundo.

Essa é contribuição brasileira, de todos os produtores rurais, do Congresso Nacional, enfim, de todos os nossos parceiros, que já entenderam a importância da mata ciliar. A única discussão que se tem no Brasil, hoje, é quantos metros deveremos ter e o que fazer com os produtores que já desmataram há muito tempo e estavam produzindo alimentos com a permissão do Estado. Do dia para a noite serão retirados de lá? Essa é a discussão que ainda está na Câmara Federal, mas ninguém discute o conceito e a importância de ainda existir a mata ciliar.

Hoje, na Subcomissão de Águas, presidida pelo Senador Sérgio Souza, do Paraná, a Ministra do Meio Ambiente, que estava presente, assumiu um compromisso conosco de também adotar pelo Ministério do Meio Ambiente, na Rio+20, a proposta da APP Global, a APP para todos os países, a fim de que a água possa, de fato, ter uma mão estendida em todos os países na proteção da preservação e produção da água do Planeta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A Presidência recebeu a **Mensagem n° 27, de 2012** (n° 114/2012, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 27, DE 2012
(nº 114, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 3 de abril de 2012.

EM Nº 41/2012 - MF

Brasília, 27 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 09.12.2009, e a Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 10.4.2002, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, e o Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento provisório da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, conforme disciplinado pelas Resoluções nº 48, de 2007, e alterações posteriores, e nº 43, de 2001, do Senado Federal, e pelo art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, manifestando-se favoravelmente quanto ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito sub examen, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja (i) formalizado o respectivo contrato de contragarantia e (ii) verificação se o Ente encontra-se adimplente com a União.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deva ser verificado o cumprimento das condições estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional acima descritas.

Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Estado referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos, observada a ressalva acima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.001925/2008-86

PARECER

PGFN/COF/Nº 467 /2012.

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia". Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312/74; DL nº 147/67; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resolução nº 48, de 2007, alterada pela Resolução 41/2009 e Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 10 de abril de 2002, todas do Senado Federal.

Trata-se de concessão de garantia da União para operação de crédito externo, de interesse do Estado da Bahia, com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Estado da Bahia;

MUTUANTE: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: Empréstimo Externo;

VALOR: até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

FINALIDADE: financiar o "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

2. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal, nas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela de nº 41/2009 e nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais formalidades, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram obedecidas.

3. *Parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional*

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, considerando os documentos constantes dos autos, emitiu o Parecer nº 1633/2011 - COPEM/STN, de 8 de dezembro de 2011 (fls. 690/697), descrevendo as condições financeiras da operação de crédito, prestando as demais informações pertinentes e manifestando nada ter a opor à concessão da garantia do Tesouro Nacional à operação de que aqui se cuida desde que, previamente à assinatura do instrumento contratual, seja formalizado contrato de contragarantia e sejam verificados: (i) a adimplência do Estado com a União; e (ii) o cumprimento do disposto no inciso VI o art. 21 da Resolução nº 43 do Senado Federal.

Em razão da mudança do exercício financeiro para 2012, a STN emitiu manifestação complementar mediante o Parecer nº 180/2012 - COPEM/STN, de 12 de março de 2012 (fls. 879/v e 880) onde ratifica nada ter a opor à concessão da pleiteada garantia da União com as mesmas condicionalidades constantes do o Parecer nº 1633/2011 - COPEM/STN, de 8 de dezembro de 2011 (fls. 690/697). o Parecer nº 1633/2011 - COPEM/STN, de 8 de dezembro de 2011 (fls. 690/697), conforme descritas no parágrafo acima.

4. *Aprovação do projeto pela COFIEX*

Foi autorizada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, mediante a Recomendação nº 1102, de 24.4.2009 (fl. 70), homologada pelo Sr. Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão em 11.5.2010.

5. *Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União*

A Lei Estadual n 11.621, de 22.12.2009 (fls. 8) autoriza o Poder Executivo do Estado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). A mesma norma também autoriza o Poder Executivo a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as quotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, tudo nos termos do § 4º, do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

A propósito das contragarantias oferecidas, pronunciou-se a STN no sentido de que tais garantias são suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora, sendo, no entanto, necessária a formalização de contrato de contragarantia entre o Estado e a União.

6. *Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Estaduais*

Conforme manifestação complementar referente ao exercício financeiro de 2012 constante do citado Parecer nº 180/2012 - COPEM/STN, de 12 de março de 2012 (fls. 879/v e 880), informou a STN, à vista de Declaração do Chefe do Poder Executivo, que as Leis do Estado da Bahia nº 12.503 e nº 12.504, ambas datadas de 29.12.2011 (fl. 08), incluem dotações suficientes para o início da execução do Programa e que o mesmo encontra-se inserido no PPA do Estado.

Assim, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos apresentados à STN, entendeu, aquela Secretaria que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa no presente exercício.

7. *Análise da STN acerca da capacidade de pagamento do Estado*

A Coordenação-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Nota nº 980 – COREM/STN, de 11.11.2011 (fls. 637/638), realizou análise da capacidade de pagamento do Estado, o qual foi classificado na categoria "B", suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25.4.1997.

8. *Análise da STN quanto ao atendimento, pelo Estado, dos requisitos da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal*

A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM, daquela Secretaria, por meio do Parecer nº 599/2011 – COPEM/STN, de 30.5.2011 (fls. 520/526), complementado pelo Parecer nº 1596/2011 – COPEM/STN, de 6.12.2011 (fls. 657/658), informou que o Estado cumpriu as exigências e atendeu os requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme previstos na Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, bem assim observou as demais restrições estabelecidas no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

9. *Situação de adimplência do Estado em relação ao garantidor*

Informa a STN que, conforme procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI mediante Memorando nº 500/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 13.8.2010 (fls. 659/663), não constava, naquela data, em relação ao Ente, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantidas por ela honradas.

Entretanto, conforme o citado Parecer, a STN deverá se manifestar, previamente à assinatura do instrumento contratual, quanto ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

A STN, relativamente a verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informou que deverá ser feita consulta ao Sistema do Banco Central do Brasil

(SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC. Dessa forma, verificou, aquela Secretaria, que o Estado encontra-se adimplente com as referidas instituições, conforme resultado de consulta ao referido Sistema, consulta essa realizada em 12.3.2012 (fls. 874).

A propósito, assinala a STN que o Estado, por meio de Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado às folhas 613 a 627, informa que os números de todos os registros no CNPJ dos órgãos da Administração Direta estão incluídos no Cadastro Único de Convênios - CAUC (itens 21 a 23 do Parecer da STN), podendo, portanto, ser feita a verificação de adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos recebidos mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

No entanto, a fim de informar corretamente o d. Senado Federal, impende ressaltar que foi efetuada, nesta data, consulta eletrônica ao CAUC – Cadastro Único de Convênios e constatadas irregularidades referentes à Administração Direta do Estado (fls. 905/908).

Com efeito, informa a mencionada consulta ao "CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias", a existência de dezoito pendências relativas à seqüência 1.3 – Regularidade quanto à Contribuições para o FGTS, uma pendência relativamente à seqüência 1.5 – Regularidade perante o Poder Público Federal e duas pendências relativamente à seqüência 2.1 – Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente SIAFI e SICONV.

A teor do mencionado art. 10, § 4º, da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, em que pese a existência das pendências acima referidas, encaminha-se a matéria ao Senado Federal, para que este, no exercício de sua competência privativa estabelecida nos exatos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, aprecie a operação de crédito sob análise, autorizando-a, se assim entender cabível, sob condição suspensiva, devendo o Estado no cumprimento da legislação comprovar a adimplência.

10. *Certidão do Tribunal de Contas do Estado*

Consta dos autos ás folhas 867/870 cópia da Certidão nº 01/2012 de seu Tribunal de Contas, datada de 2.2.2012, atestando quanto à Prestação de Contas do ano de 2010 (último exercício analisado), bem assim com base nos Relatórios de Gestão Fiscal apresentados

relativamente ao exercício de 2011 que o Estado cumpriu os limites constitucionais de gastos com saúde e educação de que tratam os artigos 198 § 2º, II combinado com o art. 77 do ADCT e o 212 da CF, bem como com os limites de despesa com pessoal, de acordo com o artigo 20, II, c/c o art. 23 da LC 101/2000. O Tribunal atestou, ainda, que o Estado cumpriu com os arts. 33, 37, 52 e 55, § 2º todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com referência à competência tributária estabelecida no art. 155 da Constituição, atestou aquela Casa de Contas que restou comprovado, com base nos documentos apresentados, que o Estado de Bahia instituiu e arrecadou os tributos de sua competência.

11. *Declaração do chefe do Poder Executivo Estadual quanto ao exercício não analisado e ao em curso*

Às fls. 864/866, consta declarações do Governador do Estado da Bahia, quanto ao exercício analisado (2010) e ao exercício ainda não analisado (2011), respectivamente, assegurando estarem cumpridos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme determina o art. 21 da Resolução nº 43 do Senado Federal.

12. *Credenciamento da Operação no Banco Central do Brasil*

O Banco Central do Brasil, mediante o Ofício nº 113/2011-Depec/Dicin/Surec, de 19 de dezembro 2011, sob o número TA552448 (fl. 802), informou que credenciou a operação.

13. *Parcerias Público-Privada (PPP)*

A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.024/2009, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

A esse respeito, cumpre esclarecer que, conforme Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia, de 10/11/2011, a fls. 613/627, o Estado assumiu compromisso de executar despesas de caráter continuado derivadas de Parcerias

Público-Privada – PPP, informando ainda que os gastos com PPP, no período de 2012 a 2020, encontram-se, até o momento, dentro dos limites estabelecidos pela legislação mencionada no parágrafo anterior.

14. *Consulta ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes - CEDIN*

Foi efetuada consulta ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes – CEDIN supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça nos termos da Resolução CNJ nº 115, onde foi obtida Certidão Negativa em nome do Estado (fls. 904).

15. *Alcance das Obrigações Contratuais*

Além das condições prévias de primeiro desembolso das normas gerais, consta, no acordo de empréstimo, condições especiais de primeiro desembolso, as quais, segundo informação da Secretaria do Tesouro Nacional já haviam sido cumpridas.

16. *Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Estado*

A Procuradoria-Geral do Estado de Bahia emitiu o parecer jurídico PA-EOG-943/2010 (fls. 757/766), para fins do disposto no art. 32 da L.C. nº 101, de 2000, e Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, onde conclui pela regularidade da contratação e aprova as minutas contratuais.

17. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial) e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição.

18. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

19. O mutuário é o Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

20. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais sejam tomadas as seguintes providências: (i) formalização do contrato de contragarantia; (ii) verificação por parte da STN do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal; e (iii) verificação pelo Ministério da Fazenda se o Estado encontra-se adimplente com a União e suas controladas.

É o parecer. À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 21 de março de 2012.

Carla Pereira Rêgo Pontual
Assistente

Suely Dib de Sousa e Silva
Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração da senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 21 de março de 2012.

Sônia Portella
Coordenadora-Geral

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério da Fazenda para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 22 de março de 2012.

Liana do Rêgo Motta Veloso
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

Ofício nº 113 /2011–Depec/Dicin/Surec
Pt. 1001494837

Brasília, 19 de dezembro de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora
SÔNIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES
Coordenadora-Geral
Coordenadoria de Operações Financeiras da União – COF
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Esplanada dos Ministérios – Bloco "P" – 8º Andar – Sala 803
70048-900 Brasília – DF Fax: 61 3412 1740

Assunto: **Credenciamento – ROF TA552448 – Estado da Bahia**
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)
Processo MF nº 17944.000425/2010-41

Senhora Coordenadora-Geral,

Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA552448, de 27.8.2010, por meio do qual o Estado da Bahia solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o BIRD, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00, destinados ao financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 111/2011–Depec/Dicin/Surec (anexo), o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou o Estado da Bahia para negociar a referida operação, nas condições constantes do citado ROF.

Atenciosamente,

Fernando A. de M. R. Caldas
Chefe Adjunto de Departamento

Processo nº 17944.000425/2010-41
Estado da Bahia - BA

PARECER Nº 1633/2011 - COPEM/STN

Brasília, 8 de dezembro de 2011.

ASSUNTO: Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco Mundial - BIRD e o Governo do Estado da Bahia, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados unidos da América). Recursos destinados ao Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.
PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA

RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo, de interesse do Governo do Estado da Bahia com o Banco Mundial, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) destinados ao financiamento parcial do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIEX

2. A Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, por meio da Recomendação nº 1.102, de 24/04/2009 (fls.70), homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 11/05/2009, recomendou a preparação do Programa no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

OBJETIVOS DO PROGRAMA, ARRANJO INSTITUCIONAL E ANÁLISE DE CUSTO-BENEFÍCIO

3. De acordo com o Parecer Técnico (fls. 257/268) o objetivo do Programa é reduzir a taxa de mortalidade e as despesas com consultas médicas e hospitalizações provocadas pela falta de acesso à água potável. Os principais beneficiários do Programa serão crianças de 01 a 4 anos de idade e adultos maiores de 65 anos. Os resultados esperados com a implementação do Programa são: i) aumento do número de famílias com acesso aos serviços de água potável, nos distritos onde não está disponível ainda; ii) aumento da cobertura com a vacina do rotavírus; iii) melhorias nas unidades neonatais nos hospitais do Estado; e, iv) ampliação do números das equipes do Programa Saúde da Família (PSF).

FLUXO FINANCEIRO

4. De acordo com informações do interessado (fl. 442), o Programa contará com investimentos totais de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) financiados pelo Banco Mundial, sem contrapartida local, conforme quadro abaixo:

Cronograma estimativo de desembolsos, em US$ dólares

Ano	Liberações	Contrapartida	Total
2011	7.409.405,01	0,00	7.409.405,01
2012	16.842.470,01	0,00	16.842.470,01
2013	17.431.845,00	0,00	17.431.845,00
2014	13.157.529,99	0,00	13.157.529,99
2015	5.158.749,99	0,00	5.158.749,99
TOTAL	**60.000.000,00**	**0,00**	**60.000.000,00**

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

5. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 173/198), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA552448 (fls. 640/645), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Credor	Banco Mundial
Valor da Operação	US$ 60.000.000,00
Modalidade	Margem Variável;
Desembolso	Até 31/12/2015;
Amortizacao	50 parcelas semestrais, sucessivas, pagas nos dias 15 de abril e outubro de cada ano, vencendo a primeira em 15/04/2015. Os valores de cada parcela serão equivalentes a 1/50 de cada desembolso, exceto a última que será equivalente ao valor remanescente;
Juros Aplicáveis	Exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros LIBOR semestral para o dólar americano acrescidos de uma margem (spread) a ser determinada pelo BIRD;
Juros de Mora	0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos. Vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros, constituirá o Mutuário em mora, e a mesma será aplicada conforme o disposto nas Normas Gerais;
Comissões à Vista (Front – end FEE)	Comissões: 0,25% sobre o valor do Empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.
Opção de alteração de modalidade de empréstimo:	A contratação na modalidade margem variável permite a sua alteração para contratação em margem fixa* mediante solicitação formal ao credor (cláusula 2.07 do contrato de empréstimo).

* A margem fixa permite ao mutuário a utilização dos seguintes instrumentos financeiros:

a) Converter a taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa;

b) Alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado;

c) Alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante a desembolsar.

6. O exercício das opções acima implica a cobrança dos encargos incorridos pelo BIRD na realização das opções e de uma Comissão de Transação (Transaction Fee).

7. Foi anexado ao presente parecer e ao processo (fls. 688), o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação com o Banco Mundial, situado em 3,43% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para esta Secretaria.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

8. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº. 101/00, nas Resoluções do Senado Federal nº. 40/2001, n.º 43/2001 e n.º 48/2007 e na Portaria MEFP n.º 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

I – VERIFICAÇÃO DOS LIMITES PREVISTOS NO ART. 32 DA LRF

9. Mediante Parecer nº 599/2011 – COPEM/STN, de 30/05/2011 (fls. 520/526) e Parecer Complementar nº 1596/2011 – COPEM/STN, de 06/12/2011 (fls. 657/658), esta Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM pronunciou-se quanto aos limites e condições para a contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado da Bahia, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF. Entretanto, por tratar-se de operação com a garantia da União, a análise acerca dos aspectos orçamentários foi realizada no âmbito deste Parecer.

II - INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL

10. A Lei Estadual nº 10.705 (fls. 108/119, 386/390), dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2008-2011, com os respectivos anexos (fls. 386/389 e 390) que contemplam ações para o Programa em análise. Complementarmente, cabe destacar que a Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 613/627) do Governo do Estado da Bahia indica a ação e os valores previstos para o Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal.

III - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

11. A Lei Estadual nº 12.041, de 29/12/2010, (fls. 380/381), que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011, alterada pelo Decreto Financeiro nº 37, de 6/07/2011 (fls. 546/550), contempla dotações para o Programa no referido ano. O quadro de detalhamento da despesa encontra-se às fls. 382/350 e 547/548. Complementarmente, às fls. 613/627, consta Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia, informando que o ingresso dos recursos externos estão consignados na Lei Orçamentária de 12.041/2010, no valor total de R$ 20.412.540,00. Declara, ainda, que os recursos necessários ao serviço da dívida no primeiro ano da operação de financiamento externo estão contemplados no Orçamento de 2011. Ficando garantida ainda a suplementação dos recursos em caso de ocorrência de acréscimos eventuais.

12. Assim, considerando as informações prestadas pelo Estado, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa.

IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – Contratação e Contragarantias à Garantia da União

13. A Lei Estadual nº 11.621, de 22/12/2009 (fl. 08) autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Mundial, no montante de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao financiamento do Programa em questão. Dispõe que o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

V - LIMITES PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

14. De acordo com as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União até o 2º quadrimestre de 2011 (fls. 664), há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

VI - CAPACIDADE DE PAGAMENTO E ASPECTOS FISCAIS DO ESTADO

15. Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 980 - COREM/STN, de 11/11/2011 (fls. 637/638), o Governo do Estado da Bahia foi classificado na categoria "B", suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25/04/1997.

16. Cabe ressaltar que, conforme consulta à COREM, o Estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43/2001-SF e a operação de crédito em questão não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, art. 5º, da Resolução nº 43/2001-SF (fls. 634/636).

VII- CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO E MARGEM DISPONÍVEL

17. Conforme mencionado, o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

18. De acordo com estudo elaborado por esta Secretaria acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Governo do Estado da Bahia (fls. 639), as garantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

19. O referido estudo abrange os anos de 2010 (realizado) e as projeções para 2011 até 2020. A margem disponivel apurada é sempre Positiva para os exercícios projetados, partindo de R$ 4.877.370.000.000,00 em 2011 e chegando a R$ 12.299.110.000.000,00 em 2020. Quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo Estado, em consequência da operação de crédito ora pleiteada, os maiores valores devidos estão projetados para 2025, quando entre amortização e juros, deverão ser pagos aproximadamente R$ 5.094.182,43. O Estado terá compromissos de pagamento decorrentes desta operação até 2039 e a projeção das receitas foi feita até 2020. Contudo, nada indica que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

20. Assim, entendemos que o oferecimento das citadas contragarantias é suficiente, devendo ser formalizado mediante contrato a ser celebrado junto à União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

VIII - SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E ANTECEDENTES JUNTO À SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

21. Mediante Parecer Juridico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia (fls. 613/627), o Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia informa que os números de registros no que todos os números de registros no CNPJ dos órgãos da Administração Direta do Município estão incluidos no Cadastro Único de Convênios – CAUC.

22. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC.

23. Dessa forma, face ao mandamento legal mencionado acima, verificou-se que o Governo do Estado da Bahia encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN/CADIP), realizada em 08/12/2011 (fl. 681).

24. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a RSF nº 48/2007.

25. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), mediante Memorando nº 500/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 13/08/2010 (fls.659/663) cumpre informar que não constam, na presente data, em relação ao Ente, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

IX - ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

26. Conforme Ata da Negociação, realizada de 23 a 25 de agosto de 2010, as condições de efetividade foram substancialmente cumpridas e dessa forma retiradas da minuta do contrato de empréstimo entre o Estado da Bahia e o Banco Mundial (verso da fl. 179).

27. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas do Acordo de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia (fls. 194/198), são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

X - DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS - Resolução SF nº 48/07, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei nº 11.079/2004

28. Cumpre esclarecer que estão apensas ao processo (fls. 665/680), as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União, as quais encontram-se atualizadas no endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br.

29. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia, mediante Certidão (fls. 628/632), de 11/10/2011, informou que no exercício de 2010 (último analisado), a despesa com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas do Estado) e Judiciário, bem como do Ministério Público, não extrapolou os limites estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF. Relativamente ao exercício de 2011 (ainda não analisado) e ao 2º quadrimestre do exercício em curso, o Tribunal de Contas informou, com base nos Relatórios de Gestão Fiscal para o 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2010 e 1º e 2º quadrimestres de 2011, que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas do Estado) e Judiciário, bem como do Ministério Público, situou-se dentro dos limites estabelecidos pela LRF.

30. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos artigos 198 e 212, ambos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, na Certidão mencionada no parágrafo anterior, atestou o cumprimento destes dispositivos legais em 2010 (último exercício analisado) e no exercício de 2011 (ainda não analisado).

31. Consta ainda, Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia (fls. 613/627), informando que, para o exercício de 2011 (não analisado), o Estado instituiu e vem arrecadando as receitas de impostos previstas no artigo 155 da Constituição Federal. Foi também declarado que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como do Ministério Público, no exercício de 2010 e no 2º quadrimestre de 2011 situou-se dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

32. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto no art. 40, §2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF e no art. 10, inciso II, alínea c, da Resolução do Senado Federal nº 48/2007, é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites referem-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:

"**Art. 42**. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

33. Dessa forma, a Certidão do Tribunal de Contas (fls. 628/632), de 11/10/2011, informa o Estado da Bahia cumpriu com o disposto no art. 42 da LRF.

34. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.024/2009, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

35. A esse respeito, cumpre esclarecer que, conforme Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia, de 10/11/2011 (fls. 613/627), o Estado assumiu compromisso de executar despesas de caráter continuado derivadas de Parcerias Público-Privada –

PPP, informando ainda que os gastos com PPP, no período de 2012 a 2020, encontram-se, até o momento, dentro dos limites estabelecidos pela legislação mencionada no parágrafo anterior.

CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União; e a formalização do respectivo contrato de contragarantia.

37. Sugerimos o encaminhamento do processo nº 17944.000425/2010-41 à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.

PAULA GUIDA ROLIM CONSTANTINO
Analista de Finanças e Controle

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

LEANDRO GIACOMAZZO
Subsecretário do Tesouro Nacional, substituto.

De Acordo. Encaminhe-se o processo à PGFN/COF como sugerido.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional.

Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

Informações do Projeto

Projeto	Programa das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado de Belva	
Mutuário:	Estado de Belva	
Credor	BIRD	
Modalidade	Margem Variável	
Valor Total	US$	80 000 000 00
Empréstimo	US$	80 000 000 00
Contrapartida	$	-
Data da Análise pela STN:		09-mai-11

Condições Financeiras

Amort (parcelas):	50	
Amortização	US$	1 200 000 00
Data 1ª Amortização		15/04/2015
Data Última Amortização.		15/10/2040
Carência:		4 anos
Comissão de Compromisso:		0 00%
Taxa de Juros:	Libor US$ + Spread (margem variável)	
Spread Atual		0 49%
Front-end fee (100% financiada):		0%
Front-end fee	US$	150 000,00

Data	Desembolso	Amortização	Comissão Compromisso	Front-End Fee	Taxa de Juros	Pgto de Juros	Total de Pag.	Saldo devedor	Custo Médio da Captação do Tesouro (*)	VP Fluxo Líquido Descontado pela Soberana Zero
			PAGAMENTOS							
15-abr-11			-	150 000 00	0 49%	-	150 000 00	-	0 00%	150 000 00
15-out-11			-	-	0 49%	-	-	-	0 83%	
15-abr-12	3 704 782 50		-	-	1 05%	-	-	3 704 782 50	1 37%	(3 687 566 83)
15-out-12	3 704 782 50		-	-	1 18%	22 268 83	22 268 83	7 409 495 00	2 09%	(3 818 268 38)
15-abr-13	9 421 235 50		-	-	1 27%	47 520 64	47 520 64	15 830 940 50	2 56%	(8 867 286 69)
15-out-13	9 421 235 50		-	-	1 43%	115 174 86	115 174 86	24 251 876 00	2 88%	(7 878 187 19)
15-abr-14	9 713 022 00		-	-	1 57%	185 486 78	185 486 78	32 987 798 00	3 09%	(7 942 675 16)
15-out-14	9 713 022 00		-	-	1 61%	288 718 78	288 718 78	41 663 720 00	3 26%	(7 696 514 74)
15-abr-15	9 578 785 00		-	-	2 02%	428 485 78	428 485 78	48 282 485 00	3 56%	(6 453 291 81)
15-out-15	9 578 785 00		-	-	2 32%	566 518 87	566 518 87	54 841 258 00	3 88%	(5 178 743 18)
15-abr-16	2 579 375 00	1 200 000 00	-	-	2 66%	745 857 46	1 945 857 46	56 220 625 00	4 14%	(529 110 83)
15-out-16	2 579 375 00	1 200 000 00	-	-	2 87%	846 827 74	2 046 827 74	57 600 000 00	4 34%	(429 89[illegible])
15-abr-17	-	1 200 000 00	-	-	3 06%	932 584 21	2 132 584 21	56 400 000 00	4 51%	(1 675 827 79)
15-out-17	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	983 088 88	2 183 088 88	55 200 000 00	4 68%	(1 878 041 61)
15-abr-18	-	1 200 000 00	-	-	3 63%	984 142 81	2 184 142 81	54 000 000 00	4 78%	(1 612 332 [illegible])
15-out-18	-	1 200 000 00	-	-	3 73%	1 024 255 68	2 224 255 68	52 800 000 00	4 88%	(1 591 [illegible])
15-abr-19	-	1 200 000 00	-	-	3 88%	983 211 86	2 183 211 86	51 600 000 00	4 98%	(1 [illegible])
15-out-19	-	1 200 000 00	-	-	3 94%	1 008 391 98	2 208 391 98	50 400 000 00	5 08%	(1 [illegible])
15-abr-20	-	1 200 000 00	-	-	3 78%	970 074 07	2 170 074 07	49 200 000 00	5 14%	(1 410 [illegible])
15-out-20	-	1 200 000 00	-	-	3 83%	982 727 71	2 182 727 71	48 000 000 00	5 29%	(1 [illegible])
15-abr-21	-	1 200 000 00	-	-	3 87%	938 168 80	2 138 168 80	46 800 000 00	5 42%	(1 299 [illegible])
15-out-21	-	1 200 000 00	-	-	3 99%	950 220 72	2 150 220 72	45 600 000 00	5 53%	(1 [illegible])
15-abr-22	-	1 200 000 00	-	-	3 96%	828 629 61	2 028 629 61	44 400 000 00	5 64%	(1 152 [illegible])
15-out-22	-	1 200 000 00	-	-	3 98%	826 729 24	2 026 729 24	43 200 000 00	5 73%	(1 088 [illegible])
15-abr-23	-	1 200 000 00	-	-	3 75%	818 985 82	2 018 985 82	42 000 000 00	5 82%	(1 043 [illegible])
15-out-23	-	1 200 000 00	-	-	3 84%	818 558 72	2 018 558 72	40 800 000 00	5 90%	(1 004 [illegible])
15-abr-24	-	1 200 000 00	-	-	3 83%	814 833 21	2 014 833 21	39 600 000 00	5 98%	(964 [illegible])
15-out-24	-	1 200 000 00	-	-	4 02%	809 298 76	2 009 298 76	38 400 000 00	6 04%	(925 [illegible])
15-abr-25	-	1 200 000 00	-	-	4 11%	798 457 66	1 998 457 66	37 200 000 00	6 11%	(885 [illegible])
15-out-25	-	1 200 000 00	-	-	4 21%	795 883 72	1 995 883 72	36 000 000 00	6 17%	(850 [illegible])
15-abr-26	-	1 200 000 00	-	-	4 30%	783 239 66	1 983 239 66	34 800 000 00	6 21%	(814 [illegible])
15-out-26	-	1 200 000 00	-	-	4 36%	781 314 66	1 981 314 66	33 600 000 00	6 24%	(777 [illegible])
15-abr-27	-	1 200 000 00	-	-	3 81%	599 644 29	1 799 644 29	32 400 000 00	6 27%	(646 [illegible])
15-out-27	-	1 200 000 00	-	-	3 84%	583 332 57	1 783 332 57	31 200 000 00	6 29%	(659 [illegible])
15-abr-28	-	1 200 000 00	-	-	3 67%	586 438 97	1 786 438 97	30 000 000 00	6 31%	(630 [illegible])
15-out-28	-	1 200 000 00	-	-	3 88%	544 873 03	1 744 873 03	28 800 000 00	6 33%	(602 [illegible])
15-abr-29	-	1 200 000 00	-	-	3 81%	526 238 56	1 726 238 56	27 600 000 00	6 35%	(574 [illegible])
15-out-29	-	1 200 000 00	-	-	3 83%	508 219 28	1 708 219 28	26 400 000 00	6 37%	(549 [illegible])
15-abr-30	-	1 200 000 00	-	-	3 64%	486 458 22	1 686 458 22	25 200 000 00	6 39%	(523 [illegible])
15-out-30	-	1 200 000 00	-	-	3 68%	468 874 45	1 668 874 45	24 000 000 00	6 41%	(500 [illegible])
15-abr-31	-	1 200 000 00	-	-	3 68%	445 886 62	1 645 886 62	22 800 000 00	6 42%	(478 [illegible])
15-out-31	-	1 200 000 00	-	-	3 68%	427 426 28	1 627 426 28	21 600 000 00	6 44%	(454 [illegible])
15-abr-32	-	1 200 000 00	-	-	3 71%	407 041 66	1 607 041 66	20 400 000 00	6 45%	(431 [illegible])
15-out-32	-	1 200 000 00	-	-	3 72%	388 070 53	1 588 070 53	19 200 000 00	6 47%	(413 [illegible])
15-abr-33	-	1 200 000 00	-	-	3 74%	382 918 47	1 582 918 47	18 000 000 00	6 48%	(393 [illegible])
15-out-33	-	1 200 000 00	-	-	3 79%	343 574 47	1 543 574 47	16 800 000 00	6 49%	(374 [illegible])
15-abr-34	-	1 200 000 00	-	-	3 77%	328 286 14	1 528 286 14	15 600 000 00	6 51%	(356 [illegible])
15-out-34	-	1 200 000 00	-	-	3 72%	295 386 07	1 495 386 07	14 400 000 00	6 52%	(338 [illegible])
15-abr-35	-	1 200 000 00	-	-	3 55%	250 586 16	1 450 586 16	13 200 000 00	6 53%	(318 [illegible])
15-out-35	-	1 200 000 00	-	-	3 44%	230 874 14	1 430 874 14	12 000 000 00	6 54%	(301 [illegible])
15-abr-36	-	1 200 000 00	-	-	3 45%	210 377 88	1 410 377 88	10 800 000 00	6 55%	(287 [illegible])
15-out-36	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	188 792 84	1 388 792 84	9 600 000 00	6 56%	(273 [illegible])
15-abr-37	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	168 024 38	1 368 024 38	8 400 000 00	6 38%	(277 [illegible])
15-out-37	-	1 200 000 00	-	-	3 47%	148 114 99	1 348 114 99	7 200 000 00	3 38%	(556 [illegible])
15-abr-38	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	126 306 62	1 326 306 62	6 000 000 00	0 00%	(1 326 [illegible])
15-out-38	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	108 296 25	1 308 296 25	4 800 000 00	0 00%	(1 308 [illegible])
15-abr-39	-	1 200 000 00	-	-	3 48%	84 884 88	1 284 884 88	3 600 000 00	0 00%	(1 284 [illegible])
15-out-39	-	1 200 000 00	-	-	3 50%	63 972 68	1 263 972 68	2 400 000 00	0 00%	(1 263 [illegible])
15-abr-40	-	1 200 000 00	-	-	3 58%	42 732 38	1 242 732 38	1 200 000 00	0 00%	(1 242 [illegible])
15-out-40	-	1 200 000 00	-	-	3 51%	21 408 40	1 221 408 40	-	0 00%	(1 221 [illegible])
15-abr-41	-	-	-	-	3 52%	-	-	-	0 00%	
	80 000 000 00	80 000 000 00	-	150 000 00		29 980 765 75	90 130 765 75	1 996 371 982 00		0 37[illegible]

(*) Custo de Captação do Tesouro correspondente aos valores constantes da Curva Soberana Zero, estimada conforme metodologia prepria, na mesma moeda da operação de crédito

TIR(2)	0,67%
Duration(3)	13 99
Modified Duration(4)	13 83
TIR equivalente **	0,612%

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação ou seja, à taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero

(3) Duration: É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa expresso em anos

(4) Modified Duration: É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação

(**) A TIR Equivalente corresponde a uma interpolação entre os taxas referentes à duas Notas soberanas informadas para comparação

COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

COFIEX

82.ª Reunião

RECOMENDAÇÃO Nº 1102, 24 de abril de 2009

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2.º, inciso I, do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

Ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto abaixo mencionado, nos seguintes termos:

1. **Nome: Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia**
2. **Mutuário:** Estado da Bahia
3. **Garantidor:** República Federativa do Brasil
4. **Entidade Financiadora:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
5. **Valor do Empréstimo:** até US$ 60.000.000,00

Ressalva(s):

a) O Estado da Bahia, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) Durante a preparação do Programa devem ser excluídas dos recursos do financiamento do BIRD ações custeadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nos Municípios elegíveis.

Alexandre Meira da Rosa
Secretário-Executivo

João Bernardo de Azevedo Bringel
Presidente

De acordo. Em 11 de maio de 2009.

Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nota: A autorização concedida por esta Recomendação perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação da Recomendação no Diário Oficial da União.

Processo nº 17944.000425/2010-41
Estado da Bahia - BA
PARECER Nº180/2012 - COPEM/STN

Brasília, 12 de março de 2012.

ASSUNTO: ASSUNTO: Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco Mundial - BIRD e o Governo do Estado da Bahia, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados unidos da América). Recursos destinados ao Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.
PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA

Parecer Complementar

Senhor Subsecretário,

1. Trata o presente Parecer de manifestação complementar acerca do pedido de concessão de garantia da União, à operação de crédito externo, de interesse do Governo do Estado da Bahia com o Banco Mundial, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) destinados ao financiamento parcial do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

2. Inicialmente, cabe informar que esta Secretaria, mediante Parecer nº 1633/2011/COPEM/STN/MF, de 08.12.2011 (fls. 690/696) manifestou-se favoravelmente quanto à pleiteada garantia da União.

3. Por meio de expediente de 04 de janeiro de 2012, (fl. 850), a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF, restituiu-nos o Processo em referência, para pronunciamento complementar acerca de aspectos orçamentários, haja vista a mudança de exercício.

FLUXO FINANCEIRO

4. De acordo com informações do interessado (fl. 859), o Programa contará com investimentos totais de US$ 60.000.000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) financiados pelo Banco Mundial, sem contrapartida local, conforme quadro abaixo:

Ano	Liberações	Contrapartida	Total
2012	16.842.470,00	0,00	16.842.470,00
2013	17.431.845,00	0,00	17.431.845,00
2014	13.157.530,00	0,00	13.157.530,00
2015	12.568.155,00	0,00	12.568.155,00
TOTAL	**60.000.000,00**	**0,00**	**60.000.000,00**

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

5. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº. 101/00, nas Resoluções do Senado Federal nº. 40/2001, n.º 43/2001 e n.º 48/2007 e na Portaria MEFP n.º 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

I – INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

6. Consta, às fls. 864/866, Declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia informando que estão previstos na Lei Estadual nº 12.504, de 29.12.2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2012-2015, indicando que o presente programa está inserido no PPA, totalizando um montante global de R$17.763.543.083,00.

7. Na retrocitada Declaração, o Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia informa que estão consignadas na Lei Orçamentária nº 12.503, de 29/12/20011, dotações suficientes para dar início à execução do Programa, distribuídas na seguinte forma:

a) R$ 29.326.000,00 destinados ao ingresso dos recursos externos;
b) R$46.982.000,00 destinados ao pagamento de juros, encargos da dívida, sendo que na ocorrência de eventuais acrescimentos, estes recursos serão suplementados.

8. Assim, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos apresentados, ao cambio de R$1,88/US$ 1, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa.

II - SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E ANTECEDENTES JUNTO À SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

9. Mediante Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia (fls. 613/627), o Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia informa que os números de registros no que todos os números de registros no CNPJ dos órgãos da Administração Direta do Município estão incluídos no Cadastro Único de Convênios – CAUC.

10. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC.

11. Dessa forma, face ao mandamento legal mencionado acima, verificou-se que o Estado da Bahia encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN/CADIP), realizada em 12.03.2012 (fl. 874).

12. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a RSF nº 48/2007.

13. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), cumpre informar que, na presente data (fls. 871/873), o Ente encontra-se adimplente por decisão judicial em relação a pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

14. De acordo com o Parecer nº 1.633/2011/COPEM/STN/MF, de 08/12/2011 (fls. 690/696), previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, a STN deverá se manifestar quanto ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da Res. SF Nº 43/2001.

15. Por fim, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 06.12.2009, relativa a pagamento de precatórios, foi verificada a situação de adimplência do ente, indicando que o Estado da Bahia não está incluído como inadimplente no CEDIN – Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (fl. 875).

III - DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS - Resolução SF nº 48/07, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei nº 11.079/2004

16. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia, mediante Certidão Nº 01/2012 (fls. 876/878), de 02/02/2012, informou que no exercício de 2010 (último analisado), e 2011 (exercício não analisado) a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não extrapolou os limites estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF. Relativamente ao exercício de 2011 (ainda não analisado), o Tribunal de Contas informou que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo houve o cumprimento, por todos os poderes/órgãos, dos limites de despesa de pessoal, nos limites estabelecidos pela LRF.

17. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos artigos 198 e 212, ambos da Constituição Federal, a supracitada Certidão e a Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 864/866) informam o cumprimento destes dispositivos legais nos exercícios de 2010 e 2011.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, ratificamos nada ter a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

19. À consideração superior, sugerindo o encaminhamento do Processo nº 17944.000425/2010-41à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.

ANGELA SEMIRAMIS A. FREITAS
Analista de Finanças e Controle

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI

De acordo.

EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Processo nº 17944.000425/2010-41
Estado da Bahia - BA

PARECER Nº 1596/2011 - COPEM/STN

Brasília, 06 de dezembro de 2011.

ASSUNTO: Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco Mundial - BIRD e o Governo do Estado da Bahia, no valor de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Recursos destinados ao financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo nas Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.
PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA

Relatório

1. Parecer complementar ao de nº 299/2011 - COPEM/STN referente à solicitação feita pelo Governo do Estado da Bahia para a verificação do cumprimento dos limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Mundial para financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia com as seguintes características (fls. 271/272):

a) Valor da operação: US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
b) Destinação dos recursos: financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia;
c) Juros e atualização monetária: taxa libor de 6 meses acrescidos de variação cambial;
d) Liberação: US$ 7.409.405,01 em 2011, US$ 16.842.470,01 em 2012, US$ 17.431.845,00 em 2013, US$ 13.157.529,99 em 2014, US$ 5.158.749,99 em 2015 (fls. 442);
e) Prazo Total: 348 (trezentos e quarenta e oito) meses;
f) Prazo de Carência: 48 (quarenta e oito) meses;
g) Prazo de Amortização: 300 (trezentos) meses;
h) Lei(s) autorizadora(s): nº 11621, de 22/12/2009 (fls. 08).

2. Devido a ajustes realizados pelo Estado no Cronograma de Pagamentos, tem-se:

d) art. 7º inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 512 e 576-581)

Ano	Comprometimento Anual (R$)		Projeção da RCL (R$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2011	10.329,85	1.494.371.000,00	18.498.522.908,35	8,08
2012	94.825,76	1.487.117.000,00	19.234.764.120,10	7,73
2013	261.416,18	1.519.593.000,00	20.000.307.732,08	7,60
2014	432.526,89	1.159.865.000,00	20.796.319.979,82	5,58
2015	2.514.405,22	1.099.713.000,00	21.624.013.515,01	5,10
2016	2.553.751,40	1.019.774.000,00	22.484.649.252,91	4,54
2017	2.542.871,84	972.723.000,00	23.379.538.293,18	4,17
2018	2.530.659,06	910.690.000,00	24.310.043.917,24	3,76
2019	2.518.446,28	833.003.000,00	25.277.583.665,15	3,31
2020	4.464.397,63	744.221.000,00	26.283.631.495,02	2,85
2021	4.438.466,39	661.111.000,00	27.329.720.028,52	2,44
2022	4.414.040,83	631.576.000,00	28.417.442.885,66	2,24
2023	4.389.615,27	605.230.000,00	29.548.457.112,51	2,06
2024	4.366.427,72	758.636.000,00	30.724.485.705,59	2,48
2025	4.992.983,63	547.296.000,00	31.947.320.236,67	1,73
2026	4.964.487,15	544.290.000,00	33.218.823.582,09	1,65
2027	4.935.990,66	488.299.000,00	34.540.932.760,66	1,43
			Média:	**3,93**
			Percentual do Limite de Endividamento:	**34,14**

Projeção da RCL pela taxa média de 3,98% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de , como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**

Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 512 e 576-581)

Ano	Comprometimento Anual (R$)		Projeção da RCL (R$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2011	10.329,85	1.494.371.000,00	18.498.522.908,35	8,08
2012	94.825,76	1.487.117.000,00	19.234.764.120,10	7,73
2013	261.416,18	1.519.593.000,00	20.000.307.732,08	7,60
2014	432.526,89	1.159.865.000,00	20.796.319.979,82	5,58
2015	2.514.405,22	1.099.713.000,00	21.624.013.515,01	5,10
2016	2.553.751,40	1.019.774.000,00	22.484.649.252,91	4,55
2017	2.542.871,84	972.723.000,00	23.379.538.293,18	4,17
2018	2.530.659,06	910.690.000,00	24.310.043.917,24	3,76
2019	2.518.446,28	833.003.000,00	25.277.583.665,15	3,31
2020	4.464.397,63	744.221.000,00	26.283.631.495,02	2,85
2021	4.438.466,39	661.111.000,00	27.329.720.028,52	2,44
2022	4.414.040,83	631.576.000,00	28.417.442.885,66	2,24
2023	4.389.615,27	605.230.000,00	29.548.457.112,51	2,06
2024	4.366.427,72	758.636.000,00	30.724.485.705,59	2,48
2025	4.992.983,63	547.296.000,00	31.947.320.236,67	1,73
2026	4.964.487,15	544.290.000,00	33.218.823.582,09	1,65
2027	4.935.990,66	488.299.000,00	34.540.932.760,66	1,43

2028	4.908.431,04	108.047.000,00	35.915.661.884,53	0,31
2029	4.878.997,69	83.456.000,00	37.345.105.227,53	0,24
2030	6.807.159,65	55.300.000,00	38.831.440.415,59	0,16
2031	6.766.450,39	53.439.000,00	40.376.931.744,13	0,15
2032	6.726.298,78	51.555.000,00	41.983.933.627,55	0,14
2033	6.685.031,86	42.665.000,00	43.654.894.185,92	0,11
2034	6.644.322,60	3.003.000,00	45.392.358.974,52	0,02
2035	2.690.296,45	2.580.000,00	47.198.974.861,71	0,01
2036	2.674.191,19	2.166.000,00	49.077.494.061,21	0,01
2037	2.657.729,04	2.152.000,00	51.030.778.324,84	0,01
2038	2.641.445,33	2.138.000,00	53.061.803.302,17	0,01
2039	2.625.161,62	0,00	55.173.663.073,60	0,00
			Média:	**2,43**
			Percentual do Limite de Endividamento:	**21,09**

Projeção da RCL pela taxa média de 3,98% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
f.2) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
f.3) Receita Corrente Líquida:	R$ 17.372.550.742,29
f.4) Dívida Consolidada Líquida:	R$ 9.057.006.869,73
f.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R$ 1.470.523.000,00
f.6) Valor da operação em exame:	R$ 97.986.000,00
f.7) Saldo Total da Dívida Líquida:	R$ 10.625.515.869,73
f.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	0,61
Percentual do Limite de Endividamento:	**30,58**

3. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base 28/02/2011), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c", "d" e "e" do item anterior têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 455/457) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL de 31/12/2010 (alínea "f" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, coletado junto ao SISTN, conforme fl. 452.

4. Considerando as alterações introduzidas pela Resolução nº 36, de 11/11/2009, que alterou a Resolução nº 43, 2001, ambas do Senado Federal, o cálculo do limite a que se refere o item "d" passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º .....

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

5. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2011 a 2027, com comprometimento anual de 3,93 e para o período de 2011 a 2039, com comprometimento anual de 2,43, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente.

6. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Governo do Estado da Bahia atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001-SF. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas Resoluções nº 40 e 43, de 2001-SF, expressos nos itens do § 4º retro, registramos:

Tabela III - Análise dos Limites

Itens	Limites	Resultado
a	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior	ENQUADRADO
b	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício corrente	ENQUADRADO
c	MGA/RCL < 16%	ENQUADRADO
d / e	CAED/RCL < 11,5%	ENQUADRADO
f	limite atual para a relação DCL/RCL < 2	ENQUADRADO

7. Destacamos, ainda, no que tange ao item "d" e "e", que a média para o período futuro não é superior a 10% e que o comprometimento anual não apresenta tendência crescente.

8. Permanecem válidas as demais considerações descritas no Parecer nº 599/2011 - COPEM/STN, de 30/05/2011 (fls. 520/526).

À consideração superior.

ANDRESA COSTA BIASON
Analista de Finanças e Controle

HO YIU CHENG
Gerente, substituta

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.

CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, substituta

De acordo.

LEANDRO GIACOMAZZO
Subsecretário do Tesouro Nacional, substituto

Memorando nº 126/2011/COAFI/SURIN/STN/MF-DF

Em 22 de julho de 2011.

À Senhora Coordenadora-Geral da COPEM
Suzana Teixeira Braga

Assunto: Operações de Crédito de Estados e Municípios - Relação de Mutuários Controlados pela COAFI

1. Referimo-nos à solicitação da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios - COPEM, encaminhada à COAFI por meio do Memorando no 2.153/2009/COPEM/STN, de 14/10/2009, com referência à relação exaustiva contemplando os entes responsáveis por refinanciamentos/financiamentos concedidos pela União, bem como suas posteriores atualizações.

2. Em atendimento à solicitação supramencionada, e em linha com a atualização semestral da lista de mutuários proposta na Nota no 1.462/STN/COAFI/GECEM II, de 19/10/2009, encaminhamos em anexo relação atualizada dos mutuários responsáveis por obrigações originárias de operações financeiras firmadas/transferidas à União, sob administração e controle desta COAFI, com posição em **30/06/2011**.

3. Ressaltamos ainda que, adicionalmente ao presente Memorando, encaminhamos por correio eletrônico a versão em Excel da listagem anexa, em linha com a solicitação da COPEM efetuada em janeiro do presente ano.

Atenciosamente,

Lucia Helena Pires Ferreira Canedo
Coordenadora-Geral de Haveres Financeiros, Substituta

5 Atualmente, no tocante a recuperação de obrigações de responsabilidade dos entes da federação, decorrente de honra de aval ou execução de garantias, em operações de crédito externas e internas, a COAFI, por força das Decisões nº 052 e 053/2002 do Tribunal de Contas da União, apenas, já informa aquela Corte de Contas as providências adotadas, cabendo apenas informar adicionalmente a COPEM da sua ocorrência.

6 Dessa forma, se de acordo, seria incluída na rotina de que se trata procedimento para informar à COPEM a ocorrência de recuperação de obrigações de entes federados decorrente de honra de aval ou execução de garantias. Ademais, seria encaminhada cópia da presente nota àquela Coordenação, bem como a "Relação de Mutuários de Haveres Controlados pela COAFI".

MARIA APARECIDA C. RAMOS
Gerente de Projetos da COAFI

RAFAEL DE SOUZA PENA
Gerente da COAFI

De acordo. Encaminhe-se ao Sr. Secretário-Adjunto da STN

LEANDRO GIACOMIZZO
Coordenador-Geral de Haveres Financeiros

Encaminhe-se à COPEM

EDUARDO COUTINHO GUERRA
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

Posição Junho de 2011

Estado	Mutuário	Programa
AC	COHAB AC	LEI Nº 8.727/93
AC	COHAB-2 AC	LEI Nº 8.727/93
AC	GOV. AC	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AC	GOV. AC	LEI Nº 8.727/93
AC	GOV. AC	LEI Nº 9.496/97
AC	GOV. AC	PNAFE
AC	P.M. RIO BRANCO	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AC	P.M. RIO BRANCO	LEI Nº 8.727/93
AL	CASAL	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AL	CEAL	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AL	CEAL	LEI Nº 8.727/93
AL	COHAB AL	LEI Nº 8.727/93
AL	COHAB-2 AL	LEI Nº 8.727/93
AL	GOV. AL	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AL	GOV. AL	LEI Nº 8.727/93
AL	GOV. AL	LEI Nº 9.496/97
AL	GOV. AL	PNAFE
AL	IPASEAL	LEI Nº 8.727/93
AL	IPASEAL-2	LEI Nº 8.727/93
AL	P.M. ARAPIRACA	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AL	P.M. CORURIPE	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AL	P M MACEIÓ	BIB - BRAZILIAN INVESTIMENT BOND
AL	P M. MACEIÓ	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AL	P M. MACEIÓ	LEI Nº 8.727/93
AL	P M. SAO LUIS QUITUNDE	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AL	P M. TEOTONIO VILELA	LEI Nº 8.727/93
AM	COSAMA	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AM	GOV. AM	AC. BRASIL-FRANÇA
AM	GOV. AM	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AM	GOV. AM	LEI Nº 8.727/93
AM	GOV. AM	LEI Nº 9.496/97
AM	GOV. AM	PNAFE
AM	IPASEA-2	LEI Nº 8.727/93
AM	P.M. ITACOATIARA	LEI Nº 8.727/93
AM	P.M. MANAUS	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AM	P.M. MANAUS	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
AM	P.M. MANAUS	LEI Nº 8.727/93
AM	P M TEFE	LEI Nº 8.727/93
AM	SHAM-2	LEI Nº 8.727/93
AP	GOV. AP	CARTEIRA DE SANEAMENTO
AP	GOV. AP	LEI Nº 9.496/97
AP	GOV. AP	PNAFE
BA	BAHIATURSA	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
BA	BANEB-2	LEI Nº 8.727/93
BA	CERB	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
BA	COHAB SALVADOR	LEI Nº 8.727/93
BA	COHAB-2 SALVADOR	LEI Nº 8.727/93
BA	GOV. BA	AC. BRASIL-FRANÇA
BA	GOV. BA	CARTEIRA DE SANEAMENTO
BA	GOV. BA	DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
BA	GOV. BA	LEI Nº 8.727/93
BA	GOV. BA	LEI Nº 9.496/97
BA	GOV. BA	PNAFE
BA	IAPSEB	LEI Nº 8.727/93
BA	IAPSEB-2	LEI Nº 8.727/93
BA	P.M. ALAGOINHAS	MP 2.185
BA	P M. BARREIRAS	MP 2.185
BA	P M BOM JESUS DA LAPA	LEI Nº 8.727/93
BA	P M. CAMAÇARI	MP 2.185
BA	P M. CARAVELAS	MP 2.185
BA	P.M. CATU	CARTEIRA DE SANEAMENTO
BA	P.M. CIPÓ	MP 2.185
BA	P M. COARACI	LEI Nº 8.727/93
BA	P.M. CORONEL JOAO SAA	CARTEIRA DE SANEAMENTO
BA	P M. DIAS D'AVILA	MP 2.185
BA	P M. ENTRE RIOS	CARTEIRA DE SANEAMENTO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
COORDENAÇÃO DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AOS FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS JUNTO À UNIÃO

POSIÇÃO EM 07/12/2011 - VALIDADE 08/12/2011

UF	MUTUARIO	ORIGEM	VALOR	VENCIMENTO	ATRASO
		INADIMPLENTES			
AL	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIS DO QUITUNDE	CARTEIRA DE SANEAMENTO	4.676,93	13-11-2011	24
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COARACI	LEI Nº 8.727/93	16.201,33	01-12-2011	6
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUIPE	LEI Nº 8.727/93	12.589,62	01-12-2011	6
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IAGUAQUARA	LEI Nº 8.727/93	54.867,35	30-11-2011	7
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO CHAPÉU	LEI Nº 8.727/93	33.839,81	01-12-2011	6
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	4.723,92	05 12 2011	2
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE	LEI Nº 8.727/93	31.040,53	01-12 2011	6
CE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE	CARTEIRA DE SANEAMENTO	25 992,98	07-12-2011	-
GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	1 884,08	03-12-2011	4
MA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL	LEI Nº 8.727/93	97 039,07	01-12-2011	6
MS	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	22 917,70	01-12-2011	6
MS	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU	CARTEIRA DE SANEAMENTO	1 829,21	03-12-2011	4
MT	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	LEI Nº 8.727/93	206 093,53	01 12-2011	6
RN	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	LEI Nº 8.727/93	5.968.705,80	01-12-2011	6
RN	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(COHAB RN - VENCIDA)	LEI Nº 8.727/93	92.553,44	01-12-2011	6
RN	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(COHAB RN- VINCENDA)	LEI Nº 8.727/93	3.134 602,73	01-12-2011	6
RN	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(IPSERN RN - VENCIDA)	LEI Nº 8.727/93	138.913,00	01-12-2011	6
RN	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE(IPSERN RN - VINCENDA)	LEI Nº 8.727/93	333.413,54	01-12-2011	6
RN	PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	4.993,19	12-11-2011	25
RN	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO	CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.594,31	07-12-2011	-
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	476,12	06-12-2011	1
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	516,60	06-12-2011	1
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	392,04	06-12-2011	1
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	824,11	06-12-2011	1
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DO SOBRADO	CARTEIRA DE SANEAMENTO	611,21	06-12-2011	1
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	9 935,77	07-12-2011	-
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	MP 2.185	3.872 308,81	30-11-2011	7
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	LEI Nº 8.727/93	1.968 313,58	30-11-2011	7
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS	CARTEIRA DE SANEAMENTO	$1.391,91	10-11-2011	27
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	CARTEIRA DE SANEAMENTO	293,94	07-12-2011	-
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	CARTEIRA DE SANEAMENTO	8.455,41	07-12-2011	-
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	CARTEIRA DE SANEAMENTO	133,32	07-12-2011	-
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE	CARTEIRA DE SANEAMENTO	68.243,38	04-12-2011	3
TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	25.123,71	07-12-2011	-
		PENDÊNCIAS JUDICIAIS			
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO	MP 2.185	56 182.796,12	08-12-2000	4016
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO	LEI Nº 8.727/93	12 449.263,13	01-10-1994	6276
RJ	CEDAE	LEI Nº 8.727/93	1.904.944.311,25	25-06-2003	3087
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	MP 2.185	37.215.583,95	16-07-2003	3066
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ	CARTEIRA DE SANEAMENTO	538.851.870,92	11-06-1998	4927
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ	CARTEIRA DE SANEAMENTO	124.564.990,34	11-09-2004	2643
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	MP 2.185	154 968.315,52	30-08-2006	1925
		HONRA DE AVAL			
	NIHIL	NIHIL	,00	07-12-2011	-
		ADIMPLENTE POR DECISÃO JUDICIAL			
AL	GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.496/97	15.615.492,56	05-10-2005	2254
GO	GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS	LEI Nº 8.727/93	123.919.903,36	20-08-2006	1935
GO	GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS	LEI Nº 9.496/97	181.600.638,48	30-08-2006	1925
GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA	MP 2.185	7.754.049,95	10 12 2001	3649
MA	PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO	MP 2.185	32.341.200,05	20-11-2004	2573
MS	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	LEI Nº 9.496/97	27.183.104,08	30-10-2007	1499
PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE	MP 2.185	38.392.569,71	10-06-2007	1641

PI	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO TAPUIO	CARTEIRA DE SANEAMENTO	761.261,20	13-06-1998	4925
PR	PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA	MP 2.185	93.708.832,54	10-07-2002	3437
PR	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA	LEI Nº 8.727/93	61.202.573,06	10-02-2000	4318
PR	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGA	LEI Nº 8.727/93	367.401.099,55	01-03-1998	5029
PR	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA	LEI Nº 8.727/93	21.660.409,92	01-11-1996	5514
RJ	GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	LEI Nº 9.496/97	2.651.965.127,31	28-03-2004	2810
RJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE JANEIRO	MP 2.185	41.303.185,99	19-12-2006	1814
SC	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	MP 2.185	53.397.714,46	13-04-2002	3525
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA	MP 2.185	34.637.777,50	28-09-2007	1531
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	MP 2.185	41.457.669,74	20-09-2006	1904
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS	LEI Nº 8.727/93	1.032.864,49	25-10-2006	1869
SP	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS	MP 2.185	61.098.558,49	25-10-2006	1869
	ENTIDADES NÃO ASSUMIDAS PELOS ENTES FEDERATIVOS				
MG	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE BOA ESPERANCA	CARTEIRA DE SANEAMENTO	2.530,83	07-12-2011	-
RJ	NITEROI PREVIDENCIA - VENCIDA	LEI Nº 8.727/93	10.787,13	01-12-2011	6
RJ	NITEROI PREVIDENCIA - VINCENDA	LEI Nº 8.727/93	28.770,79	01-12-2011	6
SP	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BAURU	CARTEIRA DE SANEAMENTO	34.694,11	04-12-2011	1

Obrigações não financeiras cujo acompanhamento não se encontra dentre as competências da COAFI:

A - CONTRATOS FIRMADOS AO AMPARO DA LEI Nº 8.727/93

"Art. 17. Fica vedada a concessão de financiamentos e garantias de qualquer espécie, por parte da União ou de entidade por ela controlada direta ou indiretamente, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como às entidades por eles controladas, em caso de inadimplência em seus compromissos junto à União e suas entidades, decorrentes de operações de crédito.

Art. 21. Os estados, o Distrito Federal e os municípios que celebrarem contratos de refinanciamento de suas dívidas nos termos desta Lei, ficam obrigados a remeter à Secretaria do Tesouro Nacional, até o vigésimo quinto dia do mês subseqüente, Balancete da Execução Orçamentária mensal dos itens de Receita e Despesa, bem como demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida vincenda, em formulários próprios a serem definidos pela referida Secretaria.

§ 1º Para cálculo dos limites de pagamento de que trata esta lei, serão considerados os valores relativos aos meses que antecederem o segundo mês anterior ao de pagamento da parcela mensal.

§2º O descumprimento do disposto no caput deste artigo será considerado inadimplência para os fins de que trata o art. 17 desta Lei."

B - CONTRATOS FIRMADOS AO AMPARO DA LEI Nº 9.496/97

Enquanto a dívida financeira do ESTADO for superior a sua RLR anual, o ESTADO:

I – não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno, exceto nos casos previstos no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, se cumprir as metas relativas à dívida financeira na trajetória estabelecida no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal; e

III – não poderá atribuir a suas instituições financeiras a administração de títulos estaduais e municipais junto a centrais de custódia de títulos e valores mobiliários, exceto aqueles que, emitidos com base no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não foram objeto do refinanciamento de que trata este Contrato.

C - CONTRATOS FIRMADOS AO AMPARO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185/2001

Até a integral liquidação da dívida objeto deste contrato o MUNICÍPIO: __ . ____ . _ - ___

I – não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo;

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais e operações de antecipação de receita orçamentária, se a dívida financeira total do MUNICÍPIO for inferior a sua RLR anual.

Contudo, ainda conforme redação da referida cláusula contratual, excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I – a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios; e

II – os empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento, que tenha avaliação positiva da agência financiadora.

O MUNICÍPIO se compromete a entregar à Secretaria do Tesouro Nacional os seguintes documentos:

I - mensalmente, até o vigésimo quinto dia do mês subseqüente, balancete da execução orçamentária mensal, com discriminação de receitas e despesas;

II – até o vigésimo quinto dia do mês subseqüente ao encerramento de cada trimestre civil, demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida vincenda, em formulários próprios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional;

III – até 15 de maio de cada ano, balanço anual; e

IV – outros demonstrativos ou informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional, necessários ao acompanhamento da execução do presente Contrato.

D - CONTRATOS ADQUIRIDOS PELA UNIÃO AO AMPARO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196/2001 (CARTEIRA DE SANEAMENTO):

Os contratos integrantes da Carteira de Saneamento não decorrem de programas de refinanciamento de dívidas.

RGF - Anexo VII (LRF, art. 48)

R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	127 922 895	23,14%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	209 485 831	37,90%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	199 039 176	36,01%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	610 836	0,111%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,273% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	1 508 961	0,273%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,259%	1 431 579	0,259%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	429 609	0,078%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,160% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	884 373	0,160%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,152%	840 154	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	7 013 237	1,269%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)[1]	12 160 127	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	11 552 121	2,090%

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1 062 728 527	192,27%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	–	–

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	98 614 385	17,84%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	331 639 838	60,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização / Refinanciamento e demais deduções)	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	331 639 838	60,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–

Fonte: SIAFI - STN/COAD/GEINC

[1] O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001

ARNO HUGO DE AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2011

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 11,3 bilhões, contra superávit de R$ 5,4 bilhões, em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 12,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R$ 1,3 bilhão e R$ 72,0 milhões, respectivamente.

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 11,3 bilhões, contra superávit de R$ 5,4 bilhões, em setembro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	SET	OUT	JAN - OUT	
	2011	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	78 476,1	86 719,0	758.782,6	810 397,9
I.1 Receitas do Tesouro	58 472,7	65.888,5	589.349,3	617.612,9
I.1.1 Receita Bruta (1)	59 909,5	68 853,8	597.824,7	633.060,8
I.1.1.1 Impostos	25 435,0	30.368,3	238 897,2	295 051,3
I.1.1.2. Contribuições	22 753,7	25.308,9	291 550,8	239.823,0
I.1.1.3. Demais	11 720,8	8 180,5	166.271,9	98.206,5
dos Certos Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	74.807,8	0,0
I.1.2 (-) Restituições	-1.336,7	-2 841,9	-12.387,9	-13.195,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-100,4	-23,5	-98,6	-273,1
I.2. Receitas da Previdência Social	18 793,4	20.521,6	163.326,5	190 633,7
I.2.1 Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	19 309,4	20 047,9	158 517,8	186 220,1
I.2.2 Receitas da Previdência Social - Rural (2)	484,0	473,7	5 808,7	4 413,7
I.3. Receitas do Banco Central	210,5	264,9	1.894,8	2.961,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9 833,4	15 247,2	111.325,7	137.853,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	68 642,7	71 467,7	639.437,0	672.354,3
IV. DESPESA TOTAL	63 488,9	60.159,7	575.948,1	565.753,8
IV.1. Despesas do Tesouro	33 984,4	36.873,1	308.950,4	356.283,2
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13 705,2	13.530,5	132.788,2	145.129,3
IV.1.2. Custeio e Capital	20.088,8	24 367,5	234.274,5	209 362,6
IV.1.2.1 Despesa do FAT	3 247,3	3 455,6	28 185,1	29.398,5
IV.1.2.2 Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	441,4	1 784,8	7 504,2	9 258,3
IV.1.2.3 Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2 098,6	2 313,7	18 451,3	20 870,9
IV.1.2.4 Capitalização de Petrobras	0,0	0,0	42 927,8	0,0
IV.1.2.5 Outras Despesas de Custeio e Capital	14.313,6	17 044,0	140 725,9	169 974,9
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10 990,6	13 812,6	104 722,2	115.784,3
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3 325,0	3 431,3	36 103,7	54 190,5
IV.1.3 Transferência do Tesouro ao Banco Central	191,3	185,2	996,1	1 775,1
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	28 143,8	21 868,8	209 485,1	228 848,3
IV.2.1 Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	23 532,0	17 166,9	160 209,1	177 252,8
IV.2.2 Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5 611,9	4 702,0	45.255,4	49 595,4
IV.3. Despesas do Banco Central	276,6	276,8	2 419,6	2 708,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	5 153,8	11 308,0	63 486,9	86 601,5
VI.1. Tesouro Nacional	14 834,4	12 868,1	105 958,2	123 458,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-9 350,4	-1 328,1	-41 640,5	-36 215,5
VI.2.1 Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-4 222,5	2 801,0	-591,9	8 967,2
VI.2.2 Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-5 127,9	-4 229,1	-41 348,6	-45 182,7
VI.3. Banco Central (6)	-68,2	-72,0	-320,8	-639,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,11%	2,59%

* Adjudicação para cumprimento efetivo" que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos à alteração. Não inclui recursos de compensação do FGTS e despesas com o complemento de atualização monetária, conforme previsto na LC Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui dedução da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e de despesa de pessoal e pensão patronal de CPSS do servidor cujo fato gerador ocorreu no período, já pago ou compensado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A separação dos resultados do RGPS por clientela, urbana e rural é realizada pela Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2009, despesas com reconhecimento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização, FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008 na MP nº 514/2010 e na Decisão nº 6 FI/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas do retorno proporcionado pela aplicação do Tesouro Nacional.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO JAN - OUT %

DISCRIMINAÇÃO	nom.	r. / IPCA
Receitas*	6,9%	1,9%
Tesouro*	11,6%	5,9%
Previdência	17,1%	10,6%
Transferências	6,8%	2,0%
Receita Líquida*	10,2%	5,3%
Despesas**	10,5%	5,5%
Benefícios	13,4%	10,4%
Pessoal	9,8%	9,3%
Custeio, Capital e Outros**	14,8%	10,7%
FAT	8,8%	8,3%
Subsídios	68,2%	72,8%
LOAS/RMV	11,6%	13,2%
Outros	25,3%	1,8%
Custeio	20,2%	10,8%
Capital	40,8%	1,7%
PIB	10,3%	11,3%

* Por ter sido efetuada compensação de arrecadação em janeiro/2011.
** Inclui despesas de capitalização da Petrobras.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	24,96%	24,20%
Transferências	3,70%	4,12%
Receita Líquida	21,26%	20,08%
Despesa Total	19,15%	17,49%
Resultado Primário	2,11%	2,59%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R$ 8,9 bilhões (14,9%), passando de R$ 59,9 bilhões, em setembro, para R$ 68,9 bilhões, em outubro. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

fatores: i) aumento de R$ 6,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R$ 2,8 bilhões na CSLL, em função do pagamento da 1ª cota ou cota única referentes à apuração encerrada no mês de setembro; ii) incremento da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, superior em R$ 3,3 bilhões à do mês anterior devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; iii) aumento de R$ 513,5 milhões na arrecadação de IPI; iv) da diminuição de R$ 4,6 bilhões na arrecadação de dividendos; v) queda de R$ 2,0 bilhões em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras, em função da reclassificação, por estimativa, de R$ 288 milhões de IPI e de R$ 1,3 bilhão de IRPJ no mês de outubro; e vi) diminuição de R$ 293,8 milhões no ITR, decorrente do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2010, no mês de setembro, sem correspondência em outubro de 2011.

As transferências a estados e municípios totalizaram R$ 15,2 bilhões em outubro, contra R$ 9,6 bilhões no mês anterior, registrando crescimento de 58,3%, decorrente do crescimento de R$ 2,5 bilhões nas transferências constitucionais, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) e crescimento de R$ 1,9 bilhão nas demais transferências, impactado pela transferência de R$ 1,3 bilhão relativa ao Fundeb, de acordo com cronograma de 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL 2011 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Constitucionais (FPE/FPM cotas)	7.890,4	10.374,9
CIDE Combustíveis		500,6
Lei Comp. nº 115/2002[1]	162,5	812,5
Demais	1.801,5	3.470,2
Total	9.833,4	15.347,2

[1] Lei Kandir - Ressarcimento

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R$ 4,1 bilhões (12,0%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a setembro. Desse crescimento, R$ 1,6 bilhão refere-se a incremento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e R$ 1,3 bilhão refere-se ao aumento observado nas operações oficiais de crédito, com destaque para o crescimento de R$ 411,0 milhões no Programa de Custeio Agropecuário. Entre as demais variações, destacam-se o incremento de R$ 744,0 milhões nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) e o crescimento de R$ 194,3 milhões nas despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego, de acordo com o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011. Cumpre destacar que as despesas com pessoal e encargos sociais diminuíram R$ 174,7 milhões (1,3%) em relação ao mês anterior.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R$ 4,2 bilhões em relação a setembro, com destaque para incremento nos gastos no PAC e nas operações oficiais de crédito.

As despesas discricionárias atingiram R$ 12,3 bilhões, registrando crescimento de R$ 287,0 milhões, com destaque para o aumento das despesas dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R$ 194,2 milhões), do Ministério da Educação (R$ 168,8 milhões) e do Ministério das Cidades (R$ 59,6 milhões). O Ministério da Saúde apresentou redução de R$ 282,7 milhões em suas despesas, frente ao mês de setembro.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL JAN OUT (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	750 762,6	818 307,5
Transferências	111 325,7	137 853,1
Receita Líquida	639 437,0	672 354,3
Despesa Total	575 940,1	585 752,8
Resultado Primário	63 496,9	86 601,5

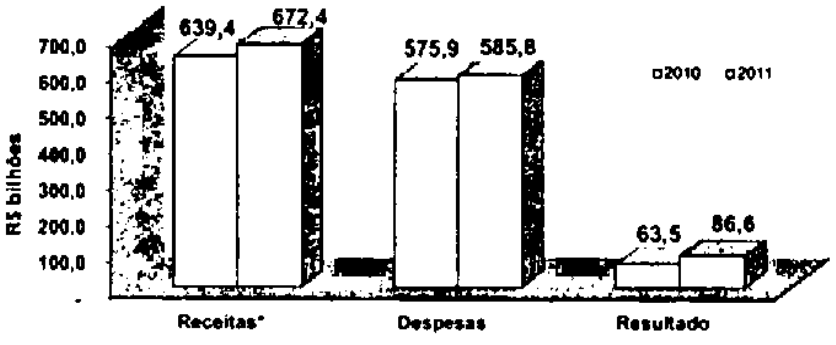
A Previdência Social apresentou déficit de R$ 1,3 bilhão, contra déficit de R$ 9,4 bilhões apurado em setembro. A receita líquida do RGPS cresceu R$ 728,2 milhões em relação ao mês anterior. Os benefícios previdenciários apresentaram um

decréscimo de R$ 7,3 bilhões devido, principalmente, ao pagamento antecipado, em setembro, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3o, da Lei no 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R$ 2,9 bilhões no mês, contra déficit de R$ 4,2 bilhões em setembro. A parcela rural apresentou, em outubro, déficit de R$ 4,2 bilhões, contra R$ 5,1 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central atingiu R$ 86,6 bilhões frente a um superávit de R$ 63,5 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R$ 23,1 bilhões ou 36,4%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R$ 17,5 bilhões (16,5%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R$ 5,7 bilhões (13,7%) no déficit da Previdência Social.

No acumulado de janeiro a outubro, o superávit primário do Governo Central foi de R$ 86,6 bilhões, superior em R$ 23,1 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011, JAN - SET (R$ bilhões)



(*) Líquidas de transferências a Estados e Municípios e incentivos fiscais.

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a outubro de 2011, apresentou crescimento de R$ 33,3 bilhões (5,6%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R$ 16,2 bilhões, 21,6%) e da CSLL (R$ 12,6 bilhões, 32,4%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R$ 4,4 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R$ 17,1 bilhões, 15,1%) e PIS/Pasep (R$ 4,8 bilhões, 16,3%) devido ao aumento no volume

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
BRASIL JAN OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receitas do Tesouro	19,46%	18,44%
Transferências	3,70%	4,12%
Despesas do Tesouro	12,24%	10,64%
FSB	0,00%	0,00%
Resultado Primário	3,52%	3,69%

(Líquido de transferências a Estados e Municípios)

de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R$ 18,3 bilhões, 23,2%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R$ 8,2 bilhões, 17,1%), Rendimentos do Capital (R$ 7,5 bilhões, 43,3%) e Remessas ao Exterior (R$ 2,0 bilhões, 23,1%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R$ 6,9 bilhões, 21,5%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

Houve elevação de R$ 26,6 bilhões (23,9%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro a outubro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

As demais receitas apresentaram redução de R$ 60,2 bilhões (38,5%) em relação ao período de janeiro a outubro de 2010, em função do ingresso de R$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

No período de janeiro a outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 26,6 bilhões (23,9%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R$ 21,7 bilhões (26,4%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R$ 3,7 bilhões (83,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R$ 3,1 bilhões (17,7%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

No período de janeiro a outubro de 2011, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R$ 11,9 bilhões (3,2%) frente ao mesmo período de 2010 em função, principalmente, da despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2011. Destacam-se também os aumentos: i) de R$ 12,3 bilhões (9,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,08 p.p); ii) de R$ 8,3 bilhões (7,8%) nas despesas discricionárias; iii) de R$ 3,1 bilhões (17,7%) nas despesas do PAC; e iv) de R$ 2,2 bilhões nas despesas com LOAS/RMV (12,2%).

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R$ 5,7 bilhões (13,7%) relativamente ao período de janeiro a outubro de 2010, atingindo o equivalente a 1,08% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,39% do PIB em igual período de 2010.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R$ 5,7 bilhões (13,7%) quando comparado o período de janeiro a outubro de 2010, alcançando R$ 36,2 bilhões, frente aos R$ 41,9 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 27,1 bilhões (16,6%),

explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R$ 21,4 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R$ 9,0 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R$ 45,2 bilhões.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

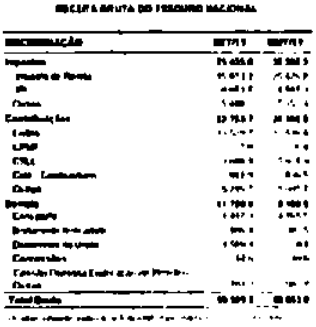
A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de 14,9% relativamente ao mês anterior.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R$ 68,9 bilhões em outubro, contra R$ 59,9 bilhões verificados em setembro de 2011 (aumento de 14,9%). Este comportamento é explicado pelo aumento de R$ 9,9 bilhões em impostos e de R$ 2,6 bilhões em contribuições, dado que as demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R$ 3,5 bilhões.

As receitas de impostos federais totalizaram R$ 35,4 bilhões e as de contribuições R$ 25,3 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R$ 12,5 bilhões (20,6%) em relação aos valores apurados em setembro. Esse resultado reflete os crescimentos de R$ 6,8 bilhões (117,3%) no IRPJ e R$ 2,8 bilhões (91,7%) na CSLL, influenciados pelo pagamento da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/11, e pela reclassificação, por estimativa, de R$ 1,3 bilhão para IRPJ realizada em outubro. Destaque-se também o crescimento de R$ 1,9 bilhão (22,7%) na arrecadação do IR-Retido na Fonte.

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram queda de R$ 3,5 bilhões (30,2%), explicada, principalmente, pela diminuição de R$ 4,6 bilhões na arrecadação de dividendos e de R$ 2,0 bilhões em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras. Esta última se deve, sobretudo, a reclassificação, por estimativa, de R$ 1,3 bilhão para o IRPJ e de R$ 288 milhões para o IPI.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,8% de janeiro a outubro de 2011, dos quais 8,8% correspondem à arrecadação de impostos, 7,2% à de contribuições e 2,9% às demais receitas.



Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Na comparação com o período de janeiro a outubro de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R$ 33,3 bilhões (5,6%), passando de R$ 597,8 bilhões para R$ 631,1 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. Destaque também o recolhimento de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial, a alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre

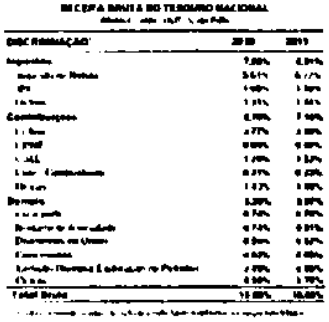
automóveis a partir de abril de 2010, bem como a consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

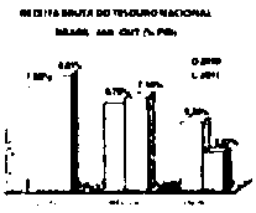
No acumulado de janeiro a outubro de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

a) crescimento de R$ 16,2 bilhões (21,6%) no IRPJ e de R$ 12,6 bilhões (32,4%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R$ 4,4 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.

b) crescimento de R$ 18,3 bilhões (23,2%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R$ 8,2 bilhões (17,1%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 14,51% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a setembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R$ 7,5 bilhões (43,3%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a outubro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 43,56% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 60,59% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R$ 2,0 bilhões (23,1%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens "rendimentos do trabalho" e "juros sobre capital próprio" de residentes no exterior.





c) incremento de R$ 17,1 bilhões (15,1%) na Cofins e de R$ 4,8 bilhões (16,3%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 11,8% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a setembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral; e iii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais.

As demais receitas apresentaram redução de R$ 60,2 bilhões em função do ingresso de R$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011. Excluído esse efeito, tais receitas cresceram R$ 13,5 bilhões.

d) incremento de R$ 6,9 bilhões (21,5%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 26,7% no valor em dólar das importações tributadas e de 7,2% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 7,0% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre

outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R$ 149 milhões, de R$ 111 milhões, de R$ 436 milhões e de R$ 288 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2011.

e) crescimento de R$ 4,5 bilhões (20,6%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R$ 60,2 bilhões (38,5%), em relação ao período de janeiro a outubro de 2010, decorrente especialmente do ingresso de R$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

A despeito deste efeito, destacam-se as seguintes variações nos itens que compõem as demais receitas do Tesouro Nacional: i) aumento de R$ 4,9 bilhões (21,9%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) crescimento de R$ 2,9 bilhões (24,9%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º da referida lei (redução nos montantes de multas e juros); iii) aumento de R$ 4,3 bilhões (19,4%) em cota parte de compensações, devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; e iv) incremento de R$ 1,3 bilhão (233,0%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

Transferências a Estados e Municípios

Em outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R$ 15,2 bilhões, contra R$ 9,6 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R$ 5,6 bilhões (58,3%). Esse comportamento resulta de: i) crescimento de R$ 1,9 bilhão nas demais transferências, impactado pela transferência de R$ 1,3 bilhão relativas ao Fundeb, de acordo com cronograma 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011); e ii) de R$ 2,5 bilhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), cuja base de cálculo de outubro foi impactada positivamente pela reclassificação de valores para o IR e IPI.

No período de janeiro a outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 26,6 bilhões (23,9%), elevando-se de R$ 111,3 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2010, para

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
(BRASIL, 2011 (R$ milhões))

DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.469,4	10.174,9
CIDE-Combustíveis	-	999,8
Lei Comp. nº 115/2003*	862,5	862,5
Demais	1.601,5	3.470,2
Total	9.933,4	15.507,2

* Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP)
(BRASIL, 2011 (R$ milhões))

Decêndio	Set	Out*
Terceiro Decêndio	9.032,0	10.847,8
Primeiro Decêndio	1.935,4	3.125,1
Segundo Decêndio	6.196,5	8.566,4
Total	17.163,8	22.539,3

* Dados sujeitos a alterações

R$ 138,0 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R$ 21,7 bilhões (26,4%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R$ 3,7 bilhões (83,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 38,1 bilhões, contra R$ 34,0 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R$ 4,1 bilhões (12,0%). Essa evolução decorreu principalmente do aumento de R$ 1,6 bilhão nas despesas do PAC, de R$ 1,3 bilhão nas despesas com subsídios e subvenções econômicas, e de R$ 744,0 milhões nos fundos de desenvolvimento ADA/ADENE.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R$ 13,5 bilhões em outubro, frente a R$ 13,7 bilhões registrados em setembro. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios registrou R$ 285,7 milhões no mês, apresentando aumento de R$ 124,1 milhões em relação ao mês anterior.

O volume de despesas com custeio e capital atingiu R$ 24,4 bilhões em outubro, contra R$ 20,1 bilhões em setembro (aumento de R$ 4,3 bilhões). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas outras despesas de custeio e capital (aumento de R$ 2,7 bilhões); ii) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas (crescimento de R$ 1,3 bilhão); iii) nas despesas do FAT (aumentaram de R$ 192,7 milhões); e iv) na execução da LOAS/RMV (cresceu R$ 15,0 milhões frente).

As despesas do FAT totalizaram R$ 3,4 bilhões em outubro, contra R$ 3,2 bilhões em setembro, com aumento de R$ 192,7 milhões. Neste item, o pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012, regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL

DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Pessoal e Encargos	[illegible]	[illegible]
Custeio e Capital	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Agricultura	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]

Em relação às outras despesas de custeio e capital, o acréscimo de R$ 2,7 bilhões foi influenciado pelo crescimento das despesas do PAC (R$ 1,6 bilhão) e das despesas obrigatórias (R$ 777,3 milhões). Esta última reflete a variação do fundo de desenvolvimento ADA/ADENE (R$ 744,0 milhões), cujo desembolso foi concentrado no mês de outubro. As despesas discricionárias cresceram R$ 287,0 milhões devido ao crescimento das despesas do Ministério do Desenvolvimento Social (R$ 194,2 milhões) e da Educação (R$ 168,8 milhões), compensados pela redução de R$ 282,7 milhões das despesas do Ministério da Saúde.

No que tange às despesas com subsídios e subvenções, o aumento de R$ 1,3 bilhão deveu-se, principalmente, ao aumento de R$ 411,0 milhões em Custeio Agropecuário e de R$ 242,4 milhões em Sustentação de Preços, destacando-se também o pagamento de R$ 65,7 referente à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129, de 2011.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,64% do PIB, contra 12,24% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se decréscimo de R$ 11,9 bilhões (3,2%) em relação a 2010, decorrente da redução de R$ 25,0 bilhões (10,7%) nas Despesas de Custeio e Capital. Este item é impactado pela despesa de R$ 42,9 bilhões referente à capitalização da Petrobrás realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Como proporção do PIB, as despesas com Custeio e Capital passaram de 7,79% para 6,25% do PIB (decréscimo de 1,54 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 1,43 p.p. na rubrica Capitalização da Petrobras; ii) decréscimo de 0,18 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; iii) aumento em 0,03 p.p. nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iv) crescimento de 0,04 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar quando expressas em relação ao PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,42% em 2010, para 4,33% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R$ 12,3 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R$ 5,4 bilhões em 2011, contra desembolso de R$ 4,3 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R$ 9,3 bilhões em 2011, contra R$ 7,5 bilhões no mesmo período de 2010. O crescimento de R$ 1,8 bilhão decorreu, principalmente, do crescimento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R$ 1,9 bilhão), das subvenções aos Fundos Regionais (R$ 905,8 milhões), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R$ 429,0 milhões), do Custeio Agropecuário (R$ 410,3 milhões) e do Proex (R$ 380,9 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R$ 1,7 bilhão), com o Reordenamento de Passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL 2011 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Precatórios e Sentenças	45,3	47,4
Legislativo	86,1	87,0
Judiciário	488,2	483,6
Crédito Extraordinário	319,9	487,9
PAC	1 258,9	2 831,5
Outras	114,2	881,5
Discricionárias	12 013,1	12 300,1
dos Min. da Saúde	4 986,0	4 706,3
Min. do Des. Social	1 484,9	1 683,8
Min. da Educação	1 792,4	1 961,2
Min. da Defesa	1 908,4	1 940,3
Min. da Ciência e Tec.	349,7	373,2
Min. do Des. Agrário	154,5	208,9
Min. da Justiça	207,5	248,8
Min. da Previdência	145,5	131,0
Min. dos Transportes	83,8	106,9
Min. das Cidades	108,5	168,2
Demais	1 387,9	1 984,2
Total	14 319,8	17 844,8

Exclui créditos extraordinários relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento.

[1] Corresponde a despesas do PAC, grande parte custeio e investimento.

[2] Inclui subvenções econômicas, aquisições no âmbito da AGF, despesas do Abastecimento da ADA/ADENE, despesas com pessoal, benefícios previdenciários, Proex, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e demais despesas de custeio e investimento.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram R$ 11,9 bilhões no período de janeiro a outubro de 2011 frente ao mesmo período de 2010, reflexo da despesa de R$ 42,9 bilhões relativos à capitalização da Petrobras realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL

BRASIL JAN / OUT / - % PIB

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	12,24%	10,64%
Pessoal e Encargos	4,42%	4,33%
Custeio e Capital	7,79%	6,25%
Despesas do FAT	0,84%	0,88%
Subsídios e Subvenções	0,47%	0,78%
Capitalização da Petrobras	1,61%	0,00%
Outras	4,86%	4,59%
Transferências ao Banco	0,83%	0,89%

Inclui despesas com subvenções que foram registradas a partir de 2009 mediante uma reclassificação de despesas.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p. em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS *
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
BRASIL, JAN - OUT (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	4 [illegible]	4 [illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1,4	23,4
Preços Agrícolas	2 [illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	1 210,7	[illegible]
Pronaf	[illegible]	2 [illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cacau	0,0	[illegible]
Securitização	4,0	[illegible]
Fundo da Terra/Incra	571,4	[illegible]
FUNCAFÉ	74,0	[illegible]
Revitaliza	0,0	26,7
Outros	-40,3	773,5
PSI	0,0	430,6
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	10,6	[illegible]
Exportação (Proex)	78,4	300,4
[illegible]	0,0	[illegible]
Total	4 [illegible]	5 730,3

[illegible]

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R$ 3,1 bilhões (incremento de 17,7%) em relação ao exercício de 2010.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN - OUT (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2 [illegible]	3 514,1
Legislativo	937,3	1 021,0
Judiciário	4 430,5	4 617,1
Créditos Extraordinários ¹	6 824,1	4 426,0
PAC	17 683,4	20 815,3
[illegible]	1 804,0	2 008,7
Discricionárias	108 251,5	116 574,6
dos quais: Min. da Saúde	43 087,1	46 491,4
Min. do Des. Social	13 917,8	16 303,4
Min. da Educação	16 512,0	17 780,4
Min. da Defesa	9 250,5	10 331,2
Min. da Ciência e Tec.	3 374,4	3 466,0
Min. do Des. Agrário	1 016,0	1 615,3
Min. da Justiça	2 460,5	2 197,2
Min. da Previdência	1 734,1	1 585,0
Min. dos Transportes	849,8	833,5
Min. das Cidades	1 068,0	791,8
Demais	13 026,1	13 220,6
Total	140 225,0	148 974,6

[illegible]

(R$ 283,4 milhões), com o Programa de Fundo da Terra/Incra (R$ 196,6 milhões), e com Programa de Sustentação de Preços (R$ 301,8 milhões).

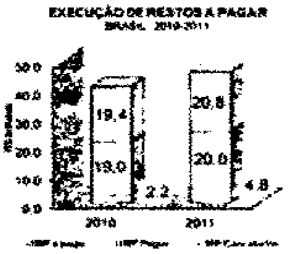
As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R$ 2,2 bilhões (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada: i) pelos reajustes no salário mínimo em 2011, de 5,9% no mês de janeiro (MP nº 516/2010) e de 0,9% no mês de março (Lei nº 12.382/2011); e ii) pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,7% no período de janeiro a outubro de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1 290 690	-	444 190	-	846 500	-
média 2002	1 455 205	13%	531 617	20%	923 588	9%
média 2003	1 631 497	12%	627 693	18%	1 003 804	9%
média 2004	1 898 903	16%	821 288	30%	1 077 615	7%
média 2005	2 173 634	15%	1 002 778	23%	1 170 856	9%
média 2006	2 389 050	10%	1 131 939	13%	1 257 111	8%
média 2007	2 575 467	8%	1 239 649	10%	1 335 818	6%
média 2008	2 810 538	9%	1 360 235	10%	1 450 303	9%
média 2009	3 052 295	9%	1 487 566	9%	1 564 729	8%
média 2010	3 290 375	8%	1 583 853	6%	1 706 522	9%
out/01	1 281 573	-	439 563	-	842 010	-
out/02	1 435 654	12%	521 824	19%	913 830	9%
out/03	1 619 263	13%	620 997	19%	998 266	9%
out/04	1 869 134	15%	800 433	29%	1 068 702	7%
out/05	2 155 104	15%	991 465	24%	1 163 640	9%
out/06	2 373 030	10%	1 122 420	13%	1 250 610	7%
out/07	2 556 288	8%	1 229 427	10%	1 326 860	6%
out/08	2 788 243	9%	1 348 735	10%	1 439 508	8%
out/09	3 032 023	9%	1 477 799	10%	1 554 224	8%
out/10	3 270 031	8%	1 576 635	7%	1 693 396	9%
out/11	3 490 366	6,7%	1 653 198	5%	1 837 168	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R$ 9,7 bilhões (7,0%) entre janeiro e outubro de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se as despesas discricionárias, com aumento de R$ 8,3 bilhões (7,8%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R$ 3,1 bilhões (17,7%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R$ 2,4 bilhões, 35,1%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R$ 156,1 milhões, 17,3%). Responderam pelo crescimento das despesas discricionárias principalmente os Ministérios da Saúde (R$ 3,4 bilhões), do Desenvolvimento Social (R$ 2,4 bilhões), da Educação (R$ 2,2 bilhões) e da Defesa (R$ 1,1 bilhão). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R$ 34,8 bilhões, apresentando redução de 3,7% em relação ao mesmo período de 2010.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até outubro de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R$ 20,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R$ 5,0 bilhões), da Saúde (R$ 3,5 bilhões), da Defesa (R$ 3,3 bilhões), e da Ciência e Tecnologia (R$ 1,2 bilhão).



Previdência Social

Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 1,3 bilhão, contra um déficit de R$ 9,4 bilhões em setembro (redução de R$ 8,0 bilhões ou 85,8%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento ocorrido no mês anterior de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R$ 5,7 bilhões, passando de R$ 41,9 bilhões de janeiro a outubro de 2010, para R$ 36,2 bilhões no mesmo período de 2011.

Em outubro, a Previdência Social registrou déficit de R$ 1,3 bilhão, contra deficit de R$ 9,4 bilhões em setembro. No período de janeiro a outubro de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 1,08% do PIB, frente a um déficit equivalente a 1,39% do PIB registrado em igual período de 2010.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT	JAN - OUT	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	19.793,4	20.521,6	163.524,5	190.633,7
Arrecadação Bruta	22.131,0	22.881,9	181.916,9	212.705,9
- Contribuição Previdenciária	19.747,8	20.120,9	164.326,7	190.778,2
- Simples	2.203,6	2.138,5	15.412,4	19.646,7
- CFT	21,8	42,7	444,9	333,3
- Depósitos Judiciais	148,4	370,2	1.625,7	1.846,8
- Refis	9,4	9,6	107,1	100,9
(-) Restituição/Devolução	-226,8	-63,8	-510,3	-843,8
(-) Transferências a Terceiros	-2.110,8	-2.096,4	-17.882,0	-21.228,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	29.143,8	21.849,8	205.465,1	226.849,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-9.350,4	-1.328,1	-41.940,5	-36.215,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,39%	-1,08%

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R$ 20,5 bilhões, apresentando aumento de R$ 728,2 milhões (3,7%) frente aos ingressos líquidos de setembro. Comparativamente ao acumulado de janeiro a outubro de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R$ 27,1 bilhões (16,6%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e setembro de 2011 foi 14,51% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL JAN - OUT (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	163.524,5	190.633,7	16,6%
Urbano	159.617,8	186.220,1	16,7%
Rural	3.906,7	4.413,7	13,0%
Benefícios	205.465,1	226.849,2	10,4%
Urbano	160.209,7	177.252,8	10,6%
Rural	45.255,4	49.596,4	9,6%
Res. Primário	-41.940,5	-36.215,5	-13,7%
Urbano	-591,9	8.967,3	-1615,9%
Rural	-41.348,6	-45.182,7	9,3%

As despesas com benefícios, em outubro, totalizaram R$ 21,8 bilhões, apresentando uma redução de R$ 7,3 bilhões (25,0%) em relação a setembro. Esse recuo se explica, pelo pagamento, ocorrido no mês anterior, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdên-

cia social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo.

Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a outubro de 2010, o aumento das despesas foi de R$ 21,4 bilhões (10,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R$ 48,74 (6,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 916,5 mil (3,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 541,8 mil aposentadorias (3,5%), 170,3 mil pensões por morte (2,6%) e 187,2 mil benefícios de auxílio-doença (15,2%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL MÉDIA JAN-OUT

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,6	24,7	3,8%
Valor médio RGPS**	753,1	801,9	6,5%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL JAN - OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,44%	5,69%
Urbano	5,31%	5,56%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,83%	6,77%
Urbano	5,33%	5,29%
Rural	1,50%	1,48%
Res. Primário	-1,39%	-1,08%
Urbano	-0,02%	0,27%
Rural	-1,37%	-1,35%

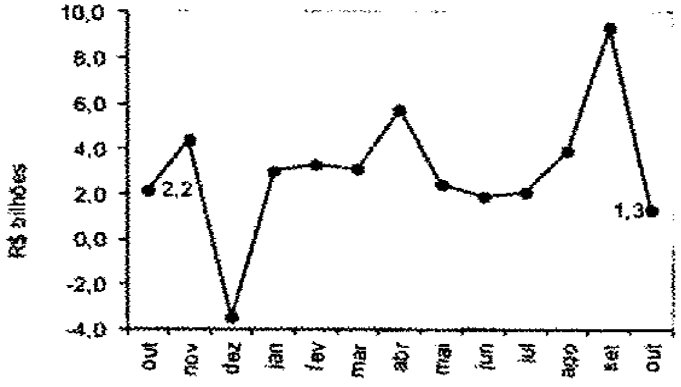
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

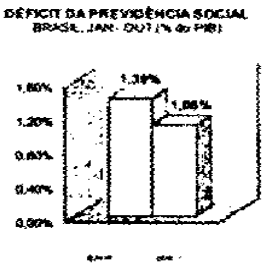
Em mil benefícios

	SET	OUT	JAN - OUT	
	2011	2011	2010	2011
Benefícios do RGPS	24.991	25.047	23.821	24.737
Previdenciários	24.157	24.213	23.028	23.908
Aposentadorias	15.997	16.044	15.296	15.831
Idade	8.376	8.403	7.986	8.284
Invalidez	2.996	3.000	2.925	2.979
Tempo de contribuição	4.625	4.641	4.386	4.568
Pensão por morte	6.753	6.768	6.529	6.701
Auxílio-Doença	1.259	1.257	1.072	1.236
Salário - maternidade	82	78	72	77
Outros	66	67	55	63
Acidentários	834	834	793	829
Aposentadorias	172	173	162	170
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	181	180	158	180
Auxílio - acidente	288	287	276	284
Auxílio - suplementar	70	70	73	71

Como proporção do PIB, em relação a janeiro a outubro de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,26 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,06 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,39% para 1,08% do PIB, ou seja, 0,31 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010/2011





DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 922,1 bilhões, o equivalente a 23,0% do PIB, reduzindo-se em 1,8 p.p do PIB em relação a outubro de 2010.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R$ 922,1 bilhões em outubro, o equivalente a 23,0% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R$ 6,8 bilhões em termos nominais, resultado da diminuição de R$ 10,8 bilhões na Dívida Externa Líquida e do aumento de R$ 4,0 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida. Em proporção ao PIB, a DLTN reduziu 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.



TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	801.838	844.259	848.548
I.1. Dívida Interna	2.234.257	2.430.981	2.456.348
I.2. Haveres Internos	1.432.420	1.586.452	1.607.801
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.955	84.339	73.933
II.1. Dívida Externa	92.209	84.825	73.937
II.2. Haveres Externos	254	485	404
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	893.793	928.598	922.981
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[2]	24,8%	23,3%	23,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.
(2) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,8 p.p. passando de 24,8% em outubro de 2010, para 23,0% em outubro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R$ 28,3 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R$ 46,7 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, compensado pela redução R$ 18,4 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,1 p.p. do PIB em comparação a outubro de 2010.

Em outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 848,5 bilhões, o equivalente a 21,1% do PIB. A variação de R$ 4,0 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R$ 25,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento dos haveres internos no valor de R$ 21,3 bilhões.

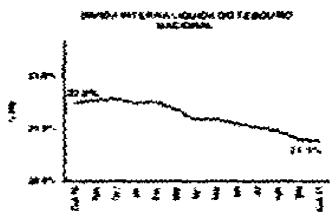
Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomado em proporção do PIB, diminuiu 1,1 p.p., passando de 22,2% para 21,1%. Em termos nominais, passou de R$ 801,8 bilhões, em outubro de 2010, para R$ 848,5 bilhões, em outubro de 2011. Houve aumento de R$ 222,1 bilhões no estoque da dívida interna e de R$ 175,4 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA	2.234.257	2.430.981	2.456.348
I.1. Dívida Mobiliária	2.219.659	2.419.814	2.445.299
DPMFi em Poder do Público[1]	1.552.722	1.723.918	1.732.625
DPMFi em Poder do Banco Central	891.074	723.191	739.456
(-) Aplicações em Títulos Públicos[2]	(24.137)	(27.496)	(26.781)
I.2. Demais Obrigações Internas	14.598	11.368	11.049
II. HAVERES INTERNOS	1.432.420	1.586.452	1.607.801
II.1. Disponibilidades Internas	374.089	435.096	456.592
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	461.812	483.523	485.814
II.3. Haveres da Administração Indireta	233.609	253.077	256.598
II.4. Haveres Administrados pela STN	362.910	414.757	410.797
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	801.838	844.529	848.548
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[3]	22,2%	21,2%	21,1%

(*) Dados sujeitos a alteração
(1) Inclui TDA e dívida securitizada
(2) Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais
(3) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses



Em outubro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R$ 25,7 bilhões em termos nominais e 0,2 p.p. em proporção do PIB. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R$ 22,5 bilhões e pela emissão líquida de R$ 2,5 bilhões ocorrida no período. Em relação a outubro do ano anterior, a DPMFi aumentou R$ 225,6 bilhões em termos nominais; entretanto, em proporção do PIB, reduziu 0,7 p.p., passando de 61,6% em 2010 para 60,9% em outubro de 2011.

Na carteira de títulos em poder do público, o estoque aumentou R$ 8,7 bilhões, resultado da apropriação de juros no total de R$ 15,4 bilhões e do resgate líquido de R$ 6,7 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R$ 16,3 bilhões em decorrência da emissão líquida de R$ 9,2 bilhões e da apropriação de juros no total de R$ 7,1 bilhões.

Quanto à composição da carteira em poder do público, comparada ao mês anterior, as variações mais significativas ocorreram no estoque de NTN-B, com aumento de R$ 9,9 bilhões, de LTN, com redução de R$ 7,9 bilhões e de LFT cujo aumento alcançou R$ 4,5 bilhões.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL

Título	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
Em Poder do Público	1 556,7	1 723,9	1 732,6
LFT	517,4	560,6	565,2
LTN	323,7	386,6	357,7
NTN-B	359,7	441,3	451,1
NTN-C	62,3	61,7	61,6
NTN-F	246,6	260,2	263,4
Demais	37,9	34,6	33,6
Aplic. em Títs. Púb.	(26,1)	(27,5)	(29,9)
Na Carteira do BCB	691,1	723,2	739,5
Total	2 221,7	2 447,6	2 442,3
% PIB	61,6%	60,7%	60,9%

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2010/2011

R$ bilhões

Discriminação	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
Lei 9.496/97	341,2	363,9	366,3
MP 2.185/01	54,4	96,8	96,8
Lei 8.727/93	34,5	28,1	28,7
Antecipação de Royalties	10,2	9,8	9,1
Bônus Renegociados	5,4	5,5	5,0
Lei 7.976/89	0,6	0,6	0,6
Demais Haveres	16,7	16,3	16,3
Total	461,8	483,5	484,4
% PIB	12,9%	12,4%	12,1%

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, OUT/2011

R$ bilhões

Título	Saldo Set/11	Fatores de Variação[1]			Saldo Out/11
		Emissões	Resgates[2]	Juros[3]	
Em poder do público	1.723,9	27,2	(33,8)	15,4	1.732,6
LFT	560,6	0,8	-1,1	4,9	565,2
LTN	386,6	18,7	(27,7)	3,0	357,7
NTN-B	441,3	6,1	(2,9)	4,7	451,1
NTN-C	61,7	0,0	(0,9)	0,8	61,6
NTN-F	260,2	0,7	(0,0)	2,5	263,4
Demais[4]	34,6	0,9	(1,3)	-0,5	33,6
Na carteira do BCB	723,2	21,7	(12,5)	7,1	739,5
Total	2.447,1	48,9	(46,3)	22,5	2.472,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
[1] Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) no saldo da obrigação.
[2] Inclui cancelamentos referentes à permuta de títulos e outros ajustes.
[3] Refere-se aos juros apropriados por competência.
[4] Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R$ 21,3 bilhões no mês de outubro. Esse comportamento reflete o crescimento de R$ 20,5 bilhões nas disponibilidades internas, de R$ 2,5 bilhões nos haveres da administração indireta, de R$ 2,3 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, e a redução de R$ 4,0 bilhões nos haveres administrados pela STN.

Em relação aos haveres da administração indireta, o aumento de R$ 2,5 bilhões decorre do acréscimo de R$ 1,1 bilhão no saldo dos Fundos diversos, de R$ 817,0 milhões nos haveres do FAT e de R$ 648,7 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2010/2011

R$ bilhões

Entidade	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
FAT	144,7	152,8	153,6
Fundos Regionais	58,9	63,6	64,5
Demais	32,1	36,4	37,5
Total	333,8	353,1	355,8

Quanto à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram verificadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, com aumento de R$ 3,2 bilhões, e nos saldos dos Bônus Renegociados e dívida renegociada ao amparo da Lei nº 8.727/93, com reduções de R$ 533,3 milhões e R$ 401,9 milhões, respectivamente.

Em relação aos haveres administrados pela STN, houve redução de R$ 2,6 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica, de R$ 759,4 milhões nos haveres de operações estruturadas e de R$ 642,5 milhões nos demais haveres administrados pela STN.

Dívida Externa Líquida

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 73,5 bilhões, contra R$ 84,3 bilhões, em setembro. Houve redução de R$ 10,8 bilhões em termos nominais e de 0,3 p.p. do PIB. Essa variação reflete a variação cambial negativa de R$ 6,3 bilhões, o resgate líquido de R$ 5,2 bilhões e a apropriação de juros no valor de R$ 587,9 milhões.

Em outubro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 73,5 bilhões, equivalentes a 1,8% do PIB, valor inferior, em 0,7 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
I DÍVIDA EXTERNA	92 209	84 521	73 837
I 1 Dívida Mobiliária	72 609	68 201	63 500
Euro	7.012	4 236	4 038
Global US$	53 405	52 148	47 547
Global BRL	12 031	11 702	11.809
Demais	160	115	105
I 2 Dívida Contratual	19 600	16 620	10 437
Organismos Internacionais	14 766	12 047	6 312
Bancos Privados e Agências Governamentais	2 834	4 573	4 125
II HAVERES EXTERNOS	254	481	484
II 1 Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	254	481	484
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.955	84 338	73 833
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB(1)	2,8%	2,1%	1,8%

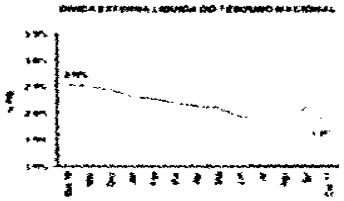
(*) Dados sujeitos a alteração.
(1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R$ 18,4 bilhões, passando de R$ 92,0 bilhões, em outubro de 2010, para R$ 73,5 bilhões, em outubro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,7 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, OUT/2011

Discriminação	Estoque Set/11	Fatores de Variação				Estoque Out/11
		Emissões	Resgates(1)	Juros(2)	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária(3)	68.251	0	(773)	473	(4 901)	63.500
Global US$	52 148	0	(773)	337	(4 665)	47 547
Euro	4 236	0	0	26	(226)	4 038
Global BRL	11 702	0	0	107	0	11 809
Demais	115	0	0	1	(10)	105
Dívida Contratual	16.620	27	(4 915)	115	(1.410)	10.437
Org. Internacionais	12 047	21	(4 766)	71	(1 059)	6 312
Bancos Priv./Ag. Gov	4 573	6	(147)	44	(351)	4 125
Total	84 871	26,9	(5 187,7)	587,9	(6 311,2)	73 837

(1) Inclui cancelamentos, refinanciamentos e permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
Refere-se aos juros nominais apropriados por competência no mesmo dia de referência. Convertido para moeda local pela taxa de câmbio do final do período.
(3) A partir de Jan/2010, o estoque de DI do mercado passou a ser apurado pelo método de TR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque de DPMF.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 85,9% (R$ 63,5 bilhões) e a dívida contratual representa 14,1% (R$ 10,4 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURONACIONAL

TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL [1]

R$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
I. RECEITA TOTAL	74 652,9	71.661,4	97 919,3	66.874,1	66.999,4	73.538,4	89 354,9	75.699,5	83.665,4	99 139,5	74 965,2	78.476,1	86.715,6
I.1. Receitas do Tesouro	56 344,6	53 648,9	66.913,3	72.648,7	49.866,9	56.394,1	79.586,1	58.328,8	63.849,2	79 168,3	54 293,6	58.472,3	65 988,5
I.1.1 Receita Bruta	58 989,4	54 152,0	67 554,1	74 082,2	49.380,5	55 541,2	70 914,5	58 800,5	66 282,8	72 684,3	56 611,4	59 909,5	68 853,6
I.1.1.1 Impostos	28 383,7	24 532,8	32 025,3	37 986,5	22 106,7	26 176,6	34 513,1	25 832,2	29 748,9	32 464,5	25 321,5	25 435,0	35 366,2
IR	19 882,7	16.133,7	23 328,1	28 748,4	14 844,6	18 466,1	25 833,6	17 450,7	21 107,9	23.311,3	16 156,8	15 873,1	25 426,6
IR - Pessoa Física	1 527,2	1 587,4	1 176,5	1 006,8	774,0	636,2	4 861,4	2 635,7	1 842,2	1 897,4	1 719,3	1 583,6	2 383,7
IR - Pessoa Jurídica	10 227,8	5 420,1	8 616,9	15 838,9	5 929,0	8 635,0	11 160,9	6 182,8	8 673,6	12 380,6	6 080,9	5 804,3	12 611,7
IR - Retido na Fonte	8 077,7	9 146,2	13 534,7	12 903,6	7 941,6	8 994,9	8 811,8	8 632,2	12 582,0	9 233,0	8 356,6	8 606,0	10 431,4
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4 503,8	6.199,4	5 814,1	7 118,3	5 185,2	6 407,3	5 999,6	5 362,2	5 183,1	5.225,7	6.076,6	5 330,6	5 199,3
IRRF - Rendimentos do Capital	1 853,3	1 584,9	5 373,0	3 513,4	1 383,8	1 258,9	2 078,5	1 732,2	5 826,1	1 843,9	1 817,7	1 765,1	3 368,9
IRRF - Remessas ao Exterior	1 033,9	820,2	1 733,5	1 536,3	983,9	811,6	1 283,6	947,8	815,5	1 451,1	884,6	788,1	1 268,1
IRRF - Outros Rendimentos	586,7	541,6	614,1	743,6	549,6	517,0	540,9	550,0	867,3	712,4	580,5	620,2	575,0
IPI	3 846,6	3.922,7	4 182,3	3 981,2	3 362,9	3 585,6	3 862,8	3 837,8	3 755,0	4.115,0	3 781,8	4 013,1	4 587,3
IPI - Fumo	302,1	323,6	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	394,8	298,3	297,7	316,2	305,1
IPI - Bebidas	230,2	218,3	242,1	276,8	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	263,7	282,1
IPI - Automóveis	560,1	601,8	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	566,3	583,8	587,3	612,6	585,1	714,6
IPI - Vinculado à importação	1 008,1	1.151,0	1 072,0	958,2	888,8	1 062,1	1.002,4	1 044,3	1.029,4	1 088,3	1 198,9	1.248,4	1 358,3
IPI - Outros	1 846,1	1 629,7	1 901,0	1 747,0	1 350,6	1 459,7	1 695,9	1 522,6	1 588,3	1.805,9	1 441,0	1 680,3	1 989,2
IOF	2 874,9	2 351,6	2 549,3	2 368,1	2 200,4	1 901,5	2 802,1	2 688,7	2 610,3	2.833,9	2 904,3	2 740,9	2 858,5
Imposto de Importação	1 918,0	2.078,7	1 917,1	1 678,0	1 888,8	2 121,0	1 804,2	2 164,6	2 082,3	2 188,8	2 462,0	2 387,3	2 427,3
Outros	61,5	48,3	48,5	8,9	10,8	10,2	10,2	9,3	13,4	15,6	13,3	360,0	66,6
I.1.1.2 Contribuições	23 180,8	21.111,0	27 182,8	26.241,2	20 096,6	22 101,6	23 809,2	21 409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25 306,9
COFINS	12 801,0	12 833,4	13 473,2	13 643,8	11 518,4	12 518,6	12 877,3	12 643,6	13 162,2	13 398,6	13.834,0	13 529,7	13 536,4
CPMF	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9	6,4
CSLL	5 048,5	2 991,9	4 119,8	5 020,5	3 358,6	4 229,8	5 238,1	3 185,5	3.270,4	11.680,3	3 335,1	3 088,4	5 921,9
CIDE-Combustíveis	703,7	677,8	960,9	727,2	674,2	662,6	663,7	786,3	748,7	774,6	847,8	911,9	836,5
Pis/Pasep	3 278,1	3 311,2	7 486,8	3 623,6	3 160,5	3 287,0	3.384,8	3 425,4	3 462,4	3 545,4	3 585,6	3 585,9	3 515,7
Salário Educação	898,5	921,7	940,1	1 896,3	898,8	877,1	960,6	981,0	1 010,5	1 018,1	1 043,1	1 218,8	1 058,2
Outras	448,7	357,7	491,7	536,2	373,7	415,1	448,3	580,1	570,2	357,2	493,8	431,0	431,8
I.1.1.3 Demais	7 415,1	6.508,1	8 386,0	7 864,6	7 187,1	7 263,1	12.793,2	9 458,1	14 156,9	9 462,3	8 118,6	11.720,8	8 180,6
CPSS	844,3	1 387,0	1 057,2	849,6	861,1	867,7	857,0	864,7	685,0	881,9	879,8	855,4	837,3
Cota parte de compensações financeiras	3 358,9	1 119,5	1 146,6	3 823,5	1 290,8	1 222,6	4 616,0	1 414,5	1 478,5	5 001,9	1 415,5	1 417,3	4 765,5
Depósitos não reclamados	2 053,5	2 016,6	3 064,1	2 719,6	2 681,4	2 223,7	4 819,4	2 324,1	3 244,6	2 776,2	2 401,9	2 586,4	2 382,6
Concessões	15,5	14,2	583,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1 071,9	346,4	55,7	11,4	14,6	38,6
Dividendos	4,6	2 861,6	2 841,8	2,3	1 549,1	1 516,3	2 245,9	2 570,6	2 303,6	1 511,8	932,1	4 589,3	8,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1 138,3	1 009,0	-137,5	213,0	795,0	1 317,3	243,4	1 213,2	6 902,6	-766,0	2 478,5	2 147,8	146,5
I.1.2 (-) Restituições	-2 640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2 433,6	-2.489,6	-2 316,7	-1 338,7	-2 841,9
I.1.3 (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-9,9	-180,4	-23,5
I.2 Receitas da Previdência Social	17 983,6	17 929,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	16.829,2	16 546,2	19 039,8	19.612,1	19.756,1	20.459,8	19.793,4	20.921,8
Urbana	17 150,0	17 505,6	30 030,5	16 741,7	17 438,6	17 636,9	16 084,9	18 542,2	19 147,1	19 314,0	19 978,4	19 389,4	20 847,9
Rural	413,8	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	462,2	497,6	465,0	442,1	472,5	404,0	473,7
I.3 Receitas do Banco Central	148,7	139,4	482,3	199,6	217,6	222,1	232,6	234,1	204,1	216,1	220,4	210,5	264,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.719,8	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	16.475,2	14 397,7	16.281,8	13.994,7	12.346,1	14.188,4	9.633,4	15.247,3
II.1 Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7 943,5	9 476,3	14 144,6	11 562,1	12 402,2	8 127,0	10 779,2	12 259,1	11 136,2	9 512,1	9 802,4	7 888,4	10 374,9
II.2 Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115/	1 137,5	182,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.3 Transferências da Cide	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6
II.4 Demais	2 156,6	3 000,0	1 918,2	3 351,2	3 286,5	2 185,6	2 978,3	3 860,3	2 684,0	2 100,4	4 223,5	1 601,5	3 470,2
II.4.1 Salário Educação	556,7	539,1	553,0	440,5	1 140,4	588,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0	625,6	731,3
II.4.2 Royalties (Lei nº 9.478/97)	636,0	1 933,9	443,0	852,8	2 124,8	1 071,5	791,3	2 767,3	1 044,0	961,3	2 967,5	934,7	1 186,3
II.4.3 Fundef/Fundeb	476,6	478,6	478,6	2 001,0	9,3	501,5	1 586,2	501,5	1 047,8	512,7	634,0	0,0	1 268,0
II.4.4 Outras	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0	284,5

[1] Apurado pelo critério de "pagamento efetivo" que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.
Exclui da receita as Contribuições para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
[2] Lei Complementar nº 87/1996 até 2003 e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL [1]

R$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
I DESPESA TOTAL	54 546,5	57 423,0	66 956,2	61 119,9	48 594,2	54 668,7	59 611,4	55 153,1	58 993,6	56 463,6	58 349,6	63.466,0	66 198,7
I.1 Pessoal e Encargos Sociais [2]	13 999,1	14.974,2	15 724,6	16.718,7	13 519,1	13 778,9	16.382,2	15 858,7	13 768,9	17 384,5	13 991,5	13 796,3	13 830,5
dos Sentenças Judiciais e Precatórios	108,2	761,2	962,0	86,9	76,9	125,3	3 167,9	778,9	276,1	3330	136,4	163,7	485,1
I.2 Benefícios Previdenciários	19 738,2	23 344,6	27 646,9	20.137,7	21.983,2	21 196,7	24.275,6	21 436,6	21 518,9	21 849,9	24.375,9	20 143,8	21 849,4
I.2.1 Benefícios Previdenciários - Urbano [3]	15 457,1	17 313,4	21 347,4	15 684,8	16 498,5	16 507,6	18 974,5	16 763,6	16 786,5	17 091,3	18 258,8	23 532,0	17 146,6
dos Sentenças Judiciais e Precatórios	268,3	275,8	277,1	176,7	143,4	218,5	3 514,9	234,8	332,4	263,1	497,3	337,8	247,8
I.2.1 Benefícios Previdenciários - Rural [3]	4 279,1	5 033,2	5 801,5	4 442,9	4 599,5	4 648,1	5 301,1	4 685,8	4 729,4	4 748,5	5 118,0	5 811,8	4 702,8
dos Sentenças Judiciais e Precatórios	74,3	80,4	76,2	49,8	48,2	62,2	708,6	66,7	80,6	63,3	137,3	89,9	66,4
I.3 Custeio e Capital	21 473,9	19 717,1	26 716,2	24 930,3	13 539,8	18 726,3	18.253,7	19 391,8	23 327,1	35 754,4	19.886,0	26.899,9	24 387,8
I.3.1 Despesa do FAT	2 784,5	2 861,2	3 474,4	2 053,8	1 863,3	2 315,7	1 838,0	2 221,7	2 026,8	7 577,8	3 113,7	3 242,3	3 436,6
I.3.1.1 Abono e Seguro Desemprego	2 744,4	2 842,9	3 402,7	2 020,1	1 826,1	2 301,2	1 805,4	2 149,4	1 995,3	7 536,7	3 056,6	3 210,0	3 410,3
I.3.1.2 Demais Despesas do FAT	39,4	18,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	78,3	41,5	40,2	54,2	26,3	26,7
I.3.2 Subsídios e Subvenções Econômicas [4]	1 161,6	91,5	443,1	1.894,4	-16,0	688,4	544,3	536,5	1.470,4	1.204,8	820,2	441,4	1 764,9
I.3.2.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	840,8	-304,7	-143,7	1 342,6	318,6	328,1	275,1	282,6	1 697,2	1 091,3	260,5	166,6	1 425,6
Equalização de custeio agropecuário	449,6	0,0	0,0	38,1	0,0	178,4	138,4	2,1	83,1	45,6	0,0	0,0	411,0
Equalização de investimento rural e agroindustrial [5]	0,1	0,2	0,0	23,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-12,4	22,7	-15,0	0,0	-0,4
Pontas de preços agrícolas	161,7	62,5	-164,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6	68,7	109,2	246,5	-34,5	15,4	471,2
Equalização Empresarial do Governo Federal	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,0	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0	0,0	34,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	80,9	-38,1	-265,1	-73,0	-347,6	-91,4	-63,9	49,3	57,5	84,9	-34,5	-14,0	164,5
Garantia à Sustentação de Preços	160,6	100,6	49,2	146,8	0,0	130,6	0,0	139,5	40,0	159,6	0,0	29,4	272,4
Pronaf	107,0	-358,8	99,9	843,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8	10,7	153,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	110,4	2,3	0,0	834,5	0,0	9,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0	0,0	133,7
Concessão de Financiamento [6]	3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7	5,6	23,2	22,3	-1,8	10,7	19,6
Proex	66,6	0,7	-29,3	141,7	-38,3	26,8	1,4	39,1	0,7	25,3	62,7	61,4	12,6
Equalização Empréstimo do Governo Federal	17,9	1,4	29,4	69,3	1,2	46,7	24,0	9,7	39,2	29,6	0,0	39,6	39,1
Concessão de Financiamento [6]	48,0	-0,7	-97,8	62,4	-39,1	-20,7	-22,6	29,4	-38,5	-3,9	61,8	-38,9	-26,5
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7]	53,9	40,9	13,9	109,2	38,5	173,1	6,4	15,7	126,4	54,8	33,1	0,0	19,1
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização de dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo de terras (NICRA) [8]	41,8	49,7	12,1	9,1	22,2	33,7	25,6	14,9	19,4	36,8	122,4	37,1	145,5
Funcafé	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,7	5,2	6,4	0,5	0,5	1,3	1,8	2,9
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [9]	-1,6	-1,6	1,8	-2,0	-1,4	-0,9	-1,6	-1,2	-2,1	-3,4	-6,5	-4,3	-2,4
Capitalização e Empgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	43,6	43,4	144,2
Subv. Parcial a Remuneração por Custeio de Energia Elétrica do Norte													86,7
I.3.2.2 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	229,7	298,3	585,7	351,6	388,6	373,3	369,1	373,3	383,2	383,5	316,7	275,9	339,6
I.3.3 Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [3]	1 886,0	1 900,8	1.882,1	1 970,6	2 037,0	2 049,3	2 057,9	2.072,2	2 080,2	2.082,2	2 093,6	2 099,6	2 113,7
I.3.4 Capitalização de Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5 Outras Despesas de Custeio e Capital	15 631,8	15 073,3	15 896,7	19 227,2	9 936,0	13 464,9	13 732,1	14 431,2	17 736,7	15 820,6	14 166,6	19.118,6	17 644,9
I.3.5.1 Sentenças Judiciais e Precatórios	36,0	33,8	43,0	36,9	32,3	42,6	77,3	736,1	1.416,9	44,8	36,9	46,3	43,4
I.3.5.2 Legislativo/Judiciário	564,6	983,5	734,4	512,1	506,9	561,3	572,1	649,3	688,1	388,2	571,8	964,3	570,8
Legislativo	92,6	97,6	158,8	106,8	99,5	99,6	105,2	114,6	111,3	103,6	112,5	386,1	87,9
Judiciário	472,0	885,7	575,6	407,1	416,4	468,8	466,9	485,7	484,8	469,4	458,5	468,2	482,8
I.3.5.3 Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	567,9	1 034,7	748,8	1 188,5	315,1	329,4	354,7	905,1	361,5	371,4	306,4	319,9	407,9
I.3.5.4 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3 384,3	1 787,7	2.610,8	2 948,8	510,1	1 983,3	2 097,3	2.243,6	2 284,8	2.872,4	1 896,1	1 258,9	2 831,5
I.3.5.5 Outras Obrigatórias	187,2	486,6	988,3	142,2	146,4	84,8	110,4	121,0	137,9	136,8	141,5	114,2	881,6
I.3.5.6 Discricionárias	10.883,7	11 177,7	11 198,4	14.411,8	8 447,2	10 483,6	10 520,3	10.213,0	12.843,5	12 128,7	11 246,8	12.013,1	12 308,1
I.4 Transferência do Tesouro ao Banco Central	93,3	166,6	130,4	99,9	196,1	197,6	186,6	393,1	166,3	166,8	167,6	161,3	166,2
I.5. Despesas do Banco Central	297,9	283,1	339,6	234,3	266,3	233,7	274,6	269,7	316,2	282,3	276,8	275,9	276,8
Memo:													
Pessoal patronal da CPSS	971,9	1 023,6	1 426,3	1.041,6	988,4	1 020,1	986,7	976,3	1.062,1	1.486,4	1 019,2	1.021,6	1.007,8
RMV [3]	140,5	140,6	143,5	161,4	153,3	152,4	151,8	140,7	140,1	145,7	146,8	143,3	142,2

[1] Ajustado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento de atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

[2] Exclui o pessoal patronal da CPSS e os servidor autos falidos.

[3] Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

[4] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com ressarcimento de passivos.

[5] Inclui valores derivados de decisões judiciais referentes aos programas "Unidades Rurais" e "Unidades Industriais".

Concessão de empréstimos internos retornos.

[6] Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos financiados e inscrição em Dívida Ativa da União.

[7] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais [illegible] pelo Governo Central.

Tesouro Nacional

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL [1]

R$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	87.718,2	88.582,3	108.481,5	69.928,6	85.175,1	73.818,1	89.597,7	87.599,6	77.869,6	82.379,2	82.358,7	77.619,8	79.793,9
I.1 - Recolhimento Bruto	47.365,3	58.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	57.978,0	53.431,3	54.411,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-28,4	-0,9	-100,4	-23,5
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.477,0	1.877,9	1.950,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3
I.5 - Receita do Salário Educação	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,8	1.083,7	1.087,4	1.088,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.909,7	17.012,1	31.787,3	16.987,0	17.026,8	18.096,5	19.760,8	20.066,4	18.579,2	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.099,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	79.307,8	96.341,4	80.653,6	185.992,8	80.350,7	76.136,9	80.264,8	80.489,8	82.913,8	84.114,2	81.445,3	78.888,8	79.569,7
II.1 - Liberações Vinculadas	18.416,3	18.416,9	19.812,1	21.919,2	19.841,9	13.811,2	17.998,4	19.704,7	16.669,8	15.827,8	17.659,6	13.578,2	16.977,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.460,7	10.096,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.862,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,8	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.781,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	1.137,5	850,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.595,0	3.288,9	3.102,3	4.477,8	3.111,9	3.197,4	3.374,9	3.459,4	3.429,5	3.421,2
II.2 - Liberações Ordinárias	59.973,5	69.939,4	61.148,5	82.181,8	60.409,7	62.527,7	62.266,4	60.785,1	66.044,0	78.287,2	73.788,3	64.519,8	61.432,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.828,0	15.838,0	17.719,5	14.847,3	18.336,7	14.972,2	14.888,0	15.146,6	14.992,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.104,3	826,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	106,0	94,3
i) Dívida Contratual Interna	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,8	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3
ii) Dívida Contratual Externa	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,8	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,8	12,2	0,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	678,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	780,8	8.907,4	3.110,8	18.401,6	8.131,3	2.021,4	2.264,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	19.730,5	25.582,9	17.108,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.288,8	21.408,7	21.190,7	21.873,8	27.680,7	25.859,5	20.672,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	17.341,5	12.380,5	24.015,0	18.787,8	18.287,9	19.678,8	18.437,0	23.060,8	22.573,2	21.060,2	24.120,3	21.218,9	22.191,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	788,8	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	1.018,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-8.589,6	-5.839,1	27.827,9	-44.162,2	4.824,4	-3.528,8	243,9	-889,8	-5.044,3	-31.735,0	913,4	-989,2	-716,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	47.304,3	20.936,5	23.958,7	37.397,4	33.780,5	38.238,9	49.525,2	39.214,5	38.819,8	38.671,8	22.898,8	22.898,7	23.797,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	46.128,4	19.687,6	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.803,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.063,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.096,8	1.454,1	1.317,7	1.594,0
V. DESPESAS	42.237,3	5.689,1	14.036,8	96.816,4	1.991,4	26.283,3	22.786,7	37.333,9	16.631,9	193.978,9	734,4	7.899,7	26.569,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.695,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9	322,4	7.051,4	26.568,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	852,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,6	26.312,0
V.1.2 - Dívida Contratual	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3	250,1	240,8	257,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.836,3	31.854,2	11.535,2	26.276,9	1.912,3	20.788,3	-64.883,0	21.274,4	14.679,2	-4.108,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,8	8.869,9	-4.387,0	-6.844,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	6.560,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	4.621,1	10.348,5	41.642,1	-115.529,1	38.868,2	11.991,9	36.842,4	-3.299,4	9.879,3	-61.462,2	42.885,1	24.892,8	1.944,3

[1] Valores apurados pelo conceito de Liberação, que corresponde à disponibilização por parte da STN de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de pagamento efetivo, adotado para as demais tabelas desta publicação, pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio de emissão de OB e Datas de base sujeitas a alteração.

Fls. 1

Tesouro Nacional

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.223,7	3.886,9	3.901,2	36.082,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	8.519,8	8.335,7	36.814,6	12.966,3	8.745,8	25.858,6
I.1 Emissão de Títulos	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,8	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0
I.2 Remuneração das Disponibilidades	3.227,8	3.814,5	3.785,7	1.823,4	3.256,5	3.281,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.980,0	3.274,8	3.786,3	4.124,0
I.3 Remuneração das Aplic. Financeiras dos Liqs	-4,0	68,5	115,6	321,5	257,8	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0	152,5
I.4 Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	2.729,8	0,0	48.008,8	3.060,8	27.673,8	9,4	13.906,3	15.868,9	58.464,4	3.896,8	0,0	12.566,0
II.1 Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,8	0,0	0,0	12.006,5
II.2 Encargos da DPMF	0,0	2.729,8	0,0	7.008,0	3.060,8	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,5	8.762,4	3.800,0	0,0	491,5
III. RESULTADO (I - II)	3.223,7	958,2	3.901,2	-11.947,8	2.394,7	2.857,5	9.860,9	-4.387,0	-6.884,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5

* Valores apurados pelo conceito de 'Liberação', que correspondem à disponibilização por parte da STN de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de 'pagamento efetivo' adotado para as demais tabelas desta publicação, pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio de emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	801.837,8	814.042,8	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.838,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.799,9	847.683,8	844.529,0	848.547,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.228.341,1	2.274.147,8	2.301.553,3	2.354.545,6	2.384.578,2	2.424.800,8	2.343.686,6	2.387.598,2	2.430.981,4	2.456.348,2
DPMFi em Poder do Público [1]	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8
DPMFi em Poder do Banco Central	681.074,0	684.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	708.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,8	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.136,5	-23.749,5	-23.268,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,8	-27.495,6	-26.781,4
Demais Obrigações Internas	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,8	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.403.963,1	1.438.805,1	1.468.817,2	1.525.106,5	1.525.493,8	1.581.926,8	1.498.956,8	1.539.912,8	1.586.452,4	1.607.800,5
Disponibilidades Internas	374.068,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	455.582,3
Haveres junto aos Governos Regionais	461.812,1	465.262,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6
Haveres da Administração Indireta	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.076,6	255.597,6
Haveres Administrados pela STN	362.909,8	363.340,8	365.444,6	368.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,5	83.232,8	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,8	84.330,1	73.533,4
II.1. DÍVIDA EXTERNA	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1
Dívida Mobiliária	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,8	62.612,8	62.111,3	61.866,8	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0
Dívida Contratual	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	893.792,5	905.226,9	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	919.984,7	922.695,8	928.859,1	922.081,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[2]	24,8%	24,8%	24,8%	24,8%	24,5%	24,2%	23,9%	23,9%	23,8%	23,4%	23,3%	23,3%	23,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.
\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,8	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.808,8	2.343.686,8	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,6	1.542.582,8	1.585.996,6	1.611.512,8	1.653.079,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.658.687,1	1.692.857,5	1.723.916,3	1.732.624,8
LFT	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.180,1
LTN	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	326.684,9	341.510,3	356.353,2	416.108,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9
NTN-B	365.715,0	368.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4
NTN-C	62.291,2	63.668,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.867,8	61.632,2
NTN-F	246.590,4	249.914,6	253.629,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.844,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6
Dívida Securitizada	10.824,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,6	8.968,9	9.030,8	9.873,6	9.063,4	9.032,6	10.066,4	8.982,5	9.009,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.895,3	23.997,8	24.195,8	25.810,8	24.627,8
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	691.074,0	694.817,2	703.203,8	698.962,5	704.580,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.845,8	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6
LFT	268.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.810,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6
LTN	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.389,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,8	128.285,5
Demais Títulos na Carteira do BCB	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	356.558,5
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-24.138,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,8	-27.495,8	-26.781,4
I.4 DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,8	11.049,2
II. DÍVIDA EXTERNA	92.209,1	91.429,4	90.096,7	88.491,8	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.875,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	72.809,5	72.023,8	68.383,7	66.058,5	65.689,8	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.683,5	61.024,6	68.201,2	63.500,0
Euro	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.238,1	4.038,2
Global US$	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1
Global BRL	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.481,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.480,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3
Demais Títulos Externos	159,9	162,1	156,2	169,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	19.399,6	19.405,6	21.713,0	20.433,4	20.099,0	19.553,3	18.988,2	18.864,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1
Organismos Multilaterais	16.765,9	16.808,1	16.870,3	16.846,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,8	6.312,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	2.633,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.556,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.385,7	2.463.030,7	2.515.802,7	2.530.285,3
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[2]	64,5%	64,4%	65,0%	62,3%	62,9%	63,1%	63,9%	63,5%	64,2%	61,7%	62,3%	63,1%	63,0%

Obs: Dados sujeitos a alteração
(1) inclui TDA e dívida securitizada
(2) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses

TESOURONACIONAL

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. HAVERES INTERNOS	1 432 419,6	1 446 308,5	1 477 421,1	1 400 963,1	1 439 805,1	1 468 617,2	1 525 106,5	1 525 483,6	1 581 928,9	1 498 956,8	1 539 912,6	1 586 452,4	1 607 880,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	374 088,7	388 558,6	465 214,1	323 187,3	356 749,4	378 938,8	433 957,2	424 839,3	449 148,5	364 998,7	403 164,2	435 995,3	455 582,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	481 812,1	485 282,6	471 785,5	472 794,4	475 834,8	479 273,8	481 784,6	482 665,5	483 258,8	481 916,7	480 483,9	483 523,5	485 913,8
Bônus Renegociados	5 399,8	5 417,7	5 247,9	5 267,3	5 228,4	5 094,2	4 721,1	4 724,4	4 688,2	4 645,0	4 728,2	5 505,0	4 971,7
Haveres Originários do Proer (MP 2 196/01)	2 232,4	2 203,6	2 178,2	2 150,1	2 120,3	2 094,6	2 066,1	2 039,1	2 011,4	1 985,1	1 960,0	1 934,4	1 907,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2 179/01)	11 438,3	11 525,6	11 676,5	11 689,5	11 772,2	11 852,8	11 892,4	11 918,8	11 886,8	11 853,4	11 819,9	11 858,1	11 913,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7 976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8 727/93)	34 502,8	34 226,0	33 877,3	33 479,1	32 990,4	32 729,4	32 348,1	31 880,7	31 483,5	31 042,8	30 531,4	30 140,7	29 738,8
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9 496/97)	341 217,3	344 397,9	350 111,0	351 411,2	354 864,9	358 275,8	360 930,9	362 304,4	362 302,6	362 265,1	361 507,8	363 607,3	366 234,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2 185/01)	54 386,1	54 818,5	55 764,3	56 043,5	56 733,1	57 379,4	58 057,3	58 234,4	58 349,1	58 606,2	58 483,9	58 839,8	59 490,8
Antecipação de Royalties	10 194,3	10 242,9	10 383,6	10 255,2	9 436,5	9 373,2	9 293,9	9 087,6	9 077,4	8 040,1	8 987,4	9 016,2	9 050,7
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2 441,3	2 458,6	2 486,5	2 476,4	2 489,9	2 473,8	2 475,4	2 485,9	2 480,8	2 479,1	2 485,1	2 519,9	2 508,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	233 469,3	237 126,3	235 862,9	238 931,8	240 867,1	241 668,8	243 158,1	245 736,8	247 982,7	248 613,3	250 884,2	253 976,6	255 587,6
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	144 657,8	146 031,1	147 714,6	146 958,7	147 981,9	149 142,1	150 092,9	151 872,0	152 822,5	151 117,3	151 823,8	152 804,6	153 621,9
Fundos Constitucionais Regionais	56 860,8	57 494,7	57 873,3	58 617,7	59 413,1	59 921,7	60 553,8	61 251,9	61 940,0	62 625,5	63 296,6	63 843,9	64 482,6
Fundos Diversos	32 091,7	33 600,4	29 375,0	33 355,5	32 892,1	32 606,2	32 512,4	32 614,7	33 220,2	34 870,5	35 465,8	36 427,9	37 483,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	342 969,6	343 340,8	344 444,6	366 049,8	366 553,8	368 744,3	368 185,4	372 239,2	402 537,9	403 466,1	405 568,4	414 757,0	416 787,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5 624,2	5 625,2	5 630,6	5 635,7	5 641,6	5 647,3	5 653,0	5 658,3	5 666,9	5 672,1	5 677,4	6 699,0	6 705,4
Haveres de Operações Estruturadas	51 036,6	51 186,7	51 890,0	52 091,3	52 545,9	50 360,4	50 408,3	53 533,1	53 561,8	53 678,9	54 209,8	55 650,9	55 881,4
Haveres Originários de Privatizações	7 821,7	7 814,6	7 810,4	7 803,1	7 795,8	7 790,9	7 783,6	7 789,8	7 764,6	7 758,8	7 753,2	8 210,5	8 204,5
Haveres de Legislação Específica	269 952,8	270 889,4	273 006,8	273 260,4	273 720,7	278 318,5	277 901,6	278 975,1	309 377,8	310 082,1	311 535,9	317 182,6	314 804,1
Demais Haveres Administrados pela STN	28 474,5	27 625,0	27 306,8	27 239,0	26 849,7	26 627,3	26 358,6	26 301,9	26 166,8	26 294,1	26 392,0	27 034,0	26 391,8
II. HAVERES EXTERNOS	254,4	245,3	306,6	277,8	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	481,2	403,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	254,4	245,3	306,6	277,8	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	481,2	403,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1 432 674,0	1 446 553,8	1 477 727,7	1 401 241,0	1 439 303,3	1 468 920,0	1 525 429,2	1 525 762,8	1 582 223,8	1 499 321,0	1 540 335,2	1 586 933,6	1 608 284,3
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	38,7%	39,6%	40,2%	37,8%	38,4%	38,9%	40,0%	39,6%	40,6%	38,2%	38,9%	39,6%	40,0%

Obs: Dados sujeitos a alteração

(1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses

TESOURONACIONAL

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO OUTUBRO 2011/2010 *

R$ Mi

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos[2]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos[2]	Total
Câmara dos Deputados	158 279,2	35 592,7	7 168,3	7 077,7	24 382,4	31 460,1	207 035,0	53 017,7	11 868,4	11 762,88	39 266,9	51 029,5
Senado Federal	90 063,0	16 821,1	4 540,5	4 636,6	7 152,3	11 788,3	87 216,8	11 416,6	4 210,4	4 175,9	18 587,8	22 763,8
Tribunal de Contas da União	59 523,7	38 336,2	12 131,2	11 978,5	23 717,8	35 694,4	47 282,1	23 542,4	10 102,1	10 102,1	34 325,0	44 427,1
Supremo Tribunal Federal	52 485,1	8 820,6	3 931,6	3 928,3	9 213,0	13 141,3	92 628,3	7 817,3	3 424,4	3 388,4	18 838,8	22 227,2
Superior Tribunal de Justiça	19 949,9	6 313,5	6 030,6	6 029,6	16 904,3	22 933,9	22 210,4	5 619,2	1 488,3	1 457,6	2 142,6	3 599,6
Justiça Federal	361 252,1	382 864,8	309 378,6	309 212,1	128 189,1	437 401,2	312 493,8	423 151,4	361 375,7	360 986,9	170 595,1	531 582,0
Justiça Militar	9 484,0	4 840,3	1 429,9	1 428,8	3 945,2	5 375,1	12 292,0	2 831,4	1 158,1	1 158,1	3 013,6	4 172,7
Justiça Eleitoral	488 882,2	181 374,7	119 909,3	106 825,4	328 292,1	435 117,5	364 228,3	48 143,9	14 462,8	13 626,0	205 475,8	219 301,8
Justiça do Trabalho	196 386,7	100 002,3	46 484,7	44 064,4	107 892,3	151 956,7	301 901,9	126 498,6	49 801,6	46 515,5	126 642,4	175 157,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	46 938,2	30 476,5	7 218,8	5 291,3	29 874,8	35 185,9	120 571,4	33 484,9	5 940,2	5 725,2	25 869,2	31 594,4
Conselho Nacional de Justiça	46 253,0	5 415,4	3 908,2	3 908,0	37 284,9	41 193,0	70 173,2	11 383,3	6 971,5	6 971,3	59 438,6	66 409,8
Presidência da República[3]	1 990 787,7	981 029,3	195 448,7	194 195,7	656 899,5	850 095,2	1 811 740,0	523 383,0	316 281,5	309 536,5	612 265,4	921 801,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	764 103,8	98 108,0	67 810,6	67 393,2	250 708,2	318 101,4	150 256,8	7 008,8	1 246,5	1 220,5	245 966,8	246 216,9
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	1 562 977,6	797 519,4	164 328,9	98 843,6	392 511,8	491 355,4	1 212 294,4	149 254,7	70 801,3	68 078,3	788 239,5	857 315,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1 917 180,6	1 014 731,3	359 767,0	330 180,3	319 388,5	649 568,8	1 294 797,0	617 564,4	270 565,5	229 002,0	507 635,7	736 637,7
Ministério da Fazenda	1 056 245,3	121 875,8	42 755,0	42 673,3	181 997,5	224 670,8	1 817 080,2	528 488,4	368 820,4	368 552,4	580 534,8	949 087,3
Ministério da Educação	7 267 614,5	3 975 672,0	1 676 850,8	1 585 386,7	3 061 180,3	4 646 567,0	8 190 968,0	4 597 645,5	1 830 472,8	1 486 285,6	3 815 054,8	5 301 340,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316 188,1	33 686,8	7 803,9	7 686,7	13 104,3	20 771,0	67 406,3	11 084,3	5 157,0	5 140,6	17 767,8	22 908,2
Ministério da Justiça	1 263 371,1	386 264,4	99 138,9	93 286,7	346 910,2	440 208,9	1 524 848,0	124 636,8	57 884,1	56 411,0	431 376,8	487 787,8
Ministério de Minas e Energia	185 803,9	28 329,8	13 588,6	12 280,1	24 800,8	36 780,7	198 523,1	22 851,6	9 114,9	8 548,9	28 208,1	36 757,1
Ministério da Previdência Social	162 063,7	50 569,6	26 738,7	24 957,5	282 221,4	307 178,9	136 656,7	32 386,4	9 564,4	7 170,0	153 205,1	160 375,1
Ministério Público da União	161 785,6	36 377,8	18 874,6	18 246,8	93 158,5	111 405,3	297 927,5	70 464,2	21 874,3	21 668,8	121 101,8	142 770,4
Ministério das Relações Exteriores	163 000,0	32 414,6	28 254,2	28 254,2	3 377,5	31 631,8	66 965,0	13 180,3	12 830,4	12 587,6	1 277,2	13 865,0
Ministério da Saúde	4 721 861,0	1 830 858,7	525 358,5	508 787,8	1 470 129,0	1 978 896,9	5 183 860,3	1 277 847,1	332 614,8	332 073,6	1 562 933,8	1 895 007,7
Ministério do Trabalho e Emprego	53 587,5	10 113,2	3 877,2	3 850,8	26 392,0	30 242,9	93 960,8	11 453,8	3 741,3	3 734,5	20 224,6	23 959,1
Ministério dos Transportes	16 381 787,6	11 098 369,8	4 491 478,0	4 253 222,7	5 592 356,0	9 845 578,6	17 435 859,4	9 540 825,5	3 585 624,7	3 519 413,1	6 151 572,3	9 670 985,4
Ministério das Comunicações	46 841,4	13 908,3	3 788,0	3 788,0	15 036,2	18 835,2	348 751,4	88 320,7	45 336,0	45 336,0	317 316,5	362 653,6
Ministério da Cultura	449 991,2	158 788,2	31 364,5	30 834,4	58 117,6	86 051,9	560 202,7	35 213,2	8 051,4	7 988,2	78 823,1	86 811,3
Ministério do Meio Ambiente	109 337,2	25 905,6	7 340,3	6 852,7	28 545,8	35 196,3	200 711,3	81 849,5	12 883,3	12 012,5	85 074,1	97 086,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1 936 266,5	924 610,4	510 813,1	506 432,6	441 734,8	948 167,7	1 865 845,9	664 008,7	380 805,5	380 804,6	454 136,0	814 940,5
Ministério do Esporte	1 353 422,3	498 392,2	14 277,5	14 277,5	225 697,7	239 975,2	1 441 920,3	97 684,9	2 788,6	2 788,6	109 647,5	112 436,1
Ministério da Defesa	9 641 945,3	4 741 078,4	2 938 056,9	2 914 820,2	1 989 333,7	4 904 253,9	8 928 788,3	4 040 805,2	1 984 586,6	1 926 366,9	3 433 542,6	5 359 911,6
Ministério da Integração Nacional	7 302 942,9	4 102 884,1	1 766 923,6	1 737 846,6	2 163 825,3	3 901 772,1	5 067 760,4	1 567 001,3	564 509,3	526 479,0	1 801 120,8	2 129 588,7
Ministério do Turismo	3 215 866,6	1 446 929,2	46 809,9	46 804,6	566 159,4	612 764,2	2 644 014,8	130 556,0	673,5	673,5	388 304,1	389 977,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	380 820,8	200 771,3	121 870,0	121 414,2	61 538,0	182 952,2	512 636,0	132 687,7	84 095,7	84 095,7	106 677,2	190 772,9
Ministério das Cidades	8 219 494,0	3 710 554,7	1 343 825,6	1 339 087,9	2 556 745,3	3 887 833,2	7 825 820,1	2 163 043,4	404 004,0	402 503,1	2 140 325,1	2 542 828,2
Ministério da Pesca e Agricultura	465 301,0	91 839,6	24 298,6	24 298,6	46 536,7	70 832,3	266 368,8	17 770,5	199,6	199,6	70 856,8	71 056,4
Conselho Nacional do Ministério Público	465 301,0	1 117,4	905,8	905,8	-	905,8	62 966,3	543,6	66,3	66,3	856,0	922,2
TOTAL	73.845.635,8	37 199 569,6	15.864.667,8	14.839.880,1	21 563 949,8	36.183.730,9	68.806.263,7	27.298.248,5	10.514.799,5	10.369.868,8	24.811 668,3	34.786.477,1

Dados preliminares

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66)

* "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única

[1] Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior com impacto no caixa no ano seguinte

[2] Inclui "Gabinete da Presidência Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação
Fundos de Participação dos
Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 10 - Internet http://www.tesouro.fazenda.gov.br

OUTUBRO / 2011

Comentários

Em outubro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -31,4 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 7.942.795,0 (mil), ante R$ 6.042.770,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2010			2011			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out/2011 Set/2011	Out/2011 Out/2010	Jan-Out/2011 Jan-Out/2010
FPM	2.893.616,1	3.114.943,9	32.398.460,8	3.090.053,1	4.061.656,8	41.031.290,5	31,4%	30,4%	26,6%
FPE	2.765.010,8	2.976.501,9	30.958.527,5	2.952.717,3	3.881.138,4	39.207.676,0	31,4%	30,4%	26,6%
IPI-Exp	251.513,9	261.755,1	2.341.747,7	252.779,6	357.090,6	2.814.388,8	41,3%	36,4%	20,2%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
OUTUBRO	+ 9 %	+31,4 %	+9 %	+31,4%	+25 %	+41,3%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN12/DEZ
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 11 %	+ 23 %	- 6 %
IPI - EXP	- 3 %	+ 9 %	- 3 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2011 a 20/10/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de	Arrecadação Líquida			Data do	Transferências			
Arrecadação	IPI	IR	IPI + IR	Crédito	FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
SET/3º DEC	2.841.906	7.770.924	10.612.830	OUT/1º DEC	1.825.407	1.910.309	227.352	3.963.069
OUT/1º DEC	696.850	2.678.490	3.375.340	OUT/2º DEC	580.558	607.561	55.748	1.243.868
OUT/2º DEC	924.876	7.651.711	8.576.588	OUT/3º DEC	1.475.173	1.543.786	73.990	3.092.949
TOTAL	4.463.633	18.101.125	22.564.758	TOTAL	3.881.138	4.061.656	357.091	8.299.885

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Estão incluídas na arrecadação bruta acima receitas decorrentes de classificação por estimativa, com fulcro na Portaria MF nº 232/2009, arrecadadas no período de julho a setembro de 2011, no valor total de R$ 288.468 mil para IPI e R$ 1.289.704 mil para IR, o crédito correspondente ocorreu em 27 de outubro de 2011.

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	20.078,5	132.773,7	43,9
ALAGOAS	AL	96.548,5	161.459,2	558,8
AMAZONAS	AM	59.971,2	108.299,3	3.679,9
AMAPÁ	AP	14.377,9	132.424,4	402,1
BAHIA	BA	372.473,2	364.679,5	21.646,4
CEARÁ	CE	211.627,3	284.755,2	2.844,7
DISTRITO FEDERAL	DF	6.780,7	26.787,6	451,4
ESPÍRITO SANTO	ES	69.825,7	58.217,1	17.470,2
GOIÁS	GO	148.143,4	110.344,6	5.886,9
MARANHÃO	MA	168.859,0	280.148,3	3.837,8
MINAS GERAIS	MG	532.059,8	172.885,3	46.797,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	61.785,8	51.696,8	4.506,3
MATO GROSSO	MT	74.093,6	89.572,8	5.164,3
PARÁ	PA	147.654,5	237.215,2	15.950,8
PARAÍBA	PB	131.119,6	185.863,8	550,3
PERNAMBUCO	PE	203.627,0	267.806,3	2.227,7
PIAUÍ	PI	107.539,6	167.719,5	116,1
PARANÁ	PR	273.855,2	111.901,0	29.436,0
RIO DE JANEIRO	RJ	119.126,8	59.292,2	63.363,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	102.240,4	162.150,1	469,3
RONDÔNIA	RO	35.686,2	109.277,3	615,0
RORAIMA	RR	12.479,4	96.279,4	30,9
RIO GRANDE DO SUL	RS	275.110,6	91.393,0	39.075,3
SANTA CATARINA	SC	158.114,5	49.670,8	20.428,4
SERGIPE	SE	58.997,6	161.272,9	120,3
SÃO PAULO	SP	541.839,0	38.811,4	71.418,1
TOCANTINS	TO	57.639,5	168.441,4	198,6
TOTAL		4.061.656,6	3.881.138,4	357.090,6

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br

SISBACEN EMFTN/PAULAGRC CADASTRO DA DIVIDA PUBLICA 08/12/2011 08:56
TRANSACAO PDIP440 CONSULTAS OPERACIONAIS MDIP440R

Tomadores Inadimplentes (sem detalhamento)

Tomador	Situação	Tomador	Situação	Tomador	Situação	Tomador	Situação
00401376	A	01090674	A	02931604	A	03661160	A
03682380	A	03702512	A	04139403	A	04142491	A
04786682	A	04805108	A	04836678	A	05457349	A
05467476	A	05497968	A	05816630	A	07776585	A
09576723	A	08576734	A	08576739	A	08579242	A
08584392	A	09317174	A	09317177	A	09462509	A
13100722	A	13323274	A	13420302	A	13649473	A
13699404	A	13722180	A	13763132	A	13937032	A
13937040	A	13937057	A	13937065	A	13937073	A
13937099	A	13937123	A	13937131	A	13937149	A
14504377	A	14674303	A	14674337	A	32634420	A

Marque com 'X' o tomador para apresentar comprovação

ENTRA=SEGUE F1=SOS F3=RETORNA
F9=TRANSACAO F12=ENCERRA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PARECER

PGFN/CAF/Nº 520 /2010

Pedido de contratação de operação de crédito por Estados e Municípios. Exigibilidade e conteúdo da certidão do Tribunal de Contas. Resolução n.º 43, de 2001, do Senado Federal. Lei de Responsabilidade Fiscal.

I

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Nota n.º 300, de 09 de março de 2009, submete a esta Procuradoria-Geral consulta acerca da obrigatoriedade em se exigir nova certidão dos Tribunais de Contas estaduais, por ocasião da análise do pedido de autorização para contratação de operação de crédito, tendo em vista o hiato temporal entre a emissão das certidões e o prazo para emissão de novo Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

2. O expediente esclarece que pode haver freqüente defasagem temporal entre os últimos RREO e RGF emitidos e os respectivos relatórios atestados nas certidões dos Tribunais de Contas, defasagem essa que será tanto maior quanto maior for a validade atribuída à certidão do órgão de contas estadual ou municipal, eis que o prazo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para emissão da RGF é de 30 dias após o encerramento do quadrimestre a que corresponder (art. 52, §2º c/c art. 54, ambos da Lei Complementar n.º 101, de 2000) e de 30 dias após o encerramento de cada bimestre para emissão do RREO.

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

3. A dita defasagem temporal pode ocorrer porque, durante a análise da documentação que instrui o pleito pelo Ministério da Fazenda, pode se encerrar um novo bimestre ou quadrimestre, surgindo a necessidade de publicação de novo RREO ou RGF, nos termos da LRF.

4. Ressalta, ainda, a consulta que os últimos RGF e RREO exigíveis para análise do pleito devem estar devidamente homologados no SISTN, nos termos da Portaria STN n.º 109, de 8 de março de 2002.

5. Preocupa-se também a STN com a utilização, nas certidões dos Tribunais de Contas, de expressão distinta da empregada pela Resolução nº 43/2001 – SF, nas alíneas "a" e "b" do inciso IV do seu art. 21[1], uma vez que, ao invés de se referirem a "contas do último exercício analisado" ou "contas dos exercícios ainda não analisados", as certidões empregam, exemplificativamente, as expressões "contas do último exercício financeiro auditado e não julgado" e "contas do último exercício financeiro ainda não auditado".

6. Por último, o órgão consulente sintetiza a consulta nos seguintes termos:

> *"a) diante de certidão do TC, que tenha prazo de validade expresso no próprio documento, e que na data da análise esteja válida, nestes termos, deve a STN solicitar nova certidão caso um dos prazos definidos nos § 2º do art. 52, §3º do*

---

[1] "Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:
(...)
IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando:
a) em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 33; no art. 37; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;
b) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; no art 23; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, de acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e no de gestão fiscal;
c) a certidão deverá ser acompanhada de declaração do chefe do Poder Executivo de que as contas ainda não analisadas estão em conformidade com o disposto na alínea a;" - grifado

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

> *art. 54 da LRF tenham vencido e a respectiva certidão não os aborde indicando eventual cumprimento;*
> *b) diante de certidão do TC, que não tenha prazo de validade expresso e que na data da análise, nos termos do inciso IV do art. 2º da Portaria STN n.º 115/08, seja considerada válida, deve a STN solicitar nova certidão caso um dos prazos definidos nos § 2º do art. 52, §3º do art. 54 da LRF tenham vencido e a respectiva certidão não os aborde indicando eventual cumprimento;*
>
> *c) apesar da Res. n.º 43/2001 do Senado Federal, se referir ao último exercício analisado em relação às contas dos exercícios não analisados, para fins de emissão de certidão do Tribunal de Contas, pode a Secretaria do Tesouro Nacional aceitar certidão que se expresse de maneira diversa utilizando a expressão 'contas do último exercício financeiro **auditado e não julgado**' ao invés de 'contas do último exercício financeiro analisado' e 'contas do exercício financeiro **ainda não auditado**' ao invés de 'contas dos exercícios **ainda não analisados**'."* (sic) grifo no original

7. Em Nota complementar (Nota n.º 745/2009 – STN/COPEM), a STN questiona se deve exigir que as certidões emitidas pelos Tribunais de Contas estaduais atestem o cumprimento da chamada "regra de ouro" para o exercício em curso, tendo em vista que a alínea "b" do inciso IV do art. 21 da Resolução SF nº 43, de 2001 prevê que, quando pertinente, poderão ser exigidos o cumprimento das exigências ali contidas para o exercício em curso.

8. Dessa forma, a STN questiona quais situações deve considerar pertinentes para exigir que os Tribunais de Contas atestem as exigências previstas no dispositivo mencionado.

9. É o relatório.

II

10. A primeira consulta da STN cinge-se, em síntese, na necessidade de ser emitida nova certidão pelo Tribunal de Contas Estadual para contratação de operação de crédito atestando, especificamente, o cumprimento pelo Estado ou Município do dever de publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

11. Com efeito, dispõem as alíneas "a" e "b" do inciso IV do art. 21 da Resolução SF n.º 43, de 2001, que no momento em que pleiteia a operação de crédito, os Estados e

Municípios, devem instruir os seus pedidos com certidão do Tribunal de Contas competente atestando, dentre outros fatos, o cumprimento do disposto no art. 52 e no § 2º do art. 55, ambos da LRF, *in verbis*:

> *"Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, **será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre** e composto de:*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51."* – grifado
>
> *"Art. 55 (...)*
>
> *§ 2º **O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder**, com ampla acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.*
>
> *§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51."* – grifado

12. Como se vê, a LRF penaliza o ente que não publica os relatórios em epígrafe com a proibição de recebimento de transferências voluntárias e de contratação de operação de crédito, nos termos do § 2º do art. 51, a seguir transcrito:

> *"Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.*
>
> *§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:*
>
> *I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;*
>
> *II - Estados, até trinta e um de maio.*
>
> *§ 2º **O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito**, exceto as*

> *destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária."* – grifado

13. Os dispositivos transcritos têm nítido caráter de conferir às contas públicas a transparência necessária para o controle pelos órgãos competentes e pela sociedade, densificando o princípio da transparência na gestão fiscal responsável preconizado no § 1º do art. 1º da LRF. Daí porque é sancionada a mera ausência de publicação dos relatórios, sendo esse omissão suficiente para não admitir a realização da operação de crédito até que seja sanada a irregularidade.

14. Assim é que, em caso de mora na publicação, basta que o ente federativo publique os referidos relatórios para que se cumpra o preceito legal e afaste a sanção do § 2º do art. 51 da LRF.

15. Ora, se o cumprimento da obrigação de publicar os relatórios pode ser verificado por toda a sociedade, certamente também o será pelo órgão consulente, que, conforme consta na consulta, é o responsável pela sua homologação no SISTN.

16. Conclui-se, portanto, que a mera ausência de publicação do RREO e do RGF já é suficiente para STN negar a pleiteada autorização para realização de operação de crédito, nos termos dos arts. 52, § 2º e do art. 55, § 3º, ambos da LRF. Da mesma forma que a publicação desses relatórios, ainda que fora do prazo, já satisfaz a exigência dos dispositivos mencionados e autoriza, se cumpridos os demais requisitos legais, a realização da operação de crédito, sendo, em tese, desnecessária para este fim a emissão de nova certidão do Tribunal de Contas competente. Entretanto, deve a STN demonstrar, nos autos do processo administrativo, o meio pelo qual apurou a publicação do relatório não especificado na certidão do Tribunal de Contas.

17. Nada obsta, todavia, que, em entendendo necessário, a STN solicite ao Tribunal de Contas que certifique a publicação dos relatórios não constantes da certidão original. Contudo, não se pode dizer que essa solicitação é obrigatória, já que, como dito

alhures, a publicação pode ser constatada por qualquer membro da sociedade e, especialmente, pelo órgão consulente.

18. Dessa forma, parece que ficam superados os questionamentos veiculados nas letras "a" e "b" da consulta em análise.

III

19. Na alínea "c" da primeira consulta, a STN questiona as expressões utilizadas nas certidões dos Tribunais de Contas e sua adequação à lei.

20. Vale ressaltar que, nesse ponto, a consulta se dissocia da questão até então analisada, pois, enquanto lá o questionamento versava especificamente sobre o RREO e o RGF, aqui a questão vincula-se aos termos empregados pela Resolução SF nº 43, de 2001.

21. Com efeito, enquanto a Resolução SF nº 43, de 2001, se refere a "contas do último exercício analisado" e a "contas dos exercícios ainda não analisados" ou "do exercício em curso", algumas certidões, como aquela anexada aos autos do processo em análise, trazem os termos "exercício financeiro auditado e não julgado" e "exercício financeiro ainda não auditado".

22. Nos termos do dicionário Michaelis, ao termo analisar é atribuído o seguinte significado:

> *"(análise-ar2) vtd 1 Determinar os componentes ou elementos fundamentais de alguma coisa. 2 Decompor em seus componentes ou elementos constitutivos. 3 Determinar por discernimento mental a natureza, significado e relação das várias partes, elementos, aspectos ou qualidades daquilo que está sendo examinado. 4 Ponderar ou estudar vários aspectos, fatores ou elementos a fim de chegar a uma conclusão, resultado ou solução. 5 Examinar por análise. 6 Examinar minuciosamente: Analisar a aptidão, a beleza de alguém. 7 Investigar o caráter, os costumes, os sentimentos: Analisar as instituições, políticas e militares, analisar o coração humano. 8 Criticar: Analisar as contradições de alguém, analisar um artigo, um poema. 9 Mat Investigar*

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

> *um assunto por meio de álgebra ou de cálculos. 10 Quím Determinar um ou mais componentes químicos de. 11 Quím Examinar por análise química. A. gramaticalmente, Inform: quebrar o código da linguagem de alto nível em suas partes elementares, traduzindo-o em código de máquina."*

23. Análise significa, pois, examinar, estudar, determinar o significado de algo, dentre outros significados possíveis.

24. Entretanto, não nos parece que a Resolução n.º 43, de 2001, utilize o termo em sua acepção normal. Isso porque a leitura do art. 21, inciso IV, "b", determina a expedição de certidão do Tribunal de Contas em que este ateste o cumprimento de determinadas exigências em exercícios ainda por ele não analisados. Entretanto, como seria possível ao órgão de contas atestar aquilo que ainda não foi analisado?

25. Dessa forma, importa a este órgão consultivo interpretar[2] a palavra "analisado" para dela extrair o seu real sentido.

26. Para tanto, mister se faz perquirir os termos existentes no ordenamento jurídico brasileiro para atribuições semelhantes conferidas ao Tribunal de Contas.

27. Nesse sentido, a Constituição da República, ao elencar as atribuições do Tribunal de Contas, não faz uso do termo "analisar". Utiliza, contudo, termos próximos a este cuja interpretação se pretende. Nos incisos I e III do art. 71, o constituinte empregou o verbo "apreciar" para se referir às contas prestadas pelo Presidente da República e para verificação

---

[2] *"Interpretar é explicar, esclarecer; dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto(...); mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que nela se contém. (...) Incumbe ao intérprete aquela difícil tarefa (...). Examina o texto em si, o seu sentido, o significado de cada vocábulo. Faz depois obra de conjunto; compara-o com outros dispositivos da mesma lei, e com os de leis diversas, do país ou de fora. Inquire qual o fim da inclusão da regra no texto, e examina este tendo em vista o objetivo da lei toda e do Direito em geral. Determina por este processo o alcance da norma jurídica, e, assim, realiza, de modo completo, a obra moderna do hermeneuta". (Maximiliano, Carlos. "Hermenêutica e Aplicação do Direito". Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002, p. 7/8)*

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

da legalidade dos atos de admissão de pessoal. No inciso II do mesmo dispositivo, utiliza o verbo "julgar" para se referir às contas prestadas por administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

28. Na mesma linha, a lei orgânica do Tribunal de Contas da União - TCU[3] também não faz uso do verbo analisar no elenco de atribuições da Corte de Contas.

29. Entretanto, de acordo com a Lei Orgânica do TCU, as atividades do Tribunal de Contas da União se dividem em dois momentos: as contas são auditadas – momento em que se emite relatório a seu respeito – e, posteriormente, julgadas – quando o órgão define o seu posicionamento acerca das contas que lhe foram prestadas[4].

30. É possível que a lei orgânica das diversas cortes de contas estaduais e municipais sigam terminologia equivalente à da lei orgânica federal. Daí porque a utilização pelo Tribunal de Contas de Pernambuco da expressão "auditado e não julgado".

31. Não havendo, porém a expressão "analisado" na lei orgânica dos órgãos de contas, parece-nos que o ato normativo interpretado estabelecer seja atestado pelo Tribunal de Contas o cumprimento de determinados requisitos da LRF, de forma definitiva, quando se

---

[3] Art. 1º da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992.

[4] Lei n.º 8.443, de 1992:

"Art. 9º Inventariará a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno, as seguintes:

(...)

III - relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas; (...)"

(...)

"Art. 10. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

(...)

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva, ou irregulares. (...)"

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

refere a "exercício analisado", e o seu cumprimento, ainda que de forma não definitiva quando se refere a "exercício não analisado". Esse parece ser o motivo para o legislador ter separado em alíneas diferentes os requisitos para os exercícios já analisados de forma definitiva e aqueles requisitos cuja manifestação do órgão seja apenas preliminar.

32. Nesse sentido, entendemos que o termo "analisado" empregado pela Resolução se refere aos exercícios "auditados e julgados" pelo Tribunal de Contas, enquanto os exercícios não auditados ou auditados e não julgados devem ser considerados como não analisados pelo órgão de contas.

33. Dessa forma, em relação à certidão juntada exemplificativamente ao expediente, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, pode-se dizer que ela não atende aos preceitos do art. 21, inciso IV, da Resolução SF n.º 43, de 2001, pois nesta

apenas os exercícios ainda não analisados, nos termos da alínea "b" do dispositivo mencionado, faltando atestar as contas do último exercício analisado, ou seja, do último exercício auditado e julgado.

34. Nada obstante o desenvolvimento do raciocínio lógico-jurídico acima exposto, por segurança jurídica e com o objetivo de uniformizar a terminologia a ser empregada pelas diversas Cortes de Contas do país, sugerimos que a STN recomende aos órgãos de contas a utilização das expressões "exercício analisado" ou "exercícios ainda não analisados", conforme dispõe a RSF n.º 43, de 2001.

IV

35. No que se refere ao questionamento veiculado na Nota complementar emitida pela STN, é necessário perquirir qual a intenção da norma ao dizer que os requisitos elencados na alínea "b" do inciso IV do art. 21 da Resolução SF n.º 43, de 2001, serão atestados pelo Tribunal de Contas para o exercício em curso somente quando pertinentes.

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

36. Parece-nos que a ressalva da norma se refere à necessidade de atestar aqueles requisitos exigíveis para realização de operações de crédito pela LRF no momento de emissão da certidão pelo Tribunal de Contas.

37. É possível que, no exercício que está em curso, haja uma série de obrigações do ente federativo que ainda não sejam exigíveis pela LRF.

38. Assim é que o RGF e o RREO somente serão exigíveis para o ano em curso em relação ao quadrimestre e o bimestre, respectivamente, que se passaram.

39. O cumprimento das despesas com pessoal será exigível desde que ultrapassado o prazo para adequação das contas, nos termos do art. 23, *caput* e/c §§3º e 4º, LRF.

40. O órgão consulente questiona, ainda, especificamente, se a verificação do cumprimento da chamada "regra de ouro"[5] deve ser de periodicidade anual, conforme entendimento da STN e de alguns Tribunais de Contas, ou se é possível a sua verificação durante a execução orçamentária do ano em curso, como atestam outros Tribunais de Contas.

41. Dispõe o art. 6º, §1º, da RSF n.º 43, de 2001:

> *"Art. 6º O cumprimento do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal deverá ser comprovado mediante apuração das operações de crédito e das despesas de capital conforme os critérios definidos no art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.*
>
> *§ 1º Para fins do disposto neste artigo, verificar-se-ão, separadamente, o exercício anterior e o exercício corrente, tomando-se por base:*
>
> *I - no exercício anterior, as receitas de operações de crédito nele realizadas e as despesas de capital nele executadas; e*
>
> *II - no exercício corrente, as receitas de operação de crédito e as despesas de capital constantes da lei orçamentária."*

---

[5] Art. 167 - São vedados:
(...)
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

42. Por sua vez, o §3º do art. 32 da LRF prevê o seguinte:

> *"Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.*
>
> *§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:*
>
> *(...)*
>
> *V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executados, observado o seguinte: (...)"*

43. Da análise dos dispositivos transcritos é possível concluir que o cumprimento da regra de ouro deve ser observado em cada exercício, sendo certo que, em relação ao exercício em curso, a exigência legal é a de que o Tribunal de Contas ateste o disposto no art. 167, inciso III, da Constituição da República considerando apenas "as receitas de operação de crédito e as despesas de capital constantes da lei orçamentária", nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da RSF n.º 43, de 2001.

V

44. Ante o exposto, opinamos no sentido de que não há obrigatoriedade de a STN exigir nova certidão dos Tribunais de Contas estaduais e municipais pelo só fato de vencer novo prazo para publicação do RREO e do RGF. Entendemos, ainda, que, por segurança jurídica e para uniformizar os termos empregados na certidão emitida pelos Tribunais de Contas, a STN deve solicitar a utilização da expressão prevista no art. 21, inciso IV, da RSF n.º 43, de 2001, nos documentos atestados pelo órgão de contas. Por último, opinamos no sentido de que a expressão "quando pertinente" prevista na alínea "b" do inciso IV do art. 21

Nota nº 300/COPEM/STN, de 09 de março de 2009

da RSF n.º 43, de 2001, significa que sempre que exigível o cumprimento dos requisitos ali elencados deverão eles ser atestados pela certidão do Tribunal de Contas; bem como no

sentido de que o cumprimento da "regra de ouro" deve ser verificado em cada exercício, nos termos do art. 6º, § 1º, II, da RSF n.º 43, de 2001.

É o parecer, *s.m.j.*

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS, em 23 de março de 2010.

MAÍRA SOUZA GOMES
Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração da Senhora Procuradora-Geral Adjunta interina.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS, em 23 de março de 2010.

CLÁUDIO TEIXEIRA DA SILVA
Coordenador-Geral Substituto

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 24 de março de 2010.

SÔNIA PORTELLA
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira Interina

Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

Informações do Projeto

Projeto	Programa das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado de Goiás	
Mutuário:	Estado de Goiás	
Credor	BIRD	
Modalidade	Margem Variável	
Valor Total	US$	80 000 000 00
Empréstimo	US$	80 000 000 00
Contrapartida	$	-

Data da Análise pelo STN: 08-dez-11

Condições Financeiras

Amort.(parcelas):	50	
Amortização:	US$	1 200 000 00
Data 1ª Amortização		15/04/2016
Data Última Amortização		15/10/2040
Carência		4 anos
Comissão de Compromisso:		0 00%
Taxa de Juros:	Libor US$ + Spread (margem variável)	
Spread Atual		0 49%
Front end fee (1999% financiados		0%
Front end fee	US$	150 000 00

Data	Desembolso	PAGAMENTOS Amortização	Comissão Compromisso	Front-End-Fee	Taxa de Juros	Pgto de Juros	Total de Pag	Saldo devedor	Custo Médio de Captação do Tesouro (1)	VP Fluxo Líquido Descontado pela Soberana Zero
15-abr-11			-	150 000 00	0 49%	-	150 000 00		0 00%	150 000 00
15-out-11			-		0 49%				0 63%	
15-abr-12	3 704 702 58		-		1 08%			3 704 702 58	1 37%	(3 687 556 61)
15-out-12	3 704 702 58		-		1 18%	22 268 93	22 268 93	7 409 405 08	2 08%	(3 616 268 10)
15-abr-13	8 421 235 50		-		1 27%	47 520 84	47 520 84	15 830 640 58	2 58%	(8 067 366 08)
15-out-13	8 421 235 50		-	-	1 43%	115 174 68	115 174 68	24 251 876 08	2 88%	(7 878 197 90)
15-abr-14	8 715 922 00		-	-	1 51%	185 466 78	185 466 78	32 967 798 08	3 04%	(7 942 875 46)
15-out-14	8 715 922 00		-	-	1 61%	289 719 78	289 719 78	41 683 720 08	3 25%	(7 466 514 84)
15-abr-15	8 578 795 00		-	-	2 02%	426 485 78	426 485 78	48 262 495 08	3 56%	(6 457 787 81)
15-out-15	8 578 795 00		-	-	2 22%	569 516 87	569 516 87	54 841 250 08	3 86%	(6 174 742) 30)
15-abr-16	2 578 375 00	1 200 000 00	-	-	2 68%	745 857 46	1 945 857 46	56 220 625 08	4 14%	(5 29 110 66)
15-out-16	2 578 375 00	1 200 000 00	-	-	2 97%	848 827 74	2 048 827 74	57 600 000 08	4 34%	(4 29 882 10)
15-abr-17		1 200 000 00	-	-	3 20%	932 564 21	2 132 564 21	56 400 000 08	4 51%	1 675 827 70
15-out-17	-	1 200 000 00	-	-	3 46%	983 088 88	2 183 088 88	55 200 000 08	4 66%	1 678 661 67
15-abr-18		1 200 000 00	-	-	3 53%	984 142 61	2 184 142 61	54 000 000 08	4 78%	1 612 332 95
15-out-18		1 200 000 00	-	-	3 73%	1 024 255 68	2 224 255 68	52 800 000 08	4 88%	1 561 699 99
15-abr-19		1 200 000 00	-	-	3 68%	983 211 86	2 183 211 86	51 600 000 08	4 96%	1 514 327 80
15-out-19		1 200 000 00	-	-	3 84%	1 008 381 98	2 208 381 98	50 400 000 08	5 06%	1 484 720 65
15-abr-20		1 200 000 00	-	-	3 79%	970 074 87	2 170 074 87	49 200 000 08	5 16%	1 410 429 84
15-out-20		1 200 000 00	-	-	3 83%	982 727 71	2 182 727 71	48 000 000 08	5 29%	1 387 289 75
15-abr-21		1 200 000 00	-	-	3 87%	938 188 88	2 138 188 88	46 800 000 08	5 42%	1 298 829 88
15-out-21		1 200 000 00	-	-	3 98%	958 220 72	2 158 220 72	45 600 000 08	5 53%	1 263 529 64
15-abr-22		1 200 000 00	-	-	3 96%	929 479 61	2 129 479 61	44 400 000 08	5 64%	1 192 447 33
15-out-22		1 200 000 00	-	-	3 98%	926 729 34	2 126 729 34	43 200 000 08	5 73%	1 088 933 98
15-abr-23		1 200 000 00	-	-	3 75%	818 885 82	2 018 885 82	42 000 000 08	5 82%	1 043 757 15
15-out-23		1 200 000 00	-	-	3 84%	819 556 72	2 019 556 72	40 800 000 08	5 88%	1 004 664 68
15-abr-24	-	1 200 000 00	-	-	3 93%	814 833 21	2 014 833 21	39 600 000 08	5 96%	964 238 38
15-out-24	-	1 200 000 00	-	-	4 02%	808 298 76	2 008 298 76	38 400 000 08	6 04%	929 343 66
15-abr-25	-	1 200 000 00	-	-	4 11%	788 457 65	1 988 457 65	37 200 000 08	6 11%	895 367 44
15-out-25	-	1 200 000 00	-	-	4 21%	799 863 72	1 999 863 72	36 000 000 08	6 17%	858 697 72
15-abr-26	-	1 200 000 00	-	-	4 30%	783 239 66	1 983 239 66	34 800 000 08	6 21%	814 741 97
15-out-26	-	1 200 000 00	-	-	4 39%	781 314 66	1 981 314 66	33 600 000 08	6 24%	777 770 41
15-abr-27	-	1 200 000 00	-	-	3 51%	588 844 29	1 788 844 29	32 400 000 08	6 27%	688 882 82
15-out-27	-	1 200 000 00	-	-	3 54%	583 332 57	1 783 332 57	31 200 000 08	6 28%	650 401 52
15-abr-28	-	1 200 000 00	-	-	3 57%	586 439 97	1 786 439 97	30 000 000 08	6 31%	630 611 38
15-out-28	-	1 200 000 00	-	-	3 88%	548 873 03	1 748 873 03	28 800 000 08	6 33%	602 942 40
15-abr-29	-	1 200 000 00	-	-	3 81%	526 238 98	1 726 238 98	27 600 000 08	6 35%	574 562 51
15-out-29	-	1 200 000 00	-	-	3 83%	508 219 20	1 708 219 20	26 400 000 08	6 37%	549 333 47
15-abr-30	-	1 200 000 00	-	-	3 84%	488 456 22	1 688 456 22	25 200 000 08	6 38%	523 370 58
15-out-30	-	1 200 000 00	-	-	3 86%	468 876 45	1 668 876 45	24 000 000 08	6 41%	500 085 33
15-abr-31	-	1 200 000 00	-	-	3 88%	445 986 82	1 645 986 82	22 800 000 08	6 42%	476 754 81
15-out-31	-	1 200 000 00	-	-	3 89%	427 826 25	1 627 826 25	21 600 000 08	6 44%	454 783 39
15-abr-32		1 200 000 00	-	-	3 71%	407 041 68	1 607 041 68	20 400 000 08	6 45%	431 447 04
15-out-32		1 200 000 00	-	-	3 72%	386 070 53	1 586 070 53	19 200 000 08	6 47%	413 038 75
15-abr-33		1 200 000 00	-	-	3 74%	362 818 47	1 562 818 47	18 000 000 08	6 48%	393 814 92
15-out-33		1 200 000 00	-	-	3 75%	343 574 47	1 543 574 47	16 800 000 08	6 49%	374 752 62
15-abr-34		1 200 000 00	-	-	3 77%	320 288 14	1 520 288 14	15 600 000 08	6 51%	356 400 37
15-out-34		1 200 000 00	-	-	3 72%	296 386 97	1 496 386 97	14 400 000 08	6 52%	338 475 89
15-abr-35		1 200 000 00	-	-	3 66%	258 586 16	1 458 586 16	13 200 000 08	6 53%	318 794 27
15-out-35		1 200 000 00	-	-	3 44%	230 974 14	1 430 974 14	12 000 000 08	6 54%	301 966 48
15-abr-36		1 200 000 00	-	-	3 45%	210 377 86	1 410 377 86	10 800 000 08	6 55%	287 334 50
15-out-36		1 200 000 00	-	-	3 46%	189 782 84	1 389 782 84	9 600 000 08	6 56%	273 350 41
15-abr-37		1 200 000 00	-	-	3 48%	168 024 38	1 368 024 38	8 400 000 08	6 58%	277 889 76
15-out-37		1 200 000 00	-	-	3 47%	148 114 50	1 348 114 50	7 200 000 08	3 39%	558 845 66
15-abr-38		1 200 000 00	-	-	3 48%	126 905 02	1 326 905 02	6 000 000 08	0 00%	1 326 905 02
15-out-38		1 200 000 00	-	-	3 48%	106 208 25	1 306 208 25	4 800 000 08	0 00%	1 306 208 25
15-abr-39		1 200 000 00	-	-	3 49%	84 864 86	1 284 864 86	3 600 000 08	0 00%	1 284 864 86
15-out-39		1 200 000 00	-	-	3 50%	63 972 68	1 263 972 68	2 400 000 08	0 00%	1 263 972 68
15-abr-40		1 200 000 00	-	-	3 50%	42 732 38	1 242 732 38	1 200 000 08	0 00%	1 242 732 38
15-out-40		1 200 000 00	-	-	3 51%	21 408 40	1 221 408 40		0 00%	1 221 408 40
15-abr-41			-		3 52%				0 00%	
	80 000 000 00	80 000 000 00	-	150 000 00	-	29 980 765 75	90 130 765 75	1 666 372 502 00		8 371 582 59

(1) Custo de Captação do Tesouro corresponde aos valores constantes da Curva Soberana Zero estimada conforme metodologia própria na mesma moeda da operação de crédito

TIR(2)	2,43%
Duration(3)	13,56
Modified Duration(4)	13,33
TIR equivalente **	9,612%

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação ou seja à taxa de juros média que ajusta o valor presente do fluxo a zero

(3) Duration É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa expresso em anos

(4) Modified Duration É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação

(**) A TIR Equivalente corresponde a uma interpolação entre as taxas referentes a dois títulos soberanos informados para comparação

DOCUMENTAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE CRÉDITO
Governo do Estado da Bahia - BA

Processo: 17944.000425/2010-41

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	CONDIÇÃO	FOLHAS
Pedido de Verificação de Limites e Condições (ou contrato, no caso de regularização)	Sim	271/272
Pedido de Concessão da Garantia da União	Sim	69
Recomendação da COFIEX (caso não conste da documentação, solicitar cópia à GEGAR)	Sim	70
Cronograma Financeiro da Operação	Sim	442/443
Autorização do Órgão Legislativo	Sim	08
Lei Orçamentária do Exercício em Curso	Sim	380/385, 391/402
Anexo I da Lei 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	Sim	350
Lei do Plano Plurianual (PPA)	Sim	108/119, 386/390
Parecer do Órgão Jurídico	Sim	613/627
Parecer do Órgão Técnico	Sim	41/58, 257/268 e 472/477
Certidão do Tribunal de Contas	Sim	628/632
SISTN (Portaria STN nº 109/2002 - sítio da Caixa Econômica Federal)	Sim	646
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - RCL (último RREO exigível - SISTN)	Sim	583/584
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL (último RGF exigível - SISTN)	Sim	585
Cronograma de Liberação das Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação	Sim	575
Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar	Sim	576/581
Comprovação de Encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	Sim	528
Comprovação de Encaminhamento de suas Contas ao Poder Executivo do Estado (no caso de municípios)	Sim	498/503
Secretaria do Tesouro Nacional - COAFI	Sim	659/663
Secretaria do Tesouro Nacional - COREM	Sim	634/638

Observações sobre o Processo em Análise:

-Pedido de verificação: as condições financeiras sofreram alteração durante a reunião de negociação (23 a 25/08/2010). Prazo total de 29 anos (348 meses), sendo 4 anos de carência (48 meses).
-Parecer Técnico: fls. 41/58, 257/268 e 472/477.
-Minutas negociadas: fls. 173/198.
-Carência (grace period): no máximo 4 anos (fl. 179 verso). Como amortização inicia-se necessariamente em 2015, o prazo de carência é variável. Atentar para este detalhe no PARECER.
-Parecer nº 599/2011 - COPEM/STN, de 30/05/2011 (fls. 520/526), foi complementado (fls. 657/658).
-LOA 2011: Lei 12.041, de 29/12/2010 (fls. 380/402).
-Decreto Financeiro nº 37, de 06/07/2011 (fls. 546/550). Enviado Memorando da COREM de 01.12.2011: adimplência e de capacidade de pagamento "B", válidas até 25.01.2012. Margem de comprometimento fl. 639. Nota ROF, fls. 640/645. Parecer PGFN nº 520/2010, fls: 682/687.

Observações sobre o Ente Federativo:

Analista Responsável:

PAULA GUIDA ROLIM CONSTANTINO

SALVADOR BAHIA
SEXTA-FEIRA
23 DE DEZEMBRO
DE 2009
ANO XCV
Nº 20.161

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ● ESTADO DA BAHIA

Executivo

LEIS

LEI Nº 11.621 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contra garantias à serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos artigos 157 a 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de dezembro de 2009.

JAQUES WAGNER
Governador

Carlos Mello
Secretário da Casa Civil, em exercício

Walter Pinheiro
Secretário do Planejamento

Jorge José Santos Pereira Solla
Secretário da Saúde

Juliano Sousa Matos
Secretário do Meio Ambiente

Carlos Martins Marques de Santana
Secretário da Fazenda

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 11.904 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Institui o Comitê Gestor da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e,

considerando a escolha de Salvador como uma das cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014;

considerando a necessidade de assegurar o cumprimento do calendário de ações definido pela FIFA e pelo Comitê Organizador Local para o Estado da Bahia, em respeito à grande importância do evento para a população;

considerando que as ações e os projetos prioritários executados pelos órgãos estaduais integrantes do Comitê Gestor da Copa 2014 precisam ser devidamente organizados e sistematizados,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor da Copa 2014, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo ao qual caberão o monitoramento e a efetivação das ações necessárias ao cumprimento do calendário definido pela Fédération Internationale de Football Association – FIFA e pelo Comitê Organizador Local – COL para a realização da Copa 2014 em Salvador.

§ 1º - O Comitê Gestor da Copa 2014 terá as seguintes atribuições:

I - discutir e deliberar sobre o Plano Diretor da Copa, especialmente no tocante a suas diretrizes e metas;

II - subsidiar e implementar as ações e projetos necessários ao cumprimento do objetivo delineado no *caput* deste artigo;

III - promover a articulação entre os entes públicos e privados envolvidos na organização do evento;

IV - tornar conhecimento dos estatutos circunstanciados apresentados ao COL e à FIFA sobre a execução dos projetos e programas necessários à realização do evento na cidade de Salvador, nos termos do calendário definido previamente.

§ 2º - O Comitê Gestor da Copa 2014 será composto pelo Secretário Extraordinário da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e mais (18) dezoito membros, a serem indicados, juntamente com seus suplentes, pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Gabinete do Governador;

II - Casa Civil;

III - Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

IV - Secretaria de Infra-Estrutura;

V - Secretaria do Planejamento;

VI - Secretaria do Meio Ambiente;

VII - Secretaria de Turismo;

VIII - Secretaria da Cultura;

IX - Secretaria da Fazenda;

X - Secretaria da Administração;

XI - Secretaria da Saúde;

XII - Secretaria da Segurança Pública;

XIII - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;

XIV - Procuradoria Geral do Estado;

XV - Assessoria Geral de Comunicação Social;

XVI - Casa Militar;

XVII - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia;

XVIII - Companhia de Processamento de Dados da Bahia.

§ 3º - O Secretário Extraordinário da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 exercerá as funções de presidente e representante do Comitê Gestor da Copa 2014.

§ 4º - O Comitê de que trata o *caput* deste artigo atuará em parceria com o Comitê da Cidade do Salvador.

Art. 2º - Visando à consecução de seus objetivos, o Comitê Gestor da Copa 2014 deve instituir, sempre que necessário, os Grupos Executivos de Trabalho (GET), constituídos por representantes do Poder Público e, quando for o caso, da sociedade civil, com ênfase para a integração entre os entes federados.

Art. 3º - Compete aos Grupos Executivos de Trabalho:

I - articular-se com os órgãos municipais, estaduais, federais e do setor privado, relacionados com sua área de atuação;

CERTIDÃO N.º 01/2012

Certifico, de ordem do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Justiniano Zilton Rocha, em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 11 de 23/01/2012, subscrito pelo Sr. Secretário da Fazenda, *Carlos Martins Marques de Santana*, para fins de cumprimento do disposto no artigo 21, inciso IV, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e suas alterações posteriores, com base na documentação contida no Processo TCE/001980/2011, bem como na publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, que as Contas de Governo do Estado da Bahia, relativas ao exercício financeiro de 2010 (deliberação deste Tribunal de Contas em 07/06/2011), e até o 3º quadrimestre de 2011 (pendentes de deliberação deste Tribunal de Contas), demonstram os seguintes dados: 1. **Limite das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital – Regra do ouro. 1.1 Exercício de 2010** – O montante previsto para as receitas de operações de crédito importou em R$698 482 mil (seiscentos e noventa e oito milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil reais), não excedendo o montante previsto para as despesas de capital, de R$3.189.576 mil (três bilhões e cento e oitenta e nove milhões e quinhentos e setenta e seis mil reais), constantes da Lei Orçamentária do Estado para o exercício de 2010, cumprindo-se o disposto no art 167, inc. III da Constituição Federal. **1.2 Exercício de 2011** – O montante previsto para as receitas de operações de crédito importou em R$1.014 627 mil (um bilhão e catorze milhões e seiscentos e vinte e sete mil reais), não excedendo o montante previsto para as despesas de capital, de R$4.048 068 mil (quatro bilhões e quarenta e oito milhões e sessenta e oito mil reais), constantes da Lei Orçamentária do Estado para o exercício de 2011, cumprindo-se o disposto no art. 167, inc. III da Constituição Federal **1.3 Exercício de 2012** – O montante previsto para as receitas de operações de crédito importou em R$928 400 mil (novecentos e vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), não excedendo o montante previsto para as despesas de capital, de R$3.601 413 mil (três bilhões e seiscentos e um milhões e quatrocentos e treze mil reais), constantes da Lei Orçamentária do Estado para o exercício de 2012, cumprindo-se o disposto no art. 167, inc. III da Constituição Federal **2. Despesa com Pessoal em Relação a Receita Corrente Líquida – 2.1 Exercício de 2010** – Nesse exercício, conforme a seguir descrito, houve o cumprimento, por todos os poderes/órgãos, dos limites de despesa de pessoal, como especificado no art 20 da Lei Complementar nº 101/2000, não sendo necessária a adoção das medidas previstas no art. 23 e 70 desta Lei. **2.1.1 Despesa Total Líquida com Pessoal** – A despesa total liquida com pessoal foi de R$9.127.997 mil (nove bilhões e cento e vinte e sete milhões e novecentos e noventa e sete mil reais), correspondendo a 52,54% (cinquenta e dois virgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Liquida = R$17.372.551 mil (dezesete bilhões e trezentos e setenta e dois milhões e quinhentos e cinquenta e um mil reais), não excedendo o limite máximo de 60,00% (sessenta por cento), fixado no art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 169 da Constituição Federal. **2.1.2 Despesa com Pessoal do Poder Legislativo** – A despesa liquida com pessoal do Poder Legislativo importou em R$442 593 mil (quatrocentos e quarenta e dois milhões e quinhentos e noventa e três mil reais), correspondendo a 2.55% (dois virgula cinquenta e cinco por cento) da Receita Corrente Liquida, não excedendo o limite máximo de 3,40% (três virgula quarenta por cento) que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.2.1 Despesa com Pessoal da Assembléia Legislativa** – A despesa liquida com pessoal da Assembléia Legislativa importou em R$225.420 mil (duzentos e vinte e cinco milhões e quatrocentos e vinte mil reais), correspondendo a 1,30 % (um virgula trinta por cento) da Receita Corrente Liquida, não excedendo o limite máximo de 1,93% (um virgula noventa e três por cento) que cabe a

Assembléia Legislativa, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.2.2 Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas do Estado** – A despesa líquida com pessoal do Tribunal de Contas do Estado importou em R$129.632 mil (cento e vinte e nove milhões e seiscentos e trinta e dois mil reais), correspondendo a 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) que cabe a este Tribunal de Contas, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.2.3 Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios** – A despesa líquida com pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios importou em R$87.541 mil (oitenta e sete milhões e quinhentos e quarenta e um mil reais), correspondendo a 0,50% (zero vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento) que cabe a este Tribunal de Contas, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.3 Despesa com Pessoal do Poder Judiciário** – A despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$920.656 mil (novecentos e vinte milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), correspondendo a 5,30% (cinco vírgula trinta por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6,00% (seis por cento) que cabe ao Poder Judiciário, fixado no art. 20, inciso II, "b", da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.4 Despesa com Pessoal do Poder Executivo** – A despesa líquida com pessoal do Poder Executivo importou em R$7.500.814 mil (sete bilhões e quinhentos milhões e oitocentos e catorze mil reais), correspondendo a 43,18% (quarenta e três vírgula dezoito por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, inciso II, "c", c/c § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.1.5 Despesa com Pessoal do Ministério Público** – A despesa líquida com pessoal do Ministério Público importou em R$263.934 mil (duzentos e sessenta e três milhões e novecentos e trinta e quatro mil reais), correspondendo a 1,52% (um vírgula cinquenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 2,00% (dois por cento) que cabe ao Ministério Público, fixado no art. 20, inciso II, "d", da Lei Complementar nº 101/2000 **2.2 Até o 3º Quadrimestre de 2011** – Até esse quadrimestre, conforme a seguir descrito, tendo por base às respectivas publicações, houve o cumprimento, por todos os poderes/órgãos, dos limites de despesa de pessoal como especificado no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, não sendo necessária a adoção das medidas previstas nos arts. 23 e 70 desta Lei. **2.2.1 Despesa Total Líquida com Pessoal** – A despesa total líquida com pessoal foi de R$10.358.669 mil (dez bilhões e trezentos e cinquenta e oito milhões e seiscentos e sessenta e nove mil reais), correspondendo a 53,88% (cinquenta e três vírgula oitenta e oito por cento) da Receita Corrente Líquida – R$19.226.970 mil (dezanove bilhões e duzentos e vinte e seis milhões e novecentos e setenta mil reais), não excedendo o limite máximo de 60,00% (sessenta por cento), fixado no art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, c/c art. 169 da Constituição Federal. **2.2.2 Despesa com Pessoal do Poder Legislativo** – A despesa líquida com pessoal do Poder Legislativo importou em R$488.003 mil (quatrocentos e oitenta e oito milhões e três mil reais), correspondendo a 2,54% (dois vírgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 3,40% (três vírgula quarenta por cento) que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.2.2.1 Despesa com Pessoal da Assembléia Legislativa** – A despesa líquida com pessoal da Assembléia Legislativa importou em R$247.512 mil (duzentos e quarenta e sete milhões e quinhentos e doze mil reais), correspondendo a 1,29% (um vírgula vinte e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento) que cabe a Assembléia Legislativa, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei

Complementar nº 101/2000 (nova repartição do teto de 3,40% do Poder Legislativo fixada pela Lei Estadual n.º 12.039/2010). **2.2.2 Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas do Estado** – A despesa líquida com pessoal do Tribunal de Contas do Estado importou em R$138.211 mil (cento e trinta e oito milhões e duzentos e onze mil reais), correspondendo a 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) que cabe a este Tribunal de Contas, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 (nova repartição do teto de 3,40% do Poder Legislativo fixada pela Lei Estadual n.º 12.039/2010). **2.2.3 Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios** – A despesa líquida com pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios importou em R$102.280 mil (cento e dois milhões e duzentos e oitenta mil reais), correspondendo a 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 0,63% (zero vírgula sessenta e três por cento) que cabe a este Tribunal de Contas, fixado no art. 20, inciso II, "a", c/c §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 (nova repartição do teto de 3,40% do Poder Legislativo fixada pela Lei Estadual n.º 12.039/2010). **2.2.3 Despesa com Pessoal do Poder Judiciário** – A despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$1.041.324 mil (um bilhão e quarenta e um milhões e trezentos e vinte e quatro mil reais), correspondendo a 5,42% (cinco vírgula quarenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6,00% (seis por cento) que cabe ao Poder Judiciário, fixado no art. 20, inciso II, "b", da Lei Complementar nº 101/2000. **2.2.4 Despesa com Pessoal do Poder Executivo (Inclusive Defensoria Pública)** – A despesa líquida com pessoal do Poder Executivo importou em R$ 8.539.043 (oito bilhões e quinhentos e trinta e nove milhões e quarenta e três mil reais), correspondendo a 44,41% (quarenta e quatro vírgula quarenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, inciso II, "c", c/c § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. **2.2.5 Despesa com Pessoal do Ministério Público** – A despesa líquida com pessoal do Ministério Público importou em R$290.298 mil (duzentos e noventa milhões e duzentos e noventa e oito mil reais), correspondendo a 1,51% (um vírgula cinquenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 2,00% (dois por cento) que cabe ao Ministério Público, fixado no art. 20, inciso II, "d", da Lei Complementar nº 101/2000 **3. Operações de Crédito com Infração à L.C. Nº 101/2000** – Não foi constatada, no transcurso das auditorias levadas a efeito por este Tribunal, relativas aos exercícios de 2010 e 2011, a realização de operações de crédito com infração às normas da Lei Complementar n.º 101/2000, não sendo necessária a adoção das medidas previstas no art. 33 desta Lei **4. Outras Operações Equiparadas a Operações de Crédito** – Não foi constatada, no transcurso das auditorias levadas a efeito por este Tribunal, relativas aos exercícios de 2010 e 2011, a realização de outras operações equiparadas a operações de crédito, vedadas pelo art. 37 da Lei Complementar nº 101/2000 (relativamente a I – captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da C.F.; II – recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação; III – assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; IV – assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços) – Res. nº 43/01 do Senado Federal, art. 21, inc. IV, alínea "a" e Portaria nº 4/02 da Secretaria do Tesouro Nacional, art. 1º, inc. VI. **5. Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária dos Exercícios de 2010 e 2011** – Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária

foram publicados dentro do prazo previsto no artigo 52 da LRF. **6. Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Exercícios de 2010 e 2011** – Os Relatórios de Gestão Fiscal foram publicados, inclusive por meio eletrônico, dentro do prazo estabelecido no § 2º do artigo 55 da LRF. **7. Competências Tributárias – Exercícios 2010 e 2011 –** O Estado cumpriu as exigências estabelecidas na Portaria nº 497/1990, do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, uma vez que foram instituídos os tributos a que se refere o art. 155, I e II da Constituição Federal, c/c o art. 11 da LRF.**8. Restos a Pagar dos Exercícios de 2010 e 2011 –** Foi cumprida a determinação contida no art. 42 da LRF. **9. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 9.1 Exercício de 2010 –** Foi proferida, em 31/08/2005, na Ação Cautelar n.º 268-1 Bahia, decisão definitiva do Eg. Plenário do Supremo Tribunal Federal, que, "por unanimidade, referendou a liminar concedida para excluir da base de cálculo relativa à Lei nº 9.496/96 a receita prevista no §1º do artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 31/2000, [...]", estando os autos apensados à Ação Cível Originária nº 727, em curso, como processo principal da referida Ação Cautelar desde 19/09/2005. Constatou-se que foram gastos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o montante de R$3.732.149 mil (três bilhões e setecentos e trinta e dois milhões e cento e quarenta e nove mil reais), consideradas as deduções, correspondente a 26,61% (vinte e seis virgula sessenta e um cento) da Receita de Impostos, compreendida a resultante de transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios, arrecadada no exercício de 2010 – R$14.024.226 mil (catorze bilhões e vinte e quatro milhões e duzentos e vinte e seis mil reais), sendo cumprido o limite mínimo de 25,00% (vinte e cinco por cento) de aplicação obrigatória estabelecido no art. 212 da Constituição Federal e do art. 25 da LRF **9.2 Até o 6º bimestre de 2011** – Com base na referida decisão do Supremo Tribunal Federal, demonstrou-se, no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que foi aplicado, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o montante de R$4.148.980 mil (quatro bilhões e cento e quarenta e oito milhões e novecentos e oitenta mil reais), consideradas as deduções, correspondente a 25,89% (vinte e cinco vírgula oitenta e nove por cento) da Receita de Impostos, compreendida a resultante de transferências e excluídos os valores repassados constitucionalmente aos municípios, arrecadada até o 6º bimestre de 2011 – R$16.026.202 mil (dezesseis bilhões e vinte e seis milhões e duzentos e dois mil reais), pendente de deliberação deste Tribunal de Contas quanto ao cumprimento do limite mínimo de 25,00% (vinte e cinco por cento) de aplicação obrigatória estabelecido no art. 212 da Constituição Federal e do art. 25 da LRF. **10. Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 10.1 Exercício de 2010 –** Ainda com base na referida decisão do Supremo Tribunal Federal, constatou-se que foram gastos R$1.931.511 mil (um bilhão e novecentos e trinta e um milhões e quinhentos e onze mil reais) com ações e serviços de saúde, correspondentes a 13,77% (treze virgula setenta e sete por cento) do produto da arrecadação de impostos, a que se refere o art. 155, e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inc. I, alínea "a", e inc. II, da Constituição Federal, sendo cumprido o limite mínimo de 12,00% (doze por cento) de aplicação obrigatória dos recursos destinados ao financiamento das Ações e Serviços de Saúde, previsto no art. 198 da Constituição Federal e do art. 25 da LRF. **10.2 2º semestre de 2011 –** Também com base na referida decisão do Supremo Tribunal Federal, demonstrou-se, no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, que foram gastos R$2.154.554 mil (dois bilhões e cento e cinquenta e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e quatro mil reais) com ações e serviços de saúde, correspondentes a 13,44% (treze virgula quarenta e quatro por cento) do produto da arrecadação de impostos, a que se refere o art. 155, e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inc. I, alínea "a", e inc. II, da Constituição Federal, pendente de deliberação deste Tribunal de Contas quanto ao cumprimento do limite mínimo de 12,00% (doze por cento) de aplicação obrigatória dos recursos destinados ao financiamento das Ações e Serviços de Saúde, previsto no art. 198 da Constituição Federal e do art. 25 da LRF. Ressalva-se que os dados ora

certificados não dispensam o exame sobre a mesma matéria a ser feito oportunamente pelo Tribunal de Contas, face às competências que lhe são conferidas pela Constituição e pelas leis, bem assim em decorrência da decisão definitiva a ser proferida na Ação Cível Originária nº 727, proposta como processo principal da referida Ação Cautelar. E, para constar, eu, *Maria do Carmo Galvão do Amaral*, Secretária Geral do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, mandei lavrar a presente certidão, que vai por mim assinada e visada pela Excelentíssima Senhora Presidente, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, sendo válida por 60 (sessenta) dias a partir desta data.

Maria do Carmo Galvão do Amaral,
Secretário Geral

Visto
Justiniano Zilton Rocha
Conselheiro Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Salvador 21 de novembro de 2011.

OFÍCIO nº 169 /2011

À Sua Excelência a Senhora
Conselheira Ridalva Correa de Melo Figueiredo
Digníssima Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia
Nesta

Eminente Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a esse egrégio Tribunal de Contas, por intermédio de Vossa Excelência, para encaminhar o Parecer Jurídico Nº PA-NASC-PMC-064/2011, em anexo, relativo ao Processo PGE 201161991-0 (Apenso Procs. nº PGE2011450791-0 e PGE2011081181-0) a fim de que o Estado da Bahia possa obter autorização do Ministério da Fazenda para contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, até o limite de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos resultantes da referida operação serão destinados ao financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO Nº PGE2011619910-0 (Apenso Procs. nº PGE2011450791-0 e PGE2011081181-0)
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

PARECER Nº PA-NASC-PMC-064/2011

CONSULTA. Contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para implementação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Análise do cumprimento dos limites e condições previstos nos dispositivos constitucionais e infra-constitucionais atinentes a matéria.

Volvem os autos à apreciação desta Procuradoria Geral do Estado, à vista de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Secretário Estadual da Fazenda de parecer preliminar atualizado a ser remetido ao Ministério da Fazenda a fim de que o Estado da Bahia possa obter contratação de empréstimo externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a U$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, conforme Ofício nº 152/2011 (fls. 01/02).

Acerca da operação de crédito de que trata este expediente, esta Procuradoria já se manifestou precedentemente através do parecer nº PA-MQ-011/2010 (cópia às fls. 04/18), atualizado pelos pareceres nº PA-NLC-MTF-980/2010 (cópia às fls. 20/32), PA-NASC-MSQ-002/2011 (fls. 173/191) e PA-NASC-MSQ-042/2011 (cópia às fls. 251/267), todos secundados de despachos de concordância por mim exarados na condição de Procurador Chefe da Procuradoria Administrativa bem assim os de aprovação do Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia, colacionados no bojo do processo nº PGE2011081181-0.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do Ofício nº 3.637/2011/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (cópia às fls. 03/07 do processo nº PGE2011619910-0), solicita, dentre outros elementos, novo parecer jurídico acerca da operação de crédito em tela, a ser elaborado de acordo com as exigências do Manual de Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional.

A necessidade de atualizar o opinativo decorre, também, da publicação da Certidão nº 07/2011 do Tribunal de Contas do Estado (que analisa as contas do Governo Estado da Bahia referentes ao exercício financeiro de 2010 - deliberação do TCE em 07/06/2011 - e até o 2º quadrimestre de 2011 - pendentes de deliberação do Tribunal de Contas) e de novos Relatório de Gestão Fiscal (referente ao segundo quadrimestre de 2011, aprovado pelo Decreto Estadual nº 13.317/2011) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (referente ao bimestre julho/agosto 2011, publicado através da Portaria SEFAZ nº 357 de 27/09/2011), conforme cópias do D.O.E. de 28 de setembro juntadas, respectivamente, às fls. 14/18 e 19/27.

Declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado contendo uma série de informações indispensáveis para formulação deste opinativo foi juntada às fls. 08/13.

Acerca das despesas com contratos de parceria-público privada, o Exmo. Governador do Estado prestou a declaração juntada à fl. 33, secundada por quadro demonstrativo de despesa (fls. 34).

Quadro demonstrativo de despesa com pessoal referente ao período compreendido entre os meses de setembro de 2010 a agosto de 2011, subscrito também pelo Exmo. Governador do Estado, foi juntado à fl. 35.

Ao processo de nº PGE2011081181-0, foram colacionadas:

- às fls. 63/64 e 65/74, cópias da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 30 de dezembro de 2010 da Lei Estadual nº 12.041, de 29 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011, e do seu Anexo I – Demonstrativos Consolidados, publicado Diário

Oficial do Estado da Bahia dos dias 15 e 16 de janeiro de 2011, onde foram destacadas as despesas a serem financiadas com o recurso da operação de crédito em comento (código 2123.99.00), com as alterações do Decreto Financeiro nº 37/2011 (cópia da publicação no D.O.E. de 07 de julho de 2011 às fls. 218/223);

- cópia da publicação no D.O.E. dos dias 29 de dezembro de 2010 da Lei Estadual nº 12.039, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 e dá outras providências, às fls. 75/90;

- às fls. 91/101, cópia do Parecer Técnico acerca do Programa com Enfoque Setorial Amplo nas Áreas de Saúde e Recursos Hídricos – Projeto Beneficiado: Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas, elaborado pela Secretaria do Planejamento;

- cópia da Lei Estadual nº 10.705/2007, que institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual para o período 2008-2011 foi anexada às fls. 109/110, secundadas por cópia de declaração subscrita pelo Exmo. Secretário do Planejamento relacionando as ações orçamentárias e programas que serão implementados com os recursos provenientes do empréstimo (fls. 111);

- às fls. 137/159 cópias de petição e medidas judiciais para fins de comprovação da adimplência do Estado da Bahia.

É o relatório. Passo a opinar.

Trata-se de análise das condições legais para a contratação, pelo Estado da Bahia, de operação de crédito no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Nos termos do art. 21, inciso I da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, *verbis*:

> "Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:

> I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;
> (...)"

Do Parecer Técnico juntado aos autos, datado de 05 de outubro de 2010, pode-se extrair que o Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas do Estado da Bahia tem os seguintes objetivos principais: "*a) a implementação de sistemas de abastecimento de água potável nos distritos onde não está disponível ainda; b) dobrar a cobertura com a vacina do rotavirus*", tendo como foco principal a redução das taxas de mortalidade infantil. Como executores do projeto, tem-se o Estado da Bahia, através da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, conjuntamente com o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB).

A análise de custo-benefício e demonstração do interesse econômico e social do Projeto consta do referido opinativo técnico, subscrito, também, pelo Exmo. Secretário do Planejamento, e aprovado pelo Exmo. Governador do Estado, sintetizada no seu item 4, nestes termos:

> "(...)
> Conclui-se, desta forma, que os benefícios do projeto excedem os seus custos. Entre os piores de todos os estados brasileiros em taxas de morbidade e mortalidade provocada pela diarréia, o estado da Bahia teve, em 2007, ao redor de 432.000 episódios de diarréia em crianças menores de cinco anos de idade, e 47.000 em crianças menores de um ano. Trinta e dois por cento dos casos em menores de cinco anos eram atribuíveis ao rotavirus com uma taxa de mortalidade de 4.9%. Mesmo que o projeto fosse pensado apenas para crianças menores de um ano de idade, as ações beneficiariam crianças de todas as idades, assim como suas famílias. Entre todos os casos da diarréia, a taxa de mortalidade atribuída ao rotavirus é de 32%.
>
> O projeto proposto produzirá economias substanciais para o setor através das externalidades que gerará, influenciando o bem estar das crianças de uma quatro anos de idade, e adultos acima de 65 anos. Nenhum grupo é considerado o alvo principal do projeto, entretanto, como ambos os grupos reduziriam a incidência de diarréia, o sistema de saúde teria despesas mais baixas com consultas e hospitalizações. O número total de consultas evitadas excede 168.000 visitas, e o número total de hospitalizações evitadas a 86.100. Além disso, o grupo de crianças de uma a quatro anos de idade terá uma taxa de mortalidade mais baixa.
>
> Considerando que o investimento total deste projeto é relativamente pequeno, quando comparado com o investimento dos governos estadual e federal em ambos os setores, e dado que a modalidade de SWAP introduz incentivos para a realização de objetivos nacionais, este desenho de projeto contribuiria extremamente à aplicação diligente de programas nacionais, e à melhoria de indicadores do Estado."

Quanto aos aspectos jurídicos derredor da questão posta para exame, veja-se.

Nos termos prescritos no art. 52, inciso V da Constituição da República, compete ao Senado Federal, privativamente, "*autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios*".

Antes da referida autorização, porém, faz-se necessária a tramitação da documentação relativa à contratação no Ministério de Estado da Fazenda, conforme o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para que haja concordância do referido órgão federal na contratação de crédito externo, exige-se esteja o pleito fundamentado por pareceres técnicos e jurídicos, cabendo a elaboração destes a Procuradoria Geral, órgão jurídico máximo do Estado da Bahia.

Acerca da matéria, assim prescreve o dispositivo em comento, *verbis*:

> **Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por elas controladas, direta ou indiretamente.**
>
> **§ 1º. O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:**
> **I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;**
> **II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;**
> **III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado;**
> **IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;**
> **V – atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;**
> **VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.**

Dos requisitos acima, já que se enfrenta, no momento, fase inicial para a obtenção de autorização da operação de crédito em tela, o inciso IV não será mencionado.

No que diz respeito ao <u>inciso I</u>, a contratação da operação de crédito em tela foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.621, de 22 de dezembro de 2009 (publicada no D.O.E. de 23 de dezembro de 2009), que assim dispõe em seu art. 1º:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia."

Assim, a exigência de existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação de crédito foi cumprida, através da edição de lei específica.

Com relação à exigência legal prevista no **inciso II** do artigo em destaque, cumpre-me registrar que os créditos provenientes do empréstimo foram inclusos na lei orçamentária anual do Estado da Bahia referente ao exercício financeiro de 2011, a Lei Estadual nº 12.041, de 29 de dezembro de 2010.

Nos termos do item 18 da declaração prestada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado:

"constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.041, de 29/12/2010, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício de 2011 e alterada pelo Decreto Financeiro nº 37, de 06/07/2011, publicado no Diário Oficial do Estado de 07/07/2011, dotações suficientes à execução do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, distribuídas da seguinte forma:

18.1. os recursos provenientes da operação de crédito em tela estão inseridos na rubrica/ação 2.1.2.3.00.000. Operações de Crédito Externa - Contratuais cujo valor global previsto para o exercício de 2011 é de R$ 145.482.940,00.

18.2. os recursos provenientes do empréstimo, no montante de R$ 20.412.540,00, serão alocados nas seguintes rubricas/ações:

Rubrica	Ação	Fonte	Dotação
04.121.219.4550	Fortalecimento Institucional do SWAP	25	1.206.540,00
10.121.123.2845	Planeja Sesab: Desenvolvimento Integrado de Planejamento e Avaliação do Sus - Ba	25	1.000.000,00
10.302.129.4139	Assistência Complementar para Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade	25	5.000.000,00
18.544.280.4830	Gestão Participativa das Águas do Estado com Ênfase na Implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas	25	247.000,00
18.544.280.4631	Gestão do Uso Racional dos Recursos Hídricos	25	597.000,00
18.544.285.5391	Fortalecimento Institucional do Inema	25	350.000,00
17.511.285.1244	Fortalecimento Institucional da Cerb	25	765.000,00
17.511.180.3352	Aquisição de Equipamentos para Obras Hídricas	25	1.400.000,00

17.511.180.3827	Perfuração de Poços	25	2.849.000,00
17.511.180.3832	Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água	25	6.162.000,00
Total:			20.412.540,00

18.3. não há aporte de Contrapartida para este Programa;

18.4. estão previstas na Lei Orçamentária do Estado nº 12.041, de 29/12/2010, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/2010, para o exercício de 2011 e alterada pelo Decreto Financeiro nº 37 de 06/07/2011, publicado no Diário Oficial do Estado de 07/07/2011, para pagamento, de forma global, de juros e encargos da dívida no valor de ***R$ 54.279.000,00****, bem como amortização no valor de* ***R$ 181.563.000,00****, sendo que na ocorrência de eventuais acréscimos, estes recursos serão suplementados."*

Acerca da previsão dos recursos da operação em comento no Plano Plurianual, o Exmo. Governador declara, no item 19 do documento citado acima, "*que o Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia está inserido no Plano Plurianual do Estado, para o para o período de 2008-2011, estabelecido pela Lei nº 10.705, de 14/11/2007, nos programas e ações apresentados abaixo, totalizando* ***R$ 7.561.963.407,00*** *no período.*

Programa	Ação	Montante Previsto para o Período 2008/2011, em R$.
Gestão Estratégica de Planejamento Governamental	Fortalecimento Institucional do SWAP	43.546.341,00
Gestão Estratégica, Participativa e Efetiva em Saúde	Planeja Sesab: Desenvolvimento Integrado de Planejamento e Avaliação do Sus - Ba	38.468.000,00
Reorganização da Atenção Especializada	Assistência Complementar para Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade	6.504.544.514,00
Água Para Todos	Execução de Obras de Esgotamento Sanitário Construção de Sistema Simplificado de Água Perfuração de Poços Aquisição de Equipamentos para Obras de Recursos Hídricos	895.197.560,00
Gestão dos Recursos Hídricos para o Desenvolvimento Sustentável	Gestão do Uso Racional dos Recursos Hídricos Gestão Participativa das Águas com Ênfase na Implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas	49.641.349,00
Modernização Institucional e Reestruturação dos Instrumentos de Gestão Ambiental	Fortalecimento Institucional do Inema Fortalecimento Institucional da Cerb	58.565.458,00
Total:		7.561.963.407

Destarte, penso também estarem atendidas as exigências constantes do art. 32, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De referência ao quanto exigido no **inciso III**, o Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício declarou, no item 12 da declaração juntada aos autos que "*o Estado da Bahia cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar n" 101/2000 – LRF*".

Acerca do quanto prescrito no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, bem assim das demais exigências constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e das referidas Resoluções do Senado Federal, declarou, ainda, o Exmo. Sr. Governador do Estado que:

a) "*os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão inclusos no orçamento vigente, nos termos do inciso II do §1" do art 32 da LRF. Os recursos não serão aplicados em despesas correntes*" (item 2);

b) "*o Estado da Bahia, em relação ao art. 33 da Lei Complementar n" 101/2000 não realizou operação de crédito com infração ao disposto na Lei Complementar n" 101, de 2000, e também não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e às instituições não-financeiras*" (item 3);

c) "*o Estado da Bahia não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecida pela Lei n" 9.991, de 24.07.2000*" (item 4);

d) "*o Estado da Bahia, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação*" (item 5);

e) "*o Estado da Bahia não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5" da Resolução n" 43/2001 do Senado Federal*" (item 6);

f) "*a operação de crédito pleiteada está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado com a denominação de "BIRD/SWAP", pelo valor de "R$ 104.472.000,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais)" e não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV do art. 5" da Resolução n" 43/2001 do Senado Federal*" (item 7);

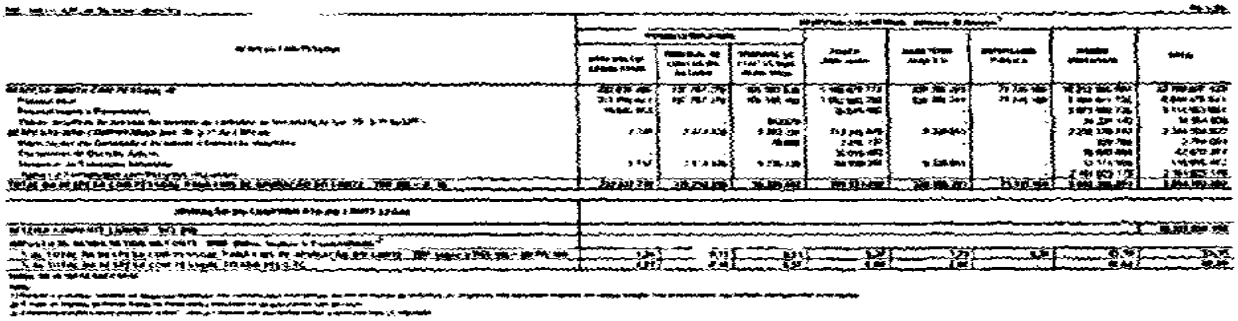
g) "*o Estado da Bahia está ciente da responsabilidade de estar adimplente com instituições do sistema financeiro nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art. 16 da Resolução 43, de 2001, bem como das demais adimplências exigidas por aquela Resolução (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) no ato da assinatura do contrato. Com relação a esse item ressalte-se que o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do estado, impetrou Ações Judiciais, estando amparado em Decisões proferidas em caráter Liminar*" (item 8);

h) "*o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício de 2011, ainda não analisado pelo egrégio Tribunal de Contas deste Estado, cumpre o disposto: no art. 23 – limites de pessoal; no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada*

com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital" (item 9);

i) *"relativamente aos exercícios corrente e anterior, não há despesa de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal"* (item 10);

j) conforme item 13, *"o Estado da Bahia, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta os limites das despesas com pessoal no período de setembro/2010 a agosto/2011, conforme demonstrado no quadro a seguir:*



k) *"o Estado da Bahia, em observância ao § 4º do art. 18 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, não teve dívida honrada pela União, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas"* (item 14);

l) *"o Estado da Bahia não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas"* (item 15);

m) *"o Senhor Carlos Martins Marques de Santana, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 792.760, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.225.425-34, na condição de Secretário da Fazenda do Estado da Bahia é o responsável pela Administração Financeira do Estado"* (item 16);

n) *"a Senhora Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 796.366-16, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 165.085.805-11, na condição de Auditora Geral do Estado da Bahia é a responsável pelo Controle Interno do Estado"* (item 17).

o) no item 20, *"o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício ainda não analisado pelo egrégio Tribunal de Contas deste Estado, cumpre o disposto:*

(a) no artigo 198 da Constituição Federal tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2011, até o 3º bimestre, o percentual de 12,15 %, calculado sobre a base de cálculo estabelecida pela EC 29/2000;

(b) no art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2011, até o 4º bimestre, o percentual de 22,65 %, calculado sobre a base de cálculo estabelecida neste artigo da Constituição Federal, cujo mínimo é aferido anualmente;

(c) no artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

p) no item 21, "*a soma das despesas derivadas do conjunto das Parcerias Público-Privadas já contratadas pelo Estado da Bahia não excedeu a 3% da Receita Corrente Líquida estimada para esse Exercício, assim como as despesas anuais dos contratos atualmente vigentes, nos dez anos subseqüentes não excederão a 3% da Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios, em consonância ao disposto no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, alterado pela Lei n.º 12.024/2009, conforme demonstra Quadro Demonstrativo a seguir:*

ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
PAGAMENTOS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2010

(Em REAIS MIL)

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (R$)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Do Estado	18 817	108 183	108 700	208 356	208 856	208 856	208 856	208 856	208 856	208 856	208 856
Das Estatais não-Dependentes	-	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426	30 426
TOTAL DAS DESPESAS	18 817	138 609	139 126	238 284	238 284	239 284	239 284	239 284	239 284	239 284	239 284
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	17 372 557	18 244 983	18 970 379	19 725 194	20 514 202	21 334 770	22 188 161	23 075 687	23 998 715	24 958 663	25 956 950
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,11%	0,80%	0,80%	1,28%	1,22%	0,98%	0,94%	0,91%	0,87%	0,84%	0,81%

FONTE: Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAN

NOTAS:

a) [illegible]: Contrato de concessão administrativa nº 427/2008, celebrado em 27/12/2008, visando a Construção e Operação do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos, que compreende a instalação, na Estação Emissária de Saneamento, implantação de Linhas de Recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação das Emissários Terrestre e Submarino. A Concessionária, Jaguaribe S/A, empresa contratada por prazo de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA de 15 (quinze) anos, tendo, após, o prazo inicial para a execução das obras, de 2 (dois) anos, sem um mês de carência, portanto, este prazo foi dilatado, um ativo constituído com a concessionária. O valor da contraprestação mensal atualizado é de R$ 4.307,3 milhões, ou 193 parcelas num valor total atualizado total R$ 760,8 milhões. O início das obras se deu no mês de junho de 2008 e o início das operações se deu em maio de 2011, com início de pagamento das contraprestações a partir de outubro de 2011. Salientes-se que, por se tratar de projeto não tripartente, não haverá de ser considerado para fins de comprometimento da receita corrente líquida do Estado conforme preconiza a Lei pertinente.

b) [illegible]: Duas concessões celebradas até este mês:
1) Contrato de concessão administrativa nº 02/2010, celebrado em 26.01.2010, visando a recuperação e operação do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova), que compreende a demolição e reconstrução do estádio de futebol das bacadas para a COPA 2014. A Concessionária Fonte Nova Negócios e Participações S.A., constituída para gestão de 35 (trinta e cinco) anos, tendo de 3 (três) anos a prazo para execução das obras, estando previsto o início do pagamento das contraprestações mensais de R$ 9 .283 166,86 (o valor original das parcelas de R$ 5.943.202,20 foi reduzido em função de inexequível contratual e após definição dos valores no âmbito financiamento BNDES e Banco do Nordeste) com previsão de 2013, com término em setembro/2040 num período de 15 anos.
2) Contrato de concessão administrativa para a gestão e operação do Unidade Hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, celebrado em maio de 2010, com a Consórcio PRODAL. As contraprestações não deverão a parte da vida útil das especialidades de atenção que só têm em 14 de setembro de 2010, com pagamento a partir de outubro de 2010, nos três primeiros meses de operação as pagamentos serão limitados a 80%, ao valor mínimo de contraprestação mensal, sendo um R$ 6.434.000,00, sendo que, no 11º mês o pagamento se dará de forma progressiva até que da operação se encerre. Em fevereiro de 2014, o valor da contraprestação mensal máxima passou a ser de R$ 9.141.654,28, já incluído os reajustes previstos no contrato celebrado entre as partes.

q) "*que não haverá repasse de recursos públicos para o setor privado, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000*" (item 22);

r) no item 20, "*que estão incluídos no Cadastro Único de Convênio (CAUC) todos os CNPJ's da Administração Direta de todos os Poderes do Estado:*

CNPJs Vinculados	Órgãos/ Entidades e Fundos	Classificação
01 090 674/0001-97	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
00 401 376/0001-08	SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
02 931 604/0001-87	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03 661 160/0001-70	CASA CIVIL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03 682 389/0001-80	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03 702 512/0001-98	CASA MILITAR DO GOVERNADOR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04 139 403/0001-77	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04 786 682/0001-40	FUNDO DE CUSTEIO DO PLANO DE SAUDE DOS SERVIDORES PUBLICO - FUNSERV	ADMINISTRAÇÃO DIRETA

04 905 108/0001-02	SUPERINTENDENCIA DE ASSUNTOS PENAIS - SAP (SJCDH)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04 836 678/0001-60	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEDES	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05 457 349/0001-70	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05 467 476/0001-50	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05 497 968/0001-99	SECRETARIA DE CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACAO - SECTI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05 816 630/0001-52	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA - FESBA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
07 778 585/0001-14	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08 576 723/0001-45	SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS - SERIN	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08 576 734/0001-25	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SEDIR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08 576 739/0001-58	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE - SEPROMI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08 579 242/0001-93	SECRETARIA DE TURISMO - SETUR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08 584 392/0001-95	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
09 317 174/0001-57	FUNDO PREV DOS SERV PUBLICOS DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
09 317 177/0001-90	FUNDO FINANC DA PREV SOC DOS SERV PUB ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
09 462 509/0001-20	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA - FERHBA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 323 274/0001-63	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - SAEB	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 420 302/0001-60	COORDENACAO DE DEFESA CIVIL - CORDEC (SEDES)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 649 473/0001-66	SECRETARIA ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA COPA DO MUNDO FIFA BRASIL 2014 - SECOPA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 699 404/0001-67	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 722 180/0001-67	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 763 132/0001-17	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 032/0001-60	ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 040/0001-06	SECRETARIA DA INDUSTRIA COMERCIO E MINERACAO - SICM	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 057/0001-63	SECRETARIA DA AGRICULTURA,IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA - SEAGRI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 065/0001-00	SECRETARIA DE EDUCACAO - SEC	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 065/0027-49	SECRETARIA DE EDUCACAO - SEC (IAT)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 073/0001-56	SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 099/0001-02	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 123/0001-03	SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 131/0001-41	SECRETARIA DA SAUDE - SESAB	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 149/0001-43	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 937 149/0002-24	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP (PMBA)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
14 504 377/0001-92	SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SJCDH	ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CNPJs Vinculados	OUTROS PODERES - Órgãos e Entidades	Classificação
04 142 491/0001-66	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13 100 722/0001-60	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
14 674 303/0001-02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
14 674 337/0001-99	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
32 634 420/0001-16	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA

No que concerne às contas dos exercícios já analisados, a Certidão nº 07/2011 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, juntada em cópia aos autos, atesta o cumprimento do disposto nos artigos 23 (através do item 2), 33 (através do item 3), 37 (através do item 4), 52 (através do item 5) e 55, §2º (através do item 6), todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim do art. 167, inciso III da Constituição Federal (através do item 1).

Nos termos das alíneas "h" e "i" supra, relativas aos itens 9 e 10 da declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado, também se verifica o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Comprova-se, assim, o atendimento do quanto exigido no **inciso V** do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pode-se afirmar, pois, que as exigências formais necessárias para contratação de operação de crédito externo nesta fase inicial previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, com suas posteriores alterações, foram atendidas.

Por tudo que foi exposto, o Estado da Bahia cumpre os requisitos normativos para proceder à contratação de crédito consistente em empréstimo externo

junto Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no montante de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia, pelo que opino pela sua possibilidade e prosseguimento dos trâmites para sua ultimação.

Sigam os autos à SEFAZ, sem necessidade de tramitação pelo Gabinete do Exmo. Procurador Geral do Estado, conforme autorização vigente.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 10 de novembro de 2011.

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Chefe

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PROCESSO Nº PGE2011619910-0 (Apenso Procs. nº PGE2011450791-0 e PGE2011081181-0) **Fl. 16**

Aprovo o parecer nº PA-NASC-PMC-064/2011 e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas para acompanhamento, tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Em de novembro de 2010.

JAQUES WAGNER
Governador

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da Fazenda

MÍRIAN TEREZA MACHADO GUERREIRO DE FREITAS
Auditora Geral do Estado

PROTOCOLO DO TRIBUNAL DE CONTAS (RECEBIMENTO)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Processo: 17944.000425/2010-41

CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES E REEMBOLSOS DA OPERAÇÃO EM EXAME

Governo do Estado da Bahia - BA

ANO	LIBERAÇÕES	REEMBOLSOS ANUAIS		
		AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2011	12.100.299,32	0,00	10.329,85	10.329,85
2012	27.505.437,77	0,00	94.825,76	94.825,76
2013	28.467.946,07	0,00	261.416,18	261.416,18
2014	21.487.562,23	0,00	432.526,89	432.526,89
2015	8.424.754,61	1.959.720,00	554.685,22	2.514.405,22
2016	0,00	1.959.720,00	594.031,40	2.553.751,40
2017	0,00	1.959.720,00	583.151,84	2.542.871,84
2018	0,00	1.959.720,00	570.939,06	2.530.659,06
2019	0,00	1.959.720,00	558.726,28	2.518.446,28
2020	0,00	3.919.440,00	544.957,63	4.464.397,63
2021	0,00	3.919.440,00	519.026,39	4.438.466,39
2022	0,00	3.919.440,00	494.600,83	4.414.040,83
2023	0,00	3.919.440,00	470.175,27	4.389.615,27
2024	0,00	3.919.440,00	446.987,72	4.366.427,72
2025	0,00	4.572.680,00	420.303,63	4.992.983,63
2026	0,00	4.572.680,00	391.807,15	4.964.487,15
2027	0,00	4.572.680,00	363.310,66	4.935.990,66
2028	0,00	4.572.680,00	335.751,04	4.908.431,04
2029	0,00	4.572.680,00	306.317,69	4.878.997,69
2030	0,00	6.532.400,00	274.759,65	6.807.159,65
2031	0,00	6.532.400,00	234.050,39	6.766.450,39
2032	0,00	6.532.400,00	193.898,78	6.726.298,78
2033	0,00	6.532.400,00	152.631,86	6.685.031,86
2034	0,00	6.532.400,00	111.922,60	6.644.322,60
2035	0,00	2.612.960,00	77.336,45	2.690.296,45
2036	0,00	2.612.960,00	61.231,19	2.674.191,19
2037	0,00	2.612.960,00	44.769,04	2.657.729,04
2038	0,00	2.612.960,00	28.485,33	2.641.445,33
2039	0,00	2.612.960,00	12.201,62	2.625.161,62
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	97.986.000,00	97.986.000,00	9.145.157,40	107.131.157,40

Processo: 17944.000425/2010-41

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Governo do Estado da Bahia - BA

Data-Base: 01/02/2011

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.906.661.864,83

Processo: 17944.000425/2010-41

ANEXO II
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Governo do Estado da Bahia - BA

Data-Base: 01/12/2011

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
I. DÍVIDA CONSOLIDADA	10.425.936.246,91
II. DEDUÇÕES	1.368.929.377,18
III. OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA	0,00
IV. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	9.057.006.869,73
V. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.372.550.742,29
VI. % DA DC SOBRE A RCL	60,01
VII. % DA DCL SOBRE A RCL	52,13
VIII. LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	20.847.060.890,75

Processo: 17944.000425/2010-41

ANEXO III
CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES DAS DÍVIDAS CONTRATADAS E A CONTRATAR
OPERAÇÕES CONTRATADAS, AUTORIZADAS E EM TRAMITAÇÃO
Governo do Estado da Bahia - BA

	Operações de Crédito Contratadas						TOTAL	Operações Autorizadas		
ANO	Operações Contratadas com o SFN		Operações ARO		Demais Operações		DE	e em Tramitação		TOTAL
	Liberado	A Liberar	Liberado	A Liberar	Liberado	A Liberar	LIBERAÇÕES	Liberado	A Liberar	
2011	11 734 000,00	795 667 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807 401 000,00	0,00	4 264 000,00	4 264 000,00
2012	409 220 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409 220 000,00	5 150 000,00	0,00	5 150 000,00
2013	224 415 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224 415 000,00	4 517 000,00	0,00	4 517 000,00
2014	12 825 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 825 000,00	2 731 000,00	0,00	2 731 000,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	658 194 000,00	795 667 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 453 861 000,00	12 398 000,00	4 264 000,00	16 662 000,00

Processo: 17944.000425/2010-41

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE DISPÊNDIO COM AS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA

Governo do Estado da Bahia - BA

ANO	OPERAÇÕES CONTRATADAS		OPERAÇÕES COM LIBERAÇÃO		OPERAÇÕES A CONTRATAR	
	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS
2011	962.052.000,00	490.363.000,00	13.601.000,00	28.300.000,00	0,00	55.000,00
2012	966.130.000,00	438.484.000,00	30.073.000,00	52.319.000,00	0,00	111.000,00
2013	985.850.000,00	382.776.000,00	79.816.000,00	70.977.000,00	0,00	174.000,00
2014	649.025.000,00	336.069.000,00	93.631.000,00	80.509.000,00	397.000,00	234.000,00
2015	604.344.000,00	305.749.000,00	100.902.000,00	87.682.000,00	793.000,00	243.000,00
2016	556.991.000,00	277.010.000,00	103.438.000,00	80.311.000,00	793.000,00	231.000,00
2017	545.607.000,00	249.514.000,00	104.005.000,00	72.585.000,00	793.000,00	219.000,00
2018	519.002.000,00	221.879.000,00	103.985.000,00	64.824.000,00	793.000,00	207.000,00
2019	474.831.000,00	195.952.000,00	103.911.000,00	57.321.000,00	793.000,00	195.000,00
2020	434.979.000,00	172.592.000,00	85.644.000,00	50.030.000,00	793.000,00	183.000,00
2021	397.840.000,00	151.950.000,00	65.402.000,00	44.955.000,00	793.000,00	171.000,00
2022	391.308.000,00	132.469.000,00	66.322.000,00	40.525.000,00	793.000,00	159.000,00
2023	394.581.000,00	112.505.000,00	61.199.000,00	36.005.000,00	793.000,00	147.000,00
2024	578.040.000,00	87.763.000,00	60.501.000,00	31.404.000,00	793.000,00	135.000,00
2025	419.519.000,00	61.785.000,00	37.616.000,00	27.460.000,00	793.000,00	123.000,00
2026	441.404.000,00	38.025.000,00	37.312.000,00	26.645.000,00	793.000,00	111.000,00
2027	413.410.000,00	12.943.000,00	39.373.000,00	21.681.000,00	793.000,00	99.000,00
2028	46.668.000,00	713.000,00	41.232.000,00	18.554.000,00	793.000,00	87.000,00
2029	23.943.000,00	165.000,00	43.176.000,00	15.304.000,00	793.000,00	75.000,00
2030	1.000.000,00	15.000,00	41.389.000,00	12.040.000,00	793.000,00	63.000,00
2031	500.000,00	3.000,00	43.358.000,00	8.734.000,00	793.000,00	51.000,00
2032	0,00	0,00	45.491.000,00	5.232.000,00	793.000,00	39.000,00
2033	0,00	0,00	40.300.000,00	1.545.000,00	793.000,00	27.000,00
2034	0,00	0,00	2.127.000,00	68.000,00	793.000,00	15.000,00
2035	0,00	0,00	2.127.000,00	53.000,00	397.000,00	3.000,00
2036	0,00	0,00	2.127.000,00	39.000,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	2.127.000,00	25.000,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	2.127.000,00	11.000,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.807.024.000,00	3.668.724.000,00	1.452.312.000,00	935.138.000,00	16.654.000,00	3.157.000,00

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES E CONDIÇÕES

Art. 4º da Resolução SF 43/01 e Art. 2º da Resolução SF nº 40/01

Governo do Estado da Bahia - BA

Cálculo da Receita Corrente Líquida (valores acumulados nos últimos 12 meses)

"Entende-se por receita corrente líquida, para os efeitos desta Resolução, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; II - nos Estados e Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. § 1º serão computados ... valores pagos e recebidos em decorrência da LC nº 87 ... e do Fundo previsto pelo art. 60 ... § 2º não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de pessoal...§ 3º... será apurada somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades... § 4º... a análise das propostas de operações de crédito será realizada tomando-se por base a receita corrente líquida de até dois meses anteriores..."

Receita Corrente Líquida (i - q)	**17.906.561.864**

Art. 6º § 1º Inciso I da Resolução SF 43/01

"O cumprimento do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal deverá ser comprovado mediante apuração das operações de crédito e das despesas de capital conforme os critérios definidos no art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4.05.2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, verificar-se-ão, separadamente, o exercício anterior e o exercício corrente, tomando-se por base: I - no exercício anterior, as receitas de operações de crédito nele realizadas e as despesas de capital nele executadas;"

a. Receitas de Operações de Crédito	652.242.417,39
b. ARO, contratado e não pago, do exercício anterior	0,00
c. Despesa de Capital executada do exercício anterior	3.165.502.736,
d. Empréstimo ou financiamento a contribuinte no exercício anterior	0,00
e. Inversões financeiras para aquisição de participação acionária no exercício anterior	0,00
f. Despesas de capital relativas a operações de crédito, consideradas nulas, exercício anterior	0,00
. Despesas de capital do exercício anterior ajustadas (c - d - e - f)	**3.165.502.736,**
. Receita de operações de crédito do exercício anterior ajustadas (a + b)	**652.242.417,39**
(g - h)	**2.513.260.319,**

Art. 6º § 1º Inciso II da Resolução SF 43/01

"O cumprimento do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal deverá ser comprovado mediante apuração das operações de crédito e das despesas de capital conforme os critérios definidos no art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4.05.2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, verificar-se-ão, separadamente, o exercício anterior e o exercício corrente, tomando-se por base: II - no exercício corrente, as receitas de operação de crédito e as despesas de capital constantes da lei orçamentária."

a. Despesas de capital previstas no orçamento	3.817.626.829,
b. Empréstimo ou financiamento a contribuinte	0,00
c. Inversões financeiras para aquisição de participação acionária	0,00
d. Reserva para operações de crédito, consideradas nulas, do exercício anterior	0,00
e. Despesas de capital do exercício ajustadas (a - b - c - d)	3.817.626.829,
f. Liberações de crédito já programadas	811.665.000,00
g. Liberação da operação sob exame	12.100.299,32
h. (e - f - g)	2.993.861.529,

Processo: 17944.000425/2010-41

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES E CONDIÇÕES

Art. 7º Inciso I da Resolução do Senado Federal nº 43/01

Governo do Estado da Bahia - BA

Ano	Desembolso Anual		Projeção RCL	MGA / RCL	Limite 16%	Limite de
	Oper. em Exame	Lib. Programadas			MGA / RCL	Endividamento
2011	12.100.299,32	811.665.000,00	18.498.522.908,3	4,45	ENQUADRADO	27,83
2012	27.505.437,77	414.370.000,00	19.234.764.120,1	2,30	ENQUADRADO	14,36
2013	28.467.946,07	228.932.000,00	20.000.307.732,0	1,29	ENQUADRADO	8,04
2014	21.487.562,23	15.556.000,00	20.796.319.979,8	0,18	ENQUADRADO	1,11
2015	8.424.754,61	0,00	21.624.013.515,0	0,04	ENQUADRADO	0,24
2016	0,00	0,00	22.484.649.252,9	0,00	ENQUADRADO	0,00
2017	0,00	0,00	23.379.538.293,1	0,00	ENQUADRADO	0,00
2018	0,00	0,00	24.310.043.917,2	0,00	ENQUADRADO	0,00
2019	0,00	0,00	25.277.583.665,1	0,00	ENQUADRADO	0,00
2020	0,00	0,00	26.283.631.495,0	0,00	ENQUADRADO	0,00

Art. 7º Inciso II da Resolução do Senado Federal nº 43/01

Ano	Comprometimento Anual		Projeção RCL	CAED / RCL	Limite 11,5%	Limite de
	Oper. em Exame	Demais Operações			CAED / RCL	Endividamento
2011	10.329,85	1.494.371.000,00	18.498.522.908,3	8,08		
2012	94.825,76	1.487.117.000,00	19.234.764.120,1	7,73		
2013	261.416,18	1.519.593.000,00	20.000.307.732,0	7,60		
2014	432.526,89	1.159.865.000,00	20.796.319.979,8	5,58		
2015	2.514.405,22	1.099.713.000,00	21.624.013.515,0	5,10		
2016	2.553.751,40	1.018.774.000,00	22.484.649.252,9	4,54		
2017	2.542.871,84	972.723.000,00	23.379.538.293,1	4,17		
2018	2.530.659,06	910.690.000,00	24.310.043.917,2	3,76		
2019	2.518.446,28	833.003.000,00	25.277.583.665,1	3,31		
2020	4.464.397,63	744.221.000,00	26.283.631.495,0	2,85		
2021	4.438.466,39	661.111.000,00	27.329.720.028,5	2,44		
2022	4.414.040,83	631.576.000,00	28.417.442.885,6	2,24		
2023	4.389.615,27	605.230.000,00	29.548.457.112,5	2,06		
2024	4.366.427,72	758.636.000,00	30.724.485.705,5	2,48		
2025	4.992.983,63	547.296.000,00	31.947.320.236,6	1,73		
2026	4.964.487,15	544.290.000,00	33.218.823.582,0	1,65		
2027	4.935.990,66	488.299.000,00	34.540.932.760,6	1,43	3,93	34,14
2028	0,00	0,00	0,00	0,00		
2029	0,00	0,00	0,00	0,00		
2030	0,00	0,00	0,00	0,00		
2031	0,00	0,00	0,00	0,00		
2032	0,00	0,00	0,00	0,00		
2033	0,00	0,00	0,00	0,00		
2034	0,00	0,00	0,00	0,00		
2035	0,00	0,00	0,00	0,00		
2036	0,00	0,00	0,00	0,00		
2037	0,00	0,00	0,00	0,00		
2038	0,00	0,00	0,00	0,00		
2039	0,00	0,00	0,00	0,00		
2040	0,00	0,00	0,00	0,00		
2041	0,00	0,00	0,00	0,00		
2042	0,00	0,00	0,00	0,00		

Enquadrado no limite de 11,5% da RCL:	SIM
A média do período de 5 anos é superior a 10%:	NÃO
O comprometimento anual apresenta o seguinte comportamento:	TENDÊNCIA DECRESCENTE

Processo: 17944.000425/2010-41

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES E CONDIÇÕES

Art. 7º Inciso III da Resolução SF 43/01 e Art. 3º e 4º da Resolução nº 40/01

Governo do Estado da Bahia - BA

Cálculo da Receita Corrente Líquida (valores acumulados nos últimos 12 meses)

"O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido de: a) - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 vezes a receita corrente líquida; e b) - no caso dos Municípios: a 1,2 vezes a receita corrente líquida. Observado o seguinte: - O excedente em relação aos limites acima apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de um quinze avos a cada exercício financeiro:"

a. Limite ao final do exercício de 2016	**2,00**
Relação DCL / RCL apurada ao final de 2001	0,00
Menor relação DCL / RCL apurada nos Relatórios de Gestão Fiscal	0,00
Redução anual necessária para enquadramento no limite de Gestão Fiscal	0,00
Limite atual para a relação DCL / RCL	2,00
f. Receita Corrente Líquida	**17.372.550.742**
g. Dívida Consolidada Líquida	9.057.006.869,
h. Operações de crédito autorizadas e em tramitação	1.470.523.000,
i. Valor da operação em exame	97.986.000,00
j. Saldo total da dívida (g + h + i)	**10.625.515.869**
k. Relação Saldo da Dívida / RCL (j / f)	**0,61**

Art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 43/01

"O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida, calculada na forma do art. 4º. Parágrafo único. O limite de que trata o caput poderá ser elevado para 32% (trinta e dois por cento) da receita corrente líquida, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor: ...(incisos de I a IV)"

Limite para o saldo global de garantias concedidas (22% da RCL - caput)

. Inciso I - não honrou garantias prestadas anteriormente nos últimos 24 meses

Inciso II - esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida - Res. SF nº 40/01

Inciso III - esteja cumprindo o limite de despesa com pessoal (LC nº 101/2000

e. Inciso IV - esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União (Lei nº 9.496/97)

f. Limite adicional para concessão de garantias (10% da RCL)

g. Limite total para concessão de garantias incluído limite adicional (a + f)

h. Saldo das garantias concedidas contratadas

i. Saldo das garantias não contratadas, autorizadas e em tramitação

j. Saldo global das garantias concedidas (h + i)

k. Operação em exame

l. (d - g - h)

Art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 43/01

"O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida ... "

a. Receita Corrente Líquida (7%)

b. Operação em exame

c. Existência de Operações de ARO do exercício atual não liquidadas

d. (a - b)

Processo: 17944.000425/2010-41

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES E CONDIÇÕES

Art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/01

Governo do Estado da Bahia - BA

"I. vedada a contratação de operações de crédito por tomador que esteja inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional. - Parágrafo único: O ministério da Fazenda não encaminhará ao Senado Federal pedido de autorização para contratação de operação de crédito de tomador que se encontre na situação prevista no caput."

a. Adimplência com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional

Art. 21 Inciso II da Resolução do Senado Federal nº 43/01

saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida ..."

Limite autorizado pelo órgão legislativo competente	97.986.000,00
b. Operações autorizadas com base na mesma lei autorizativa	0,00
c. Valor da operação de crédito em exame	97.986.000,00
d. (a - b - c)	0,00

PERFIL DO DISPÊNDIO

Ano	Projeção da RCL	Antes da Operação		Depois da Operação	
		CAED	CAED / RCL	CAED	CAED / RCL
2011	18.498.522.908,35	1.494.371.000,00	8,08	1.494.381.329,85	8,08
2012	19.234.764.120,10	1.487.117.000,00	7,73	1.487.211.825,76	7,73
2013	20.000.307.732,08	1.519.593.000,00	7,60	1.519.854.416,18	7,60
2014	20.796.319.979,82	1.159.865.000,00	5,58	1.160.297.526,89	5,58
2015	21.624.013.515,01	1.099.713.000,00	5,09	1.102.227.405,22	5,10

1 RCL: Receita Corrente Líquida Projetada
2 CAED: Comprometimento Anual com Amortizações, Juros e Demais Encargos da Dívida Consolidada

PERFIL DA DÍVIDA

RCL Atual	DCL Atual	Liberações Programadas da Operação Atual	Liberações de Outras Operações	DCL / RCL	DCL / RCL após Liberações
17.906.561.864	9.057.006.869,73	97.986.000,00	1.470.523.000,00	0,51	0,59

1 Relação DCL RCL calculada na data-base

Processo: 17944.000425/2010-41

CUMPRIMENTO DOS LIMITES QUANTITATIVOS E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Governo do Estado da Bahia - BA

Tipo de Operação de Crédito em exame:

Limites e Condições - Requisitos Mínimos - Res. nº 43 do Senado Federal - Portarias STN nºs 04 e 109 de 2002:	
a. Art. 6º § 1º Inciso I	ENQUADRADO
b. Art. 6º § 1º Inciso II	ENQUADRADO
Art. 7º Inciso I	ENQUADRADO
Art. 7º Inciso II	ENQUADRADO
Art. 7º Inciso III	ENQUADRADO
f. Art. 9º	NÃO NECESSÁRIO
g. Art. 10	NÃO NECESSÁRIO
h. Art. 16	
i. Art. 21 Inciso II	ENQUADRADO
j. Art. 21 Inciso VI	ENQUADRADO
k. Art. 21 Inciso XII e Art. 51 da LRF	ENQUADRADO
l. Art. 27 Parágrafo Único	ENQUADRADO
Enquadramento nos Limites e Condições do Senado Federal:	ENQUADRADO
Outras Condições:	
Art. 17	ENQUADRADO
Documentos - Portaria STN nº 04, de 18/01/2002, alterada pelo MIP:	
a. Relação de Documentos	COMPLETA
Resultado Final do Pleito:	
a. Esfera de Decisão	SENADO FEDERAL
b. Sugestão quanto ao resultado final do pleito	PARECER FAVORÁVE

Observações:

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO Nº PGE2010076811
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
BANCO INTERNCIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

PARECER Nº PA-MSQ-011/2010

CONSULTA. Contratação de operação de crédito externo junto ao , para implementação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Análise cumprimento dos limites e condições previstos nos dispositivos constitucionais e infra-constitucionais atinentes a matéria.

Volvem os autos à apreciação desta Procuradoria Geral do Estado, à vista de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Secretário Estadual da Fazenda de novo parecer preliminar a ser remetido ao Ministério da Fazenda a fim de que o Estado da Bahia possa obter contratação de empréstimo externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a U$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia, conforme Ofício nº 25/2010 (fls. 01/02).

Reside à fls. 03 cópia da publicação da Lei Estadual nº 11.621/2009 no D.O.E. do 23 de dezembro de 2009, diploma autorizativo da contratação em comento, que assim dispõe em seu art. 1º:

> "Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) para financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia. "

Às fls. 28/29 e 23/27 cópias da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do dia 31 de dezembro de 2009 da Lei Estadual nº 11.630, de 30 de dezembro de 2009, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício

financeiro de 2010, e do seu Anexo I – Demonstrativos Consolidados, publicado Diário Oficial do Estado da Bahia dos dias 23 e 24 de janeiro de 2010, onde foram destacadas as despesas a serem financiadas com o recurso da operação de crédito em comento (código 2123.99.00).

Juntou-se às fls. 05/22 cópias das publicações:

- do Decreto Estadual nº 11.947/2010, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2009, no D.O.E. de 30 e 31 de janeiro de 2010 ;

- da Portaria SEFAZ nº 039 de 29/01/2010, publicando o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, no D.O.E. de 30 e 31 de janeiro de 2010;

- do Decreto Estadual nº 11.978/2010, que aprova o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do terceiro quadrimestre de 2009, de que trata a Portaria nº 577 de 15 de outubro de 2008, no D.O.E. de 11 de fevereiro de 2010.

Cópia da publicação no D.O.E. dos dias 11 e 12 de julho de 2009 da Lei Estadual nº 11.482, de 10 de julho de 2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências, às fls. 30/37.

Às fls. 47/50 cópia da Certidão nº 02/2010 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que analisa as contas do do Governo Estado da Bahia referentes ao exercício financeiro de 2008 (deliberação do TCE em 16/06/2009) e até o 3º quadrimestre de 2009 (pendentes de deliberação do Tribunal de Contas).

Às fls. 51/80 cópia de petição e medidas judiciais para fins de comprovação da adimplência do Estado da Bahia.

Reside às fls. 81/92 cópia do Parecer Técnico acerca do Programa com Enfoque Setorial Amplo – Sector-Wide Approach (SWAp) – Projeto Beneficiado: Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas.

Através do Ofício nº 41/2010, o Exmo. Secretário Estadual de Fazenda apresentou, em substituição a documentos originalmente lançados nos autos:

- nova declaração subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia (fls. 95/97);

- quadro demonstrativo de despesa com pessoal relativo ao período janeiro-dezembro de 2009 (fl. 99);

- trechos no MIP divulgado em março de 2010 (fls. 100/106).

É o relatório. Passo a opinar.

Trata-se de análise das condições legais para a contratação, pelo Estado da Bahia, de operação de crédito no valor equivalente a US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Nos termos do art. 21, inciso I da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, *verbis*:

> "Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municipios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:
> I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;
> (...)"

Do Parecer Técnico juntado aos autos pode-se extrair que o Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas do Estado da Bahia tem os seguintes objetivos principais: *"a) a implementação de sistemas de abastecimento de água potável nos distritos onde não está disponível ainda; b) dobrar a cobertura com a vacina do rotavirus"*, tendo como foco principal a redução das taxas de mortalidade infantil. Como executores do projeto, tem-se o Estado da Bahia, através da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, conjuntamente com o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB).

A análise de custo-benefício e demonstração do interesse econômico e social do Projeto consta do referido opinativo técnico, subscrito, também, pelo Exmo. Secretário do Planejamento, e aprovado pelo Exmo. Governador do Estado, sintetizada no seu item 4, nestes termos:

"(...)
Conclui-se, desta forma, que os benefícios do projeto excedem os seus custos. Entre os piores de todos os estados brasileiros em taxas de morbidade e mortalidade provocada pela diarréia, o estado da Bahia teve, em 2007, ao redor de 432.000 episódios de diarréia em crianças menores de cinco anos de idade, e 47.000 em crianças menores de um ano. Trinta e dois por cento dos casos em menores de cinco anos eram atribuíveis ao rotavírus com uma taxa de mortalidade de 4.9%. Mesmo que o projeto fosse pensado apenas para crianças menores de um ano de idade, as ações beneficiariam crianças de todas as idades, assim como suas famílias. Entre todos os casos da diarréia, a taxa de mortalidade atribuída ao rotavírus é de 32%.

O projeto proposto produzirá economias substanciais para o setor através das externalidades que gerará, influenciando o bem estar das crianças de uma quatro anos de idade, e adultos acima de 65 anos. Nenhum grupo é considerado o alvo principal do projeto, entretanto, como ambos os grupos reduziriam a incidência de diarréia, o sistema de saúde teria despesas mais baixas com consultas e hospitalizações. O número total de consultas evitadas excede 168.000 visitas, e o número total de hospitalizações evitadas a 86.100. Além disso, o grupo de crianças de uma a quatro anos de idade terá uma taxa de mortalidade mais baixa.

Considerando que o investimento total deste projeto é relativamente pequeno, quando comparado com o investimento dos governos estadual e federal em ambos os setores, e dado que a modalidade de SWAP introduz incentivos para a realização de objetivos nacionais, este desenho de projeto contribuiria extremamente à aplicação diligente de programas nacionais, e à melhoria de indicadores do Estado."

Quanto aos aspectos jurídicos derredor da matéria, vejamos.

Nos termos prescritos no art. 52, inciso V da Constituição da República, compete ao Senado Federal, privativamente, "*autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios*".

Antes da referida autorização, porém, faz-se necessária a tramitação da documentação relativa à contratação no Ministério de Estado da Fazenda, conforme o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para que haja concordância do referido órgão federal na contratação de crédito externo, exige-se esteja o pleito fundamentado por pareceres técnicos e jurídicos, cabendo a elaboração destes a Procuradoria Geral, órgão jurídico máximo do Estado da Bahia.

Acerca da matéria, assim prescreve o dispositivo em comento, *verbis*:

> Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por elas controladas, direta ou indiretamente.
> § 1°. O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:
> **I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;**
> **II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;**
> **III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado;**
> IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
> **V – atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;**
> **VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.**

Dos requisitos acima, já que se enfrenta, no momento, fase inicial para a obtenção de autorização da operação de crédito em tela, o inciso IV não será mencionado.

No que diz respeito ao inciso I, a contratação da operação de crédito em tela foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.621, de 22 de dezembro de 2009 (publicada no D.O.E. de 23 de dezembro de 2009).

Assim, a exigência de existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação de crédito foi cumprida, através da edição de lei específica.

Com relação à exigência legal prevista no inciso II do artigo em destaque, cumpre-nos registrar que os créditos provenientes do empréstimo foram inclusos na lei orçamentária anual do Estado da Bahia referente ao exercício financeiro de 2010, a Lei Estadual nº 11.630, de 30 de dezembro de 2009.

Nos termos do item 2 da declaração prestada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício, os créditos foram insertos na LOA :

> *"(...) sob o código relativo à Receita de Capital 2123.99.00, Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais, no valor global de R$ 130.947.000,00, cujo valor a ser aplicado no Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, encontra-se alocado, conforme Demonstrativo da Despesa, com a seguinte classificação 3.17.4 – Diretoria Geral, código: 4550 Fortalecimento Institucional SWAP, valor R$ 20.000.000,00".*

Ainda de acordo com a declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado em exercício, *"os recursos da operação em comento não serão aplicados em despesas correntes"* (item 3).

Destarte, pensamos também estarem atendidas as exigências constantes do art. 32, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De referência ao quanto exigido no inciso III, o Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício declarou, no item 13 da declaração juntada aos autos que *"o Estado da Bahia cumpre as demais limites e condições fixados nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF"*.

Acerca das exigências específicas das referidas Resoluções e da Lei de Responsabilidade Fiscal, declarou, ainda, o Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício:

a) *"que o Estado da Bahia, em relação ao art. 33 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito com infração ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e também não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e às instituições não-financeiras"* (item 4);

b) *"que o Estado da Bahia não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24.07.2000" (item 5);*

c) *"que o Estado da Bahia, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação"* (item 6);

d) *"que o Estado da Bahia não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e pelo art. 37 da LRF"*(item 7);

e) *"que a operação de crédito pleiteada está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado com a denominação de "SWAP" -*

Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, pelo valor de R$ 194.472.000,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais) e não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal" (item 8);

f) *"que o Estado da Bahia está ciente da responsabilidade de estar adimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art.16 da Resolução nº 43, de 2001, bem como das demais adimplências exigidas por aquela Resolução (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) no ato da assinatura do contrato. Com relação a este item ressalte-se que o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado, impetrou Ações Judiciais, estando amparado em Decisões proferidas em caráter Liminar"* (item 9);

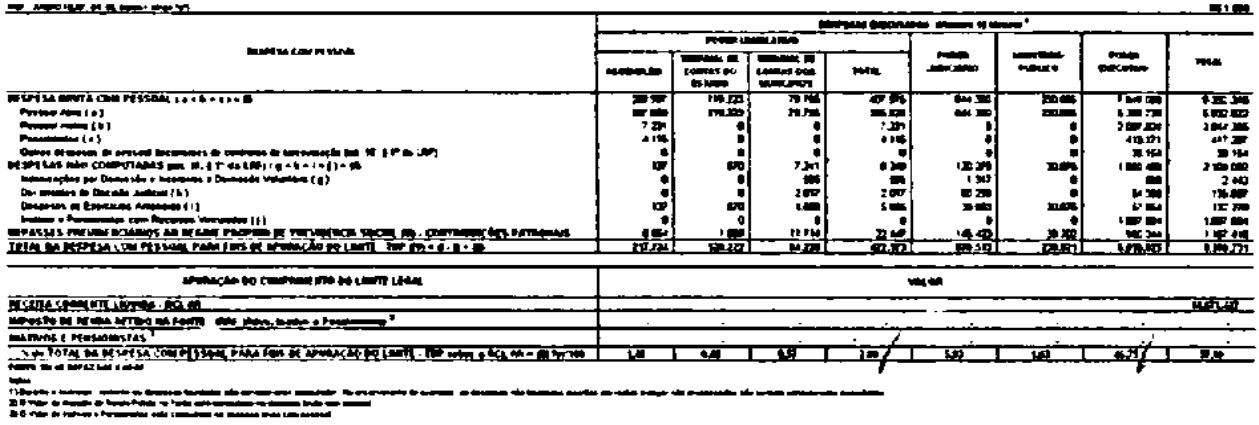
g) *"que o Estado da Bahia, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo egrégio Tribunal de Contas deste Estado, inclusive do exercício em curso, cumpre o disposto: a) no art. 23 - limites de pessoal; no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital"* (item 10);

h) *"que não há despesa de capital, relativamente aos exercícios corrente e anterior, a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal"* (item 11);

i) *"que estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, conforme os critérios definidos no art. 6º da Resolução nº 43/2001-SF"* (item 12);

j) *"que o Estado da Bahia cumpre os demais limites e condições fixados nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001 e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF"* (item 13);

k) no item 14, *"que o Estado da Bahia, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro a seguir os seguintes valores das despesas com pessoal no período de janeiro/2009 a dezembro/2009, conforme demonstrado no quadro a seguir:*



k) *"que em observância ao § 4º do art. 18 da Res. SF nº 43/2001, o Estado da Bahia não teve dívida honrada pela União, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, para dívidas ainda não liquidadas"* (item 15) ;

l) *"que o Estado da Bahia não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas"* (item 16);

m) *"que o Senhor Carlos Martins Marques de Santana, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 792.760, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.225.425-34, na condição de Secretário da Fazenda do Estado da Bahia é o responsável pela Administração Financeira do Estado"* (item 17);

n) *"que a Senhora Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 796.366-16, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 165.085.805-11, na condição de Auditora Geral do Estado da Bahia é a responsável pelo Controle Interno do Estado"* (item 18);

o) no item 19, "*que integram este Estado da Bahia os seguintes CNPJ's da Administração Direta do Poder Executivo:*

CNPJs Vinculados	Órgãos	Classificação
01.890.674/0001-97	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
00.401.276/0001-68	SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
02.931.604/0001-87	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03.661.160/0001-70	CASA CIVIL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03.662.380/0001-80	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
03.702.512/0001-93	CASA MILITAR DO GOVERNADOR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04.139.403/0001-77	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04.805.108/0001-62	SUPERINTENDENCIA DE ASSUNTOS PENAIS - SAP (SJCDH)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04.836.678/0001-62	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEDES	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05.457.349/0001-70	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05.467.476/0001-50	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
05.497.968/0001-99	SECRETARIA DE CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACAO - SECTI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08.576.723/0001-45	SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS - SERIN	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08.576.734/0001-25	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SEDIR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08.576.759/0001-58	SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE - SEPROMI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08.579.242/0001-93	SECRETARIA DE TURISMO - SETUR	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
08.584.392/0001-95	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.323.274/0001-63	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO - SAEB	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.420.382/0001-60	COORDENACAO DE DEFESA CIVIL - CORDEC (SEDES)	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.032/0001-60	ESTADO DA BAHIA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.040/0001-06	SECRETARIA DA INDUSTRIA COMERCIO E MINERACAO - SICM	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.057/0001-63	SECRETARIA DA AGRICULTURA IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA - SEAGRI	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.065/0001-08	SECRETARIA DE EDUCACAO - SEC	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.065/0027-49	INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA - IAT	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.073/0001-56	SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.099/0001-02	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.123/0001-03	SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.131/0001-41	SECRETARIA DA SAUDE - SESAB	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.149/0001-43	SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
13.937.149/0002-24	POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PM	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
14.504.377/0001-92	SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SJCDH	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
04.142.491/0001-66	MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA	OUTROS PODERES
13.180.722/0001-60	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	OUTROS PODERES
13.572.714/0001-16	INSTITUTO PEDRO RIBEIRO DE ADMINISTRACAO JUDICIARIA - IPRAJ	OUTROS PODERES
14.674.303/0001-02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA	OUTROS PODERES
14.674.337/0001-99	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	OUTROS PODERES
32.699.271/0001-24	CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA -	OUTROS PODERES
32.634.420/0001-16	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	OUTROS PODERES

Relativamente ao conteúdo da alínea "f" acima, cumpre-nos registrar que foram trazidas aos autos a cópia das seguintes decisões judiciais:

1. antecipação de tutela deferida pelo Exmo. Ministro Gilmar Mendes, Relator da Ação Cível Originária nº 1.478, determinando a suspensão da inscrição do Estado da Bahia no CAUC;
2. liminar concedida pelo MM Juiz Federal da 13ª Vara Cível – Seção Judiciária da Bahia, Dr. Carlos D'Ávila Teixeira, no Mandado de Segurança versado no Processo nº 2009.33.00.000169-626, para, dentre outros aspectos, determinar a Procuradoria da Fazenda Nacional a expedição de certidão positiva com efeito de negativa pela frente aos créditos tributários que indica.
3. liminar concedida pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso, Relator da Ação Cível Originária 992-9, movida pelo Estado da Bahia em face de ato do Exmo.

Secretário do Tesouro Nacional, para, dentre outros aspectos, excluir do CAUC as inscrições referentes aos CNPJs de entes e órgãos vinculados ao Estado da Bahia;

4. cópia de petição interposta pelo Estado da Bahia, em 18/07/2006, no curso da Ação Cautelar nº 1033/BA, através da qual se pugnou ao E. Supremo Tribunal Federal que determine à União Federal o cumprimento de decisão liminar concedida nos autos da ação, determinando que a ré – União – se abstivesse de obstacularizar as transferências dos recursos e créditos oriundos de transferências voluntárias e operações de crédito com fundamento em inscrição do Estado da Bahia no CAUC.

No que concerne às contas dos exercícios já analisados, a Certidão nº 02/2010 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, juntada em cópia aos autos, atesta o cumprimento do disposto nos artigos 23 (através do item 2), 33 (através do item 3), 37 (através do item 4), 52 (através do item 5) e 55, §2º (através do item 6), todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim do art. 167, inciso III da Constituição Federal (através do item 1).

Nos termos das alíneas "g", "h" e "i" supra, relativas aos itens 10, 11 e 12 da declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado em exercício, verifica-se, por fim, o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III da Constituição Federal, comprovando-se o atendimento do quanto exigido no inciso V do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

À vista do quanto acima dito, podemos afirmar que as exigências formais necessárias para contratação de operação de crédito externo nesta fase inicial previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções nº 40/2001 e 43/2001, alteradas pelas Resoluções nº 3/2002, 5/2002, 19/2003 e 20/2003, todas do Senado Federal, foram atendidas.

Por tudo que foi exposto, o Estado da Bahia cumpre os requisitos normativos para proceder à contratação de crédito consistente em empréstimo externo

junto Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no montante de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia, pelo que opinamos pela sua possibilidade e prosseguimento dos trâmites para sua ultimação.

É o parecer, que submetemos à consideração superior.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 26 de março de 2010.

MAÍRA DE SOUSA QUEIROZ
Procuradora do Estado

PROCESSO Nº PGE2010076811
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
BANCO INTERNCIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

DESPACHO

Acolho integralmente o parecer nº PA-MSQ-011/2010, através do qual a i. Procuradora Maíra de Sousa Queiroz opina pela possibilidade e prosseguimento dos trâmites para ultimação de contratação de operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando à implantação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

À SEFAZ, sem necessidade de tramitação pelo Gabinete do Exmo. Procurador Geral do Estado, conforme autorização vigente.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 26 de março de 2010.

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Chefe

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PROCESSO N°. PGE/ 2010076811 Fl. 15

Aprovo o parecer nº PA-MSQ-011/2010 e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.
Encaminhe-se ao Tribunal de Contas para acompanhamento, tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Em 30 de março de 2010.

JAQUES WAGNER
Governador

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da Fazenda

MÍRIAN TEREZA MACHADO GUERREIRO DE FREITAS
Auditora Geral do Estado

PROTOCOLO DO TRIBUNAL DE CONTAS (RECEBIMENTO)

Programa com Enfoque Setorial Amplo
Sector-Wide Approach (SWAp)

Projeto Beneficiado: Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas

Parecer Técnico Elaborado Por:

Superintendência de Planejamento Estratégico / Diretoria de Planejamento Econômico

Salvador, 18 de Novembro de 2009

1. Introdução

Este Parecer parte de uma análise custo-benefício do *Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas do Estado da Bahia*, Brasil.

O projeto proposto produzirá economias substanciais para o setor público a partir das externalidades geradas, pois proporcionará o bem estar das crianças de 01 a 04 anos de idade e de adultos acima de 65 anos. O impacto positivo no grupo de crianças de um a quatro anos é a redução da taxa de mortalidade - destaca-se também a grande redução que seria proporcionada nas despesas com consultas médicas e hospitalizações provocadas pelos casos de diarréias (o número total de consultas evitadas excede 168.000 visitas e o número total de hospitalizações preventivas alcança 86.100).

Considerando que o investimento total deste projeto é relativamente pequeno, quando comparado com o investimento federal e estadual nos setores de água e saúde, e dado que a modalidade de *Swap* introduz incentivos para a realização de objetivos nacionais, o desenho deste projeto contribuiria extremamente para uma aplicação diligente de programas nacionais e com a melhoria dos indicadores de saúde do estado da Bahia.

2. Contextualização e Justificativa

2.1. Problema Central

O Problema Central a ser atacado por este Projeto é a Mortalidade Infantil na Bahia.

A partir de uma análise mais abrangente, também abordando esta problemática do ponto de vista nacional, podemos verificar que no Brasil registra-se uma forte tendência de redução (em todas as regiões do país) nas taxas de mortalidade infantil nas últimas três décadas. Isto decorre das intervenções que foram realizadas tanto na área de saúde quanto em outros setores que possuem forte rebatimento na saúde pública, a exemplo de: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism); Terapia de Reidratação Oral (TRO); Programa Nacional de Imunização (PNI); Reforço da atenção pré-natal; Intervenções sociais e implementação de saneamento básico.

Os resultados favoráveis são confirmados quando se analisa a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) registrada no país em 1940 - 149 por 1000

nascimentos – com a de 1990 - 47.5, e 27.4 em 2001. Estas pesquisas demonstram que as maiores reduções da TMI ocorreram no período pós-neonatal do que no início do período neonatal. A mortalidade devido às causas perinatais ainda representa a causa de morte principal no primeiro ano de vida no Brasil.

Esta mortalidade é causada pelos seguintes fatores:

a) Precárias condições de vida;

b) Nutrição inadequada e insuficiente;

c) Nivel da instrução da mãe, e;

d) Precariedade do acesso aos cuidados médicos durante o pré-natal, parto, e o período pós-parto.

Este último ponto possui um caráter estratégico, pois os serviços de saúde oferecidos às mães são vitais para a sobrevivência do recém-nascido. Nos anos 80, o peso relativo da Mortalidade Infantil estava acima de 50% no período pós-neonatal, atualmente o peso é maior na taxa de mortalidade no início do período neonatal (Tabela 1). Em outras palavras, a mortalidade de crianças menores de 07 dias de vida contribui com 50% da mortalidade no início do período neonatal. Isso, juntamente com a mortalidade entre crianças de 07 a 28 dias de vida, representa 63.7% da TMI. Ou seja, o Brasil enfrentou, na última década, uma TMI que requer o foco em crianças menores de 28 dias de vida (SVS/MS, 2005).

Tabela 1. Distribuição Percentual da MI por grupos de idade.
Brasil - 1980, 1990 e 2000

Mortalidade Infantil por grupo de Idade	1980	1990	2000
0 a 6 dias (neonatal inicial)	28.0	37.4	50.2
7 a 28 dias (neonatal avançado)	13.9	11.5	13.7
>28 dias (pós- neonatal)	57.4	50.6	36.0

Fonte: SVS/MS, 2005

Além dos programas citados acima, outros fatores contribuíram para a diminuição da TMI, a exemplo da redução da taxa de fertilidade e a melhoria de condições gerais de vida para a população.

Outro aspecto a ser analisado nesta questão diz respeito ao fato desta realidade se refletir igualmente entre as diferentes regiões do país. Na região Nordeste, onde está localizada a Bahia, a taxa de mortalidade perinatal representa 48.5% de todas as causas de morte registradas no Brasil (Tabela 2). Na Bahia, no final de 2006, o número de mortes no início do período neonatal estava acima da média nacional e quase o mesmo da média da região (Tabela 3).

Tabela 2. Taxa de Mortalidade Infantil por Causa
Brasil e Regiões – 2000

Regiões/Causas de Morte	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Doenças Infecciosas	8.33	10.08	5.99	6.24	7.88	7.86
Causas Perinatais	55.5	48.54	57.79	53.78	55.47	53.62
Sem Definição	14.5	21.8	5.73	5.23	4.11	12.29
Doenças do trato respiratório	7.07	5.88	7.79	7.5	6.5	6.91

Fonte: (SVS/MS), 2005

Tabela 3. Números de mortes entre 0 e 6 dias por 1.000 nascidos vivos; Brasil, 2000-2006

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	13,8	13,4	12,7	12,0	11,5	11,0	10,8
Região Nordeste	19,8	19,5	18,3	17,1	16,9	16,3	16,1
Bahia	19,2	19,3	18,4	17,7	17,3	16,2	16,2

Fontes:
MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

2.2. Foco do Projeto: Setores de Água e Saúde

Promover o acesso da população à água potável – apesar de não ser uma ação específica da área de saúde - é reconhecidamente vital para melhorar os indicadores de saúde da população. Garantir o fornecimento de água potável de qualidade e implantar o saneamento básico nas comunidades promove uma redução média de 30% nas taxas de mortalidade. Se a água é fornecida com uma conexão de casa, a redução média nos casos de diarréia gira ao redor de 49%, alcançando até 63% nos melhores exemplos (Caimcross, 2006).

No mundo inteiro, na população ≤ de cinco anos de idade, o rotavirus é a causa de 111 milhões de episódios de diarréia, de 25 milhões de visitas aos hospitais para cuidados médicos, 02 milhões de hospitalizações e de 440.000 mortes. A incidência do rotavirus é similar nos países em vias de desenvolvimento e desenvolvidos, sugerindo que a doença não esteja controlada adequadamente com melhorias no saneamento feitas de forma isolada (Parashar UD, 2003).

As análises prévias da rentabilidade mostraram a vacinação do rotavirus como sendo *custo efetivas* nos seguintes países: Austrália, Chile, EUA e Vietnam. No Brasil, em março de 2006, uma vacinação rotineira para rotavirus foi adicionada ao *Programa Nacional de Imunização*, abrangendo todas as crianças de dois a quatro meses da idade (de Souza, 2008).

Na Bahia, o *Programa de Saúde da Família* contava, em 2001, com 512 equipes nos 417 municipios do estado. Deste total, mais de 80% são considerados municípios pequenos (menos de 40.000 pessoas).

Para o Ministério da Saúde o grande desafio é alcançar 70% ou mais de cobertura nestes municípios (foram cobertos menos de 50% em 2001). Um dos principais obstáculos para atendimento desta meta nos municípios pequenos e distantes é a falta de pessoal médico disposto a permanecer nestas áreas. O incentivo que este projeto introduzirá ajudaria a superar parcialmente este obstáculo.[1]

[1] O custo anual médio de uma equipe da saúde da família é de US$ 127.300, onde o custo do médico poderia representar em torno de 60% do custo anual total da equipe de saúde da família.

2.3. Projeto Proposto: Projeto de Saúde Integrada e Gerenciamento das Águas.

Do ponto de vista do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2008-2011), o *Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas* possui o seguinte objetivo: reduzir a taxa de mortalidade infantil. Nesse sentido, o Projeto aborda tanto a questão da morbidade e mortalidade pós-neonatal (28 dias a <1ano) quanto à mortalidade neonatal (<28 dias) nos municípios com as piores taxas de morbidade e mortalidade.

As atividades do *Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas* possuem forte aderência nos programas já existentes no PPA 2008-2011, e, conseqüentemente, não representa um projeto paralelo, mas sim um reforço nos programas de saúde e de águas já em curso. Ou seja, o Projeto contempla uma carteira de investimentos formada por recursos do BID e dos Governos da Bahia e Federal.

Isto significa, portanto, que este projeto proposto representa um complemento das atividades já em execução sob um objetivo comum: a redução da morbidade e da mortalidade entre a população de um ano de idade. É a soma dos esforços dos setores de saúde e recursos hídricos do estado para expandir seus programas respectivos nas 30 comunidades selecionadas e em 45 hospitais da referência no Estado da Bahia (Brasil).

As ações que receberão o reforço são:

O Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB) Companhia de propõem a implementação do Sistema Simplificado de Água (SSA), que inclui a disponibilidade de água potável à população. Além disso, estes incluíram o reforço da participação das comunidades para o monitoramento e o uso apropriado do SSA. As ações foram planejadas para serem executadas em 30 comunidades selecionadas. O critério de seleção utilizado foi: cobertura da água potável é bem baixa ou inexistente e a predominância da diarréia é mais elevada.

O setor da saúde propõe, no seu Projeto, o fortalecimento do programa de vacinação do rotavirus e a introdução de incentivos para as equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) de todo o estado, isto porque a taxa da cobertura da vacina de rotavirus no estado é de aproximadamente 45% e o projeto pretende alcançar uma cobertura de 90%. Complementa a proposta o reforço do uso de unidades de cuidados neonatais em 45 hospitais de referência selecionados no Estado de Bahia.

O *Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas* geraria dois ganhos principais:

a) a implementação de sistemas de abastecimento de água potável nos distritos onde não está disponível ainda;

b) dobrar a cobertura com a vacina do rotavirus.

Além disso, o projeto reforçaria duas áreas:

a) Ampliação e otimização do uso das unidades neonatais nos 45 hospitais da referência do estado. Com isso seria possível reduzir a taxa atual de mortalidade neonatal de 16.2 por 1.000 novos nascimentos;

b) Ampliação da participação das equipes do Programa Saúde da Família (PSF) nos cuidados médicos às mães e às crianças menores de um ano de idade.

2.4. Justificativa

A maior justificativa para o projeto ora proposto é o cenário atualmente existente no estado da Bahia para casos de diarréia e os índices de mortalidade provocados pela mesma. Em 2007, foram registrados aproximadamente 432.000 episódios de diarréia em crianças menores de cinco anos de idade, e 47.000 em crianças menores de um ano. Nas crianças abaixo de cinco anos, 32% dos casos eram atribuíveis ao rotavirus, com uma taxa de mortalidade de 4.9%. Já no que se refere às crianças até um ano de idade, a taxa de mortalidade atribuível ao rotavirus é de 32% (DATASUS, 2008)

Portanto, este projeto, considerando os impactos que os investimentos em melhorias do sistema de abastecimento de Água e Saneamento – somados às intervenções em Saúde – proporcionam em termos de qualidade de vida e, principalmente, redução da morbidade, salvaria mais de 1.300 vidas e contribuiria para render um valor presente de benefícios líquidos de $ 319 milhões. Além disso, estima-se que este projeto produziria uma taxa de retorno (IRR) acima de 31.6%.

Em um cenário mais otimista, o projeto potencialmente salvaria mais de 2.800 vidas e contribuiria para render um valor presente de benefícios líquidos de $ 747 milhões e produzir uma estimada taxa de retorno acima de 67,3%.

3. Análise de Viabilidade Econômica

Na análise da viabilidade econômica do *Projeto de Saúde e Gerenciamento das Águas* foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- O número de nascimentos anuais na Bahia (273.510 recém nascidos) foi estimado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2007.

- A morbidade e mortalidade do rotavirus foram estimadas com base em revisão de literatura e em informações do banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Na Bahia, foi estimado que crianças ≤ a um ano de idade têm 65.095 episódios de diarréia e 65.095 visitas a postos de saúde, resultando em 33.095 hospitalizações e 1.627 mortes. As crianças têm freqüentemente episódios múltiplos em um ano. Neste caso, o efeito de episódios múltiplos da doença foi identificado usando o mesmo número de casos da diarréia que são registrados nas consultas. As diarréias provocadas devido ao rotavirus foram estimadas em 32% (MOH-Brasil) do número total de episódios de diarréia por ano. A diarréia severa é mais provável de ocorrer durante o primeiro episódio da infecção por rotavirus, conseqüentemente, conclui-se que o grupo mais representativo na análise é o grupo de alvo do projeto, crianças menores de um ano de idade. A dosagem recomendada é um esquema de duas doses administradas somente às crianças com idade entre 6 e 14 semanas, e a segunda dose dada um ou dois meses mais tarde às crianças com idades entre 14 e 24 semanas. A taxa máxima de eficácia contra quaisquer gastroenterite por rotavirus é de 70%, sob a suposição que esta taxa máxima de total eficácia com duas doses e uma mais baixa taxa de eficácia de 50% com uma dose da vacina.

- Com relação aos cenários utilizados para efeito de análise, tem-se que o pior cenário usaria a cobertura atual do rotavirus de 45%, muito baixa entre as vacinas recomendadas para crianças menores de um ano de idade pelo Programa Nacional de Imunização. O melhor cenário assumiria uma taxa de cobertura de 90%. Eventos adversos possíveis depois da vacinação não foram considerados no modelo porque as taxas de eventos adversos em crianças foram relatadas como similares aos controles sem vacinação (De Souza, 2008).

- Os cuidados médicos incluem hospitalizações e visitas médicas. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado no Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH), os custos da hospitalização foram baseados no valor médio pago pelo atendimentos de crianças ≤ de 5 anos de idade acometidas de diarréia e gastroenterite infecciosa (Classificação Internacional da Doença, 10º revisão, códigos A00 a A09). Os custos para visitas do pediatra, incluindo análises laboratoriais, foram baseados nos valores pagos pelo SUS. Os dados são do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), que registra informações dos pacientes não hospitalizados.

- Foram também construídos dois cenários: um "modesto" e o outro "otimista". Em ambos as estimativas foram variadas simultaneamente e no mesmo sentido. Os custos e os resultados futuros foram descontados de seus valores presentes a uma taxa de desconto de 3%. A taxa de juros do empréstimo aplicada foi de 5%.

- Estes dois cenários criam dois tipos comuns de resultados. Para o fornecimento de água, o projeto identificou o fornecimento de fora da casa, com uma distância variável da residência. Conseqüentemente, um cenário tomaria o número médio de 30% e um segundo cenário consideraria somente 10% de redução na morbidade por diarréia. O estudo supôs, também, que o custo de cada sistema simplificado inclui o custo da manutenção do mesmo. No caso da aplicação da vacina do rotavirus, o estudo usou a taxa da cobertura como o fator da variação. A taxa da cobertura para a vacina do rotavirus variaria entre 90 e 45%. O efeito do estímulo às equipes de saúde da família seria considerado na avaliação com variações de 10 e 5%. O incentivo para usar as unidades neonatais nos 45 hospitais de referência no esforço para reduzir a mortalidade neonatal adiantada de 16.2 por 1000 nascimentos variaria com estimativas de 40 e 20% de redução da taxa de mortalidade.

4. Conclusões e Parecer

A avaliação econômica de um Projeto tradicionalmente compara os custos para a implementação das ações com os benefícios previstos. Tendo dois setores em um projeto (nesse caso específico água e saúde), as avaliações refletiram o impacto de ambos nos resultados (Tabela 4).

A análise estimou o impacto do projeto na redução da morbidade e da mortalidade na população menor de um ano de idade considerando o benefício cruzado dos setores de água e de saúde. Em primeiro lugar a análise levou em consideração o aumento do número de famílias que têm o acesso à água e ao

saneamento, e em segundo lugar, o aumento da proteção das crianças devido a diversas intervenções de saúde. Conclui-se que estas intervenções reduzem o número de consultas/hospitalizações devido à diarréia e conseqüentemente da mortalidade por ela provocada.

Viu-se, ao longo da análise que, do lado da saúde, as ações do projeto suportariam:

a) Aumento no número de vacinas do rotavirus aplicadas;

b) Aumento no número de equipes de saúde da família;

c) Maiores investimentos nos incentivos para usar as unidades neonatais;

d) Aumento do número de famílias com acesso aos serviços de água potável e de esgoto.

A análise sugere que executar o projeto proposto seja uma resposta ótima à morbidade e à mortalidade infantis. Isto é confirmado pelos benefícios líquidos resultantes da execução das ações de ambos os setores. Além disso, reforçar os setores de água e saúde igualmente renderá positivas externalidades, tais como a capacidade melhorada de desenvolver e implementar ações conjuntas no futuro.

Tabela 4. Avaliação do impacto do projeto (valores em US$).

Intervenções	Melhor Cenário	Pior Cenário
Custos da Intervenção (WBP)	$ 60.000,000	$ 60.000,000
Mortes Evitadas	2,810	1,324
Custo por Morte Evitada	$21,351	$ 45,325
Valor Monetário Presente de Mortes Evitadas	$ 788.407,456	$ 371.384,560
Anos Evitados de Vida perdida	202,334	95,311
Anos Evitados de perda de vida produtiva	146,130	68,830
Visitas prevenidas de pacientes não hospitalizados	41,531	17,511
Hospitalizações prevenidas	21,181	8,930
Economia em visitas a pacientes não hospitalizados	$ 162,411	$ 68,477
Economia em hospitalizações	$ 19.311,150	$ 8.142,162
Benefícios Líquidos	$ 747.881,017	$ 319.595,200
Relação Custo- Benefício	13	6
Taxa Interna de Retorno	67.32%	31.63%
Externalidades		
Consultas evitadas entre crianças (1-4)	168,972	168,972
Hospitalizações evitadas entre crianças (1-4)	86,176	86,176
Economia nas consultas	$ 560.964,044	$ 560.964,044
Economia nas hospitalizações	$ 78.569,137	$ 78.569,137

Considerando o "cenário modesto", o projeto potencialmente salvaria mais de 1.300 vidas e contribuiria com mais de 68.800 anos de vida produtiva à economia. Os custos do projeto, $ 60 milhões, contribuiriam para render um valor presente líquido de benefícios de $ 319 milhões e produziriam uma taxa estimada de retorno (IRR) acima de 31.6%.

Sob um "cenário otimista", o projeto potencialmente salvaria mais de 2.800 vidas e contribuiria com mais de 146.100 anos de vida produtiva para a economia. O projeto contribuiria para render um valor presente líquido de benefícios de $ 747 milhões e produziria uma taxa estimada de retorno acima de 67.3%.

Conclui-se, desta forma, que os benefícios do projeto excedem os seus custos. Entre os piores de todos os estados brasileiros em taxas de morbidade e mortalidade provocada pela diarréia, o estado da Bahia teve, em 2007, ao redor de 432.000 episódios de diarréia em crianças menores de cinco anos de idade, e 47.000 em crianças menores de um ano. Trinta e dois por cento dos casos em menores de cinco anos eram atribuíveis ao rotavirus com uma taxa de mortalidade de 4.9%. Mesmo que o projeto fosse pensado apenas para crianças menores de um ano de idade, as ações beneficiariam crianças de todas as idades, assim como suas famílias. Entre todos os casos da diarréia, a taxa de mortalidade atribuída ao rotavirus é de 32%.

O projeto proposto produzirá economias substanciais para o setor através das externalidades que gerará, influenciando o bem estar das crianças de um a quatro anos de idade, e adultos acima de 65 anos. Nenhum grupo é considerado o alvo principal do projeto, entretanto, como ambos os grupos reduziriam a incidência de diarréia, o sistema de saúde teria despesas mais baixas com consultas e hospitalizações. O número total de consultas evitadas excede 168.000 visitas, e o número total de hospitalizações evitadas a 86.100. Além disso, o grupo de crianças de uma a quatro anos de idade terá uma taxa de mortalidade mais baixa.

Considerando que o investimento total deste projeto é relativamente pequeno, quando comparado com o investimento dos governos estadual e federal em ambos os setores, e dado que a modalidade de SWAP introduz incentivos para a realização de objetivos nacionais, este desenho de projeto contribuiria extremamente à aplicação diligente de programas nacionais, e à melhoria de indicadores do Estado.

Nesse sentido, o parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Atenciosamente,

Paulo Henrique de Almeida – CORECON Nº 1714
Superintendente de Planejamento Estratégico – SPE

Walter Pinheiro
Secretário do Planejamento

De Acordo,

Jaques Wagner
Governador

5. Bibliografia

1. de Soárez PC, Valentim J, Sartori AMC, Novaes HMD. Cost-effectiveness analysis of routine rotavirus vaccination in Brazil. Rev Panam Salud Publica. 2008; 23(4):221–30

2. Smith JC, Haddix AC, Teutsch SM, Glass RI. Cost-effectiveness analysis of a rotavirus immunization program for the United States. Pediatrics. 1995; 96(4):609–15.

3. Sandy Cairncross and Vivian Valdmanis. Chapter 41 Water Supply, Sanitation, and Hygiene Promotion in the Disease Control Priorities in Developing Countries. 2006 (2nd Edition).

4. Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministerio da Saúde (SVS/MS), 2005. SAÚDE BRASIL 2004 – UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SAÚDE.

5. World Health Organization. Choosing Interventions that are Cost-Effective (WHOCHOICE). Cost-effectiveness thresholds [Internetsite]. Available from: http://www.who.int/choice/costs/CER_thresholds/en/index.html.

6. Loureiro Sebastião. Universidade Federal da Bahia. Insitutio de Saúde Coletiva. Avaliação Econômica do Programa de Saúde da Familia (PSF) em municipio do Estado da Bahia: um estudo de custos. 2003. Salvador Bahia. Mimeo.

7. Sampaio Rondin Luis Fernando. The primary Health Care Strategy in Brazil. (power point presentation) November 2006.

8. IPEA data at http://www.ipeadata.gov.br/

9. IBGE at http://www.ibge.gov.br

10. Just Brasil Noticias at http://www.jusbrasil.com.br

11. Bahia Noticias http://www.comunicacao.ba.gov.br

12. Secretaria da Fazenda Bahia http://www.sefaz.ba.gov.br/

13. Parashar UD, Hummelman EG, Bresee JS, Miller MA, Glass RI. Global illness and deaths caused by rotavirus disease in children. Emerg Infect Dis. 2003;9(5):565–72.

14. Sastry N, Burgard S. The prevalence of diarrheal disease among Brazilian children: trends and differentials from 1986 to 1996. Soc. Sci Med. 2005;60(5):923–35.

15. Linhares AC. Rotavirus infection in Brazil: epidemiology and challenges for control. Cad Saúde Pública. 2000;16(3):629–46.

16. Tucker AW, Haddix AC, Bresee JS, Holman RC, Parashar UD, Glass RI. Cost-effectiveness analysis of a rotavirus immunization program for the

United States. JAMA. 1998;279(17): 1371–6.

17. Carlin JB, Jackson T, Lane L, Bishop RF, Barnes GL. Cost-effectiveness of rotavirus vaccination in Australia. Aust N Z J Public Health. 1999;23(6):611–6.

18. Podewils LJ, Antil L, Hummelman E, Bresee J, Parashar UD, Rheingans R. Projected cost-effectiveness of rotavirus vaccination for children in Asia. J Infect Dis. 2005;192(suppl 1): S133–45.

19. Fisher TK, Anh DD, Antil L, Cat ND, Kilgore PE, Thiem VD, et al. Health care costs of diarrheal disease and estimates of the cost-effectiveness of rotavirus vaccination in Vietnam. J Infect Dis. 2005;192(10):1720–6.

20. Brasil, Ministério da Saúde, DATASUS, Informações de Saúde [Internet site]. Available 13. Constenla D, O'Ryan M, Navarrete MS, Antil L, Rheingans RD. Evaluación de costo efectividad de la vacuna anti-rotavirus en Chile. Rev Med Chile. 2006;134(6):679–88.

SWAp / BIRD

PARECER TÉCNICO COMPLEMENTAR

Salvador, março de 2010

PROGRAMA COM ENFOQUE SETORIAL AMPLO DAS ÁREAS DE SAÚDE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA

Identificação do Financiamento

Objeto da Lei Estadual 11.621, de 22 de dezembro de 2009 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD até o limite de US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares).

BIRD-SWAp

A operação de crédito externo objeto deste pleito junto à Secretaria do Tesouro Nacional, enquadra-se na modalidade **Programas com Enfoque Setorial Amplo** (*Sector-wide approaches* ou SWAps por sua sigla em inglês).

Os SWAps são operações de financiamento do Banco Mundial que geralmente apóiam programas prioritários do Mutuário já em andamento, em vez de projetos ou ações isoladas. Têm como objetivo aumentar o impacto e a flexibilidade desses programas.

Essas operações se caracterizam pelo amparo a abordagens comuns no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, baseando-se nos sistemas e procedimentos do Mutuário. A lógica em questão se baseia na percepção de que processos amplos e setoriais, liderados pelos próprios Mutuários, seriam mais eficientes do que diversos projetos separados e com poucas áreas de contato.

Procuram dar escala a programas existentes, focalizar em resultados ao invés do controle das transações, fortalecer parcerias, construir capacidade e melhorar o desempenho das instituições envolvidas.

Fontes Alternativas de Financiamento

Registre-se inicialmente que o financiamento de ações do PPA – Plano Plurianual por setores de forma integrada vinha sendo praticado apenas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, quando da opção de financiamento pelo Governo do Estado da Bahia.

Por outro lado, a taxa nominal cheia da operação, 0,62688% a.a., distingue-se expressivamente dos juros médios do total da Dívida Pública do Estado, que é de 5,06% a.a., carteira em que há registro de até 9% a.a., praticada por banco oficial.

Alie-se a isso, o fato de que esse contrato prevê instrumentos de gestão de risco cambial e de taxa de juros, constituindo-se, por tudo isso, em oportunidade de mercado para viabilização de Programas Sociais imprescindíveis à população baiana.

Análise Financeira da operação e Cronogramas de Dispêndio

Condições do empréstimo:

1) Tipo: Empréstimo Flexível - Margem variável

2) Valor: USD$ 60.000.000,00

3) Prazo de carência: 06 anos

4) Amortização: em prestações semestrais

5) Prazo de amortização: 24 anos

6) Prazo total (anos): 30 anos

7) Taxa de juros (Libor 6 meses em USD$ + margem variável): 0,62688 a.a. para o período de juros iniciando em 01.03.2010 (LIBOR de 0,38688 % a.a + margem de 0,24% a.a.).

8) Taxa de comissão front-end (flat): 0,25 % a.a.

9) Taxa de comissão de compromisso: não se aplica

10) Inclui instrumentos de gestão de risco de taxa de câmbio e de taxa de juros.

Parecer:

Considerando-se o saldo da dívida pública na posição 31.12.2009 e a contratação da operação de crédito nas condições financeiras acima enumeradas, resultaria em alongamento do perfil de vencimento médio da dívida do Estado da Bahia, que é de 12,85 anos para a carteira externa e de 12,89 anos para a carteira global.

Ainda, ensejaria a modificação do perfil de dispêndios da dívida com a redução do seu custo médio em termos de taxa de juros, uma vez que, na posição 31.12.2009, esse custo é de 2,84% a.a. para a dívida externa e de 5,06% a.a. para a dívida total.

Com base nas condições financeiras anteriormente citadas e considerando-se o fluxo estimado para o serviço da nova operação de crédito, os dispêndios com principal e juros atingirão no ano de 2016 o seu patamar mais elevado: R$ 4.909 mil. Este valor, quando comparado aos números do exercício de 2009, equivale a 1,8% dos dispêndios com a dívida externa (R$ 266.506 mil) e a 0,3% dos dispêndios com a dívida global (R$ 1.849.657 mil).

OPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA E O BANCO MUNDIAL - BIRD/SWAp

CRONOGRAMA FINANCEIRO

Ano	Liberações	Reembolsos Anuais		
		Amortização	Encargos	Total
2010	USD 5.973.764,05	USD 0,00	USD 150.000,00	USD 150.000,00
2011	USD 11.722.949,70	USD 0,00	USD 56.529,48	USD 56.529,48
2012	USD 20.000.000,00	USD 0,00	USD 141.481,77	USD 141.481,77
2013	USD 14.425.583,44	USD 0,00	USD 257.434,52	USD 257.434,52
2014	USD 7.871.582,80	USD 0,00	USD 337.122,81	USD 337.122,81
2015	USD 0,00	USD 0,00	USD 373.914,00	USD 373.914,00
2016	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 2.460.352,55	USD 4.909.332,14
2017	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 354.836,76	USD 2.803.816,35
2018	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 329.576,96	USD 2.778.556,55
2019	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 324.313,16	USD 2.773.292,76
2020	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 309.151,35	USD 2.758.130,94
2021	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 293.789,57	USD 2.742.769,16
2022	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 278.527,76	USD 2.727.507,35
2023	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 263.265,98	USD 2.712.245,57
2024	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 248.004,18	USD 2.696.983,76
2025	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 232.742,39	USD 2.681.721,98
2026	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 217.480,59	USD 2.666.460,18
2027	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 202.218,80	USD 2.651.198,39
2028	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 186.957,00	USD 2.635.936,59
2029	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 171.695,20	USD 2.620.674,80
2030	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 156.433,41	USD 2.605.413,00
2031	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 141.171,61	USD 2.590.151,20
2032	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 125.909,82	USD 2.574.889,41
2033	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 110.648,02	USD 2.559.627,61
2034	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 95.386,22	USD 2.544.365,81
2035	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 80.124,43	USD 2.529.104,02
2036	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 64.862,63	USD 2.513.842,22
2037	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 49.600,84	USD 2.498.580,43
2038	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 34.339,04	USD 2.483.318,63
2039	USD 0,00	USD 2.448.979,59	USD 19.077,24	USD 2.468.056,84
2040	USD 0,00	USD 1.224.489,80	USD 3.815,45	USD 1.228.305,25
Totais	USD 60.000.000,00	USD 60.000.000,00	USD 5.989.406,98	USD 65.989.406,98

CRONOGRAMA FINANCEIRO

Ano	Liberações	Reembolsos Anuais		
		Amortização	Encargos	Total
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2011	R$ 20.412.000,02	R$ 0,00	R$ 96.687,93	R$ 96.687,93
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2013	R$ 25.118.000,01	R$ 0,00	R$ 448.244,99	R$ 448.244,99
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2015	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 661.059,06	R$ 661.059,06
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2017	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 617.841,76	R$ 4.882.005,02
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2019	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 564.694,08	R$ 4.828.857,35
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2021	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 511.546,40	R$ 4.776.709,67
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2023	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 458.398,72	R$ 4.722.561,99
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2025	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 405.251,05	R$ 4.669.414,31
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2027	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 352.103,37	R$ 4.616.266,63
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2029	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 298.955,69	R$ 4.563.118,95
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2031	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 245.808,01	R$ 4.509.971,28
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2033	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 192.660,33	R$ 4.456.823,60
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2035	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 139.512,66	R$ 4.403.675,92
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2037	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 86.364,98	R$ 4.350.528,24
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2039	R$ 0,00	R$ 4.264.163,27	R$ 33.217,30	R$ 4.297.380,56
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Totais	R$ 104.472.000,00	R$ 104.472.000,00	R$ 10.428.755,43	R$ 114.900.755,43

Obs: Taxa de câmbio venda R$/US$ (31.12.2009) = 1,7412

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Luiza Amélia Mello
Superintendente de Cooperação Técnica
e Financeira para o Desenvolvimento

Walter Pinheiro
Secretário do Planejamento

SECRETARIA DA FAZENDA

Olintho José de Oliveira
Superintendente de Administração Financeira

Carlos Martins Marques de Santana
Secretário da Fazenda

De acordo:

Jaques Wagner
Governador do Estado da Bahia

GABINETE
DO
GOVERNADOR

DECLARAÇÃO

Eu, **JAQUES WAGNER**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 02286181-9, expedida pela SSP/RJ, em 15/04/1998, CPF n. 264.716.207-72, na condição de **GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 13.937.032/0001-60, declaro para os devidos fins e para que produza os efeitos necessários, o seguinte:

1. que o Poder Executivo obteve autorização, da Assembléia Legislativa, através da Lei nº 11.621, de 22/12/2009, para contratar em nome do Estado da Bahia, operação de crédito externo, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, até o limite de **US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)**, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, em consonância com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, de 20 e 21 de dezembro de 2001;

2. que constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.503, de 29/12/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício de 2012, dotações suficientes à execução do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do estado da Bahia, distribuídas da seguinte forma:

2.1. os recursos provenientes da operação de crédito em tela estão inseridos na rubrica 2123.00.00 **Operações de Crédito Externas - Contratuais** cujo valor global previsto para o exercício de **2012 é de R$ 445.110.000,00**

2.2.os recursos provenientes do empréstimo, no montante de R$ 29.326.000,00, serão alocados nas seguintes rubricas/ações:

RUBRICA	AÇÃO	FONTE	DOTAÇÃO em R$ 1,00
04.121.150.4550	Fortalecimento Institucional - SWAP	25	1.244.000,00
10.301.100.2750	Apoio Institucional, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica nos Municípios	25	1.000.000,00
10.125.100.2838	Auditoria do Sistema Único de Saúde – SUS – Bahia	25	250.000,00
10.302.100.3058	Desenvolvimento da Atenção Integral às Populações em Situação de Maior Vulnerabilidade	25	100.000,00
10.301.100.3349	Apoio à Construção de Unidade de Saúde	25	1.800.000,00
10.122.100.4485	Modernização Gerencial da Sesab	25	400.000,00
10.301.100.4935	Educação Permanente para a Atenção Básica	25	200.000,00
10.302.100.4954	Gestão e Organização da Rede Materno-Infantil – Rede Cegonha	25	1.600.000,00
10.302.100.4955	Qualificação e Humanização da Atenção Materno-Infantil – Rede Cegonha	25	1.599.000,00

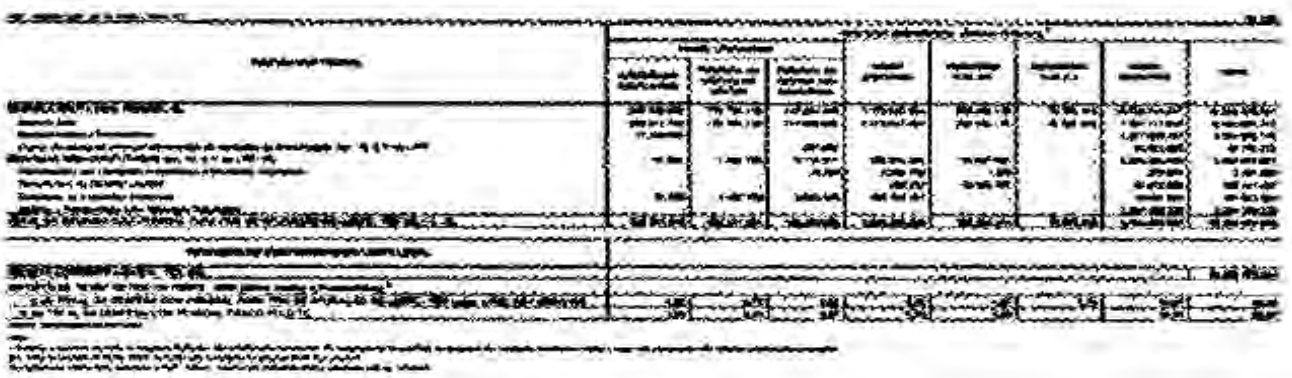
10.301.100.4950	Aparelhamento das Unidades de Saúde da Rede Cegonha	25	400.000,00
10.301.100.5780	Informatização da Rede de Atenção Básica	25	1.000.000,00
10.121.100.6301	Implementação do Sistema Estadual de Planejamento em Saúde	25	850.000,00
10.125.100.6448	Estruturação dos Processos de Contratualização dos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade	25	50.000,00
18.544.130.4630	Gestão Participativa das Águas do Estado na Implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas	25	602.000,00
18.122.152.5391	Fortalecimento Institucional do Inema	25	482.000,00
18.543.130.7443	Recuperação de Áreas Degradadas	25	206.000,00
18.544.130.7452	Implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos	25	7.480.000,00
18.122.152.1244	Fortalecimento Institucional da Cerb	25	770.000,00
17.511.113.1674	Elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Oferta de Água	25	70.000,00
17.511.113.3352	Aquisição de Equipamentos para Obras Hídricas	25	1.399.000,00
17.511.113.3827	Perfuração de Poços	25	2.950.000,00
17.511.113.3832	Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água	25	4.324.000,00
17.511.113.5578	Construção de Módulo Sanitário Domiciliar	25	550.000,00
TOTAL			29.328.000,00

2.3. que não há aporte de Contrapartida para esse Programa; 2.4. estão previstos na Lei Orçamentária do Estado nº 12.593, de 29/12/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/2011, para pagamento, de forma global, de juros e encargos da dívida, no valor de **R$ 46.982.000,00**, bem como amortização no valor de **R$ 145.024.000,00**, sendo que, na ocorrência de eventuais acréscimos, estes recursos serão suplementados;

3. que o Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia está inserido no Plano Plurianual do Estado, para o para o período de **2012-2015**, estabelecido pela Lei nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011, nos programas apresentados abaixo, totalizando um montante global de **R$ 17.763.543.083,00** no período.

Programa	Montante Global Previsto para o Período 2012-2015, em R$ 1,00.
100- Bahia Saudável	12.278.349.379,00
113- Água para Todos – PAT	2.964.869.000,00
130- Sustentabilidade Ambiental	292.059.000,00
150- Planejamento e Gestão Estratégica	1.098.468.000,00
152- Modernização da Gestão Pública	1.129.797.713,00
TOTAL	17.763.543.083,00

4. que o Estado da Bahia, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta os limites das despesas com pessoal no período de janeiro/2011 a dezembro/2011, conforme demonstrado no quadro a seguir:



5. que o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício de 2011, ainda não analisado pelo egrégio Tribunal de Contas deste Estado, cumpriu o disposto: no art. 23 – limites de pessoal, até o 3º quadrimestre de 2011; no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária, até o 6º bimestre de 2011, e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, até o 3º quadrimestre de 2011, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital;

6. que o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício ainda não analisado pelo egrégio Tribunal de Contas deste Estado, cumpriu o disposto:

(a) no artigo 198 da Constituição Federal tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2011, até o 6º bimestre, o percentual de 13,44 %, calculado sobre a base de cálculo estabelecida pela EC 29/2000; ✓

(b) no art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2011, até o 6º bimestre, o percentual de 25,89 %, calculado sobre a base de cálculo estabelecida neste artigo da Constituição Federal; ✓

(c) no artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000. ✓

Salvador, 13 de fevereiro de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

OF. GASEC Nº 035/2011
Salvador, 10 de fevereiro de 2011

Senhora Coordenadora Geral,

Com a satisfação em cumprimentá-la, encaminho, em anexo, para as providências cabíveis, Parecer nº PA-EOG-943/2010, datado de 20 de outubro de 2010, referente à minuta negociada do Acordo de Empréstimo no valor de US$ 60,000,000 (sessenta milhões de dólares) a ser celebrado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado ao financiamento do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Cordialmente,

ZEZÉU RIBEIRO
Secretário do Planejamento

Ilma. Sra.
Dra. SONIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES
MD. Coordenadora Geral de Operações Financeiras da União
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Brasília - DF

PROCESSO Nº PGE2010316075
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

PARECER Nº PA-EOG-943/2010

CONSULTA. Contratação de operação de crédito externa. Acordo de Empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para implementação do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Exame da minuta.

O Exmo. Sr. Secretário Estadual do Planejamento solicita exame da minuta de Acordo de Empréstimo a ser celebrado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a US$ 60,000,000 (sessenta milhões de dólares) visando auxiliar financiamento dos custos do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Foram acostadas aos autos cópias em inglês e português do contrato de empréstimo supra referido (fls.02/53).

É o relatório. Passamos a opinar.

Cumpre-me, de logo ressaltar que acerca do cumprimento das exigências para contratação de operação de crédito externo na fase inicial previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções nº 40/2001 e 43/2001, alteradas pelas Resoluções nº 3/2002, 5/2002, 19/2003 e 20/2003, todas do Senado Federal, manifestou-se esta Procuradoria Geral do Estado através do parecer nº PA-CMG-155/2008 e despacho de aprovação do Exmo. Procurador Geral do Estado, exarado nos autos do processo administrativo nº PGE2008236914.

Trata-se de empréstimo no valor de sessenta milhões de dólares a ser efetuado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ao Estado da Bahia, em benefício do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é organismo financeiro internacional a cujo estatuto aderiu a República Federativa do Brasil[1], inserindo-se o dito documento no ordenamento jurídico interno, nos termos do art. 5º, §2º da Constituição Federal.

O Brasil, estado federado, submete-se aos tratados e convenções firmados pela União, os quais, ratificados pelo Congresso Nacional na forma do art. 49, inciso I da Carta Magna, são incorporados ao ordenamento jurídico, na condição de lei ordinária especial, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Tal matéria foi objeto de deliberação da i. Procuradora Maíra de Sousa Queiroz, através do Parecer MSQ-006/2009, no qual asseverou, com aprovação superior:

> *"Como bem ressaltado pelo i. Procurador Assistente Paulo Borba Costa, os regulamentos de organismos financeiros internacionais "(...) regendo os instrumentos contratuais de empréstimo, são a execução dos acordos, protocolos ou convenções (genericamente conceituados como tratados pela doutrina jus internacionalista como "tratados"), por isso legítimos instrumentos jurídicos a que se deve submeter o Estado da Bahia, se*

[1] O Brasil assinou a convenção de Bretton-Woods, através da qual foi criado o BIRD, que foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 8.479, de 27/12/1.945 e promulgada pelo Decreto nº 21.177, de 27/05/1946, além de normas posteriores no mesmo sentido.

pretende obter os recursos cogitados para execução de projeto de interesse público"[1].

Vê-se, pois, que o direito positivo nacional admite a adoção de regras e procedimentos alienígenas, sem que tal anuência importe em rompimento da soberania da União, ou da autonomia do Estado.

A própria lei federal de licitações e contratos administrativos recepciona a aplicação de normas de direito internacional e os procedimentos dos seus organismos, ao dispor, no artigo 42, §5°, in verbis:

"§ 5°. Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior." *(Redação dada pela Lei n° 8.883, de 1994)*

Dispositivo idêntico foi inserido na Lei Estadual n° 9.433/2005, no artigo 89, §5°.

Calha registrar, ainda, que na concessão de financiamentos ou doações os organismos internacionais exigem sejam estritamente obedecidas suas regras próprias, conhecidas como Guidelines, aprovadas pelos órgãos de direção e inseridas nos acordos.

Acerca das minutas de contrato relativos a operações de crédito externo, assim dispõe a Resolução n° 43/2001 do Senado Federal, ipsi litteris:

Art. 20. Os contratos relativos a operações de crédito externo não podem conter qualquer cláusula:
I - de natureza política;
II - atentatória à soberania nacional e à ordem pública;
III - contrária à Constituição e às leis brasileiras; e
IV - que implique compensação automática de débitos e créditos."

---

[1] Parecer n° PAC-P-126/99, acerca de contrato de empréstimo celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Compulsando as minutas contratuais adunadas ao feito, verifica-se adequação ao ordenamento jurídico, não constando cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública ou que impliquem em compensação automática de débitos e créditos.

Destarte, não diviso óbice de natureza legal à celebração definitiva do contrato de empréstimo pretendido, nos termos da minuta apresentada nos autos.

Trata-se de matéria que deverá, entretanto, ser submetida consideração superior.

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 20 de outubro de 2010.

ERIKA OLIVEIRA GRIMM DE SÁ
Procuradora do Estado

PROCESSO Nº PGE2010316075
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

DESPACHO

O presente expediente foi encaminhado a esta Procuradoria para exame de minuta de contrato de empréstimo a ser firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Estado da Bahia, através da Secretaria de Planejamento, no valor equivalente a U$ 60,000,000 (sessenta milhões de dolares).

Distribuídos os autos à i. Procuradora Erika Grimm de Sá, foi exarado o Parecer PA-NLC-EOG-943/2010, opinando pela viabilidade de celebração do contrato.

Concordo, parcialmente, com o aludido opinativo.

Isto porque, embora a minuta do contrato esteja de acordo com a Resolução nº 43/2001, no que se refere à não inclusão das cláusulas previstas no artigo 20, entendemos que os autos carecem de outras informações imprescindíveis, senão vejamos:

Não há qualquer manifestação acerca da exigência contida no art. 21, inciso I da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, a qual prescreve o seguinte:

> "Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:
>
> I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;
> (...)"

No caso dos autos, não foi anexada a autorização indicada, nem, também, o parecer técnico demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação, nem a aprovação do Exmo. Governador do Estado.

Registre-se, de logo, que, nos termos prescritos no art. 52, inciso V da Constituição da República, compete ao Senado Federal, privativamente, "*autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios*".

Antes da referida autorização, porém, faz-se necessária a tramitação da documentação relativa à contratação no Ministério de Estado da Fazenda, conforme o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, para que haja concordância do referido órgão federal na contratação de crédito externo, exige-se esteja o pleito fundamentado por pareceres técnicos e jurídicos, os quais não constam dos autos.

Destaque-se, ainda, que o parecer técnico deverá abordar a questão financeira do ajuste, mormente no que se refere aos juros e forma de pagamentos previstos no contrato de empréstimo, já que tal análise desborda do âmbito de conhecimento técnico-jurídico afeto a esta Procuradoria Geral do Estado.

Diante de tudo o quanto exposto, entendo que o processo carece de complementação processual, não sendo possível, à vista dos elementos dos autos, a emissão de parecer conclusivo.

À consideração superior da i. Chefia.,

NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 26 de outubro de 2010.

PATRÍCIA LIMA DÓRIA
Procuradora Assistente em exercício

PROCESSO N PGE2010316075
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRIUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

DESPACHO

Dissinto do quanto consignado no despacho da i. Procuradora Assistente Patrícia Lima Dória lançado às fls. 59/61, que condiciona à complementação da instrução processual com os elementos que indica a aprovação das minutas de Acordo de Empréstimo a ser celebrado entre o Estado da Bahia e o BIRD, com vistas à execução do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

Em seu cuidadoso arrazoado, a i. Assistente registra a sua concordância com o opinativo nº PA-NLC-EOG-943/2010 no que respeita a conformidade da minuta com o quanto prescrito na normativa aplicável, invocando, no entanto, o inciso I do art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, para sustentar a necessidade de serem os autos instruídos com os pareceres técnicos e jurídicos que acompanham o pleito de autorização enviado pelo Estado ao Ministério da Fazenda, bem como a própria autorização.

Ocorre que a tramitação de projetos visando à contratação de empréstimos junto a organismos financeiros multilaterais segue rito próprio.

Conforme cópia de ata em anexo, as minutas cujas cópias foram adunadas aos autos são aquelas negociadas em reunião para esta finalidade, com a participação de representantes da União (representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, juntamente com o Ministério do Planejamento – Secretaria de Assuntos Internacionais – e Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional), do Estado da Bahia (unidades interessadas, SEPLAN, SEFAZ e PGE) e do Mutuário, no caso, o BIRD.

Registre-se que essa reunião só ocorre após análise preliminar da documentação aludida no art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os procedimentos de autorização da contratação pelo Ministério da Fazenda e pelo Senado Federal tramitam em paralelo aos de conformação e aprovação das minutas através das quais será instrumentalizado o mútuo.

A aprovação das minutas negociadas - objetivo do presente expediente - deve se circunscrever à adequação dos dispositivos nelas constantes com o ordenamento jurídico, eis que a subscrição ficará condicionada aos demais pressupostos legais, quais sejam, a autorização pelo Senado Federal e pelo Ministério da Fazenda, nos termos do art. 52, V da Constituição Federal e art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Devo destacar, ademais, que o cumprimento das exigências constitucionais e infra-constitucionais para a contratação do empréstimo referido foi detidamente analisado por esta Procuradoria Geral do Estado nos autos do processo nº PGE2010076811, através do parecer nº PA-MSQ-011/2010, aprovado em despacho da minha lavra, que cita, inclusive, trechos do parecer técnico, aprovado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, onde se demonstrou a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Nessa linha, e nos termos do parecer nº PA-NLC-EOG-943/2010, aprovo as minutas acostadas às fls. 02/53 (versões em inglês e português).

Sigam os autos ao Gabinete do Exmo. Procurador Geral do Estado.

PROCURADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, 28 de outubro de 2010.

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Chefe

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCESSO Nº: PGE2010316075-0
INTERESSADO: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ASSUNTO: CONTRATO – BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO

Acolho todos os termos do despacho da i. Chefia da Procuradoria Administrativa às fls. 63/64, tendo em vista que o objeto do presente expediente restringe-se à aprovação das minutas apresentadas, analisando a adequação de suas disposições ao ordenamento jurídico pátrio vigente.

Ressalte-se que, conforme já anunciado no despacho que ora acolho, as demais exigências legais para a formalização do empréstimo condicionarão a subscrição das minutas sob análise.

Com efeito, aprovadas as minutas apresentadas às fls. 02/53 (versões inglês e português), em face das razões elencadas no Parecer PA-NLC-EOG-943/2010, bem como no despacho da i. Chefia da Procuradoria Administrativa, encaminhem-se os autos à Pasta de origem, para as demais providências

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO, em 12 de novembro de 2010.

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

CLEUSO MEIRELES TRADUTOR PUBLICO E INTERPRETE COMERCIAL

TRADUÇÃO OFICIAL

Doc no 0098/2012 p 1

Eu, o abaixo assinado Tradutor Publico e Interprete Comercial nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, devidamente nomeado pela Portaria nº 532/2003, de 14 de março de 2003, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia CERTIFICO que me foi apresentado um documento escrito em lingua inglesa a fim de ser por mim traduzido para o vernáculo, o que fielmente cumpro, em razão do meu oficio, como segue

-BR.doc
Departamento Jurídico
MINISTÉRIO DA SAÚDE
C. Parceto
25 de Agosto de 2010

PAIPRESTIMO NºAIF/BO -BR

ACORDO DE GARANTIA

Projeto Integrado de Saúde e Recursos Hídricos - Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia)

entre

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e

O BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO

Datado de [Constam anotações]

Doc no 0098/2012 p 2

PAIPRESTIMO NºAIF/BO -BR

ACORDO DE GARANTIA

ACORDO, datado de 2010, entre a República Federativa do Brasil ("Garantidor") e o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco") ("Acordo de Garantia") em relação com o Acordo de Empréstimo da mesma data entre o Banco e o ESTADO DA BAHIA ("Mutuário") ("Acordo de Empréstimo"). O Garantidor e o Banco neste ato acordam o seguinte:

ARTIGO I – CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

Seção 1.01. As Condições Gerais (como definido no Apêndice do Acordo de Empréstimo) constitui parte integral deste Acordo.

Seção 1.02. A menos que o contexto exija ao contrário, os diversos termos usados neste Acordo tem os significados atribuídos a eles nas Condições Gerais ou no Acordo de Empréstimo.

ARTIGO II - GARANTIA

Seção 2.01 O Garantidor através do presente garante incondicionalmente, como principal fiador, e não como segurança meramente, o pagamento pontual de todos os pagamentos do Empréstimo pagáveis pelo Mutuário conforme o Acordo de Empréstimo

ARTIGO III - REPRESENTANTE; ENDEREÇO

Seção 3.01 O Representante do Garantidor é o Ministro da Fazenda

Doc no. 0086/2012 p 3

Seção 3.02 O endereço do Garantidor é

Ministerio da Fazenda
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministerios Bloco "P" 8° andar
70048-900 Brasília DF
Brasil

Fac-símile
(55 61) 3412-1736 *(Número provisório)*

Seção 3.03 O Endereço do Banco é

International Bank for
Reconstruction e Development
1818 H Street, N W
Washington, D C 20433
United State of América

Cablegrama	Telex	Fac-símile
INTBAFRAD Washington, D C	248423 (MCI) ou 64145 (MCI)	(202) 477-6391

Juntos e contratados na República Federativa do Brasil no dia e ano acima consignados

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por

Representante Autorizado

Doc no 0086/2012 p 4

BANCO INTERNACIONAL PARA
RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Por

Representante Autorizado
(Nenhum assinatura)

Por tradução conforme,

Salvador, 25 de janeiro de 2012.

Doc no. 0907/2011 p. 1

Eu, o abaixo assinado, Tradutor Público e Intérprete Comercial nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, devidamente nomeado pela Portaria nº 53/2003, de 14 de março de 2003, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia, CERTIFICO que me foi apresentado um documento exarado em língua inglesa a fim de ser por mim traduzido para o vernáculo, o que fielmente cumpro, em razão do meu ofício, como segue: ----------

---

____ - BR.doc

Departamento Jurídico
MINUTA NEGOCIADA
C. Portello
25 de agosto de 2010

EMPRÉSTIMO NUMERO____ -BR

Contrato de Empréstimo

Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

entre

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

e

O ESTADO DA BAHIA

Datado de _____, 20___

Doc no. 0907/2011 p. 2

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Contrato, datado de _____, 20 que entre si fazem o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco") e o ESTADO DA BAHIA, ("Mutuário"). O Mutuário e o Banco têm entre si justo e contratado como segue:

ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES

1.01. As Condições Gerais (conforme definido no Apêndice deste Contrato) constitui parte integrante deste Contrato

1.02 Salvo se o contexto exigir o contrário, os termos em maiúscula usados neste Contrato possuem os significados que lhe são atribuídos nas Condições Gerais ou no Apêndice deste Contrato.

ARTIGO II - EMPRÉSTIMO

2.01. O Banco concorda em emprestar ao Mutuário, de acordo com os termos e condições estabelecidos ou referidos neste Contrato, a quantia de sessenta milhões de Dólares ($60.000.000), podendo a referida quantia ser eventualmente convertida mediante Conversão de Moedas de acordo com as disposições da Seção 2.07 deste Contrato ("Empréstimo") para auxiliar no financiamento dos custos do programa descrito no Anexo I deste Contrato ("Programa").

2.02 O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo de acordo com a Seção IV do Anexo 2 deste Contrato. O representante do Mutuário a fim de adotar eventuais providências exigidas ou permitidas que sejam adotadas nos termos desta Seção é a Secretaria do Planejamento

Doc no. 0907/2011 p. 3

2.03 A Taxa Inicial (Front-end fee) a ser paga pelo Mutuário deverá ser equivalente a 0.25% (um quarto de um por cento) do valor do Empréstimo.

2.04 Os juros a serem pagos pelo Mutuário referente a cada Período de Juros será a uma taxa equivalente à LIBOR referente à Moeda do Empréstimo mais o Spread Variável; desde que, após a Conversão de toda ou qualquer parcela do valor principal do empréstimo, os juros a serem

pagos pelo Mutuário durante o Período de Conversão sobre esse valor seja determinado de acordo com as disposições pertinentes do Artigo IV das Condições Gerais. Sem prejuízo do acima exposto, se eventual valor do Saldo do Empréstimo Sacado continuar sem ser pago quando vencido e essa falta de pagamento continuar por um prazo de 30 dias, os juros a serem pagos pelo Mutuário deverão ser então calculados conforme previsto na Seção 3.02(d) das Condições Gerais.

2.05 As Datas de Pagamento são 15 de abril e 15 de outubro de cada ano

2.06 O valor do principal do Empréstimo será pago de acordo com o cronograma de amortização previsto no Anexo 3 deste Contrato

2.07. (a) O Mutuário poderá a qualquer tempo solicitar, em cada caso com a prévia não objeção do Avalista, através da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministro da Fazenda do Avalista, qualquer uma das Conversões que seguem dos termos do Empréstimo a fim de facilitar a administração prudente da dívida, (i) mudança da Moeda do Empréstimo de toda ou qualquer parte do principal do Empréstimo, sacado ou não sacado, para uma Moeda Aprovada; (ii) mudança da taxa de juros básica aplicável a toda ou qualquer parcela do principal do Empréstimo sacada e pendente de Taxa Variável para Taxa Fixa, ou vice-versa; e (iii) o estabelecimento de limites sobre a Taxa Variável aplicável a toda ou qualquer parcela do principal do Empréstimo sacada e pendente pelo

Doc no. 0907/2011 p. 4

estabelecimento de uma Taxa de Juros com Limite Máximo ou Taxa de Juros com Limite Mínimo e Máximo sobre a dita Taxa Variável.

(b) Qualquer conversão solicitada nos termos do parágrafo (a) desta Seção que seja aceita pelo Banco será considerada Conversão", conforme definido nas Considerações Gerais, devendo ser realizada de acordo com as disposições do artigo IV das Condições Gerais e das Diretrizes para Conversão.

ARTIGO III - PROGRAMA

3.01 O Mutuário declara seu compromisso com os objetivos do Programa. Para tal fim, o Mutuário deverá: (a) executar o Programa através da SEPLAN, referente à Parte 2.A do Programa; (b) executar o Programa através da SESAB referente às atividades do setor de saúde conforme Partes 1.A (i), 1.B e 2.B do Programa, (c) fazer com que a CERB e o INEMA executem as atividades do setor da área de recursos hídricos

sob a responsabilidade administrativa dos referidos Orgãos com respeito às Partes 1.A (ii) e 2.C do Programa e (d) fazer com que o TCE execute a parte 2.D do Programa, tudo sob a coordenação geral da SEPLAN e nos termos dos Acordos Estruturais (Framework Agreementas) pertinentes e dos Acordos de Desempenho Anual (Annual Performance Agreements) e em conformidade com as disposições previstas no Artigo V das Condições Gerais.

3.02. Sem prejuízo das disposições da Seção 3.01 do presente Contrato, e salvo quando o Mutuário e o Banco concordarem de outro modo, o Mutuário deverá garantir que o Programa seja executado de acordo com as disposições do Anexo 2 do presente Contrato.

Doc no. 0907/2011 p. 5

ARTIGO IV – RECURSOS LEGAIS DO BANCO

4.01. O Evento Adicional de Suspensão consiste no seguinte, a saber, se qualquer uma das Instituições Participantes deixar de cumprir qualquer das cláusulas constantes do Acordo Estrutural, em cujo caso, e sem se limitar ao quanto previsto na Seção 7.02 das Condições Gerais, o Banco poderá, mediante notificação ao Mutuário, suspender no todo ou em parte o direito do Mutuário de efetuar saques da Conta do Empréstimo para despesas atribuídas à respectiva Instituição Participante.

4.02 O Evento Adicional de Vencimento Antecipado consiste no seguinte, a saber, se evento especificado na Seção 4.01 do presente Contrato ocorrer concomitantemente com todas as Instituições Participantes do Programa e que continue por um prazo de 90 dias a contar da comunicação do evento feita pelo Banco ao Mutuário.

ARTIGO V – VIGÊNCIA; TÉRMINO

5.01 As Matérias Legais Suplementares consistem no seguinte, a saber, que o Empréstimo tenha sido devidamente registrado junto ao Banco Central do Avalista.

5.02. Sem prejuízo do previsto nas Condições Gerais, o Prazo Máximo de Vigência é a data de 90 (noventa) após a data do presente Contrato, mas em nenhuma hipótese em prazo superior a 18 (dezoito) meses após a aprovação do Empréstimo pelo Banco que é válido até _____.

Doc no. 0907/2011 p. 6

ARTIGO VI – REPRESENTANTE; ENDEREÇOS

6.01 O Representante do Mutuário é a Secretaria da Fazenda.

6.02. O Endereço do Banco é:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America

Cable address:	Telex:	Facsimile:
INTBAFRAD Washington, D.C.	248423(MCI) ou 64145(MCI)	1-202-477-6391

6.03 O Endereço do Mutuário é:
Secretaria da Fazenda
Avenida Luiz Viana Filho
Segunda Avenida, 260
Centro Administrativo da Bahia
Salvador, Ba. 41745- 000

Fac-simile: (55-71) 3115-8802

Com cópias para:
Secretaria do Planejamento
Avenida Luiz Viana Filho
Segunda Avenida, 250
Centro Administrativo da Bahia
Salvador, BA, 41745-003
Brasil

Fac-simile: (55-71) 3115-3950

SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios – Bloco "K" – 5º andar
70040-906
Brasília, DF
Brasil

Fac-simile: 55-61-2020-5006

Doc no. 0907/2011 p. 7

JUSTOS E CONTRATADOS em_____ _____. na data consignada na face deste instrumento.

BANCO INTERNACIONAL PARA
RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Por

Representante Autorizado

ESTADO DA BAHIA
Por

Representante Autorizado

Doc no. 0907/2011

ANEXO 1

Descrição do Programa

Os objetivos do Programa são: (a) ampliação do acesso à água potável, ao saneamento e aos serviços básicos de saúde em pelo menos 10 municípios selecionados mais afetados pelas doenças infecciosas intestinais (DII); e (b) melhoria da atenção neonatal em 25 hospitais selecionados, usando o indicador de qualidade e efetividade (Barema).

O Programa consiste nas seguintes partes.

Parte 1: Contribuir para a redução da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) (Neonatal e Pós- Neonatal) no território do Mutuário.

A. Contribuir para a redução da mortalidade e morbidade pós-neonatal por doenças infecciosas intestinais (DII), através de apoio para a ampliação do acesso à água potável, saneamento e cuidados básicos dos municípios do Mutuário mais afetados pelas doenças infecciosas intestinais, através de:

(i) intervenções selecionadas no setor da saúde objetivando a redução da incidência e predomínio de DII, bem a diminuição de internações desnecessárias em 25 hospitais do Mutuário com as maiores taxas de DII anuais identificadas através de campanhas de vacinação, da criação de equipes da saúde da família e da elaboração de relatórios de auditorias clínicas

(ii) intervenções selecionadas do setor de recursos hídricos com o objetivo de apoiar as metas de longo prazo do Mutuário para o fornecimento de serviços de água e saneamento sustentáveis, através, dentre outras, da gestão adequada dos recursos hídricos e construção de sistemas simplificados de abastecimento de água na zona rural e módulos sanitários.

B. Contribuir para a redução da mortalidade neonatal em 25 hospitais selecionados através de apoio aos municípios selecionados para a ampliação e melhoria da qualidade e efetividade primária, secundária e terciária dos serviços de saúde materna e neonatal (rede de saúde) com a introdução do Programa Nascer (PRÓ-NASCER) em 25 Hospitais Selecionados na forma de Prêmio de Seguro/Per Capita para cada Beneficiário Elegível Inscrito.

Parte 2: Assistência Técnica para a Modernização Institucional dos Setores de Saúde, de Recursos Hídricos e de Planejamento

Apoio à Gestão do Mutuário, acompanhamento e avaliação da capacidade dos setores de recursos hídricos, de saúde e de planejamento através da realização das seguintes atividades:

A. Fortalecimento da capacidade institucional da SEPLAN, através das seguintes ações, dentre outras: : (i) elaboração, execução e avaliação das políticas públicas e redução dos gargalos burocráticos no processo de fluxo de fundos do Mutuário e respectivas aprovações, e (ii) gestão e acompanhamento das intervenções multissetoriais

B. Fortalecimento da capacidade institucional da SESAB através das seguintes ações, dentre outras, (i) ajuste dos seus objetivos estratégicos de modo a refletir as funções essenciais da saúde pública utilizando-se um processo de reengenharia para a identificação de lacunas de competências e processos necessários para a execução da nova agenda de saúde materna e infantil; (ii) cumprimento de metas entre os níveis organizacionais inferiores e hospitais públicos (principalmente nos 25Hospitais Selecionados), através da definição e consecução dos seus objetivos dentro de um quadro de gestão baseado em resultados/produtos (outputs)

C. Fortalecimento da capacidade institucional do INEMA e da CERB, através das seguintes ações, dentre outras: (i)elaboração de planos estratégicos para ambos os órgãos, bem como uma estratégia de comunicação para o INEMA, (ii) capacitação das equipes de abastecimento de água da zona rural da CERB; (iii) elaboração de um plano para operações à distância que contemple maior eficiência e a busca de alternativas para a transferência de conhecimento, redução de custos e criação de incentivos do pessoal para a melhoria do desempenho

p. 10

D. Apoio ao TCE, visando, dentre outras ações, a atualização do sistema administrativo e de tramitação de modo a promover a análise e acompanhamento em tempo hábil das operações de investimento do Mutuário a exemplo daquelas previstas no Programa.

ANEXO 2

Execução do Programa

Seção 1. Sistemas de Execução

A. Sistemas Institucionais e Auditorias

1. O Mutuário devera estabelecer, e dai por diante manter, a todo o tempo durante a execução e até a conclusão do Programa, uma unidade de coordenação/gerenciamento na SEPLAN a ser responsável pela execução e coordenação global do Programa (a "UCP"), devendo a UCP dispor de estrutura e funções que satisfaçam o Banco, e com pessoal em quantidade e qualificação adequadas conforme previsto no Manual de Operação.

2. O Mutuário deverá, em prazo não superior a três meses após a Data de Vigência, e dai em diante manter durante a execução da Parte 1.A (i) e da Parte 1.B, concordar com um plano de trabalho especifico com a Auditoria do SUS, com base em termos de referência satisfatórios ao Banco com o fim de atestar os Resultados (Outputs) do Setor de Saúde e Prêmios de Seguro/Per Capita como Despesas Elegíveis informados. A Auditoria do

SUS deverá emitir parecer e relatório (conforme definido no Manual de Operação e nas instruções complementares previstas na Seção IV.A.1 do Anexo 2 do presente Contrato), sobre o número de Resultados do Setor de Saúde e Prêmios de Seguro/Per Capita como Despesas Elegíveis cumpridos durante o semestre do ano civil pertinente.

3. O Mutuário, por intermédio da SEPLAN, deverá fornecer ao Banco a documentação exigida, fazendo com que a CERB e o INEMA também o façam, (conforme definido no Manual de Operação e nas instruções complementares previstas na Seção IV.A.1 do anexo 2 do presente Contrato) para cada um dos resultados do Setor de Recursos Hídricos, constando a quantidade de Resultados do Setor de Recursos Hídricos cumpridos durante o semestre civil pertinente para reconhecimento dos Resultado do Setor de Recursos Hídricos como despesas elegíveis informadas.

4 O Mutuário, por intermédio da SEPLAN, iniciando-se no segundo ano após a Data de Vigência, deverá apresentar ao Banco o Custo Unitário calculado e estabelecido pelas Instituições Participantes, de acordo com as metodologias e as disposições contempladas no cálculo original conforme acordado com o Banco. O Custo Unitário deverá abranger o período de um ano fiscal do Mutuário, devendo ser fornecido ao Banco para cada período para aprovação em prazo não superior a um mês após o final desse período.

5 Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4 acima e seção IV A.8, o Mutuário poderá, através da SEPLAN, propor ao Banco análises adicionais dos Resultados (Outputs, Prêmio de Seguro/Per Capita e outros Custos Unitários afins anteriores ou posteriores ao previsto no parágrafo precedente e na seção IV.A.8 e, após essas análises, promover eventuais ajustes que se façam necessários de forma satisfatória ao Banco.

B. Anticorrupção

O Mutuário deverá garantir que o Programa seja executado de acordo com as disposições das Diretrizes Anticorrupção.

C. Convênios para Execução

1. Para fins de execução do Programa, o Mutuário, através da SEPLAN, deverá celebrar um convênio em separado (Framework Agreement), com cada uma das seguintes Instituições Participantes. (a) a SESAB com respeito a Parte 1.A (i), 1.B e 2.B do Programa; (b) a CERB com respeito à Parte 1A (ii) do Programa e as atividades contempladas na Parte 2.C do Programa que sejam de sua responsabilidade administrativa, (c) o INEMA em relação à Parte 1.A (ii) do Programa e as atividades previstas na Parte 2.C do Programa que sejam de sua responsabilidade administrativa, e (d) o TCE em relação à Parte 2.D do Programa, tudo de acordo com os termos e condições aceitáveis ao Banco, inclusive, dentre outros, (i) observância das salvaguardas técnicas, financeiras, administrativas, ambientais/sociais e dos aspectos fiduciários da execução do Programa nos termos das disposições pertinentes do presente Contrato e as do Manual de Operação (ii) cumprimento das disposições das Diretrizes Anticorrupção, e (iii) alocação orçamentária para a CERB, o INEMA e o TCE para a execução das atividades do Programa mencionadas no presente instrumento.

2. Para fins de execução da Parte 1.B do Programa, o Mutuário, através da SESAB, deverá (a) em prazo não superior a 3 meses contados da Data de Vigência referente ao primeiro ano do Programa; e, dai em diante, (b) em data não superior a 31 de dezembro de cada ano subsequente de execução do Programa, celebrar um acordo de desempenho em separado (Annual Performance Agreement), com cada Prestador de Serviços promovendo as seguintes ações, dentre outras: (i) os objetivos anuais e os indicadores anuais, (ii) as atividades a serem executadas na Parte 1.B do Programa durante o ano civil pertinente, e (iii) o atendimento às exigências das salvaguardas técnicas, financeiras e administrativas, bem como fiduciárias e ambientais/sociais do presente Contrato e do Manual de Operação, tudo em termos e condições aceitáveis ao Banco.

3 O Mutuário, por intermédio da SEPLAN, poderá (i) exercer os seus direitos e cumprir as obrigações previstas em cada Termo de Adesão (Framework Agreement) e, através da SESAB, em relação a cada Acordo de Desempenho Anual (Annual Performance Agreement) de modo a proteger os interesses do Mutuário e do Banco e atingir os objetivos do Empréstimo, e (ii), salvo concordância do Banco em contrário, não ceder, alterar, abrogar, revogar, rescindir, dispensar ou deixar de cumprir qualquer Termo de Adesão e/ou qualquer Acordo Anual de Desempenho ou qualquer cláusula dos mesmos.

D. Manual de Operação do Programa

1. O Mutuário deverá executar o Programa de acordo com as disposições de um manual ("Manual de Operação"), satisfatórias ao Banco, devendo o referido manual incluir, dentre outras, as disposições que seguem:

(a) funções, responsabilidades e exigências de treinamento do pessoal responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação do Programa, inclusive da UCP;

(b) critérios para a escolha dos Hospitais Selecionados e dos Municípios Selecionados;

(c) procedimentos para a aquisição de bens, obras, Serviços que não sejam de Consultoria e Serviços de Consultoria, bem como para a gestão financeira, desembolsos e auditorias do Programa e os respectivos formulários, relatórios e diretrizes;

(d) indicadores para mensuração, acompanhamento e avaliação dos Resultados e dos Prêmios/Per Capita e de outras atividades do Programa;

(e) requisitos e diretrizes operacionais aplicáveis aos Resultados, inclusive procedimentos de conferência , e Custo Unitário dos Resultados conforme as tipologias acordadas;

(f) requisitos e diretrizes operacionais aplicáveis aos Prêmios per Capita, inclusive os procedimentos de conferência e Custo Unitário dos Prêmios/Per Capita e respectivos procedimentos de desembolso.

(g) O modelo do Termo de Adesão (Agreement Framework) e do Acordo de Desempenho Anual (Annual Performance Agreement); e

(h) Arcabouço de GerenciamentoAmbiental e Social (inclusive o Plano de Gestão Ambiental e Arcabouçodos Povos Indígenas

2. No caso de divergência entre as disposições do Manual de Operação e o presente Contrato, prevalecerão as disposições do presente Contrato. Só poderá ocorrer alteração do Manual de Operação com anuência do Banco.

E. Salvaguardas

O Mutuário deverá executar o Programa ou fazer com que o Programa seja executado de acordo o disposto no Arcabouço de Gerenciamento Ambiental e Social, o Plano de Gestão Ambiental, o Arcabouço dos Povos Indígenas e o Plano dos Povos Indígenas

Seção II. Relatórios de Acompanhamento Avaliação do Programa

A. Relatórios do Programa

1. O Mutuário deverá acompanhar e avaliar o andamento do Programa e elaborar os Relatórios do Programa de acordo com o previsto na Seção 5.08 das Condições Gerais e com base (i) nos Indicadores acordados com o Banco e previstos no Manual de Operação; e (ii) nos Acordos de Desempenho Anuais. Cada Relatório do Programa deverá abranger o período de um semestre do ano civil, devendo ser encaminhado ao Banco em prazo não superior a 90 dias após o final do período abrangido pelo relatório.

2 Para fins da Seção 5.08 (c) das Condições Gerais, o relatório sobre a execução do Programa e o plano respectivo exigido nos termos da referida Seção deverão ser fornecidos ao Banco em prazo não superior a seis meses após a Data de Fechamento.

B. Gestão Financeira, Relatórios Financeiros e Auditorias

1 O Mutuário deverá manter ou fazer manter um sistema de gestão financeira de acordo com o previsto na Seção 5.09 das Condições Gerais.

2. Sem prejuízo do disposto na Parte A desta Seção, o Mutuário deverá elaborar e fornecer ao Banco em prazo não superior a 60 (sessenta) dias a contar do final de cada semestre do ano civil, relatórios financeiros provisórios não auditados para o Programa abrangendo o semestre pertinente em forma e teor satisfatórios ao Banco

3. O Mutuário deverá fazer auditar as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o previsto na Seção 5.09(b) das Condições Gerais. Cada auditoria das Demonstrações Financeiras deverá abranger o período de

um exercício fiscal do Mutuário. O Mutuário deverá garantir que as Demonstrações Financeiras auditadas referentes a cada período deverão: (a) ser fornecidas ao Banco em prazo não superior a seis meses após o final do período; e (b) ser divulgadas em tempo hábil e na forma aceitável ao Banco.

Seção III. Aquisições

A. Considerações Gerais

1. **Bens, Obras e Serviços Exceto de Consultoria**. Todos os bens e obras e Serviços que não sejam de Consultoria (no todo ou em parte) necessários ao Programa e a serem financiados nos termos do Programa com os recursos do Empréstimo deverão ser adquiridos de acordo com as exigências estabelecidas ou referidas na Seção 1 das "Diretrizes para Aquisição e com o previsto nesta Seção.

2. **Serviços de Consultoria**. Todos os serviços de consultoria necessários ao Programa e a serem financiados(no todo ou em parte) com os recursos do Empréstimo deverão ser adquindos de acordo com as exigências estabelecidas ou referidas nas Seções I e IV das Diretrizes para Consultoria e com o previsto nesta Seção.

3. **Definições**. Os termos em maiúscula utilizados a seguir neste Seção para descrever determinados métodos de aquisição ou métodos de análise pelo Banco de determinados contratos se referem ao método correspondente descrito nas Diretrizes para Aquisições ou nas Diretrizes para Consultores, conforme o caso.

B. Métodos Particulares de Aquisição de Bens, Obras e Serviços Exceto de Consultoria

1. **Concorrência Internacional** Salvo disposição em contrário prevista no Parágrafo 2 abaixo, os bens, obras e Serviços que não sejam de Consultoria serão adquiridos através de contratos adjudicados com base em Concorrência Internacional.

2. **Outros Métodos de Aquisição de Bens, Obras e Serviços Exceto de Consultoria**. A tabela que segue especifica os métodos de aquisição, que não sejam de Concorrência Internacional, que podem ser usados para bens e serviços e Serviços que não sejam de Consultoria. O Plano de Aquisição deverá especificar as circunstâncias sob as quais esses métodos são usados.

Métodos de Aquisição

(a) Concorrência Nacional (inclusive no que diz respeito a bens, Serviços que não sejam de Consultoria e obras, convite, tomada de preços e concorrência conforme prevê a Lei No. 8.666 de 21 de junho de 1993 do Avalista, bem como aquisições de acordo com o método denominado "pregão eletrônico" conforme previsto na Lei 10520 de 17 de julho de 2002 do Avalista, conforme um sistema de aquisição eletrônico aprovado pelo Banco), sujeito ao seguinte procedimento complementar, isto é, que os documentos licitatórios sejam aceitos pelo Banco.

(b)	Comparação de Preços (Shopping) } (inclusive no que diz a bens e serviços e "pregão eletrônico" conforme previsto na Lei 10520 de 17 de julho de 2002 do Avalista, conforme um sistema de aquisição eletrônico aprovado pelo Banco), sujeito ao seguinte procedimento complementar, isto é, que os documentos licitatórios sejam aceitos pelo Banco
(c)	Contratação Direta

C. Métodos Particulares de Aquisição de Serviços de Consultoria

1 Seleção com base em Qualidade e Custo. Salvo disposição em contrário prevista no parágrafo 2 abaixo, os serviços de consultoria deverão ser adquiridos mediante contratos adjudicados com base na Seleção de Qualidade e Custo.

2 Outros Métodos de Aquisição. A tabela que segue especifica os métodos de aquisição que não sejam com base na Qualidade e Custo, que podem ser usados para serviços de consultoria. O Plano de Aquisições deverá especificar as circunstâncias sob as quais esses métodos poderão ser usados.

Método de Aquisição
(a) Seleção com base nas Qualificações dos Consultores
(b) Seleção com base na Qualidade
(c) Seleção por Menor Custo
(d) Seleção com Orçamento Fixo
(e) Procedimentos estabelecidos nos Parágrafos 5.2 e 5.3 das Diretrizes para Consultores para a Seleção de Consultores Pessoa Física.
(f) Seleção de uma Única Fonte

D. Análise pelo Banco das Decisões de Aquisição

O Plano de Aquisições deverá prever os contratos que estarão sujeitos à Análise Prévia do Banco. Todos os outros contratos estarão sujeitos à Análise Posterior do Banco.

Seção IV. Saques dos Recursos do Empréstimo

A. Considerações Gerais

1. O Mutuário poderá sacar os recursos do Empréstimo de acordo com o previsto no Artigo II das Condições Gerais, desta Seção e de instruções suplementares que possa o Banco especificar mediante notificação ao Mutuário (inclusive as diretrizes para desembolso de Programas ("World Bank Disbursement Guidelines for Projects") datado de maio de 2006 e eventuais revisões promovidas pelo Banco e aplicáveis a este Contrato conforme as devidas instruções) para financiar Despesas Elegíveis conforme consta da tabela no parágrafo 2 abaixo:

2A A tabela que segue estabelece as Categorias de Despesas Elegíveis que podem ser financiadas com os recursos oriundos do Empréstimo ("Categoria"), a alocação dos valores do Empréstimo para cada Categoria e o percentual de despesas a serem financiadas para Despesas Elegíveis em cada Categoria:

Categoria	Valor do Empréstimo Alocado (Expresso em Dólares)	Percentual de Despesas a serem Financiadas (Impostos Inclusos)
(1) Bens, Treinamento, Serviços Exceto de Consultoria e Serviços de Consultoria para a Parte 2 do Programa	8,500,000	100%
(2) Resultados do Setor de Saúde conforme Parte 1 A (i) do Programa	4,000,000	100% dos Custos Unitários aplicáveis conforme previsto no Manual de Operação
(3) Resultados do Setor de Recursos Hídricos conforme Parte 1 A.(ii) do Programa	28,386,000	100% dos Custos Unitários aplicáveis conforme previsto no Manual de Operação
(4) Prêmios de Seguro /Per Capita conforme Parte 1 B do Programa	16,200,000	100% conforme previsto na Seção IV.A.5 do Anexo 2 deste Contrato
(5) Não Alocado	2,764,000	
(6) Taxa Inicial (Front-End Fee)	150,000	Valor devido conforme Seção 2.03 deste Contrato e de acordo com a Seção 2.07(b) das Condições Gerais
VALOR TOTAL	60,000,000	

3. Para fins desta Seção, o termo "Treinamento" significa despesas (que não sejam de serviços de consultoria)incorridas na realização de treinamento, seminários, e *workshops* nos termos do Programa, inclusive despesas de viagem e diárias justificadas dos instrutores e treinandos, taxas de inscrição, assim como materiais de treinamento.

4. Os Resultados elegíveis para financiamento de cada atividade do Programa conforme Partes 1 A. (i)e (ii) do Programa são como segue:

Setor	Código	Nome do Resultado/Produto	Unidade de Medida
Resultados do Setor de Água	1	Plantas para a construção de sistemas simplificados de abastecimento de água preparadas	Plantas preparadas
	2	Sistemas simplificados de abastecimento de água construídos e em operação em pelo menos 10 Municípios Selecionados.	Sistemas construídos e em operação conforme atestado pelo município respectivo (Prefeitura)
	3	Fiscalização da construção dos sistemas simplificados de abastecimento de água construídos.	Relatórios de Fiscalização Finais elaborados pela CERB.
	4	Módulos Sanitários Rurais Pilotos construídos e em operação	Módulos construído se em operação recebidos por cada família beneficiária e atestado pelo TCE
	5	Planos de Bacias elaborados e aprovados pelos Comitês de Bacia, inclusive estudos para classificação de corpos d'água de acordo com a localização e uso predominante	Planos elaborados e aprovados pelos comitês de bacia.
	6	Agentes comunitários voluntários para mobilização social treinados e contratados pelo INEMA.	Agentes treinados e contratados
Resultados do Setor de Saúde	7	Doses da vacina oral de rotavírus humano em crianças com menos de um ano de idade (primeira dose) ministradas	Doses ministradas.
	8	Doses da vacina oral de rotavírus humano em crianças com menos de um ano de idade (segunda dose) ministradas.	Doses ministradas.
	9	Novas equipes do programa de saúde da família (PSF) no Estado nomeadas e em operação	Criadas Equipes do PSF.
	10	Relatório consolidado satisfatório das auditorias clínicas realizadas nos 25 Hospitais Selecionados com o maior número de casos de DII elaborado	Relatório Elaborado

5. Os Prêmios/Per Capita serão geridos de acordo com as diretrizes acordadas, conforme descritas abaixo e pormenorizadas no Manual de Operação e, onde cabível, condicionados à conclusão satisfatória dos indicadores de desempenho anuais:

Doc no. 0907/2011 p. 21

(a) durante os primeiros 12 (doze) meses após a Data de Vigência, os recursos do Empréstimo deverão financiar 100% dos Prêmios /Per Capita, desembolsando-se o referido valor para cada um dos Beneficiários Elegíveis Registrados conforme atestado pelo SUS.

(b) quanto aos vinte e quatro meses seguintes após o período a que se refere o parágrafo (a) acima, os recursos do Empréstimo deverão financiar 100% dos Prêmios/Per Capita, desembolsando-se o referido valor em duas parcelas como segue: (i) 50% para cada um dos Beneficiários Elegíveis Registrados conforme atestado

pela Auditoria do SUS; e (ii) os 50% restantes após a confirmação do cumprimento pelo Mutuário dos indicadores de desempenho conforme previsto nos Acordos de Desempenho Anual pertinentes e no Manual de Operação.

(c) quanto aos doze meses seguintes após o período a que se refere o parágrafo (b) acima, os recursos do Empréstimo deverão financiar 100% dos Prêmios /Per Capita, desembolsando-se o referido valor em duas parcelas como segue: (i) 40% para cada um dos Beneficiários Elegíveis Registrados conforme atestado pela Auditoria do SUS; e (ii) os 60% restantes após a confirmação do cumprimento pelo Mutuário dos indicadores Barema conforme previsto nos Acordos de Desempenho Anual pertinentes e no Manual de Operação.

6. O primeiro requerimento de saque do Empréstimo da Categoria (4) deverá ser apresentado ao Banco pelo Mutuário como adiantamento e com base em um relatório elaborado pela SESAB, inclusive a previsão da quantidade de Beneficiários Elegíveis Registrados para os próximos seis meses. Cada requerimento de Saque do Empréstimo subsequente da Categoria (4) deverá ser apresentado ao Banco pelo Mutuário semestralmente; sendo que o Mutuário, através da SESAB, deverá, antes da apresentação de cada requerimento de saque do Empréstimo, encaminhar ao Banco um relatório em separado de acordo com o previsto no Manual de Operação, confirmando que os Prêmios/Per Capita de acordo com o requerimento de saque do Empréstimo foram recebidos pela SESAB

7 Para fins do processo de validação a que se refere o paragrafo 5 acima o Mutuario devera (a) fazer auditar tecnicamente o relatorio a que se refere o dito paragrafo de forma satisfatoria ao Banco pela Auditoria do SUS semestralmente de acordo com as normas especificadas no Manual de Operação e com base nos indicadores de desempenho especificados nos Acordos Anuais de Desempenho e no registro de Beneficiarios Elegiveis Registrados e (b) utilizar como documentação comprobatoria os referidos relatórios auditados fornecidos pelas ditas auditorias tecnicas tudo de forma satisfatoria ao banco

8 O Mutuario atraves da SEPLAN iniciando se no segundo ano apos a Data de Vigencia devera apresentar ao Banco os Premios . Per Capita calculados e estabelecidos pela SESAB de acordo com as metodologias e disposições constantes do calculo original acordadas com o Banco O Premio / Per Capita devera abranger o periodo de um exercicio fiscal do Mutuario, devendo ser fornecido ao banco para cada periodo para aprovação em prazo não superior a um mes contado do final do prazo

9 O Mutuario devera antes de encaminhar cada requerimento de saque do emprestimo das Categorias (2) (3) e (4) fornecer ao Banco os

respectivos relatorios e a documentação pertinente conforme previsto na Seçao I A 2 e 3 deste Anexo

B Condições de Saque; Prazo de Saques

A Data de Fechamento é 31 de dezembro de 2015 O Banco podera considerar a concessão de prorrogação da Data de Fechamento se o Ministro da Fazenda do Avalista tiver informado ao Banco que concorda com a prorrogação

Seção V Acesso à Informação

O Banco podera divulgar os Acordos Legais e quaisquer informações relacionadas com os Contratos Legais de acordo com a sua politica de acesso a informaçao em vigor por ocasião dessa divulgação

ANEXO 3

Programa de Amortização

1. A tabela que segue estabelece as Datas de Pagamento do Principal do Empréstimo e a percentagem do valor total do principal do Empréstimo a ser pago em cada Data de Pagamento do Principal (Cota-Parte). Se os recursos do Empréstimo tiverem sido totalmente sacados a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o valor principal do Empréstimo a ser amortizado pelo Mutuário em cada Data de Pagamento do Principal será determinado pelo Banco multiplicando-se: (a) Saldo do Empréstimo Sacado a partir da primeira Data de Pagamento do Principal; por (b) a Cota-Parte para cada Data de Pagamento do Principal, sendo esse valor a amortizar corrigido, conforme necessário, para descontar quaisquer valores a que se refere o parágrafo 4 deste Anexo, ao qual se aplica a Conversão de Moeda.

Data de Pagamento do Principal	Cota-Parte (Expresso em percentagem)
A cada 15 de Abril e 15 de outubro, Iniciando-se em 15 de abril de 2015 até 15 de Outubro de 2019	1,00 %
Iniciando-se em 15 de Abril de 2020 até 15 de Outubro de 2024	2,00%
Iniciando-se em 15 de Abril de 2025 até 15 de Outubro de 2029	2,33%
Iniciando-se em 15 de Abril de 2030 até 15 de Outubro de 2034	3,33%
Iniciando-se em 15 de Abril de 2035 até 15 de Abril de 2039	1,33%
em 15 de Outubro de 2039	1,43%

2. Se os recursos do Empréstimo não tiverem sido totalmente sacados a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o valor do principal do Empréstimo a ser amortizado pelo Mutuário em cada Data de Pagamento do Principal será determinado como segue:

(a) Na medida em que quaisquer recursos do Empréstimo tiverem sido sacados a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o Mutuário deverá amortizar o Saldo do Empréstimo Sacado a partir dessa data de acordo com o parágrafo 1 deste Anexo.

(b) Qualquer valor sacado após a primeira Data do Pagamento do Principal deverá ser pago em cada Data de Pagamento do Principal que caia após cada data do saque em valores determinados pelo Banco multiplicando-se o valor de cada saque por uma fração, cujo numerador será a Cota-Parte original especificada na tabela do parágrafo 1 deste Anexo para a referida Data de Pagamento do Principal (a Cota-Parte Original) e cujo denominador será a soma de todas as Cotas-Partes Originais remanescentes referentes às Datas de Pagamento do Principal que caiam nessa data ou depois dela, valores esses a serem reajustados, conforme necessário, para deduzir quaisquer valores a que se refere o parágrafo 4 deste Anexo, aos quais se aplica a Conversão de Moedas.

3 (a) Os valores do Empréstimo sacados dentro de dois meses civis antes de eventual Data de Pagamento do Principal deverão, para fins exclusivos de cálculo dos valores do principal sobre qualquer Data de Pagamento do Principal, ser considerados como sacados e pendentes na segunda Data de Pagamento do Principal, devendo ser pagos em cada Data do Pagamento do Principal iniciando-se com a segunda Data de Pagamento do Principal em seguida à datado saque.

(b) Sem prejuízo das disposições da alínea (a) deste parágrafo, se a qualquer tempo o Banco adotar um sistema de cobrança de data de vencimento em que as faturas sejam emitidas na respectiva Data de Pagamento do Principal ou após esta, não mais se aplicarão as disposições dessa alínea a eventuais saques efetuados após a adoção de tal sistema de faturamento.

4 Sem prejuízo das disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Anexo, na Conversão de Moeda de toda e qualquer parcela do Saldo do Empréstimo Sacado para uma Moeda Aprovada, o valor assim convertido na Moeda Aprovada que deva ser paga em qualquer Data de Pagamento do Principal que ocorra durante o Período de Conversão, será determinada pelo Banco multiplicando-se esse valor em sua moeda de denominação imediatamente antes da Conversão Aprovada por (i) a taxa de câmbio que reflita os valores do principal na Moeda Aprovada a ser paga pelo Banco sob a Operação de Hedge de Moeda relacionada com a Conversão; ou (ii) se o Banco assim determinar, de acordo com as Diretrizes para Conversão, o componente da taxa de câmbio da taxa "Screen Rate".

5. Se Saldo do Empréstimo Sacado for denominado em mais de uma Moeda de Empréstimo, as disposições deste Anexo se aplicarão em separado ao valor expresso em cada Moeda de Empréstimo de modo a resultar em um cronograma de amortização separado para cada valor.

APÊNDICE

1. "Diretrizes Anticorrupção" significa as "Diretrizes sobre a Prevenção e Combate a Fraudes e Corrupção em Programas Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da IDA de 15 de outubro de 2006, com as modificações previstas na Seção III deste Apêndice.

2. "Acordo Anual do Desempenho" significa qualquer dos acordos a que se refere a Seção I.C.2 do Anexo 2 deste Contrato.

3. "Barema" é o indicador composto de resultados que inclui 10 indicadores de desempenho de efetividade intermediários criados para medir melhorias da qualidade e da eficácia de atenção neonatais em Hospitais Selecionados.

4. "Categoria" significa uma categoria prevista na tabela da Seção IV do Anexo 2 deste Contrato.

5 "CERB" significa a Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia criada pelo Decreto nº 22618de 5 de Novembro de 1971, alterado pela Lei 11050 de 6 de Junho de 2008.

6. "Diretrizes para Consultoria" significa as "Diretrizes: Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial" publicado pelo Banco em maio de 2004 e revisado em outubro de 2006 e em maio de 2010.

7. "Beneficiário Elegível" significa uma mulher grávida entre 10 e 19 anos de idade

8 Beneficiário Elegivel Registrado" significa uma mulher grávida entre 10 e 19 anos de idade (Beneficiário Elegivel) registrada no SISPRENATAL do Mutuário

9. "Arcabouço de Gerenciamento Ambiental e Social" significa o arcabouço (framework) do Mutuário datado de 30 de março de 2010, aceito pelo Banco, publicado e disponivel ao público na Internet em www.seplar.ba.gov.br, que estabelece, dentre outras ações, medidas para gerir/reduzir e/ou lidar com os impactos ambientas e sociais que possam resultar da execução do Programa, que inclui o Plano de Gestão Ambiental

10. "Plano de Gestão Ambiental" significa o plano do Mutuário datado de 30 de Março de 2010, aceito pelo Banco, para a gestão dos impactos ambientais que possam resultar da execução do Programa, que inclui planos de gestão ambiental, bem como diretrizes e procedimentos para os habitats naturais.

11. "Termo de Adesão " (Framework Agreement")significa qualquer dos acordos a que se refere a Seção I.C.1 do Anexo 2 deste Contrato.

12. "Condições Gerais" significa as "Condições Gerais para Empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento", datado de 1º de julho de 2005 (e eventuais alterações até 12 de fevereiro de 2008) com as modificações previstas na Seção II deste Apêndice.

13. "Resultados/Produtos do Setor de Saúde" significa qualquer dos resultados elegíveis para financiamento com os recursos do Empréstimo conforme previsto na Seção IV. A.4 do Anexo2 deste Contrato para a parte 1.A do Programa na quantidade e na tipologia contempladas no Manual de Operação e nos Termos de Adesão

14. "DII" significa doenças intestinais infecciosas.

15. "TMI" significa a taxa de mortalidade infantil.

16. "Indicadores" significa os indicadores de impacto, desempenho e execução acordados com o Banco e previstos no Manual de Operação e nos Acordos Anuais de Desempenho.

17 "Arcabouço dos Povos Indígenas" significa o arcabouço do mutuário datada de 30 de março de 2010, aceitável ao banco, publicado e disponível ao público no site www seplan ba gov br, definindo as diretrizes e os procedimentos para gestão dos impactos do Programa em povos indígenas, bem como para a elaboração e execução de eventual plano dos povos indígenas.

18. "Plano dos Povos Indígenas" significa o documento datado de 30 de março de 2010, aceitável ao Banco, elaborado pelo Mutuário para a gestão dos impactos do Programa nos povos indígenas, publicado e disponível ao público no site www.seplan.ba gov.br.

19. "INEMA" - *Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos*, o órgão ambiental do Mutuário, criado de acordo com a Lei No. 12.212 de 04 de maio de 2011, o Instituto de Gestão de Clima e de Águas criado conforme a Lei No. 6812 de janeiro de 1995, alterada pela lei 11050 datada de 6 de junho de 2003.

20. "Neonatal" significa crianças com menos de 28 dias de idade.

21. "Serviços Exceto de Consultoria" significa os serviços de natureza não intelectual que podem ser contratados com base no desempenho de resultados físicos mensuráveis.

22. "Manual de Operação" significa o manual do Mutuário a que se refere à Seção I.D do Anexo 2 deste Contrato e aprovado pelo Banco em 24 de agosto de 2010 e suas eventuais alterações acordadas com o Banco.

23. "Resultados/Produtos (Outputs) " significa qualquer dos Resultados do Setor da Saúde e/ou Resultados do Setor de Recursos Hídricos

24. "Instituições Participantes" significa coletivamente SEPLAN, SESAB, CERB, INEMA e TCE.

25. "UCP" significa a unidade a que se refere à Seção I.A do Anexo 2 deste Contrato, criada pela Portaria SEPLAN nº 121, datada de 11 de agosto de 2010, ou eventual sucessora aceitável pelo banco.

26. "Prêmio de Seguro /Per capita" significa o valor global médio de serviços de saúde obstétricos e neonatais prestados a cada Beneficiário Elegível Registrado conforme Parte 1.B do Programa, conforme descrito pormenorizadamente no Manual de Operação

27. "Diretrizes para Aquisição" significa as "Diretrizes: Aquisições nos Empréstimos do BIRD e Créditos da IDA" publicado pelo Banco em maio de 2004 e revisado em outubro de 2006 e maio de 2010.

28. "Plano para Aquisições" significa o plano de aquisição do Mutuário para a Parte 2 do Programa, com data de 24 de agosto de 2010 e mencionado no parágrafo 1 16 das Diretrizes para Aquisições e parágrafo1.24 das Diretrizes para Consultorias e eventuais atualizações de acordo com as disposições dos ditos parágrafos;

29. "Programa Nascer (PRÓ-NASCER)" é o programa de incentivos criado pelo Mutuário como mecanismo de prêmio de seguro para financiar as metas de qualidade e eficiência proporcionadas pelos Hospitais Selecionados do Mutuário cujo programa é regulado e fiscalizado pela SESAB e auditado pela Auditoria do SUS.

30. "Hospitais Selecionados" significa qualquer um dos 25 hospitais do Mutuário que foram selecionados segundo os critérios de elegibilidade previstos no Manual de Operação para participação das Partes 1.B e 2.B do Programa

31. "Municípios Selecionadas" significa qualquer um dos municípios do Mutuário que foram selecionadas segundo os critérios de elegibilidade previstos no Manual de Operação para participar das Partes 1 A e B do Programa.

32 "SESAB" significa a Secretaria da Saúde do Mutuário

33. "SEPLAN" significa a Secretaria do Planejamento do Mutuario. 34 "Prestador de Serviços" significa os Hospitais Selecionados.

35. SISPRENATAL significa o sistema de controle de assistência pré-natal do Avalista no âmbito do SUS.

36. "SUS" significa o Sistema Único de Saúde, o sistema de saúde do Mutuário que integra os sistemas estadual, federal e municipal regulamentado de acordo coma Lei No., 8080 do Avalista datada de 19 de setembro de 1990, e suas eventuais emendas até a data deste Contrato.

37. "Auditoria do SUS" significa o auditor técnico independente a que se refere a Seção I.A.2 do Anexo 2 deste Contrato.

38. "TCE" significa o Tribunal de Contas do Estado do Mutuário

39. "Custo Unitário" significa o valor médio global dos bens, obras, Serviços que não sejam de Consultoria, e serviços de consultoria exigidos para a composição de cada um dos Resultados conforme especificado no Manual de Operação.

40. "Resultados do Setor de Recursos Hídricos" significa quaisquer dos resultados elegíveis para financiamento com os recursos do Empréstimo conforme previsto na Seção IV, A.4 do Anexo 2 deste Contrato para a Parte 1.A (ii) do Programa nas quantidades e tipologias contempladas no Manual de Operação e Termos de Adesão respectivos.

Seção II. Modificações das Condições Gerais

As modificações das Condições Gerais são como segue:

1. Parágrafo (a) da Seção 2.07 é modificado e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Seção 2.07. *Adiantamento para Elaboração do Refinanciamento; Capitalização da Taxa Inicial (Front-end fee) e Juros*

(a) Se o Contrato de Empréstimo prevê o pagamento dos recursos do Empréstimo de um adiantamento feito pelo Banco ou pela Associação ("Adiantamento para Elaboração"), o Banco deverá sacar, em nome da Parte Contratante do Empréstimo, da conta do Empréstimo na data ou depois da Data de Vigência o valor necessário para pagar o saldo sacado ou pendente do adiantamento a partir da data do saque da Conta do Empréstimo e para pagar todos os encargos acumulados e não pagos, se houver, sobre o adiantamento nessa data. O Banco pagará o valor sacado para si mesmo ou para a Associação, conforme o caso, e cancelará o valor restante sacado do adiantamento.

2. O Parágrafo (1) da Seção 7.02 é modificado e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Seção 7.02. Suspensão pelo Banco

... (1) Inelegibilidade. O Banco ou a Associação declarou ser o Mutuário (que não seja País Membro) ou a Instituição Executora do Programa inelegível para o recebimento dos recursos de qualquer financiamento feito pelo Banco ou pela Associação ou de outra forma para participar da elaboração ou execução de

qualquer Programa financiado no todo ou em parte pelo Banco ou pela Associação em decorrência de: (i) determinação do Banco ou da Associação que o Mutuário ou a Instituição Executora do Programa se envolveu em práticas de fraude, corrupção, coerção ou conluio relacionadas com o uso dos recursos de qualquer financiamento feito pelo Banco ou pela Associação"; e/ou (ii) declaração de outro financiador de que o Mutuário (que não seja o País Membro) ou a Instituição Executora do Programa é inelegível para o recebimento de recursos de financiamentos feitos por tal financiador ou de outra forma para participar da elaboração ou execução de qualquer Programa financiado no todo ou em parte pelo financiador em decorrência de determinação do financiador de que Mutuário ou a Instituição Executora do Programa se envolveu em práticas de fraude, corrupção, coerção ou conluio relacionadas com o uso dos recursos de financiamento feito pelo financiador".

3. Os termos e definições que constantes do Apêndice são modificados ou eliminados como segue, e os novos termos e definições que seguem são acrescentados em ordem alfabética ao Apêndice como segue, sendo os termos numerados de acordo com a alteração:

(a) O termo "Adiantamento para Elaboração do Programa" é alterado para "Adiantamento para a Elaboração" e sua definição é alterada passando a ter a seguinte redação:

"Adiantamento para Elaboração" significa o adiantamento a que se refere o Contrato de Financiamento e pagável de acordo com a Seção 2.07.

(b) A definição do termo "Data de Conversão" é modificada passando a ter a seguinte redação:

"Data de Conversão" significa, com respeito a uma Conversão, a Data de Assinatura (conforme definido neste instrumento) ou outra data conforme solicite o Mutuário e aceita pelo Banco, em que a Conversão entra em vigor e conforme ainda especificado nas Diretrizes para Conversão.

(c) A definição do termo "Taxa Variável" é modificada, na parte pertinente, passando a ter a seguinte redação:

"c) na Conversão de Moeda para uma Moeda Aprovada de um valor do Saldo Sacado do Empréstimo com incidência de juros a uma taxa variável durante o Período de Conversão, a taxa de juros variável aplicável a esse valor deve ser igual (i) à soma de: (A) LIBOR, ou outra taxa básica que possa ser acordada pelo Mutuário e Banco, para a Moeda Aprovada; mais (B), o spread LIBOR ou qualquer outra taxa básica, se houver, devida pelo Banco de acordo com a Operação Hedge de Moeda referente à data Conversão de Moeda, ou (ii) se o Banco assim determinar, de acordo com as Diretrizes para Conversão, o componente da taxa de juros da Screen Rate."

Seção III. Modificações das Diretrizes Anticorrupção

As alterações às orientações Anticorrupção são as seguintes:

1. A Seção 5 recebe nova numeração , sendo a Seção 5 (a) e uma nova Seção5 (b) adicionada com a seguinte redação:

"... (b) Estas Diretrizes também preveem as sanções e ações afins a serem impostas pelo Banco aos Mutuários (que não seja País-Membro) e todos as pessoas físicas ou pessoas jurídicas sejam beneficiárias dos recursos do Empréstimo, no caso de o Mutuário ou pessoa física ou pessoa jurídica sofrer impedimento por um outro financiador como resultado de determinação do financiador de que o Mutuário, ou a pessoa física ou a pessoa jurídica se envolveu em práticas fraudulentas, corrupção, coerção ou de conluio relacionadas com a utilização dos recursos de financiamento feito por tal financiador. "

2. A Seção 11 (a) é modificada como segue:

"... (a) sanção acordo com as políticas e procedimentos de sanções do Banco (fn13) o mutuário (à exceção de um País Membro) (fn 14) ou pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive (sem a isso se limitar) que declare o Mutuário, pessoa física ou pessoa jurídica inelegível publicamente, quer indefinidamente ou por um determinado período de tempo: (i) para a adjudicação de contrato financiado pelo Banco, (ii) para se beneficiar de um contrato financiado pelo Banco, financeiramente ou de outra forma, por exemplo, como subcontratante, e (iii) de outra forma participar na preparação ou execução do Programa ou qualquer outro Programa financiado, no todo ou em parte, pelo Banco, se em algum momento o Banco determinar (fn 15), que o Mutuário, pessoa física ou pessoa jurídica, se envolveu em práticas de fraude, corrupção, coerção ou conluio relacionadas com o uso dos recursos do empréstimo, ou se outro financiador com quem o Banco tenha celebrado um contrato para o cumprimento mútuo de decisões de impedimento tenha declarado tal pessoa física ou pessoa jurídica inelegível para o recebimento dos recursos de financiamentos feitos por financiador ou para a participação na preparação ou implementação de qualquer Programa financiado, no todo ou em parte pelo financiador em consequência de determinação do financiador de que o Mutuário ou a pessoa física ou jurídica se envolveu em práticas de fraude, corrupção, coerção ou conluio relacionadas com o uso dos recursos de financiamento feito pelo financiado. "

Notas de Rodapé:

"13. Uma pessoa física ou pessoa jurídica poderá ser declarada inelegível para o recebimento de contratos financiados pelo Banco após a conclusão do processo de sanções de acordo com as políticas e procedimentos de sanções do Banco ou em conformidade com os procedimentos de suspensão temporária ou suspensão temporária antecipada no âmbito de um processo de sanções em curso, ou após sanção por um outro financiador com quem o Banco tenha celebrado contrato de impedimento em consequência de determinação pelo financiador de que a pessoa física ou pessoa jurídica se envolveu em práticas de fraude, corrupção, coerção ou de conluio com o uso dos recursos de financiamento feito pelo financiador. "

"14. País-Membro inclui funcionários e empregados do governo nacional ou de qualquer uma de suas subdivisões políticas ou administrativas, bem como estatais e órgãos que não são elegíveis para licitar nos termos do parágrafo 1.8 (b) das Diretrizes para Aquisições ou para participar nos termos do parágrafo 1.11 (c) das Diretrizes para Consultoras

"15. O Banco criou um Conselho de Sanções e procedimentos afins com a finalidade de expedir essas resoluções. Os procedimentos do Conselho de Sanções estabelece todo o conjunto de sanções à disposição do Banco. Além disso, o Banco aprovou um protocolo interno que define o processo a ser seguido na remoção de impedimentos por outros financiadores, explicitando como os impedimentos serão colocados no site do Banco e outras formas de divulgação ao quadro de funcionários e outros e de outra forma, ser divulgado para os funcionários e outras partes interessadas.

Por tradução conforma, ----------

Salvador, 26 de dezembro de 2011. ----------

Aviso nº 246 - C. Civil. Em 3 de abril de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia".

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei do Senado n° 406, de 2009-Complementar**, da Senadora Marisa Serrano, que *acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 26 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para condicionar a destinação de recursos públicos a entidades privadas à existência, em seus estatutos sociais, de regra que limite a permanência de seus dirigentes*.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Eduardo Lopes, do PRB do Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, servidoras, servidores, visitantes, internautas que nos acompanham pelas redes sociais, imprensa, principalmente, jornalistas, quero cumprimentar a todos, porque vou falar a respeito do dia 7 de abril, o dia em que se comemora uma das datas mais significativas entre tantas que perfazem o nosso calendário cívico anual.

Nessa data transcorre o Dia do Jornalista, justa homenagem a profissionais que contribuem para a consolidação da nossa democracia, para a prevalência do interesse público, para a observância dos direitos individuais e coletivos e, enfim, para o aprimoramento das relações sociais.

A atividade jornalística é tão estreitamente vinculada ao funcionamento das democracias modernas, que não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, é festejada em ocasiões diversas.

Assim, temos o Dia do Jornalista, o Dia Internacional do Jornalista, o Dia da Imprensa, o Dia da Comunicação Social e outras datas que, ao lado de eventos diversos, lembram às sociedades organizadas o papel da imprensa e a importância dos meios de informação.

O dia 7 de abril tem para nós, brasileiros, uma simbologia toda especial. Nessa data, em 1908, ocorreu a fundação da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, entidade conceituada que tem prestado relevantes serviços à categoria, ao bom funcionamento da imprensa e aos interesses do povo brasileiro.

Mas a escolha dessa mesma data nos remete também à figura notável de João Batista Líbero Badaró, médico e jornalista, liberal, defensor das causas liberais, que morreu assassinado por inimigos políticos era 1830. A morte de Badaró causou grande comoção e ensejou uma reação popular que levou à abdicação de Dom Pedro I no dia 7 de abril de 1831.

Em 1931, ou seja, cem anos após, a ABI instituiu o Dia do Jornalista, que passou a ser comemorado anualmente em função desse acontecimento e em homenagem ao jornalista, considerado mártir da imprensa, que, sabendo de sua morte iminente, declarou: "Morre um liberal, mas não morre a liberdade".

A morte de Badaró, motivada por interesses políticos, é emblemática, Srªs e Srs. Senadores, dos riscos que correm esses profissionais para manter a sociedade informada e para defender as grandes causas coletivas.

A atividade jornalística, de fato, tem sido vigiada, censurada e perseguida com frequência em numerosos países de todos os continentes, e no Brasil não é diferente. Nosso passado recente registra numerosos casos de perseguição, de tortura e de execução desses profissionais. Ainda hoje, com a normalização do regime institucional, muitos jornalistas têm sido vítimas da intolerância de pessoas e grupos que não aceitam os valores da imprensa livre e democrática.

É por isso, Sr. Presidente, que a Federação Nacional dos Jornalistas e os Sindicatos dos Jornalistas de todo o Brasil, com o apoio da sociedade brasileira, reivindicam a valorização da categoria, reivindicam melhores condições de trabalho, mais segurança, salários dignos e respeito. É por isto, também, que nós, Senadoras e Senadores, estamos aqui hoje reunidos: não apenas para festejar o transcurso dessa data, mas também para apoiar esses profissionais que exercem relevante função social.

Ao celebrarmos o transcurso do Dia do Jornalista, queremos dizer a esses profissionais que o Brasil se orgulha deles; queremos dizer que o trabalho deles é essencial e imperioso para a consolidação e o aprimoramento da nossa democracia; queremos dizer, enfim, que não há país livre sem uma imprensa livre.

Todo o povo brasileiro é grato à categoria por seu comprometimento com a verdade e por sua perseverança na construção de uma sociedade moderna, livre, soberana, pluralista e cidadã.

Saúdo os integrantes dessa nobilitante classe profissional na pessoa de seus ilustres colegas que nos acompanham diuturnamente nesta Casa.

E, aproveitando, eu quero agradecer realmente o trabalho da imprensa, o trabalho dos jornalistas que nos acompanham aqui no Senado, e quero parabenizar a todos.

Parabéns pelo Dia do Jornalista, 7 de abril!

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado; Senador Paim, eu vou falar hoje sobre os juros dos bancos, que não são baixos e muito menos poucos.

O jornal **O Globo** publicou, no dia 2 de abril, anteontem, um estudo da Consultoria Austin Rating sobre as bases de ganho dos bancos sobre empréstimos que fazem aos seus clientes, o famoso **spread**. Ou seja, a diferença entre o que o banco paga para quem aplica dinheiro – você vai lá e deposita o seu dinheiro no banco – e o que o banco cobra quando alguém pede dinheiro emprestado do banco.

Vou dar um exemplo, porque é uma operação que as pessoas têm alguma dificuldade de entender. Se o banco pega dinheiro emprestado de uma pessoa pagando uma taxa de juros de 1% ao mês – é um exemplo hipotético – e, em seguida, ele empresta esse mesmo dinheiro a outra pessoa a uma taxa de juros de 3% ao mês, a diferença de 2% é o chamado **spread** bancário.

Ainda que o estudo trate apenas de números, na verdade, ele revela a relação que o setor financeiro tem com o restante da sociedade brasileira, tanto no caso de pessoas jurídicas – empresários do setor industrial, comercial, serviços, setor público – quanto de pessoas físicas – você, eu ou qualquer um.

O estudo constatou que, muito embora o Governo tenha feito um esforço considerável ao baixar a taxa de juros básicos da economia, a famosa taxa Selic, e aumentar a oferta de crédito nos últimos anos, os bancos brasileiros, ao invés de reduzir os **spreads**, vêm aumentando as margens de ganho sobre empréstimos e consequentemente os lucros.

Alguém tem ideia de quanto lucraram os bancos em 2011, e de onde vêm esses lucros?

O dado mais estarrecedor é o seguinte: enquanto a taxa Selic caiu de 18%, de dezembro de 2005, para 10,25%, em fevereiro de 2012, os **spreads** médios dos bancos se mantiveram praticamente inalterados: eles eram de 28,6%, em 2005, e hoje estão em 28,4%, em 2012, uma diferença de dois décimos apenas, quando a queda da taxa Selic foi de 18% para 10,25%.

Mas a margem líquida dos bancos aumentou bastante. Ela passou de 29,64%, em 2005, para 32,73%, em 2012. Este é um dos elementos que explica o lucro gigantesco do setor financeiro no Brasil.

A conclusão do artigo do jornal **O Globo,** que eu cito na íntegra, é esclarecedora:

> *"Os números compilados pela Austin mostram que os custos administrativos e com compulsórios caíram nesse período, mas em vez de diminuir as taxas para o tomador final, os bancos aumentaram a parte do* **spread** *destinada a cobrir impostos e também elevaram seus ganhos (margem líquida). Para os especialistas, isso contribuiu para os lucros recordes do setor nos últimos anos."*

E o jornal **O Globo** vai mais adiante: "Procurada, a Federação Brasileira de Bancos, Febraban, informou, por meio de sua assessoria, que não se pronunciaria sobre o assunto".

Vejam que os bancos não se sentem com nenhum compromisso e nenhuma responsabilidade em prestar contas aos seus depositantes, porque, no mínimo, o banco poderia nos explicar, nós que temos contas bancárias, por que esse crescimento da margem líquida quando a taxa Selic tende a cair e a continuar caindo?

A sociedade brasileira tem feito um esforço considerável para superar as distorções econômicas, sociais e políticas. Vários segmentos produtivos da sociedade têm dado a sua contribuição a esse enorme desafio. Mas não podemos dizer o mesmo do setor financeiro do Brasil, que continua com as mesmas práticas, não apenas de juros altos, mas também pelo excesso de garantias que exige dos clientes, burocratizando a outorga de crédito em tempo hábil e em condições razoáveis.

É hora de os bancos públicos romperem com essa situação, aumentando a oferta de crédito com taxas de juros bem abaixo da praticada pelos bancos privados, forçando a concorrência neste setor.

Esse é o papel do banco público, um papel de regulador de mercado, oferecendo juros mais baixos para que os bancos privados os acompanhem.

Com estes dados da Austin Rating, não podemos ter receio de dizer que a relação dos bancos com a sociedade brasileira pode ser caracterizada como a do vampiro que, para sobreviver na calada da noite, necessita do sangue de suas vítimas.

O último grande mito da sociedade ocidental, nascido no século XIX, ilustra bem essa situação.

E, por falar em bancos públicos, bancos que recebem contribuição do Tesouro, do orçamento, esses bancos precisam urgentemente, entre eles o Banco da Amazônia, de se modernizar O processo de empréstimo do Banco da Amazônia é uma via-crúcis interminável. As exigências muitas das vezes superam a capacidade de resistência do empreendedor.

E eu tenho acompanhado alguns desses sofrimentos de empresários que insistem em produzir, prin-

cipalmente na Amazônia, e que esbarram diante dos obstáculos criados pelo Banco da Amazônia que, nos últimos anos, tem reduzido o seu pessoal, diminuindo a capacidade de atender a sua clientela por falta de recursos humanos. É evidente que se nós não temos gente... O Banco dispensa, anualmente, centenas de trabalhadores e não contratam novos. Não está havendo a reposição desses trabalhadores, e os serviços do Banco pioram a cada ano, e é para lá que vai o Fundo Constitucional do Norte, que é um aporte de bilhões de reais a cada ano e uma parcela significativa desse dinheiro não entra na produção, não é emprestado para dinamizar a economia.

Portanto, o Basa, sendo o banco da minha região, precisa urgentemente, ou responder-me, dizendo que eu não tenho razão, explicar, de público, como são feitas, dar transparência às suas operações de crédito com recursos orçamentários do Fundo Constitucional do Norte, e modernizar definitivamente seus mecanismos de atendimento ao público em geral e, em particular, aos empreendedores da Amazônia.

Sr. Presidente, eu desejo a V. Exª, a todos os Senadores e Senadoras, aos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado, ao povo do meu Amapá, uma feliz Páscoa! Uma Páscoa com a família, uma Páscoa de paz e de felicidade em cada lar deste País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Agora, com a palavra, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, uso a tribuna, neste fim de tarde, para tratar de alguns temas. E, quanto a um deles – Senador, V. Exª me conhece e sabe que sou muito franco nas minhas posições – entendo que o Governo se movimenta bem para combater a investida de produtos importados no Brasil.

Ainda hoje falava com o Líder Walter Pinheiro e dizia das minhas preocupações com a Previdência pública. E vou tomar a liberdade, da forma transparente como tenho agido, de ler aqui da tribuna um artigo de minha autoria, que foi publicado hoje no principal jornal, ou pelo menos num dos principais jornais do Rio Grande do Sul, que levou o título "O outro lado da desoneração", publicado no jornal **Zero Hora**.

Sr. Presidente, esse meu artigo se desenvolve da seguinte forma:

> *O [nosso] Governo anunciou medidas para incentivar a produção e a geração de emprego e renda. Não há dúvida de que qualquer ação que vá ao encontro do desenvolvimento do nosso País é legítima. [E mostrarei mais à frente a minha posição quanto a isso.]*
>
> *Porém, não podemos deixar de advertir que a desoneração da folha de pagamento de 20% para 2,5%, 1% e até 0%, como já está sendo aplicada em alguns setores, causará sérios problemas sociais com horizontes nada promissores para a Previdência social pública.*
>
> *Da forma que está sendo feito, em via de mão única, sem nenhuma contrapartida como, por exemplo [...]*

Se dissessem: "Não, estamos desonerando a folha do empregador, que poderá chegar a 0% em algumas situações", como já é para a micro e pequena empresa, "mas vamos compensar acabando com o fator previdenciário e vamos também garantir uma política de reajustes reais para os aposentados, por exemplo, inflação mais o PIB"...

Sr. Presidente, milhões de aposentados e pensionistas, isso é fato real – hoje, pela manhã ainda, eu falava com algumas emissoras –, estão desesperados. É muito injusto com aqueles que deram e continuam dando o suor das suas vidas pelo País.

Quem mais uma vez pagará a conta da crise europeia e americana, mais América do Norte, vai acabar sendo os trabalhadores e aposentados. Vale lembrar que o famigerado fator previdenciário, que há mais de uma década assombra, assola, invade a vida dos brasileiros, retira 45% do salário do trabalhador da área urbana, em alguns casos retira 55%.

Como é feito o cálculo? Pegam-se as contribuições de 94 para cá e aplica-se para todo mundo. Quando chega no trabalhador da área urbana, eles aplicam o tal do fator e confiscam metade do salário. Quero também lembrar que as aposentadorias e pensões, que não têm nenhum vínculo de reajuste real, cada vez diminuem o seu valor, e as despesas com medicamentos e alimentação vão acima inclusive da própria inflação.

Infelizmente, o reajuste das aposentadorias não acompanha o crescimento do mínimo nem se aproxima. Lá atrás – é bom lembrar – os aposentados ganhavam 20 salários mínimos, depois passaram para 15, depois para 10 e hoje fica em torno de 6, caminhando para 1.

Pelo andar da carruagem, num futuro bem próximo, o benefício do segurado do INSS não ultrapassará o valor de um salário mínimo, o que fará com que a nossa Previdência se torne um seguro social mínimo. Até pouco tempo, lembro eu que aqueles que hoje

querem abdicar de bilhões da nossa Previdência afirmavam que ela estava falida. Não havia dinheiro, segundo eles, para reajustar os benefícios e muito menos para combater o fator previdenciário. Diziam: 7 bilhões, Paim, vai quebrar a Previdência. Agora abrimos mão de 7,2 bilhões por meio da desoneração da folha, ou seja, recursos da Previdência.

Essa é uma conta que não tem lógica, pois ninguém abre mão de receitas de uma fonte que não tem lastro. Repito, está parecendo terra de Marlboro. Essa história de dizer que a União vai cobrir o déficit é um filme que já assistimos por repetidas vezes. É só lembrarmos: com o dinheiro da Previdência construímos a Transamazônica; Volta Redonda; Brasília, Capital federal, dizendo que depois o Governo repunha esse dinheiro; Rio-Niterói, entre outras obras faraônicas ou majestosas. Até hoje não houve a devolução de um centavo sequer desse dinheiro da Previdência.

Eu fiz questão de vir à tribuna porque o artigo foi publicado, repito, em um dos jornais de maior circulação na região Sul, e é natural que eu assuma aqui as minhas posições e as minhas preocupações.

Permita-me também, Sr. Presidente, que eu faça aqui, mostrando àqueles que imaginam que eu não estou favorável a esse movimento que é feito pelos empresários e trabalhadores, e também apontando pelo Governo, quanto à questão da economia, um registro da tribuna de que hoje pela manhã sindicalistas, entidades de empresários e trabalhadores, como a Fiesp/Ciesp, Força Sindical, UGT, CGTB, CNM/CUT, Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, Sindicato do ABC, Sinafer, Simefre, Sinditextil/Abit, Abinee, Abimaq, Abiquim, Abipeças, Sicetel, IABR, Fiemg, Abiplast, CNTM/FS, Abrinq, Abraci, Abraflex, Siapapeco, Sindicel, fizeram um protesto, em São Paulo, contra os entraves, segundo eles, para o setor produtivo, a chamada desindustrialização, que tem diminuído a produção, promovendo o fechamento de empresas e, segundo eles, aumentando o nível de desemprego.

Alegam eles a carga tributária elevada e ações que dificultam o aumento do número de empregos no Brasil.

Para os sindicalistas, o Governo deve adotar medidas que devem ativar a economia. Um método seria, segundo ele, por meio da redução de impostos e diminuição da taxa de juros. O protesto aconteceu hoje pela manhã, em São Paulo.

Sr. Presidente, eu quero ainda, neste momento, registrar, além desse documento produzido por empresários e trabalhadores, que vai nessa linha de combater a taxa de juros, valorizar o câmbio e combater a guerra fiscal, apontar caminhos contra a estagnação da indústria de transformação. E aqui eles dão uma série de dados que demonstram a importância do fortalecimento da nossa indústria.

Sou totalmente favorável a esse documento, que não vou ler aqui na íntegra, mas quero destacar que não é retirando o dinheiro da previdência do trabalhador que nós vamos resolver essa questão da indústria brasileira.

Sr. Presidente, quero também registrar o falecimento, ontem, no Rio Grande do Sul, de alguém que conheci, a quem assisti e vi jogar: o famoso Airton Pavilhão. Sr. Presidente, registro, aqui, o falecimento, ocorrido ontem, de um dos maiores personagens do futebol gaúcho e, por que não o dizer, do futebol brasileiro.

Airton Ferreira da Silva, o Airton Pavilhão, 77 anos, morreu em decorrência de uma infecção generalizada. O ex-zagueiro do Grêmio e do Santos estava internado em estado grave, desde sexta-feira, no Hospital Ernesto Dornelles.

Pavilhão tinha uma marca: era zagueiro, mas muito habilidoso. Raramente cometia faltas.

Chegou ao clube em 1954, em uma negociação que lhe rendeu justamente o apelido. O Força e Luz aceitou vendê-lo por cinquenta mil cruzeiros mais o pavilhão do antigo Estádio da Baixada.

Conquistou 11 vezes o campeonato gaúcho. Antes de encerrar sua carreira, atuou ainda pelo Cruzeiro e Cruz Alta. Defendeu a seleção brasileira em sete oportunidades. Sagrou-se campeão pan-americano em 1956.

Uma das histórias mais famosas de Pavilhão foi ter dado um chapeuzinho – ele, zagueiro – em Pelé em um confronto entre Grêmio e Santos. Sei que Pelé, ao ser citado aqui, entende minha citação, pois sei que ele tinha um carinho muito grande pelo nosso famoso Pavilhão.

Sr. Presidente, deixo aqui meus sinceros sentimentos aos familiares do Airton Ferreira da Silva, o Airton Pavilhão, e estou encaminhando voto de solidariedade nesse sentido.

Mas, Sr. Presidente, quero ainda, neste momento, falar de um outro tema. Talvez, quem estiver me ouvindo vai dizer: "O Paim entrou defendendo investimento na Previdência, defendendo o fim do fator, defendendo uma política de reajuste real para os aposentados, defendendo uma política de valorização do empresariado sem que se toque na Previdência". A Previdência é dos trabalhadores. E a contribuição sobre o total da folha é sagrada, a não ser que haja uma compensação equilibrada que garanta ao aposentado, no futuro, uma

política permanente de valorização do benefício com reajustes reais, além do fim do fator.

Mas agora falo de outro tema. Quem estiver nos assistindo neste momento poderá pensar que o tema que vou tratar é ameno demais e muito distante da nossa realidade; realidade de violência urbana, de caos no tráfego, de pessoas que vivem embaixo dos viadutos, ou das que sofrem aguardando vaga em algum hospital público, ou mesmo da situação dos aposentados tão falados aqui por mim. Talvez eu devesse falar daqueles que dependem, inclusive, da cesta básica.

Então, eu respondo de pronto: o tema não tem nada de ameno, e, se olhássemos mais para ele, é possível que a metade dos problemas que enfrentamos hoje tivesse solução.

Eu quero falar aqui sobre a educação; e mais especificamente sobre um hábito simples, mas pouco praticado. Um hábito que pode nos transformar e, por consequência, transformar nosso meio, transformar o mundo.

Em uma sociedade justa e solidária, a educação está sempre no topo das prioridades. É por meio dela, por exemplo, que a igualdade de oportunidades acontece. É por meio dela também que uma sociedade reconhece seus direitos, faz suas reivindicações, toma posse deles e não aceita absurdos, por exemplo, como esse bandido fator previdenciário. Também é por meio da educação que a cidadania toma forma, e a violência cede lugar à solidariedade. O grito dá lugar ao diálogo franco e respeitoso, mas também de protesto.

Falando de modo simples: é por meio da educação que as pessoas param de jogar lixo nas ruas e passam a jogá-lo nas lixeiras. É ela também que ajuda uma pessoa a falar e a ter melhores oportunidades na busca do emprego.

A educação faz com que as pessoas entendam, por exemplo, que desperdiçar água ou pichar paredes, muros e edifícios não é um ato de rebeldia; é um ato de falta de educação. É falta de cidadania e, ao contrário do que pensam os que fazem isso, que picham, que botam água fora, não é nada engraçado. É simplesmente passar atestado de incompetência, de estupidez.

A educação colabora nas escolhas que um ser humano faz para sua vida. É claro que, mesmo tendo acesso a ela, alguém pode fazer péssimas escolhas, como desviar recursos públicos. Se, mesmo tendo recebido o aprendizado, alguém escolhe praticar um ato ilícito, é preciso considerar o caráter em questão, no mínimo bastante duvidoso. E também consta da Bíblia: "A quem mais for dado, mais será cobrado".

De qualquer modo, Sr. Presidente, eu acredito no poder transformador da educação e acredito que ele, inclusive, pode mudar a prática dos famosos "eu quero é me dar bem" e "é dando que se recebe".

Sr. Presidente, como disse antes, eu gostaria de falar sobre algo mais específico em relação à educação. Trata-se de um tópico que considero muito valioso: o hábito da leitura.

Dia 02 de abril, foi o Dia Internacional do Livro Infanto-Juvenil; no dia 18 de abril, comemoraremos o Dia Nacional do Livro Infantil; e, dia 23, será o Dia Mundial do Livro. Aliás, o mês de abril é a própria celebração do hábito de ler, e eu acredito, Sr. Presidente, que incentivar esse hábito desde a infância tem uma relação muito direta com a formação das nossas crianças.

Fiquei preocupado com os dados que mostram o baixo índice de leitura em nosso País. O levantamento foi feito pelo Ibope Inteligência com cinco mil entrevistados, em 315 Municípios, entre junho e julho de 2011. Os resultados da terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, indicaram que a média de leitura do brasileiro é de apenas 2,1 livros por ano. O estudo revela que, no total, a média de leitura do brasileiro é de quatro livros anuais, dos quais dois não são lidos até o final.

Esse número é menor que o registrado em 2007, quando foi feita a segunda edição da pesquisa. Na época, vejam bem, em 2007, a média era de 4,7 livros por ano. Hoje, fica em torno, até o final, de dois livros.

A pesquisa mostrou que as mulheres leem mais que os homens. Enquanto 53% delas são leitoras, entre os homens o índice cai para 43%.

Enfim, vocês acreditam que ainda, segundo a pesquisa, 75% da população nunca frequentaram uma biblioteca em toda a sua vida?

A Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, esteve presente na abertura do seminário de Retratos da Leitura no Brasil e afirmou que o Governo trabalha para zerar o número de Municípios brasileiros sem biblioteca.

Sempre que falo sobre o tema educação no Brasil, insisto na importância de cultivar o hábito da leitura – eu sei que leio até muito rápido. Ela traz conhecimento, aprimora a linguagem, enriquece o imaginário e permite viajar por infinitos e diversos mundos. As escolas podem ser um ambiente de estímulo, de muito estímulo ao hábito de ler.

Escolas, Sr. Presidente, que se dispõem a implantar projetos nesse sentido trazem benefícios incríveis aos alunos e geram resultados magníficos para si mesmas, para as famílias, para a comunidade como um todo.

Sr. Presidente, a família também é decisiva nesse processo. Mesmo que os pais não tenham o hábito de ler, eles precisam refletir e incentivar os filhos a ler.

A leitura, meus caros, é uma companhia das mais prazerosas. Ela amplia horizontes, ela educa, ela aumenta a consciência, ela transforma. Na verdade, a leitura é um caminho na educação, e eu gostaria muito que todos os alunos do Brasil pudessem contar com um nível de aprendizado excelente, porque isso lhes daria condições de tomar posse de suas escolhas tendo conhecimento dos resultados que essas escolhas vão lhes trazer ao longo de suas vidas.

A educação faz isso, ela tem a capacidade de transformar.

Neste ano, agora em abril, nós vamos ter um evento sensacional em Brasília. Será realizada a 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, no período de 14 a 23 de abril.

Sr. Presidente, permita que eu diga que o escritor nigeriano defende a educação e a cultura como um caminho para aprimorar o ser humano.

Eu vou apenas simplificar este dado. Devido ao tempo, não farei toda a leitura. Mas quero dizer, Sr. Presidente, no encerramento desta parte, que me dou o direito de citar Castro Alves, porque ele soube resumir muito bem tudo que estou tentando dizer. Por isso, estou abreviando o meu pronunciamento.

Ele escreveu **O Livro e a América**, primeiro poema de seu primeiro livro:

> Oh! Bendito o que semeia
> Livros... livros à mão cheia...
> E manda o povo pensar!
> O livro caindo n'alma
> É germe – que faz a palma,
> É chuva – que faz o mar.
> (...)
> Bravo! a quem salva o futuro
> Fecundando a multidão!...
> Num poema amortalhada
> Nunca morre uma nação.

Fica aqui o meu desejo de que, a cada dia, o povo brasileiro seja motivado a viajar pelo mundo fantástico dos livros. Aí, sim, estaremos caminhando para ser uma nação de Primeiro Mundo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar, ao terminar, nestes últimos quatro minutos, de lembrar a Páscoa. Espero que a energia da Páscoa, essa energia do bem, contamine aqueles que têm poder no Brasil, seja o poder econômico, seja o Poder Legislativo, seja o Judiciário, seja o Executivo, para melhorar a vida de toda a nossa gente: das crianças, e não tem como não dizer, da criança que nasce hoje ao cidadão mais idoso no nosso País.

Sr. Presidente, nestes dias, estamos revivendo um momento muito especial para toda humanidade. Primeiro, são os dias que antecedem o grande sofrimento pelo qual Jesus passou na sexta-feira santa. Dias que lembram uma capacidade infinita de amar, de se doar. Depois de todo sofrimento que Ele enfrentou, temos então o momento grandioso da ressurreição, do renascimento.

Eu olho para trás e consigo ver o menino que eu fui e que, como tantos outros, esperava ansioso pela festa da Páscoa. Eu sonhava, claro, com uma linda cesta de chocolates, com coelhinho, na qual não iria faltar um ovo gigante, mas a realidade era outra, era difícil, e aqueles chocolates todos e o tal do coelho sempre ficavam somente na imaginação.

De qualquer modo, eu sentia que havia muito amor no ar e um profundo respeito por Aquele que era a razão da grande festa. Afinal, Ele se doara de uma forma jamais superada ou igualada e não teve nada em troca. Aprendi que naquele momento tão especial, renascia, com Ele, todo bom sentimento. Sentimento que brota no coração, sentimento que brota da alma e que se estende para o falar, para o olhar e para o agir.

Essa é a verdadeira Páscoa! Não a do ovo de chocolate ou não. Não a do coelho, mas a da alma e do sentimento, do coração, da fé, de se doar. Um convite para a renovação, para o renascimento.

Você que está me assistindo neste momento talvez não ganhe nem um presentinho, uma bala, um ovo ou não veja o coelhinho na Páscoa. Faça como eu: olhe para as estrelas, olhe para o universo, veja o brilho da noite, o brilho do sol ou mesmo, se estiver chovendo, o carinho dos pingos caindo ou do vento lhe tocando, sinta-se feliz e diga: "Eu estou aqui recebendo a benção do universo, estou recebendo o olhar dEle, que deu Sua vida por nós".

Neste momento tão especial, quero dizer a todos que o meu mais profundo desejo é que possamos, de corações abertos, renascer em amor, em solidariedade, em justiça, em bem querer e em bem fazer.

Meus votos de feliz Páscoa a todos, do mais jovem ao mais idoso, de norte a sul, de todos os cantos do Brasil e, por que não dizer, do Planeta. Que a energia da Páscoa contamine a todos nós.

Quem sabe estejamos caminhando para a construção efetiva de uma sociedade onde todos terão direitos e oportunidades iguais; onde todos terão o olhar da solidariedade, do outro; onde cada homem e cada mulher vai olhar para si e dizer: "Eu quero para o outro

o mesmo que quero para mim". E aí eu tenho certeza de que não virei à tribuna protestar tanto contra a situação dos idosos, dos aposentados, das crianças, dos adolescentes, da miséria, da pobreza. Porque nós todos, cada um fazendo a sua parte, haveremos de construir um mundo em que todos os dias sejam de paz, de amor e de solidariedade.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exª e peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos, inclusive este chamado "Grito de alerta em defesa da produção e do emprego brasileiros", que fala sobre a estagnação da indústria de transformação e que é assinado pelas entidades que eu já aqui li. Mas é um complemento àquela introdução que fiz sobre a importância de estarmos todos caminhando no combate à desindustrialização que, infelizmente, bate às portas do Brasil. E por isso o Governo está se movimentando.

Senador Diniz, V. Exª que é um grande quadro do nosso partido – e sei o carinho que V. Exª tem pelo Governo –, tenha claro que a minha posição é idêntica à sua. O que estou fazendo da tribuna, ontem e hoje... Eu acho que esse grito de alerta sempre é bom. Que façamos as mudanças, mas que olhemos com muito carinho para a Previdência pública.

Obrigado, meu Presidente.

Vou assumir a Presidência, se V. Exª assim entender, para que V. Exª possa fazer o seu pronunciamento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de solicitar que o artigo de minha autoria "O outro lado da desoneração", publicado no dia de hoje, no jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, seja registrado nos **Anais** desta casa, tendo em vista que o tema é de extrema importância para todos os brasileiros e brasileiras.

Diz o texto:

> "O governo anunciou medidas para incentivar a produção e a geração de emprego e renda. Não há dúvida de que qualquer ação que vá ao encontro do desenvolvimento do nosso país é legítima.
>
> Porém, não podemos deixar de advertir que a desoneração da folha de pagamento, de 20% para 2,5%, 1% e até 0% como já está sendo aplicada em alguns setores, causará sérios problemas sociais com horizontes nada promissores para a previdência social pública.
>
> Da forma como está sendo feito, em via de mão única, sem nenhuma contrapartida como, por exemplo, o fim do fator previdenciário e reajustes reais (inflação mais o PIB) para os milhões de beneficiários do INSS, é muito injusto com aqueles que também deram e continuam dando o suor pelo país. Quem mais uma vez pagará a conta serão os trabalhadores e aposentados.
>
> Vale lembrar que o famigerado fator previdenciário, que há mais de uma década assombra a vida dos brasileiros, retira 45% do salário do trabalhador e, em alguns casos, até 55% do salário da trabalhadora na hora da aposentadoria. Sem contar que as aposentadorias e pensões estão cada vez mais minguadas e as despesas com medicamentos e alimentação adequada não param de subir.
>
> Infelizmente, o reajuste das aposentadorias não acompanha o crescimento do salário mínimo. Lá atrás, os aposentados ganhavam 20 salários mínimos, depois passaram para 15, 10 e hoje, em torno de seis.
>
> No andar da carruagem, num futuro bem próximo, o benefício do segurado do INSS não ultrapassará o valor de um salário mínimo, o que fará da nossa previdência um verdadeiro "seguro social mínimo".

Até pouco tempo, aqueles que hoje querem abdicar de bilhões da nossa previdência social afirmavam que ela estava falida. Não havia dinheiro, segundo eles, para reajustar os benefícios e liquidar com o fator previdenciário.

> "Eles" diziam que R$7 bilhões quebrariam a previdência. Agora, de pronto, abrem mão de R$7,2 bilhões por meio da desoneração da folha de pagamento. Essa é uma conta que não tem lógica, pois ninguém abre mão de receitas de uma fonte que não tem lastro... Isso está parecendo "Terra de Marlboro".

Essa história de dizer que a União vai cobrir o "eventual déficit" é um filme a que todos nós já assistimos por repetidas vezes. Temos exemplos como Transamazônica, Volta Redonda, Brasília, Rio-Niterói, entre outros, que foram construídas com dinheiro da previdência e até hoje, pasmem, a União não devolveu um centavo sequer."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Sena-

dores, rapidamente, gostaria de registra o falecimento, ocorrido ontem, de um dos maiores personagens do futebol gaúcho e por que não dizer do futebol brasileiro.

Airton Ferreira da Silva, o Airton Pavilhão, 77 anos, morreu em decorrência de uma infecção generalizada.

O ex-zagueiro do Grêmio e do Santos estava internado em estado grave desde sexta-feira no Hospital Ernesto Dornelles.

Pavilhão caracterizava-se por ser habilidoso e raramente cometer faltas. Chegou ao clube em 1954 em uma negociação que rendeu-lhe justamente o apelido. O Força e Luz aceitou vendê-lo por 50 mil cruzeiros mais o pavilhão do antigo Estádio da Baixada.

Conquistou 11 vezes o Campeonato Gaúcho. Antes de encerrar a carreira, atuou ainda por Cruzeiro e Cruz Alta. Defendeu a Seleção Brasileira em sete oportunidades, sagrando-se campeão pan-americano em 1956.

Uma das histórias mais famosas de Pavilhão foi ter dado um chapeuzinho em Pelé em um confronto entre Grêmio e Santos.

Sr. Presidente, deixo aqui os meus sinceros sentimentos aos familiares de Airton Ferreira da Silva, o Airton Pavilhão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem estiver me ouvindo hoje poderá pensar que o tema sobre o qual vou falar é ameno demais, é muito distante da nossa realidade de violência urbana, de caos no tráfego, de pessoas que vivem embaixo dos viadutos, de pessoas que sofrem aguardando uma vaga em algum hospital público ou dos aposentados que não conseguem suprir suas necessidades básicas com seus baixos vencimentos.

Então eu respondo de pronto: o tema não tem nada de ameno e se olhássemos mais para ele, é possível que metade dos problemas que enfrentamos pudessem ser solucionados.

Eu quero falar aqui sobre a educação e mais especificamente sobre um hábito simples, mas pouco praticado. Um hábito que pode nos transformar e por consequência, transformar nosso meio.

Em uma sociedade justa e solidária a educação está sempre no topo das prioridades. É por meio dela, por exemplo, que a igualdade de oportunidades acontece.

É por meio dela também, que uma sociedade reconhece seus direitos, faz suas reivindicações e toma posse deles.

Também é por meio da educação que a cidadania toma forma e a violência cede lugar à solidariedade, o grito dá lugar ao diálogo franco e respeitoso.

Falando de modo bem simples: é por meio da educação que as pessoas param de jogar lixo nas ruas e passam a jogá-lo nas lixeiras. É ela também que ajuda uma pessoa a falar corretamente e ter melhores oportunidades de emprego. A educação faz com que as pessoas entendam, por exemplo, que desperdiçar água, ou pichar paredes, muros, edifícios, não é um ato de rebeldia. É falta de educação, mesmo! É falta de civilidade! E, ao contrário do que pensam os que fazem isso, não é nada engraçado. É, simplesmente, passar atestado de estupidez, mesmo! A educação colabora nas escolhas que um ser humano faz para sua vida.

É claro que, mesmo tendo acesso a ela, alguém pode fazer péssimas escolhas, como desviar recursos públicos, por exemplo.

Se, mesmo tendo recebido o aprendizado alguém escolhe praticar um ato ilícito, é preciso considerar o caráter em questão, no mínimo bastante duvidoso.

E, também consta da Bíblia: A quem mais for dado, mais será cobrado. De qualquer modo, eu acredito no poder transformador da educação e acredito que é ele, inclusive, que pode mudar a prática do famoso: eu quero é me dar bem.

Srªs Senadoras e Senadores, como disse antes, gostaria de falar sobre algo mais específico em relação à educação, um tópico que considero muito valioso: o hábito da leitura.

Dia 2 de abril foi o Dia Internacional do Livro Infanto-Juvenil. No dia 18 de abril comemoramos o Dia Nacional do Livro Infantil e dia 23 será comemorado o Dia Mundial do Livro.

Aliás, o mês de abril é a própria celebração do hábito de ler.

E eu creio que incentivar esse hábito desde a infância tem uma relação muito direta com a formação das nossas crianças.

Fiquei preocupado diante dos dados que mostram o baixo índice de leitura em nosso país.

O levantamento foi feito pelo Ibope Inteligência com 5 mil entrevistados em 315 municípios entre junho e julho de 2011.

Os resultados da terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, indicaram que a média de leitura do brasileiro é de apenas 2,1 livros por ano.

O estudo revela que, no total, a média de leitura do brasileiro é de 4 livros anuais, dos quais dois não são lidos até o final.

Esse número é menor do que o registrado em 2007, quando foi feita a 2ª edição da pesquisa. Na época, a média de livros lidos por ano era de 4,7.

A pesquisa mostrou que as mulheres leem mais do que os homens. Enquanto 53% delas são leitoras, entre os homens o índice é de 43%.

Vocês acreditam que, ainda segundo a pesquisa, 75% da população nunca frequentou uma biblioteca na vida?

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, esteve presente à abertura do seminário Retratos da Leitura no Brasil e afirmou que o governo trabalha para zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca.

Srªs e Srs. Senadores, sempre que falo sobre o tema educação no Brasil, insisto na importância de cultivar o hábito da leitura.

Ela traz conhecimento, aprimora a linguagem, enriquece o imaginário e permite viajar por infinitos e diversos mundos.

As escolas podem ser um ambiente de estímulo ao hábito de ler.

Escolas que se dispõem a implantar projetos neste sentido trazem benefícios incríveis aos alunos e geram resultados magníficos para si mesmas, para as famílias, para a comunidade como um todo.

Mas, Sr. Presidente, a família também é decisiva nesse processo. Mesmo que os pais não tenham o hábito de ler, eles precisam refletir sobre a diferença que a leitura pode fazer na vida dos filhos.

O exemplo é algo muito importante, mas se não temos costume de ler, podemos, pelo bem deles, pegar um livro infantil e ler para eles à noite. Isso pode gerar um hábito saudável e benéfico para seu futuro.

A leitura, meus caros, é uma companhia das mais prazerosas. Ela amplia horizontes, ela educa, ela conscientiza, ela transforma.

Na verdade, a leitura é um caminho na educação e eu gostaria muito que todos os alunos do Brasil pudessem contar com um nível de aprendizado excelente, porque isso lhes daria condições de tomar posse de suas escolhas tendo conhecimento dos resultados que essas escolhas vão trazer para suas vidas.

A educação faz isso, ela tem a capacidade de transformar tudo!

Sr. Presidente, neste ano, agora em abril, nós vamos ter um evento sensacional em Brasília.

Será a realização da 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, no período entre 14 e 23 de abril.

A entrada vai ser franca e serão quase 160 estandes, prontos para comercialização.

A bienal vai ser brindada com a participação de Wole Soyinka (77 anos), o primeiro autor negro (de origem africana) premiado com o Nobel de Literatura.

Soyinka nasceu em uma família humilde de origem iorubá em Abeokuta, Nigéria. Ele estudou e acabou se formando na Inglaterra, com menção honrosa em Literatura inglesa.

Ele participou ativamente na história política da Nigéria. Em 1967, durante a Guerra civil nigeriana, foi preso pelo Governo federal mantido em confinamento solitário na prisão por suas tentativas de mediar a paz entre os partidos em guerra.

O escritor nigeriano defende a educação e a cultura como caminho para aprimorar o ser humano.

Meus caros Senadores e Senadoras, Brasília irá reunir escritores de todos os continentes, educadores, editoras, distribuidoras, empresários, jornalistas, leitores de todas as idades e artistas de todas as áreas.

O evento irá promover lançamento de livros, exibição de filmes que fazem o cruzamento entre cinema e literatura, exposições, apresentações musicais, teatrais e de poesia.

Essa será uma ótima oportunidade de viajar pelo mundo dos livros, das artes. Será uma verdadeira avalanche de letras. Serão lançados 300 livros, uma média de 30 por dia.

Como eu disse, será um evento e tanto!!!

Bem, eu gostaria de poder ficar aqui horas e horas citando autores e autoras que nos encantam com suas palavras mágicas. Palavras colocadas umas ao lado das outras formando um imaginário fantástico!

Mas, vou citar Castro Alves porque ele soube resumir muito bem tudo que estou tentando dizer!

Ele escreveu O livro e a América, primeiro poema de seu primeiro livro

Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe - que faz a palma,
É chuva - que faz o mar.
(...)
Bravo! a quem salva o futuro!
Fecundando a multidão!...
Num poema amortalhada
Nunca morre uma nação.

Fica aqui o meu desejo de que a cada dia mais e mais pessoas se sintam motivadas a viajar pelo mundo fantástico dos livros!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nestes dias estamos revivendo um momento muito especial para toda humanidade.

Primeiro são os dias que antecedem o grande sofrimento pelo qual Jesus passou na sexta-feira santa. Dias que lembram uma capacidade infinita de amar, de se doar.

Depois de todo sofrimento que Ele enfrentou, temos então o momento grandioso da ressurreição, do renascimento.

Eu olho para trás e consigo ver o menino que eu fui e que, como tantos outros, ansiava pela festa da Páscoa. Eu sonhava com uma linda cesta de chocolates, na qual não iria faltar um ovo gigante, mas a realidade era difícil e aqueles chocolates todos ficavam só na imaginação. De qualquer modo eu sentia que havia muito amor no ar e um profundo respeito por Aquele que era a razão da grande festa, afinal, Ele se doara de uma forma jamais superada ou igualada.

Aprendi que naquele momento tão especial, renascia, com Ele, todo bom sentimento. Sentimento que brota no coração e que se estende para o falar, para o olhar, para o agir.

Essa é a verdadeira Páscoa! Um convite para a renovação, para o renascimento.

E, neste momento tão especial eu quero dizer a todos que o meu mais profundo desejo é de que possamos, de coração aberto, renascer em amor, em solidariedade, em justiça, em bem querer e em bem fazer.

Meus votos de Feliz Páscoa a todos, do mais jovem ao mais idoso, de Norte ao Sul, em todos os cantos do nosso Brasil!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

Passo, agora, a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, passo a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz, grande Senador pelo Acre, que tem como governador um grande colega meu. Permita-me, Senador Anibal Diniz, que eu diga isso, porque também fiz questão de homenagear S. Exª nesta semana por meio da PEC paralela, que resultou nesses dois projetos, os quais beneficiaram pessoas com deficiência, e que os aprovamos na semana passada e nesta semana.

V. Exª tem a palavra pelo tempo que for necessário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paim.

Senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos acompanham pelo *site* do Senado, quero iniciar fazendo uma homenagem especial aos nossos trabalhadores da TV Senado e da Rádio Senado, que estão comemorando, esta semana, 15 anos de existência. Portanto, quero aqui prestar uma homenagem, dar meus parabéns a toda a equipe da TV Senado, que comemora 15 anos de existência.

Ela foi inaugurada no dia 5 de fevereiro de 1996, com início das transmissões regulares via TV a cabo. A TV Senado tinha, no início, 15 horas de programação somente para Brasília. No ano seguinte, em 1997, iniciou as transmissões via satélite e passou a ter programação de 24 horas, com vivo e reprise das sessões do plenário. Em junho do ano 2000, o sinal da TV Senado passa a ser captado por antenas parabólicas em todo o País, alcançando a população brasileira sem acesso à TV por assinatura. E as transformações continuaram. Em 2011, foi criada a página na Internet, com transmissão da programação ao vivo. Em 2002, o inestimável trabalho realizado pela TV Senado na divulgação dos trabalhos desta Casa, por todos nós reconhecido, recebeu o prêmio como Melhor Emissora de Utilidade Pública, título concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte.

A partir daí, somam-se ao histórico da emissora o início de transmissão de TV aberta em canais UHF, diversos prêmios por programas de temas variados, entre eles, inclusão social, saúde, sustentabilidade, sociedade, mulheres e direitos humanos. E, em 2010, a inauguração das transmissões com sinal da TV digital em São Paulo. No ano passado, em 2011, uma notícia especial para o Estado do Acre: começou a transmissão também da TV Senado em sinal aberto para a nossa capital, Rio Branco, com a inauguração do canal 16 em UHF, no dia 17 de janeiro.

De tal maneira que fica aqui registrado nosso especial agradecimento por todo o trabalho realizado por essa competente e talentosa equipe. E fica também o convite para que todos possam acompanhar, desde amanhã, dia 5 de abril, até o dia 9 de abril, no Museu Nacional da República, em Brasília, a Mostra Senado Documento – Senadoc 2011, com cinco documentários que marcam a trajetória da emissora. É uma emissora que, além de transmitir ao vivo os trabalhos legislativos do Senado Federal, produz conteúdo relevante para

a educação, para a cultura e para a preservação da memória histórica do nosso País.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos à equipe da TV Senado pelos 15 anos de existência. E que consigamos fazer esse trabalho transparente, absolutamente transparente, aqui, no Senado Federal, onde todas as nossas ações como Senadores são acompanhadas e vistas pelas pessoas nos mais diferentes pontos do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de trazer, neste meu pronunciamento, um cumprimento especial à revista **Amazônia S/A** por uma matéria veiculada. Essa revista trouxe uma matéria, fazendo um registro – conforme eu também já tinha feito no Senado – do trabalho de uma indústria que está processando, reciclando o plástico e fazendo uma série de produtos úteis para a sociedade do Acre.

Na edição que traz uma entrevista com o Senador Jorge Viana por conta da sua brilhante atuação como relator do Código Florestal, a revista apresenta também essa reportagem, que já foi objeto de um pronunciamento que fiz aqui e quero fazer este registro neste momento.

Venho trazer a esta Casa meu cumprimento especial a uma reportagem veiculada na revista **Amazônia S/A***,* que oportunamente identificou e deu valor a um tema extremamente importante e caro a todos aqueles que defendem e trabalham por um meio ambiente mais limpo e por uma vida sustentável através do econegócio.

Esse é um caminho sem volta, destaca o texto da revista. O mundo despertou definitivamente para a valorização e a preservação do meio ambiente e também para a realidade que apenas a boa gestão dos recursos naturais pode determinar uma boa permanência dos seres vivos na Terra. E o Acre é destaque nacional em práticas ambientais.

Em pronunciamento anterior, no mês passado, fiz referência à oportunidade que tive de conhecer, em Rio Branco, uma experiência completamente inovadora: uma indústria ambientalmente correta, cuja matéria-prima é o plástico reciclável.

Essa iniciativa da indústria Plasacre já está oferecendo benefícios ao mercado local na produção de bens de consumo sustentáveis. O trabalho da indústria consiste em captar material plástico, aquele que tradicionalmente é descartado e enterrado nas cidades, e transformá-lo em matéria-prima plástica usada em uma série de utilidades para o dia a dia, produtos de boa qualidade e grande durabilidade.

A empresa mantém um rigoroso processo de seleção para utilizar o plástico já processado, ou seja, triado, lavado, secado e moído. A partir daí, respeitando as diferentes composições de cada produto, fabrica telhas, mangueiras, caixas de transporte de frutas e verduras e outros produtos. O polipropileno utilizado para produção de telhas vem de materiais densos como bacias, cadeiras plásticas ou potes de acondicionamento. A estimativa é de que as telhas, com esse material, reduzam o custo de uma cobertura em até 40%, porque não precisam de uma estrutura tão pesada. Pode-se também fazer estacas, mourões e outras estruturas de construção. Uma solução ambientalmente correta para evitar mais derrubada de árvores, por exemplo, são os mourões de plástico reciclável.

A matéria da revista **Amazônia S/A** informa que cada peça dura até 50 anos e tem um custo aproximado de R$20,00. Imaginem quantas árvores não seriam poupadas se os fazendeiros e todas as pessoas que utilizam mourões em suas cercas, para fazer o estirador dessas, utilizassem esse produto de plástico!

Uma estaca de madeira semelhante custa em torno de R$16,00. Sem o tratamento químico adequado, ela tem uma duração aproximada de 10 anos. Imagine só que se pode ter uma estaca de plástico, com duração de até 50 anos, a um custo de R$20,00. Ao mesmo tempo, uma estaca de madeira, tirada de uma árvore da floresta, custa R$16,00, com uma durabilidade de apenas 10 anos. Quer dizer, é algo interessante de ser refletido pelas pessoas que fazem o investimento. São cenários muito diferentes.

Pode-se pensar em construir, com material plástico reciclado, cercas de fazenda ou até pilares de cobertura de uma garagem e ainda abrigos para passageiros de ônibus, tijolos de encaixe para calçadas e telhas e forros para unidades habitacionais ou galpões e estabelecimentos comerciais.

Estamos diante de uma ideia simples, mas revolucionária. Temos a oportunidade de dar um salto à frente na responsabilidade social e ambiental ao valorizar o produto de trabalho de catadores de plástico organizados no projeto Catar, que reúne dezenas de catadores em toda a cidade de Rio Branco.

No pronunciamento anterior, eu já havia dito isso, mas faço questão de reforçar. Uma indagação que as pessoas podem estar fazendo: mas o que tem a ver o Senador Anibal Diniz para tratar deste assunto no Senado mais uma vez? É muito simples, Senador Paim. Temos de falar sempre naquilo que acreditamos, porque, se não insistirmos, as pessoas poderão não ter a oportunidade de tomar conhecimento do que

estamos falando. Reafirmo, aqui, como ponto principal da questão, o nosso interesse no sucesso de um empreendimento dessa natureza, porque tem tudo a ver com o projeto de desenvolvimento sustentável que nós defendemos.

Imagine só o quanto era difícil a coleta do lixo em Rio Branco! Hoje, depois de o Prefeito Raimundo Angelim ter implantado a nossa indústria de reciclagem, a nossa destinadora final do lixo, essa situação ficou infinitamente melhor para a população de Rio Branco, trazendo-lhe mais qualidade de vida.

Então, vejam só: há treze anos trabalhamos em um processo político que defende a importância do desenvolvimento sustentável, a importância de uma economia limpa, justa e competitiva. É um projeto político que defende a valorização dos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para que a sustentabilidade aconteça em todas as suas dimensões. A indústria que utiliza matéria-prima reciclável tem uma contribuição fundamental para o sucesso do nosso projeto de desenvolvimento.

Quero reforçar aqui o meu cumprimento especial ao Prefeito Raimundo Angelim, que teve a preocupação de buscar uma solução para isso. Cumprimento tanto o Prefeito Raimundo Angelim quanto o ex-Governador Binho Marques, que também teve uma participação importante nesse sentido, bem como o Governador Tião Viana, que atualmente vem apoiando o projeto. Eles compreenderam rapidamente o potencial social do empreendimento e, numa parceria inédita, estão promovendo a coleta seletiva do lixo.

Defendemos uma fórmula apropriada para resolver a destinação adequada para a enorme quantidade de lixo produzida pela sociedade. Rio Branco, por exemplo, produz 180 toneladas de lixo por dia ou, ilustrando, seriam 30 caminhões de lixo todos os dias levados para a unidade de tratamento intensivo, que é a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de Rio Branco.

O Acre já trabalha há alguns anos uma gestão eficiente para resíduos sólidos. O Projeto de Modernização do Sistema Público de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Rio Branco começou em 2005, pela necessidade urgente de encerrar o antigo local de disposição final dos resíduos sólidos, um lixão que gerava grandes impactos ambientais associados.

Esses impactos eram ainda mais intensos por causa da inexistência de políticas públicas municipais.

Para reverter essa situação, a Prefeitura de Rio Branco, tendo à frente o Prefeito Raimundo Angelim, buscou conhecimento técnico em diversas regiões do País, de forma a trazer para o Município uma proposta sustentável, tanto para o atendimento das necessidades imediatas como para o atendimento das necessidades futuras.

A gestão municipal realizou ações emergenciais, drenagem de gás, chorume e implantação de uma lagoa de estabilização, além da aquisição de uma área de 44 hectares com passivo ambiental.

A Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de Rio Branco é, por definição, uma obra que integra aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais. É inegável a melhoria da qualidade do serviço de coleta de lixo, principalmente da destinação depois da implantação da unidade de tratamento de resíduos sólidos, que inclusive foi a causa principal de um prêmio recebido pela prefeitura de Rio Branco, exatamente pelo tratamento adequado da questão dos resíduos sólidos.

É inegável a melhoria de vida da população, com a inclusão social de pessoas de baixa escolaridade no mercado de trabalho e com o fortalecimento da economia solidária.

Agora, precisamos, cada vez mais, mudar antigos hábitos. A criação de um espaço moderno destinado ao tratamento do lixo só pode ter efeito real e duradouro com a participação fundamental da população.

É muito interessante que todos procurem atentar para o quanto cada um pode colaborar, fazendo a separação correta de cada espécie de lixo. A participação popular, a boa gestão pública e iniciativas privadas louváveis formam a tríade de um projeto de desenvolvimento consciente, rentável e limpo para o Acre e, quem sabe, para o Brasil, porque essa experiência aos poucos vai se tornando conhecida de todos.

E, para finalizar, Senador Paim, gostaria de deixar meu cumprimento ao Prefeito Raimundo Angelim, pela experiência fantástica da unidade de tratamento de resíduos sólidos e também pela parceria que desenvolveu com a indústria Plasacre, proporcionando emprego e renda para dezenas de catadores, dando alguma condição de vida para essas pessoas. E essa empresa precisa da sua viabilidade.

Imagino que o mercado local e, no futuro, também, outros mercados vizinhos vão se utilizar desses produtos e vão tornar esse empreendimento viável, porque, quanto mais empreendimentos sustentáveis tivermos, maiores as possibilidades de lograrmos sucesso no nosso projeto de desenvolvimento sustentável e de termos maior respeito à natureza, de termos maior respeito à floresta e, assim, melhores condições de vida para todos.

Finalizando, Senador Paim, eu quero aqui fazer hoje um agradecimento especial, um agradecimento a Deus pela saúde, nesta já antevéspera da Páscoa.

A gente tem que, todos os dias, dar graças a Deus por tudo o que está à nossa volta, pela saúde, pelo ar que respiramos, por tudo o que temos. Tudo o que a vida nos proporcionou é sempre motivo de agradecimento. E, cada dia que concluímos, temos que estar prontos a agradecer.

Quero agradecer hoje, em especial, pela vida da minha esposa, Elisângela Pontes, que faz aniversário. Nós, que fazemos política, às vezes, somos expostos, temos que enfrentar situações muito difíceis, e nem sempre somos compreendidos e só conseguimos cumprir integralmente com nossa missão quando temos um porto seguro dentro da nossa casa, com a nossa família, sempre para nos acolher e dividir conosco as dores, as alegrias e dar força para seguirmos em frente.

Então, minha esposa, Elisângela Pontes, faz aniversário hoje. Quero agradecer muito a ela, que tem me dado uma força tremenda ao longo desses onze anos de casamento que temos, com a nossa filha, Ana Beatriz. Tenho também a Janaína, do primeiro casamento, uma moça já de 21 anos e que cursa Faculdade de Direito.

Faço um reconhecimento todo especial à força que Elisângela Pontes tem me dado para me fazer uma pessoa vencedora. Se sou uma pessoa vencedora hoje, agradeço muito aos meus companheiros, a nossa trajetória de luta no Partido dos Trabalhadores, à experiência de governo que tivemos no Acre. Mas quero também fazer um reconhecimento à Elisângela Pontes, minha esposa, que tem me dado uma grande força. Por isso, parabenizo-a por seu aniversário e peço a Deus que lhe dê muita saúde e conserve a harmonia do nosso lar.

Para homenageá-la, eu resolvi trazer este livro das **Virtudes**, o eterno poema de Vinícius de Moraes:

> Soneto de Fidelidade
> De tudo ao meu amor serei atento
> Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
> Que mesmo em face do maior encanto
> Dele se encante mais meu pensamento.
> Quero vivê-lo em cada vão momento
> E em seu louvor hei de espalhar meu canto
> E rir meu riso e derramar meu pranto
> Ao seu pesar ou seu contentamento.
> E assim, quando mais tarde me procure
> Quem sabe a morte, angústia de quem vive
> Quem sabe a solidão, fim de quem ama
> Eu possa me dizer do amor (que tive):
> Que não seja imortal, posto que é chama
> Mas que seja infinito enquanto dure.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal Diniz, permita-me que eu diga que, com certeza, muitas e muitas mulheres ficaram com ciúme nesse momento. É a primeira vez, e quero dizer que estou falando de coração, que vi um Senador fazer uma homenagem tão bonita para a esposa da tribuna do Senado da República. Isso é alma; isso é coração. E eu acredito em quem fala com a alma e com o coração. Assim, eu só posso me somar à homenagem pelo aniversário da sua esposa. Também a minha homenagem a V. Exª por esse gesto tão bonito, nesta semana que antecede à Páscoa. Parabéns a V. Exª!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de concluir os trabalhos do dia de hoje, leio o seguinte ofício:

> "A Presidência designa, nos termos do **Ofício n° 30, de 2012**, da Liderança do PSDB, o Senador Cícero Lucena para integrar, como titular, a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar os programas de transposição e revitalização do rio São Francisco".

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício nº 30/12-GLPSDB

Brasília, de março de 2012

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SF nº 429/12, indico o Senador Cícero Lucena para integrar, como titular, a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, podendo para tanto realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações e outros atos que julgue necessários para a consecução dos objetivos da comissão.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, a seguinte matéria:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2012

(nº 6.316/2009, na Casa de origem, do Deputado Marco Maia)

Inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 15-A:

"Art. 15-A. Poderá ser autorizada a instalação de lojas francas para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira.

§ 1º A autorização mencionada no *caput* deste artigo poderá ser concedida às sedes de Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil, a critério da autoridade competente.

§ 2º A venda de mercadoria nas lojas francas previstas neste artigo somente será autorizada à pessoa física, obedecidos, no que

couberem, as regras previstas no art. 15 e demais requisitos e condições estabelecidos pela autoridade competente."

Art. 2° Fica instituído, no âmbito da tributação federal, o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional - EVN, nos termos desta Lei.

Art. 3° Beneficiário do EVN é, exclusivamente, a pessoa física não residente no País, qualificada como turista estrangeiro, que remova do território nacional, em caráter permanente, bens admitidos a este Regime Aduaneiro Especial, portados em bagagem acompanhada e adquiridos pessoalmente em nome próprio, como consumidor final, em estabelecimentos comerciais do varejo nacional que estejam autorizados pela Receita Federal do Brasil a funcionar como Varejistas Exportadores do EVN.

§ 1° São beneficiados pelo EVN, exclusivamente, os bens adquiridos nos últimos 90 (noventa) dias corridos anteriores à data da sua remoção permanente do território nacional.

§ 2° A lista das classes de bens admitidos ao EVN, os critérios de qualificação da pessoa física não residente no País como turista estrangeiro e de autorização dos estabelecimentos comerciais do varejo nacional para funcionamento como Varejista Exportador e as presunções relativas aos bens beneficiados quanto à sua aquisição pessoal em nome próprio, como sendo por consumidor final, e quanto à sua remoção do território nacional, como sendo em caráter permanente, são os estabelecidos, para os fins específicos desta Lei, em decreto regulamentador.

Art. 4° O beneficiário tem direito equiparado, nos termos desta Lei, às imunidades constitucionais usufruídas pela exportação, no atacado, e à suspensão

usufruída pela importação, no Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca, de impostos e contribuições federais incidentes sobre os bens admitidos ao EVN, e exercido, exclusivamente, por meio de restituição consolidada, apurada na forma desta Lei, para cada bem beneficiado que adquirir e paga, unicamente, na ocasião em que o remover, permanentemente, do território nacional.

§ 1° Para não decair do direito que o EVN lhe confere, o beneficiário deve, imediatamente antes de remover do território nacional no prazo previsto no § 1° do art. 3°, portados em bagagem acompanhada, os bens beneficiados que possuir, exibi-los pessoalmente à administração fazendária federal, conforme dispuser o regulamento, acompanhados dos correspondentes documentos fiscais de aquisição e de restituição, emitidos conjuntamente por Varejista Exportador.

§ 2° O Varejista Exportador está obrigado a emitir o documento fiscal de restituição, conjuntamente com o de aquisição, sempre que pessoalmente exigido pelo adquirente de bens admitidos ao EVN, na forma estabelecida pelo regulamento.

§ 3° Sendo viável a sua apuração contábil pelo Varejista Exportador e aceitando este responsabilizar-se por sua exatidão, periodicamente comprovada perante a administração tributária federal nos termos do regulamento, o valor da restituição correspondente a cada bem beneficiado, já expresso no documento fiscal de restituição na moeda nacional, é o montante contabilmente apurado pelo Varejista Exportador, contido no preço, dos impostos e

contribuições federais, em relação aos quais a exportação, no atacado, usufrua de imunidade constitucional, e a importação, no Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca, usufrua de suspensão.

§ 4° Quando inviável a sua apuração contábil pelo Varejista Exportador ou não aceitando este responsabilizar-se por sua exatidão, nos termos do regulamento, o valor da restituição correspondente a cada bem beneficiado, expresso na moeda nacional e tendo como base de cálculo o preço cobrado pelo Varejista Exportador constante dos documentos fiscais de aquisição e de restituição, é o apurado por estimativa pela administração tributária federal com a aplicação de um percentual fixado pelo regulamento para cada classe de bens admitidos ao EVN, diferenciado para os produzidos nacionalmente e os importados, e revisto a cada exercício financeiro.

§ 5° O percentual fixado pelo regulamento para cada classe de bens admitidos ao EVN, mencionado no § 4°, deve ser representativo do percentual médio relativamente aos preços, apurado por amostragem no varejo nacional do exercício financeiro anterior, correspondente ao montante dos impostos e contribuições federais, em relação aos quais a exportação, no atacado, usufrua de imunidade constitucional, e a importação, no Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca, usufrua de suspensão.

§ 6° O valor da restituição correspondente a cada bem beneficiado, apurado na forma estimativa do § 4°, está limitado a um valor máximo, expresso na moeda nacional, fixado pelo regulamento para cada classe de bens admitidos

ao EVN, diferenciado para os produzidos nacionalmente e os importados, e revisto a cada exercício financeiro.

§ 7° O valor máximo da restituição fixado pelo regulamento para cada classe de bens admitidos ao EVN, mencionado no § 6°, deve ser representativo do montante médio contido nos preços, apurado por amostragem no varejo nacional do exercício financeiro anterior, dos impostos e contribuições federais, em relação aos quais a exportação, no atacado, usufrua de imunidade constitucional, e a importação, no Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca, usufrua de suspensão.

§ 8° A modalidade de pagamento da restituição devida ao beneficiário do EVN pela administração tributária federal é a estabelecida pelo regulamento, admitida a sua intermediação financeira, por meio eletrônico ou cheque de viagem, e a conversão da sua expressão monetária para dólares americanos, com adoção de cotação oficial da moeda americana.

Art. 5° A operacionalização do EVN na faixa de fronteira terrestre do território nacional, em especial nas localidades desprovidas de locais alfandegados que possam abrigar, em suas zonas primárias, recintos alfandegados adequados ao pagamento de restituição aos seus beneficiários, é a estabelecida pelo regulamento.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos, quanto aos benefícios que concede, a partir da sua regulamentação, que, em seus 4 (quatro) exercícios financeiros iniciais, admitirá ao EVN, exclusivamente, classes de bens importados que hajam sido

comercializados no país, sob o Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca, no último exercício financeiro anterior à sua vigência, para os quais seja viável a apuração contábil pelo Varejista Exportador da restituição devida ao beneficiário do EVN, na forma do § 3° do art. 4°, e autorizará o funcionamento, exclusivamente, de Varejistas Exportadores que aceitem responsabilizar-se pela sua exatidão, priorizando a operacionalização prevista no art. 5°.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.316, DE 2009

Dispõe sobre a instalação de Free Shopping nas faixas de fronteira;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a instalação de Lojas Francas - Free Shopping na área terrestre de pontos de Fronteira alfandegados da zona primária.

Art. 2º Na faixa de fronteira do território nacional, servida por Rodovia Federal, poderão ser instalados pontos de venda de mercadorias nacionais ou extrangeiras, mediante pagamento em moeda corrente nacional ou estrangeira.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os demais Países da América do Sul que fazem fronteia com o Brasil já possuem Lojas Francas nas áreas terrestres servidas por rodovias fronteiriças.

É notório o interesse da sociedade brasileira em usufruir de idêtica facilidade. De igual forma, a legislação proposta amplia o poder fiscalizatório do Estado, incentiva o recolhimento tributário das mercadorias vendidas em nosso território e acarreta melhoria na qualidade do turismo rodoviário, com geração de inúmeros empregos diretos e indiretos.

O Decreto-Lei nº 1.455, teve seu artigo 15 alterado pela Lei 11.371/2006. Entretanto, tal modificação só contemplou os aeroportos brasileiros, deixando de indicar os pontos de fronteira servidos por rodovias federais. Tal situação se apresenta discriminatória, pois exclui dos cidadãos brasileiros que ingressam ou partem do território nacional, a possibilidade de utilização da cota para aquisição de mercadorias estrangeiras, isentas de impostos definidos pelo Ministério da Fazenda.

A medida contribui para a melhor fiscalização das mercadorias adquiridas no outro lado da fronteira e trazidas para o Brasil. De igual forma, mantém recursos decorrentes do valor pago naqueles bens em nosso País, movimentando nossa economia.

Por tais razões, ao garantir à sociedade mais essa possibilidade de aquisição de produtos em pontos de fronteira alfandegados

Com esse espírito e por essas razões, temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 2009.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976.

Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências.

.....

Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, na chegada ou saída do País, ou em trânsito, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira. (Redação dada pela Lei nº 11.371, de 2006)

§ 1º Somente poderão explorar as lojas de que trata este artigo as pessoas ou firmas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal, através de um processo de pré-qualificação.

§ 2º A mercadoria estrangeira importada diretamente pelos concessionários das referidas lojas permanecerá com suspensão do pagamento de tributos até a sua venda nas condições deste artigo.

§ 3º Quando se tratar de aquisição de produtos nacionais, estes sairão do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos.

§ 4º Atendidas as condições estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, as lojas a que se refere este artigo poderão fornecer produtos destinados ao uso ou consumo de bordo de embarcações ou aeronaves, de bandeira estrangeira, aportadas no País.

~~Art 16. A Secretaria da Receita Federal poderá aplicar o regime de entreposto aduaneiro, a título temporário, observadas as disposições deste Decreto-lei, aos locais destinados a receber mercadorias para concursos, exportações, feiras-de-amostra e outras manifestações do mesmo gênero.~~

Art. 16. O regime especial de entreposto aduaneiro na importação permite, ainda, a armazenagem de mercadoria estrangeira destinada a exposição em feira, congresso, mostra ou evento semelhante, realizado em recinto de uso privativo, previamente alfandegado pela Secretaria da Receita Federal para esse fim, a título temporário. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

.....

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o Projeto será apreciado terminativamente pela Comissão competente, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **c**, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2012

(nº 1.806/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É criada na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, 1 (uma) Vara do Trabalho, na cidade de Várzea Grande (2ª).

Art. 2º São acrescidos aos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região o cargo de Juiz, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 3º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no orçamento geral da União.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
(Art. 2° da Lei n° , de de de)

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz do Trabalho	1 (um)
TOTAL	1 (um)

ANEXO II
(Art. 2° da Lei n° , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	154 (cento e cinquenta e quatro)
Técnico Judiciário	22 (vinte e dois)
TOTAL	176 (cento e setenta e seis)

ANEXO III
(Art. 2° da Lei n° , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-03	9 (nove)
CJ-02	7 (sete)
TOTAL	16 (dezesseis)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.806, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.° , de 2011.
(DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede na cidade de Cuiabá-MT, 1 (uma) Vara do Trabalho, na cidade de Várzea Grande (2ª).

Art. 2º A Vara do Trabalho criada por esta Lei será implantada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescidos aos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, o cargo de Juiz, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 4º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz do Trabalho	01 (um)
TOTAL	01 (um)

ANEXO II

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	154 (cento e cinqüenta e quatro)
Técnico Judiciário	22 (vinte e dois)
TOTAL	176 (cento e setenta e seis)

ANEXO III

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-03	09 (nove)
CJ-02	07 (sete)
TOTAL	16 (dezesseis)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d", e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 1 (uma) Vara do Trabalho em Várzea Grande, 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho Titular, 176 (cento e setenta e seis) cargos de provimento efetivo, sendo 154 (cento e cinquenta e quatro) cargos de Analista Judiciário e 22 (vinte e dois) cargos de Técnico Judiciário; e 16 Cargos em Comissão, dos quais 9 (nove) nível CJ-3 e 7 (sete) nível CJ-2, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede na cidade de Cuiabá-MT.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001922-23.2011.2.00.0000, a criação de 1 (uma) Vara do Trabalho em Várzea Grande; 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho Titular, 176 (cento e setenta e seis) cargos de provimento efetivo, sendo 154 (cento e cinquenta e quatro) cargos de Analista Judiciário e 22 (vinte e dois) cargos de Técnico Judiciário; e 16 Cargos em Comissão, dos quais 9(nove) nível CJ-3 e 7 (sete) nível CJ-2.

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região justificou a necessidade de criação do referido órgão jurisdicional, bem como do respectivo cargo de juiz, de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão, em razão do acelerado crescimento econômico do Estado do Mato Grosso e ainda em face do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências estabelecidas na Emenda Constitucional nº 45/2005.

A Resolução 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que padroniza a estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, no parágrafo único do art. 9º, dispõe que nas localidades em que já existam Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada Vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos) processos. Assim, justifica-se a necessidade de criar a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande devido ao

movimento processual da jurisdição abrangida pela 1ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, ter recebido 2.179 processos, e nos últimos 3 anos (2008, 2009 e 2010), 2.199 processos, atendendo assim o que determina a referida Resolução.

A proposta de criação das novas Varas do Trabalho tem a finalidade de dotar o primeiro grau de jurisdição trabalhista de meios efetivos e suficientes para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à justiça e tornar viável a duração razoável do processo, consagrado no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e imprimir maior celeridade ao julgamento dos processos, atendendo tanto a demanda já existente, quanto aquela que decorrerá do ascendente crescimento da movimentação processual.

O cargo de juiz titular da Vara do Trabalho é necessário para compor a unidade judiciária a ser criada e encontra respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que autoriza número de juízes de unidade jurisdicional proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região releva que a criação dos cargos pretendidos é devido a necessidade de adequar ao que determinam a Resolução 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Resolução 88/2009 do Conselho Nacional de Justiça e também atingir a sua missão de "Promover justiça por meio da prestação jurisdicional célere, eficaz e efetiva do Direito e outras ações afirmativas de cidadania".

A constatação do aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como o cenário socioeconômico do Estado do Mato Grosso, exigem providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 5 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 228

Brasília, 6 de julho de 2011

Assunto: Anteprojeto de Lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, incisos I, alínea "d" e II, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de Vara do Trabalho, de cargo de Juiz do Trabalho, bem assim da criação de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede na cidade de Cuiabá –MT.

Cordialmente,

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001922-23.2011.2.00.0000

Requerentes: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 23ª Região (MT)
Requerido: Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE ANTEPROJETO DE MÉRITO - JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT DA 23ª REGIÃO - CRIAÇÃO DE VARA, CARGOS EFETIVOS E CARGOS EM COMISSÃO.

1. A Constituição Federal (art. 169), a Resolução 63/10 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Resolução 90/10 do CNJ (específica para a composição do quadro de pessoal permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC), estabelecem as balizas para o aumento da estrutura funcional dos tribunais, como a criação de varas, cargos e funções, dirigindo-se a Res. 63/10, especificamente, à Justiça do Trabalho.

2. Ao TRT da 23ª Região foram objetados pelo CSJT e Órgão Especial do TST a criação de 1 cargo de juiz do trabalho substituto, para a Vara do Trabalho de Várzea Grande, a ser criada, 21 cargos efetivos de TIC e 18 funções comissionadas, tudo com lastro na Resolução 63/10 daquele Conselho.

3. Por certo que as situações externadas pelo 23º TRT como peculiares à sua região, hipótese das varas itinerantes, a fim de lograr a aprovação das demandas negadas pelo CSJT, sensibilizam para as dificuldades locais de direcionamento de contingente humano e da logística dos serviços, mas não logram se enquadrar no atual arcabouço normativo que dá regência ao tema. É dizer, a norma não permite o seu tratamento diferenciado em relação aos demais Tribunais, a par de merecer congratulações pelo desempenho de alta qualidade do Tribunal em liça.

4. Dessa maneira, aprova-se em parte a proposta do TRT da 23ª Região, para, nos termos da manifestação do CSJT, acolher a criação de 1 Vara do Trabalho em Várzea Grande, 1 cargo de juiz do trabalho titular, 176 cargos efetivos (154 de analista judiciário e 22 de técnico judiciário) e 16 cargos em comissão, dos quais 9 CJ-3 e 7 CJ-2.

Parecer favorável.

I) RELATÓRIO

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, aprovando a manifestação do **Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) acolheu parcialmente** a proposta de anteprojeto de lei do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT), para criar **1 Vara do Trabalho em Várzea Grande, 1 cargo de juiz do trabalho titular, 176 cargos efetivos**, dos quais 154 de analista judiciário e 22 de técnico judiciário, e **16 cargos em comissão**, sendo 9 CJ-3 e 7 CJ-2. Restou indeferida a criação de 1 cargo de juiz do trabalho substituto, 14 cargos de analista judiciário, 7 de técnico judiciário, todos com especialidade em

tecnologia da informação - TI, e 18 funções comissionadas. No que toca à criação de 1 cargo de juiz do trabalho substituto, o CSJT deixou claro que o TRT da 23ª região já tem número excedente de magistrados substitutos, não sendo permitido, pois, nos termos da sua Resolução 63/10, a criação da vaga. Quanto ao **aumento dos cargos de analista e técnico judiciário**, todos na área de **tecnologia da informação**, observou o Conselho da Justiça do Trabalho que, atualmente, o TRT já conta com número de servidores, nessa área, acima da média nacional, não estando autorizada a criação. Relativamente ao **incremento de funções comissionadas**, o CSJT assentou que, hoje, o TRT também já excede o percentual de 62,5% dos cargos efetivos, de modo que a aprovação do pedido original vulneraria os limites preconizados pela Resolução 63/10. Restou pontuado, ao fim, pelo Órgão Especial, que, mesmo computados os valores decorrentes da aprovação dos Projetos de Lei 5.549/09 e 7.621/10, em trâmite no Congresso Nacional, cujos conteúdos também versam sobre a criação de cargos no âmbito do Tribunal em liça, a estimativa do impacto global é de que **não se extrapolariam** os **limites legal e prudencial** impostos pela **LC 101/00**, sendo certo que a **Resolução 63/10 do CSJT** foi **observada** (REQINIC21).

Mediante informações complementares, o **TRT da 23ª Região** expõe **motivos** para sustentar a **criação de 1 cargo de juiz do trabalho substituto**, para a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, e **21 cargos especializados para a área de tecnologia da informação**, indeferidos pelo CSJT, aduzindo ter restado patente, pelos pareceres técnicos, que a medida **não excederia** os **limites de orçamento**. Ademais, ter-se-ia que levar em conta a **realidade de cada Tribunal**, sendo certo que a do **Mato Grosso** é matizada pela existência atual de **19 Varas itinerantes**, que têm **funcionamento concomitante com a Vara do Trabalho que lhe dá origem**, disponibilizando-se juízes para nelas atuarem, sem comprometimento da atividade judicante da Vara matriz. Ainda, o TRT da 23ª Região destaca-se por ser um Tribunal de vanguarda, que atua, a partir da qualidade da formação, abnegação e eficiência de seus magistrados e servidores, com **cumprimento profícuo das metas do CNJ**. Em 2010, foi o **único dos 91 tribunais pátrios** que **cumpriu as 10 metas prioritárias** entabuladas pelo CNJ. Assevera, todavia, que também suporta afastamentos legais, não tendo sempre todo o contingente de juízes à sua disposição, não se podendo ter excelência com o mínimo, daí a necessidade de ter mais servidores no setor de TI, até porque, para continuar com a sua atuação destacada, não podem os pareceres inspirarem-se na média nacional, desmerecendo a política administrativa do Tribunal, de incrementar mais tal setor (INF25).

O **Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ** emitiu parecer no sentido de não haver empecilho para que o TST encaminhe o projeto de lei proposto pelo TRT da 23ª Região, ficando condicionado apenas à existência de limite orçamentário no anexo específico da Lei Orçamentária Anual de 2012 e se encaminhado até 31 de agosto de 2011, nos termos dos arts. 169 da CF, 81 da Lei 12.309/10 (LDO) e 78 do PLDO de 2012. Sedimentou, com lastro no exame da Receita Corrente Líquida e dos limites legal e prudencial estabelecidos para o TRT da 23ª Região, bem assim computados os cargos previstos para criação nos Projetos de Lei 5.549/09 e 7.621/10, em trâmite no Congresso Nacional, que o Tribunal em comento "***dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre criação de cargos, cargos em comissão e funções comissionadas que ora propõe***", **nos termos da proposta parcialmente acolhida pelo CSJT** e aprovada pelo Órgão Especial do TST (INF27).

COM O ORIGINAL

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Campos
Processual

O pleito de aumento do **Anteprojeto de Lei** pelo TRT da 23ª Região tem **raízes** nas seguintes circunstâncias: tem sob sua **jurisdição** o **3º maior Estado da Federação**, com área equivalente à de três países europeus, tais como a França, o Reino Unido e Portugal, havendo que possibilitar o acesso ao jurisdicionado mediante a atuação de mais **21 Varas Itinerantes**, mesmo com número insuficiente de juízes, servidores, FCs e CJs

especificamente destinadas a esse fim, trabalho árduo, haja vista a pavimentação de pouco mais de 40% da malha viária do Estado; **b)** na **seara econômica**, o Estado de Mato Grosso, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE foi o **4º Estado que mais cresceu** nos últimos dois anos, despontando como um dos Estados que, proporcionalmente, mais gera empregos formais no país, movimentando, em 2010, quase 400.000 trabalhadores, o que **aumentou a demanda na justiça trabalhista; c)** é o Estado que ostenta o **2º lugar nacional em trabalho análogo à condição de escravo**, fato que vem sendo combatido pela instituição das Varas Itinerantes ; **d)** a **quantidade de magistrados e servidores é insuficiente**, tendo o TRT mantido a excelência na atividade desenvolvida com alto grau de sacrifício de todos os envolvidos, atuando, muitas vezes, no limite do suportável, ademais, utilizou-se de todas as medidas administrativas viáveis para otimização dos serviços, inclusive com forte migração de servidores da área meio para a área fim - 80% do seu corpo de pessoal trabalham na área fim -, precarizando os setores de apoio, tanto judiciário quanto administrativo; **e)** a **Secretaria de Tecnologia da Informação** carece de 21 servidores para atender à estrutura prevista pela **Resolução 90/09 do CNJ**, bem como para fazer frente às necessidades dos pilares à governança de TI, nos termos das orientações do **TCU** (Acórdão 1.603/08-TCU-Plenário).

Quadra ressaltar, de início, que os **pareceres técnicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ concluíram, de forma idêntica**, que a criação de 1 Vara do Trabalho em Várzea Grande (2ª), 1 cargo de juiz do trabalho titular para a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, 176 cargos efetivos, dos quais 154 de analista judiciário e 22 de técnico judiciário, e 16 cargos em comissão, sendo 9 CJ-3 e 7 CJ-2, proposta final aprovada pelo Órgão Especial do TST, **respeita os limites legal e prudencial** da LC 101/00, bem como a **Resolução 63/10 do CSJT**, já computados os cargos a serem criados e que são objetos dos Projetos de Lei 5.549/09 e 7.621/10, em tramitação no Congresso Nacional. Como dimana do parecer do DAO, o Tribunal em comento "***dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre criação de cargos, cargos em comissão e funções comissionadas que ora propõe***" (INF27).

No que toca à **criação de 1 Vara do Trabalho** a mais, para ser a **2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande**, pois a 1ª será criada mediante a aprovação e sanção do Projeto de Lei 5.549/09, tem-se que jurisdicionará os Municípios de Nossa Senhora do Livramento e Poconé, recebendo, segundo estudo realizado quando do oferecimento do PL 5.549/09, uma média de **1.090 processos por ano**, sendo certo que, nos **últimos três anos**, a média de **processos com origem nos municípios que serão jurisdicionados pela primeira nova** vara foi de **2.199**, o que se enquadra na permissão do **art. 9º, parágrafo único, da Resolução 63/10 do CSJT**, que reza, *verbis:*

> *"Art. 9º A criação de Vara do Trabalho em localidade que ainda não conta com uma Unidade da Justiça do Trabalho condiciona-se à existência, na base territorial prevista para sua jurisdição, de mais de 24.000 (vinte e quatro mil) trabalhadores ou ao ajuizamento de pelo menos 350 (trezentos e cinquenta) reclamações trabalhistas por ano, apuradas nos três anos anteriores.*
> *Parágrafo único. Nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada Vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."*

No que concerne à **criação de 176 cargos**, porquanto negados os 21 para a área de Tecnologia da Informação (TI) (que serão abordados mais à frente), o CSJT escudou-se na sua **Resolução 63/10**, para apontar que o TRT, mesmo com os cargos previstos nos PLs 5.549/09 e 7.621/10, estará dentro do limite de servidores, na medida em que os pareceres técnicos apontaram a possibilidade de serem criados entre 893 e 974 cargos para o TRT. De fato, hoje, o TRT da 23ª Região é composto por 551 cargos que, se acrescidos dos 110 cargos postulados nos PLs 5.549/2009 e 7.621/2010, mais os 197 pleiteados neste processo, somam a quantia de 858 cargos.

Igualmente, quanto à criação de **1 cargo de juiz do trabalho titular**, para Várzea Grande, a proposta aprovada arrima-se na **Resolução 63/10 do CSJT**, firme no **art. 10**, bem como no fato de que restou **aprovada** a criação de mais uma **Vara do Trabalho em Várzea Grande.**

Com referência ao **aumento de 16 cargos em comissão**, o Órgão Especial, ao aprovar a proposta do CSJT, salientou, *verbis*:

> *"O TRT da 23ª Região hoje possui 476 CJs/FCs e nos PLs 5.549/2009 e 7.621/2010 postula mais 82, o que totalizam 558 CJs/FCs. Assim, não é possível criar mais nenhuma função comissionada, pois esse número já excede em 35 as 523 CJs/FCs que seriam permitidas nos moldes do art. 2º da Resolução nº 063/2010, já que o número de cargos efetivos do TRT da 23ª Região, já somados os 176 pleiteados e aprovados neste processo e os 110 pleiteados nos PLs 5.549/2009 e 7.621/2010, totaliza 837 cargos.*
> *As funções comissionadas necessárias à instalação da 2ª Vara de Várzea Grande (cuja criação foi aprovada nesse processo), Foro de Várzea Grande, e outras que se apresentarem imprescindíveis nos termos da Resolução nº 063/2010, devem ser obtidas através de transformações por via administrativa, na forma do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 11.416/2006 (Art. 24. Os órgãos do Poder Judiciário da União fixarão em ato próprio a lotação dos cargos efetivos, das funções comissionadas e dos cargos em comissão nas unidades componentes de sua estrutura. Parágrafo único. Os órgãos de que trata este artigo ficam autorizados a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções comissionadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa).*
> *O mesmo não poderá ocorrer com os cargos em comissão necessários para estruturar a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, os 8 Gabinetes de Magistrados do Tribunal, e a Coordenação os Foros de Várzea Grande, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra), e da 1ª e 2ª Turmas na Secretaria do Tribunal Pleno. Isso porque, como esclareceu a ASGP em seu parecer, "a reduzida quantidade dos demais cargos em comissão indicada no quadro, destinados às outras áreas do Tribunal, torna inviável a realização de transformações, por via administrativa, em outros vol. final necessário" (fl. 20 do parecer – sequencial 10)"* (g.n.).

Permaneceu a proposta, assim, dentro das balizas da resolução do Conselho da Justiça do Trabalho.

A **falta de univocidade** entre os pareceres técnicos, de um lado, e a proposta inicial do TRT da 23ª Região, de outro, reside no que restou **indeferido pelo CSJT**, a saber, **1 cargo de juiz do trabalho substituto para a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, 14 cargos de analista judiciário, 7 de técnico judiciário, todos com especialidade em TI, e 18 funções comissionadas.**

Em sede de **informações complementares**, o TRT da 23ª Região pugnou que fosse mantida pelo CNJ a proposta aprovada pelo CSJT, mas com **acréscimo do cargo de juiz do trabalho substituto e dos 21 cargos para TI**, concordando, pelo menos tacitamente, com o não deferimento das 18 funções comissionadas.

No que é pertinente à **criação de 1 cargo de juiz do trabalho substituto**, para compor a 2ª Vara do Trabalho de Várzea Grande, cuja criação foi autorizada, restou pontuado pelo CSJT que o TRT da 23ª Região já dispunha de juízes substitutos além do permitido, com excedente de três magistrados, o que destoa do **art. 10 da Resolução 63/10 do CSJT**, que preconiza que *"o quantitativo de cargos de juiz do trabalho substituto, em cada Região, corresponderá ao número de Varas do Trabalho"* (REQINIC21). Nessa linha, vindo o TRT a contar

com 38 Varas, já computados os cargos de magistrados a serem criados pelos projetos de lei aludidos e o aqui pleiteado, já excederá, em 3, o quantitativo de 38 juízes substitutos, daí a negativa da vaga neste feito.

Pelo prisma do **aumento do número de cargos para a área de Tecnologia da Informação (21 cargos),** o CSJT ponderou que o TRT já conta com número de servidores, nessa área, acima da média nacional, não estando autorizada a criação. Com efeito, o parecer técnico assenta que "*a média de analistas judiciários na área de TI, por TRT, é de 14 analistas, sendo que o TRT da 23ª Região já possui 16 cargos nessa especialidade; quanto aos técnicos judiciários especialidade em TI, a média nacional é de 20 cargos, e o TRT da 23ª tem 25*". Ainda, "*que, se forem aprovados os cargos solicitados neste processo para a área de Informática, o TRT da 23ª Região possuirá 62 cargos (30 de Analista Judiciário e 32 de Técnico Judiciário), com o que terá o maior número de cargos nessa área em toda a Justiça do Trabalho*". Assim, consoante informou o CSJT e segundo a **Resolução 90 do CNJ**, para o número de usuários de TI do TRT interessado, que se encontra na faixa entre 501 e 1.500 usuários, são necessários 35 servidores com especialidade em TI, sendo que o 23º TRT já conta com 41 servidores nessa especialidade (REQINIC21).

Como se pode inferir, os **indeferimentos** estão **alicerçados** nas normas que regem o tema, a saber, a **Constituição Federal** e as **Resoluções 63/10 do CSJT e 90/10 do CNJ** (Anexo I).

Por certo que as situações externadas pelo 23º TRT como peculiares à sua região, hipótese das varas itinerantes, sensibilizam para as dificuldades locais de direcionamento de contingente humano e da logística dos serviços, mas não logram se enquadrar no atual arcabouço normativo que dá regência ao tema. É dizer, a norma não permite o seu tratamento diferenciado em relação aos demais Tribunais, a par de merecer congratulações pelo desempenho de alta qualidade do Tribunal em liça.

Não se pode olvidar, também, que há no CNJ a proposta de avaliar aspectos outros, que não somente os requisitos encartados nas normas referidas, em relação à criação de varas e cargos, para o **melhor funcionamento do Poder Judiciário nacional**, trabalho que vem sendo desenvolvido pelo seu **Departamento de Pesquisas Judiciárias**. Todavia, as **pesquisas não resultaram**, até o presente momento, na **alteração** das **balizas de análise** dos anteprojetos de lei ao Conselho submetidos, que se encontram consubstanciadas nas multicitadas Resoluções deste Conselho, bem como na regra mais genérica da Constituição Federal, razão pela qual entendo que servem de norte seguro à reestruturação de quadros e funções que se façam prementes para a continuidade, com eficácia, da atividade jurisdicional.

Por todo o exposto, **APROVO** a proposta do TRT Requerente, para, nos termos da manifestação do CSJT, acolher a criação de **1 Vara do Trabalho em Várzea Grande, 1 cargo de juiz do trabalho titular, 176 cargos efetivos** (154 de analista judiciário e 22 de técnico judiciário) e **16 cargos em comissão**, dos quais 9 CJ-3 e 7

MIN. IVES GANDRA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por Min. IVES GANDRA em 22 de Junho de 2011 às 11:38:54

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
129ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001922-23.2011.2.00.0000
Relator: Conselheiro MIN. IVES GANDRA
Requerentes:
Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 23ª Região (MT)
Requerido:
Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por maioria, aprovou a proposta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos termos apresentados pelo Relator. Vencidos os Conselheiros Walter Nunes, Milton Nobre, José Adônis, Jorge Hélio e Ministra Eliana Calmon. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Leomar Barros Amorim e Jefferson Kravchychyn. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21 de junho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Presentes, o Procurador-Geral da República Dr. Roberto Monteiro Gurgel e, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Miguel Ângelo Cançado, Diretor-Tesoureiro.

Sustentou oralmente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, o Desembargador Presidente Osmair Couto.

Brasília, 21 de junho de 2011

Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2012

(nº 1.833/2011, na Casa de origem)
(De Iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, 3 (três) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Brasília, Distrito Federal, 1 (uma) Vara do Trabalho (22ª);

II - na cidade de Taguatinga, Distrito Federal, 2 (duas) Varas do Trabalho (4ª e 5ª).

Art. 2º São acrescidos 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho ao Quadro de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Art. 3º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4° São transformadas, sem aumento de despesa, 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-03.

Art. 5° Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região no orçamento geral da União.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.833, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília-DF, 3 (três) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Brasília-DF, 1 (uma) Vara do Trabalho (22ª);

II - na cidade de Taguatinga-DF, 2 (duas) Varas do Trabalho (4ª e 5ª).

Art. 2° As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Art. 3° São acrescidos 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho ao Quadro de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Art. 4° São transformadas, sem aumento de despesa, 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-3.

Art. 5° Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

Art. 6° Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d", e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 3 (três) Varas do Trabalho, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo 1 (uma) Vara do Trabalho em Brasília-DF e 2 (duas) Varas do Trabalho em Taguatinga-DF; da criação de 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho, e da transformação de 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1 em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-3, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília-DF.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001911-91.2011.2.00.0000, a criação das Varas do Trabalho e dos correspondentes cargos de Juiz do Trabalho, bem assim a transformação das funções comissionadas em cargos em comissão, conforme descrito no parágrafo anterior.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região justificou a necessidade de criação dos referidos órgãos jurisdicionais, dos respectivos cargos de Juiz do Trabalho, bem como da transformação das funções comissionadas, em face, dentre outras motivações, da crescente demanda nas Varas do Trabalho do Regional, do crescimento econômico da região e dos problemas relacionados ao acesso do jurisdicionado à Justiça.

Alega, também a necessidade de instrumentalização e aparelhamento das Varas, Gabinetes e unidades administrativas do Tribunal, no sentido de promover a modernização da sua estrutura administrativo-funcional adequando-a as orientações da Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e, dentre outras providências, estabelece como atributos de valor do Judiciário para a sociedade, a acessibilidade e a celeridade.

A Justiça do Trabalho da 10ª Região, que compreende a jurisdição do Distrito Federal e do Estado do Tocantins é a segunda maior em litigiosidade trabalhista do Brasil, conforme revela o relatório Justiça em números de 2009, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, com 1946 casos novos a cada 100 mil habitantes.

Um dado relevante para demonstrar o potencial de ampliação do quantitativo de ações, consiste no fato de que, de outubro de 2009 para outubro de 2010, houve um aumento de 16.000 trabalhadores na população economicamente ativa do Distrito Federal e, por outro lado a redução de 15,1% para 13,1% na taxa de desemprego, conforme dados do DIEESE. Tal situação indica a ampliação de postos de trabalho ocupados, o que num cenário de desocupação, seja pela rotatividade ou pela redução de empregos, tende a impactar de forma significativa a quantidade de ações ajuizadas.

A demanda para a criação de Varas do Trabalho está lastreada no art. 1°, parágrafo único da Lei nº 6.947/81 que dispõe: *"nas áreas de jurisdição de Juntas, só serão criadas novas unidades quando a frequência de reclamações, em cada órgão já existente, exceder seguidamente, a 1.500 (mil e quinhentas) reclamações por ano."*

Concomitantemente, o art. 9º, parágrafo único da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, estabelece que *"nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."*

A par desses dispositivos, as vinte e uma Varas Trabalhistas de Brasília apresentaram movimentação processual superior a 1.500 (mil e quinhentos) processos no triênio 2008/2010, considerando-se a média dos últimos três anos, de 1.591,14 processos recebidos. Esse aumento também é verificado nas três Varas Trabalhistas de Taguatinga que, no mesmo triênio 2008/2010, teve uma média de 2.181,11 processos recebidos. Assim, fica evidenciada a necessidade de criação de novas Varas do Trabalho na 10ª Região.

A proposta de criação das novas Varas do Trabalho tem, ainda, a finalidade de dotar o primeiro grau de jurisdição trabalhista de meios efetivos e suficientes para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à justiça e tornar viável a duração razoável do processo, consagrado no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e imprimir maior celeridade ao julgamento dos processos, atendendo tanto a demanda já existente, quanto aquela que decorrerá do ascendente crescimento da movimentação processual.

Os cargos de Juiz do Trabalho são necessários para compor as unidades judiciárias a serem criadas e encontram respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da

Constituição Federal, que estabelece número de juízes de unidade jurisdicional proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

A transformação das funções comissionadas propostas visa adequar as unidades daquele TRT à Resolução nº 63/2010 do CSJT, que versa sobre a uniformização da estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, de modo a estabelecer estrutura mais ágil e tornar viável o processo de modernização da gestão do Tribunal, assegurando o funcionamento dos serviços indispensáveis ao desempenho pleno da prestação jurisdicional e atendimento ao Plano Estratégico e Metas Nacionais do Poder Judiciário.

A criação das novas Varas, dos cargos de Juiz do Trabalho e a transformação das funções comissionadas irão contribuir para desafogar a carga de trabalho das Varas atuais, o que permitirá um esforço concentrado nos processos de execução, um dos maiores problemas da Justiça do Trabalho e em particular do TRT da 10ª Região, pois conforme dados do Relatório Justiça em Números de 2009, esse Regional tem uma taxa de congestionamento de 78,7% na fase de execução, sendo a terceira maior do país.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como o cenário socioeconômico do Distrito Federal exigem providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

Afigura-se, portanto, imprescindível a criação das Varas do Trabalho, dos cargos de Juiz do Trabalho e a transformação das funções comissionadas em cargos em comissão, esta sem aumento de despesa, na forma anexa, com vistas a permitir que o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região instrumentalize seus diversos órgãos com a estrutura e a força de trabalho condizentes com os anseios da sociedade.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 12 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 236 **Brasília, 12 de julho de 2011.**

Assunto: Anteprojeto de Lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, incisos I, alínea "d" e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de Varas do Trabalho, de cargos de Juiz do Trabalho, bem assim da transformação de vinte funções comissionadas, nível FC-1, em três cargos em comissão, nível CJ-3, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede nesta cidade de Brasília - DF.

Cordialmente,

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO DE LEI
Nº 1.833, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília-DF, 3 (três) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Brasília-DF, 1 (uma) Vara do Trabalho (22ª);

II - na cidade de Taguatinga-DF, 2 (duas) Varas do Trabalho (4ª e 5ª).

Art. 2º As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescidos 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho ao Quadro de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Art. 4º São transformadas, sem aumento de despesa, 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-3.

Art. 5º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

Art. 6º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d", e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 3 (três) Varas do Trabalho, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo 1 (uma) Vara do Trabalho em Brasília-DF e 2 (duas) Varas do Trabalho em Taguatinga-DF; da criação de 3 (três) cargos de Juiz do Trabalho, e da transformação de 20 (vinte) funções comissionadas, nível FC-1 em 3 (três) cargos em comissão, nível CJ-3, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede na cidade de Brasília-DF.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001911-91.2011.2.00.0000, a criação das Varas do Trabalho e dos correspondentes cargos de Juiz do Trabalho, bem assim a transformação das funções comissionadas em cargos em comissão, conforme descrito no parágrafo anterior.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região justificou a necessidade de criação dos referidos órgãos jurisdicionais, dos respectivos cargos de Juiz do Trabalho, bem como da transformação das funções comissionadas, em face, dentre outras motivações, da crescente demanda nas Varas do Trabalho do Regional, do crescimento econômico da região e dos problemas relacionados ao acesso do jurisdicionado à Justiça.

Alega, também a necessidade de instrumentalização e aparelhamento das Varas, Gabinetes e unidades administrativas do Tribunal, no sentido de promover a modernização da sua estrutura administrativo-funcional adequando-a as orientações da Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e, dentre outras providências, estabelece como atributos de valor do Judiciário para a sociedade, a acessibilidade e a celeridade.

A Justiça do Trabalho da 10ª Região, que compreende a jurisdição do Distrito Federal e do Estado do Tocantins é a segunda maior em litigiosidade trabalhista do Brasil, conforme revela o relatório Justiça em números de 2009, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, com 1946 casos novos a cada 100 mil habitantes.

Um dado relevante para demonstrar o potencial de ampliação do quantitativo de ações, consiste no fato de que, de outubro de 2009 para outubro de 2010, houve um aumento de 16.000 trabalhadores na população economicamente ativa do Distrito Federal e, por outro lado a redução de 15,1% para 13,1% na taxa de desemprego, conforme dados do DIEESE. Tal situação indica a ampliação de postos de trabalho ocupados, o que num cenário de desocupação, seja pela rotatividade ou pela redução de empregos, tende a impactar de forma significativa a quantidade de ações ajuizadas.

A demanda para a criação de Varas do Trabalho está lastreada no art. 1°, parágrafo único da Lei n° 6.947/81 que dispõe: *"nas áreas de jurisdição de Juntas, só serão criadas novas unidades quando a frequência de reclamações, em cada órgão já existente, exceder seguidamente, a 1.500 (mil e quinhentas) reclamações por ano."*

Concomitantemente, o art. 9°, parágrafo único da Resolução n° 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, estabelece que *"nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."*

A par desses dispositivos, as vinte e uma Varas Trabalhistas de Brasília apresentaram movimentação processual superior a 1.500 (mil e quinhentos) processos no triênio 2008/2010, considerando-se a média dos últimos três anos, de 1.591,14 processos recebidos. Esse aumento também é verificado nas três Varas Trabalhistas de Taguatinga que, no mesmo triênio 2008/2010, teve uma média de 2.181,11 processos recebidos. Assim, fica evidenciada a necessidade de criação de novas Varas do Trabalho na 10ª Região.

A proposta de criação das novas Varas do Trabalho tem, ainda, a finalidade de dotar o primeiro grau de jurisdição trabalhista de meios efetivos e suficientes para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à justiça e tornar viável a duração razoável do processo, consagrado no artigo 5°, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e imprimir maior celeridade ao julgamento dos processos, atendendo tanto a demanda já existente, quanto aquela que decorrerá do ascendente crescimento da movimentação processual.

Os cargos de Juiz do Trabalho são necessários para compor as unidades judiciárias a serem criadas e encontram respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que estabelece número de juízes de unidade jurisdicional proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

A transformação das funções comissionadas propostas visa adequar as unidades daquele TRT à Resolução nº 63/2010 do CSJT, que versa sobre a uniformização da estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, de modo a estabelecer estrutura mais ágil e tornar viável o processo de modernização da gestão do Tribunal, assegurando o funcionamento dos serviços indispensáveis ao desempenho pleno da prestação jurisdicional e atendimento ao Plano Estratégico e Metas Nacionais do Poder Judiciário.

A criação das novas Varas, dos cargos de Juiz do Trabalho e a transformação das funções comissionadas irão contribuir para desafogar a carga de trabalho das Varas atuais, o que permitirá um esforço concentrado nos processos de execução, um dos maiores problemas da Justiça do Trabalho e em particular do TRT da 10ª Região, pois conforme dados do Relatório Justiça em Números de 2009, esse Regional tem uma taxa de congestionamento de 78,7% na fase de execução, sendo a terceira maior do país.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus, assim como o cenário socioeconômico do Distrito Federal exigem providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições e consequente garantia do amplo acesso da população à justiça trabalhista.

Afigura-se, portanto, imprescindível a criação das Varas do Trabalho, dos cargos de Juiz do Trabalho e a transformação das funções comissionadas em cargos em comissão, esta sem aumento de despesa, na forma anexa, com vistas a permitir que o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região instrumentalize seus diversos órgãos com a estrutura e a força de trabalho condizentes com os anseios da sociedade.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto

o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 12 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001911-91.2011.2.00.0000

Requerentes: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região (DF e TO)

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE VARAS DO TRABALHO E CARGOS NO ÂMBITO DO TRT DA 10ª REGIÃO – ACOLHIMENTO PARCIAL.

1. A Constituição Federal (art. 169), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00, art. 16), a Lei 6.947/81 (art. 1°, parágrafo único) e a Resolução 63 do CSJT (art. 9°, parágrafo único) estabelecem as balizas para o aumento de órgãos jurisdicionais e criação de cargos no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo como parâmetro objetivo a demanda anual superior a 1.500 reclamações por Vara do Trabalho.

2. O critério específico da Justiça do Trabalho deve-se a característica distintiva deste ramo especializado do Judiciário brasileiro, concernente à cumulação objetiva de pedidos nas reclamatórias trabalhistas, em que uma ação não é uma, mas 5, 10 ou 15, pois os pedidos são todos cumulados quando o trabalhador vem a juízo. E cada pedido supõe discussão jurídica e fática, o que não ocorre, v.g., na Justiça Federal, na qual, na maioria dos casos, a cada a ação corresponde apenas um pedido e o que se discute é apenas a tese jurídica, a qual, uma vez definida, pode ser reproduzida nas demais ações sobre a mesma matéria.

3. Daí que, para a Justiça Federal e no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, foi possível adotar, como fator redutor de processos e critério de seleção de recurso, a Lei dos Recursos Repetitivos (Lei 11.672/08), em que a solução dada a um pode ser aplicada a todos os que tratam do mesmo tema, inclusive pelas instâncias inferiores. Tal expediente é incompatível com o Processo do Trabalho, uma vez que, em cada recurso, por serem veiculadas diversas matérias diferentes, a preparação das decisões chega a ser artesanal, comparada à linha de produção da Justiça Federal.

4. Já defendemos a necessidade de que, em relação à Justiça do Trabalho, as estatísticas sejam aperfeiçoadas, para se registrar também o número de

pedidos de cada ação, de forma a se ter uma idéia mais precisa do labor desenvolvido para análise de cada feito trabalhista.

5. Portanto, critérios estatísticos lineares para ponderação quanto à necessidade de ampliação de órgãos jurisdicionais para todos os ramos do Poder Judiciário são inadmissíveis, por nivelarem situações díspares e singulares. Se os critérios legais específicos da Justiça do Trabalho não são mais aceitáveis – com o que não concordamos –, mude-se a lei, mas enquanto vigente, é o parâmetro a ser observado.

6. No caso concreto, sendo mitigados os parâmetros da Resolução 63 do CSJT, fez-se juízo de ponderação e razoabilidade, segundo o grau de necessidade inadiável do Tribunal, em face do crescimento da demanda processual, da dificuldade de acesso da população em locais de aumento da atividade econômica, e não comprometimento do desempenho satisfatório da Justiça do Trabalho se não contar com a criação do mínimo de cargos que se fazem necessários.

7. Assim, no caso do TRT da 10ª Região (DF e TO), o parecer deste Conselho respalda a criação de 3 Varas do Trabalho, distribuídas 1 em Brasília e 2 em Taguatinga, com a respectiva criação de 3 cargos de Juiz do Trabalho, autorizando-se, ainda, a transformação de 20 FC-1 do atual quadro de funções do Tribunal em 3 CJ-3 (Diretor de Secretaria), uma vez que tal transformação, necessária para a operacionalização das Varas, não acarretará qualquer acréscimo de despesa.

Parecer parcialmente favorável.

RELATÓRIO

Peço vênia para transcrever o minucioso relatório do Relator originário, Cons. **José Adônis Callou de Araújo Sá**:

"O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em razão da decisão tomada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, encaminha a este Conselho Nacional de Justiça proposta de anteprojeto de lei para criação de varas e cargos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Processo TST-PA-1475-83.2011.5.00.0000).

A proposta trata da criação de 6 (seis) Varas do Trabalho, a serem localizadas nas Cidades de Brasília (duas), Taguatinga/DF (duas), Palmas/TO e Araguaína/TO, com a mesma competência territorial das varas já instaladas nas respectivas sedes. A proposta também acrescenta no quadro de magistrados e servidores os seguintes cargos: 6 (seis) Juízes Titulares, 38 (trinta e oito) Analistas Judiciários e 19 (dezenove) Técnicos Judiciários, [illegible]

mesmo modo previsão de transformação de 41 Funções Comissionadas FC-1 e 1 Cargo em Comissão CJ-2 em 6 Cargos em Comissão CJ-3.

O procedimento foi encaminhado ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ, que se manifestou no sentido de que "o TRT da 10ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre criação de cargos que ora propõe" (INF24).

Considerando o disposto na Lei nº 11.364/2006, determinei a remessa dos autos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, para manifestação sobre o Anteprojeto de Lei oriundo do CSJT.

O Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ apresentou estudo técnico (Informação n.025/2011 – INF26), ressaltando a condição privilegiada do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região em relação às médias da Justiça Federal e do Trabalho e concluindo pela desnecessidade de criação de novos cargos. Em relação à transformação das funções comissionadas aduziu que "como não haverá aumento de despesa, sendo esta juridicamente possível, sua ocorrência deve atender unicamente as conveniências administrativas deste Tribunal" (fls. 10 INF26)."

É o relatório.

VOTO

Valho-me, ainda, de trecho da narrativa do voto do Relator originário, porque elucidativo:

"O Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminha para manifestação deste Conselho Nacional de Justiça, proposta de anteprojeto de lei propondo a criação das seguintes varas e cargos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Processo TST-PA-1475-83.2011.5.00.0000):

Solicitação	Quantitativo
Varas do Trabalho (Brasília/DF, Taguatinga/DF, Palmas/TO e Araguaína/TO).	6
Juízes Titulares do Trabalho	6
Analista Judiciário	38
Técnico Judiciário	19
Total de cargos a serem criados	75

Propõe também a transformação de 41 Funções Comissionadas FC-1 e 1 Cargo em Comissão CJ-2 em 6 Cargos em Comissão CJ-3.

A experiência de dois mandatos neste Conselho Nacional de Justiça autoriza-me a percepção de que este Conselho recebe uma safra anual de anteprojetos de lei para expansão da Justiça do Trabalho. Antes que os anteprojetos sejam definitivamente apreciados no Congresso Nacional, outros já tramitam no Tribunal Superior do Trabalho e neste CNJ. Verifica-se até mesmo a cumulação anteprojetos, em tramitação simultânea, para criação de cargos no mesmo Tribunal.

A Justiça do Trabalho utiliza critério próprio, diferente dos que utilizados por outros ramos do Judiciário da União, para justificar a expansão de suas estruturas, como já foi assinalado na apreciação de outros anteprojetos. A situação dos Tribunais Regionais do Trabalho é mais confortável do que a dos Tribunais Regionais Federais, como demonstra nestes autos a análise do Departamento de Pesquisas Judiciárias deste CNJ, com apoio nos dados do sistema Justiça em Números. Representantes de Tribunais do Trabalho argumentam que o padrão a ser buscado pelo Judiciário não deve considerar a situação desfavorável dos Tribunais Regionais Federais. Esse argumento, todavia, não serve para justificar a expansão da Justiça do Trabalho e o incremento da desigualdade entre os ramos do Poder Judiciário.

Apesar das peculiaridades dos processos da Justiça do Trabalho, sobretudo a oralidade que exige número elevado de audiência em relação a outros ramos do Judiciário, penso não ser possível a apreciação dos anteprojetos de criação de cargos segundo os parâmetros atualmente adotados. Este CNJ precisa voltar-se com urgência ao planejamento da expansão dos órgãos do judiciário, mediante a instituição de critérios que propiciem o Nacional

alinhamento (Resolução nº 70/2009), consideradas as peculiaridades de cada ramo do Poder Judiciário.

(...)

Após análise das propostas, o Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ concluiu que o TRT da 10ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto ora analisado, considerando a Resolução nº 26 deste Conselho que estabelece o limite de despesa com o pessoal da Justiça do Trabalho de 3,058979% da Receita Corrente Líquida da União- RCL. Destacou-se que "o impacto orçamentário anual do Anteprojeto de Lei, tal como apresentado pelo Tribunal, é de R$ 7.587.213,01 (sete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e treze reais e um centavo" (INF24).

(...)

Como se vê, o parâmetro adotado pelo CSJT para a criação das 6 (seis) novas varas e respectivos 6 (seis) cargos de juízes titulares é o disposto na Lei nº 6.947/81 e na sua Resolução nº 63, de 28 de maio de 2010, que revogou a Resolução nº 53/2008, instituindo a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. A referida Resolução estabelece como padrão de criação de novas varas nas localidades em que já existam Varas do Trabalho em 1.500 (mil e quinhentos) processos (artigo 9º, parágrafo único). É o que se verificou nas médias dos últimos três anos nas Cidades de Brasília/DF (1.628), Taguatinga/DF (2.206), Palmas/TO (1.642). Quanto à Cidade de Araguaína, a média de processos recebidos nos últimos três anos foi de 1485 (fls. REINIC8)".

A **criação e a ampliação de varas e cargos na Justiça do Trabalho**, com todo o respeito aos entendimentos contrários, não segue a mesma lógica que vem sendo defendida, desde a apresentação de voto vista pelo eminente Min. **Gilson Dipp**, ex-Corregedor Nacional de Justiça, para o enxugamento da estrutura do Poder Judiciário ou para o estabelecimento de parametrização nesse sentido, partindo do exame de ramos do Judiciário, tais como o da Justiça Federal.

Com efeito, tratando-se da **Justiça Laboral**, não pode ter maior peso o quanto ela consome de orçamento, mas, inarredavelmente, o quanto **recebe de demanda** e o quanto **julga**, valorizando-se, assim, o próprio fim de qualquer ramo do Judiciário, que é a prestação jurisdicional eficiente e rápida. Note-se que, enquanto o maior volume de julgamento de feitos da Justiça Federal vem dos Juizados Especiais Federais (1.548.730, cfr. Relatório Justiça em Números 2010), analisando, pelo menos em tese, casos de menor complexidade, o da Justiça do Trabalho vem do seu primeiro grau de jurisdição (2.880.565, id. fonte citada), em que as reclamações revestem-se de **cumulação objetiva de pedidos**.

Esse é um aspecto de suma importância para se aquilatar a dimensão da atividade jurisdicional da **Justiça do Trabalho** em comparação com outros ramos do Judiciário brasileiro: a **cumulação objetiva de pedidos**, que é a tônica das ações trabalhistas, implica em que **uma ação não é uma, mas 5, 10 ou 15**, uma vez que os pedidos são todos cumulados quando o trabalhador vem a juízo: saldo de salários, horas extras, aviso prévio, depósitos do FGTS, férias, indenização por danos materiais e morais, auxílio-alimentação, adicional de insalubridade, adicional de transferência, adicional noturno, adicional de periculosidade, gratificação semestral, diferenças salariais pela repercussão de umas parcelas em outras, etc, etc, etc. E **cada um desses pedidos** supõe **discussão jurídica e fática**: se o ordenamento jurídico dá respaldo à pretensão e se o reclamante demonstrou que trabalhava nas condições que gerariam o direito, ou seja, em sobrejornada, sujeito a condições de risco ou insalubres, com assédio moral ou degradantes, etc, etc, etc.

Em outros ramos do Judiciário, como a **Justiça Federal**, **a cada a ação corresponde geralmente apenas um pedido**: discussão quanto à constitucionalidade, base de cálculo ou alíquota de um tributo, exigibilidade de determinado benefício previdenciário, cobrança ou discussão da base de cálculo de determinada contribuição previdenciária, etc. E, também na maioria dos casos, **o que se discute é apenas a tese jurídica**, a qual, uma vez definida, pode ser **reproduzida nas demais ações** sobre a mesma matéria.

Daí que, para a **Justiça Federal** e no âmbito **do Superior Tribunal de Justiça**, foi possível adotar, como fator redutor de processos e critério de seleção de recurso, a **Lei dos Recursos Repetitivos**, em que a solução dada a um pode ser aplicada a todos os que tratam do mesmo tema, inclusive pelas instâncias inferiores.

Tal expediente é **incompatível com o Processo do Trabalho**, uma vez que,em cada recurso, por serem veiculadas **diversas matérias diferentes**, a preparação das decisões chega a ser **artesanal**, comparada à **linha de produção da Justiça Federal**. Ou seja, pode haver questões pacificadas jurisprudencialmente, mas cada pedido supõe análise singular, com ponderação das provas em 1ª e 2ª instâncias e apreciação, à luz dos permissivos do art. 896 da CLT, de cada pedido revisional em instância extraordinária.

Já defendemos a necessidade de que, em relação à **Justiça do Trabalho**, as **estatísticas** sejam aperfeiçoadas, para se registrar o **número de pedidos de cada ação**, de forma a se ter uma idéia mais precisa do labor desenvolvido para análise de cada feito trabalhista.

Portanto, **critérios estatísticos lineares** para ponderação quanto à necessidade de ampliação de todos os ramos do Judiciário **são inadmissíveis**, por nivelarem situações díspares e singulares.

Nesse sentido, o que se verificou, quanto à análise dos anteprojetos de lei para criação de cargos no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, foi a **desconsideração**, por parte deste Conselho, desde exatamente um ano atrás, dos **critérios objetivos elencados na Resolução 63 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho** (especialmente o art. 9°, parágrafo único), critérios com **assento legal e específicos para a Justiça do Trabalho** (Lei 6.947/81, especialmente o art. 1°, parágrafo único, que estabelece em 1.500 processos novos por ano o acervo a justificar pedido de criação de Vara do Trabalho), sem que, no ano transcorrido desde então, se tivesse estudado, ponderado e analisado de forma aprofundada, critérios novos e objetivos, que levassem em conta **aspectos quantitativos e qualitativos** da prestação jurisdicional em cada ramo do Judiciário brasileiro.

Se os critérios não são mais aceitáveis – com o que não concordamos –, **mude-se a lei, mas enquanto vigente, é o parâmetro a ser observado**, sob pena de o CNJ se substituir ao legislador nessa matéria.

Os **critérios estatísticos lineares** trazidos pela ilustre Corregedora Nacional de Justiça, em estudo realizado de uma sessão para a outra, e **sem uma ponderação das circunstâncias específicas da Justiça do Trabalho** já referidas, **carecem de legitimidade e padecem de ilegalidade** para respaldar deliberação sobre a necessidade e conveniência de criação de cargos nessa Justiça Especializada, mormente quando utilizados para indeferir sumariamente os **pleitos já aprovados pelo CSJT, com abalizados pareceres técnicos**, especialmente os do impacto orçamentário e de respeito à lei de responsabilidade fiscal.

Assim, nesta assentada, o que se pode levar em consideração é apenas o **juízo de ponderação e razoabilidade** de cada proposta, segundo o **grau de necessidade inadiável de cada Tribunal**, em face do **crescimento da demanda processual**, da dificuldade de acesso da população em locais de **aumento da atividade econômica**, e **não comprometimento do desempenho satisfatório** da Justiça do Trabalho se não contar com a criação do mínimo de cargos que se fazem necessários.

Nessa toada, verifica-se, no concernente ao TRT da 10ª Região (DF e TO), que o *status* mínimo de seu bom funcionamento orbita na **criação de 3 Varas do Trabalho**, distribuídas 1 em Brasília e 2 em Taguatinga, com a respectiva **criação de 3 cargos de Juiz do Trabalho**, autorizando-se, ainda, a **transformação de 20 FC-1** do atual quadro de funções do Tribunal em 3 **CJ-3** (Diretor de Secretaria), uma vez que tal transformação, necessária para a operacionalização das Varas, não acarretará qualquer acréscimo de despesa.

APROVA-SE PARCIALMENTE, pois, a proposta, nos termos da fundamentação.

Min. IVES GANDRA
Conselheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
130ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001911-91.2011.2.00.0000
Relator: Conselheiro JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Requerentes:
Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região (DF e TO)
Requerido:
Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto da Conselheira Vistora, o Conselho, por maioria, aprovou a criação de três varas e três cargos de juízes. Vencidos os Conselheiros José Adônis (Relator), Ministra Eliana Calmon, Marcelo Neves, Milton Nobre e Walter Nunes, que entendiam pelo indeferimento do pedido. Lavrará o acórdão o Conselheiro Ministro Ives Gandra. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leomar Barros Amorim. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 5 de julho de 2011.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília, 5 de julho de 2011

Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

ÓRGÃO ESPECIAL

CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO

CERTIFICO que em sessão ordinária do **EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Srs. Ministros presentes os Excelentíssimos Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro, e o Ex.mo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, autorizou o Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Órgão Especial, a encaminhar à Câmara dos Deputados, nos termos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, os anteprojetos de lei aprovados por aquele Órgão que porventura chegarem à Presidência da Corte no mês de julho de 2011.

Brasília, 1º de julho de 2011.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

CAPÍTULO II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS

.....

Seção II
DOS ORÇAMENTOS

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2012

(nº 1.874/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° É criada na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade Maceió, Estado de Alagoas, 1 (uma) Vara do Trabalho na cidade de Penedo (2ª).

Art. 2° São acrescidos aos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região os cargos de Juiz, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 3° A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1° do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4° Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região no orçamento geral da União.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz do Trabalho	1 (um)
Juiz do Trabalho Substituto	1 (um)
TOTAL	2 (dois)

ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	31 (trinta e um)
Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	5 (cinco)
Técnico Judiciário	15 (quinze)
TOTAL	51 (cinquenta e um)

ANEXO III

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-03	4 (quatro)
CJ-02	1 (um)
TOTAL	5 (cinco)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.874, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade Maceió-AL, 1 (uma) Vara do Trabalho na cidade de Penedo (2ª).

Art. 2º A Vara do Trabalho criada por esta Lei será implantada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescidos aos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, os cargos de Juiz, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 4º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a jurisdição da Vara do Trabalho criada por esta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 2011.

ANEXO I

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz do Trabalho	01 (um)
Juiz do Trabalho Substituto	01 (um)
TOTAL	**02 (dois)**

ANEXO II

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	31 (trinta e um)

Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	05 (cinco)
Técnico Judiciário	15 (quinze)
TOTAL	**51 (cinquenta e um)**

ANEXO III

(Art. 4° da Lei n.° , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-03	04 (quatro)
CJ-02	01 (um)
TOTAL	**05 (cinco)**

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d" e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de uma Vara do Trabalho e respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto, 51 (cinquenta e um) cargos de provimento efetivo e 5 (cinco) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió-AL.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.° 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001920-53.2011.2.00.0000, a criação da 2ª Vara do Trabalho de Penedo (AL), respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto, 51 (cinquenta e um) cargos de provimento efetivo, sendo 31 (trinta e um) cargos de Analista Judiciário, 5 (cinco) cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados e 15 (quinze) cargos de

Técnico Judiciário; bem assim 4 (quatro) cargos em comissão nível CJ-3 e 1 (um) cargo em comissão nível CJ-2.

O Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região tem jurisdição sobre o território do Estado de Alagoas, compondo-se a sua atual estrutura jurisdicional em 1º grau de jurisdição de 19 (dezenove) Varas do Trabalho, das quais 10 (dez) são localizadas na Capital e 09 (nove) no interior. Destas merece especial atenção a da jurisdição de Penedo, pelo expressivo crescimento da movimentação processual nos últimos anos.

A Vara do Trabalho de Penedo, cuja jurisdição abrange os municípios de Campo Grande, Feliz Deserto, Igreja Nova, Junqueiro, Olho D'Água Grande, Penedo, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, São Brás, São Sebastião e Coruripe, foi a segunda instalada no Estado de Alagoas, mediante a Lei nº 5.650, de 11 de dezembro de 1970, quando ainda pertencia ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Desde então, até 2010, houve significativo incremento no volume processual em fase de conhecimento daquela Vara.

Dados estatísticos consolidados pela área técnica do Tribunal Superior do Trabalho registram que o crescimento da demanda processual na Vara de Penedo vem sendo observado desde o exercício de 2008, quando a Vara teve aumento de 74% na quantidade de processos recebidos, de 133% em 2009 e de 97% em 2010. Com efeito, a média de processos recebidos foi de 1.784 no último triênio, ultrapassando a média de processos recebidos pelas Varas do Trabalho da Capital do Estado que, nesse mesmo período, ficou em 1.370 processos.

Esse aumento na movimentação processual tem refletido diretamente na taxa de congestionamento daquela unidade judiciária, mormente na fase de conhecimento de processos, ocasionando um aumento tal na carga de trabalho da unidade judiciária que pode chegar, em futuro próximo, a comprometer a qualidade da prestação jurisdicional. Fato que corrobora a necessidade de sua ampliação.

A demanda para a criação de Varas do Trabalho está lastreada no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 6.947/81 que dispõe: *"nas áreas de jurisdição de Juntas, só serão criadas novas unidades quando a frequência de reclamações, em cada órgão já existente, exceder seguidamente, a 1.500 (mil e quinhentas) reclamações por ano."*

Concomitantemente, o art. 9º, parágrafo único da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, estabelece que *"nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser*

proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."

Nesse contexto, verifica-se que o número de processos recebidos naquela Vara Trabalhista ultrapassa os parâmetros estabelecidos pelo artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 6.947/81 e pelo artigo 9º, parágrafo único da Resolução nº 63 Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

Aliada a esses fatores, está a expansão econômica da Região onde encontram-se concentradas várias empresas do ramo de turismo, da agroindústria açucareira, da exploração pecuarista e empresas terceirizadas da Petrobras, entre outras. Ademais, a instalação do Estaleiro ELSA na cidade de Coruripe, localizada na jurisdição da Vara Trabalho de Penedo, acarretará a geração de 6 mil a 10 mil empregos diretos, podendo atingir 30 mil empregos indiretos, com repercussão na quantidade de lides trabalhistas e, consequentemente, no acréscimo da carga de trabalho de juízes e servidores.

Os cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto são necessários para compor a de Vara do Trabalho a ser criada e encontram respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que autoriza número de juízes de unidade jurisdicional proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Com a crescente movimentação processual nas instâncias de 1º e 2º graus do TRT da 19ª Região, observa-se, por via de consequência, que o número de servidores mostra-se aquém da necessidade do Tribunal, assim, avulta premente a necessidade de adequação da infraestrutura humana e material da Justiça do Trabalho no Estado de Alagoas, à evidência de que aos atuais padrões econômicos, populacionais, sociais e de emprego daquele Estado contrapõe-se uma Justiça do Trabalho defasada.

Os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão propostos visam adequar as unidades daquele TRT à sobredita Resolução nº 63/2010 do CSJT, que versa sobre a uniformização da estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, instituindo a padronização da estrutura organizacional e de pessoal no âmbito da Justiça do Trabalho de modo a estabelecer estrutura mais ágil e tornar viável o processo de modernização da gestão dos Tribunais Trabalhistas. De igual forma, objetivam atender determinações contidas nas Resoluções CNJ nº 49/2007 e CNJ nº 70/2009, para que não haja solução de continuidade nas atividades relativas à gestão estratégica do Tribunal, assegurando

o funcionamento dos serviços imprescindíveis ao atendimento do Plano Estratégico e Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Os cargos de Analistas Judiciários na Especialidade Execução de Mandados, destinam-se a adequar o Quadro Permanente do Regional aos termos do artigo 7° da Resolução CSJT nº 63/2010. De acordo com a referida Resolução, as Varas que recebem até mil processos por ano poderão contar com até dois servidores ocupantes de cargo dessa especialidade. Já as unidades em que a movimentação ultrapasse esse número poderão contar com até três desses servidores. Para as Centrais de Mandados existentes, a proporção é de um servidor por mil processos recebidos pelas Varas Trabalhistas às quais dão suporte.

De acordo com essa premissa, dados da unidade de estatística do Tribunal Superior do Trabalho, atestam que aquele Regional deveria contar com 39 (trinta e nove) servidores nessa especialidade, no entanto existem em seu Quadro Permanente apenas 35 (trinta e cinco), resultando um quantitativo de analistas executantes de mandado aquém do previsto na citada Resolução.

Ainda com a finalidade de atender a determinação do o artigo 3° da Resolução CSJT nº 63/2010, que fixa percentual máximo para os Tribunais Trabalhistas requisitarem servidores, o TRT da 19ª Região deverá proceder à devolução de servidores cedidos por órgãos públicos estaduais e municipais, o que implicará dificuldades na manutenção da adequada prestação jurisdicional, uma vez que a totalidade desses servidores encontra-se em exercício nas Varas do Trabalho, principalmente do interior, sendo imprescindível a recomposição de seu Quadro de Pessoal, com a criação de cargos de Analista e Técnico Judiciário.

A proposta de criação da 2ª Vara do Trabalho de Penedo, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com os respectivos cargos de Juiz, cargos de servidores e cargos comissionados visa dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região dos meios indispensáveis, efetivos e suficientes para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à justiça, tornar viável a duração razoável do processo, consagrado no artigo 5°, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e imprimir maior celeridade ao julgamento dos processos, atendendo tanto à demanda já existente, quanto aquela que decorrente do ascendente crescimento da movimentação processual.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 20 de julho de 2011.

JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 248 **Brasília, 19 de julho de 2011.**

A Sua Excelência o Senhor
MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Assunto: Anteprojeto de Lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, incisos I, alínea "d" e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de Vara do Trabalho, de cargo de Juiz do Trabalho, de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió-AL.

Cordialmente,



JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO DE LEI Nº 1.874, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade Maceió-AL, 1 (uma) Vara do Trabalho na cidade de Penedo (2ª).

Art. 2º A Vara do Trabalho criada por esta Lei será implantada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º São acrescidos aos Quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, os cargos de Juiz, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 4º Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a jurisdição da Vara do Trabalho criada por esta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz do Trabalho	01 (um)
Juiz do Trabalho Substituto	01 (um)
TOTAL	**02 (dois)**

ANEXO II

(Art. 3º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	31 (trinta e um)
Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados	05 (cinco)
Técnico Judiciário	15 (quinze)
TOTAL	**51 (cinquenta e um)**

ANEXO III

(Art. 4º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-03	04 (quatro)
CJ-02	01 (um)
TOTAL	**05 (cinco)**

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d" e II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de uma Vara do Trabalho e respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto, 51 (cinquenta e um) cargos de provimento efetivo e 5 (cinco) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió-AL.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001920-53.2011.2.00.0000, a criação da 2ª Vara do Trabalho de Penedo (AL), respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto, 51 (cinquenta e um) cargos de provimento efetivo, sendo 31 (trinta e um) cargos de Analista Judiciário, 5 (cinco) cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados e 15 (quinze) cargos de Técnico Judiciário; bem assim 4 (quatro) cargos em comissão nível CJ-3 e 1 (um) cargo em comissão nível CJ-2.

O Tribunal Regional do Trabalho da Décima Nona Região tem jurisdição sobre o território do Estado de Alagoas, compondo-se a sua atual estrutura jurisdicional em 1º grau de jurisdição de 19 (dezenove) Varas do Trabalho, das quais 10 (dez) são localizadas na Capital e 09 (nove) no interior. Destas merece especial atenção a da jurisdição de Penedo, pelo expressivo crescimento da movimentação processual nos últimos anos.

A Vara do Trabalho de Penedo, cuja jurisdição abrange os municípios de Campo Grande, Feliz Deserto, Igreja Nova, Junqueiro, Olho D'Água Grande, Penedo, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, São Brás, São Sebastião e Coruripe, foi a segunda

instalada no Estado de Alagoas, mediante a Lei nº 5.650, de 11 de dezembro de 1970, quando ainda pertencia ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Desde então, até 2010, houve significativo incremento no volume processual em fase de conhecimento daquela Vara.

Dados estatísticos consolidados pela área técnica do Tribunal Superior do Trabalho registram que o crescimento da demanda processual na Vara de Penedo vem sendo observado desde o exercício de 2008, quando a Vara teve aumento de 74% na quantidade de processos recebidos, de 133% em 2009 e de 97% em 2010. Com efeito, a média de processos recebidos foi de 1.784 no último triênio, ultrapassando a média de processos recebidos pelas Varas do Trabalho da Capital do Estado que, nesse mesmo período, ficou em 1.370 processos.

Esse aumento na movimentação processual tem refletido diretamente na taxa de congestionamento daquela unidade judiciária, mormente na fase de conhecimento de processos, ocasionando um aumento tal na carga de trabalho da unidade judiciária que pode chegar, em futuro próximo, a comprometer a qualidade da prestação jurisdicional. Fato que corrobora a necessidade de sua ampliação.

A demanda para a criação de Varas do Trabalho está lastreada no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 6.947/81 que dispõe: *"nas áreas de jurisdição de Juntas, só serão criadas novas unidades quando a frequência de reclamações, em cada órgão já existente, exceder seguidamente, a 1.500 (mil e quinhentas) reclamações por ano."*

Concomitantemente, o art. 9º, parágrafo único da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, estabelece que *"nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."*

Nesse contexto, verifica-se que o número de processos recebidos naquela Vara Trabalhista ultrapassa os parâmetros estabelecidos pelo artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 6.947/81 e pelo artigo 9º, parágrafo único da Resolução nº 63 Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

Aliada a esses fatores, está a expansão econômica da Região onde encontram-se concentradas várias empresas do ramo de turismo, da agroindústria açucareira, da exploração pecuarista e empresas terceirizadas da Petrobras, entre outras. Ademais, a instalação do Estaleiro EISA na cidade de Coruripe, localizada na jurisdição da Vara Trabalho de Penedo, acarretará a geração de 6 mil a 10 mil empregos diretos, podendo atingir 30 mil empregos indiretos, com repercussão na quantidade de lides trabalhistas e, consequentemente, no acréscimo da carga de trabalho de juízes e servidores.

Os cargos de Juiz do Trabalho e de Juiz do Trabalho Substituto são necessários para compor a de Vara do Trabalho a ser criada e encontram respaldo legal na dicção do art. 93, inciso XIII, da Constituição Federal, que autoriza número de juízes de unidade jurisdicional proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Com a crescente movimentação processual nas instâncias de 1º e 2º graus do TRT da 19ª Região, observa-se, por via de consequência, que o número de servidores mostra-se aquém da necessidade do Tribunal, assim, avulta premente a necessidade de adequação da infraestrutura humana e material da Justiça do Trabalho no Estado de Alagoas, à evidência de que aos atuais padrões econômicos, populacionais, sociais e de emprego daquele Estado contrapõe-se uma Justiça do Trabalho defasada.

Os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão propostos visam adequar as unidades daquele TRT à sobredita Resolução nº 63/2010 do CSJT, que versa sobre a uniformização da estrutura administrativa dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, instituindo a padronização da estrutura organizacional e de pessoal no âmbito da Justiça do Trabalho de modo a estabelecer estrutura mais ágil e tornar viável o processo de modernização da gestão dos Tribunais Trabalhistas. De igual forma, objetivam atender determinações contidas nas Resoluções CNJ nº 49/2007 e CNJ nº 70/2009, para que não haja solução de continuidade nas atividades relativas à gestão estratégica do Tribunal, assegurando o funcionamento dos serviços imprescindíveis ao atendimento do Plano Estratégico e Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Os cargos de Analistas Judiciários na Especialidade Execução de Mandados, destinam-se a adequar o Quadro Permanente do Regional aos termos do artigo 7º da Resolução CSJT nº 63/2010. De acordo com a referida Resolução, as Varas que recebem até mil processos por ano poderão contar com até dois servidores ocupantes de cargo dessa especialidade. Já as unidades em que a movimentação ultrapasse esse número poderão contar com até três desses servidores. Para as Centrais de Mandados existentes, a proporção é de um servidor por mil processos recebidos pelas Varas Trabalhistas às quais dão suporte.

De acordo com essa premissa, dados da unidade de estatística do Tribunal Superior do Trabalho, atestam que aquele Regional deveria contar com 39 (trinta e nove) servidores nessa especialidade, no entanto existem em seu Quadro Permanente apenas 35 (trinta e cinco), resultando um quantitativo de analistas executantes de mandado aquém do previsto na citada Resolução.

Ainda com a finalidade de atender a determinação do o artigo 3º da Resolução CSJT nº 63/2010, que fixa percentual máximo para os Tribunais Trabalhistas requisitarem servidores, o TRT da 19ª Região deverá proceder à devolução de servidores cedidos por órgãos públicos estaduais e municipais, o que implicará dificuldades na manutenção da adequada prestação jurisdicional, uma vez que a totalidade desses servidores encontra-se em exercício nas Varas do Trabalho, principalmente do interior, sendo imprescindível a recomposição de seu Quadro de Pessoal, com a criação de cargos de Analista e Técnico Judiciário.

A proposta de criação da 2ª Vara do Trabalho de Penedo, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com os respectivos cargos de Juiz, cargos de servidores e cargos comissionados visa dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região dos meios indispensáveis, efetivos e suficientes para prestar adequadamente os serviços judiciais, ampliar o acesso à justiça, tornar viável a duração razoável do processo, consagrado no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e imprimir maior celeridade ao julgamento dos processos, atendendo tanto à demanda já existente, quanto aquela que decorrente do ascendente crescimento da movimentação processual.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 19 de julho de 2011.



JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Nacional de Justiça

Secretaria Processual

CERTIDÃO

Certifico que 07 de julho de 2011, às dezessete horas e nove minutos, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Marcelo Nobre, confirmou o voto do PAM 0001920-53.2011.2.00.0000 no sistema E-CNJ – evento 32 - julgado em 21 de junho de 2011, por ocasião da 129ª Sessão Ordinária.

Dados do Processo	
Nº do Processo: 0001920-53.2011.2.00.0000	
Classe: PAM - Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei	
Situação: Movimento **Autuação: 18/04/2011**	Sem Sigilo Sem Pedido Liminar Sem Prioridade
Relator: **MARCELO NOBRE** - CONSELHEIRO	
JULGADO na sessão de 21/06/2011	

Assunto	
Assunto: Anteprojeto de Lei	**Complemento:** CSJT - TRT 19ª Região - Ofício CSJT.GP.ASPAS n.º 2

Partes & Advogados	
Partes: CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (REQUERENTE) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 19ª REGIÃO (AL) (REQUERENTE) CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERIDO)	**Advogado(s):** Advogados não cadastrados

Informações Adicionais	
Docs Secretaria: Não **Receb.:** Internet **AR:** Incluir	**Localizador:** [PRAZO 21] Histórico **Loc. Físico:** não cadastrado
Lembrete: Incluir Lembrete	Geração Etiquetas/Atualização Cadastro

Sistema
Protocolo Árvore Doc CONSULTA Exclusão Eventos Edição Docs Digita Doc Tela Anterior **MOVIMENTAR Processo**

Eventos

Evento	Data/Hora	Descrição	Usuário	Documentos
		[1]		
40	14/07/2011 08:42:15	INTIMADO DE JULGADO(Outro) **referente ao evento 35** **TST - 0 dias** **Início Prazo: 00/00/0000** **Final do Prazo: 00/00/0000**	TST	
39	11/07/2011 10:38:19	PUBLICADO NO DJ ELETRÔNICO **nº 126/2011, disponibilizado em 11/07/2011, pág. 22-23, DEC30 (EVENTO 32)** Alterar	aline.rocha	
38	11/07/2011 10:02:14	INTIMADO DE JULGADO(Requerente) **referente ao evento 34** **TRT19 - 0 dias** **Início Prazo: 00/00/0000** **Final do Prazo: 00/00/0000**	TRT19	
37	08/07/2011 12:27:55	INTIMADO DE JULGADO(Requerente) **referente ao evento 33** **CSJT - 0 dias** **Início Prazo: 00/00/0000** **Final do Prazo: 00/00/0000**	CSJT	
36	07/07/2011 17:47:45	REMETIDO À SECRETARIA PARA PUBLICAR **DEC30** Alterar	rodrigo.rocha	
35	07/07/2011 17:47:21	INTIMAÇÃO DE JULGADO(Outro) **TST - 0 dias** **CERT28 DEC30** Alterar	rodrigo.rocha	
34	07/07/2011 17:46:55	INTIMAÇÃO DE JULGADO(Requerente) **TRT19 - 0 dias** **CERT28 DEC30** Alterar	rodrigo.rocha	
33	07/07/2011 17:46:55	INTIMAÇÃO DE JULGADO(Requerente) **CSJT - 0 dias** **CERT28 DEC30** Alterar	rodrigo.rocha	
32	07/07/2011 17:09:07	VOTO CONFIRMADO	marcelo.nobre	DEC30
31	03/07/2011 18:25:47	DESPACHO/DECISÃO PROFERIDA	marcelo.nobre	VOTOVISTA29

Brasília, 14 de julho de 2011.

Carla Fabiane Abreu Aranha
Subsecretária Processual em exercício

Carla Fabiane Abreu Aranha
Subsecretaria de
Processamento de Feitos - CSJ

DIÁRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 126/2011 Brasília - DF, segunda-feira, 11 de julho de 2011

SUMÁRIO

Presidência .....
Secretaria Geral .....
Secretaria Processual .....
Diretoria Geral .....
Coordenadoria de Material, Compras e Contratos .....
Seção de Gestão de Contratos .....
Coordenadoria de Gestão de Pessoas .....
Corregedoria .....

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001920-53.2011.2.00.0000

Requerente: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 19ª Região (AL)
Requerido: Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO EM PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS NO TRT 19ª REGIÃO. PROJETO ENCAMINHADO PELO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT). PARECER FAVORÁVEL DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO. PARECER PARCIALMENTE FAVORÁVEL DO DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS, OPINANDO PELA DESNECESSIDADE DE CRIAR NOVOS CARGOS COMISSIONADOS.

Trata-se de expediente encaminhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com proposta para criação de uma Vara do Trabalho na cidade de Penedo, com dois cargos de juiz do trabalho - um titular e um substituto - mais 31 cargos de analista judiciário, 05 cargos de oficial de justiça avaliador e 15 cargos de técnico judiciário, além de 05 cargos comissionados, sendo 04 CJ-3 e 01 CJ-2, no âmbito do TRT da 19ª Região.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário opinou pelo acolhimento da proposta.

O Departamento de Pesquisas Judiciárias, comparando os números do TRT 19ª Região com o TRF da 5ª Região e ancorando-se na existência do PL 7575/2010, concluí que o TRT da 19ª Região não necessita da criação de novos cargos comissionados porque a aprovação do projeto de lei em andamento o coloca dentro da média de cargos comissionados/ por cargos efetivo de servidor.

Relatei, em resumo.

De acordo com a Portaria nº 24/2011, desta Corte, cabe ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário realizar os estudos e emitir o parecer técnico acerca das propostas de aumento de gastos com pessoal e encargos sociais.

Neste sentido, seria desnecessária a manifestação de qualquer outro departamento, tendo em vista a fixação da competência do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, órgão capacitado e próprio para desvendar o alcance e o impacto orçamentário da criação da nova vara do trabalho, com o respectivo quadro de pessoal necessário para seu funcionamento.

Entretanto, outro entendimento tem sido manifestado pelos meus pares, de sorte que os acompanhei, encaminhando o processo para a manifestação do DPJ, embora deva anotar que tal não ocorreu

em outros Pareceres de Mérito trazidos à apreciação, e aprovados unanimemente pelo Plenário do CNJ, em casos de aumentos significativos de servidores e magistrados, a exemplo do *PAM 0001754-25.2008.2.00.0000*, relatado pelo Exmo. Conselheiro Ministro Gilmar Mendes, aprovando a criação de 30 cargos de Juiz do Trabalho, 600 cargos de analista judiciário, 280 cargos de técnico judiciário, 90 cargos em comissão, sendo 60 CJ-3, 30 CJ-2 e 202 funções comissionadas e do *PAM 0002198-54.2011.2.00.0000*, relatado pelo Conselheiro Ministro Ives Gandra Martins Filho, julgado na 128ª Sessão Plenária do CNJ, aprovando unanimemente o pedido, baseado exclusivamente no Parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário.

De qualquer maneira, destaco que as informações do DPJ referem que o TRT 19ª Região "*possui situação desfavorável*" em relação aos demais Tribunais Regionais, "*quando considerada a relação de cargos efetivos de servidor por cargo de magistrado*". Ou seja, há menor número de servidor por magistrado do que nos demais tribunais.

O DPJ ainda acrescentou:

Essa baixa relação de servidores por magistrado causa prejuízo aos trabalhos do Tribunal, principalmente, afeta negativamente a produtividade dos magistrados, porque com poucos servidores para auxiliá-lo, o magistrado não pode produzir o que produziria se devidamente assessorado.

E concluiu:

Assim, entende-se importante que, pelo menos, se equalize a relação TCEfet/MagE do TRT19 com a média da Justiça do Trabalho, o segundo menor valor dentre os Tribunais e ramos da Justiça comparados.

Com relação aos cargos comissionados, considerando o Projeto de Lei 7575/2010, que cria cargos no âmbito do TRT 19ª Região, o DPJ conclui:

Importante analisar a relação em questão se deferida a criação dos 35

cargos efetivos de servidor cuja criação considerou-se razoável. Nesta situação, considerando-se ainda a criação dos 35 cargos efetivos e 2 cargos comissionados do PL 7575/2010, a relação TCC/TCEfet seria de 0,10 cargo comissionado por cargo efetivo de servidor, ou seja, igual à média da Justiça do Trabalho e menor que a média da Justiça Federal e que o valor da relação no TRF5. Uma vez posto isto, percebe-se que neste caso, não há necessidade de se criar novos cargos comissionados através deste Anteprojeto de Lei.

É importante destacar que o presente projeto trata da criação de uma Vara do Trabalho com os respectivos cargos de juízes, servidores e funções comissionadas. Os cargos e funções aqui pleiteados não guardam qualquer relação com aqueles constantes do PL 7575/2010.

Pelo parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, a proposta deve ser acolhida na integra, não havendo empecilho para o encaminhamento do projeto, na medida em o "*TRT da 19ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei*", além concluir que o impacto orçamentário "*se enquadra nos patamares estabelecidos na LRF, pois o referido tribunal tem margem de crescimento que suporta tais despesas*".

Apenas para concluir, não é válida a comparação dos números de servidores e funções de um Tribunal Regional do Trabalho com os números de um tribunal Regional Federal, porque o TRF envolve cinco Estados, enquanto o TRT 19ª Região tem jurisdição somente sobre o Estado de Alagoas. Neste caso, a comparação válida seria com a Seção Judiciária da Justiça Federal de Alagoas.

E mesmo com a seção Judiciária de alagoas, da Justiça Federal, a comparação ainda não seria perfeita, na medida em que se trata de Justiças com demandas completamente diferentes, o que pode induzir a um juízo sofismático.

Se cabe à Justiça do Trabalho equacionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, entre empregadores e empregados, num sem número de situações possíveis, dependendo do aquecimento da economia, do maior aproveitamento da mão de obra disponível, entre outros elementos; cabe à Justiça Federal tratar das questões que envolvam interesse da União e suas autarquias, matéria completamente diversa e cujo acirramento depende mais das decisões políticas que orientam o futuro da nação.

Esta Corte tem enfrentado a questão que envolve as propostas de criação de cargos na Justiça do Trabalho de forma responsável e com o olhar no futuro.

Temos o compromisso com o país de não construirmos situações que no futuro se comprovem desnecessárias e irreversíveis.

A evolução tecnológica, aliada á boa gestão, têm transformado o Poder Judiciário e têm demonstrado que este Poder não precisa de mais do mesmo.

Nossa realidade hoje é outra.

O CNJ comprovou que o problema do Judiciário, em regra, não é a falta de Juiz e de servidores. Contudo, no presente processo está comprovada a necessidade e o cabimento, para hoje e para o futuro, do pleito do TRT da 19ª Região.

Ante o exposto, **voto pelo acolhimento** do anteprojeto de lei, encaminhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, criando os cargos e funções no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, no Estado da Alagoas.

É como voto.

Brasília, junho de 2011

MARCELO NOBRE

Conselheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
129ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001920-53.2011.2.00.0000
Relator: Conselheiro MARCELO NOBRE
Requerentes:
Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 19ª Região (AL)
Requerido:
Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por maioria, aprovou a proposta nos termos apresentados pelo Relator. Vencidos os Conselheiros Walter Nunes, José Adônis, Ministra Eliana Calmon e Milton Nobre. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Leomar Barros Amorim e Jefferson Kravchychyn. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21 de junho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Presentes, o Procurador-Geral da República Dr. Roberto Monteiro Gurgel e, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Miguel Ângelo Cançado, Diretor-Tesoureiro.

Sustentou oralmente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, a Presidente Desembargadora Vanda Maria Ferreira Lustosa.

Brasília, 21 de junho de 2011

Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

ÓRGÃO ESPECIAL

CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO

CERTIFICO que em sessão ordinária do **EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.mos Srs. Ministros presentes os Excelentíssimos Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro, e o Ex.mo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, autorizou o Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Órgão Especial, a encaminhar à Câmara dos Deputados, nos termos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, os anteprojetos de lei aprovados por aquele Órgão que porventura chegarem à Presidência da Corte no mês de julho de 2011.

Brasília, 1º de julho de 2011.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2012

(nº 5.149/2001, na Casa de origem, dos Deputados Paulo Rocha Luizinho)

Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas instituições de ensino superior aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° As instituições de ensino superior ficam obrigadas a informar aos candidatos, no ato de inscrição para o processo seletivo de seus cursos superiores, a situação destes com relação à autorização e ao reconhecimento pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 2° O descumprimento do disposto no art. 1° acarretará a aplicação progressiva das seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa no valor de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), na reincidência;

III – multa no valor de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais), na segunda reincidência;

IV – multa no valor de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais), por dia de atraso na prestação da informação, a partir da terceira reincidência.

Art. 3° A fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei cabe aos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.149, DE 2001

Dispõe sobre informações prestadas pelas instituições de ensino superior ao candidato, no ato de inscrição do vestibular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições de ensino superior ficam obrigadas a informar ao candidato, no ato de inscrição para o vestibular, se o curso para o qual pretende ingressar é reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará a aplicação progressiva das seguintes penalidades: advertência; multa no valor de cem UFIRs, na reincidência; e multa no valor de trezentas UFIRs, na segunda reincidência.

Parágrafo único. Após três reincidências, o estabelecimento de ensino estará sujeito à multa no valor correspondente a 300 UFIRs por dia de retardamento no fornecimento da informação.

Art. 3º A fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei ficará a cargo dos órgãos correspondentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo obrigar as instituições de ensino superior a informar aos candidatos, já no ato da matrícula, se o curso para o qual pretende ingressar possui registro e o devido reconhecimento junto ao Ministério da Educação.

A medida é de relevante importância, uma vez que, muitos cursos de diversas instituições superiores, de todo o País, ainda que já possuam o devido processo de reconhecimento junto ao MEC, não foram registrados, impedindo que o estudante, ao se formar, receba seu diploma ou certificado, ficando, assim, impossibilitado de ingressar no mercado de trabalho.

Diante destas considerações, contamos com o apoio dos ilustres Pares desta Casa no sentido de votar, favoravelmente, à aprovação do presente Projeto de Lei, sendo certo que em tudo estaremos contribuindo para a efetivação de uma medida de relevante valor social, bem como para o aprimoramento da educação no País.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 2001.

Deputado **PAULO ROCHA** Deputado **PROFESSOR LUIZINHO**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I à de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2012

(nº 7.104/2002, na Casa de origem, do Deputado Gastão Vieira)

Dispõe sobre inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Nos 3 (três) primeiros meses do primeiro ano de mandato de Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Prefeitos, exceto quando ocorrer reeleição do titular desses cargos, não haverá interrupção no repasse de recursos e de outros benefícios relativos aos programas federais na área de educação e de renda mínima associada a ações socioeducativas em caso de inadimplência na prestação de contas e no cumprimento de outras disposições normativas de execução de tais programas, cuja responsabilidade seja do mandatário da administração anterior.

§ 1º Durante o prazo mencionado no *caput*, deverá o novo mandatário adotar as necessárias providências para a regularização das condições de execução do programa federal em sua esfera de competência.

§ 2º Vencido o prazo mencionado no *caput*, aplicar-se-ão integralmente as sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 2° A inadimplência referida no art. 1° desta Lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e dos incisos II e VI do art. 11 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, punível na forma estabelecida na legislação, especialmente no § 4° do art. 37 da Constituição Federal e no inciso III do art. 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 3° Inquérito administrativo ou tomada de contas especial serão imediatamente instalados pela instância federal executora contra os responsáveis por atraso, por ausência de iniciativa ou por qualquer outro tipo de inadimplência na implementação dos programas referidos no art. 1° desta Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo constitui, por si, ato de improbidade administrativa nos termos definidos no art. 2° desta Lei.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.104, DE 2002

Dispõe sobre inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A inadimplência na prestação de contas, na constituição de conselhos ou em outras disposições legais e normativas previstas para a execução de programas nacionais como o de Alimentação Escolar, Dinheiro

Direto na Escola, de Bolsa Escola e similares não implicará na suspensão do repasse de recursos ou de outros benefícios à população alvo.

Parágrafo único. A inadimplência referida no art. 1º desta Lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e dos incisos II e VI, do art. 11 da Lei n.º 8.429/1992, punível na forma estabelecida na legislação, especialmente no parágrafo 4º do artigo 37 da Constituição Federal e no inciso III do art. 2º da Lei n.º 8.429/1992.

Art. 2º. Inquérito administrativo ou tomada de contas especial será imediatamente instalada, pela instância federal executora, contra os responsáveis por atraso, ausência de iniciativa ou por qualquer outro tipo de inadimplência na implementação dos Programas referidos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo constitui, por si, ato de improbidade administrativa nos termos definidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 3º . Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Programas como a Merenda Escolar, a Bolsa Escola e Dinheiro Direto na Escola, executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, têm por objetivo complementar os recursos das famílias e das escolas, proporcionando melhores condições de aprendizagem e de desenvolvimento para alunos da Educação Básica deste País. Correspondem ao cumprimento do papel supletivo da União junto a Estados, Municípios e Distrito Federal, para o efetivo desenvolvimento da Educação Básica. São, portanto, indispensáveis ao bom andamento e à eficácia do funcionamento do sistema educacional. em todo o País.

Assim, é inadmissível que a as falhas cometidas por gestores daqueles programas resultem, como conseqüência imediata, na suspensão dos recursos, o que significa, na verdade, uma grave punição aos estudantes e famílias beneficiárias.

Por outro lado, não se pode abdicar do fiel cumprimento dos princípios da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, a saber : legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mas são os gestores de programas governamentais que são responsáveis pela observância e cumprimento da legislação e das normas pertinentes. Os beneficiários, a população alvo dos programas, não podem pagar o ônus de ações administrativas que estão fora de seu alcance e responsabilidade.

A legislação existente, especialmente a Medida Provisória n.º 2.178-36, em sua versão de 24 de agosto de 2001, prevê a suspensão do benefício como a medida punitiva para a inadimplência, trazendo inúmeras dificuldades para os cidadãos brasileiros que dependem da Merenda Escolar, da Bolsa Escola ou do Dinheiro Direto na Escola.

O objetivo deste projeto de lei é aperfeiçoar a legislação, tornando explícitos os procedimentos para fazer cumprir a lei e respeitar o bom senso na implementação de programas sociais. Desta forma, propõe-se que os beneficiários tenham seus benefícios preservados, mesmo em casos de inadimplência administrativa, e que as instâncias federais responsáveis pela execução dos programas, em nível federal, possam atuar imediatamente e com o rigor da lei, responsabilizando os executores dos programas em outras esferas de governo.

Consideramos que a previsão de imediata abertura de processo administrativo, pela instância federal, contra os responsáveis pela execução dos programas constitui-se em mecanismo efetivo para reduzir e, quem sabe, eliminar as sérias dificuldades vivenciadas pelos beneficiários dos programas referidos.

Diante da alta relevância da matéria, que envolve, ao mesmo tempo, a preservação do benefício e a plena probidade administrativa, e da singeleza e eficácia da medida proposta, conto com o imprescindível apoio dos senhores e senhoras parlamentares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2002 .

Deputado GASTÃO VIEIRA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsidio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sidio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tri-bunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Or gânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

.....

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

.....

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

.....

CAPÍTULO III
Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

.....

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I à de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2012

(nº 805/2007, na Casa de origem, do Deputado Lincoln Portela)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 63 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. .....

.....

§ 2º O candidato deve comprovar situação regular perante a OAB, não ocupar cargo exonerável *ad nutum*, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 805, DE 2007

Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 2004, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB".

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1°. O parágrafo segundo do art. 63 da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de novembro, do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

.....

§ 2º O candidato deve comprovar situação regular junto à OAB, não ocupar cargo exonerável ad nutum, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão."

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pretende a presente proposição alterar a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, suprimindo do § 2° do art.63 da mesma, a expressão "há mais de cinco anos", retirando assim a "cláusula de barreira", no intuito de resguardar a igualdade entre os advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Ressalte-se, desde logo, que o óbice ao pleno exercício democrático, imposto aos jovens advogados pela referida expressão, alem de criar "castas" de advogados, postura incompatível com a augusta Ordem, faz com que os mesmos tenham seu poder político-institucional restrito a uma única comissão.

Assim sendo, resta evidente a necessidade desta Casa promover uma modificação na legislação, com o condão de garantir aos jovens advogados a efetiva participação político-democrática no âmbito institucional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Registre-se, finalmente, que a presente proposta é resultante do anseio dos jovens advogados, que reunidos no Congresso Nacional de Jovens Advogados - OAB/MG, realizado em Belo Horizonte, no período de 26 a 28 de abril de 2007, discutiram esta proposição.

Sala das sessões, em 24 de abril de 2007.

Deputado **LINCOLN PORTELA**
Vice-Líder PR/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

.....

CAPÍTULO VI

Das Eleições e dos Mandatos

Art. 63. A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de novembro, do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

§ 1º A eleição, na forma e segundo os critérios e procedimentos estabelecidos no regulamento geral, é de comparecimento obrigatório para todos os advogados inscritos na OAB.

§ 2º O candidato deve comprovar situação regular junto à OAB, não ocupar cargo exonerável ad nutum, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão há mais de cinco anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2012

(nº 838/2007, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de orientador educacional nas instituições de ensino que menciona.

Art. 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos respectivos sistemas de ensino, manterão profissionais de educação, de nível superior, habilitados em pedagogia com ênfase em orientação educacional, para atender às instituições públicas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.

Art. 3º Os sistemas de ensino terão o prazo de 5 (cinco) anos para adaptação ao disposto nesta Lei, a contar da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 838, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os sistemas de ensino manterão obrigatoriamente, em cada instituição educacional pública pré-escolar, de ensino fundamental e de ensino médio, que atenda a trezentos ou mais alunos, pelo menos um profissional da educação, de nível superior, habilitado em orientação educacional.

Parágrafo único. Para o caso das instituições educacionais cujo número de matrículas seja inferior a trezentos alunos, poderão ser elas consideradas em conjunto para efeito de aplicação no disposto no *caput*.

Art. 2º Os sistemas de ensino terão o prazo de cinco anos para adaptação ao disposto na presente Lei, a contar da data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presença do profissional da educação devidamente habilitado em orientação educacional é indispensável para promover o adequado e integral atendimento do educando, bem como para o fortalecimento do trabalho coletivo dos demais profissionais do magistério.

A função do orientador educacional, aliada à da coordenação pedagógica, constitui poderoso instrumento de qualificação da educação oferecida. Não é sem razão que se trata de uma habilitação na área pedagógica cujo exercício profissional já se encontra regulamentado, pela Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968.

O acompanhamento do aluno, o trabalho com grupos, a orientação sócio-profissional são áreas de atuação para as quais o orientador educacional recebe formação específica, podendo contribuir de modo relevante para a integração e elevação da qualidade do trabalho pedagógico escolar.

É importante que em cada estabelecimento de ensino haja um profissional com este perfil. No entanto, é razoável também admitir que, para efeitos de alocação de pessoal, sejam estabelecidos critérios voltados para o tamanho das escolas, tomado como o número de alunos, de modo a assegurar o melhor aproveitamento da disponibilidade desse profissional. Por isso propõem-se as alternativas de alocação em cada escola, a partir de determinado número de alunos, e a de alocação a um conjunto de escolas, se de menor tamanho.

O número de trezentos alunos não é estabelecido de modo aleatório. Trata-se de um contingente de alunos que aproximadamente corresponde a um intervalo de oito a dez turmas, podendo chegar a envolver vinte ou mais professores, nas etapas mais adiantadas da educação básica. Isto representaria, para um profissional em regime de quarenta horas semanais, metade da carga de trabalho voltada para dinâmicas com turmas e grupos de alunos e a outra metade destinada ao trabalho com os demais profissionais do magistério, reuniões com pais, atendimento individualizado a alunos, análise de testes, etc.

Estou convencido de que as elevadas razões que inspiram esta proposição hão de garantir o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2007.

Deputado MARCOS MONTES

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2012

(nº 3.706/2008, na Câmara dos Deputados)

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. Incumbe aos Estados:

.....

VII – assumir o transporte escolar dos alunos e permitir aos professores da rede estadual apenas o uso de assentos vagos disponíveis nos veículos nos trechos autorizados.

....."(NR)

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. Incumbe aos Municípios:

.....

VI – assumir o transporte escolar dos alunos e permitir aos professores da rede municipal apenas o uso de assentos vagos disponíveis nos veículos nos trechos autorizados.

....."(NR)

Art. 3º Cabe aos Estados articularem-se com os respectivos Municípios para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos e dos professores.

Art. 4º Revoga-se a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.706, DE 2008

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

.....

VII – assumir o transporte escolar dos alunos e permitir, aos professores da rede estadual, apenas o uso de assentos vagos disponíveis dos veículos nos trechos autorizados;

....." (NR)

Art. 2º O inciso VI do art. 11 da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996,passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

.....

VI – assumir o transporte escolar dos alunos e permitir, aos professores da rede municipal, apenas o uso de assentos vagos disponíveis dos veículos nos trechos autorizados;

....." (NR)

Art. 3º Cabe aos Estados articularem-se com os respectivos Municípios para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos e professores.

Art. 4º Revoga-se a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996, baseando-se no princípio do direito universal à educação e permitindo a evolução de diversas mudanças muito positivas, como, por exemplo, a inclusão da educação infantil, a primeira etapa da educação básica.

Posteriormente, a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003, acrescentou dois incisos aos arts. 10 e 11 da LDB, obrigando os Estados e Municípios a assumirem o transporte escolar dos alunos da rede estadual e municipal, omitindo, no entanto, o transporte dos professores que atuam no ensino fundamental. Infelizmente, por ainda não existir dotação orçamentária suficiente aos Estados e Municípios, o transporte público gratuito aos professores não têm sido ofertado pelos governos.

Acontece que o transporte para essa classe de trabalhadores pesa bastante no orçamento, pois precisam deslocar-se para diferentes escolas quase sempre no mesmo dia, nas áreas urbana e rural, o que lhes exige gastar seus parcos recursos tão necessários ao próprio aprimoramento intelectual.

Uma primeira etapa para amenizar esse problema seria, então, permitir que os professores da rede estadual e municipal pudessem fazer uso dos assentos vagos disponíveis dos veículos escolares, nos trechos autorizados até a escola. Obviamente seriam beneficiados os professores que moram mais próximos dos pontos de parada dos ônibus escolares determinados pela rede pública. Posteriormente, uma segunda etapa seria a obtenção de recursos financeiros para o transporte de professores em sua totalidade.

As conseqüências da gratuidade total aos professores no sistema de transporte público coletivo de passageiros serão, obviamente, pequenas para os orçamentos dos Estados e Municípios, mas altamente positivas para a valorização dos mestres.

Por esse motivo, pela indiscutível importância e o alcance social da proposta, contamos com o apoio dos nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 09 de julho de 2008.

Deputado RENATO MOLLING

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

.....

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

.....

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

.....

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

.....

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

.....

LEI Nº 10.709, DE 31 DE JULHO DE 2003.

Acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2012

(nº 4.651/2009, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.....

.....

§ 4º O ensino da história constituirá conteúdo obrigatório em todas as séries do Ensino Médio, sendo que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.651, DE 2009

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Altera-se o parágrafo 4º do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 26 (...)
> § 4º O ensino da história constituirá conteúdo obrigatório em todas as séries do Ensino Médio, sendo que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A disciplina de História sempre foi reconhecida como sendo de suma importância para a formação de cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas; em outras palavras, é determinante para a formação do caráter dos cidadãos. Diante de tal quadro, o presente projeto tem como principal objetivo transformar em expresso mandamento legal a inclusão obrigatória da disciplina de História na grade curricular no Ensino Médio no país, alterando, para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

Igualmente, o presente projeto de lei prevê a inclusão da disciplina de História como matéria obrigatória no Ensino Médio, por ser mais um elemento auxiliar na formação do pensamento crítico dos jovens, propiciando melhores condições para o exercício da cidadania, bem como a sua formação plena enquanto ser humano.

Ademais, como compreender o hoje sem conhecermos a história que o gerou? É preciso valorizar a história do próprio país e da humanidade, reconhecer os fatos e os personagens que lutaram pelas conquistas, até mesmo com suas vidas.

Assim, não restam dúvidas de que a inclusão da disciplina de História no currículo do Ensino Médio das escolas do país acarretará uma melhor formação dos adolescentes, em razão do desenvolvimento do senso crítico, ética e cidadania.

Pelo acima exposto, conto com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação deste.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2009.

Deputado Gilmar Machado

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

.....

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2012

(nº 5.672/2009, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 19-J. .....

.....

§ 3º Ficam os hospitais de todo o País obrigados a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito estabelecido no *caput* deste artigo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.672, DE 2009

Obriga os hospitais de todo o país a manter em local visível de suas dependências aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

"§3º Ficam os hospitais de todo o país obrigados a manter em local visível de suas dependências aviso informando sobre o direito estabelecido no "caput" deste artigo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A humanização do parto e do trabalho de parto tem sido buscada há tempos no âmbito dos hospitais públicos. A presença de um acompanhante representa uma grande mudança, tanto para a parturiente, quanto para o acompanhante, que na maioria das vezes é o pai, e portanto também para o recém-nascido. O Congresso Nacional teve a felicidade de aprovar a Lei nº 11.108, de 2005, que garantiu no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS o direito a todas as parturientes a um acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.

A experiência, contudo, ensina que os direitos para serem exercidos devem antes de mais nada serem conhecidos. Por falta de informação, são ainda numerosas as mulheres que deixam de exigir a presença do acompanhante que as ajudaria durante esse processo tão desgastante quanto gratificante.

O presente projeto de lei vem, portanto para corrigir essa lacuna, e por isso peço aos nobres pares o apoiamento e os votos necessários a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2009.

Deputado CARLOS BEZERRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO VII

DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DURANTE O TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO
(Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

.....

Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

§ 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

§ 2º As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2012

(nº 6.096/2009, na Casa de origem, da Deputada Alice Portugal)

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VI do art. 5º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.....

.....

VI - Instituto Federal Dois de Julho, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

....." (NR)

Art. 2° O item relativo ao Instituto Federal Baiano no Anexo I da Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

INSTITUIÇÃO	SEDE DA REITORIA
Instituto Federal Dois de Julho	Salvador

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 6.096, DE 2009

Altera o nome do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Dois de Julho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano passa a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Dois de Julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim e de dois centros de formação profissionais da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, encontra-se em fase de implantação no estado da Bahia e já avança no sentido de ampliar seio raio de ação para atender cada vez mais jovens desejosos de ter acesso à educação profissional, tecnológica e científica de qualidade que é marca dos IFETs.

Além de já estar presente nas diversas cidades que abrigavam escolar agrotécnicas ou centros de formação profissional, o chamado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano está trabalhando em parceria com o governo do Estado da Bahia para ampliar sua presença no Recôncavo Baiano e instalar-se em Governador Mangabeira, através de convênio celebrado com o Estado.

A lei que instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia transformou o antigo CEFET Bahia em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e deu a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano para a outra instituição criada a partir da integração das escolas técnicas federais existentes no estado. A semelhança dos nomes tem gerado certa confusão e causado equívocos que podem ser evitados com a modificação do nome do atual IFET Baiano, mudança que atende, inclusive, desejo da comunidade acadêmica da instituição.

Como a formação profissional, científica e tecnológica gera independência e é fator de afirmação soberana, nada mais natural do que fazer da modificação do nome do atual IFET Baiano uma homenagem à data magna da Bahia, símbolo de sua independência e da reafirmação da soberania de nossa Pátria, o Dois de Julho.

Desta forma, o presente projeto de lei vai além da merecida homenagem à data histórica mais respeitada da Bahia e atende uma reivindicação da comunidade acadêmica do Instituto Federal Baiano que quer ver sua instituição com o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Dois de Julho.

Em 23/set/2009

Alice Portugal
Deputada Federal

LEGISLAÇAO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

.....

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

.....

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte decisão em terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2012

(nº 6.336/2009, na Casa de origem, do Deputado Vicentinho)

Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° É instituído o Dia Nacional dos Profissionais da Educação, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 6 de agosto.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.336, DE 2009

Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o **Dia Nacional dos Profissionais da Educação**, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 6 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É fato sobejamente conhecido que a escola, como instância social que lida com o conhecimento historicamente produzido pela sociedade, é responsável pela formação integral de nossas crianças, adolescentes e jovens.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- a LDB- considera que a educação escolar é tarefa que se impõe a diversos profissionais, dada à complexidade e importância do processo ensino-aprendizagem. Assim, para que se realize a contento a árdua tarefa de educar, vários profissionais da educação, além do professor, estão envolvidos no espaço escolar, de forma a garantir a necessária qualidade do ensino.

Nesse sentido, na referida legislação educacional (Lei nº 9.394/96), é dado destaque à formação dos profissionais da educação (**Título VI- DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**) e, no art. 64, são relacionadas as áreas de atuação desses profissionais (administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional), além do magistério.

Recentemente, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009, que *"altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação".*

Por entender que, na complexidade do mundo contemporâneo, não se pode prescindir do trabalho qualificado desses profissionais que lidam com a educação no espaço escolar e a formação das novas gerações, é que estamos apresentando a presente proposição legislativa que objetiva instituir o **Dia Nacional dos Profissionais da Educação**, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 06 de agosto, em alusão à sanção da referida Lei.

Espero, pois, contar com o apoio de meus ilustres Pares na aprovação dessa matéria, que tem por finalidade homenagear a todos os profissionais que se dedicam à educação em nosso País.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2009.

Deputado VICENTINHO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte decisão em terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2012

(nº 7.412/2010, na Casa de origem, do Deputado José Otávio Germano e outros)

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal procederá à custódia dos depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, preferencialmente em banco estadual no qual o Estado-Membro possua mais de metade do capital social integralizado ou, se não houver, na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

Art. 2° O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal poderá firmar contratos ou convênios com as instituições financeiras qualificadas no art. 1°, com vistas na obtenção de recursos financeiros para a aquisição de bens e serviços voltados à melhoria da prestação jurisdicional, em contrapartida à qualificação daquelas

instituições financeiras oficiais como agentes captadores e mantenedores dos saldos de depósitos judiciais e precatórios até o seu normal levantamento pelos titulares das contas.

Parágrafo único. Os recursos financeiros a que se refere o *caput* deste artigo serão resultantes da aplicação financeira dos depósitos judiciais, deduzidos os valores a seguir:

I - pagamento da remuneração devida aos depósitos judiciais;

II - despesas decorrentes dos serviços de custódia dos depósitos judiciais pelas instituições financeiras e remuneração que lhes seja devida pela intermediação dos recursos;

III - tributação.

Art. 3° Os procedimentos necessários à destinação dos recursos auferidos com os contratos ou convênios firmados com as instituições financeiras custodiantes, nos termos do art. 2°, obedecerão às seguintes diretrizes:

I - os recursos auferidos com os contratos ou convênios a que se refere o art. 2° serão destinados:

a) à constituição de Fundos de Modernização e Reaparelhamento Funcional do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal, dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal para a aquisição, construção, recuperação, reforma e restauração física de prédios e instalações, para a aquisição de equipamentos em geral e para a implantação e manutenção de sistemas de informática e sistemas de gestão estratégica;

b) ao pagamento da prestação de serviços, obedecendo a tabelas previamente fixadas aos advogados

designados para atuar como assistentes judiciários de pessoas beneficiadas pela concessão de justiça gratuita nas localidades em que não haja atendimento da Defensoria Pública Estadual; e

c) ao investimento em treinamento e especialização de pessoas integrantes das instituições e órgãos referidos na alínea a deste inciso;

II - concorrerão na distribuição dos recursos, juntamente com o Poder Judiciário de cada Estado e do Distrito Federal, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria-Geral de cada Estado e do Distrito Federal, em percentuais que serão definidos em lei estadual ou distrital.

III - vedação da destinação dos recursos para arcar com despesas de pessoal, tais como pagamento de salários, prêmios de produtividade, ou quaisquer outras vantagens remuneratórias de qualquer espécie.

Parágrafo único. Enquanto não entrar em vigor a lei estadual ou distrital a que se refere o inciso II deste artigo, os percentuais devidos a cada um dos órgãos e instituições serão os seguintes:

I - Ministério Público de cada Estado e do Distrito Federal - 10% (dez por cento);

II - Defensoria Pública de cada Estado e do Distrito Federal - 10% (dez por cento);

III - Procuradoria-Geral de cada Estado e do Distrito Federal - 3% (três por cento).

Art. 4° Excetuam-se da abrangência desta Lei os depósitos judiciais federais em geral, bem como os depósitos judiciais referentes a tributos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, inclusive os inscritos

em dívida ativa que lhes tenham sido repassados, nos termos das respectivas leis de regência.

Art. 5° As receitas públicas provenientes dos recursos auferidos com os rendimentos de que trata esta Lei observarão os ditames da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a fim de que as importâncias sejam devidamente estimadas nos orçamentos dos órgãos responsáveis pela sua execução orçamentário-financeira, bem como sejam objeto de ação planejada e transparente, voltada para a responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.412, DE 2010

Dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal procederá a aplicação financeira dos recursos provenientes dos depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral no banco oficial do respectivo Estado, e não existindo, na Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Os rendimentos líquidos auferidos dos depósitos judiciais a que se refere o artigo anterior, resultantes dos ganhos verificados pela aplicação de índices por lei para remuneração de cada depósito judicial serão destinados exclusivamente:

I – à constituição de Fundos Específicos de Modernização e Reaparelhamento Funcional do Poder Judiciário Estadual e do Distrito Federal, para a construção; para a recuperação, reforma e restauração física de prédios e instalações; para a aquisição de equipamentos em geral e para a implantação e manutenção de sistemas de informática:

II – ao pagamento da prestação de serviços, obedecendo tabelas previamente fixadas aos advogados designados para atuar como assistentes judiciários de pessoas beneficiadas pela concessão de justiça gratuita nas localidades em que não haja atendimento da Defensoria Pública Estadual; e,

III – ao investimento em treinamento e especialização de magistrados e de servidores dos Tribunais.

Art. 3º Os índices percentuais relativos ao montante dos rendimentos líquidos auferidos, segundo a destinação prevista nos incisos I a III do art. 2º, desta Lei, os parâmetros e normas para sua aplicação, a prestação de contas e procedimentos para execução desta Lei serão regulamentados por decisão do Tribunal Pleno de cada um dos Estados e do Distrito Federal, ou seu Órgão Especial onde houver.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Como se sabe, um dos mais sérios problemas com que se defronta a Justiça no nosso País é a escassez de recursos.

Dela resultam, em boa parte, a lentidão dos processos judiciais e as dificuldades de acesso aos serviços jurisdicionais pela população, especialmente, daqueles estratos de menor nível de renda.

Alguns Estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Sul, o Mato Grosso e o Amazonas, vêem tentando superar essas dificuldades. Para tanto, aprovaram leis estaduais permitindo que os recursos auferidos da aplicação financeira decorrente dos depósitos judiciais sob aviso fossem empregados na modernização e ampliação do atendimento dos serviços jurisdicionais nos referidos Estados.

Entretanto, decisão do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade dessas leis estaduais. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, Lei estadual admitia que o Tribunal de Justiça utilizasse a diferença entre o rendimento da caderneta de poupança e da aplicação mais vantajosa que fizesse. Por ocasião da sentença definitiva, a parte vencedora tinha acesso ao valor do depósito acrescido de correção equivalente à da caderneta de poupança.

No Estado do Rio Grande do Sul, desde 2003, foram obtidos 626 milhões de reais por meio desse dispositivo legal. Esses recursos financiaram a construção de 74 prédios para o Judiciário no Estado, sobretudo em Comarcas do interior, cuja população era atendida em edificações e instalações precárias. Os recursos também foram utilizados para o pagamento de advogados dativos – nomeados por juízes para defender réus pobres em locais em que não há Defensoria Pública -, perícias e exames de DNA.

Em 2010 o Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul prevê investimentos de 180 milhões de reais com os rendimentos da aplicação de depósitos judiciais.

Ressalte-se que, com a decisão do STF, a diferença que ia para esses investimentos em geral não suportados pelo Orçamento dos Estados, acabará nas mãos do mercado financeiro, já que as partes envolvidas em processos continuarão recebendo somente a correção da poupança.

Por outro lado, na medida em que o Poder Executivo puder reduzir o repasse ao Judiciário de valores do orçamento para fins de infra-estrutura (hoje em torno de 145 milhões de reais), permite que tais valores sejam destinados, como de fato o são, à saúde, à educação, à segurança, bem como a outros fins de relevante interesse social, como no caso, por exemplo, do Estado do Rio Grande do Sul.

Logo, além da contribuição direta ao cidadão, destacada pela evidenciada melhoria na qualidade da prestação jurisdicional, em face da modernização da estrutura funcional do Poder Judiciário, ainda de forma indireta o sistema de gerenciamento dos depósitos judiciais permite considerável benefício indireto, visivelmente constatado pela possibilidade de investimento deste dinheiro em outras áreas vitais e de preponderante interesse social por parte do Poder Executivo.

Como se vê, a meritória iniciativa dos três Estados Federados citados merece prosperar, com o seu acolhimento pela legislação federal. Daí a razão deste Projeto de Lei.

Nesse sentido cabe lembrar de célebre pronunciamento de Napoleão Bonaparte, que afirmou: "se a população parar de reclamar, também vai parar de pensar".

Conto, assim, com o apoio dos Nobres Pares do Congresso Nacional para a aprovação deste Projeto de Lei, destinado a oferecer ao Judiciário melhores condições de trabalho, e o irretorquível direito de acesso democrático e universal dos cidadãos brasileiros à justiça.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2010.

JOSÉ OTÁVIO GERMANO
Deputado Federal – PP/RS

Afonso Hamm

Beto Albuquerque

Eliseu Padilha

Fernando Marroni
Henrique Fontana
Ibsen Pinheiro
Luciana Genro
Luis Carlos Heinze
Manuela D'ávila
Marco Maia
Mendes Ribeiro Filho
Paulo Pimenta
Paulo Roberto Pereira
Renato Molling
Sérgio Moraes
Vilson Covatti

LEGISLAÇAO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última, a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria também aproveitar e informar a todos que está confirmada para segunda-feira, na CDH, às 9 horas da manhã, audiência pública, que terá como tema "Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo". Na oportunidade, discutiremos toda mobilidade urbana, questão tão importante do nosso transporte, e debateremos também a questão dos acidentes no trânsito.

Também dizer que na outra segunda-feira está confirmado o debate sobre a situação dos quilombolas, uma vez que o Supremo Tribunal Federal deve apreciar, em data já marcada, segundo o próprio Ministro Peluso, a questão da demarcação das terras dos quilombolas.

Quero dizer também que, neste mês, segunda-feira, dia 23, iremos debater a saúde do trabalhador. E, na sequência, dia 1º de maio cairá numa terça-feira, portanto na quarta-feira eu estarei em João Pessoa, no grande Congresso Nacional da Anamatra, para falar do direito dos trabalhadores na visão do parlamento e também sobre os aposentados.

Concluo, dizendo para aqueles que me mandaram correspondência pelo celular, que, claro, é isso mesmo, pois eu tenho posição nesse debate. E o meu papel, aqui no Congresso, é defender, com todas as forças da minha alma, do meu coração, os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, dos aposentados e pensionistas e de todos aqueles que são discriminados.

Eu farei isso, com certeza, até os últimos dias da minha vida, estando ou não no Parlamento.

Com essas palavras, acreditando na fé, na energia da Páscoa, que vai iluminar o caminho de todos nós, para que a gente possa, dentro do Congresso brasileiro, cada vez mais construir leis que venham a melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo, é que eu encerro a sessão.

Feliz Páscoa para todos!

Que Deus ilumine os nossos caminhos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2011

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA EM DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H, NA SALA ANEXA AO PLENÁRIO, DESTINADA À ESCOLHA DAS 5 (CINCO) PERSONALIDADES QUE SERÃO AGRACIADAS COM A 2ª PREMIAÇÃO.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

Pedro Simon

PT

Ana Rita

PSDB

Cícero Lucena

PTB

João Vicente Claudino

DEM

Maria do Carmo Alves

PR

Blairo Maggi

PP

Ana Amélia

PSB

Rodrigo Rollemberg

PSOL

Marinor Brito

PRB

Marcelo Crivella

PSC

Eduardo Amorim

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom tarde.

Vamos dar início à nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião de 2011 do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara do Senado Federal.

Inicialmente, submeto à aprovação do Plenário a Ata circunstanciada da 2ª Reunião deste Conselho, realizada em 31 de agosto de 2011, cujas cópias se encontram sobre as bancadas à disposição de V. Exªs.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião se destina à escolha das cinco personalidades a serem agraciadas na segunda premiação da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, que ocorrerá em dezembro de 2011.

Informo às Srªs e aos Srs. Membros do Conselho que foram entregues nos gabinetes de V. Exªs cópias dos currículos, breve histórico e relatórios elaborados pela Consultoria Legislativa a partir dos currículos dos indicados.

Antes de iniciar o processo de votação, gostaria de informar que a Secretaria do Conselho recebeu 35 indicações dentro do prazo regimental. Entre essas constam os nomes dos Srs. Brigadeiro Francisco Teixeira, Guilherme Lustosa da Cunha e Major-Brigadeiro Paulo César Fonteles de Lima, para serem homenageados **in memoriam**. Informo que os respectivos currículos também foram distribuídos.

Consulto se V. Exªs concordam em que o Senador Federal, na mesma sessão de entrega dos diplomas, preste homenagens a um dos três indicados. Caso V.

Ata da 53ª Sessão, Especial em 9 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 16 minutos e encerra-se às 12 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 40 anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), nos termos do **Requerimento nº 27, de 2012**.

Convido para compor a mesa, primeiramente, o Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, o Exmº Sr. Ministro Ayres Britto; o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco; o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, o Exmº Sr. José Barroso Filho, representando o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; convido o Exmº Sr. Henrique Nelson Calandra.

Agradecemos a presença das Srªs e dos Srs. Juízes Federais que se encontram no nosso plenário e demais convidados.

Nós gostaríamos de saudar os integrantes desta Mesa, dizendo da honra em recebê-los nesta sessão especial; o Dr. Gabriel, que é o Presidente da Ajufe, e o Sr. Ministro Ayres Britto, que deve assumir brevemente a Presidência do Supremo Tribunal Federal e que oferece a esta sociedade brasileira, cansada de tanta impunidade, o alento que traz esperanças, ao afirmar, como o fez em entrevista à revista *Veja* neste final de semana: "Vou agir com brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas", fazendo referência àquele que será o julgamento da história, o julgamento do século, como diz a revista; o julgamento do mensalão, que poderá revitalizar o Supremo Tribunal Federal e as nossas esperanças nele, que poderá valorizar uma instituição onde estão fincados os alicerces básicos do Estado de direito. E as palavras do Ministro Carlos Ayres Britto, em sua entrevista de ontem, trazem o alento que queremos celebrar agora, quando comemoramos os 40 anos da Ajufe.

Muito obrigado, Ministro, pela presença.

Convido todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Senhoras e Senhores, a homenagem ao 40º aniversário de fundação da Associação dos Juízes Federais do Brasil é um tributo justo, legítimo e mais que oportuno.

O ato ou o efeito de associar-se como princípio universal, plenamente incorporado ao nosso ordenamento jurídico, possui um marco memorável na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948: "Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas". A nossa Carta Magna, por sua vez, abriga esses princípios de forma explícita nos incisos XVI e XVII do art. 5º.

A Ajufe nasceu nos idos de setembro de 1972. Uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, congregando os magistrados da Justiça Federal. Sua atuação, desde então, é pautada pela defesa irrestrita dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira.

Com sede e foro na capital federal, a Ajufe tem como escopo congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, representando-os com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente.

Ressalvo e louvo que, entre os principais objetivos da Ajufe, figuram ostensivamente a busca permanente pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes; a luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena observância dos direitos humanos, sem descuidar da defesa da catego-

ria, da promoção e apoio dos debates concernentes a questões institucionais e afetas aos juízes, fomentando a publicação de obras de interesse dos magistrados, proporcionando a adequada publicidade de trabalhos de cunho científico na esfera jurídica.

Num contexto histórico peculiar, após cinco anos da reinstalação da Justiça Federal, sob a convergência dessa união e da necessidade de um efetivo intercâmbio de ideias e experiências entre os juizes federais, foi criada a Ajufe. O encontro que moldurou sua fundação aconteceu na cidade de Fortaleza, durante a inauguração do prédio da Justiça Federal do Ceará, por iniciativa do então Juiz Federal substituto da Seção Judiciária local, Jesus da Costa Lima, eleito o primeiro Presidente da Associação.

Na linha do tempo, julgo importante traçar um breve itinerário de sua história. Em que pese a escassez de registros referentes à gestão do segundo Presidente da entidade, Armindo Guedes da Silva, Juiz da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sabemos que a composição das chapas para as eleições era feita por unanimidade. Nesse horizonte temporal, foi promulgada a Emenda Constitucional n° 7, de 1977, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A partir de então, a ampliação do número de varas federais, de cargos de juizes federais e de juizes federais substitutos foi intensificada por diversas leis específicas. A outra gestão foi a do Juiz Federal João Gomes Martins Filho.

Eu gostaria de fazer um relato de cada gestão, mas se tornaria cansativo. Vou pedir que os Anais da Casa registrem, deste documento, o relatório da atividade de cada presidente da Ajufe nesse período.

No período compreendido entre março de 1988 e junho de 1993, a Ajufe foi presidida por Sebastião de Oliveira Lima, época na qual o presidente da Associação continuava judicando, o que impedia uma movimentação mais fluída.

A Carta de 1988 promoveu profundas mudanças na estrutura da Justiça Federal. Nesse contexto, destacamos a participação da Ajufe em inúmeras sessões da Assembleia Nacional Constituinte, tendo êxito em muitas das propostas que apresentou. Uma das alterações trazidas pela nova Constituição foi a criação do Superior Tribunal de Justiça. Também merece destaque o federalismo regional no âmbito da Justiça Federal. Para o lugar do Tribunal Federal de Recursos foram criados tribunais regionais federais nas cinco regiões geográficas do País, como órgãos de segunda instância da Justiça Federal.

A regionalização da Justiça Federal dotou a Ajufe de uma relevância ainda mais estratégica, considerando que passou a contribuir para a manutenção do caráter nacional desse segmento do Poder Judiciário, a despeito das funções até então assumidas. Como registram os Anais da entidade, o funcionamento dos tribunais regionais federais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento de demanda do Judiciário Federal.

A partir de junho de 1993, assumiu a direção da Ajufe o Juiz Edgard Silveira Bueno Filho, também com profícua gestão, como o relatório destaca.

Um novo tempo foi escrito entre os anos de 1994 e 1998. O número de sócios foi ampliado para mais de 400, bem como foi intensificada a realização de eventos e cursos no exterior. Nessa época foi lançado o informativo Ajufe.

A gestão do sexto presidente, Juiz Federal Vladimir Passos de Freitas – março de 1994 a março de 1996 –, marca o início e o aprimoramento de uma nova era. A Ajufe passou a trilhar um caminho que ultrapassou as reivindicações de classe. Dentre as várias linhas de atuação institucional de sua gestão destacamos: presença marcante em acontecimentos em todo o território nacional, a criação de vice-presidências regionais, as visitas e congressos com juízes de outros países e os cursos no exterior para juízes federais. Nessa época, a Ajufe finalmente passou a ter sua sede própria, com recursos oriundos de cursos preparatórios para concursos realizados na região Sul. Era o fim das sedes itinerantes.

A gestão do Juiz Federal Vilson Darós, sétimo presidente da Associação, está inserida numa delicada conjuntura histórica. O Poder Judiciário vivia um momento conturbado. De um lado, o Parlamento debatia as reformas constitucionais, notadamente a do Judiciário e a da Previdência; de outro, os baixos vencimentos, especialmente da magistratura federal, desencantavam os juízes e afastavam os melhores candidatos.

A Ajufe atuou firmemente para tentar reverter o cenário vivido pela magistratura nacional e, em especial, a federal. Ações judiciais foram interpostas e gestões e pedidos administrativos foram feitos, a maioria com êxito, alguns inspirando até outras entidades. Nesse tempo foi consolidada a implantação do Ajufenet, domínio virtual registrado. A sede própria em Brasília foi remodelada.

Passo em revista a gestão do Juiz Federal Fernando da Costa Tourinho Neto, que a presidiu no período de maio de 1998 a junho de 2000, sendo o oitavo presidente da entidade. Ele capitaneou a luta pela instituição do teto salarial e obteve importante vitória: a Associação conseguiu que, em mandado de segurança, fosse concedida liminar dando à magistratura federal a "parcela de equivalência salarial" com os membros do Congresso Nacional.

Atuou com grande desenvoltura no processo da reforma do Poder Judiciário, elaborando, com a participação de vários juízes, um projeto de reforma que foi apresentando à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. À época, a Ajufe contestou, por exemplo, no STF, o critério de ocupação no STJ da vaga destinada a juízes federais.

Flávio Dino de Castro e Costa foi o nono presidente da Ajufe. Seus esforços e conquistas foram estruturados em cinco eixos: direitos e prerrogativas da magistratura; democratização do Judiciário; aprimoramento da prestação jurisdicional; qualificação e valorização dos juizes federais, e aperfeiçoamento da atuação da Ajufe.

Destacamos a luta pelo aumento dos vencimentos, ao final consolidada na apresentação de um projeto de lei pelo STF. Conseguiu, no Senado, manter na Proposta de Emenda à Constituição da Reforma do Judiciário três prerrogativas essenciais à magistratura: a vitaliciedade, a inamovibilidade do cargo e a irredutibilidade dos vencimentos.

Esse é um registro histórico, senhores e senhoras. Uma vitória emblemática que dignifica a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Ressalte-se, ainda, que foi garantida a participação dos juizes federais no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e o Presidente da Ajufe passou a participar das sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF.

Não posso deixar de mencionar que a Ajufe foi a primeira entidade do País a apresentar projeto de lei à então recém-criada Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, com uma proposta para normatizar a informatização do processo judicial, que, em 19 de dezembro de 2006, se transformou na Lei n° 11.419/2006.

A gestão de Paulo Sérgio Domingues, décimo presidente, foi marcada por grandes lutas em defesa da magistratura. Firmou em moldura definitiva o papel de importante veículo de bandeiras institucionais da sociedade brasileira. Uma das bandeiras dessa cruzada foi o início da luta contra o trabalho escravo. Também foi relevante a participação, desde o início da criação, da TV Justiça. As transmissões iniciaram-se no dia 11 de agosto, às 16h30, entrando no ar o primeiro programa produzido pela Ajufe. Um canal aberto à cidadania.

Na gestão seguinte, de Jorge Maurique, décimo primeiro presidente, foi aprovada a Emenda Constitucional n° 45/2004 – a Reforma do Judiciário –, que incorporou diversas proposições da Ajufe, como a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância, com a previsão da possibilidade de criação das câmaras regionais.

Na sequência, o décimo segundo presidente da Associação, o Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, permaneceu até junho de 2008. Destaca-se, em sua gestão, a atuação da entidade no âmbito do CNJ para solucionar um dos principais entraves ao crescimento da Justiça Federal, materializado nos limites de gastos com pessoal, impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e fixados pela Resolução n° 5 do Conselho.

A Ajufe apresentou, em 2005, o Pedido de Providências (PP) n° 165, com o objetivo de elevar a participação da Justiça Federai no total de recursos destinados às despesas com pessoal e encargos do Judiciário e da União. O CNJ acolheu o pedido, arbitrando à Justiça Federal margem de expansão condizente com suas necessidades. Foram apresentadas novas propostas à Comissão de Legislação Participativa da Câmara, buscando combater a violência – como é o caso da criação do Plano de Proteção e Assistência aos Juizes em Situação de Risco –, que se transformaram no Projeto de Lei n° 2.057/2007.

Nesse período, por iniciativa da Ajufe, foi criada a Frente Associativa, formada por entidades da Magistratura e do Ministério Público Federal. A atuação conjunta da Frente, no Parlamento e no CNJ, merece destaque. Foram igualmente dirimidas controvérsias em relação a matérias em tramitação no Congresso Nacional, como a criação de varas federais, a revisão do teto remuneratório, a extinção da prescrição retroativa e a ampliação do foro privilegiado.

Em junho 2008, o Juiz Federal Fernando César Baptista de Mattos assumiu o comando da Ajufe, sendo o seu décimo terceiro presidente. Essa diretoria lutou pela independência funcional dos juizes federais de primeira instância, conseguiu a regulamentação da extensão da licença-maternidade para juízas e servidoras da Justiça Federal a um período de 180 dias e atuou no movimento pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC n° 438). Nessa gestão, passou a ocupar um assento no Conselho da Justiça Federal e a integrar o Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Por fim, saúdo, mais uma vez, o Juiz Federal, Dr. Gabriel – ao nosso lado –, atual Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, empossado em 08 de junho de 2010. Dr. Gabriel é responsável pela implantação de um novo e inovador projeto administrativo. Ele poderá fazer uso da palavra logo mais. Além de detentor de meritórios títulos acadêmicos, ele é autor de importantes obras no campo do Direito.

Antes de concluir, peço vênia aos senhores para elencar resumidamente alguns dos importantes projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela Ajufe.

A Expedição da Cidadania é um projeto social idealizado pela Ajufe e desenvolvido em parceria com as Organizações Globo, com os Tribunais Regionais Federais e com diversas entidades, entre elas: Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Caixa Econômica Federal, Prefeituras Municipais, Marinha do Brasil, Exército brasileiro, entre outros.

O projeto faz parte dos juizados itinerantes e tem como objetivo levar justiça gratuita e serviços à população residente em locais de difícil acesso. A iniciativa começou em 2009 e já foram realizadas duas etapas. Uma em Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, onde foram atendidas populações ribeirinhas, e outra em aldeias indígenas de Foz do Iguaçu, no meu Estado. Foram atendidas mais de seis mil pessoas carentes dessas localidades. Além disso, as populações ribeirinhas, assim como os indígenas, receberam atendimento médico, odontológico e vacinação contra febre amarela e poliomielite.

A Cartilha de Direito Previdenciário é uma iniciativa da Ajufe, em parceria com as Organizações Globo, e é resultado das importantes atividades desenvolvidas durante o Projeto Expedição da Cidadania. Com 47 páginas, a Cartilha tem como objetivo esclarecer dúvidas de aposentados e pensionistas sobre os benefícios pagos pela Previdência Social por meio de uma linguagem simples e objetiva. Além disso, a Cartilha traz tabelas, figuras, desenhos, ilustrações e outros artifícios gráficos que facilitam o acesso e o atendimento a qualquer pessoa. Os exemplares da revista já estão sendo distribuídos a populações carentes de diversos Estados brasileiros. A Cartilha de Direito Previdenciário já está disponível no *site* da Ajufe.

É uma das entidades que compõem o Grupo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, vinculado ao Ministério da Justiça. Tem como objetivos, a Encla, estabelecer diretrizes e ações para o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio e a regulamentação das técnicas especiais de investigação.

A propósito, lembro que o governo norte-americano, por meio do Departamento de Estado, elaborou uma lista de países potencialmente suscetíveis à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas. No relatório anual, que será encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos nos próximos dias, o Brasil figura na categoria dos chamados Estados de Alto Risco, ao lado de países como Afeganistão, Austrália, China, Ilhas Cayman, Japão, Rússia, Uruguai, Reino Unido, Zimbábue e os próprios Estados Unidos.

A despeito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, atuar em sintonia com as normas internacionais e integrar o Gafi (Grupo de Ações Financeiras), órgão sediado em Paris e criado em 1988 nos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de drogas, o Brasil ostenta uma posição preocupante no quesito de país potencialmente suscetível à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas. Nesse contexto, vale registrar que o próprio Gafi declarou, no início de 2010, que o Brasil não combate a lavagem de dinheiro.

A Ajufe é uma das entidades parceiras do Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, que busca extirpar definitivamente do Brasil o trabalho escravo. Fruto de cinco anos de incansável trabalho do Conatrae, o plano tem como uma de suas principais metas a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n° 438/2001, que prevê a expropriação de fazendas onde for comprovada a exploração do trabalho em condições análogas à de escravo e destinação das terras para a reforma agrária.

Perdoem-me por me alongar, mas estou concluindo agora, Senadora Amélia.

Deixo de citar outras meritórias iniciativas da Ajufe no campo social.

Parabéns aos 40 anos da Ajufe, quato décadas de uma atuação exemplar. Felicito a todos os seus integrantes e associados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. PRESIDENTE ALVARO DIAS

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Foi com enorme satisfação que, com o apoio dos meus pares, apresentei à Mesa Diretora do Senado e vi aprovado pelo plenário da Casa o requerimento que propugnou a realização da presente sessão especial A homenagem ao quadragésimo aniversário de fundação da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) é um tributo justo, legítimo e mais que oportuno.

O ato ou efeito de associar-se como princípio universal, plenamente incorporado ao nosso ordenamento jurídico, possui um marco memorável na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: "Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas". A nossa Carta Magna, por sua vez, abriga esses princípios de forma explícita nos incisos XVI e XVII, do Art. 5º.

A Ajufe nasceu nos idos de setembro de 1972: uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, congregando os magistrados da Justiça Federal. Sua atuação desde então é pautada pela defesa

irrestrita dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira.

Com sede e foro na capital federal, a Ajufe tem como escopo congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), representando-os com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente.

Ressalto e louvo que, entre os principais objetivos da Ajufe, figurem ostensivamente a busca permanente pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes; a luta pelo aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e pela plena observância dos direitos humanos, sem descuidar da defesa da categoria, da promoção e apoio dos debates concernentes a questões institucionais e afetas aos juizes, fomentando a publicação de obras de interesse dos magistrados, proporcionando a adequada publicidade de trabalhos de cunho científico, na esfera jurídica,

Num contexto histórico peculiar, após cinco anos da reinstalação da Justiça Federal, sob a convergência dessa união e da necessidade de um efetivo intercâmbio de ideias e experiências entre os juizes federais, foi criada a Ajufe. O encontro que moldurou sua fundação aconteceu na cidade de Fortaleza, durante a inauguração do prédio da Justiça Federal do Ceará, por iniciativa do então juiz federal substituto da Seção Judiciária local, Jesus da Costa Lima, eleito o primeiro presidente da Associação.

Na linha do tempo, julgo importante traçar um breve itinerário de sua história. Em que pese a escassez de registros referentes à gestão do segundo presidente da entidade, Armindo Guedes da Silva, juiz da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sabemos que a composição das chapas para as eleições era feita por unanimidade. Nesse horizonte temporal, foi promulgada a Emenda Constitucional n° 7/1977, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A partir de então, a ampliação do número de varas federais e de cargos de juizes federais e juizes federais substitutos foi intensificada por diversas leis específicas.

A próxima gestão foi a do juiz federal João Gomes Martins Filho, da 7ª Vara Federal de São Paulo. Ele presidiu a Ajufe de 1978 até 1988, tornando-se o presidente que por mais tempo esteve no comando da Ajufe. É mister destacar seu esforço para a realização do primeiro Encontro Nacional dos Juizes Federais, na capital paulista. O evento teve a primazia de sediar a primeira reunião entre os associados da entidade desde sua fundação.

No período compreendido entre março de 1988 e junho de 1993, a Ajufe foi presidida por Sebastião de Oliveira Lima, época na qual o presidente da Associação continuava judicando, o que impedia uma movimentação mais fluída. Arcando ele próprio com os encargos logísticos de viagens, suas eventuais ausências na vara repercutiam negativamente junto à direção do então Tribunal Federal de Recursos.

A Carta de 1988 promoveu profundas mudanças na estrutura da Justiça Federal. Nesse contexto, destacamos a participação da Ajufe em inúmeras sessões da Assembleia Nacional Constituinte, tendo êxito em muitas das propostas que apresentou. Uma das alterações trazidas pela nova Constituição foi a criação do Superior Tribunal de Justiça. Também merece destaque o federalismo regional no âmbito da Justiça Federal. Para o lugar do Tribunal Federal de Recursos foram criados tribunais regionais federais nas cinco regiões geográficas do País, como órgãos de segunda instância da Justiça Federal.

A regionalização da Justiça Federal dotou a Ajufe de uma relevância ainda mais estratégica, considerando que passou a contribuir para a manutenção do caráter nacional desse segmento do Poder Judiciário, a despeito das funções até então assumidas. Como registram os anais da entidade, o funcionamento dos tribunais regionais federais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento de demanda do Judiciário Federal,

A partir de junho de 1993, assumiu a direção da Ajufe o juiz Edgard Silveira Bueno Filho. Ele foi o quinto presidente da Associação, permanecendo até março de 1994. Na sua gestão foi realizada a mudança no Estatuto da entidade. Até aquele momento, a atuação era direcionada para a aproximação dos associados - que ainda eram poucos -, e para a reivindicação salariai. A sede funcionava na vara em que atuava o presidente ou em uma sala do fórum, A Ajufe não abrigava estrutura administrativa nem corpo funcional, contando apenas com uma secretária. A atuação da entidade não tinha grande presença na mídia e a comunicação com os associados era feita apenas pela Revista Ajufe.

Um novo tempo foi escrito entre os anos de 1994 e 1998. O número de sócios foi ampliado para mais de 400, bem como foi intensificada a realização de eventos e cursos no exterior. Nessa época foi lançado o informativo Ajufe.

A gestão do sexto presidente, juiz federal Vladimir Passos de Freitas, março de 1994 a março de 1996, marca o início e aprimoramento de uma nova era: a Ajufe passou a trilhar um caminho que ultrapassou as reivindicações de classe. Dentre as várias linhas de atuação institucional de sua gestão destacamos: presença marcante em acontecimentos em todo o território nacional, a criação de vice-presidências regionais, as visitas e congressos com juizes de outros países e os cursos no exterior para juizes federais. Nessa épo-

ca, a Ajufe finalmente passou a *ter* sua sede própria, com recursos oriundos de cursos preparatórios para concursos realizados na Região Sul. Era o fim das sedes itinerantes.

A gestão do juiz federal Vilson Darós, sétimo presidente da Associação (1996/1998), está inserida numa delicada conjuntura histórica. O Poder Judiciário vivia um momento conturbado. De um lado, o Parlamento debatia as reformas constitucionais, notadamente, a do Judiciário e a da Previdência; de outro, os baixos vencimentos, especialmente da magistratura federal, desencantavam os juizes e afastavam os melhores candidatos.

A Ajufe atuou firmemente para tentar reverter o cenário vivido pela magistratura nacional e, em especial, a federal. Ações judiciais foram interpostas e gestões e pedidos administrativos foram feitos, a maioria com êxito, alguns inspirando até outras entidades.

Nesse tempo foi consolidada a implantação do Ajufenet, domínio virtual registrado com o endereço eletrônico www.ajufe.com.br, imperativo do advento da sociedade da informação. A sede própria em Brasília foi totalmente remodelada com recursos próprios da entidade, sendo inaugurada no dia 17 de maio de 1996,

Passo em revista à gestão do juiz federal Fernando da Costa Tourinho Neto, que presidiu a Ajufe no período de maio de 1998 a junho de 2000, sendo o oitavo presidente da entidade. Ele capitaneou a luta pela instituição do teto salarial e obteve importante vitória: a Associação conseguiu que, em mandado de segurança, fosse concedida liminar dando à magistratura federal a "parcela de equivalência salarial" com os membros do Congresso Nacional.

A Ajufe atuou com grande desenvoltura no processo da reforma do Poder Judiciário, elaborando, com a participação de vários juizes, um projeto de reforma que foi apresentando à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. À época, a Ajufe contestou, por exemplo, no STF, o critério de ocupação no STJ da vaga destinada a juizes federais.

Flávio Dino de Castro e Costa foi o nono presidente da Ajufe (junho de 2000 a junho de 2002). Seus esforços e conquistas foram estruturadas em cinco eixos: direitos e prerrogativas da magistratura; democratização do Judiciário; aprimoramento da prestação jurisdicional; qualificação e valorização dos juizes federais; e aperfeiçoamento da atuação da Ajufe.

Destacamos nesse período a luta pelo aumento dos vencimentos dos juizes, ao final consolidada na apresentação de um projeto de lei pelo STF. A Ajufe também conseguiu, no Senado, manter na proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário, três prerrogativas essenciais à magistratura: a vitaliciedade, a inamovibilidade do cargo e a irredutibilidade dos vencimentos. Esse é um registro memorável, Sr. Presidente. Uma vitória emblemática que dignifica a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Ressalta-se ainda, que foi garantida a participação dos juizes federais no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o presidente da Ajufe passou a participar das sessões do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Não posso deixar de mencionar que a Ajufe foi a primeira entidade do País a apresentar projeto de lei à então recém-criada Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, com uma proposta para normatizar a informatização do processo judicial que, em 19 de dezembro de 2006, se transformou na Lei n° 11.419/2006.

A gestão de Paulo Sérgio Domingues, 10° presidente, da entidade (junho de 2002 a junho de 2004) foi marcada por grandes lutas em defesa da magistratura. Nesse período, a Ajufe firmou em moldura definitiva seu papel de importante veículo de bandeiras institucionais da sociedade brasileira. Um das bandeiras dessa cruzada foi o início da luta contra o trabalho escravo. Também foi relevante a participação da Ajufe desde o início da criação da TV Justiça. As transmissões iniciaram-se no dia 11 de agosto de 2002 e às 16h30 entrou no ar o primeiro programa produzido pela Ajufe. Um canal aberto à cidadania.

Na gestão seguinte, de Jorge Maurique, 11° presidente da Ajufe (junho de 2004 a junho de 2006), foi aprovada a Emenda Constitucional n° 45/2004 – a reforma do Judiciário –, que incorporou diversas proposições da Ajufe, como a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância, com a previsão da possibilidade de criação das câmaras regionais.

Na sequência, assumiu o 12° presidente da Associação, o juiz federal Walter Nunes da Silva Júnior, que permaneceu até junho de 2008. Destaca-se, em sua gestão, a atuação da entidade no âmbito do CNJ para solucionar um dos principais entraves ao crescimento da Justiça Federal, materializado nos limites de gastos com pessoal, impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e fixados pela Resolução n° 5 do Conselho. Para superar esse obstáculo, a Ajufe apresentou, em 2005, o Pedido de Providências (PP) n° 165 com o objetivo de elevar a participação da Justiça Federai no total de recursos destinado às despesas com pessoal e encargos do Judiciário e da União. O CNJ acolheu o pedido, arbitrando à Justiça Federal margem de expansão condizente com suas necessidades. Foram apresentadas novas propostas à Comissão de Legislação Participativa da Câmara, buscando combater a violência - como é o caso da criação do plano de pro-

teçao e assistência aos juizes em situação de risco -, que se transformaram no Projeto de Lei n° 2,057/2007.

Nesse período, por iniciativa da Ajufe, foi chada a Frente Associativa, formada por entidades da Magistratura e do Ministério Público Federal. A atuação conjunta da Frente, no Parlamento e no CNJ merece destaque. Foram igualmente dirimidas controvérsias em relação a matérias em tramitação no Congresso Nacional, como a criação de varas federais, a revisão do teto remuneratório, a extinção da prescrição retroativa e a ampliação do foro privilegiado.

Em junho 2008, o juiz federal Fernando César Baptista de Mattos assumiu o comando da Ajufe, sendo o seu 13° presidente. Essa diretoria lutou pela independência funcional dos juizes federais de primeira instância, conseguiu a regulamentação da extensão da licença-maternidade para juízas e servidoras da Justiça Federal a um período de 180 dias e atuou no movimento pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC n° 438). Nessa gestão, a Ajufe passou a ocupar um assento no Conselho da Justiça Federal e a integrar o Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Por fim, saúdo mais uma vez o juiz federal Gabriel Wedy, atua! presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil {Ajufe), empossado em 8 de junho de 2010. O Doutor Gabriei Wedy é responsável pela implantação de um novo e inovador projeto administrativo para a Ajufe. Ele poderá fazer uso da palavra logo mais. Além de detentor de meritórios títulos académicos, ele é autor de importantes obras no campo do direito.

Antes de concluir, peço vénia aos Senhores para elencar resumidamente, alguns dos importantes projetos de Responsabilidade Social desenvolvidos pela Ajufe.

- A *Expedição da Cidadania:* é um projeto social idealizado pela Ajufe e desenvolvido em parceria com as Organizações Globo, com os tribunais regionais federais e com diversas entidades, dentre elas a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Caixa Económica Federal, as prefeituras municipais, a Marinha do Brasil e o Exército brasileiro, entre outros. O projeto faz parte dos juizados itinerantes e tem como objetivo levar justiça gratuita e serviços à população residente em locais de difícil acesso. A iniciativa começou em 2009 e já foram realizadas duas etapas: uma em Porto Murtinho (MS), onde foram atendidas populações ribeirinhas; e outra em aldeias indígenas de Foz de Iguaçu, Foram atendidas mais de seis mil pessoas carentes dessas localidades. Além disso, as populações ribeirinhas, assim como os indígenas, receberam atendimento médico, odontológico e vacinação contra febre amarela e poliomielite.

- A *Cartilha de Direito Previdenciário: é* uma iniciativa da Ajufe, em parceria com as Organizações Globo, e é resultado das importantes atividades desenvolvidas durante o projeto *Expedição da Cidadania.* Com 47 páginas, a cartilha tem como objetivo esclarecer dúvidas de aposentados e pensionistas sobre os benefícios pagos pela Previdência Social, por meio de uma linguagem simples e objetiva. Além disso, a cartilha traz tabelas, figuras, desenhos, ilustrações e outros artifícios gráficos que facilitam o acesso e o entendimento a qualquer pessoa. Os exemplares da revista já estão sendo distribuídos a populações carentes de diversos estados brasileiros. A *Cartilha de Direito Previdenciárío* já está disponível no site da Ajufe.

- A Ajufe é uma das entidades que compõem o grupo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), vinculado ao Ministério da Justiça. A ENCCLA tem como objetivos estabelecer diretrizes e ações para o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio, e a regulamentação das técnicas especiais de investigação.

- A propósito, lembro que o governo norte-americano, por meio do Departamento de Estado, elaborou uma lista de países potencialmente suscetíveis à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas.

- No relatório anual da *International Narcotics Control Strategy,* que será encaminhado ao Congresso dos EUA nos próximos dias, o Brasil figura na categoria dos chamados "Estados de alto risco", ao lado de países como Afeganistão, Austrália, China, Ilhas Cayman, Japão, Rússia, Uruguai, Reino Unido, Zimbábue e EUA.

- A despeito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) atuar em sintonia com as normas internacionais e integrar o Gafi (Grupo de Ações Financeiras), órgão sediado em Paris e criado em 1988 nos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de drogas, o Brasil ostenta uma posição preocupante no quesito de país potencialmente suscetível à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas.

- Nesse contexto, vale registrar que o próprio Gafi declarou no início de 2010 que o Brasil não combate a lavagem de dinheiro.

- A Ajufe é uma das entidades parceiras do Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), que busca extirpar definitivamente do Brasil o trabalho escravo. Fruto de cinco anos de incansável trabalho do Conatrae, o plano tem como uma de suas principais metas a aprovação da Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) n° 438/2001, que prevê a expropriação de fazendas onde for comprovada a expioração do trabalho em condições análogas à de escravo, e destinação das terras para a reforma agrária.

Deixo de citar outras meritórias iniciativas da Ajufe no campo social. Parabéns aos 40 anos da Ajufe, 4 décadas de uma atuação exemplar. Felicito a todos os integrantes e associados dessa Associação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é representante do Rio Grande do Sul e fala pela Liderança do Partido Progressista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão especial de homenagem aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Senador Alvaro Dias, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa oportuna que teve ao promover esta sessão especial.

Sr. Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), meu conterrâneo Gabriel Wedy; Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, Exmº Sr. José Barroso Filho, representando o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Juiz Henrique Nelson Calandra; caro Ministro Ayres Britto, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, eleito Presidente da Suprema Corte do nosso País, V. Exª terá um desafio gigantesco pela frente nos seus sete meses. Sobre seus ombros pesa uma enorme responsabilidade.

Eu também endosso aqui, caro Ministro Ayres Britto, as referências estimuladoras, esperançosas, alvissareiras até, das suas palavras concedidas à revista *Veja*, na entrevista às Páginas Amarelas, já mencionadas aqui com muito senso de oportunidade pelo Senador Alvaro Dias. Isto é o que realmente move a esperança dos brasileiros: que magistrados da sua estirpe e da maioria do corpo de magistrados do nosso País têm a responsabilidade de não frustrar aquilo que nós esperamos, que é impedir a impunidade. Então, confiamos também em V. Exª e o cumprimentamos por essa entrevista, que foi uma espécie de alento em plena semana da Páscoa, que tem muito significado e simbolismo para todos nós.

Aproveito a oportunidade, já que o senhor está assumindo, para, politicamente, junto com o Senador Alvaro Dias, fazer um pedido em nome de milhares de aposentados da Varig/Aerus, em relação ao julgamento que se aguarda, no Supremo Tribunal Federal, de uma questão que diz respeito à vida de muitas pessoas. É uma questão social muito séria, Ministro. Eu diria que, se do ponto de vista político o mensalão é a referência e é o julgamento do século, como bem definiu a revista *Veja*, do ponto de vista social, este julgamento do Aerus é realmente a questão que estamos aguardando e que está nas mãos da Ministra Cármen Lúcia. Então, nós também gostaríamos de que essa questão fosse definida.

O Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim e eu temos nos dedicado muito a essa causa, por conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Quero dizer, Senadora Ana Amélia, que é muito oportuna essa intervenção de V. Exª na presença do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Colocamos nas mãos dele as nossas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esperanças.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – ... maiores esperanças de solução.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos certeza de que, embora haja autonomia dos relatores das matérias, pela importância social desse julgamento no Supremo Tribunal Federal, não tenho dúvida de que a sensibilidade de todos os magistrados será benéfica para corresponder à esperança desses milhares de pessoas, até porque, neste mês, está encerrando a validade da mísera aposentadoria que elas estão recebendo, num acerto que foi feito no âmbito do Governo. Então, reforço as palavras do Senador Alvaro Dias.

Mas estou usando a tribuna nesta manhã para também prestar uma homenagem à Associação dos Juízes Federais (Ajufe), entidade que comemora os 40 anos de existência, data que celebramos nesta sessão especial, requerida pelo Senador Alvaro Dias. Eu o faço, também, em nome do Partido Progressista e do nosso competente e dedicado Líder, Senador Francisco Dornelles.

Dentre os Poderes da União, o Judiciário é o responsável pela mediação de conflitos entre os cidadãos e também entre os cidadãos e o Estado. É o Judiciário que garante a segurança da sociedade, através da aplicação de penas aos que transgridem as normas que regem o bom convívio social. Garante também o respeito aos direitos individuais de cada brasileiro, fazendo com que todos sejam iguais perante a lei.

Cito, aqui, o francês Fustel de Coulanges, que nos relatou, na obra *A Cidade Antiga*, de 1864, os primórdios de nossa antiguidade clássica, analisando a formação religiosa da família e, por consequência, da própria sociedade. Para o autor, o pai, líder máximo de cada família, era o juiz, o sacerdote, aquele que, em vida, tinha a função maior e sagrada de delimitar a terra, o direito do trabalho e todos os limites das famílias que ali viviam.

Entre gregos e romanos, desde o princípio, a lei surgiu naturalmente, como parte da religião. Os antigos códigos das cidades reuniam um conjunto de ritos, de prescrições litúrgicas, de orações e, ao mesmo tempo, de disposições legislativas.

O culto ao Deus único e, mais tarde, a necessidade de formação de uma sociedade geraram as revoluções sociais e um novo alicerce para a criação de leis e instituições, como direitos e garantias aos cidadãos, que compõe, hoje, nossa sociedade. Nesse contexto, o papel do juiz, e não mais somente o do pai de família, assumiu importância fundamental.

O juiz é hoje um cidadão investido de autoridade pública, com poder para exercer a atividade jurisdicional, julgando os conflitos de interesse que são submetidos à sua apreciação. Um cidadão com senso crítico, responsabilidade, capacidade de reflexão, equilíbrio emocional e incontestável conhecimento das leis.

Lembrando as raízes da Justiça, quero homenagear o trabalho do juiz nesse processo democrático que vivemos hoje, compromissos, aliás, que compõem seus mais importantes objetivos, no caso, da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Ajufe, que foi fundada em 20 de setembro de 1972.

É uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de âmbito nacional, que congrega os magistrados da Justiça Federal. Apesar de não ser filiada a nenhuma outra entidade nacional de representação de juízes, defende a permanente colaboração entre tais órgãos, em defesa dos interesses gerais e regionais da Magistratura brasileira.

Com sede e foro em Brasília, a Ajufe tem por finalidade congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os ministros do Superior Tribunal de Justiça, STJ, e do Supremo Tribunal Federal, STF, aqui tão bem representados pelo Ministro Ayres Britto, desempenhando essa função com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente. Entre seus objetivos principais, estão a busca pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes e a luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena observância dos direitos humanos.

Atualmente, a entidade é presidida pelo Juiz Federal Gabriel Wedy, meu conterrâneo, do Rio Grande do Sul, e a entidade também já teve outros presidentes igualmente gaúchos, e faço questão de mencioná-los: Vilson Darós e Jorge Maurique também presidiram a entidade.

A sociedade evoluiu e a cada dia se mostra mais complexa. Um Poder Judiciário independente, com juízes independentes, é precondição para o estabelecimento de uma verdadeira e forte democracia.

Destaco aqui também a importância do Conselho Nacional de Justiça nesse processo de independência. Em pouco mais de seis anos de existência, o CNJ já proporcionou conquistas muito importantes. A proibição do nepotismo e a regulamentação do teto salarial dos magistrados são exemplos concretos da atuação do Conselho.

Também há avanços de transparência e gestão nos tribunais. O CNJ monitora e divulga números relacionados aos gastos e à estrutura do Judiciário, promove a informatização dos processos, estabelecendo metas de desempenho e fiscalizando a execução de obras e contratações.

Tudo isso aperfeiçoa os serviços que são entregues à população, com custos menores para o contribuinte – quem, enfim, paga essa conta –, e estimula a grande maioria de juízes honestos e trabalhadores a dedicarem-se ainda mais ao complexo ofício de julgar conflitos.

Aliás, Rui Barbosa, eminente jurista, político, diplomata, escritor e um dos intelectuais mais importantes do seu tempo disse: “A força do direito deve sempre superar o direito da força”.

A Justiça Federal brasileira tem por competência o julgamento das ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras, ou rés, e outras questões de interesse da Federação previstas no art. 109 da Constituição Federal, disputa sobre direitos indígenas, crimes cometidos a bordo de aeronaves ou navios, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União. A Justiça Federal brasileira está regulamentada pela Lei nº 5.010, de 1966.

Mas eu gostaria de fazer aqui, caro Presidente Gabriel Wedy, um registro especial para uma área da Justiça Federal que tem enorme importância social, que são os Juizados Especiais das Pequenas Causas ou Juizado Especial Federal Cível e Criminal. No âmbito da Justiça Federal, esses Juizados Especiais só vieram a ser instituídos na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2011, abrangendo causas de até 60 salários mínimos nas ocasiões em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes. Além das pessoas físicas e microempresas, as pequenas empresas também podem demandar como autoras nesses Juizados Especiais Federais. É admitida a pluralidade das partes do Juizado Especial Federal; porém, não se admitem quaisquer outras modalidades de intervenção de terceiros.

Essa decisão foi uma grande modernização da Justiça brasileira no âmbito da jurisdição federal, que proporcionou, eu diria, um alcance social, que temos

que, cada vez mais, fortalecer, elogiar e auxiliar, no que for possível, nesta Casa.

Felicito, portanto, a Associação dos Juízes Federais pelos 40 anos de existência, lembrando a importância do Poder Judiciário para a nossa sociedade como um dos pilares do poder democrático e, sobretudo, como certeza de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Quero saudar aqui os integrantes do TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, que também tem a abrangência dos Estados de Santa Catarina e Paraná, do Senador Alvaro Dias, na pessoa da Presidente, uma mulher, Marga Barth Tessler. E, como falo aqui em nome do nosso grande Líder Francisco Dornelles, não posso deixar de mencionar também o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Rio de Janeiro, do meu querido Francisco Dornelles, que, casualmente, para minha satisfação, também é comandada por uma mulher, a Maria Helena Cisne.

Vejo muitas mulheres participando desta cerimônia. E, como Senadora, representante do Rio Grande do Sul, alegra-me muito o empoderamento das mulheres em todas as áreas, não apenas no âmbito político, mas especialmente no Poder Judiciário, dada a relevância que tem. E do Tribunal Regional Federal da 4ª Região veio uma figura ilustre do Poder Judiciário brasileiro, que presidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e chegou à Suprema Corte, a primeira mulher a galgar esse posto, a Ministra Ellen Gracie, que chegou, inclusive, à Presidência do Supremo Tribunal Federal.

É assim que, como mulher, tenho a grata alegria de fazer essa referência e essa citação também pelo fato de hoje tanto o Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto o da 2ª Região igualmente serem comandados por mulheres. Fico muito feliz nessa condição e renovo os cumprimentos de êxito na missão que tem a Ajufe, na pessoa do seu Presidente, Gabriel Wedy.

Cumprimento novamente o Senador Alvaro Dias pela iniciativa desta homenagem, e especialmente o nosso Ministro Ayres Britto, que nos tem dado, a cada dia, um grande elixir de esperança. Como jornalista, ouvi uma frase sua num encontro em que se debateram as tentativas de cerceamento à liberdade no âmbito da comunicação. V. Exª cunhou uma frase que repito sempre: "A liberdade é a nossa fé, e a Constituição, a nossa Bíblia".

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Obrigado à Senadora Ana Amélia.

Registramos a presença também no plenário do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Renato Sant'Anna.

Muito obrigado pela presença.

Queremos agradecer a todos os senhores juízes e às senhoras juízas que nos honram com sua presença aqui.

Passamos a palavra ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, autor do requerimento em homenagem aos 40 anos da Ajufe, que preside esta sessão solene; Exmº Sr. Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto; Exmºs Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça José de Castro Meira e Massami Uyeda; Exmº Sr. Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna, que nos honra muito com sua presença aqui; Exmº Sr. José Barroso Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Militares do Brasil, representando, neste ato, o Presidente da AMB, Henrique Nelson Calandra; Exmª Srª Senadora Ana Amélia Lemos; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Srs. Presidentes de Associações e Entidades de Classe; autoridades presentes; senhores jornalistas; estimados colegas; valorosos funcionários da Ajufe; demais presentes, é uma honra para a Ajufe receber esta tão alta homenagem e distinção do Senado da República.

Meu agradecimento especial e de coração a este brilhante representante do Estado do Paraná, Senador Alvaro Dias, pela propositura do requerimento em homenagem aos 40 anos da Ajufe. V. Exª tem prestado grandes serviços não apenas para o seu moderno Estado do Paraná, de caráter progressista e desenvolvimentista, mas para a República, como todos nós aqui podemos testemunhar, com seu perfil atuante, proativo e altruísta.

Marca a história recente deste Senado a recondução de nosso País à democracia, que viceje entre nós como "o menos pior dos regimes", como afirmou o estadista Winston Churchill. Em verdade, o premiê britânico apropriou-se, sem redundância, com propriedade, do afirmado pelo filósofo grego Aristóteles, muito antes, em seu clássico *A Política*.

No mesmo sentido, manifesto também a honra de ter conosco o Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto, que congrega em torno de si, talvez como nenhum presidente antes na história do Supremo Tribunal Federal, o apoio de toda a Magistratura e de servidores do Judiciário brasileiro, para busca de uma justiça de vanguarda, arejada, que possa levar para a população brasileira uma justiça mais barata, uma justiça mais rápida, acessível e transparente, e que, no aspecto criminal, combata a impunidade e a corrupção em nosso País.

V. Exª, Ministro Ayres Britto, guarda em seu espírito a visão do estadista, como foi o grande Chief Justice, John Marshall, nos Estados Unidos da América.

O nosso Presidente, Ministro Carlos Ayres Britto, homem de diálogo, estabelecerá, com o apoio integral de toda a Magistratura brasileira, as conversações necessárias dentro do espírito de harmonia e independência entre os Poderes – com nascedouro em Aristóteles, mas sistematizada por Montesquieu em seu clássico *O Espírito das Leis* –, com a Presidente Dilma, com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, no sentido do fortalecimento de nossa democracia e de nosso regime republicano. Regime republicano marcado necessariamente por um Poder Judiciário modelar, transparente e independente, próximo ao povo, em especial os mais humildes, e não distante dele.

É importante avançar. Os Poderes da República precisam caminhar unidos, com diálogo e harmonia, pelo bem do Brasil. O contato direto, pessoal e constante entre os seus Chefes, nesta encruzilhada histórica em que se encontra a Justiça brasileira, é mais do que uma necessidade: é um dever do homem público para com a nossa República.

Venho a esta Casa e lembro-me de ilustres conterrâneos do Rio Grande que dela fizeram parte e deram grande contribuição para o Brasil, como Caxias, Osório, Visconde de Pelotas, Gaspar da Silveira Martins, Pinheiro Machado, Ramiro Barcellos, Getúlio Dornelles Vargas, Alberto Pasqualini, Paulo Brossard de Souza Pinto. A importância desta Casa também se denota porque grandes figuras gaúchas, Senadora Ana Amélia, importantes para a República e para a história do Brasil, aqui não chegaram, como Assis Brasil, Pedro Moacir, Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e nosso ex-Governador do Rio de Janeiro, líder da Campanha da Legalidade em 1961, Leonel de Moura Brizola.

Hoje, aqui, o velho Rio Grande, maragato, mas também chimango, que garantiu as fronteiras de nosso Brasil na lança, no cavalo e na ponta de adaga, posteiro de nossa Pátria, está bem representando pelos ilustres Senadores Ana Amélia Lemos, Paulo Paim e nosso decano, Senador Pedro Simon.

Pois bem, em 20 de setembro de 1972, cinco anos após a reinstalação da Justiça Federal, durante a inauguração da sessão judiciária do Ceará, começava a ser escrita a história da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a nossa Ajufe. Foram anos difíceis no início, mas, aos poucos, e graças ao trabalho dedicado de todos os seus ex-presidentes, diretores, associados e funcionários, a entidade cresceu e tornou-se referência como representante dos magistrados federais brasileiros no Brasil, na América Latina e demais países, com protagonismo internacional na defesa da democracia e de um Judiciário independente.

Num primeiro momento, a atuação tinha como objetivo apenas aproximar os juízes federais. Com o tempo, a linha de atuação tornou-se mais abrangente. Para além de defender os direitos e prerrogativas da magistratura, para garantir para a sociedade um Poder Judiciário independente, a Ajufe passou a defender com vigor o regime republicano, a democracia e as mais legítimas causas sociais do povo brasileiro.

O crescimento da entidade é mérito de todos os associados. Atualmente somos mais de 2.100 magistrados englobando aí os juízes federais, desembargadores federais e os Ministros do STJ e do STF.

Não posso deixar de destacar a atuação de todos os ex-Presidentes que, apesar das dificuldades enfrentadas, nunca se desanimaram e sempre trabalharam em defesa da magistratura e de nosso Estado democrático de direito. Faço questão de citá-los um a um, com gratidão e admiração: Jesus Costa Lima, Armindo Guedes da Silva, João Gomes Martins Filho, Sebastião de Oliveira Lima, Edgard Silveira Bueno Filho, Vladimir Passos de Freitas, Vilson Darós, Fernando Tourinho Neto, Flávio Dino de Castro e Costa, Paulo Sérgio Domingues, Jorge Antonio Maurique, Walter Nunes e Fernando Mattos.

A atuação da Ajufe foi constante, para além de defender os direitos e prerrogativas dos juízes, passou a abraçar causas importantes em defesa da sociedade. Foi através da decisão de um juiz federal, por exemplo, José Márcio Moraes, que a União Federal foi condenada a indenizar a família do jornalista Herzog no regime militar. Tendo sido este talvez o primeiro grande golpe sofrido pelo regime autoritário nos anos de chumbo.

A Ajufe passou a defender a redemocratização do Brasil e contribuiu com atora social efetivamente nos debates que culminaram na redação final da Constituição Federal de 1988. A nossa Constituição Cidadã, que trouxe imensos avanços democráticos no que tange aos direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro e os remédios jurídicos constitucionais para garanti-los.

Também com a nossa Carta Política de 1988 nos aproximamos de todas as regiões de nosso País com a descentralização da Justiça Federal. Foram criados cinco Tribunais Regionais Federais que temos até hoje. Essa foi outra grande luta, que só vencemos graças à ajuda firme e importante do extinto Tribunal Federal de Recursos e de seus Ministros e a compreensão de sua necessidade junto às cúpulas dos Poderes da República.

Conseguimos, também, com o apoio dos Ministros do agora Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal da Cidadania, que o Presidente da Ajufe, na gestão do Presidente Tourinho Neto, passasse a participar obrigatoriamente do Conselho da Justiça Federal. Conquista importante, porque essa parceria interiorizou a Justiça federal no País, deu à sociedade o processo informatizado e agora se aproxima da população mais carente com a criação dos cargos de juiz das turmas recursais e com estudo para ampliação dos cinco TRFs existentes, que em breve se tornará anteprojeto de lei para ser enviado ao Congresso Nacional.

Uma das alterações trazidas pela nossa Constituição também refere-se à criação do Superior Tribunal de Justiça, órgão de jurisdição nacional, com competência para dar a última palavra em matéria infraconstitucional. Ao Superior Tribunal de Justiça coube a missão de controle da inteireza positiva, da autoridade e da uniformidade de interpretação da lei federal.

No entanto, o processo de regionalização ocorreu com bastante comedimento, em função do receio de sua pulverização.

Com isso, foram criados apenas cinco Tribunais Regionais Federais. A Segunda Região engloba os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a Terceira Região, São Paulo e Mato Grosso do Sul; a Quarta Região, Rio Grande do Sul, como sede, Paraná e Santa Catarina; a Quinta Região, Pernambuco, como sede, tendo ainda Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. E a Primeira Região tem 14 unidades da Federação, sendo a mais ampla da Justiça Federal brasileira, com sede no Distrito Federal.

O funcionamento dos tribunais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento da demanda do Judiciário Federal, devido ao advento dos planos econômicos, momento em que houve o crescimento exponencial da demanda judicial no âmbito federal.

Bandeiras sociais foram muitas defendidas pela Ajufe na década de 90. Todavia, a defesa de nossas prerrogativas como garantias da sociedade não foram esquecidas. Depois, no início do Governo do Presidente Lula, houve o Projeto de Reforma da Previdência, que exigiu outra intensa mobilização da magistratura para que aqui não se repetisse o fracasso da privatização da Previdência Social como ocorreu no Chile e Argentina, acompanhado dos correspondentes escândalos envolvendo os fundos de pensão.

Ao final, conseguimos evitar o grande prejuízo que se pretendia trazer não aos juízes, mas à sociedade, com a violação do texto constitucional que vincula o princípio da vitaliciedade a aposentadoria com proventos integrais do juiz como defendido por um saudoso membro desta Casa. Refiro-me ao Senador baiano, o Águia de Haia, Ruy Barbosa.

Não podemos deslembrar que a aposentadoria da magistratura na maior democracia liberal do mundo, os Estados Unidos da América, é pública e integral há mais de 200 anos e não se tem notícia de pretensões de alterá-la como constatei ano passado em visita que fiz a Cortes Federais daquele exemplar país.

Esta não é uma garantia do juiz, mas uma garantia da sociedade possuir um juiz independente para julgar com imparcialidade as suas causas. Durante a sua vida, o juiz não faz poupança e não pode exercer qualquer outra atividade remunerada, apenas uma de magistério, chegando à situação de não poder nem mesmo ser escolhido síndico do prédio onde mora. E as limitações não param por aí, mas seria enfadonho citá-las. Estamos evidentemente vigilantes e preocupados com o futuro da Magistratura e do País ao analisar o Funpresp. Entendemos que este deva ser mais bem debatido e amadurecido para que possa ter os seus melhores êxitos para a coletividade.

Em 2004, foi aprovada a Emenda Constitucional n° 45, que trata da Reforma do Judiciário, a qual incorporou diversas proposições de vanguarda sugeridas pela Ajufe.

A Ajufe, buscando a transparência máxima para o Judiciário brasileiro, foi na época muito incompreendida por alguns setores mais conservadores. Entre as nossas proposições estavam: a criação da súmula vinculante, a criação do Conselho Nacional de Justiça, a vedação do nepotismo, a criação do teto remuneratório moralizador do serviço público marcada pelo regime do subsídio e a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância.

Tivemos o desafio de começar a discutir estatísticas, a conclusão da Reforma do Judiciário, reformas infraconstitucionais, além da consolidação dos nossos projetos sociais. Sem dúvida alguma, a fixação do teto salarial apoiada pela Ajufe e a adoção do regime do subsídio foram importantes medidas moralizadoras para dar transparência à remuneração do funcionalismo público e conter gastos crescentes do Estado brasileiro.

Essa medida, sugerida e apoiada pela Ajufe, gerou uma economia de bilhões de reais aos cofres da União nos últimos anos. Os cofres da União que, aliás, também contam em média com aportes de R$10 bilhões anuais arrecadados por juízes federais nas Varas de execuções fiscais de todo o Brasil. Apenas no ano de 2009, foram arrecadados pelos juízes federais R$11,6 bilhões.

Segundo o relatório "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça, a Justiça federal brasileira

é superavitária em cerca de R$5 bilhões anuais, sem contar os valores referentes aos depósitos judiciais.

Infelizmente, contudo, o art. 37, inc. X, da Constituição Federal, que lutamos tanto para construir em benefício das contas públicas e dos princípios constitucionais da moralidade e publicidade, não tem sido cumprido, e a Magistratura acumula perdas inflacionárias no seu subsídio que ultrapassam 35% nos últimos sete anos.

Isso ocorre, embora o Texto Constitucional seja claro e diga que a revisão do teto remuneratório do funcionalismo público deva ser geral e anual, como ocorre, aliás, com todas as categorias profissionais do País.

A responsabilidade pelo descumprimento do Texto Constitucional que prevê um teto moralizador, reajustado anualmente, que vem gerando uma economia de bilhões de reais aos cofres públicos nos últimos anos, não é de nenhum dos Poderes do Estado. É uma anomalia constitucional que precisa ser sanada urgentemente, com aprofundamento do diálogo efetivo, fraterno e franco entre os Poderes do Estado, com os olhos na Constituição, sem deixar de considerar que vivemos em um regime presidencialista, e que a participação ativa da Presidenta da República é fundamental neste momento.

A responsabilidade positiva de Sua Excelência, a Presidenta Dilma Rousseff, nesta construção harmônica e fraternal é indelegável como Chefe de Governo e não admite outorga de mandato para nenhum outro membro do Poder Executivo.

Assim devem ser as democracias mais saudáveis; e é isso que os juízes federais esperam da Presidenta da República, na qual tanto confiamos, para a construção de uma agenda positiva com o líder maior do Poder Judiciário brasileiro aqui presente Ministro Carlos Ayres Britto e com a Presidência do Senado da República.

A Ajufe, por outro lado, não é mais patrimônio dos seus associados, mas, sim, faz parte do patrimônio do povo brasileiro e carrega sempre nas suas atividades a luta por um Brasil melhor, mais ético, com menos corrupção, menos impunidade e menos desigualdade social.

A Ajufe é uma instituição republicana preocupada, acima de tudo, com a sociedade, com o Estado democrático de direito e a Magistratura Federal. A atual gestão da Ajufe, como as anteriores, tem procurado responder, com êxito, o desafio de equilibrar a luta pelas causas específicas da Magistratura com a luta pelas causas de toda a sociedade que, no fundo, são as mesmas, porque sem juízes independentes não temos democracia.

Como demonstra a nossa luta contra o trabalho escravo e a nossa atuação nos Juizados Especiais Federais que hoje se notabilizam, como a Justiça dos aposentados e dos trabalhadores brasileiros mais despossuídos.

Desde 2002, os juízes federais dos Juizados Especiais Federais foram responsáveis pelo pagamento de R$28 bilhões à população mais carente, que litiga nas causas de até 60 salários mínimos, beneficiando 18 milhões de brasileiros, números estes similares aos do Bolsa Família. Estas decisões dos juízes federais se notabilizam com indisfarçável prática de distribuição de renda em nosso País.

Da mesma forma, a Ajufe fez campanha contra o foro privilegiado e o nepotismo, em defesa da ética e da probidade na Administração Pública. Participamos da campanha da Ficha Limpa, mas com responsabilidade, porque os parlamentares devem ter suas garantias não apenas preservadas, mas fortalecidas para uma democracia forte e consolidada. Os parlamentares, como os juízes, são agentes políticos do Estado, e essa condição não é um privilégio, mas a garantia da sociedade de independência destes Poderes que sustentam a democracia brasileira dentro do sistema dos freios e contrapesos imortalizados pelo *leading case* da Suprema Corte Americana [*Marbury Vs Madison*,1803].

Hoje, contudo, é preciso ampliar a Justiça Federal, porque o Segundo Grau está obsoleto, gerando grande atraso no julgamento de processos dos Tribunais e nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. A Justiça Federal de Primeiro Grau quintuplicou nos últimos anos; no Segundo Grau, não ocorreu o mesmo. Precisamos criar os quatro novos TRFs previstos na PEC nº 544, que tramita na Câmara dos Deputados, e criar os Tribunais Regionais Federais de Minas Gerais, Paraná, Amazônia e Bahia, sem prejuízo da ampliação do número de desembargadores nos atuais cinco Tribunais Regionais Federais.

Precisamos aprovar o Projeto de Lei nº 1.597/2011, que tramita nesta Casa desde a última semana e cria os 225 cargos de juiz das Turmas Recursais em todos os Estados da Federação para levar Justiça rápida aos mais pobres que buscam o seu direito à saúde e às aposentadorias, muitas vezes sonegadas nas imensas filas do SUS e do INSS, que levam ao sofrimento de nosso povo madrugadas adentro.

Este projeto visa a levar Justiça ao aposentado e ao cidadão mais pobre do País, que não podem mais esperar três anos para uma decisão, pelo fato de não existir hoje o cargo de juiz das Turmas Recursais. Com a aprovação do PL nº 1.597/2011, conseguiremos decidir estas ações em até no máximo seis meses,

atendendo a grande massa de desassistidos do País. Como dizia o imorredouro tribuno e Senador Rui Barbosa: "Justiça atrasada não é Justiça, mas injustiça qualificada e manifesta".

Essas medidas vêm em benefício da sociedade, que precisa de um processo mais célere e rápido. Precisamos de estrutura no Segundo Grau para alcançar esta meta. Isso se faz fundamental. Sem a criação de uma estrutura adequada nos Tribunais e Juizados é impossível atendermos às metas do Conselho Nacional de Justiças, metas que são importantes e fundamentais porque dão uma radiografia da Justiça brasileira.

Sem a ampliação da Justiça Federal no Segundo Grau e a criação do cargo de juiz das Turmas Recursais ficará muito difícil para o Poder Judiciário continuar a dar vazão à demanda. Basta observar o crescimento demográfico da população brasileira: de 100 milhões de habitantes, em 1989, para 200 milhões, em 2012, sem que a estrutura da Justiça Federal no Segundo Grau tenha sido ampliada.

Resumidamente, para atender aos mais necessitados, a aprovação do PL nº 1.597/2011 e da PEC nº 544 são fundamentais. Enquanto a Justiça do Trabalho e a Justiça Estadual possuem tribunais em todos os Estados do País, a Justiça Federal possui tribunais em apenas cinco Estados da Federação, em contradição ao princípio constitucional do amplo acesso à Justiça.

É inadmissível que um advogado entre com um recurso no longínquo Oiapoque e tenha que sustentar as suas razões, há milhares de quilômetros, em Brasília, ou que o Estado de Minas Gerais, com a segunda maior distribuição de processos do País, não tenha o seu Tribunal Regional Federal.

E na Amazônia? Área de cobiça internacional por nossas riquezas naturais e marcada por crimes ambientais e desmatamento, zona pela qual entra 90% do narcotráfico internacional, é inexplicável que não exista também a presença da Justiça Federal de Segundo Grau neste Estado. Assim também ocorre com o Paraná, Estado do Senador Alvaro Dias, e a Bahia.

Essa medida, é bem verdade, deve ser tomada sem prejuízo do necessário aumento do número de desembargadores dos atuais cinco Tribunais Regionais Federais, paralisados praticamente há vinte anos, com sede em Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

É humanamente impossível um desembargador conseguir julgar 1.500 processos por mês para atender à crescente distribuição de recursos.

Estamos participando, de outro lado, ativamente, nesta Casa, da reforma do Código de Processo Civil, para levar um processo mais célere, levar um processo mais barato para a população brasileira. Também estamos atuando de forma firme na elaboração do novo Código de Processo Penal, adequado aos novos tempos para bem combater a corrupção, o crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Estamos consolidando a informatização do processo no âmbito da Justiça Federal para que possamos atingir plenamente o processo mais célere, o processo sem autos, o processo virtual, ecologicamente correto, o processo do futuro. Hoje, com o processo eletrônico, a Justiça Federal está aberta 24 horas para a sociedade brasileira.

Outras bandeiras da Ajufe, como a defesa da liberdade de imprensa, nos obrigou emitir nota pública em defesa dos jornalistas equatorianos, condenados pela Justiça daquele país, e à condenação do jornal *El Universo*, obrigado a indenizar em US$40 bilhões por haver tecido críticas ao governo do Presidente Rafael Correa.

A liberdade de imprensa ao lado da independência dos Poderes do Estado são garantias constitucionais que são pilares da democracia. Sem Judiciário independente e imprensa livre não temos democracia. Desde o célebre *leading case* da Suprema Corte Americana (Near Vs Minessota, 1931), resta fixado jurisprudencialmente nas modernas democracias esta garantia constitucional à liberdade de imprensa, tão importante para todos nós e reassegurada no Brasil pela Magna Carta de 1988.

Queremos também estancar a evasão de nossos quadros, motivado pelas perdas inflacionárias em nosso subsídio e reintroduzir no Texto Constitucional o adicional por tempo de serviço, e apenas isso, a fim de garantir o conceito de carreira de Estado, para entusiasmar e atrair aqueles candidatos mais qualificados que optem por seguir ao sacerdócio da Magistratura.

Tem havido, de fato, grande evasão dos quadros da Magistratura para outras atividades, como advocacia e áreas privadas. Então, o adicional por tempo de serviço, que hoje vem sendo aplicado nas empresas privadas em todo o mundo, deve ser, por uma questão de fortalecimento da Magistratura brasileira, reintroduzido no Texto Constitucional. Temos duas proposições que preveem isso: a PEC nº 02 e a PEC nº 05, que tramitam nesta Casa.

Estamos preocupados também com a PEC nº 505, que permite que o juiz perca a vitaliciedade por decisão administrativa. Ora, como um juiz pode perder o cargo por decisão administrativa? Que independência terá para julgar um empresário, um banqueiro, um líder internacional do narcotráfico,um líder do PCC ou uma figura proeminente da República?

Nos últimos anos, juízes sofreram atentados contra a vida; seis foram assassinados: quatros juízes

e dois promotores. A última vítima foi a Juíza Patrícia Acioli, assassinada pelo crime organizado em uma via pública no Rio de Janeiro, com 25 tiros de calibre 45, pelo simples fato de estar prestando justiça e combatendo organizações criminosas.

É por isso que também defendemos a criação do órgão colegiado de juízes para julgar o narcotráfico internacional, o crime organizado e o porte de arma aos agentes de segurança do Poder Judiciário.

Está tramitando nesta Casa o PL nº 03, de 2006, que garante a segurança para os juízes que processam e julgam o narcotráfico internacional e o crime organizado. Este Projeto de Lei propõe medidas semelhantes às adotadas na Colômbia para o combate às Farc e às que foram utilizadas pela justiça pública Italiana no combate a Cosa Nostra, na Sicília, após o assassinato dos Juízes Falconi e Borsellino. É de lembrar-se que, na Itália, mil mafiosos foram presos após ser garantida a criação de segurança para os juízes criminais e a instituição do órgão colegiado.

O julgamento de Palermo foi um êxito. Todavia, nos assusta lembrar que a Operação Mãos Limpas foi instaurada na Itália após o assassinato de dois juízes; e aqui no Brasil, nos últimos sete anos, já foram seis assassinatos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, mais de 200 Magistrados encontram-se jurados de morte atualmente. É outro fato para a reflexão que, na construção de uma agenda positiva para o Poder Judiciário, precisa ser enfrentado. E esta necessidade pode ser lembrada por frase do ex-Senador e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard de Souza Pinto, ao comentar a segurança dos juízes no País atualmente: "Quando o juiz tiver medo de decidir, ninguém mais pode dormir tranquilo".

A Ajufe confia na solução para as dificuldades e confia no diálogo propositivo e solidário para resolvê-las. Temos grandes homens à frente dos Poderes do Estado e uma grande massa de magistrados ávida por colaborar.

Enfim, hoje é um dia de alegria para a Magistratura Federal brasileira na comemoração dos 40 anos da Ajufe.

Este momento aponta para um futuro promissor que permita a adoção de uma agenda positiva para a Justiça brasileira dentro de um diálogo constante entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Advocacia, Ministério Público, imprensa e demais setores da sociedade.

O maior cliente da Justiça brasileira é o cidadão brasileiro, a este devemos prestar contas, e todos unidos levar a ele uma Justiça mais rápida, acessível e que, no aspecto criminal, não admita a impunidade e a corrupção. É em benefício dele, sua excelência o povo brasileiro, que devemos envidar os nossos máximos esforços para atendê-lo com uma prestação jurisdicional eficiente e de vanguarda.

Agradeço muito, em nome da Magistratura Federal brasileira, ao Senado da República, a Casa da democracia, pela homenagem.

Estamos sempre à disposição desta Casa para os grandes debates atinentes à Justiça, à democracia e ao regime republicano.

Muito obrigado a todos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Dr. Gabriel pelas palavras generosas a respeito da atuação do Senado.

Quero saudar, mais uma vez, a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Massami Uyeda, e do Dr. José de Castro Meira, também Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e o Dr. José Barroso Filho, que representa o Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da AMB.

E, com satisfação, convido para fazer uso da palavra o Ministro Ayres Britto, próximo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. CARLOS AYRES BRITTO – Obrigado, Excelência, Senador Alvaro Dias, que preside esta Mesa de trabalhos e a quem agradeço pelas referências carinhosas, elogiosas, enfim, assim como faço com a eminente Senadora Ana Amélia, quando da ocupação da tribuna. Também saúdo o Dr. José de Castro Meira, querido amigo, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que se faz acompanhar de sua esposa, D. Terezinha. Também cumprimento o Massami Uyeda, do mesmo Superior Tribunal de Justiça. Cumprimento as pessoas presentes, os Parlamentares, os jornalistas. E, em especial, cumprimento os três Presidentes de Associações: o Presidente Nelson Calandra, da AMB, se faz representar pelo eminente Juiz José Barroso Filho; Dr. Renato Santana, pessoalmente presenta, na linguagem de Pontes de Miranda, a Anamatra – Associação dos Magistrados Trabalhistas; e o Dr. Gabriel Wedy, que é o Presidente da Ajufe e que acaba de nos brindar com um magnífico discurso de estadista. Aliás, os discursos aqui proferidos foram de primeira linha, de excelsa qualidade e que nos transmitiram, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, preciosas lições de vida.

Eu apenas digo da minha alegria pessoal e da minha honra profissional e institucional de me fazer presente a este ato de solenidade dos 40 anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), essa entidade que congrega a Magistratura Federal brasileira e que se notabiliza pelo cumprimento de uma agenda de trabalho que ombreia a defesa das prerrogativas da classe com a defesa das

instituições republicanas brasileiras em um ponto de equilíbrio elogiável.

O Presidente Wedy congrega em torno de si os dois outros Presidentes de Associações de Magistrados, em uma demonstração de que o trabalho conjugado, uma administração compartilhada, é o caminho de afirmação da magistratura nos dias que correm, sobretudo para que ela, magistratura brasileira, em torno de uma agenda proativa ou positiva, continue muito bem a servir ao Direito, à Constituição e, por desdobramento, a toda sociedade brasileira.

Presidente Wedy, acho que a nossa meta não é propriamente uma meta, é a nossa, digamos assim, função, é a nossa atividade essencial: cerrar fileiras em torno da Constituição de 1988. Podemos até dizer que, diante dela, o apreço que ela devotou à magistratura brasileira, se fosse seguido, observado, pela sociedade como um todo, pela imprensa, pelos outros dois Poderes – me permito dizer –, estaríamos numa situação institucional mais afirmativa e de maior desenvolvimento.

A Constituição profissionalizou a magistratura brasileira; a Constituição revelou por ela o apreço que merece esse Poder da República que vela pelo equilíbrio dos outros dois Poderes, porque, se o Judiciário não governa, evita o desgoverno; e que, digamos, cotidianamente, esse Poder Judiciário vitaliza essa Constituição, tira a Constituição do papel, incorpora a Constituição ao nosso cotidiano.

Daí, Sr. Presidente, esse compromisso da Ajufe no combate ao nepotismo, ao foro especial, que termina sendo, na prática, um foro privilegiado, à corrupção, que, segundo Ulysses Guimarães, é o cupim da República – a metáfora é procedente –, em favor da Ficha Limpa, em prol da liberdade de imprensa, enfim, uma magistratura serviente à Constituição Federal, como lhe cabe.

Os Srs. Senadores, os Srs. Parlamentares, em geral, os chefes do Poder Executivo, todos eleitos pelo povo, têm a sua legitimidade assim decolada, obtida pela voz das urnas, por efeito do voto popular. Nós, da magistratura, temos a nossa legitimidade afirmada pelo nosso modo de investidura. Basta lembrar que os juízes federais, os juízes, em geral, se submetem a um concurso como requisito de investidura, os desembargadores e ministros judiciários têm de preencher requisitos de notabilidade, de saber jurídico e de reputação ilibada. Enfim, a nossa legitimidade decola desse modo de investidura, porém, sobretudo, pelo exercício de cumprimento diário da Constituição.

Nós nos legitimamos na medida em que somos fiéis a uma Constituição que é a mais democrática de toda a história do Brasil, a mais axiológica, a mais comprometida com valores que dão propósitos e grandeza à vida individual e coletiva aqui, no Brasil. Esta é a Constituição das constituições, que tem o mérito ímpar de fazer da democracia a sua própria menina dos olhos. O princípio dos princípios, o valor dos valores e, numa linguagem bíblica, o cântico dos cânticos na Constituição brasileira é a democracia, a democracia com seu conteúdo republicano, com seu conteúdo federativo, com esses princípios hoje eminentes da transparência, da visibilidade e do controle do poder em todos os níveis, inclusive do Poder Judiciário. Essa democracia, enfim, que realiza o conceito lincolniano insuperável: o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Na companhia da Constituição, Presidente Wedy, Presidente Renato, Dr. José Barroso Filho, nem devemos perguntar aonde vamos chegar. Chegaremos a um bom caminho, chegaremos a um bom destino, chegaremos àquele Brasil dos nossos mais dourados sonhos: um Brasil progressista, um Brasil transparente, um Brasil socialmente justo, um Brasil sem nenhuma espécie de preconceito, um Brasil mentalmente arejado e espiritualmente evoluído.

O caminho é este: observar a Constituição fidedignamente e traçar as políticas públicas legislativas, executivas e judiciárias a partir das prioridades que a própria Constituição estabeleceu, ou seja, converter as políticas públicas da Constituição em políticas públicas de governo e de administração. Não há outro caminho: é fazer da Constituição o nosso breviário, a nossa Bíblia, a nossa profissão de fé. É uma Constituição que faz o Brasil primeiro-mundista e que nos motiva e nos entusiasma a praticá-la cotidianamente.

Sr. Presidente da Mesa, obrigado pela honra da presença nesta histórica sessão de homenagem aos 40 anos da Ajufe. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Registro também, com satisfação, a presença do Dr. Carlos Eduardo, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, encerramos esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 42 minutos.)

Ata da 54ª Sessão, Não Deliberativa em 9 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Cristovam Buarque e da Sra. Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 17 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 125, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, comunicando sua ausência do País no período de 8 a 10 de abril, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 125

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do Pai no período de 8 a 10 de abril de 2012, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

Brasília, 5 de abril de 2012. – **Dilma Roussef.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 342, DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Ofício "S" nº 57, de 2011 (nº 22/2011, na origem), do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunice Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bouer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna – Suiça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.

RELATOR: Senador BLAIRO MAGGI

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Ofício "S" nº 57, de 2011, de 23 de agosto de 2011, de autoria do do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que tem o Senador Ciro Nogueira como Primeiro Vice Presidente. Por meio do ofício, é encaminhada a relação dos Senadores que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia daquele colegiado e solicita sejam justificadas as faltas dos participantes no período de 14 a 21 de outubro do corrente ano.

Segundo informa o referido documento, o encontro se realizará em Berna, Suíça, de 16 a 20 de outubro do corrente. Do anexo enviado constam os nomes dos seguintes Senadores: Ciro Nogueira, Eunicio Oliveira e Jarbas Vasconcelos.

Encaminhado à Mesa Diretora, o Ofício em pauta foi distribuído a esse colegiado para exame, nos termos do art. 40, § 4°, do Regimento Interno do Senado Federal.

Posteriormente, em aditamento àquele expediente, foram recebidos pela Presidência do Senado os Ofícios 25 e 29, de 1° e 12 de setembro de 2011, respectivamente, com o fim de incluir os nomes dos Senadores Paulo Bauer e Eduardo Braga na delegação brasileira, bem como de também justificar as suas faltas. Tendo em vista que o assunto já tramitava no Senado Federal sob a forma do Ofício "S" n° 57, de 2011, foram os demais expedientes encaminhados também a este colegiado para que fosse realizada a sua juntada ao processado.

Coube a mim a elaboração de parecer, conforme distribuição feita pelo Presidente desta Comissão, em 13 de setembro de 2011.

Cabe registrar, no âmbito deste relatório, a não inclusão do nome do Senador Eduardo Braga na ementa do processado, equívoco cometido, possivelmente, por haver sido o ofício que solicita a justificação de suas faltas, juntado posteriormente à matéria.

II – ANÁLISE

Primeira a ser criada dentre as assembleias parlamentares internacionais, a União Interparlamentar (UIP), de âmbito mundial, foi fundada em 1889 e reúne hoje mais de cento e trinta parlamentos nacionais e sete parlamentos regionais. Está voltada para o diálogo interparlamentar mundial, para a busca da paz e da cooperação entre os povos e do firme estabelecimento da democracia representativa.

No cenário de globalização e conformação de agrupamentos econômicos em que vivemos, a influência dos parlamentos nas relações internacionais tende a ampliar-se, em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional.

Assim sendo, a solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto à sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

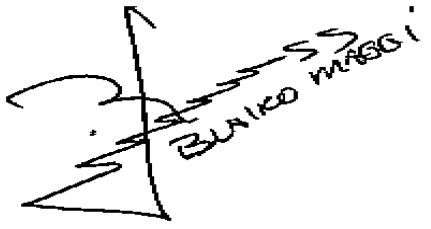
A ativa participação de membros do Senado Federal em tal foro propicia-lhes a oportunidade de praticarem a chamada "diplomacia parlamentar", contribuindo, por meio do mútuo conhecimento das respectivas realidades nacionais, para a aproximação entre os países, sempre visando à troca de experiências e à harmonização de leis.

É importante observar, ademais, que o Congresso Nacional, na condição da instituição parlamentar detentora das mais avançadas tecnologias em matéria de informática e de comunicação, muito poderá contribuir para o aperfeiçoamento das instituições da democracia representativa em países de menor desenvolvimento relativo, por meio de projetos de cooperação técnica e do compartilhamento de experiências voltadas à transparência das instituições parlamentares.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da solicitação contida no Ofício nº 57, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2011.



, Presidente

, Relator

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **OFÍCIO "S" Nº 57, DE 2011**

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 06/10/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR BLAIRO MAGGI	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (RR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 – CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 342, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Ofício nº S/57, de 2011**.

Tendo em vista o deferimento dos Requerimentos nºs 462, 472 e 505, de 2011-M e o registro de comparecimento dos Senadores Eunício Oliveira e Paulo Bauer no sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2011, o **Ofício nº S/57, de 2011**, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Temos oradores inscritos. A Senadora Ana Amélia, que aqui está, é a primeira inscrita. (*Pausa*)

Eu chamo a Senadora Ana Amélia, porque a Senadora Vanessa não está no plenário neste momento. Ela deve estar chegando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Cristovam Buarque, que, nesta tarde, preside a sessão no Senado Federal; Senador Vicentinho Alves; Srªs e Srs. Senadores; Senadora Angela Portela; nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado; servidores desta Casa, trago à tribuna hoje dois temas relevantes e tenho a convicção de que V. Exª, Senador Cristovam, partilha das minhas apreensões e das minhas preocupações. Todos os Senadores – penso – também concordam com o que vou dizer agora.

Um dos temas teve repercussão altamente positiva, encorajadora, alvissareira e estimulante; o outro é negativo, assustador e preocupante. A notícia boa, caro Presidente Cristovam Buarque, foi a entrevista do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto, nas páginas amarelas da revista *Veja*. E a triste e má notícia foi o saldo de mortos e feridos no feriado de Páscoa. Só em Brasília, que o senhor governou com tanta dedicação, foram seis mortos e 58 feridos, alguns, inclusive, em estado muito grave.

O Ministro Ayres Britto vai assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, o que vai acontecer no próximo dia 19 deste mês, e nos deu uma preciosa declaração, assumindo um posicionamento corajoso e firme, que a sociedade aplaude e saúda. Sinto-me confortada pela declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, hoje pela manhã, prestigiou uma sessão especial comemorativa aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), porque, como todo brasileiro, quero ver as denúncias de irregularidades apuradas com rigor.

Em 2005, o Brasil foi sacudido por um grande escândalo de corrupção e uma grave crise política enfrentada no então governo do Presidente Lula. Desde aquele ano, nós e também, tenho certeza, o Governo Federal e o Congresso Nacional esperamos que os responsáveis pelo esquema de compra de votos de parlamentares sejam exemplarmente punidos.

Naquele ano de 2005, já vivíamos os primeiros bons ventos econômicos, os primeiros resultados positivos de uma política econômica, a bem da verdade, herdada pela estabilização do Plano Real, de Fernando Henrique Cardoso, e bem conduzida pelo sucessor, resultando em crescimento positivo para o País. Aqueles resultados positivos não deveriam encobrir, Presidente Cristovam Buarque, ações de corrupção. O crescimento econômico é positivo sempre para as contas públicas, para os investimentos sociais e para a sociedade brasileira, mas jamais deve representar trampolim para o enriquecimento de autoridades que usam o Poder Público para obter vantagens pessoais.

O tempo passou, e o medo de ver mais esse crime prescrito é concreto e toma conta de boa parte da sociedade brasileira.

Vale lembrar aqui também o trabalho exemplar feito, à época, pelo Senador Delcídio do Amaral, que foi o Presidente da chamada CPI dos Correios, e também pelo Deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, ainda hoje Deputado – o Senador Delcídio é nosso colega no Senado –, um trabalho exemplar de garimpagem, de levantamento, tanto que a denúncia foi acolhida pelo Ministério Público Federal.

Agora, o Ministro Ayres Britto não vê motivos para o medo de que haja a prescrição desse rumoroso processo. Para o Ministro, é possível colocar em votação o processo do mensalão em apenas 48 horas. Vou repetir: para o Ministro, é possível colocar em votação o processo do mensalão em apenas 48 horas. Vejam, Srªs e Srs. Senadores: poderemos conhecer as penas para os responsáveis pela compra de votos de parlamentares exatamente nesse tempo em que o Ministro-Presidente está prevendo para o exame dessa matéria tão complexa.

Vale lembrar aqui que foi do Ministro Ayres Britto o voto que iniciou o debate sobre o projeto Ficha Limpa e que foi ele o Ministro-Relator do processo que proibiu o nepotismo no serviço público.

O Poder Judiciário têm dado sinais importantes à sociedade. Lembro aqui a Lei da Ficha limpa, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, e a manutenção da independência do Conselho Nacional de Justiça, outra relevante decisão do Supremo Tribunal. São decisões que garantem transparência para a gestão pública e que mostram o quanto ágil pode, quando quer, ser a Justiça.

A celeridade do Judiciário não pode causar sentimento diferente: sentimo-nos confortados e animados quando percebemos que juízes e ministros da Su-

prema Corte do País reforçam a importância de uma Justiça eficiente.

Na entrevista que concedeu à revista *Veja*, o Ministro Ayres Britto, a certa altura, indagado sobre uma declaração feita pelo ex-Presidente Lula de que o Judiciário era uma caixa-preta, respondeu – vou ler, textualmente, a resposta do Ministro Ayres Britto –:

> O Judiciário, nunca, jamais, em tempo algum, pode se nivelar a poderes que têm caixa-preta. Não pode se nivelar a quem age sob o signo da caixa-preta. Que outros setores do poder público façam isso é uma coisa. O Judiciário jamais poderá permitir esse tipo de arranjo. Hoje, o foco está sobre o Judiciário, mas a maior de todas as caixas-pretas, contra a qual o Judiciário tanto luta, é o caixa dois. E o caixa dois é caixa-preta, uma terrível caixa-preta. O Judiciário nunca praticou o caixa dois.

Essa é a declaração textual do Ministro Ayres Britto nas páginas amarelas da revista *Veja.*

Senador Cristovam Buarque, V. Exª, vários outros Senadores e eu, nesta Casa, temos falado muito sobre isso. Inclusive, na votação da nova lei eleitoral, tentamos avançar sobre o financiamento público de campanha, que seria o caminho e o remédio para acabar com este mal, com esta doença, que é o caixa dois que vigora nas campanhas eleitorais. Não avançamos muito em relação a essa matéria. Lamento profundamente que o Senado não tenha avançado no Congresso Nacional em relação a esse assunto.

É compreensível até, caro Presidente Cristovam Buarque, Srªs e Srs. Senadores, que a sociedade tenha uma dificuldade enorme de entender que o dinheiro público vai ser usado em uma campanha eleitoral, quando falta dinheiro para o hospital, para o atendimento de emergência, para a segurança pública, para o transporte, para a educação. É natural essa sensação, exatamente pelas carências que existem em setores relevantes como esses. Mas esse seria um caminho mais adequado de seriedade a se impor nas regras, para se evitar a gastança que se faz nas campanhas eleitorais milionárias, evitando-se aí a formação de caixa dois, que acaba também servindo para o enriquecimento ilícito em muitos casos rumorosos que temos acompanhado aqui. Agora mesmo, estamos acompanhando um deles aqui.

Quando vemos os crimes de corrupção sem a apuração correta e sem o julgamento dos responsáveis, temos a sensação de impunidade, quase como se os Poderes da República admitissem a ação livre dos corruptos e dos corruptores.

O desvio de dinheiro para a compra de votos ou para o pagamento de propinas no serviço público impede investimentos em setores essenciais para a nossa sociedade. Dinheiro desviado é menos investimento para a saúde e para a educação, esta última área tão cara para V. Exª, Sr. Presidente.

O tema educação, Srªs e Srs. Senadores, leva-me à segunda nota do dia, desta vez uma nota negativa, a que me vou referir agora.

Mas volto ainda às declarações do Ministro Ayres Britto, que, quando indagado sobre os desafios que terá no comando da Suprema Corte de nosso País e sobre as prioridades que terá nos próximos sete meses, diz o seguinte:

> O desafio é este, mas com os pés no chão, porque eu tenho caneta, e não vara de condão. Não sou milagreiro. As coisas não passarão por uma transformação radical como em um passe de mágica. O que eu pretendo é praticar um modelo de administração compartilhada, com participação não só dos meus Pares no Supremo, mas também de toda a Magistratura. Nesses sete meses, quero estabelecer como prioridade aquilo que é prioridade na Constituição. Pretendo fazer valer leis vitais para a sociedade, como a Lei da Ficha Limpa, a Lei da Improbidade Administrativa e a Lei Maria da Penha, tão essencial porque sai em defesa das mulheres e no combate a este mal terrível do patriarcalismo, do machismo e da brutalidade doméstica.

Em sua declaração, o Ministro Ayres Britto, indagado também sobre qual o papel do Judiciário no processo de depuração da atividade política, respondeu:

> Minha prioridade das prioridades será o combate à corrupção. Na Constituição, está dito que os atos de improbidade importarão em perda da função pública, em indisponibilidade dos bens, em suspensão dos direitos políticos, em ressarcimento ao Erário. É preciso fazer valer a Constituição. Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. (...)

Aliás, essa frase foi repetida pelo Ministro Ayres Britto hoje, pela manhã, na sessão de homenagem aos 40 anos da Ajufe.

Continua ele:

> Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. É a principal fragilidade estrutural do País. É pela corrupção que falta dinheiro para programas sociais de

> primeira grandeza, como a moradia, o transporte, a assistência à infância e à adolescência. Combater a corrupção e o crime do colarinho branco tem de ser prioridade das prioridades.

Encerro a leitura da declaração do Ministro Ayres Britto, com a seguinte pergunta: "Como garantir que as instituições do País funcionem em sua plenitude?". O Ministro responde:

> Eu não sou ingênuo, mas também não sou um pessimista. Hoje, a transparência se tornou um pilar da democracia. A cultura do biombo, da coxia e dos bastidores foi excomungada pela Constituição. O Brasil atravessa um período excelente de santa curiosidade social pelas coisas do poder. É por essa razão também que instituições como a Polícia Federal, por exemplo, têm de agir de modo equânime, sem selecionar seus alvos por conveniência. Da mesma forma, o Ministério Público, se começar a agir voluntaristicamente, vai se ver obrigado a recuar diante da reação da imprensa e da sociedade. A imprensa, a meu ver, é a grande novidade transformadora do Brasil.

Eu gostaria, inclusive, caro Presidente, que os Anais desta Casa transcrevessem neste meu discurso a íntegra da entrevista que o Ministro Ayres Britto concedeu à revista *Veja*, publicada nas páginas amarelas. Eu, como jornalista, agradeço ao Ministro essa declaração de fé no papel e na importância que a imprensa livre e responsável – vou repetir: livre e responsável –, sobretudo responsável, tem em relação à democratização em nosso País e à consolidação da lei democrática.

Esse foi o dado altamente positivo desta Páscoa de 2012, caro Presidente Cristovam Buarque. Isso é confortador, é alentador, é estimulante. Isso nos traz muita esperança.

Após a nota positiva, meu caro Senador Cristovam Buarque, trago notícia da verdadeira mortandade, da carnificina no trânsito brasileiro.

Por falta de educação no trânsito, por falta de educação dos nossos motoristas, vivenciamos hoje uma verdadeira guerra nas ruas e nas estradas brasileiras. Todos os anos, depois de um feriado grande, como o da Páscoa, temos de contabilizar as mortes no trânsito, quase como se estivéssemos contabilizando as vítimas de uma guerra ou de uma batalha.

O feriado da Páscoa, que acabamos de usufruir, foi o mais violento dos últimos anos. No Ceará, 54 pessoas ficaram feridas, e dez morreram em acidentes. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, pelo menos 17 pessoas morreram em acidentes nas estradas no feriadão de Páscoa. No Distrito Federal, foram registrados 50 acidentes ao todo, mas o número de mortes foi maior do que no ano passado: seis pessoas perderam a vida nos quatro dias do feriado, e 58 ficaram feridas.

A conclusão, Srªs e Srs. Senadores, é uma só: o trânsito está cada vez mais violento, porque os motoristas não estão respeitando os limites de velocidade, não estão respeitando as leis, nem a sinalização, e não estão sequer tendo respeito à sua própria vida e à vida de suas famílias.

A mesma impunidade que combatemos nos crimes de corrupção, estamos vivenciando nas estradas brasileiras. O nosso Código de Trânsito, na teoria, parece perfeito, um dos mais modernos do mundo, mas, na prática, não tem apresentado resultados positivos.

Uma crônica do jornalista Alexandre Garcia trata muito bem dos problemas da nossa cultura no trânsito, expressa, na manhã de hoje, no Bom Dia Brasil. O motorista não reconhece que, quando está dirigindo o carro, deve ser responsável pelas pessoas que estão nas ruas ou em situações inferiores a ele. O motorista de caminhão precisa ter atenção com o carro de passeio. O motorista do carro de passeio deve cuidar do ciclista e do pedestre. É o que está escrito no art. 29 do Código de Trânsito: o veículo maior é responsável pelo veículo menor. Quem está dirigindo um veículo motorizado é responsável pelo pedestre e pelo ciclista.

O que vemos hoje é a lei do mais forte sobre o mais fraco, superando todos os códigos de educação e de convivência e, eu diria até, Senador, de civilidade. Todos os dias, novos carros saem às ruas, com novos motoristas, muitos dos quais despreparados, dirigindo irresponsavelmente embriagados e matando impunemente.

O Superior Tribunal de Justiça acaba de anular o bafômetro como prova para criminalizaçao da morte no trânsito. É lamentável o que está acontecendo! Mais do que mudar as leis de trânsito, criar novas regras para multas e reforçar a fiscalização, precisamos investir na educação dos motoristas.

Essa verdadeira guerra no trânsito brasileiro deixa resultados impressionantes: primeiro, a dor eterna causada pela perda de um familiar, de uma pessoa querida, uma dor que jamais irá cessar; e, depois, a perda material, com os custos sociais dessa violência.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, todo ano, o Brasil gasta mais de R$22 bilhões com os acidentes nas estradas. Vou repetir, Senador Cristovam: R$22 bilhões é o custo com acidentes nas nossas estradas. Esse é o valor usado para pagar o atendimento médico às vítimas e os prejuízos com a interrupção do trabalho, decorrente da ausência da vítima na empresa,

muitas vezes, por tempo indeterminado. Srªs e Srs. Senadores, esses mais de R$22 bilhões, mais que o orçamento de um Ministério, poderiam ser investidos na prevenção de doenças, na construção de escolas, na educação dos brasileiros.

Quando desrespeita as leis de trânsito, o motorista está enviando essa pesada conta para toda a população brasileira, que, todo o ano, paga o custo de uma verdadeira guerra nas estradas.

Ou nós nos educamos mais para o trânsito, ou vamos continuar vendo essa reprodução de uma história e de uma crônica triste anunciada do aumento da mortandade no trânsito brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mensalão será o julgamento do século

Em entrevista exclusiva a VEJA, o próximo presidente do STF diz que vai julgar o processo do mensalão neste ano e rebate as críticas ao Judiciário

O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, parece atrair causas de grande repercussão. Foi dele o voto que abriu o debate sobre a necessidade de políticos terem ficha limpa para se candidatar — um marco de progresso no processo político brasileiro. Ele também relatou processos determinantes para a sociedade, que resultaram na proibição do nepotismo no serviço público e na liberação da união civil entre pessoas do mesmo sexo e de pesquisas com células-tronco. Sergipano de Propriá, poeta, vegetariano e praticante de meditação, Ayres Britto assume no próximo dia 19 a presidência do STF. Ficará no cargo até novembro, quando completa 70 anos, e terá no julgamento do mensalão, o maior escândalo de corrupção da história brasileira, a missão mais difícil e, certamente, a mais marcante de sua carreira.

O senhor terá apenas sete meses no comando do Supremo, mas deve presidir o julgamento mais complexo da corte, o mensalão. Como está se preparando para isso?

Eu já venho estudando o processo, como todos os demais ministros. Já tenho até urna minuta de voto. Tenho aqui um quadro separando, como fez o Ministério Público, os denunciados e os respectivos núcleos, o político, o financeiro e o publicitário. Todos os réus estão nesse quadro. Os ministros já estão estudando o processo. Tenho certeza de que cada um deles, sem exceção, está procurando cumprir seu dever com isenção. O meu papel, nesse caso, é duplo. Serei julgador, mas também presidente. Esse deverá mesmo ser o julgamento mais importante da história do Supremo em termos de direito penal.

Alguns ministros defendem a ideia de que o processo do mensalão comece a ser julgado já a partir do mês de maio. Para quando o senhor, como novo presidente da corte, pretende marcar o julgamento?

O que me cabe é marcar a data tão logo o processo seja liberado para pauta. Quem libera é o ministro-revisor, Ricardo Lewandowski. Estamos em ano eleitoral e, como a imprensa já anunciou com base em uma declaração do próprio ministro Lewandowski, há o risco de prescrição. Então, é evidente que eu, como presidente, vou agir com toda a brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas.

Pela análise que o senhor já fez, é concreta a possibilidade de prescrição dos crimes?

Em tese, se todos os réus forem condenados, e o forem pela pena máxima, não há o menor risco de prescrição. A possibilidade de prescrição existe, porém, para os réus que pegarem a pena mínima. Estamos fazendo estudos detalhados sobre essa e outras questões. Todavia, repito, estou

falando em tese.

Que desafios especiais esse julgamento impõe?

É um julgamento incomum pelas circunstâncias em que o Ministério Público diz que os crimes ocorreram, pelo número de protagonistas e pela quantidade de imputações. Tudo isso concorre para tomar o processo incomum. Há uma pressão, compreensível, da imprensa e da sociedade para que os fatos sejam postos em pratos limpos e com todo o rigor. Está certa a sociedade. Mas cada um de nós tem de se afastar das pressões e estudar o processo. A fase da denúncia foi ultrapassada, vencida. Havia elementos para receber a denúncia porque a materialidade dos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro estava bem documentada. Mas isso é página virada. De lá para cá, o que incumbia ao Ministério Público era fornecer as provas daquilo que alegou, debaixo do contraditório, da ampla defesa e com robustez. A nós, ministros, agora caberá julgar.

O ministro Cezar Peluso, atual presidente do STF, disse que as críticas recentes ao Judiciário tinham o objetivo de atacar a credibilidade da instituição. O senhor concorda?

O diagnóstico que eu faço do Judiciário no Brasil é favorável. Em um plano macro, não tenho dúvida de que, do ponto de vista do preparo, nenhum outro po-

der ombreia com o Judiciário. É também o mais devotado dos poderes, no sentido de vestir a camisa, não ter hora para trabalhar. É o poder que mais resiste ao canto da sereia da prepotência, da demagogia e do enriquecimento fácil. O quadro psicossocial não é dos melhores por causa da dita crise em torno do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, mas erram os que pensam que o Poder Judiciário pode passar muito bem sem o CNJ, e erram os que pensam que o CNJ pode passar muito bem sem o Judiciário. O Judiciário é um continente e o CNJ é um dos conteúdos desse continente.

Houve exagero da ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ, quando ela disse que existem "bandidos de toga" e "vagabundos" no Judiciário?

Em essência, a ministra quis dizer que o Judiciário também incide em desonestidade. Ela não está errada. O Judiciário, mesmo sendo aquele poder do qual mais se exige fidelidade à ética, não é vacinado contra disfunções. Mas são fatos isolados. A ministra Eliana quis fazer um alerta para apertar os cordéis do controle. Em essência ela está certa. Eu só não usaria as palavras que ela usou para não facilitar o terrível erro da generalização.

Quando era presidente, em 2003, Lula afirmou que o Judiciário era uma caixa-preta. Ainda é?

O Judiciário nunca, jamais, em tempo algum, pode se nivelar a poderes que têm caixa-preta. Não pode se nivelar a quem age sob o signo da caixa-preta. Que outros setores do poder público façam isso é uma coisa. O Judiciário jamais poderá permitir esse tipo de arranjo. Hoje o foco está sobre o Judiciário, mas a maior de todas as caixas-pretas, contra a qual o Judiciário tanto luta, é o caixa dois. E caixa dois é caixa-preta. Uma terrível caixa-preta. O Judiciário nunca praticou caixa dois.

Até 2001, para processar deputados federais e senadores, o STF precisava ter autorização do Congresso. Essa exigência caiu. Por que o Supremo demora tanto a julgá-los?

A demora existe, é verdade. Primeiro, porque o processo penal é sempre delicado. Mesmo quando o inquérito já começa no Supremo, são muitas as idas e vindas. Além disso, só há pouco tempo o Supremo passou a recrutar juízes auxiliares para fazer interrogatórios, acompanhar diligências e inquirição de testemunhas. O Supremo já está se aparelhando para corrigir isso.

Quais são os desafios de ser juiz no Brasil de hoje?

Ser juiz não tem sido fácil porque, mesmo com a devoção dos magistrados à causa pública, o Judiciário não anda satisfeito. A magistratura de base, sobretudo, se sente desprestigiada pela sociedade e pelos outros poderes porque sua carreira está deixando de ser remuneratoriamente atraente. Hoje, o Poder Executivo e o Poder Legislativo são mais atraentes, oferecem melhores condições financeiras que o

Judiciário. Mesmo nos tribunais superiores tem sido assim. Veja quanto ganha um ministro do Supremo e compare com o que ganha um senador, um deputado federal ou os ministros da presidente Dilma, que fazem parte, e não são poucos, de conselhos de estatais.

Quais serão suas prioridades nos próximos sete meses?

É preciso fazer do breve o intenso, na linha de Vinicius de Moraes naquele poema Soneto de Fidelidade: "Que não seja imortal posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure". O desafio é esse, mas com os pés no chão, porque eu tenho caneta, e não vara de condão. Não sou milagreiro. As coisas não passarão por uma transformação radical como em um passe de mágica. O que eu pretendo é praticar um modelo de administração compartilhada, com participação não só dos meus pares no Supremo, mas também de toda a magistratura. Nesses sete meses, quero estabelecer como prioridade aquilo que é prioridade na Constituição. Pretendo fazer valer leis vitais para a sociedade, como a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Maria da Penha, tão essencial porque sai em defesa das mulheres e no combate a esse mal terrível do patriarcalismo, do machismo e da brutalidade doméstica.

Qual o papel do Judiciário no processo de depuração da política nacional?

Minha prioridade das prioridades será o combate à corrupção. Na Constituição está dito que os atos de improbidade importarão em perda da função pública, indisponibilidade dos bens, suspensão dos direitos políticos, ressarcimento ao Erário. É preciso fazer valer a Constituição. Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. É o principal ponto de fragilidade estrutural do país. É pela corrupção que falta dinheiro para programas sociais de primeira grandeza como a moradia, o transporte, a assistência à infância e à adolescência. Combater a corrupção e o crime do colarinho-branco tem de ser a prioridade das prioridades.

Como garantir que as instituições do país funcionem em sua plenitude?

Eu não sou ingênuo, mas também não sou um pessimista. Hoje, a transparência se tornou um pilar da democracia. A cultura do biombo, da coxia e dos bastidores foi excomungada pela Constituição. O Brasil atravessa um período excelente de santa curiosidade social pelas coisas do poder. É por essa razão também que instituições como a Policia Federal, por exemplo,

têm de agir de modo equânime, sem selecionar seus alvos por conveniência. Da mesma forma, o Ministério Público, se começar a agir voluntaristicamente, vai se ver obrigado a recuar diante da reação da imprensa e da sociedade. A imprensa, a meu ver, é a grande novidade transformadora do Brasil.

Certas práticas consideradas normais em Brasília o assustam?

Eu gosto muito da cidade. Mas, do ponto de vista político, eu já vim vacinado para entender que o núcleo do poder é cheio de dificuldades de convivência. Há muito jogo de influência, e nesse jogo ninguém pode desconhecer que circula muito dinheiro, correm muitos interesses políticos e econômicos. Mas eu internalizei muito a postura das garças, que vivem em ambientes enlameados, nos manguezais e brejos, mas quando vão pousar executam uma coreografia tão cuidadosa que conseguem preservar a alvura de suas penas. Observava isso em Sergipe, onde morava antes de vir para cá. Não vejo Brasília só por esse prisma negativo, mas reconheço que há práticas que põem em conluio o poder político e o poder econômico. Nessas ocasiões, aqui e ali, em que sinto que a relação tende à promiscuidade, eu me louvo no exemplo das garças de Aracaju.

Logo depois de ser escolhido para o Supremo, o senhor se disse "convictamente petista" e que o PT era o partido que mais admirava pelo "compromisso visceral" com a ética administrativa. O senhor ainda partilha dessa opinião?

Essa resposta eu não posso lhe dar porque eu tenho, para julgar, ações em que o PT é parte. Posso falar do meu ponto de vista pessoal... Depois desses anos como ministro do Supremo, nada como o livro da vida para ensinar a virar páginas. Minha militância hoje é exclusivamente constitucional. Separei as coisas, e o fato de ser egresso do PT não prejudica em nada a minha imparcialidade no julgamento dos processos. Não permito que a antiga identidade ideológica se reflita nos meus votos.

Até que ponto a Justiça pode ser suscetível às questões sociais?

O juiz tem de conhecer a realidade das pessoas. Até para se perguntar se, no lugar das pessoas, especialmente em matéria penal, ele se comportaria de outro modo. Isso não significa que ele deva ser refém da sociedade, vassalo da opinião pública. Mas deve, sim, auscultar os anseios populares, coletivos, para ver se é possível formatá-los em decisões técnicas. Quando isso acontece, o juiz concilia a Justiça com a vida. O Judiciário, por ser o mais formal dos poderes, o mais ritualístico, tende a repetir mais do que inovar. E aí ele se desumaniza, porque perde contato com a realidade palpitante da vida.

O senhor avalia bem o governo da presidente Dilma?

Como cidadão, acho que ela tem se saído bem no plano social.

O que muda com um poeta na presidência do Supremo?

Algumas pessoas dizem que sou romântico, quixotesco. Mas eu sou um otimista. Ser poeta não atrapalha. Só ajuda. O poeta se aloja mais vezes no lado direito do cérebro, que é o da sentimentalidade, o que abre os poros da inteligência racional, para humanizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, venho aqui, hoje, nesta segunda-feira, para tratar de um assunto de grande relevância para o nosso País e nosso Estado, uma vez que estamos observando o grande interesse do Governo Federal, da Presidente Dilma Rousseff, em instalar 23 Zonas de Processamento de Exportação até 2014.

Nós, que somos da região Norte, Senador, consideramos esse projeto de extrema importância e relevância na geração de emprego e renda para as pessoas que moram nas nossas capitais.

Eu vou me deter na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Boa Vista, a ser implantada às margens da BR-174, numa área de 166 hectares no sentido Venezuela. Criada por força do decreto assinado pelo então Presidente Lula e aprovada pelo Conselho Nacional de ZPEs, em 2010.

Os esforços do Governo Federal dão sentido a esse no nosso pronunciamento na medida em que evidenciam duas básicas ações que considero muito relevantes. Uma delas é estimular os prefeitos para que acelerem ou retomem as obras de infraestrutura das ZPEs, já definidas, obviamente, com o apoio do Governo Federal. Em Boa Vista, pelo menos, capital do Estado de Roraima, há necessidade de um aporte financeiro, de uma ajuda do Governo Federal, para que a estrutura básica da ZPE possa ser implantada. Outra medida é interceder junto a esta Casa para que sejam discutidas e aprovadas propostas que visam a ampliar o percentual de tudo o que é produzido numa ZPE para ser destinado ao mercado interno.

Por enquanto, as atenções do Governo Federal se voltam para as ZPEs de Senador Guiomard, no Acre; Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; Parnaíba,

no Piauí; São Gonçalo do Amarante no Ceará; Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco e Barcarena, no Estado do Pará.

Nós gostaríamos muito que a ZPE de Boa Vista também estivesse entre as prioridades do Governo Federal, e ainda teremos a oportunidade de levar essa proposta para a Ministra Gleisi Hoffmann, para ver a possibilidade de incluir também a ZPE de Boa Vista nesse rol de prioridades de ZPEs que deverão ser instaladas até 2014.

De todas essas ZPEs, somente a do Acre dispõe de infraestrutura básica pronta, mas sabe-se que o Governo aposta mais na ZPE de Bataguassu; a única entre as 24 ZPEs, espalhadas pelo Brasil, que não pertence ao Poder Público, mas a um grupo de empresários.

Considero válidas as preferências do Governo Federal pelas seis ZPEs citadas aqui, mas quero destacar a ZPE de Boa Vista por um fator que nos é muito caro: a importância que nós, roraimenses, damos ao projeto de desenvolvimento econômico de Roraima, no contexto da região Norte.

Estou empenhada na concretização desse projeto, Senadora Ana Amélia, porque ele é muito importante para a inclusão social, para o desenvolvimento econômico do meu Estado e do nosso Município de Boa Vista.

Eu sou signatária, juntamente com meus colegas de Bancada, os Senadores Jorge Viana (PT–AC) e Anibal Diniz (PT– AC), de um Projeto de Lei do Senado, o PLS nº 526/2011, apresentado ainda ano passado, que propõe a alteração da Lei nº 11.508/2009, que disciplina o funcionamento das ZPEs em nosso País.

De acordo com a Lei nº11.508/2009, as empresas devem destinar 80% de sua produção ao mercado externo. Já a parcela dos 20% da produção, que é comercializada no mercado doméstico, deve pagar integralmente os impostos que são cobrados sobre as importações.

Então, assentadas no princípio de respeito às peculiaridades locais, nossa proposta visa a reduzir de 80% para 60% o limite mínimo destinado às exportações, que é exigido das empresas a serem instaladas nas ZPEs. Então, nesse caso, o percentual mínimo de 40% restantes de produção das empresas a serem intaladas na ZPE, ao longo da BR-174, poderia ser destinado ao mercado interno, promovendo sobremaneira o desenvolvimento regional.

A nossa proposta teve base base no argumento do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro Fernando Pimentel, que, numa audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que a retração ocorrida no mercado internacional tem prejudicado as exportações brasileiras. Essa retração, advertiu-nos o ministro, tornou ainda mais improvável que empresas instaladas nas ZPEs consigam atingir o patamar mínimo de 80% das exportações.

Então, diante de tão preocupante situação, não nos restou outra alternativa senão a de adotarmos o princípio da igualdade e propor a redução das disparidades regionais no processo de instalação das ZPEs.

A adoção da redução de 80% destinada às exportações para a casa dos 60% acaba com a regra única estabelecida para todo o território nacional. Essa regra limita qualquer possibilidade de interesse de empresários investirem numa ZPE situada na faixa de fronteira da região Norte.

Cabe dizer aqui, Srs. Senadores, que, na luta por mudanças nas normas das ZPEs, não estamos sozinhos. A Senadora Lídice da Mata já tinha apresentado o Projeto de Lei nº 764, de 2011, propondo, entre outras mudanças, o aumento do percentual de venda da produçao das ZPEs de 20% para 40% para o mercado interno. Simpático ao projeto da Senadora Lídice da Mata, o Palácio do Planalto fez chegar à Senadora a informação de que tal proposta contava com o apoio da Presidenta Dilma Rousseff.

Eu penso que estamos no caminho certo. Eis, portanto, o momento que deve ser aproveitado para concretizar a vontade política do Governo e dos Parlamentares em favor de um novo marco regulatório para as ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação

Da minha parte, Senadores, considero exequível a alternativa que apresentamos, posto que é capaz de servir de estímulo ao desenvolvimento econômico da nossa região, tão castigada pela política de governos que sempre relegaram o norte do País ao segundo, terceiro e quarto plano.

Em fase de análise na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, o projeto que apresentamos tem gerado uma enorme expectativa em nosso Estado, em nosso Município de Boa Vista. Isso porque somente com a efetivação desta ZPE serão criados inicialmente cerca de 10 mil empregos diretos. Só na iniciativa privada, atuante em nosso Estado. E precisamos muito. As famílias de Roraima precisam de projetos que visem à geração de emprego e renda para as famílias de Roraima, para os jovens de Roraima, para aquelas pessoas que estão ali, naquele rincão do nosso País, lutando por uma vida melhor.

Faz-se necessário dizer que tal mudança na lei das ZPEs considera o momento de crescimento econômico por que passa o nosso País, que, alheio à crise internacional, cria uma nova classe média, que corresponde a mais de 50% do público consumidor.

De olho nesse empreendimento, que terá capacidade para 200 indústrias, investidores nacionais e estrangeiros já estão procurando a Prefeitura Municipal de Boa Vista. E quero aqui falar da importância e da dedicação do nosso Prefeito, Iradilson Sampaio, que tem envidado esforços no sentido de implantar essa Zona de Processamento de Exportação em nossa capital.

Esses empresários querem se informar sobre todo o processo de implantação dessa ZPE, que, por seu caráter de área delimitada, permitirá às empresas produzir bens destinados à exportação, recebendo incentivos tributários, cambiais e administrativos.

Um desses incentivos é a suspensão da exigência de imposto, como o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados; a Cofins, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; e o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Srª Presidenta, enfim, eu gostaria aqui de falar da importância da implantação dessa ZPE na nossa capital de Boa Vista. Ela é de grande interesse público. E quero reforçar aqui que os desejos da população de Roraima corroboram com os objetivos das ZPEs de atrair investimentos estrangeiros, criar empregos e corrigir as desigualdades regionais.

De acordo com números da Junta Comercial do Estado, em 2011, existiam 20.710 empresas, sendo 84% delas situadas na própria capital.

Cabe ainda lembrar que, aliada ao empreendimento da ZPE de Boa Vista, também estão sendo construídas duas importantes obras: a da central de abastecimento e a do abatedouro para animais de pequeno porte, que vão dar suporte a esse importante projeto.

Como podemos perceber, a ZPE de Boa Vista é mais uma alternativa que estamos colocando num projeto maior de alavancar o desenvolvimento do nosso Estado. Então, é nosso empenho dar continuidade às discussões sobre a importância do desenvolvimento de Roraima no contexto regional, e a discussão e a aprovação desse projeto é de fundamental importância nesta Casa para nosso País e para nosso Estado de Roraima.

Era isso, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Angela Portela, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Angela, todas as iniciativa como as ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação, são extremamente válidas, especialmente em regiões deprimidas, como é o caso da região Norte, no seu Estado de Roraima.

Então, cumprimento V. Exª pela abordagem desse tema, defendendo interesse do seu Estado.

O próximo orador inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg, em permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar, inicialmente, que eu imaginava subir a esta tribuna, no mês de abril de 2012, mês que Brasília comemora 52 anos, para tratar de outro tema, para tratar de avanços obtidos no Distrito Federal, pelo Governo do Distrito Federal, com o apoio da sociedade do Distrito Federal, mas, infelizmente, subo a esta tribuna, muito a contragosto, na tarde de hoje, para registrar o sentimento majoritário, o sentimento quase unânime da população de Brasília com o que vem acontecendo com a nossa cidade. Uma imagem de tristeza, de decepção e de indignação com tudo o que vem acontecendo com a nossa cidade.

Espero que todas essas questões sejam reversíveis, porque a degradação da qualidade de vida no Distrito Federal atingiu tal monta que penso se ainda teremos condições de reverter essa situação.

Estamos vivendo no Distrito Federal uma sensação de abandono. Para qualquer área que possamos olhar no Distrito Federal, vamos encontrar uma situação que beira a tragédia.

Na segunda-feira da semana passada, realizei uma audiência pública, um ciclo de debates que estamos fazendo sobre o Distrito Federal e o Entorno, sobre a área de segurança pública. Naquela ocasião, o representante da Secretaria de Segurança Pública trouxe dados oficiais que mostram a violência no Distrito Federal em 2011, em comparação com 2010.

Quero lembrar que 2010 foi o ano mais difícil da história política do Distrito Federal. Tivemos quatro governadores no período de um ano. E, ainda assim, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostram que tivemos um aumento de 13% no número de homicídios, em relação a 2010; de 26% em relação aos estupros; e de 33% no que se refere ao tráfico de drogas. Houve 722 homicídios ao longo do ano de 2011. Mas o que é mais trágico, mais preocupante, assustador, é que tudo indica que, em 2012, vamos superar os números vergonhosos de 2011, porque, apenas no mês de março, nós tivemos, no Distrito Federal, 88 homicídios. É um cenário de guerra, um cenário de guerra civil.

E o que é mais grave, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que nós não estamos vendo, por parte do

Governo do Distrito Federal, nenhuma ação que possa indicar o enfrentamento dessa situação, a superação dessa situação. Em plena crise, em vez de o Governador reunir uma equipe de crise – seus principais secretários, seus principais assessores –, convocar a bancada, convocar quem entender importante para resolver o problema, o Governador, simplesmente, viajou.

Mas a situação não é chocante apenas no âmbito da Segurança Pública. Na semana passada, recebi no meu gabinete diversos servidores do Ministério da Agricultura preocupados com os constantes assaltos a mão armada, roubos de todo tipo, no estacionamento do Ministério, aqui na Esplanada. Informações de todos dão conta de que temos cracolândias hoje espalhadas por todo o Distrito Federal. É uma situação de completo abandono.

Na semana passada, o Senador Aloysio chegou e comentou comigo que na quadra dele uma pessoa tinha sido assassinada; agora, foi na 413 sul. Ou seja, a violência está em toda a parte, está em todos os lugares. E nós não estamos vendo, infelizmente, nenhuma ação no sentido de combater isso.

E não é só, Senador Cristovam: estamos há 30 dias com a greve dos professores. Na semana passada, preocupado, eu buscava me colocar à disposição para encontrar uma solução tanto para a greve dos professores como para o movimento "Operação Tartaruga", da Polícia Militar. Coloquei-me à disposição do Governo do Distrito Federal. Liguei mais de uma vez para o Secretário de Negociação, o Secretário de Administração do GDF e, pasmem, as reuniões que tinham sido marcadas pelo Governo com a categoria foram adiadas para esta semana, como se mais três, quatro, cinco dias não fizessem a menor diferença.

Segundo informações do Sindicato dos Professores, os professores estão em greve porque o Governo assinou um acordo no ano passado, diga-se de passagem, o Secretário de Administração à época, hoje Secretário de Educação, em que, entre outras coisas, se compromete a duas coisas: até setembro de 2011, apresentar uma proposta de plano de carreira para os professores, escalonado para março de 2012, 2013 e 2014; e apresentar um plano de saúde. Nada disso foi apresentado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador, desculpe interrompê-lo, mas quero informar a presença neste plenário de alunos e professores do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Classe 5 do Paranoá, aqui do Distrito Federal. São os seus futuros eleitores, seus amigos. Eu o interrompi porque V. Exª estava abordando exatamente o assunto do ensino aqui no Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É com muito gosto, Srª Presidenta, que recebemos aqui os alunos e os professores da escola do Paranoá.

Quero registrar também a falta de iniciativa para tentar resolver um problema que há trinta dias afeta milhares de crianças no Distrito Federal. Pais que não têm com quem deixar essas crianças. E o que percebemos é a falta de iniciativa.

Registro que a Bancada do Distrito Federal, por várias vezes – e falo como coordenador da Bancada –, se colocou à disposição do Governador do Distrito Federal para intermediar um acordo, abrir o diálogo com essas categorias. E, pasmem, um ano e quatro meses depois de iniciado o Governo, o Governador do Distrito Federal não convocou uma única vez a Bancada do Distrito Federal para colaborar com o que for possível, com o que estiver ao alcance da nossa Bancada.

Mas quero mostrar aqui, Srªs e Srs. Senadores,... Poderia ser só, mas infelizmente não é só. Quero que prestem atenção nestas três fotos publicadas na sexta-feira, na capa do caderno Cidades, do Distrito Federal. E quero aqui também chamar a responsabilidade da União, não apenas do Distrito Federal. Estas invasões estão na Área de Proteção Ambiental do Descoberto e na Floresta Nacional, que é uma unidade de conservação administrada pelo Governo Federal, pelo ICMBio, e, pasmem, estão em uma Área de Proteção Ambiental responsável por 70% do abastecimento da água do Distrito Federal.

Quero registrar aqui o meu apoio à reivindicação dos trabalhadores rurais, para que tenhamos uma proposta de assentamento dos trabalhadores rurais, mas não podemos concordar com que o Governo do Distrito Federal permita a invasão de uma Área de Preservação Ambiental responsável pelo abastecimento de 70% da água que abastece a população do Distrito Federal.

Mas, Senador Cristovam, se V. Exª perguntar a qualquer empresário das diversas administrações regionais do Distrito Federal vai observar que todos têm uma grande dificuldade. Se alguém quiser construir um prédio hoje vai ter uma dificuldade enorme de conseguir o alvará, a licença em uma administração regional. Os empresários não legalizam o seu empreendimento porque não conseguem alvará para funcionar. Sou testemunha, assim como V. Exª, do compromisso do Governador Agnelo de que só indicaria administradores regionais residentes nas cidades.

E quero registrar: sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que garante eleição direta de administradores regionais. Estou cada vez mais convencido de que, independente do que podemos mudar na forma dessas administrações, devemos ter admi-

nistradores eleitos, e não indicados. Pois bem, estou com a relação aqui de 30 administradores das diversas regiões administrativas, e 13 sequer moram nas cidades que administram. Como terão condições de conhecer os problemas das cidades? Isso é um desrespeito aos moradores dessas cidades, cidades antigas, cidades com população expressiva, com quadros capazes de administrá-las. No entanto, das 30 regiões administrativas, 13 são administradas por pessoas que não moram na cidade.

Quero registrar também que, até a primeira semana de dezembro do ano passado, o Governo do Distrito Federal ficou inadimplente. Tentamos, por várias vezes, na condição de coordenador da Bancada, conseguir recursos para o Distrito Federal. Só foram resolver isso no final do ano. E, repito: por várias vezes. Por várias vezes, pessoalmente, entrei em contato com o Governador Agnelo. Na oportunidade, sugeri que ele convocasse a Bancada, colocasse as dificuldades do Distrito Federal e do Governo do Distrito Federal e o que precisava da Bancada, com o intuito de ajudar. Estou aqui no intuito de querer ajudar minha cidade. Agora, estou me sentindo até impotente para ajudar, porque, todas as vezes em que oferecemos ajuda, não fomos atendidos. Eu não consigo entender o que pode ter passado na cabeça do Governador Agnelo para ter se isolado como se isolou, depois de uma campanha que fizemos juntos. Todos juntos. Já na transição, poderia buscar a contribuição do Senador Cristovam na área da educação e a nossa contribuição em outros setores em que tivemos experiência no GDF e no próprio Governo Federal. Mas não. O Agnelo, depois da eleição, resolveu trocar os aliados. E, hoje, aqueles que foram adversários anteriormente passaram a ter muito mais espaço – não sei por que motivo – no governo do que os aliados históricos.

Ouço o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, apenas para me solidarizar com a sua preocupação com o Distrito Federal. Eu também tenho a mesma sensação: a de que estamos com desgoverno no Distrito Federal, da mesma maneira como estivemos em 2010, e que o atual Governo não se diferencia dos anteriores. Nós temos um governo de propagandas. Tudo o que o senhor está dizendo, se alguém ligar a televisão e passar a propaganda do Governo achará que o senhor está falseando a verdade. Quem olha a propaganda parece que nós estamos em um paraíso de segurança, de saúde e de educação. Nós sabemos que não é verdade a propaganda, mas este é um governo de propaganda, e é um governo também de escândalos. Ninguém imaginava, depois de tudo o que nós passamos, Senadora Ana Amélia, em 2010, que em 2011 e 2012, nós iríamos continuar com o mesmo esquema de escândalos envolvendo o Governador. E, terceiro, o que caracteriza este Governo, além de propaganda e escândalo, é a obra de um estádio de futebol. Não há mais nada para mostrar. O senhor, assim como eu, fomos às ruas para pedir votos para o Governador Agnelo. Fico feliz de ouvir sua autocrítica, assim como minha autocrítica. Nós oferecíamos ao povo um novo caminho. Que novo caminho é esse? De escândalo, propaganda e uma obra. Não é um novo caminho, é um caminho velho, de certa maneira menos competente do que a gente via no passado. O que está acontecendo com a educação é uma vergonha completa, é um abandono das coisas. O Governador prometeu um programa de erradicação do analfabetismo. Prometeu, porque eu exigi, que na Copa do Mundo, na frente do aeroporto de Brasília haveria uma placa dizendo a quem aqui chegasse: "Você está entrando num território livre do analfabetismo". Não se vê. Prometeu quatro cidades com horário integral ao longo dos seus quatro anos, e ninguém fala nisso. Prometeu que não haveria escândalos, e é só o que temos. E, hoje, o descontentamento geral dos servidores, como os da educação e os da polícia, e o Governador diz que não tem condições de atender. Mas ele assinou um documento dizendo que ia atender a essas reivindicações que aparecem agora. Não são reivindicações novas. Ou ele mentiu quando disse que ia atender, prometendo para ganhar votos, ou ele está descumprindo agora. Ele precisa escolher: não cumpre compromissos ou é incompetente, porque não sabia o que assinava. Com os PMs a mesma coisa. Temos uma greve de professores e um estado de quase greve da Polícia Militar. Tudo isso faz com que estejamos aqui preocupados. Só queria não aceitar a ideia da pergunta se ainda temos condições de reverter tudo isso. Eu também me faço essa pergunta, mas não quero mantê-la. Acho que a gente não deve deixar essa ideia de que não temos condições de revertê-la. O Distrito Federal tem. Pode ser que o Governo atual não tenha, mas o Governo atual vai passar, como os outros. Nós temos que trabalhar para que o próximo, se é que o povo ainda vai acreditar em algum, não seja como os anteriores e muito menos como o que está aí, que prometeu e não cumpriu, que prometeu um caminho novo e está num caminho velho, esburacado, com o seu Governo emperrado, destruindo Brasília. O Senador Aloysio falou que houve um assassinato na quadra onde ele mora. Este último fim de semana foi na minha, Senador, numa entrequadra ao lado de onde moro, em que um senhor jovem, trinta e poucos anos, foi assassinado por bandidos que passaram ali e, fugindo, deram um tiro nele. Ele nada tinha a ver

com nada, com nada, com nada! Ao lado do seu filhinho, de quatro ou cinco meses, e da sua esposa, ele foi assassinado. Esse é um quadro que não é o que esperávamos que fosse acontecer. Para concluir, estou de acordo: o mais grave é que a gente não vê o Governador se mobilizando. Eu soube que ele passou o fim de semana longo da Semana Santa fora do Brasil. O que a gente vê é que não convida as lideranças da cidade para discutir um plano de salvação da cidade. Nós vamos ter de ter um plano para salvar esta cidade. Talvez o seu discurso seja um dos pontos iniciais para levarmos isso adiante.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Apenas para completar: o Senador Cristovam se refere a um funcionário de carreira do Banco Central do Brasil, assassinado friamente, na sexta-feira, na Asa Norte. Ele tinha 31 anos e completaria 32 no domingo. Ele era pernambucano. Foi enterrado, com a tristeza da família, em Pernambuco, no próprio domingo. Apenas para complementar a informação do Senador Cristovam a respeito dessa trágica morte. O Presidente Alexandre Tombini enviou, de próprio punho, uma mensagem à família da vítima.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O que me move é um profundo sentimento de amor por esta cidade.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Estou ouvindo, com bastante atenção, o pronunciamento de V. Exª. Quando aborda a questão da violência aqui, em Brasília, realmente, isso é algo que assusta a todos e causa certa perplexidade, por se tratar da capital de todos os brasileiros, onde está a concentração do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal. Então, temos duas capitais numa capital: a capital da República e a capital do Distrito Federal. Compreendo que o pronunciamento que V. Exª faz nesta tarde merece uma atenção especial do GDF e, ao mesmo tempo, também cabe uma reflexão aqui entre nós, porque, onde as lideranças não se entendem, o risco de haver um desgoverno é muito grande. Eu estou ouvindo de V. Exª e também do Senador Cristovam Buarque que não há uma conversa, um entendimento entre a equipe do Governo do Distrito Federal, os Senadores e a bancada federal. Isso eu acho bastante preocupante, porque acredito que tem de haver uma ação também da parte da Bancada Federal do Distrito Federal no sentido de chegar a esse entendimento, porque, senão, parece que a responsabilidade está concentrada. Sei que o Governador Agnelo é um Governador do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, e a temos procurado sempre externar solidariedade no sentido de transferência de experiência, seja na área de segurança, seja na área da educação, onde...

(Interrupção do som.)

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – ...conseguimos avanços significativos no Governo do Acre. E fazemos questão, na medida do possível, de partilhar essas experiências. Uma das coisas que mais me assustam quando se trata de um governo que foi instituído com o objetivo de promover mudança é que as lideranças signatárias do mesmo projeto começam a falar outra linguagem. Acho que aí temos um ponto extremamente preocupante, porque, querendo ou não, vocês pediram votos para o Governador Agnelo e o Governador Agnelo pediu votos para vocês. Então, foi uma junção de esforços que resultou na constituição das lideranças do Governo do Distrito Federal. Acredito que é chegado o momento de juntar esforços e buscar o entendimento para fazer a coisa avançar, porque, realmente, não podemos simplesmente assistir a que as coisas estejam acontecendo nesses termos e não haja uma tomada de posição. V. Exª dá o primeiro passo ao fazer este pronunciamento, e imagino que o passo seguinte seja a busca de entendimento para que alguma coisa seja feita também da parte do Governo do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal, V. Exª sabe o respeito que tenho por V. Exª. Quero registrar que sempre estarei aberto ao diálogo em benefício do Distrito Federal. Registrei aqui que, por várias vezes, coloquei-me à disposição. Talvez, agora, da tribuna do Senado, eu seja ouvido.

Quero registrar que o que me move é um profundo sentimento de amor por esta cidade. Tudo que eu tenho na minha vida, que eu construí na minha vida eu devo a Brasília, e jamais me recusarei a ajudar a cidade.

Também quero registrar que amigo é aquele que fala a verdade. Estou aqui como representante da população do Distrito Federal, expressando o sentimento da população do Distrito Federal, que hoje é um misto de indignação, de vergonha, de tristeza com tudo que vem acontecendo com o Distrito Federal.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Apenas para concluir, Srª Presidente.

Quero registrar, de público, que, mais uma vez, na condição de coordenador da Bancada do Distrito

Federal, coloco a Bancada do Distrito Federal completamente à disposição do Governador, para intermediar, junto aos movimentos sociais, alternativas para esta crise.

É importante que o PT nacional compreenda a importância que tem o Distrito Federal, para que possa auxiliá-lo. O Governo está precisando de ajuda. Brasília está precisando da ajuda de todos, de todos os que queiram ajudar nossa cidade a sair desta crise profunda.

Quero registrar, finalmente, Senador Cristovam, que tenho fé. Eu tenho fé em que o Distrito Federal vai conseguir superar todo esse momento de dificuldade. O Distrito Federal já superou tanta coisa e nós, Distrito Federal, Brasília, somos a maior demonstração da capacidade de realização do povo brasileiro, que, num determinado momento da história nacional, pôde reunir gente como Juscelino Kubitschek, como Oscar Niemeyer, como Lúcio Costa, como Israel Pinheiro e como milhares de pioneiros que construíram esta cidade.

Mais do que nunca, precisamos resgatar o sonho dos pioneiros, que construíram Brasília com o sentimento de que estavam construindo um novo Brasil. Esse sentimento precisa ser resgatado.

O meu desabafo na tarde de hoje é com o objetivo de ajudar, mais uma vez, minha cidade a sair deste momento de imensa dificuldade que está vivendo com essa apatia geral que tomou conta do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, como moro aqui há 34 anos e como cidadã brasiliense que me considero, fico apreensiva com as declarações de V. Exª em todos os campos, especialmente na área de segurança e, de certa forma, do descuido que a nossa bela Capital está recebendo no cuidado urbanístico da cidade.

Então, compartilho com V. Exª das preocupações, tanto quanto com as do Senador Cristovam Buarque, que está inscrito para uma comunicação inadiável e a quem eu convido para fazer uso da tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero falar, Senador Ana Amélia, sobre dois assuntos que aconteceram num período de, no máximo, uma semana e que devem ser suficientes para abrir muito os nossos olhos.

Por um lado, a Câmara dos Deputados autorizou a venda de bebidas em estádios de futebol, venda de cerveja durante os jogos da Copa. Essa decisão, que ainda vai passar por aqui, é muito grave, Senador Aloysio, por um lado, porque vai permitir algo que a gente estava conseguindo impedir, que é a venda de bebidas alcoólicas durante um evento chamado jogo de futebol, que, em muitos lugares, inclusive no Brasil, tem sido um espaço de violência. E a violência, a gente sabe, é muito incentivada pelo consumo de álcool por uma quantidade grande de pessoas. Além disso, significa uma submissão muito grande à Fifa, à federação internacional de futebol que faz com que a gente mude a lei que prevalece aqui já há algum tempo para servir a um evento futebolístico.

Creio que o Aloysio – permita-me chamá-lo assim, porque a gente se conhece há tantas décadas – se lembra quando a gente dizia: "Basta de intermediário. Lincoln Gordon para presidente!". Eu acho que a única coisa que mudou agora é que, em vez de Lincoln Gordon, a gente deve dizer "Joseph Blatter para presidente". Basta de intermediário! É isto o que está acontecendo: uma submissão a algo negativo. Se fosse positivo vender bebida, a gente deveria autorizar para sempre. E não só nesse interregno, nesse período espremido da Copa do Mundo.

Outra coisa que me preocupa muito, Senador, é a decisão no STJ de que o estupro de menores, as chamadas prostitutas infantis e menores de idade, não seja considerado estupro. Isso é de uma gravidade muito forte! Primeiro, se foi uma interpretação do juiz ao fazer isso, é grave. Mas se não foi uma interpretação pessoal, é mais grave ainda, porque, se ele não errou, é a lei que diz isso. Eu não vou emitir juízos de valores se ele acertou ou se ele errou. O que eu quero dizer é que, se ele errou, é grave. Mas, se ele acertou, é mais grave ainda!

Isso vem, Senadora Ana Amélia, também nesse período de preparação da Copa do Mundo. Não que tenha a ver uma coisa com a outra, do ponto de vista da decisão do juiz. Nada a ver. Não é como a venda de cervejas, que foi uma decisão imposta. Não. Essa não foi, mas juntam-se, e a mensagem que se passa ao mundo é de que aqui se pode beber em estádio de futebol e que temos meninas prostitutas. Temos. Não precisava nem dizer se era ou não estupro. É um recado de que existe isso e de que os que vierem aqui não serão considerados estupradores. É como se a gente tivesse Copa, copo e corpo. Nós vamos ter a Copa, nós vamos ter o copo, e também aqueles que chegarem aqui vão poder usar os corpos das nossas meninas, se quiserem pagar por isso, porque pagando não é estupro.

Essa é uma situação que nos deve envergonhar profundamente, Senador Diniz. Nós temos de nos preocupar que este é o recado que estamos passando ao mundo. "Venham para cá que vão beber". "Venham para cá que aqui existe essa coisa absurda, duas palavras

que nunca deveriam vir juntas: prostituição e menor". Nós passamos o recado de que existe e que não é estupro. E isso sendo comemorado como o maior evento da face da Terra, que é a chamada Copa do Mundo.

Eu creio que é difícil a gente saber exatamente o que fazer neste momento no que se refere a esse clima que está sendo criado – de uma Copa com copo e com corpo –, mas a gente tem que, pelo menos, manifestar a preocupação da gente. Eu vou tentar aqui no meu voto. Não serei favorável à venda de cerveja no estádio. E, se fôssemos a favor, então era para sempre e não só durante o período de um joguinho de uma Copa ou de um evento internacional.

Segundo, é preciso que a gente trabalhe melhor as leis para que não seja possível que um juiz, agindo de uma maneira certa do ponto de vista legal, cometa um erro do ponto de vista moral, que inclusive, talvez, ele não possa evitar por ele próprio, porque ele tem que fazer de acordo com a lei, e não de acordo com o juízo de valor que ele tem. Não estou aqui criticando o juiz, porque, talvez, de fato, pela interpretação que ele faz da lei – e ele é o intérprete da lei; não sou eu –, a lei permitiria essa maneira de ver. Isso é muito grave e exige de nós uma posição clara na hora em que vier aqui a Lei da Copa, tentar trabalhar as leis que protegem as nossas crianças para que coisas como essa não possam acontecer.

Essa é a minha fala, Senadora, mas o Senador Aloysio me pediu um aparte.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque, a lei brasileira, o Código Penal Brasileiro considera que relação sexual de maior com menor de 14 anos implica em estupro, em violência. Presume-se o uso de violência quando há relação sexual nessa circunstância. A lei não mudou. Essa é a lei em vigor atualmente. Não sei se era na época em que ocorreu o fato que causou esse que está na origem desse julgamento que deixou a todos perplexos. Agora, de qualquer maneira, não se cogita mudar o Código Penal Brasileiro por causa da Copa. O Código Penal está aí. Presume-se o emprego de violência na relação sexual com menor de 14 anos. Agora, em compensação, para efeito da bebida, sim, vai-se mudar uma lei brasileira. Vão-se mudar leis estaduais por causa da Copa do Mundo, por causa da Fifa. V. Exª há de lembrar-se de que recentemente houve um episódio na Comissão de Relações Exteriores, que foi objeto de decisão unânime entre nós, da Comissão. A Comissão estava examinando alguns acordos internacionais que haviam sido negociados, firmados pelo Poder Executivo e que ainda não haviam sido homologados pelo Congresso. Eles estavam aqui, sob o exame do Senado. Eram acordos com a Espanha, com a Guiana, com a Arábia Saudita – e há mais alguns com a República Dominicana. São acordos que tratam de intercâmbio entre os nossos países sobre informações sigilosas. Acontece que, entre a negociação do acordo, a sua assinatura pelo Presidente da República e o exame por nossa Comissão, mudou a lei brasileira, a que disciplina a classificação dos documentos sigilosos. O que fez a nossa Comissão? Recomendou ao Itamaraty, à Presidência da República que, diante da mudança da lei brasileira, era necessário renegociar os acordos firmados anteriormente à sua vigência. Isso foi feito, inclusive, com o assentimento, com a concordância de ponto de vista do próprio Ministério das Relações Exteriores. Então, nós vamos mudar os acordos já firmados com a Espanha, com a Arábia Saudita, com a Guiana – e também futuramente com a República Dominicana –, porque mudou a lei brasileira. No entanto, em relação à Copa do Mundo, à Fifa, muda-se a lei, mas não se muda o acordo com a Fifa. Veja V. Exª em que mundo nós vivemos: a Espanha, aos olhos do Governo brasileiro, tem menos importância do que a Fifa. Faço essa observação, apenas para corroborar o ponto de vista, a convicção de V. Exª de que nós não devemos mudar a lei brasileira, as leis estaduais e as leis municipais a respeito de consumo de bebida alcoólica. Nós, em São Paulo, temos uma lei estadual que proíbe esse consumo. E eu também, aqui, no Senado, à semelhança de V. Exª, apresentarei emendas para que a lei nacional garanta o respeito à competência dos Estados nessa matéria, como, aliás, é da Constituição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer o aparte e complementar, dizendo o seguinte: a Fifa sabia que aqui era proibido o consumo e aceitou trazer a Copa para o Brasil. Ou a Fifa tem de aceitar isso, ou alguém prometeu à Fifa o que não era possível de acordo com a lei – o que é mais provável. Isso foi uma oferta à Fifa, rompendo-se a lei, sem se consultar o Congresso. E agora manda o fato pronto. E ainda vão dizer que estão gastando R$50 bilhões e que, por isso, não podemos impor a vontade do povo brasileiro acima da vontade da Fifa.

Essa é uma situação constrangedora. Não podemos continuar de cabeça baixa assistindo a tudo isso. Sem falar que ninguém sabe os resultados que virão da Copa, sem falar que ninguém sabe o quanto vai ser gasto, que ninguém sabe direito como será gasto.

Mas quero, aqui, deixar registrado é a coincidência de que, na mesma semana em que fazemos essa tolerância com dois bandidos que cometeram estupros contra duas meninas, nós permitimos a venda de cerveja no mesmo momento em que o Brasil está na

mídia internacional por causa da Copa. Essa é uma coincidência trágica na imagem do País no mundo.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque, porque temos um desafio enorme na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o projeto de lei da Copa, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição e Justiça, onde faremos as alterações necessárias para ajustá-lo à nossa realidade. Obrigada, Senador Cristovam.

Houve permuta entre o Senador Paim, que é o próximo inscrito, e o Senador José Pimentel. Em seguida, está inscrito o Senador Alvaro Dias, também por permuta.

Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta semana, o Senado Federal, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, deverá enfrentar um debate que já vem sendo feito nesta Casa há certo tempo, que diz respeito a três temas.

Um deles é a chamada guerra dos portos, ou seja, a unificação da tarifa para as importações. Hoje, se praticam impostos diferenciados, e alguns Estados, particularmente Espírito Santo e Santa Catarina, resolveram, ao longo dos últimos anos, fazer uma política para atrair mais importadores a seus portos, e isso trouxe um grave problema para a indústria de transformação brasileira.

Um segundo tema diz respeito ao endividamento dos Estados-membros. A partir da grande negociação das dívidas estaduais feita no final dos anos 90, particularmente a partir de 1996, os indexadores e atualizadores daqueles fatores das dívidas têm sido muito desvantajosos para os Estados-membros.

Um terceiro tema diz respeito ao comércio eletrônico. Esse debate já está presente no Senado Federal e no Congresso Nacional há certo tempo, e ultimamente nós tivemos avanços significativos.

No caso concreto da chamada guerra dos portos, nós tivemos um conjunto de audiências públicas envolvendo os governadores, aqueles que eram favoráveis, representantes de Estados que eventualmente praticam essa forma de incentivo à importação, tivemos a presença de amplos setores do empresariado brasileiro e também dos setores representativos dos trabalhadores. Ao término desse debate, tivemos um conjunto de diálogos com o Ministério da Fazenda envolvendo a Casa Civil, o Governo Federal, e chegamos a um desenho que pode não obter a unanimidade, mas acredito que obterá a ampla maioria da votação dos Senadores e das Senadoras aqui no Congresso Nacional, particularmente no Senado Federal.

Esse desenho parte do princípio de que o ICMS referente à importação, que hoje é de 12%, será fixado em 4% para todos os Estados-membros da Federação. Com isso, os Estados que praticavam o chamado incentivo à importação, conhecido como guerra fiscal, que davam um incentivo de aproximadamente 8% para os empresários importadores daqueles Estados para incentivá-los a importar por seus portos, deixarão de ter esse crédito, ou seja, esse bônus. Ao mesmo tempo, nós passaremos, com esse mecanismo, a assegurar basicamente a mesma receita que os Municípios daqueles Estados recebem hoje, que é, em média, 2,5% do ICMS de importação. Mantém-se esse mesmo percentual. Os Estados-membros – é o caso concreto do Espírito Santo – que ficam com 1,5%, mantêm também seu 1,5%, totalizando os 4%, e a diferença de 8 pontos percentuais, que hoje é transferida para alguns empreendedores importadores, deixa de existir. Com esse mecanismo, nós queremos incentivar a indústria nacional.

Nos últimos dez anos, os dados fornecidos pelas entidades representativas da indústria de transformação deixam claro para todos nós que perdemos em torno de 900 mil empregos formais, resultado dessa política de incentivo à importação que traz graves problemas para a nossa indústria e, ao mesmo tempo, premia aqueles que produzem lá fora, gera empregos nos outros países e absorve grande parte do nosso mercado nacional.

E toda a Nação, todo o povo brasileiro, as entidades da sociedade civil, os governos municipais, estaduais e federais e o nosso Congresso Nacional têm feito um conjunto de ações no sentido de fortalecer o mercado nacional, de proteger a nossa economia e, principalmente, fortalecer a nossa indústria.

Essa é uma ação que vem somar a esse conjunto de medidas que o Governo brasileiro, particularmente a Presidenta Dilma, e o Governo Federal vêm tomando para fortalecer esse segmento.

Ao mesmo tempo em que estamos tomando essa medida para diminuir a chamada guerra dos portos, também o Governo Federal está pactuando um conjunto de ações com os Governos do Espírito Santo e de Santa Catarina, por meio de sistema de investimentos, de antecipação de créditos tributários, em especial dos *royalties* do petróleo, como forma de evitar um prejuízo temporal ou momentâneo para esses dois Estados em particular.

E a esse processo também soma um conjunto de ações que beneficiará os 26 Estados da Federação e

o Distrito Federal, que fizeram uma renegociação das suas dívidas públicas nos anos de 1996, 1997 e 1998.

Esse montante da dívida pública, negociada no final dos anos 1990, somou R$93.240 bilhões. Na época, essas dívidas foram renegociadas, tendo como fator de atualização o Índice Geral de Preço, acrescidas de juros que vão de 6% a 9%.

É bom lembrar que, nesta época, a Dívida Pública da União também tinha o mesmo indexador. Com a evolução da nossa economia, uma melhoria das condições do Estado nacional, com o resgate de um conjunto de dívidas públicas, particularmente externas, junto ao Fundo Monetário Internacional, junto aos credores externos, e também com o resgate de boa parcela dessa dívida, com o alongamento do seu perfil, nós conseguimos trazer esse fator de atualização da dívida pública federal para a chamada taxa Selic, que, lá, no final dos anos 1990, estava na casa de 40% ao ano. E, hoje, neste 2012, está em 9,75%, com viés de baixa.

Exatamente por isso, desde 2008, vários governadores têm pautado esse tema da necessidade de alterar os indexadores da dívida pública dos seus Estados como forma de reduzir o comprometimento das suas receitas estaduais. O que eles sempre nos propuseram foi exatamente a necessidade de nós mudarmos esse indexador também para a taxa Selic.

Aqui, no Senado Federal, foi apresentado o Projeto de Lei nº 334, de 2011, de autoria do nosso Senador Eduardo Braga, hoje Líder do Governo no Senado Federal, que tem trazido este debate sempre presente em nossa agenda.

Aqui ele propõe que esses indexadores sejam alterados e, nas tratativas que estamos fazendo com o pacto federativo para resolver a questão da guerra dos portos, este tema também veio à discussão e tem uma sinalização muito forte por parte do Governo Federal de também avançar nesse sentido, para que nós possamos trazer um indexador mais justo para a dívida dos Estados-membros, tendo em vista que o Governo Federal já conseguiu reduzir significativamente a taxa Selic.

É bom registrar que o terceiro tema objeto de debate entre os Estados-membros diz respeito, Srª Presidente, à questão do comércio eletrônico. Este é um tema que, na Constituinte de 1988, não era ainda tão forte na nossa economia e exatamente por isso, ao regulamentar o art. 155 da Constituição Federal, não tratamos desta matéria.

Em seguida, na década de 90, com os novos meios de comunicação, com os novos critérios do comércio eletrônico nacional e internacional, ele tem tido uma presença muito forte na nossa economia, trazendo certo desequilíbrio entre os Estados onde essas empresas que praticam o comércio eletrônico estão sediadas com os Estados onde o consumidor tem sua residência.

Exatamente por isso, esse debate tem sido objeto de alguns acordos no Confaz, Conselho Fazendário Estadual, mas não temos previsão constitucional, o que tem resultado numa demanda crescente de ações judiciais. Tivemos, nos últimos anos, a apresentação de três propostas de emendas constitucionais tramitando na Casa: a de nº 56, a de nº 103 e a de nº 113, todas de 2011, que regulamentam este tema e trazem para o corpo da Constituição esta matéria, que até então é objeto de divergência por parte de alguns tribunais e traz muita preocupação aos nossos Governadores.

Concedo a palavra ao nosso ex-Governador e Senador Wellington Dias, conhecedor profundo desta matéria.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Pimentel, primeiro, louvo a pauta que é colocada neste instante. Vi a posição – creio que em nome da Presidenta Dilma e, agora também, de V. Exª, como Líder do Governo no Congresso – da Ministra Ideli, colocando a importância de, dentro dos temas da pauta federativa, trabalharmos o chamado ICMS no destino, a Resolução nº 72, que trata da importação. Creio que aí nós temos condições de não só resolver um problema que aflige a relação dos Estados que criam conflitos, mas também de permitir o crescimento econômico. Acho que há, dentro desse eixo do Brasil Maior, a importância de se trabalhar um olhar para a estimulação e a implantação de empresas que tenham maior segurança. Hoje há uma insegurança. A guerra entre os Estados cria uma guerra jurídica além de uma insegurança muito grande. O outro é esse do comércio eletrônico. Realmente, é uma matéria que precisa, há muito, de uma regulamentação; ela vem causando grandes prejuízos aos Estados, ela desmantela as empresas estabilizadas, permanentes. Ou seja, há uma base de ficção instalada em um determinado ponto do País que dali vende e, do outro lado, há em outros países. Muitas vezes, por falta dessa regra, há empresas nacionais ou empresas, mesmo com capital estrangeiro, mas implantadas aqui no País, que estão tendo sérios prejuízos. No meu Estado, o Estado do Piauí, creio que também no Estado de V. Exª, o Ceará, nós temos já contabilizado um prejuízo enorme calculado, e que cresce ano a ano. Um dia desses, esse comércio era uma coisa muito pequena no País, que cresce, praticamente dobra a cada ano e causa grandes prejuízos. Mas queria aqui também fazer um apelo, para que a gente incluísse nessa pauta, até porque já há um debate bem amadurecido em relação à

votação da regulamentação dos *royalties* e participação especial, que está na Câmara. Acho que é uma necessidade a regra do Fundo de Participação, até por conta da decisão do Supremo. Eu creio que nós precisamos pautar. E não há nenhuma Casa que tem mais responsabilidade sobre este tema que o Senado Federal. Nós também temos aí um amadurecimento muito grande para trabalhar este tema. E queria aproveitar para dizer que, dentro dessa política do Brasil Maior – e aí eu falo aqui olhando para V. Exª como nordestino também –, nós precisamos ter uma vertente de estímulo a investimentos em áreas pouco desenvolvidas. Eu não estou falando apenas de Norte e Nordeste. É qualquer região do País; seja do Rio Grande do Sul, seja do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; seja de um Estado do Nordeste, do Norte. Ali onde houver um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, onde houver uma economia muito fragilizada, uma renda *per capita* muito baixa, é preciso haver um diferencial, um diferencial na relação da tributação, um diferencial também em relação aos financiamentos. Eu acho que é esse somatório de coisas que V. Exª traz, mas com uma vertente centrada para o desenvolvimento. Senão o desenvolvimento vai acontecer, mas acontecer nas regiões já bastante desenvolvidas. E acho que esse não é o caminho que nós traçamos para um País como o Brasil. Então eu queria parabenizar V. Exª, que está sempre atento aos grandes temas, e dizer que estamos aqui para contribuir nessa direção. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Wellington Dias, a Medida Provisória nº 563, que trata do Plano Brasil Maior 2, editada na semana passada, tem uma série de artigos voltados para essa preocupação. Trata do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento do Norte, o FDA e o FDNE, que são os sucessores do Finor e do Finam, dos anos 70, 80 e 90, e ali traz todo um critério diferenciado; também autoriza os outros bancos públicos federais a atuarem com esses fundos como forma de dinamizar e dar mais capilaridade, tanto à região Norte quanto à região Nordeste E V. Exª tem toda a razão quando chama a atenção para a necessidade de nós termos taxas de juros diferenciadas, garantias diferenciadas para aquelas regiões menos dinâmicas na nossa economia.

É bom lembrar que essas regiões menos dinâmicas hoje estão presentes em várias outras regiões do Brasil. Eu estive há pouco tempo acompanhando uma discussão sobre o Rio Grande do Sul, e a nossa Senadora Ana Amélia nos chamava a atenção para o fato de que ali nós temos regiões tão necessitadas como temos nas regiões Norte e Nordeste. Acompanhava uma discussão também sobre o Estado de São Paulo, Vale do Ribeira, e ali todos chamavam a atenção para a necessidade de termos políticas voltadas para essas macrorregiões diferenciadas, para que elas pudessem se integrar e se desenvolver mais.

Acredito que nós temos um espaço nesta Medida Provisória 563, que trata do Plano Brasil Maior 2, para fazermos esses ajustes.

A nossa Senadora Ana Amélia, por exemplo, propôs que, na Comissão de Assuntos Econômicos, fizéssemos um ciclo de debates para poder enfrentar essa diferença e, a partir dali, propor um conjunto de medidas que envolvesse a economia local, a economia regional, o tratamento diferenciado, para que o Brasil pegasse essas regiões menos dinâmicas e desse a elas o tratamento necessário.

Portanto, nossa Presidenta Ana Amélia, somando com a preocupação do nosso Senador Wellington Dias, acredito que está chegando também a hora de enfrentarmos esse debate.

Mas, neste mês de abril, queríamos centrar nossos esforços em três grandes temas.

O primeiro tema refere-se à questão da chamada guerra dos portos, que está madura. Acredito que já chegamos a um processo, no qual não vamos ter a unanimidade, mas que dá para atender grande parte das preocupações daqueles Estados.

O segundo tema refere-se ao comércio eletrônico. O que estamos fazendo? Introduzindo, no art. 155 da Constituição Federal, a previsão tributária e, em seguida, por meio de uma resolução, querendo regulamentar essa matéria. Já há uma discussão muito adiantada entre os Estados por meio do Confaz, em que a empresa do comércio eletrônico, que tem a sua sede, ficaria com 60% do ICMS, e o consumidor, que tem a sua residência, ficaria com 40% do ICMS cobrado. Já há alguns Estados que fizeram esse acordo entre eles, e agora queremos dar cobertura constitucional para superar esse impasse.

E o terceiro tema é exatamente a questão do endividamento público dos nossos Estados-membros, em que fizeram esse conjunto de negociações no final dos anos 90. À época, foi um excelente entendimento do pacto federativo para enfrentar esse desequilíbrio e endividamento que tínhamos, mas hoje aqueles indexadores já são injustos. Exatamente por isso, há esse Projeto de Lei nº 334, de 2011, que altera a Lei nº 9.496, que trata dessa matéria. Não precisa mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, que era a grande preocupação do Executivo. E encontramos uma saída jurídica que nos permite atender às demandas dos Estados, alterando o seu indexador da dívida, sem mexer no seu comprometimento e no seu parcelamento.

Portanto, Srª Presidenta, acredito que, nesta semana, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal deverá adiantar bastante esse tema, e esperamos que, durante todo o mês de abril, possamos concluir esse debate.

Quero, Srª Presidenta, dar como lido o restante do nosso pronunciamento, para que possamos respeitar o prazo aqui previsto.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa deve se pronunciar nesta quarta-feira sobre o Projeto de Resolução do Senado n° 72.

Ao longo dos últimos dias nós, parlamentares, governos estaduais e Governo Federal, estamos construindo um entendimento que possibilite a votação dessa Resolução sem prejuízos para qualquer Estado brasileiro.

O projeto contribui para o fortalecimento da indústria nacional e se alinha às medidas que estimulam o desenvolvimento e seus efeitos na geração de emprego e renda no país.

A proposta, de autoria do senador Romero Jucá, unifica em 4% a alíquota de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, nas operações interestaduais realizadas com produtos importados.

Ao longo das últimas semanas, o Senado Federal realizou audiências públicas sobre a Resolução 72, com a participação do Ministério da Fazenda, de empresários, de entidades de trabalhadores e de governos estaduais.

É importante destacar a necessidade de aumentar a competitividade dos estados brasileiros, incentivando o desenvolvimento regional. No entanto, será impossível alcançar um bom resultado, diante do favorecimento dos produtos importados, em relação aos produtos nacionais.

Sr. Presidente, a aprovação da Resolução 72 é uma grande necessidade em função do momento econômico mundial.

Entendemos que os incentivos fiscais estaduais são válidos, mas devem ser neutros para o país, isto é, não podem provocar mais desigualdade entre unidades da Federação.

Os incentivos à importação agravam de forma pontual a competitividade dos produtos nacionais em pleno território brasileiro, o que no atual contexto econômico, é muito prejudicial à nossa indústria.

A expansão da chamada "guerra dos portos" traz prejuízos e incertezas jurídicas para os governos estaduais e para as indústrias brasileiras. Essa questão precisa ser equacionada rapidamente para fortalecer a competitividade industrial brasileira.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu sei que qualquer mudança no ICMS diz respeito ao pacto federativo e deve ser bem discutida. Por isso, no esteio desse debate da Resolução 72, considero oportuno avançarmos em outras duas questões que também se relacionam diretamente com o Pacto Federativo. Refiro-me à mudança do indexador das dívidas dos estados e da nova legislação que regulamenta a tributação do comércio eletrônico.

Em relação à dívida dos estados com a União, é importante lembrar que quando as atuais regras foram pactuadas, vivíamos outra realidade em nosso País. Os altos índices inflacionários e a elevada taxa selic tornavam o ambiente instável. Hoje, a permanência dessa sistemática compromete as finanças públicas estaduais, exigindo atenção maior de nossa parte. Queremos ajudar as unidades da federação a se planejarem melhor, diante da atual estabilidade econômica e do avanço social alcançado pelo país. Avanços que exigem cada vez mais políticas públicas essenciais para o desenvolvimento equilibrado e justo de todo o país, suas regiões, estados e municípios.

Acredito, Sr. Presidente, que uma mudança do índice atual (IGP-DI + Juros) para um índice igual a taxa Selic, principalmente com a sua tendência de queda, será benéfica para todos. Por isso, convido os meus pares ao debate na Comissão de Assuntos Econômicos, onde se encontra o Projeto de Lei do Senado n° 334, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Destaco ainda, senhoras e senhores senadores, a importância de discutirmos a cobrança do ICMS sobre o comércio eletrônico.

Entendo que essa é outra legislação importante para o fortalecimento do Pacto Federativo e que exige a nossa atenção para que seja discutida e aprovada nesta Casa.

A atividade de comércio eletrônico vem crescendo em nosso País e o sistema atual de tributação, com a cobrança acontecendo exclusivamente na origem da operação, acaba prejudicando os demais estados brasileiros.

Por isso, espero que a nossa CCJ possa analisar conjuntamente as três propostas que tratam do comércio eletrônico: a PEC 56/2011, de autoria do senador Luiz Henrique, a PEC 103/2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, e a PEC 113/ 2011, de autoria do senador Lobão Filho.

Acredito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que estaremos, com esses debates e decisões, contribuindo para o fortalecimento do nosso Pacto Federativo e colaborando para a redução dos desequilíbrios regionais e interestaduais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador José Pimentel, sua solicitação será atendida na forma regimental. E eu, como V. Exª, também acredito que um bom entendimento é melhor do que uma confrontação numa matéria tão relevante para os Estados exportadores e para aqueles que adotaram essa regulamentação especial do incentivo no caso da importação. Então, o entendimento é o melhor caminho.

Cumprimentos pela sua posição na tribuna.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Encontra-se sobre a mesa ofício do Procurador-Geral da República de nº 367, datado de 3 de abril, encaminhando ao Presidente do Senado, Senador José Sarney.

Vou ler, na íntegra, o Ofício do Procurador-Geral da República Roberto Gurgel dos Santos:

Sr. Presidente, em atenção à solicitação contida no Ofício nº 389, de 2012, de 26 de março último, informo a V. Exª que requeri ao Supremo Tribunal Federal, no autos do Inquérito nº 3.430, o compartilhamento com o Senado Federal dos dados sigilosos apurados com relação às autoridades com prerrogativa de foro na investigação identificada pelo nome Operação Montecarlo, sendo indeferido o pedido pelo eminente Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício PGR/GAB/nº 367

Brasília, 3 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação contida no Ofício nº SR 389/2012, de 26 de março último, informo a Vossa Excelência que requeri ao Supremo Tribunal Federal, nos autos do Inquérito nº 3.430, o compartilhamento com o Senado Federal dos dados sigilosos apurados com relação às autoridades com prerrogativa de foro na investigação identificada pelo nome "Operação Monte Carlo", sendo indeferido o pedido pelo iminente Relator, Ministro Ricardo Lewandowski.

Atenciosamente, – **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, Procurador-Geral da República.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício lido vai à publicação.

O ofício a que se refere o Procurador-Geral da República foi o ofício encaminhado a pedido dos Senadores Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL, e Pedro Taques, do PDT do Mato Grosso, em que solicitam, através do Presidente do Senado, que encaminhasse à Procuradoria Geral da República informações e documentos que dão conta do envolvimento de Parlamentares nas ações investigadas pela Operação Montecarlo da Polícia Federal e, de posse desses documentos, tomar providência no curto prazo que o caso requer.

Então, estou explicando os termos do ofício do Presidente José Sarney encaminhado ao Procurador-Geral da República, bem como a resposta encaminhada pelo Procurador ao Presidente, que esta Mesa dá conhecimento aos Srs. e Srªs Senadoras.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria acrescentar também que o Presidente José Sarney já encaminhou cópia do referido ofício do Procurador-Geral da República aos dois Senadores requerentes, tanto ao Senador Pedro Taques quanto ao Senador Randolfe Rodrigues.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este ofício foi endereçado ao Presidente Sarney no dia 20 de março. Requeremos ao Presidente Sarney que solicitasse ao Procurador-Geral da República informações sobre esse famoso caso Cachoeira.

Agora, S. Exª, o Procurador-Geral da República, dá conta de que esses documentos não podem vir ao Senado, uma vez que estariam acobertados pelo sigilo bancário, quem sabe até sigilo fiscal.

A Corregedoria do Senado não tem atribuição constitucional para afastar o sigilo bancário fiscal; o Conselho de Ética do Senado não tem atribuição constitucional também para afastar o sigilo bancário fiscal.

A meu juízo, sobra o art. 58, § 3º, da Constituição, que trata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque esta Casa, Srª Presidente, não pode quedar-se silente diante desses fatos, que são gravíssimos. Se os documentos que fundamentam essa chamada investigação são apenas aqueles acobertados pelo sigilo bancário, cabe a uma Comissão Parlamentar de Inquérito simples, ou seja, só desta Casa, ou mista, conjuntamente com os Deputados Federais, para que nós possamos analisar essa situação, que reputo mais uma vez, aqui, grave.

O Senado da República não terá moral; nenhum Senador nesta Casa terá moral para solicitar que um cidadão venha aqui prestar depoimento se nós não

investigarmos essa situação. Cada Senador aqui é responsável. Os 81 Senadores são responsáveis pelo bom nome do Senado da República, porque o todo é bem maior que a parte; o todo é mais importante do que cada Senador da República que aqui se encontra. A Comissão Parlamentar de Inquérito – penso –, uma CPI, seja o melhor caminho neste caso. Porque o que está em jogo não é o nome do Senador "a", "b" ou "c", que é uma parte, porque nós, individualmente, somos insignificantes diante da história do Senado da República.

Assim, esse documento revela a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse fato em toda a sua inteireza. Porque, ao que consta, aqui não estamos diante de uma investigação apenas em relação a um partido, o caso aqui é quase pluripartidário; representantes de vários partidos, do PSDB, lá na Câmara dos Deputados, do PT, na Câmara dos Deputados e, quem sabe, do PP também, lá na Câmara dos Deputados, é uma investigação pluripartidária.

Nós precisamos dar não uma resposta ao cidadão apenas, mas uma resposta a cada um de nós que aparteamos o Senador Demóstenes, no dia 6 de março, no momento em que ele ali esteve.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, para lamentar essa decisão. Imagino que o Senado Federal deveria ter essa prerrogativa, já que a sua imagem está sendo, de certa forma, mais uma vez, achincalhada diante da opinião pública brasileira, e que há vazamentos seletivos, que pressupõem orientação política determinada para proteger determinadas figuras da República. É possível execrar alguns, mas é necessários proteger outros. Estamos autorizados a concluir dessa forma.

Por essa razão, Srª Presidente, o nosso apoio imediato e pronto à sugestão do Senador Pedro Taques. Não temos por que temer a instalação de uma CPI. O Governo é que teme sempre, que não possibilita nunca, que nega como rotina. Os escândalos são inúmeros, bilhões são desviados dos cofres públicos, e não se instala CPI nesta Casa.

Tenho convicção plena, Srª Presidente, que a ambição de Cachoeira não se limita ao Estado de Goiás. Se ele colocou um pé nos Estados Unidos, imaginem em Brasília.

Por que vazamentos seletivos? Qual a razão de se fechar em sete copas, manter uma caixa-preta que não se abre? Estariam protegendo quem? Quais são as pessoas que não podem ser expostas nesse escândalo de Carlinhos Cachoeira?

Então, que se instale nesta Casa a CPI proposta pelo Senador Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, não fala aqui a Presidente desta sessão, que estaria representando a instituição, que é coletiva, e não compete neste caso a manifestação. Faço a manifestação como Senadora do PP do Rio Grande do Sul, individualmente, apoiando e assinando a solicitação de V. Exª de uma CPI, que será o único caminho para obter as informações junto ao Supremo Tribunal Federal, já que nem a Corregedoria nem o Conselho de Ética têm prerrogativa ou competência, conforme disse o Procurador, para receber tais informações.

Então, por favor, conte com a assinatura da Senadora Ana Amélia, não da Presidente desta sessão neste momento.

Como orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, pretendo abordar o tema já explorado por V. Exª, Presidente: o julgamento do mensalão e a entrevista alentadora do Ministro Carlos Ayres Britto a respeito desse julgamento.

Antes, porém, quero fazer dois registros.

Não pretendo voltar às denúncias de negociatas que voaram nas asas da Gol; não pretendo voltar ao noticiário policial que envolveu essa companhia aérea não há muito tempo; mas acho que tenho o dever, como representante do meu Estado e do povo do Brasil, modestamente, de chamar a atenção da Anac para o que vem ocorrendo.

A Gol é uma empresa desonesta com seus clientes, com seus usuários, mente descaradamente para enganá-los, trata-os mal, sem profissionalismo.

Ontem, fiquei, por algum tempo, ouvindo reclamações no Aeroporto Afonso Pena, lá em Curitiba, no Município de São José dos Pinhais. Reclamações as mais diversas, de descaso, de maus-tratos, de mentira, de desapreço pelas pessoas. O que faz a Anac? O Governo privatiza aeroportos, e privatiza na escuridão, sem transparência, com uma agilidade incomum para um governo lento e paralisado; privatiza os grandes aeroportos, privatiza em termos, porque o dinheiro público pagará a transferência desses aeroportos a empresas privadas.

Mas e as companhias aéreas? Estou-me referindo, especificamente, à Gol. Estou denominando essa empresa de desonesta, de desrespeitosa, de debochada. O descaso é permanente. Passageiros ficam durante uma hora e meia dentro de uma aeronave em determinado aeroporto com céu de brigadeiro, o destino também é uma cidade com céu de brigadeiro. Qual é a justificativa para o atraso de uma hora e meia? É de que estão ocorrendo problemas meteorológicos.

Ora, Srª Presidente, o povo brasileiro merece mais respeito. Não estou dizendo isso em função da Copa do Mundo, porque virão turistas de todo o mundo – e, certamente, viverão esse tipo de constrangimento –; estou dizendo e fazendo um apelo à Anac em respeito ao povo do Brasil que não merece esse tratamento.

O outro registro, Srª Presidenta, é de que estou encaminhando à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dois requerimentos: convidando o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para em audiência prestar esclarecimentos sobre denúncias de dinheiro público no seu Ministério.

Tenho boa impressão do Ministro Alexandre Padilha. Considero-o um ministro eficiente até este momento. No entanto, é preciso que ele venha ao Senado Federal trazer explicações sobre denúncias que envolvem o seu Ministério.

Estamos também convidando Edson Pereira de Oliveira, assessor do Ministério, que, segundo consta, a denúncia diz isso, participou de um grupo especializado em fraudar contratos com hospitais federais do Rio de Janeiro. Estamos convidando também Jonas Paulo de Oliveira, Presidente do Partido dos Trabalhadores na Bahia, em razão de ter declarado...o Presidente do PT na Bahia conta que o Ministro saiu em defesa de Edson e não mandou investigar o caso.

Essa é a síntese do fato. É evidente que os fatos que envolvem a saúde pública no Brasil são inúmeros: as denúncias são reiteradas; esta Casa se recusa a instalar CPI; o Governo não permite a instalação de CPI; os governistas não desejam investigação; bilhões são desviados; o Senado silencia; o Congresso silencia; o Governo é conivente, complacente; e, diante dessas dificuldades de investigar, estamos tentando nos valer dessa prerrogativa limitada que é de convidar para ouvir, para tentar esclarecer, para que o fato não seja ignorado, para que essa complacência não estimule a impunidade e abra ainda mais as portas da corrupção neste País.

Finalmente, Srª Presidente, o tema essencial é sobre as páginas amarelas da revista *Veja* com o título "Mensalão será o julgamento do século", onde ouvimos palavras de esperança da parte do Ministro Carlos Ayres Britto em relação ao julgamento do mensalão, o julgamento da história. Esse foi o maior escândalo de corrupção que a minha geração assistiu. Eu não conheço outro que tenha alguma aproximação com a dimensão que alcança o escândalo do mensalão. E o próximo Presidente do Supremo Tribunal Federal afirma: "Vou agir com brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, vou colocá-lo em pauta em 48 horas". E diz o Ministro: "Os Ministros já estão estudando o processo. Tenho certeza de que cada um deles, sem exceção, está procurando cumprir seu dever com isenção. O meu papel, nesse caso, é duplo. Serei julgador, mas também presidente.."

E diz:

> O que me cabe é marcar a data tão logo o processo seja liberado para pauta. Quem libera é o ministro-revisor, Ricardo Lewandowski. Estamos em ano eleitoral e, como a imprensa já anunciou com base em uma declaração do próprio ministro Lewandowski, há o risco de prescrição. Então, é evidente que eu, como presidente, vou agir com toda a brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas.

O que se sabe é que o crime de formação de quadrilha prescreverá. E isso é uma lástima! Certamente, alguém escapará das malhas da Justiça em razão da prescrição. Para os crimes com penas mais leves, também, certamente, haverá prescrição. Mas o Ministro diz: "Em tese, se todos os réus forem condenados, e o forem pela pena máxima, não há o menor risco de prescrição. A possibilidade de prescrição existe, porém, para os réus que pegarem a pena mínima. Estamos fazendo estudos detalhados sobre essa e outras questões. Todavia, repito, estou falando em tese."

E diz o Ministro:

> É um julgamento incomum pelas circunstâncias em que o Ministério Público diz que os crimes ocorreram, pelo número de protagonistas e pela quantidade de imputações. Tudo isso concorre para tornar o processo incomum. Há uma pressão, compreensível, da imprensa e da sociedade para que os fatos sejam postos em pratos limpos e com todo o rigor. Está certa a sociedade. Mas cada um de nós tem de se afastar das pressões e estudar o processo. A fase da denúncia foi ultrapassada, vencida. Havia elementos para receber a denúncia porque a materialidade dos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro estava bem documentada. Mas isso é página virada.

Página virada que queremos rememorar.

O Procurador-Geral da República Antonio Fernando, corajosamente, denunciou quarenta dos envolvidos, investigados pela CPI dos Correios no Congresso Nacional. Concluiu que havia uma organização criminosa com um complexo e sofisticado esquema de corrupção que tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo. Veja a gravidade das assertivas de um Procurador-Geral competente e honrado como Antonio Fernando! Tive a honra de relatar a indicação de seu nome para a Procuradoria na Comissão de Constituição e Justiça quando de sua indicação primeira.

Portanto, vejam a gravidade, a dimensão do fato, a proporção do escândalo, a responsabilidade do Supremo! Sem dúvida, um julgamento histórico, que pode revitalizar, valorizar a Suprema Corte, onde estão fincados alicerces essenciais do Estado democrático de direito, ou, lastimavelmente, poderá se constituir em enorme frustração, capaz de sepultar sonhos e esperanças do povo brasileiro de ver a impunidade derrotada neste País.

Concedo ao Senador Pedro Taques um aparte, com satisfação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Peço apenas licença ao Senador Pedro Taques, seu aparteante, Senador Alvaro Dias, para registrar com satisfação a visita dos cadetes do curso de cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Resende, Rio de Janeiro.

Bem-vindos à sessão da tarde de hoje no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Uma honra para todos nós. Muito obrigado pela presença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Quero cumprimentar os cadetes da Aman e dizer que, para nós, do Senado, é uma honra tê-los aqui, neste momento importante por que o Senado passa de exercício da democracia. Sejam bem-vindos a esta Casa! Senador Alvaro Dias, é apenas para concordar com V. Exª e com as palavras do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Carlos Ayres Britto. O que nos causa espécie e estranheza é que alguns estão tentando ligar o julgamento do mensalão com o novo fato Cachoeira. Temos de entender que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Esse julgamento no Supremo Tribunal Federal precisa se dar, sim, agora, porque, senão, o Supremo Tribunal Federal vai cometer um erro histórico de deixar para o ano que vem, quando teremos prescrição desses crimes. O Supremo Tribunal Federal não pode fugir à sua responsabilidade, assim como o Senado também não pode fugir à sua responsabilidade. Temos de cobrar o Supremo Tribunal Federal para que esse julgamento se dê neste ano – este ano, sim –, sob pena de prescrição dos crimes, notadamente o de formação de quadrilha. Nós, aqui, no Senado, temos de cumprir a nossa obrigação, como o fez o Congresso Nacional por ocasião da CPI dos Correios, que resultou no inquérito do mensalão. Quem leu as alegações finais do Procurador-Geral da República, que se encontra no *site* do Supremo Tribunal Federal, sabe a gravidade desse fato. Eu li as alegações de S. Exª o Procurador-Geral da República. Ali está provado, tim-tim por tim-tim, como se diz na minha terra, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, a formação de uma quadrilha para se adonar da votação de parlamentares.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques, que tem conhecimento jurídico e pode, tecnicamente, esclarecer as preocupações que, certamente, estão sacudindo a imaginação das pessoas de bem deste País, que querem um julgamento exemplar e histórico, que possa estabelecer, quem sabe, o marco de um novo rumo para este País.

Se as nossas instituições estão em escombros, que as reedifiquemos sobre os escombros da incredulidade popular, para que elas se tornem respeitadas e acreditadas e possam significar as aspirações do povo brasileiro de um país mais justo, onde prevaleçam os direitos da população diante dos seus dirigentes, diante dos seus governantes.

O Senador Pedro Taques lembra bem: não há conexão entre um escândalo e outro. A única conexão talvez seja a coincidência do período, porque foi exatamente em 2005, quando estávamos prestes a instalar a CPI ou CPMI dos Correios, que o escândalo Waldomiro Diniz ganhou manchetes no País, com uma câmara indiscreta registrando uma negociata entre o subchefe da Casa Civil do governo Lula com o Sr. Carlinhos Cachoeira, negociando os valores da propina.

Portanto, o escândalo Cachoeira não é de ontem e não tem os limites do Estado de Goiás apenas. Essa "cachoeira" afoga Brasília nesse escândalo que hoje provoca indignação, talvez porque alveja também agentes que integram a oposição política no País. Talvez por isso o tamanho dessa indignação tenha sido maior do que a indignação em relação a escândalos que derrubaram ministros como num *strike* do jogo de boliche. Ministros que sucumbiram um após o outro, apesar de possuírem uma advogada de defesa com o *status* de Presidente da República, já que a Presidente Dilma os defendeu a todos até o último momento, de forma solidária e implacável e, após a queda, os afagou com elogios, com cumprimentos e com homenagens

ao deixarem os seus ministérios e consegue, miraculosamente, passar a imagem de que faz a limpeza, quando, na verdade, se constitui em cúmplice da sujeira que há acobertada pelos tapetes dessa República.

Por isso, Srª Presidenta, não temos outra alternativa a não ser apoiar a proposta de CPI em relação ao escândalo Cachoeira.

Nós não usamos nunca dois pesos e duas medidas. Nós entendemos que a pregação da moralização dos costumes na atividade pública suplanta os limites partidários, e essa pregação deve chegar até a alma do povo brasileiro, sedento de justiça e de ética neste País.

Os valores, lamentavelmente, foram destruídos nos últimos anos. Os valores essenciais das pessoas de decência, dos homens e das mulheres de bem, esses valores foram trucidados nos últimos anos, neste País, mas há aqueles que ainda imaginam possamos ter esperanças de reabilitá-los.

É o que queremos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

O Senado não se furtará às suas responsabilidades, não tenho dúvida, conhecendo esta Casa.

Como orador inscrito, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia; os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras; os ilustres visitantes e todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Srª Presidenta, ocupo esta tribuna e sigo a mesma linha do pronunciamento que V. Exª fez, hoje, nesta Casa, para fazer alguns registros que considero altamente necessários.

Diz a Constituição Federal que os Poderes da República devem ser independentes e harmônicos. Em nome dessas duas diretrizes, a da independência e a da harmonia, eu gostaria de pronunciar algumas palavras.

Assinalo minha felicidade cívica, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, que acredito ser a de todos os tocantinenses e brasileiros, de poder ver, em momentos próximos, a mudança de comando dos dois Tribunais mais importantes deste País, para a manutenção do nosso regime democrático, que são o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O TSE elegeu como sua Presidenta a Ministra Cármen Lúcia, que sucederá, nesse elevado posto, o Ministro Ricardo Lewandowski. Eminentes Senadores e Senadoras, trata-se de uma passagem especial, eis que, pela primeira vez, uma mulher ocupará o comando do Tribunal encarregado de dirigir as eleições em todo o território nacional. Não é pouco, nem é fato corriqueiro. É mais uma constatação, em bom tempo, de que as mulheres podem ser dirigentes de qualquer espaço de administração pública e que a época das limitações, das restrições, felizmente, acabou.

Mas os méritos da Ministra Cármen Lúcia vão além de sua condição feminina. Jurista notável, tem, no TSE e no STF, adotado posturas dignas de aplauso em favor da moralidade administrativa, da lisura das eleições e da efetividade dos direitos fundamentais. Por isso, saúdo, em meu nome e, estou certo, em nome dos meus conterrâneos tocantinenses e do povo brasileiro, sua chegada à Presidência do TSE.

Mas a saudação, Srª Presidenta, não seria justa se não deixasse explicitada a admiração que nos merece também o Ministro Ricardo Lewandowski, magistrado que não mediu esforços para concluir a obra da atual sede do TSE e para dinamizar o processo eleitoral com a implantação do cadastramento biométrico dos eleitores brasileiros.

Nós, brasileiros, já estamos na vanguarda eleitoral mundial há muitos anos, desde que adotamos as urnas eletrônicas e, graças ao trabalho do Ministro Lewandowski e de seus colegas de Corte, continuamos avançando na trilha da modernidade, dando passos significativos no sentido de exterminar qualquer tipo de fraude ou manipulação eleitoral.

S. Exª, portanto, retira-se da Corte, deixando um legado administrativo digno, tão importante quanto suas decisões, que não deixavam dúvidas sobre seu brilho intelectual e sobre seu valor como juiz.

No STF, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossa mais alta Corte, ocorrerá uma troca de comando equivalente. O Ministro Peluso deixará a Presidência do STF depois de coroar sua carreira de julgador, uma carreira completa, que começa no primeiro grau de jurisdição e que, gradativamente, alcançou o reconhecimento necessário a que culminasse no ápice da Magistratura brasileira.

S. Exª é um magistrado corajoso, capaz de enfrentar pressões da opinião pública e marés contrárias, mas é firme em suas convicções e as suporta com o destemor próprio de quem dedicou seus anos de juventude e maturidade à tarefa de dirimir conflitos, de levar a justiça a quem dela necessita.

Portanto, nossa homenagem ao Ministro Peluso! Uma nação precisa de homens assim. Ouvi de muitos juízes o louvor pelo comportamento do Ministro Peluso, que sempre procurou valorizar a Magistratura. Portanto, faço aqui coro com a voz desses juízes.

Receberá o cargo o Ministro Ayres Britto, citado já por V. Exª, nesta tarde de hoje, sergipano ilustre, nordestino forte, de voz mansa e opiniões firmes. O Brasil o conhece por seu compromisso com o que ele

mesmo chama de "constitucionalismo fraternal", vertente jurídica segundo a qual, mais que os valores da igualdade e da liberdade, é dever do Estado e da sociedade unir os homens, fazê-los confrades, na melhor acepção do termo.

É um Ministro técnico com alma de poeta. Seus votos em prol da liberdade de expressão, da demarcação de terras indígenas, da pesquisa com células-troncos, da aplicação da Lei da Ficha Limpa – e chego ao Senado Federal nesse processo da Ficha Limpa, que altera a Lei Complementar nº 64/90; portanto, quero reconhecer todo o mérito do TSE e do STF –, da atuação ampla do Conselho Nacional de Justiça e da extirpação do nepotismo são páginas que ficarão para sempre marcadas na história da Excelsa Corte.

Aos quatro Ministros – Ministro Lewandowski, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Peluso e Ministro Ayres Britto –, deixo, em nome do Estado do Tocantins, essas palavras de reconhecimento, para que os Anais deste Senado eternizem a gratidão pelos seus esforços e pelas suas atuações.

Mas não fico, Srª Presidenta, no justo elogio. Apresento, igualmente, um apelo, que, tenho certeza, é da maioria dos brasileiros. É um pedido simples, Srª Presidenta: o de que, juntos, trabalhemos, para encaminhar uma proposta de Lei Orgânica da Magistratura Nacional que supere a atual, datada dos anos de Governo Militar, oriunda do momento do Pacote de Abril, do Presidente Geisel.

Diversos juízes com quem travei contato no Senado já me fizeram esse apelo. Pedem que os critérios de remoção e promoção na carreira fiquem mais bem explicitados, que a primeira instância participe do processo de elaboração e execução dos orçamentos judiciários, entre outras reivindicações que o tempo não me permite detalhar.

A esse pleito, que torno meu, acrescento outro: o de que apresentem alternativas ao Poder Legislativo, para desafogar a Suprema Corte e os Tribunais, em especial, os Superiores, do acúmulo de serviços que hoje atrapalha o funcionamento desses colegiados.

Várias vezes, testemunhei, em meus anos de parlamentar federal, a cruel carga de trabalho a que esses juízes são submetidos, os quais, em vez de se concentrarem nas mais altas tarefas de julgamento, são obrigados a decidir e "redecidir" recursos que parecem não ter fim, que parecem multiplicar-se.

Portanto, na condição de Senador da República, quero contribuir para dar melhores condições, melhores meios para que a Justiça do nosso País – como citado pelo STF – seja mais célere para todos que a ela recorrerem.

Srª Presidenta, o Projeto de Código de Processo Civil, que foi elaborado pela Comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux, que passou por esta Casa e que agora está na Câmara, já é um passo importante, como é importante também o Projeto de Código de Processo Penal, que resultou de trabalho organizado pela Comissão liderada pelo Ministro Hamilton Carvalhido.

São ideias já disponíveis ao Legislativo, que nos cabe estudar e aprovar, conforme nos parecer adequado para os bons rumos dos julgamentos.

Mas, Srª Presidenta, acredito que isso seja só o começo. É preciso repensar alguns modelos que parecem não funcionar bem: o do foro por prerrogativa de função, o dos precatórios e o do engarrafamento processual, com os milhões de processos que ficam sem solução, porque a saída de julgamentos nem sempre é maior que a entrada.

Tratarei desses temas, eminentes Pares, em outras oportunidades. Por ora, quero deixar anotada a minha alegria de ver a Justiça do Brasil permanecer em excelentes mãos e a minha disposição, reafirmo, para, modestamente, colaborar com os seus dirigentes para mitigar os problemas que a afligem.

Portanto, essas são as minhas considerações nesta sessão de hoje.

Neste instante, quero dizer também de uma preocupação que tenho como Senador da República. Vim de Tocantins após a Semana Santa e quero falar sobre o que mais nos questionaram no Estado. Inclusive, ontem, esteve na nossa residência, em Porto Nacional, o Monsenhor Jacinto, um homem com um conhecimento teológico e filosófico fantástico, uma referência na nossa comunidade. Ele estava preocupado com a imagem do Senado, com todo o problema do processo do Sr. Carlinhos Cachoeira. Sou membro do Conselho de Ética. Estarei lá de forma muito firme, muito permanente e decidida, para contribuir com esta Casa e com nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento V. Exª pela posição, Senador Vicentinho Alves. Aqui, todos nós temos o compromisso de preservar a instituição, porque nós passamos, mas a instituição fica. Então, fico muito feliz com a declaração de V. Exª, que faz parte do Conselho de Ética. Eu não faço parte desse Conselho, mas me alegro muito com a manifestação de V. Exª.

Eu também gostaria de mencionar, como Senadora, como mulher, representando meu Estado nesta Casa, sua referência ao espaço que as mulheres estão ocupando hoje no Poder Judiciário. Além da Ministra Cármen Lúcia, que vai assumir a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, uma mulher está no comando

da Justiça Federal da 4ª Região – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná –, bem como no comando da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo. E uma mulher já comandou o Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie, egressa da 4ª Região da Justiça Federal. Assim, as mulheres estão palmilhando um caminho muito importante, que é aberto quando elas têm a oportunidade de demonstrar sua capacidade.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É claro, Srª Presidente! Fico feliz e até muito honrado e muito alegre quando vejo a nossa Presidenta Dilma chegar aos Estados Unidos com sua presença forte, determinada, altamente decidida. Que bom é o avanço das mulheres!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E chega ali altamente distinguida, como merece ser distinguido um Chefe de Estado brasileiro na nação mais importante do mundo sob o ponto de vista econômico. Eu também, como mulher, mesmo não tendo votado em Dilma Rousseff, fico muito orgulhosa de ver o desempenho dela nessa missão tão relevante em que vai ser recebida por outra mulher, a Secretária de Estado Hillary Clinton, nos Estados Unidos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E V. Exª, representando os gaúchos e os brasileiros, está à frente da Presidência desta sessão. Parabéns! Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para transmitir uma informação da máxima importância para um grupo de quase 270 refugiados haitianos que estavam isolados e em condições subumanas na cidade de Iñapari, no Peru, impossibilitados de entrar no Brasil e sem condições de regressar para sua pátria, destruída por um terremoto em 2010, cuja situação foi ainda mais agravada por um surto de cólera que afetou grande parte da população haitiana. Quero dizer que a medida a que vou fazer referência agora também vai beneficiar outros 363 haitianos que se encontram em situação irregular na cidade de Tabatinga, no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Essas famílias, que haviam entrado no Peru após o dia 13 de janeiro, data em que o Governo brasileiro decidiu barrar a entrada de haitianos, e antes do dia 31 de janeiro, data em que o governo peruano também decidiu dificultar a entrada de haitianos em suas fronteiras, estavam e, em rigor, ainda continuam alojadas em condições subumanas na cidade de Iñapari, que faz fronteira com o Município de Assis Brasil, no Estado do Acre. Mas graças a Deus e ao esforço humanitário do Governo da Presidenta Dilma, com a mobilização do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Relações Exteriores e a outros órgãos da diplomacia brasileira, a Polícia Federal já está autorizada, desde a última quarta-feira, 4 de abril, a permitir que esses haitianos, e apenas esses, que já se encontram na fronteira desde o mês de janeiro, possam entrar no Brasil para adquirir seus documentos de imigração por razões humanitárias e seu registro no Ministério do Trabalho para buscar um emprego formal no Brasil.

Faço questão de reforçar essa informação porque isso não está aberto a todos os haitianos. São apenas aqueles que, no período de 13 de janeiro a 31 de janeiro, entraram no Peru e acabaram ficando ilhados. Eles não podiam entrar no Brasil e, ao mesmo, não tinham como voltar para a sua pátria, o Haiti. Então, essas famílias ficaram em uma situação muito, muito difícil. Se eles estavam em dificuldade quando acampados em Brasiléia, tendo assistência do governo, tendo assistência da prefeitura, imagina a situação que essas famílias estavam enfrentando em Iñapari, uma localidade que não tinha a menor condição de dar assistência a essas famílias.

Então, a Presidenta Dilma, depois de um apelo feito com apoio das autoridades diplomáticas – e vale a pena ressaltar aqui o esforço do Embaixador do Brasil em Lima, o Sr. Carlos Teixeira, que estava permanentemente em contato; trocamos telefonemas em vários momentos a respeito dessa situação –, graças a Deus, tomou uma decisão acertada, uma decisão humana, de permitir que esses haitianos pudessem se juntar aos outros que foram recebidos no Brasil para tentar a sua sorte, uma nova vida aqui no Brasil.

E para os irmãos haitianos, que são em sua maioria cristãos evangélicos ou católicos, a notícia da autorização da entrada no Brasil chegou com a notícia da ressurreição de Cristo no domingo de Páscoa. Eles ficaram muito agradecidos à Presidenta Dilma Rousseff pela decisão em seu favor.

Quando o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Acre, o ex-Deputado Nilson Mourão, chegou à cidade de Iñapari para lhes dar a boa notícia, houve grande emoção e contentamento por parte dos haitianos. Eles próprios fizeram a associação imediata com a ressurreição de Jesus Cristo e disseram que a Presidenta estava lhes proporcionando uma nova vida, um novo nascimento, com a decisão de aceitá-

-los em solo brasileiro para o recomeço de suas vidas até aquele momento, sem o mínimo de perspectiva.

É incrível como essas questões simbólicas mexem com a vida das pessoas. Eles são cristãos e estavam em pleno domingo de Páscoa quando obtiveram a notícia de que seriam recebidos, sim, pelo Governo brasileiro e poderiam entrar pelo Acre, para se legalizarem e buscarem emprego aqui, no Brasil.

Quero ressaltar aqui também a postura humana e resolutiva do Governador Tião Viana, do Acre, e da sua Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que trabalharam duro para organizar toda a logística para o acolhimento e transporte dessas famílias de haitianos de Iñapari, no Peru, até Rio Branco, onde serão alojados no Parque de Exposição, no mesmo local onde as vítimas da alagação foram alojadas em fevereiro e início de março.

Vejam só como os pequenos parece que têm maior possibilidade de se autoajudar. O mesmo alojamento que serviu de abrigo para os desabrigados da alagação em Rio Branco está agora sendo disponibilizado para receber os haitianos nesse processo de documentação e, logo em seguida, de busca de emprego. Tão logo eles sejam documentados, há várias empresas que, solidárias, estão procurando-os para os recrutarem para as suas equipes.

Toda a logística da operação está sendo coordenada pelo Secretário Nilson Mourão, com o apoio do assessor Damião e da equipe de coordenação de eventos do Governo do Estado do Rio Branco.

A partir desta terça-feira, exatamente amanhã, todos os dias sairá um ônibus de Iñapari levando 30 haitianos para Rio Branco. Serão priorizadas as mulheres com crianças, os doentes e os idosos. Mas, segundo o secretário Nilson Mourão, até sábado, todos os 267 haitianos estarão em Rio Branco, onde serão providenciados os documentos necessários para que eles possam trabalhar no Brasil para as empresas interessadas no seu trabalho.

A logística prevê que os haitianos tenham seu registro de entrada na cidade de Epitaciolândia, onde a Unidade da Polícia Federal está preparada para fazer o acolhimento de 30 pessoas todos os dias. Depois eles serão transportados para Rio Branco, onde serão cadastrados na Delegacia do Ministério do Trabalho e de onde serão levados pelas empresas interessadas nos seus serviços.

O Secretário Nilson Mourão também informou que as empresas interessadas têm que levar em conta a condição das famílias. Não é possível, por exemplo, uma empresa chegar e querer levar só o homem que vai servir como mão de obra, e deixar o restante da família. Não! Há um acordo feito no sentido de que cada família vai ter que ser levada na integralidade, vai ser levado o homem para o trabalho ou a pessoa adulta da família, mas também serão levadas as crianças e as mulheres, de tal maneira que a família não sofra uma nova diáspora. Não pode haver diáspora dessas famílias que já sofreram tantas intempéries em suas vidas e agora precisam estar unidas para esse recomeço de vida.

Vale ressaltar que a solidariedade da Prefeita Leila Galvão, que já havia colhido mais de 2 mil haitianos ao longo de ano de 2011, no Município de Brasiléia, também precisa ser valorizada nesse momento em que os haitianos estão sendo levados diretamente para Rio Branco. Leila Galvão gostaria de ter acolhido os irmãos haitianos em seu Município, mas ficou completamente impossibilitada, devido à destruição causada pela maior enchente do rio Acre no mês de fevereiro. Exatamente por isso, o Governador Tião Viana e o Secretário de Justiça e Direitos Humanos optaram por levar as famílias diretamente para Rio Branco, onde o alojamento que serviu para o atendimento humanitário aos milhares de alagados, agora servirá de abrigo para esses haitianos.

Faço aqui um agradecimento especial à Presidenta Dilma Rousseff, ao Governador Tião Viana e ao Secretário Nilson Mourão, as equipes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, ao Embaixador do Brasil em Lima, Sr. Carlos Teixeira, que não mediram esforços na busca de uma solução para o drama vivido por esses irmãos haitianos.

Aproveitamos a oportunidade para pedir também a solidariedade de empresários para que possam acolher esses operários haitianos em seus empreendimentos. Tenho certeza de que serão trabalhadores aplicados que saberão valorizar a oportunidade que estão recebendo.

E tenho certeza de que eles estão vivendo um momento de muita felicidade, apesar do sofrimento, porque a situação deles ainda não foi resolvida, ela está em processo de resolução, ao longo desta semana. E, até o próximo sábado, se Deus quiser, todos esses haitianos que estavam e que continuam lá, em Apari, vão estar em Rio Branco, já encaminhamos para possíveis trabalhos em empresas nacionais. Isso demonstra toda a solidariedade do Governo brasileiro e do Governo do Acre também no sentido de recepcionar e tentar dar um encaminhamento para a vida desses irmãos haitianos.

E nós ficamos muito agradecidos porque este tema foi também discutido no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores. Faço questão de levar essa notícia também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores – da qual a Senadora Ana Amé-

lia também faz parte –, Senador Fernando Collor de Mello, que tem tido também uma atenção especial, que realizou audiência pública justamente para tratar desse assunto. E, finalmente, recebemos essa notícia de uma solução boa para esses irmãos haitianos, tanto para aqueles que estão em Inãpari e vão entrar, através de Assis Brasil, no Acre, quanto àqueles que estão irregularmente na cidade de Tabatinga, no Amazonas, que somam hoje mais 336, fora os cinco mil haitianos que já foram regularizados no Brasil durante todo o ano de 2011.

Mas, Srª Presidenta, eu gostaria de fazer menção também neste pronunciamento e pedir a V. Exª a gentileza de determinar a publicação, na íntegra, de matéria da máxima importância para o socioambientalismo no Brasil. Refiro-me à notícia veiculada ontem na *Folha de S.Paulo*, dando conta de que o Governo Federal editará um decreto para regular a "compra verde" do Governo:

> Setor público que estimular indústria a fabricar produtos sustentáveis, barateando preço para demais consumidores. Na Rio+20, Governo vai defender que empresas também adotem percentual mínimo de compras sustentáveis.

Essa é uma notícia bastante interessante, que tem tudo a ver com um projeto de Senador Tião Viana, que está em tramitação no Senado Federal; hoje está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, acho oportuno, neste momento, trazer esse assunto novamente para a pauta.

> O Governo Dilma Rousseff prepara um decreto criando regras e instituindo um percentual obrigatório mínimo de compra de "produtos verdes" nas licitações públicas.
>
> *Será valorizada nas licitações a contratação de produtos e serviços que gerem menos resíduos e que tenham menor consumo de água, matérias-primas e energia em sua fabricação.*
>
> *A iniciativa faz parte de uma agenda de propostas que o Governo quer levar para discussão na Rio+20, a Conferência de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que ocorrerá, em junho, no Rio de Janeiro.*
>
> *Na conferência, o Governo quer "dar o exemplo" e obter o compromisso público de alguns dos maiores consumidores do planeta – empresas, escolas, hotéis, hospitais, shoppings, setor público e outros – de adotarem cotas mínimas de compra de "produtos verdes" que agridam menos o meio ambiente.*
>
> *O objetivo é criar escala de produção para esses produtos, que hoje custam mais caro por conta da demanda ainda muito restrita.*
>
> *"Como o ente público é um grande comprador, ele induz todo o mercado. A idéia do Governo é incentivar o setor privado a fazer o mesmo dentro de seus programas", afirma Samyra Crespo, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.*

Srª Presidente, ao mesmo tempo que peço que seja publicada, na íntegra, essa matéria da *Folha de S.Paulo*, faço referência aqui ao Projeto de Lei nº 25, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que modifica a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo poder público.

Esse projeto de lei do Senador Tião Viana entrou em tramitação em 2007, já passou pela Comissão de Meio Ambiente e se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, onde seria relatado pelo Senador Renato Casagrande, que, ao término do mandato, em dezembro de 2010, devolveu-o para a Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda novo relator.

Quero dizer que seria muito oportuno colocarmos esse projeto do Senador Tião Viana em pauta, pois ele propõe uma mudança muito importante no art. 3º, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, de tal maneira que possuidores de certificação ambiental, emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial, tenham pontuação diferenciada quando da definição de compra pelo ente público.

Dessa maneira, estaremos dando uma chance a mais aos produtos ecologicamente corretos, os chamados produtos da linha verde.

Na justificativa desse projeto, vale a pena ressaltar que o Brasil, por sua vez, aloca cerca de 30% do seu PIB para compras públicas e deve privilegiar aquelas empresas que colaborem com as metas ambientais.

Aloca cerca de 30% de seu PIB com compras públicas e deve privilegiar aquelas empresas que colaboram com as metas ambientais. O presente projeto, de autoria do Senador Tião Viana, visa proporcionar o estímulo necessário para que os empresários do País busquem, cada vez mais, a sustentabilidade ambiental no desempenho de suas atividades. Isso pode ser feito a partir de dois mecanismos.

O primeiro mecanismo é o de estabelecer, como critério de desempate entre competidores de qualquer licitação, aquele que possuir certificação ambiental reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normaliza-

ção e qualidade industrial, o Inmetro. Essa ideia está inspirada num outro projeto do Senado, o PLS nº 40, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias. Então, é um assunto que vem de muito tempo e que merece ser ressuscitado neste momento de discussão do Senado. E é justamente para buscar desempenhar práticas ambientalmente saudáveis como, por exemplo, aquelas preconizadas pela série ISO-14.000. Então, as empresas que apresentarem essas possibilidades passam a ter prioridade nas licitações.

Outro critério estabelecido, outro mecanismo a ser acionado é exatamente incluir, na Lei de Licitações, requisitos de capacidade técnico-ambiental sempre que o objeto da licitação apresentar o potencial de causar dano ao ecossistema, seja por sua natureza ou pela localização das instalações que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da licitação. Ou seja, no momento da contratação de um serviço ou produto, levar em conta aspectos ambientais de tal maneira que vai orientar, vai induzir o empresariado brasileiro, os industriais e aqueles participantes das licitações no sentido de fornecer produtos e serviços para os governos para que tenham práticas adequadas ambientalmente, práticas sustentáveis.

Nesse sentido, o PLS nº 25, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, deve, o mais rápido possível, ter um relator definido para que a gente possa fazer tramitar essa matéria, que já está desde 2007 na Casa. Este momento é um momento muito oportuno para que ele venha a ser aprovado no Senado e, depois, na Câmara e, quem sabe, não se transformar numa lei que oriente as licitações para compras governamentais no sentido de que essas compras ocorram também a partir de um critério socioambiental.

Era isso que tinha para esta tarde, Senadora Ana Amélia. Agradeço muito a atenção de V. Exª e reforço o pedido para que estes documentos sejam publicados, na íntegra, no site do Senado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de São Paulo (Mercado B1)
8/4/2012

rio+20

Decreto regulará 'compra verde' do governo

Setor público quer estimular indústria a fabricar produtos sustentáveis, barateando preços para demais consumidores

Na Rio+20, governo vai defender que empresas também adotem percentual mínimo de compras sustentáveis

TONI SCIARRETTA
CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO

O governo Dilma Rousseff prepara um decreto criando regras e instituindo um percentual obrigatório mínimo de compra de "produtos verdes" nas licitações públicas.

Será valorizada nas licitações a contratação de produtos e serviços que gerem menos resíduos e que tenham menor consumo de água, matérias-primas e energia em sua fabricação.

A iniciativa faz parte de uma agenda de propostas que o governo quer levar para discussão na Rio+20, a conferência de desenvolvimento sustentável da ONU que ocorre em junho no Rio de Janeiro.

Na conferência, o governo quer "dar o exemplo" e obter o compromisso público de alguns dos maiores consumidores do planeta —empresas, escolas, hotéis, hospitais, shoppings, setor público e outros— de adotarem cotas mínimas de compra de "produtos verdes" que agridam menos o ambiente.

O objetivo é criar escala de produção para esses produtos, que hoje custam mais caro por conta da demanda ainda muito restrita.

"Como o ente público é um grande comprador, ele induz todo o mercado. Nossa ideia é incentivar o setor privado a fazer o mesmo dentro de seus programas", afirma Samyra Crespo, secretária de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente.

INDÚSTRIA NACIONAL

Além de colocar o Brasil como protagonista do "consumo verde" global, a avaliação do governo é que a proposta beneficia o agronegócio e a indústria nacional que, entre outras vantagens, utiliza energia limpa das hidrelétricas e sai na frente em tecnologias renováveis como álcool e biodiesel.

No ano passado, só 0,07% das compras governamentais foram de produtos considerados sustentáveis. Segundo o Ministério do Planejamento, o governo já fez R$ 22,2 milhões em compras de produtos sustentáveis em 1.546 processos licitatórios desde 2010.

O Programa de Contratações Públicas Sustentáveis tem 548 produtos considerados "verdes" no catálogo de materiais do Comprasnet.

Os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente ainda discutem qual percentual de "compras verdes" deve ser adotado, sem tornar os gastos do governo significativamente maiores.

A primeira fase de implementação focará os produtos de almoxarifado, como itens de papelaria, embalagens e insumos do dia a dia das repartições públicas.

Em seguida, deve se estender para a compra de eletroeletrônicos, como ar-condicionado e computadores que gastem menos energia e não tenham materiais tóxicos.

DESAFIOS

A terceira etapa envolverá produtos de limpeza, instituindo a compra de detergentes e produtos biodegradáveis, um dos itens que mais poluem esgoto e mananciais.

"É uma visão alinhada com o que a indústria quer e com iniciativas já em desenvolvimento", diz Maria Eugenia Proença Saldanha, presidente-executiva da Abipla, associação que reúne as indústrias de produtos de limpeza.

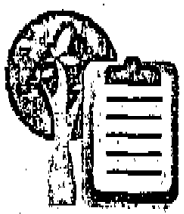
Um dos maiores desafios do setor de produtos de limpeza, formado 95% por empresas de pequeno e micro portes, é desenvolver o consumo consciente.

"Como há muita informalidade, nossa meta é a regularização das empresas para evitar despejo irregular e o desenvolvimento de produtos adequados", disse.

Estima-se que 55% da água sanitária usada do país seja de fábricas informais.

CONSUMO VERDE
Governo quer implementar compra de produtos sustentáveis

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO



1ª FASE
Produtos de almoxarifado (papelaria, embalagens, insumos etc)



2ª FASE
Eletroeletrônicos (ar condicionado, computadores, impressoras etc)



3ª FASE
Produtos de limpeza (detergentes, desinfetantes etc)

Fonte: Ministérios do Meio Ambiente e Planejamento

ESTÍMULO
Decreto editado antes da Rio+20 quer ampliar o percentual de compras de produtos sustentáveis

OBJETIVO
Valorizar nas licitações públicas produtos que geram menos resíduos e usam menos energia

PROPOSTA NA RIO+20
O governo quer que grandes compradores adotem políticas próprias de compras sustentáveis

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 25, DE 2007

Modifica a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° O § 2° do art. 3° da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.3°.....

§2° .....

IV – possuidores de certificação ambiental, emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial.

..... (NR)"

Art. 2° O art. 30 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a viger com a seguinte redação:

"Art.30. .....

V – prova de atendimento de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme definidos no edital convocatório de acordo com o objeto da licitação, sempre que a obra, serviço ou produto licitado envolver potencial dano ambiental, seja por sua natureza ou pela localização das instalações necessárias à sua execução ou fornecimento.

§ 13. A comprovação de atendimento aos requisitos de sustentabilidade ambiental exigidos no edital convocatório será feita por laudos técnicos ou certificações fornecidas por pessoas jurídicas habilitadas a concedê-las e versarão sobre diferentes indicadores de capacitação técnico-ambiental do licitante para a execução do objeto da licitação, tais como:

I – utilização de técnicas e procedimentos que favoreçam uma reduzida degradação ambiental ou reciclagem de produtos;

II – respeito ás normas técnicas aplicáveis sobre preservação da biodiversidade e do ecossistema;

III – comprovação de experiência anterior na elaboração de projetos ou na execução de obras ou serviços ambientalmente sustentáveis;

IV – comprovação de possuir em seu quadro profissional técnicos que possuam formação especifica ou habilitação ao desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis;

V – comprovação de utilização de insumos produzidos ou extraídos de forma ambientalmente sustentável;

VI – existência de plano de manejo para utilização de recursos naturais e manipulação de dejetos;

VII – inexistência de sanção aplicada por dano ambiental pendente de cumprimento;

VIII - inexistência de termo de compromisso de natureza ambiental que tenha sido celebrado e descumprido. (NR)"

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No atual contexto de mudanças climáticas e profundas alterações no equilíbrio ambiental em todo o mundo, as compras governamentais têm se mostrado um eficiente mecanismo para promover o desenvolvimento, bem como uma maior conscientização e preservação do meio ambiente.

Há dois anos a União Européia elaborou o manual "Comprando Verde!" (Buying Green!) em que instruía os responsáveis pelas compras públicas sob sua jurisdição a exigir a adequação ambiental de seus fornecedores de produtos e serviços. Tal iniciativa, que surgiu já na esteira do programa inglês de compras públicas sustentáveis, vem logrando visíveis êxitos ao estimular a adoção de práticas menos nocivas ao meio ambiente.

Isso porque as compras públicas têm o condão de dinamizar a economia e movê-la de acordo com a tendência demonstrada pelas políticas públicas. Isso se dá, sobretudo, em virtude do grande volume de aquisições, passível de promover ganhos de escala significativos para os empresários.

O Brasil, por sua vez aloca cerca de 30% de seu PIB com compras públicas e deve privilegiar àquelas empresas que colaboram com as metas ambientais. E inadmissível que o Estado compre móveis que tenham sido fabricados com madeira extraída ilegalmente ou resmas de papel elaboradas a partir de celulose produzida sem o devido plano de manejo.

O presente projeto de lei visa a proporcionar o estímulo necessário para que os empresários do País busquem cada vez mais a sustentabilidade ambiental no desempenho de suas atividades. Isso se faz por dois mecanismos: o primeiro, o de estabelecer como critério de desempate entre competidores em qualquer licitação aquele que possuir certificação ambiental reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial, o Inmetro. Essa idéia, inspirada no Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, permite

um benefício generalizado àqueles que buscarem desempenhar práticas ambientais saudáveis, como, por exemplo, aquelas preconizadas pela série ISO 14000.

O segundo mecanismo proporcionado por este Projeto de Lei é incluir na Lei de Licitações requisitos de capacidade técnico-ambiental sempre que o objeto da licitação apresentar o potencial de causar dano ao ecossistema, seja por sua natureza ou pela localização das instalações que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da licitação. Nessas hipóteses, o empresário que não atender aos requisitos mínimos de sustentabilidade ambiental não poderá concorrer na licitação. Fizemos essa opção por acreditar que atribuir um peso proporcional ao meio ambiente, a ser julgado juntamente com o preço, seria dizer que a preservação do ecossistema poderia ser compensada com o desconto de 5 ou 10% no preço final do produto, o que seria, evidentemente, um absurdo.

Observe-se, por outro lado, que não se feriu o princípio da ampla concorrência, uma vez que não se fez vinculação, para fins de habilitação técnica, a nenhum certificado específico, mas simplesmente exigiu-se alguma comprovação de sustentabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades do licitante.

Dessa forma, acreditamos abrir as portas para incentivar os empresários a investir em máquinas, insumos e procedimentos ambientalmente sustentáveis e deixamos o marco regulatório brasileiro em posição de igualdade com o daqueles países que mais têm avançado no tema da preservação ambiental.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2007. – Senador **Tião Viana.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI. da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providencias

CAPITULO I
Das Disposições Gerais

Seção I
Dos Princípios

Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicilio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o especifico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legai, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se

refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3° da Lei n° 8248, do 23 de outubro de 1991.

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei n° 11.196, de 20051

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

CAPITULO II
Da Licitação

Seção II
Da Habilitação

Art. 30. A documentação relativa a qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida peto órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em especial, quando for o caso.

§ 1° A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei n° 8.883 de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei n° 8.883 de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pelejei n° 8.883. de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883. de 1994)

b) (Vetado). (incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada vela Lei n° 8.88. de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeta da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração fanal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de local ação prévia.

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei n° 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

II – (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos Gritantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre á análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10º. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitava° técnico-profissional de que trata o inciso Ido § 'neste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

§ 11º. (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883, de 1994)

§ 12º. (Vetado). (Incluído pela Lei n° 8.883. de 1994)

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, a solicitação de V. Exª será atendida, Senador Anibal Diniz.

Queria cumprimentar a ação do Governo do seu Estado do Acre pela ação solidária e humanitária que está realizando em relação aos refugiados haitianos que estão chegando e pedindo socorro, e esse socorro está sendo dado de bom grado e com muita eficiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2012, e publicou e retificou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 563, de 2012**, que "*altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o*

Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências".

Nos termos dos arts 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação:

Composição
Senadores

Titulares	**Suplentes**
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)	
Renan Calheiros	1. Vital do Rêgo
Francisco Dornelles	2. Ana Amélia
Paulo Davim	3. Romero Jucá
Eduardo Amorim	4. Sérgio Souza
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Walter Pinheiro	1. Eduardo Lopes
Acir Gurgacz	2. Wellington Dias
Lídice da Mata	3. Pedro Taques
Inácio Arruda	4. Antonio Carlos Valadares
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda	1. Cássio Cunha Lima
Jayme Campos	2. José Agripino
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
Blairo Maggi	2. Alfredo Nascimento
***PSOL**	
Randolfe Rodrigues	

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jilmar Tatto	1. Janete Rocha Pietá
Henrique Fontana	2. Beto Faro
PMDB	
João Magalhães	1. Marllos Sampaio
Pedro Novais	2. Luiz Pitiman
PSDB	
Marcus Pestana	1. Eduardo Barbosa
PP	
Arthur Lira	1. Jerônimo Goergen
DEM	
Pauderney Avelino	1. Felipe Maia
PR	
Lincoln Portela	1.
PSB	
Sandra Rosado	1.
PDT	
André Figueiredo	1. Ângelo Agnolin
Bloco (PV/PPS)	
Carmen Zanotto	1. Sarney Filho
PTB	
Jovair Arantes	1. Arnon Bezerra
PHS*	
José Humberto	1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Calendário

–Publicação no DO: 4-4-2012

–Designação da Comissão: até 6-4-2012(SF)

–Instalação da Comissão: 24 horas após designação

–Emendas: até 10-4-2012 (6 dias após a publicação)

–Prazo na Comissão: **

–Remessa do processo à CD:

–Prazo na CD: até 1º-5-2012 (até 28º dia)

–Recebimento previsto no SF: 1º-5-2012

–Prazo no SF: de 2-5-2012 a 15-5-2012 (42º dia)

–Se modificado, devolução à CD: 15-5-2012

–Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2012 a 18-5-2012 (43º ao 45º dia)

–Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2012 (46º dia)

–Prazo final no Congresso: 2-6-2012

**Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, a Senhora Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2012, e publicou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 564, de 2012**, que *altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e da outras providências*.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 20020-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação.

A composição dessa Comissão:

Composição
Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)	
Renan Calheiros	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Romero Jucá
Paulo Davim	3. Sérgio Souza
Vital do Rêgo	4. Waldemir Moka
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Walter Pinheiro	1. Eduardo Lopes
Acir Gurgacz	2. Wellington Dias
Lídice da Mata	3. Pedro Taques
Inácio Arruda	4. Antonio Carlos Valadares
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Paulo Bauer	1. Flexa Ribeiro
Jayme Campos	2. José Agripino
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
Blairo Maggi	2. Alfredo Nascimento
PSD(*)	
Kátia Abreu	1. Sérgio Petecão

(*) Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Jilmar Tatto	1. Janete Rocha Pietá
Henrique Fontana	2. Beto Faro
PMDB	
Leonardo Quintão	1. Eduardo Cunha
Mauro Mariani	2. Giroto
PSDB	
Rui Palmeira	1. Antonio Imbassahy
PP	
Arthur Lira	1. Jerônimo Goergen
DEM	
Mendonça Filho	1. Abelardo Lupion
PR	
Lincoln Portela	1.
PSB	
Sandra Rosado	1.
PDT	
André Figueiredo	1. Ângelo Agnolin
Bloco (PV/PPS)	
Arnaldo Jardim	1. Sarney Filho
PTB	
Jovair Arantes	1. Arnon Bezerra
PRTB(*)	
Aureo	1.

(*) Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O calendário, nesse caso:

–Publicação no DO: 4-4-2012;

–Designação da Comissão: até 6-4-2012(SF);

–Instalação da Comissão: 24 horas após designação;

–Emendas: até 10-4-2012 (6 dias após a publicação);

–Prazo na Comissão: (**)

–Remessa do processo à CD:

–Prazo na CD: até 1º-5-2012 (até 28º dia);

–Recebimento previsto no SF: 1º-5-2012;

–Prazo no SF: de 2-5-2012 a 15-5-2012 (42º dia);

–Se modificado, devolução à CD: 15-5-2012;

–Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2012 a 18-5-2012 (43º ao 45º dia);

–Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2012 (46º dia); e

–Prazo final no Congresso: 2-6-2012.

(**) Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/2012). Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das Lideranças:

Ofício nº 37/12-GLPSDB

Brasília, 04 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 564 de 2012.

Titular

Senador Cyro Miranda

Suplente

Senador Cássio Cunha Lima

Na oportunidade renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias,** Líder do PSDB.

OF/GAB/Nº 292

Brasília, 4 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB, que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 564 de 03 de abril de 2012.

Titulares

Deputado Leonardo Quintão
Deputado Mauro Marini

Suplentes

Deputado Eduardo Cunha
Deputado Giroto

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do PMDB.

Of. nº 388/2012/PSDB

Brasília, 4 de abril de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Deputado Rui Palmeira, como membro titular, e o Deputado Antonio Imbassahy, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 564/12, que altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **César Colnago**, Líder em Exercício do PSDB.

Ofício nº 71-L-Democratas/12

Brasília, 4 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 564/12.

Titular

Deputado Mendonça Filho

Suplente

Deputado Abelardo Lupion

Respeitosamente, – Deputado **Pauderney Avelino**, 1º Vice-Líder do Democratas.

OF/LID/Nº 49/2012

Brasília, 4 de abril de 2012.

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 564/12, que "Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto,

altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências."

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do Bloco PV, PPS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Segue a sessão.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon, V. Exª está convidado para falar como orador inscrito, conforme a lista de oradores que temos hoje.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, afastado uns dias por um problema de saúde vim aqui, inclusive, quando ainda devia estar em repouso. Por que achei que era minha obrigação vir aqui?

Essa semana que passou... E, quando a gente está de fora, as notícias chocam mais do que quando a gente está aqui. Quando a gente está aqui sentado, conversando, é uma coisa. Quando está em casa, sozinho, no quarto, e vem uma, vêm duas, três, parecia que eu estava afundando. Mas, nunca vi a imagem do Senado tão negativa como nesses últimos tempos.

Olha, nunca vi um fato negativo sobre outro fato negativo, sobre outro fato negativo como nessa semana que passou. Talvez, repito, seja por estar vendo, assistindo de longe, mas fiz questão de vir aqui.

É provável que a sociedade tenha razão com relação ao juízo que faz da classe política, de um modo especial, do juízo que faz do Senado Federal.

Estou aqui para mais de 30 anos e não me lembro de atravessarmos uma faixa tão baixa de credibilidade como estamos vivendo agora. Juro que não me lembro! É verdade o que aconteceu no Senado foi uma situação realmente muito estranha.

Repito o que disse no meu aparte: o ilustre Senador de Goiás, nos oito anos em que esteve aqui conosco, para nós, foi uma atitude séria e responsável. De grandes projetos, entre os quais o Ficha Limpa, ele foi o relator.

Lembro-me, quando votamos nesta Casa a cassação do mandato do Presidente do Senado, que o Presidente do Senado se sentou ali na primeira fila e ficava olhando todos os parlamentares que falavam. Eu fui duro, falei, mas fiquei na tribuna e não tinha coragem de olhar. Eu nasci advogado de defesa; nunca acusei na minha vida. Eu estava machucado com aquilo.

O Senador Demóstenes saiu daqui e foi ali no meio – ali – e olhava frente a frente para o Senador Presidente, e o Senador Presidente teve que baixar o rosto. E, com o dedo em riste, dizia: "você é isso; é mais isso, é mais isso; é mais isso; é mais isso". Eu morria de vergonha; queria morrer.

Eu tenho dito ao meu Ilustre companheiro e amigo que sofro com o que está acontecendo com ele. Deve ser um caso típico de bipersonalidade, porque conviviam ali dois cidadãos: o que eu conheci, a quem dou nota dez na competência, na capacidade e na dignidade; e o que está aparecendo agora. Eu não sei como os dois conviviam, como um conversava com o outro, que é exatamente tudo o contrário do que a gente podia imaginar.

Eu tenho certeza de que esta Casa vai tomar uma posição. É claro que é gozação nacional o nosso Conselho de Ética. O presidente sai, afasta-se; está há não sei quanto tempo numa secretaria de estado e pronto; não aconteceu nada. Não aconteceu nada! Agora vão discutir se deve ou não deve ser nomeado um novo presidente.

Agiu muito bem o PT dizendo: "Esse aqui é o nosso candidato, o Senador Wellington, que tem condições e pode ser o Presidente; está à disposição. Não queremos tirar o lugar que é do PMDB, mas, se tem algum problema, está aqui". E fez muito bem o líder do PMDB, dizendo: "Não; o MDB vai indicar o Presidente". E amanhã vai ser indicado.

O Presidente Sarney está meio afastado, não o tenho visto, mas a informação é que, amanhã, às 10 horas, S. Exª estará aqui, e, às 10 horas, será instalada a comissão; será nomeado o presidente e será escolhido o relator. Eu, de minha parte, acho que o MDB, pegando a presidência – e deve pegar –, o Ilustre Senador do Piauí, indicado pelo PT, tem tudo para ser o relator da matéria. E a situação será tomada.

É verdade que tenho dito desta tribuna que, ultimamente, as CPIs do Senado têm sido um fiasco, uma vergonha. As duas últimas – a CPI das ONGs e a CPI dos cartões corporativos – foram uma vergonha. Não se chegou a conclusão nenhuma, não se fez nada. Na CPI dos cartões corporativos, o PMDB apresentou os cartões corporativos como um escândalo, uma barbaridade feita pelo PT e pelo Lula. Eu também que não sabia achei um escândalo. Aí veio o PT e disse que quem fez tudo isso foi o Fernando Henrique no governo dele; nós estamos apenas continuando. E é verdade!

O PSDB dizia: "Queremos investigar o Lula". E o PT respondia: "E Fernando Henrique também". Conclusão: não investigaram ninguém e não fizeram coisa nenhuma. Morreu a CPI dos Cartões Coorporativos. Zero!

CPI das ONGs. Diziam que era um escândalo, uma barbaridade, uma indecência, uma imoralidade e aí criaram a CPI das ONGs. Então, veio o PSDB e disse que era uma vergonha a ONG de Santa Catarina que

fez toda a campanha da Senadora fulana de tal. Aí veio o PT e disse que tinha a ONG que fez não sei o quê.

Fui à comissão e disse: "Espera aí! Vamos resolver isso". Não vamos discutir o que é ONG daqui ou dali. O PSDB indica cinco, o PT indica cinco e nós vamos analisar essas dez ONGs, Até hoje, o PSDB não indicou as cinco do PT e, até hoje, o PT não indicou as cinco do PSDB. Morreu a CPI.

Então, a imprensa está gozando com isso, achando que vai acontecer a mesma coisa agora. Não vai acontecer. Não vai acontecer! Eu dizia isso e a ilustre jornalista Dora Kramer publicou no *Estadão* de ontem. Tenho a convicção de que não vai acontecer, porque hoje já é outro momento.

É aquilo que eu tenho dito: não confio nem no Congresso, nem no Judiciário e nem no Executivo. Eu confio é no povo, na manifestação do povo, na ação do povo. E, hoje, isso está acontecendo.

A Ficha Limpa foi votada pela unanimidade dessa Casa, porque o povo estava cercando o Congresso.

Atrevo-me a dizer que o Supremo, que diz – e está certo – que não se sujeita a pressões – e deve ser assim –, mas a gurizada estava lá no Supremo, quando, para surpresa de muitos, a decisão foi de aceitar a Ficha Limpa.

Pois, hoje, essa opinião pública está olhando para nós do Senado.

Da CPI dos cartões coorporativos e daquela outra CPI, a imprensa nem tomou conhecimento e a sociedade muito menos.

As ONGs, agora, estão aparecendo – naquela altura ainda não apareciam – os exageros e os absurdos que muitas cometem.

Agora o Senado, eu diria que está engolindo água. Saturou. Não que nós tenhamos a obrigação de tomar uma decisão, incriminando quem quer que seja sem lhe dar o amplo direito de defesa. Quanto a isso não há dúvida nenhuma.

Mas eu sinto, Deus me perdoe, que essa defesa aparecerá e nos surpreenderá a todos e nós teremos que respeitá-la, mas botar na gaveta igual às ONGs, sem ter relatório, ou que nem os cartões corporativos, não vai acontecer.

O MDB vai indicar o Presidente, os membros da Comissão de Ética do MDB hoje são o líder do Senado, o Senador Renan, realmente uma pessoa muito preocupada com a ética, está lá, faz bem; o líder do Governo até então, Senador Jucá, outra pessoa também muito preocupada com a ética, está lá também, e o Sarney se fez representar pelos dois Senadores do Maranhão. Os dois Senadores integram o Conselho de Ética. Um é suplente, seu pai é Ministro e ele está. Inclusive ele declarou há pouco tempo que ele não tem vocação para julgar companheiro.

Aliás, eu também não tenho. Criticaram ele, mas eu... Não é, Senador

Taques, que eu não aceite uma posição e aceite fazer, mas eu não busco essa posição. Se me é dada, é-me dada e eu aceito. Agora, buscar não.

Quando ele diz que não tem vocação, ele tem razão. Agora, por que aceitou, então? Mas na hora de indicar o Presidente o Senador Renan está esperando uma pessoa que tenha condições e haverá de escolher. Ele vai aceitar e nós vamos adiante.

Não será um Conselho de Ética, como há pouco tempo atrás, esse que é Presidente, que saiu agora, recebeu uma denúncia e engavetou, mandou arquivar sem dar satisfação para ninguém, e ficou por isso mesmo. E nem reuniu o Conselho de Ética, nem para ele tomar a decisão de mandar arquivar e nem depois que ele tomou a decisão de mandar arquivar.

Isso é o que a imprensa está publicando, dizendo que não vai dar em nada. Vai dar sim. O Presidente Sarney deve estar pensando agora, o Lula podia estar pensando também... Eu não me lembrava e aí me disseram: é o mesmo. Esse Dr. Cachoeira foi aquele Cachoeira que chegou lá no Waldomiro, Subchefe da Casa Civil, que a televisão publicou mil vezes, o Cachoeira pegando dinheiro, botando no bolso e entregando para o Waldomiro, tanto mais tanto, e discutindo a comissão! Isso saiu na televisão mil vezes.

Naquela época se falava que eu pegaria inclusive a liderança do PT. Eu tinha votado no Lula, o Lula ganhou, eu era muito amigo, jantou na minha casa, eu estava íntimo. Falei desta tribuna, denunciei esse fato na tribuna e disse: saio daqui e vou no Palácio. Hoje mesmo eu tenho certeza que o Presidente vai demitir esse filho da mãe. Esse filho da mãe eu não disse, mas esse cidadão. Ele não demitiu.

É, pois é, não sei o quê, e não demitiu. Não sei, não posso afirmar, mas vou ver se o Ministro da Justiça era o Sr. Thomaz Bastos. Não sei se não era o Ministro da Justiça. Esse Thomaz Bastos, hoje, é o advogado do Cachoeira. Quinze milhões ele está ganhando. Ontem, o Supremo já tomou uma decisão: já liberou o Sr. Cachoeira de mandar... Eu tinha muito respeito pelo Sr. Thomaz Bastos, acho que foi um grande Ministro e um grande advogado. Quinze milhões é muito dinheiro! Não sei o que um homem com o respeito, com a credibilidade dele – e todo mundo diz que os últimos ministros do Governo Lula foram indicação dele, foram orientação dele, a palavra final foi dele – quer pegando a defesa de um Cachoeira, que é o símbolo da corrupção neste País. Todo cidadão tem direito a um ad-

vogado. Principalmente com R$15 milhões, consegue qualquer advogado, até o Thomaz Bastos.

Como o Lula não mexeu no Sr. Waldomiro, pedi a CPI, entrei para a CPI. O Sr. Sarney, Presidente do Senado, sob determinação do Senhor Lula, Presidente da República, não deixou criar a comissão. Tivemos de ir ao Supremo. Eu e o querido e falecido Governador do Amazonas fomos ao Supremo. Ganhamos, mas um ano depois. Quando abriu a CPI do Cachoeira e do Waldomiro, não era mais a CPI do Cachoeira e do Waldomiro, era a CPI do Mensalão. Como Lula não deu o exemplo, não demitiu o Waldomiro, não mandou prender o Cachoeira, o negócio se alastrou e tomou conta de tudo. Foi o mensalão.

Agora, está aí o mesmo Cachoeira. Talvez, daí a alguns dias saia da cadeia, porque o advogado é muito bom, é um advogado muito competente. Ele entrou com um argumento muito forte dizendo que ele tem de ser solto. O problema de ele estar numa cadeia lá no Rio Grande do Norte é que está tornado muito difícil a convivência com a esposa dele. É o argumento profundo que o ex-Ministro da Justiça deve levar adiante para ser analisado. A imprensa está dizendo que não tem como. Esta Casa não vai fazer nada. A própria grande jornalista Dora Kramer é muito pessimista com relação a isso. Se perguntarem a mim por que estou otimista, por que acho que vai acontecer, é que, modéstia à parte, minha idade me dá a sensação de conhecer, pelo ar, quando chove ou quando não vai chover. Eu sinto que esse é o momento. Não é aquele momento em que o Presidente do Conselho de Ética pega e manda arquivar e não dá bola para ninguém. Não! Não é aquele momento em que se absolve o fulano de tal, não se condena e não acontece nada. Não! Esse é o momento que nós estamos na capa. E o Brasil olha para esta Casa. E quando o Brasil olhou para essa Casa, foi na hora do Ficha Limpa. Esta Casa votou por unanimidade. Não sobrou um que votasse contra. Unanimidade! E olha que, quando eu estive aqui nesta tribuna, Senador Pedro Taques, era eu quem tinha mais emenda na Ficha Limpa. O Ficha Limpa foi um projeto que veio errado para cá, veio cheio de equívocos. E a gente sabe como é que veio. A Câmara votou para vir para cá. Está na hora de o Senado apresentar um montão de emenda para modificar, para melhorar, e voltaria para a Câmara e ficaria na gaveta da Câmara até hoje. Nunca sairia da gaveta da Câmara! Foi o que eu disse desta tribuna na hora da votação. "Sr. Presidente, eu retiro as minhas emendas e faço um apelo para que todos retirem essas emendas e vamos votar já, para amanhã a Presidenta sancionar, porque aí entra em vigor. Se voltar para a Câmara, morreu". Por unanimidade. Bota o povo lá ali fora. A sociedade estava se movimentando e nós entendemos que a hora era aquela. Agora é a mesma coisa.

Perdoe-me o meu amigo Demóstenes, que o meu juízo não é definitivo, e daqui a pouco, vai ver que essas gravações são tudo mentira, e eu não vi nada, quer dizer, podem provar? Não sei. Eu vejo o que está acontecendo, o que o Brasil inteiro está enxergando. É isso? É isso. Eu, se fosse ele, renunciava. Eu acho que ele, a família dele não pode ficar sob esse desgaste que ele vai ter nesse mês inteiro. Ainda mais que, agora, a renúncia não é para escapar, que nem fizeram os seus colegas anteriores, porque renunciando não pode ser candidato. Renúncia é um ato de preservação. Mas se não fizer isso, nós vamos até o fim. E se daqui ao fim as coisas forem que nem são hoje, não há Dr. Bastos nenhum na vida que vá mudar a ação desta Casa.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, nesse caso envolvendo esse cidadão Cachoeira – e o Senado está fazendo água, junto com a Câmara dos Deputados –, envolvendo um Senador da República, nós temos que separar o espaço judicial. O espaço judicial está sendo feito no Supremo Tribunal Federal. Muito bem. O Procurador-Geral da República solicitou instauração de uma investigação. Lá, no Supremo Tribunal Federal, essa investigação é acobertada pelo sigilo judicial, porque existem dados de comunicação telefônica e informações bancárias que estão lá, acobertadas. Nós fizemos um pedido ao Presidente Sarney, o Presidente Sarney solicitou ao Procurador-Geral da República, que, ao seu turno, pediu ao Ministro Lewandowski esses documentos. Ao que consta, o Corregedor-Geral desta Casa, o Senador Vital, também havia feito um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que os documentos fossem compartilhados com a Corregedoria. A pergunta que se faz é: o Supremo Tribunal Federal vai compartilhar documentos acobertados pelo sigilo telefônico com um órgão administrativo, como a Corregedoria, como o Conselho de Ética? Ele pode fazer isso? Essa é uma questão que tem que ser respondida. Se a resposta for negativa, não existe outro caminho a esta Casa...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – CPI.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – ... a não ser a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque senão estaremos aqui acobertando o sol, e isso nós não podemos fazer. E temos de nos recordar de que esse caso, ao que consta até agora, não envolve só um Senador da República, envolve Deputados Federais. Ao menos quatro já foram citados.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tem que ser mista.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Tem que ser uma comissão parlamentar mista, conjunta. Ao que

já foi revelado pela imprensa, existe uma relação no mínimo estranha com dois governadores de Estado: o Governador do Estado de Goiás e o Governador do Distrito Federal. Isso é fato, já foi revelado pela imprensa. Ou nós vamos ficar aqui fazendo de conta que não estamos ouvindo? Não interessa se esse governador é do partido A ou B. O que interessa é que o Senado da República tem que tomar providências nesse caso. Concordo com V. Exª: sem prejulgamentos, sem condenar, mas também sem absolver quem quer que seja. O Senado tem que cumprir a sua função. Perguntaram-me, no meu Estado, nesse final de semana, o que eu entendo deste caso Demóstenes/Cachoeira, qual é a minha sensação. A sensação, eu já disse e aqui repito, é um misto de tristeza e alegria. Por que tristeza?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A minha, eu repito, são duas personalidades. Eu conheci só um lado, o outro eu não conhecia.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. É um misto de tristeza e alegria. Tristeza porque, sendo comprovados os fatos – e nós estamos caminhando nessa direção –, um Senador da República tombou diante de uma organização criminosa. Esse é o ponto da tristeza. Agora, o ponto da alegria, Senador Pedro Simon, é que as instituições estão funcionando. O Ministério Público está funcionando, a Polícia está funcionando, a Justiça está funcionando, a imprensa está funcionando. Imaginem se essa podridão ficasse na escuridão pelo resto de nossas vidas! Portanto, temos que nos louvar, temos que cumprimentar os órgãos de investigação porque as instituições estão funcionando. Isto faz parte de uma república democrática: as instituições funcionando. Parabéns pela fala de V. Exª, mas não existe outra forma de investigarmos isso, a não ser por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concordo com V. Exª na importância de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas V. Exª há de concordar comigo que uma comissão de ética funcionando como deve funcionar, fazendo o que deve fazer, é um passo muito importante. Se não temos nem uma comissão de ética, que faz parte do estatuto da Casa, como vamos querer fazer funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Acho que, se nós entrarmos com o Conselho de Ética, no caminho certo, a CPI é uma consequência.

Eu já assinei a CPI. Com toda a sinceridade, assinei. Na primeira vez que o Senador Alvaro Dias veio falar comigo, eu assinei imediatamente. Assinei na primeira vez e assinei na segunda vez. Parece que a primeira seria só do Senado, depois seria mista, não sei o quê, mas eu assinei as duas, a do Senado e a mista.

Agora, às vezes acontece isso. Este vai ser um momento de definição. Não é um momento de... O nosso colega Demóstenes está no episódio, mas o episódio vai muito além dele; é muito mais profundo. E esta Casa vai... Eu digo com profunda seriedade: confio nesta Casa, com todos os nossos equívocos, com toda a nossa lengalenga de ir devagarzinho.

Amanhã, vamos votar na Comissão de Justiça a tal da reforma administrativa. Eu não vou votar. Fiz parte da primeira Comissão, fizemos um trabalho, escrevi um livro sobre isso. Mas o negócio que querem votar é de mentirinha, é de mentirinha, não tem conteúdo e não tem seriedade. Essas coisas são assim, esta Casa vai levando ao extremo e não toma uma decisão. Mas, a um determinando momento, a decisão é tomada. Agora, nós chegamos a esta conclusão: vai acontecer!

Olha, no meu leito doentio, eu li com emoção essa entrevista de Carlos Ayres Britto. É um grande orgulho um brasileiro como esse. Vai ficar sete meses na Presidência do Supremo, mas, pelo sentimento, pela profundidade de conteúdo e pela disposição com que vai, tenho a convicção de que vai ser realmente muito importante. O mensalão vai ser o grande julgamento. O problema não são os quarenta réus, uns presos, outros condenados, outros absolvidos; o importante é chegar à conclusão, o importante é não cair no esquecimento, é não cair no fato de ser arquivado por decurso de prazo. Ao relator, uma pessoa excepcional, e agora ao Presidente que está entrando, com o conceito e o conteúdo das aulas de sabedoria que ele nos dá realmente, meus cumprimentos. Meus cumprimentos, Ministro Carlos Ayres Britto, Presidente do Supremo, pela aula de civismo que o senhor nos dá.

Tenho certeza de que também o Supremo viverá um grande momento, um importante momento e que, na hora de decidir, essa questão do julgamento vai ser a sepultura definitiva. O velório começou com a decisão das fichas limpas, e a sepultura será com a decisão do mensalão, sem cair em arquivo por falta de número.

Por isso, Srª Presidente, venho a esta Casa e subo a esta tribuna, ainda que debilitado, mas cumprindo exatamente a obrigação de minha consciência. E quero dizer a alguns senhores da imprensa que estão fazendo um belo papel que talvez eles estejam exagerando. Sinto que, com todos os erros que possamos ter cometido, com todos os equívocos e as questões que possam apontar nesta Casa, eu vejo aqui grandes nomes, vejo aqui o sentimento que, no final, pairará acima de nossas divergências. Nós vamos julgar, nós vamos decidir e nós vamos dar um rumo ao Senado da República.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Pedro Simon, o seu talento político e a sua sensibilidade crescem nas crises ain-

da mais, como se já não fossem fortes. É uma sensibilidade tão grande que V. Exª não espera terminar o período de repouso de seu mal-estar físico e vem à tribuna para tratar de temas tão relevantes, sintonizado com a voz das ruas, com a voz do povo.

Fico mais confortada com a declaração de fé final de V. Exª na Instituição, porque, no meio do discurso, V. Exª disse que as instituições estavam falhando, Executivo, Judiciário e Congresso Nacional. Mas a sua palavra final é confortadora, e eu tenho a convicção de que nós daremos uma resposta adequada para que a Instituição não se fragilize.

Cumprimento o Senador Pedro Simon.

Orador inscrito, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pelos 30 anos e dizer do orgulho que a gente tem de ter um companheiro igual ao mestre Pedro Simon.

Eu gostaria de falar, hoje, sobre a importância do turismo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Atividades das mais variadas, como lazer, negócios, eventos culturais, desportivos e religiosos ou mesmo a visita a amigos e parentes, movimentam volumes espantosos de viajantes e de receitas. Portanto, não é preciso muito esforço para perceber a importância do setor de turismo na moderna economia globalizada.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, apenas em 2010, a receita cambial com o setor foi de quase um trilhão de dólares. Esse montante não considera as receitas advindas do turismo doméstico.

Além disso, o impacto direto das atividades do turismo na economia representou aproximadamente 2,8% do PIB mundial, em 2011, de acordo com levantamento do Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

A mesma entidade estima as expectativas de crescimento médio do setor em torno de 4,2% ao ano, para um período de 10 anos, o que elevará a contribuição total do setor para a economia planetária à casa dos 2,9 bilhões de dólares, em 2021, traduzindo uma variação acumulada de 55% ao longo desta década.

Não há dúvida, portanto, acerca da crescente influência do turismo nas economias dos países e nem do seu destacado papel na integração das diversas culturas nacionais mundo afora.

No Brasil, a representatividade do setor no nosso PIB é ainda maior que a média mundial. Suas dimensões, equivalente a aproximadamente 3,3% do Produto Interno Bruto, apresentam nítido viés de crescimento, a despeito de algumas repercussões da crise internacional que chegaram a impactar o desempenho nacional.

Da mesma forma que no resto do mundo, o turismo brasileiro é um grande gerador de empregos, sendo responsável, neste momento, por cerca de 2,8 milhões de empregos diretos contabilizados no Brasil e por mais um sem-número de colocações laborais nas cadeias produtivas que apoiam indiretamente o setor turístico.

Todavia, esse panorama aparentemente positivo não nos deve enganar. Sem enérgicas medidas adicionais de estímulo, o setor turístico brasileiro não ocupará lugar à altura do potencial de atratividade que efetivamente tem o País.

De fato, ao compararmos o desempenho nacional com o de outros países, alguns deles muito menores e muito menos bem aquinhoados em termos de capacidade de atrair turistas, obtemos um resultado que se revela até mesmo decepcionante.

Inicialmente, temos que o posicionamento no *ranking* mundial de atratividade de visitantes estrangeiros é surpreendentemente modesto, sendo que a participação nacional no volume total do turismo internacional mal supera a casa de 0,5%. Isso é ainda mais lamentável – repito – quando observamos que, em países bem menores e com potencial menor que o nosso, apresentam números superiores. Exemplos disso são a Turquia, a Malásia e a Ucrânia, cuja participação no mercado mundial é de 2,9%, 2,7% e 2,4% respectivamente.

É preciso, portanto, diagnosticar com precisão os problemas de competitividade que mais, e mais negativamente, impactam a atratividade turística brasileira e encaminhar políticas setoriais capazes de solucioná-los e aproximar, ao menos em parte, o Brasil turístico real do Brasil turístico potencial que queremos alcançar.

É preciso, sobretudo, investir mais na profissionalização do setor, avaliar os diferenciais competitivos e as práticas correntes nos grandes destinos mundiais e entender a lógica do seu sucesso, o que permitiria incorporar à infraestrutura brasileira tudo que fosse considerado útil e adequado à nossa realidade.

Um dado positivo, no quadro geral, é o fato de que os gastos dos turistas estrangeiros vêm crescendo no Brasil, tendo apresentado montante de 14,4% maior, em 2011, em relação ao ano anterior. Outra boa notícia é a de que o Rio de Janeiro tornou-se a cidade líder em destino turístico no Hemisfério Sul.

Sim, é verdade que Brasil tem avançado, mas creio que não o suficiente. Somente em 2009, o País veio a ocupar a primeira posição entre os destinos turísticos da América do Sul. Essa vantagem, porém, ainda não é proporcional à dimensão econômica brasileira e, muito menos, ao potencial de atratividade turística do Brasil.

Também é fundamental corrigir fatores que tornam os destinos turísticos no exterior mais atrativos aos turistas brasileiros que a maioria dos destinos domésticos. Esse aspecto, aliás, é um dos que mais vêm comprometendo a balança comercial do turismo brasileiro. Em 2010, por exemplo, o saldo cambial líquido alcançou déficit de mais de US$10 bilhões. A despesa com a saída de turistas brasileiros cresceu espantosos 51% em relação ao exercício anterior.

Segundo o Banco Central, os gastos dos turistas brasileiros lá fora bateram recorde no primeiro bimestre deste ano, somando US$3,7 bilhões, ante US$3,1 bilhões em igual período de 2011. Só em fevereiro, os brasileiros gastaram 31% a mais em relação ao mesmo mês do ano passado.

Grande parte dessa perda de competitividade certamente se deve à grande apreciação do câmbio – situação que, aliás, demanda urgente correção, em virtude dos prejuízos que o atual nível de preço do real vem trazendo a toda a economia. Mas certamente não é o câmbio um fator único, isolado.

É também necessário aproveitar de modo mais completo a grande oportunidade que o País terá com a notável sequência de eventos prevista para os próximos anos: a Copa das Confederações da Fifa, em 2013; a Copa do Mundo de 2014; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Esse conjunto de eventos traduz, em verdade, uma grande chance que o País tem de avançar no mercado do turismo internacional.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é fato que o setor nacional do turismo tem avançado. No entanto, a riqueza turística brasileira está longe de ser bem explorada. Por exemplo: o turismo ecológico tem vastas oportunidades inaproveitadas. Acredito que deveria haver mais incentivos ao turismo na região Amazônica e do Pantanal, por exemplo.

O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, tem inúmeras alternativas belíssimas, sem contar o turismo cultural, histórico, de negócios e serviços. Aliás, quando se fala em Mato Grosso do Sul, as imagens que vêm à mente são das araras azuis, das capivaras, onças-pintadas, tucanos, das inúmeras espécies de peixes, enfim da nossa fauna e flora esplendorosas. Não é por acaso que o Pantanal é considerado pela Unesco Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera.

Na capital, Campo Grande, o Governo do Estado está com o belíssimo projeto do Aquário do Pantanal, no Parque das Nações Indígenas. Será o maior aquário de água doce do mundo, com 6,6 milhões de litros de água, 263 espécies e sete mil animais.

O Governador André Puccinelli tem tomado inúmeras iniciativas para divulgar o turismo do nosso Estado. Um exemplo é a participação dele na mostra de turismo denominada "Mato Grosso do Sul, o turismo nas suas cores e sabores", nesta segunda-feira, hoje, no Rio de Janeiro. O evento apresenta os principais destinos, a cultura e a gastronomia do nosso Estado ao resto do País e ainda será uma excelente oportunidade de negócios para os empresários do setor. Hoje, Mato Grosso do Sul destaca-se como um dos principais destinos de ecoturismo e do turismo de aventura do País.

Também fiquei muito satisfeito ao tomar conhecimento de que o Mato Grosso do Sul será beneficiado com mais recursos da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Vejo, com esperança, iniciativas para impulsionar o turismo. No entanto, em todo o Brasil, ainda existem carências e talvez falta de visão para encarar o setor como prioritário para o nosso avanço social e econômico.

Alternativas não faltam. Temos o turismo de negócios, cujo volume cresceu cerca de 30% em São Paulo, no ano passado, mas carece de apoios fundamentais na área de infraestrutura. Temos também o turismo de veraneio, preponderante ao longo da imensa costa brasileira. Temos o turismo cultural, que tem pontos altos, entre outros, no carnaval, em praticamente todos os Estados da Federação; nas festividades do Boi, no Amazonas; e no São João, principalmente no Nordeste do Brasil. Há também destinos muito importantes para o turismo religioso, representado nos grandes centros de peregrinação religiosa, cujo maior exemplo é Aparecida do Norte, em São Paulo, bem como em Juazeiro do Norte, na Amazônia, em Belém do Pará e em Macapá, por ocasião da festa do Círio de Nazaré. E, por fim, outros focos absolutamente relegados, como é o caso do turismo cívico e institucional, cujo caso mais evidente me parece ser propriamente Brasília.

Finalizo minha reflexão, Srª Presidente, certo de que podemos fazer um esforço maior do que o atualmente despendido da fundamentação, da qualidade e da competitividade do turismo brasileiro. Reconheço os avanços, é certo, mas entendo justo registrar que podemos e devemos fazer muito mais em prol deste que é não somente um dos setores econômicos que mais crescem em todo o mundo, neste terceiro milênio, mas um dos que efetivamente mais cria emprego, gera renda e distribui oportunidades.

Muito obrigado pela atenção.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Antonio Russo, de fato, o turismo, especialmente em regiões como o seu Estado, tem muito a oferecer não só aos brasileiros que não conhecem a

beleza da região em todos os seus aspectos: a beleza geográfica, urbanística, a hospitalidade, a gastronomia e a cultura, mas, especialmente, aos turistas estrangeiros que visitam o nosso Brasil.

O Brasil, grande e bonito, ainda não recebe tantos turistas. A República Dominica recebe mais turistas do que o Brasil.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meus cumprimentos pela abordagem do tema, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, orador inscrito.

Enquanto aguardamos o Senador Paulo Paim, gostaria de dizer que a Casa acolhe com muita alegria a visita do Ministro da Agricultura, Deputado Mendes Ribeiro Filho, a quem saudamos e damos as boas-vindas, nesta tarde, ao Senado Federal.

Caro Ministro Mendes Ribeiro Filho, parabéns pelo trabalho que vem realizando à frente do Ministério da Agricultura. Cumprimentos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, Ministro Mendes Ribeiro Filho, Senador Simon, eu teria inúmeros assuntos a tratar. Não sei se conseguirei falar de todos, porque V. Exª irá dizer: "Se ficar dentro do tempo regimental, tudo bem".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas V. Exª terá o tempo necessário, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me começar meu pronunciamento falando do seu Partido. V. Exª poderá perguntar: "Mas o que o Paim vai falar do meu Partido?", porque, normalmente, eu não falo dos outros partidos. Falo do meu Partido, bem ou mal, para criticar ou para elogiar, mas falo do meu Partido.

Senadora Ana Amélia, por que venho à tribuna?

Tenho uma admiração muito grande pelo ex-Deputado Federal Jarbas Lima. Para mim, Jarbas Lima foi o maior tribuno que conheci na Câmara dos Deputados. Fiquei sabendo, no dia de hoje, que ele perdeu uma filha e sei que ele é tão emotivo que escreveu um artigo que foi publicado no *Correio do Povo,* jornal de Porto Alegre.

Pelo carinho que tenho, confesso que, quando menino, votei no Jarbas Lima. Lembro-me de que, na época, só havia dois partidos. Jarbas Lima foi a minha casa inúmeras vezes. Ele tinha uma relação direta com meus pais – já falecidos.

Enfim, resolvi ler o artigo dele aqui na tribuna hoje numa homenagem a ele e à família dele.

Srª Presidenta, morreu no hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, a Professora Gisela Martins Lima Cupertino, de 47 anos, filha do ex-Deputado Federal, ex-Secretário da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Jarbas Lima, e da Professora Jane Lima.

Gisela era professora, pedagoga, da Creche Cejuquinha, do Centro de Funcionários do Tribunal de Justiça há quase 20 anos. Era casada com André Cupertino e mãe de Pedro e Victória. Deixa também três irmãs, Liamara, Thirsa e Ana, e quatro sobrinhas.

Deixo aqui meus sentimentos ao meu amigo Jarbas Lima e a sua esposa Dª Jane, ao marido, aos filhos e a todos os familiares e amigos da Professora Gisela. Ontem, domingo, o meu amigo Jarbas Lima, pai que perdeu a filha, escreveu um artigo no jornal Correio do Povo, com o título "Perdi minha filha Gisela". Leio o artigo porque estou lendo como todos aqueles pais que perdem um filho ou uma filha. E senti, embora, não estivesse lá, as lágrimas do Jarbas caindo e também da mãe Jane. Que esse artigo seja uma homenagem a todos os pais.

Diz Jarbas Lima:

> *Perdi um pedaço de mim e da Jane. Perdemos muito da alegria de viver. A perda de Gisela nos feriu profundamente. Ela era muito especial. Doce, meiga, carinhosa, frágil, delicada. Era como uma graça de Deus. Era dessas criaturinhas que gostam mesmo dos pais. Tinha por natureza continuar criança, ser abraçada e ser protegida. Era sensível, pequena, uma bonequinha que não perdia a doçura. Era esposa, mas não queria deixar de ser o nenê dos pais. Era mãe dedicada, mas não renunciava o direito à filhinha mimada. Que saudades, minha filhinha. Você, Gisela, inverteu a ordem natural da vida. Foi-se antes de nós. Deixou-nos quando a hora era mais nossa de partir [diz o Jarbas]. Não aproveitou a família maravilhosa que construiu. Você partiu, você partiu do convívio de tuas colegas da Creche Cejuquinha, das crianças que você amava como filhos e que elas nunca deixaram de retribuir. Você, minha filhinha, fez e deixou amigos verdadeiros*
>
> *Os filhos se ligam a nós pelo respeito e pela doçura. O paraíso dos pais, é natural, vai do berço, à vida adulta dos filhos. Os corações dos pais parecem trocar de corpo. Os filhos perdem os pais.*
>
> *Gisela, minha filhinha, está doendo muito! Pensei como meu pai, que homem não chora.*

Chorei sim. Estamos, com a tua mãe, chorando muito, a dor e o sofrimento para dentro, profundo, incontrolável. Dor que sufoca. Dor só compreendida por quem padece. Na dor ficamos crianças, nestas horas é bom ter a família, os amigos ao nosso lado. Quem não sofreu, nada sabe da vida. Seus laços são mais estreitos que os da felicidade. Só a dor é real. A dor não dorme. A dor não fala. A dor só se processa no silêncio. Como Arthur de Azevedo, Gisela minha boneca, quando beijarmos teu túmulo, beijaremos, eu e tua mãe, a nossa própria sepultura.

Logo estaremos contigo.

Agradecemos ao Dr. Telmo Reis o carinho e a competência. A Victória e o Pedro, teus filhos, o André, teu esposo, nos confortamos na tua lembrança".

Jarbas, é uma pequena homenagem que te faço. Você, Jarbas, que, em uma oportunidade, por eu ter bradado, na Câmara dos Deputados, com a Constituição, que ninguém ia arrancar o direito dos trabalhadores, fui provocado – confesso, Senadora – e arremessei em direção a outro Deputado e, por isso, quiseram cassar meu mandato. Aí o Jarbas foi à tribuna e disse: "Se alguém quiser cassar o mandato desse Senador negro, eu serei o advogado". E arquivaram o processo.

Faço isso como uma lembrança bonita do meu amigo Jarbas.

Mas, Srª Presidenta, eu quero também aproveitar o momento para registrar que esse mês de abril é um mês em que a gente lembra a luta internacional contra as doenças e acidentes no trabalho.

Segundo o Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho de 2010, construído pela Previdência Social, acidente de trabalho é aquele que ocorre durante o serviço ou no trajeto entre a casa e o local de trabalho.

Em 2010 o Ministério da Previdência Social registrou um total de 701.496 acidentes de trabalho; em 2009, o número foi de 733.365; em 2008, 755.980 pessoas se acidentaram.

Dado que também preocupa muito, Srª Presidenta, é que, de cada cinco acidentes do trabalho, quatro são com morte, quatro são de empresas terceirizadas; de cada dez acidentes no trabalho, oito são de empresas terceirizadas.

Passa-me a impressão de que há uma discriminação ou um não acolhimento, um não atendimento da mesma forma do trabalhador contratado e aquele que vem de uma empresa terceirizada, o que preocupa a todos.

Quem perde mais é o trabalhador porque perde a vida ou fica com sequelas, mas também perde a sociedade.

Os acidentes laborais custam R$32 bilhões aos cofres públicos.

Diz aqui também que 50% do setor terceirizado não paga a previdência dos seus trabalhadores.

A remuneração do trabalhador terceirizado, em média, é 27% a menos do que a daquele servidor que é efetivo.

No tocante a acidentes de trabalho, no *ranking* internacional, o Brasil é o 4º maior do mundo.

Veja bem, de acordo com a OIT, ocorrem anualmente 270 milhões de acidentes de trabalho em todo o mundo. Aproximadamente 2,2 milhões de acidentes com mortes.

No Brasil, segundo o relatório, 1,3 milhão de casos tem como principais causas o descumprimento de normas básicas de proteção ao trabalhador.

O Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes no mundo, com 2.503 óbitos. O País perde apenas para a China, para os Estados Unidos e para a Rússia.

Na década de 70, o Brasil registrava uma média de 3.604 óbitos para 12.428.826 trabalhadores.

Dados do Ministério do Trabalho, Srª Presidenta, ainda mostram que a maioria dos acidentes são na área do transporte e na área da construção civil. Por isso que, nas obras da Copa, está havendo tantas greves e paralisações, e muitas delas ocorrem especificamente devido aos acidentes no trabalho.

Srª Presidenta, faço este registro dizendo que já fizemos uma audiência pública com esse objetivo. Faremos outra audiência pública, ainda neste mês de abril, para aprofundar o debate sobre doenças e acidentes no trabalho.

Srª Presidenta, eu vou agora aproveitar os últimos dez minutos para falar de outro tema. Quero aproveitar esses dez minutos, Senador... Eu ia chamá-lo Senador, mas V. Exª é Ministro. Ministro Mendes Ribeiro, eu vou falar um pouco do vinho, mas fique bem à vontade. V. Exª conhece mais do que ninguém a realidade do vinho gaúcho.

Mas como recebi um documento do Rio Grande, e veja bem o meu carinho com o setor do vinho... Eu, naquele desfile da escola Imperadores do Samba, em Porto Alegre, perdi exatamente para o vinho, porque foi homenageado o vinho, via escola Restinga, e a escola de que eu participava perdeu por um décimo – fazia homenagem ao nosso trabalho.

Mas eu recebi deles, com quem tenho uma relação excelente, sei que a Senadora Ana Amélia tem também, como tinha o Senador Zambiasi, e o Sena-

dor Simon, e quero dar alguns dados sobre o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a União Brasileira de Vitivinicultura (Unibra), a Federação das Cooperativas de Vinho (Fecovinho) e o Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul (Sindivinho).

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Senador, sinta-se em casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Com quatro gaúchos aqui, vou defender o vinho gaúcho com a maior tranqüilidade.

Essas entidades, Srª Presidenta, solicitaram, em 1º de julho de 2011, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a aplicação de salvaguardas sobre as importações brasileiras de vinho.

Por outro lado, os importadores, *chefs*, donos de restaurantes, donos de lojas de bebidas e até consumidores contestaram essa posição, o que, segundo eles, acarretará uma barreira nas vendas.

Os representantes da indústria nacional, que aqui citei, argumentam que uma salvaguarda de três anos seria necessária para que a indústria vinícola brasileira pudesse promover ajustes de produção e de distribuição, tornando-se capaz, assim, de produzir vinhos mais competitivos, tanto em termos de preço como de qualidade – e, com certeza, nossa já é muito, muito boa.

Uma salvaguarda, definida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, daria à indústria nacional a possibilidade de reerguer e fortalecer um setor que perde espaço, ano após ano, para a concorrência estrangeira.

Já os comerciantes de vinho, por sua vez, duvidam que a salvaguarda represente tudo isso que aqui estou falando, segundo argumentos que me mandaram.

Srª Presidenta, acredito que, diante de conflitos como esse, o melhor caminho é sempre a busca do entendimento, a busca do consenso, a busca de uma solução criativa que, na medida do possível, ampare as demandas de todos os setores.

Nesse conflito específico, está bem claro que as duas partes envolvidas têm lá os seus argumentos.

O que precisamos buscar é um ponto de equilíbrio, em que tanto produtores quanto comerciantes se sintam amparados e possam continuar produzindo e crescendo em seus respectivos negócios.

É importante mantermos a defesa de um mercado equilibrado e justo respeitando as boas práticas do comercio internacional.

Os produtores, por exemplo – claro que estou aqui falando muito mais pela provocação positiva; seria ouvida a tribuna dos produtores – estão certos em temer pelo futuro da indústria nacional, o nosso produto tem tudo para ser competitivo. Há uma década, os vinhos brasileiros respondiam por 50% do total de vinhos consumidos no Brasil.

Em 2005, a participação do vinho nacional nessa conta já havia caído para 35%. Em 2011, caiu para 21%.

A curva, portanto, é descendente, e é mais do que natural que os produtores brasileiros – e não só os gaúchos – estejam apreensivos em relação ao que pode acontecer nos próximos dez, vinte anos.

Também pesam contra a vinicultura nacional os gargalos da infraestrutura fraca brasileira.

O frete, por exemplo, agrega custos altos ao produto final. Os principais polos de produção do vinho brasileiro se encontram no Sul e no Nordeste, mas é no Sudeste que se concentra o consumo. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro respondem, sozinhos, por praticamente a metade do vinho nacional consumido no País.

O vinho importado, que chega diretamente aos principais centros consumidores sem percorrer grandes distâncias no interior do País, tem um custo relativo de transporte muito menor, levando em conta os milhares de quilômetros que percorre o nosso, entre a fonte e o consumidor final no Brasil.

Srª Presidenta, apesar de contarmos com vinhos excelentes e com premiação internacional, por exemplo, na Europa, nos Estados Unidos, vinhos produzidos na Serra Gaúcha, e por que não dizer também, no Vale do São Francisco (Pernambuco), no Planalto Catarinense, no sul de Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná.

Apesar disso, a indústria nacional tem dificuldades, devido ao preço, de competir com os vinhos chilenos, argentinos, franceses, italianos, sul-africanos, norte-americanos, australianos, portugueses, alemães, que têm um preço considerado mais em conta porque não têm toda a dificuldade dos tributos que aqui pagamos.

É um problema que demanda uma solução urgente, um problema que ameaça a indústria nacional, essa indústria que tanto se fortaleceu gerando emprego, que tanto tem lutado pelo crescimento da qualidade do vinho brasileiro. Por isso, é destaque já em nível internacional.

Creio eu que medidas mais simples e menos drásticas poderiam ser feitas. Os problemas da infraestrutura são de solução lenta, mas há soluções que podem ser adotadas imediatamente. E aqui lembro, como dizia antes, reduzir os impostos para o setor é uma opção. E temos bons precedentes, inclusive na própria indústria de vinho.

Em 2005, o IPI para a produção do espumante foi reduzido de 30% para 10%. Resultado: o resultado foi o aumento da competitividade do espumante nacional, que hoje é uma referência pela sua qualidade

mundial, além de ser vendido a preços acessíveis. E isso só foi alcançado, frisemos, sem a necessidade de que houvesse grandes mudanças.

Repito que não quero entrar aqui na polêmica instalada. Quero apenas que haja um espaço para que o produtor nacional possa colocar o seu produto aqui, principalmente no território nacional e, pela sua competência, também no exterior.

Somos contra a prática de concorrência desleal, contra o *dumping*, contra procedimentos ilegítimos, pois tais medidas são predatórias à indústria, aos empregos e ao consumidor.

O que quero reforçar, porém, é a necessidade de um amplo diálogo para o bem de todos. Essa posição entre produtores e comerciantes, que estão nesse momento em conflito, não é interessante.

Voltamos ao ponto de vista inicial: temos que pensar no bem da indústria brasileira. É preciso que se avance nesse sentido o mais rápido possível.

Faço votos de que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior consiga apontar caminhos que fortaleçam o emprego aqui no nosso País.

Era isso, Srª Presidenta, que eu aqui, de forma resumida, tentei abreviar e não fiz toda a leitura do documento, inclusive do pronunciamento na íntegra. Mas faço esse registro na linha do entendimento e do bom senso. Mas V. Exª atua muito nessa área e, quando me lembro de V. Exª, eu me obrigo a lembrar também do nosso Senador Zambiasi, que atuava muito na área também da agricultura e do vinho; um Senador também respeitadíssimo por todos nós, como é V. Exª.

Fiz esse meu pronunciamento muito nesta visão de fortalecer a produção e a indústria nacional.

Era isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, Parabéns! Na semana passada, quando o Governo lançou o programa de estímulo à industrialização, eu fiz referência a essa questão. Ela tem dois aspectos, como bem ressalta V. Exª: o aspecto do direito do consumidor de escolher o que quer tomar e, do outro lado, o interesse nacional de preservar o emprego e uma indústria que se modernizou com muita coragem, com muita audácia, em várias regiões brasileiras, não só na Serra Gaúcha, mas em Santa Catarina e também no Vale do São Francisco.

Portanto, exatamente o melhor caminho é o entendimento entre os donos dos restaurantes, os chefes de cozinha do centro do País, que é o maior mercado consumidor, e a indústria nacional. Apenas uma medida do governo seria capaz de resolver o problema: reduzir o imposto incidente sobre o vinho brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o que eu espero.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como foi o caso, bem lembrado por V. Exª, sobre a questão do espumante. Antes de haver essa redução do imposto, Senador Paim, de cada dez garrafas de espumante consumidas no Brasil, oito eram estrangeiras. Depois dessa medida, houve uma inversão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De cada dez garrafas, oito são nacionais, e apenas duas estrangeiras. Veja como uma medida singela – a redução do imposto – afeta o mercado brasileiro e preserva o emprego.

Mas tem outro detalhe que não está sendo falado, Senador Paim, que é o aspecto de que essa é uma cláusula que está dentro dos acertos do Mercosul para terceiros mercados.

Portanto, essa salvaguarda é de interesse da Argentina e do Uruguai, que são, como o Brasil, produtores de vinho, e, portanto, querem, porque nos acessos a outros mercados, o vinho da região não tem acesso. Então, é uma espécie de reciprocidade para os vinhos de países, especialmente da Europa, que não aceitam a entrada dos vinhos argentinos, uruguaios e brasileiros.

Na hora em que houver reciprocidade, tudo bem, cai a salvaguarda. Esse é o espírito do que está previsto no âmbito do Mercosul, já aprovado. São cem produtos que podem se valer dessa salvaguarda. Um deles é o vinho, que é de interesse também da Argentina, do Uruguai, e, claro, do Brasil.

Mas V. Exª foi pelo caminho correto do entendimento entre as partes, porque precisamos continuar desenvolvendo para os dois setores: o de serviços, na área de restaurante; e o da indústria e do emprego, na área dos vinhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o complemento que V. Exª faz ao meu pronunciamento, enfatizando inclusive essa questão do Mercosul, nós três que fizemos do Parlasul. Eu, inclusive, vou tomar posse nesta sexta-feira, já que na primeira reunião eu não pude me deslocar para aquele espaço tão importante da integração.

Meus cumprimentos a V. Exª.

Pedirei que o seu aparte – considero um aparte, se me permitir assim – seja inserido no meu pronunciamento e que V. Exª considere lido na íntegra o resumo que fiz de cada um deles aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª será atendido na forma do regimento.

Senador Paim, quero que o senhor me represente na reunião, porque, infelizmente, não estarei lá, só no dia 23.

Portanto, V. Exª me representará na reunião do Mercosul neste final de semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Provavelmente V. Exª me represente na reunião do dia 23.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registro que faleceu na madrugada do dia 2 de abril, no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, a professora Gisela Martins Lima Cupertino, de 47 anos.

Filha do ex-deputado federal e ex-secretário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Jarbas Lima, e da professora Jane Lima.

Gisele era professora (pedagoga) da Creche Cejuquinha, do Centro dos Funcionários do Tribunal de Justiça (Cejus) havia quase 20 anos.

Ela era casada com André Cupertino e mãe de Pedro e Vitória. Deixa, também, três irmãs (Liamara, Thirsa e Ana), e quatro sobrinhos.

Deixo meus sentimentos ao meu amigo Jarbas Lima, a sua esposa, dona Jane, ao marido, aos filhos e a todos familiares e amigos da professora Gisele.

Sr. Presidente, ontem, domingo, o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, publicou artigo assinado por Jarbas Lima, com o título "Perdi minha filha Gisela".

> "Perdi um pedaço de mim e da Jane. Perdemos muito da alegria de viver. A perda da Gisela nos feriu profundamente. Ela era muito especial, doce, meiga, carinhosa, frágil, delicada.
>
> Era como uma graça de Deus. Era destas criaturinhas que gostam mesmo dos pais, tinha por natureza continuar criança, ser abraçada, protegida.
>
> Era sensível, pequena, uma bonequinha que não perdia a doçura. Era esposa, mas não queria deixar de ser o nenê dos pais. Era mãe dedicada, mas não renunciava o direito de filhinha mimada.
>
> Que saudades minha filhinha! Você, Gisela, inverteu a ordem natural da vida, foi-se antes de nós, deixou-nos quando a hora era mais nossa de partir.
>
> Não aproveitou a família maravilhosa que constituiu. Você partiu do tempo do convívio de tuas colegas da Creche "Cejuquinha", das crianças que você amava como filhos e elas nunca deixaram de retribuir.
>
> Você, minha filhinha, fez e deixou amigos verdadeiros. Eu queria que você viajasse, passeasse, mas você se foi! Dói, boneca, dói muito!
>
> São os filhos, quando Deus nos ajuda, que nos imortalizam, por gerações e pelo tempo. Os filhos são, por natureza, proteção e fortaleza dos pais.
>
> Os filhos se ligam a nós pelo respeito e pela doçura. O paraíso dos pais, é natural, vai do berço, à vida adulta dos filhos.
>
> Os corações dos pais parecem trocar de corpo. Os filhos perdem os pais.
>
> Gisela, minha filhinha, está doendo muito! Pensei como meu pai que homem não chora. Chorei sim. Estamos, com a tua mãe, chorando muito, a dor e o sofrimento para dentro, profundo, incontrolável.
>
> Dor que sufoca. Dor só compreendida por quem padece. Na dor ficamos crianças, nestas horas é bom ter a família, os amigos ao nosso lado. Quem não sofreu, nada sabe.
>
> Seus laços são mais estreitos que os da felicidade. Só a dor é real. A dor não dorme. A dor não fala. A dor só se processa no silêncio.
>
> Como Arthur de Azevedo, Gisela, minha boneca, quando beijarmos teu túmulo, beijaremos, eu e tua mãe, a nossa própria sepultura.
>
> Logo estaremos contigo. Agradecemos ao Dr. Telmo Reis o carinho e a competência. A Victória e o Pedro, teus filhos, o André, teu esposo, nos confortamos na tua lembrança".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, utilizarei o nobre espaço desta tribuna no dia de hoje para falar um pouco sobre a questão do vinho, que nos últimos dias vem pautando uma discussão nacional.

O Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a União Brasileira de Vitivinicultura (Unibra), a Federação das Cooperativas do Vinho (Fecovinho) e o Sindicato da Indústria do Vinho do RS (SindiVinho) solicitaram em 1º de julho de 2011 ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a aplicação de salvaguardas sobre as importações brasileiras de vinho.

Por outro lado, os importadores, chefs, sommeliers, donos de restaurantes, donos de lojas de bebidas e até consumidores, não aceitam que os importados tenham salvaguardas o que, segundo eles, acarretará uma barreira nas vendas.

Os representantes da indústria nacional que aqui citei, argumentam que uma salvaguarda de três anos seria necessária para que a indústria vinícola brasileira pudesse promover ajustes de produção e de distribuição, tornando-se capaz, assim, de produzir vinhos mais competitivos, tanto em termos de preço quanto em termos de qualidade.

Uma salvaguarda, definida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, daria a indústria nacional a possibilidade de reerguer um setor que perde espaço, ano após ano, para a concorrência estrangeira.

Já os comerciantes de vinho, por sua vez, duvidam que a salvaguarda represente essa panaceia para os males enfrentados pela indústria vinícola nacional.

Sr. Presidente, eu acredito que, diante de conflitos como esse, o melhor caminho é sempre a busca do entendimento, a busca do consenso, a busca de uma solução criativa que, na medida do possível, ampare as demandas de ambos os lados.

Nesse conflito específico, está bem claro que as duas partes envolvidas têm razão em determinados pontos de suas argumentações.

O que precisamos buscar é um ponto de equilíbrio, em que tanto produtores quanto comerciantes fiquem satisfeitos e possam continuar produzindo e crescendo em suas respectivas atividades.

É importante mantermos a defesa de um mercado equilibrado e justo respeitando as boas práticas do comercio internacional.

Os produtores, por exemplo, estão certos em temer pelo futuro da indústria nacional, o nosso produto deve ser competitivo. Há uma década, os vinhos brasileiros respondiam por 50% do total de vinhos consumidos no Brasil.

Em 2005, a participação do vinho nacional nessa conta já havia caído para 35%. Em 2011, foi menor ainda, na casa dos 21%.

A curva, portanto, é descendente, e é mais do que natural que os produtores brasileiros estejam apreensivos em relação ao que pode acontecer nos próximos dez, vinte anos.

Também pesam contra a vinicultura nacional os gargalos da infraestrutura brasileira.

O frete, por exemplo, agrega custos altos ao produto final. Os principais polos de produção do vinho brasileiro se encontram no Sul e no Nordeste, mas é no Sudeste que se concentra o consumo. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro respondem, sozinhos, por praticamente a metade do vinho nacional consumido no País.

O vinho importado, que chega diretamente aos principais centros consumidores sem percorrer grandes distâncias no interior do País, tem um custo relativo de transporte muito menor, levando em conta os milhares de quilômetros que percorre entre o produtor estrangeiro e o consumidor final no Brasil.

Sr. Presidente, apesar de contarmos com vinhos excelentes e com premiação internacional... Europa, Estados Unidos... produzidos na Serra Gaúcha, no Vale do São Francisco (Pernambuco), no Planalto Catarinense, no sul de Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná –...

Apesar disso, a indústria nacional tem dificuldade de competir com os vinhos chilenos, argentinos, franceses, italianos, sul-africanos, norte-americanos, australianos, portugueses, alemães – que têm alta qualidade e preços menores.

É um problema que demanda uma solução urgente, um problema que ameaça a indústria nacional, essa indústria que tanto se fortaleceu nos últimos anos, que tanto tem lutado pelo crescimento da qualidade do vinho brasileiro.

Creio eu que medidas mais simples e menos drásticas poderiam ser feitas. Os problemas da nossa infraestrutura são de solução lenta, mas há ações que podem ser adotadas imediatamente.

Reduzir os impostos para o setor, por exemplo, é uma opção. E temos bons precedentes, inclusive na própria indústria do vinho.

Em 2005, o IPI para a produção de espumantes foi reduzido de 30% para 10%.

O resultado foi o aumento da competitividade do espumante nacional, que hoje já é uma referência mundial de qualidade, além de ser vendido a preços acessíveis.

E isso foi alcançado, frisemos, sem a necessidade de qualquer salvaguarda.

Repito que não quero entrar no mérito do pleito dos produtores, Senhor Presidente. Pode ser que a salvaguarda seja uma medida emergencial necessária e imprescindível no contexto atual.

Somos contra as práticas de concorrência desleal, contra o dumping, contra protecionismos ilegítimos, pois tais medidas são predatórias à indústria, aos empregos e ao consumidor de qualquer nação.

O que quero reforçar, porém, é a necessidade de que ambas as partes envolvidas nessa disputa cheguem a um acordo que contemple, na medida do possível, os interesses de todos.

Essa oposição entre produtores e comerciantes não é interessante nem aos produtores, nem aos comerciantes, e muito menos aos consumidores.

Pelo bem da indústria brasileira, é preciso que essas diferenças se resolvam o mais rápido possível.

Faço votos de que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior consiga encontrar uma solução satisfatória para todos mas que, ao mesmo tempo, estimule e fortaleça a indústria nacional, que tem nos dado vinhos cada vez melhores, apesar de todas as dificuldades e de todos os desafios que nossos produtores enfrentam cotidianamente.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista o recebimento de Ofício de Lideranças de indicação de membros para comporem as Comissões Mistas encarregadas de emitirem pareceres sobre as

Medidas Provisórias números 563 e 564, de 2012, com referência ao Senado Federal, ficam assim constituídas as respectivas comissões.

Medida Provisória nº 563, de 2012:

Composição
Senadores

Titulares	**Suplentes**
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)	
Renan Calheiros	1. Vital do Rêgo
Francisco Dornelles	2. Ana Amélia
Paulo Davim	3. Romero Jucá
Eduardo Amorim	4. Sérgio Souza
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel	1. Anibal Diniz
Walter Pinheiro	2. Angela Portela
Wellington Dias	3. Ana Rita
Acir Gurgacz	4. Lídice da Mata
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Paulo Bauer	1. Flexa Ribeiro
Jayme Campos	2. José Agripino
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
Blairo Maggi	2. Alfredo Nascimento
***PSD**	
Kátia Abreu	1. Sérgio Petecão

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Medida Provisória nº 564, de 2012:

Composição
Senadores

Titulares	**Suplentes**
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV)	
Renan Calheiros	1. Vital do Rêgo
Francisco Dornelles	2. Ana Amélia
Paulo Davim	3. Romero Jucá
Eduardo Amorim	4. Sérgio Souza
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel	1. Anibal Diniz
Walter Pinheiro	2. Angela Portela
Wellington Dias	3. Ana Rita
Lídice da Mata	4. Acir Gurgacz
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda	1. Cássio Cunha Lima
Jayme Campos	2. José Agripino
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
Blairo Maggi	2. Alfredo Nascimento
***PSOL**	
Randolfe Rodrigues	1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Essas são as informações das lideranças para a composição das comissões especiais das **Medidas Provisórias nº 563 e 564, de 2012**.

São os seguintes os ofícios das Lideranças:

Ofício nº 46/2012 – GLBAG

Brasília, 9 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão Temporária para análise da MP 563/2012.

Titulares	**Suplentes**
José Pimentel	1. Anibal Diniz
Walter Pinheiro	2. Angela Portela
Wellington Dias	3. Ana Rita
Acir Gurgacz	4. Lídice da Mata

Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 47/2012 – GLBAG

Brasília, 9 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão Temporária para análise da MP 564/2012.

Titulares	Suplentes
José Pimentel	1. Anibal Diniz
Walter Pinheiro	2. Angela Portela
Wellington Dias	3. Ana Rita
Acir Gurgacz	4. Lídice da Mata

Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa o Deputado Antonio Imbassahy, como membro titular, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme o Ofício nº 401, de 2012, do Vice-Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 401/2012/PSDB

Brasília, 9 de abril de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Respeitosamente, – Deputado **César Colnago**, Líder do PSDB em Exercício.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, darei por encerrada a presente sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constittucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2
REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.*

Parecer sob nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a alteração que propõe.

3
REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2012)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.*

Parecer contrário, sob nº 227, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

4
REQUERIMENTO Nº 183, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 183, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concessão de seguro desemprego).*

5

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (envio de documento de cobrança de débitos por meio eletrônico).*

6

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (tratamento tributário, previdenciário e trabalhista do turismo rural).*

7

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (veda o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal).

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 57 minutos.)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Pág.

ACIR GURGACZ

Requerimento nº 245, de 2012, que requer que o Projeto de Lei nº 438, de 2011, que altera a Lei nº 7.802 e a Lei nº 8.702 para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas, que seja ouvida também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA. 431

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2012, que altera a isenção do Imposto sobre produtos industrializados, incidente sobre forro de PVC..... 519

Comentários a respeito do lançamento pelo Governo Federal de um pacote de medidas para melhoria na crise do setor industrial. 603

Registro acerca da presença da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na cidade de Cocal localizado no Estado de Rondônia, com o objetivo de estimular a retomada do crescimento da produção de café no Estado..... 603

AÉCIO NEVES

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 473

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Critica ao Governo Federal acerca segundo Plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico Brasileiro. 630

Aparte ao senador Cristovam Buarque..... 934

ALVARO DIAS

Considerações acerca da necessidade de investigação a denúncias que envolvem o Ministério da Pesca. 418

Considerações acerca do anúncio de medidas do governo, sobre a desoneração da folha de pagamento de quinze novos setores da indústria. 454

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2006 (nº 717/2003, da Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação Técnica Federal. 459

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 472

Parecer nº 341, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2012 (nº 1.834/2011, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR e dá outras providências..... 581

Considerações acerca da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o segundo plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico brasileiro e comentário a respeito de investimentos e superfaturamentos em determinados setores do governo. 627

Apelo à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para que fiscalize com mais rigor a empresa aérea GOL. 940

Considerações acerca dos crescentes casos de corrupção, com destaque a reportagem: "Mensalão será o julgamento do século", publicada na revista *Veja.* 940

ANA AMÉLIA

Considerações acerca da necessidade de um maior rigor nos julgamentos de corrupção, com destaque ao inquérito do senador Demóstenes Torres..... 324

Pág.

Registro da visita de Sua Excelência a municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os programas municipais que visam o desenvolvimento urbano. 324

Considerações sobre a necessidade de defesa do senador Demóstenes Torres, envolvido em denúncias de corrupção. 406

Aparte ao senador Lauro Antônio. 486

Considerações acerca de audiência ocorrida com a ministra Gleisi Hoffmann, sobre o programa Pró- transporte, destinado às cidades para pavimentação das ruas e avenidas. 498

Considerações acerca da Lei da Copa, com destaque ao requerimento enviado FIFA, que requer a participação do presidente Joseph Blatter nas discussões gerais referentes à Copa de 2014. 498

Registro do convite do sindicato de jornalistas para que Sua Excelência participe do 35º Congresso Estadual dos Jornalistas, bem como da festa dos 70 anos de fundação da entidade, no Estado do Rio Grande do Sul. 498

Considerações acerca do pacote de medidas anunciadas pelo Governo Federal com o intuito de conter a desindustrialização no Brasil. 586

Registro do descaso do governo do Estado do Rio Grande do Sul que não cumpre os percentuais mínimos de investimentos na área da saúde. 595

Aparte à senadora Vanessa Grazziotin..... 597

Homenagem aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). 909

Elogios à entrevista do ministro Carlos Ayres Brito, concedida à revista *Veja.* 922

Preocupação com o excesso de mortes no trânsito durante o feriado da Páscoa, bem como destaque para a necessidade de combate á violência no trânsito brasileiro. 922

ANA RITA

Comentários a respeito da mobilidade social no Brasil e da adoção, pelo Governo Federal, de políticas públicas que tem como objetivo a redução da pobreza e o aumento da qualidade de vida no País. 618

Considerações acerca da ascensão econômica da população brasileira, com destaque a publicação do artigo "Como o Brasil virou o país da classe C", no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 24 de abril de 2012... 619

ANGELA PORTELA

Parecer nº 309, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2011 (nº 2.969/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes da Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. 70

Parecer nº 327, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 (nº 4.796/2005, na Câmara dos Deputados), que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962..... 146

Considerações acerca do plano econômico apresentado pelo Palácio do Planalto, que visa mudança no direcionamento da economia..... 442

Considerações a respeito da instalação de 23 Zonas de Processamento de Exportação até o ano de 2014 com destaque à instalação de uma zona na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. 927

ANIBAL DINIZ

Parecer nº 322, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2011 (nº 2.061/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salete -SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salete, Estado de Santa Catarina.... 124

Leitura do artigo publicado na revista Época, que aborda o encontro dos ex-presidentes, Lula e Fernando Henrique Cardoso, no hospital Sírio-Libanês, com destaque para a fortificação da democracia no País. 425

Registro de matéria intitulada "Muito além da cortesia", publicada na revista Época, edição de 30 de março de 2012..... 425

Registro acerca da homenagem feita ao ex-presidente Lula, que recebeu o premio internacional de Catalunha 2012. 425

Registro acerca das atividades de Sua excelência, que acompanhou o governador Tião Viana em seus compromissos no Estado do Acre. 425

Aparte ao senador Lauro Antônio. 486

Considerações acerca da concretização das medidas anunciadas pela presidenta Dilma, que dá novas medidas para impulsionar a economia e aumentar investimentos privados. 487

Homenagem aos trabalhadores da TV Senado e Rádio Senado que completa no mês de abril 15 anos de existência. 800

Pág.

Considerações acerca da revista Amazônia S/A, pelo trabalho desenvolvido pela indústria Plasacre que está reciclando o lixo e transformando-o em uma serie de produtos úteis para a sociedade do Acre. 800

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. 932

Comentário acerca do acolhimento de 270 refugiados haitianos no País, que estavam isolados na cidade de Iñapari no Peru, com destaque a concessão de documentos de imigração aos haitianos, para que possam trabalhar formalmente no Brasil..... 945

Registro de matéria intitulada "Decreto regulará compra verde do governo", publicada no jornal *Folha de S.Paulo,* edição de 8 de abril de 2012. S 945

Considerações acerca dos estímulos do governo as indústrias para que fabriquem produtos mais sustentáveis, com destaque ao Projeto de Lei nº 25, de 2007, que modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público..... 945

ANTONIO CARLOS VALADARES

Aparte ao senador Lauro Antônio. 487

ANTONIO RUSSO

Considerações acerca do trabalho desenvolvido durante cinquenta anos pelo hospital do câncer de Barretos. 424

Considerações acerca da necessidade de uma reforma tributária no Brasil. 450

Considerações acerca da importância do turismo para a economia brasileira com destaque a necessidade de investimentos no setor..... 960

ARMANDO MONTEIRO

Considerações acerca do conjunto de medidas anunciadas pelo Governo Federal, que representa uma nova etapa do Plano Brasil Maior. 510

BENEDITO DE LIRA

Parecer nº 305, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2011(nº 2.618/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jaraguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaraguá do Sul, Estado da Santa Catarina. Senador Benedito de Lira. 54

Parecer nº 323, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2011 (nº 2.849/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Neusa e Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia. Senador Benedito Lira..... 128

Requerimento nº 253, de 2012, que requer informações ao ministro da Justiça acerca das atividades do conselho administrativo de defesa econômica (CADE) no que se refere aos frigoríficos no Brasil, especialmente no Estado de Rondônia. Senador Benedito de Lira..... 560

BLAIRO MAGGI

Comentários a respeito da iniciativa dos agricultores do Estado do mato Grosso que utilizam a usina de cana-de-açúcar para adaptação de processamento de milho, que tem como finalidade o aumento da produção de etanol. 416

Aparte ao senador Lauro Antônio. 483

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2012, que estabelece diretrizes para a implantação de Redes Elétricas Inteligentes nos sistemas de distribuição de energia elétrica geridos por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências. 568

Parecer nº 342, de 2012 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício "S" nº 57, de 2011(nº 22/2011, na origem), do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que solicita que sejam justificadas as faltas dos senadores, Ciro Nogueira, Eunice Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembleia da União Interparlamentar que será realizada em Berna- Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011..... 918

CÍCERO LUCENA

Parecer nº 293, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2009 (nº 1.269/ 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à empresa de comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

Pág.

frequência modulada na cidade de Soledade, Estado da Paraíba. 5

Parecer nº 294, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2009 (nº 1.270/ 2008, na Câmara dos Deputados), que prova o ato que outorga permissão à empresa de comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba. 9

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2012, que altera o art. 29 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estabelecer novas regras para o cálculo do benefício de aposentadoria por invalidez e dá outras providências..... 200

Considerações acerca da transposição do rio São Francisco para o Estado da Paraíba. 419

Considerações acerca da Lei nº 9.394, que prevê a concessão de bônus de 30% aos alunos vestibulandos residentes nas cidades onde houver Instituições de ensino superior. 438

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2012, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior..... 439

CRISTOVAM BUARQUE

Aparte ao senador João Capiberibe. 401

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. 402

Considerações acerca da votação da Lei da palmada, que tem como objetivo evitar a violência praticada contra a criança e o adolescente. 413

Considerações acerca da economia brasileira, com destaque a necessidade de uma estratégia econômica de médio e longo prazo. 435

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2012, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal para acrescentar o meio ambiente saudável entre os direitos sociais. 547

Aparte ao senador Rodrigo Rollemberg. 931

Preocupação com a decisão da Câmara dos Deputados, que liberou a venda de bebidas alcoólicas em estádios nacionais durante a Copa do Mundo de 2014. 933

Apreensão com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, em não considerar estupro relações sexuais com as chamadas prostitutas infantis menores de idade. 933

Pág.

CLÉSIO ANDRADE

Parecer nº 340, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2012 (nº 1.830/2011, na casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências. 576

CIRO NOGUEIRA

Parecer nº 298, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2011 (nº1. 589/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio difusora de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo. 25

Parecer nº 307, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2011 (nº 2.894/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Major Vieira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina. 62

CYRO MIRANDA

Parecer nº 325, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2011 (nº 180/2011, na Câmara dos Deputados), que Aprova o ato que outorga autorização à Associação Painense de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pains, Estado de Minas Gerais..... 136

Aparte ao senador Lauro Antônio. 486

DELCÍDIO AMARAL

Parecer nº 292, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2008 (nº 609/ 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária São Vicente de Paula para executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-

Pág.

dade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul..... 1

Parecer nº 320, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2011 (nº 2.911/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul..... 115

Parecer nº 324, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2011 (nº 3.047/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro..... 132

Requerimento nº 246, de 2012, que requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2012, que prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010..... 461

EDUARDO BRAGA

Considerações acerca da economia brasileira, com destaque a necessidade de inovação tecnológica no Brasil para a obtenção de crescimento econômico..... 447

EDUARDO LOPES

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 473

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012, que altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º- à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências..... 523

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2012, que modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista..... 566

Homenagem ao dia do jornalista, comemorado no dia 7 de abril..... 791

EDUARDO SUPLICY

Aparte à senadora Ana Amélia..... 327

Aparte ao senador Roberto Requião..... 330

Aparte ao senador João Capiberibe..... 400

Considerações a respeito da conduta do senador Demóstenes Torres, envolvido em denúncias de corrupção..... 415

Parecer nº 328, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2012, que altera o art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, a fim de prorrogar por 180 dias o prazo para o exercício da autorização para a contratação de operação de crédito..... 431

Aparte ao senador Jorge Viana..... 446

Aparte a senadora Marta Suplicy..... 450

Considerações acerca da libertação de dez militares brasileiros que há dez anos estavam sequestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)..... 452

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2006 (nº 717/2003, da Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à regulamentação Técnica Federal..... 459

Registro de matéria intitulada "O cruel teorema da saúde", publicada na revista *Veja*, edição de 31 de abril de 2012..... 589

Comentários a respeito da matéria publicada na revista *Veja* que denuncia o desvio de recursos públicos na área da saúde..... 589

EUNÍCIO OLIVEIRA

Parecer nº 312, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2011(nº 108/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul..... 83

Parecer nº 318, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2011 (nº 2.306/2009, na Câmara dos De-

Pág.

putados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Emma, Estado de Santa Catarina. 107

Considerações acerca da Lei nº 12.599, sancionada pela presidente Dilma, que prorroga o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores da região Nordeste. 437

FLEXA RIBEIRO

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 475

Voto de aplauso ao Município de Marabá localizado no Estado do Pará, que completa no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de emancipação..... 517

Requerimento nº 251, de 2012, que requer voto de aplauso ao Município de Marabá, que completará no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de existência. 519

GIM ARGELLO

Requerimento nº 244, de 2012, que requer a realização de uma sessão especial, no dia 21 de maio de 2012, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia do Defensor Público. 198

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 473

INÁCIO ARRUDA

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 471

IVO CASSOL

Parecer nº 313, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2011 (nº 122/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. ... 87

Pág.

Parecer nº 316, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2011 (nº 251/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. 99

IVONETE DANTAS

Considerações acerca da participação de Sua Excelência nas atividades do Senado Federal..... 621

JOÃO CAPIBERIBE

Considerações acerca da ditadura militar de 1964 no Brasil, e apelo à presidente Dilma Rousseff para que instale a Comissão da verdade. 397

Considerações acerca da publicação de um estudo feito pela consultoria *Austin Rating*, sobre as bases de ganhos dos bancos sobre empréstimos que fazem aos seus clientes, denominado de *spread* e destaque a necessidade de transparência e aprimoramento no atendimento ao cliente do banco Basa..... 792

JOÃO RIBEIRO

Parecer nº 314, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2011 (nº 170/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Novo Cruzeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. 91

Parecer nº 334, de 2012 (Da Comissão Diretora), que dá redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010- Complementares (nº 277, de 2005- Complementar, na Câmara dos Deputados)..... 477

Aparte ao senador Lauro Antônio. 484

JORGE VIANA

Solidariedade ao ex- presidente Lula, após ter se recuperado de um câncer. Senador Jorge Viana..... 445

Observações acerca da atuação parlamentar do senador Jorge Viana, que possibilitou a votação

Pág.

do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2012, em detrimento da Emenda Constitucional nº 47, 2005. .. 475

JOSÉ AGRIPINO

Aparte ao senador Alvaro Dias. 629

JOSÉ PIMENTEL

Considerações acerca do comercio eletrônico no Brasil, com destaque à necessidade de políticas especificas voltadas para as macrorregiões brasileiras. 95

Considerações acerca do segundo Plano Brasil Maior, que tem como objetivo incentivar o crescimento econômico Brasileiro. 623

Considerações acerca da unificação da tarifa para as importações. 935

KÁTIA ABREU

Registro acerca do evento Financial Times que ocorreu no dia 29 de março na cidade de Londres, cuja abertura do evento propôs um debate acerca da agricultura sustentável no Brasil. 633

LAURO ANTÔNIO

Considerações acerca da saída de Sua Excelência do Senado Federal. 481

LÍDICE DA MATA

Parecer nº 317, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2011 (nº 260/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Bento de Caldas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais. 103

Parecer nº 319, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2011 (nº 2.929/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros (ACCDIP) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 111

Aparte ao senador Lauro Antônio. 485

Pág.

Considerações acerca da inclusão de alguns segmentos da cadeia do turismo no programa Brasil Maior. 515

Considerações acerca do dia do jornalismo comemorado em 7 de abril. 515

Requerimento nº 254, de 2012, que solicita apresentação pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do músico Ederaldo Gentil, ocorrido no dia 30 de março de 2012. 561

Considerações acerca da estiagem no Estado da Bahia, que decretou estado de emergência. 612

LINDBERGH FARIAS

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. 465

Parecer nº 333, de 2012 (De Plenário), que dá constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2012. 470

Aparte ao senador Lauro Antônio. 486

Aparte ao senador Walter Pinheiro. 492

Aparte ao senador Magno Malta. 497

Parecer nº 337, de 2012 (Da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que seja transmitido ao governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. 534

LOBÃO FILHO

Parecer nº 299, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2011, (nº 163/2011 na Câmara Dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação pesquisa e cultura Mipibuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte. 29

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012, que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências. 564

Pág.

MAGNO MALTA

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 472

Aparte ao senador Lauro Antônio. 482

Críticas acerca das decisões do Supremo Tribunal de Justiça, o primeiro sobre a absolvição de um pedófilo e a segunda acerca da não necessidade de bafômetro na campanha da Lei seca, bem como do envio de um documento ao Ministério Público da União, que denúncia o Pastor Silas Malafaia de incitação à violência contra os homossexuais. 493

MARCELO CRIVELLA

Parecer nº 326, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006 (nº 4.796/2005, na Câmara dos Deputados), que regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962..... 140

MARCO MARCIEL

Parecer nº 336, de 2012 (Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo..... 530

MARTA SUPLICY

Críticas acerca da decisão do Superior Tribunal de Justiça, que absolveu um homem sob a acusação de estuprar três crianças de 12 anos, ante a argumentação de já serem prostitutas, e faz também observações sobre a inexistência de dotação orçamentária específica para o enfrentamento da violência contra a mulher em São Paulo. 448

PAULO BAUER

Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2011, que trata da tramitação das Medidas Provisórias..... 444

Considerações acerca do aumento da criminalidade praticada por crianças e adolescentes, e sugestão para que se aumente para 21 anos a maior idade penal. 613

Pág.

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2012, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer, no âmbito civil, administrativo e eleitoral, efeitos automáticos da sentença que reconhece a prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa..... 615

PAULO PAIM

Parecer nº 311, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2011 (nº 3.022/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Terra FM Ltda. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará. 78

Comemoração pelo transcurso do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, em 02 de abril. 407

Aparte ao senador Lauro Antônio. 483

Considerações acerca do lançamento, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do programa criança não é de rua. 504

Aparte à senadora Ivonete Dantas. 622

Considerações acerca da previdência social em detrimento do Plano Brasil Maior, com destaque ao artigo publicado no jornal *Zero Hora,* intitulado "o outro lado da desoneração", de autoria de Sua Excelência. 793

Voto de pesar pelo falecimento do atleta de futebol, Airton Pavilhão. 793

Considerações acerca da educação com destaque à pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), acerca do índice de leitura no Brasil. 793

Leitura do artigo do ex-deputado Jarbas Lima em que homenageia a filha falecida, Gisela. 962

Considerações acerca da luta internacional contra as doenças e acidentes de trabalho, com destaque aos crescentes casos de acidentes no Brasil..... 962

Considerações acerca da necessidade de uma salvaguarda na indústria de vinhos do Brasil, com destaque a necessidade da redução de impostos no setor. 962

PEDRO SIMON

Parecer nº 335, de 2012 (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que

Pág.

seja transmitido ao governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. 526

Considerações acerca da imagem negativa do Senado Federal decorrente dos inúmeros casos de impunidade nas CPIs, com destaque a CPI do senador Carlinhos Cachoeira. 956

PEDRO TAQUES

Requerimento nº 242, de 2012, que requer solicitação ao ministro de Estado dos Transportes, informações relativas à realização de obras e serviços de engenharia com recursos do Orçamento da União em trechos de rodovias e ferrovias submetidos a regime de concessão ou arrendamento a empresas privadas. 197

Requerimento nº 243, de 2012, que requer ao ministro de Estado dos Transportes, informações relativas subconcessão do trecho Açailândia- Palmas da ferrovia norte-sul licitada no ano de 2007. 197

Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de ações de improbidade administrativa contra autoridades com foro especial por prerrogativa de função. 441

Parecer nº 339, de 2012 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar. 571

Considerações acerca de reportagem exibida no dia 18 de março de 2012 Na Rede Globo, que denúncia às práticas corruptas do mercado de fornecedores de hospitais públicos, e destaca a necessidade de um debate para discutir o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nos hospitais privados. 607

Considerações acerca do envio de ofício ao presidente do Senado José Sarney, que solicita ao procurador geral da República, informações sobre o caso de corrupção do Carlinhos Cachoeira..... 939

Aparte ao senador Alvaro Dias. 942

Aparte ao senador Pedro Simon..... 958

RANDOLFE RODRIGUES

Aparte ao senador Roberto Requião. 331

Aparte ao senador João Capiberibe. 400

Pág.

Considerações acerca da Lei de anistia durante a ditadura militar no Brasil, com destaque ao depoimento da vitima Hildegard Angel publicado no *blog Repiquete no Meio Mundo* de autoria de Alcilene Calvalcante, e também do artigo de mesma ordem da jornalista Miriam Leitão no jornal *O Globo*. 404

Considerações sobre denúncias do envolvimento do senador Demóstenes Torres com corrupção, com destaque ao envio do ofício que requer agilidade na Manifestação do Conselho de Ética.. 407

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 474

Aparte ao senador Lauro Antônio. 485

Requerimento nº 257, de 2012, que requer voto de aplauso ao hospital do câncer de Barretos pelo transcurso do seu aniversário de 50 anos no dia 24 de março de 2012. 563

RENAN CALHEIROS

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 475

RICARDO FERRAÇO

Parecer nº 301, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2011 (nº 3.024/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Dias & Novato comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mato Verde, Estado de Minas Gerais. 37

Parecer nº 308, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2011 (nº 2.905/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais. 66

Considerações sobre o federalismo, e comentários acerca da Proposta de Emenda Constitucional nº 113, de 2011, que dispõe sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS). 417

Aparte ao senador Romero Jucá. 421

Pág.

Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à alteração na legislação que define a Lei Seca. 453

ROBERTO REQUIÃO

Aparte à senadora Ana Amélia. 326

Considerações acerca do feriado nacional da Argentina, em homenagem aos veteranos e aos mortos na guerra das Malvinas, comemorado no dia 2 de abril. 328

Requerimento nº 252, de 2012, que requer informações ao ministro do planejamento, orçamento e gestão acerca do andamento do processo nº 04500.012265/2011-31 - consignação - cadastramento de consignatária da cooperativa de crédito mútuo dos servidores da união no Paraná e em Santa Catarina – Federalcred sul. 560

RODRIGO ROLLEMBERG

Parecer nº 304, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2011 (nº 2.519/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina..... 50

Aparte ao senador João Capiberibe. 401

Considerações acerca dos 15 anos do respeito á faixa de pedestre no Distrito Federal, e destaca a importância das campanhas educativas. 402

Considerações acerca da necessidade de investimentos no transporte coletivo, e do uso de campanhas que promovam a paz no trânsito do distrito federal. 403

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 467

Considerações acerca das constantes dificuldades administrativas enfrentadas pelo Distrito Federal (DF), com destaque as áreas da saúde, da segurança pública, da educação e da preservação ambiental. 929

ROMERO JUCÁ

Considerações acerca da necessidade de um novo código de mineração, que regularize todo o processo e que também traga uma melhor remuneração para a União. 421

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 474

SÉRGIO SOUSA

Parecer nº 306, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2011 (nº 2.879/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Comunitária de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Parecis, Estado de Rondônia. 58

Parecer nº 315, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2011 (nº 210/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Grande Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. 95

Considerações acerca da indústria do Estado do Paraná e do Brasil. 512

Considerações acerca do baixo desempenho industrial em detrimento do setor agrário, e preocupações acerca do programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção Agropecuária (PRODECOOP)..... 601

VALDIR RAUPP

Parecer nº 302, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2011 (nº 3.083/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Marano Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco. 41

Considerações a respeito da transposição efetiva dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União. 395

Comentários a respeito do domínio da China na exportação de minérios terras raras, destinados a produção de tecnologia industrial, bem como defesa da retomada da produção desses elementos químicos no Brasil. 395

Pág.

Considerações acerca do pacote de medidas anunciadas pelo Governo Federal com o intuito de conter a desindustrialização no Brasil, e destaque a apresentação de requerimento de Sua Excelência para a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)..... 617

VANESSA GRAZZIOTIN

Registro acerca das informações divulgadas pelo Governo Federal, que diz respeito às novas medidas que serão adotadas no intuito de propiciar um avanço no crescimento econômico brasileiro e, sobretudo proteger a indústria nacional. 434

Discussão acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social..... 467

Requerimento nº 247, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do escritor Millôr Fernandes. 478

Requerimento nº 248, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Município de Rio Preto da Eva - AM pelos 31 anos de sua criação..... 479

Requerimento nº 249, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCTI pelos 17 anos de existência do Bosque da Ciência..... 480

Requerimento nº 250, de 2012, que requer informações ao ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, sobre as políticas públicas relativas à intensificação do combate, controle e fiscalização dos medicamentos falsificados e/ou adulterados que entram no país, ou mesmo que são produzidos em território nacional. 480

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2012, que concede licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública..... 522

Requerimento nº 255, de 2012, que solicita a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva por ter recebido o prêmio Internacional da Catalunha 2012. 562

Requerimento nº 256, de 2012, que requer a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso a Raquel Macêdo por ter sido eleita para a União das Mulheres Indígenas da Amazônia - Umiab, em eleição no dia 02 de abril de 2012..... 562

Pág.

Considerações acerca do dia do jornalismo comemorado em 7 de abril. 595

VICENTINHO ALVES

Congratulações pela eleição da ministra Carmem Lúcia como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do ministro Ayres Brito para o Superior Tribunal da Justiça (STJ). 943

VITAL DO RÊGO

Parecer nº 295, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2010 (nº 2.244/ 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picuí, Estado da Paraíba. 13

Parecer nº 296, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2011 (nº 2.639/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à associação cultural de difusão comunitária FM Cabana 103,3 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará. 17

Parecer nº 297, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2011 (nº 2.779/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SBC- radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garrafão do Norte, Estado do Pará. 21

Aparte ao senador Lauro Antônio. 484

WALDEMIR MOKA

Parecer nº 330, de 2012 (Da Comissão Diretora), que dá redação final das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 717, de 2003, na Câmara dos Deputados)..... 459

WALTER PINHEIRO

Parecer nº 300, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2011 (nº 2.981/2010, na Câmara dos de-

Pág.

putados), que aprova o ato que outorga permissão à Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul. 33

Parecer nº 303, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2011 (nº 2.224/2009, na Câmara dos Deputados), que prova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado de Santa Catarina. 45

Parecer nº 310, de 2012 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2011 (nº 2.989/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Star Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais. 74

Parecer nº 321, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº403, de 2011 (nº 3.015/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Caeté Sistema de Comunicação Ltda.

Pág.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caeté, Estado de Minas Gerais..... 120

Indicação do nome do senador Wellington Dias para assumir a presidência do Conselho de Ética do Senado..... 456

Considerações acerca do crescimento da economia Brasileira, com destaque a necessidade de desenvolvimento tecnológico para a obtenção de um maior crescimento econômico. 489

Parecer nº 338, de 2012 (Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o requerimento nº 114, de 2012, que requer que seja transmitido ao governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem 537

Considerações acerca da estiagem no Estado da Bahia, bem como apelo para a liberação de recursos para amenizar a situação. 599

WELLINGTON DIAS

Aparte ao senador José Pimentel. 936